

3º CICLO EM HISTÓRIA

A Peste Negra em Portugal
Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-
Odiana

André Filipe Oliveira da Silva

D

2021



André Filipe Oliveira da Silva

A Peste Negra em Portugal

Os casos do Entre-Douro-e-Minho

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História, orientada pelo Professor Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte e coorientada pela Professora Doutora Maria Filomena Lopes de Barros

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

André Filipe Oliveira da Silva

A Peste Negra em Portugal

Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História orientada pelo Professor Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte e coorientada pela Professora Doutora Maria Filomena Lopes de Barros

Membros do Júri

Presidente:

Professora Doutora Amélia Maria Polónia da Silva

Vogais:

Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho

Professora Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar

Professor Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes

Professor Doutor Bernardo João da Silveira de Vasconcelos e Sousa

Doutora Joana Isabel Ribeiro Sequeira

Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre

Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral

Professor Doutor Luís Miguel Ribeiro Oliveira Duarte

À Professora Filomena Barros

*Que nos foi tirada repentina e cruelmente, traída por um coração
Que só sabíamos ser enorme. Viverá nos nossos, e florescerá na Escola que semeou.*

Sumário

Declaração de honra	10
Agradecimentos	11
Resumo.....	16
Abstract	17
Índice de Tabelas.....	18
Índice de Gráficos.....	19
Lista de abreviaturas e siglas.....	24
Introdução	25
Espaço	33
Cronologia	37
Documentação e Metodologia.....	39
Um problema historiográfico de longa data	43
I – Antes da Peste	66
1.– A peste antes da Peste	66
1.1. – O que é a peste?	66
1.2 - A Peste de Justiniano	79
1.3 – O despertar da Segunda Pandemia.....	85
1.4 – Conceções medievais de saúde e doença, e noções de contágio.....	88
2 – O léxico da peste	91
2.1 – A Bíblia.....	93
2.2 – Autores clássicos não latinos (através da sua tradição manuscrita em latim)	99
2.3 – Autores clássicos latinos.....	103
2.4 – Cristãos Latinos (antes do Ano 1000).....	118
2.5 – As Paixões, Hinos e Vidas	133
2.6 – Códigos legislativos	138
2.7 – Obras de filósofos e teólogos dos séculos XI-XIII	147
2.8 – Crónicas anteriores a 1348.....	157
2.9 – A documentação quotidiana	166
2.10 – Fontes eruditas, substrato popular: formular o conceito	169
3 – Epidemias e doenças infecciosas em Portugal antes de 1348.....	171
3.1 – Principais doenças	172
3.2 – Peste – uma velha conhecida?	183

3.3 – Possíveis epidemias no reinado de D. Sancho I (1185-1211).....	184
4 – Que Portugal nas vésperas da Peste?	188
4.1 – População e território – um retrato dinâmico	188
4.2 – Sinais de crescimento e estabilidade.....	197
4.3 – ... e sinais de retração e instabilidade	205
II – Durante a Peste– 1348-1350.....	218
5 - Entrada e difusão da Peste em Portugal – Hipóteses	218
5.1 – Uma questão relevante: quando entra a peste em Portugal?.....	218
5.2 – Uma epidemia esperada?.....	219
5.3 – Entrada ou entradas? Vias, meios e compreensão da difusão da doença.....	220
5.4 – Hospedeiros, vetores, sazonalidade e fatores ambientais.....	236
5.5 - O povoamento	243
5.6 – A habitação e o armazenamento de cereal	245
6 – Caos social?	250
6.1 – O tabelionato como indicador de instabilidade social	251
6.1.1 – Entre-Douro-e-Minho.....	259
6.1.2 – Entre-Tejo-e-Odiana.....	274
6.1.3 – Os tabelionados menos representados	282
6.1.4 – Convergências e contrastes nos tabelionados minhotos e transtaganos em tempo de Peste 284	
6.2 – Os fluxos de produção documental	286
6.2.1 - Entre-Douro-e-Minho	288
6.2.2 - Entre-Tejo-e-Odiana.....	326
6.2.3 - Os silêncios da Peste – um indício a ter em conta?	348
6.2.4 – O impacto direto da Peste Negra na configuração dos arquivos institucionais coevos 359	
6.3 – Onde para o rei? O problema da chancelaria régia	366
6.4 – Onde para o rei? A reconstituição possível do itinerário régio em tempos de peste....	367
7 – Que análise do impacto demográfico?.....	371
7.1 – Os oficiais régios.....	378
7.2 – Os oficiais concelhios	379
7.3 – A Peste no Clero	381
7.4 – A Peste e a Aristocracia	400
7.5 – Notícias esparsas da morte entre os não-privilegiados	401
7.6 – A Peste e a família real	405

8 – A reação institucional	408
8.1 - A Coroa reage.....	408
8.2 – Instituições eclesiásticas	420
8.3 - Que papel para físicos e cirurgiões portugueses na Peste?.....	425
8.4 – As instituições de assistência	427
III – Depois da Peste – 1350-1379	431
9 – Peste e Sociedade.....	431
9.1 – Alguma alteração visível nas estruturas familiares?	431
9.2 – As ocupações e os incumprimentos motivados pela Peste Negra.....	436
9.3 – Um caso particular: o trauma do interdito do Porto em tempo de peste	444
9.4 – Novas preocupações de ‘saúde pública’?	446
9.5 - Tensões sociais no reinado de D. Fernando – algum papel a atribuir à Peste?.....	449
10 – Peste e Economia	456
10.1 – Alterações nas relações de exploração fundiária?.....	457
10.1.1 – Houve influência da Peste na duração preferencial dos contratos?	457
10.1.2 – Alterações nos costumes? Os casos da <i>entrada</i> e da <i>rebora</i>	463
10.1.3 – Desvalorização das rendas fundiárias	465
10.1.4 - Adaptação económica: a ‘blindagem’ dos contratos enfitêuticos de Guimarães na segunda metade do século XIV	495
10.2 – Salários, preços e rendimentos no pós-pestes	502
10.3 – Haverá reflexos da Peste Negra na monetarização da economia? O caso dos contratos de exploração indireta	512
10.4 – A Peste Negra e a moeda portuguesa: desvalorização ou valorização?	523
10.5 – Comércio ‘interno’ e ‘externo’	526
10.6 - A agudização de um problema – a esterilidade, os terramotos e o despovoamento de segunda metade da década de 1350	530
10.7 – Guerra e Economia – a verdadeira peste?	535
10.8 – Um país (sentido como) mais pobre na década de 1370?	539
11 – Homem, território e ambiente	541
11.1 – Despovoamento rural: uma retração do elemento humano testemunhável no território?.....	541
11.2 - Alterações nas culturas preferenciais?	549
11.3 – Valorização da criação de gado?	563
11.4 – Uma expansão urbana sensível?	568
12 – A peste torna-se cíclica - da <i>Pestis Secunda</i> às pestes locais	582

12.1 – O equívoco da suposta Peste de 1356	582
12.2 – A <i>Pestis secunda</i> (1362) – uma memória ainda mais esquiva.....	584
12.3 – <i>Pestis tertia</i> (1374-76)	592
12.4 – Um foco local de peste logo no século XIV?	595
13 – “Obras públicas”, arquitetura e arte – sinais de recuperação?	603
13.1– Empreendimentos militares: muralhas e castelos.....	604
13.2 – Paragem ou impulso na arquitetura religiosa?	609
13.3 – Os escassos dados da arquitetura civil.....	615
13.4 – As Belas-Artes.....	619
14 – Hipóteses no pós-peste	622
14.1 – Um antissemitismo que emerge da Peste Negra?	622
14.2 – Novas e velhas formas de espiritualidade.....	626
14.3 – Ausências?.....	641
14.4 – A Peste Negra terá alguma influência na consolidação dos juizes dos órfãos?	644
14.5 – Um projeto de expansão adiado?	645
IV – A memória da Peste	647
15 – Os testemunhos materiais – ossos e ADN antigo.....	647
15.1 – Onde podemos procurar?	651
16 – As referências dos primeiros anos	653
16.1 – No quotidiano: a Peste como marco cronológico	653
16.2 – Na medicina, através de filtros religiosos	661
17 – As crónicas e os anais	665
17.1 – Crónicas e anais medievais (1348-1520).....	665
17.2 – A cronística moderna e a historiografia setecentista.....	669
Conclusão	677
Bibliografia	697
Fontes Inéditas.....	697
Fontes Publicadas.....	705
Bases de dados e recursos online	715
Estudos	716

Declaração de honra

Declaro que o presente tese de doutoramento é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Braga, 31 de janeiro de 2021

André Filipe Oliveira da Silva

Agradecimentos

Há quase seis anos, quando terminei a minha dissertação de mestrado, optei por deixar para o fim a redação dos habituais agradecimentos. Voltei a fazê-lo agora, tanto por convicção, como por necessidade: afinal, até ao último momento, pude beneficiar da ajuda de mais e mais amigos e colegas, técnicos diversos e instituições. Não conseguirei, por certo, mencionar todos, mas procurarei não esquecer aqueles que, de forma decisiva, contribuíram para o sucesso deste projeto.

O primeiro agradecimento é para aqueles a quem devo tudo, a minha família. Agravado o meu nomadismo ao longo dos últimos anos, entre o Porto, Famalicão, Évora e Braga, com incursões frequentes a Coimbra e Lisboa, entre muitas outras paragens, tornei-me um presente/ausente na vida dos meus pais, da minha irmã e da minha avó Carolina, sem que nada me fosse cobrado em momento algum.

Este projeto também tem a sua História e a sua Pré-História. Sem esta, não haveria aquela, e por isso terei de recuar a 2015. Recém-mestre, impedido de concorrer ao concurso nacional de Bolsas de Doutoramento por mais uma alteração de calendário, vi abrir-se uma porta através de uma bolsa de investigação em Évora, no CIDEHUS. Fui recebido de braços abertos numa nova universidade e numa unidade de investigação excecional. Mudando-me para Évora, pude trabalhar, durante mais de um ano, com um manancial de documentação extraordinário, que me permitiu formular questões e levantar hipóteses, amadurecendo cientificamente até me cruzar com o problema da Peste. Não posso, por isso, deixar de agradecer à Professora Fernanda Olival, que dirigia então o CIDEHUS, e que, por proposta de quem me coordenava – que adiante referirei devidamente – renovou quatro vezes o contrato original de 3 meses, não o fazendo mais porque entretanto me vi contemplado com uma bolsa de doutoramento. Esta história estaria incompleta se não referisse a minha outra metade. Se possuo uma ligação ao CITCEM, onde sou investigador integrado, isso deve-se à enérgica ação da Professora Cristina Cunha, então Coordenadora Científica da unidade, que não só me integrou no centro, como tudo fez para que a edição em livro da minha dissertação de mestrado se tornasse uma realidade. O seu apoio desinteressado não tem preço.

Devo um agradecimento aos elementos do júri de avaliação do Concurso para Atribuição de Bolsas de Doutoramento – 2016, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, que validou a minha proposta e me permitiu concretizar este projeto. Reconheço o risco da minha proposta e acredito que, noutras circunstâncias e com outras pessoas, pudesse ter sido descartada e não financiada. Creio que o resultado final confirma as expectativas depositadas pelos avaliadores no potencial desta investigação.

Este projeto faz-se de leituras e interpretações. Leitura de documentos, de estudos, de dados, com processamento, parto e refundição de problemas e ideias. Mas esse acesso aos documentos faz-se através dos arquivos e dos seus portais, e a minha experiência dificilmente poderia ser mais positiva. Consultei quase duas dezenas de arquivos – na maioria de forma presencial. Em quase todos fui bem recebido, auxiliado com profissionalismo e simpatia. Aqueles onde passei mais tempo merecem uma referência especial. Em primeiro lugar, o Arquivo Distrital de Braga, onde trabalhei diariamente durante mais de seis meses, em dois períodos distintos. Todos os funcionários do atendimento foram incedíveis, e as novas instalações tornam o ADB um dos melhores locais para se trabalhar em arquivo em Portugal. Referência obrigatória merece também o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Com algum receio por experiências alheias, acabei por encontrar o mesmo tipo de disponibilidade e profissionalismo que experimentei em Braga. Ao longo de outros 5 meses, em viagens constantes entre Évora e Lisboa, pude ver centenas de documentos. Foram poucos os pergaminhos que não puderam vir à leitura, e todos esses estavam, de facto, em péssimo estado. Da portaria à sala de leitura, passando pela salas de referência e de microfimes, só posso agradecer a todos os que lá trabalham. Por fim, também os arquivos de Évora – Biblioteca Pública de Évora, Arquivo Distrital de Évora e Arquivo da Sé de Évora – merecem uma referência especial. Na BPE passei muito tempo nos últimos seis anos, beneficiando do profissionalismo de uma equipa pequena, mas exemplarmente comprometida com a instituição. No ADE, a dedicação, a simpatia e o profundo conhecimento dos fundos documentais do arquivo que a D. Célia Malarranha oferece são um dado adquirido, mas nunca demasiado louvado. E no ASE, cuja documentação permanece depositada na catedral eborense, todos os funcionários da Sé me tratavam (e à Silvana) como um dos seus, fazendo-me sentir em casa e dando-me

todas as condições possíveis num local de consulta *sui generis* como é a Sala do Cabido. Uma palavra de agradecimento especial ao Sr. Luís Ferreira Mendes, responsável pelo acesso ao arquivo, e que generosamente fotografou vários documentos que eu precisava de rever, durante a pandemia – mesmo com o acesso ao arquivo interdito desde abril de 2020.

Nem só de documentos se fez este percurso. Novamente, toda a gratidão para com a equipa da Biblioteca Central da FLUP é insuficiente. E se, na minha dissertação de mestrado, referi especialmente a Marlene Borges e a Laura Gil, seria injusto não acrescentar agora a Cláudia Moreira e a Carolina Avilez. Com um quarteto versado na arte dos pequenos milagres, pude ir requisitando tudo aquilo de que precisava, mesmo em tempos e modos de COVID, tendo na biblioteca uma força de desbloqueio permanente.

A Professora Maria Helena da Cruz Coelho, com a sua carta de recomendação ao meu projeto e com o seu comentário no Workshop de Estudos Medievais de 2018, deu (mais) dois contributos decisivos para este projeto. Também a Professora Hermínia Vasconcelos Vilar, autora da minha segunda carta de recomendação, merece uma referência especial. Sempre interessada no meu percurso, teve (e tem) sempre uma palavra de ânimo ou um conselho útil, e é mais uma das minhas referências eborenses.

Os meus amigos e colegas do Grupo Informal de História Medieval são outros repetentes, como não podia deixar de ser. Este singular conjunto de pessoas continua a ser uma das melhores coisas em que pude participar, quase uma década depois de me juntar a ele. Tenho de referir, especialmente, o Miguel Aguiar e o Leandro Ferreira, com quem a partilha era diária. E, não sendo parte do GIHM, o André Madruga Coelho é parte do rol de queridos amigos medievalistas, e mais uma das pessoas boas que Évora me ofereceu. Também com ele a partilha é diária, e se prolongará nas nossas aventuras do ICYRMA, do IUVENES, de comunicações e publicações divididas. Um agradecimento ainda ao João Correia de Sá, que fotografou a meu pedido um conjunto de artigos nas bibliotecas da Universidad Complutense de Madrid, e outro ao Filipe Conceição, que fez o mesmo nas biblioteca da Universidade de Santiago de Compostela.

De Lisboa, não poderei deixar de agradecer ao Pedro Pinto, que me deu a conhecer fundos e documentos essenciais, e que só alguém com o conhecimento

extraordinário e a vontade de partilha que lhe é conhecida poderia oferecer de forma tão desinteressada. Este trabalho estaria muito mais incompleto e menos claro sem essas informações preciosas.

E, depois, há também as pessoas que não precisam de fazer da História (ou dos seus subúrbios) vida para terem um papel importante neste percurso. O Cristiano, o Alexandre e o Rudi, que comigo partilham uma aventura musical há 14 anos, ou a Xana, que, sempre presente, me relembra em permanência a importância da família que não precisa de ser de sangue para valer. Ao meu querido Emanuel Silva, ao Rui Ribeiro e ao Pedro Coutinho, agradeço a oferta de casa sempre que o trabalho de arquivo me levava a Lisboa – e foram dezenas de vezes, sem as quais dificilmente poderia ter suportado essas deslocações. Também o Filipe Alves Moreira, a Joana Gomes e o Michel Kaban, que fazem da literatura e do pensamento medievais o seu ofício, foram colorindo o meu percurso ao longo destes anos e alinhando em aventuras diversas.

Aos meus orientadores. Com o Professor Luís Miguel Duarte, a relação de orientação dura há quase uma década, desde o seminário da licenciatura. Quando, antes mesmo de submeter o projeto a concurso, hesitei pelo seu risco, o Professor Luís Miguel Duarte não me deixou desistir da ideia em favor de algo mais conservador. Com a Professora Filomena Barros, é uma outra meia década, que vem desde o tempo em que me dirigiu enquanto bolseiro do CIDEHUS, e que se prolongou, para meu proveito, neste projeto. O acolhimento que a Professora me ofereceu desde o primeiro momento foi decisivo, e a influência que exerceu na abertura dos meus horizontes científicos tem permitido descobertas e aprendizagens que nunca havia imaginado antes. A ambos, agradeço a paciência tremenda com os meus longos silêncios e súbitos picos de contactos, a confiança inabalável que sempre transmitiram – traduzida na liberdade de definição de pontos estruturais e centrais no meu trabalho, que nunca me impuseram e sempre criticaram de forma preciosamente construtiva – e a efetiva orientação científica deste trabalho. São, sem dúvidas, os meus Mestres.

À Silvana, que, se disputou a minha atenção com 78 médicos mortos, no mestrado, a disputou durante os últimos quatro anos com os milhões de mortos (e sobreviventes) desse mal terrível que foi a Peste Negra. E nós sabemos a dureza destes anos, das mudanças anuais de casa e de ares, das incertezas desta vida de bolsieiros (que

partilhamos). Nada mudou, e seguimos juntos. Nós sabemos que sete anos são apenas o início e que isto não é um agradecimento. Não quero agradecer Amor, apenas estar à altura de retribuí-lo da mesma forma.

*

Afinal, depois daquelas que eu julguei que seriam as palavras finais, ainda sobrou tempo para uma perda irreparável. A notícia da morte da Professora Filomena Barros, que me chegou ontem (e permitam-me, assim, datar estas palavras do dia 9 de março de 2021), deixou-nos, a todos, sem palavras. Não consigo imaginar o silêncio pesado que substituirá à gargalhada que anunciava a presença da Professora no Colégio do Espírito Santo. Nem não voltar a ouvir um “já lhe disse que odeio jovens?”, a quem nunca vi gostar tanto da esperança que cada aluno, com a vida toda pela frente e um mundo para perceber e mudar para melhor, representava. Ou o resgate de algo que se passou “há mais de três anos”, e que faria todo o sentido naquele momento. A Professora Filomena não chegou a ler os agradecimentos desta tese, mas tenho a certeza de que sabia da minha admiração, da minha estima e da minha amizade. Fica a garantia solene, gravada nesta página solitária – a única que nunca imaginei e jamais quis escrever neste trabalho – que eu e outros colegas daremos continuidade a tudo de bom (um pleonismo, neste caso) que a Professora nos deixou no plano científico. Fora da ciência, também o podemos fazer, e é bem mais simples: basta sermos bons, dignos e vivermos com uma luz tão intensa que ilumine os pesados corredores deste mundo (que não devia ser tão) cinzento.

Obrigado, Professora.

Resumo

A Peste Negra teve um impacto de proporções dificilmente igualáveis na história da Europa, e do Velho Mundo em geral. O consenso em torno desta leitura e a longa e vasta historiografia, enriquecida com os contributos das ciências físicas e da vida, tem permitido avanços extraordinários no plano internacional. Contudo, as características do caso português obrigam a uma abordagem indireta, incidente sobretudo em fontes económicas, mormente de gestão patrimonial. Esta preferência permite revelar tendências de curto prazo muito acentuadas, como a quebra de rendas, instantânea e muito significativa nas instituições mais bem documentadas, mas também descartar a influência direta da Peste Negra noutros processos, como a monetarização ou a duração preferencial dos contratos. Não sendo possível apresentar estimativas de mortalidade, é sensível a quebra demográfica; contudo, o volume de mortes, qualquer que tenha sido o seu valor, não foi capaz de interromper o funcionamento das instituições por mais do que alguns meses. Isto não significa que não tenha havido marcas que permaneceram por longo tempo na memória dos sobreviventes e dos seus descendentes, como as referências que se prolongam no tempo comprovam. Fica claro, porém, que apenas uma sucessão de outros fatores negativos – sobretudo sismos, secas, novas pestes e guerras – permitiu que essas consequências agudas se prolongassem no tempo, com manutenção de rendas baixas que, de alguma forma, parece traduzir uma quebra notável de população que, no entanto, não terá sido suficiente para provocar um abandono de terras e/ou aldeias assinalável. Não foi um reino em crescimento aquele que a Peste Negra encontrou, e menos ainda aquela que depois dela emergiu. Contudo, a infame epidemia não parece ter provocado mudanças estruturais assinaláveis em Portugal, ainda que o seu impacto e as suas consequências tenham sido importantes, imediatas e claras aos olhos daqueles que também por ela passaram.

Palavras-chave: Peste Negra; Peste; Século XIV; Portugal Medieval; Economia Medieval

Abstract

The Black Death had an unparalleled impact in the history of Europe, and of all Old World, generally. Consensus around this interpretation and a vast and consolidated historiography – enriched by the contributions of physical and life sciences – has been allowing extraordinary new international achievements. However, the characteristics of the surviving Portuguese documentation requires an indirect approach, through the use of economic sources, mainly property management. This preference allows to reveal short-term tendencies, as the fall of property rents, instantaneous and very significant in the main institutions studied, but allows equally to discard the direct influence of the Black Death in processes such as monetarization or the preferential length of agrarian contracts. Without the possibility of present mortality rates, due to the lack of data, the demographic fall is perceptible; however, the volume of deaths – no matter its real value – was not able to interrupt the normal functioning of institutions for more than a few months. This does not mean that there were not perennial marks of the plague, surviving in the memory of those who survived and their descendants. It is clear, however, that only a succession of other negative events – earthquakes, droughts, new plagues and wars, among others – allowed that these acute consequences could last, with the maintenance of low rents which, in some way, reveal a smaller population, but not smaller enough to provoke a remarkable abandonment of fields and/or villages. It was not a prosperous kingdom the one the Black Death encountered, and even less the one which emerged after the plague. However, the infamous epidemic seems to have failed to produce remarkable structural changes, even if its impact and its consequences were important, immediate and clear to the eyes of those who experienced it.

Keywords: Black Death; Plague; 14th century; Medieval Portugal; Medieval Economy

Índice de Tabelas

TABELA 1 - DIMINUIÇÃO DOS VALORES ANTIGOS DAS RENDAS DO CABIDO DA SÉ DE BRAGA EM BENS NÃO URBANOS SITUADOS NO COUTO DE BRAGA	476
TABELA 2 - VALORES ANTIGOS DAS RENDAS DO CABIDO DE BRAGA EM BENS NÃO URBANOS, SEGUNDO O TOMBO 1º DO CABIDO	478
TABELA 3 - VALORES ATUALIZADOS DAS RENDAS DO CABIDO DA SÉ DE BRAGA EM BENS NÃO URBANOS, SITUADOS NO COUTO DE BRAGA, SEGUNDO O TOMBO 1º DO CABIDO	481

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - OCORRÊNCIAS DA PALAVRA <i>PESTIS</i> E DERIVADAS NA VULGATA	95
GRÁFICO 2 - TIPO DE OCORRÊNCIAS DA PALAVRA <i>PESTIS</i> E DERIVADAS NA BÍBLIA	97
GRÁFICO 3 - CASAIS RÉGIOS POR JULGADO (ENTRE-AVE-E-LIMA) - INQUIRIÇÕES DE 1343	190
GRÁFICO 4 - Nº DE CASAIS RÉGIOS DESPOVOADOS POR JULGADO (INQUIRIÇÕES DE 1343)	191
GRÁFICO 5 - PERCENTAGEM DE CASAIS RÉGIOS DESPOVOADOS POR JULGADO (INQUIRIÇÕES DE 1343)	192
GRÁFICO 6 - ANOS DE ATIVIDADE DOS TABELIÃES DE GUIMARÃES (1310-1379)	260
GRÁFICO 7 - ANOS DE ATIVIDADE DOS TABELIÃES DE BRAGA (1310-1379)	263
GRÁFICO 8 - ANOS DE ATIVIDADE DOS TABELIÃES DO PORTO (1310-1379)	266
GRÁFICO 9 - ANOS DE ATIVIDADE DOS TABELIÃES DA TERRA DE FARIA	269
GRÁFICO 10 - ANOS DE ATIVIDADE DOS TABELIÃES DAS TERRAS DA MAIA, BOUÇAS, GONDOMAR, MASSARELOS, AZURARA E PINDELO (1310-1379)	270
GRÁFICO 11 - ANOS DE ATIVIDADE DOS TABELIÃES DE GAIA E DE VILA NOVA (1310-1379)	272
GRÁFICO 12 - ANOS DE ATIVIDADE DOS TABELIÃES DE ÉVORA (1310-1379)	275
GRÁFICO 13 - ANOS DE ATIVIDADE DOS TABELIÃES DE MONTEMOR-O-NOVO (1310-1379)	278
GRÁFICO 14 - ANOS DE ATIVIDADE DOS TABELIÃES DE ÉLVAS (1310-1379)	280
GRÁFICO 15 - ANOS DE ATIVIDADE DOS TABELIÃES DE ESTREMOZ (1310-1379)	281
GRÁFICO 16 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO JULGADO DE GUIMARÃES (1310-1379)	288
GRÁFICO 17 - EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS PRODUZIDOS POR INSTITUIÇÕES VIMARANENSES (1310-1379)	290
GRÁFICO 18 - SENTENÇAS DIRIMIDAS NO JULGADO DE GUIMARÃES (1310-1379)	292
GRÁFICO 19 - TESTAMENTOS REDIGIDOS NO JULGADO DE GUIMARÃES (1310-1379)	292
GRÁFICO 20 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO COUTO DE BRAGA (1310-1379)	293
GRÁFICO 21 - EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS PRODUZIDOS POR INSTITUIÇÕES BRACARENSES	296
GRÁFICO 22 - SENTENÇAS PRODUZIDAS EM BRAGA (1310-1379)	297
GRÁFICO 23 - TESTAMENTOS PRODUZIDOS NO TERRITÓRIO BRACARENSE (1310-1379)	298
GRÁFICO 24 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO PORTO (1310-1379)	299
GRÁFICO 25 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO PORTO, EXCLUINDO OS DA CHANCELARIA RÉGIA (1310-1379)	300
GRÁFICO 26 - EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS PRODUZIDOS NO PORTO (1310-1379)	302
GRÁFICO 27 - SENTENÇAS PRODUZIDAS NO PORTO (1310-1379)	303
GRÁFICO 28 - TESTAMENTOS REDIGIDOS NO PORTO (1310-1379)	304

GRÁFICO 29 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NA TERRA DE FARIA, RATES, VILA DO CONDE E PÓVOA DE VARZIM (1310-1379)	305
GRÁFICO 30 - EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS PRODUZIDOS NA TERRA DE FARIA (1310-1379)	306
GRÁFICO 31 - SENTENÇAS DIRIMIDAS NA TERRA DE FARIA (1310-1379)	307
GRÁFICO 32 - TESTAMENTOS REDIGIDOS NA TERRA DE FARIA (1310-1379)	308
GRÁFICO 33 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NA TERRA DA MAIA, BOUÇAS, GONDOMAR, MASSARELOS, AZURARA E PINDELO (1310-1379)	308
GRÁFICO 34 - EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS PRODUZIDOS NA TERRA DA MAIA, BOUÇAS, GONDOMAR, MASSARELOS, AZURARA E PINDELO (1310-1379)	309
GRÁFICO 35 - SENTENÇAS PRODUZIDAS NA TERRA DA MAIA, BOUÇAS, GONDOMAR, MASSARELOS, AZURARA E PINDELO (1310-1379)	310
GRÁFICO 36 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NOS JULGADOS DE GAIA E DE VILA NOVA A PAR DE GAIA (1310-1379)	311
GRÁFICO 37 - EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS PRODUZIDOS NOS JULGADOS DE GAIA E VILA NOVA	312
GRÁFICO 38 - SENTENÇAS PRODUZIDAS NOS JULGADOS DE GAIA E VILA NOVA (1310-1379)	313
GRÁFICO 39 - DOCUMENTOS PRODUZIDOS NAS TERRAS DE BAIÃO DE SOALHÃES (1310-1379)	314
GRÁFICO 40 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO ENTRE-DOURO-E-MINHO (1310-1379)	316
GRÁFICO 41 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO ENTRE-DOURO-E-MINHO (EXCETO GUIMARÃES, 1310-1379)	318
GRÁFICO 42 - MÉDIA ANUAL DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL POR DÉCADA (ENTRE-DOURO-E-MINHO, 1310-1379)	319
GRÁFICO 43 - AFORAMENTOS, EMPRAZAMENTOS E ARRENDAMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO ENTRE-DOURO-E-MINHO (1310-1379)	320
GRÁFICO 44 - AFORAMENTOS, EMPRAZAMENTOS E ARRENDAMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO ENTRE-DOURO-E-MINHO (EXCETO GUIMARÃES, 1310-1379)	321
GRÁFICO 45 - SENTENÇAS DIRIMIDAS NO ENTRE-DOURO-E-MINHO (1310-1379)	322
GRÁFICO 46 - TESTAMENTOS REDIGIDOS NO ENTRE-DOURO-E-MINHO (1310-1379)	323
GRÁFICO 47 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS EM ÉVORA E NO SEU TERMO (1310-1379)	327
GRÁFICO 48 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS EM ÉVORA E SEU TERMO (EXCLUINDO DOCUMENTOS RÉGIOS - 1310-1379)	328
GRÁFICO 49 - EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS PRODUZIDOS EM ÉVORA E NO SEU TERMO (1310-1379)	329
GRÁFICO 50 - SENTENÇAS DIRIMIDAS EM ÉVORA (1310-1379)	330

GRÁFICO 51 - TESTAMENTOS REDIGIDOS EM ÉVORA (1310-1379)	332
GRÁFICO 52 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS EM MONTEMOR-O-NOVO E SEU TERMO (1310-1379)	333
GRÁFICO 53 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS EM MONTEMOR-O-NOVO E SEU TERMO (EXCLUINDO OS PRODUZIDOS PELA CHANCELARIA RÉGIA, 1310-1379)	333
GRÁFICO 54 - EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS PRODUZIDOS EM MONTEMOR-O-NOVO E NO SEU TERMO (1310-1379)	334
GRÁFICO 55 - TESTAMENTOS REDIGIDOS EM MONTEMOR-O-NOVO (1310-1379).....	335
GRÁFICO 56 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS EM ÉLVAS E NO SEU TERMO (1310-1379)	336
GRÁFICO 57 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS EM ÉLVAS E SEU TERMO (EXCETO RÉGIOS, 1310-1379)	337
GRÁFICO 58 - DOCUMENTOS PRODUZIDOS EM ESTREMOZ (1310-1379).....	338
GRÁFICO 59 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO ENTRE-TEJO-E-ODIANA (1310-1379)	340
GRÁFICO 60 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO ENTRE-TEJO-E-ODIANA (SEM DOCUMENTAÇÃO RÉGIA, 1310-1379)	341
GRÁFICO 61 - MÉDIA ANUAL DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL NO ENTRE-TEJO-E-ODIANA (1310-1379).....	342
GRÁFICO 62 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO ENTRE-TEJO-E-ODIANA (SEM ÉVORA NEM DOCUMENTAÇÃO RÉGIA, 1310-1379).....	343
GRÁFICO 63 - MÉDIA ANUAL DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL POR DÉCADA (ENTRE-TEJO-E-ODIANA, 1310-1379)	344
GRÁFICO 64 - EMPRAZAMENTO, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS NO ENTRE-TEJO-E-ODIANA (1310-1379)	345
GRÁFICO 65 - SENTENÇAS PRODUZIDAS NO ENTRE-TEJO-E-ODIANA (1310-1379)	346
GRÁFICO 66 - TESTAMENTOS REDIGIDOS NO ENTRE-TEJO-E-ODIANA (1310-1379)	347
GRÁFICO 67 - PRODUÇÃO DOCUMENTAL EM GUIMARÃES E NO SEU JULGADO (1310-1379)	349
GRÁFICO 68 - PRODUÇÃO DOCUMENTAL EM BRAGA E NO SEU COUTO (1348-1350).....	350
GRÁFICO 69 - PRODUÇÃO DOCUMENTAL NO PORTO E SEU TERMO (1348-1350)	351
GRÁFICO 70 - PRODUÇÃO DOCUMENTAL EM GAIA, VILA NOVA A PAR DA GAIA E RESPETIVOS JULGADOS	352
GRÁFICO 71 - PRODUÇÃO DOCUMENTAL NA TERRA DE FARIA (1348-1350).....	353
GRÁFICO 72 - PRODUÇÃO DOCUMENTAL NA TERRA DA MAIA, BOUÇAS, GONDOMAR, MASSARELOS, AZURARA E PINDELO (1348-1350)	354
GRÁFICO 73 - PRODUÇÃO DOCUMENTAL NOS PEQUENOS TABELIONADOS DO ENTRE-DOURO-E-MINHO (1348-1350)	354
GRÁFICO 74 - PRODUÇÃO DOCUMENTAL NO ENTRE-DOURO-E-MINHO (1348-1350)	356
GRÁFICO 75 - PRODUÇÃO DOCUMENTAL EM ÉVORA E NO SEU TERMO (1348-1350)	357

GRÁFICO 76 - PRODUÇÃO DOCUMENTAL NO ENTRE-TEJO-E-ODIANA (1348-1350)	358
GRÁFICO 77 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO TABELIONADO DE PRADO (1310-1379)	361
GRÁFICO 78 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO TABELIONADO DE PENAFIEL DA RIBEIRA DE SOAZ (1310-1379)	362
GRÁFICO 79 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO TABELIONADO DE CELORICO DE BASTO (1310- 1379)	363
GRÁFICO 80 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO TABELIONADO DE CABECEIRAS DE BASTO (1310- 1379)	363
GRÁFICO 81 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO TABELIONADO DE MONTELONGO (1310-1379)	364
GRÁFICO 82 - DOCUMENTOS SOBREVIVENTES PRODUZIDOS NO TABELIONADO DA TERRA DE LANHOSO (1310- 1379)	365
GRÁFICO 83 - CARREIRAS DO CANONICATO BRACARENSE (1330-1370)	389
GRÁFICO 84 - DIGNIDADES DO CABIDO DE BRAGA (1330-1370)	390
GRÁFICO 85 - CARREIRAS DOS PORCIONÁRIOS DA SÉ DE BRAGA	392
GRÁFICO 86 - CARREIRAS DOS CLÉRIGOS DO CORO DA SÉ DE BRAGA (1330-1370)	393
GRÁFICO 87 - CARREIRAS DO CANONICATO DA SÉ DO PORTO (1330-1370)	394
GRÁFICO 88 - DIGNIDADES DO CABIDO DA SÉ DO PORTO (1330-1370)	395
GRÁFICO 89 - CARREIRAS DO CANONICATO DA SÉ DE ÉVORA (1330-1370)	396
GRÁFICO 90 - DIGNIDADES DO CABIDO DA SÉ DE ÉVORA (1330-1370)	398
GRÁFICO 91 - BULAS RECOLHIDAS NO BULÁRIO BRACARENSE (POR DÉCADA, 1090-1490)	421
GRÁFICO 92 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS (ENTRE-DOURO-E- MINHO, 1310-1379)	458
GRÁFICO 93 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS (ENTRE-TEJO-E- ODIANA, 1310-1379)	460
GRÁFICO 94 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS (BAIXO MONDEGO, POR DÉCADA: 1310-1379)	462
GRÁFICO 95 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRAZAMENTOS, AFORAMENTOS E ARRENDAMENTOS (BENS RURAIS NO ARO DE COIMBRA, POR DÉCADA: 1310-1379)	462
GRÁFICO 96 - OCORRÊNCIAS DA CLÁUSULA DO "CASO FORTUITO" POR ANO E TABELIÃO VIMARANENSE	499
GRÁFICO 97 - ENFITEUSE DE BENS RÉGIOS (ENTRE-DOURO-E-MINHO, 1310-1379)	513
GRÁFICO 98 - ENFITEUSE DE BENS RÉGIOS (ENTRE-TEJO-E-ODIANA, 1310-1379)	515
GRÁFICO 99 - NOVOS CONTRATOS ENFITÊUTICOS DA COLEGIADA DE SANTA MARIA DE GUIMARÃES (1310- 1379)	517
GRÁFICO 100 - NOVOS PRAZOS DO MOSTEIRO DE SANTO ANDRÉ DE ANCEDE (1310-1379)	520

GRÁFICO 101 - ENFITEUSE E ARRENDAMENTOS DA IGREJA DE SANTIAGO DE ÉVORA (1310-1379).....	521
GRÁFICO 102 - ENFITEUSE E ARRENDAMENTOS DE BENS DOS BACHARÉIS DA SÉ DE ÉVORA (1310-1379)....	522
GRÁFICO 103 - CONTRATOS ENVOLVENDO VINHAS (ENTRE-DOURO-E-MINHO E ENTRE-TEJO-E-ODIANA, 1310-1379)	554
GRÁFICO 104 - TOPÓNIMOS URBANOS DE ÉVORA POR DATA DÉCADA DO PRIMEIRO REGISTO CONHECIDO (1170-1499)	575
GRÁFICO 105 - FUNDAÇÕES MONÁSTICAS (ENTRE-DOURO-E-MINHO E ENTRE-TEJO-E-ODIANA, SÉCULOS IX-XV)	629
GRÁFICO 106 - FUNDAÇÕES MONÁSTICAS (ENTRE-DOURO-E-MINHO E ENTRE-TEJO-E-ODIANA, 1301-1400)	630
GRÁFICO 107 - FUNDAÇÕES MONÁSTICAS TRECENTISTAS NO ENTRE-DOURO-E-MINHO POR ORDEM RELIGIOSA	631
GRÁFICO 108 - FUNDAÇÕES MONÁSTICAS TRECENTISTAS NO ENTRE-TEJO-E-ODIANA POR ORDEM RELIGIOSA OU GRUPO	631
GRÁFICO 109 - REFERÊNCIAS DIRETAS À PESTE (ENTRE-DOURO-E-MINHO, 1348-1379)	653
GRÁFICO 110 - REFERÊNCIAS DIRETAS À PESTE (ENTRE-TEJO-E-ODIANA, 1348-1379)	653

Lista de abreviaturas e siglas

ASE	ARQUIVO DA SÉ DE ÉVORA
ASP	ARQUIVO DA SÉ DE PORTALEGRE
AUC	ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
ADB	ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA
ADE	ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA
ADPTG	ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE
ADP	ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO
AHME	ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ELVAS
AHMP	ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO
AMAP..... [GUIMARÃES]	ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA
AMM	ARQUIVO MUNICIPAL DE MOURA
AMPL	ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA
AMVC	ARQUIVO MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
ANTT	ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO
BMP	BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PORTALEGRE
BMNA	BIBLIOTECA DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
BNP	BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL
BPE	BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA
PMH	<i>PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA</i>

Introdução

O trabalho que se materializa nas páginas que se seguem é fruto de quatro anos de investigação, possíveis depois de muitos meses de desenvolvimento do projeto e expectativa (concretizada) de financiamento. Estudar a Peste como fenómeno histórico é uma missão fascinante, mas problemática. Pode e deve ser feito a partir de vários prismas, por muitas pessoas a trabalharem em rede e de forma multidisciplinar. Porém, sendo este um projeto individual de doutoramento, optei por um ‘lado’: este é um trabalho feito a partir da perspetiva de um historiador, a única que a minha formação me permite. Tendo sempre em conta as novidades de ponta nos domínios que têm contribuído decisivamente para o estudo da história natural e humana da Peste, integrarei esses conhecimentos dentro das limitações a que estes domínios ainda estão sujeitos em Portugal e da minha própria impreparação: seria desejável saber mais sobre pólenes medievais, dendrocronologia, ADN antigo, geografia histórica, só para nomear alguns domínios. Contudo, e não tendo preparação para o fazer, procurarei integrar o possível a partir do muito que tem sido feito além-fronteiras e do que se vai fazendo em Portugal.

Como historiador, a minha base será o documento escrito, nas suas diversas modalidades. Poderá isso ser lido como uma forma datada de abordar o problema? Como explorarei mais aturadamente no subcapítulo seguinte, a historiografia da Peste teve uma evolução longa e pouco linear. Intimamente ligada ao desenvolvimento das ciências da vida e, já nas últimas décadas, ao trabalho direto e colaborativo entre as ciências históricas, sociais e biomédicas, a peste exige um tratamento que vai além dos fenómenos puramente humanos – e que, mesmo assim, nunca são totalmente isoláveis do meio e dos fenómenos, eventos e ciclos naturais aos quais uma determinada sociedade está exposta. Desta forma, e estando muito por fazer, a realização deste trabalho não é uma reedição dos trabalhos de história ‘pura’, ora socioeconómica, ora cultural e mental, que marcaram a historiografia da peste na segunda metade do século XX. Não será, igualmente, um trabalho de reconstituição do impacto demográfico, não por falta de interesse, mas por falta de dados que o permitam. Sobre o quê para estudar a Peste em Portugal no século XIV? Creio que muito, e é isso que me proponho fazer.

Procurarei aproximar-me dos reais efeitos da Peste Negra através do estudo integrado da realidade de duas regiões não contíguas de Portugal, ao longo de sete décadas. A recolha documental, tão completa quanto possível, como adiante explicarei, destina-se a estabelecer um quadro comparativo de antes e depois de 1348-49, precisamente para saber se se pode falar de um *antes e depois*.

Neste ponto, é importante explicitar duas premissas sobre as quais trabalharei: a primeira delas é que houve uma epidemia generalizada em Portugal algures entre 1348 e 1349, não questionando a sua ocorrência, mas a forma como chegou, se manifestou, propagou, foi combatida, ultrapassada e lembrada, medindo o quanto e o como, e não *se* aconteceu; a segunda é a assunção de que essa epidemia e pelo menos parte importante das suas subsequentes manifestações, de sintomas e efeitos semelhantes, foram provocadas pela transmissão e infeção por *Yersinia Pestis*, hipótese perfeitamente provada na sua generalidade e que não questionarei aqui, apesar de descrever brevemente o debate internacional a que o tema foi submetido, sobretudo até 2011, data em que foi sequenciado, pela primeira vez, o genoma da *Y. pestis* medieval, depois de ser extraída da polpa dentária de esqueletos de vítimas da Peste Negra, em Londres¹.

Ao longo deste trabalho, a expressão “Peste Negra” será usada exclusivamente para referir o primeiro surto intercontinental da segunda pandemia de peste, que, entre a Europa, o Médio Oriente e o Norte de África, durou entre 1347 e 1353. A expressão popularizou-se e tornou-se canónica em diversas línguas no século XIX, mas a sua origem remonta a crónicas escandinavas do século XVI², e hoje deve aplicar-se apenas ao grande evento epidémico de meados do século XIV – referir-se a um surto de peste posterior, a toda a segunda pandemia ou à doença propriamente dita como “peste negra” é, segundo creio, uma incorreção, ainda que possa ser esporadicamente lido em alguma bibliografia. Quando a palavra peste for grafada com maiúscula, refere-se a um episódio

¹ BOS, Kirsten I.; SCHUENEMANN, Verena J.; GOLDING, G. Brian; BURBANO, Hernán A.; WAGLECHNER, Nicholas; COOMBES, Brian K.; McPHEE, Joseph B.; DeWITTE, Sharon N.; MEYER, Matthias; SCHMEDES, Sarah; WOOD, James; EARN, David J; HERRING, D. Ann; BAUER, Peter; POINAR, Hendrik N.; KRAUSE, Johannes - A draft genome of *Yersinia pestis* from victims of the Black Death. *Nature* 478:7370 (2011 Oct 12), p. 506-10. doi: 10.1038/nature10549.

² MYRDAL, Janke - The Forgotten Plague: The Black Death in Sweden. In HÄMÄLÄINEN, Pekka (ed.), *When diseases make history: epidemics and great historical turning points*. Helsinki: Yliopistopaino, Helsinki University Press, 2006, p. 141-142.

concreto da doença, seja a Peste Negra, seja a Peste de Justiniano, como ficou conhecido o primeira grande evento da primeira pandemia de bubónica na Antiguidade Tardia, ou outra historicamente relevante, como a chamada *Pestis secunda* - assim designada por ser a segunda epidemia de impacto continental da sobredita segunda pandemia; poderá também dizer respeito a uma epidemia historicamente relevante, que não é, ou não parece ser, provocada por uma epidemia de infeção por *Yersinia pestis*, como a Peste de Atenas ou a Peste Antonina; sendo escrita com letra minúscula, refere-se à doença propriamente dita, e não a eventos epidemiológicos concretos.

A estrutura desta tese merece alguma reflexão, atendendo à sua extensão. A primeira grande divisão faz-se segundo critérios cronológicos. A divisão em quatro grandes partes, subdivididas em capítulos, permite separar os eventos em *antes*, *durante* e *depois* da peste, sendo este *depois* dividido entre o destino dos sobreviventes e a memória não só dos que sobreviveram, como também dos que vieram depois e não viveram a Peste Negra, recebendo apenas o seu testemunho e, por vezes, recuperando-o como referência comparativa a um evento do seu próprio tempo. Fará sentido estabelecer uma primeira barreira cronológica, subdividida por aspetos mais temáticos ou eventuais?

A vastidão do tema, por um lado, e as tipologias de dados, maioritariamente indiretos no caso português, obrigam a uma compartimentação clarificadora. Assim, o *antes* é apresentado nas suas diversas formas: uma introdução à biologia da peste, para conhecermos o nosso protagonista patológico no presente e na sua história natural; a evolução do léxico da peste, para percebermos como ela foi sendo referida e identificada ao longo dos séculos, até ao momento em que se confundiu a expressão genérica peste com uma doença profundamente impactante a todos os níveis; compreender que a peste não foi a primeira doença contagiosa, epidémica ou expressiva no território que hoje é Portugal, apesar de ocupar um lugar de destaque; enfim, traçar um retrato geral do reino português nas vésperas do *enfrentamento* com este oponente (realmente?) desconhecido. Esta primeira parte, mais exploratória do que analítica, poderá parecer excessivamente longa. Porém, julgo que é uma introdução global e necessária para *situar* os eventos de 1348-1349 e aquilo que se seguiu às derradeiras mortes provocadas pelo flagelo pestífero. Depois, então, passamos ao

impacto da peste nas duas regiões portuguesas em destaque – o Entre-Tejo-e-Odiana e o Entre-Douro-e-Minho -, com aquilo que podemos saber do *durante*, enquanto grassava a epidemia.

A segunda parte da tese procura juntar todos os indícios que a documentação fornece para determinar quando e como a peste entra em Portugal, sobretudo nas regiões em estudo, e de que forma diversos fatores, humanos e naturais, condicionaram ou favoreceram a sua propagação. Muito daquilo que é dito poderia e deveria ser reforçado por dados complementares de outras ciências, da paleoclimatologia à arqueologia e à paleopatologia. Porém, na ausência destes para o território português, são sobretudo hipóteses aquilo que se apresenta para os ritmos e formas de propagação da doença. São argumentos, construídos em comparação com casos de outras paragens, mas perfeitamente sujeitos a correções quando, a par da História, pudermos apresentar e confrontar outros dados. Nesta segunda parte, porém, temos também dados bem mais objetivos e que constituirão uma parte importante da novidade deste trabalho: a análise das carreiras dos tabeliães, por um lado, e dos fluxos de produção documental, por outro. Apesar de haver algumas incursões passadas em torno desta questão, todas foram exploratórias e circunscritas a um único território. Creio que este tipo de análise é mais do que um ‘plano B’ para territórios sem as fontes documentais preferenciais em série, sendo uma análise agregadora de todos os aspetos que o texto de um documento encerra, mas também dos próprios documentos enquanto elemento de estudo *per se*, relevantes até pela sua mera produção, existência e sobrevivência. Procura-se reconstituir o possível da reação de pessoas e instituições durante um fenómeno sem precedentes na memória coletiva coeva, sondando-se os documentos para tentar perceber como indivíduos e instituições enfrentaram o embate inicial, como procuraram remediar uma situação terrível e lançar as bases daquilo que será o *depois*. O capítulo sobre a questão demográfica demonstra, simultaneamente, as fragilidades e as soluções possíveis do estudo da Peste Negra em Portugal, recusando novamente a impossibilidade do estudo de uma certa realidade histórica pelos constrangimentos causados pelas fontes disponíveis.

A metodologia não se altera significativamente na terceira parte. Os capítulos desta secção são a outra parte de maior novidade. Como se verá adiante, a peste aflorou

diversas vezes em estudos de referência na área da história económica medieval portuguesa, mas nunca foi o foco principal. Não quero dizer que foi o ator principal, mas procurar ativamente os seus sinais permitirá integrá-la numa realidade alargada. Em nenhum caso a influência a médio e a longo prazo da Peste será tão evidente como na economia. Por isso, o capítulo mais extenso desta parte é-lhe dedicado, por ser o domínio onde a influência é mais clara nas fontes portuguesas. Entre o aceleração de uns processos e o aparecimento de outros, a peste cumpre um papel definidor na Baixa Idade Média portuguesa. Complementando os domínios histórico e social, há espaço para alguns capítulos mais exploratórios: o primeiro no domínio do território, da sua exploração e da possível influência da Peste no desenrolar da história ambiental do Portugal medieval, seguido de um capítulo sobre eventuais responsabilidades da peste na evolução da espiritualidade individual e coletiva, no tratamento das minorias étnico-religiosas, encerrando-se este ciclo com uma incursão nos domínios da arte e da arquitetura, das representações das belas-artes às essenciais pontes e vias de comunicação, passando pelas edificações militares e religiosas.

Creio que este ciclo de investigação apenas fica completo com um breve tratamento da memória do evento. No final do período em estudo, uma pessoa que tivesse sobrevivido à peste como criança teria mais de trinta anos. Os protagonistas dos anos seguintes a 1379 não eram mais do que crianças, ou sequer nascidos, durante a Peste Negra – João de Gante (c. 1340), D. Fernando de Portugal (1345), Leonor Teles (c. 1350), João I de Castela (1358), João I de Portugal (1357) ou Nuno Álvares Pereira (1360) -, e não teriam mais do que uma vaga lembrança ou notícias em segunda mão. Assim, optei por lançar um olhar a algumas referências à “grande pestilência” em documentos um pouco além de 1379, à memória material da Peste e ao que dizem (ou, sobretudo, ao que não dizem) as crónicas portuguesas do final da Idade Média e do período Moderno sobre a Peste Negra. Trata-se de um projeto circular. Onde termina o derradeiro objeto de estudo, a memória da Peste em crónicas setecentistas, (re)começa a análise, naquilo que designámos por estado da arte. Onde termina a simples preservação da memória, e entra a história como ciência, com método, plano e resultados.

É importante sublinhar que, em alguns capítulos, poderá ficar a sensação de apresentação inconclusa – destaco o capítulo 6, o 7 e o 10, por exemplo, mas a exposição culminará na conclusão final, que se pretende que seja verdadeiramente global, uma reflexão dos resultados apresentados ao longo desta tese, e não apenas um apanhado mais ou menos assético e amorfo de ideias apresentadas ao longo do trabalho. É também evidente que há um desequilíbrio entre a dimensão dos diversos capítulos. A extensão dos resultados produziu um volume desigual de informação nos diversos assuntos. Não se trata da forma ideal, mas a divisão artificial do capítulo 10 em vários capítulos para que o 9 se equivalesse em tamanho não contrariaria o facto de os dados recolhidos sobre o impacto da Peste na sociedade serem muito menos abundantes do que aqueles que nos chegam sobre a economia. Outros são artificialmente influenciados pelo grande número de gráficos que incluem, como o 6. Há um certo equilíbrio entre as partes I, II e III, procurando matizar essas disparidades, mas preferi manter a estrutura tal como ela está, porque continuo a considerá-la como a que melhor serve a exposição dos resultados e a coerência da análise. Um sacrifício de forma em prol da exposição do conteúdo que me parece ideal.

Esta tese não é um fim, mas um princípio. Como referi há três anos, no Workshop de Estudos Medievais de 2018, a pertinência deste trabalho reside no seu carácter exploratório, e será tão mais bem-sucedido quanto mais rapidamente despertar reações, motivar outros estudos e, enfim, ficar desatualizado porque o conhecimento na área avançou³. É um trabalho longo, e trata-se de um pé que trava a porta e permite a entrada de outros. Demonstrar que é possível, mesmo que o meu resultado esteja bem longe da perfeição ou do polimento desejável. Há muitas hipóteses levantadas que apenas poderei deixar como sugestões. Reafirmando este trabalho como o de um historiador, algumas ideias, intuições ou sugestões apenas poderão ser confirmadas ou desmentidas por paleoclimatólogos, por antropólogos, por geneticistas e biólogos, enfim, por outros mais preparados nos respetivos ramos, métodos e perspetivas.

³ SILVA, André Filipe Oliveira da - A Peste Negra no Portugal de trezentos: Impacto e Consequências - Um Projeto de Doutoramento. In SILVA, André Filipe Oliveira da, TEIXEIRA, José Carlos, RENZI, Francesco, FERREIRA, João Martins, FERREIRA, Leandro, LEITE, Mariana (coords.), *Incipit 7. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2018*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2019, p. 58-68.

Há alguns aspetos, relacionados com a investigação conduzida nesta tese, que não queria deixar de referir. Tratando-se de uma tese com uma abordagem ‘tradicional’ aos documentos escritos, foi largamente favorecida pelas facilidades que a tecnologia concede atualmente. Numa primeira fase, encontrei algum ceticismo face à exequibilidade deste projeto, tanto no volume de documentação que me propunha ler, como na forma de análise comparativa entre duas regiões. Creio que, não há muito tempo, ele seria muito difícil de executar nos quatro anos de duração de todo o ciclo de trabalho. Tanto a acessibilidade das fontes – ainda longe do ideal, mas muitíssimo melhor do que há uma década, por exemplo -, permitiu-me trabalhar proficuamente ao longo de 27 meses de arquivo. Investimentos como o da Câmara Municipal de Guimarães, que pagou a digitalização de todo o fundo da Colegiada da Oliveira de Guimarães preservado na Torre do Tombo, mas também parte daquele que está no próprio Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, permitem a qualquer investigador aceder a essa documentação a partir de um local com ligação à internet. Falo de milhares e milhares de documentos. A este fundo, junta-se o da Ordem de Avis, igualmente disponível em acesso digital livre na Torre do Tombo, por exemplo, tal como os livros de cópias setecentistas dos mosteiros da Junqueira e de Grijó, as chancelarias de D. Dinis – publicada apenas de forma parcial - e de D. Fernando, parte das Gavetas da Torre do Tombo, entre outros. No total, a documentação disponibilizada em acesso livre nas plataformas de diversos arquivos constituirá talvez 1/3 do meu *corpus* nesta tese, o que permitiu rentabilizar o trabalho de arquivo de maneira impensável até recentemente.

De igual modo, alguns instrumentos auxiliares - que não raras vezes também encontram, ainda, resistência por parte de muitos investigadores, mas são de uma enorme valia quando criticamente usados -, permitiram otimizar o trabalho, desfazer dúvidas e avançar rapidamente onde há anos se criaria um problema. Um exemplo prático: com a leitura das bulas e outra documentação pontifícia preservada no Arquivo Distrital de Braga, muitas figuras de relevo, pertencentes à Cúria Pontifícia, eram apenas nomeados por um primeiro nome e cargo, ou até apenas pelo dito cargo e uma inicial; outros eram-no pela designação latina da sua diocese de origem, que poderia ser literalmente qualquer uma das dioceses da Igreja Católica. Uma consulta rápida às versões francesa e italiana da Wikipédia (as mais completas para o período do Papado

de Avinhão, coincidente com a maioria do período em estudo, geralmente bem fundamentadas a partir de trabalhos científicos citados) permitiam-me, *na hora*, saber que um B. ou *Bertrandus*, cardeal-diácono de Santa Maria in Aquiro⁴, se tratava de Bertrand de Montfavès, clérigo francês com uma longa carreira eclesiástica⁵. A listagem dos clérigos pontifícios é só um exemplo de uma tarefa que se resolve quase instantaneamente, de maneira muito distinta daquilo que aconteceria há alguns anos e que exigiria bibliografia especializada, dificilmente acessível. Da mesma forma, outra maravilha dos nossos dias é a proliferação de publicações - sobretudo periódicas, mas não só - em acesso aberto. Uma parte muito importante dos artigos utilizados ao longo desta tese, sobretudo aqueles que estão relacionados com as ciências da vida e da saúde, estão acessíveis livremente⁶. Desta forma, além de a ciência ser cada vez mais democrática na sua divulgação, também o escrutínio de um trabalho como aquele que esta tese constitui se torna mais fácil, mais exigente e mais transparente. Acrescente-se ainda a coincidência da redação desta tese com a pandemia de COVID-19 que começou a grassar em 2020, e que levou muitas editoras académicas a levantar as *paywall* de revistas antes pagas, ou a disponibilizar livros gratuitamente, sobretudo aqueles que estavam relacionados com epidemiologia e história das doenças, ou ainda as plataformas como a JSTOR, que permitiram consultas gratuitas muitíssimo mais extensas durante o período mais restritivo de confinamento global. Ainda que devido a um infortúnio global, esta disponibilidade inesperada de recursos permitiu alargar ainda mais o rol de bibliografia de qualidade ao meu alcance o que, segundo espero, se tenha refletido positivamente no trabalho.

Para terminar esta introdução, que quis breve, e atendendo ao tipo de trabalho que aqui apresento, permito-me definir em poucas palavras *a minha tese*, a ideia central que pretendo demonstrar ao longo dos próximos capítulos e concretizar na análise global que a conclusão é: a Peste Negra foi, em Portugal, como noutros territórios, um evento de grande magnitude em todos os aspetos – demográfico, social, económico,

⁴ Wikipédia. Santa Maria in Aquiro. Disponível em: [https://it.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_in_Aquiro_\(diaconia\)](https://it.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_in_Aquiro_(diaconia)). Consultado a 2 de janeiro de 2020.

⁵ Wikipédia. Bertrand de Montfavès. Disponível em https://it.wikipedia.org/wiki/Bertrand_de_Montfav%C3%A8s e https://fr.wikipedia.org/wiki/Bertrand_de_Montfav%C3%A8s Consultado a 2 de janeiro de 2020.

⁶ A maior parte poderá ser consultada diretamente a partir da versão digital desta tese, copiando-se do DOI do artigo e colando na barra de endereço.

cultural, etc. – mesmo que nem sempre seja possível *medir* essa magnitude, ela *sente-se*. O seu impacto e as consequências que dele derivaram, não foram iguais em todo o lado, como não o foram nas duas regiões aqui em estudo, nem dentro de cada uma delas. Para cada micro-realidade, pesaram as condicionantes humanas e naturais. Uma estrutura socioeconómica perfeitamente estabilizada pode garantir uma rápida recuperação, uma recuperação lenta ou uma estagnação; da mesma forma, uma estrutura socioeconómica em mudança ou ainda muito plástica pode permitir ou impedir evoluções igualmente distintas. A Peste Negra não terá *provocado* a maioria das alterações que lhe são imputadas, mas contribuiu para desbloquear algumas mudanças, acelerar outras ou deitar por terra alguns projetos. No limite, a Peste Negra teve um impacto distinto em cada aldeia e casal, em cada rua, vila, terra ou área, mas teve-o. Aqui, pretende-se expor os muitos caminhos possíveis tomados por quem sobreviveu, perceber porque foram escolhidos e onde conduziram. Lançar alguma luz sobre o real impacto e as reais consequências de um evento mitificado demasiadas vezes e convenientemente tratado à luz de dados externos à realidade geográfica que aqui se estuda. Trata-se, naturalmente, de uma primeira grande incursão. Que seja, como desejo, o *paciente zero* numa nova era de estudos sobre epidemias históricas no Portugal Medieval.

Espaço

Após a conceção inicial do projeto ter chegado a incluir todo o território português, muito rapidamente isso se revelou impossível de concretizar no tempo programado e segundo o tipo de pesquisa documental prevista. Assim, a reformulação deveria continuar a permitir uma análise alargada, diversa e intensiva. Optei por selecionar duas regiões portuguesas territorialmente descontínuas, o Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana. Esta opção não é a mais óbvia, nem a única que possibilitaria este tipo de recolha documental. Porém, são várias as justificações da escolha desta dupla. Em primeiro lugar, a seleção de duas regiões descontínuas permite obter dois conjuntos de dados geograficamente distintos e perfeitamente separados. Desta forma, poderia ser mais fácil obter retratos do antes, do durante e do depois da Peste, medindo os efeitos e procurando perceber qual o grau de influência do tipo de povoamento e de exploração dos recursos, do clima, das atividades económicas

predominantes, etc. Um evento catastrófico como a Peste acontece devido a uma intrincada teia de fatores naturais e humanos, e essa influência, nem sempre fácil de determinar, poderá tornar-se mais clara com uma análise comparativa como a que se aqui propõe⁷.

A um Entre-Douro-e-Minho de povoamento denso, mas disperso, fruto de uma organização que se foi lentamente desenvolvendo e consolidando pelo menos desde a Alta Idade Média, marcado por um clima húmido com invernos relativamente amenos e verões quentes, opõe-se o Entre-Tejo-e-Odiana, região de fronteira durante vários séculos, com sucessivos avanços e recuos significativos entre o final do século XI e a primeira metade do século XIII, com um clima seco, bem mais mediterrâneo no rigor do calor estival e com um coberto vegetal, características geomorfológicas e substrato cultural bastante distintos do Norte minhoto. Assim, expostos os contrastes físicos e os humanos que deles derivam, os efeitos da peste poderão tornar-se mais evidentes, tal como a importância de cada um desses efeitos e as condicionantes que permitem ou impedem a sua matização ou ultrapassagem⁸.

Importa, também, definir o espaço concreto das duas regiões em análise. No caso do Entre-Douro-e-Minho, essa definição levanta menos problemas. Incluo nesta análise todo o território que os corregedores medievais desta comarca entenderiam como sendo da sua jurisdição - todos os concelhos que pertencem aos atuais distritos

⁷ Uma das críticas feitas por Bruce M. Campbell ao volume III da história agrária de Inglaterra e Gales promovida pela Universidade de Cambridge, precisamente aquele que se dedica ao período entre 1348 e 1500, é a divisão regional estanque que, apesar do grande detalhe com que analisa cada território, jamais estabelece comparações que, por triangulação de dados, permitam realmente projetar uma imagem geral a partir de realidades distintas. O trabalho que me proponho realizar não colmata uma falha deste tipo, por se tratar apenas de duas regiões, mas deve muito ao tipo de abordagem proposta por autores como o referido Bruce Campbell: CAMPBELL, Bruce M. S. - A Fair Field Once Full of Folk: Agrarian Change in an Era of Population Decline, 1348–1500. *The Agricultural History Review* 41:1 (1993), p. 62-63.

⁸ Numa escala muitíssimo maior e mais complexa, este tipo de comparação foi levado a cabo, entre outros exemplos, por Stuart J. Borsch, na obra que dedicou à comparação dos efeitos socioeconómicos da Peste na Inglaterra Plantageneta e no Egito Mameluco. Borsch conseguiu provar que não foram as condições geoclimáticas ou as características religiosas e culturais predominantes em cada uma das sociedades em causa que condicionaram ou favoreceram a recuperação de cada um dos espaços, mas sobretudo o exercício do poder, central ou periférico, e a influência direta que os sistemas de governação tinham na exploração da terra, distribuição de renda e investimento. Neste caso em concreto, Borsch comparou o que era comparável: a eficaz gestão centralizada das duas unidades políticas em causa preservou registos vastos e sistemáticos o suficiente para obter um valor aproximado de PNB em ouro ao longo do período em estudo. BORSCH, Stuart J. - *The Black Death in Egypt and England*. Austin: Texas University Press, 2005. ISBN 978-0292722132.

de Viana do Castelo, de Braga e do Porto a norte do Douro – mais o concelho de Vila Nova de Gaia. E é sobre dois aspetos dos limites oriental e meridional da análise do Estre-Douro-e-Minho que podem surgir dúvidas. O território do Entre-Douro-e-Tâmega, que compreende, *grosso modo*, os atuais concelhos de Baião, Marco de Canaveses e Amarante, mesmo sendo excluído, por vezes, dos limites da comarca medieval do Entre-Douro-e-Minho⁹, partilha mais características naturais e de povoamento com as territórios da margem direita do Tâmega, como o Vale de Sousa, do que com os territórios do atual distrito de Vila Real; assim, decidi considerar como fronteira natural da comarca as serras do Marão e do Alvão, e os limites da região do Barroso, no sentido sul-norte. Por outro lado, o acrescento dos territórios do atual concelho de Vila Nova de Gaia responde a fatores humanos, mais importantes do que os naturais neste caso concreto. Apesar de o corregedor do rei na Beira ter jurisdição até ao Douro durante quase todo o século XIV¹⁰, as vilas gémeas de Gaia e de Vila Nova, assim como os mosteiros que orbitavam em torno destes núcleos urbanos – Pedroso, Grijó e Sandim – mantinham uma relação umbilical e interdependente com o Porto, que torna indispensável uma análise conjunta para obter um quadro fidedigno da realidade trecentista da região, posto em causa em caso de exclusão de um dos portos dos quilómetros finais do Douro.

A definição do espaço do Entre-Tejo-e-Odiana levanta mais alguns problemas. A comarca incluiria todo o espaço a sul do Rio Tejo e a norte da Serra Algarvia, incluindo o território português da margem esquerda do Guadiana, integrado em Portugal no reinado de D. Dinis, e espaços historicamente não considerados como parte da região do Alentejo, como a Península de Setúbal. A sobreposição de vários fatores, sobretudo naturais, fez-me excluir precisamente a Península de Setúbal – mantendo, porém, a própria vila de Setúbal, por haver indícios de que era o porto de mar do Alentejo -, assim como a área da atual sub-região da Lezíria do Tejo que se encontra na margem esquerda do Tejo – onde se incluem os atuais concelhos de Coruche, Benavente, Salvaterra de

⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal. Volume IV. Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 297.

¹⁰ Exemplo dessa jurisdição é a sentença dirimida por Afonso Eanes, corregedor do rei na Beira, datada de 29 de julho de 1344 e que encerrou uma demanda entre o Cabido do Porto, por um lado, e Vasco Gonçalves e Fernando Gonçalves, escudeiro do Avelal, por outro, a propósito de várias leiras de ambas as partes, que se confrontavam. ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 14^o, fl. 5.

Magos, Almeirim e Chamusca –, assim como o concelho de Abrantes. Ainda que a Península de Setúbal fosse considerada parte da comarca e correição do Entre-Tejo-e-Odiana, o território e as relações humanas tornavam-na mais próxima de Lisboa e da região da Estremadura, o que me levou a excluí-la da análise do espaço transtagano, tal como me conduziu à inclusão do território de Gaia na análise do Entre-Douro-e-Minho. Esta distinção física e cultural era percebida e defendida pelos próprios moradores de Almada, por exemplo, já no século XIV¹¹.

Assim, a área em estudo apenas atinge o Tejo até Gavião, seguindo os limites do atual distrito de Portalegre e, com eles, os do próprio Alentejo como é entendido atualmente, incluindo o único território oficialmente alentejano que fica a norte do Tejo, a freguesia de Belver (c. de Gavião). Nota apenas para o antigo concelho de Montargil (atualmente parte do concelho de Ponte de Sor), que incluí nesta análise; apesar de apenas ter sido autonomizado a partir do termo de Santarém – e de forma intermitente - no reinado de D. Fernando¹², o seu território, as suas ligações viárias e a sua integração no Alto Alentejo pesaram para que essa inclusão fosse feita.

Sobrepõem-se assim várias realidades. A mais decisiva, a geoclimática, é complementada aqui e ali com fatores humanos onde eles são mais determinantes na fixação de pessoas e no desenvolvimento sociocultural. Numa cronologia de limites não só móveis, como difusos, estes dois territórios poderiam ser definidos de maneira

¹¹ Uma carta de 18 de setembro de 1363, na qual D. Pedro I se dirige a Gonçalo Eanes, seu corregedor no Entre-Tejo-Odiana, dá-se conta de que os moradores de Almada se queixaram de que, apesar de terem privilégio para que apenas os que tivessem de 1000 libras para cima fossem obrigados a ter cavalos e armas, o corregedor queria obrigar todos os que tivessem de 500 libras de contia para cima a possuí-los, por ser essa ser a ordenação geral do Entre-Tejo-e-Odiana. Porém, os habitantes diziam que a vila estava rodeada de vinhas, pelo que não tinham cevada nem palha como cumpriria para isso, nem possuía as vastas herdades e termos do Entre-Tejo-e-Odiana, e que estava tão próxima de Lisboa que os seus usos eram muito mais próximos dos da dita cidade e da comarca da Estremadura. O rei acede ao pedido desses moradores e ordena ao corregedor que aplique o privilégio, semelhante ao de Lisboa, apesar da referida ordenação da comarca. Sendo, pelo menos em parte, um exercício de retórica política por parte do concelho de Almada, é legítimo o suficiente para obter a confirmação da mercê do monarca. O elemento humano, aqui, sobrepõe-se claramente ao elemento natural. *Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367*. Ed. A H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos, 1984, doc. 842, p. 384-386.

¹² D. Fernando eleva Montargil a vila, com termo e jurisdições próprias, em 20 de janeiro de 1372, ao mesmo tempo que a doa a João Esteves, seu vassalo. Porém, essa cisão e a consequente doação terão sido revogadas pouco depois, sendo a vila novamente concedida em 17 de junho de 1373, quando o rei a doa Rui Pereira, cavaleiro e alcaide de Santarém, e a Violante Lopes, sua mulher, com o seu termo e jurisdições, “que antes não tinha por ser termo de Santarém”, restituindo essas jurisdições a Santarém logo a 4 de agosto de 1373. ANTT, Chancelaria de D. Fernando, Livro 1, fl. 88v, 91v-92, 126-126v, 133.

ligeiramente distinta, sem que isso pusesse em causa a sua denominação ou validade. Porém, tendo em conta o entrelaçar de fatores humanos e naturais, creio que esta definição é aquela que me dará mais garantias de resultados coerentes e integrados.

Será sempre preciso ter em conta que estes dois territórios sofreram, como quaisquer outros, mudanças climáticas, não sendo as características ambientais atuais exatamente aquelas que prevaleciam na Baixa Idade Média – e que, tal como no resto da Europa, também não corresponderiam a paisagens intocadas, depois de milénios de ocupação e adaptação humana¹³. Contudo, parecem ser próximas o suficiente para distinguirmos o Norte minhoto e o Sul alentejano, de forma simples, segundo critérios próximos dos atuais. Nos últimos séculos medievais, a região que hoje conhecemos como Alentejo tinha já uma ocupação humana contínua de vários milénios, e a paisagem refletiria essa presença, ainda que de uma forma bastante menos evidente do que em outras regiões portuguesas, tendo alguma familiaridade com a atual: o montado, com o sobreiro como espécie arborícola predominante na zona de Évora, com uma densidade assinalável de azinheiras, tanto maior quanto mais nos aproximarmos da fronteira espanhola ou do atual distrito de Beja¹⁴, não adulterando visivelmente aquele que terá sido o domínio vegetal natural, anterior à ocupação e intervenção humana¹⁵. No Entre-Douro-e-Minho, o casal seria a unidade fundamental de exploração, reunindo, com frequência, áreas de cultivo de arado, pasto, zonas de mato ou pequenas florestas, num uso integrado da paisagem. As zonas altas das franjas do Gerês e Peneda seriam necessariamente distintas na sua ocupação e exploração, mas representariam igualmente uma percentagem pequena da população e da produção da região.

Cronologia

A cronologia sobre a qual este trabalho se debruça merece também uma reflexão. Sendo a chamada Peste Negra o evento central, optou-se por colocá-la no centro da cronologia. A Peste Negra foi apontada como um *turning point* incontáveis

¹³ HOFFMANN, Richard C. – *An Environmental History of Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 21-50.

¹⁴ MOREIRA, Maria Eugénia; NETO, Carlos da Silva – Parte V: A Vegetação. In MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.); FERREIRA, António Brum - *Geografia de Portugal 1. O Ambiente Físico*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 427-431.

¹⁵ RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal. II. O Ritmo Climático e a Paisagem*. Comentários e atualizações de Suzanne Daveau. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1988, p. 593-599.

vezes. Isso favoreceu o seu uso como início ou final de análise de médio e longo prazo. Porém, como se poderá perceber se essa rutura existiu, se não se comparar o que havia antes com o que se seguiu? Começar a investigação em 1348, sem olhar com a mesma atenção para as décadas anteriores, não me permitiria situar e medir a peste, nem dizer que um determinado processo ou circunstância foi provocado pela epidemia. Mesmo assumindo esta opção, e com um século tão cheio de eventos marcantes como foi o século XIV, o balizamento deste período pode ser feito de diversas formas. Optei por analisar sete décadas completas, com início em 1310 e final em 1379. São três as explicações necessárias: qual a razão da data de início, da data do final e desta duração.

O intervalo de setenta anos foi escolhido para que se pudesse estudar, *grosso modo*, uma geração antes e outra depois da Peste Negra. A data inicial, 1310, marca o início de uma década de grandes convulsões a nível continental, marcadas pela “Grande Fome” de 1315-1322, que, como veremos, é um entre vários fatores nada negligenciáveis no impacto da Peste, anos depois¹⁶. Nenhum destes eventos devastadores parece ter sido importante ou, pelo menos, ter conhecido proporções equiparáveis nesses anos aquém-Pirenéus – o que não significa que os reinos ibéricos tenham escapado incólumes. Contudo, não se poderia perder a oportunidade de tentar medir também esse possível efeito. Em vez de optar pela data tradicionalmente aceite para o início da Grande Fome na Europa, decidi recuar um pouco, até 1310, para poder começar num período de aparente estabilidade. O reinado de D. Dinis estava já numa fase de grande maturidade: inquirições concluídas há muito, nenhum conflito bélico assinalável desde há anos, um território alargado em Ribacôa e na margem esquerda do Guadiana desde o Tratado de Alcanizes de 1297, e uma aura de respeitabilidade na Península que vinha consolidando desde que o rei português serviu de árbitro entre os seus pares ibéricos¹⁷.

A data final respeita critérios semelhantes. À Peste Negra, sucedeu-se um conjunto de fenómenos naturais e humanos importantes – terremotos (com destaque

¹⁶ DeWITTE, Sharon N. - Mortality Risk and Survival in the Aftermath of the Medieval Black Death. PLoS ONE 9(5) (2014): e96513. Doi: 10.1371/journal.pone.0096513; DeWITTE, Sharon N.; SLAVIN, Philip - Between Famine and Death: England on the Eve of the Black Death—Evidence from Paleoepidemiology and Manorial Accounts. *Journal of Interdisciplinary History*, xlv:1 (Summer, 2013), 37–60.

¹⁷ PIZARRO, José Augusto de Sottomayor - *D. Dinis*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, p. 115-124.

para os de 1356¹⁸), fomes, guerras (as Primeira e Segunda Guerras Fernandinas). No plano da epidemiologia histórica, as balizas históricas incluem outras pestes (1362, 1374-76), todas elas com expressão continental, ainda que sucessivamente menos impactantes, antecedendo o início dos ciclos recorrentes e dos focos locais e, assim, de uma nova fase na experiência europeia da peste bubónica. Quase coincidindo com a derradeira peste incluída nesta análise, a chamada *Lei das Sesmarias*, de 1375, marca o fim simbólico de um ciclo, pelo que procurarei compreender quanto da ação legislativa se deve à peste, se ou como surtiu efeito a curto prazo, procurando evitar a entrada do estudo pela Terceira Guerra Fernandina, que através da sua conclusão pelo Tratado de Salvaterra, em 1383, se torna o prólogo do ciclo seguinte, que se inicia com a crise de 1383-85. No término *ad quem* pesam, assim, fatores eminentemente humanos, sobretudo políticos, que se sobrepõem a quaisquer eventos não-humanos coevos. Assim, encerrando a análise em 1379, completa-se o ciclo de sete décadas e duas gerações.

Documentação e Metodologia

As referências diretas à peste são escassas, sendo muitas vezes acidentais e estando inseridas em documentação produzida com outras motivações que não a do relato da doença. Optou-se por recolher toda a documentação produzida pelas instituições das duas regiões em causa, ou dirigida a elas. Paralelamente, procurou-se acrescentar documentação de algumas instituições localizadas noutras regiões, mas com propriedades ou interesses nas regiões em causa, durante o período em estudo.

Como foram reunidos os 9814 documentos que servem de base a este estudo? Foram considerados apenas originais? Todos os testemunhos sobreviventes, produzidos nas regiões em estudo ou dirigidos a pessoas ou instituições nelas estabelecidas, em original ou cópia, foram tomados em conta. Para ‘efeitos de contagem’, todos os documentos encontrados contam com uma unidade. Assim, um rol de quitações pode incluir dezenas de documentos diferentes, individualmente datados e redigidos, sendo cada um deles um documento notarial distinto. Por outro lado, as cópias parciais – desde

¹⁸ FERRÃO, Célia; BEZZEGHOUD, Mourad; CALDEIRA, Bento; BORGES, José Fernando - The Seismicity of Portugal and Its Adjacent Atlantic Region from 1300 to 2014: Maximum Observed Intensity (MOI) Map. *Seismological Research Letters* 87(3) (Maio de 2016), p. 743-750. DOI: 10.1785/0220150217

que datadas – e as referências a documentos perdidos, mas datados e descritos, são incluídas no rol. Trata-se de alargar o rol de documentos existentes e que sabemos terem existido, criticamente e salvaguardando eventuais reservas.

As cópias exigem sempre cuidados redobrados: é possível que haja erros de leitura do copista, probabilidade que aumenta com o alargamento do intervalo cronológico que medeia a produção do documento original e da sua cópia. Em muitos casos, como na documentação vimaranense, a existência da esmagadora maioria dos originais dispensou tudo o que fosse além da consulta das cópias setecentistas, para verificação de possíveis perdas nos mesmos originais. Noutros, como no caso dos mosteiros de São Simão da Junqueira, Salvador de Grijó e Santo André de Ancede, as cópias setecentistas foram fundamentais. Só estes três mosteiros, em particular, forneceram mais de 800 documentos, dos quais apenas cerca de 40 eram documentos originais. Trata-se de documentação que requer uma crítica mais apurada, precisamente pelos erros de cópia que pode haver. Mas, com a recolha sistemática, torna-se possível perceber elementos de datação crítica, quer através dos seus intervenientes e testemunhas, quer através de pequenos sinais, como referência a eventos, moedas e emolumentos, oficiais régios e concelhios, autoridades eclesiásticas, entre outros elementos, que permitem atestar em permanência o rigor da cópia e a sua fidelidade face a um original perdido.

A historiografia da peste tem privilegiado um pequeno conjunto de tipologias documentais, pelos dados diretos e expressivos que permitem obter: séries de gestão, róis fiscais, testamentos e outras fontes notariais – cada uma delas com as suas particularidades e exigências metodológicas – ou fontes excepcionais que sobrevivem isoladamente em certas regiões¹⁹. Para o primeiro caso, dependemos de listas completas, ou quase, para um ou mais domínios de exploração agrícola, de fiscalidade

¹⁹ O arquivo episcopal da cidade catalã de Vic, por exemplo, preserva códices com os registos da administração da extrema união, com séries quase completas de 1 de agosto de 1348 a 1409. VILA I BOVER, Miquel – La Pesta Negra del segle XIV a Vic. *Gimbernat XX* (1993), p. 165-172; outro exemplo, frequentemente referido e há muito conhecido, é o dos excepcionais e precoces registos paroquiais da vila de Givry, na Borgonha, cujas extensão permite analisar com um detalhe quase incomparável e de formas direta a mortalidade e a nupcialidade locais. GRAS, P. - Le registre paroissial de Givry (1334-1357) et la peste noire en Bourgogne. *Bibliothèque de l'École des chartes* 100 (1939), p. 295-308.

pública²⁰ ou privada, que acabam por funcionar quer como instrumentos de análise demográfica indireta, quer como indicadores abrangentes de atividade económica. Para o segundo caso, é necessário um registo bastante completo da atividade tabeliônica, por um lado, ou, assumindo já a dificuldade de obter esse registo na maioria dos territórios europeus, ter um *corpus* bem preservado de testamentos que contemplaram certas instituições eclesiásticas, ou dos quais estas, um ou vários dos seus membros, agiram como testamenteiros. As possibilidades de uso deste tipo de recursos documentais em Portugal, para o século XIV, são escassas. Não temos séries anuais de pagamentos de rendas ou impostos senhoriais, municipais ou régios, ou obrigações de vários tipos que permitam reconstituir o perfil demográfico de uma área localizada ou região. Documentos riquíssimos como os tombos de bens e rendas do mosteiro de Grijó, dos cabidos de Braga e Évora ou da Ordem de Avis, atestam o estado dos imóveis e a sua rentabilidade num determinado momento, cristalizado pela recolha; as comparações possíveis fazem-se através de eventuais emprazamentos múltiplos feitos ao longo das décadas, e que podem revelar valores diferentes. Porém, aqui, como tantas vezes, é preciso redobrar o rigor metodológico colocado na procura dos mesmos dados em documentos de tipologias distintas.

Também no que diz respeito aos testamentos, não é possível replicar a metodologia levada a cabo por investigadores diversos noutras paragens²¹. Além de não terem sobrevivido livros de notas dos tabeliões para este período, o que nos revelaria com maior segurança quer o número de testamentos, quer a variabilidade dos fluxos de produção destes, as instituições não terão guardado a maioria dos testamentos que as contemplavam como beneficiárias. Sabemos isso de forma indireta, através das

²⁰ Um exemplo de tipo documentação fiscal pública é o dos *compoix*, um proto-cadastro fiscal elaborado inicialmente pelas autoridades de uma cidade, típico das cidades occitanas a partir do século XIV. Os *compoix* de Albi de 1343 e 1357 serviram para um estudo sobre o impacto da Peste Negra na dita cidade: PRAT, Geneviève - Albi et la peste noire. *Annales du Midi* 64:17 (1952), p. 15-25.

²¹ A título de exemplo, os testamentos são a fonte fundamental em várias obras de maior fôlego, mas também artigos, cuja metodologia não é, por isso, aplicável à realidade portuguesa: SLOANE, Barney – *The Black Death in London*. Stroud: The History Press, 2011; GÜNZBERG MOLL, J. - Las crisis de mortalidad en la Barcelona de siglo XIV. *Revista de Demografía Histórica* 7 (1989), p. 9-36; VILLARÓ, Albert - La pesta negra, el 1348, a la Seu d’Urgell. *Urgellia* 8 (1986-7), p. 271-302; WRAY, Shona Kelly - *Communities and Crisis: Bologna During the Black Death*. Leiden; Boston: Brill, 2009; não sendo diretamente focado nos testamentos tratados no artigo imediatamente anterior, mas sim nos inventários que se seguiram a parte deles, refira-se igualmente VILLARÓ, Albert - Novedades sobre la pesta negra a la Seu (1348). Disposicions pietoses l’any de la pesta. *Urgellia* 9 (1988-1989), p. 343-64.

abundantes públicas-formas de cláusulas testamentárias pedidas pelas instituições, muitas vezes ignorando o resto do documento e não revelando no traslado dados fundamentais como a data, o local de redação e até o tabelião do documento original²², limitando-se o estrito interesse de uma instituição à cláusula que lhe dizia respeito, nos casos em que era uma simples beneficiária. Assim, temos excertos de testamentos que provam que houve muitos mais do que aqueles que sobrevivem e podemos datar, e mesmo aqueles representarão apenas uma fração dos que existiram na realidade; a exiguidade dos números sobreviventes leva-me a olhar com maior desconfiança para eventuais flutuações do número de testamentos, ainda que estas não possam ser desprezadas, e nunca o sejam.

Como dado final, caso tivéssemos acesso aos livros de notas dos tabeliães, também não poderíamos traduzir o número de testamentos em mortalidade: um aumento súbito de testadores revela instabilidade e uma preocupação coletiva que significa algo, mas muitos dos testadores podem sobreviver ao período que os inquietou; apenas a execução de um testamento, e não a sua redação, nos revelará a morte do seu testador. Por outro lado, é possível que a certa altura, parte das pessoas morresse intestada, o que teria efeitos jurídicos relevantes, como adiante se verá.

Tratando-se de um trabalho longo, com vários domínios distintos abordados e com diferenças substanciais de análise, preferi fazer observações concretas sobre as metodologias aplicadas no início de cada capítulo, ou subcapítulo. Uma abordagem mais tradicional tornaria este ponto demasiado extenso, pouco útil pela necessidade constante de voltar atrás, podendo comprometer a inteligibilidade e fluidez da leitura e compreensão.

²² Refiro aqui dez casos meramente ilustrativos: ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Testamentos, doc. 40, 1316-04-12; doc. 41, 1318-06-07; ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 24, n.º 38, 1330-02-03; maço 25, n.º 21, 1331-10-10; maço 28, n.º 11, 1338-05-02; maço 29, n.º 13, 1343-12-12; BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 17, peça 003, 1347-08-02; Pasta 22, doc. 027, 1350-01-09; AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 124, 1352-06-02; Livro II, doc. 319, 1369-12-17. Esta realidade não parece exclusiva de Portugal, contudo: em Barcelona, por exemplo, os registos episcopais não receberam qualquer transcrição de um testamento nos anos da Peste, mas há uma volume muito considerável de documentos relacionados com execuções de testamentos, da execução propriamente dita ao incumprimento, da renúncia de testadores ou procedimentos burocráticos: UTTERBACK, K.T. - The date of composition of bishops' registers from the plague years in the diocese of Barcelona. *Journal of Ecclesiastical History* 39:3 (1988), p. 419.

Um problema historiográfico de longa data

Estudar um fenómeno como a Peste, do ponto de vista histórico, é um problema complexo. Trata-se de uma ocorrência natural, influenciada pela ação humana quando toma proporções pandémicas, e que, num derradeiro plano, tem consequências inegáveis no desenvolvimento das sociedades que atravessa, alterando o rumo da sua evolução e perenizando o impacto, mesmo que a memória do acontecimento se dissipe e perca. A imagem da teia na conceptualização do estudo da Peste será sempre um auxiliar precioso: fatores ambientais e humanos cruzam-se, servindo como catalisadores ou travões mútuos sucessivos. No caso da chamada Peste Negra – expressão que neste trabalho, como já afirmei, será utilizada exclusivamente para referir a primeira grande manifestação da Segunda Pandemia de Peste, que chega à Europa em 1347 -, falamos sobretudo de catalisadores que conduziram a uma *tempestade perfeita* de propagação, virulência e resposta humana.

Assim, mais do que qualquer outro tema, o estudo histórico de uma doença evolui tanto com o desenvolvimento da historiografia científica, como com o desenvolvimento das ciências da vida, sobretudo das ciências biomédicas. Os debates sucedem-se ao ritmo dessas descobertas: o que provoca a doença? Será que foi apenas uma doença? Qual foi a causa dessa doença? Como se transmite e como se desenvolve? Porque matou tanta gente, e porque se criaram condições perfeitas para um impacto tão grande? Tinha cura? Poderá voltar?

Neste itinerário crítico, não serei exaustivo nos trabalhos que não lidam concretamente com a Peste Negra. Apenas esses constituem um *corpus* com centenas de títulos. Falar de toda a história e historiografia da peste, das doenças epidémicas ou até da chamada *Crise do Século XIV* é uma tarefa esmagadora e inútil, neste contexto. O enquadramento geral será permanente, mas o foco incide sobre a mais emblemática das epidemias humanas. Creio que a historiografia da Peste Negra, a nível internacional, pode ser dividida em três grandes períodos, arrancando cada um deles a partir de descobertas fundamentais. O primeiro desses períodos é a inauguração formal e simbólica da historiografia da Peste Negra, através da publicação da obra *Der schwarze Tod im vierzehnten Jahrhundert: Nach den Quellen für Ärzte und gebildete Nichtärzte bearbeitet*. (A “Morte Negra” no Século XIV: a partir das fontes para médicos

e não-médicos instruídos) por Justus Friedrich Karl Hecker em 1832²³. Esta obra, que se pode já considerar um exercício de historiografia “moderna”, recupera as expressões usadas por algumas crónicas modernas em línguas germânicas para se referirem à Peste de meados do século XIV, tornando-a canónica. O autor, médico e professor de História da Medicina na Universidade de Berlim, produziu uma obra vasta e influente. Este é o ponto de partida da historiografia da Peste Negra e, como se verá, não é uma recuperação de memória inocente: Hecker estuda a Peste Negra durante a segunda pandemia mundial de cólera, a primeira que afetou a Europa e produziu um impacto profundo na opinião pública e no imaginário coletivo do seu tempo²⁴. A peste parecia a doença distante, do passado, cuja história e memória era resgatada quase metafórica e moralmente para o *colérico* século XIX. De facto, a Peste Negra tornou-se muito mais negra sob a pena dos historiadores oitocentistas, sobretudo anglo-saxónicos, o que viria a influenciar de forma indelével o discurso sobre a doença. A peste era, na Europa Ocidental, apenas uma memória: em 1769, um médico francês dizia não conhecer nem reconhecer aquela peste descrita pelos autores antigos²⁵.

No entanto, a peste não desaparecera. Uma nova pandemia em potência eclode na China em meados do século XIX, e chega a territórios colonizados pelos europeus no fim dessa centúria – sobretudo Hong Kong. O estudo da doença, e a historiografia que dele bebeu, entra assim na sua segunda fase. Alexandre Yersin, microbiólogo suíço destacada no Extremo Oriente, praticamente em simultâneo com o japonês Kitasato Shibasaburō, em 1894, descobre o agente patogénico responsável pelas diversas formas de peste, um bacilo que, depois de alguma variabilidade, acabou por ser batizado, em sua honra, como *Yersinia pestis*²⁶; numa segunda fase, seguem-se outras descobertas fundamentais, com destaque para a identificação do rato como principal depósito da peste e do papel pulga enquanto vetor de transmissão entre animais, e entre estes e o Homem, sendo um primeiro ciclo de grandes descobertas etiológicas concluído com a

²³ HECKER, Justus Friedrich Karl - *Der schwarze Tod im vierzehnten Jahrhundert: Nach den Quellen für Ärzte und gebildete Nichtärzte bearbeitet*. Berlin: Herbig, 1832.

²⁴ SLACK, Paul – *Plague: A Very Short Introduction*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2012, p. 43.

²⁵ BIRABEN, Jean-Noël- Essai sur les réactions des sociétés éprouvées par de grands fléaux épidémiques. In BULST, Neithard, DELORT, Robert (éd.), *Maladie et société XII e - XVIII e siècles*. Paris : Editions du CNRS, 1989, p. 367-374.

²⁶ SLACK – *Plague...*, p. 4-6.

descoberta do mecanismo de bloqueio nas principais espécies de pulgas vetores, feita por Arthur William Bacot e C. J. Martin, em 1914²⁷.

Rapidamente, se assume que este seria o agente bacteriano responsável pelas grandes pestes do passado, cujas descrições coevas se aproximam notavelmente da sintomatologia da peste bubónica, da qual o agente patogénico era agora conhecido – mas também divergiam de algumas, como a Peste de Atenas (c. 430 a.C.)²⁸ ou a Peste Antonina²⁹ –, e a historiografia não tarda a retomar o assunto com este novo conhecimento, ainda que o debate, como se verá, se tenha mantido aceso ao longo de mais de um século. Nos anos que se seguiram à identificação da *Y. pestis*, foi descoberta também a função primordial da pulga como vetor indispensável à transmissão da doença ao Homem, o que abriu novas possibilidades na leitura das epidemias históricas de peste e na análise das diversas variáveis, cada vez mais numerosas e em teias mais intrincadas.

É possível dividir esta segunda fase dos estudos sobre a Peste Negra em duas abordagens distintas, mais ou menos sucessivas no plano cronológico. A nova história social e económica, devedora aos *Annales*, mas também à história económica de cunho anglo-saxónico, acabou por retirar um pouco do carácter “gótico” da Peste Negra, transformando-a menos em parto violento do Renascimento, e mais em evento natural de profundo impacto humano, com consequências duradouras, mas sem condenar a Idade Média a um fim sem apelo³⁰. Assim, e sobretudo a partir dos anos de 1960, surge

²⁷ BACOT, Arthur William; MARTIN, C. J. - LXVII. Observations on the mechanism of the transmission of plague by fleas. *Journal of Hygiene (London)* 13 (Suppl.), (1914 Jan), p. 423-439.

²⁸ A descrição que Tucídides faz da Peste de Atenas tornou-se o arquétipo de todas as descrições de grandes epidemias no Ocidente. Ironicamente, todas as tentativas de diagnóstico retrospectivo afastam a hipótese de peste clínica, preferindo outras alternativas como formas mais primitivas e virulentas de sarampo e varíola, entre outras. LITTMAN, Robert J. - The plague of Athens: epidemiology and paleopathology. *Mount Sinai Journal of Medicine* 76:5 (2009 Oct), p. 456-67. doi: 10.1002/msj.20137.

²⁹ Também no caso da Peste Antonina, as possibilidades são variadas e apontam para causas semelhantes à Peste de Atenas. É possível que os extraordinários avanços proporcionados pela paleogenómica venham preencher essas lacunas. Parece certo que não se trata de infeções por *Y. pestis*. LITTMAN, R. J.; LITTMAN, M. L. - Galen and the Antonine Plague. *The American Journal of Philology*, 94:3 (Autumn, 1973), p. 243-255; DUNCAN-JONES, R. -The impact of the Antonine Plague. *Journal of Roman Archaeology* 9 (1996), p. 108-36.

³⁰ A leitura da abordagem da Peste Negra por cronistas e historiadores, ao longo dos séculos, feita por Faye Getz é bastante clara; a classificação do tratamento oitocentista da Peste Negra como “gótico” foi retirado do seu artigo: GETZ, Faye Marie - Black Death and the silver lining: meaning, continuity, and revolutionary change in histories of medieval plague. *Journal of the History of Biology* 24:2 (1991), p. 265-89.

uma das mais profícuas vias do estudo da Peste Negra, a das monografias, com diferentes focos geográficos ou temáticos, e que têm sido frequentes nas últimas décadas. Há as de âmbito global, destacando-se, cronologicamente as de Philip Ziegler³¹, Jean-Noël Biraben³², Robert S. Gottfried³³ e, mais recentemente, Ole J. Benedictow³⁴. Reduzindo o âmbito, temos obras dedicadas a áreas geográficas alargadas e unidades políticas vastas, do Médio Oriente e Egito³⁵ à Escandinávia³⁶, passando pelas Ilhas Britânicas e França. Mais recentemente, o esforço de tornar o estudo verdadeiramente global tem permitido incursões inéditas na história da segunda pandemia da doença na África Subariana³⁷, mas também novos dados sobre a China e a Mongólia. Uma das figuras-chave dos últimos anos, ligada a muitos destes trabalhos, é a medievalista norte-americana Monica H. Green, grande dinamizadora da divulgação e da didática da história das doenças medievais, promotora do cruzamento entre as ciências da vida e as ciências históricas e responsável ou participante em várias iniciativas editoriais sobre o tema e sobre a sua *globalização*.

Reduzindo o alcance espacial, temos numerosas monografias dedicadas a bispados, cidades, pequenos reinos e outras unidades políticas. O método, sobretudo naquelas em que o foco geográfico não é tão vasto, passa pela análise sistemática de fontes documentais – sobretudo, mas não só -, privilegiando as tipologias mais

³¹ Originalmente lançada em 1969, conheceu várias reedições e reimpressões motivadas pela qualidade da síntese e pela sua vasta difusão. Utilizo, neste trabalho, a reimpressão de 1982. ZIEGLER, Philip - *The Black Death*. London: Penguin Books, 1982.

³² BIRABEN, Jean-Noël - *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*. 2 vols. Paris : Mouton, 1975-1976.

³³ Editado em inglês, pela primeira vez, em 1981; recorro, aqui, à tradução para espanhol editada no México em 1989. GOTTFRIED, Robert S. - *La muerte negra: desastres naturales y humanos en la Europa medieval*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

³⁴ Originalmente lançada em inglês em 2004, utilizo aqui a tradução espanhola da obra. BENEDICTOW, Ole J. - *La Peste Negra, 1346-1353. La historia completa*. Madrid: Akal, 2011.

³⁵ Destaco, pela qualidade e pelo alcance, três obras para o Mediterrâneo Oriental Islâmico: DOLS, Michael W. - *The black death in the Middle East*. Princeton: Princeton University Press, 1977; BORSCH, Stuart J. - *The Black Death in Egypt...*; VARLIK, Nükhet - *Plague and Empire in the Early Modern Mediterranean World: The Ottoman Experience, 1347–1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. ISBN 978-1108412773.

³⁶ Para a Escandinávia, destacam-se os trabalhos de Ole J. Benedictow, para a Noruega, e Janken Myrdal para a Suécia: MYRDAL - *The Forgotten Plague...*, p. 141-186.

³⁷ O número 9 da revista *Afriques. Débats, méthodes et terrains d'histoire*, de 2018, dirigido por Gérard Chouin é um marco neste tema. Destaco os artigos do coordenador e de Monica H. Green: CHOUIN, Gérard - *Reflections on plague in African history (14th–19th c.)*. *Afriques* 9 (2018). DOI: <https://doi.org/10.4000/afriques.2228>; GREEN, Monica H. - *Putting Africa on the Black Death map: Narratives from genetics and history*. *Afriques* 9 (2018). DOI: <https://doi.org/10.4000/afriques.2125>

abundantes nessa área, entre aquelas que são mais habitualmente utilizadas no estudo da peste: testamentos, documentação fiscal, apresentações de clérigos, gestão patrimonial etc. A sua qualidade varia, e a vastidão da produção impede um olhar atento à maioria delas. As que se destacam, serão citadas amiúde neste trabalho. Muitas incidem sobre a Peste Negra, em concreto, e sobre as imediatamente seguintes, ou sobre todo o ciclo da Segunda Pandemia. Escuso-me de referir com detalhe aqueles que apenas falam de pestes mais tardias ou na Alta Idade Média, por serem centenas os exemplos. É neste âmbito que muitos preconceitos estabelecidos por sínteses precoces ou extraordinariamente difundidas são quebrados, como a pretensa ausência ou benignidade da Peste Negra em certas áreas, como os Países Baixos³⁸, hoje plenamente desmentida.

Numa perspetiva distinta, as monografias podem ser sobretudo ‘temáticas’, partindo do fenómeno epidémico da Peste para estudar um domínio concreto, com ou sem um âmbito alargado do ponto de vista geográfico. Neste conjunto inserem-se os trabalhos sobre a sociedade, a economia, a demografia ou a arte do período pós-Peste, sobre as alterações de relações familiares, do trabalho, do comércio, das revoltas sociais, da espiritualidade, etc. A maioria opta por cruzar diversas realidades geográficas, buscando uma visão alargada - mas consciente das diferenças e contrastes regionais – clarificando através da triangulação de dados. O levantamento bibliográfico é realmente colossal.

Aquele que considero ser o terceiro período do estudo histórico da peste, começa com o encerramento de um dos grandes debates da historiografia da Peste Negra das últimas décadas: a verdadeira identidade da doença. As diferenças entre a epidemiologia dos surtos de peste dos séculos XIX-XX e a Peste Negra trecentista eram,

³⁸ Esta perspetiva foi defendida por vários especialistas de meados do século XX, foi reforçada pela já referida síntese de Jean-Noel Biraben, e começou a ser desmontada ainda no último quartel do século passado. Um dos melhores exemplos dessa reanálise de fontes, acrescento de outras e sistematização de informação, revelando um realidade contrária – mas nunca fechada – àquilo que as primeiras abordagens revelaram, é o trabalho que Wim Blockmans lhe dedica em 1980. Nos últimos anos, novos e importantes contributos foram acrescentados, a maioria deles citados nas páginas seguintes Além do já referido artigo de Blockmans, limito-me a citar aqui mesmo o derradeiro testemunho desta renovação que pude consultar. BLOCKMANS, Wim – The social and economic effects of plague in the Low Countries, 1349-1500. *Revue Belge de Philologie et d’Histoire* 58 (1980), p. 833-63; ROOSEN, Joris; CURTIS, Daniel R. - The ‘light touch’ of the Black Death in the Southern Netherlands: an urban trick?. *Economic History Review* 72:1 (2019), p. 32–56. <https://doi.org/10.1111/ehr.12667>.

segundo muitos historiadores, irreconciliáveis³⁹. Nos últimos anos desta polémica, destacaram-se, do lado ‘negacionista’, o britânico Samuel K. Cohn⁴⁰ e, do lado da defesa do papel da *Y. pestis* como agente da Peste Negra, o norueguês Ole J. Benedictow⁴¹. Juntando a questão da natureza da Peste Negra à da Primeira Pandemia, foram demasiadas as vezes em que a disputa de argumentos a favor e contra a natureza etiológica pestífera dessas pandemias acabou por ofuscar a leitura do impacto e das consequências desses fenómenos⁴². Procurando evitar uma exposição ou referência exaustiva, resta dizer que a questão ficou resolvida em 2011.

Depois da identificação de vestígios de ADN antigo, pertencente a bactérias da peste, em vestígios osteológicos, que foi sendo feita nos primeiros anos do século XXI⁴³,

³⁹ Vivian Nutton, numa introdução a um volume notável por si dirigido, e que será citado nos seus vários capítulos ao longo deste trabalho, chega a separar as duas fações designando-os por “sceptics” (céticos) e “believers” (crentes). Aproveitando esse texto e a sua condição de *open access*, remeto para o resumo nele contido, sobre essa historiografia “cética”, para mais leituras e autores: NUTTON, Vivian - Introduction. *Medical History*, 52:S27 [Pestilential complexities: understanding medieval plague.] (2008), p. 1-16. doi:10.1017/S0025727300072069.

⁴⁰ Samuel K. Cohn é muito mais do que um antigo negacionista da natureza ‘yersinica’ da Peste Negra. Sendo um historiador com vasta obra, rigor e profundo conhecimento crítico de fontes de toda a Europa, apresentou sempre um conjunto muito pertinente de dúvidas que, à falta de confirmação paleogenómica, poderia perfeitamente fazer pender a opinião de muitos historiadores para uma natureza da Peste distinta do que a maioria dos historiadores aceitava há décadas. Confirmada a responsabilidade da *Y. pestis*, muitas das dúvidas mantêm-se, sobre como o mesmo agente patogénico ter uma atuação aparentemente díspar ao longo dos séculos. A resposta, porém, terá de ser outra, ou outras. Porque a historiografia da Peste Negra do início do século XXI girou muito em torno deste debate, até 2011, deixo apenas alguns dos textos em que Cohn contesta a identificação da *Y. pestis* como agente principal da Peste Negra e das suas sucessoras; outros autores acrescentaram os argumentos de Cohn e engrossaram fileiras desta ‘fação’, mas, como exercício historiográfico, limito-me a remeter para os derradeiros trabalhos neste sentido publicados pelo seu principal representante: COHN Jr., Samuel K. - The Black Death: end of a paradigm. *American Historical Review* 107 (2002), p. 703-38. <https://doi.org/10.1086/ahr/107.3.703>; COHN Jr., Samuel K. - Epidemiology of the Black Death and successive waves of plague. *Medical History* 52:S27 [Pestilential complexities: understanding medieval plague.] (2008), p. 74–100; COHN Jr., Samuel K. – Changing pathology of the plague. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell’Europa preindustriale*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 33-56.

⁴¹ Um dos propósitos da já referida monografia de Benedictow, lançado originalmente em 2004, era argumentar em favor da identificação da peste como doença responsável pela Peste Negra.

⁴² Ainda antes da sequenciação do genoma da *Y. pestis* medieval, Peregrine Horden criticava esta postura de forma particularmente incisiva, mas feliz, numa reflexão sobre a Peste de Justiniano: “Argumentos sobre o diagnóstico entretêm e são, atualmente [2006], o foco da mais viva produção académica sobre qualquer uma das [duas primeiras] pandemias. Por isso, foram aqui tratados longamente. Porém, eles não contribuem necessariamente para o avanço da compreensão histórica.” [a tradução do original inglês é minha] – HORDEN, Peregrine -Mediterranean plague in the age of Justinian. In MAAS, M. (ed.), *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 151.

⁴³ Lester K. Little faz uma revisão muito útil deste longo caminho entre as primeiras experiências de ADN antigo de peste e a sequenciação do genoma da *Yersinia pestis* proveniente de enterramentos medievais: LITTLE, Lester K. - Plague Historians in Lab Coats*. *Past & Present*, 213:1 (2011), p. 267–290. Doi:10.1093/pastj/gtr014.

as dúvidas ficam desfeitas com a publicação de um artigo fundamental, no qual uma equipa sediada na Alemanha e liderada pela antropóloga canadiana Kirsten Bos anuncia e publica a descodificação de um genoma de *Y. pestis*, a partir de ADN antigo contido na polpa dentária de vítimas da Peste Negra, provenientes de um cemitério de peste, em Londres, usado exclusivamente durante a epidemia de 1348-1349. O resultado era inequívoco: trata-se não só do mesmo agente patogénico, como mantém uma enorme proximidade genética à *Y. pestis* contemporânea, mesmo depois de 650 anos⁴⁴. A explicação para a mudança de padrões epidemiológicos dever-se-ia a outra coisa que não a dois agentes patogénicos de espécies distintas. Os trabalhos prosseguem, e a paleogenómica tornou-se uma parte fundamental da epidemiologia histórica. Nos últimos anos, as novidades têm saído a um ritmo extraordinário, quase semanal, tornando o estudo da história natural e humana da peste o estado da arte das disciplinas que a estudam, criando um dos campos mais excitantes da história da saúde no início desta terceira década do século XXI.

No que toca à historiografia e à epidemiologia histórica portuguesas, os estudos foram igualmente marcados pela evolução da medicina e das ciências que foram brotando em torno desta, da microbiologia, nascida ainda no século XIX, à paleogenómica, definitivamente estabelecida já no século XXI e fonte de descobertas extraordinárias que não só não excluem a figura e o trabalho do historiador, como lhe dão novos elementos, novas vias e, em derradeira análise, novas responsabilidades para o desenvolvimento de uma narrativa historiográfica mais rigorosa, verosímil e esclarecedora. A historiografia da Peste Negra em Portugal começou por ser responsabilidade de médicos oitocentistas, conhecedores das tradições clássicas e entusiastas das novidades do seu século. Por isso, também no caso português é importante percorrer paralelamente a evolução da literatura da especialidade e da historiografia. De certa forma, o início da historiografia sobre epidemias é, simultaneamente, o fim do ciclo de texto cronísticos e de outros tipos – hagiográficos, literários, etc. – que recordavam a peste até ao estabelecimento de uma historiografia

⁴⁴ BOS et al. - A draft genome...

mais próxima do modelo científico. Esses textos pertencem ao último capítulo desta tese, fechando o círculo de memória, estudo e compreensão deste tipo de fenómenos.

Decidi iniciar este périplo com o início do século XIX, coincidindo com as primeiras abordagens ao tema das epidemias históricas com algum método historiográfico e sistematização. No século XVIII, algumas obras médicas vão fazendo eco de epidemias anteriores, mas o seu carácter enciclopédico ou de manual dilui a sua importância enquanto testemunhos fundacionais do estudo da epidemiologia histórica – que, de resto, nunca se propuseram ser. Como exemplo desses manuais médicos gerais, sobretudo pela referência que lhe é feita nas primeiras obras oitocentistas que comentarei com maior cuidado adiante, destaco a *Historiologia Medica* de José Rodrigues de Abreu, que reúne dois volumes em quatro tomos, totalizando um colossal cômputo de páginas que não fica longe das quatro mil e que apresentava o estado da arte da medicina à época⁴⁵.

Começamos pela obra de um médico do início do Portugal Liberal, Bernardino António Gomes (1806-1877). Figura verdadeiramente notável, formou-se em Paris e em Coimbra, exerceu medicina nos mais importantes meios nacionais, foi médico do rei e da família régia, pioneiro de várias técnicas, dirigente de classe e autor celebrado ainda em vida. O seu acompanhamento da família régia permitiu-lhe assistir de perto à doença que vitimou o rei D. Pedro V (1853-1861), realizando também a sua autópsia. Acabou por dedicar um opúsculo a esta questão, em resposta à polémica gerada na época e procurando dissipar rumores de envenenamento do jovem monarca⁴⁶. Tal como Ricardo

⁴⁵ AVREU, Joseph Rodrigues – *Historiologia Medica. Fundada e Estabelecida nos Principios de George Ernesto Stahl, famigeradíssimo escritor do presente seculo e ajustada ao uso deste paiz*. 4 vols. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1733-1752.

⁴⁶ GOMES, Bernardino António - *Noticia da doença de que falleceu sua magestade el-rei o senhor D. Pedro V, e das que na mesma occasião atacaram suas altezas os senhores infantes D. Fernando, D. Augusto e D. João no anno de 1861*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862 - De facto, o que Bernardino António Gomes pretendia provar com a publicação dedicada à doença e autópsia de D. Pedro V, assim como ao mesmo mal que afetou gravemente quase toda a família real portuguesa, é que a sua origem era uma doença comum e contagiosa, e não um qualquer envenenamento pretensamente encoberto. Poderá parecer um tanto estranha a exposição dos resultados da análise do corpo do rei, mas noutros países este tipo de prática não só era habitual, como uma tradição ritualizada; à cabeça de todos, está o processo de autópsia assistida-embalsamamento dos reis franceses. Um dos últimos monarcas franceses, Carlos X (r. 1824-1830), faleceu durante um surto de cólera na atual Eslovénia, em 1836. Mesmo exilado, foi autopsiado como os seus antecessores. CHARLIER, Philippe – *La cuisine des corps. Autopsie et embaumement de quelques monarques français*. In *Médecin des morts. Récits de paleopathologie*. Paris : Pluriel/Fayard, 2014, p. 63-82.

Jorge, algumas décadas mais tarde, Bernardino António Gomes produziu bibliografia, de forma inegavelmente pioneira, tanto no domínio das epidemias históricas⁴⁷, como daquelas que grassaram no seu tempo – cólera, febre tifoide, febre amarela⁴⁸ -, um labor que não pode ser dissociado, e que o coloca a par dos mesmos autores estrangeiros que, com a riqueza das suas fontes locais, acabaram por resgatar a memória da Peste Negra. Não será demais sublinhar que, nestes anos, Pasteur definia a fundamental e revolucionária teoria dos germes. As novas historiografia, biologia e medicina entrelaçavam-se, num impulso partilhado e onde os protagonistas misturavam todos os domínios na sua própria ação. Afinal, as novas explicações poderiam resolver velhas questões, mas em Portugal ainda levaria algum tempo até serem aceites e adotadas.

Poucos anos depois, em 1866⁴⁹, António da Cunha Vieira de Meirelles (1836-1873), lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra⁵⁰, edita umas *Memórias de epidemiologia portuguesa*, nas quais define a maioria das doenças como um produto dos solos, do clima e da geografia dos espaços, num espírito ainda perfeitamente hipocrático de geografia médica e medicina climatológica, sintetizada naquilo a que chama “nosogeografia”⁵¹. No rol de doenças cuja natureza entende ser da mistura de fatores geológicos e geográficos, o autor mistura patologias que hoje sabemos serem de natureza alimentar/nutricional - como a pelagra (falta de vitamina B3), o beribéri (falta de vitamina B1) e a gota (inflamações por excesso de ácido úrico) – , hormonal – como o cretinismo (deficiência física e mental provocada por uma forma de hipotiroidismo congénita) -, e infecciosa – como a peste, a febre amarela, a cólera e a leishmaniose –, apenas para referir uma parte das maleitas referidas pelo autor. Tudo isto se deve ao facto de não terem, à época da escrita desta obra, sido descobertas as

⁴⁷ GOMES, Bernardino António - Apontamentos para a história epidemiológica portuguesa. Epochas das grandes epidemias que reinaram em Portugal segundo os documentos impressos. *Gazeta Medica de Lisboa*, 1:6:126 (16 de Março de 1858), p. 81-85.

⁴⁸ GOMES, Bernardino António - *Memoria sobre a epidemia da cholera-morbus que grassou na cidade do Porto desde 1832 a 1833*. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842; GOMES, Bernardino António - *As epidemias no Asylo da Ajuda, nos annos de 1860-1864* [folheto]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

⁴⁹ MEIRELLES, António da Cunha Vieira de – *Memorias da Epidemiologia Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.

⁵⁰ MEIRELLES, António da Cunha Vieira de (1836-1873). Disponível em: https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/MEIRELLES_antonioudacunhavieirade [consultado a 2 de outubro de 2019].

⁵¹ MEIRELLES – *Memorias da Epidemiologia...*, p. 16.

vitaminas, as doenças que a sua falta ou excesso provocavam, de a endocrinologia ser apenas uma disciplina neonata e a teoria dos germes ser ainda uma novidade, com o trabalho e génio de Louis Pasteur ainda em pleno desenvolvimento. Qualquer leitura histórica do impacto de uma doença estaria – como está hoje, irremediavelmente – condicionada pela conceção científica da sua origem, ação e consequências e pelo estado da arte das ciências da vida. No que toca à Peste, em concreto, Meirelles diz ser originária do Egipto, onde “irrompe [...] do lodo e limo do Nilo”, sublinhando a sua ausência na América⁵² e em todo o Hemisfério Sul⁵³. E da leitura “nosogeográfica”, diz o Autor:

Assentam estes principios em chão batido e firmissimo. Formou-o a experiencia de muitos seculos, travou-o a observação de innumerous factos, consolidaram-o fadigosos estudos de medicos e geographos distinctos. D'onde o arreigarem-se aquelles profundamente, e medrarem e crescerem á farta.⁵⁴

Afirma ainda que a peste, tal como a cólera e a febre amarela, se manifestou em Portugal apenas por importação⁵⁵, e nunca a partir de focos endémicos, o que, sendo possível, ainda não foi realmente verificado, sobretudo se considerarmos os mais recentes avanços sobre a matéria para outras áreas da Europa, como a Lombardia, durante as pestes do período moderno⁵⁶.

O capítulo que dedica à Peste de 1348 começa com relato bastante dramatizado, construído a partir de referências estrangeiras, sobretudo de além-Pirenéus, que constituem o núcleo intemporal das descrições da epidemia – das mães que abandonam filhos aos *pogroms* –, acompanhado pela descrição clássica da sintomatologia e frequente prognóstico da peste, acabando por referir muito pouco sobre o caso

⁵² De facto, só com o final do século XIX, em plena Terceira Pandemia de Peste, esta se globaliza totalmente, entrando na América, na África Subsariana e na Austrália, e estabelecendo *foci* da doença em populações de roedores endémicos no continente americano e na África Subsariana.

⁵³ MEIRELLES – *Memorias da Epidemiologia...*, p. 16.

⁵⁴ A ortografia oitocentista não foi atualizada. MEIRELLES – *Memorias da Epidemiologia...*, p. 17.

⁵⁵ De resto, vai ao encontro à doutrina veiculada algumas décadas antes por Joaquín de Villalba na sua recolha histórica de fenómenos epidemiológicos em Espanha, da Antiguidade a 1800. Villalba afirma que o clima espanhol não é favorável à peste - numa linha perfeitamente hipocrática e ao encontro à nosogeografia de Vieira Meirelles – e que nunca dela teria sofrido se não fosse por “invasão estrangeira”. VILLALBA, Joaquín de - *Epidemiología española, o historia cronológica de las pestes, contagios y epizootias que han acaecido en España*. Tomo I. Madrid: Imprenta de Don Mateo Repullés, 1802, p. 86-87.

⁵⁶ CARMICHAEL, Ann G. – Plague Persistence in Western Europe: a Hypothesis. *The Medieval Globe*, 1 (2014), p. 157-191.

concreto português⁵⁷. Meirelles contesta ostensivamente os cronistas medievais que situam a origem da doença no Oriente longínquo, em detrimento da hipótese egípcia. Hoje, porém, sabemos que, neste caso, estarão muito mais próximos da realidade esses cronistas do que os homens de Oitocentos. Sobre a epidemia em Portugal, pouco mais pôde encontrar do que as referências contidas no *Livro da Noa* - onde os sintomas inequívocos da doença e a sua pretensa mortalidade de 2/3 dos homens são referidos⁵⁸ - e no célebre documento das constituições da colegiada conimbricense de São Pedro de Almedina, elaboradas pelos clérigos que tomaram posse depois da Peste, os quais desconheciam os estatutos da sua igreja por todos os seus antecessores terem morrido na dita peste⁵⁹. Antes de dedicar vários capítulos a surtos de Peste em Portugal no século XVI, o Autor consagra um outro à Peste de 1415, que diz ser a primeira desde 1348⁶⁰, o que hoje sabemos estar longe da realidade, havendo vários surtos documentados em Portugal na segunda metade do século XIV. O capítulo destina-se sobretudo ao resumo da preparação da expedição a Ceuta e ao relato da morte de D. Filipa de Lencastre, com peste, seguindo sempre a narrativa de Gomes Eanes de Zurara. Sublinhe-se, contudo, a convicção que partilha com o cronista de que o surto foi provocado por navios chegados de portos estrangeiros para participarem na tomada de Ceuta, nos quais “havia pestilência”, apoiando a tese da importação contínua em todos os surtos portugueses.

Quando Vieira Meirelles escreve, a peste era uma memória difusa do passado, da qual era difícil distinguir história e lenda. Sabemos que o regresso da doença ao território português se fez algumas décadas mais tarde, ainda que com uma virulência e uma propagação muito mais limitadas⁶¹. Mas, mesmo com episódios como a Peste de Maiorca de 1820⁶², desde meados do século XVIII que a peste não se apresentava em

⁵⁷ MEIRELLES – *Memórias da Epidemiologia...*, p. 21-35.

⁵⁸ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 21v-22. Apesar de haver edições deste códice, optei sempre por recorrer ao texto original, por me sentir mais confortável com essa alternativa. O códice está disponível em formato digital na plataforma do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, podendo ser acedido a partir desta ligação: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1457770>.

⁵⁹ RAU, Virgínia – Un document portugais sur la peste noire de 1348. *Annales du Midi : revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale* 78 :77-78 (1966), p. 331-334.

⁶⁰ MEIRELLES – *Memórias da Epidemiologia...*, p. 37-43.

⁶¹ PONTES, David - *O cerco da peste no Porto: Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899*. Porto: [Edição do Autor], 2012. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁶² MOLL, Isabel ; VIVES PERE, Salas ; PUJADAS-MORA, Joana María - Vers une nouvelle modernité sanitaire : l'épidémie de peste de Majorque en 1820. *Annales de démographie historique* 134 (2017), p. 125-149. DOI : 10.3917/adh.134.0125.

toda a sua capacidade destrutiva numa área alargada da Europa, e nada fazia prever o seu regresso. As perspetivas historiográficas portuguesas evoluem quer com as ciências da vida, quer com a própria historiografia internacional. E na passagem do século XIX para o século XX, continuam a ser os médicos os mais notáveis historiadores da medicina e da saúde, por aliarem as novas descobertas e a novas leituras da ciência à escrita da História, na qual a formação humanística notável da maioria permitia incursões seguras. Maximiano Lemos, lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto e, depois, da nova Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, foi o responsável pela primeira verdadeira síntese de história da medicina portuguesa, lançada originalmente em 1899. Lemos organiza a obra por cronologias, subdivididas em temas, incluindo em cada grande divisão temporal um breve capítulo dedicado à epidemiologia. O autor estava já longe das tentações de romancear ou generalizar abusivamente os diagnósticos retrospectivos de peste, ou sequer de assumir que a referência a eventuais mortalidades elevadas se tratava de surtos de doenças epidémicas, como no caso de uma enigmática mortandade do início do século XIII⁶³. Referindo-se à Peste de 1348, segue de perto as referências e fontes de Vieira Meirelles - ainda que com maior sobriedade -, incluindo o da origem egípcia da doença, não utilizando ainda a expressão que ficará associada a esse fenómeno epidémico específico⁶⁴. Em momento algum parece que Bernardino António Gomes ou António da Cunha Vieira de Meirelles tenham lido Hecker ou tido um conhecimento indireto relevante da sua obra. Mas o espírito era vagamente semelhante, ainda que o resultado não tivesse sido tão consistente nem influente. Quase meio século depois destes dois autores nacionais pioneiros, a historiografia médica, com novas sínteses sem grande novidade, limitava-se a replicar Vieira Meirelles, filtrado ou não por Maximiano Lemos⁶⁵. Há, contudo, uma exceção: Ricardo Jorge.

O primeiro uso da expressão *Peste Negra* que encontrei em português e em Portugal – a historiografia brasileira não entrou na minha recolha -, foi feito logo em

⁶³ LEMOS, Maximiano - *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*. Vol. I. 2. edição, prefácio de Maria Olivia Rúber de Meneses. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Ordem dos Médicos, 1991, p. 61-62.

⁶⁴ LEMOS – *História da Medicina...*, p. 117-118.

⁶⁵ MIRA, M. Ferreira de – *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1948, p. 59-62.

1899 por Ricardo Jorge⁶⁶. Relembro que Ricardo Jorge é uma das mais notáveis figuras no estudo da peste bubónica em Portugal, tendo tido uma intervenção de primeiro plano no surto de bubónica que assolou o Porto precisamente em 1899. Identificando a doença e influenciando a administração central a tomar medidas profiláticas drásticas, como o cerco sanitário do Porto, terá salvado muitas vidas, apesar da execução um tanto ineficaz e caótica, de ter sido muito mal recebido pela população do Porto e de poder, hoje, ser considerado excessivo. É no rescaldo deste surto que faz o relato onde emprega a expressão “peste negra”. Ricardo Jorge, de resto, produziu, ao longo das primeiras quatro décadas do século XX, bibliografia de relevo sobre o estado da arte da Peste⁶⁷, sobre epidemias históricas⁶⁸, mas também sobre medidas profiláticas e novas ocorrências no território português ou das então colónias portuguesas⁶⁹, uma empreitada intimamente associada aos seus cargos de médico municipal do Porto (1891-1899), diretor-geral de saúde (1911-1928) e membro do comité permanente da Organização de Higiene da Sociedade das Nações (OHSDN), para o qual foi eleito em meados dos anos de 1920⁷⁰.

Ricardo Jorge utiliza igualmente a expressão em francês (*Peste Noire*) e em inglês (*Black Death*) em 1933, para se referir à Grande Peste de meados do século XIV, cuja propagação europeia baliza entre 1347 e 1350, no mesmo trabalho em que identifica a Peste Negra, a Peste de Justiniano e a “Nova Peste”, ou seja, a terceira pandemia, como a mesma doença - a peste bubónica - provocada pela infeção de *Yersinia pestis*

⁶⁶ JORGE, Ricardo – *A Peste bubonica no Porto – 1899. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899, p. 9.

⁶⁷ JORGE, Ricardo – Les pestilences et la Convention Sanitaire Internationale. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*, vol. 3, fasc. 1 (1926), p. 1-107; JORGE, Ricardo - Les rodentia domestiques et sauvages dans l'evolution séculaire et mondiale de la peste. *Extrait des Comptes Rendus du Xlle Congrès International de Zoologie - Lisbonne, 1935*. Lisboa: Casa Portuguesa. 1937; GAUD, Maurice; JORGE, Ricardo - Sur l'importance du bubon sous-pectoral dans le diagnostic et l'évolution de la peste. Separata de *Bulletin mensuel de l'office international d'hygiene publique*, XXV-11 (1933).

⁶⁸ JORGE, Ricardo - *Les anciennes épidémies de peste en Europe, comparés aux épidémies modernes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1932; JORGE, Ricardo - Summa epidemiologica de la peste : épidémies anciennes et modernes. Separata de *Bulletin mensuel de l'office international d'hygiene publique*, XXV-3 (1933); Regimento Proveitoso contra a Pestenença: Lisboa, Valentim Fernandes 1496. *Clínica, Higiene e Hidrologia* 1 (jan. 1935), p. 4-7.

⁶⁹ JORGE, Ricardo – La Peste en Angola. Separata de *Bulletin mensuel de l'office international d'hygiene publique*, XXVII-2 (1935); JORGE, Ricardo - La Peste Africaine. Rapport présenté au comité permanente de l'Office International d'Hygiène [sic] Publique. Supplément au *Bulletin mensuel de l'office international d'hygiene publique*, XXVII-9 (septembre 1935).

⁷⁰ SAAVEDRA, Mónica – *A Malária em Portugal: Histórias e Memórias*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014, p. 94.

transmitida pela (então já identificada) pulga do rato⁷¹; curiosa é igualmente a referência que faz logo em 1899 à antiga expressão (já então em desuso) de *peste do levante*, substituído pelo de *peste bubónica*⁷². Esta referência, juntamente com os levantamentos de ocorrências oitocentistas de peste no Egipto e na Argélia que mais tarde fez⁷³, demonstra que o eurocentrismo empregue na definição da duração da Segunda Pandemia de Peste de 1347 a 1720, quando o último surto de grandes proporções da Segunda Pandemia ocorre na Europa (Marselha), não era ainda relevante, e será responsabilidade da historiografia das décadas posteriores, hoje lentamente desconstruída em favor de uma visão histórica da peste bem mais global e sem fronteiras humanas⁷⁴. Os surtos mediterrânicos de peste prosseguem no Médio Oriente e no Norte de África até meados de Oitocentos, ainda como parte da Segunda Pandemia, que Ricardo Jorge designa por *peste antiga* ou *peste mediterrânica*⁷⁵, eram inequivocamente conhecidos dos médicos europeus e nela integrados, mesmo que englobassem as duas primeiras pandemias num único ciclo de “peste antiga”⁷⁶, e não chegassem a dividir as diferentes pandemias no que diz respeito ao Oriente. Com a morte de Ricardo Jorge, os principais vultos da história da medicina portuguesa – ainda então, e durante muito mais tempo, maioritariamente médicos -, vão prestando menos atenção a estes temas. Os trabalhos tornam-se mais esparsos e, entre a história das doenças infecciosas e das epidemias, perpetuar-se-á a referência a trabalhos oitocentistas, por um lado, ou a obras estrangeiras, por outro.

Detenhamo-nos na exploração das historiografia e bibliografia médicas da primeira metade do século XX, para olharmos para a historiografia feita por historiadores *tout court*. Onde encontramos a Peste Negra e de que forma? *A História de Portugal* de Alexandre Herculano fica-se pelo reinado de D. Afonso III, não tendo como contribuir para a questão. Uma centenária obra de referência que inclui o século

⁷¹ JORGE – Summa epidemiologica..., p. 4.

⁷² JORGE – *A peste bubónica no Porto...*, p. 9.

⁷³ JORGE - *La Peste Africaine...*, p. 4-10.

⁷⁴ GREEN, Monica H. – Taking “Pandemic” seriously: making the Black Death global. *The Medieval Globe* 1 (2014), p. 27-61; sobre a imposição eurocêntrica de limites à cronologia da Segunda Pandemia, v. VARLIK, Nükheth - New Science and Old Sources: Why the Ottoman Experience of Plague Matters," *The Medieval Globe* 1 (2014), p. 196-201.

⁷⁵ JORGE - *La Peste Africaine...*, p. 4.

⁷⁶ JORGE – Summa epidemiológica..., p. 2.

XIV é a *História da Administração Pública em Portugal dos séculos XII a XV*, da autoria de Henrique da Gama Barros, publicada originalmente em 4 tomos, entre 1885 e 1922. Reeditada nos anos de 1950, com comentários e anotações de Torcato de Sousa Soares, mantém-se como consulta imprescindível para quase todos os temas da Idade Média portuguesa. Gama Barros refere a Peste Negra em diversos momentos. Na divisão I do livro III, são dedicados vários capítulos às causas que contribuiriam para diminuir ou ameaçar a demografia do Portugal medieval, incluindo-se a questão das epidemias. Sendo o capítulo XI dedicado às fomes e carestias⁷⁷, e o XIII às epidemias⁷⁸, é já um certo sinal de modernidade não só abordar a questão da população num contexto de retrato das estruturas económicas, mas também colocar a questão da instabilidade demográfica como fator essencial no tipo de evolução da economia num reino medieval. Depois de décadas de atenção por parte da historiografia medieval oitocentista, era já habitual sublinhar o impacto da Peste de 1348, e Gama Barros confirma a tendência na entrada do novo século. Cita uma das obras mais marcantes da primeira historiografia da Peste Negra, o livro de Francis Aidan Gasquet⁷⁹, entre outras obras estrangeiras, recorre a Vieira Meirelles para o caso português, e vê ele próprio as fontes analíticas portuguesas, já então disponíveis há décadas, desde a publicação dos *Scriptores* nos *Portugaliae Monumente Historica*, acrescentando outras referências que o próprio autor recolheu nas suas incursões à Torre do Tombo. Gama Barros é o primeiro historiador a sublinhar não só a importância socioeconómica da Peste Negra no século XIV, mas também a das suas sucessoras até ao final do século XV, demonstrando que Portugal não só fora afetado como os restantes reinos europeus, como havia documentação que podia ser utilizada para o provar – escassa, é certo, mas esclarecedora. Ao juntar bibliografia internacional e nacional atualizada, documentação publicada e inédita, Henrique da Gama Barros conseguiu com um pequeno capítulo, ainda que de forma incipiente, abrir uma porta no estudo do impacto social, institucional e económico das epidemias medievais.

⁷⁷ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal dos séculos XII a XV*. 2ª edição dirigida e comentada por Torcato de Sousa Soares. 1945-1954. 11 tomos. Tomo V, p. 125-148.

⁷⁸ BARROS – *História da Administração Pública em Portugal...*, Tomo V, p. 165-186.

⁷⁹ GASQUET, Francis Aidan - *The Great Pestilence (A.D. 1348-9), Now Commonly Known as the Black Death*. London: S. Marshall, 1893.

Enquanto isso, a nível local, uma curiosa exceção quebra a linha que se vem descrevendo: depois de procurar replicar o modelo dos *Portugaliae Monumenta Historica* à escala vimaranense, com os *Vimaranes Monumenta Historica*⁸⁰, João Gomes de Oliveira Guimarães, mais conhecido como Abade de Tagilde, aproveitou muitos testemunhos sobre epidemias históricas, recolhidos ao longo do seu extraordinário labor com fontes documentais inéditas vimaranenses, para um artigo em três partes dividido por dois números da *Revista de Guimarães*, em 1906 e 1907⁸¹. Recorrendo aos modelos tradicionais de descrição cronológica de diversas epidemias, o grande contributo do Abade de Tagilde passa precisamente pelo uso de documentação inédita – o que nenhum dos autores anteriores fez nesta escala – reunindo testemunhos coevos de diversos fenómenos epidémicos que afetaram Guimarães, da Idade Média até ao final do século XVIII. Também a Peste Negra é referida, através de documentos que não voltaram a ser utilizados com esse propósito – com exceção da tese de doutoramento de Conceição Falcão Ferreira – até hoje.

Um grande projeto iniciado pouco depois da morte de Gama Barros é a primeira *História de Portugal* coletiva, dirigida por Damião Peres e publicada originalmente entre 1928 e 1954. O segundo volume da coleção é dedicado ao período que vai 1128 a 1411, classificado como *Primeira época* da nacionalidade⁸². Fruto da historiografia oficial da fase mais propagandística e definidora da Ditadura Militar e, depois, do Estado Novo, tem tanto de história política e militar, quão pouco tem de história económica e social. Apesar dos seus muitos méritos, da seriedade e rigor de muitos dos seus autores e do carácter inovador da iniciativa, a ocorrência da peste em 1348-49 é pura e simplesmente omitida. Apesar de existir um capítulo dedicada à economia e um outro à sociedade, estes são de dimensões diminutas. Mais do que estudar dinâmicas socioeconómicas, são sobretudo descritivos das estruturas, de forma um tanto simplista: em vez de um filme, são-nos apresentadas imagens estáticas.

⁸⁰ GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (ed.) - *Vimaranis Monumenta Historica: a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Vimarane: Vimarane Senatus, 1931. 2 vols.

⁸¹ GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - As Epidemias em Guimarães. Iª Parte. *Revista de Guimarães* 23:2 (Abr.-Jun. 1906), p. 52-58; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - As Epidemias em Guimarães. IIª Parte. *Revista de Guimarães* 23:3-4 (Jul.-Dez. 1906), p. 108-114; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - As Epidemias em Guimarães. IIIª Parte. *Revista de Guimarães* 24:3-4 (Jul.-Dez. 1907), p. 123-132.

⁸² PERES, Damião (dir.) – *História de Portugal. Volume 2: Primeira Época (1128-1411)*. Barcelos: Portucalense Editora, 1929.

A história económica e social medieval portuguesa começará a despontar sob a autoridade de Virgínia Rau, a partir de meados da década de 1940 e, sobretudo, através do labor incansável de A. H. de Oliveira Marques, concretizado sobretudo após a democratização do país⁸³. No domínio da historiografia científica contemporânea, é sob a direção de Virgínia Rau – que também publicou em nome próprio um, hoje célebre, documento relacionado com a Peste Negra⁸⁴ – e do seu então assistente, Oliveira Marques, que nasce a primeira análise mais aprofundada às consequências da peste nos séculos XIV e XV, em Portugal⁸⁵ - suficientemente abrangente para que, num balanço sobre o estudo da epidemia na Península Ibérica datado de 1971, Jaime Sobrequês Callicó considerasse que Portugal, de uma forma um tanto exagerada, era o reino ibérico onde os efeitos da Peste Negra estavam mais bem estudados, logo a seguir a Aragão⁸⁶.

Com a Democracia, a orientação da historiografia altera-se, e o estudo integrado da sociedade, da economia, das dimensões urbana e rural, da nova história política e familiar, da renovada história institucional, permite uma explosão de produção científica, em número e qualidade. Neste contexto de renovação e expansão, surge um conjunto de breves artigos especificamente dedicados ao estudo da Peste Negra⁸⁷. Porém, é onde a Peste não é objeto central nas análises que a epidemia surge mais claramente, como um dos fatores intervenientes, mais ou menos destacado, em muitos dos grande estudos monográficos das décadas de 1980 e 90. Do ponto de vista mais médico, emergem duas exceções: a primeira é a curiosa tese de licenciatura de António

⁸³ BARATA, Filipe Themudo; HENRIQUES, António Castro – Economic and Fiscal History. In MATTOSO, José (dir.), ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, BRANCO, Maria João (coords.), *The Historiography of Medieval Portugal. C. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 261-281.

⁸⁴ RAU - Un document portugais sur la peste noire..., p. 331-334. Será justo referir ainda uma nótula publicada por António Baião, o longevo diretor da Torre do Tombo, que dirigiu entre 1908 e 1949, sobre a Peste Negra e o mosteiro de Lorvão: BAIÃO, António – As Freiras de Lorvão e a Peste de 1348. *Instituto* 100 (1942), p. 734-737.

⁸⁵ MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.); GONÇALVES, Iria; MORENO, Humberto Carlos; RAMOS, Luís Oliveira – Para o Estudo da Peste Negra em Portugal. Apresentação de Virgínia Rau. Separata de *Bracara Augusta* 14-15:1-2 (1963).

⁸⁶ SOBREQÜÉS CALLICO, Jaime – La Peste Negra en la Península Ibérica. *Anuario de Estudios Medievales* 7 (1970-71), p. 67-101.

⁸⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz – Um Testamento Redigido em Coimbra no Tempo da Peste Negra. *Revista Portuguesa de História* XVIII (1980), p. 312-331; MORENO, Humberto Baquero – A Peste Negra e os legados à Igreja. *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, VI (1996), p. 133-143; MORENO, Humberto Baquero – Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85. *Bracara Augusta*, XXXVII:83-84 (1983), p. 373-386; MORENO, Humberto Baquero – Um testamento concebido durante a Peste Negra. *Bracara Augusta* XXXII:73-74 (85-86) (Jan-Dez. 1978), p. 125-141.

Jorge da Costa Tunhas, orientada por Luís de Pina e apresentada em 1965 à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto⁸⁸; enfim, o estudo introdutório que Mário da Costa Roque fez na edição do *Regimento Proveytoso contra ha Pestenença*, que incorpora muito do conhecimento científico sobre a peste, resultando num estudo muito interessante, um tanto desequilibrado na sua estrutura, mas que não teve comparação nas quatro décadas que se seguiram à sua publicação⁸⁹.

Um dos campos mais proveitosos é o da história rural: a peste revela-se na tese de doutoramento de Maria Helena da Cruz Coelho, onde se evidencia, no Baixo Mondego, o *antes e depois* que pretendo aqui demonstrar para o Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana⁹⁰, um pouco ao contrário do que acontece na também notável tese de doutoramento de Iria Gonçalves sobre o domínio temporal do Mosteiro de Alcobaça⁹¹, que acaba por revelar pouco sobre a Peste Negra, dando a entender que a influência do fenómeno no domínio da grande abadia cisterciense portuguesa não é particularmente sentido na documentação do mosteiro⁹². Com um foco cronológico e geográfico mais diminuto, mas de uma enorme utilidade, refiro também a dissertação de mestrado de Luís Carlos Amaral⁹³, tão mais útil por incidir concretamente sobre o estado das finanças e património do mosteiro de Grijó na década de 1360, ao contrário da análise plurissecular das anteriores.

Outra área de grande utilidade é aquela que complementa a anterior: a história urbana. Neste caso, as monografias mais extensas, reflexo de acervos documentais mais importantes e núcleos urbanos de maior importância relativa, reúnem alguns

⁸⁸ TUNHAS, António Jorge da Costa – A peste negra: notas para uma interpretação psico-social. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 1965. Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

⁸⁹ ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais europeias e o regimento proqueytoso contra ha pestenança*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

⁹⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

⁹¹ GONÇALVES, Iria - *O Património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

⁹² Creio que, com propósitos distintos, o trabalho aqui proposto se aproxima um pouco mais da abordagem da tese de Maria Helena da Cruz Coelho: estudar um espaço, ou conjunto de espaços, envolvendo todas as instituições nele estabelecidas ou com interesses instalados, em vez de concentrar o foco numa única instituição que, dominando um espaço, não esgotava a sua existência nessa dialética instituição-território, revelando menos facilmente variações gerais, ou dificultando a sua prova.

⁹³ AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

testemunhos muito relevantes, em parte fragmentários e menos reveladores dos *efeitos* da peste na sociedade e na economia, mas amiúde mais eloquentes sobre o *durante*; entre as abundantes monografias deste tipo, destaco as teses de doutoramento de Maria da Conceição Falcão Ferreira, Ana Maria S. A. Rodrigues e Maria Ângela Beirante, respetivamente sobre Guimarães⁹⁴, Torres Vedras⁹⁵ e Évora⁹⁶. Tanto a história rural como a história urbana focam-se em realidades concretas, no tempo e no espaço, nas quais a peste acaba por se revelar de forma mais ou menos evidente quando a documentação é abundante. Porém, tendo este tipo de estudos diminuído consideravelmente nas últimas décadas, também esta via indireta do estudo da peste se eclipsou.

As grandes sínteses das últimas décadas são igualmente lacónicas, ou carecem de uma atualização significativa. A *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, a *Nova História de Portugal*, cuja direção foi dividida entre Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, e a mais recente e breve *História de Portugal* dirigida por Rui Ramos, merecem referências individuais. No primeiro caso, a responsabilidade recai sobre Armindo de Sousa., que dedica mais de 25 páginas (p. 275-301) às questões demográficas, onde se incluem três páginas dedicadas à Peste Negra, envolvendo sempre fatores ambientais e climáticos⁹⁷, nas quais o autor recorre a uma informada bibliografia ibérica e a uns poucos testemunhos portugueses. Suficiente para o âmbito da obra, que integra o fenómeno no ciclo de eventos ou dinâmicas ‘depressivas’ do século XIV, segundo a leitura dominante, mas, por isso, conservadora.

No caso da *Nova História de Portugal*, é um dos co-diretores da coleção que assume a responsabilidade de abordar a questão. O título escolhido por Oliveira Marques para o volume da Baixa Idade Média é esclarecedor⁹⁸, e orienta a abordagem do autor. As pestes trecentistas são abordadas logo no primeiro capítulo, dedicado à

⁹⁴ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: «duas vilas, um só povo»: Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM, 2010.

⁹⁵ RODRIGUES, Ana Maria S. A. - *Torres Vedras. A Vila e o Termo nos Finais das Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

⁹⁶ BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha - *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica, 1995.

⁹⁷ SOUSA, Armindo - 1325-1480, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal. Segundo Volume - A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p.

⁹⁸ MARQUES - *Portugal na Crise dos séculos XIV e XI...*

“base demográfica e tecnológica”. A Peste Negra, as suas consequências, mas também o despovoamento e os fogos-mortos ocupam cerca de uma dezena de páginas⁹⁹, ainda que o título da Peste Negra propriamente dito tenha menos de três páginas. O autor elabora uma refundição do que já havia escrito sobre o tema em obras anteriores, numa perspetiva bastante tradicional, recorrendo igualmente à pouca bibliografia nacional sobre o tema – no essencial, a mesma que existe até hoje, mais de três décadas depois –, mas também a obras internacionais gerais. O rol de pestes trecentistas que é feito levanta algumas questões, que serão tratadas na terceira parte deste trabalho. Mais interessante é a página que é dedicada à Peste Negra na análise da conjuntura do reinado de D. Afonso IV, precisamente pelas questões que são levantadas – no que diz respeito às eventuais portas de entrada da doença, por exemplo; também a integração do fenómeno da Peste Negra ao longo do tratamento de assuntos como o comércio, a mão-de-obra assalariada ou a distribuição da propriedade faz sentido, mas é quase sempre feita de forma simplista, aplicando a Portugal os modelos gerais então aceites a nível internacional, e ignorando assim alguns aspetos originais do caso português, por vezes em contradição com o quadro geral europeu, como se verá no caso do comércio internacional.

Breve nota ainda para a já referida *História de Portugal* dirigida por Rui Ramos, redigida pelo seu diretor (Época Contemporânea), por Nuno Gonçalo Monteiro (Época Moderna) e Bernardo Vasconcelos e Sousa (Idade Média). Condensada num único volume que ronda um milhar de páginas, cobrindo *grosso modo* os últimos mil anos de história nacional (a partir dos seus imediatos antecedentes), esta síntese dedica menos de duzentas dessas páginas aos primeiros quinhentos anos. O terceiro capítulo da primeira parte, dedicado à população e sociedade da Baixa Idade Média portuguesa, refere pontualmente a Peste Negra, com a brevidade a que uma síntese destas dimensões obriga, mas com a importante salvaguarda de que os efeitos demográficos da pandemia não são realmente mensuráveis em Portugal¹⁰⁰. O evento é referido aqui

⁹⁹ MARQUES – *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV...*, p. 20-30.

¹⁰⁰ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – I Parte - Idade Média (Séculos XI-XV). In RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, p. 82-83.

e acolá noutros capítulos, como evento ou como um de vários fatores responsáveis pela instabilidade do crepúsculo da Idade Média.

Esta crítica não deverá ser entendida como demérito das obras em causa, com todas estas sínteses - incluindo todos os volumes que abrangem o século XIV - a constituírem marcos relevantes na historiografia portuguesa. Seria injusto, até irrealista, exigir das obras de síntese novas leituras e investigação original em todos os seus pontos. Por outro lado, elas traduzem o estado dos conhecimentos nos diversos domínios que tocam, e refletem tendências e preferências editoriais. Já na fase final da redação deste trabalho, por exemplo, surgiu uma nova obra coletiva designada por *História Global de Portugal*, onde um dos eventos destacados da história portuguesa é precisamente o da Peste Negra, com um breve texto da autoria de Maria Helena da Cruz Coelho¹⁰¹.

Vale a pena, como um último exemplo da importância menor concedida a fenómenos não-humanos, afastarmo-nos da peste e olhar uma outra pandemia catastrófica, a igualmente célebre *Gripe Espanhola*, ou *Pneumónica*. Recentemente recordada tanto por causa do centenário da sua ocorrência, como pelo ciclo pandémico que se vive no momento em que estas linhas são escritas – quase foi esquecida nas sínteses de história nacional. Na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, o 6º volume foi coordenado por Rui Ramos, sendo simultaneamente o mais extenso da coleção e o único escrito por uma única mão. Essa homogeneidade permite a comparação do peso dos diversos assuntos abordados. Ao falarmos de Gripe, importa perceber o que foi dito e o que é transmitido aos leitores. Ao longo das suas 603 páginas, o autor toca em todos os aspetos históricos da realidade portuguesa dos anos de 1890 a 1926. Mas fá-lo com pesos diferentes. Ao longo destas centenas de páginas, a palavra gripe surge cinco vezes, sendo que apenas quatro dizem respeito à Gripe Espanhola¹⁰².

¹⁰¹ COELHO, Maria Helena da Cruz – 1348. Peste Negra: o flagelo que foi quase “global”. In FIALHAIS, Carlos, FRANCO, José Eduardo, PAIVA, José Pedro (dirs.), *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2020, p. 269-275.

¹⁰² RAMOS, Rui – *História de Portugal. Sexto Volume. A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 19 (Cronologia introdutória) – “1918 [9 de abril]: Batalha de La Lys. Epidemia de tifo e gripe em Portugal”; p. 24 (Introdução) – “(...) os que tinham ficado em casa [não emigrado ou sido mobilizados para a I Guerra], depois de atormentados pela escassez de abastecimentos em 1917 e 1918, suportaram a última das epidemias mortíferas da história, a famosa «gripe espanhola» de 1918-1919, da qual morreram à volta de 60000 pessoas em Portugal”; p. 524-525 (A transformação da República (1917-

Assim, a Gripe foi escassamente mencionada, e nunca constituiu, por si um assunto de análise. Estas referências episódicas são mais extensas quando trouxeram consequências ou aproveitamento político, neste caso concreto na propaganda sidonista desenvolvida no período da chamada *República Nova*. Quando comparamos este tipo de referências àquelas que são feitas a outras doenças ou surtos epidémicos, percebemos que não é dada uma maior importância à Gripe. Há referências soltas a vários surtos de cólera, à tuberculose, à sífilis, a outras doenças venéreas, além de outras doenças não-infecciosas. Se olharmos para o surto de peste bubónica no Porto, em 1899, a importância dada no decorrer da obra é praticamente a mesma dada à gripe¹⁰³. Assim, esta atenção dada à peste bubónica no Porto, em 1899, semelhante àquela que merece a gripe em 1918-19, parece justificar-se no plano do autor pelo peso que tiveram politicamente, que se afigura tão ou mais importante no caso da peste - por conduzir à eleição de deputados republicanos -, do que no caso da gripe. Porém, os valores de mortalidade da pneumónica poderão ser 150 a 300 vezes superiores aos da bubónica de 1899. E é aqui que devemos refletir sobre a importância *per si* deste tipo de acontecimentos no período contemporâneo. Quase que voltamos a ver a presença deste tipo de fenómenos na narrativa historiográfica como um simples meio de enriquecimento da análise da evolução política nestes anos. Não com a mesma intenção panegírica e mitificadora, é certo, mas com um foco político que nos lembra, no limite, a cronística medieval.

Tendemos a minorizar o efeito dos fenómenos não-humanos na construção do discurso histórico. A capacidade cada vez maior de produção e conservação de energia, de assistência e eficácia da assistência médica, das tecnologias de informação, enfim, daquilo que define o mundo em que vivemos, conduz-nos à minorização do impacto deste tipo de eventos e acontecimentos. Se a estatística da mortalidade provocada pela

1926)) – “Durante as epidemias de tifo e de gripe, [Sidónio Pais] visitou os hospitais, foi ao Norte do País.” e “Tendo decidido que «é principalmente no meio do povo que eu me sinto bem», visitou bairros pobres, prisões e hospitais. Durante as epidemias de tifo e de gripe, que mataram mais de 120000 pessoas em Portugal no ano de 1918, desafiou o contágio, entrando nas enfermarias para consolar os doentes.” A quinta referência diz respeito à Gripe Russa, no final do século XIX, que teria afetado o poeta António Nobre (p. 264) – “António Nobre, o autor de *Só*, passava em 1892 por um destes «simbolistas decadentistas». Aquando do Ultimato de 1890, em 1890, estava em Coimbra, onde o pai, um rico comerciante do Porto, o pusera a estudar Direito. A gripe, porém, impediu-o de ir às manifestações.”

¹⁰³ RAMOS – *História de Portugal...*, p. 83, 211, 220.

Gripe parece longe de estar encerrada, os números dados pelo próprio autor em análise demonstram que, para cada português morto em combate durante a I Guerra na Europa ou em África, dez poderão ter morrido em Portugal como vítimas da gripe. Se esta epidemia não teve consequências políticas diretas ou imediatas, também fruto das circunstâncias delicadas que Portugal e a sua República viviam nesse tempo, é desproporcional mencionar episodicamente um evento que terá ceifado, na pior das projeções, 2% da população portuguesa em poucos meses. Quais as consequências na economia produtiva e no mercado interno? Quais as consequências demográficas gerais? Quais as regiões mais afetadas e porquê? Quais as consequências a longo prazo? De que forma ficou a gripe gravada na memória coletiva? A mesma doença matou dois dos pastorinhos de Fátima e Amadeo de Souza Cardoso, por exemplo. Não houve classe ou região por afetar. Podemos dizer que ainda se sabe tão pouco da Gripe de 1918 como das Pestes do século XIV. E a solução passará pela análise integrada da Gripe na inflação, na instabilidade política, nos fenómenos migratórios, na mão-de-obra e na economia produtiva, enfim, na realidade ‘total’ destes anos. Não dar mais nem menos importância à sua ocorrência, apenas medir com o rigor possível essa importância.

Encerro com gripe a reflexão sobre a historiografia da peste – escrevendo na era da COVID 19. Por certo, numa futura *História de Portugal*, os autores redimensionarão a importância de um fenómeno como a Gripe Espanhola, as diversas pestes, a tuberculose ou a cólera, depois de terem passado por um fenómeno pandémico global como não existia em um século, e com um enquadramento inédito. Beneficiarão da crescente produção historiográfica nesses domínios, mas também *procurarão* ativamente beneficiar dela. O ofício da História é espelho da realidade e das circunstâncias do presente, e a História da Saúde, devidamente integrada no conjunto dos domínios do conhecimento histórico, beneficiará dessa atenção e, em contrapartida, permitirá uma reconstituição do passado mais fidedigna, mais realista e que permita uma maior aproximação à – ainda, e sempre inatingível, mas desejada – verdade histórica.

I – Antes da Peste

1. – A peste antes da Peste

1.1. – O que é a peste?

Protagonista e eixo fundamental da investigação aqui apresentada, a peste é uma infeção provocada por um agente bacteriano, a *Yersinia pestis*. A infeção dá-se através de um vetor: destacam-se certas espécies de pulgas de roedores, sobretudo a pulga do rato preto, *Xenopsylla cheopis*, típica de climas quentes, ou a sua equivalente de climas temperados, *Nosopsyllus fasciatus*¹⁰⁴, apesar de outras espécies (mais de 80¹⁰⁵) poderem ser vetores, incluindo a própria pulga humana (*Pulex irritans*)¹⁰⁶, parecendo

¹⁰⁴ Apesar de não ser um vetor tão eficaz como a *X. cheopis*, esta pulga seria predominante na Europa, de onde é originária, e é possível que fosse responsável pela transmissão da maioria dos casos de Peste Negra em boa parte da Europa, onde as condições ambientais não permitem à *X. cheopis* subsistir. Apesar dessa probabilidade, os estudos sobre o papel desta pulga na transmissão da peste caíram parcialmente no esquecimento, por os historiadores referirem sobretudo a *X. cheopis* e por os epidemiologistas se concentrarem sobretudo nas espécies vetores mais importantes das regiões onde ainda há focos ativos, o que não é o caso da Europa a ocidente dos Urais e do Cáucaso: AUDOIN-ROUZEAU, Frédérique – *Les Chemins de la peste. Le rat, la puce et l'homme*. Paris: Éditions Tallandier, 2007, p. 81-93.

¹⁰⁵ PERRY, Robert D.; FETHERSON, Jacqueline D. - *Yersinia pestis* - etiologic agent of plague. *Clinical Microbiology Reviews*, Jan 1997, 10 (1), (Jan 1997), p. 56-57. Deixo também alguns estudos sobre outros géneros de pulgas potencialmente perigosas: EISEN, Rebecca J.; BORCHET, Jeff N.; MPANGA, Joseph T.; ATIKU, Linda A.; MACMILLAN, Katherine; BOEGLER, Karen A.; MONTENIERI, John A.; MONAGHAN, Andrew; LEULMI, Hamza; SOCOLOVSKI, Cristina; LAUDISOIT, Anne; HOUEMENOU, Gualbert; DAVOUST, Bernard; BITAM, Idir; RAOULT, Didier; PAROLA, Philippe - Detection of *Rickettsia felis*, *Rickettsia typhi*, *Bartonella* Species and *Yersinia pestis* in Fleas (Siphonaptera) from Africa. *PLoS Neglected Tropical Diseases*, 8:10 (2014), e3152. doi:10.1371/journal.pntd.0003152.s004.

¹⁰⁶ A responsabilidade maioritária da pulga humana nas grandes pestes históricas foi defendida acerrimamente por uma facção de epidemiologistas, com destaque para o francês M. Baltazard, tendo como base surtos de peste em Marrocos, Irão e Índia. Porém, parece tratar-se de uma argumentação falível face às hipóteses mais tradicionais, e hoje aceita-se o papel menor da *P. irritans*, que só muito raramente desenvolve um bloqueio e precisaria de condições ótimas e números muito consideráveis (400 a 500 insetos infetados sobre o mesmo hospedeiro) para ser capaz de transmitir a peste a um homem. Não sendo impossível, parece ser altamente improvável. AUDOIN-ROUZEAU – *Les Chemins de la peste...*, p. 93-105, 115-293. Outros estudos, mais recentes, sobre a pulga humana, a peste e o Homem: LAUDISOIT, Anne; LEIRS, Herwig; MAJUNDI, Rhodes H.; VAN DONGEN, Stefan; DAVIS, Stephen; NEERINCKX, Simon; DECKERS, Jozef; LIBOIS, ROLAND - Plague and the human flea, Tanzania. *Emerging Infectious Diseases*, 13:5 (2007 May), p. 687-93. doi: 10.3201/eid1305.061084; RATOVOJATO, J.; RAJERISON, M.; RAHELINIRINA, S.; BOYER, S. - *Yersinia pestis* in *Pulex irritans* Fleas during Plague Outbreak, Madagascar. *Emerging Infectious Disease*, 20:8 (2014), p. 1414–1415. doi:10.3201/eid1509.090442; apesar da relação milenar com o Homem, a *P. irritans* não terá evoluído como uma pulga de primatas, mas provavelmente a partir da relação com porquinhos-da-índia; resta ainda a dúvida sobre como uma espécie de origem americana se terá espalhado por todo o mundo, havendo duas grandes hipóteses: a transmissão ainda no final da Idade do Gelo, com movimento de contingentes humanos não só da Ásia para a América, mas também no sentido oposto, ou a transmissão através do contacto de populações nativas com os vikings que aportaram na Terra Nova, no início do

confirmar-se a possibilidade de outros exoparasitas poderem cumprir esse papel, como o piolho humano do corpo (*Pediculus humanus humanus*)¹⁰⁷, ou várias espécies de carraças, ainda que com muitíssimo menos sucesso e em circunstâncias excepcionais¹⁰⁸. Certas espécies de pulga parecem ser, de facto, os vetores aos quais a bactéria da peste se adaptou melhor, otimizando as probabilidades de sucesso de contágio. A bactéria multiplica-se no sistema digestivo da pulga, provocando um bloqueio. O inseto

século XI – BUCKLAND, Paul C.; SADLER, John P. - A biogeography of the human flea, *Pulex irritans* L. (Siphonaptera: Pulicidae). *Journal of Biogeography* 16 (1989), p. 115-120.

¹⁰⁷ O piolho do corpo terá um papel menor, mas teoricamente possível, em alguns surtos de peste, atuando como vetor da infeção entre dois seres humanos. HOUHAMDI, Linda; LEPIDI, Hubert; DRANCOURT, Michel; RAOULT, Didier - Experimental model to evaluate the human body louse as a vector of plague. *The Journal of Infectious Diseases*, 194(11) (2006), 1589–1596. doi:10.1086/508995; AYYADURAI, Saravanan, SEBBANE, Florent, RAOULT, Didier, & DRANCOURT, Michel - Body lice, *Yersinia pestis* Orientalis, and Black Death. *Emerging Infectious Diseases*, 16(5) (2010), 892–893; PIARROUX, Renaud; ABEDI, Aaron Aruna; SHAKO, Jean-Christophe; KEBELA, Benoit; KARHEMERE, Stomy; DIATTA, Georges; DAVOUST, Bernard; RAOULT, Didier; DRANCOURT, Michel - Plague epidemics and lice, Democratic Republic of the Congo. *Emerging Infectious Diseases* 19.3 (2013), p. 505-6; RAOULT, Didier - A personal view of how paleomicrobiology aids our understanding of the role of lice in plague pandemics. *Microbiology Spectrum* 4.4 (2016). De facto, arqueozoólogos têm recuperando restos de piolhos um pouco por todo o mundo e de todas as épocas, em contextos tão distintos como têxteis palestinos do período romano (MUMCUOGLU, K. Y.; ZIAS, J.; TARSHIS, M.; LAVI, M.; STIEBEL, G. D. - Body Louse Remains Found in Textiles Excavated at Masada, Israel. *Journal of Medical Entomology*, 40:04 (1 July 2003), p. 585–587, <https://doi.org/10.1603/0022-2585-40.4.585>), corpos carbonizados na antiga cidade romana de Herculano (CAPASSO, Luigi; DI TOTA, Gabriella - Lice buried under the ashes of Herculaneum. *Lancet* 351:992 (1998), p. 21) e soldados napoleónicos mortos na Campanha da Rússia; a partir destes últimos, foi recolhido ADN antigo de agentes patogénicos tanto dos soldados, como de piolhos neles encontrados, com os quais infetariam os humanos onde se alimentavam, ou se infetavam naqueles que já estavam doentes, perpetuando o ciclo de propagação; apesar de não se tratar de peste, mas de tifo epidémico e febre das trincheiras, o conjunto de doenças em causa demonstra que há um potencial tremendo neste tipo de análises: RAOULT, Didier; DUTOUR, Olivier; HOUHAMDI, Linda; JANKAUSKAS, Rimantas; FOURNIER, Pierre-Edouard; ARDAGNA, Yann; DRANCOURT, Michel; SIGNOLI, Michel; LA, Vu Dang; MACIA, Yves; ABOUDHARAM, Gérard - Evidence for louse-transmitted diseases in soldiers of Napoleon's grand army in Vilnius. *Journal of Infectious Diseases*, 193 (2006) 112-20.

¹⁰⁸ THOMAS, Rex E.; KARSTENS, Robert H.; SCHWAN, Tom G. - Experimental Infection of *Ornithodoros* spp. Ticks (Acari: Argasidae) with *Yersinia pestis*. *Journal of Medical Entomology*, 27;4 (1 July 1990), p. 720–723, <https://doi.org/10.1093/jmedent/27.4.720>; HOPKINS, D. D.; GRESBRINK, R. A. - Surveillance of sylvatic plague in Oregon by serotesting carnivores. *American Journal of Public Health* 72 (1982), p. 1295–1297. <https://doi.org/10.2105/AJPH.72.11.1295>. O debate, porém, continua e recebe contributos multidisciplinares que provam a variedade hipotética de modelos de propagação numa epidemia, onde não se deverá descartar o papel de ectoparasitas humanos numa transmissão homem-homem. Um exemplo deste debate é o artigo e sequência de respostas publicados na *PNAS*: DEAN, Katharine R.; KRAUER, Fabienne; WALLØE, Lars; LINGJÆRDE, Ole Christian; BRAMANTI, Barbara; STENSETH, Nils Chr.; SCHMID, Boris V. - Human ectoparasites and spread of plague in Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115:6 (Feb 2018), p. 1304-1309. DOI: 10.1073/pnas.1715640115; PARK, Sang Woo, DUSHOFF, Jonathan; EARN, David J. D.; POINAR, Hendrik; BOLKER, Benjamin M. - Human ectoparasite transmission of the plague during the Second Pandemic is only weakly supported by proposed mathematical models. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115:34 (Aug 2018), E7892-E7893. DOI: 10.1073/pnas.1809775115; DEAN, Katharine R.; KRAUER, Fabienne; WALLØE, Lars; LINGJÆRDE, Ole Christian; BRAMANTI, Barbara; STENSETH, Nils Chr.; SCHMID, Boris V. - Reply to Park et al.: Human ectoparasite transmission of plague during the Second Pandemic is still plausible. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115:34 (Aug 2018) E7894-E7895; DOI: 10.1073/pnas.1810221115.

esfomeado pica muito mais do que faria em circunstâncias normais, regurgitando ao mesmo tempo enormes quantidades de bacilos, que são inoculadas no novo hospedeiro. O bloqueio prolonga-se por vários dias e a própria pulga acabará por morrer de fome ou livrar-se do bloqueio, o que encerra a sua capacidade de transmissão. Por outro lado, parece que outras espécies de pulgas podem ser vetores, mesmo não desenvolvendo o bloqueio: se se alimentarem em grande número num hospedeiro com um avançado estado de infeção – quando a concentração de bactérias na corrente sanguínea atinge enormes valores-, podem passar a infeção ao seguinte, permanecendo vivas por mais dias, precisamente por não sofrerem o bloqueio¹⁰⁹. Menos capacidade de transmissão, mas mais tempo e maiores números para o fazerem parecem equilibrar um pouco as contas, ainda que fiquem longe da perigosidade das pulgas que sofrem bloqueio e não sejam capazes de, por si, provocar uma epizootia e uma eventual (e consequente) epidemia¹¹⁰. Este parece ser o caso da pulga humana, a já referida *Pulex irritans*, provocando assim uma transmissão *mecânica*, devido ao número muito grande, efêmero, de bactérias presentes nas estruturas bocais da pulga, e não *biológica*, através do bloqueio multiplicador e duradouro que a bactéria provoca nos vetores mais eficazes¹¹¹.

Ainda que os motivos não sejam claros ou completamente compreendidos, parece que a biodiversidade de roedores-hospedeiros e de pulgas-vetores contribui para a manutenção dos focos enzoóticos¹¹². A existência de espécies de roedores mais resistentes à doença parece ser garantia de manutenção dos focos enzoóticos, que podem provocar uma epizootia, em caso de troca de pulgas infetadas entre estas

¹⁰⁹ EISEN, Rebecca J.; BEARDEN, Scott W.; WILDER, Aryn P.; MONTENIERI, John A.; ANTOLIN, Michael F.; GAGE, Kenneth L. - Early-phase transmission of *Yersinia pestis* by unblocked fleas as a mechanism explaining rapidly spreading plague epizootics. *PNAS USA* 103:42 (2006 Oct 17), p. 15380-15385. doi: 10.1073/pnas.0606831103.

¹¹⁰ WILDER, Aryn P.; EISEN, Rebecca J.; BEARDEN, Scott W.; MONTENIERI, John A.; GAGE, Kenneth L.; ANTOLIN, Michael F. - *Oropsylla hirsute* (Siphonaptera: Ceratophyllidae) Can Support Plague Epizootics in Black-Tailed Prairie Dogs (*Cynomys ludovicianus*) by Early-Phase Transmission of *Yersinia pestis*. *Vector Borne and Zoonotic Diseases* 8:3 (2008), p. 359–367. doi:10.1089/vbz.2007.0181

¹¹¹ AUDOIN-ROUZEAU – *Les Chemins de la peste...*, p. 93-97.

¹¹² GAGE, Kenneth L. - Flea Diversity as an Element for Persistence of Plague Bacteria in an East African Plague Focus. *PLoS ONE*, 7:4 (2012), e35598. doi: 10.1371/journal.pone.0035598.t001; MAKUNDI, Rhodes H.; MASSAWE, Apia W.; BORREMANS, Benny; LAUDISOIT, Anne; KATAKWEBA, Abdul - We are connected: flea–host association networks in the plague outbreak focus in the Rift Valley, northern Tanzania. *Wildlife Research* 42:2, (12 June 2015), p. 196-206. <https://doi.org/10.1071/WR14254>. Ambos os artigos citam abundantes trabalhos sobre o tema.

espécies resistentes e outras suscetíveis, aumentando exponencialmente o número de pulgas infetadas, mais perigosas se se tratar de espécies que podem desenvolver bloqueios. O cenário pode complicar-se ainda mais, no entanto, porque é possível que parte das pulgas mais eficazes na transmissão possa sobreviver letargicamente enterradas no solo ou em depósitos de cereais, esperando uma oportunidade para se alimentar num roedor que se aproxime, e o próprio bacilo parece ser capaz de permanecer vivo, em repouso e durante algum tempo, em depósitos subterrâneos, nas galerias e tocas de hospedeiros já falecidos, até que o revirar do solo ou uma nova ocupação por um outro roedor permita reintroduzir as bactérias num novo ciclo enzoótico ou epizoótico, se as condições forem as ideais¹¹³. A peste é, desta forma, praticamente inextinguível.

O ser humano é uma vítima accidental. Trata-se de uma enzootia, maioritariamente de roedores – “uma doença de ratos na qual o Homem participa”, segundo a definição de Robert Koch, feita em 1901, esporadicamente recuperada por historiadores¹¹⁴ -, com erupções epizoóticas ainda não totalmente compreendidas, e que apenas sob um conjunto especial de circunstâncias ideais atinge o Homem e outras espécies de mamíferos não roedores, num total que pode incluir centenas de espécies suscetíveis¹¹⁵,

¹¹³ MOLLARET, H. H. - Conservation expérimentale de la peste dans le sol, *Bulletin de la Société de Pathologie exotique* 56 (1963), p. 1168-1182; AYYADURAI, Saravanan; HOUHAMDI, Linda; LEPIDI, Hubert; NAPPEZ, Claude; RAOULT, Didier; DRANCOURT, Michel - Long-term persistences of virulent *Yersinia pestis* in soil. *Microbiology*, 154 :9 (2008) 2865-2871; EISEN, Rebecca J.; PETERSEN, Jeannine M.; HIGGINS, Charles L.; WONG David; LEVY, Craig E.; MEAD, Paul S.; SCHRIEFER, Martin E.; GRIFFITH, Kevin S.; GAGE, Kenneth L.; BEARD, C. Ben - Persistence of *Yersinia pestis* in soil under natural conditions. *Emerging Infectious Diseases* 14:6 (2008 jun), p. 941-943. doi: 10.3201/eid1406.080029; BOEGLER, Karen A.; GRAHAM Christine B.; MONTENIERI, John A.; MACMILLAN, Katherine; HOLMES, Jennifer L. ; PETERSEN, Jeannine, M. ; GAGE, Kenneth L. ; EISEN, Rebecca J. - Evaluation of the infectiousness to mice of soil contaminated with *Yersinia pestis*-infected blood. *Vector Borne Zoonotic Diseases* 12:11 (2012 Nov) p. 948-952. doi: 10.1089/vbz.2012.1031.

¹¹⁴ The Advisory Committee Appointed by the Secretary of State for India, the Royal Society, and the Lister Institute - Reports on Plague Investigations in India. *The Journal of Hygiene* 7:6 (1907), p. 696.

¹¹⁵ Nas palavras de Kenneth L. Gage e Michael Y. Kosoy, os dados sugerem que “virtualmente todos os mamíferos podem ser infetados com este agente [*Y. pestis*]” (a tradução do inglês é minha) - GAGE, Kenneth L.; KOSOY, Michael Y. - Natural history of plague: perspectives from more than a century of research. *Annual Review of Entomology* 50 (2005), p. 506.

entre as quais se incluem os cães¹¹⁶, gatos domésticos¹¹⁷ e coelhos¹¹⁸, mas que não é menos perigosa quando se manifesta em animais de contacto menos frequente com o homem¹¹⁹. O número e a densidade de indivíduos de certas espécies de roedores – incluindo em meio urbano –, a capacidade de as espécies de pulgas que deles se alimentam procurarem hospedeiros, a densidade das próprias pulgas vetores nos hospedeiros, o raio de deslocação habitual dos roedores, são alguns dos fatores que

¹¹⁶ Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas entre 2003 e 2011 há 62 casos confirmados em cães: NICHOLS, Megin C.; ETTESTAD, Paul J.; VINHATTON, Elizabeth S.; MELMAN, Sandra D.; ONISCHUCK, Lisa; PIERCE, Erica A.; ARAGON, Adam S. - *Yersinia pestis* infection in dogs: 62 cases (2003–2011). *Journal of the American Veterinary Medical Association*, 244:10 (May 15, 2014), p. 1176–1180 (<https://doi.org/10.2460/javma.244.10.1176>). Há pelo menos dois casos confirmados de transmissão de peste pneumónica entre um cão e um ser humano, respetivamente na China e nos Estados Unidos: WANG, Hu; CUI, Yujun; WANG, Zuyun; WANG, Xiaoyi; GUO, Zhaobiao; YAN, Yanfeng; LI, Chao; CUI, Baizhong; XIAO, Xiao; YANG, Yonghai; QI, Zhizhen; WANG, Guojun; WEI, Baiqing; YU, Shouhong; HE, Duolong; CHEN, Hongjian; CHEN, Gang; SONG, Yajun; YANG, Ruifu - A Dog-Associated Primary Pneumonic Plague in Qinghai Province, China, *Clinical Infectious Diseases*, 52:2 (15 January 2011), p. 185–190, <https://doi.org/10.1093/cid/ciq107>; RUNFOLA, Janine K.; HOUSE, Jennifer; MILLER, Lisa; COLTRON, Leah; HITE, Donna; HAWLEY, Alex; MEAD, Paul; SCHRIEFER, Martin; PETERSEN, Jeannine; CASACELI, Colleen; ERLANDSON, Kristine M.; FOSTER, Clayton; PABILONIA, Kristy L.; MASON, Gary; DOUGLAS JR John M. - Outbreak of Human Pneumonic Plague with Dog-to-Human and Possible Human-to-Human Transmission — Colorado, June–July 2014. *MMWR. Morbidity and Mortality Weekly Report*, 64:16 (May 1, 2015), p. 429–434.

¹¹⁷ Curiosamente, temos o relato de um gato morto com peste em Portugal, durante o surto de bubónica de 1899, no Porto, cuja infeção foi confirmada pela análise bacteriológica levada a cabo por Ricardo Jorge: JORGE – *A peste bubónica no Porto...*, p. 48-49. Tal como nos cães, também há casos de peste humana provocada pelo contacto com gatos doentes, com 23 casos confirmados nos EUA, apenas entre 1977 e 1998 GAGE, Kenneth L.; DENNIS, David T.; ORLOSKI, Kathy A.; ETTESTAD, Paul; BROWN, Ted L.; REYNOLDS, Pamela J.; PAPE, W. John; FRITZ, Curtis L.; CARTER, Leon G.; STEIN, John D. - Cases of Cat-Associated Human Plague in the Western US, 1977–1998. *Clinical Infectious Diseases* 30:6 (June 2000), p. 893–900, <https://doi.org/10.1086/313804>; McELROY, Kristina; BLAGBURN, Byron; BREITSCHWERDT, Edward; MEAD, Paul; McQUISTON, Jennifer - Flea-associated zoonotic diseases of cats in the USA: Bartonellosis, flea-borne rickettsioses, and plague. *Trends in parasitology* 26 (2010), p. 197-204. 10.1016/j.pt.2010.01.001.

¹¹⁸ REYN, C. Fordham von; BARNES, Allan M.; WEBER, Neil S.; HODGIN, U. G. – Bubonic Plague from exposure to a rabbit: a documented case, and a review of rabbit-associated plague cases in the United States. *American Journal of Epidemiology* 104:1 (July 1976), p. 81–87. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.aje.a112276>.

¹¹⁹ CAMPBELL, Stephanie B.; NELSON, Christina A.; HINCKLEY, Alison F.; KUGELER, Kiersten J. - Animal Exposure and Human Plague, United States, 1970-2017. *Emerging Infectious Diseases* 25:12 (2019 Dec), p. 2270-2273. doi: 10.3201/eid2512.191081. Um exemplo inusitado é o do biólogo norte-americano de 37 anos que morreu em 2007, depois de contrair peste durante a necrópsia de um puma, realizada para determinar a causa de morte do animal, que encontrou já morto numa saída de campo, tendo essa operação sido feita sem as devidas precauções. Acabou por contrair a doença, desenvolvendo uma peste pneumónica primária que o vitimou antes de que pudesse receber qualquer assistência; no mesmo artigo, são referidos casos de transmissão a seres humanos, nos EUA, a partir de raposas, texugos, lincos e coiotes doentes: WONG, David; WILD, Margaret A.; WALBURGER, Matthew A.; HIGGINS, Charles L.; CALLAHAN, Michael; CZARNECKI, Lawrence A.; LAWACZECK, Elisabeth W.; LEVY, Craig E.; PATTERSON, J. Gage; SUNENSHINE, Rebecca; ADEM, Patricia; PADDOCK, Christopher D.; ZAKI, Sherif R.; PETERSEN, Jeannine M.; SCHRIEFER, Martin E.; EISEN, Rebecca J.; GAGE, Kenneth L.; GRIFFITH, Kevin S.; WEBER, Ingrid B.; SPRAKER, Terry R.; MEAD, Paul S. - Primary Pneumonic Plague Contracted from a Mountain Lion Carcass. *Clinical Infectious Diseases*, 49:3 (1 August 2009), p. e33–e38. <https://doi.org/10.1086/600818>.

entram na complexa teia de acontecimentos que antecede uma epidemia humana de peste¹²⁰. A doença manifesta-se sob várias formas¹²¹, cada uma delas representando um valor muito desigual de infeções¹²²:

- Bubónica, a mais comum de todas, provocada na esmagadora maioria dos casos pela picada de uma pulga infetada. As bactérias injetadas pela pulga doente viajam pelo sistema linfático, alojando-se nos gânglios mais próximos. Após um período de incubação de alguns dias, os gânglios incham consideravelmente - produzindo os infames bubões, que dão nome a esta forma da doença - sobretudo os mais próximos da picada, ficando duros e extremamente dolorosos, sendo acompanhados por febres muito altas e complicações gastrointestinais severas. Apesar de ter uma taxa de mortalidade elevada, que pode ascender aos 60% sem tratamento¹²³, costuma matar quando a infeção avança para um segundo estágio, provocando uma septicemia ou peste pneumónica secundária.

¹²⁰ KEELING, M.J.; GILLIGAN C.A. - Bubonic plague: a metapopulation model of a zoonosis. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 267:1458 (2000), p. 2219-30. doi: 10.1098/rspb.2000.1272.

¹²¹ World Health Organisation - *Plague*. Revised October 2017. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/plague>. Consultado em 2 de janeiro de 2020.

¹²² Recorrendo a dados contemporâneos de realidades tão diferentes como os Estados Unidos da América, Madagáscar e o Uganda, podemos verificar que, no primeiro caso, um país onde a peste foi introduzida em cidades portuárias por volta de 1900, evoluindo nas décadas seguintes para um enzootia de zonas remotas, há 1006 casos diagnosticados entre 1900 e 2012, dos quais 913 identificados pela forma da doença: 744 (82%) casos de bubónica, 74 (~8%) de pneumónica, 87 (~9,5%) de septicémica, 6 (~0,7%) e 1 (~0,1%) de gastrointestinal. KUGELER, Kiersten. J.; STAPLES, J. Erin; HINCKLEY, Alison; GAGE, Kenneth L.; MEAD, Paul S. - Epidemiology of Human Plague in the United States, 1900–2012. *Emerging Infectious Diseases*, 21:1 (2015), p. 16-22. <https://dx.doi.org/10.3201/eid2101.140564>; Madagáscar, o país onde a doença foi introduzida em áreas portuárias em 1898, é onde se regista mais novos casos de peste, com quase 6000 casos suspeitos apenas entre os anos de 1996 e 1998, dos quais cerca de 1000 foram confirmados laboratorialmente; dos 5965 casos suspeitos, 5729 seriam da forma bubónica, 85 de pneumónica e 151 de forma não-identificada, havendo, entre os 917 casos confirmados, 870 de bubónica, 25 de pneumónica e 22 de forma não-identificada: CHANTEAU, Suzanne; RATSITORAHINA, Mahery; RAHALISON, Lila; RASOAMANANA, Bruno; CHAN, Fabien; BOISIER, Pascal; RABESON, Dieudonné; ROUX, Jean - Current epidemiology of human plague in Madagascar. *Microbes and Infection*, 2:1, (2000) p. 25-31. ISSN 1286-4579. [https://doi.org/10.1016/S1286-4579\(00\)00289-6](https://doi.org/10.1016/S1286-4579(00)00289-6); no Uganda, onde a peste terá sido introduzida entre 1896 e 1901 e o problema atinge proporções muito menores do que as de Madagáscar, 255 casos, entre 140 suspeitos, 37 casos prováveis e 78 confirmados, foram registados entre 2008 e 2016, ainda que a maioria se situe no primeiro destes anos; dos 255 casos, 217 seriam de bubónica, 20 de septicémica e 18 de pneumónica: FORRESTER, Joseph D.; APANGU, Titus; GRIFFITH, K.; ACAYO, Sarah; YOCKEY, Brook; KAGGWA John; KUGELER, Kierstin J.; SCHRIEFER, Martin; SETXON, Christopher; BEN BEARD, C.; CANDINI, Gordian; ABARU, Janet; CANDIA, Bosco; OKOTH, Jimmy Felix; APIO, Harriet; NOLEX, Lawrence; EZAMA, Geoffrey; OKELLO, Robert; ATIKU, Linda; MPANGA, Joseph; MEAD Paul S. - Patterns of Human Plague in Uganda, 2008-2016. *Emerging Infectious Diseases*, 23:9 (2017 Sep), p. 1517-1521. doi: 10.3201/eid2309.170789.

¹²³ World Health Organisation - *Plague*. Revised October 2017. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/plague>. Consultado em 2 de janeiro de 2020.

- Pneumónica ou pulmonar, uma forma que atinge uma mortalidade próxima de 100% entre os doentes que não recebam tratamento médico. O alojamento da infeção nos pulmões provoca uma violenta pneumonia. Por norma, e como foi dito, surge como consequência do avanço da peste bubónica, constituindo uma peste pneumónica secundária que acabará por ditar o desfecho do doente. Trata-se da única forma que permite um contágio direto entre seres humanos, através de partículas de saliva e muco, embora este não seja facilitado pela rapidíssima progressão da forma da doença, que mata em pouco mais de um dia se não for tratada, e, sobretudo, por as bactérias presentes nas gotículas de saliva projetadas apenas sobreviverem se passarem diretamente de um hospedeiro para outro. Para que isso aconteça, é necessário um contacto direto muito próximo, e numa fase muito adiantada da doença - altura em que a concentração de bacilos é muito elevada e permite que uma gotícula infetada seja suficiente -, mas coincidente com uma capacidade respiratória muito diminuída, e consequente capacidade de projeção menor¹²⁴; em alternativa, há casos de pneumónica primária provocados pelo contacto com tecidos de animais mortos com a doença, onde a elevada concentração de bactérias permitiu que a projeção de gotículas de sangue e fluidos internos fosse suficiente para a infeção¹²⁵. A aparente dificuldade do contágio entre duas pessoas parece colocar em questão a eventual efetividade de aerossóis de peste como arma biológica, mas isso não impediu a *Y. pestis* de ser um dos organismos mais trabalhado nesse sentido - pelo menos durante a Guerra Fria – nem elimina ameaças futuras¹²⁶.

O período de incubação da peste pneumónica primária pode variar entre menos de 24 horas e 4-5 dias, pelo que pode passar pouco mais de um dia entre o contágio e a morte, sem desenvolvimento dos célebres bubões. É possível que a peste pneumónica tenha estado presente em parte das mortes da Peste Negra. Há notícias de epidemias

¹²⁴ BEGIER, Elizabeth M.; ASIKI, Gershim; ANYWAINE, Zaccheus; YOCKEY, Brook; SCHRIEFER, Martin E.; ALETI, Phillipam; OGDEN-ODOI, Asaph; STAPLES, J. Erin; SEXTON, Cristopher; BEARDEN, Scott W.; KOOL, Jacob L. - Pneumonic plague cluster, Uganda, 2004. *Emerging Infectious Diseases* 12:3 (2006 Mar), p. 460-7. doi: 10.3201/eid1203.051051. RUNFOLA - Outbreak of Human Pneumonic Plague with Dog-to-Human... p. 429–434.

¹²⁵ WONG, et al. - Primary Pneumonic Plague Contracted..., p. e33–e38.

¹²⁶ DENNIS, David T. - Plague as a Biological Weapon. In FONG, I. W., ALIBEK, Kenneth (eds.), *Bioterrorism and Infectious Agents: A New Dilemma for the 21st Century*. New York: Springer, 2009, p. 37–70. doi: 10.1007/978-1-4419-1266-4_2.

de peste em que a maioria dos casos eram do tipo pneumónico, sem intervenção de um inseto vetor¹²⁷. Há pequenos surtos esporádicos um pouco por todos os continentes onde há focos de peste¹²⁸ e, muito recentemente, uma série de casos diagnosticados na China fez soar os alarmes na imprensa generalista a nível global¹²⁹, poucas semanas antes da eclosão do surto inicial daquilo que agora designamos por COVID-19; já durante a pandemia de COVID-19, em julho de 2020, outro caso de peste bubónica na China recebeu uma atenção desproporcionada, certamente motivada pelas circunstâncias vividas¹³⁰; em Portugal, a comunicação social empolou a notícia, com muitos meios a designarem incorretamente a doença como “peste negra”. Além do medo provocado pela mitologia da Peste Negra, a sua mortalidade massiva e o desenvolvimento fulminante fazem muitos temer o seu uso como potencial arma biológica¹³¹, mesmo com as dificuldades que o desenvolvimento com esse fim levanta, levando à definição de modelos de propagação e contenção¹³².

- Septicémica, quando a infeção se generaliza, provocando um quadro muito reservado. A peste septicémica primária é rara, implicando um contágio direto através da corrente sanguínea. Tal como a pneumónica, pode surgir como forma secundária após o desenvolvimento da peste bubónica. Pode provocar hemorragias subcutâneas e

¹²⁷ O mais célebre e mortífero dos surtos de peste pneumónica primária terá sido o que varreu a Manchúria nos anos de 1910 e 1911, com mais de 60000 mortos. O clima frio que favorece a convivência social e familiar em espaços fechados densamente preenchidos, terá favorecido um tipo de contágio que, noutras circunstâncias, ficaria bem mais circunscrito. GAMSA, M. - The Epidemic of Pneumonic Plague in Manchuria 1910-1911. *Past & Present*, 190 (Feb. 2006), p. 147-183. 10.1093/pastj/gtj001.

¹²⁸ MUDUR, Ganapati - India's Pneumonic Plague Outbreak Continues To Baffle. *BMJ: British Medical Journal*, 311:7007 (1995) p. 706; RATSITORAHINA, M.; CHANTEAU, S.; RAHALISON, L.; RATSIFASOAMANANA, L.; BOISIER, P. - Epidemiological and diagnostic aspects of the outbreak of pneumonic plague in Madagascar. *The Lancet*, 355:9198 (2002), p. 111–113. doi:10.1016/S0140-6736(99)05163-6; BEGIER, et al. - Pneumonic plague cluster..., p. 460-7. RUNFOLA - Outbreak of Human Pneumonic Plague with Dog-to-Human... p. 429–434.

¹²⁹ Três casos foram diagnosticados em novembro de 2019, e a notícia fez manchetes em jornais de referência mundial, como o britânico *The Guardian* e o norte-americano *New York Times*. Qualquer um deles será facilmente acessível através de uma pesquisa rápida num motor de busca; a título de exemplo, deixo apenas um link, neste caso para a página da agência noticiosa *Reuters*: <https://www.reuters.com/article/us-china-health-plague/china-reports-fourth-case-of-bubonic-plague-this-month-idUSKBN1Y20BI>, [consultado em 16/03/2021].

¹³⁰ Uma vez mais, sugiro a leitura da notícia da *Reuters*: <https://www.reuters.com/article/us-china-health-plague/city-in-chinas-inner-mongolia-warns-after-suspected-bubonic-plague-case-idUSKBN2460JC>.

¹³¹ INGLESBY, T. V.; DENNIS, D. T.; HENDERSON, D. A.; et al. - Plague as a Biological Weapon: Medical and Public Health Management. *JAMA*, 283:17 (200), 2281–2290. <https://doi.org/10.1001/jama.283.17.2281>.

¹³² WILLIAMS, A. D. C.; HALL, I. M.; RUBIN, G. J.; AMLÔT, R.; LEACH, S. - An individual-based simulation of pneumonic plague transmission following an outbreak and the significance of intervention compliance. *Epidemics*, 3:2 (2011), p. 95–102. doi:10.1016/j.epidem.2011.03.001.

internas generalizadas e sangramentos, sendo seguida pela falência de órgãos vitais e morte. Por vezes – se houver tempo - o doente adquire uma cor azulada escura, devida à concentração de sangue sob a pele, e a morte é o destino da maior parte dos doentes¹³³. Porém, em alguns casos, a progressão é tão rápida que a morte surge antes mesmo de se desenvolverem os sintomas típicos ou outros quaisquer¹³⁴. Os sintomas desta forma são mais difíceis de identificar, por serem semelhantes a outros tipos de infecções septicémicas. Em muitos casos, a morte acaba por chegar ao paciente pela demora no diagnóstico, contribuindo para a manutenção de taxas de mortalidade elevadas neste tipo de peste, matizadas apenas pela sua baixa frequência¹³⁵.

As três formas anteriores recolhem a esmagadora maioria dos casos, mas há também outras formas, como a faríngea. Esta última é rara, por ser provocada pela ingestão de carne de um animal infetado, dispensando assim a transmissão por um inseto vetor. Os casos conhecidos provêm de países onde a carne de camelo, proveniente de animais infetados durante episódios de epizootias locais entre uma população de roedores, é consumida¹³⁶. Por vezes, uma infeção deste tipo provoca ‘apenas’ casos sérios de gastroenterites, uma espécie de peste gástrica¹³⁷. Sendo raros, demonstram a complexa teia de possibilidades de propagação da peste.

Como referi, sob circunstâncias ainda pouco claras, um conjunto de fatores naturais e humanos pode conjugar-se para que um surto de peste entre humanos tome

¹³³ Center for Disease Control and Prevention – *Plague*. Last reviewed: November 26, 2019. Available: <https://www.cdc.gov/plague/index.html>. Consultado em 2 de janeiro de 2020.

¹³⁴ Fazendo uso, uma vez mais, do precioso relato da Peste de 1899 no Porto, feito por Ricardo Jorge, temos um caso deste género, o primeiro de todos os foram identificados; Gregório Blanco, trabalhador espanhol de 48 anos, que terá morrido sem que os bubão surgisse, após se ter sentido mal muito brevemente. JORGE – *A Peste Bubónica no Porto...*, p. 2.

¹³⁵ HULL, Harry F.; MONTES, Jean M.; MANN, Jonathan M. - Septicemic plague in New Mexico. *Journal of Infectious Diseases* 155 (1987), p. 113-18.

¹³⁶ FEDOROV, V. - Plague in camels and its prevention in the USSR. *Bulletin of the World Health Organization* 23 (1960), p. 275-81; CHRISTIE, A. B.; CHEN, T. H.; ELBERG S. Elberg - Plague in Camels and Goats: Their Role in Human Epidemics, *The Journal of Infectious Diseases* 141-6 (June 1980) p. 724–726, <https://doi.org/10.1093/infdis/141.6.724>; ARBAJI, A.; KHARABSHEH, S.; AL-AZAB, S.; AL-KAYED, M.; AMR, Z. S.; BAKER, M. ABU; CHU, M. C. - A 12-case outbreak of pharyngeal plague following the consumption of camel meat, in north–eastern Jordan. *Annals of Tropical Medicine & Parasitology*, 99:8 (2005), p. 789–793. BIN SAEED, Abdulaziz A.; AL-HAMDAN, Nasser A.; FONTAINE, Robert E. - Plague from Eating Raw Camel Liver. *Emerging Infectious Diseases*, 11: 9 (September 2005), p. 1456-1457.

¹³⁷ LESLIE, T.; WHITEHOUSE, C. A.; YINGST, S.; BALDWIN, C.; KAKAR, F.; MOFLEH, J.; HAMI, A. S.; MUSTAFA, L.; OMAR, F.; AYAZI, E.; ROSSI, C.; NOORMAL, B.; ZIAR, N.; KAKAR, R. - Outbreak of gastroenteritis caused by *Yersinia pestis* in Afghanistan. *Epidemiology and Infection*, 139:05 (2010), p. 728–735. ISSN 0950-2688 DOI: <https://doi.org/10.1017/S0950268810001792>.

proporções de pandemia, ou seja, se propague numa área geográfica muito vasta, feita através de vias e meios identificáveis, com níveis altos de contágio, casos sintomáticos e elevado número de mortes¹³⁸, com longos ciclos de recorrência, no caso da peste. Como foi dito, com exceção dos raros casos de epidemias de peste pneumónica primária, a existência de uma vasta população de roedores comensais suscetíveis à peste e carregando pulgas altamente eficazes na transmissão da doença, é um dos fatores mais relevantes de uma teia intrincada. No caso da peste - ainda que a origem da forma humana da doença já se tenha revelado muito mais antiga do que se julgava até há alguns anos, talvez com mais de 6000 anos¹³⁹ e com uma história natural que

¹³⁸ MORENS, David M.; FOLKERS, Gregory K.; FAUCI, Anthony S. - What is a pandemic? *Journal of Infectious Diseases* 200.7 (2009), p. 1018-21.

¹³⁹ A paleogenómica atual aponta para o aparecimento da *Yersinia pestis* algures no início do IV milénio a.C. Integrados no novo ramo de estudo designado como *LNBA Plague* (Peste do Neolítico Tardio e Idade do Bronze, segundo a sigla inglesa), têm sido recolhidas diversas provas que apontam para a endemicidade da *Y. pestis* na Eurásia durante toda a Idade do Bronze (3000 a.C.-800 a.C.), numa altura em que algumas variedades da bactéria ainda não tinha desenvolvido capacidade para provocar peste bubónica, causando, provavelmente, apenas formas pneumónicas e septicémicas, tendo adquirido antes de meados do século X a.C. o gene que lhe permite ser transmissível através de pulgas: RASMUSSEN, Simon; ALLENTOF, Morten Erik; NIELSEN, Kasper; ORLANDO, Ludovic; SIKORA, Martin; SJÖGREN, Karl-Göran; PEDERSEN, Anders Gorm; SCHUBERT, Mikkel; VAN DAM, Alex; KAPEL, Christian Moliin Outzen; NIELSEN, Henrik Björn; BRUNAK, Søren; AVETISYAN, Pavel; EPIMAKHOV, Andrey; KHALYAPIN, Mikhail Viktorovich; GNUNI, Artak; KRIISKA, Aivar; LASAK, Irena; METSPALU, Mait; MOISEYEV, Vyacheslav; GROMOV, Andrei; POKUTTA, Dalia; SAAG, Lehti; VARUL, Liivi; YEPISKOPOSYAN, Levon; SICHERITZ-PONTÉN, Thomas; FOLEY, Robert A.; LAHR, Marta Mirazón Lahr; NIELSEN, Rasmus; KRISTIANSEN, Kristian; WILLERSLEY, Eske - Early divergent strains of *Yersinia pestis* in Eurasia 5,000 years ago. *Cell*. 163:3 (2015 Oct 22), p. 571-82. doi: 10.1016/j.cell.2015.10.009. Contudo, algumas populações da bactéria teriam desenvolvido essa capacidade 1000 anos antes do que se julgava, o que demonstra a variedade dos tipos de *Y. pestis* em circulação, logo na Idade do Bronze: SPYROU, Maria A.; TUKHBATOVA, Rezeda I.; WANG, Chuan-Chao; ANDRADES VALBUEÑA, Aida; LANKAPALLI, Aditya K.; KONDRASHIN, Vitaly V.; TSYBIN, Victor A.; KHOKHLOV, Aleksandr; KÜHNERT, Denise; HERBIG, Alexander; BOS, Kirsten I.; KRAUSE, Johannes - Analysis of 3800-year-old *Yersinia pestis* genomes suggests Bronze Age origin for bubonic plague. *Nature Communications* 9 (2018), article number 2234. Os estudos têm-se multiplicado e revelado cada vez mais a circulação euroasiática da bactéria como fator de mutação e difusão: ANDRADES VALBUEÑA, Aida; MITTNIK, Alissa; KEY, Felix M.; HAAK, Wolfgang; ALLMÄE, Raili; BELINSKIJ, Andrej; DAUBARAS, Mantas; FELDMAN, Michal; JANKAUSKAS, Rimantas; JANKOVIĆ, Ivor; MASSY, Ken; NOVAK, Mario; PFRENGLE, Saskia; REINHOLD, Sabine; ŠLAUS, Mario; SPYROU, Maria A.; SZÉCSÉNY-NAGY, Anna; TÖRV, Mari; HANSEN, Svend; BOS, Kirsten I.; STOCKHAMMER, Philipp w.; HERBIG, Alexander; KRAUSE, Johannes - The Stone Age Plague and Its Persistence in Eurasia. *Current Biology* 27:23 (4 December 2017), p. 3683-3691.e8. doi: 10.1016/j.cub.2017.10.025. RASCOVAN, Nicolás; SJÖGREN, Karl-Göran; KRISTIANSEN, Kristian; NIELSEN, Rasmus; WILLERSLEY, Eske; DESNUES, Christelle; RAMUSSEN, Simon - Emergence and Spread of Basal Lineages of *Yersinia pestis* during the Neolithic Decline. *Cell* 176:1-2 (2019) p. 295-305.e10. ISSN 0092-8674, <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.11.005>.

pode ter mais de 20000 anos¹⁴⁰ e origem asiática¹⁴¹ - são três as pandemias tradicionalmente identificadas como tal: a primeira, que se inicia com a chamada Peste de Justiniano, e que se prolongou de meados do século VI até aos do século VIII; a segunda, a mais famosa de todas e, provavelmente, mais mortífera, inicia-se com a chamada Peste Negra, em meados do século XIV, e prolonga-se na Europa Ocidental até ao primeiro quartel do século XVIII, mantendo-se regionalmente no Médio Oriente e Mediterrâneo Oriental até meados do século XIX¹⁴²; a terceira inicia-se no Extremo Oriente em meados do século XIX, e acaba por se espalhar por todo o mundo, chegando à Europa na viragem do século XIX para o XX, contaminando e criando focos enzoóticos (ou seja, depósitos da bactéria entre as populações de roedores locais) nas até então intocadas Américas e estabelecendo definitivamente focos na África Subariana. A terceira das pandemias continua até aos dias de hoje e, ainda que os surtos sejam maioritariamente circunscritos às áreas próximas dos reservatórios atuais da doença. Apesar de a divisão em três pandemias começar a ser contestada pela diversificação da árvore filogenética da peste – que, além de eventuais pandemias proto-históricas, pode revelar outras mais recentes ou simultâneas, num total que pode ser de cinco ou mais pandemias de peste, geneticamente distintas¹⁴³ - levará algum tempo até que se possa compreender totalmente o alcance histórico das novas descobertas paleogenómicas.

¹⁴⁰ Sobre a história da evolução da própria bactéria, independente da sua interação mais ou menos acidental com o homem, ver: SUNTSOV, Victor Vasilyevich - Origin of the Plague Microbe *Yersinia pestis*: Structure of the Process of Speciation. *Biology Bulletin* 39:1 (2012), p. 1–9. DOI: 10.1134/S1062359012010104.

¹⁴¹ Não só a segunda e a terceira pandemias de peste parecem ter começado na China ou na Ásia Central, como a própria bactéria parece ter surgido aí, em primeiro lugar, divergindo do antepassado comum que possuía com a *Yersinia pseudotuberculosis*, sua parente mais próxima: MORELLI, Giovanna; SONG, Yajun; MAZZONI, Camila J.; EPPINGER, Mark; ROUMAGNAC, Philippe; WAGNER, David M.; FELDKAMP, Mirjam; KUSECEK, Barica; VOGLER, Amy J.; LI, Yanjun; CUI, Yujun; THOMSON, Nicholas R.; JOMBART, Thibaut; LEBLOIS, Raphael; LICHTNER, Peter; RAHALISON, Lila; PETERSEN, Jeannine M.; BALLOUX, Francois; KEIM, Paul; WIRTH, Thierry; RAVEL, Jacques; YANG, Ruifu; CARNIEL, Elisabeth; ACHTMAN, Mark - *Yersinia pestis* genome sequencing identifies patterns of global phylogenetic diversity. *Nature Genetics* 42 (2010), p. 1140–1143. <https://doi.org/10.1038/ng.705>.

¹⁴² DOLS, Michael W. - The second plague pandemic and its recurrences in the Middle East. *Journal of the Social & Economic History of the Orient* 22 (1979), p. 162-189.

¹⁴³ ZHOU, Zhemin; ALIKHAN, Nabil-Fareed; MOHAMED, Khaled; FAN, Yulei; AGAMA STUDY GROUP; ACHTMAN, Mark - The Enterobase user's guide, with case studies on Salmonella transmissions, *Yersinia pestis* phylogeny, and *Escherichia* core genomic diversity. *Genome Research* 30:1 (2020 Jan), p. 138–152. doi: [10.1101/gr.251678.119](https://doi.org/10.1101/gr.251678.119). Tive acesso a esta novidade através da comunicação de Monica H. Green num webinar que aconteceu em maio de 2020, no contexto da pandemia de Covid 19. O vídeo resultante continua disponível no canal de *Youtube* da Medieval Academy of America, através do seguinte link: <https://youtu.be/VzqR1S8cbX8->

Retomando a questão dos focos ativos, estes existem em todos os continentes (se considerarmos o território euroasiático como um continente, o que é geograficamente aceitável), exceto na Austrália, e todos os anos há novos casos¹⁴⁴, sendo os países mais suscetíveis Madagascar, o Peru¹⁴⁵ e a República Democrática do Congo¹⁴⁶. De resto, em Madagascar, de longe o país mais afetado pela doença há décadas¹⁴⁷, a precariedade das condições de higiene dos centros urbanos e o isolamento de muitas comunidades rurais criam condições para padrões de mortalidade – em pequena escala, mas preocupantes – que revelam uma inquietante proximidade com os padrões de mortalidade da Europa tardomedieval¹⁴⁸. Na Europa, apesar de haver alguns focos nas zonas-limite do Cáucaso e dos Urais, não há registo de casos humanos não-importados desde há muito. Os focos naturais geograficamente mais próximos de Portugal são os argelinos, responsáveis por alguns casos entre nómadas há alguns anos¹⁴⁹. Marrocos teve um pequeno número

¹⁴⁴ Nos Estados Unidos, por exemplo, foi registada uma média de sete casos anuais entre os anos de 2000 e 2018, num total de 106 casos identificados de peste, dos quais morreram doze doentes. Center for Disease Control and Prevention – *Plague*. Last reviewed: November 26, 2019. Available: <https://www.cdc.gov/plague/maps/index.html>. [Consultado em 02/01/2020.]

¹⁴⁵ SCHNEIDER, M. C.; NAJERA, P.; ALDIGHERI, S.; GALAN, D. I.; BERTHERAT, E.; RUIZ, A.; Where Does Human Plague Still Persist in Latin America? *PLoS Neglected Tropical Diseases*, 8:2 (2014), e2680. doi:10.1371/journal.pntd.0002680.s006.

¹⁴⁶ World Health Organisation - *Plague*. Revised October 2017. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/plague>. Consultado em 2 de janeiro de 2020.

¹⁴⁷ Há casos registados todos os anos desde 1991, variando entre 312 e 648 o número de diagnósticos anuais: RATOONJATO, J.; RAJERISON, M.; RAHELINIRINA, S.; BOYER, S. - *Yersinia pestis* in *Pulex irritans*..., p. 1414–1415; Amy J.; CHAN, Fabien; NOTTINGHAM, Roxanne; ANDERSEN, Genevieve; DREES, Kevin; BECKSTROM, STERNBERG, Stephen M.; WAGNER, David M., CHANTEAU, Suzanne, KEIM, Paul - A Decade of Plague in Mahajanga, Madagascar: Insights into the Global Maritime Spread of Pandemic Plague. *mBio*, 4:1 (2012), e00623–12–e00623–12. doi:10.1128/mBio.00623-12; CHANTEAU et al. - Current epidemiology of human plague in Madagascar...; RATSITORAHINA, et al. - Epidemiological and diagnostic aspects...; ANDRIANAIVOARIMANANA, Voahangy; KREPPPEL, Katharina; ELISSA, Nohal; DUPLANTIER, Jean-Marc; CARNIEL, Elisabeth; RAJERISON, Minoarisoa; JAMBOU, Ronan - Understanding the Persistence of Plague Foci in Madagascar. *PLoS Neglected Tropical Diseases*, 7:11 (2013), e2382. doi:10.1371/journal.pntd.0002382.t001.

¹⁴⁸ RUBINI, Mauro; GUALDI-RUSSO, Emanuela; MANZON, Vanessa S.; RINALDO, Natascia; BIANUCCI, Raffaella - Mortality risk factors show similar trends in modern and historic populations exposed to plague. *The Journal of Infection in Developing Countries* 10:5, p. 488-493. doi: 10.3855/jidc.7974.

¹⁴⁹ BITAM, Idir; AYYADURAI, Saravanan; KERNIF, Tahar; CHETTA, Mohammed; BOULAGHMAN, Nabil; RAOULT, Didier; DRANCOURT, Michel - New rural focus of plague, Algeria. *Emerging Infectious Diseases* 16:10 (2010 oct), p. 1639-40. doi: 10.3201/eid1610.091854; MALEK, M. A.; HAMMANI, A.; BENELDIOUZI, A.; BITAM, Idir - Enzootic plague foci, Algeria. *New Microbes New Infections* 4 (2014 Dec 4), p. 13-16. doi: 10.1016/j.nmni.2014.11.003.

surtos até à década de 1950¹⁵⁰, mas não há provas de que persista um foco nesse país na atualidade, pela ausência de casos, tanto humanos, como animais¹⁵¹.

Acreditava-se, desde 1951¹⁵² e até recentemente, que cada uma das três pandemias se definia não só pela ocorrência cronológica, mas pela predominância de estirpes (“*biovar*”), distinguindo-se entre si por pequenas diferenças genéticas com influência na ação da bactéria: *antiqua*, a variante responsável pela Peste Justiniana e pelas suas réplicas; *mediaevalis*, a estirpe que provocou a Peste Negra e os subsequentes surtos da Segunda Pandemia; *orientalis*, que se desenvolveu no sul da China e é responsável pela esmagadora maioria dos surtos dos últimos 150 anos e pelo conjunto da Terceira Pandemia, sendo a única que mantém estatuto pandémico, atualmente¹⁵³. Hoje, conhecendo-se outras estirpes e percebendo-se que a relação entre cada uma das pandemias e das estirpes não é direta, abandonou-se esta divisão por *biovar*/pandemia¹⁵⁴, prova da renovação constante dos conhecimentos sobre a história natural da doença.

Há um conjunto de antibióticos bastante eficazes no tratamento da peste, o que permitiu aumentar exponencialmente as hipóteses de sobrevivência entre os infetados que são devida e rapidamente diagnosticados¹⁵⁵. Contudo, tal como outras doenças de

¹⁵⁰ Que, de resto, foram fundamentais na formulação da hipótese de protagonismo da *P. irritans* na transmissão de peste entre seres humanos: AUDOIN-ROUZEAU – *Les Chemins de la peste...*, p. 117-119, 126-129, 169-192.

¹⁵¹ MALEK, Maliya Alia; BITAM, Idir; DRANCOURT, Michel - Plague in Arab Maghreb, 1940-2015: A Review. *Front Public Health*. 3:4 (2016 Jun), artigo 112. doi: 10.3389/fpubh.2016.00112. Muitas vezes, porém, a ausência de casos humanos leva as autoridades a diminuir ou interromperem as ações de vigilância e prospeção de peste em roedores. Um caso esclarecedor é o do Irão, onde não há casos de peste humana desde 1966, mas a bactéria foi encontrada em ambiente selvagem, entre populações silvestres de roedores, quando a vigilância foi retomada, em 2011: ESAMAEILI, Saber; AZADMANESH, Kayhan; NADDAF, Saied Reza; RAJERISON, Minoarisoa; CARNIEL, Elisabeth; MOSTAFAVI, Ehsan - Serologic Survey of Plague in Animals, Western Iran. *Emerging Infectious Diseases* 19:9 (2013), p. 1549-1551. doi:10.3201/eid1909.121829.

¹⁵² DEVIGNAT R. - Variétés de l'espèce *Pasteurella pestis*; nouvelle hypothèse [Varieties of *Pasteurella pestis*; new hypothesis]. *Bulletin of the World Health Organization* 4:2 (1951), p. 247-63.

¹⁵³ Existe ainda a proposta de identificação de uma nova *biovar*, a *microtus*, feita por investigadores chineses em 2004, e que poderá ser já uma evolução menos virulenta da bactéria, com interesse para uma potencial vacina realmente eficaz e segura contra a peste: ZHOU, Dongsheng; TONG, Zongzhong; SONG, Yajun; HAN, Yanping; PEI, Decui; PANG, Xin; ZHAI, Junhui; LI Min; CUI Baizhong; QI, Zhizhen; JIN, Lixia; DAI, Ruixia; DU, Zongmin; WANG, Jin; GUO Zhaobiao; WANG, Jian; HUANG, Paitang; YANG, Ruifu - Genetics of metabolic variations between *Yersinia pestis* biovars and the proposal of a new biovar, *microtus*. *Journal of Bacteriology* 186:15 (2004 Aug), p. 5147-52. doi: 10.1128/JB.186.15.5147-5152.2004.

¹⁵⁴ RAOULT, Didier; MOUFFOK, Nadjet; BITAM, Idir; PIARROUX, Renaud; DRANCOURT, Michel - Plague: history and contemporary analysis. *Journal of Infection* 66:1 (2013), p. 20.

¹⁵⁵ KUGELER, et al. - Epidemiology of Human Plague..., p. 16-22.

origem bacteriana, o aparecimento de estirpes multirresistentes da peste preocupa a comunidade científica, devido aos cenários imprevisíveis, mas invariavelmente catastróficos, que um surto dessa natureza poderia originar¹⁵⁶. A peste não é uma doença do passado, e os tempos que vivemos demonstram-nos que estamos muito longe de ser invulneráveis a novas e velhas ameaças epidemiológicas¹⁵⁷.

1.2 - A Peste de Justiniano

Apesar de a peste ter uma relação muito mais antiga com o Homem do que se pensou até há bem pouco tempo, a primeira pandemia historicamente documentada e assim percebida por quem a viveu começa em meados do século VI (por volta de 541), e prolonga-se pelo menos até meados do século VIII¹⁵⁸. Iniciada pelo surto a que a historiografia contemporânea convencionou designar “Peste de Justiniano”¹⁵⁹, por ter acontecido durante o reinado do célebre imperador romano do Oriente, sabe-se hoje ter sido provocada pela *Y. pestis*, o que confirma as observações seculares que apontavam para que a mesma doença que fechou a Antiguidade tivesse sido responsável pelos ciclos epidémicos que se prolongaram na Europa de meados do século XIV à primeira metade do século XVIII. Tratando-se de um precedente da Peste Negra e das suas réplicas, vale a pena prestar alguma atenção a este evento no contexto do

¹⁵⁶ GALIMAND, Marc; GUIYOULE, Annie; GERBAUD, Guy; RASOAMANANA Bruno; CHANTEAU, Suzanne; CARNIEL, Elisabeth; COURVALIN, Patrice - Multidrug resistance in *Yersinia pestis* mediated by a transferable plasmid. *The New England Journal of Medicine*, 337 (1997), p. 677–680; GUIYOULE, Annie; GERBAUD, Guy; BUCHRIESER, Carmen; GALIMAND, Marc; RAHALISON, Lila; CHANTEAU, Suzanne; COURVALIN, Patrice; CARNIEL, Elisabeth - Transferable plasmid-mediated resistance to streptomycin in a clinical isolate of *Yersinia pestis*. *Emerging Infectious Diseases* 7:1 (2001 Jan-Feb), p. 43-48. doi: 10.3201/eid0701.010106.

¹⁵⁷ SNOWDEN, Frank M. Emerging and reemerging diseases: a historical perspective. *Immunological Reviews* 225 (2008), p. 9–26. doi:10.1111/j.1600- 065X.2008.00677.x

¹⁵⁸ Para uma recolha exaustiva não só de todos os surtos de peste documentados no Mediterrâneo oriental associados a esta pandemia, mas também fomes provocadas por fatores naturais e humanos, epidemias não-pestíferas e outros fenómenos desestabilizadores, ver: STATHAKOPOULOUS, Dionysius Ch. - *Famine and pestilence in the Late Roman and Early Byzantine Empire: A systematic survey of subsistence crises and epidemics*. New York: Routledge, 2016. ISBN 13: 978-0-7546-3021-0.

¹⁵⁹ Além dos artigos e outros trabalhos sobre aspetos concretos desta peste que serão referidos neste subcapítulo, será útil como introdução geral ao tema o conjunto de ensaios editados por Lester K. Little - vários dos quais serão citados individualmente quando oportuno - assim como as revisões recentes do tema feitas por Marie-Hélène Congardieu, Merle Eisenberg e Lee Mordechai: LITTLE, Lester K. (ed.) - *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541- 750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. ISBN 978-0-511-33526-6 ; CONGARDIEU, Marie-Hélène - La peste à Byzance. État des lieux. In CLÉMENT, François (éd.), *Épidémies, épizooties. Des représentations anciennes aux approches actuelles*. Rennes ; Presses Universitaires de Rennes, 2017, p. 83-92 ; EISENBERG, Merle; MORDECHAI, Lee - The Justinianic Plague: an interdisciplinary review. *Byzantine and Modern Greek Studies* 43:2 (2019), p. 156–180.

estudo daquela. O interesse por esta pandemia tem aumentado exponencialmente nos últimos anos, depois de décadas de contributos valiosos, mas isolados¹⁶⁰.

A historiografia da Peste de Justiniano foi particularmente moldada pelo avanço do conhecimento da doença, e é um exemplo perfeito da formulação de questões e problemas que só se resolvem com trabalho multidisciplinar. A identificação desta infeção com a mesma doença responsável pela Terceira Pandemia pareceu logo inegável, devido à coincidência das descrições, algumas delas sobrevivendo com grande detalhe. Porém, e tendo o rato-preto sido identificado como o agente fundamental no aparecimento da peste humana, os historiadores e os epidemiologistas do início do século XX (Ricardo Jorge incluído) depararam com aquilo a que chamaram o “paradoxo justiniano”: acreditando que o rato-preto (*Rattus rattus*) só teria entrado na Europa com as Cruzadas, julgavam que a Primeira Pandemia se teria dado sem o elemento murino¹⁶¹. Sublinho, no entanto, a preferência demonstrada por estes epidemiologistas pela hipótese de uma peste sem ratos do que por uma outra doença qualquer que não a peste. Se esta aparente contradição dava força aos argumentos daqueles que negavam tratar-se de peste clínica, as dúvidas desfizeram-se com o avanço dos estudos arqueozoológicos, que demonstram que o rato-preto chegou à Europa ainda durante o período romano, estabelecendo-se pelo menos nas áreas costeiras e, fora destas, nas áreas mais quentes onde podia dispensar parcialmente a condição de comensal¹⁶². Os estudos genéticos incidindo sobre a história natural do *Rattus rattus* confirmam esta via¹⁶³. Estava assim desfeito o paradoxo.

¹⁶⁰ O artigo conjunto de Jean-Noël Biraben e Jacques Le Goff, publicado na revista *Annales* em 1969, foi o primeiro grande artigo sobre o tema, e permaneceu como referência quase única durante muito tempo. Se hoje boa parte das suas conclusões se encontra datada, mantém-se como ponto de partida obrigatório. BIRABEN, Jean-Noël ; LE GOFF, Jacques - La peste dans le haut Moyen Age. *Annales: ESC* 24:6 (1969), p. 1484-1510.

¹⁶¹ AUDOIN-ROUZEAU – *Les Chemins de la peste...*, p. 157-168.

¹⁶² Estas descobertas, que tiveram início em meados do século XX, prosseguem, aumentando a área conhecida de colonização do rato-preto ainda durante a Antiguidade, muito devido ao maior número de escavações que recolhem e estudam os vestígios de micromamíferos um pouco por todo o Mediterrâneo e Europa. ARMITAGE, Philip; WEST, Barbara; STEEDMAN, Ken - New evidence of black rat in Roman London. *London Archaeologist* 4 (1984), p. 375-83; AUDOIN-ROUZEAU, Frédérique ; VIGNE, Jean-Denis - La colonisation de l'Europe par le Rat noir (*Rattus rattus*). *Revue de Paléobiologie* 13 (1994), p. 125-45 ; AUDOIN-ROUZEAU, Frédérique - Le rat noir (*Rattus rattus*) et la peste dans l'occident antique et médiéval. *Bulletin de la Société de Pathologie Exotique* 92 (1999), p. 422-6 ;

¹⁶³ APLIN, Ken P.; SUZUKI, Hitochi; CHINEN, Alejandro A.; CHESSER, R. Terry; TEN HAVE, José; DONNELLAN, Stephen C.; AUSTIN, Jeremy; FROST, Angela; GONZALEZ, Jean Paul; HERBRETEAU, Vincent; CATZEFLIS, François; SOUBRIER, Julien; FANG, Yin-Ping; ROBINS, Judith; MATISOO-SMITH, Elizabeth; BASTOS, Amanda

Se as condições ecológicas pareciam retrospectivamente apoiar o diagnóstico de peste bubônica, o debate prosseguia, tal como com a Peste Negra. Porém, está hoje confirmado e é consensual que se trata efetivamente de uma pandemia provocada por *Yersinia pestis*, depois de o ADN antigo da bactéria ter sido encontrado em restos humanos do século VI¹⁶⁴, e de o seu genoma ter sido já analisado em vários indivíduos de diversas proveniências¹⁶⁵, revelando uma importante diversificação precoce que sugere uma politomia e dá pistas para a perda de virulência da estirpe antiga, tal como parece ter acontecido com a medieval e a oriental¹⁶⁶. A origem da estirpe que se julga ter sido responsável pela Primeira Pandemia – como quase todos os tópicos relacionados com as pestes históricas ou atuais – está longe de ser uma questão

D. S.; MARYANTO; Ibnu; SINAGA, Martua H.; DENYS, Christiane; VAN DEN BUSSCHE, Ronald A.; CONROY, Chris; ROWE, Kevin; COOPER, Alan - Multiple geographic origins of commensalism and complex dispersal history of Black Rats. *PLoS One*. 6:11 (2011), e26357. doi: 10.1371/journal.pone.0026357.

¹⁶⁴ WIECHMANN, Ingrid; GRUPE, Gisela - Detection of *Yersinia pestis* DNA in two early medieval skeletal finds from Aschheim (Upper Bavaria, 6th century A.D.). *American Journal of Physical Anthropology* 126:1 (2004), p. 48–55. doi:10.1002/ajpa.10276; HARBECK, Michaela; SEIFERT, Lisa; HÄNSCH, Stephanie; WAGNER, David M.; BIRDSELL, Dawn; PARISE, Katy L.; WIECHMANN, Ingrid; GRUPE, Gisela; THOMAS, Astrid; KEIM, Paul; ZÖLLER, Lothar; BRAMANTI, Barbara; RIEHM, Julia M.; SCHOLZ, Holger C. - *Yersinia pestis* DNA from Skeletal Remains from the 6th Century AD Reveals Insights into Justinianic Plague. *PLoS Pathogens*, 9:5 (2013), e1003349. doi:10.1371/journal.ppat.1003349. Contudo, chamo a atenção para diversas dúvidas e questões metodológicas que têm sido levantadas em relação a este estudo, sobretudo no cuidado com as extrapolações feitas a partir de dois casos isolados: GREEN, Monica H.; JONES, Lori; LITTLE, Lester K.; SCHAMILOGLU, Uli; SUSSMAN, George D. - *Yersinia pestis* and the three plague epidemics. *Lancet Infectious Diseases* 14:10 (2014), p. 918. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(14\)70878-3](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(14)70878-3).

¹⁶⁵ WAGNER, David M.; KLUNK, Jennifer; HARBECK, Michaela; DEVAULT, Alison; WAGLECHNER, Nicholas; SAHL, Jason W.; ENK, Jacob; BIRDSELL, Dawn N.; KUCH, Melanie; LUMIBAO, Candice; POINAR, Debi; PEARSON, Talima; FOURMENT, Mathieu; GOLDING, Brian; RIEHM, Julia M.; EARN, David J. D.; DEWITTE, Sharon; ROUILLARD, Jean-Marie; GRUPE, Gisela; WIECHMANN, Ingrid; BLISKA, James B.; KEIM, Paul S.; SCHOLZ, Holger C.; HOLMES, Edward C.; POINAR, Hendrik - *Yersinia pestis* and the Plague of Justinian 541–543 AD: a genomic analysis. *The Lancet Infectious Diseases*, 14:4 (2014) p. 319-326. [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(13\)70323-2](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(13)70323-2); FELDMAN Michael; HARBECK, Michaela; KELLER, Marcel; SPYROU, Maria A.; ROTT, Andreas; TRAUTMANN, Bernd; SCHOLZ, Holger C.; PÄFFGEN, Bernd; PETERS, Joris; McCORMICK, Michael; BOS, Kirsten; HERBIG, Alexander; KRAUSE, Johannes - A High-Coverage *Yersinia pestis* Genome from a Sixth-Century Justinianic Plague Victim. *Molecular Biology and Evolution*, 33:11 (2016 Nov), p. 2911-2923. doi: 10.1093/molbev/msw170; KELLER, Marcel; SPYROU, Maria A.; SCHEIB, Christiana L.; NEUMANN, Gunnar U.; KRÖPELIN, Andreas; HAAS-GEBHARD, Brigitte; PÄFFGEN, Bernd; HABERSTROH, Jochen; RIBERA I LACOMBA, Albert; RAYNAUD, Claude; CESSFORD, Craig; DURAND, Raphaël; STADLER, Peter; NÄGELE, Kathrin; BATES, Jessica S.; TRAUTMANN, Bernd; INSKIP, Sarah A.; PETERS, Joris; ROBB, John E.; KIVISILD, Toomas; CASTEX, Dominique; McCORMICK, Michael; BOS, Kirsten I.; HARBECK, Michaela; HERBIG, Alexander; KRAUSE, Johannes - Ancient *Yersinia pestis* genomes from across Western Europe reveal early diversification during the First Pandemic (541-750). *PNAS USA*. 116:25 (2019 Jun 18), p. 12363-12372. doi: 10.1073/pnas.1820447116.

¹⁶⁶ KELLER et al. - Ancient *Yersinia pestis* ..., p. 12363-12372.

encerrada¹⁶⁷. Se a hipótese africana tem sido defendida desde a Antiguidade, tudo aponta para que, tal como parece ser o caso das restantes pandemias, a Peste de Justiniano tenha tido origem asiática, ainda que muitos especialistas recusem assumir uma das hipóteses face às dúvidas atuais¹⁶⁸. Independentemente da origem, o primeiro registo de peste provém do Delta do Nilo, em 541, e é a partir dos portos egípcios que os relatos descrevem a propagação da doença¹⁶⁹.

A extensão geográfica do evento e as suas sucessivas ondas transformaram-no em pandemia, mas continuam por esclarecer as razões do seu aparecimento nesta cronologia em particular, da sua periodicidade e do seu desaparecimento em pouco mais de dois séculos, não podendo ser negligenciados os fatores ambientais muito particulares, as dinâmicas populacionais dos roedores e as circunstâncias puramente humanas¹⁷⁰. A peste está documentada, em textos ou ADN, não só no espaço bizantino, como a Ásia Menor e a Península Balcânica, Egito e Levante - no caso destas duas regiões, antes e depois da conquista pelo califado Omíada¹⁷¹ -, mas também em regiões ocidentais e do Norte, como a Itália, França¹⁷², Alemanha¹⁷³, Ilhas Britânicas¹⁷⁴ e

¹⁶⁷ KELLER, Marcel; SPYROU, Maria A.; McCORMICK, Micheal; BOS, Kirsten I.; HERBIG, Alexander; KARUSE, Johannes - Ancient *Yersinia pestis* genomes provide no evidence for the origins or spread of the Justinianic Plague. *bioRxiv* 819698 (2019). doi: <https://doi.org/10.1101/819698>.

¹⁶⁸ WAGNER et al. - *Yersinia pestis* and the Plague of Justinian..., p. 323; HARBECK et al. - *Yersinia pestis* DNA; KELLER et al. - Ancient *Yersinia pestis* ..., p. 12368.

¹⁶⁹ TSAMIS, Costas; POULAKOU-REBELAKOU, Effie.; PETRIDOU, E. - The Red Sea and the port of Clysma. A possible gate of Justinian's plague. *Gesnerus*, 66:2 (2009), p. 209–217; TSAMIS, Costas; POULAKOU-REBELAKOU, Effie; ANDROUTSOS, George - The Role of the Egyptian Sea and Land Routes in the Justinian Plague: the Case of Pelusium. In MICHAELIDES, Demetrios, *Medicine and Healing in the Ancient Mediterranean World*. Oxford: Oxbow Books, 2014, p. 334-337.

¹⁷⁰ STATHAKOPOULOS, Dionysios - Invisible Protagonists: the Justinianic Plague from a zoocentric point of view. In ANAGNOSTAKIS, I., KOLLIAS, T. e PAPADPOULOU, E. (ed.), *Animals and Environment in Byzantium (7th-12th c.)*. Athens: National Hellenic Research Foundation. Institute for Byzantine Research, 2011, p. 87-95; TSAMIS, Costas; POULAKOU-REBELAKOU, Effie; MARKETOS, Spyros - Earthquakes and plague during Byzantine times: can lessons from the past improve epidemic preparedness. *Acta Medico-Historica Adriatica: AMHA*, 11:1 (2013), p. 55–64.

¹⁷¹ KENNEDY, Hugh N. – Justinianic Plague in Syria and the Archaeological Evidence. In LITTLE, Lester K. (ed.), *Plague and the End of Antiquity...*, p. 87-95; DOLS, Michael W. - Plague in early Islamic history. *Journal of the American Oriental Society* 94:3 (1974), p. 371-383.

¹⁷² KELLER et al. - Ancient *Yersinia pestis* ..., p. 12364-12366.

¹⁷³ WAGNER et al. - *Yersinia pestis* and the Plague of Justinian..., p. 323; HARBECK et al. - *Yersinia pestis* DNA; KELLER et al. - Ancient *Yersinia pestis* ..., p. 12364-12366.

¹⁷⁴ MACARTHUR, William - The identification of some pestilences recorded in the Irish Annals. *Irish Historical Studies* 6:23 (1949), p. 169–188; MADDICOTT, John - Plague in Seventh Century England. In LITTLE, Lester K. (ed.), *Plague and the end of Antiquity...*, p. 171-214; DOOLEY, Ann – The Plague and its Consequences in Ireland. In LITTLE, Lester K. (ed.), *Plague and the end of Antiquity...*, p. 215-228; KELLER et al. - Ancient *Yersinia pestis* ..., p. 12364-12369.

Península Ibérica¹⁷⁵, pelo menos. Tal como a sua origem, o seu impacto continua a ser alvo de um debate intenso¹⁷⁶, tão mais inconclusivo quão fragmentárias são as fontes e os vestígios. Porém, mesmo rejeitando cenários apocalípticos, parece inegável que *houve* consequências demográficas, económicas, legislativas e sociais, respeitando padrões que veríamos repetidos oito séculos mais tarde, com a erupção da Segunda Pandemia materializada pela Peste Negra: inflação de salários, alterações na exploração indireta de terras, despovoamento, legislação ‘corretiva’¹⁷⁷, assim como reações, explicações e leituras coevas do fenómeno¹⁷⁸. A eventual (e ainda por medir totalmente)

¹⁷⁵ KULIKOWSKI, Michael – Plague in Spanish Late Antiquity. In LITTLE, Lester K. (ed.), *Plague and the end of Antiquity...*, p. 215-28.

¹⁷⁶ De forma muito interessante, o debate tem privilegiado interpretações que diminuem o papel da Peste de Justiniano, em particular, e da Primeira Pandemia no seu conjunto: depois de uma primeira abordagem catastrofista, mas pouco fundamentada, que remonta a ao final dos anos de 1960, a importância da Peste de Justiniano tem sido redimensionada, ainda que o seu real impacto e papel nos destinos da Antiguidade Tardia e da Idade Média continuem a dividir especialistas: RUSSELL, Josiah C. – That Earlier Plague. *Demography* 5:1 (1968), p. 174-84; HARRISON, Dick - Plague, Settlement and Structural Change at the Dawn of the Middle Ages. *Scandia: Tidskrift För Historisk Forskning*, 59:1 (1993), p. 15-48; SARRIS, Peter - The Justinianic plague: origins and effects. *Continuity and Change*, 17:2 (2002), p. 169–182. DOI: 10.1017/S0268416002004137; SARRIS, Peter - Bubonic plague in Byzantium: the evidence of non-literary sources. In LITTLE, Lester K. (ed.), *Plague and the end of Antiquity: the pandemic of 541-750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 119-32; MORDECHAI, Lee, EISENBERG, Merle – Rejecting Catastrophe: The Case of the Justinianic Plague. *Past & Present* 244:1 (August 2019), p. 3–50, <https://doi.org/10.1093/pastj/gtz009>; MORDECHAI, Lee; EISENBERG, Merle; NEWFIELD, Timothy P.; IZDEBSKI, Adam; KAY, Janet E.; POINAR, Hendrik - The Justinianic Plague: An inconsequential pandemic? *PNAS USA*. 116:51 (2019 Dec 17), p. 25546-25554. doi: 10.1073/pnas.1903797116. O debate atual chega a considerar posições de tal forma minimalistas, que quase podem ser consideradas como negacionistas. Os trabalhos mais recentes de Lee Mordechai e Merle Eisenberg, por exemplo, apontam a falta de provas criticamente testadas, desvalorizam todos os testemunhos e interpretações em favor de uma grande – ou qualquer – influência da peste nos destinos do Império Romano do Oriente a partir de meados do século VI. No seu argumentário para um dos artigos de 2019 (*Rejecting catastrophe...*), por exemplo, dizem só haver cinco testemunhos de ADN antigo de peste na Europa Ocidental para provar a sua perspectiva de escassa dispersão da doença no Ocidente. Poucas semanas antes de esse artigo sair, um outro confirmava a existência de pelo menos dez casos confirmados de peste relacionados com a Primeira Pandemia e espalhados pelos atuais territórios da Alemanha (seis), França (dois), Espanha (um) e Inglaterra (um). A tendência aponta para o aumento de registos, devidos a análises de restos humanos em depósito e a novas descobertas: KELLER et al. - Ancient *Yersinia pestis* ..., p. 12364-12365. Creio que as posições minimalistas devem ser muito matizadas, tal como Mischa Meier na resposta ao artigo de Lee Mordechai e Merle Eisenberg: MEIER, Mischa - The ‘Justinianic Plague’: An “Inconsequential Pandemic”? A Reply. *Medizinhistorisches Journal* 55:2 (April 2020), p. 172-199. DOI: 10.25162/mhj-2020-0006.

¹⁷⁷ SARRIS - The Justinianic plague..., p. 174-179; SARRIS – Bubonic plague..., p. 130-131.

¹⁷⁸ CONGOURDEAU, Marie-Hélène ; MELHAOUI, Mohammed - La perception de la peste en pays chrétien byzantine et musulman. *Revue des Études Byzantines* 59 :1 (2001), p. 95-124 ; STATHAKOPOULOS, Dionysios - La peste de Justinien (541-750) : questions médicales et réponses sociales. In HÉRICHER, A-M. Flambard & MAREC, Y. (eds), *Médecine et société de l’Antiquité à nos jours*. Havre : Presses universitaires de Rouen et du Havre, 2005, p. 31-48 ; KALDELLIS, Anthony - The Literature of Plague and the Anxieties of Piety in Sixth Century Byzantium. In MORMANDO, Franco, WORCESTER, Thomas, *Piety and Plague from Byzantium to the Baroque*. Kirksville: Truman State University Press, 2010, p. 1–23. Fora do espaço mediterrânico, a interpretação de surtos mais tardios de peste (passagem do séc. VII para o séc. VIII) como um castigo divino serviu diversos propósitos, alguns deles inusitados, como a defesa de um método de

responsabilidade da Peste no enfraquecimento do Império Romano do Oriente, o ocaso da presença bizantina no Mediterrâneo Ocidental, a perda massiva de território quer para o recém-surgido Islão¹⁷⁹ – ainda que a peste também tenha sido sentida pelo incipiente mundo islâmico e condicionado a consolidação e o destino do próprio califado Omíada, tendo vários altos funcionários e até membros da família califal sido afetados em vários surtos nas décadas finais da dinastia no Oriente¹⁸⁰ –, quer para a instalação de comunidades eslavas nos Balcãs¹⁸¹, entre outros acontecimentos concretos, demonstram o papel central da doença como agente histórico de importância fundamental. Mesmo fora do espaço mediterrânico, a peste tem sido apontada como influência no rumo de diversas sociedades e unidades políticas¹⁸². Além disso, tal como no caso da própria Peste Negra, a sua ocorrência tem sido integrada no conjunto de fatores naturais – alterações climáticas¹⁸³, fenómenos meteorológicos extremos¹⁸⁴, erupções vulcânicas e sismos de grande intensidade¹⁸⁵, etc. – ainda que não se possa, por ora, estabelecer uma relação inequívoca entre ambos os fenómenos; por um lado, matiza-se o impacto da peste como ator principal, por outro integra-se a pandemia na realidade global do Homem e da Natureza nas suas diversas interseções. O debate prossegue, aumenta e diversifica-se a cada novo estudo.

cálculo da data da Páscoa em detrimento de um outro, hegemónico na Europa Continental: WOODS, David - Adomnán, plague and the Easter controversy. *Anglo- Saxon England* 40 (2012), p. 1–13. doi:10.1017/S0263675111000032

¹⁷⁹ WOODS, David - Jews, Rats, and the Battle of Yarmuk. In LEWIN, Ariel S.; PELLEGRINI, Pietrina (eds.), *The Late Roman Army in the Near East from Diocletian to the Arab Conquest*. Oxford: British Archaeological Reports, 2007, p. 367-376.

¹⁸⁰ DOLS - Plague in early Islamic history..., p. 379-380.

¹⁸¹ SOŁTYSIĄK, Arkadiusz - The plague pandemic and Slavic expansion in the 6th- 8th centuries. *Archaeologia Polona*, 44 (2008), p. 339–364.

¹⁸² SELASSIE, Yohannes Gebre - Plague as a Possible Factor for the Decline and Collapse of the Aksumite Empire: a New Interpretation. *ITYOPIS – Northeast African Journal of Social Sciences and Humanities* 1 (2011), p. 36-61.

¹⁸³ HOFFMANN – *An Environmental...*, p. 51-85; a peste contemporânea parece confirmar essa possibilidade: STENSETH, Nils Chr.; SAMIA, Noelle I.; VILJUGREIN, Hildegunn; KAUSRUD, Kyrre Linné; BEGON, Mike; DAVIS, Stephen; LEIRS, Herwig; DUBYANSKIY; ESPER, Jan; AGEYEV, Vladimir S.; KLASSOVSKIY, Nikolay L.; POLE, Sergey B.; CHAN, Kung-Sik - Plague dynamics are driven by climate variation. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 103:35, p. 13110–13115. doi:10.1073/pnas.0602447103.

¹⁸⁴ SQUATRITI, Paolo - The Floods of 589 and Climate Change at the Beginning of the Middle Ages: An Italian Microhistory. *Speculum*, 85:4 (2010), p. 799–826.

¹⁸⁵ STOTHERS, Richard B. - Volcanic dry fogs, climate cooling, and plague pandemics in Europe and the Middle East. *Climatic Change* 42 (1999), p. 713–723; NEWFIELD, Timothy P. - Mysterious and Mortiferous Clouds: The Climate Cooling and Disease Burden of Late Antiquity In IZDEBSKI, Adam, MULRYAN, Michael (eds.), *Environment and Society in the Long Late Antiquity*. Leiden: Brill, 2018, p. 89-115. doi:10.1163/22134522-12340068.

1.3 – O despertar da Segunda Pandemia

Tal como já foi referido, depois de décadas de debate multidisciplinar intenso, hoje há provas irrefutáveis de que a Peste Negra foi realmente peste e foi o primeiro episódio da Segunda Pandemia. O novo ciclo epidémico terá tido origem nas encostas dos Himalaias, escassos anos antes de penetrar Europa adentro. Esta geografia foi objeto de discussão durante décadas, ainda que as descobertas da paleogenómica estejam a trazer algumas luzes sobre muitas dúvidas e a reforçar a hipótese asiática. Resultados surpreendentes revelaram que a politomia, ou seja, uma ramificação genética que diversificou exponencialmente uma estirpe de *Y. pestis* – a ponto de ser chamada de *Big Bang politomy* em diversos trabalhos – responsável pela Segunda Pandemia, aconteceu algures entre 1142 e 1339, com um intervalo de confiança de 95%, situando-a cada vez com mais segurança no norte da China¹⁸⁶. À paleogenómica seguiu-se a leitura histórica que consolida a posição atualmente dominante, e explora os contextos que poderão ter conduzido à primeira propagação da doença a partir dos focos epizooticos, além de rastrear eventuais referências chinesas coevas, diretas ou altamente sugestivas¹⁸⁷.

A história política euroasiática do período teve, depois, um papel fundamental na propagação da doença e na sua comunicação ao Ocidente. O extensíssimo Império Mongol estava então dividido em federações tribais vagamente conectadas entre si, cujas fronteiras plásticas e a volatilidade político-militar se traduziam em movimentações permanentes de exércitos, atravessando todo o território com homens, animais e cargas. O território mais ocidental, a chamada Horda de Ouro – que ligava a Ásia Central ao Mar Negro, e que também terá sofrido as consequências da pandemia¹⁸⁸ –, terá sido o condutor da doença, de uma forma ainda longe de explicar claramente¹⁸⁹,

¹⁸⁶ CUI, Yujun; YU, Chang; YAN, Yanfeng; LI, Dongfang; LI, Yanjun; JOMBART, Thibaut; WEINERT, Lucy A.; WANG, Zuyun; GUO, Zhaobiao; XU, Lizhi; ZHANG, Yujiang; ZHENG, Hancheng; QIN, Nan; XIAO, Xiao; WU, Mingshou; WANG, Xiaoyi; ZHOU, Dongsheng; QI, Zhizhen; DU, Zongmin; WU, Honglong; YANG, Xianwei; CAO, Hongzhi; WANG, Hu; WANG, Jing; YAO, Shusen; RAKIN, Alexander; LI, Yingrui; FALUSH, Daniel; BALLOUX, Francois; ACHTMAN, Mark; SONG, Yajun; WANG, Jun; YANG, Ruifu - Historical variations in mutation rate in an epidemic pathogen, *Yersinia pestis*. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 110:2 (2013 Jan 8), p. 577–582. doi: 10.1073/pnas.1205750110.

¹⁸⁷ HYMES, Robert – Epilogue: A Hypothesis on the East Asian beginnings of the *Yersinia Pestis* Politomy. *The Medieval Globe* 1 (2014), p. 285-308.

¹⁸⁸ SCHMILOGLU, Uli - Preliminary remarks on the role of disease in the history of the Golden Horde. *Central Asian Survey*, 12:4 (1993), p. 447-57; SCHMILOGLU, Uli - The impact of the Black Death on the Golden Horde: politics, economy, society, civilization, *Golden Horde Review* 5:2 (2017), p. 325-43.

¹⁸⁹ HYMES – Epilogue..., p. 298-303.

até ao ponto em que, a partir de 1347, as rotas de comércio europeias, levantinas e norte-africanas fizeram o resto, mesmo que a identidade do vetor responsável continue em discussão¹⁹⁰. Se os primeiros europeus expostos à doença foram realmente os genoveses sobre quem teriam chovido corpos de pestíferos mortos, catapultados pelas forças da Horda de Ouro que cercavam a cidade de Caffa, na Crimeia, pode nunca ser esclarecido.

Passando ou não de uma lenda, parece tratar-se de um facto indesmentível que a primeira propagação se faz por via marítima, através dos barcos que comerciavam no Mediterrâneo Oriental. Seguindo a metáfora bélica adotada por Ole J. Benedictow, os exércitos da peste marcharam depois rumo ao Ocidente e ao Norte. Constantinopla começa a sofrer o contágio no verão de 1347, seguindo-se Alexandria no outono do mesmo ano¹⁹¹. A partir dessas duas plataformas, a doença propagou-se pelo Egito, pelo Levante e pela Ásia Menor¹⁹², onde se terá manifestado na sua máxima força na primavera de 1348; na Mesopotâmia, o contágio parece ter sido feito diretamente através do Cáucaso, a partir de movimentações militares¹⁹³.

Na África mediterrânea, a propagação ter-se-á feito tanto de leste para oeste, como da costa cristã ibérica para a islâmica magrebina; Tunes estaria já infetada em abril de 1348, enquanto a introdução em território marroquino terá acontecido pouco depois, pelos contactos comerciais tanto com o reino de Granada, como com reinos cristãos peninsulares, sobretudo Aragão¹⁹⁴. Na Europa Ocidental mediterrânica, o contágio é notavelmente rápido: Messina (e a partir dela, o resto da Sicília) em outubro de 1347, Marselha e o resto da costa da Provença em novembro do mesmo ano, Sardenha¹⁹⁵, Córsega e Elba em dezembro, costa balcânica do Adriático ainda nos últimos dias de

¹⁹⁰ DITRICH, Hans - The transmission of the Black Death to western Europe: a critical review of the existing evidence. *Mediterranean Historical Review* 32:1 (2017), p. 25-39, DOI: 10.1080/09518967.2017.1314920.

¹⁹¹ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 92-95.

¹⁹² SCHAMILOGLU, Uli - The rise of the Ottoman empire: The Black Death in medieval Anatolia and its impact on Turkish civilization. In YAVARI, Nequin, POTTER, Lawrence G., OPPENHEIM, Jean-Marc Ran (eds.), *Views From the Edge*. New York: Columbia University Press, 2004, p. 255–279.

¹⁹³ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 95-98.

¹⁹⁴ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 98-100.

¹⁹⁵ Em abril e maio de 1348, o rei aragonês dava já ordem de distribuição dos bens dos sardos mortos pela peste, que reverteram para a Coroa, entre os catalães da ilha. LÓPEZ DE MENESES, Amada - Documentos acerca de la peste negra en los dominios de la Corona de Aragón. *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón* 6 (1956), p. 293, doc. 3.

1347, Veneza e Pisa em janeiro de 1348, Maiorca em fevereiro, no máximo¹⁹⁶, seguida pela contaminação do território continental da Coroa de Aragão¹⁹⁷, não depois de março, alcançando Girona¹⁹⁸ e Valência¹⁹⁹ em maio, na mesma altura em invade a costa do reino muçulmano de Granada²⁰⁰. Navarra, por outro lado, foi provavelmente contaminada através do caminho de Santiago, e a partir da Aquitânia, ainda em maio²⁰¹. Como veremos, corroborando esta velocidade de propagação e concordando com Mário da Costa Roque²⁰², a peste não pode ter entrado em Portugal apenas no outono, sobretudo quando há autores que defendem que já grassava na Galiza, muito perto da fronteira portuguesa, logo em abril de 1348²⁰³ - ainda que, segundo julgo, esta cronologia deva ser atrasada um ou dois meses, como adiante explicarei. Daí, a costa atlântica europeia contagia-se ao mesmo ritmo. Ainda em 1348, toda a costas francesa e parte da inglesa experimentam já a epidemia²⁰⁴. A partir dos seus pontos marítimos de penetração, a doença espalha-se para o *hinterland* das cidades, sendo transmitido às do interior, escorrendo no mapa e sobrepondo ondas de contágio até preencher quase toda a superfície. A peste estava à porta. Era apenas uma questão de tempo.

¹⁹⁶ Em maio, o ciclo da doença parece ter já terminado no reino maiorquino, como parece revelar a necessidade que o rei Pedro IV de Aragão sente de enviar navios do território continental para as Baleares, desprotegidos de eventuais ataques de corsários e homens do reino de Tunes, tal era o grau de despovoamento provocado pela epidemia. LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 292, 294-296, doc. 2 e 5; LÓPEZ DE MENESES, Amada – La peste negra en las Islas Baleares. In *VI Congreso de Historia de la Corona de Aragón*. Zaragoza: Ministerio de Asuntos Exteriores, 1959, p. 331-44.

¹⁹⁷ Entre o final de abril e início de maio, a peste já estava na sua fase epidémica no continente aragonês, como revela a morte de nobres importantes, como a condessa de Ribagorza, esposa do conde e tio do rei, a quem o monarca presta condolências a 9 de maio. LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 294, doc. 4.

¹⁹⁸ GÜNZBERG MOLL, Jordi - Epidemias y mortalidad en la Cataluña medieval: 1300-1500. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale, secc. XIII-XVIII*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 67.

¹⁹⁹ RUBIO, Agustín – Peste Negra, Crisis y Comportamientos Sociales en la España del Siglo XIV. La Ciudad de Valencia (1348-1401). Granada: Universidad de Granada, 1979, p. 24-25.

²⁰⁰ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 101-120.

²⁰¹ MONTEANO, Peio J. - La Peste Negra en Navarra: la catástrofe demográfica de 1347-1349. *Príncipe de Viana* 62:222 (2001), p. 103-104

²⁰² Ainda que a cronologia proposta pelo autor seja – na Primavera - segundo o quadro geral e muito provavelmente, demasiado precoce: ROQUE - *As pestes medievais...*, p. 123-136

²⁰³ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 120-123.

²⁰⁴ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 137-154, 171-196.

1.4 – Concepções medievais de saúde e doença, e noções de contágio

O estudo histórico da peste exige que nos situemos no espaço físico e no tempo cronológico, mas também no tempo mental e no espaço conceptual. Tendo apresentado um quadro do que é a peste e da sua história natural, da sua definição médica atual, do seu agente e da evolução do conhecimento desse agente, é necessário falar-se brevemente de duas coisas: da concepção de doença para o Homem medieval, e das noções vagas do contágio que, muito distintas do que hoje entendemos e definimos como tal, já existiam.

Não há uma percepção homogénea da doença na Idade Média. Podemos separar as visões naturalistas das concepções “mágicas”²⁰⁵. As primeiras, herdadas da medicina hipocrática-galénica, garantem que toda a doença tem uma causa natural e, como tal, pode ser entendida, comportar-se sob uma certa forma e ter um ou vários desfechos previsíveis. A doença seria provocada pelo desequilíbrio dos quatro humores corporais, cada um com um par de características próprias e que, na sua proporção ideal, definiriam o temperamento de cada indivíduo²⁰⁶. A doença é, pois, uma manifestação de desequilíbrio humoral sendo, por definição, um fenómeno individual. Esta perspetiva levanta dificuldades consideráveis à conceptualização do fenómeno epidémico. Como é que uma doença pode afetar, em simultâneo, um grande conjunto de pessoas numa determinada área? Pior ainda, como se poderia mover no território, atingindo indiscriminadamente indivíduos totalmente diferentes?

As leituras cristãs e islâmicas, influenciadas pelos antecedentes pagãos que valorizam leituras de um Deus vingativo, agora idealizado a partir do Velho Testamento, assumem amiúde uma intervenção sobrenatural na pestilência – não interessando se se trata efetivamente de peste clínica ou de uma doença epidémica violenta distinta -, mas olham com uma indiferença resignada a maioria dos restantes males que afligem a saúde humana. E se outras doenças simbolicamente importantes para o homem

²⁰⁵ GRMEK, Mirko D. – Le Concept de Maladie. In GRMEK, Mirko D (dir.), *Histoire de la Pensée Médicale en Occident. 1 Antiquité et Moyen Age*. Paris : Éditions du Seuil, 1995, p. 224-226.

²⁰⁶ Carole Rawcliffe oferece uma súpula das bases da medicina erudite medieval neste utilíssimo capítulo: RAWCLIFFE, Carole - The concept of health in medieval society. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 317-34.

medieval, como o *ignis sacer* e a lepra acabaram por ser, de alguma forma, *domesticadas*, a peste mantém o seu caráter disruptivo, selvagem e imprevisível²⁰⁷.

São várias as teorias sobre a origem destas doenças. Uma vez mais, a racional e ‘naturalista’ recolhe toda a tradição da medicina hipocrática até à leitura dos mestres da faculdade médica de Paris, em 1348, que entende a peste como resultado da corrupção do ar, provocada por um alinhamento astrológico nefasto, de fenómenos geológicos – sismos, erupções vulcânicas – ou astronómicos – cometas, chuvas de meteoros ou eclipses²⁰⁸. Estes fenómenos provocariam a corrupção do ar, concretizando a célebre teoria dos miasmas, desenvolvida desde a Antiguidade hipocrática e que oferecia uma explicação ‘diplomática’ para uma conjugação de fatores que contraria os modelos, sobretudo por afetar multidões quando, por norma, a doença é um problema individual provocado pelo desequilíbrio dos humores corporais, e que se manifesta de forma distinta segundo a idade, o sexo, e as características físicas e de temperamento, algo que as epidemias pareciam negar indiscriminadamente²⁰⁹.

Se a peste era um castigo divino, como poderia Deus poupar os filhos de um pagão e deixar morrer os de um cristão²¹⁰? É curioso perceber como, a par da peste como castigo ou ‘indiferença’ divina, estas visões mais ‘naturalistas’ também surgem em discursos moralistas ou propagandísticos, que não consideram a peste como um castigo, mas a poupança de certas pessoas ou de grupos como uma graça – a peste *acontece*, mas a graça *concede-se*. Esta inversão não é inocente, e serve propósitos diversos ao longo de vastos espaços e muitos séculos, funcionando como um *topos* literário poderoso. Do caso irlandês - onde a poupança dos pictos e dos irlandeses a uma peste que devastaria a Europa, por volta do ano 700, demonstraria uma intercessão especial

²⁰⁷ BIRABEN - Essai sur les réactions ..., p. 367-374.

²⁰⁸ SMOLLER, Laura A. - Of earthquakes, hail, frogs and geography. Plague and the investigation of the Apocalypse in the later Middle Ages. In BYNUM, Caroline Walker, FREEDMAN, Paul (eds), *Last things: death and the Apocalypse in the Middle Ages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000, p. 172-177.

²⁰⁹ Sobre esta negociação intelectual, desde a Antiguidade à Idade Média, é preciosa a reflexão de Jackie Pigeaud: PIGEAUD, Jackie – De la difficulté de penser la maladie pestilentielle. Le legs antique. In CLÉMENT, François (dir.), *Épidémies, épizooties. Des représentations anciennes aux approches actuelles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017, p. 15-27.

²¹⁰ Trata-se de uma questão levantada por Evágrio Escolástico, depois de ver a sua família morrer durante um surto de peste, no final do século VI, doença à qual ele próprio havia sobrevivido décadas antes, durante a sua juventude. CONGOURDEAU, MELHAOUI - La perception de la peste..., p. 98.

por parte de São Columbano para aqueles que se mantinham fiéis ao método céltico de cálculo da Páscoa²¹¹ -, ao português, onde Fernão Lopes recria a pregação de um franciscano após o levantamento do cerco de Lisboa de 1384, sublinhando que a intervenção divina não foi a de levar a peste aos castelhanos, mas a proteção dos portugueses de um flagelo ao qual estariam naturalmente expostos²¹², vão séculos de reflexão. Também no mundo islâmico, as concepções de doença e a negação de contágio não são capazes de responder a todas as dúvidas que uma epidemia levanta. As leituras dos fenómenos epidémicos tiveram uma evolução lenta e a sua relativa infrequência nos primeiros séculos do Islão permitiu a manutenção de algumas visões pré-islâmicas em aparente contradição com interpretações literais de palavras do Profeta²¹³; por isso, a Peste Negra trará, por isso, debates e questões graves não só à medicina, como também à teologia e ao direito islâmicos. Porém, as alterações que estas leituras sofrem, depois de serem confrontadas com a experiência da Peste, dizem respeito às consequências do fenómeno, e não ao que o antecedeu.

²¹¹ WOODS - Adomnán, plague..., p. 1–13

²¹² LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I: Segundo o Códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Porto: Livraria Civilização, 1983, vol. I, p. 309-311.

²¹³ CONRAD, Lawrence I. - Epidemic disease in formal and popular thought in early Islamic society. In RANGER, Terence, SLACK, Paul (eds), *Epidemics and ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 77-99.

2 – O léxico da peste

Ao chegar a Portugal em 1348, a Peste é uma novidade para as populações atingidas. No seu tempo de vida, e no das gerações imediatamente anteriores, não haveria memória de uma devastação epidemiológica desta proporção, ainda que os maus anos agrícolas - e talvez alguns fenómenos epidémicos menores de natureza desconhecida - tivessem provocado uma mortalidade assinalável num passado então recente, como adiante se verá²¹⁴. Foi necessário assimilar a ‘nova’ doença, introduzi-la no imaginário coletivo e procurar analogias, conceitos e explicações. Dificilmente se aceitaria o flagelo pestífero como uma novidade – e, neste caso em concreto, não o era, ainda que os surtos anteriores em território europeu tivessem ocorrido mais de meio milénio antes -, pelo que os livros antigos deveriam conter algo sobre a doença, as suas manifestações, as suas causas e, talvez, a sua cura. Não estavam enganados. Antes de se iniciar qualquer análise sobre o impacto da Grande Peste de 1348, cumpre colocar a questão: de que sealaria se se falasse de peste em Portugal nas vésperas da eclosão da epidemia?

O estudo do léxico da peste é particularmente interessante se se focar no período anterior à eclosão da Grande Peste que afetou a Europa, o Médio Oriente e o Norte de África entre 1347 e 1353, depois de mais de uma década de devastação desde o Extremo Oriente. Ao falar-se aqui de peste, o objetivo é explorar os usos da palavra e o conceito de peste, percebendo como se revelou útil para descrever a doença cujo impacto esta investigação procura estudar no caso português, em particular. Face a uma devastação de uma magnitude supostamente sem precedentes, foi preciso recorrer aos livros, à História e ao imaginário coletivo para procurar equivalente no passado. A palavra latina *pestis*, utilizada desde a Antiguidade Clássica, tinha um significado genérico de praga, devastação, ruína²¹⁵. Usada em textos fundamentais para a cultura erudita medieval, tão transversais como a Bíblia – sobretudo na forma da *Vulgata* de São Jerónimo - ou as *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha - neste caso, em pleno fim de pandemia -,

²¹⁴ Ver capítulo 4.

²¹⁵ GLARE, P. G. W. (ed.) - *Oxford Latin Dictionary*. 2nd edition. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 1506.

acabou por se revelar como a mais adequada para descrever a hecatombe que se abateu sobre a Europa em meados do século XIV.

Para a análise neste subcapítulo, não tem particular interesse perceber a tradição lexical das antigas línguas grega ou copta-egípcia, por exemplo, por se tratar de realidades totalmente alheias ao território português tardomedieval²¹⁶. Não sendo um trabalho de receção literária ou filológico, não se pretende definir rigorosamente que autor foi fonte ou referência de um outro, podendo a sua influência ser exercida diretamente, através da leitura das suas obras, ou indiretamente - como os textos de Martinho de Dume, em boa parte resumos de Séneca, ou as referências a Boécio nos códigos legislativos e crónicas castelhanas do século XIII. Também não se pretende fazer uma recolha exaustiva – o objetivo não é o de elencar todas as vezes que a palavra ou uma variante surge num texto escrito no Ocidente cristão - em latim ou vernáculo - antes de 1347, mas sim o de lançar um olhar transversal às tipologias textuais e às obras mais comuns e difundidas, sobretudo em território ibérico, procurando, com essas sondagens, perceber o uso da palavra e a forma como pôde depois ser apropriada pelas populações que sofreram com a peste.

Mistura-se, conscientemente, o uso da palavra proveniente de vários usos da língua: o latim literário, o vulgar, mas também a língua técnica, que muitos autores estudaram e exploraram ao longo das últimas décadas²¹⁷. As fontes são diversas nas suas cronologias, tipologias, geografias e intenções, mas todas poderão ter tido utilidade: afinal, e apesar de termos um *corpus* de medicina antiga com centenas de obras, a primeira descrição extensa de um grande evento epidémico, a Peste de Atenas

²¹⁶ O mesmo não se poderá dizer das línguas árabe e hebraica, ainda que a segunda fosse apenas língua litúrgica, e não quotidiana, para a maioria dos judeus medievais. Ainda que não pareça que a terminologia de ambas as línguas tenha tido influência no desenvolvimento do léxico da peste português, vale a pena referir trabalhos onde a terminologia medieval árabe da peste, em concreto, e das epidemias, no geral, é discutida com propósitos semelhantes ao que saqui é feito com textos latinos e galego-portugueses: DOLS – *The Black Death in Middle East...*, p. 314-319; CONRAD, Lawrence I. - Tā'ūn and Wabā' Conceptions of Plague and Pestilence in Early Islam. *Journal of the Economic and Social History of the Orient/Journal De L' "Histoire Economique Et Sociale De L' Orient* 25:3 (1982), p. 268–307.

²¹⁷ A título de exemplo, por se tratar da análise de latim técnico na área da medicina, cito dois trabalhos do espanhol Enrique Montero Cartelle: MONTERO CARTELLE, Enrique - Lengua médica y léxico sexual: La constitución de la lengua técnica. In *Speculum medicinae: estudios de medicina latina antigua y medieval*. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018, p. 61-80; MONTERO CARTELLE, Enrique - Del vulgarismo al tecnicismo: características de la lengua técnica latina. In *Speculum medicinae: estudios de medicina latina antigua y medieval*. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018, p. 81-108.

de 430 a.C., é feita por um historiador, Tucídides²¹⁸, e o longuíssimo debate sobre o diagnóstico retrospectivo deste evento, ainda sem contributos paleogenómicos, está longe de estar fechado, sendo muito improvável, à luz dos conhecimentos atuais, que se trate efetivamente de peste. É hora de percorrer um conjunto alargado de textos, e procurar saber onde poderia um português, na primavera de 1348, resgatar a palavra peste que, meses mais tarde, se aplicará perfeitamente a um evento em tudo extraordinário.

Para a consulta dos textos latinos, recorri a bases de dados digitais, de livre acesso, que recolhem os textos das melhores edições dos clássicos latinos da Antiguidade e da Idade Média, disponibilizando-as em acesso livre. Sempre que foi possível confrontar o texto disponibilizado com outra edição latina, o texto revelou-se fiel. De resto, a maioria das bases de dados reproduzem edições de referência, ou contêm novas edições ou correções críticas. Quando existiam, procurei também ler os excertos onde surgem as palavras peste e derivadas em traduções em língua portuguesa, ou, à falta destas ou em caso de qualidade discutível, traduções em espanhol, francês ou inglês. Sempre que o excerto de um texto aparece referido simplesmente pelo seu título e localização exata, sem referência a edição, trata-se de um texto explorado a partir de um destes portais²¹⁹. Em alguns casos, a consulta é feita em bases de dados *online* dedicadas especificamente a um dos autores²²⁰.

2.1 – A Bíblia

Uma pesquisa generalizada pelo vocabulário latino medieval terá, necessariamente, de passar por um olhar sobre o texto religioso e cultural mais importante da Idade Média Ocidental. Como refere Jacques Le Goff, “a Bíblia é senão a fonte de tudo, uma referência para tudo”²²¹. Tentando perceber o que encontrariam os leitores medievais que nela buscassem uma explicação ou analogia para a doença que viveram e que, a partir de então, se tornou visita quotidiana ao longo de vários séculos,

²¹⁸ PIGEAUD, Jackie - De la difficulté de penser ..., p. 15.

²¹⁹ “The Latin Library”, disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/>, e a base de dados de transcrições e edições latinas disponível em <http://monumenta.ch/latein>.

²²⁰ Como são os casos de Alberto Magno e de Ptolomeu.

²²¹ LE GOFF, Jacques - *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 26.

procurei contabilizar o número de vezes que a palavra peste ou as suas variantes surgem na Bíblia. Recorri à *Vulgata*, ou seja, à tradução latina dos textos bíblicos levada a cabo inicialmente por São Jerónimo, no final do século IV. Apesar de existirem outras traduções em circulação, com destaque para a *Vetus Latina* – amálgama de textos bíblicos de traduções diversas na autoria, origem geográfica e cronológica anteriores ao trabalho de tradução de São Jerónimo – ou a *Bíblia dos Setenta*, a *Vulgata* ter-se-á imposto lentamente às restantes traduções nos últimos séculos da Idade Média no Ocidente Latino devido à sua consistência e à aprovação da Igreja Romana²²². Salvaguardando o facto de existirem numerosas variantes, creio que será seguro e estatisticamente correto utilizar uma edição atual da *Vulgata*, seguindo a última grande revisão do texto, realizada durante o pontificado de Clemente VIII (r. 1592-1605) e sob o seu patrocínio²²³. Procurando garantir a fiabilidade da análise, recorri igualmente, como termo de comparação, à reprodução fac-simile de uma edição alemã de 1481²²⁴, procurando confrontar os excertos de ambas as edições: desta comparação, resultou uma coincidência quase total entre os versículos em causa, apenas com ligeiras diferenças de grafia ou ordenação de pequenas expressões. Eventuais exemplos alternativos ou complementares poderão estar contidos noutras famílias de manuscritos bíblicos latinos da Idade Média – a *Vulgata* não terá tido um “monopólio da exegese bíblica”²²⁵, ainda que tenha sido a mais utilizada. Contudo, também aqui a busca não é exaustiva – apenas se pretende que seja representativa.

A palavra *pestis* nas suas várias formas ou em adjetivos derivados surge cinquenta e quatro vezes ao longo da *Vulgata*. Destaca-se o seu uso no Velho Testamento, onde se localizam cinquenta e uma dessas ocorrências, contra as três do Novo Testamento.

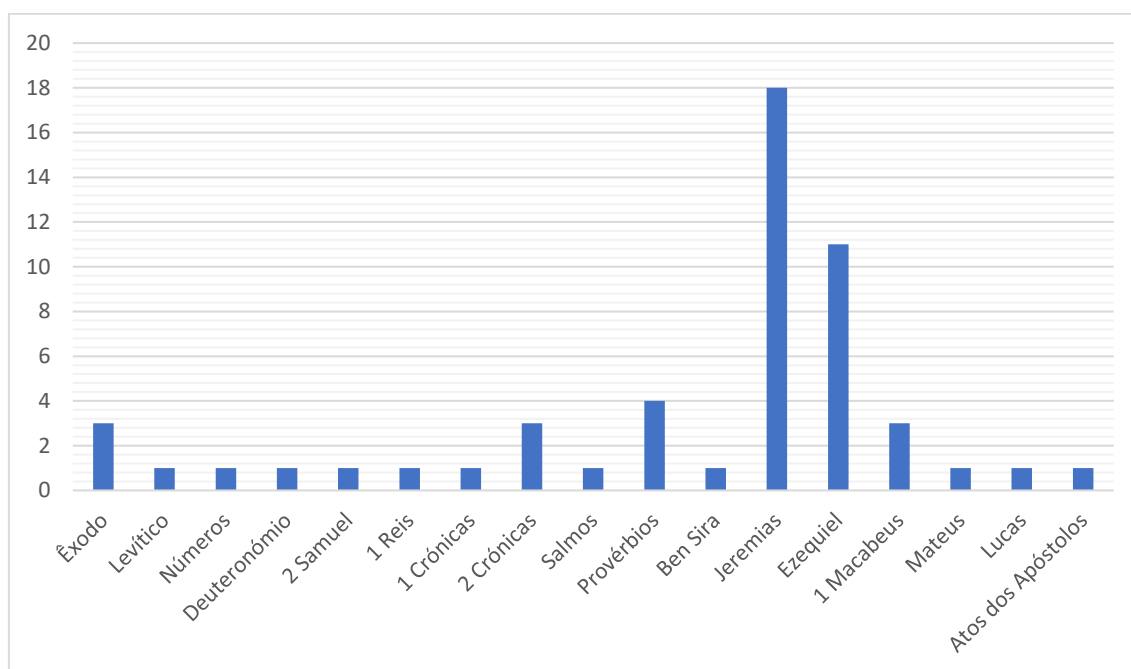
²²² GRIBOMONT, Jean – Versions Anciennes de la Bible. Versions latines. In *Dictionnaire Encyclopedique de la Bible*. Dir. et coord. Joseph Longton et R.-Ferdinand Poswick. Turnhout: Brepols, 1987, p. 1321-1324.

²²³ TVVEEDALE, Michael (gen. ed.) – *Biblia Sacra juxta Vulgatam Clementinam. Editio Electronica*. Londini: Bishops' Conference of England and Wales, 2005. [Consult. 21/01/2020]. Disponível em <http://www.wilbourhall.org/pdfs/vulgate.pdf>.

²²⁴ *Biblia latina cum glossa ordinaria: facsimile reprint of the editio princeps Adolph Rusch of Strassburg 1480/81*. Turnhout: Brepols, 1992.

²²⁵ REINHARDT, Klaus; SANTIAGO-OTERO, Horacio - *Biblioteca bíblica ibérica medieval*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1986, p. 11-13.

Gráfico 1 - Ocorrências da palavra *pestis* e derivadas na Vulgata



Como é visível no gráfico 1, entre as cinquenta e quatro ocorrências listadas, vinte e nove (53% do total) dizem respeito aos livros de Jeremias e de Ezequiel, com dezoito e onze referências respetivamente. Trata-se de uma época particularmente negativa para os hebreus – aquela que antecede e testemunha a destruição do primeiro Templo e o início do Cativo da Babilónia²²⁶. Quase todas as vezes em que a palavra é referida, é o na ameaça de destruição dos israelitas “pela espada, pela fome e pela peste”, proferida em nome de Deus pelos ditos profetas²²⁷. Esta construção, da qual se pode encontrar algum eco na imagem apocalíptica dos Quatro Cavaleiros, é a fonte de duas das três utilizações da palavra *pestis*, ou variantes, no Novo Testamento: relatando o mesmo episódio, os Evangelhos de Mateus e Lucas citam Jesus utilizando a referida expressão para falar de presságios futuros²²⁸. A fórmula da peste, fome e guerra conhecerá longa fortuna nos séculos seguintes, como adiante se verá. Neste contexto, podemos classificar o uso da palavra *pestis* como simbólica, constituindo uma ameaça ou profecia, não se referindo a qualquer tipo de devastação epidemiológica factual. Como demonstra o gráfico 2, este tipo de utilização representa três quartos das

²²⁶ MONLOUBOU, Louis – Jérémie, Livre. In *Dictionnaire Encyclopedique de la Bible...*, p. 654-656; RIES, Julien – Ézéchiél, Livre. In *Dictionnaire Encyclopedique de la Bible...*, p. 464-468.

²²⁷ Por exemplo: Jr 34, 17; 38, 2; 42, 17; 42, 22; 44, 13; Ez 7, 15; 12, 16; 14, 19-21; 28, 23.

²²⁸ Mt 24, 7-8; Lc 21, 10-11.

ocorrências elencadas, com 41 casos em 54. Particularmente relevante - tendo em conta a mortalidade relativa geral da Peste Negra tradicionalmente aceite pela historiografia – é a passagem do Livro de Ezequiel, referente ao cerco de Jerusalém pelos babilônios, onde se afirma que um terço perecerá pela espada, um terço pela peste e pela fome, e o restante terço será disperso pela terra²²⁹. Esta leitura poderá ter influenciado muitos dos leitores medievais que viveram a peste, sobretudo pelo contexto de fomes constantes que, como se verá, teria ocorrido anos antes.

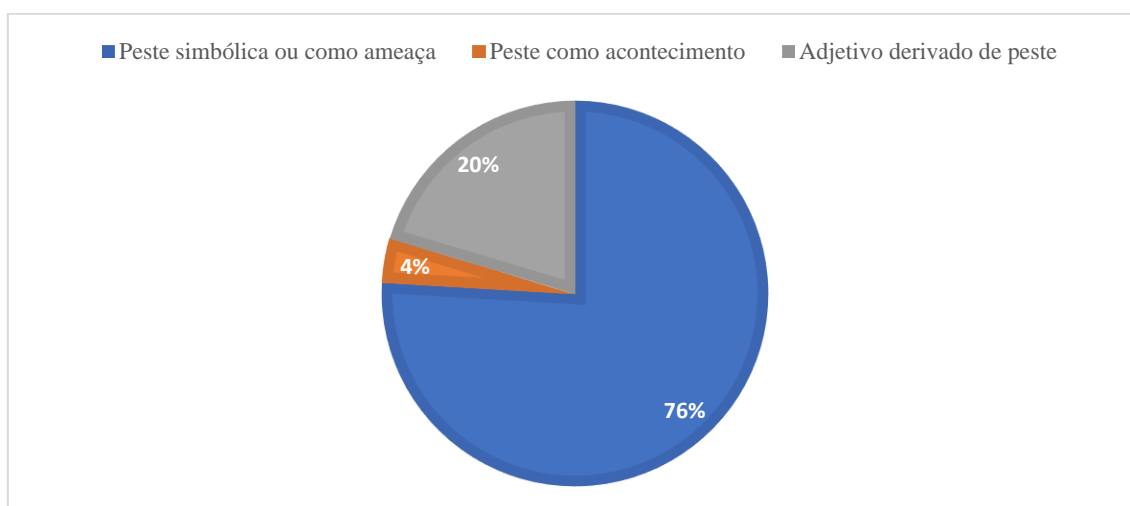
Do uso da palavra peste como sinónimo de epidemia efetiva, apenas se registam dois casos (no Segundo Livro de Samuel e no Primeiro Livro de Crónicas²³⁰) referentes ao mesmo episódio: o castigo que recai sobre Israel como punição pelo censo levado a cabo pelo rei David. Através do profeta Gad, Deus oferece a David três possibilidades de castigo: três anos de fome, três meses de guerra e perseguição ao seu povo, ou três dias de peste. Tendo optado por esta última, o texto prossegue dizendo que terão morrido setenta mil homens. Esta proporção ano/mês/dia é ilustrativa do poder atribuído a estas epidemias ou ao seu potencial desde a Antiguidade, sendo revestidas de um carácter sobrenatural que permanecerá até à Idade Média e depois. Não havendo provas da efetiva ocorrência desta epidemia entre os Hebreus no tempo de David, fica uma leitura simbólica relevante e que poderá ter sido uma referência sugestiva para um auditório trecentista, como provavelmente, o terá sido para bizantinos e árabes do século VI e VII²³¹.

²²⁹ Ez 5, 12. “Tertia pars tui peste morietur, et fame consumetur in medio tui, et tertia pars tui in gladio cadet in circuitu tuo: tertiam vero partem tuam in omnem ventum dispergam, et gladium evaginabo post eos.” – “A terça parte dos teus habitantes morrerá de peste e fome, dentro dos teus muros; outra terça parte perecerá à espada, à tua volta; a última terça parte dispersá-los-ei pelos quatro ventos e desembainharei a espada atrás deles.”

²³⁰ 2 Sm 24, 13-15; 1 Cr 21, 12-14.

²³¹ CONGOURDEAU, MELHAOUI – La perception de la peste..., p. 96.

Gráfico 2 - Tipo de ocorrências da palavra *pestis* e derivadas na Bíblia



O terceiro grupo de ocorrências diz respeito a adjetivos derivados da palavra *pestis*: *pestifer/pestifero* e *pestilens*. Traduzindo-se à letra como “o que traz/transporta a peste” e “pestilento”, respetivamente, são as formas usadas no Livro dos Salmos, no Livro dos Provérbios, Ben Sira, Primeiro de Macabeus e ainda duas vezes no Livro de Jeremias e uma nos Atos dos Apóstolos²³². A intenção do uso é bastante evidente, e não carece de grande exegese: a carga negativa e “contaminadora” dos homens ou coisas classificados com um desses adjetivos fica assim plenamente vincada. Como se verá, estes adjetivos terão alguma fortuna na Antiguidade Tardia, mas não serão particularmente relevantes na Idade Média Portuguesa.

Termino esta breve passagem pela versão latina mais difundida da Bíblia com um olhar sobre a praga que se abateu sobre os Filisteus, após estes se apoderarem da Arca da Aliança²³³. Esta referência é particularmente relevante porque, de forma paradoxal, aquele que é o relato mais próximo de uma epidemia com características análogas às da peste bubónica, com referências ao aparecimento de tumores entre os Filisteus, acompanhados por uma praga de ratos²³⁴, não usa em parte alguma a palavra peste ou

²³² Apesar de não ser relevante para a análise aqui conduzida, fica uma nota sobre a tradução desses adjetivos que é feita em português (*Bíblia Sagrada*. 4ª edição. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 2002): corrompido (Pr 29, 8), insolente (Pr 15, 12; 19, 25; 21, 11;), destruidor (Jr 51, 1; 51, 1), malfeitor (Sir 11, 33), perverso (1 Mac 10, 61), traidor (1 Mac 15, 3) e desertor (1 Mac 15, 21). Apenas nos Atos dos Apóstolos, a tradução é quase literal: a frase “*invenimus hunc hominem pestiferum*”, proferido no Sinédrio contra São Paulo, é traduzida como “nós verificámos que este homem é uma peste” (Act 24, 5).

²³³ O essencial do relato encontra-se nos capítulos 5 e 6 do Primeiro Livro de Samuel.

²³⁴ “[1 Sm 5, 6] *Aggravata est autem manus Domini super Azotios, et demolitus est eos: et percussit in secretiori parte natium Azotum, et fines ejus. Et ebullierunt villæ et agri in medio regionis illius, et nati sunt*

adjetivos derivados²³⁵, o que prova a separação entre o conceito e o grupo de doenças mais tarde identificado como ‘peste’. Uma vez mais, não é o rigor da identificação da infecção o mais importante²³⁶, mas sim a relação entre o conceito de peste e uma epidemia que relembra alguns sintomas da peste bubónica – e, no final do século IV, São Jerónimo não vê qualquer necessidade em aplicar o conceito de peste na tradução do relato desta doença.

Esta pequena exploração do texto bíblico revela que a palavra, usada desde a Antiguidade, tinha, no Baixo Império, um carácter simbólico e metafórico. A ideia de peste aproximava-se da definição atual da palavra portuguesa praga²³⁷. Ao leitor

mures et facta est confusio mortis magnæ in civitate. [1 Sm, 5, 9] Illis autem circumducentibus eam, fiebat manus Domini per singulas civitates interfectionis magnæ nimis: et percutiebat viros uniuscujusque urbis, a parvo usque ad majorem, et computrescebant prominentes extales eorum. Inieruntque Gethæi consilium, et fecerunt sibi sedes pelliceas. [1 Sm 5, 12] Fiebat enim pavor mortis in singulis urbibus, et gravissima valde manus Dei. Viri quoque qui mortui non fuerant, percutiebantur in secretiori parte natium: et ascendebat ululatus uniuscujusque civitatis in cælum. [1 Sm 6, 4] Juxta numerum provinciarum Philistinorum quinque anos aureos facietis, et quinque mures aureos: quia plaga una fuit omnibus vobis, et satrapis vestris. Facietisque similitudines anorum vestrorum, et similitudines murium, qui demoliti sunt terram: et dabitis Deo Israël gloriam, si forte relevet manum suam a vobis, et a diis vestris, et a terra vestra.
²³⁵ Ainda que, influenciada pela literatura sobre o assunto, a versão portuguesa da Difusora Bíblica traduza *mortis magnæ* por “tumores pestíferos” (1 Sm 5, 6).

²³⁶ De facto, a existência destes tumores, tal como a superabundância de ratos, é sugestiva. Vários autores, sobretudo médicos, debruçaram-se sobre o assunto, sugerindo várias doenças, a maioria infeções, como explicação para o surto lembrado na Bíblia: destacam-se as hemorroidas, a peste bubónica e a tularémia. A hipótese de peste bubónica, que durante algumas décadas foi popular nos estudos bíblicos e levantinos, acabou por ir sendo colocada de parte: SHREWSBURY, J. F. D. – “The Plague of the Philistines”, in *The Plague of the Philistines and other medical-historical essays*. London: Victor-Gollancz Ltd, 1964, p. 13-39; CONRAD, Lawrence I. - The biblical tradition for the plague of the Philistines. *Journal of the American Oriental Society* 104:2 (1984), p. 281–287; com os atuais conhecimentos da paleogenómica, sabe-se que, durante a cronologia aproximada desta epidemia, a *Y. pestis* não teria ainda capacidade para provocar a sua forma bubónica, e terá sido apenas por esta altura que adquiriu a capacidade de utilizar pulgas como vetor: RASMUSSEN, et al. - Early divergent strains of *Yersinia pestis*..., p. 571-82. Assim, caso tenha existido realmente uma epidemia entre os filisteus por volta do ano 1000 a.C., a tularémia, que possui bastantes afinidades com a peste na sua forma de contaminação, manifestação e sintomas, e da qual se encontraram vestígios em restos osteológicos de quase todo o II milénio a. C, parece ser a hipótese mais verosímil: TREVISANATO, Siro Iginio - The biblical plague of the Philistines now has a name, tularemia. *Medical Hypotheses*, 69:5 (2007), p. 1144-6. DOI: 10.1016/j.mehy.2007.02.036. No fim de contas, todos estes exercícios de diagnósticos retrospectivos são discutíveis e o menos importante; a leitura simbólica de um texto sagrado antigo e do qual sobrevivem muitas lições é o que realmente importa, tal como demonstra Lawrence Conrad no artigo citado atrás. Sobre diagnósticos retrospectivos, a reflexão Piers Mitchell é um excelente contributo e uma leitura muito proveitosa: MITCHELL, Piers D. - Retrospective diagnosis and the use of historical texts for investigating disease in the past. *International Journal of Paleopathology* 1 (2011), p. 81-88. 10.1016/j.ijpp.2011.04.002.

²³⁷ Proximidade que se mantém, por exemplo, no inglês *plague*, usada com muito mais frequência para designar a peste do que *pest*, ao contrário de outras línguas germânicas, como o alemão, o neerlandês, o sueco, o dinamarquês ou o norueguês, onde a palavra *pest* é a mais usada para referir a peste bubónica ou peste como termo genérico para doença epidémica. Nas línguas românicas, verifica-se o mesmo, com

tardomedieval, a Bíblia fornecia conceitos que, cruzando-se com testemunhos epidémicos da Antiguidade Tardia, acabaram por permitir uma associação da palavra *pestis* à doença que a medicina contemporânea define como peste, nas suas variedades bubónica, pneumónica e pulmonar, entre outras menores.

2.2 – Autores clássicos não latinos (através da sua tradição manuscrita em latim)

Apesar de terem escrito nos seus dialetos gregos clássicos, há autores não-latinos que possuem uma influência indelével ao longo dos séculos, e que são hegemónicos no pensamento medieval. O número poderia ser extenso, mas limito-me a fazer uma prospeção naqueles que serão os mais notáveis: Platão e Aristóteles, aos quais acrescento um vulto decisivo da ciência antiga, redescoberto no Ocidente Latino no século XII, Ptolomeu. A sua tradição manuscrita é ‘mista’, com partes das respetivas obras conhecidas no Ocidente, no original grego ou em traduções latinas, desde a Antiguidade, outras redescobertas apenas através da tradução intermédia em árabe, depois de séculos de escassa literacia grega no Ocidente. Estes autores não serão, assim, responsáveis pelo uso de palavras como *pestis* ou *pestilentia*, opção que só pode ser atribuída aos respetivos (e muitas vezes anónimos) tradutores latinos. Boa parte dos textos de Platão, Aristóteles e Ptolomeu, em circulação nas vésperas da Peste Negra, havia sido traduzida ou retraduzida para latim nos dois séculos anteriores, o que pode conduzir-nos a uma variedade lexical, ainda que erudita, mais próxima da realidade tardo-medieval.

Platão (c. 428 a.C.- c. 348 a.C.) é uma das principais figuras da filosofia ocidental, e é parte central de um trio diretamente ligado: o seu mestre, Sócrates - de cujas ideias é o único divulgador, face à inexistência de obras escritas -, o próprio Platão e o seu discípulo, Aristóteles. Pensador extraordinário, autor em todos os domínios do conhecimento – ainda que menos prolífico do que Aristóteles -, foi ofuscado na Idade Média pela hegemonia do pensamento aristotélico, mas permaneceu, indiretamente,

as diversas variantes: *peste* em espanhol, português, mirandês, galego, francês, italiano e romeno e *pesta/pésta* em catalão e occitânico.

através da veia neoplatonista de autores fundamentais como Agostinho de Hipona ou Boécio. De facto, parte do seu eclipse medieval deve-se ao facto de apenas uma pequena parte da sua obra estar disponível em latim durante a Idade Média: antes da Peste Negra, apenas o *Timeu* circulou em permanência em tradução latina, ainda que as duas traduções existentes – uma de Cícero, outra de um filósofo do século IV, Calcídio - estivessem incompletas e acompanhadas de comentários que se tornaram, por si, canónicos²³⁸. Com mais de centena e meia de manuscritos medievais sobreviventes, a tradição platónica latina medieval pode ser discreta, mas não desprezável, tendo merecido comentários de autores como Guilherme de Conches e Bernardo de Chartres²³⁹. Curiosamente, a tradução parcial que Cícero faz do *Timeu* não usa a palavra *pestis* em momento algum²⁴⁰ – o que contrasta com os seus próprios textos originais, como adiante se verá. Também não me foi possível encontrar qualquer manuscrito medieval com textos de Platão em Portugal. No que diz respeito à tradição manuscrita latina de Platão, não se afigura como uma fonte do léxico latino da peste.

Tal como Platão, Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) dispensa introduções. A sua obra transversal e a sua influência incomparável sobre o pensamento filosófico da Antiguidade e da Idade Média tornam-no indispensável nesta recolha, mesmo que circunscrito à sua tradição latina, antiga e medieval. Entre uma pequena parte da sua obra que é traduzida para latim ainda na Antiguidade ou na Alta Idade Média – com destaque para o labor de Boécio -, e a maior parte da restante, que ficou disponível após a vaga de traduções dos séculos XII e XIII, quase toda a obra conhecida de Aristóteles está já disponível em latim, na Europa, ao tempo da Peste Negra²⁴¹. Não será demais relembrar que a utilização do léxico da peste nestes textos é uma opção dos tradutores, mas, por isso mesmo, é mais uma demonstração do que entendiam por peste, pestífero ou pestilência uma parte dos letrados, sobretudo aqueles que, além do latim e do seu dialeto vernáculo, dominavam ainda o árabe, o grego ou o hebraico. O *Corpus*

²³⁸ SOMFAI, Anna - The Eleventh-Century Shift in the Reception of Plato's 'Timaeus' and Calcidius's 'Commentary'. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 65 (2002), p. 1–21. doi:10.2307/4135103.

²³⁹ SOMFAI – The Eleventh-Century..., p. 1.

²⁴⁰ Neste caso, a pesquisa foi feita recorrendo à base de dados da plataforma *Perseus Digital Library*, disponível em <https://www.perseus.tufts.edu/hopper/>.

²⁴¹ LEFF, Gordon – A Faculdade de Artes. 10.1 O *Trivium* e as três filosofias. In RIDDER-SYMOENS Hilde (coord.), *Uma História da Universidade Europeia. Vol. I: As Universidades na Idade Média*. Trad. Gabinete de Tradução da Universidade do Porto. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, p. 313-314.

Aristotelicum é extenso, os trabalhos que o compõem dizem respeito a todos os ramos do conhecimento; a influência de cada um é desigual, mas a importância é indelével. Hoje sabe-se que uma parte dos trabalhos tradicionalmente incluídos neste *corpus* são apócrifos ou mal atribuídos. Porém, todos eles circulavam, durante a Baixa Idade Média, sob a autoria de Aristóteles, pelo que também foram incluídos neste levantamento²⁴².

Entre as quatro dezenas e meia de tratados pertencentes a esse conjunto, temos dezoito palavras do léxico da peste²⁴³, espalhadas por seis tratados: *De mundo* (Pseudo-Aristóteles) (1), *De somno et vigilia* (1), *Historia animalium* (4), *Problemata* (autoria duvidosa) (4), *Ethica Nicomachea* (2) e *Politica* (6). A maioria dos usos diz respeito a diversas declinações e variações de número e gênero do adjetivo *pestifer*. Os casos em que se não se trata de um adjetivo depreciativo são interessantes e dizem respeito à mais notável das obras naturalistas de Aristóteles, *Historia Animalium*. Neste tratado, há uma curiosa referência à inexistência de doenças pestilenciais entre peixes, em particular, e em rios e mares, no geral²⁴⁴, um tópico que Plínio, o Velho, também abordará na sua *Historia Naturalis*, provavelmente influenciado – direta, ou indiretamente – por Aristóteles, através do texto grego original. Neste caso de influência, é legítimo colocar a questão de quem influencia quem no texto latino: terá o texto de Plínio influenciado o tradutor latino medieval, que optou pelo mesmo tipo de léxico num tópico semelhante? Como se viu neste brevíssima digressão pelos textos latinos de Aristóteles, não será previsível que o seu *corpus* tenha sido um veículo fundamental de difusão do léxico da peste, mas a sua influência incontestável e algumas coincidências textuais não permitem dispensar um olhar atento. A sua difusão em Portugal foi igualmente notável, e já Santo António utilizava a *Historia Animalium*, pouquíssimos anos após a sua tradução em Toledo, nas suas próprias obras²⁴⁵.

²⁴² Para o Aristóteles Latino, optei por recorrer aos textos publicados numa edição oitocentista alemã, que recolhe todos os tratados do *Corpus: Aristoteles Latine interpretibus variis*. Berolini: G. Reimerum, 1831.

²⁴³ *Pestiferum* (x2), *pestis* (x2), *peste*, *pestilens* (x5), *pestem*, *pestes* (3x), *pestiferae* (2x), *pestifera*, *pestiferis*.

²⁴⁴ *Aristoteles Latine...*, liv. VIII, cap. 19 e 20, p. 298.

²⁴⁵ NASCIMENTO, Aires Augusto; MEIRINHOS, José Francisco (coords.) – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997, p. LXXXVIII, nota 54.

Cláudio Ptolomeu (c. 100 d.C.- c. 170 d.C.), é um dos mais importantes representantes da ciência antiga, com tratados de astronomia, geografia, ótica, matemática, astrologia e música. Entre as suas obras que nos chegaram, destaca-se o único tratado astronómico da Antiguidade que sobreviveu completo à passagem do tempo, o célebre *Almagesto*. A versão latina mais difundida desta última obra foi traduzida por Gerardo de Cremona em Toledo, por volta de 1175, e não recorre uma única vez à palavra *pestis*²⁴⁶. De facto, isto é comum a todos as traduções latinas de Ptolomeu, exceto a do seu *Tetrabiblon*, ou *Quadripartitum*, um tratado de astrologia em quatro partes. No Livro II, há nove utilizações do léxico de peste que justificam a presença de Ptolomeu neste levantamento. Esta segunda secção do *Tetrabiblos* é dedicada à astrologia baseada em fenómenos astronómicos de alinhamentos de planetas, cometas, chuvas de estrelas, etc., e a conseqüente leitura, previsão e conseqüências. Numa leitura muito próxima daquela que será utilizada no ‘relatório oficial’ encomendado à faculdade médica de Paris pelo rei francês durante a Peste Negra, expõem-se os cenários teóricos da astrologia que explicam a ‘corrupção’ do ar e a combinação de fatores conducentes à eclosão de uma epidemia. As referências espalham-se pelos capítulos 8, 9, 10 e 13 (com 2, 5, 2 e 1 referências, respetivamente), precisamente aqueles que incidem com mais atenção sobre estas questões. Se é verdade que não nos restam manuscritos desta obra em Portugal, há indícios importantes de que foi conhecida não só pouco antes da Peste Negra, como no seio da corte. José Meirinhos afirma que Afonso Dinis, médico português que foi lente da Universidade de Paris, físico do rei D. Afonso IV²⁴⁷, autor e comentador de obras de diverso tipo e, finalmente, bispo da Guarda (1346-1347) e de Évora (1347-1352), terá feito, a pedido do rei, um comentário ao *Quadripartitum*, hoje perdido²⁴⁸, talvez durante a década de 1330. Seria uma solicitação do rei a propósito dos infortúnios pelos quais o reino passava nesses anos? Terá sido evocado pelo dito Afonso Dinis anos mais tarde, já

²⁴⁶ Tal como é possível verificar, explorando os textos na base de dados do projeto *Ptolemaeus Arabus et Latinus*. <https://ptolemaeus.badw.de/print/1/70/transcription/1> [consultado a 05-03-2020].

²⁴⁷ SILVA, André Filipe Oliveira da – *Físicos e Cirurgiões Medievais Portugueses. Contextos Socioculturais, Práticas e Transmissão de Conhecimentos (1192-1340)*. Porto: CITCEM, 2016, p. 75-77.

²⁴⁸ MEIRINHOS, José Francisco – Afonso Dinis de Lisboa: percurso de um filósofo, médico, teólogo, tradutor e eclesiástico do século XIV. *Península. Revista de Estudos Ibéricos* 4 (2007), p. 54.

como bispo de Évora, em 1348? É uma mera possibilidade, mas a coincidência temporal é sugestiva.

Como se disse, a potencial influência destes autores não-latinos poderá não ser extensa, mas oferece um exercício relevante do que é ou não traduzido como *pestis*, *pestifer*, *pestilentia* ou *pestilens* nos últimos séculos da Idade Média. O essencial, porém, estará sobretudo em autores latinos, dos clássicos pagãos aos escolásticos das vésperas da Peste.

2.3 – Autores clássicos latinos

Apesar da desconfiança que sobre eles recaía, os grandes vultos da literatura latina clássica não foram esquecidos durante a Idade Média. Ainda que os exemplos da sua circulação no Portugal Medieval não sejam abundantes, existem. Sobrevivendo, tal como os autores gregos traduzidos em latim, sobretudo em contexto monástico – algo comum à maioria dos textos abordados neste subcapítulo –, poderiam, contudo, influenciar quem lia, quem escrevia e – o mais importante – quem transmitia. Sendo os grandes autores latinos usados como instrumento de conhecimento e aperfeiçoamento da língua latina nas suas diversas dimensões, os recursos lexicais utilizados eram duplamente úteis e a probabilidade de serem replicados noutros textos era considerável. Também no período romano as epidemias eram frequentes e um tema recorrente em vários tipos de obras, das técnicas à poesia²⁴⁹. Para este ponto, foram realizadas sondagens nos textos de doze dos mais destacados autores latinos clássicos: Cícero, Júlio César, Ovídio, Vergílio, Horácio, Juvenal, Séneca, o Jovem, Suetónio, Tácito, Plínio, o Velho, Tito Lívio e Vitruvius. Em Portugal, não abundam os testemunhos de manuscritos de todos estes autores, como se verá caso a caso. Porém, eles foram importantes fontes de autores cristãos da Antiguidade Tardia e da Idade Média, de Isidoro de Sevilha aos mestres universitários de Paris que, por sua vez, acabaram por ter uma grande influência na ‘sociedade civil’.

Começemos por Cícero (106 a.C.-43 a.C.). Autor fundamental da língua latina e modelo emulado ao longo de centenas de anos, a sua obra sobreviveu em abundantes

²⁴⁹ Com um propósito diferente, não de transmissão lexical, mas de recolha de testemunhos, Duncan-Jones reúne as descrições coevas conhecidas da Peste Antonina (c. 165 d.C.-180 d.C.): DUNCAN-JONES - The impact of the Antonine Plague..., 118-120.

manuscritos medievais²⁵⁰, dividindo-se entre os seus escritos de Oratória, Filosofia e o seu vasto epistolário. Em Portugal, um dos testemunhos mais antigos da existência de manuscritos com textos de Cícero inclui-se no empréstimo feito logo no princípio do século XIII pelo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ao seu congénere de Ciudad Rodrigo, em que se refere *Duo libri de Retorica <scilicet> Tullii*, que poderá ser o *De Inventione* de Cícero²⁵¹, e terá sido na livraria deste mosteiro que Santo António de Lisboa terá tido o primeiro contacto com a obra ciceroniana que cita nos seus sermões²⁵². Ainda que não haja muito mais evidências da circulação de textos ciceronianos em Portugal antes de 1348 – ao contrário do que acontece no resto da Europa²⁵³ - ela é inequívoca no século seguinte, com natural destaque para a tradução, feita ou dirigida pelo Infante D. Pedro, do tratado *De Officiis*, o seu *Livro dos Ofícios*²⁵⁴, ou para a tradução do *De Retorica* que alguns anos antes o então Infante D. Duarte havia solicitado, entre outras traduções de textos ciceronianos coevos²⁵⁵. O próprio Fernão Lopes cita-o no prólogo da *Crónica de D. João I*²⁵⁶. Entre as mais de cinco dezenas de obras de Cícero disponibilizadas no portal *Latin Library*, é possível detetar o uso da palavra *pestis* ou derivados quase duas centenas de vezes. Surgem em todos os contextos: como adjetivo – pestífero (*pestifer*) ou pestilento (*pestilens*) - sobretudo dirigido como insulto – como metáfora e, mais

²⁵⁰ OLSEN, B. Munk - *L'étude des auteurs classiques latins aux XIe et XIIe siècles*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1982-1989, vol. I, p. 99-350.

²⁵¹ NASCIMENTO; MEIRINHOS – *Catálogo dos Códices ...*, p. XCIII. Já posterior à cronologia que interessa para este primeiro capítulo, mas ainda datado do período medieval, refira-se ainda o manuscrito que contém quatro obras filosóficas de Cícero - *De officiis*, *De amicitia*, *De paradoxis* e *De senectute* – datado de meados do século XV, já em letra humanística, tendo pertencido à biblioteca do Convento de Nossa Senhora das Necessidades, em Lisboa, e estando preservado na Biblioteca da Ajuda. Tendo em conta a biblioteca de origem, assim como o tipo de letra, a produção não terá sido portuguesa e é bastante provável que tenha chegado a Portugal já depois do advento da Modernidade. *Inventário dos códices iluminados até 1500. Vol. 1: Distrito de Lisboa*. Secretaria de Estado da Cultura, 1994, p. 88.

²⁵² COSTA, Avelino Jesus da - Geórgicas de Virgílio (Fragmentos portugueses do século XI). *Humanitas* 7/8 (1955/56), p. 226.

²⁵³ A título de exemplo, veja-se os vários trabalhos publicados em COX, Virginia; WARD, John O. (eds.) - *The rhetoric of Cicero in its medieval and early Renaissance commentary tradition*. Leiden: Brill, 2006.

²⁵⁴ Discutir a autoria e as modalidades da tradução está longe de ser o propósito deste trabalho. Sobre este tema, é útil consultar a edição crítica da tradução, CÍCERO, Marco Túlio - *Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram: o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, duque de Coimbra*. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1948;

²⁵⁵ Frei João Verba, confessor e colaborador do Infante D. Pedro, traduziu também o *De Amicitia* de Cícero; Vasco de Lucena, legista e figura de destaque na corte portuguesa em meados do século XV, terá também traduzido o *De Senectute* de Cícero: PINHO, Sebastião Tavares de – O Infante D. Pedro e a “Escola” de Tradutores da Corte de Avis. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Vol. LXIX (1993), p. 148-150.

²⁵⁶ *E assi parece que o sentio Tullio, quando veo a dizer: Nos nom somos nados a nos mesmos, porque huuma parte de nos tem a terra, e outra os parentes* - *Crónica de D. João I...*, vol. I, p. 2.

raramente, referindo-se à doença ou a uma conjuntura propícia a ela - pestilencial. Curiosamente, nos textos de Cícero que estão documentalmente presentes em Portugal antes de 1348, o uso da palavra não é tão frequente. Ainda assim, vários textos de Cícero – juntamente com outros de autores como Agostinho de Hipona, Ambrósio de Milão, Beda, Bento de Núrsia, Jerónimo, Aristóteles, Juvenal, Ovídio, Prisciano, Platão e Terêncio -, estavam incluído no *Vocabularium* de Papias, composto por esse na segunda metade do século XI e que, como a sua designação indica, era um tratado didático que reunia textos de autoridades clássicas e patrísticas como auxiliares de aprendizagem e utilização do latim, e que existia em Santa Cruz de Coimbra²⁵⁷ e em São Vicente de Fora de Lisboa, no século XIII²⁵⁸. Sendo um conceito de uso corrente para Cícero poderia, por isso mesmo, ser útil e reconhecido pela elite letrada de meados de Trezentos.

Sendo um dos poetas mais célebres do período imperial inicial, a fama de Horácio (65 a.C.-8 a.C.) prolongou-se pelos séculos seguintes. Prova disso é o número considerável de manuscritos contendo a sua obra²⁵⁹. Não havendo grandes indicações da sua circulação em Portugal no período anterior a 1348, para além de uma citação feita por Santo António de Lisboa nos seus ermões²⁶⁰, fica também a indicação de a palavra *pestis*, ou formas derivadas, surgir apenas duas vezes em toda a sua obra²⁶¹,

²⁵⁷ MATOS, Manuel Cadafaz de – O Infante D. Pedro, a versão do *De Officiis* e outras preocupações ciceronianas no Ocidente Europeu no Século XV. Para a História do período de transição do livro manuscrito para o Livro Impresso. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Vol. LXIX (1993), p. 315-318.

²⁵⁸ CAEIRO, Francisco da Gama – Fontes Portuguesas da Formação Cultural do Santo. *Itinerarium XXVII-110/111* (1981), p. 149.

²⁵⁹ OLSEN, B. Munk - *L'étude des auteurs classiques latins...*, vol. I, p. 421-522. Esta recolha incide apenas sobre os séculos centrais da Idade Média, pelo que o número total, tal como no caso de Cícero, é ainda maior.

²⁶⁰ COSTA - *Geórgicas de ...*, p. 226.

²⁶¹ Ambas as referências estão incluídas nas suas *Odes*. A primeira, *Odes* I.21, faz uma referência simbólica à peste enquanto elemento de destruição, apresentando uma expressão com alguma proximidade à imagem judaico-cristã da destruição pela fome, pela guerra e pela peste, estando nos últimos versos:

*Hic bellum lacrimosum, hic miseram famem
pestemque a populo et principe Caesare in*

*Persas atque Britannos
vestra motus aget prece.*

A segunda, *Odes* III.23, recorre ao uso da palavra *pestilentem* como adjetivo pejorativo para classificar o vento Áfrico. A tradução portuguesa feita por Pedro Braga Falcão traduz *pestilentem* por *nocivo*, fazendo-se acompanhar por uma nota explicativa que explica o significado do adjetivo. HORÁCIO – *Odes*. Tradução de Pedro Braga Falcão. Lisboa: Livros Cotovia, 2008, p. 236.

*Caelo supinas si tuleris manus
nascente luna, rustica Phidyle,
si ture placaris et horna
fruge Lares avidaque porca*

pelo que a sua influência na construção do conceito de peste nos últimos séculos da Idade Média seria muito reduzida.

Figura ímpar da Antiguidade, Júlio César (100 a.C.- 44 a.C.) foi igualmente autor de textos influentes, sobretudo as suas memórias bélicas – que são o essencial do que resta da sua obra. Gozou de uma assinalável tradição manuscrita europeia desde a Alta Idade Média²⁶², ainda que em Portugal os seus manuscritos estejam quase sempre documentados apenas depois da Peste Negra. Júlio César estava presente na biblioteca do rei D. Duarte, traduzido em português²⁶³, ainda que o livro em causa fosse identificado apenas pelo autor, e não pelo título. Há uma referência anterior à Peste, surgida num contexto inesperado: na disputa pela primazia sobre o bispado do Porto no final do século XII, as arquidioceses de Braga e de Santiago de Compostela entram em litígio e, entre as ‘provas’ apresentadas, estão diversas obras clássicas e da Antiguidade Tardia. Entre elas, estão duas obras de Júlio César: *De Bello Alexandrino* e *De Bello Galico*²⁶⁴. Júlio César não utiliza com frequência a palavra *pestis*. As duas únicas vezes que o faz, ambas no seu *A Guerra Civil*, usa-a para se referir genericamente a doença. A primeira, no livro II, capítulo 22, refere-se ao cerco de Marselha, levado a cabo por César em 49 a.C., e às tribulações que enfraqueceram irreversivelmente os sitiados, entre elas a doença (*pestilentia*) provocada pelo consumo de cereal velho e/ou podre. A segunda, feita no livro III, reproduz uma exposição de Labieno, procurando convencer Pompeu de que o exército de César estava reduzido a uma pequena parte daquele que submeteu a Gália devido, entre outros fatores, a uma doença (*pestilentia*) que teria atingido muitos no outono, aquando do regresso a Itália. Apesar da escassez de testemunhos, a fama do autor e o recurso ao conceito de pestilência para uma epidemia em tempo de guerra, os escritos de Júlio César poderão, ainda que indiretamente, ter contribuído para a definição de um novo conceito de peste e pestilência na Baixa Idade Média. Antes da

*nec pestilentem sentiet Africum
fecunda vitis nec sterilem seges
robiginem aut dulces alumni
pomifero grave tempus anno.*

²⁶² BROWN, Virgínia – Caesar, Gaius Julius. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 3 (1976), p. 89-94; OLSEN - *L'étude des auteurs classiques...*, vol. I, p. 35-59.

²⁶³ NASCIMENTO, Aires Augusto – As Livrarias dos Príncipes de Avis. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Vol. LXIX (1993), p. 285; BUESCU, Ana Isabel - Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas. *eHumanista* 8 (2007), p. 152-153.

²⁶⁴ COSTA – *Geórgicas...*, p. 227.

Peste Negra, a circulação de manuscritos das suas obras em Portugal está pouco documentada; porém, é um silêncio que não prova, mas também não invalida o conhecimento da sua obra e, sobretudo, o empréstimo da imagem literária do exército que cerca uma cidade, caindo sobre aquele ou sobre esta uma peste, por força das condições e circunstâncias tão ou mais difíceis para quem cerca, como para quem é sitiado.

A cronologia de Juvenal é incerta, mas esteve ativo entre a segunda metade do século I d.C. e a primeira do II d.C. Sobrevive da sua obra as *Sátiras*. Aparentemente ignorado no seu tempo, a obra de Juvenal atinge a fama dois séculos depois da sua morte, o que permitiu uma notável difusão dos seus textos, com meio milhar de manuscritos posteriores ao século IX existentes ainda hoje²⁶⁵, sendo um terço desses manuscritos anteriores a 1200²⁶⁶. Contudo, e no conjunto de textos clássicos eventualmente úteis para a formação do léxico da peste, a obra de Juvenal será perfeitamente secundária. A palavra *peste* surge uma única vez, na Quarta Sátira, no verso 84, usada com um sentido genérico de epidemia²⁶⁷. Juntando a esta escassez de referências a falta de testemunhos da circulação de manuscritos contendo textos de Juvenal no Portugal pré-Peste, onde se sabe apenas de excertos de Juvenal contidos no *Vocabularium* de Papias, existente tanto em Santa Cruz de Coimbra como em São Vicente de Fora, no século XIII²⁶⁸, o seu contributo para a conceptualização da peste através de testemunhos literários terá sido mínima ou nula.

Ovídio (43 a.C.- c. 18 d.C.) foi um poeta de vasta fama desde a Antiguidade, o que terá contribuído para a transmissão de um número assinalável de obras até aos nossos dias. Tendo em conta apenas o período balizado entre os anos de 900 e 1200,

²⁶⁵ TARRANT, L. J. – Juvenal. In REYNOLDS L. D. (ed.) - *Texts and Transmissions: A survey of the Latin classics*, Oxford 1983, p. 200-203.

²⁶⁶ OLSEN, B. Munk - *L'étude des auteurs classiques...*, vol. I, p. 553-597.

²⁶⁷ *Maria ac terras populosque regenti
quis comes utilior, si clade et peste sub illa
saeuitiam damnare et honestum adferre liceret
consilium??*

Juvenal - Satires. Traduction de Pierre de Labriolle et François Villeneuve. 12^{eme} tirage. Paris : Les Belles Lettres, 1983, p. 43.

²⁶⁸ MATOS – O Infante D. Pedro, a versão do *De Officiis...* p. 315-318; CAEIRO – *Fontes portuguesas...*, p. 149.

sobrevivem mais de duzentos manuscritos contendo textos de Ovídio²⁶⁹, multiplicando-se na Baixa Idade Média. Entre a sua vasta obra, a palavra peste ou derivadas surge relativamente poucas vezes – catorze. Nove encontram-se espalhadas por vários livros das *Metamorfoses*, onde a palavra ‘peste’ e as suas derivadas em latim demonstram novamente que o seu uso se poderia fazer para verbalizar algo profundamente negativo – um sentimento ou o carácter de alguém, por exemplo -, sem remeter para uma doença concreta ou metafórica²⁷⁰. As restantes cinco referências, provenientes de outros textos do autor, enquadram-se no mesmo tipo de utilização²⁷¹. Sabemos que Ovídio circulou em Portugal no final da Idade Média, com a presença de obras não-identificadas, por exemplo, na livraria do rei D. Manuel I²⁷². Entre as autoridades literárias latinas da Antiguidade Clássica, a difusão alargada, a abundância de manuscritos e a apreciação generalizada de Ovídio tornariam a sua obra um veículo potencial de conceptualização da peste para um leitor anterior a 1348.

Plínio, o Velho (c. 23 d.C. – 79 d.C.) é lembrado como o principal enciclopedista romano, autor da monumental *Historia Naturalis* que serviu como arquétipo do género durante séculos. Alto oficial e próximo do imperador Vespasiano, acaba por morrer durante a erupção do Vesúvio que sepultou Pompeia, onde estava em missão. Os 37 livros da *Historia Naturalis* representam mais um dos tipos de texto que importa sondar neste capítulo: a filosofia natural, não num plano especulativo, mas numa orientação que hoje classificaríamos como ‘divulgação científica’. De facto, Plínio não procura escrever tratados técnicos ou manuais de ciência. Pelo contrário, procura um estilo

²⁶⁹ OLSEN - *L'étude des auteurs classiques...*, vol. II, p. 111-181.

²⁷⁰ Livro I, verso 459 (*pestifero*); Livro III, verso 74 (*pestiferos*); Livro IV, verso 496 (*pestifera*); Livro VII, versos 553 (*pestis*) e 764 (*pestis*); Livro VIII, versos 477 (*pestifer*) e 784 (*pestifera*); Livro IX, versos 177 (*pestem*) e 200 (*pestis*). Estas palavras foram traduzidas por Paulo Farmhouse Alberto, na mais recente edição das *Metamorfoses* de Ovídio em português, por: pestífero (p.48), pestíferas (p. 86), mortífera (p. 119), epidemia (p. 186), flagelo (p. 192), tortura (p. 227) e pestilência (p. 227). OVÍDIO – *Metamorfoses*. Tradução de Paulo Farmhouse Alberto. 2ª edição. Lisboa: Livros Cotovia, 2010.

²⁷¹ Uma das referências é feito no Livro V dos *Tristes*, verso 2-14 (*pestiferum*); outra nas *Heroidas*, concretamente na IX, *Dejanira a Hércules*, no verso 61 (*pestis Nemeaea*, referindo ao leão de Nimeia); duas referências são feitas no *Íbis*, no verso 575 (*pestis*) e 606 (*corpora pestiferum*); uma última utilização da palavra é feita nos *Fastos*, Livro V, verso 404 (*corpore pestis*). OVÍDIO – *Tristes*. Traduction par Jacques André. Paris : Societé d'Édition « Les Belles Lettres », 1968, p. 133; OVÍDIO – *Héroïdes*. Traduction par Marcel Prevost. Paris : Societé d'Édition « Les Belles Lettres », 1961, p. 54 ; OVÍDIO – *Contre Ibis*. Traduction par Jacques André. Paris : Societé d'Édition « Les Belles Lettres », 1963, p. 28-29 ; OVÍDIO – *Os Fastos*. Tomo III. Tradução de António Feliciano de Castilho. Lisboa: Imprensa da Academia Real das Ciencias, 1862, p. 46-47.

²⁷² BUESCU - *Livros e livrarias de reis...*, p. 163-164.

elegante para compor uma súmula do conhecimento em todas as áreas, acessível ao romano educado, o que multiplica a variedade do vocabulário. No que diz respeito ao léxico da peste, essa hipótese é plenamente confirmada: mais de meia centena de usos distribuídos por dezoito formas distintas²⁷³, ao longo de 24 dos seus 37 livros²⁷⁴. Os usos são os expectáveis de um intelectual latino: apesar de o objeto da exposição ser a natureza, há espaço para Plínio utilizar o vocabulário da peste sobretudo como adjetivo, sinnimo de nocivo, venenoso ou ameaador²⁷⁵, mas também como um fenómeno epidémico ou doença propriamente dita²⁷⁶. Não querendo ser exaustivo sobre este conjunto de utilizações, sublinho apenas aquelas em que Plínio se refere a fenómenos epidmicos que aconteceram no passado ou que o autor vivenciou: a peste proveniente da Ilria que Hipócrates e os seus discípulos teriam combatido com sucesso, notabilizando-se aquele como um dos mais importantes vultos da medicina²⁷⁷ e uma peste em Roma, no tempo de Nero²⁷⁸. Se a tradio manuscrita medieval de Plínio, o Velho,  extensa na Europa²⁷⁹, os manuscritos existentes em Portugal anteriores  Peste Negra são desconhecidos e apenas com a inveno da imprensa e as primeiras edições

²⁷³ *Peste* (3), *pestem* (4), *pestes* (3), *pestibus* (1), *pestifer* (3), *pestifera* (4), *pestiferae* (1), *pestifero* (1), *pestiferos* (1), *pestiferum* (2), *pestilens* (5), *pestilentes* (1), *pestilentia* (7), *pestilentiae* (2), *pestilentiam* (5), *pestilentibus* (2), *pestilentissimum* (1), *pestis* (10).

²⁷⁴ Livros 2, 4, 5, 7-13, 17, 18, 21-26, 28, 31, 33, 34, 36, 37. Para comparar com os textos latinos contidos nas bases de dados online, recorri à seguinte edio bilingue (latim-inglês) – PLINY, The Elder – *Natural History*. Translation of H. Rackham. X volumes. Cambridge: Harvard University Press, 1961-1967.

²⁷⁵ Como quando refere certos ventos nocivos para os marinheiros: *defert hic secum aliquid abreptum e nube calidi convolvens versansque et ruinam suam illo pondere adgravans ac locimi ex loco mutans rapida vertigine, praecipua navigantiimi pestis, non antemnas modo verxun ipsa navigia contorta frangens, tenui remedio aceti in advenientem effusi, cui frigidissima est natura*. PLINY, The Elder – *Natural History...*, vol. 1, p. 270-271, liv. 2, v. 132.

²⁷⁶ Plínio diz, por exemplo, que nenhuma peste ou terramoto jamais atingira Locri e Croton (a atual Calábria), duas cidades no sul de Itália - *Locris et Crotone pestilentiam nunquam fuisse nec ullo terrae motu laboratum adnotatimi est*. PLINY, The Elder – *Natural History...*, vol. 1, p. 340-341, liv. 2, v. 211.  também muito interessante a forma como Plnio classifica a raiva (doena) como muito perigosa (*pestifera*) também para o Homem: *Rabies canum sirio ardente homini pestifera, ut diximus, ita morsis letali aquae metu* - PLINY, The Elder – *Natural History...*, vol. 3, p. 106-107, liv. 8, v. 152.

²⁷⁷ *Hippocrates medicina, qui venientem ab Illyriis pestilentiam praedixit discipulosque ad auxiliandum circa urbes dimisit, quod ob meritum honores illi quos Herculi decrevit Graecia*. PLINY, The Elder – *Natural History...*, vol. 2, p. 588-589, liv. 7, v. 123.

²⁷⁸ *iuncta deinde tot mala: inopia stipendi, rebellio Illyrici, servitorum dilectus iuventutis penuria, pestilentia urbis, fames Italiae, destinatio expirandi et quadridui inedia maior pars mortis in corpus recepta* - vol. 2, p. 606-607, liv. 7, v. 149.

²⁷⁹ O número de manuscritos preservados, completos ou em fragmentos, e tendo apenas em conta os manuscritos produzidos até 1200, ascende a 85: OLSEN - *L'tude des auteurs classiques...*, vol. II, p. 243-273. Se considerarmos também o período subsequente, são mais de 200 os manuscritos sobreviventes. NAUERT Jr., Charles G. – Caius Plinius Secundus. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 4 (1980), p. 303.

da *Historia Naturalis*, ela começa a circular bastante em Portugal - como sugere o número considerável de incunábulos da obra preservados na Biblioteca Nacional de Portugal²⁸⁰. Porém, e uma vez mais, a influência que o labor de Plínio, o Velho, exerceu, direta ou indiretamente, sobre autores como Isidoro de Sevilha, Beda, o Venerável, João de Salisbúria e Alberto Magno – para citar só exemplos reunidos neste capítulo – torna-o central nas obras sobre história natural em toda a Idade Média²⁸¹, mesmo onde circulava pouco em primeira mão, como parece ser o caso português.

Tal como a maioria dos autores clássicos, a influência de Séneca, o Jovem (4 a.C. – 65 d.C.) mede-se tanto ou mais na leitura que dele é feito como na influência que exerceu noutros autores igualmente influentes. Séneca foi um dos autores romanos mais populares entre os primeiros cristãos, e a influência do seu pensamento encontra-se plasmada nos mais notáveis autores do período definidor do Cristianismo, de Tertuliano a Martinho de Dume, passando por Agostinho de Hipona e Jerónimo²⁸². O seu pai e homónimo, Séneca, o Velho (54 a.C. – 39 d.C.), foi também autor, mas a sua influência na Idade Média foi bem menor, com uma parte dos seus trabalhos perdida e outra erradamente atribuída ao seu filho. Assim, os manuscritos medievais falam simplesmente de Séneca, referindo-se ao filho que, de resto, é o real autor de boa parte dos trabalhos. Prova da sua difusão medieval é a existência ainda hoje de quase três centenas de manuscritos de obras de Séneca produzidos até 1200²⁸³.

A visão que a Idade Média tem de Séneca é muito menos ambígua do que a que os Romanos cultivaram. Os fortes ataques à moralidade, ao estilo e ao pensamento que Séneca sofreu entre os últimos anos da sua vida e os últimos séculos da Império Romano do Ocidente foram praticamente ignorados pelos seus leitores medievais, que o entendiam como um protocristão, que teria mantido contacto com São Paulo e que

²⁸⁰ Uma pesquisa no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal revela 4 incunábulos e mais de duas dezenas de edições completas, parciais ou comentários à obra impressos no século XVI: http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=U61N604W65224.195196&source=~!bnp&profile=bn&page=1&group=0&term=Pl%3Fio,+o+Velho,+23/24+-79&index=AUTHOR&uindex=&aspect=basic_search&menu=search&ri=4&ts=1611604351114&deduping=3.

²⁸¹ NAUERT Jr. – Caius Plinius Secundus..., p. 302-304.

²⁸² BLUCHER, Karl Alfred - *Séneca en España: investigaciones sobre la recepción de Séneca en España desde el siglo XIII hasta el siglo XVIII*. Traducción de Juan Conde. Ed. corregida y aumentada. Madrid: Editorial Gredos, 1983, p. 24-29. ISBN 84-249-0901-1.

²⁸³ OLSEN - *L'étude des auteurs classiques...*, vol. II, p. 365-473.

contribuía para a formação do pensamento cristão primitivo através do seu estoicismo e da sua conceção de moral²⁸⁴. A influência de Séneca – ele próprio nascido em Córdova - no território ibérico, teria sido escassa durante o período Hispano-Godo; o essencial do que circulava do seu pensamento era a matéria transmitida por Martinho de Dume, logo no século VI, havendo poucos indícios de que as suas obras fossem lidas ou sequer conhecidas²⁸⁵. É já nos anos finais do século XII que este desconhecimento se começa a inverter na Península Ibérica, mas são sobretudo os aforismos e máximas de Séneca que circulam, apensos a um conjunto ainda maior cuja autoria lhe era atribuída, mas que hoje sabemos ser apócrifo²⁸⁶. Certo é que, já no início do século XIII, Santo António de Lisboa o citava várias vezes nas suas obras²⁸⁷. É apenas no século XV que as obras fundamentais de Séneca conhecem uma difusão alargada na Península Ibérica²⁸⁸, à qual Portugal não é alheio, com exemplares documentados de *De beneficiis* e das *Epistulae* na biblioteca pessoal do rei D. Duarte, em latim e em vernáculo, e uma influência direta clara na obra do seu irmão, o infante D. Pedro²⁸⁹. Séneca recorre abundantemente à palavra *pestis* ou variantes, com quase sete dezenas de testemunhos espalhados ao longo das suas várias obras. A diversidade de obras e a vastidão do vocabulário transmitem-nos mais de vinte palavras diferentes, utilizadas, tal como no caso de Cícero, em todas as circunstâncias que temos visto: como adjetivo depreciativo, como metáfora, como insulto, como sinónimo de epidemia ou tão só de catástrofe. Entre os autores arrolados, poucos poderão ter sido mais influentes no estabelecimento do léxico da peste na Baixa Idade Média.

Suetónio (c. 69 d.C.- depois de 122 d.C.) é mais conhecido pelo seu labor historiográfico, sobretudo o conjunto de biografias dos primeiros doze imperadores romanos, *De Vita Caesarum*, simultaneamente a sua única obra que se conservou completa e assim foi transmitida até hoje²⁹⁰. Fonte primordial para a primeira fase do

²⁸⁴ BLUCHER - *Séneca en España...*, p. 17-29.

²⁸⁵ BLUCHER - *Séneca en España...*, p. 29-42.

²⁸⁶ BLUCHER - *Séneca en España...*, p. 57-75.

²⁸⁷ COSTA – *Geórgicas...*, p. 226.

²⁸⁸ BLUCHER - *Séneca en España...*, p. 113-155.

²⁸⁹ BUESCU, *Livros e livrarias de reis...*, p. 145, 149-150.

²⁹⁰ Como tradução de referência para confrontar com o texto latino, escolhi uma reimpressão da versão inglesa traduzida por Robert Graves e originalmente publicada em 1951 republicada com revisão de Michael Grant em 1979. SUETONIUS – *The Twelve Caesars*. Translated by Robert Graves, revised with an introduction from Michael Grant. London: Penguin Books, 2003. ISBN 978-0-140-44921-1.

Império Romano, teve uma transmissão textual complexa²⁹¹, que não foi marcada pela abundância de manuscritos²⁹², mas que não invalidou o conhecimento generalizado do seu nome e, de alguma forma, da sua obra²⁹³. Se não é fácil rastrear a sua circulação em Portugal no período que antecede a Peste Negra, a sua influência na formulação do conceito de peste poderá ser curta: há apenas três referências a *pestilentia* nas *Vidas dos Doze Césares*, uma no relato do consulado de Calígula (r. 37-41), outra no de Nero (r. 54-68)²⁹⁴ e a derradeira no de Tito (r. 79-81). Porém, são referências interessantes por não serem metáforas ou adjetivos, remetendo para acontecimentos históricos ou hipotéticos. No primeiro caso, no capítulo XXXI de Calígula, é referida a ausência de tragédias no reinado do dito imperador, o que contrastaria com o desejo do próprio Calígula, ansioso por uma tragédia de grandes proporções, memorável, que imortalizasse o seu reinado; entre as hipóteses que imagina, encontra-se uma pestilência²⁹⁵. A segunda, no capítulo XXXIX de Nero, refere uma epidemia que grassou logo após o Grande Incêndio de Roma de 64 d.C., que teria ceifado 30000 vidas num outono, segundo registo do templo de Libitina²⁹⁶, divindade funerária de Roma; a última referência, contida no capítulo 8 de Tito, onde se referem alguns desastres naturais ocorridos durante a governação desse imperador, estando entre eles a erupção do Vesúvio que sepultou Pompeia e Herculano e uma *pestilentia* de grandes proporções²⁹⁷. Assim, mesmo não sendo o mais (diretamente?) difundido autor clássico no período medieval, nem o mais prolífico utilizador da palavra peste, Suetónio fornece

²⁹¹ KASTER, Robert A. - The Transmission of Suetonius's Caesars in the Middle Ages. *Transactions of the American Philological Association* 144:1 (Spring 2014), p. 133-186. DOI: 10.1353/apa.2014.0000.

²⁹² Como prova as pouco mais de duas dezenas de testemunhos produzidos entre os séculos IX e XIII que se conservam, na maioria fragmentários, de manuscritos contendo a obra de Suetónio. OLSEN - *L'étude des auteurs classiques...*, vol. II, p. 571-577.

²⁹³ Exemplo disso são as referências feitas, por exemplo, pelo castelhano Diego García de Campos, que por volta de 1200 o evoca e prova-nos que, na corte castelhana de Afonso VIII (r. 1158-1214), Suetónio não era um desconhecido. Assim, custa a crer que o fosse em Portugal, no mesmo período. SANCHÉZ-JIMÉNEZ, Antonio - *La literatura de la corte de Alfonso VIII de Castilla*. Proyecto presentado para la obtención del grado de doctor en el Departamento de Lengua Española, Universidad de Salamanca. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2011, p. 411.

²⁹⁴ Plínio também fez referência a esta epidemia, o que reforça a sua verosimilhança.

²⁹⁵ ...*atque identidem exercituum caedes, famem, pestilentiam, incendia, hiatus aliquem terrae optabat*

...

²⁹⁶ ... *pestilentia unius autumnii, quo triginta funerum milia in rationem Libitinae venerunt...*

²⁹⁷ *Quaedam sub eo fortuita ac tristia acciderunt, ut conflagratio Vesevi montis in Campania, et incendium Romae per triduum totidemque noctes, item pestilentia quanta non temere alias.*

testemunhos interessantes, que podem ter exercido uma influência indireta a considerar.

À semelhança de Suetónio, Tácito (c. 56 d.C.- depois de 117 d.C.²⁹⁸) é conhecido sobretudo por trabalhos de cariz histórico-geográfico, o que o coloca num grupo restrito de autores clássicos cujo uso das palavras *pestis* e *pestilentia* remete, por norma, para epidemias históricas²⁹⁹. Ainda mais do que Suetónio, Tácito tem uma tradução manuscrita medieval restrita³⁰⁰, o que pode ter condicionado o seu conhecimento na Península Ibérica do século XIV. Valerá a pena, ainda assim, um olhar às suas obras, nas quais recorre cinco vezes a palavras derivadas de *pestis*. A distribuição é desigual, com três testemunhos nos seus *Anais* e referências solitárias nas *Histórias* e em *Dialogus de Oratoribus*. Uma vez mais, são referências históricas e presumivelmente factuais – se não na proporção e descrição, pelo menos na ocorrência. No capítulo 6 do livro V das *Histórias*, Tácito descreve a Palestina, a propósito das campanhas de Vespasiano e Tito contra os judeus rebeldes, entre 67 e 73 d.C., descrevendo o Mar Morto como um lago interior alimentado pelo rio Jordão, onde nada subsistia e do qual exarava um odor que era nocivo (*pestifer*) para aqueles que habitavam por perto³⁰¹; no *Dialogus de Oratoribus*, Tácito, no lacunar capítulo 35, sublinha como as escolas treinam os retóricos na solução de todos os males – como o fim de uma epidemia (*pestilentiae*), para se lamentar depois que nada disso se traduz em realidade³⁰². Os três casos dos *Anais* dizem respeito tanto a epidemias históricas como a metáforas: o primeiro caso, recolhido no capítulo 47 do livro II, refere o terramoto que terá destruído doze cidades de grande dimensão na Ásia Menor no ano 17 d.C., ao qual se seguiu um surto epidémico

²⁹⁸ TACITE – *Oeuvres Complètes*. Traduction, présentation et notes de Pierre Grimal. Paris : Éditions Gallimard, 1990, p. IX-XXXI.

²⁹⁹ Na ausência de uma tradução portuguesa contemporânea da obra completa de Tácito, optei por usar a tradução francesa feita por Pierre Grimal para confrontar com o texto latino. TACITE – *Oeuvres Complètes*...

³⁰⁰ Prova disso é, por exemplo, conjunto de apenas três manuscritos sobreviventes dos séculos IX-XIII que Birger Munk Olsen coligiu no seu catálogo. OLSEN - *L'étude des auteurs classiques...*, vol. II, p. 580-582. Para percorrer a geografia da sua difusão, entre a Alta Idade Média e o Renascimento, v. ULERY Jr., Robert W. – Cornelius Tacitus. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 6 (1986), p. 91-97.

³⁰¹ *Lacus immenso ambitu, specie maris, sapore corruptior, gravitate odoris accolis pestifer, neque vento impellitur neque piscis aut suetas aquis volucris patitur.*

³⁰² *Sic fit ut tyrannidarum praemia aut vitatarum electiones aut pestilentiae remedia aut incesta matrum aut quidquid in schola cotidie agitur, in foro vel raro vel numquam...*

(*pestis*)³⁰³; a segunda referência, proveniente do capítulo 62 do livro IV, classifica como *gravior pestis* o colapso de um anfiteatro, ocorrido em 27 d.C., e que provocou um grande número de vítimas entre a multidão de espectadores; a terceira ocorrência está preservada no capítulo 13 do livro 16: trata-se de uma série de eventos naturais funestos, de tornados a uma grande epidemia, que assolou a Campânia por volta de 65 d.C.³⁰⁴. Temos, assim, mais um historiador clássico que relata não só epidemias passadas recorrendo aos vocábulos *pestis/pestilentia*, mas também usa esse léxico como metáfora ou adjetivo pejorativo.

Tito Lívio (c. 59 a.C.-17 d.C.) é o terceiro deste conjunto de historiadores, o primeiro na cronologia e aquele cuja obra aborda períodos mais recuados. Sobrevive apenas um quarto de uma das suas obras, *Ab Urbe Condita Libri*, uma colossal história de Roma em 142 livros, dos quais sobrevivem total ou parcialmente 35, entre os livros I e XLV, narrando eventos da fundação de Roma, em 753 a.C. até à Terceira Guerra Macedónia, em 166 a.C. Mesmo fragmentário, trata-se de um trabalho vasto e que cobre períodos da história romana pouco documentados na historiografia clássica³⁰⁵. A sua tradição manuscrita medieval é assinalável, mas sempre em fragmentos da obra³⁰⁶. São mais de oitenta as vezes que se encontra as palavras *pestis*, *pestilentia* e derivadas³⁰⁷, distribuídas por 26 dos 35 livros sobreviventes, empregues em todos os usos possíveis: epidemias passadas, adjetivos negativos, metáforas de doença e nocividade, entre outras. Esta abundância de vocabulário sobre epidemias já motivou outras análises anteriores³⁰⁸; tendo em conta a abundância de testemunhos, foco-me

³⁰³ *Eodem anno duodecim celebres Asiae urbes conlapsae nocturno motu terrae, quo inprovisior graviorque pestis fuit.*

³⁰⁴ *Tot facinoribus foedum annum etiam dii tempestatibus et morbis insignivere. vastata Campania turbine ventorum, qui villas arbusta fruges passim disiecit pertulitque violentiam ad vicina urbi; in qua omne mortalium genus vis pestilentiae depopulabatur, nulla caeli intemperie quae occurreret oculis.*

³⁰⁵ Para comparar o texto latino com uma tradução moderna, optei por consultar, à semelhança de outros autores clássicos, a edição bilingue (latim-inglês) publicada na Harvard University Press: LIVY – *Ab Urbe Condita*. Translation of Benjamin Oliver Foster. XIV volumes. Cambridge: Harvard University Press, 1966-1976.

³⁰⁶ Só Birger Munk Olsen arrola quase três centenas, tendo em conta apenas manuscritos produzidos até 1200: OLSEN - *L'étude des auteurs classiques...*, vol. II, p. 1-16; McDONALD, A. H. – Livius, Titus. *Catalogus Translationum et Commentariorum 2* (1971), p. 332-336.

³⁰⁷ *Peste* (4), *pestem* (7), *pestemque* (1), *pestes* (1), *pesti* (1), *pestifera* (1), *pestifero* (2), *pestiferum* (2), *pestilens* (2), *pestilensque* (1), *pestilentem* (2), *pestilenti* (2), *pestilentia* (33), *pestilentiae* (6), *pestilentiam* (6), *pestilentiamque* (1), *pestilentiaque* (2), *pestilentior* (1), *pestis* (8), num total de 83 usos, dos quais 80 em *Ab Urbe Condita* e 3 nas *Periochae*.

³⁰⁸ RUIZ-MOIRET, Diane - Tite-Live et les maladies pestilentiennes. *Eruditio Antiqua* 11 (2019), p. 5-25.

nos relatos de doenças, epidémicas ou não, tão mais importante por se tratar de textos historiográficos: o autor refere que o ano de 464 a.C. foi um ano doentio, propenso à pestilência, sentido por todos como muito perigoso, numa ameaça que acabaria por se concretizar³⁰⁹; pouco mais de uma década depois, uma nova epidemia atinge a cidade, matando animais e pessoas, anónimos e notáveis³¹⁰; uma outra ter-se-ia abatido sobre o território romano entre 436 e 435 a.C.³¹¹; epidemias subsequentes são referidas para os anos de 433-432 a.C.³¹², de 332 a.C.³¹³, sucedidas por uma epidemia que, na verdade, foi um envenenamento coletivo³¹⁴, um novo surto em 313 a.C.³¹⁵, outro na Etrúria em 293 a.C.³¹⁶, e a lista prossegue. O tom de Tito Lívio é grave, mas moderado. A frequência dos relatos demonstra que estas ocorrências eram frequentes na região envolvente de Roma, havendo alguns episódios de maior dureza, mas sem a escala que veremos

³⁰⁹ (...) *Grave tempus et forte annus pestilens erat urbi agrisque, nec hominibus magis quam pecori, et auxere vim morbi terrore populationis pecoribus agrestibusque in urbem acceptis. Ea conludio mixtorum omnis generis animantium et odore insolito urbanos et agrestem confertum in arta tecta aestu ac vigiliis angebat, ministeriaque in vicem ac contagio ipsa volgabant morbos. Vix instantes sustinentibus clades repente legati Hernici nuntiant in agro suo Aequos Volscosque coniunctis copiis castra posuisse, inde exercitu ingenti fines suos depopulari. Praeterquam quod infrequens senatus indicio erat socii adflitam civitatem pestilentia esse, maestum etiam responsum tulere, ut per se ipsi Hernici cum Latinis res suas tutarentur; urbem Romanam subita deum ira morbo popular (...).* LIVY – *Ab Urbe Condita...*, vol. 2, liv. III, cap. 6, p. 22-23.

³¹⁰ (...) *Duo simul mala ingentia exorta, fames pestilentiaque, foeda homini, foeda pecori. Vastati agri sunt, urbs adsiduis exhausta funeribus; multae et clarae lugubres domus. Flamen Quirinalis Ser. Cornelius mortuus, augur C. Horatius Pulvillus, in cuius locum C. Veturium, eo cupidius quia damnatus a plebe erat, augures legere. Mortuus consul Quinctilius, quattuor tribuni plebi. Multiplici clade foedatus annus; ab hoste otium fuit. Inde consules C. Menenius P. Sestius Capitolinus.* LIVY – *Ab Urbe Condita...*, vol. 2, liv. III, cap. 32, p. 106-107.

³¹¹ (...) *Urbes tamen non oppugnatae quia pestilentia populum invasit. Et seditiones domi quaesitae sunt, nec motae tamen, ab Sp. Maelio tribuno plebis, qui favore nominis moturum se aliquid ratus et Minucio diem dixerat et rogationem de publicandis bonis Servili Ahalae tulerat, falsis criminibus a Minucio circumventum Maelium arguens, Servilio caedem civis indemnati obiciens; quae vaniora ad populum ipso auctore fuere. Ceterum magis vis morbi ingravescens curae erat terroresque ac prodigia, maxime quod crebris motibus terrae ruere in agris nuntiabantur tecta.* LIVY – *Ab Urbe Condita...*, vol. 2, liv. IV, cap. 21, p. 324-327.

³¹² *Pestilentia eo anno aliarum rerum otium praebuit. Aedis Apollini pro valetudine populi vota est. Multa duumviri ex libris placandae deum irae avertendaeque a populo pestis causa fecere; magna tamen clades in urbe agrisque promiscua hominum pecorumque pernicie accepta. Famem quoque ex pestilentia morbo implicitis cultoribus agrorum timentes in Etruriam Pomptinumque agrum et Cumas, postremo in Siciliam quoque frumenti causa misere.* LIVY – *Ab Urbe Condita...*, vol. 2, liv. IV, cap. 25, p. 334-337.

³¹³ *Et quia pestilentia insecuta est, velut omnibus eo vitio contactis auspiciis res ad interregnum rediit.* LIVY – *Ab Urbe Condita...*, vol. 4, liv. VIII, cap. 17, p. 68-69.

³¹⁴ LIVY – *Ab Urbe Condita...*, vol. 4, liv. VIII, cap. 17, p. 70-73.

³¹⁵ (...) *Poetelium autem pestilentia orta clavi figendi causa dictatorem dictum.* LIVY – *Ab Urbe Condita...*, vol. 4, liv. IX, cap. 28, p. 272-273.

³¹⁶ *Felix annus bellicis rebus, pestilentia gravis prodigiisque sollicitus; nam et terra multifariam pluvisse et in exercitu Ap. Claudii plerosque fulmini bus ictos nuntiatum est librique ob haec aditi.* LIVY – *Ab Urbe Condita...*, vol. 4, liv. X, cap. 31, p. 477-480.

noutros mais recentes. O tipo de referência sugere fenómenos epidémicos que hoje poderiam nem sequer caber nessa definição: manifestações mais veementes em áreas onde a malária era endémica e se fazia sentir com maior intensidade, sob as condições ideais para o desenvolvimento dos mosquitos vetores, por exemplo. Tito Lívio é, assim, um verdadeiro catálogo de *pestilentiae* que se abateram sobre Roma e sobre os romanos durante o período republicano. Ainda que não sobrem vestígios ou referências de manuscritos em Portugal, a quantidade assinalável de vezes que o léxico pestífero é empregue na obra de Tito Lívio torna-o uma potencial fonte indireta.

Virgílio (70 a.C.-19 a.C.) é, provavelmente, o mais célebre poeta latino. A sua obra é vasta e sobreviveu em boa parte devido à extraordinária difusão na Antiguidade e à notoriedade que manteve mesmo na Idade Média, como provam as centenas de manuscritos contendo textos seus que chegaram até hoje³¹⁷. A sua obra concentra-se maioritariamente em três grandes poemas: as *Éclogas* (ou *Bucólicas*), as *Geórgicas* e a *Eneida*, aos quais se junta o *corpus* breve da *Appendix Vergiliana*. De forma um tanto surpreendente, os poemas de Virgílio usam poucas vezes o léxico da peste. São dezanove referências, distribuídas entre as *Geórgicas* (com quatro ocorrências) e a *Eneida*³¹⁸ (com quinze). O uso deste léxico num poema épico é duplamente interessante: o programa inclui uma reconstrução mitológica do passado, onde eventuais epidemias terão um propósito narrativo concreto e uma intenção. Porém, Virgílio utiliza *pesti* para significar destruição³¹⁹, chama *pestem* aos ciclopes³²⁰, entre outros exemplos de adjetivos ou metáforas, sem qualquer descrição de uma epidemia, factual ou mitológica. Não sendo muitos os testemunhos manuscritos sobreviventes em território português, alguns destacam-se pela sua antiguidade, como os fragmentos das *Geórgicas* datados do século XI, identificados por Avelino de Jesus da Costa³²¹, havendo testemunhos

³¹⁷ OLSEN - *L'étude des auteurs classiques...*, vol. II, p. 673-826.

³¹⁸ Para uma comparação com uma tradução contemporânea de referência, recorri à seguinte edição: VIRGIL – *Aeneid*. Translated with notes by Frederick Ahl, with an introduction by Elaine Fantham. Oxford: Oxford University Press, 2007. ISBN 978-0-19-283206-1.

³¹⁹ *Eneida*, Liv. I, 712 - *Praecipue infelix, pesti devota futurae*; VIRGIL – *Aeneid...*, p. 26.

³²⁰ *Eneida*, Liv. III, 620 - *Di, talem terris avertite pestem*; VIRGIL – *Aeneid...*, p. 99.

³²¹ COSTA - *Geórgicas de ...*, p. 220-245. Segunda a crítica paleográfica de Avelino de Jesus da Costa, estes fragmentos pertencerão a um manuscrito produzido na área de Monte Cassino, no sul de Itália, na primeira metade do século XI. É possível que tenha sido trazido para Portugal logo no século XII, num trajeto que podemos ver noutros manuscritos e que coincide com uma *peregrinatio manuscriptorum* motivada pelo renascimento de escolas com alcance internacional, pela consolidação da liturgia romana e do monaquismo beneditino e agostiniano. Estes fragmentos encontram-se na Biblioteca Pública de

documentais ainda mais antigos para outras regiões da Península Ibérica³²². As referências diversificam-se nos séculos posteriores, tanto a partir das citações feitas pelo mais ilustre pensador português do século XIII, Santo António de Lisboa – e que refletirão os anos passados como cónego regular entre os mosteiros de São Vicente de Fora e de Santa Cruz de Coimbra³²³ –, até aos manuscritos pós-Peste, como aquele contendo as *Éclogas*, que se preserva na Biblioteca Nacional de Portugal, provavelmente do início do segundo terço do século XV, escrito numa humanística precoce³²⁴, talvez indicadora de importação. Por coincidência, um dos fragmentos das *Geórgicas* identificado por Avelino de Jesus da Costa contém uma das utilizações da palavra *pestis*³²⁵.

Célebre tratadista, Vitruvius (c. 80 a.C.- c. 15 a.C.) faz uso da palavra pestilento (*pestilens* em diversos casos) no primeiro dos dez livros do seu *De architectura*, dedicado a conceitos de medicina, matemática, arte, literatura e outras áreas do conhecimento, cujo domínio o autor considerava uma obrigação do arquiteto, que aquele concebia como polímata. Surgindo oito vezes, o autor usa o conceito de pestilento para se referir às qualidades de diferentes locais de acordo com as suas características naturais, na linha da ‘climatologia médica’ hipocrática, opondo locais “pestilentos” a locais “sadios”³²⁶. Esta utilização é particularmente interessante, pois faz-se fora do âmbito literário e simbólico, movendo-se num plano bem mais técnico, concreto e até *científico*. Porém, ainda que se tenha refutado há décadas que a redescoberta de Vitruvius se teria dado apenas no século XV³²⁷, a difusão do seu tratado antes de 1500 não se faz com o mesmo

Évora; seria interessante tentar reconstituir o seu possível trajeto, ainda que conjectural, desde a sua produção até à destruição da maioria do manuscrito e conseqüente aproveitamento de fragmentos para capa de livros.

³²² COSTA – *Geórgicas...*, p. 226.

³²³ COSTA – *Geórgicas...*, p. 226.

³²⁴ *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 259.

³²⁵ COSTA – *Geórgicas de Virgílio...*, p. 244.

³²⁶ VITRÚVIO - *Tratado de Architectura*. Tradução de Manuel Justino Pinheiro Maciel. 3ª ed. Lisboa: IST Press, 2009. ISBN 978-972-8469-43-6, p. 33, 39, 42-45. Manuel Justino Maciel traduz o adjetivo pestilento de várias formas, dependendo do contexto, para o aproximar dos diversos significados que o Autor clássico lhe imprime conforme a frase. Assim, tanto usa o literal pestilento, como insalubre, doentio e prejudicial.

³²⁷ KRINSKY, Carol Herselle - “Seventy-Eight Vitruvius Manuscripts.” *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 30, 1967, p. 36–70. DOI: 10.2307/750736; CIAPPONI, Lucia A. – Vitruvius. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 3 (1976), p. 400-401.

alcance de outros autores aqui referidos³²⁸. Não há provas da sua circulação na Península Ibérica antes do século XV, e a sua influência também teria sido limitada. As ideias de meteorologia e climatologia médicas seriam conhecidas, mas através de outros autores e, com eles, o conceito de ares e locais pestilentos e a influência que estes tiveram na teoria dos miasmas.

Este itinerário por alguns dos mais notáveis autores da Antiguidade Latina serve, sobretudo, para demonstrar a variedade de usos da palavra *pestis* e das que dela derivam. Seja por conhecimento direto, seja por transmissão indireta, é possível demonstrar as diversas circunstâncias em que a palavra peste e as suas variantes são aplicadas: como metáfora, como símbolo, como alegoria – enfim, um plano literário e filosófico que aproveita e reforça a negatividade do conceito, ainda que lhe permita um sentido alargado; como adjetivo qualificativo de locais e circunstâncias objetivamente prejudiciais, como regiões insalubres, ares corrompidos e meios doentios, perigosos para a saúde física e ameaçadores para os indivíduos ou grupos que neles se movem ou fixam. Por vezes, parece haver uma certa preferência pelo uso da forma *pestilentia* quando se fala de uma doença - epidémica ou não, factual ou metafórica -, enquanto formas como *pestis* parecem ser empregues com um sentido mais genérico. Porém, falamos de um conjunto de palavras com sentido plástico e que é usado amiúde. Uma semântica rica e útil para caracterizar e – sabemos hoje – resgatar a memória e identificar corretamente o regresso de um mal que séculos antes havia varrido o mesmo território, com consequências semelhantes.

2.4 – Cristãos Latinos (antes do Ano 1000)

A longa transição da Antiguidade latina para a Idade Média ocidental é multissecular e, no plano intelectual, faz-se através da pena de diversos autores, responsáveis por tornar a filosofia inequivocamente cristã, filtrando os escritos anteriores, mas preservando-os, também, pelo respeito e reverência que por eles cultivavam. Muitos

³²⁸ O único testemunho que se conhece de um manuscrito de Vitruvius na Península Ibérica medieval provém do inventário da biblioteca do antipapa Bento XIII, o célebre Papa Luna, durante a sua derradeira e isolada estadia no castelo valenciano de Peñíscola, já nos primeiros anos do século XV. FAUCON, Maurice - *La librairie des papes d'Avignon ; sa formation, sa composition, ses catalogues (1316-1420) d'après les registres de comptes et d'inventaires des archives vaticanes*. Tome Second. Paris : Ernest Thorin Éditeur, 1887, p. 128. Disponível em <https://archive.org/details/lalibrairiedespa02fauc> (consultado em 31 de janeiro de 2020).

destes homens são considerados por uma ou mais igrejas como seus *Doutores*. A Patrística latina, menos representada do que a grega a princípio, mas igualmente profícua, impõe-se e torna-se canónica. Procurando atravessar a ponte entre épocas que estes primeiros autores cristãos representam, este subcapítulo explora o uso do léxico da peste em alguns dos mais notáveis autores da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média latinas: Ambrósio de Milão, Agostinho de Hipona, Idácio de Chaves, Boécio, Cassiodoro, Martinho de Dume, Gregório Magno, Gregório de Tours, Isidoro de Sevilha, Beda, o Venerável, e Alcuíno.

Ambrósio de Milão (c. 340-397) é um dos padres latinos da igreja, e constitui uma influência de primeira importância. O arcebispo milanês foi muito mais do que um exegeta, e a sua ação teológica e eclesiástica não pode ser dissociada da sua importância política e social na corte imperial do seu tempo. Ambrósio de Milão deixou uma obra vasta, da qual sobrevivem tratados de diversos temas e âmbitos, da música religiosa aos comentários bíblicos. Entre essas obras, encontramos oito variantes da palavra *pestis*³²⁹, num total de dezena e meia de utilizações, espalhadas por sete obras³³⁰. Os tipos de uso que Ambrósio de Milão emprega são próximos daqueles que encontraremos em autores cristãos ao longo dos mil anos seguintes. Um dos tratados que mais usos faz é a sua *Expositio Evangelii secundum Lucam*; esta abundância, comum nos comentários a este evangelho, remete sempre para a referência feita a presságios apocalípticos no futuro, onde se incluem pestes³³¹. Outra utilização típica dos autores cristãos tardoantigos e medievais é a da peste ou contágio como metáfora para as heresias: neste caso pioneiro Ambrósio usa-o contra o marcionismo, o valentianismo e o maniqueísmo³³². Ainda hoje, sobrevivem em Portugal manuscritos contendo obras ambrosianas³³³. A influência de

³²⁹ *Pestes, pestem, pestilentes, pestiferi, pestiferis, pestilentia, pestilentiae, pestilentium.*

³³⁰ *Expositio Evangelii secundum Lucam* (quatro referências), *De Officiis Ministrorum* (três referências), *Epistolarum classis* (quatro usos), *Hexaameron*, *De Fide ad Gratianum Augustum*, *De Noe et Arca*, *De Incarnationis Dominicae Sacramento* (um uso cada).

³³¹ Lc 21, 10-11.

³³² *Hexaameron*, 1, 8, 30 - *Hinc Marciones, hinc Valentini, hinc pestes illae Manichaeorum funesta sanctorum mentibus tentaverunt inferre contagia.*

³³³ Os manuscritos referidos são de Santa Cruz de Coimbra, produzidos nos séculos XII e XIII. Os de Alcobaça, por exemplo, estão criticamente datados do século XV. *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 38, Vol. II, p. 187; NASCIMENTO, MEIRINHOS – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão...*, p. 243-245, 271-274.

Ambrósio de Milão, diretamente e por intermédio de vultos tão fundamentais como Agostinho de Hipona, não pode ser menosprezada.

Agostinho de Hipona (354-430), bispo norte-africano e figura maior da definição do Cristianismo enquanto religião organizada e assente numa doutrina filosófico-teológica, é um dos mais influentes pensadores da Igreja, e, talvez, o mais importante dos padres latinos da Igreja. A maioria dos autores abre o catálogo de filosofia medievá com Agostinho de Hipona, precisamente porque marca o início de uma nova era³³⁴. A sua vasta obra, com mais de uma centena de títulos sobreviventes, é estruturante e conheceu uma difusão praticamente inigualável. Os seus *opera magna* – *De Doctrina Christiana*, *De Trinitate*, as suas *Confessiones* e, acima de todos, *De civitate dei* –, foram transmitidos e retransmitidos incontáveis vezes ao longo da Idade Média. A combinação da obra extensa com a formação excepcional de Santo Agostinho torna os seus escritos um verdadeiro tesouro do léxico da peste: praticamente cento e vinte ocorrências de mais de vinte formas distintas³³⁵. Entre as suas obras, surge com grande destaque *De civitate dei*³³⁶ (41 ocorrências), seguida pelos seus *Sermones* (25 usos), por diversas *Epistolae* agostinianas (23), pelas *Confessiones* (com 9), com outras duas dezenas espalhadas por várias obras menores representativas. Como seria de esperar, os adjetivos pejorativos e as metáforas negativas são a maioria dos usos. Dada a abundância de testemunhos, recorrerei a amostras mais expressivas. Como veremos, as heresias são e serão um alvo frequente nas metáforas pestíferas, e Agostinho de Hipona foi contemporâneo de várias das mais marcantes dos primeiros séculos de Cristianismo³³⁷.

³³⁴ KENNY, Anthony – *Filosofia Medieval*. Tradução de António Infante. Lisboa: Gradiva, 2010, p. 17-32, 133-137, 175-181, 195-198, 234-243, 297-302.

³³⁵ *peste* (17), *pestem* (12), *pestes* (9), *pestibus* (2), *pestifera* (13), *pestiferae* (2), *pestiferam* (1), *pestiferis* (2), *pestiferum* (2), *pestilens* (1), *pestilentia* (23), *pestilentiae* (9), *pestilentiam* (7), *pestilentiaque* (1), *pestilentiarum* (2), *pestilentibus* (1), *pestilentiosis* (2), *pestilentioso* (1), *pestilentiosum* (1), *pestis* (9), *pestium* (2)

³³⁶ No caso de *De Civitate Dei* usei a tradução portuguesa publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian: AGOSTINHO, Santo – *A Cidade de Deus*. Tradução de João Dias Pereira. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 3 volumes.

³³⁷ É disso exemplo o capítulo em que o bispo de Hipona explica que até conhecendo as heresias se robustece a fé: *Qui ergo in ecclesia Christi morbidum aliquid pravumque sapiunt, si correpti, ut sanum rectumque sapiant, resistunt contumaciter suaque pestifera et mortifera dogmata emendare nolunt, sed defensare persistunt, haeretici fiunt et foras exeuntes habentur in exercentibus inimicis. De Civitate Dei, lib. VIII, cap. LI; AGOSTINHO – *A Cidade de Deus...*, vol. III, p. 1845-1846.*

Por outro lado, Agostinho faz já eco de referências bíblicas latinas, como no comentário que faz aos salmos nas *Enarrationes in Psalmos*³³⁸. Sobre pestilências históricas, Agostinho não fala muito, mas, quando o faz, usa-as para construir o seu discurso. Nesse sentido, um capítulo particularmente esclarecedor é o XVII do livro III do *De civitate dei*, no qual o bispo de Hipona pretende expor a falibilidade (e conseqüente inexistência) dos deuses pagãos, percorrendo os desastres da história romana onde essas divindades de nada valeram aos seus adoradores. Entre os desastres enumerados, pontuavam pelo menos cinco episódios de epidemias ocorridos durante o período republicano³³⁹.

A sua influência em Portugal não podia ser maior. Em primeiro lugar, há a difusão que vem da própria Antiguidade Tardia, difícil de medir através de vestígios sobreviventes, mas sensível na influência exercida noutros autores; em segundo lugar, a renovação cultural coincidente com a introdução da liturgia romana e do monaquismo de modelos transpirenaicos trouxe, por exemplo, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, regidos por uma regra da autoria do bispo de Hipona e promotores do seu patrono; em terceiro, o chamado *Renascimento* do século XII, o desenvolvimento do ensino que conduziu ao aparecimento das universidades e a cada vez maior preparação intelectual dos clérigos, assente não só nas grandes figuras da Antiguidade pagã, como Aristóteles, mas também na patrística e nos filtros que esta criou a esses autores. Assim, a quantidade de manuscritos com obras de Agostinho de Hipona em Portugal é, ainda hoje, notável, com dezenas de testemunhos medievais³⁴⁰.

A crónica de Idácio, bispo de Chaves (c. 385- c. 468), escrita na fase final do domínio imperial romano na Península Ibérica, é uma fonte fundamental para este período particularmente convulsivo³⁴¹. Representante de um estilo que conheceria larga

³³⁸ *In Psalmum XXXIX. Sermo ad Populum*, 14.

³³⁹ AGOSTINHO – *A Cidade de Deus...*, vol. I, lib. III, cap. XVII, p. 329-335.

³⁴⁰ As proveniências são diversas: os mosteiros do Lorvão, de Santa Cruz de Coimbra, de Alcobaça, de São Vicente de Fora: *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 38, 164, 188, 193-195, 217, 218, 224, 231 e 235, Vol. II, p. 146, 153, 160, 161, 163, 166, 187; NASCIMENTO, MEIRINHOS – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão...*, p. 96-103, 106-108, 128, 168-179, 243-250, 271-274, 350; CAEIRO – *Fontes Portuguesas...*, p. 149. Se quisermos prolongar a cronologia do impacto da obra agostiniana em Portugal, é útil a consulta de: DOMINGUES, Joaquim; GALA, Elísio; GOMES, Pinharanda – *Santo Agostinho na Cultura Portuguesa. Contributo Bibliográfico*. Lisboa: Fundação Lusíada, 2000.

³⁴¹ Além da edição crítica do texto latino e respetiva tradução em francês feita por Alain Tranoy e citada adiante, recorri igualmente à tradução portuguesa, pouco posterior, de José Cardoso: *Crónica de Idácio*.

fortuna nos séculos subsequentes, é o mais antigo autor ibérico cristão presente nesta lista de autores, o que o reveste de uma dupla importância numa eventual transmissão vocabular. O tom de Idácio, quase milenarista, é próprio do Hispano-Romano combatendo com os seus recursos – neste caso intelectuais e, até certa medida, políticos – um ‘invasor’ que, aos seus olhos, é incivilizado e brutal. O recurso a imagens bíblicas e a interpretações profundamente negativas leva-o a recorrer à palavra *pestilentia* cinco vezes e uma a *pestiferum*, num texto que é relativamente curto³⁴². A utilização de *pestilentia* faz-se para referir uma peste que grassaria na Hispânia em 410 – o mesmo em que os visigodos, comandados por Alarico I, saqueiam Roma, evento que terá profundo impacto, por exemplo, em Santo Agostinho –, numa coincidência bíblica com a invasão de vários grupos tribais germânicos, evocando-se, entre as referências a uma peste que o cronista refere como real, a clássica imagem do perecimento pela fome, pela peste e pela guerra, aqui enriquecida num segundo momento por um quarto elemento, uma quarta “praga”, as bestas, os animais selvagens que, habituados ao gosto da carne humana colhida nos cadáveres abandonados, a passam a procurar nos homens vivos. A imagem descrita é extremamente negativa.

Ainda que seja difícil determinar a difusão da sua obra no próprio território do qual era natural, e não sobrevivendo qualquer manuscrito com a sua crónica em Portugal³⁴³, sabemos que esta era conhecida e utilizada, sendo mais uma daquelas que foram reunidas no processo entre Santiago de Compostela e Braga para determinar o direito de primazia sobre a diocese do Porto, no final do século XII³⁴⁴. Idácio afigura-se como uma autoridade regional relevante na Plena Idade Média, e o seu discurso milenarista que mistura referências bíblicas onde a figura da peste é protagonista, epidemias históricas e insultos como *pestiferum inimici*, pode ter sido recurso intelectual para os letrados do Noroeste peninsular que, em meados do século XIV, redescobriam a Peste da forma mais dura.

Descrição da Invasão e Conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V). Versão e anotações de Jose Cardoso. Braga: Universidade do Minho, 1982.

³⁴² HYDACE – *Chronique*. Introduction, texte critique et traduction par Alain Tranoy. Paris : Les Éditions du Cerf, 1974. Tome I, p. 35-49.

³⁴³ HYDACE – *Chronique...*, tome I, p. 62-70.

³⁴⁴ COSTA - *Geórgicas de ...*, p. 227.

Boécio (c. 480-c.525), “o último intelectual antigo”, nas palavras de Michel Banniard³⁴⁵, é um dos mais notáveis autores dos séculos V e VI latinos. De proveniência aristocrática e educação cuidada, o seu brilhantismo e as relações familiares certas acabam por conduzi-lo ao alto oficialato do rei ostrogodo Teodorico, onde terá convivido com Cassiodoro³⁴⁶. A sua posição ambígua em relação ao poder germânico acabou por fazê-lo cair em desgraça perante o monarca godo, sendo condenado à morte. Se este desfecho interrompeu prematuramente o seu projeto pessoal de traduzir para latim todas as obras de Platão e Aristóteles – do qual conseguiu traduzir apenas alguns tratados e comentar outros³⁴⁷ –, tanto pelo interesse do seu conteúdo, como pelo cada vez menor número de falantes do grego no território do antigo Império Romano do Ocidente, permitiu que Boécio redigisse, na prisão e perante a eminência da sua execução, uma das obras mais influentes da filosofia tardo-antiga: *De Consolatione Philosophiae*, a “Consolação da Filosofia”³⁴⁸. Com inegável cunho neoplatónico, este tratado reflete sobre a condição do Homem, sobre a sua liberdade individual e a responsabilidade, sobre o Bem e o Mal, tudo sob um sentimento cristão de dignidade perante uma morte injusta – como a sua –, que não o conduz, porém, à revolta. Complementar, o trabalho de Boécio na área das artes liberais, sobretudo naquilo que hoje consideraríamos ciências naturais e exatas, pavimentou o caminho para a sua perenidade ao longo dos séculos de mutação da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média³⁴⁹. Entre os seus tratados filosóficos, comentários e opúsculos, Boécio recorre apenas três vezes ao léxico da peste, todas elas em *De Consolatione Philosophiae*: no primeiro caso, invocando a *República*, de Platão, sublinha como os cidadãos devem combater os perniciosos e como é obrigação dos mais preparados evitar que isso aconteça e assumir responsabilidades³⁵⁰; no segundo caso, o autor questiona-se se

³⁴⁵ BANNIARD, Michel – *Génesse Cultural da Europa. Séculos V-VIII*. Tradução de Alice Nicolau. Lisboa: Terramar, 1995, p. 140-144.

³⁴⁶ MOORHEAD, John - Boethius' life and the world of late antique philosophy. In MARENBNON, John, *The Cambridge Companion to Boethius*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 13-33.

³⁴⁷ EBBESEN, Sten - The Aristotelian commentator. In MARENBNON, John, *The Cambridge Companion to Boethius*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 35-55.

³⁴⁸ Além dos textos latinos contidos nas já referidas bases de dados (Latin Library e Monumenta.ch), para o *De Consolatione Philosophiae* recorri à edição bilingue (latina e inglesa) da Harvard University Press - BOETHIUS – *Tractates, De Consolatione Philosophiae*. Translated by H. F. Stewart and E. K. Rand. Cambridge: Harvard University Press, 1968.

³⁴⁹ MOORHEAD – Boethius' life..., p. 28.

³⁵⁰ I.4 - *atqui tu hanc sententiam Platonis ore sanxisti beatas fore res publicas si eas vel studiosi sapientiae regerent vel earum rectores studere sapientiae contigisset. tu eiusdem viri ore hanc sapientibus*

haverá peste que possa ferir mais do que um inimigo familiar³⁵¹, numa expressão que conhecerá uma fortuna inesperada na Baixa Idade Média peninsular, como ser verá na análise das *Siete Partidas*; enfim, uma derradeira utilização, recorrendo a *pestis* para definir o mal que se abate sobre os marinheiros de Ulisses, rendidos à sua ambição³⁵². Todos os usos encaixam, assim, no grupo das metáforas e usos simbólicos do léxico da peste. Apesar dos escassos vestígios materiais da circulação de Boécio em Portugal³⁵³, e da utilização residual do léxico da peste, a sua influência ao longo de toda a Idade Média não nos permite ignorá-lo enquanto parte das fontes a consultar³⁵⁴. De resto, e como ficará evidente na análise das *Siete Partidas*, é precisamente o uso residual que Boécio faz do léxico da peste que exerce influência vocabular nesse conjunto legislativo e, assim, nos fornece um dos mais antigos exemplos do uso da palavra *pestilência* em línguas vernaculares ibéricas.

Cassiodoro (490-583) é um dos autores latinos mais influentes na primeira era após a queda do Império Romano do Ocidente³⁵⁵. Alto responsável na corte do rei ostrogodo Teodorico (r. 474-526), foi estadista, pedagogo e recolector prolífico e multidisciplinar, talvez devido à sua percepção do fim de um tempo e início de outro. Tal como Boécio, seu contemporâneo, foi tanto representante de uma tradição latina como de uma nova cultura cristã. As suas últimas décadas de vida foram dedicadas ao seu mosteiro de Vivarium, onde promoveu uma política ativa de ensino de artes liberais e, mais importante, uma cópia sistemática e permanente de manuscritos, num gesto que, não sendo inédito, era novidade pela escala e motivação. A experiência monástica

capessendae rei publicae necessariam causam esse monuisti, ne improbis flagitiosisque civibus urbium relicta gubernacula pestem bonis ac perniciem ferrent. BOETHIUS – *Tractates...*, p. 142-145.

³⁵¹ III.4 - *Quae uero pestis efficacior ad nocendum quam familiaris inimicus?* BOETHIUS – *Tractates...*, p. 246-247.

³⁵² IV.3 - *Sed licet uariis malis*

Numen Arcadis alitis

Obsitum miserans duces

Peste soluerit hospitis,

lam tamen mala remiges - BOETHIUS – *Tractates...*, p. 320-321.

³⁵³ Restam duas cópias incompletas da *Consolação da Filosofia* no acervo que pertenceu ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, preservado na Biblioteca Municipal do Porto. Estão criticamente datadas do século XIV. NASCIMENTO, MEIRINHOS – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão...*, p. 96-103.

³⁵⁴ NAUTA, Lodi - *The Consolation: the Latin commentary tradition, 800–1700.* In MARENBNON, John, *The Cambridge Companion to Boethius.* Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 255-278; WETHERBEE, Winthrop - *The Consolation and medieval literature.* In MARENBNON, John, *The Cambridge Companion to Boethius.* Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 279-302.

³⁵⁵ BANNIARD – *Génesse Cultural...*, p. 144-149.

conduzida por Cassiodoro foi decisiva e influente³⁵⁶, ainda que muitos daqueles que recorreram à sua obra, ao longo da Idade Média, soubessem pouco sobre o autor. A obra sobrevivente de Cassiodoro é vasta, com quase vinte títulos. A extensão do número e tamanho dos trabalhos fornece-nos mais de meia centena de usos da palavra *pestis* ou de dezoito das suas derivadas³⁵⁷. A difusão das suas obras pela Cristandade faz-se com sucesso desde a Alta Idade Média. Porém, são quase inexistentes os testemunhos de obras de Cassiodoro em Portugal, quer em manuscritos sobreviventes, quer em referências a manuscritos perdidos, e a sua influência indireta não é tão evidente como a de Boécio, por exemplo. Mesmo assim, o uso considerável e eclético do léxico da peste torna-o um autor potencialmente importante neste lote.

Autor de enorme relevância no espaço peninsular, sobretudo no Noroeste Galaico-Suevo, Martinho de Dume (c. 510-579) marcou profundamente o primeiro Cristianismo hispânico. Provavelmente originário da Panónia, acaba por se fixar na antiga Gallaecia, onde os Suevos haviam estabelecido o seu reino, acabando por convertê-los ao Catolicismo, em detrimento da fé ariana que professavam anteriormente. Por outro lado, combateu a espiritualidade popular pré-cristã - romana e pré-romana -, profundamente enraizada no espaço galaico³⁵⁸, sendo uma das suas iniciativas 'despaganizantes' mais perenes a mudança dos nomes dos dias da semana, deixando cair as referências pagãs em detrimento de uma numeração inofensiva. Além da sua ação missionária, tem um papel determinante na estruturação da igreja do noroeste peninsular, através do seu papel de arcebispo bracarense e líder *de facto* da igreja na antiga Galécia. Como foi já referido, Martinho de Dume foi sobretudo um divulgador de Séneca, privilegiando a moral e o estoicismo deste³⁵⁹. Os seus tratados, geralmente breves, também fazem uso de palavras formadas a partir de *pestis*, mas em

³⁵⁶ JONES, Leslie W. - The Influence of Cassiodorus on Mediaeval Culture. *Speculum* 20:4 (1945), p. 433-442. doi:10.2307/2856740.

³⁵⁷ Para os textos latinos de Cassiodoro, recorri à base de dados alojada no endereço monumenta.ch. Para demonstrar a utilidade desta ferramenta dinâmica, optei por, neste caso, deixar o link para o resultado da procura, em vez de me limitar a copiar os resultados:

http://monumenta.ch/latein/advwortliste.php?suchbegriff2=pest&binary=&modif=&domain=&lang=0&tabelle=Cassiodorus&id=&kkwlaus=wl_tabelle&von=advsuchen&suchbegriff=pest&target=

³⁵⁸ MEIRINHOS, José Francisco - Martinho de Braga e a compreensão da natureza na alta Idade Média (séc. VI): símbolos da fé contra a idolatria dos rústicos. In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2006, vol. 2, p. 395-414.

³⁵⁹ BLUCHER - *Séneca en España...*, p. 32-42.

pequeno número. São três os testemunhos: o primeiro encontra-se no tratado moral *Pro repellenda jactantia*, um tratado contra a vaidade e a soberba, onde *pestiferat* é usado para descrever como a “doença do orgulho” “empesta por todos os lados e ulcera os incautos”, segundo a tradução portuguesa³⁶⁰; o segundo provém de outro opus moralista, *De superbia*, onde *pestiferis* tem, uma vez mais, utilidade como adjetivo pejorativo, nas “raízes perniciosas” da soberba³⁶¹. O terceiro e último exemplo está contido na epístola dirigida ao bispo Bonifácio, conhecida por *De trina mersione*³⁶², sobre uma polémica relacionada com a prática *arianizante* de três imersões no batismo, usada por alguns católicos hispânicos, e onde se fala das heresias do arianismo e sabelionismo, que designa como *pestis*. Não da autoria de Martinho de Dume, mas intimamente ligado a si, podemos referir o I Concílio de Braga (561), reunido para condenar a heresia priscilianista, e onde um dos cânones emanados compara o priscilianismo a um *contagio*, a erros infetados por uma pestilência (*ipsius erroris pestilentia sit infectus*). Uma vez mais, surge a metáfora da peste para descrever as heresias. Se Martinho de Dume teve uma tradição textual nem sempre clara, sabemos que houve manuscritos das suas obras a circularem em espaço português no período que antecedeu a peste, com testemunhos dos séculos XII e XIV, provenientes de Alcobaça e Braga, respetivamente³⁶³, ainda que estes pequenos tratados morais possam ter circulado menos do que tratados como a *Formula vitae honestae* e o *De correctione rusticorum*.

O romano Gregório Magno (540-604) possuía ascendência aristocrática e pertencia à elite da Roma do seu tempo³⁶⁴. Nascido pouco antes da eclosão da Peste de Justiniano (541), ascende à cadeira de Pedro após o seu antecessor, Pelágio II (579-590) ter morrido durante uma das recorrências da primeira pandemia de peste, em 590, ainda que não se saiba se vitimado pela doença ou não³⁶⁵. Assim, a vida deste papa,

³⁶⁰ MARTINHO DE DUME, São - *Opúsculos morais*. Introdução e tradução de Maria de Lourdes Sirgado Ganho, Luís Manuel Ventura Bernardo, Alcino Baptista Ferreira, Ricardo Jorge Guerreiro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 64-65.

³⁶¹ MARTINHO DE DUME – *Opúsculos morais...*, p. 78-79.

³⁶² SOARES, Luís Ribeiro – *A Linhagem Cultural de S. Martinho de Dume e outros estudos dumienses*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, p. 22-33.

³⁶³ Trata-se de testemunhos da *Formula vitae honestae*. *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 170, Vol. II, p. 45.

³⁶⁴ BANNIARD – *Génese Cultural...*, p. 149-154.

³⁶⁵ MORDECHAI – *Rejecting Catastrophe...*, p. 19-21.

autor respeitado e difundido ainda em vida, está intimamente ligada ao flagelo da Primeira Pandemia, tornando duplamente relevante a exploração da sua vasta obra.

Os seus célebres *Diálogos*, o tratado de moral bíblica *Moralia in Iob*, o *Liber regulae pastoralis*, muitos sermões e perto de um milhar de epístolas trocadas com dezenas de correspondentes, fornecem uma imagem viva do autor, do seu pensamento e do seu discurso. Como não poderia deixar de ser, mesmo buscando apenas entre as obras mais emblemáticas, Gregório Magno recorre ao léxico da peste quase oito dezenas de vezes, em perto de vinte formas derivadas de *pestis*³⁶⁶. Metade destas ocorrências (39 em 77) encontram-se num dos tratados mais difundidos e influentes de Gregório Magno, *Moralia in Iob*. Outro conjunto importante de usos está no seu *corpus* epistolográfico, com 21 utilizações. As restantes distribuem-se entre as suas *Homiliae in Evangelia* (10) e os seus *Dialogi* (com 7). Focando-me nos exemplos dos *Moralia in Iob*, percebe-se rapidamente que os usos do santo pontífice não diferem consideravelmente da maioria dos seus antecessores e de boa parte dos que lhe sucederam: sobretudo metáforas e adjetivos depreciativos. Há referências bíblicas e condenação de práticas heterodoxas, mas as referências a episódios históricos de peste rareiam – algo surpreendente, tendo em conta a proximidade cronológica da Peste de Justiniano e das suas primeiras réplicas.

A influência de Gregório Magno ao longo de toda a Idade Média é inegável. Em Portugal, temos notícias ou sobrevivência de códices com obras suas no mosteiro (depois colegiada) de Guimarães, logo no século X³⁶⁷, nos mosteiros de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra³⁶⁸ e São Vicente de Fora³⁶⁹, para os séculos XII e XIII, mas a difusão deveria superar largamente os testemunhos sobreviventes. Gregório Magno foi testemunha de surtos de peste, tal como os seus autores coevos, e, mesmo não os

³⁶⁶ *Peste* (11), *pestem* (5), *pestes* (2), *pestibus* (1), *pestifer* (3), *pestifera* (10), *pestiferae* (11), *pestiferam* (2), *pestiferas* (2), *pestifere* (2), *pestiferis* (2), *pestifero* (1), *pestiferum* (3), *pestilente* (1), *pestilentia* (5), *pestilentiae* (10), *pestilentiam* (1), *pestilentias* (1), *pestis* (4).

³⁶⁷ No seu testamento, datado de 959, a condessa Mumadona Dias doa ao Mosteiro de Guimarães um *liber dialogorum* e um *moralium* que, provavelmente correspondem aos *Diálogos* e à *Moralia in Iob* de Gregório Magno. Não temos notícias posteriores sobre estes e os restantes manuscritos doados pela condessa ao cenóbio vimaranense. *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1867-1873, doc. 76, p. 47.

³⁶⁸ NASCIMENTO, MEIRINHOS – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão...*, p. 223-225, 312-316.

³⁶⁹ CAEIRO – *Fontes Portuguesas...*, p. 149-151.

referindo com frequência na obra sobrevivente, o seu léxico é mais um entre os que podem ter influenciado o leitor de meados do século XIV.

Gregório de Tours (c. 538-594) é um dos mais importantes historiógrafos da Antiguidade Tardia merovíngia. Próximo da realeza franca e bispo de Tours - a mais importante diocese da Gália tardoantiga pela sua ligação à figura de São Martinho de Tours - foi contemporâneo e conhecedor de Gregório Magno³⁷⁰, mas também de Martinho de Dume³⁷¹ e Isidoro de Sevilha. A densidade dos seus relatos, sobretudo aqueles contidos nos *Decem Libri Historiarum* - os dez livros de história mais conhecidos pelo título de *Historia Francorum*, e que na sua maioria relatam acontecimentos do século VI -, torna-o uma fonte primordial para o estudo da Gália Merovíngia e do Mediterrâneo Ocidental nesse período pouco documentado. Prova disso é o número extraordinário de autores que o utilizam como fonte, nem sempre referida, para os mais variados propósitos, do século VI ao advento da imprensa³⁷². Apesar de a sua obra ser uma das fontes mais importantes para o estudo da Peste no Mediterrâneo Ocidental durante a Primeira Pandemia – sobretudo para as recorrências do final do século VI –, são poucas as vezes que o prelado turonense emprega o léxico da peste, um total de sete usos de cinco formas: *peste*, *pestem*, *pestiferae*, *pestiferum* e *pestilentiae*. Esta ausência é mais significativa pela distinção entre surtos de peste da Primeira Pandemia e outros fenómenos epidémicos. O bispo de Tours prefere usar outras expressões, igualmente genéricas, como quando fala da grande doença que teria devastado toda a região durante o conflito com os saxões que o rei franco Childerico I (r. 457-481) travava, por volta de 470. Gregório de Tours diz que *Magna tunc lues populum devastavit*³⁷³. De facto, o estado atual dos conhecimentos diz-nos que esta doença, epidémica ou não, não poderia ser peste, tendo acontecido sete décadas antes da eclosão da Peste de Justiniano. Porém, no caso da epidemia descrita no reinado de Sigeberto I (r. 561-575), podia já tratar-se de peste, ainda que as expressões como *pestis* ou *pestilentia* não sejam empregues³⁷⁴. Assim, no caso de Gregório de Tours, os relatos de fenómenos

³⁷⁰ BANNIARD – *Génese Cultural...*, p. 154-159.

³⁷¹ MEIRINHOS - Martinho de ..., vol. 2, p. 409-411.

³⁷² CONTRENI, John J. – Gregorius Turonensis. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 10 (2011), p. 55-62.

³⁷³ HF, liv. II, cap. 18.

³⁷⁴ O cronista prefere expressões diversas como *infirmitate* ou *clade*, ainda que a descrição pareça remeter, efetivamente, para um surto de peste bubónica: *lam vero adveniente ipsa clade, tanta strages*

epidémicos que serão peste não são descritos recorrendo a um vocabulário mais específico ou concreto. Talvez seja testemunho de uma fase de definição nos territórios do antigo Império Romano do Ocidente, ultrapassada anos mais tarde, quando Isidoro de Sevilha descreveu o fenómeno com precisão, empregando o léxico da peste. Como ficou provado noutros casos, nem sempre a escassez do uso do vocabulário ou de testemunhos manuscritos em Portugal³⁷⁵ resultam numa importância menor neste tipo de léxico, e Gregório de Tours não pode ser descartado como uma influência.

Santo Isidoro (560-636), bispo de Sevilha entre 601 e 636 (prelatura na qual sucedeu ao seu igualmente notável irmão, Leandro de Sevilha) foi um dos mais prolíficos escritores da Antiguidade Tardia. A sua obra cobre todos os temas: história e cronística, história natural, teologia, exegese bíblica, e todos estes e muitos outros nas suas *Etimologias*, obra de cariz enciclopédico e o seu *magnum opus*³⁷⁶. A sua *Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum*, por exemplo, é um dos textos historiográficos mais importantes da Antiguidade Tardia hispânica e uma influência fundamental em muitos textos do estilo, datados dos últimos séculos da Idade Média – entre os quais vários analisados adiante. As *Etimologias* foram uma das obras com maior difusão em toda a Idade Média, sobrevivendo abundantes testemunhos manuscritos ou memória documental da sua existência, um pouco por todo o Ocidente Latino. Também

de populo illo facta est per totam regionem illam, ut nec numerari possit quanta ibidem ceciderint legiones. Nam cum iam sarcofagi aut tabulae defecissent, decem aut eo amplius in una humi fossa sepeliebantur. Numerata sunt autem quadam Dominica in una beati Petri basilica trecenta defunctorum corpora: erat enim et ipsa mors subita. Nam nascente in inguine aut in ascella vulnere in modum serpentis, ita inficiebantur homines illi a veneno, ut die altera aut tertia spiritum exhalarent. Sed et sensum vis illa veneni auferebat ab homine. Tunc et Cato presbyter mortuus est. Nam cum de hac lue multi fugissent, ille tamen populum sepeliens, et Missas dicens viritim, nunquam ab eo loco discessit. Hic autem presbyter multae humanitatis, et satis dilector pauperum fuit: et credo haec causa ei, si quid superbiae habuit, medicamentum fuit. Cautinus autem episcopus, cum diversa loca, hanc cladem timens, circumisset, ad civitatem regressus est, et hanc incurrens, parasceve Passionis dominicae obiit. Nam ipsa hora et Tetradius consobrinus eius mortuus est. Tunc et Lugdunum, Biturix, Cavillonum atque Divionum ab hac infirmitate valde depopulata sunt. HF, liv. IV, cap. 31.

³⁷⁵ Até ao momento, estão identificados apenas dois códices com excertos da obra de Gregório de Tours em Portugal, ambos pertencentes à antiga livraria do Mosteiro de Alcobaça e datados do final do século XII. No primeiro caso, entre os vários excertos, sobretudo de hagiografia, há também alguns fólios com matéria da *Historia Francorum*, não identificados na lista que John J. Contreni reuniu. No segundo manuscrito, há apenas um pequeno excerto da *Liber in gloria martyrum*. BNP, *Manuscritos*, Alcobaça 245 e 334; CONTRENI – Gregorius Turonensis..., p. 69-71.

³⁷⁶ Para todas estas questões, a introdução geral feita por Manuel C. Díaz y Díaz à edição bilingue latino-castelhana fornece uma análise detalhada e abrangente. ISIDORO DE SEVILHA, Santo – *Etimologias*. Edición bilingüe preparada por Jose Oroz Reta y Manuel A. Marcos Casquero; introducción general por Manuel C. Díaz y Díaz. 2 vols. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982-1983. Vol. I, p. 5-257.

no território que depois viria a ser Portugal, a sua existência está seguramente documentada desde o século X³⁷⁷. Já no final do século XII, por exemplo, as suas obras eram utilizadas no processo entre as metrópoles de Compostela e Braga na disputa pela primazia sobre o bispado do Porto³⁷⁸. Paralelamente, o bispo sevilhano é autor de vários textos historiográficos, além de obras menores em domínios tão diversos como liturgia, polémica antijudaica, questões sobre a natureza, correspondência diversa, etc. Entre as suas obras, o vocabulário da peste surge em, pelo menos, 35 casos³⁷⁹, espalhados por seis obras – *Etymologiae* (16 usos), *Chronicon* (1), *Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum* (5), *Differentiae* (5), *Sententiae* (1) e *De Rerum Natura* (7). Mais do que os habituais usos como adjetivo depreciativo ou como metáfora, destaca-se, obviamente, a descrição da peste, enquanto doença, que Isidoro faz nas *Etymologiae*³⁸⁰. O bispo hispalense não se limita a falar de doenças epidémicas em traços gerais – a *pestilentia* que descreve é a peste bubónica que afetou o Mediterrâneo nas décadas anteriores à redação desta obra, e ainda regressaria algumas vezes até ao final da Primeira Pandemia. É uma das primeiras vezes – e das únicas, antes da Peste Negra – que o conceito e o vocabulário coincidem nas referências à peste num texto latino, sendo os restantes testemunhos provenientes do Oriente e redigidos em grego ou árabe. A sua abundante circulação ibérica, entre cristãos do Norte e moçárabes, da Alta à Baixa Idade Média, forneceria aos seus leitores a mais precisa e útil descrição da

³⁷⁷ Outro dos manuscritos que Mumadona Dias doou ao mosteiro vimaranense foi um exemplar das *Etimologias*. PMH-DC, doc. 76, p. 47. José Mattoso deteta ainda o uso de uma paráfrase contida nas *Etimologias* num documento do Mosteiro de Leça, datado de meados do século XI, o que sugere a existência de um exemplar da obra, ou de parte, neste mosteiro. Contudo, a identificação que faz do documento (*Diplomata et Chartae* 341) não está correta, pois a expressão assinalada não está presente na transcrição no documento de Leça que corresponde a esse número. MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, p. 215, nota 149.

³⁷⁸ COSTA - *Geórgicas de Virgílio...*, p. 227.

³⁷⁹ *Peste* (3x), *pestem* (2x), *pestes*, *pestifer*, *pestiferi* (2x), *pestifera*, *pestiferum* (2x), *pestilens* (2x), *pestilentia* (5x), *pestilentiae* (3x), *pestilentiam* (6x), *pestilentias*, *pestilentibus*, *pestis* (5).

³⁸⁰ *Pestilentia est contagium, quod dum unum adprehenderit, celeriter ad plures transit. Gignitur enim ex corrupto aere, et in visceribus penetrando innititur. Hoc etsi plerumque per aerias potestates fiat, tamen sine arbitrio omnipotentis Dei omnino non fit. Dicta autem pestilentia, quasi pestulencia, quod veluti incendium depascat, ut: Toto descendit corpore pestis. Idem et contagium a contingendo, quia quemquem tetigerit, polluit. Ipsa et inguina ab inguinum percussione. Eadem et lues a labe et luctu vocata, quae tanto acuta est ut non habeat spatium temporis quo aut vita speretur aut mors, sed repentinus languor simul cum morte venit.* ISIDORO DE SEVILHA – *Etimologias...*, vol. X, Liv. 4, cap. 6.

doença que poderiam ter e, quem sabe, talvez tenha sido a primeira a ser consultada em muitas instituições eclesíásticas que a guardassem nas suas livrarias³⁸¹.

Beda, o Venerável (c. 672-735), foi uma das mais notáveis figuras da Idade Média. Polímata ao jeito de Isidoro de Sevilha, com vocação de enciclopedista, impressiona tanto mais por provir de uma área onde o verniz da romanização havia desaparecido há muito e só havia voltado pela via da cristianização, ainda recente³⁸². No entanto, o uso da língua e dos seus clássicos fazia-se vivamente, com ciência e arte, e deu origem a uma profusão de obras, das quais a maioria, mais de três dezenas, sobrevive. Este monge inglês aprendeu e ensinou sempre a partir do claustro da 'sua' abadia de Jarrow, no reino anglo da Nortúmbria, tendo feito escola e visto a sua fama espalhar-se ainda em vida. Acrescente-se ainda o pioneirismo de Beda na redação de obras não só num latim escolar de grande qualidade, mas também em inglês antigo.

Uma obra tão vasta e tematicamente variada, difundida por toda a Cristandade latina, incluindo a Península Ibérica, é uma fonte decisiva para o vocabulário da peste: quinze formas, usadas num total de sessenta vezes, espalhadas pela *Historia ecclesiastica gentis Anglorum* (com 19 ocorrências), nas suas *Homilias* (17), na sua *In Lucae Evangelium Expositio* (13), com as restantes onze distribuídas por outras cinco obras³⁸³. Tal como noutros casos, devido à grande quantidade de ocorrências, focar-me-ei nos casos em que o autor refere epidemias ou fenómenos médicos. A *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, tanto pela sua riqueza de vocabulário, como pela tipologia textual, é a obra mais relevante³⁸⁴. Um exemplo é a *pestifera mortalitas* que teria atingido a Nortúmbria durante o reinado de Osvaldo I (r. 634-642)³⁸⁵. Por outro

³⁸¹ Falando das sobrevivências em manuscritos medievais de bibliotecas portuguesas, é possível encontrar vários anteriores à peste, provenientes das livrarias dos mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra, assim como outros cuja proveniência não é clara: *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 129, 208, 224, 232, Vol. II, p. 110, 144, 175, 185; NASCIMENTO, MEIRINHOS – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão...*, p. 110-113, 164-168, 236-238. Se acrescentarmos às sobrevivências testemunhos documentais do século XIII, temos ainda as referências a códices contendo obras de Santo Isidoro na livraria do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa – CAEIRO – *Fontes Portuguesas...*, p. 150, 152.

³⁸² BANNIARD – *Génese Cultural...*, p. 163-167.

³⁸³ *Peste* (20), *pestem* (2), *pestifer* (3), *pestifera*, *pestiferae*, *pestiferas*, *pestifere* (2), *pestiferis*, *pestiferum*, *Pestilente* (2), *Pestilentia* (9), *pestilentiae* (8), *pestilentiam* (2), *pestilentis*, *pestis* (6).

³⁸⁴ Para confrontar com o texto latino, recorrerei à seguinte edição em língua inglesa: BEDE – *A History of the English Church and People*. Translated and with an Introduction by Leo Sherley-Price. Harmondsworth: Penguin Books, 1978.

³⁸⁵ Lib. IV, cap. 14; BEDE – *A History of the English...*, p. 229-232.

lado, há uma doença cuja vaga descrição sugere uma maior proximidade ao que poderá ter sido uma epidemia de bubónica, em 664³⁸⁶. Nada nos leva a crer que se trata de peste, mas é uma mortalidade “pestífera” que parece ter atingido muitos em simultâneo. São alguns dos exemplos que revelam um conhecimento um pouco mais preciso da aplicação do vocabulário latino da peste, no século VII, mesmo nas longínquas ilhas britânicas. Beda estava presente nas bibliotecas medievais portuguesas, como o atestam os ainda sobreviventes códices do século XIII que pertenceram aos mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra, respetivamente incorporados na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca Pública Municipal do Porto³⁸⁷. Entre estes, incluem-se várias homilias avulsas e exemplares de *In Lucae Evangelium Expositio*, onde o comentário de Beda recorre diversas vezes ao léxico da peste, glosando o uso que o evangelista faz dele, numa das únicas utilizações da palavra em todo o Novo Testamento da *Vulgata*.

Alcuíno de York (c. 735-804), clérigo anglo e membro do séquito do arcebispo de York, Egberto - por sua vez discípulo de Beda, o Venerável -, foi uma figura central no chamado Renascimento Carolíngio, sendo uma peça chave no reflorescimento cultural vivido durante o reinado de Carlos Magno. O seu percurso, entre o seu reino-natal da Nortúmbria e o reino franco, transformado em império a partir de 800, é relembrado sobretudo pela sua ação de reorganização do ensino, da revitalização e ‘purificação’ do uso do latim, pelo desenvolvimento de uma nova caligrafia - a chamada letra carolina - além da promoção de reformas eclesiásticas, administrativas e legislativas³⁸⁸. Além de toda a sua atividade (re)organizadora, Alcuíno é autor de várias obras que conheceram uma difusão considerável, em domínios muito variados: poesia, epistolografia, trabalhos didáticos das artes liberais, temas de filosofia e teologia. A riqueza da sua formação e a sua defesa do uso de um latim de alto nível tornam-no um repositório natural de vocabulário clássico e adaptado à Alta Idade Média. São 38 os usos de *pestis* e mais treze

³⁸⁶ *Eodem anno Dominicae Incarnationis sexcentesimo sexagesimo quarto, facta erat eclipsis solis die tertio mensis Maii, hora circiter decima diei: quo etiam anno subita pestilentiae lues, depopulatis prius Australibus Britanniae plagis, Nordanhymbrorum quoque provinciam corripuens, atque acerba clade diutius longe lateque desaeuens, magnam hominum multitudinem stravit.* Lib. III, cap. 27; BEDE – *A History of the English...*, p. 195.

³⁸⁷ *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 134, 144, 225, 229, Vol. II, p. 147, 187; NASCIMENTO, MEIRINHOS – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão...*, p. 31-61, 71, 75-77, 271-274, 330.

³⁸⁸ BANNIARD – *Génese Cultural...*, p. 171-176.

formas distintas dela derivadas³⁸⁹. Com um tipo de usos que coincidem com os seus antecessores mais diretos, são escassos os vestígios da circulação de Alcuíno em Portugal. Entre o que sobra das maiores bibliotecas monásticas nacionais, apenas há testemunhos de textos hagiográficos de Alcuíno num manuscrito do século XII que pertenceu a Alcobaça³⁹⁰. No entanto, é bem provável que a sua difusão fosse bem mais alargada do que os testemunhos manuscritos sobreviventes revelam, e a sua influência indireta é omnipresente na Idade Média cultural que entronca no chamado Renascimento Carolíngio.

Este primeiro rol de autores cristãos evidencia a perenidade da riqueza do léxico latino que foi associado à negatividade da peste. Ocupando um lugar de primeira importância na transmissão do vocabulário latino a um grupo de intelectuais que já não terá nessa língua o seu veículo de expressão quotidiano, estabelecem um conjunto de usos das palavras sondadas neste capítulo: empregam-nas frequentemente quando escrevem sobre heresias e heterodoxias, quando falam de perseguições a cristãos ou da ação diabólica daqueles que, como instrumentos do mal, atuam contra a missão histórica da Igreja. Porém, e tendo alguns deles – com destaque para Gregório Magno, Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha – tido contacto, vivido ou ouvido falar de testemunhas diretas de surtos de peste, pertencentes à Primeira Pandemia, os seus escritos tornam-se ainda mais relevantes como fonte de respostas daqueles que, em meados do século XIV, se viram apanhados numa tempestade epidémica sem precedentes em séculos.

2.5 – As Paixões, Hinos e Vidas

A Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média foram períodos de grande desenvolvimento do culto dos santos. A Hispânia romana e visigoda não foi uma exceção, e nela foram produzidos centenas de textos apologéticos, dedicados a santos mártires e baseados nas suas vidas mais ou menos factuais. Muitas destas composições sobreviveram até hoje, e constituem um grupo de textos cuja transmissão multissecular e permanente relevância na vida dos fiéis poderá fornecer mais exemplos de utilização

³⁸⁹ *Peste* (10x), *pestem* (3x), *pestes* (4x), *pestifer*, *pestiferam*, *pestiferas*, *pestiferi*, *pestiferis*, *pestifero*, *pestiferum* (2x), *pestilentem*, *pestis* (12x).

³⁹⁰ *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 189.

da palavra *pestis* e das suas variantes. Associados a estes, proliferam os hinos, compostos como oração ou para serem entoados em conjunto, sobretudo em cerimónias litúrgicas e certas celebrações. Com um propósito moralizante, multiplicam-se igualmente as paixões, que narram os martírios de muitos dos santos mais venerados, com propósitos edificantes e moralizantes, e, num patamar seguinte, os modelos de vidas de santos que conhecerão larga fortuna durante centenas e centenas de anos, as hagiografias.

Na sua maioria anónimos, estes textos, que variam entre poucas linhas e centenas de fólios, preservam um vocabulário muito rico e muito vivo, com recurso a imagens bíblicas, metáforas complexas e retórica cuidada. Mesmo após a ocupação muçulmana, a Península Ibérica, moçárabe e depois ‘romana-cluniacense’, foi um terreno fértil para a produção de exemplares de todos os três tipos aqui referidos. Sendo um *corpus* disperso, as paixões e hinos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média selecionados tiveram como critério de escolha a presença na coleção *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal*, publicada pelo Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e dirigida por Paulo Farmhouse Alberto. Esta coleção de doze volumes recolhe, apresenta e traduz para português hinos e paixões hispânicos, redigidos antes do século XII, e que constituem uma amostra criteriosa³⁹¹. São quase

³⁹¹ *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. I - São Vicente: diácono e mártir.* Tradução e introdução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Traduvárius, 2012. ISBN 978-989-96989-3-2; *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. II – Santa Eulália de Mérida.* Tradução e introdução de André Simões. Lisboa: Traduvárius, 2012. ISBN 978-989-96989-4-9; *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. III. Santa Engrácia e São Félix.* Tradução e introdução de Marina da Costa Castanho. Lisboa: Traduvárius, 2012. ISBN 978-989-96989-5-6; *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. IV. São Sebastião: defensor da igreja romana, presbítero e mártir.* Tradução e introdução de Maria João Toscano Rico. Lisboa: Traduvárius, 2013. ISBN 978-989-96989-6-3; *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. V. Santa Justa e Santa Rufina.* Tradução e introdução de Ivan Felgueiras. Lisboa: Traduvárius, 2013. ISBN 978-989-96989-8-7; *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. VI. São Julião.* Tradução e introdução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Traduvárius, 2015. ISBN 978-989-98809-3-1; *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. VII - São Lourenço: diácono e mártir.* Tradução e introdução de André Simões. Lisboa: Traduvárius, 2013. ISBN 978-989-96989-7-0; *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. VIII - Santo Adrião e Santa Natália, São Manços.* Tradução e introdução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Traduvárius, 2014. ISBN 978-989-96989-1-7; *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. IX. Santo Estêvão.* Tradução e introdução de André Simões. Lisboa: Traduvárius, 2015. ISBN 978-989-96989-1-7; *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. X. São Mamede e São Jorge.* Tradução e introdução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Traduvárius, 2015. ISBN 9789899880948; *Santos e Milagres na Idade*

duas dezenas os santos incluídos na recolha, entre aqueles que viveram na território hispânico, ou foram (e ainda são, em muitos casos) alvo de um culto particularmente intenso entre os cristãos ibéricos. A estes, acrescento ainda as duas versões da paixão de São Cucufate, estudadas e editadas numa outra publicação³⁹². Cada edição inclui as referências às edições dos textos latinos, o que me permitiu confrontar tradução e original.

Entre esta seleção de textos, o uso do léxico da peste não é frequente, tendo detetado uma dezena de ocorrências. Na paixão de São Vicente, datada criticamente da primeira metade do século VI, estão duas delas, dois *pestifero* que são empregues como adjetivo depreciativo na classificação de um “resplendor” e de um homem, respetivamente³⁹³. No volume dedicado a Santa Eulália, há três referências provenientes das *Vitas Patrum Emeritensium*, datadas criticamente do princípio do século VII, nas quais se diz que, por intercessão do santo bispo emeritense Massona (fl. 573-606), a Lusitânia não era fustigada pelo mal da peste há muito³⁹⁴, sendo as restantes referências empregues em mais um homem *pestifero*: Sunna, bispo ariano de Mérida, apoiado pelo rei visigodo Leovigildo (r. 568-586)³⁹⁵. Na recolha de textos envolvendo

Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. XI – São Veríssimo, São Cristóvão. Tradução e introdução de Maria João Toscano Rico. Lisboa: Traduvárius, 2015. ISBN 978-989-98809-2-4; *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. XII – São Tiago e São Nicolau.* Tradução e introdução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Traduvárius, 2016. ISBN 9789899880962.

³⁹² FIGUEIRAS, Ivan Paulo Neves - *As duas versões da Passio S. Cucufatis. Estudo, edição crítica e tradução.* Lisboa: [s.n.], 2018. Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Estudos Clássicos, na especialidade de Literatura Latina.

³⁹³ Cap. 12 - *Solam in corpore beatissimi martyris flagrantem aciem luminum, uenenatam pestifero sidere, fugebat oculorum (...)* - "De peito ofegante, o Diabo cravava o gume chamejante dos rebrilhantes olhos, envenenados de pestífero resplendor (...)" ; Cap. 24 - *Tunc pestifer Eumorfius quidam, profanae mentis, sacrilegi generis, diaboli spiritu, qui hoc ipsum Datiano baiuli uel portitoris officium crudele promiserat, suo fidelis in crimine, incitatis nautis, ita ut spatia multa et dilatata transmitteren (...)* - "Então, um homem pestífero, um certo Eumórfio de seu nome, de mente ímpia, família idólatra, espírito diabólico, que prometera a Daciano desempenhar o cruel ofício de moço de fretes, ou, pelo menos neste caso, o transportar, seu fiel cúmplice neste crime, incitou os marinheiros a levarem-no para longínquas distâncias". *Santos e Milagres...*, vol. I, p. 38 e 43; SAXER, Victor - La version commune de la passion de S. Vincent BHL 8628-8631. Édition critique. *Analecta sacra tarraconensia. Revista de ciències historicoeclesiàstiques* 71 (1998), p. 20, 40-41.

³⁹⁴ Cap. - IX - *Hujus itaque temporibus morborum pestem inediaeque inopiam ab urbe Emeritensi et omni Lusitania ejus precibus Dominus procul abegit, meritisque sacrosanciae Eulaliae virginis longius pepulit (...)* - "Assim, no seu tempo [do bispo Masona], o Senhor afastara pelas suas preces para longe de Mérida e de toda a Lusitânia a peste das doenças e a miséria da fome (...)". *Santos e Milagres...*, vol. II, p. 91; *Patrologiae. Cursus Completus.* Ed. Jacques-Paul Migne. Paris: Garnier Frères, 1863. Tomo LXXX, p. 138.

³⁹⁵ Cap. XI - *quemdam scilicet virum pestiferum, Arianæ hæreseos pravitatem per omnia vindicantem, cui nomen erat Sunna [...] Sed servum Dei probatis: imum, nec comminatio furciferi fregit, nec turbulenta ira*

Santa Engrácia e São Félix, um hino de Prudêncio (348-c.410) louva a Cristo, que mantém longe todos os terrores, incluindo a peste³⁹⁶. No volume dedicado a Santa Justa e Santa Rufina, uma oração em forma de hino, de data incerta, mas provavelmente do início do século X, pede a Cristo que a peste seja afastada das terras dos fiéis³⁹⁷. Seguem-se as referências contidas no volume dedicado aos santos Julião e Basilissa: uma no hino destinado à sua festa litúrgica, outro na paixão dos ditos santos, ambos datados criticamente do século VII. No primeiro caso, mais um agressor *pestifer* é mencionado³⁹⁸; no segundo, São Celso chama pestes aos imperadores romanos³⁹⁹. Termino esta amostra com um hino dedicado a São Lourenço, mais um da autoria de Prudêncio, onde se refere as pestes da alma e da carne⁴⁰⁰.

pestiferi mollivit nec tempestas insanientis perdit deflexit (...) - "[Leovogildo] instituiu como bispo da facção ariana um homem pestífero, defensor acérrimo da depravação da heresia ariana, cujo nome era Suna. [...] Mas nem quebraram o providíssimo servo de Deus as ameaças do patife, nem o enfraqueceu o turbulento acesso de cólera do pestífero (...)". *Santos e Milagres...*, vol. II, p. 91; *Patrologiae. Cursus Completus*. Ed. Jacques-Paul Migne. Paris: Garnier Frères, 1863. Tomo LXXX, p. 141-142.

³⁹⁶ *Nullus umbrarum latet intus horror: Pulsa nam pestis populum refugit. 'Christus in totis habitat plateis: Christus ubique est.* - "Em ti nenhum terror das sombras se esconde porque a peste, expulsa, foge do teu povo. Cristo habita em todas as praças públicas, Cristo está em toda a parte." *Santos e Milagres...*, vol. III, p. 42; *Patrologiae. Cursus Completus*. Ed. Jacques-Paul Migne. Paris: Garnier Frères, 1862. Tomo LX, p. 396. Este volume – que tal como todos os da *patrologia latina* estão disponíveis na plataforma Google Books, em <http://patristica.net/latina/> – revela igualmente outros usos do léxico da peste, previsível num poeta notável como Prudêncio. Para não estender demasiado esta análise, fica a referência e a ligação.

³⁹⁷ "Repele a ira, afasta a peste das nossas terras, reprime o gládio do inimigo com a prece daquela mártir e dispensa aos teus servos, Cristo, o repouso celestial." - *Pelle iram arce pestem a nostris confinibus, gladium hostis retunde huius prece martyris et supernam da quietem tuis, Christe, famulis.* *Santos e Milagres...*, vol. V, p. 113; *Analecta Hymnica Medii Avei. XVII. Hymnodia Gotica. Die Mozarabischen Hymnen des alt-spanischen Ritus*. Ed. Clemens Blume und Guido M. Dreves. Leipzig: O. R. Reisland, 1897, nº 144, p. 207. Esta coleção é mais uma das que estão disponíveis online, desta feita na plataforma archive.org (<https://archive.org/details/analectahymnica27drevuoft?autoplay=1&playset=1>), onde é possível encontrar mais uma dezena de referências à peste noutros hinos moçárabes; também nesses, a maioria parece tratar-se de súplicas contra a peste, sobretudo na tríade clássica da peste, da guerra e da fome.

³⁹⁸ Vs. 6-10: *Ast Iulianum, quem rebellem pertulit, /lubet suspendi, verberari fustibus,/ Sed unus ex his caesor ausu pestifer/ Sacrata diris membra tundens ictibus/ Carens ocelli ultus est mox lumine.* - "Quanto a Julião, a quem declara rebelde,/ ordena que o suspendam e com bastões espanquem./ Mas um deles, na audácia pestífero agressor,/ com golpes terríveis malhando os santos membros,/ logo foi castigado, perdendo a vista de um olho". *Santos e Milagres...*, vol. VI, p. 111; *Analecta Hymnica Medii Avei. XVII...*, nº 142, p. 202.

³⁹⁹ Cap. 45 - [Diz São Celso] *Demonia vero, quos colitis, et illos pestes, quos imperatores dicitis, ac si purgamenta despiciamus.* - "Mas os demónios que cultuais e aquelas pestes a quem chamais imperadores, desprezamo-los como se fossem desperdícios". *Santos e Milagres...*, vol. VI, p. 86; *Passionario Hispanico*. Ed. Ángel Fábrega Grau. Madrid, Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1953, tomo II, p. 137.

⁴⁰⁰ Vs. 221-224: *Committe formas pestium/ Et confer alternas lues,/ Carnisne morbus fædiior,/ An mentis et morum ulcera?* - "Considera a aparência destas pestes/ e as pragas compara uma a uma:/ mais horrenda é a doença da carne,/ ou as úlceras da alma e do carácter?". *Santos e Milagres...*, vol. VII, p. 63; *Patrologiae...*, tomo LX, p. 310.

A hagiografia, a *vita* de um santo, ocupou um lugar central nos escritos cristãos desde os tempos da Igreja primitiva. Para os séculos XII, XIII e primeira metade do XIV, são sobretudo as hagiografias que são alvo de atenção. Entre as várias que são produzidas no território português ou intimamente relacionadas com ele – foram vistas as vidas de D. Telo, São Teotónio e Martinho de Soure, todas provenientes de Santa Cruz de Coimbra⁴⁰¹, assim como as vidas e milagres de São Rosendo⁴⁰², São Geraldo⁴⁰³ e Santa Senhorinha⁴⁰⁴ -, os usos do vocabulário que temos analisado é escasso. Um dos raros casos de utilização do léxico da peste no território português é o da *Vita Theotonii*, hagiografia de São Teotónio redigida no seu mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pouco depois da sua morte, em 1162. Nela é dito que o então prior crúzio *ideoque temporales honores quasi pestem fugiens* – “fugia das honras temporais como se de uma peste se tratasse”⁴⁰⁵ -, mais uma comparação que recorre à imagem repulsiva da peste.

No mesmo grupo de hagiografias crúzias, há espaço para uma outra referência à peste⁴⁰⁶, na *Vita Sancti Martini Sauriensis*, dedicada a Martinho de Soure, numa utilização semelhante à da vida de São Teotónio, e que poderá sugerir um fonte comum para esta metáfora; se se tratar de uma transmissão entre ambas, a precedência será da *Vita Sancti Martini Sauriensis*, provavelmente duas ou três décadas mais antiga do que a *Vita Theotonii*. O conjunto de milagres e a hagiografia de São Rosendo também oferecem um caso interessante do uso do léxico da peste num contexto médico, mas alheio a fenómenos epidémicos: quatro *pestis* são empregues na descrição de uma maleita desfiguradora da qual um certo arcediogo, de nome Paio, teria sido curado, por intercessão de São Rosendo⁴⁰⁷. O milagre ter-se-ia dado poucos anos antes da compilação dos milagres, em 1210, revelando um uso ‘médico’, mas vago, do conceito

⁴⁰¹ *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de S. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Ed. crítica, tradução e comentários de Aires Augusto Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

⁴⁰² Vida e Milagres de S. Rosendo. Tradução, prefácio e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. In MOREIRA, Álvaro Brito de, *São Rudesindus. Pastor Egrégio, Monge Piedoso, Defensor do Solo Pátrio*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2010, p. 5-97.

⁴⁰³ *Portugaliae Monumenta Historica – Scriptores*. Volumen I. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1856, p. 53-59.

⁴⁰⁴ *PMH – Scriptores...*, Vol. I, p. 46-53.

⁴⁰⁵ *Hagiografia de Santa Cruz...*, p. 184 (texto latino), p. 185 (tradução contemporânea de Aires Nascimento).

⁴⁰⁶ *Hec et plura misericordie opera pera gens, incredibile est memoratu, quantum laudis humane fauorem pestem fugiebat. Hagiografia de Santa Cruz...*, p. 236 (texto latino), p. 237 (tradução contemporânea de Aires Nascimento).

⁴⁰⁷ *Vida e Milagres de S. Rosendo...*, p. 72-73, 76-77.

de *pestis*. Apesar de se tratar de uma ação que acontece do lado galego da fronteira, trata-se de um santo cuja vida e culto se encontram intimamente ligados ao Entre-Douro-e-Minho⁴⁰⁸.

Nestes textos, com propósitos de devoção e culto, os usos não abundam, mas concordam nas tipologias com os restantes conjuntos que temos analisado. Ainda nos séculos XII e XIII, os hagiógrafos ativos no novo reino português conheciam e empregavam o léxico da peste.

2.6 – Códigos legislativos

Talvez menos entusiasmantes nos recursos literários, mas igualmente essenciais na transversalidade da língua, os códigos e as recolhas de leis compilados entre o Baixo Império e a Antiguidade Tardia revelam uma língua técnica e – ainda que o conceito seja discutível – mais objetiva. Assim, juntam-se aos três códigos mais influentes – o de Teodósio (séc. V), o de Justiniano (séc. VI) e o Visigótico (séc. VII) – um código de direito canónico – as Decretais de Gregório IX (séc. XIII) – e direito local e consuetudinário português, plasmado em forais e foros longos dos séculos XIII e XIV⁴⁰⁹. A ausência de leis e ordenações régias portuguesas neste subcapítulo explica-se pela recolha mais tardia que é feita, a partir de D. Duarte, e porque essas leis e ordenações foram incluídas, individualmente, na documentação notarial, régia e eclesiástica que serviu de fonte para o subcapítulo 2.9.

O primeiro código legislativo analisado é o já referido Código de Teodósio. Trata-se de uma coleção de leis imperiais finalizada em 438, depois de quase uma década de recolha e trabalho coletivo de juristas⁴¹⁰, e que inclui centenas de leis exaradas nos cento e vinte anos anteriores, dando uma panorâmica muito interessante do direito, da justiça e – não menos importante neste caso – da linguagem técnica própria do ramo na fase final do Império Romano do Ocidente. Ao longo dos mais de dois milhares e meio

⁴⁰⁸ Uma última nota para a ausência da palavra *pestis* ou derivadas nas *vitae* de São Geraldo e de Santa Senhorinha.

⁴⁰⁹ A importância dos foros longos no estudo do galego-português, mas também na relação deste com o asturo-leonês, no caso dos foros de Riba Coa, é indiscutível, tendo merecido a atenção de um investigador tão importante como Luís Filipe Lindley Cintra: CINTRA, Luís F. Lindley – *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

⁴¹⁰ PHARR, Clyde (ed.) - *The Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitutions*. Princeton: Princeton University Press, 1952, p. XVII.

de leis recolhidas em dezasseis livros, a palavra *pestis* rareia. Na forma original ou em variantes, surge cinco vezes em todo o conjunto legislativo – duas no livro 9 e três no livro 16⁴¹¹. Nenhuma se relaciona com uma epidemia ocorrida ou em expectativa, sendo empregues metaforicamente. No primeiro caso, trata-se de uma lei contra videntes, adivinhos e necromantes, onde se diz que estas atividades são *contra natura* e perturbam muitos inocentes, devendo os seus praticantes ser varridos através de uma “maldição terrível”⁴¹² (*feralis pestis absumat*); no segundo caso, diz-se que roubar ou ter o produto de um roubo em sua posse deve evitar-se como a uma terrível doença (*funestae pestis*). No que diz respeito ao testemunhos do livro XVI, o primeiro é a lei que proíbe que alguém leve discussões religiosas para a praça pública, prevendo que a continuidade dessa prática com “obstinação ruinosa”⁴¹³ (*pestiferae perseverationis*) resulte numa punição não especificada, usando o adjetivo pestífero como uma esclarecedora classificação da atividade proibida. A segunda lei do livro XVI que faz uso da expressão, emprega-a igualmente numa metáfora muito interessante, comparando os donatistas e a sua pregação a uma peste e a um contágio que se pode propagar (*quae pestis cave contagione latius emanet ac profluat*); enfim, o terceiro testemunho pertence a uma lei contra a heresia ariana dos Eunomianos, onde se determina que não se atrevam a ordenar clérigos sob o seu “execrável dogma”⁴¹⁴ (*pestiferi dogmatis*).

Não deixa de ser interessante que a compilação legislativa, que incide sobre a atividade normativa imperial no período pós-Niceia, recorra a adjetivos e metáforas onde as palavras peste, pestilência ou pestífero são empregues para designar práticas heterodoxas ou hereges, trazendo um juízo moral e religioso para o plano jurídico, de uma forma que, talvez, não ocorresse antes da cristianização do poder romano. A influência do Código de Teodósio na Idade Média ocidental será, sobretudo, indireta.

⁴¹¹ IX.16.5; IX.28.2; XVI.4.2; XVI.5.44; XVI.5.58.3. Tratando-se de leis, quase todas estão datadas e dão-nos, assim, uma referência cronológica e geográfica da sua redação bastante precisa. As cinco leis referidas estão, respetivamente, datadas de: 4 de dezembro de 357, em Milão; 5 de março de 415, em Constantinopla; 16 de junho de 388, em Stobi [atual Macedónia do Norte]; 24 de novembro de 408, em Ravena; 6 de novembro de 415, em Constantinopla.

⁴¹² Sigo aqui a tradução feita do latim para o inglês (com conseqüente adaptação minha a português) por Clyde Pharr: PHARR - *The Theodosian Code ...*, p. 248.

⁴¹³ PHARR - *The Theodosian Code ...*, p. 449.

⁴¹⁴ PHARR - *The Theodosian Code ...*, p. 461.

Mas a fonte de usos e empregos da palavra peste pode ter orientado os códigos posteriores, entre os quais aqueles que se seguem.

Menos de um século e meio depois da recolha e promulgação do *Codex Theodosianus*, o imperador Justiniano decide realizar uma nova coleção legislativa, mais abrangente e ‘definitiva’. Mais uma vez, uma comissão de juristas reúne, tria e depura milhares de leis, traduzindo esse labor no *Corpus Iuris Civilis*, ao qual pertencem os doze livros do *Codex Justinianus*, composto sobretudo por leis imperiais, e os quarenta livros do *Digesta*, onde se compila matéria de direito e jurisprudência⁴¹⁵, e que, séculos mais tarde, constitui-se como fonte fundamental no resgate do Direito Romano que a Plena Idade Média faz, sendo um pilar na criação de escolas que constituíram os embriões das primeiras universidades com destaque, sobre todas, para a Universidade de Bolonha⁴¹⁶.

Completam o conjunto as *Institutiones*, espécie de manual introdutório ao *corpus* com fins pedagógicos, e as *Novellae Constitutiones*, que juntam material legislativo de Justiniano após a recolha do *Codex*. Promulgado na sua totalidade em 529, depois de uma primeira redação anos antes⁴¹⁷, as diversas partes do *corpus* recorrem muito pouco ao étimo *pestis*: apenas três vezes no *Codex* e quatro nos *Digesta*. Poder-se-ia procurar ver neste código uma fonte lexical relevante para o estudo da peste, pela coincidência temporal com a eclosão da Primeira Pandemia de Peste. Porém, este conjunto legislativo antecede a Peste de Justiniano, e a esmagadora maioria das leis do imperador que foram adicionadas posteriormente e que fazem parte das *Novellae* foram produzidas entre 529 e o aparecimento da pandemia, em 541⁴¹⁸. As duas primeiras menções no *Codex* pertencem à mesma lei, promulgada pelos imperadores Diocleciano (r. 284-305) e Maximiano (r. 285-305), e que recorre a uma forma praticamente única: *pestibilis/pestibula*⁴¹⁹; a terceira referência é a repetição da lei de Constâncio II, datada de 357, em Milão, contra videntes e artes mágicas, já recolhida no

⁴¹⁵ HUMFRESS, Caroline - 7: Law and Legal Practice in the Age of Justinian. In MAAS, Michael, *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 161-184.

⁴¹⁶ GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – As Faculdades de Direito. In RIDDER-SYMOENS Hilde (coord.), *Uma História da Universidade Europeia. Vol. I: As Universidades na Idade Média*. Trad. Gabinete de Tradução da Universidade do Porto. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, p. 389-410.

⁴¹⁷ HUMFRESS - 7: Law and Legal ..., p. 164-164.

⁴¹⁸ MORDECHAI et al. – The Justinianic Plague..., p. 25547-25548.

⁴¹⁹ 4.58.4.1: *Idem observatur et si pestibilis fundus, id est pestibulas vel herbas letiferas habens, ignorante emptore distractus sit: nam in hoc etiam casu per eandem actionem eum quoque redhibendum esse.*

*Codex Theodosianus*⁴²⁰ e agora incluída no livro IX, título 18, ponto 6 do *Codex Justinianus*. No caso dos *Digesta*, são três os usos de *pestilens* e um de *pestilentiosus*⁴²¹.

Todas estas referências são de jurisprudência do início do século III, sendo três atribuídas ao jurista Ulpiano (c. 170-223) e uma a Paulo, jurista coevo de Ulpiano. No primeiro caso, Ulpiano admite a possibilidade de reversão da venda de uma terra que se prove ser corrupta, nociva (*pestilens*)⁴²², e não renda; no segundo caso, Paulo disserta sobre a venda de terrenos improdutivos e insalubres (*pestilens*) que pertençam a uma herança⁴²³; na terceira, Ulpiano diz que canais de esgoto por limpar provocam a corrupção do ar (*caelum pestilens*)⁴²⁴; por fim, Ulpiano refere textos jurídicos anteriores para dizer que o cheiro pestilento num lugar público, por si, não justifica a sua interdição⁴²⁵. Desta forma, as formas presentes nos *Digesta* provêm de textos que contavam quatro séculos e que utilizam o adjetivo pestilento de forma objetiva, como sinal de corrupto, nocivo, insalubre. Depois da recuperação do *Corpus Iuris Civilis* no século XII, os manuscritos difundem-se e, além dos numerosos testemunhos documentais que referem o *Digesto*⁴²⁶, temos algumas sobrevivências em Portugal, entre códices completos e fragmentos de manuscritos, produzidos antes da Peste Negra⁴²⁷. Igualmente valiosa é a utilização expressa do *Codex* num processo entre as

⁴²⁰ PHARR - *The Theodosian Code ...*, p. 248.

⁴²¹ Livro XXI, título 1, 49; Livro XXVII, título 9, 13; Livro XLIII, título 23, 1.2 e título 8, 2.29.

⁴²² Livro XXI, título 1, 49 - *Etiam in fundo vendito redhibitionem procedere nequaquam incertum est, veluti si pestilens fundus distractus sit: nam redhibendus erit et benignum est dicere vectigalis exactionem futuri temporis post redhibitionem adversus emptorem cessare.*

⁴²³ Livro XXVII, título 9, 13 - *Si fundus sit sterilis vel saxosus vel pestilens, videndum est, an alienare eum non possit. et imperator antoninus et divus pater eius in haec verba rescripserunt: " quod allegastis infructuosum esse fundum, quem vendere vultis, movere nos non potest, cum utique pro fructuum modo pretium inventurus sit".*

⁴²⁴ Livro XLIII, título 23, 1.2 - *Curavit autem praetor per haec interdicta, ut cloacae et purgentur et reficiantur, quorum utrumque et ad salubritatem civitatum et ad tutelam pertinet: nam et caelum pestilens et ruinas minantur immunditiae cloacarum, si non reficiantur.*

⁴²⁵ Livro XLIII - título 8, 2.29 - *Idem ait, si odore solo locus pestilentiosus fiat, non esse ab re de re ea interdicto uti.*

⁴²⁶ Alguns exemplos são os legados testamentários de diversos clérigos, como D. Egas Fafes, bispo de Coimbra (1248-1267) e arcebispo de Compostela (1267-1268), que no seu testamento de 1268, outorgado em Montpellier, refere os seus *Digestum Vetus, Codex et Institutiones. Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Coord. Maria do Rosário Barbosa Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2010, p. 311-312.

⁴²⁷ Entre estes, estão pelo menos dois fragmentos do *Codex*, um proveniente do Cabido da Sé de Coimbra e outro de origem desconhecida, mas incorporado a partir do fundo do Santo Ofício; dos *Digesta* sobra pelo menos meia dúzia de fragmentos identificados, produzidos antes de 1350, cujas origens são difíceis de determinar, por serem pequenos fragmentos (normalmente bifólios aproveitados como capa de manuscritos mais tardios), mas que estão atualmente preservados na Biblioteca Pública de Évora (três fragmentos), Arquivo Histórico Municipal do Porto, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Biblioteca

arquidioceses de Santiago de Compostela e de Braga no final do século XII, a propósito dos direitos de primazia sobre a diocese do Porto⁴²⁸. Trata-se, assim, de um conjunto que está vivo no seu uso e cujo texto, de domínio obrigatório para os juristas da Plena e da Baixa Idade Média, podia ser fonte de vocabulário e ação.

O derradeiro código legislativo e de direito da Antiguidade Tardia aqui explorado é *Liber Iudiciorum*, também conhecido como *Lex Visigothorum*, entre outras designações⁴²⁹. Não sendo a primeira das compilações de leis visigodas, é a derradeira e aquele que permanece como modelo entre os cristãos peninsulares até à Plena Idade Média. Promulgada pelo rei Recesvinto (r. 653-672) por volta de 654, recolhe sobretudo leis exaradas por vários dos seus antecessores no trono hispano-godo, e ainda recebe uma última atualização no reinado de Ervígio (r. 680-687), em 681, com algumas *Novellae* posteriores acrescentadas.

Uma vez mais, a utilização da palavra *pestis* é residual, refletindo a tendência do latim jurídico dos códigos que o antecederam. São apenas três as leis que fazem esse uso. O primeiro caso encontra-se no artigo 6 do 2º título do Livro I. Este primeiro livro é introdutório e incide sobre o legislador, a lei e a sua aplicação. Em I.2.6, a arenga do texto refere como o triunfo da lei permite manter afastada a peste da discórdia⁴³⁰. O segundo caso está no preâmbulo de uma lei de Égica (r. 687-702), que pertence às *Novellae* deste *corpus* jurídico, no Livro II, título 5, artigo 19. O livro II dedica-se a direito ‘administrativo’, e esta lei, redigida a propósito dos juramentos e fidelidades, refere metaforicamente que as almas podem ser feridas pelo “copo pestífero do veneno”⁴³¹. O terceiro caso, em VI.5.12, usa a forma *pestifero* na redação de Recesvinto, mas não na

Nacional de Portugal: *Inventário dos códices...*, Vol. II, p. 118-120, 141, 236, 259. Além dos fragmentos há algumas coleções praticamente completas, como o *Corpus Iuris Civilis* do século XIII que sobrevive nas suas quatro partes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra - *Inventário dos códices...*, Vol. II, p. 90.

⁴²⁸ COSTA – Geórgicas de Virgílio..., p. 227.

⁴²⁹ Para aceder ao texto da *Lex Visigothorum* utilizo a edição bilingue (latim-espanhol) publicada pelo Boletín Oficial del Estado espanhol. Nela, faz-se o fac-simile da edição canónica do texto latino de 1902, feita nos *Germaniae Monumenta Historica*, com a tradução correspondente em espanhol na página ímpar seguinte. *El Libro de los Juicios (Liber Iudiciorum)*. Estudio Preliminar de Rafael Remis Barceló. Traducción y notas de Pedro Ramis Serra y Rafael Remis Barceló. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2015. ISBN: 978-84-340-2189-1.

⁴³⁰ I.2.6 - *His in domestica pace ita perfectis, totaque primo a principibus, secundo a civibus, exhinc a populis et a domo iurgiorum peste seclusa.*

⁴³¹ II, 5.19 – (...) *et fidelium animos pestifero veneni poculo sauciare.*

de Ervígio. O livro 6, dedicado ao que hoje chamaríamos direito penal, inclui os casos de violência. Esta terceira referência está relacionada com a violência e a proibição do homicídio de um servo ou serva pelo seu senhor sem condenação prévia de um juiz, sendo utilizado o adjetivo *pestifero* para caracterizar práticas cuja consequência possa justificar esta condenação extrema.

Sabemos que a *Lex Visigothorum* é recuperada quando os reinos cristãos peninsulares se multiplicam e expandem. É, por isso, um exercício interessante perceber se o *Fuero Juzgo*, a versão tardo-medieval vernácula do *Liber Iudiciorum*, preserva estes adjetivos. Utilizando um manuscrito em castelhano, datado criticamente de 1300 e preservado na Biblioteca Nacional da Suécia, podemos perceber que a redação é um pouco diferente e estes étimos caem nos três casos⁴³². A versão romance deste código de leis parece, assim, ter perdido qualquer referência ao léxico da peste nas vésperas da Peste Negra.

No domínio do direito civil, resta-nos explorar o grande código legislativo da Baixa Idade Média Peninsular: as *Siete Partidas* promulgadas por Afonso X, o Sábio, de Castela (r. 1252-1284). E, ao contrário do *Fuero Juzgo*, temos quatro usos da palavra pestilência em castelhano⁴³³. A primeira está na primeira lei do título 19 da Primeira Partida, que define a inimizade e os vários tipos de inimigos. Nela, diz-se que *por ende dixo el sabio que ninguna pestilencia non es mas fuerte para enpeçer al onbre que el enemigo de casa porque sabe todo su fecho & puedele estoruar mas de ligero*⁴³⁴. A identificação deste “sábio” como sendo Boécio é feita por Gregório Lopez, nas glosas da edição de 1555, e parece remeter para uma das poucas utilizações que Boécio faz da

⁴³² Kungliga Biblioteket – National Library of Sweden, Manuscripts, B 693, fl. 23v-24 (I.2.6), 52v-53 (II.5.19), 100v-101v (VI.5.12). Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/17186/> (consultado a 1 de março de 2020).

⁴³³ Para poder fazer um levantamento textual rigoroso, recorri à edição fac-simile que o Boletín Oficial del Estado espanhol fez da edição glosada por Gregório Lopez em 1555, confrontando com um manuscrito completo preservado na Biblioteca Nacional de Espanha que, apesar de parecer quatrocentista, não se afastará muito da redação original das *Partidas*. *Siete Partidas*. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2011, 3 vols. ISBN: 84-340-0223-X; Biblioteca Nacional de España, Manuscrito VITR/4/6 (manuscrito igualmente disponível na World Digital Library em <https://www.wdl.org/pt/item/10642/>).

⁴³⁴ *Siete Partidas...*, vol. I, p. 434 (o fac-simile não está numerado, pelo que a página dada é a da contagem do ficheiro digital. Corresponde à folha 65 da edição quinhentista da Segunda Partida). O texto do manuscrito medieval utilizado tem apenas alterações mínimas de grafia em algumas palavras desta lei, e a palavra *pestilencia* surge tal como está na edição quinhentista. Biblioteca Nacional de España, Manuscrito VITR/4/6, fl. 149v.

palavra *pestis* em toda a sua obra – prova de que estas cadeias de transmissão lexical existiam e eram eficazes na difusão de conceitos. A segunda utilização de *pestilência* surge logo na terceira lei do mesmo título e partida. Novamente, a lei, dedicada ao cuidado que os súbditos do rei devem ter na conservação do reino, remete para a mesma passagem de Boécio sobre os piores inimigos serem aqueles que habitam connosco, condenando como particularmente reprovável a traição e o desleixo dos habitantes de um reino perante o seu rei e o território sob autoridade deste, indo contra a sua *naturaliza*⁴³⁵. A terceira referência surge no final da *Quarta Partida*, na 3ª lei do 27ª e derradeiro título, dedicado à amizade entre homens. A lei, concretamente, disserta sobre como se pode aproveitar o conselho de um amigo, e como escolher o amigo que o dê. Uma vez mais, é a referência a Boécio e ao falso amigo como a pior das pestes que justifica o surgimento de *pestilência* no texto⁴³⁶. A derradeira utilização ocorre na primeira lei do Título 21 da *Sétima Partida*. Este título recolhe apenas duas leis, ambas contra a sodomia. E é contra esta prática considerada *pecado contra-natura* pelo texto legislativo que se evoca a imagem bíblica do castigo divino que *por tales yerros enbia nuestro señor dios sobre la tierra donde lo fazen fanbre y pestilência & tormentos & otros males muchos que no podria onbre contar*⁴³⁷.

Assim, num texto legislativo da segunda metade do século XIII, numa língua vernácula peninsular, resgata-se um uso metafórico da palavra pestilência proveniente de clássicos do século VI e uma imagem bíblica. Poderá parecer supérfluo fazer esta digressão por um texto castelhano, mas sabe-se que não só as *Siete Partidas* circularam em Portugal, como foram traduzidas para português no início do século XIV,

⁴³⁵ *Siete Partidas...*, vol. I, p. 435 (o fac-símile não está numerado, pelo que a página dada é a da contagem do ficheiro digital. Corresponde à folha 65v da edição quinhentista da Segunda Partida). Também aqui o texto do manuscrito medieval utilizado tem apenas alterações mínimas de grafia em algumas palavras desta lei, e a palavra *pestilencia* surge tal como está na edição quinhentista. Biblioteca Nacional de España, Manuscrito VITR/4/6, fl. 150.

⁴³⁶ *Siete Partidas...*, vol. II, p. 519 (o fac-símile não está numerado, pelo que a página dada é a da contagem do ficheiro digital. Corresponde à folha 72v da edição quinhentista da Quarta Partida). Também aqui o texto do manuscrito medieval utilizado tem apenas alterações mínimas de grafia em algumas palavras desta lei, à exceção da palavra “tormentos”, que no manuscrito é “terremotos”; a palavra *pestilencia* surge tal como está na edição quinhentista. Biblioteca Nacional de España, Manuscrito VITR/4/6, fl. 449.

⁴³⁷ *Siete Partidas...*, vol. III, p. 603 (o fac-símile não está numerado, pelo que a página dada é a da contagem do ficheiro digital. Corresponde à folha 72v da edição quinhentista da Sétima Partida). Também neste caso o texto do manuscrito medieval utilizado tem apenas alterações mínimas de grafia em algumas palavras desta lei, e a palavra *pestilencia* surge tal como está na edição quinhentista. Biblioteca Nacional de España, Manuscrito VITR/4/6, fl. 326v.

provavelmente a mando do rei D. Dinis, existindo ainda alguns manuscritos medievais em português com uma das partidas ou fragmentos⁴³⁸, ainda que a datação dos testemunhos sobreviventes possa ser posterior a 1350 e, assim, impedir-nos de aceder ao texto destas quatro leis em concreto, em português, disponível antes da Peste Negra⁴³⁹.

À data da Peste, o código predominante e oficial de direito canónico era aquele que ficou conhecido como as *Decretais de Gregório IX*, cuja reunião, ordenação e uso prioritário foram definidas pelo dito pontífice em 1230⁴⁴⁰. Assim, e mesmo tendo conhecido numerosas glosas e acrescentos logo nas décadas posteriores, será esta a coleção privilegiada para percebermos o uso da palavra peste ou variantes em contexto de direito e legislação eclesiástica no tempo da Peste, pouco mais de um século após a sua promulgação. As *Decretais* conheceram larga fortuna e difusão pelo contexto de promulgação já referido. Em Portugal, a sua circulação está bem documentada, havendo fragmentos sobreviventes na livraria do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra⁴⁴¹, na Biblioteca Pública de Évora⁴⁴², no Arquivo Histórico Municipal do Porto⁴⁴³, além dos códices completos preservados na Torre do Tombo⁴⁴⁴ e dos testemunhos de posse entre cónegos de praticamente todas as catedrais portuguesas medievais⁴⁴⁵, todos anteriores

⁴³⁸ Ainda que não haja vestígios materiais da Quarta Partida em português, há das restantes, incluindo um exemplar completo da Primeira Partida e outro da Terceira Partida. DOMINGUES, José - A tradição medieval das Sete Partidas em Portugal. *7PartidasDigital* 1 (junio 2017), p. 1-14.

⁴³⁹ O manuscrito mais relevante para este conjunto, o texto completo da *Primeira Partida* que pertenceu ao Mosteiro de Alcobaça e se encontra depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, está datado criticamente da segunda metade do século XIV. Biblioteca Nacional de Portugal, *Manuscritos*, Alc. 463.

⁴⁴⁰ RODRIGUES, Samuel – “Direito Canónico”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direção de Carlos Moreira Azevedo, vol. II (C-I). Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 76.

⁴⁴¹ NASCIMENTO, MEIRINHOS – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão...*, p. 206-209; *Inventário dos códices...*, Vol. II, p. 163.

⁴⁴² *Inventário dos códices...*, Vol. II, p. 122, 125.

⁴⁴³ *Inventário dos códices...*, Vol. II, p. 141.

⁴⁴⁴ *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 60, p. 153 e 213 (este dois pertenceram ao Mosteiro de Alcobaça), p. 260 (cuja história custodial não é totalmente clara, tendo pertencido em tempos a um mosteiro francês).

⁴⁴⁵ Alguns exemplos, apenas: em testamento datado de 1255, o cónego bracarense Pedro Pais Eixegas lega as suas “decretais velhas e novas”, juntamente com o seu *Decreto* e as suas *Instituições* a um João Pires; João Martins de Soalhães, futuro bispo de Lisboa e arcebispo de Braga, ordenou um testamento em 1293, mais de 25 anos antes da sua morte, no qual lega “as suas melhores Decretais”, juntamente com o seu código, Digesto e umas sumas, deixando ainda outras decretais e decreto antigos, entre outros códices de direito, que deveriam ser vendidos; Pedro Martins, chantre da Sé de Coimbra, lega a Vasco Pires, da sua clientela, no seu testamento de 1322, as suas decretais novas, além de outros bens móveis e imóveis. *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Coord. Maria do Rosário Barbosa Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2010, p. 100-101, 343 e 431.

a 1350. A palavra peste, ou alguma das suas variações, surge raramente ao longo dos cinco livros em que se dividem as *Decretais*. Um único testemunho no livro 2 (título 19, capítulo 12 – Das Provas) é usado genericamente como “praga”, face à má conduta por parte de membros do clero⁴⁴⁶. Os restantes testemunhos do uso da palavra, precisamente meia-dúzia, estão no livro 5, e são utilizados maioritariamente como metáfora para referir hereges, heterodoxias e más práticas clericais⁴⁴⁷.

Depois de percorrermos um conjunto relevante e secular de direito civil e canónico, formal e académico, será interessante analisarmos os textos de forais e foros longos, tanto os portugueses como os leoneses, atribuídos a vilas de Riba Coa, que integraram Portugal depois do Tratado de Alcanizes, em 1297. Tratando-se sobretudo de direito consuetudinário passado a escrito, recuperando ou cristalizando costumes muitas vezes seculares, fornece-nos exemplos distintos de prosa ‘jurídica’. Mas seriam os escrivães destes códigos de normas, mais ou menos breves, possuidores de um léxico, latino ou vernacular, que lhes permitisse usar a palavra peste como metáfora ou derivada em adjetivo? Usá-la-iam de forma literal, em alguma referência a episódios passados ou hipotéticos de epidemias? Percorrendo quase três dezenas destes textos, entre forais-modelo e foros longos, balizados entre 1055 e 1342⁴⁴⁸, é possível perceber a ausência

⁴⁴⁶ *Decretales D. Gregorii Papae IX suae integritati una cum glossis restituae*. Romae: in aedibus Populi Romani, 1582, p. 697-698.

⁴⁴⁷ Exemplos esclarecedores são a “*simoniaca pestis*” (livro 5, título III, capítulo VI), originária de uma carta do papa Lúcio (primeiro??). *Decretales D. Gregorii Papae IX...*, p. 1607-1608.

⁴⁴⁸ Para esta seleção, recorri, em parte, às listas de forais e foros compiladas pelo projeto CLIMA (Corpus Legislativo da Idade Média Anotado), sediado na Universidade Lusíada e disponível em <http://www.ulusiada.pt/clima/>. Os textos e as respetivas fontes são os seguintes: Foral de Fernando Magno de Leão a São João das Pesqueira, Penela, Paredes, Linhares e Ansiães (1055) – *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consuetudines*. Volumen I. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1856-1868, p. 343-348; Foral de Santarém (1095) – *PMH: Leges et Consuetudines*, I, p. 348-350; Foral de Guimarães (1096, com confirmação de D. Afonso Henriques em 1128 e de D. Afonso II, não datada) – *Leges et Consuetudines*, I, p. 350-351; Foral de Coimbra (1111) – *Leges et Consuetudines*, I, p. 356; Fragmento dos Foros de Coimbra (c. 1145) – *PMH: Leges et Consuetudines*, I, p. 743-745; Foral de Évora (1166, confirmado por D. Afonso II em 1218), que serviu de modelo a vários posteriores (CUNHA, Maria Cristina Almeida e - Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166. *Revista da Faculdade de Letras: História*, 2.ª série, 5 (1988), p. 69-94) – *PMH: Leges et Consuetudines*, I, p. 392-393; Foral de Melgaço (1181, confirmado por D. Afonso II em 1219) – *PMH: Leges et Consuetudines*, I, p. 422-424; Foros de Alfaiates (dados por Afonso IX de Leão no início do século XIII, antes de o território ser integrado em Portugal) – *PMH: Leges et Consuetudines*, I, p. 791-848; Foros de Castelo Bom (dados por Afonso IX de Leão no início do século XIII, antes de o território ser integrado em Portugal) – *PMH: Leges et Consuetudines*, I, p. 745-790; Foros de Ciudad Rodrigo (c. 1210) – *PMH: Leges et Consuetudines*, I, p. 849-896; Foros de Castelo Melhor (a partir dos de Ciudad Rodrigo, dados por Afonso IX de Leão no início do século XIII, antes de o território ser integrado em Portugal) – *PMH: Leges et Consuetudines*, I, p. 897-939; Foros de Beja (c. 1254 a 1335) – *Leges et Consuetudines*, II, p. 51-73; Foros de Portel (1262, comunicados de Évora) – *Leges et Consuetudines*, I, p. 703-705; Foros de Garvão (1267,

total deste vocabulário. Falamos de documentos normativos que incidem sobretudo em três aspetos – justiça, oficialato/administração e fiscalidade. Em momento algum a palavra peste, pestilência ou outra delas derivadas é usada nestes textos. Esta ausência é tão mais interessante, quanto reflete sobretudo o vocabulário de comunidades e de oficiais locais, muitas vezes afastados da cultura jurídica que floresceu na corte e nas escolas eclesiásticas. Para aqueles, a palavra peste, em português ou latim, literal ou metaforicamente, não tinha lugar na sua expressão escrita.

Na mesma linha de direito local, as posturas municipais constituem uma fonte normativa que, no entanto, contrasta com os costumes por procurar impor uma regra nova ou alterar uma ou mais práticas mais ou menos habituais. Apesar de tardio, vale a pena referir o caso do *Livro das Posturas de Évora*, que recolhe leis municipais exaradas ao longo do último quartel do século XIV, onde não há uma única referência a peste, mesmo após a Peste Negra e as suas primeiras recorrências⁴⁴⁹.

2.7 – Obras de filósofos e teólogos dos séculos XI-XIII

A efervescência intelectual dos séculos XII e XIII permitiu o florescimento de filósofos e teólogos profundamente impactantes. A sua influência espalhou-se rapidamente, e alguns deles têm a sua obra aqui explorada, em busca do seu próprio uso da palavra *pestis*, numa cronologia bem mais próxima da Peste Negra, aumentando a probabilidade de terem contribuído para a formulação do conceito. Alguns mestres relevantes, como

comunicados de Évora, Montemor-o-Novo e Alcácer) - *Leges et Consuetudines*, II, p. 74-81; Foros de Terena (1262-1280, comunicados de Évora) - *Leges et Consuetudines*, II, p. 82-85; Foros de Figueira [de Avis] (c. 1260-1280) - SARAIVA, Maria Teresa Monte Verde Plantier - *Figueira: comenda da Ordem de Avis: publicação de fontes*. Lisboa: Colibri, 1997, p. 82-89; Foros da Guarda (c. 1270) - *Leges et Consuetudines*, II, p. 3-17; Foros de Torres Novas (c. 1275-1325) - *Leges et Consuetudines*, II, p. 88-97; Foros de Alvito (1281, comunicados de Santarém) – VIANA, Mário - Um testemunho de direito consuetudinário (1281), *Arquipélago* 6 (2002), p. 408-413; Costumes de Santarém (c. 1281-1284) - *Leges et Consuetudines*, II, p. 18-35; Foros de Oriola (1294, comunicados de Santarém) - *Leges et Consuetudines*, II, p. 36-44; Foros de Alcáçovas (1299, comunicados de Évora) - *Leges et Consuetudines*, II, p. 86-87; Foral de Porto de Mós (1305) – ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 45-46; Costumes do Porto (1339) - *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum*. Porto: Tipografia Portucalense, 1917, vol. II, p. 184-210; Foros de São Martinho de Mouros (1342, com tradução da confirmação do foral de 1111) – SERRA, José Correia da (ed.) - *Collecção de livros ineditos de historia portuguesa, dos reinados de D. Dinis, D. Affonso IV. D. Pedro I. e D. Fernando*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1816. Tomo IV, p. 579-607; Foral de Aveiro (1342) – DOMINGUES, José; PINTO, Pedro - O Foral Velho da Vila de Aveiro de 1342. *e-Legal History Review* 21 (2015), p. 12-26.

⁴⁴⁹ BARROS, Maria Filomena Lopes de (dir.) - *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*. Nova Edição. Évora: Publicações do Cidehus, 2018. ISBN: 9791036512322. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.3296>.

Anselmo de Cantuária, não incluíram a palavra nas suas obras que sobrevivem ainda hoje, pelo que não estão presentes neste levantamento. Outros, apesar de possuírem uma obra relativamente vasta, não a usaram nos seus tratados mais emblemáticos, como o *Didascalicon* de Hugo de São Vítor e o *Liber ad milites templi de laude novae militiae* de Bernardo de Claraval. Há duas explicações possíveis para esta ausência em autores tão relevantes, facilmente sobreponíveis: por um lado, os temas abordados (a pedagogia e o elogio, respetivamente) carecem menos de um recurso lexical deste tipo. Por outro, e no geral, o latim dos últimos séculos da Idade Média parece estreitar um pouco a aplicação de nomes e substantivos derivados de *pestis*. Feita esta observação, olhemos para aqueles que os usam e que foram profusamente lidos e assimilados na Baixa Idade Média. Seleccionei os seguintes autores: Bernardo de Claraval, Hugo de São Vítor, João de Salisbúria, António de Lisboa, Alberto Magno e Tomás de Aquino.

Bernardo de Claraval (1090-1153), timoneiro da então recente Ordem de Cister e figura dominante da Igreja do seu tempo, legou tanto tratados teológicos e eclesiais, como uma vasta coleção de epístolas, sermões e hinos⁴⁵⁰. Se, como foi dito, o *doutor melíflu* não recorre ao étimo *pestis* em algumas das suas obras mais importantes, a verdade é que o usa abundantemente, sobretudo nos seus sermões e nas suas cartas – que não deixam de ser sermões dirigidos. É possível identificar 55 usos da palavra *pestis* e dos adjetivos que dela derivam⁴⁵¹, favorecidos pela sobrevivência de centenas das suas cartas – de onde provêm nove ocorrências – e dos seus sermões – onde se preservam pelo menos trinta e oito das restantes⁴⁵². O tipo de utilização preferencial mantém-se:

⁴⁵⁰ A forma mais acessível de consulta aos textos latinos de São Bernardo é através da plataforma *Documenta Catholica Omnia*: http://www.documentacatholicaomnia.eu/20_50_1090-1153-Bernardus_Claraevallensis_Abbas_Sanctus.html. Para comparar traduções e aclarar significados, recorri à tradução castelhana da obra completa de Bernardo de Claraval: *Obras completas de San Bernardo*. Edición de Gregorio Diez Ramos. Madrid: Editorial Católica, 1953. 2 vols.

⁴⁵¹ Distribuídas da seguinte forma: 12 vezes nos *Sermones in Cantica Cantorum*, 6 nos *Sermones in Tempore*, 3 nos *Sermones de Sanctis*, 6 nos *Sermones de Diversis*, 9 nos *Sermones de Sanctis. De Diversis*, 3 em *De Consideratione*, 1 nas *Sententiae*, 1 em *De Moribus et Officio Episcoporum*, 1 nos *Capitula Haeresum Petri Abaelardi*, 2 no *Liber De Vita Et Rebus Gestis S. Malachiae*, 9 nas suas *Epistolae*, 1 nas suas *Parabola*e e 1 na *De Conversione ad Clericos*.

⁴⁵² *De Conversione ad Clericos* e *De Moribus et Officio Episcoporum* são sermões que circularam autonomamente, como breves tratados. MEIRINHOS, José - Manuscritos e leituras de S. Bernardo em Portugal na Idade Média. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes, OSSWALD, Helena - *Cister: por entre história e imaginário: livro do IX Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2014, p. 111.

peste como metáfora pesadamente negativa⁴⁵³, relacionada com heresias, com comportamentos ou ações funestas, nocivas ou contrárias à norma cristã.

A sua relação com Portugal é direta e remonta ao seu tempo de vida, coincidindo com a instalação da florescente ordem cisterciense em Portugal⁴⁵⁴. O estabelecimento de mosteiros que adquiriram uma importância fundamental na vida sociocultural, político e económica do reino nascente, com Alcobaça à cabeça, consolida essa influência e torna perene a figura de São Bernardo. O registo de circulação de obras de Bernardo de Claraval em Portugal na Idade Média está um pouco mais bem documentado do que a maioria dos autores, e são diversos os testemunhos manuscritos sobreviventes, reforçados pelas citações ou referências feitas por autores portugueses a São Bernardo antes de 1350⁴⁵⁵, entre os quais se inclui Santo António de Lisboa⁴⁵⁶.

Hugo de São Vítor (1096-1141) é um autor-chave no chamado *Renascimento do século XII*, importante nos primeiros passos da filosofia escolástica durante o período proto universitário. De origem incerta, mas aparentemente saxónica, acabou por rumar à escola da abadia de São Vítor, em Paris, na qual vai ascendendo até se tornar a sua figura mais proeminente e da qual retira o nome pelo qual é mais conhecido. Chega mesmo, no final da vida, a ser elevado ao cardinalato, sob o título de cardeal-bispo de Túsculo. À semelhança de muitos dos autores deste capítulo, foi autor em temas muito distintos ou com propósitos diversos: obras pedagógicas, de geometria, os habituais comentários bíblicos, e, sobretudo, filosofia mística. Tal como prova a elevação ao cardinalato, Hugo de São Vítor foi reconhecido em vida e, à semelhança do que acontecerá com Tomás de Aquino, mais de um século depois, verá a sua obra difundir-se rapidamente, à mesma velocidade com que cada vez mais clérigos atravessavam a Europa em busca dos novos centros de aprendizagem superior, em breve formalizados na forma de pioneiras universidades.

⁴⁵³ Como é o caso da particularmente detalhada caracterização negativa da cupidez que é feita no sexto sermão dos Dezassete Sermões sobre o Salmo 90, pertencentes aos *Sermones in Tempore: Plane cupiditas, radix iniquitatis; ambitio subtile malum, secretum virus, pestis occulta, doli artifex, mater hypocrisis, livoris parens, vitiorum origo, criminum fomes, virtutum aerugo, tinea sanctitatis, excaecatrix cordium, ex remediis morbos creans, generans ex medicina languorem*.

⁴⁵⁴ MEIRINHOS - Manuscritos e leituras..., p. 97-99.

⁴⁵⁵ *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 134, 140, 145, 148, 198, Vol. II, p. 256; MEIRINHOS - Manuscritos e leituras..., p. 122-129.

⁴⁵⁶ MEIRINHOS - Manuscritos e leituras..., p. 97-99.

Ao longo da sua vasta obra, é possível encontrar pelo menos sete utilizações de palavras do léxico da peste⁴⁵⁷. Trata-se, sobretudo de escritos de exegese e comentário bíblico⁴⁵⁸, como o que é feito ao Livro de Jeremias, um daqueles que mais faz uso da peste como castigo no Antigo Testamento, por exemplo. Por outro lado, pestífero ou pestilento como adjetivo pejorativo é usado, como quando Hugo de São Vítor refere que *detestamur pestem arianorum*⁴⁵⁹. Apesar de os usos serem relativamente escassos e se encontrarem sobretudo em comentários, Hugo de São Vítor demonstra que as fontes bíblicas do léxico da peste são centrais, e que a sua transmissão e influência se mantém através dos séculos. Em Portugal, a meia-dúzia de manuscritos contendo obras do autor, provenientes de Alcobaça, os quatro de Santa Cruz de Coimbra, todos do século XIII e sobreviventes, além de um testemunho de um outro manuscrito, hoje desaparecido, pertencente ao Mosteiro de São Vicente de Fora⁴⁶⁰, provam essa expansão e a sua disponibilidade em Portugal⁴⁶¹, sublinhando-se ainda o facto de esses manuscritos conterem vários dos textos onde o autor faz uso do léxico da Peste⁴⁶².

João de Salisbúria (c. 1115-1180) poderá ser o menos célebre do conjunto de autores dos séculos XI, XII e XIII aqui reunidos, mas a sua obra foi decisivamente importante na definição do pensamento político da Baixa Idade Média, incluindo o Portugal do século

⁴⁵⁷ *Patrologiae. Cursus Completus*. Ed. Jacques-Paul Migne. Paris: Garnier Frères, 1854. Tomi CLXXV-CLXXVII. Apesar de datadas, recorri à edição das obras de Hugo de São Vítor feita na *Patrologia Latina*, que, creio, servem para o propósito em causa. O terceiro volume desta tríade publica obras que não são da autoria de Hugo de São Vítor, mas foram a ele associadas em momentos diversos. Jacques-Paul Migne publica-as como apêndices, mas não lhes atribui autoria errada de Hugo de São Vítor. É devido a estas adições, e também devido à inclusão de obras cuja autoria de Hugo de São Vítor é incerta, que o total de usos do léxico da peste, nos três volumes, ascende a vinte cinco, mas apenas sete dizem respeito a obras de autoria confirmada. Um dos casos é o tratado de zoologia *De Bestiis et Aliis Rebus*, um texto com uma tradição manuscrita que remonta à Antiguidade, com origem grega, e uma transmissão extremamente complexa: a palavra *pestis* surge três vezes, associada à descrição da serpente: *Patrologiae...*, Tomus CLXXVII, p. 102; CARMODY, Francis J. - *De Bestiis Et Aliis Rebus and the Latin Physiologus. Speculum* 13:2 (1938), p. 153-159.

⁴⁵⁸ *In Salomonis Ecclesiasten Homiliae XIX*, Homilia XVII (*pestilentiosa* – T. I, p. 241); *Annotatiunculae Elucidatoriae In Threnos Jeremiae (pestiferae e pestilentiam* – T. I, p. 261, 349); *Expositio Moralis In Abdiam (pestiferam* – T. I, p. 383); *De Quinque Septenis Seu Septenariis Opusculum (pestifera* – T. I, p. 406); *Quaestiones Et Decisiones In Epistolas Divini Pauli (pestem arianorum* – T. I, p. 548); *De Sacramentis Christianae Fidei (auctores pestilentes* – T. II, p. 477).

⁴⁵⁹ *Quaestiones Et Decisiones In Epistolas Divini Pauli (pestem arianorum* – T. I, p. 548).

⁴⁶⁰ CAEIRO – Fontes Portuguesas..., p. 151.

⁴⁶¹ *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 136, 137, 141, 166, 167, Vol. II, p. 152, 154, 166, 188; NASCIMENTO, MEIRINHOS – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão...*, p. 116, 204-205, 245-247, 256-260.

⁴⁶² *In Salomonis Ecclesiasten Homiliae XIX e Annotatiunculae Elucidatoriae In Threnos Jeremiae* encontram-se no mesmo código crúzio do século XIII - NASCIMENTO, MEIRINHOS – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão...*, p. 204-205; *Inventário dos códices...*, Vol. II, p. 152, 188.

XV⁴⁶³. Nascido na cidade inglesa à qual ficou associado, rumou a Paris e a Chartres na sua juventude, quando essas cidades contavam com vultos como Hugo de São Vítor, Pedro Abelardo, Guilherme de Conches e Bernardo de Chartres, durante a efervescente fase proto universitária. Rapidamente se notabilizou, servindo membros relevantes da hierarquia eclesiástica e travando conhecimento com outros. Chega a ser secretário de Adriano IV (r. 1154-1159), papa de origem inglesa, e vai acumulando prestígio e benefícios. Próximo de Thomas Becket, o célebre arcebispo de Cantuária assassinado em 1170, foi profundamente influenciado pelo seu exemplo e pelo conflito que este travou com o rei inglês Henrique II, com o fim trágico conhecido. Em 1176, tornou-se bispo de Chartres, função que ocupou nos quatro anos que ainda viveu.

A sua obra conta com uma vasta epistolografia, com a hagiografia de Santo Anselmo de Cantuária, alguma poesia e tratados menores e, acima de tudo, os tratados políticos *Polycraticus* e *Metalogicus*⁴⁶⁴. No que diz respeito ao uso que João de Salisbúria faz do léxico da peste, contam-se quarenta e um usos – a maioria no *Polycraticus* (27), seguido pela sua epistolografia (com oito usos), com os restantes seis divididos entre obras menores e uma única ocorrência no *Metalogicus*⁴⁶⁵. Também aqui o padrão não se altera: imagens bíblicas e uso de *pestem* e *pestifer(as/ae/o/um)* como adjetivo ou metáfora negativa. Uma das explicações para a escassez da expressão *pestilentia* e variantes, é estas se destinarem cada vez mais a fenómenos médicos concretos. Não será por acaso que, numa das raras vezes em que é utilizada, o autor apresenta a *pestilentia* que se abateu sobre Roma no final do reinado de Nero – que é relatada por vários autores clássicos, com destaque para Suetónio e Plínio, o Velho, sendo o primeiro, com a referência ao número de mortos, a provável fonte (mesmo que indireta) de Salisbúria – como um castigo de Deus pelas perseguições feitas aos cristãos, em especial os martírios dos apóstolos Pedro e Paulo⁴⁶⁶. Sendo ou não uma influência na

⁴⁶³ CAMPS, Maria da Conceição - *A presença do Polycraticus de João de Salisbúria na crónica de D. João I de Fernão Lopes: perspectiva jurídico-política*. Porto: [Edição de Autor], 2000. Dissertação de Mestrado em Filosofia Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁴⁶⁴ Não sendo um autor tão editado como alguns dos aqui referidos, recorri à recolha dos seus textos feita na *Patrologia Latina. Patrologiae...*, Tomus CXCIX.

⁴⁶⁵ *Pestem* (8x), *pestilentiae* (2x), *pestiferam* (2x), *pestifera* (5x), *pestes* (4x), *pestifero*, *peste* (6x), *pestis* (8x), *pestilenter*, *pestilentiae*, *pestiferas*, *pestilentia*, *pestiferum*, *pestilentem*.

⁴⁶⁶ *Nam primus Ilomae Christianos supplicii et mortibus affecit: ac per omnes provincias pari persecutione excruciarum imperavit. Ipsumque nomen exstirpare conatus, beatissimos Christi apostolos Petrum cruce, Paulum gladio interfecit. Mox acerbissime miseram civitatem obortae undique oppressere clades. Nam*

transmissão deste conjunto de palavras, a obra de João de Salisbúria é, sem dúvida, mais um eco da receção do vocabulário da peste.

António de Lisboa (1195-1231), mais conhecido fora do mundo lusófono como António de Pádua, é um dos santos mais populares da Igreja Católica e uma figura definidora dos primeiros tempos da Ordem dos Frades Menores. Pregador de fama extraordinária ainda em vida, lente nas universidades de Toulouse e Montpellier, foi decisivo para Francisco de Assis aceitar o ensino formal da teologia entre os membros da ordem. Foi canonizado menos de um ano após a sua morte, num processo que ainda hoje é um dos mais rápidos da história da Igreja e ultrapassa até o do patrono da sua ordem. Se a sua presença neste conjunto de autores estaria perfeitamente justificada por estes motivos, o facto de ser português e de a sua educação formal em teologia e filosofia ter sido feita praticamente toda em Portugal – primeiro na escola catedralícia de Lisboa e no mosteiro de São Vicente de Fora, já como cónego regrante, depois no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde toma contacto com a nova ordem franciscana através dos Cinco Mártires de Marrocos –, torna o santo lisboeta um barómetro do conhecimento que um erudito português, estudando em Portugal, poderia reunir no seu tempo.

Nascido Fernando Martins de Bulhões, numa Lisboa que não era ainda pouso preferencial da corte e estava perigosamente próxima de terras muçulmanas, torna clara a profusão de recursos intelectuais que um erudito português, no advento da nacionalidade, poderia ter ao seu dispor⁴⁶⁷. Dada a sua itinerância frequente, com paragens relativamente curtas e com deslocações que dificultariam o transporte de um número assinalável de códices – que também não abundariam nas casas franciscanas deste período –, tudo indica que as numerosas referências a outros autores e autoridades que António faz nos seus sermões sejam paráfrases que o santo frade lembraria dos seus tempos de cónego regrante, em Lisboa e Coimbra⁴⁶⁸. Memória

subsequente autumno tanta urbi pestilentia incubuit, ut triginta millia funerum in rationem Libitinæ venirent. Patrologia Latina. Patrologiae..., Tomus CXCIX, Polycraticus, liv. VIII, cap. XVIII, p. 788.

⁴⁶⁷ O estudo das bibliotecas dos mosteiros de São Vicente de Fora e de Santa Cruz de Coimbra, a partir de inventários e referências respeitantes a um período pouco posterior à permanência de Fernando Martins em ambos, e com o propósito de perceber o que o santo português poderia ter lido, foi estudado no já citado artigo de Francisco da Gama Caeiro: CAEIRO – As Fontes Portuguesas..., p. 136-164.

⁴⁶⁸ PACHECO, Maria Cândida – A Formação Intelectual do Santo. *Itinerarium* XXVII:110-111 (Maio-Dezembro de 1981), p. 165-183.

prodigiosa, sem dúvida, e capacidade interpretativa excepcional, tudo apresentado sob uma oratória e retórica únicas, garantiram a eternidade a António de Lisboa. O Autor cita ou refere profusamente Santo Agostinho, São Gregório Magno e São Bernardo⁴⁶⁹ – o que demonstra a rápida difusão das obras do santo cisterciense, mesmo fora dos meios da sua ordem -, entre muitos autores. Também o seu vocabulário latino e as respetivas fontes foram já alvo de algumas análises, reforçando o rol de autores citados e a riqueza da cultura antoniana⁴⁷⁰.

No que diz respeito à utilização que Santo António faz do léxico da peste, as ocorrências são poucas: menos de uma dezena, espalhadas por sete salmos⁴⁷¹, uma minoria entre as várias dezenas conhecidas que sobrevivem, e que constituem o essencial da sua obra⁴⁷². Os usos são sempre metafóricos, incluindo uma citação de Gregório Magno e de um provérbio bíblico⁴⁷³. Mas, mais do que uma fonte para um possível leitor português, Santo António surge neste rol no lugar oposto: como um português que lê os textos que são potenciais fontes deste léxico. O santo lisboeta demonstra que, mais de um século antes da Peste, os textos que preservaram este tipo de léxico, nos seus mais diversos usos, existiam em Portugal, eram lidos, compreendidos, absorvidos e reutilizados. Mesmo plantado no *finis terrae*, o reino estava longe de ser intelectualmente periférico ou marginal.

Alberto Magno (c. 1200-1280) é um dos académicos europeus mais destacados do século XIII, mestre de Tomás de Aquino em Paris e Colónia, frade pregador, eminente universitário, bispo de Ratisbona e autor de uma vasta obra, transversal a todas as áreas do conhecimento em jeito de polímata, e que se tornou referência tanto nos domínios da filosofia e teologia, como daquilo a que hoje chamaríamos ciências naturais. O seu

⁴⁶⁹ PACHECO – A Formação Intelectual..., p. 165-167.

⁴⁷⁰ REMA, Henrique Pinto – O Vocabulário do *Opus Evangeliorum* de St. António de Lisboa. *Itinerarium* XXVII:110-111 (Maio-Dezembro de 1981), p. 184-197.

⁴⁷¹ *Pestíferas, peste* (3x), *pestes, pestis, pestilenti, pestilente* (2x); os salmos são os seguintes: *Sermo in Ascensione Domini, Sermo Dominica XI Post Pentecosten, Sermo Dominica XIV Post Pentecosten, Sermo Dominica I Post Octavam Epiphaniae, Sermo Dominica in Quinquagesima, Sermo Dominica VI Post Pentecosten* e *Sermo Dominica IX Post Pentecosten*.

⁴⁷² Ao contrário de boa parte dos autores aqui considerados, a obra de Santo António, nos originais latinos, tem pouca difusão *online*. Neste caso, e assim, recorri tanto à plataforma *Documenta Catholica Omnia*, já referida noutros autores, e ao portal italiano *Sant'Antonio di Padova*: <https://www.santantonio.org/en/sermons?latin=1>.

⁴⁷³ *Pestilente flagellato stultus sapientior erit* (Prov 19, 25) - *Sermo Dominica IX Post Pentecosten*.

corpus textual é, por isso, um pouco distinto do dos restantes autores dos séculos XII e XIII aqui contemplados, mas também maior e uma fonte muito importante no estudo do vocabulário latino dedicado à Natureza na Baixa Idade Média.

A pesquisa por palavra revela-nos um uso considerável da palavra *pestis*, assim como daquelas que dela derivam⁴⁷⁴. Quase uma centena – 94 – são as vezes que o *doctor Universalis* recorre a este tipo de palavra, ainda que algumas delas correspondam a citações de outras obras e autores. Em primeiro lugar, encontra-se a fonte primordial, com dezassete usos do léxico da peste em citações bíblicas, provenientes dos livros dos Provérbios, Salmos, de Jeremias, de Ezequiel e do Evangelho de Lucas, e associados sobretudo ao *corpus* de comentários bíblicos de Alberto Magno. Tendo em conta o longo rol de utilizações, destaco em particular aquelas que pertencem ao plano “natural”: em *Mineralia*, o frade pregador explica como algumas rochas podem servir contra males graves (*mirabiles contra venenum vel alias pestes*⁴⁷⁵), referindo que a safira (*hyacinthorum*) atua *contra pestiferas regiones*⁴⁷⁶; entre a dúzia de referências em *De animalibus*, Alberto Magno fornece, por exemplo, um recurso contra a peste dos animais de grande porte⁴⁷⁷, mas também assinala com curiosidade a ausência de enfermidades pestilenciais nos peixes, que diz ocorrerem apenas no Homem e nos animais quadrúpedes⁴⁷⁸ - algo que lembra outros textos tanto de Aristóteles, como de Plínio, o Velho.

Num tema um pouco diferente, mas fundamental por se relacionar estritamente com as conceções da doença pestilencial antes da Peste Negra, Alberto Magno emprega em *De natura loci* o conceito de lugares pestilentos, em função da combinação de temperatura, humidade e consequentes vapores e ares corruptos⁴⁷⁹. Por outro lado, em

⁴⁷⁴ No caso de Alberto Magno, o recurso preferencial é a base de dados da plataforma *Alberti Magni e-corpus*: <http://www.albertusmagnus.uwaterloo.ca/>.

⁴⁷⁵ *Mineralia*, Lib. II, cap.1.

⁴⁷⁶ *Mineralia*, Lib. II, tract. 2, cap.8.

⁴⁷⁷ *Et dixit mihi multum expertus quod hoc valet multum contra pestem boum et equorum et omnium animalium, quando tritum cum potu datur animalibus. De animalibus*, Lib. XXII, tract. 2, cap. 1.

⁴⁷⁸ *Adhuc autem numquam apparuit infirmitas pestilentialis in piscibus sicut in hominibus et in aliis animalibus quadrupedibus. De animalibus*, Lib. VII, tract. 2, cap. 1.

⁴⁷⁹ Por exemplo: *Talia autem loca etiam paludosa sunt frequenter ex humore diffuso super terram et corrumpente habitationem. Quandocumque enim calidum non est nisi corrumpens humidum, et non vincens ipsum, inducit pestiferas corruptiones. Et ideo talia loca, etiam ea quae cultura nascuntur in talibus locis, frequenter corrumpunt : quia, sicut diximus supra, locus et locatum connaturalitatem habent multam. De locis natura*, tract. 1, cap. 13.

De causis proprietatum elementorum avança com explicações astrológicas para a corrupção do ar e consequente formação de miasmas pestilenciais, combinando as duas correntes de explicação da origem das pestes⁴⁸⁰; entre as causas ‘metereológicas’, Alberto Magno inclui os terremotos, cujos vapores provocariam quase certamente uma pestilência⁴⁸¹. Vemos reunidos, assim, o conhecimento natural sobre a peste, mas também um uso alargado do seu léxico em todas as vertentes – da metáfora à doença –, passando pelas omnipresentes citações bíblicas. Alberto Magno é uma figura fundamental no pensamento e na ciência medievais e, ainda que a sua influência em Portugal nos cem anos que antecedem a Peste Negra seja difícil de avaliar, e marcada pela ausência de testemunhos manuscritos⁴⁸², a sua obra não poderia ser ignorada nesta recolha.

Tomás de Aquino (1225-1274) é o derradeiro autor analisado nestas páginas e, apesar de ter falecido pouco mais de sete décadas antes da Peste Negra, alcançou a fama em vida; a sua obra difundiu-se rapidamente, alcançando um estatuto intocável – mesmo com as condenações feitas pela Igreja de dezenas de teses da Universidade de Paris, em 1277, sobretudo aquelas que se relacionavam com o aristotelismo averroísta e que não terão sido estranhas a Tomás de Aquino durante a sua vida. Originário do sul de Itália, estudou em Paris e Colónia, com Alberto Magno, tendo ensinado em Paris e diversos *studia* dominicanos, incluindo o seu derradeiro *studium*, em Nápoles, por si fundado e organizado. Foi canonizado em 1323. A sua obra é tão filosófica quanto teológica, e, acima de todas, está a sua *Summa Theologica* que, ainda que nunca tenha sido terminada, reúne e apresenta o essencial do seu pensamento, o que, após o

⁴⁸⁰ *Corruptitur autem aer aliquando ex causa coelesti. Conjunctio enim duarum praecipue stellarum, quae sunt Jupiter et Mars, cum aliis coadjuvantibus in signo Geminorum, quod est triplicis aerae, faciunt ventos pestilentes, et aeres corruptos, qui subito necant multitudinem hominum et animalium : sicut ventus fuit qui in Dremoth interfecit exercitum unum subito. Jupiter enim cum calidus et humidus sit in natura, habet elevare ventos et vapores, et praecipue in signo Geminorum, quod est signum calidum et humidum in ultimo statu naturae aeris. Mars autem cum sit intemperate calidus et siccus, ignit vapores elevatos : et incipiunt per aerem multiplicari fulgura et scintillationes et pestiferi vapores et ignes, et veneno peracuto inficiunt aerem : et ideo inducunt frequenter pestilentias. De causis proprietatum elementorum, Lib. II, tract. 2, cap. 1.*

⁴⁸¹ SMOLLER - Of earthquakes, hail, frogs and geography..., p. 175-176.

⁴⁸² Não conhecendo nenhuma referência em catálogos medievais ou modernos, resta um único testemunho em pouco mais de 15 fólios de um manuscrito que reúne, além de um breve tratado atribuído a Alberto Magno sob a designação de *Liber de memoria rerum difficilium*, outros de Tomás de Aquino, Maimónides e Averroís, além de alguns cujo autor permanece por identificar. BNP, Cod. 2299-21, fl. 120-135.

revivalismo do seu estudo (a partir do século XIX), justificou a declaração da filosofia do *Doctor angelicus* como a principal corrente filosófica da igreja, a partir do pontificado de Leão XIII (r. 1878-1903).

A filosofia escolástica de São Tomás de Aquino constrói-se a partir de uma intrincada filigrana lógica, e a vastidão dos seus escritos tornam a sua obra muito relevante na recolha do léxico da peste. Porém, em toda a sua obra, as diversas formas derivadas de *pestis* surgem apenas quinze vezes⁴⁸³. Treze delas estão na *Summa Theologica*, e apenas duas em *Quaestiones Disputatae*⁴⁸⁴. Entre os usos, *peste*, genericamente como doença, surge numa citação de Beda⁴⁸⁵; noutra questão, Tomás de Aquino cita a *Moralia in Iob*, de Gregório Magno, de onde retira uma *pestem* com sentido de malícia ou perfídia⁴⁸⁶ e também o *pestifer morbus* da soberba⁴⁸⁷; noutra ainda, o santo pregador cita São Jerónimo para dizer que se deve fugir do pobre que enriqueceu como da *pestem*⁴⁸⁸. Os exemplos continuam: da citação de Cícero (*De Officiis*), onde se usa a metáfora de uma *domum pestilentem*⁴⁸⁹ ao papa Inocêncio I (r. 401-417), que condena as *pestes* como o arianismo⁴⁹⁰, passando por diversas citações de Santo Agostinho⁴⁹¹, mas também do Velho Testamento⁴⁹², São Tomás prova que o rico léxico da peste, nas suas mais diversas formas, foi sendo transmitido ao longo dos séculos, pelos mais diversos autores latinos, com os propósitos mais distintos, sobrevivendo e enriquecendo-se até às vésperas da Peste. Prova da difusão anteriormente referida é a existência de seis manuscritos de obras de São Tomás datados criticamente de 1275-1325, pertencentes à antiga livraria do Mosteiro de Alcobaça e hoje preservados na Biblioteca Nacional de Portugal⁴⁹³.

⁴⁸³ *Peste, pestem* (2x), *pestes, pestifer* (2x), *pestifera* (3x), *pestiferae* (2x), *pestiferum, pestilente* (2x), *pestilentem*.

⁴⁸⁴ Sendo poucas referências numa obra muito vasta, deixo as localizações: *Summa Theologica* I-II 87.3, II-II 11.2 (2x), 36.44, 75.2, 77.3, 77.4, 84.1, 93.1, 94.3, 95.4 e 162.2, III 82.7; *Quaestiones disputatae*, de malo, 8, 2, 1 e de virtutibus, 3, 1, 77.

⁴⁸⁵ *Summa Theologica* II-II 95.4.

⁴⁸⁶ *Summa Theologica* II-II 36.4.

⁴⁸⁷ *Summa Theologica* II-II 162.2; *Quaestiones disputatae*, de malo, 8, 2, 1.

⁴⁸⁸ *Summa Theologica* II-II 77.4.

⁴⁸⁹ *Summa Theologica* II-II 77.3.

⁴⁹⁰ *Summa Theologica* III 82.7

⁴⁹¹ *Summa Theologica* II-II 11.2 (x2); 84.1.

⁴⁹² *Summa Theologica* I-II 87.3; *Quaestiones disputatae*, de virtutibus, 3, 1, 77.

⁴⁹³ *Inventário dos códices...*, Vol. I, p. 179-184.

Este último rol de autores singulares, figuras proeminentes da nova cultura latina, embebida em clássicos gregos, oferecidos em latim depois de passarem pelos seus filtros árabes, revela inequivocamente a perenidade do léxico que aqui se rastreia. As fontes são diversas: a Bíblia, a patrística latina, os clássicos romanos, tudo absorvido e devolvido a novas gerações de leitores, sob uma capa de escolasticismo e de uma filosofia filigranada que tem em São Tomás de Aquino o seu zénite. Poucas décadas antes da Peste, numa era em que os autores se voltavam a celebrar em vida e centenas cruzavam a Europa na *peregrinatio studiorum*, o léxico da peste – maioritariamente afastado da ideia de doença epidémica, mas recuperando-o de quando em vez – é transmitido e retransmitido, estando vivo e atual nas vésperas da Grande Peste.

2.8 – Crónicas anteriores a 1348

Os textos historiográficos são uma fonte privilegiada. Procuram relatar uma certa realidade, servindo um programa bem definido – sobretudo no caso da cronística -, ou registando o que é extraordinário ou muito importante – o mais habitual nos anais. Assim, o conceito de peste pode surgir-nos diretamente, como referência a um evento epidémico, ou numa das alternativas que foram surgindo anteriormente, sobretudo como metáfora e recurso linguístico. A cronística portuguesa produzida até meados do século XIV não é particularmente abundante – além da primeira redação da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, acessível sobretudo através da sua refundição de c. 1400, poder-se-á acrescentar os ancestrais de algumas das *Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra*⁴⁹⁴. A par destas, e porque muitas destas crónicas foram concebidas como narrativas ibéricas, é necessário incluir vários textos produzidos fora de Portugal. Assim, no caso das crónicas, foram incluídos na recolha os seguintes textos galegos, castelhanos, leoneses, aragoneses e moçárabes⁴⁹⁵: *Crónica bizantina-arábiga* (c. 741)⁴⁹⁶,

⁴⁹⁴ FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da - *Crónicas breves e memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra*. Lisboa: [s.n.], 2000.

⁴⁹⁵ Acedi a vários destes textos e respetivas referências de publicação, que depois verifiquei, através de um blog especializado, *Clásicos de Historia*, disponível em <https://clasicoshistoria.blogspot.com/>.

⁴⁹⁶ GIL, Juan - *Corpus scriptorum muzarabiorum*, Madrid: Instituto Antonio de Nebrija, 1973, Vol. I, p. 7-14. Na única tradução espanhola que conheço da *Crónica bizantina-arábiga*, a palavra *pestilentiae* traduz-se inequivocamente por peste. BLANCO SILVA, Rafael - Una crónica mozárabe a la que se ha dado en llamar arábigo-bizantina de 741. Un comentario y una traducción. *Revista de Filología de la Universidad de La Laguna* 17 (1999), p. 153-168.

Crónica mozárabe (754)⁴⁹⁷, as duas redações da *Crónica de Alfonso III* (final do séc. IX)⁴⁹⁸, *Crónica Albeldense* (c. 950), *Crónica de Sampiro* (999)⁴⁹⁹, *Historia silense* (c. 1130)⁵⁰⁰, *Historia Compostelana* (c. 1140)⁵⁰¹, *Liber Regum* (1209)⁵⁰², *De rebus Hispaniae*, de Rodrigo Jiménez de Rada (1243)⁵⁰³, e *Estoria de España (Primeira Crónica General, c. 1289)*⁵⁰⁴. Vários textos que poderiam ser incluídos neste rol foram já analisados no conjunto das obras de dois autores, Idácio de Chaves e Isidoro de Sevilha.

Os textos originais desta dezena de obras estão, na sua maioria, em latim. As exceções – *Liber Regum* e *Estoria de España*, fornecem-nos um contraponto a essa realidade. Em todo este conjunto de textos, o léxico da peste é usado apenas cinco: a *Crónica bizantina-árabiga*, a *Crónica Mozárabe*, *Historia Compostelana*, *De rebus Hispaniae* e a *Estoria de España*. No caso dos textos do século VIII, que partilham parte da estrutura, das fontes e do conteúdo, há uma referência na narrativa do mesmo episódio: o cerco que o califa omíada Muawiya I (r. 661-680) lança sobre Constantinopla, por volta de 674, e que acaba por ser levantado dois anos depois, pelo sofrimento a que a fome e a peste (*pestilentiae*) submetiam as tropas árabes⁵⁰⁵. É possível que se trate de um surto de peste pertencente à Primeira Pandemia, e a sua referência num texto ibérico prova a capacidade de circulação de obras de todos os tipos, de uma ponta à

⁴⁹⁷ GIL - *Corpus scriptorum muzarabiorum...*, Vol. I, p. 15-55.

⁴⁹⁸ *Crónicas Asturianas*. Estudio preliminar de Juan I. Ruiz de la Peña, introd. y ed. crítica de Juan Gil Fernandez, trad. y notas de José L. Moralejo. Oviedo: Universidad de Oviedo, Servicio de Publicaciones, 1985.

⁴⁹⁹ *Historia Silense*. Edición preparada por Francisco Santos Coco Madrid: Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, 1921, p. 41-59.

⁵⁰⁰ *Historia Silense...*

⁵⁰¹ FLOREZ, Henrique (ed.) – *España Sagrada. Teatro Geographico-Historico de la Iglesia de España. Tomo XX. Historia Compostelana*. Madrid: Imprenta de la Viuda de Elísèo Sanchez, 1765. Recorri igualmente à tradução para castelhano da autoria de Emma Falque: *Historia Compostelana*. Introducción, traducción, notas e índices de Emma Falque. Madrid: Ediciones Akal, 1994. ISBN 84-460-0417-8.

⁵⁰² SERRANO Y SANZ, M. - Cronicon villarensis: Liber Regum. *Boletín de la Real Academia Española*, Tomo VI (1919), p. 194-207.

⁵⁰³ RADA, Rodericus Ximenius de - *Historia de rebus Hispanie, sive: Historia Gothica*. Cura et studio Juan Fernandez Valverde. Turnholt: Brepols, 1987. Recorri também à tradução castelhana realizada por Juan Fernández Valverde: *Historia de los hechos de España*. Introducción, traducción, notas e índices de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Editorial, 1989. ISBN; 84-206-2587-6.

⁵⁰⁴ Tratando-se de uma exploração não exaustiva, optei por ver apenas a redação que Menéndez Pidal editou sob o título de *Primeira Crónica General*, ainda que esta não corresponda, na sua maioria, às redações alfonsis originais, mas à do seu sucessor, Sancho IV de Castela. *Primera crónica general de España: que mandó componer Alfonso el sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Ed. por Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Gredos, 1955. 2 vols.

⁵⁰⁵ GIL - *Corpus scriptorum muzarabiorum...*, Vol. I, p. 11 e 25. Rafael Blanco Silva traduz a palavra *pestilentiae* inequivocamente por pestilência: BLANCO SILVA - Una crónica mozárabe..., p. 163.

outra do Mediterrâneo, numa cronologia onde a permeabilidade entre os velhos espaços latino e grego já inclui o terceiro - e incipiente – elemento árabe. Munido de Isidoro de Sevilha, referências bizantinas e clássicos de todos os tipos, um letrado hispânico prestes a moçarabizar-se no alvor da Idade Média, saberia exatamente ao que se referia a expressão *pestis* ou *pestilentiae*. Terá essa capacidade sobrevivido aos séculos sucedâneos e alcançado as vésperas da Peste Negra?

O léxico da peste presente na *Historia Compostelana* surge dez vezes, em diversas formas⁵⁰⁶. Parte importante destas palavras é usada como adjetivo depreciativo (todos os derivados de *pestifer*, assim como parte de *pestis*) ou comparações negativas, mas há também alguns usos literais, relativos a matéria médica. É uma *pestis* a fé islâmica⁵⁰⁷, como é *pestifera* o peso dos pecados⁵⁰⁸ e *pestiferae* a persuasão diabólica e a inveja⁵⁰⁹; há também espaço para uma citação de Boécio, a recorrente imagem do falso amigo como a pior *pestis*⁵¹⁰, empregue para condenar a traição dos compostelanos ao seu arcebispo, em favor da rainha D. Urraca, uma traição que era uma *morbida peste*⁵¹¹ promovida e incentivada pela própria rainha, cheia de *pestifero illita veneno*⁵¹². No plano médico, estaria Santiago de Compostela livre de *omni peste* por intercessão das relíquias recém-incorporadas no acervo compostelano, acabadas de roubar em Braga pelo arcebispo Diogo Gelmirez, em 1102⁵¹³; quando o arcebispo foi libertado da prisão a que havia sido submetido pela rainha, em 1121, alguns muçulmanos presentes em Santiago de Compostela presenciaram a cura de um deles, vítima de uma *mortiferi apostematis pestem*, um tumor que o consumia⁵¹⁴. O programa que está por trás da redação da *Historia Compostelana* não seria o mais vocacionado para referir fenómenos de cariz epidémico, mas a dezena de usos é relevante. Não será demais lembrar que a autoria

⁵⁰⁶ *pestis* (2), *peste* (4), *pestifera* (1), *pestiferae* (1), *pestifero* (1), *pestem* (1).

⁵⁰⁷ FLOREZ – *España Sagrada...*, lib. I, cap. 1, p. 7; *Historia Compostelana...*, p. 68.

⁵⁰⁸ FLOREZ – *España Sagrada...*, lib. I, cap. XVIII, p. 52; *Historia Compostelana...*, p. 108.

⁵⁰⁹ FLOREZ – *España Sagrada...*, lib. I, cap. XX, p. 55; *Historia Compostelana...*, p. 111.

⁵¹⁰ FLOREZ – *España Sagrada...*, lib. I, cap. CIX, p. 213; *Historia Compostelana...*, p. 259.

⁵¹¹ FLOREZ – *España Sagrada...*, lib. I, cap. CXII, p. 221; *Historia Compostelana...*, p. 265.

⁵¹² FLOREZ – *España Sagrada...*, lib. II, cap. XLII, p. 328; *Historia Compostelana...*, p. 364.

⁵¹³ FLOREZ – *España Sagrada...*, lib. I, cap. XV, p. 41; *Historia Compostelana...*, p. 98.

⁵¹⁴ FLOREZ – *España Sagrada...*, lib. II, cap. L, p. 355 (três registos na mesma página); *Historia Compostelana...*, p. 387.

coube, em parte, a Hugo, clérigo francês do séquito de Gelmirez, futuro bispo do Porto e primeiro senhor da cidade⁵¹⁵.

Os derradeiros textos analisados, *De rebus Hispaniae* e a *Primeira Crónica General*, incluem referências ainda mais ricas do que o texto compostelano. O texto do Toledano inclui nove referências⁵¹⁶, respeitantes a vários períodos cronológicos e diversas funções. Com Isidoro de Sevilha como fonte, são várias as referências à *gentem uirus pestiferum*⁵¹⁷ e à *arriane pestilencie*⁵¹⁸, na transversal condenação do arianismo. Para o período de desintegração do reino visigodo e conquista islâmica, Rada justifica a incapacidade do enorme exército cristão dizendo que estava enfraquecido por *duorum annorum peste et inedia imbecilis*⁵¹⁹. Não havendo outra referência histórica a uma peste na Península Ibérica neste período, sublinha-se o recurso retórico eficaz e justificador.

À conquista muçulmana, segue-se a *pestis* da destruição, que não teria poupado uma única catedral hispânica⁵²⁰. O cronista atribui a Pelágio das Astúrias (c. 718-737) o discurso onde se diz que Deus se compadecerá dos seus filhos, mesmo que corrompidos (*pestilens*⁵²¹), lançando as sementes da *Reconquista* no discurso do Toledano. A referência mais significativa ao léxico da peste faz-se para uma cronologia posterior: diz-se que Almançor, no fim da sua vida, por volta de 1002, teria visto o seu exército ser atacado por uma *inmunda sui plaga, scilicet, dissenteria*, sendo forçado, por essa *peste* a recuar, acabando por morrer pouco depois⁵²². Estes dados carecem de factualidade – Rada afirma que Almançor morreu antes de Bermudo II de Leão (r. 982-99), quando aquele faleceu três anos depois deste. Mas a aplicação do conceito de peste neste caso

⁵¹⁵ Esta autoria justificou a (única) tradução parcial da *Historia Compostelana* para português – precisamente o excerto que diz respeito ao furto das relíquias bracarenses por Gelmirez e pelos seus homens -, no 9º centenário da restauração da diocese do Porto. Como vimos, uma das ocorrências do léxicos da peste é feita neste, e a tradução opta inequivocamente por manter a palavra (“estariam protegidos de toda a peste e doença – p. 18): HUGO – *A Viagem de D. Diago Gelmires ao Condado Portucalense em Novembro de 1102*. Coord. de Luís Carlos Amaral e tradução de Manuel Francisco Ramos. Porto: Cabido Portucalense, 2014.

⁵¹⁶ *Pestiferum, pestilencie, peste (3), pestis, pestilentes (2), pestem (2)*.

⁵¹⁷ RADA - *Historia de rebus Hispanie...*, lib. II, cap. 1, p. 40; *Historia de los hechos de España...*, p. 88.

⁵¹⁸ RADA - *Historia de rebus Hispanie...*, lib. II, cap. 14, p. 61; *Historia de los hechos de España...*, p. 107.

⁵¹⁹ RADA - *Historia de rebus Hispanie...*, lib. III, cap. 20, p. 103; *Historia de los hechos de España...*, p. 143.

⁵²⁰ RADA - *Historia de rebus Hispanie...*, lib. III, cap. 22, p. 107; *Historia de los hechos de España...*, p. 151.

⁵²¹ RADA - *Historia de rebus Hispanie...*, lib. IV, cap. 1 e 2, p. 115-116; *Historia de los hechos de España...*, p. 160-161.

⁵²² RADA - *Historia de rebus Hispanie...*, lib. V, cap. 16, p. 165; *Historia de los hechos de España...*, p. 208.

é bastante interessante: trata-se de uma doença que afetava conjuntos importantes de indivíduos e era particularmente repulsiva devido às suas diarreias sanguinolentas, estando perfeitamente identificada pelas suas características através de um *nome próprio*. Assim, fica demonstrado o caráter genérico da aplicação do conceito de peste, na Península, em pleno século XIII. Rodrigo Ximenez de Rada oferece ainda mais dois exemplos. O primeiro, refere-se à seca que se terá vivido no final do reinado de Bermudo II como uma *pestem*⁵²³, dado como castigo pela prisão injusta do bispo de Oviedo, Gudesteo. Por fim, o último episódio é o da *pestis famis* terrível, que teria afetado gravemente Castela em 1213, pouco depois da batalha das Navas de Tolosa e no final do reinado de Afonso VIII de Castela (r. 1158-1214)⁵²⁴. Este episódio é muito interessante, por ter sido presenciado pelo cronista, que à data já era arcebispo de Toledo. Não deixa de ser interessante perceber este tipo de fenómenos, poucos anos depois de eventuais problemas semelhantes terem ocorrido no ocidente peninsular, particularmente na Galiza e Portugal, como adiante se verá. Assim, peste, para o Toledano, é um fenómeno destrutivo, negativo, mas conceptualmente aplicável a um conjunto alargado de circunstâncias nefastas.

Na *Primeira Crónica General de España* há duas dezenas e meia de usos do castelhano *pestilencia*, no singular ou plural, com pequenas variações gráficas. Fazendo a história do mundo da criação até ao então presente, as primeiras onze referências a pestilências dizem respeito ao Império Romano: divide-se entre presságios à morte de César⁵²⁵, à ausência de pestes e calamidades no reinado de Calígula⁵²⁶ – cuja fonte, mesmo que indireta, terá de ser Suetónio⁵²⁷ –, às epidemias hoje designadas como *Peste*

⁵²³ RADA - *Historia de rebus Hispanie...*, lib. V, cap. 17, p. 166; *Historia de los hechos de España...*, p. 208.

⁵²⁴ RADA - *Historia de rebus Hispanie...*, lib. VIII, cap. 14, p. 278; *Historia de los hechos de España...*, p. 208.

⁵²⁵ *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 119, p. 96.

⁵²⁶ *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 166, p. 116.

⁵²⁷ V. capítulo 2.3.

Antoniana, que a crónica refere para os anos de 165⁵²⁸, 168⁵²⁹, 169⁵³⁰ e 185 d.C.⁵³¹, e *Peste de Cipriano*, referida nos anos 253⁵³² e 254 d.C.⁵³³ - e explicada como consequência da perseguição aos cristãos movida pelo imperador Décio – e outros usos metafóricos⁵³⁴ ou em associação a uma fome⁵³⁵. Uma pestilência referida especificamente para o espaço ibérico no ano 415⁵³⁶, juntamente com guerra, fome e bestas, parece denunciar o recurso à *Crónica de Idácio* como fonte⁵³⁷. A partir deste ponto, a *Primeira Crónica General de España*, nos seus usos do vocabulário da peste, segue sobretudo o Toledano, traduzindo e adaptando muito do que é dito já no *De rebus Hispaniae*. É-o na *pestilencia* do arianismo⁵³⁸, assim como nas referências ao enfraquecimento do reino visigodo por pestes nas vésperas da invasão muçulmana⁵³⁹, e na caracterização da invasão como uma

⁵²⁸ “E aquell anno auie en pisa un philosofo a quien llamauan Peregrino, omne muy sabidor en todas las artes. E entendiendo que auien a uenir muchas pestilencias por el mundo; allego el por si mismo mucha llenna et fizo muy grand fuego, et echosse de suso; et quemosse alli”. *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 214, p. 153.

⁵²⁹ “En el seteno anno que fue en la era de dozientos et seys, auino assi que por la persecucion que los emperadores fazien en los cristianos, uino tan grand pestilencia en toda la tierra, que destruyo muchas prouincias, et mayormiente quebrando toda la tierra de Italia (...)”. *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 216, p. 153.

⁵³⁰ “(...) auino assi que sopieron las yentes de las tierras las grandes pestilencias que uinieran en tierra de Roma, et los destruymientos que auie recebido ell imperio (...)”. *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 217, p. 153.

⁵³¹ “En el quinto anno que fue en la era de dozientos et ueynt et tres, por las grandes maldades que ell emperador Comodo auie en si, touieron las yentes que todas las pestilencias que en la tierra uinien, todas eran por los sus merecimientos.” *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 225, p. 156.

⁵³² “Et matauan amos a todas partes muchos cristianos sin guisa. E por este mal que ellos fazien uino muy grand pestilencia de enfermedades en toda la tierra de Ytalia”. *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 264, p. 166.

⁵³³ “E uinieron aquell anno muchas pestilencias et enfermedades de muchas guisas sobre los gentiles de todo el sennorio de Roma [...] Assi que aquel anno no finco ninguna prouincia de Roma ni ninguna cibdat. ni casa ninguna. en que tan grand pestilencia no cayesse que adur escapo y omne uiuo.” *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 265, p. 156.

⁵³⁴ *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 321, p. 193.

⁵³⁵ “A los veynt et siete annos que se cumplieron en la era de trezientos e setaenta e tres fue Costantino, el fijo de Costantino ell emperador, alcado por rey et non por emperador por se no egualar a su padre. E uino muy grand pestilencia de fambre en tierra de Siria et de Cilicia. de guisa que murieron muchas yentes sin cuenta”. *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 326, p. 195-196.

⁵³⁶ “E desta guisa era tormentada la mesquina de Espanna, et destroida de quatro maneras: la una a llagas de bestias fieras; la otra a fambre; la tercera a pestilencia que murien los uiuos de la fedor de los muertos; la quarta a fierro que los matauan los barbaros”. *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 366, p. 209.

⁵³⁷ V. cap. 2.4.

⁵³⁸ *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 438, p. 248.

⁵³⁹ “La mezquina de Espanna que desdel tiempo del rey Leouegildo estidiera en paz bien cient et cinquenta annos assi como dixiemos, comencosse estonces a destruyr et a sentir las pestilencias que ouiera ya otra uez en el tiempo de los romanos”; “Dizen que en la hueste de los cristianos, que fueron mas de cient mill omnes darmas, mas eran lassos et flacos, ca dos annos auien passados en grand pestilencia de fambre et de mortandad”. *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 555 e 557, p. 308 e 310.

pestilencia destruidora⁵⁴⁰. À parte, fala-se ainda de eventos como o cerco de Constantinopla de 717-718, onde se teria feito sentir *pestilencia de fambre et de frio*⁵⁴¹ que teria sido responsável pela morte de boa parte do exército omíada; uma outra *pestilencia de fambre*⁵⁴² teria atingido o al-Andalus pouco depois de o primeiro emir omíada de Córdova, Abd al-Rahman I (r. 756-788) chegar à Península. Reencontrando o Toledano, é invocado o episódio da epidemia de disenteria entre o exército de Almançor⁵⁴³ e a coeva *pestilentia desta sequedad* do final do reinado de Bermudo II⁵⁴⁴. Os últimos episódios que recorrem ao vocabulário da peste são a também referida fome dos últimos anos de Afonso VIII de Castela, rematando com um uso metafórico: *as grandes pestilências* provocadas pelo conde Álvaro Nunes de Lara, durante a menoridade do jovem e efémero Henrique I de Castela (r. 1214-1217). Entre o conjunto de crónicas analisado, a *Primeira Crónica General de España* é importante pelo número de usos do léxico da peste, pela variedade desses usos – que inclui um rol muito apreciável de epidemias históricas –, e por ser um texto em vernáculo. As suas diversas formas, adaptações e refundições conheceram grande fortuna, tratando-se de um *corpus* fundamental na cultura ibérica e europeia do seu tempo.

A pesquisa no texto da *Crónica Geral de Espanha de 1344* apresenta desafios acrescidos neste contexto. Se a primeira redação é terminada poucos anos antes da Peste Negra, a sua refundição data de 1400. Ora, da primeira redação resta-nos apenas a tradução castelhana e fragmentos portugueses. Assim, para poder incluir as variantes, recorri tanto à edição crítica da versão castelhana, feita por Ingrid Vindel⁵⁴⁵, como à reconstituição do manuscrito L da mesma crónica – que representa a refundição feita c. 1400, mas não deverá conter alterações significativa no texto pré-existente que invalidem o seu uso neste propósito concreto de pesquisa lexical –, feita por Marta

⁵⁴⁰ *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 559, p. 313.

⁵⁴¹ *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 569, p. 324.

⁵⁴² *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 596, p. 340.

⁵⁴³ *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 754, p. 449.

⁵⁴⁴ *Primera crónica general de España...*, Vol. I, cap. 756 e 757, p. 450.

⁵⁴⁵ VINDEL PÉREZ, Ingrid – *Crónica de 1344. Edición crítica y estudio*. Barcelona: [s.n.], 2015. Tesis doctoral presentada a Universitat Autònoma de Barcelona.

Pedrosa⁵⁴⁶ e Sílvia Miranda⁵⁴⁷. A pesquisa no texto castelhano fornece apenas três casos, enquanto o texto português reconstituído contém oito. A tradução castelhana preserva as referências que vêm já do *De Rebus Hispaniae* e da *Estoria de España*, recuperando a *pestilencia* diarreica que atingiu o exército de Almançor, assim como a *pestilencia de sequedad* que teria afetado o reino de Leão, praticamente na mesma altura, como castigo celestial pela prisão injusta do bispo de Oviedo que Bermudo II de Leão, mal-aconselhado, ordenara⁵⁴⁸. No caso do texto português refundido, refere-se o episódio da seca que teria provocado uma grande fome em meados do século VIII, na mesma altura em que é criado o emirado omíada de Córdoba⁵⁴⁹, o já referido episódio disentérico do exército de Almançor, por volta do ano 1000⁵⁵⁰, a seca coeva em Leão⁵⁵¹, e uma tempestade que teria caído em Córdoba no mesmo período – apesar da grande

⁵⁴⁶ PEDROSA, Marta - *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344 (1ª parte)*. Lisboa: [s.n.], 2013. 2 vols. Relatório de estágio de mestrado em Crítica Textual apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁵⁴⁷ MIRANDA, Sílvia - *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344 (2ª parte)*. Lisboa: [s.n.], 2013. Relatório de estágio de mestrado em Crítica Textual apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁵⁴⁸ VINDEL PÉREZ – *Crónica de 1344...*, cap. CCLXV e CCLXVIII, p. 441 e 445.

⁵⁴⁹ “E, quando este reynou, fezerõsse em Spanha dous annos que nom choveo pouco nem muyto. E deulhe Deus tanta fame e tal pestellença na terra que nõ podiam sofrer a fome; e foronsse morar aas ribas do mar, por que avya hi cousas cõ que sofryam a coita da fome”. PEDROSA – *Reconstituição...*, cap. CLXXXI, p. 147.

⁵⁵⁰ “Este rey Almançor, que ja dissemos, quando se partio de Santiago, elle e todollos seus, forom feridos de maldiçõ de Deus pollo pecado e atrevymto e çugidades que elle e os seus fezeron na igreja de Santiago. E cayu em elles hũa tam grande infirmitade, das grandes que no mundo pode seer, a que os fisicos chamã darrya. Esta door a que dizem darria he enno ventre, que rompe as entranhas e as tripas e faz nos homẽes menaçõ tam forte que morrem della. E Almançor e todollos da sua hoste forom tã mal treitos desta door que a mayor parte delles morrerõ, que muy poucos scaparõ. E, os que escaparõ, conta a estorya que depois morrerom morte supitanea. Quãdo esto ouvvyu el rey dom Vermudo, ãvyou muytos homẽes de pee aas mõtanhas, onde se levantavã aquelles enfermos da hoste d’Almançor, e matarõnos todos quantos acharom. E Almãçor ficou quasi soo de sua companha e foilhe forçado de se tornar a Cordova, a pesar de si, por esta pestellença que lhes assy aveeo”. MIRANDA – *Reconstituição...*, cap. CCCXC, p. 96.

⁵⁵¹ “Andados dez e seis annos do reynado deste rey dom Vermudo de Leon – e foy esto na era de mil e dez e sete ãnos e andava o ãno da encarnaçõ de Nosso Senhor Jhesu Cristo em novecentos e sateenta e oito e o de Octo, o segundo, emperador de Roma, ã onze annos – en aquella sazõ, terra d’Espanha sofreu grãde fame polla pestellença da secura que hy avya. E, doendosse Deus do poboo, quis, por sua misericordya e grande mesura, demostrar por que era esta grande presa. E apareceu ã visom a hũus boos homẽes d’ordem; e foilhe mostrado que, por o pecado e torto que el rei dom Vermudo fezera em prender o bispo d’Ovedo, que por esso era aquella pestellença.” MIRANDA – *Reconstituição...*, cap. CCCXCIII, p. 98.

seca e carestia de pão⁵⁵². Original na sua inclusão⁵⁵³ é o episódio da invasão francesa da Coroa de Aragão, por volta de 1285, na sequência da qual o rei francês Filipe III (r. 1270-1285) teria falecido, vítima da *pestellença* gerada pelos muitos mortos deixados pela derrota francesa⁵⁵⁴. As derradeiras *pestellenças* da refundição da *Crónica Geral de Espanha de 1344* são-nos reveladas como uma terrível *pestellença de fome* na taifa de Saragoça, na década de 1080 – com as imagens clássicas de canibalismo incluídas⁵⁵⁵ -, e a *pestelença* provocada pelos *maas aguas e aares corruptos* que empestavam Sevilha durante o longo cerco cristão que antecedeu a conquista da cidade, em 1248, e que parecem remeter para uma incidência de febres palúdicas típicas de zonas húmidas e quentes, como as margens do Guadalquivir frequentadas pelo exército sitiante. A *Crónica Geral de Espanha de 1344* é um texto particularmente importante nesta recolha, por ser o conjunto mais significativo do léxico da peste redigido em galego-português antes da Peste Negra. Apesar de não ser possível aceder ao texto da redação original em galego-português, a refundição, neste domínio em concreto, deverá ser útil. É verdade que, no caso da tradução castelhana da redação original, o conjunto de utilizações do vocabulário em estudo é menor, mas é pouco claro se isso se deve a opções do tradutor castelhano, ou se há um enriquecimento desse tipo na refundição, bem posterior à Peste Negra e a várias das suas réplicas. Estando intimamente ligada à historiografia

⁵⁵² “Em todo esto, nõ quedavam os Berberiiis de correr Cordova cada dia e fazer quanto mal podyã. E, em aquella sazom, avya grande carestia de pam em Cordova, de guisa que vallya a fanega do trigo triinta maravedis da moeda que entõ corrya. E, sem esto, cayo em elles grande tempestade de pestellença e por esta razom fuyã os mais delles e alçavansse ennas serras”. MIRANDA – *Reconstituição...*, cap. CDVI, p. 106.

⁵⁵³ Original e, segundo Francisco Bautista, bastante fiel ao curso dos eventos históricos. BAUTISTA, Francisco - Historia y circulación de noticias en la primera mitad del siglo XIV: las casas reales de Aragón y Francia en la *Crónica de 1344. e-Spania* 25 (octubre 2016). DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.26177>.

⁵⁵⁴ “Despois que a frota de Frãça assy foy desbaratada, e el rey jazendo sobre a cidade, fallecerõ as vyandas ãna hoste, ca lhes nõ podyam viir per mar. E foy tal mÿgua de mãtiimêtos que morryã de fome, assi os homêes como as bestas. E do fedor dos mortos se jeerou tal pestellença que matou el rey de França e a mayor parte de todos seus ricos homêes. E por esto foy forçado aos Franceses de se levantar de sobre Girona e levarem el rey que tiinham morto e muytos senhores que com elle veherõ”. MIRANDA – *Reconstituição...*, cap. CDXXXVIII, p. 130.

⁵⁵⁵ “E ã esta sazom vallya antre elles a libra do triigo, llll marcos; e a da cevada, ll marcos e quarta; e a do peiço, ll marcos e meo; e a onça do queyjo, hũu marco; e a dos figos, ll marcos e meo; e a do mel, hũu marco; e a das alfarrobas, ll dinheiros meos quarta. E nõ avyã azeite nõ hũu e comyã os coyros das vacas e bevyã o caldo delles. E os pobres comyã as carnes dos mortos. E era antre elles tal pestellença de fome que ajuntadamête metyã doze homêes em hũa cova. E os que podyã fugyr da vila metiansse ã poder dos cristãaos. Mas o Cide penssou que o fazia cõ arte e mandava que os matassem”. MIRANDA – *Reconstituição...*, cap. DCXIV, p. 218.

alfonsina, prova que, também em vernáculo ibérico ocidental, se concebia a *pestelença* como uma praga, uma desgraça, um infortúnio, que poderia – também, mas não só –, ser uma doença, epidémica ou não. A sua relevância é aumentada pela singularidade – os eventuais antepassados das chamadas *Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra* não possuem qualquer uso do léxico da peste.

Este conjunto de crónicas demonstra que, embora nem todos textos, nos seus variados tamanhos, propósitos e cronistas, recorram ao tipo de vocabulário que aqui se explora, aqueles que o fazem empregam-no de forma diversa, como sublinhado de uma condição, evento ou indivíduo particularmente perigoso, nocivo ou prejudicial. Também encontramos as *pestellenças* naquilo que poderíamos designar como contexto médico, tanto como sinónimo de uma maleita pessoal de qualquer natureza, como num fenómeno epidémico. O conceito era conhecido entre os letrados, era utilizado num contexto muito mais alargado do que esperaríamos séculos depois, e parecia pronto a ser aplicado a uma hecatombe à altura da carga semântica que carregava.

2.9 – A documentação quotidiana

Não faria sentido percorrer todos estes tipos diferentes de texto sem lançar um olhar à documentação do quotidiano. Boa parte perdeu-se para sempre. Mas sobrevivem diplomas régios, documentos de gestão eclesiástica, da administração concelhia, de instituições diversas, enfim, de todo o tipo de privados. Redigida por escrivães, notários e tabeliães, estes documentos constituem o testemunho mais próximo entre a cultura material e oral, apesar de todos os formulários e formalidades costumeiras. Seria impossível ambicionar uma leitura integral de todos os documentos notariais e régios portugueses redigidos antes de 1348. Porém, através de uma amostragem, creio que será possível tirar algumas conclusões quanto ao uso da palavra peste, ou de palavras derivadas, no quotidiano português anterior à Peste Negra.

Além da leitura parcelar para cronologias anteriores, a recolha documental realizada para este estudo permitiu reunir quase seis mil documentos redigidos entre 1310 e 1348 nas regiões do Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana, ou a elas dirigidos. É bastante esclarecedor que, com uma única exceção, a palavra peste (ou derivadas) esteja totalmente ausente de todos esses documentos, tanto no sentido literal (de

epidemia, não da Peste), como no figurado, onde poderia surgir em alguma arenga mais elaborada ou como metáfora. Não sendo total, esta ausência de testemunhos é bastante esclarecedora. A exceção provém de uma doação de 1142, preservada no *Liber Fidei*, da catedral bracarense, no qual Paio Pires e Maria Fernandes, sua mulher, doam bens ao arcebispo D. João Peculiar e à igreja bracarense, sob condição de que estes os assistam num momento de provação, onde se incluem *pestem*⁵⁵⁶. Com esta exceção em latim e sem qualquer ocorrência em vernáculo, a documentação quotidiana portuguesa produzida até à Peste Negra não utiliza o conceito de peste nos seus diversos significados nas décadas que antecedem a eclosão do segundo ciclo pandémico da doença. Tanto a doença como o conceito parecem ser estranhos a estas populações, antes de 1348. É legítimo questionar se esta é uma singularidade portuguesa, ou se tem paralelo no resto da Península Ibérica, por exemplo. Há alguns exemplos que parecem sugerir uma situação distinta no resto da península. No caso da Galiza⁵⁵⁷, a realidade mais próxima da do norte de Portugal, foi possível reunir oito casos anteriores a 1348. O mais antigo de todos diz respeito a um evento que ocorreu fora da Galiza: a dotação que Afonso II das Astúrias (r. 783, 791-842) faz da catedral de Oviedo, em 812, solicitando-se a proteção contra os cavaleiros do apocalipse - *quatenus et hic exclusa fame. peste. morbo. et gladio*⁵⁵⁸. O segundo provém do Mosteiro de Celanova, data de 982 – poucos anos após a morte do fundador do cenóbio, São Rosendo – e está num documento feita a propósito do regresso à instituição de Odoino, um antigo monge, falando-se de *pestem noxiam* quando se resgata a questão do seu abandono inicial e regresso arrependido, tratando-se do mais antigo registo que

⁵⁵⁶ *Et [si] nobis venerit per famem aut per cecitatem aut per senectutem sive per alia pestem quod non habeamus unde vivere possimus vos vel qui in vestrum locum successerit tantum auxilium nobis faciatis ut honeste possimus.* COSTA, Avelino de Jesús da (ed.), *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae. Edição crítica.* Braga: Assembleia Junta Distrital de Braga, 1965, vol. I, p. 157-158.

⁵⁵⁷ A busca na documentação galega está limitada sobretudo a documentação latina, pesquisada através da base de dados CODOLGA. Esta base de dados inclui mais de 16000 documentos, sobretudo galegos, mas também do Norte de Portugal. A pesquisa foi feita usando as seguintes formas: *peste, pestes, pestem, pestis, pestifer, pestiferum, pestifera, pestifero, pestiferi, pestiferis, pestilencia, pestilentium e pestilentia.* CODOLGA: *Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*, disponível em <http://corpus.cirp.es/codolga/>.

⁵⁵⁸ FLORIANO CUMBREÑO, Antonio C. - *Diplomática española del período astur. Estudio de las fuentes documentales del reino de Asturias (718-910).* Oviedo: Diputación Provincial de Oviedo, Instituto de Estudios Asturianos, 1949, vol. 1, p. 118-131.

encontrei para a Galiza⁵⁵⁹. O terceiro caso é do mesmo tipo, mas avança já até 1222: uma doação ao mosteiro de Oseira, na diocese de Ourense, no qual se previa o que fazer caso uma catástrofe (*pestilentia*) destruísse a herdade em transição⁵⁶⁰. A referência seguinte é exógena, sendo um documento pontifício dirigido à catedral compostelana, com um *pestiferum* retórico e esclarecedor no discurso dirigido ao clero galego, em 1255, durante o pontificado de Alexandre IV (r. 1254-1261)⁵⁶¹. Já em 1320, no sínodo diocesano que se reuniu em Santiago de Compostela nesse ano, se condenava a corrupção do clero pelo concubinato, um *morbo tam pestifero* do qual os clérigos se deviam afastar⁵⁶²; por fim, os restantes três casos pertencem igualmente às atas de um sínodo arquidiocesano de Compostela, realizado em 1335; na mesma linha do de 1320, recorrem aos adjetivos *pestifera*, *pestiferi* e *pestiferis* para classificar indivíduos ou ações prejudiciais aos cânones e liberdades da Igreja⁵⁶³. Assim, na documentação mais ‘quotidiana’ da Galiza, surgem alguns casos que, na sua parcimónia de ocorrências, mas riqueza de aplicações, terá tido paralelismo com o lado de cá da fronteira e, provavelmente, com o resto da península⁵⁶⁴.

⁵⁵⁹ *O Tombo de Celanova: estudio introductório, edición e índices (ss. IX-XII)*. Estudio e índices por José Miguel Andrade Cernadas com colaboración de Marta Díaz Tie e Francisco Javier Pérez Rodríguez. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995. Vol. I, p. 380.

⁵⁶⁰ *et predicti abbas et fratres non debent facere mihi contra hoc pactum. si vero grando vel aliqua pestilentia dextruxerit predictam hereditatem ita quod nullo modo possimus solvere predictos redditus, debeo antequam colligam aliquid de fructibus predictae hereditatis* - *A colección diplomática do Mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense)*. Dirección de Miguel Romaní Martínez. Santiago de Compostela: Tórculo, 1989, vol. II, p. 220-221.

⁵⁶¹ *Huic autem morbo dominus papa salutiferam intendens adhibere medelam nobis viva voce mandavit, ut contra morbum eumdem tam pestiferum, tam dammosum, tantam in clerum Ispaniarum infamia inducentem conveniens providere remedium curaremus ut animarum vitaretur periculum et nichilominus (...)* – SÁNCHEZ SANCHÉZ, Xosé Manoel - *La iglesia de Santiago y el pontificado en la Edad Media (1140-1417)*. *Colección de documentación pontificia medieval de la catedral de Santiago*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2006, p. 491-493.

⁵⁶² LÓPEZ FERREIRO, Antonio - *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela. Tomo IV*. Santiago de Compostela: Imp. y Enc. del Seminario Conciliar Central, 1903, p. 27 (Apêndice).

⁵⁶³ LÓPEZ FERREIRO, Antonio - *Historia de la Santa A. M. Iglesia...*, p. 92, 102 (Apêndice).

⁵⁶⁴ Aproveitando o facto de existir uma base de dados semelhante à CODOLGA no espaço catalão, a CODOLCAT, onde estão inserido mais de 22000 documentos latinos catalano-aragoneses, aproveitei para realizar uma pesquisa utilizando os mesmo termos daquilo que foi feita na documentação galega, procurando perceber os resultados que poderia obter. Neste caso, surgiu um único caso: um *pestifero* contido num documento redigido nos condados catalães em 788. A CODOLCAT está disponível em <http://gmlc.imf.csic.es/codolcat/index.php>.

2.10 – Fontes eruditas, substrato popular: formular o conceito

Algures entre a Primavera e o final do Verão de 1348 morreu a primeira vítima da Peste em Portugal. Muitas outras ter-se-ão seguido, mas a estranheza causada por uma doença fulminante, mortífera e – talvez pior do que qualquer outra característica – desconhecida para os homens que agora dela morriam ou viam morrer, precisava de ser batizada. A doença, sabemos hoje, não era nova, e a tradição lexical resgatada foi surpreendentemente rigorosa, remetendo para a chamada Peste de Justiniano, que, como já foi referido, varreu a Europa e o Mediterrâneo em sucessivas vagas entre os séculos VI e VIII, e foi provocada pelo mesmo agente patogénico. O exercício de recolha lexical feito neste capítulo poderá ser entendido como secundário: afinal, fala-se sobretudo de textos, e poucos eram aqueles que os leriam. Porém, a maioria dos que não os lia recorreria àqueles que o faziam: sacerdotes e frades, letrados da administração local e da Coroa, tabeliães e escrivães diversos, físicos e cirurgiões, entre outros. Não se poderá desprezar a influência que a medicina erudita teria a longo prazo, por exemplo. Como sublinha Jon Arrizabalaga, o conhecimento médico medieval penetrou profundamente a sociedade onde se desenvolveu, acolhendo-o muito além dos limites da literacia⁵⁶⁵, muitas vezes muito para lá das datas convencionais definidas para o final da própria Idade Média.

A primeira vítima da Peste em Portugal pode nem ter sido um natural do reino. Por certo, passaram semanas até se dar a epidemia, após o pico da epizootia que a teria de preceder para que fosse ‘sustentável’ do ponto de vista epidemiológico. Num repente, milhares de pessoas tiveram de processar algumas notícias que teriam do que se passava noutras paragens, amalgamá-las com o conhecimento dos seus letrados e com os textos que estes conheciam e partilhavam em parte, nos seus atos religiosos, de jurisprudência ou de outros tipos. E, assim, o fenómeno recebeu um nome, não inédito, mas que jamais seria esquecido. À doença é conferida identidade e, a partir de então, torna-se efetivamente conhecida. O saber livresco cruza-se com as notícias inquietantes que por certo começavam a chegar, e a doença chega entre essas novas. Não se pode

⁵⁶⁵ ARRIZABALAGA, Jon – *Facing Black Death: perceptions and reactions of university medical practitioners*. In GARCIA-BALLESTER, Luis; FRENCH, Roger; ARRIZABALAGA, Jon; CUNNINGHAM, Andrew, eds. – *Practical Medicine from Salerno to the Black Death*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 287-288.

determinar o momento exato, mas alguns no início do verão de 1348, tem início a epidemia e ela chega ao conhecimento de quem mata e de quem dela vê morrer. Não se morre, apenas – morre-se de Peste.

3 – Epidemias e doenças infecciosas em Portugal antes de 1348

Também na epidemiologia histórica no território que hoje é Portugal há um antes de 1348. Assim, cumpre reunir alguns dados sobre a ação de doenças infecciosas no território português, antes da Grande Peste de 1348. Por força da escassez de testemunhos, esta análise limitar-se-á ao período medieval, mas incluirá os séculos anteriores à formação da Nacionalidade, incidindo sobre todo o território que mais tarde constituirá Portugal. Porém, é importante referir que as doenças epidémicas se manifestavam regularmente desde a Antiguidade⁵⁶⁶, em proporções diversas, e é possível que, por exemplo, algumas das mais célebres do período Romano – como a Peste Antonina⁵⁶⁷ ou a Peste de Cipriano, nenhuma delas considerada hoje como peste clínica – também tenham afetado de alguma forma as províncias da Galécia e da Lusitânia. Trata-se, como se verá, de uma tarefa complexa. Os testemunhos documentais são escassos e os poucos relatos são feitos, por vezes, centenas de anos após os acontecimentos, o que os torna pouco úteis para o estudo factual dos episódios epidémicos cuja memória tentam preservar.

Por outro lado, os vestígios arqueológicos, com destaque para os materiais osteológicos, permitem, através da análise paleopatológica, identificar várias lesões provocadas por determinadas doenças infecciosas; contudo, nem sempre a identificação das lesões ósseas provocadas por agentes infecciosos é inequívoca, acrescentando-se os intervalos de datação bastante extensos que, em muitos casos, ultrapassam um século. Refira-se ainda a incapacidade de muitas doenças infecciosas produzirem lesões detetáveis em ossos, pela sua rápida ação letal. As análises ao ADN antigo, que poderiam aumentar exponencialmente o nosso conhecimento dos agentes patogénicos, são ainda muito raras no nosso país, sobretudo pela escassez de recursos. Expostas as principais limitações, façamos uma breve análise, individualizando as doenças mais comuns,

⁵⁶⁶ DUNCAN-JONES, R. -The impact of the Antonine Plague..., p. 109-11.

⁵⁶⁷ No caso da Peste Antonina, os efeitos são sentido maioritariamente no Oriente do Império, entre o Levante, o Egito, onde a Península Itálica parece ser o limite ocidental. Os indícios recolhidos por Duncan-Jones demonstram que, ao contrário de Itália ou Egito, a Hispânia não parece sofrer as mesmas flutuações - neste caso na seriação de estátuas dedicadas ao longo do século II d.C.- mantendo-se constante e, aparentemente, imperturbada pelos fatores desestabilizadores no Oriente - DUNCAN-JONES, R. -The impact of the Antonine Plague..., p. 127-129.

documentadas e/ou impactantes que afetaram o território que se tornou Portugal, antes da eclosão da Segunda Pandemia de Peste em território português.

3.1 – Principais doenças

- Tuberculose: trata-se de uma infecção bacteriana que se manifesta em diversas formas – entre as quais a pulmonar é a mais conhecida. É provocada pelo complexo bacteriano da *Mycobacterium tuberculosis*, no qual se inclui a dita bactéria, mas também outras como a *Mycobacterium bovis*, responsável pela tuberculose em diversos animais, com destaque para os bovinos que lhe deram nome, e que também pode provocar a doença em seres humanos, através do consumo de produtos de origem animal infetados; esta patologia continua a ser uma das mais perigosas e letais em todo o mundo, na atualidade⁵⁶⁸. Se a tuberculose pulmonar é a forma mais comum da doença, a sua predominância e impacto dá-se sobretudo a partir do século XIX, sendo a historiografia dedicada à doença maioritariamente contemporanista. Sabemos pouco sobre a tuberculose pulmonar na Idade Média: nem sempre provoca o desenvolvimento de marcas no tecido osteológicos, sendo mais fácil identificar as formas extrapulmonares, como o Mal de Pott – que se desenvolve atrás dos pulmões, afetando a coluna vertebral e as suas articulações -, a maioria das escrófulas – por infecção do sistema linfático –, e a meningite tuberculosa.

Estas formas extrapulmonares não constituem mais do que 1/5 dos casos de infecção por tuberculose, pelo que os testemunhos ósseos sobreviventes poderão não representar mais do que uma pequena percentagem de casos, e enviesar um pouco a compreensão da importância da doença, que poderia até atingir percentagens consideráveis em certas populações medievais, associada, por exemplo, a fenómenos de urbanização⁵⁶⁹. Uma crescente historiografia sobre o tema tem redimensionado a

⁵⁶⁸ World Health Organisation (2018) Tuberculosis. Revised September 2018. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tuberculosis>. Consultado em 19 de setembro de 2019. GRANGE, John M. ; YATES, MALCOLM D. ; KANTOR, Isabel N. de - *Guidelines for speciation within the Mycobacterium tuberculosis complex*. Second edition. [s.l.]: World Health Organisation, [s.d.]. Disponível em https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/65512/WHO EMC_ZOO_96.4.pdf;jsessionid=CDE749E99866D8F46BEE93A91C5572DA?sequence=1. [Consultado a 19 de setembro de 2019].

⁵⁶⁹ KELMELIS, Kiersten Saige; PEDERSEN, Dorthe Dangvard - Impact of urbanization on tuberculosis and leprosy prevalence in medieval Denmark. *Anthropologischer Anzeiger* 76:2 (2019), p. 149-166. doi: 10.1127/anthranz/2019/0962; GOMEZ I PRAT, Jordi; SOUZA, Sheila MF Mendonça de - Prehistoric

leitura da expansão global da tuberculose desde o Neolítico⁵⁷⁰, tendo a paleogenómica da doença recebido contribuições preciosas da investigação em ADN antigo, conhecendo-se cada vez mais sobre a história natural do agente patogénico e da sua relação com humanos desde a Pré-História, em todos os territórios habitados pelo Homem⁵⁷¹, prevendo-se uma multiplicação de resultados com novidades inesperadas nos próximos anos.

Apesar da identificação mais difícil, tem sido possível recolher alguns casos prováveis de tuberculose pulmonar em indivíduos inumados no atual território português através de análises paleopatológicas, concentrados no período islâmico de Santarém e, talvez, Loulé⁵⁷². Contudo, e sendo igualmente expectável a expansão do estudo de ADN antigo em Portugal, a importância da tuberculose no ocidente peninsular medieval poderá e deverá ser revista à luz de novos dados, ainda ocultos, igualando a atenção dada à doença na paleopatologia portuguesa sobre o período contemporâneo⁵⁷³.

tuberculosis in America: adding comments to a literature review. *Memórias do Instituto. Oswaldo Cruz* 98 (2003), p.151-159. <http://dx.doi.org/10.1590/S0074-02762003000900023>; LIU, Q.; MA, A.; WEI, L.; PANG, Y.; WU, B.; LUO, T.; ZHOU, Y.; ZHENG, H.X.; JIANG, Q.; GAN, M.; ZUO, T.; LIU, M.; YANG, C.; JIN, L.; COMAS, I.; GAGNEUX, S.; ZHAO, Y.; PEPPERELL C.S.; GAO, Q. - China's tuberculosis epidemic stems from historical expansion of four strains of Mycobacterium tuberculosis. *Nature Ecology and Evolution* 2:12 (2018 Dec), p. 1982-1992. doi: 10.1038/s41559-018-0680-6.

⁵⁷⁰ GOMEZ I PRAT; SOUZA - Prehistoric tuberculosis in America... p. 151-159.

⁵⁷¹ Citando apenas alguns trabalhos relevantes sobre estas descobertas: sobre a origem da tuberculose em humanos e a sua incidência e propagação mundial desde a Pré-História até à Idade Média e posteriormente:

BOS, Kiersten I. [et al.] - Pre-Columbian mycobacterial genomes reveal seals as a source of New World human tuberculosis. *Nature* 514, p. 494-497 (23 October 2014). <https://doi.org/10.1038/nature13591>; LIU, Q.; MA, A.; WEI, L.; PANG, Y.; WU, B.; LUO, T.; ZHOU, Y.; ZHENG, H.X.; JIANG, Q.; GAN, M.; ZUO, T.; LIU, M.; YANG, C.; JIN, L.; COMAS, I.; GAGNEUX, S.; ZHAO, Y.; PEPPERELL C.S.; GAO, Q. - China's tuberculosis epidemic stems from historical expansion of four strains of Mycobacterium tuberculosis. *Nat Ecol Evol.* 2018 Dec;2(12):1982-1992. doi: 10.1038/s41559-018-0680-6; HERSHKOVITZ, Israel; DONOGHUE, Helen D.; MINNIKIN, David E.; BESRA, Gurdyal S.; LEE, Oona Y.; GERNAEY, Angela M.; GALILI, Ehud; ESHED, Vered; GREENBLATT, Charles L.; LEMMA, Eshetu; BAR-KAL, Gila Kahila; SPIGELMAN, Mark - Detection and molecular characterization of 9,000-year-old Mycobacterium tuberculosis from a Neolithic settlement in the Eastern Mediterranean. *PLoS One* 3:10 (2008), e3426. doi: 10.1371/journal.pone.0003426; COOPER, Christine; FELLNER, Robert; HEUBI, Olivier; MAIXNER, Frank; ZINK, Albert; LÖSCH, Sandra (2016). *Tuberculosis in early medieval Switzerland - osteological and molecular evidence*. *Swiss medical weekly*, 146(w14269), w14269. EMH Schweizerischer Ärzteverband [10.4414/smw.2016.14269](https://doi.org/10.4414/smw.2016.14269).

⁵⁷² RODRIGUES, Ana Cristina da Piedade - *A maqbara de Shantarín: enfermidade e saúde numa amostra esquelética de adultos*. Coimbra: [s.n.], 2013. Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologia Humanas, apresentada ao Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, p. 85-88.

⁵⁷³ SANTOS, Ana Luísa - *A skeletal picture of tuberculosis: macroscopic, radiological, biomolecular, and historical evidence from the Coimbra Identified Skeletal Collection*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia, especialidade em Antropologia Biológica, Universidade de Coimbra. Coimbra: Edição de Autor, 2000.

- Malária: igualmente célebre pelos piores motivos, a malária estaria também presente. Trata-se de uma parasitose provocada por várias espécies de protozoários do género *Plasmodium*, entre as quais se destacam cinco que provocam a doença no Homem: *P. vivax*, *P. falciparum*, *P. malariae*, *P. ovale* e *P. knowlesi*. Destas, são mais frequentes o *P. vivax* e o *P. falciparum*, sendo este último a espécie que produz o maior número de casos mortais⁵⁷⁴. Tal como noutras doenças, da peste ao tifo, passando pela febre amarela, pelo dengue e pelo zika, a doença é contraída através da picada de um inseto vetor, neste caso as fêmeas de cerca de trinta das mais de quatrocentas espécies de mosquitos do género *Anophelles*. O plasmódio migra para o fígado depois da infeção, espalhando-se pelo sangue do doente após o período de incubação. Nessa altura, aloja-se nos glóbulos vermelhos, provocando os típicos efeitos da malária: febres periódicas, grande fadiga, anemia, dores de cabeça, suores frios, entre outros. Nos casos não-mortais (a esmagadora maioria), a doença pode evoluir para uma forma crónica, progressiva e periodicamente incapacitante.

Se hoje a malária não ocorre naturalmente na Europa, esse cenário era bem diferente até meados do século XX. Sendo uma parasitose endémica, sobretudo em zonas húmidas e favoráveis ao desenvolvimento de grandes populações de mosquitos, a malária era difícil de identificar como uma manifestação médica autónoma, distinguindo-se por pouco mais do que as febres intermitentes em ciclos regulares de três ou quatro dias (*febres tercãs* e *febres quartãs*). Em Portugal, até bem entrado o século XX, a designação mais comum é a de sezões, que remete para o estado febril e tremores dos doentes⁵⁷⁵, sendo uma expressão em uso desde a Idade Média. Tal como no caso da peste, a historiografia sobre a malária na Antiguidade e na Idade Média também foi alimentada pelas descobertas do agente responsável pela doença, o plasmódio, e do vetor, os anófeles, em 1880 e 1898, respetivamente, adiantando-se alguns anos à cronologia da descoberta da *Y. pestis* e do papel da pulga enquanto vetor da peste. Passando por várias fases, a historiografia da malária tende a dramatizar o peso da doença ao longo dos tempos, ou a minorizá-lo ativamente, conforme os autores

⁵⁷⁴ World Health Organisation - *Malaria*. Revised March 2019. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/malaria>. Consultado em 19 de setembro de 2019.

⁵⁷⁵ SAAVEDRA – *A Malária em Portugal...*, p. 52.

e as fases⁵⁷⁶. Não sendo uma doença que deixe marcas inconfundíveis no tecido osteológico, o contributo do ADN antigo será fundamental para a compreensão alargada do impacto da doença nos períodos pré-modernos. Por outro lado, só recentemente tem havido revisão de fontes documentais em busca de novos dados sobre a ocorrência histórica da malária na Europa medieval, por exemplo⁵⁷⁷. Tudo parece apontar para um impacto pesado, mas muito localizado, com ocorrências alargadas pouco frequentes, mas marcantes e diretamente relacionadas com condições climáticas e geofísicas favoráveis⁵⁷⁸.

Em Portugal, as áreas propensas seriam as mesmas onde a doença grassou até ao século XX – áreas alagadiças e de estuário, como as zonas de Alcácer do Sal, Benavente e Coruche, ou os Campos do Mondego. Tal como as restantes doenças aqui abordadas, também a malária deverá merecer mais atenção por parte de historiadores e paleobiólogos a atuar em Portugal – tal como começa a receber além-fronteiras⁵⁷⁹ -, procurando perceber o seu impacto local, eventuais influências genéticas nas populações expostas de forma endémica, se o *P. falciparum* chegou a afetar populações portuguesas, e se essa propagação esporádica teria sido feita diretamente por contacto norte-africano, ou através de contingentes itálicos, por exemplo.

No Portugal medieval, a malária é uma parasitose endémica, e podemos recuperar alguns casos emblemáticos, se confiarmos nos diagnósticos de *sezões*. O *corpus* de referências não é numeroso – por também nunca ter sido recolhido exaustivamente -, mas os testemunhos recolhidos dizem respeito a indivíduos que ocupam posições de destaque fundamental. Temos referências anteriores e posteriores à Peste Negra. Um dos casos do primeiro grupo é o de Afonso XI de Castela, que teria ficado doente com

⁵⁷⁶ SALLARES, Robert; BOUWMAN, Abigail; ANDERUNG, Cecilia - The Spread of Malaria to Southern Europe in Antiquity: New Approaches to Old Problems. *Medical History* 2004 Jul 1; 48(3), p. 311–312. doi: 10.1017/s0025727300007651

⁵⁷⁷ NEWFIELD, Timothy - Malaria and malaria-like disease in the early Middle Ages. *Early Medieval Europe* 25:3 (2017), p. 251-300. <https://doi.org/10.1111/emed.12212>.

⁵⁷⁸ SALLARES, BOUWMAN, ANDERUNG – The spread of malaria..., p. 311-328; SALLARES, Robert - Role of environmental changes in the spread of malaria in Europe during the Holocene. *Quaternary International* 150-1 (junho 2006), p. 21-27. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2006.01.005>; HOFFMANN – *An Environmental History...*, p. 299-303.

⁵⁷⁹ A análise da importância da malária na Europa da Antiguidade Tardia que Timothy P. Newfield faz, interligada com alterações climáticas e/ou fenómenos geológicos e meteorológicos extremos, oferece mais uma perspetiva recente e estimulante sobre o tema: NEWFIELD - Mysterious and Mortiferous Clouds..., p. 103-106.

sezões durante um cerco a Olivença em 1337, montado no contexto do conflito castelhano-português que se prolongou de 1336 a 1339⁵⁸⁰. A referência é feita no capítulo CLXXXIII da *Cronica de D. Afonso Onceno* de Castela, que terá sido redigida por um cronista castelhano coevo⁵⁸¹. Essa crónica é, depois, fonte da *Crónica de Portugal de 1419*, de Fernão Lopes, e da *Crónica de D. Afonso IV*, de Rui de Pina. Porém, a referência palúdica é mantida apenas por Rui de Pina, num débito direto ao texto castelhano que Filipe Alves Moreira destacara anteriormente⁵⁸², onde *sicion de frio et de calentura* é traduzido para *sezões*. Este tipo de referências é simultaneamente útil e limitador para a identificação da malária: por um lado, a opção por caracterizar uma enfermidade como *sezões* parece traduzir-se, com alguma segurança, numa febre palúdica; por outro, a utilização dessa expressão, sem distinção entre febres terçãs ou quartãs, torna impossível identificar o tipo de malária contraído pela pessoa em causa. Concluo referindo um exemplo do pós-Peste: os ataques de *sezões* que João I de Castela (r. 1379-1390) teve em Portugal, durante a Crise de 1383-85, referidos por Fernão Lopes várias vezes⁵⁸³.

- Lepra: poucas doenças tiveram um impacto tão profundo e tão duradouro na mentalidade coletiva e na leitura simbólica como a lepra. De facto, deverá ser uma das poucas que, a esse nível, poderá rivalizar com a peste. Excluindo essa coincidência, trata-se de doenças totalmente distintas. A lepra é uma infeção bacteriana provocada por um bacilo, *Mycobacterium leprae*, pertencente ao género que inclui as bactérias responsáveis pela tuberculose humana e bovina. O bacilo da lepra foi descoberto pelo clínico norueguês Gerhard Hansen, em 1873, pelo que a doença também é conhecida por hanseníase. A lepra é pouco contagiosa, além de ter um longo período de incubação – cinco anos em média, podendo ir de um até vinte anos. Apesar da baixa transmissibilidade e do lento desenvolvimento da infeção, uma vez manifesta, a lepra pode tornar-se altamente incapacitante, afetando gravemente a pele, a mucosa respiratória, as terminações nervosas e os olhos, podendo, a longo prazo, provocar as

⁵⁸⁰ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *D. Afonso IV*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 196-205.

⁵⁸¹ *Cronica de D. Alfonso el Onceno de este nombre, de los reyes que reynarom en Castilla y Leon*. Ed. De Francisco Cerda y Rico. Madrid: Imprenta de D. Antonia de Sancha, 1787, p. 341.

⁵⁸² MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégia e Posteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013, p. 450.

⁵⁸³ LOPES - *Crónica de D. João I...*, vol. II, cap. XXVII, XXXIV, XLII, p. 61, 82 e 108, respetivamente.

típicas lesões que lhe são associadas: perda de extremidades, como dedos e nariz, cegueira, lesões dermatológicas de grande extensão, mas sem dor por morte das terminações nervosas, entre outras. Felizmente, a lepra tem tratamento há décadas, é curável e a OMS tem levado a cabo programas que permitiram reduzir consideravelmente a incidência da doença no último meio século⁵⁸⁴.

Segundo Jean-Noël Biraben, a lepra constitui uma das três maleitas culturalmente mais significativas no imaginário medieval, a par da peste e do *ignis sacer*. Ao contrário do mal pestilencial, a lepra é apresentada como a doença que o homem medieval ‘domesticou’ e conseguiu controlar, através dos seus próprios meios de isolamento social e afastamento mais ou menos compulsivo dos doentes para as gafarias ou, simplesmente, para fora das comunidades⁵⁸⁵. Apesar deste sucesso, não é inteiramente compreendido o motivo pelo qual a lepra se expandiu tão solidamente nos séculos XI-XIII, e porque foi diminuindo após esse período⁵⁸⁶, até quase desaparecer no período moderno e recrudescer excecionalmente a partir do século XIX. Este crescimento assustou muitos médicos e cientistas oitocentistas, que acreditaram poder resolver o problema recuperando aquilo que acreditavam terem sido as boas práticas dos homens medievais, remetendo para um passado que pintavam os mesmos tons escuros que a historiografia ‘gótica’ usava para enegrecer ainda mais a Peste Negra.

É igualmente por este motivo que a historiografia recupera o tema da lepra e o explora, definindo rapidamente, ainda no século XIX, muitos dos preconceitos relacionados com a doença. De facto, a interpretação de alguns textos bíblicos como referência (equivoca) à lepra como um castigo, promoveram, ao longo dos séculos, um estigma difícil de contornar. O leproso era convencionalmente tido como um doente impuro, ainda que essa perspetiva se vá matizando ao longo dos séculos tardomedievais, coincidindo com essa ‘domesticação’ da doença, até ao ponto em que

⁵⁸⁴ World Health Organisation - *Leprosy*. Revised September 2019. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/leprosy>. Consultado em 20 de abril de 2020.

⁵⁸⁵ BIRABEN – *Essai sur les réactions ...*, p. 360-361.

⁵⁸⁶ Uma das hipóteses passa pela regressão da lepra face a infeções tuberculosas, o que, dada a proximidade genética dos agentes patogénicos em causa, poderia ter favorecido uma imunidade cruzada nas populações expostas. STONE, Anne C.; WILBUR, Alicia K.; BUIKSTRA, Jane E.; ROBERTS, Charlotte A. - Tuberculosis and leprosy in perspective. *American Journal of Physical Anthropology* 140 (2009), p. 73.

alguns autores médicos europeus a tratam quase como um mero problema estético⁵⁸⁷. Menos do que a peste, mas com uma produtividade ainda assim notável, a lepra medieval tem sido alvo de numerosos estudos de fôlego nas últimas duas décadas⁵⁸⁸, num movimento acompanhado pela historiografia portuguesa, destacando-se as dissertações de mestrado de Rita Sampaio da Nóvoa⁵⁸⁹ e de Ana Rita Rocha⁵⁹⁰ sobre as gafarias de Lisboa e Coimbra, respetivamente.

No que diz respeito à doença propriamente dita, foi questionado durante décadas se, tal como a peste, a maioria das manifestações descritas e assumidas como lepra na Idade Média terão realmente correspondido a hanseníase, ou se outros problemas dermatológicos, normalmente menos graves, poderão ter sido diagnosticados como lepra. A paleopatologia e – ainda que em menor escala do que no caso da peste – a paleogenómica poderão ajudar a esclarecer muitas questões com décadas.

A lepra foi, durante toda a Idade Média, endémica em quase toda a Europa, incluindo Portugal. Quer se tratasse de hanseníase ou de uma outra doença tomada por lepra, aquilo que era considerado lepra pelos portugueses medievais está presente desde o advento da nacionalidade. Como referência textual, podemos encontrar a lepra na intrincada maldição formulada no testamento de Mumadona Dias, datado de 968, à qual estariam sujeitos aqueles que desrespeitassem as últimas vontades da condessa portugalense⁵⁹¹. No que diz respeito à institucionalização da doença, trata-se de um processo que terá começado logo no século XII, o que revela uma inequívoca presença consolidada em território português, com o primeiro caso inequívoco de diagnóstico medieval português a ser tão recuado como 1107⁵⁹². Um século mais tarde, talvez o

⁵⁸⁷ DEMAITRE, Luke – *Skin and the city: Cosmetic medicine as an urban concern*. In GLAZE, Florence Eliza; NANCE, Brian K., (eds.), *Between Text and Patient. The Medical Enterprise in Medieval & Early Modern Europe*. Firenze: SISMEL/Edizioni del Galluzzo, 2011, p. 117-120.

⁵⁸⁸ No domínio das sínteses, o trabalho mais difundido e citado é o que Carole Rawcliffe dedica à Inglaterra medieval: RAWCLIFFE, Carole - *Leprosy in Medieval England*. Rochester: Boydell and Brewer Ltd, 2006. ISBN 978-1843834540. No domínio da literatura e conhecimento médicos medievais, Luke Demaitre tem dedicado parte da

⁵⁸⁹ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da - *A Casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁵⁹⁰ ROCHA, Ana Rita Saraiva da - *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁵⁹¹ *PMH-DC*, doc. 76, p. 47.

⁵⁹² ROCHA – *A institucionalização dos leprosos...*, p. 16-17.

próprio Afonso II (r. 1211-1223) tenha sofrido do mal, ainda que o apodo de *gafu* – a designação, a par de *lázaro* mais comum para os leprosos em galego-português – que surge em alguma documentação possa, uma vez mais, referir-se a um outro problema físico grave qualquer, de pele ou dos membros, uma vez que a condição frágil de saúde desse rei é inequívoca ao longo de toda a sua vida⁵⁹³. O processo de institucionalização dos leprosos estava em pleno curso logo no início do século XIII, como o demonstra o generoso legado de 10000 maravedis que D. Sancho I, no seu testamento de 1210, destina para uma gafaria em Coimbra, talvez já existente, talvez já em construção⁵⁹⁴, assim como o compromisso da gafaria de Santarém, datado de 1223⁵⁹⁵. Muitas destas gafarias tornam-se poderosos proprietários, tanto pela generosidade de benfeitores, como pelo próprio património dos doentes, que deveriam contribuir no momento da sua admissão: de facto, o internamento neste tipo de estabelecimento não estava ao alcance de todos os atingidos, com muitos dos doentes, talvez a maioria, condenado a mendigar e vagar, exposto a todo o tipo de vicissitudes⁵⁹⁶, incluindo ataques de outros leprosos⁵⁹⁷.

No que diz respeito à área em estudo, sobretudo no meio século anterior à Peste Negra, as notícias são pouco informativas, mas abundantes. Tal como Ana Rita Rocha sublinha, os gafos são um dos alvos favoritos da caridade cristã, e estão contemplados em testamentos com grande frequência, num movimento que continua em plena expansão na primeira metade do século XIV⁵⁹⁸. Assim, sabemos que, no Entre-Douro-e-Minho dos anos de 1310-1348, havia gafarias ou comunidades de gafos – sendo difícil perceber o enquadramento institucional e legal de todas estas comunidades – um pouco por todo o território: duas gafarias em Braga, uma masculina, também designada por gafos de São Lourenço⁵⁹⁹, e uma feminina, também conhecida como gafas de Santa

⁵⁹³ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II. Um rei sem tempo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 38-42.

⁵⁹⁴ ROCHA - *A institucionalização dos leprosos...*, p. 32.

⁵⁹⁵ ROCHA - *A institucionalização dos leprosos...*, p. 26.

⁵⁹⁶ ROCHA - *A institucionalização dos leprosos...*, p. 30-31.

⁵⁹⁷ *Chancelaria Portuguesa: D. Pedro I...*, p. 481-482.

⁵⁹⁸ ROCHA - *A institucionalização dos leprosos...*, p. 31-34.

⁵⁹⁹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 212; *Livro I de Testamentos*, nº 47, 54, 57, 59 e 84; *Santa Casa da Misericórdia de Braga*, Livro 420 (Livro 2º dos Prazos Primordiais), nº 108, fl. 1; *Gaveta dos Testamentos*, doc. 45 e 48.

Margarida⁶⁰⁰; gafos e gafas da gafaria de Barcelos⁶⁰¹; gafaria de Prado⁶⁰²; os gafos e gafas da gafaria de Alfena, que aparenta ser uma verdadeira comunidade organizada⁶⁰³; pelo menos três gafarias em Guimarães⁶⁰⁴: a de Santo André⁶⁰⁵, masculina, a da Rua de Gatos⁶⁰⁶, aparentemente mista, e a de Santa Luzia, feminina⁶⁰⁷; gafos de Bouças⁶⁰⁸; gafos de Gaia⁶⁰⁹; gafos de Amarante⁶¹⁰; gafos de Valença⁶¹¹; gafos de Ponte de Lima⁶¹²; gafos do Porto⁶¹³, que pareciam ter-se dividido pelo menos entre os de Cimo de Vila e os de Além⁶¹⁴; gafos de Rates⁶¹⁵. No Entre-Tejo-e-Odiana, onde este tipo de instituições é menos abundante, temos indicações sobre os gafos de Évora pouco antes da Peste⁶¹⁶, e a referência de uma “gafaria nova” em 1365 sugere que antes terá havido uma outra⁶¹⁷; de outras gafarias, apenas chegam notícias do pós-Peste: em 1371, D.

⁶⁰⁰ ADB, *Livro I de Testamentos*, nº 47, 57 e 59; *Gaveta dos Testamentos*, doc. 45 e 48; MARQUES, José - Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga: 1186-1545. *Bracara Augusta* 36:81-82 (94-95) (1982), p. 71-199, nº 54.

⁶⁰¹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Livro 1º dos Testamentos, doc. 59; *Gaveta dos Testamentos*, doc. 48; ANTT, *Colegiada de Santa Maria de Barcelos*, Maço 1, doc. 2.

⁶⁰² ADB, *Gavetas do Cabido*, Livro 1º dos Testamentos, doc. 59.

⁶⁰³ ANTT, *Convento de Santa Clara do Porto*, maço 60, doc. 15, 20, 24; ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 9º, fl. 25; Livro 20º, fl. 19.

⁶⁰⁴ Nem sempre especificadas em testamentos, por exemplo: ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 3, n.º 29.

⁶⁰⁵ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 26, n.º 39; maço 27, n.º 18; maço 30, n.º 15; AUC, *Colegiada se Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, doc. 3 e 38.

⁶⁰⁶ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 26, n.º 39; maço 27, n.º 18; maço 30, n.º 15; AUC, *Colegiada se Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, doc. 3 e 38.

⁶⁰⁷ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 26, n.º 39; maço 27, n.º 18; maço 30, n.º 15; AUC, *Colegiada se Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, doc. 3 e 38; ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 3, n.º 29.

⁶⁰⁸ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 26, n.º 39; maço 27, n.º 18; AUC, *Colegiada se Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, doc. 3.

⁶⁰⁹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 22, n.º 22; ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43 (Tombo de títulos de doações, compras, vendas, escambos, testamentos e outras coisas pertencentes à freguesia e couto de Grijó), fl. 183v-187v, 321v-323v; ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 20º, fl. 19.

⁶¹⁰ AUC, *Colegiada se Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, doc. 38.

⁶¹¹ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 4, fl. 69.

⁶¹² ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 4, fl. 69.

⁶¹³ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43 (Tombo de títulos de doações, compras, vendas, escambos, testamentos e outras coisas pertencentes à freguesia e couto de Grijó), fl. 183v-187v, 321v-323v; ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), nº 68, fl. 80v-82v; ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 9º, fl. 25; Livro 20º, fl. 19. Há também referência a uma “igreja dos gafos”, localizada fora da cidade, no caminho que tomariam aqueles que se dirigiam a Roma, a partir do Porto: ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 10, doc. 34.

⁶¹⁴ ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 20º, fl. 28.

⁶¹⁵ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), nº 68, fl. 80v-82v.

⁶¹⁶ Testamento de Vasco Afonso, morador em Évora (1346). Transcrição de João Costa. *Fragmenta Historica* 2 (2014), p. 81-84.

⁶¹⁷ ASE, *Bacharéis da Sé de Évora*, Fazenda, Escrituras, Maço 1, (nº 67 do catálogo de Júlio César Baptista).

Fernando concede isenção dos serviços do concelho e de nomeação como tutor ou curador a Estêvão Eanes Sevinhão (?), por este ser mamposteiro e procurador dos gafos de Beja, a pedido destes⁶¹⁸.

Excepcional no imaginário medieval, a história da lepra em Portugal, antes e depois da Peste Negra, é ainda um campo de possibilidades quase infinitas, mesmo após o notável conjunto de estudos de caso que foram feitos nos últimos anos. As novas portas abertas pelas paleociências da vida, também no estudo histórico da lepra, poderão esclarecer muitas questões e permitir a formulação de outras tantas que, ainda há pouco tempo, não passavam de ficção científica⁶¹⁹.

- Outra doenças: como em todos os momentos da evolução humana, são incontáveis as doenças infectocontagiosas, e muitas das que nos afligem ainda hoje – ou das que ressurgem de forma preocupante nestes anos –, estavam já presentes na Europa Medieval. A gripe, a rubéola, a varicela, a varíola, o sarampo, entre outras já referidas noutros subpontos e mais algumas menos relevantes, poderiam estar já presentes no Portugal medieval. Os testemunhos escritos, porém, são inexistentes ou ambíguos, e a exploração da paleogenómica, que identificaria com segurança agentes patogénicos e as doenças por eles provocadas, encontra-se ainda num estado incipiente no caso português, Mesmo no plano internacional, ainda é pequeno o número de agentes patogénicos cuja história natural tem sido alvo de um grande número de estudos com base paleogenómica, também devido à sua (ainda) novidade. Já a investigação

⁶¹⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 71v.

⁶¹⁹ Entre as surpreendentes descobertas dos últimos anos está a eventual natureza zoonótica da lepra, tendo sido descoberto, na atualidade, uma população de esquilos-vermelhos (*Sciurus vulgaris*) proveniente da Grã-Bretanha que é portadora dos bacilos da lepra: AVANZI, Charlotte; DEL-POZO, Jorge; BENIAK, Andrej; STEVENSON, Karen; SIMPSON, Victor R.; BUSSO, Philippe; McLUCKIE, Joyce; LOISEAU, Chloé; LAWTON, Colin; SCHOENING, Janee; SHAW, Darren J.; PITON, Jérémie; VERA-CABRERA, Lucio; VELARDE-FELIX, Jèsus S.; McDERMOTT, Fergal; GORDON, Stephen V.; COLE, Stewart T.; MEREDITH, Anna L. - Red squirrels in the British Isles are infected with leprosy bacilli. *Science* 354:6313 (2016 Nov 11), p. 744-747. doi: 10.1126/science.aah3783; esta descoberta surpreendente, combinada com o cada vez maior número de dados sobre uma incidência alta de lepra nas ilhas britânicas, que vem desde a Antiguidade Tardia (INSKIP, Sarah; TAYLOR, G. Michael; ANDERSON, Sue; GRAHAM, Stewart - Leprosy in pre-Norman Suffolk, UK: biomolecular and geochemical analysis of the woman from Hoxne. *Journal of Medical Microbiology* 66:11 (2017); DOI: [10.1099/jmm.0.000606](https://doi.org/10.1099/jmm.0.000606)), levanta diversas questões: é a lepra, naquela região, uma doença de origem zoonótica? Atuarão estas populações de roedores como depósitos silvestres? Será por isso que a lepra ainda não foi definitivamente erradicada, pese embora o seu lento desenvolvimento e fraca capacidade infecciosa? St John's College, University of Cambridge. "Could squirrel fur trade have contributed to England's medieval leprosy outbreak?." ScienceDaily (25 October 2017). Available at <www.sciencedaily.com/releases/2017/10/171025103109.htm>.

paleopatológica, por outro lado, tem enriquecido o rol de doenças identificadas a partir de materiais osteológicos portugueses da Idade Média, fornecendo testemunhos que a documentação escrita sobrevivente ignora, por vezes com resultados surpreendentes e de grande impacto, como o mediático caso do Pé de Madura, uma infeção fúngica típica de áreas tropicais que poderá ter afetado um indivíduo do século XIV enterrado em Estremoz⁶²⁰.

Além das doenças mais representativas, cultural ou demograficamente mais impactantes, como a tuberculose, a peste e a lepra, os antropólogos portugueses têm identificado em ossos provenientes de necrópoles nacionais, através da análise paleopatológica, marcas características de outras manifestações nosológicas. Destacam-se, pela frequência, a brucelose⁶²¹ e as infeções diversas que provocam osteomielites. A brucelose é uma doença típica das áreas de criação de ovinos e caprinos, possuindo inúmeras designações locais e sendo provocada pelas várias espécies de bactérias do género *Brucella*; trata-se de uma endemia mediterrânica, com uma mortalidade baixa e um quadro razoavelmente benigno⁶²², ainda que se possa tornar uma infeção crónica e debilitante, com algumas semelhanças com a ação da malária, mas causando lesões que permanecem após a decomposição dos tecidos moles⁶²³. Muitas destas doenças estão relacionadas com o contacto com os animais domésticos, como o já referido caso da brucelose, e é indubitável que este tipo de transferência é primordial no aparecimento de novas doenças epidémicas em humanos ou da manutenção de velhas cadeias de transmissão que ainda subsistem em certas áreas e populações⁶²⁴. Sabemos bem como, em todo o período medieval, o contacto do Homem com animais vivos e mortos, domésticos e silvestres, é constante, tanto no meio rural como urbano. Também a peste beneficia deste contacto permanente.

⁶²⁰ CURTO, Ana; FERNANDES, Teresa - A possible Madura foot from medieval Estremoz, southern Portugal. *International Journal of Paleopathology*, Volume 13, June 2016, p. 70-74. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijpp.2016.01.006>.

⁶²¹ CURATE, Francisco - A brucelose em paleopatologia: um estudo de caso proveniente da necrópole Cristã de Cacela Velha. *Antropologia Portuguesa*, 20/21 (2003/2004), p. 209-235; NUNES, Maria Margarida Ataíde – *A Morte em Lisboa na Idade Média – Contributo Arqueológico*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edição de Autor, 2010., p. 243.

⁶²² CURATE – A brucelose em paleopatologia..., p. 212-218.

⁶²³ CURATE – A brucelose em paleopatologia..., p. 218-219.

⁶²⁴ CURATE – A brucelose em paleopatologia..., p. 210-212.

É também verdade que a paleopatologia só revela infeções que interferem no tecido ósseo, resultando, na maioria dos casos, em lesões ou marcas que não são atribuíveis com segurança a um agente infeccioso ou parasita em particular⁶²⁵. Assim, será de esperar uma explosão de novas informações, seguidas de muitas questões e algumas hipóteses, quando se tornar vulgar a análise paleogenómica dos restos osteológicos em Portugal.

3.2 – Peste – uma velha conhecida?

Como vimos, a peste tem uma relação longa com a Humanidade. Terá a peste grassado em alguma parte do território que hoje é Portugal antes da eclosão da Peste Negra? A probabilidade é alta, sobretudo durante a já referida Peste de Justiniano, entre os séculos VI e VIII. Há surtos de peste documentados na Península Ibérica durante esse período⁶²⁶, há confirmação paleogenómica de vítimas na área de Valência⁶²⁷, e as suas consequências têm sido indiretamente percecionadas⁶²⁸. Das várias vagas epidémicas da Primeira Pandemia, pelo menos três (543, 584?, 588 e 693, esta última especificamente documentada em Toledo) terão atingido território ibérico⁶²⁹.

No território atualmente português, não resta qualquer testemunho escrito que informe inequivocamente que houve surtos altomedievais da doença. Mas, como recorda Henry Gruber, também não os havia para a Baviera, até ser detetado ADN antigo da *Y. pestis* em restos mortais datados do século VI na região⁶³⁰. Mais do que especular por comparação, será útil contextualizar uma eventual influência da peste no ocidente da Hispânia dos séculos VI e VII. Boa parte do território que hoje é Portugal pertencia

⁶²⁵ RELVADO, Cláudia - *Crescer num Tomar medieval. Estudo paleobiológico de uma amostra osteológica de indivíduos não adultos, da necrópole medieval/moderna de Santa Maria do Olival, Tomar*. Coimbra: [s.n.], 2015. Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologia Humana, p. 48-52. Será importante sublinhar que a autora estudou amostras de não-adultos, identificando sinais de infeções em mais de 1/3 dos indivíduos analisados. Tendo todos falecido antes de chegar à idade adulta, nem sempre é possível relacionar as marcas ósseas com a causa da morte, entrando em cena o célebre paradoxo osteológico. Sobre o desenvolvimento e aplicação deste conceito central da paleopatologia, consultar: DEWITTE, Sharon N.; STOJANOWSKI, Christopher M. - The Osteological Paradox 20 Years Later: Past Perspectives, Future Directions. *Journal of Archaeological Research* 23, p. 397-450. DOI 10.1007/s10814-015-9084-1.

⁶²⁶ KULIKOWSKI – Plague in Spanish Late Antiquity..., p. 215-28.

⁶²⁷ KELLER et al. - Ancient *Yersinia pestis* ..., p. 12364-12365.

⁶²⁸ GRUBER, Henry - Indirect Evidence for the Social Impact of the Justinianic Pandemic: Episcopal Burial and Conciliar Legislation in Visigothic Hispania. *Journal of Late Antiquity* 11:1 (Spring 2018), p. 193-215, 10.1353/jla.2018.0001.

⁶²⁹ STATHAKOPOULOS - La peste de Justinien (541-750) ..., p. 34-35.

⁶³⁰ GRUBER - Indirect Evidence..., p. 194.

então ao reino Suevo. Esta unidade política atravessava uma fase particularmente obscura, da qual sobram muito pouco vestígios arqueológicos ou testemunhos escritos, que culminará na anexação final do seu território pelo rei visigodo Leovigildo, em 585. Se se assumir que a Peste foi um dos fatores de enfraquecimento do poder bizantino, e que o desaparecimento da ameaça bizantina no sul da Península Ibérica terá permitido aos monarcas visigodos empenharem-se na sua hegemonia e na unificação do território peninsular sob uma única coroa, então a pandemia, mesmo que não se tenha feito sentir com intensidade no seu território nem tenha provocado alguma forma de declínio demográfico, terá sido um fator decisivo na alteração do xadrez político peninsular, sobretudo na faixa atlântica e no sul mediterrânico.

3.3 – Possíveis epidemias no reinado de D. Sancho I (1185-1211)

Apesar de termos provas concretas de vários tipos quanto à existência de doenças infecciosas em Portugal antes da Peste Negra, a verdade é que os registos de um evento epidémico realmente impactante são escassos. O mais repetido e intrigante é o de uma pretensa epidemia que teria grassado no Norte de Portugal, algures entre os anos de 1190 e 1195. As fontes que se referem a estes fenómenos são muito posteriores à data do acontecimento. A primeira fonte que faz eco dessas supostas epidemias é a *Crónica de Portugal de 1419*, escrita mais de dois séculos após os acontecimentos relatados, cujo testemunho é depois aproveitado e ampliado por Rui de Pina na sua *Crónica de D. Sancho I*⁶³¹. O relato da *Crónica de Portugal de 1419* é intrigante. Se poderíamos assumir tratar-se de uma construção literária, feita a partir de um conjunto mais ou menos fortuito de eventos desestabilizadores, ou até uma importação de uma realidade além-fronteiras útil à linha narrativa e ao discurso procurado, as referências geográficas e cronológicas invulgarmente detalhadas parecem conferir verosimilhança ao que é descrito:

Cap. 54 - "Das trybulaçõeas que ouverom no regno de Portugal e como dona Tareja e dona Mafalda foram quites de seus maridos - (...)

dom Afonso de Lyom (...) casou entom com esta Dona Tareija, ffilha del rey dom Sancho de Portugal, e fizerom-lhe suas vodas no mes de fevereyro, mais não sabemos em qual ano [foi

⁶³¹ PINA, Rui de - *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello e Irmão, 1977, p. 52-57.

em 1191]. E, como foram casados, logo em esse mês comessou grande invernada de chuyva, e durou ata o primeyro dia do mes de junho, em tal guisa que todalas meses e frutas estroyo e, depois que çesou a chuiva, veyo aas meses grandes multidões de vermens que as comeo todas ata a terra, e foy tão grande o estyo que durou ata xb dias por andar de janeyro. E, çesando o estio, veo tam grande pestelença e deu nos homens da Terra de Santa Maria, bispado do Porto, que, em cada hum lugar hu moriom muitos, adur ficavom tres e aveio mais grande dor nos homens da terra de Bragua, em tal guisa que lhe pareçya que ardiom dentro em sy mesmos e asy moryom. E foy tão grande fame a esta sazom no regno de Portugal, que dela muitos moriom, e comiom os homens ervas e os agrões asy como bestas.”⁶³²

Neste rol de desastres, foco-me nas doenças relatadas. Em primeiro lugar, a referência precisa feita a uma pestilência na Terra de Santa Maria, *grosso modo* correspondente ao território medieval da diocese do Porto a sul do Douro. A ter existido realmente, a descrição é lacónica e o cronista (tal como a sua fonte?) não descreve os sintomas. O fenómeno parece ter grassado na dita Terra de Santa Maria nos primeiros meses de 1192, e a linha narrativa parece considerá-la consequência de um primeiro semestre extremamente chuvoso em 1191, seguido de um verão muito longo e que teria durado até meados de janeiro de 1192. Caso estejamos a lidar com um evento epidemiológico real, provocado por um agente infeccioso ou não, ele poderá estar associado a uma má nutrição da população e a desequilíbrios ambientais momentâneos que teriam provocado de alguma forma um fenómeno de mortalidade elevada. Poderia tratar-se de uma doença oportunista, ou simplesmente de uma fome com consequências graves numa região circunscrita.

No caso de Braga, a narrativa é duplamente interessante. Sem referências cronológicas tão precisas, mas provavelmente referente aos mesmos anos do início da década de 1190, é-nos oferecida uma descrição única que remete para um problema de saúde culturalmente muito relevante na Idade Média europeia, e que permanece praticamente indocumentado em Portugal: o *ignis sacer*, ou fogo de Santo Antão. Esta maleita é, por norma, interpretada como um de dois problemas distintos: erisipelas e ergotismo. No primeiro caso, trata-se de uma infeção bacteriana provocada por algumas

⁶³² *Crónica de Portugal de 1419*. Edição de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998, p. 100.

espécies de *Streptococcus*; na segunda, é uma intoxicação provocada pela ingestão prolongada de alcaloides produzidos por espécies de cravagens, sobretudo a *Claviceps purpúrea*, fungos que crescem habitualmente no centeio, podendo também afetar o trigo e a cevada.

Qualquer que seja a forma da doença que se traduza nas várias formas do medieval *ignis sacer*, trata-se de um problema altamente incapacitante, que pode resultar em necrose das extremidades e consequente mutilação, ou até morte. Foi um dos problemas de saúde culturalmente mais influentes da Plena Idade Média, conduzindo até à fundação de uma ordem dedicada à assistência dos atingidos, os Cónegos Regulares de Santo Antão, ou Ordem Hospitaleira de Santo Antão⁶³³. Porém, reflexo da falta de referências ou indícios de existência do problema, a instalação da ordem nunca chega a passar de uma fase incipiente em Portugal, acabando por culminar na absorção feita pelos Jesuítas em meados do século XVI⁶³⁴.

A ausência deste *fogo sagrado* ou *fogo de Santo Antão* nos registos portugueses não fica desmentida por esta referência indireta. As fontes coevas são pouco esclarecedoras. Os anais preservados no *Livro da Noa* referem, para o ano de 1172, uma grande fome (*magna fames*), que teria grassado por todo o mundo (*per universum mundum*) e matado em grande número, tanto homens como animais (*et mors vehemens in toto orbe terrarum tam in homibus quam iumentis*)⁶³⁵. Porém, são mais de vinte anos de intervalo entre este fome pouco conhecida e os episódios narrados pelo cronista. Os anais do *Livro da Noa* tendem a ser bastante precisos, mas poderá tratar-se de uma amálgama de factos cronologicamente próximos, montados para servir uma narrativa de castigo celestial pelo casamento incestuoso entre a infanta portuguesa e o rei leonês.

Em Marrocos, o cronista Ibn Abi Zar' (morto em 1326) refere uma epidemia que terá matado 1700 pessoas em Marraquexe, em 1175⁶³⁶, quando a cidade era capital do califado almóada, que se estendia então até às margens do Sado. Haveria alguma

⁶³³ BIRABEN - Essai sur les réactions ..., p. 368-370.

⁶³⁴ VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Cónegos Regrantes de Santo Antão”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I (A-C). Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 434-435.

⁶³⁵ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 6-6v.

⁶³⁶ CONGOURDEAU, MELHAOUI – La perception de la peste..., p. 121.

relação, sobretudo tendo em conta a intensa circulação de tropas almóadas entre os dois lados do Estreito de Gibraltar? Urge regressar à documentação do final do século XII e primeiros anos do século XIII, em busca de novas pistas sobre eventuais problemas epidemiológicos ou instabilidade climática em território português.

4 – Que Portugal nas vésperas da Peste?

Como foi dito anteriormente, apenas tendo um retrato do reino português antes da Peste se poderá medir o impacto e as consequências da epidemia. Não se procura, naturalmente, fazer aqui uma síntese geral sobre a primeira metade do século XIV português. Mas é indispensável tentar perceber como a população e o território portugueses passaram pelas vicissitudes europeias e mediterrânicas destes anos, tanto naturais como humanas, e como lidaram com os eventos transformadores e/ou destruidores que aconteceram à escala ibérica, nacional ou regional.

4.1 – População e território – um retrato dinâmico

Portugal parece ter sofrido bem menos do que os territórios além-Pirenéus com os eventos catastróficos do fim do primeiro quartel do século XIV. Oliveira Marques chegou mesmo a escrever que “não há prova de uma crise geral em Portugal, antes de meados do século XIV”⁶³⁷. Mas esta imagem, aparentemente positiva, deve ser vista a partir de vários prismas e, em último caso, contestada. Uma questão fundamental sobre Portugal nas vésperas da Peste diz respeito à população. Sentir-se-ia já um decréscimo demográfico? Não sabemos quantas indivíduos viviam em Portugal em meados do século XIV, antes ou depois da Peste. Mas uma flutuação importante terá de ser sensível através da documentação, mesmo que fragmentada. Por outro lado, será que todas as alterações ao povoamento decorrem de alterações demográficas?

No caso do Entre-Douro-e-Minho, as Inquirições feitas por ordem de D. Afonso IV, em 1343, fornecem-nos alguns dados muito relevantes, mas ambíguos⁶³⁸. Apesar de sobreviverem apenas os inquéritos relativos aos julgados situados entre os rios Ave e Lima, sensivelmente na mesma extensão do território da Arquidiocese de Braga a ocidente do Marão e do Alvão, com exceção do próprio couto de Braga, a informação é abundante; são quase cinco centenas as freguesias visitadas. Estas inquirições apresentam outras limitações, como o foco posto exclusivamente nos bens régios;

⁶³⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 100.

⁶³⁸ ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1.

porém, fornece-nos uma amostra diversificada e abrangente ao percorrer os bens do mais importante dos senhores, o rei.

O rei possui 877 casais e 7/8 de outro (0,875) no território das 485 freguesias alvo de inquirição⁶³⁹. Além destes bens, há inúmeros reguengos e herdades, centenas de leiras, muitas fogueiras e bouças, só para nomear as tipologias mais presentes. Contudo, estes bens têm tamanhos demasiado díspares para se assumir um padrão, sendo normalmente pequenos e não permitindo que quem os cultive estabeleça neles habitação; neste caso não temos referências suficientes e assumir que uma ou outra leira erma traduz variações demográficas é um exercício puramente especulativo. Assim, preferi debruçar-me sobre os casais, para os quais temos mais dados, com foros detalhados, tipos de contrato, fixação de moradores ou cultivo, além de outros estudos prévios, ainda que em âmbitos, cronologias e geografias variáveis. O casal é a unidade agrícola por excelência da Idade Média do Norte e Centro de Portugal - como já o demonstraram Maria Helena da Cruz Coelho⁶⁴⁰, Iria Gonçalves⁶⁴¹, Luís Carlos Amaral⁶⁴² e André Evangelista Marques⁶⁴³ - mas também da Galiza⁶⁴⁴, multiplicando-se num processo de organização social do espaço intimamente ligado aos processos de senhoriação destas regiões⁶⁴⁵, ainda ativo na primeira metade do século XIV, quando muitas pequenas unidades continuam a ser agrupadas em casais, prosseguindo a “normalização” do domínio⁶⁴⁶. Os casais régios distribuem-se de forma desigual no território percorrido. Tal como é visível no gráfico 3, quase metade dos casais (perto de

⁶³⁹ Na maioria dos casos, o rei possui casais inteiros, mas a propriedade de frações de casais é comum. Neste caso, para efeitos de contagem, as frações foram sendo somadas, e sempre que possível convertidas em números decimais – 1/3 de um casal e 1/6 de outro fazem meio casal, ou seja, 0,5, por exemplo.

⁶⁴⁰ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 98-108.

⁶⁴¹ GONÇALVES – *O Património...*, p. 168-183;

⁶⁴² AMARAL – *São Salvador de Grijó...*, p. 37-40.

⁶⁴³ MARQUES, André Evangelista – *O Casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Noia: Editorial Toxosoutos, 2008. ISBN 978-84-96673-46-5; MARQUES, André Evangelista – A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: a morfologia do *casal* entre os textos e as materialidades. In BARROCA, Mário (coord.), *No Tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM, 2017, p. 195-227.

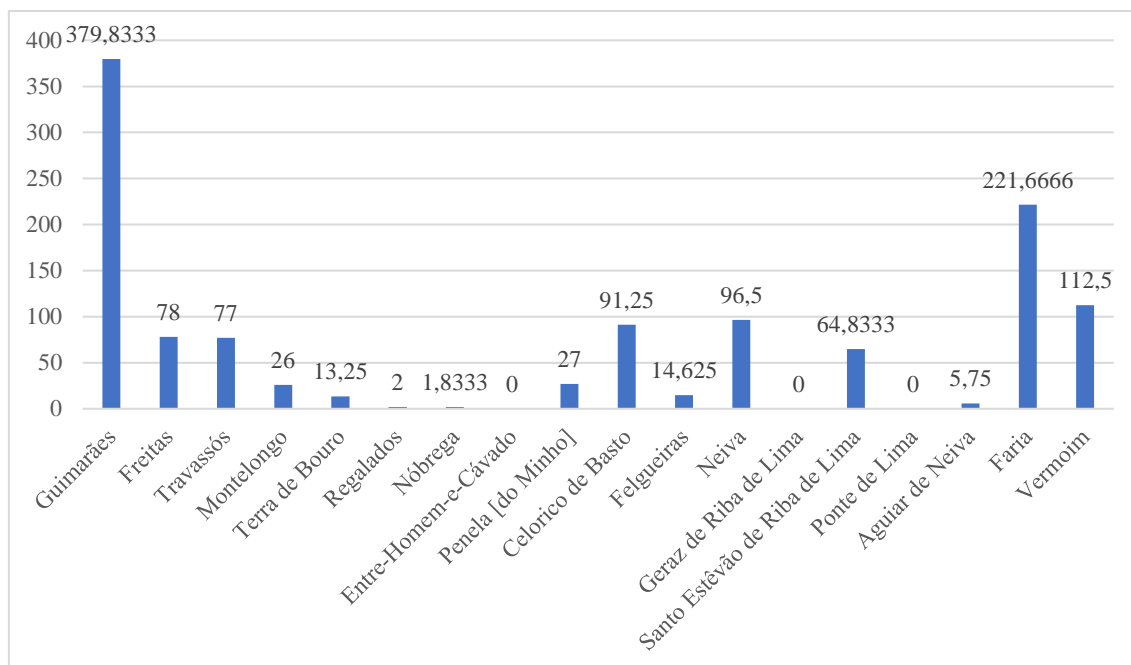
⁶⁴⁴ PORTELA DA SILVA – *La región del obispado de Tuy...*, p. 136-140.

⁶⁴⁵ MARQUES – *O Casal...*, p. 257-258.

⁶⁴⁶ Isso não só é visível em áreas senhoriais específicas, como no caso do Mosteiro de Grijó, como na documentação enfiteuticada da chancelaria régia da primeira metade do século XIV, como por exemplo em ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 4, fl. 94v, 99-99v.

380 casais, ou 43,25% do total) encontra-se no julgado de Guimarães, distribuídos pelas 74 freguesias incluídas no levantamento⁶⁴⁷.

Gráfico 3 - Casais régios por julgado (Entre-Ave-e-Lima) - Inquirições de 1343



Os casais são uma unidade de exploração e povoamento interessante no estudo da demografia por, em princípio e com as devidas cautelas, cada um poder albergar pelo menos um agregado familiar. O uso dos casais para aproximações demográficas está longe de ser uma novidade. Fê-lo Avelino de Jesus da Costa⁶⁴⁸, mas também Maria Helena da Cruz Coelho – neste caso concretamente sobre os julgados de Guimarães e da Nóbrega, mas para o século XIII⁶⁴⁹. Como estava, então, a ocupação dos casais do rei nos vales do Lima, Cávado e Ave poucos anos antes da Peste Negra? Entre os quase 878

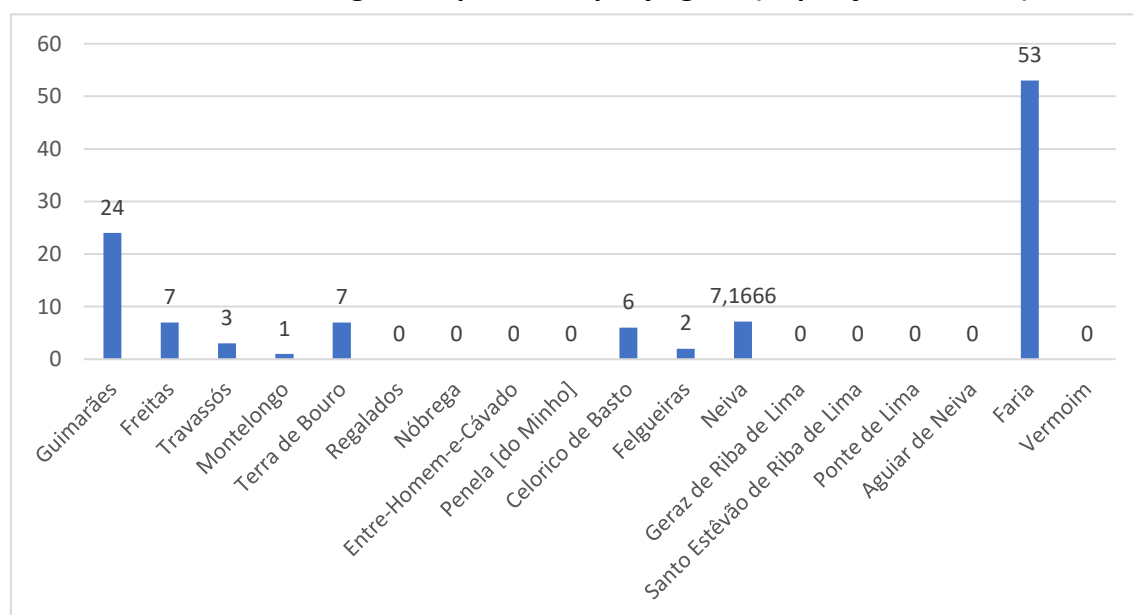
⁶⁴⁷ Este número não incluiria o total de freguesias de Guimarães, pois há omissões que se mantêm desde as Inquirições de 1220 e 1258, como a da freguesia de Arosa e das freguesias urbanas de São Paio e São Sebastião, v. COELHO, Maria Helena da Cruz, “A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII”, in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI, vol. I, Notas do Viver Social*. Livros Horizonte: Lisboa, 1990, p. 140. De resto, os inquiridores de D. Afonso IV confrontavam frequentemente os depoimentos dos jurados de cada freguesia com “o registo velho”, que seria composta pelas inquirições realizadas ao longo do século XIII por D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis. A título de exemplo, veja-se algumas das referências ao *registo velho* em ANTT, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 60-60v, 108v, 117-119, 167-167v, 170-170v, 191v-192, 201-201v.

⁶⁴⁸ COSTA, Avelino de Jesus da - *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga. 2ª edição refundida e ampliada*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, vol. I, p. 237-248.

⁶⁴⁹ COELHO, “A população e a propriedade na região de Guimarães...”, p. 139-169; COELHO, Maria Helena da Cruz, “A Terra e os Homens da Nóbrega no século XIII”, in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI, vol. I, Notas do Viver Social*. Livros Horizonte: Lisboa, 1990, p. 170-198.

casais contabilizados, 110 e 1/6, um pouco mais de 12,5%, encontravam-se despovoados: um em cada oito casais régios na região que desde sempre tem sido a mais densamente povoada do território português levanta algumas questões e parece sugerir uma certa depressão demográfica. Seria importante poder comparar estes valores com as propriedades régias de outras paragens e com os bens de outras instituições da mesma região. Os tombos e os levantamentos são escassos e – não por coincidência – os poucos que há para o século XIV são quase todos posteriores à Peste Negra. No caso do domínio de Grijó, por exemplo, Luís Carlos Amaral deteta uma percentagem de 18,2% de casais despovoados ou ermos em meados da década de 1360⁶⁵⁰; não sendo muito mais alta, representa ainda uma diferença considerável. Será necessário, contudo, lembrar que esses dados dizem respeito à situação do mosteiro quase duas décadas após a Peste, ainda que a tempo de ter passado pela *Pestis secunda* e pelos anos de esterilidade do pós-Peste. Regressando aos casais régios despovoados, é conveniente introduzir outros elementos que funcionem como contrapeso nesta

Gráfico 4 - Nº de casais régios despovoados por julgado (Inquirições de 1343)

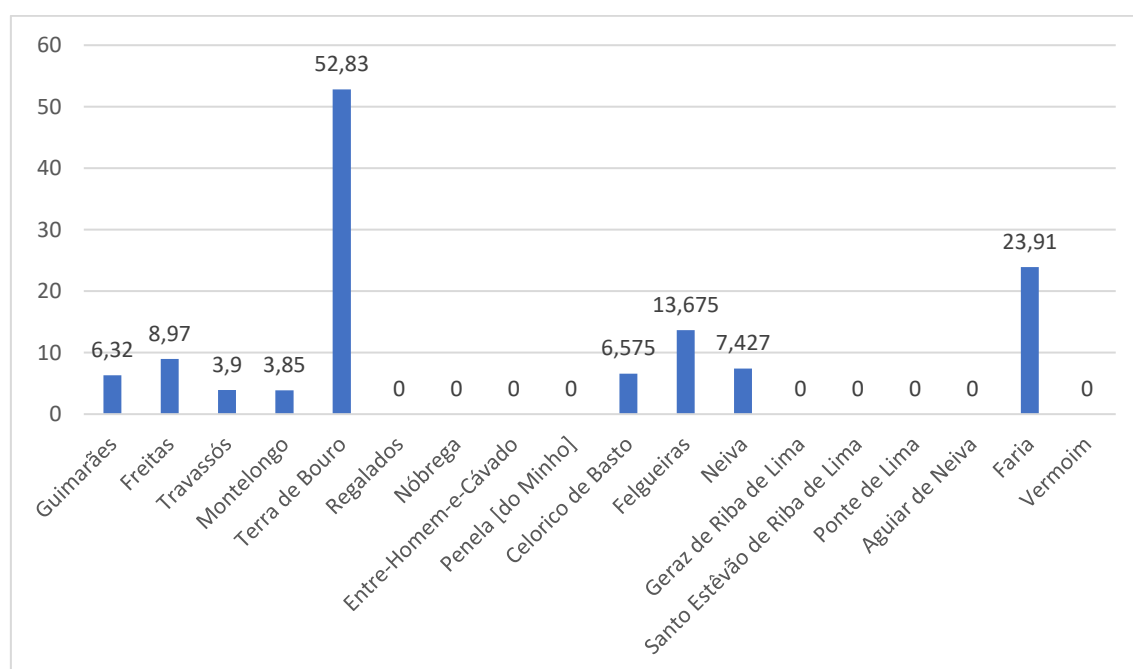


balança.

⁶⁵⁰ AMARAL - *São Salvador de Grijó...*, p. 42-45. É importante sublinhar que as comparações entre estas recolhas de dados são desiguais na sua fiabilidade: os autores do *Livro das Campainhas* de Grijó terão tido um zelo e uma capacidade de pormenor dificilmente concretizável numa empreitada como a das *Inquirições Régias*, justificando a introdução de uma margem de incerteza nas percentagens oferecidas por estas diferentes coleções de dados.

Tal como já haviam demonstrado Avelino de Jesus da Costa e Maria Helena da Cruz Coelho, um casal ermo não significa abandono, cessação de cultivo ou destruição⁶⁵¹. Apesar de haver 12,5% de casais despovoados, ¼ desses casais (27 casais) permanece cultivado, pagando todos os direitos devidos ao rei. Entre os restantes 83 casais e 1/6 que não estão povoados, nem são cultivados, 51 e 1/6 foram despovoados e encontram-se incultos porque foram cobertos por areia em movimentações dunares em três freguesias costeiras em concreto: sete casais e 1/6 em Castelo de Neiva, julgado de Neiva, localizados na margem direita da foz do rio Neiva⁶⁵²; todos os 33 casais régios da freguesia de São Paio [de Antas], no julgado de Faria (no atual concelho de Esposende), situados na margem esquerda da foz do rio Neiva⁶⁵³; nove casais na freguesia Navais, pertencente à Terra de Faria e ao atual concelho da Póvoa de Varzim, a 20km da referida freguesia de São Paio e já a sul da foz do Cávado⁶⁵⁴. Restam, assim, 32 casais não povoados nem cultivados por outros motivos.

Gráfico 5 - Percentagem de casais régios despovoados por julgado (Inquirições de 1343)



⁶⁵¹ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 73-75, em especial nota 3 da página 73.

⁶⁵² ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 149-149v.

⁶⁵³ ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 162v-163.

⁶⁵⁴ ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 163v-164.

Assim, temos um fator ambiental que inutiliza praticamente metade dos casais despovoados (46,45%) e quase 2/3 dos casais despovoados e incultos (61,52%). Prova da adaptabilidade, dinamismo e iniciativa das populações, e da sua manutenção no espaço circunscrito de uma freguesia, é o testemunho dado pelos jurados inquiridos na dita freguesia de São Paio: todos os 33 casais régios foram cobertos por areia na década de 1310, pelo que os lavradores reaproveitaram uma antiga arroteia, abandonada há muito, voltando a cultivá-la e pagando os direitos devidos ao rei pelos casais perdidos com os rendimentos dessa renovada exploração⁶⁵⁵.

Poderá a falta de moradores constituir uma prova de uma redução populacional assinalável, ou pelo menos sensível, ainda que a nível local? A explicação pode passar não pela redução do número de habitantes, mas pela sua reorganização, mesmo dentro dos limites da mesma freguesia. A manutenção do cultivo de casais despovoados e do pagamento dos tributos por eles devidos ao rei parece sugerir isso mesmo. Em vários casos, os lavradores viveriam em terras de outros senhores, ou nas suas próprias terras isentas, cultivando em simultâneo bens régios⁶⁵⁶. Noutros, haveria um abandono parcial do modelo um casal/uma família (alargada ou não), em favor do crescimento de pequenas aldeias e *póvoas* em diversos lugares das freguesias⁶⁵⁷. Este tipo de alterações – ou a multiplicação e consolidação de várias realidades dentro do mesmo espaço circunscrito de uma freguesia –, reflete um conjunto de condicionantes: alterações climáticas, económicas e sociais, num intrincado ciclo de causa e consequência com impacto na organização social do espaço, no tipo de produções agrícolas e artesanais, no mercado a que se dirigem e nos compromissos contratuais entre senhorios e arrendatários ou enfiteutas.

Por outro lado, o nosso julgamento feito a partir de uma ‘vista panorâmica’ reconstruída pode pecar por uma simplificação excessiva. Tal como uma economia de pleno emprego não é necessariamente a forma mais dinâmica e saudável, também uma

⁶⁵⁵ ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 162v-163.

⁶⁵⁶ *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 68-70.

⁶⁵⁷ Algo análogo se passa em várias regiões europeias numa outra fase de transição e adaptação, entre a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média: o povoamento, quase sempre feito em unidades familiares de exploração, começa a ser preterido em favor de pequenas aldeias, mais organizadas e dinâmicas. Assim, temos menos assentamentos, mas mais complexos, não resultando numa quebra demográfica tão assinalável como se poderia prever em primeiro lugar. HOFFMANN, Richard C. – *An Environmental History...*, p. 57-67.

plena ocupação do espaço poderia não o ser. A existência de casais vazios é uma realidade que se deteta com facilidade no Entre-Douro-e-Minho desde o final do século XIII, com explicações de ordem económica, mas que só são possíveis devido a esta população numerosa, mas não demasiado densa⁶⁵⁸. Uma população, volumosa ou não, que possui mais terras do que braços, sem que as terras temporariamente não cultivadas estejam abandonadas ou arruinadas - como parece ser o caso da maioria destes casais não habitados nem cultivados - poderá recuperá-las a qualquer momento. É disso exemplo a população da freguesia de São Paio. Destruídas dezenas de casais com o movimento de areias (dunas?), a população recupera uma antiga arroteia, pagando todos os direitos devidos ao rei pelos casais arruinados, ao mesmo tempo que garante o seu sustento. Trata-se de uma amostra que contraria totalmente uma ideia – completamente ultrapassada, diga-se – de uma crise malthusiana que antecede e quase conduz à Peste Negra. É verdade que este equilíbrio nas vésperas da Peste poderá estar relacionado com um decréscimo prévio da população, fruto dos anos duríssimos da década de 1330 e início de 1340. Mas, se a fome desses anos se deveu a uma sucessão de anos estéreis, é possível que o Entre-Douro-e-Minho fosse a região menos afetada, devido às suas características climáticas.

No Entre-Tejo-e-Odiana, a dinâmica parece ser distinta, ditada pela natureza dos seus agentes e pelos antecedentes de ocupação e exploração do território. Ainda que

⁶⁵⁸ É disso exemplo o caso estudado por José Marques num par de artigos relacionados com o povoamento e a criação do concelho de Caminha pelo rei D Dinis, em 1284. Esta ação régia foi possível através de processos paralelos de escambo, troca e 'expropriação' de propriedades alheias sitas no território do novo concelho, e que pertencia a diversas instituições e indivíduos. Entre as várias moedas de troca, encontram-se casais régios situados na vila rústica do Deão (freguesia de São Pedro de Deão, atual concelho de Viana do Castelo), da qual o monarca possuía metade, dividida em treze casais. Ora, apenas três dos treze casais estavam ocupados, explicando-se esse despovoamento com as maiores vantagens em ocupar os casais pertencentes a outros proprietários desta vila (Sé de Braga, Mosteiros de São Romão de Neiva e Palme, Ordem do Hospital e um privado), por estarem isentos do pesado tributo da anúduva (os de Braga e os do Hospital) e da entrada do mordomo do rei. Se a explicação parece ser puramente fiscal, é verdade que os potenciais enfiteutas ou caseiros apenas poderiam optar por casal mais vantajoso caso ambos estivessem disponíveis, sugerindo uma povoamento 'saudável', e jamais próximo de um cenário de insustentabilidade malthusiana. Apesar de estes dez casais estarem despovoados, eram parcialmente lavrados e deles eram pagos direitos ao rei, tal como em muitos dos casos que sessenta anos mais tarde as inquirições de D. Afonso IV revelarão. MARQUES, José - A vila rústica de Deão, em 1284. In BARROCA, Mário Jorge (coord.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1999, vol. 2, p. 15-26; MARQUES, José - A póvoa dionisina de Caminha: 1284. *Estudos regionais: revista de cultura do Alto Minho* II.6 (2012), p. 13-47. Essas inquirições afonsinas recordam esse escambo, com o rei a receber apenas pequenos tributos desses antigos casais régios, mantendo o direito de padroado da igreja local *in solidum*: ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 152v-153.

não tenhamos uma fonte tão reveladora como umas inquirições feitas poucos anos antes da Peste, há alguns elementos sobre povoamento e população que importa sublinhar. Em primeiro lugar, os modelos trecentistas são o oposto do Entre-Douro-e-Minho: uma unidade como o casal, por exemplo, é praticamente inexistente. A produtividade do solo e a organização da propriedade parece responder a critérios diferentes do Norte.

O problema do povoamento do Alentejo, por outro lado, está muito longe de ser resolvido. Autores sucessivos debruçaram-se sobre a matéria, com destaque para vários historiadores franceses, mas também para arqueólogos e historiadores portugueses que continuam com dificuldade em responder a várias questões centrais sobre o povoamento da região a sul do rio Tejo. O povoamento rural, desde a Antiguidade Tardia ao período de anexação por parte do reino português, não é claro, nem homogêneo. O Alentejo não teve o *seu Alberto Sampaio*, e a manutenção/evolução de estruturas entre a Antiguidade e a Baixa Idade Média cristã é intermediada por longos séculos de vivência andalusi mal documentada. Prova dessa complexidade é o milhar e meio de páginas que Stéphane Boissellier lhe dedicou em duas obras de fôlego que, sendo contributos fundamentais, estão longe de fechar ou esgotar o tema⁶⁵⁹.

Os processos de aquisição da terra no Alentejo cristão, como sublinhou Stéphane Boissellier⁶⁶⁰, incluem a presúria ainda no final do século XIII, e mantêm as sesmarias em todo o período em estudo; no caso do Entre-Douro-e-Minho, as presúrias eram uma memória distante do primeiro período condal, e as sesmarias nunca foram expressivas. Isto parece traduzir uma realidade de povoamento rural esparsa, que não terá sido resultado de um programa sistemático de substituição das populações de vencidos por vencedores⁶⁶¹ – intenção que dificilmente seria concretizável num reino que nunca parece ter sido densamente povoado a ponto de permitir movimentações consideráveis de população com propósitos de colonização em grande escala. Isso não terá significado,

⁶⁵⁹ BOISSELLIER, Stéphane - *Naissance d'une identité portugaise : la vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990. ISBN 972-27-0924-0 ; BOISSELLIER, Stéphane - *Le peuplement médiéval dans le sud du Portugal : constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires XIIIe-XVe siècles*. Paris : Fundação Calouste Gulbenkian. Centre Culturel, 2003. ISBN 972-8462-34-4.

⁶⁶⁰ BOISSELLIER – *Naissance d'une identité...*, p. 531-534.

⁶⁶¹ WATTEAUX, Magali - La colonisation agraire médiévale en Alentejo (Portugal). *Études rurales* 188 (2011) 2011. DOI: 10.4000/etudesrurales.9481

naturalmente, que pequenos fluxos com propósitos semelhantes não se tenham sucedido ao longo de dezenas de anos e substituído parte da população andalusi, transformada em minoria ou condenada à deslocação. A manutenção de uma população islâmica previamente instalada não parece ter sido uma preocupação tão evidente como nas cidades do Algarve e respetivos termos⁶⁶², o que resultou também no despovoamento e desocupação já referidos, parcialmente compensados por presúrias e sesmarias no Alentejo. O processo de consolidação de povoamento e de estruturas municipais que foi acontecendo na margem sul do Tejo até Évora, entre 1191 e 1226, possibilitou a rápida conquista do Baixo Alentejo, quando as circunstâncias político-militares do lado almóada o permitiram, prolongando o fenómeno da municipalização no tempo, quer através da organização a partir de fortificações, quer a partir de localidades providas de forais – fossem eles fundacionais ou meros instrumentos de formalização da vida comunitária pré-existente⁶⁶³.

As alterações causadas pela rutura política do espaço que constituirá o sul de Portugal não só com o Norte de África, como com o território além do Guadiana que a nova fronteira política com a Coroa de Castela tornará estrangeiro, provocam uma reorientação de funções e de eixos cuja função se mantinha razoavelmente inalterada desde o período romano, hispano-godo e andalusi, como é o caso da perda de importância de Alcácer do Sal no contexto após a conquista portuguesa⁶⁶⁴. O Entre-Tejo-e-Odiana resultante desse processo de assimilação e redefinição (ainda em curso quando chegou a Peste Negra) não era todo igual, como não o é o Alentejo de hoje. Comparando o Alto com o Baixo Alentejo, as diferenças na densidade de povoamento eram ainda mais gritantes no século XIV. As áreas cronicamente despovoadas como o Campo de Ourique, parecem assim permanecer ao longo do século XIV, sob o domínio da Ordem de Santiago e com uma crescente influência na criação de gado do Sul⁶⁶⁵; de resto, Armindo de Sousa resume perfeitamente o povoamento do Baixo Alentejo, a

⁶⁶² GARCIA, João Carlos – *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1986, p. 72-82.

⁶⁶³ BOISSELLIER, Stéphane – Population indigène, colonisation castrale et encadrement municipal dans le Midi portugais 1147 – vers 1279 : une exploitation sociale de l'espace ? In BOURIN, Monique, BOISSELLIER, Stéphane (dir.), *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècle)*. Mélanges en l'honneur de Robert Durand. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2002, p. 57-79.

⁶⁶⁴ GARCIA, João Carlos – *O Espaço Medieval da Reconquista...*, p. 40-44.

⁶⁶⁵ GARCIA – *O Espaço Medieval da Reconquista...*, p. 83-87.

partir do Rol das Igrejas de 1320-21: “se se lhe tirasse Beja, Serpa, Moura e pouco mais, ficava sem ninguém⁶⁶⁶”.

Também por se tratar de um processo em curso em meados do século XIV, vale a pena analisar a evolução do Entre-Tejo-e-Odiana nos subcapítulos seguintes, sob a perspectiva dos fatores positivos e negativos. Talvez ainda mais do que na estrutura consolidada do Entre-Douro-e-Minho, é essencial questionar: de que forma a Peste Negra poderá ter influenciado – se é que chegou a influenciar – o processo de organização social, económica e administrativa do Entre-Tejo-e-Odiana?

4.2 – Sinais de crescimento e estabilidade...

Em História, não podemos aceitar a caracterização de um período apenas como dourado ou negro. A receita está na procura do resultado da influência de fatores positivos e negativos nas diversas dinâmicas humanas (mas também naturais) de um certo território. Também nos anos que antecederam a Peste em Portugal, houve alguns sinais localizados de expansão demográfica e económica. Associados a estes, temos algumas ‘ausências’, que poderão não ser mais do que realidades indocumentadas e, portanto, ainda encobertas. Porém, analisando os indícios, algumas destas ausências poderão corresponder a fenómenos europeus que efetivamente passaram ao lado, ou quase, de Portugal.

Começemos por esses acontecimentos graves que, tendo eventualmente poupado Portugal, não terão contribuído para uma espiral socioeconómica depressiva.

Merece destaque a ausência total de referências ou indícios à epidemia de peste bovina⁶⁶⁷, que devastou grande parte da Europa continental e das ilhas britânicas num período que se estendeu de 1315 até praticamente 1325, com alguns episódios na

⁶⁶⁶ SOUSA – 1325-1480..., p. 288.

⁶⁶⁷ Apesar da designação, trata-se de uma doença hemorrágica provocada por vírus do género *Morbillivirus*, não tendo qualquer relação com a peste humana, consequência de uma infeção bacteriana por *Y. Pestis*. Contudo, não tendo ainda sido possível uma confirmação paleogenética, não é ainda indiscutível que a Grande Peste Bovina de 1318-1320 se trata efetivamente da peste bovina ou *rinderpest*. SLAVIN, Philip - The Great Bovine Pestilence and its economic and environmental consequences in England and Wales, 1318–50. *The Economic History Review* 64:4 (2012). <https://doi.org/10.1111/j.1468-0289.2011.00625.x>

década de 1330⁶⁶⁸. A quantidade de epizootias (epidemias animais) documentadas na Europa transpirenaica entre os séculos VIII e XIV⁶⁶⁹ - sobretudo no Centro e Norte do continente - é impressionante, e a ausência de (quase?) todas em Portugal demonstramos a singularidade do ocidente da Península Ibérica – não é crível que um fenómeno do género que atingisse grandes proporções fosse totalmente ignorado. É verdade que se sabe muito pouco sobre epizootias históricas em Portugal. Rigorosamente, sabemos pouco sobre animais em Portugal na Idade Média, desde a real importância económica da criação de gado, dos seus circuitos e mercados, até aos animais de companhia, passando pelos animais silvestres e por atividades e ciclos tão transversais e relevantes como a apicultura, a pastorícia e a transumância⁶⁷⁰.

Constatadas as lacunas, resta colocar o problema: a peste bovina esteve ausente de Portugal, ou simplesmente não sobram testemunhos da sua passagem? Tudo indica que a segunda hipótese é a mais provável. Esta peste bovina inclui-se é definida como uma panzootia⁶⁷¹, tal a sua expansão geográfica e mortalidade que iria dos 60 aos 100% dos animais infetados, dependendo da área. A morte massiva do gado bovino teria consequências visíveis: destruição da força de trabalho primária na agricultura da terra, e consequente comprometimento parcial da produtividade agrícola, diminuição da

⁶⁶⁸ NEWFIELD, Timothy P. - A Cattle Panzootic in Early Fourteenth-Century Europe, *Agricultural History Review*, LVII (2009), 155–190.

⁶⁶⁹ NEWFIELD, Timothy P. - Epizootics and the Consumption of Diseased Meat in the Middle Ages. In AMMANNATI, Francesco (ed.), *Religion and religious institutions in the European economy 1000–1800*. Firenze: Firenze University Press, 2012, p. 629-633; NEWFIELD, Timothy P. - A great Carolingian panzootic: the probable extent, diagnosis and impact of an early ninth-century pestilence. *Argos* 46 (2012), p. 200-10; NEWFIELD, Timothy P. - Domesticates, disease and climate in early post-classical Europe: the Cattle Plague of c.940 and its environmental context. *Postclassical Archaeologies* 5 (2015), p. 95-126; NEWFIELD, Timothy P. - Early medieval epizootics and landscapes of disease: the origins and triggers of European livestock pestilences, 400-1000 CE. In KLEINGÄRTNER, Sunhild, NEWFIELD, Timothy P., ROSSIGNOL, Sébastien, WEHNER, Donat, *Landscapes and societies in medieval Europe East of the Elbe: interactions between environmental settings and cultural transformations*. Toronto: PIMS, 2013, p. 73-113.

⁶⁷⁰ Não sendo um tema que tenha merecido um número considerável de estudos, há um conjunto de estudos, alguns deles clássicos da historiografia medieval portuguesa. Entre estes, destaco a tese de licenciatura de Maria José Lagos Trindade e um par de artigos de Luís Miguel Duarte, complementares entre si: TRINDADE, Maria José Lagos – A Vida Pastoril e o Pastoreio em Portugal nos séculos XII-XVI. In TRINDADE, Maria José Lagos, *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Conselho Diretivo da Faculdade de Letras de Lisboa; Cooperativa Editora – História Crítica, 1981, p. 3-95; DUARTE, Luís Miguel - Contrabandistas de gado e "Passadores de cousas defesas" para Castela e "Terra de Mouros". *Revista da Faculdade de Letras: História* II:15 (1998), p. 451-474; DUARTE, Luís Miguel – O gado, a fronteira, os alcaides das sacas e os pastores castelhanos. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Á. (ed.), *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*, 3. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, 1999, p. 125-146. Regressarei à questão do gado no capítulo 11 desta tese.

⁶⁷¹ NEWFIELD – A Cattle Panzootic..., p. 156-157.

diversidade de produtos alimentares, não só a carne – que não seria acessível a muitos –, mas também o leite, a manteiga e o queijo – ainda que o gado ovino e caprino pudesse matizar esta perda –, de rendimentos complementares (mas elevados) provenientes de materiais como o couro, etc. Mesmo sendo um elemento teimosamente pouco visível em muita da documentação patrimonial, económica e rural da Idade Média portuguesa, é impossível negar a importância que os bovinos *tinham de ter*. Assim, a ausência de indícios na documentação régia, monástica e urbana parece dar força à ideia generalizada de que não só Portugal como toda a Península Ibérica, terão sido poupados ao flagelo, ao contrário de territórios não contíguos, como as Ilhas Britânicas. O segredo A explicação parece residir nas rotas de comércio de gado, que não atravessariam os Pirenéus e teriam mantido a Península Ibérica - dona do seu próprio circuito de criação e comércio interno - fora da rota de propagação.

Outros sinais de expansão que merecem ser referidos são o da criação de paróquias. Se os forais tanto podem ‘validar’ uma população que se estabeleceu previamente num determinado local e o rei, ou um outro grande senhor, deseja trazer para a sua esfera de influência, como ser uma ação de fixação de população, a oficialização de paróquias - que exigia a capacidade de mantimento do clérigo responsável e de alguns dependentes, assim como o pagamento de tributos à hierarquia diocesana - torna a criação destas unidades eclesásticas um sinal mais evidente de expansão demográfica ou, pelo menos, de desafogo económico que permite excisar uma paróquia pré-existente de parte do seu território e população.

Falando de casos concretos, a criação de paróquias é mais visível a sul, na primeira metade do século XIV. Sendo um território integrado na coroa poucas décadas antes, é normal que o processo de organização e povoamento do espaço estivesse ainda em andamento e consolidação, ao contrário do Entre-Douro-e-Minho, onde as estruturas estavam muito mais enraizadas e contavam com séculos de amadurecimento. Estas ações no espaço transtagano vão ao encontro à política régia, diretamente ou através das ordens religiosas militares. Como disse, a constituição de novas paróquias parece demonstrar um certo sucesso dessas ações de povoamento e fixação, ainda que cada caso constitua uma realidade singular. Em 1302, é criada a paróquia de Santa Maria, em

Arraiolos⁶⁷². Trata-se da segunda paróquia da vila – a primeira era a de S. Salvador, dentro do castelo –, a primeira fora de muros, o que parece traduzir um crescimento populacional, ideia reforçada pelo compromisso da população em fazer uma cerca nova, estabelecido com o rei em 1305⁶⁷³, apenas 15 anos após o primeiro foral, datado de 1290, e de quase um século de troca do território entre o rei e o bispo de Évora, nem sempre de forma amigável.

Poderemos assumir estas fundações como o prosseguimento do processo de organização eclesiástica levada a cabo pela diocese eborense desde o início do século XIII, mas o que se procura sublinhar é, precisamente, a continuidade que vem de trás e que se mantém até à Peste Negra⁶⁷⁴. Poucos anos antes desta, em 1342, bispo e cabido de Évora criam seis rações na igreja de Santo Antão da cidade, sinal inegável de riqueza dessa igreja (já então paroquial?) urbana⁶⁷⁵. Logo em 1345, é a vez de D. Martinho, bispo da diocese eborense, instituir a paróquia de Marmelar⁶⁷⁶, ainda que Hermínia Vasconcelos Vilar entenda que esta criação não se deverá apenas ao aumento populacional, mas também a questões entre a cúpula diocesana eborense e o clero de Beja, a quem a cura das almas de Marmelar pertencia antes da ereção da paróquia⁶⁷⁷; em muitos casos, a criação de paróquias podia ser estancada ou atrasada – mesmo em contexto de expansão demográfica – para a preservação de um conjunto de interesses institucionais e senhoriais⁶⁷⁸. A mesma autora levanta a possibilidade de a criação de

⁶⁷² ASE, *Mitra de Évora*, Jurisdição, Criação de priorados, arcediagados, paróquias e benefícios, Documentos diversos sobre Criação de priorados, arcediagados, paróquias e benefícios, Maço 1, antigo EE 5.

⁶⁷³ ANTT, *Gavetas*, Gav. 12, maço 8, n.º 16.

⁶⁷⁴ VILAR – *As Dimensões de um Poder...*, p. 219-243.

⁶⁷⁵ ASE, *Mitra de Évora*, Jurisdição, Criação de priorados, arcediagados, paróquias e benefícios, Documentos diversos sobre Criação de priorados, arcediagados, paróquias e benefícios, Maço 1, antigo EE 8c.

⁶⁷⁶ ASE, *Mitra de Évora*, Jurisdição, Criação de priorados, arcediagados, paróquias e benefícios, Documentos diversos sobre Criação de priorados, arcediagados, paróquias e benefícios, Maço 1, antigo EE 8d.

⁶⁷⁷ VILAR – *As Dimensões de um Poder...*, p. 232.

⁶⁷⁸ VILAR, Hermínia Vasconcelos – Réseau paroissial et droit de patronage dans le diocèse d'Évora (XIII^e-XIV^e siècles). In BOURIN, Monique, BOISSELLIER, Stéphane (dir.), *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e- XIV^e siècle). Mélanges en l'honneur de Robert Durand*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002, p. 125-140; igual dinâmica se parece adivinhar no Baixo Mondego, onde a estrutura paroquial terá estabilizado em meados do século XIII, acompanhando-se o aumento de população ou a criação de novos núcleos de povoamento dentro das paróquias com a extensão de serviços litúrgicos a ermidas ou pequenas igrejas sufragâneas, sempre na dependência das igrejas paroquiais previamente existentes: COELHO – *O Baixo Mondego...*, vol. I, p. 669-671.

novos benefícios de raçoeiros, como os já referidos para Santo Antão de Évora, se destinar a garantir uma eficaz assistência religiosa a um número crescente de fiéis, sem aumentar o número de paróquias⁶⁷⁹; se esta possibilidade diminui a relação direta entre aumento da população e criação de paróquias, demonstra que o aumento populacional era expressivo e obrigava à procura de soluções alternativas.

Esse crescimento não se traduz apenas no plano da geografia eclesiástica. Em 1318, D. Dinis dá foral ao Redondo, comprometendo o novo concelho a construir um castelo tão alto e largo como o do Alandroal, com duas portas e dois cubelos em cada porta⁶⁸⁰. A 1 de março de 1319, quatro anos depois de recuperar o senhorio da vila de Alegrete - por compra das respetivas partes às suas sobrinhas, D. Maria, D. Beatriz e D. Isabel, filhas do Infante D. Afonso, senhor de Portalegre⁶⁸¹, o mesmo monarca outorga foral a essa vila, autonomizando-a do termo de Portalegre⁶⁸² e ordenando a construção de uma cerca, para a qual dá 1500 libras ao novo concelho⁶⁸³. Uma semana mais tarde, o monarca concede uma carta de povoamento a um João Domingues, para uma póvoa entre Lavre e Coruche, onde chamam o Ninho do Açor, para que possa fazer casarias e sesmarias a quem lá fosse viver⁶⁸⁴. Lavre, por sua vez, havia recebido foral em 1305⁶⁸⁵. No Entre-Douro-e-Minho, a construção e reconstrução de estruturas defensivas, um dos legados mais marcantes do reinado de D. Dinis, segue com igual ritmo. Guimarães tem a sua muralha concluída, envolvendo a vila baixa e a vila do Castelo⁶⁸⁶, e muitos outros castelos são reconstruídos, renovados, adaptados ou acrescentados. Uma iniciativa deste tipo, relacionada com a renovação das defesas fronteiriças levado a cabo por D. Dinis, não deve ser dissociada da consolidação da demografia do território.

Outro sinal relativo de uma certa estabilização revela-se na multiplicação de direitos de padroado que revertem para dioceses ou cenóbios. Ainda que seja difícil estabelecer comparações com o que acontece antes de 1310, a verdade é que parece que, por um lado, o poder diocesano se expande dentro dos domínios das respetivas dioceses, com

⁶⁷⁹ VILAR – Réseau paroissial..., p. 134.

⁶⁸⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 118v

⁶⁸¹ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 98; *Gavetas*, Gav. 13, maço 1, n. º 5; Gav. 11, maço 6, n. º 4.

⁶⁸² ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 123v.

⁶⁸³ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 123v.

⁶⁸⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 123v-124.

⁶⁸⁵ BOISSELLIER – Population indigène..., p. 79.

⁶⁸⁶ FERREIRA – *Guimarães. Duas Vilas, Um Só Povo...*, p. 236-240.

uma política ativa de incorporação de direitos de padroado em inúmeras paróquias onde o padroeiro (ou padroeiros) era privado ou partilhado; o destinatário da doação variava, podendo ir do clérigo titular da cura de almas nessa paróquia ou do próprio bispo, o que faria quase sempre, na prática, reverter esse poder para a hierarquia eclesiástica secular da diocese. Este tipo de doações permitia à diocese exercer diretamente o seu direito de escolha na apresentação de clérigos a estes benefícios. Quanto maior a percentagem de clérigos em exercício escolhida pela hierarquia, mais coesa a sua estrutura se tornava. O plano económico sai igualmente reforçado: o usufruto dos direitos de comedia, por exemplo, passa a reverter para as próprias instituições, eliminando na prática encargos que colocavam em causa a sustentabilidade de igrejas e mosteiros, ou destinando-os à fazenda das dioceses, tornando-as mais autónomas e capazes na sua ação. Não possuindo uma relação direta com a demografia, esta consolidação institucional transmite uma imagem de estabilidade e capacidade de intervenção.

Como exemplo da consolidação do poder episcopal, pode-se referir a doação que Estêvão Pires (?) faz do padroado da igreja de Santa Maria de Viatodos ao respetivo abade (1310)⁶⁸⁷, a doação da respetiva parte do padroado da igreja de Santa Maria de Palmeira que o cavaleiro Martim Martins Zote faz ao cabido de Braga (1311)⁶⁸⁸, a doação feita ao mesmo cabido por Estêvão Pires, *armiger*, filho de Pedro de Deocriste, reitor de Arcozelo, e de Dórdia Vicente, de todo o padroado e direito que tem sobre a igreja de Santa Eulália de Gueifar (1314)⁶⁸⁹, no que é seguido por outros padroeiros⁶⁹⁰. Os exemplos sucedem-se. Na diocese do Porto, vale a pena referir as 'doações' de direitos de padroado feitas ao bispo⁶⁹¹. Há também igrejas onde o padroado, ou parte dele, é doado à própria igreja, ou à pessoa do seu reitor ou vigário, passando, na prática, a ser

⁶⁸⁷ ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 6, doc. 256.

⁶⁸⁸ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 194, 2; Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 16.

⁶⁸⁹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 95.

⁶⁹⁰ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 96-98

⁶⁹¹ ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 12º, fl. 44; Livro 25º, fl. 9, 10, 27, 29; Livro 30º, fl. 20, 23; Livro 30º; *Censual do Cabido da Sé do Porto: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Ed. de João Grave. Porto: Biblioteca Municipal do Porto, 1924, p. 265-267 [fl. 69v-70 do manuscrito];

diocesano⁶⁹². Em ambas as dioceses, sobretudo em Braga, este processo mantém-se no pós-Peste, ainda que não imediatamente. No Entre-Tejo-e-Odiana, onde as fundações privadas eram praticamente inexistentes e as paróquias não tinham mais de um século, na sua maioria, os padroados estavam distribuídos sobretudo entre o rei, as ordens religiosas e militares e a diocese de Évora (fossem do bispo, do cabido ou partilhados por ambos) – o que não impedia atritos, mas conferia um carácter muitíssimo distinto do Norte⁶⁹³.

O clero regular move-se igualmente na direção da recuperação ou angariação de direitos, na libertação de parte das (muitas vezes) pesadas obrigações para com os seus naturais e padroeiros, no que parece ser um movimento de autonomização e consolidação das instituições, sobretudo dentro dos seus próprios territórios, mormente coutos e honras eclesiásticas. O padroado recebido pelos mosteiros tanto pode dizer respeito a igrejas paroquiais como ao próprio mosteiro, libertando-se assim de, pelo menos, uma parte das obrigações face à família patronal. Vários mosteiros veem igrejas sufragâneas serem libertadas das obrigações perante os naturais, por renúncia ou doação dos titulares, o que confirma este movimento⁶⁹⁴.

No que diz respeito ao padroado dos próprios mosteiros, a recuperação pode ser por via judicial, como no Mosteiro de Rio Tinto, em 1314⁶⁹⁵, ou por doação ou renúncia de um ou mais padroeiros, como no de São Salvador do Souto em 1326⁶⁹⁶, no de São

⁶⁹² São disso exemplo: a igreja de Santa Marinha de Vilar de Porcos (1333), onde Martim Rodrigues, cavaleiro de Canelas, renuncia a todo o direito que possa ter no padroado da igreja nas mãos de Estêvão Domingues, reitor da dita igreja. ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 10, doc. 33; o caso desta igreja é particularmente interessante pois, poucos anos antes (em 1329), é feita inquirição sobre o respetivo padroado, na qual é reunida a lista de naturais, com mais de 130 indivíduos. Esta primeira ação de doação intromete um grão de areia eclesiástico na engrenagem do padroado dividido. Lista dos naturais da Igreja de Vilar de Porcos, Terra da Maia (1329). Transcrição de António Castro Henriques. *Fragmenta Historica 7* (2019), p. 103-105. Este processo oferece um certo precedente em relação àquele que será conduzido em Grijó, na década de 1360. Porém, neste último caso, são os naturais do próprio mosteiro – e não de uma igreja sufragânea – que são arrolados e têm as suas exigências anuais refreadas em prol da sustentabilidade do cenóbio. AMARAL – *São Salvador de Grijó...*, p. 169-178.

⁶⁹³ VILAR – Réseau paroissial..., p. 137-140.

⁶⁹⁴ Por exemplo: em 1320, Guiomar Mendes do Souto, do julgado da Feira, filha de Mem Soares, renuncia a todo o seu direito de padroado na igreja de São Miguel do Souto em favor do Mosteiro de Grijó. ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43 (Tombo de títulos de doações, compras, vendas, escambos, testamentos e outras coisas pertencentes à freguesia e couto de Grijó), fl. 283v-284, doc. 1.

⁶⁹⁵ ANTT, Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, maço 4, não numerado.

⁶⁹⁶ AMAP, *Mosteiro de São Salvador do Souto*, Pergaminhos, 8-5-1-20.

Simão da Junqueira ao longo de duas décadas e meia, entre 1325 e 1350⁶⁹⁷, e ao do Salvador de Moreira da Maia; mas, neste último caso, já no rescaldo da Peste Negra e provavelmente motivado por ela⁶⁹⁸. Por outro lado, a dotação de uma das mais importantes fundações monásticas da primeira metade do século XIV – Santa Clara de Vila do Conde – inclui também vários padroados de igrejas paroquiais (São Pedro de Atei, São Pedro de Cerva e São Pedro de Polvoreira, todas do arcebispado de Braga), doados pela fundadora, D. Teresa, em 1335⁶⁹⁹. A sul, onde o clero regular tinha uma fraca implantação ainda na primeira metade do século XIV, e onde as poucas fundações eram relativamente recentes e tinham um contexto institucional distinto – sem os constrangimentos de padroados que abundavam nas instituições do Entre-Douro-e-Minho – a realidade é distinta. A maioria dos poucos cenóbios é mendicante⁷⁰⁰, e outras existências – como o mosteiro cisterciense de São Bento de Cástris, fundado em data incerta, no final do século XIII – não possuem famílias patronais.

Mesmo quando há um conflito na origem, seja com naturais das instituições ou com usurpadores, a consolidada legislação que resultou das concordatas entre a Coroa e a Igreja permitiu, ao longo do século XIV, não uma diminuição do poder régio, mas uma maior capacidade de o rei agir como árbitro neste tipo de disputas, onde as instituições eclesiásticas saíam com frequência vencedoras ou beneficiadas⁷⁰¹. É disso exemplo, em 1312, a solicitação que os vigários de Braga, Fernando Rodrigues, arcediogo de Neiva, e Gonçalo Esteves, fazem a Fernando Rodrigues, meirinho-mor do rei no Aquém-Douro, exigindo a este que faça restituir a posse das comedorias da igreja de Argivai ao seu abade, Aires Pais, que havia sido uma vez mais, e já depois de decisão judicial em contrário, espoliado dessa posse por Fernando Gonçalves, cavaleiro, filho de Gonçalo

⁶⁹⁷ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), nº 38-76, fl. 47v-90v.

⁶⁹⁸ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 8, 13, 15, 16, 25, 26, 28, 36, 37, 40; maço 12, doc. 5.

⁶⁹⁹ SANTOS, Maria José Azevedo (ed.) - *Pergaminhos do Instituto de Paleografia*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, 1983, doc. 6, p. 13-14.

⁷⁰⁰ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999, p. 289.

⁷⁰¹ Um exemplo dessa ação remonta a 1323, quando D. Dinis ordena a Mem Rodrigues de Vasconcelos, seu meirinho-mor no Entre-Douro-e-Minho, que faça inquirição sobre a queixa do prior do mosteiro de São Simão da Junqueira, que dizia que os naturais do mosteiro faziam nele comedorias, aposentadoria e filhavam coisas muito além dos decretos, agravando ainda mais a pobreza do mosteiro e pondo em risco o seu mantimento no temporal e no espiritual. ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 9 (Tombo Real, Livro Segundo), nº 86, fl. 88.

Camelo⁷⁰²; a posse é restituída apenas em 1315 – o que pode sugerir percalços – mas é feita⁷⁰³. A balança não pende sempre para o lado das instituições eclesiásticas, e muitos conflitos surgem ou continuam. Mas há um maior equilíbrio e uma correção da imagem das instituições desprotegidas e expostas a todo o tipo de desmandos por parte de senhores sem lei. Este ciclo não se esgota na primeira metade do século XIV, e um exemplo perfeito é o do acordo entre o Mosteiro de Grijó e a sua extensa família patronal, evidentemente vantajoso para o mosteiro, e que é alcançado no final do reinado de D. Pedro I⁷⁰⁴.

Este conjunto de sinais de estabilidade e consolidação institucional, por um lado, e de crescimento e expansão, por outro, aliados à ausência aparente de alguns dos piores fatores de depressão ocorridos além-Pirenéus, demonstra que, localmente, houve aspetos positivos no plano económico, político e social nos anos que antecederam a Peste Negra, tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana. Porém, como sempre, há também o outro lado da moeda.

4.3 – ... e sinais de retração e instabilidade

Apresentados os sinais de expansão e as prováveis ausências de fatores de instabilidade que se verificam em boa parte do resto da Europa, é hora de coligir o conjunto de elementos opostos, ou seja, os sinais de retração que parecem emergir um pouco por todo o território, com destaque para as regiões em estudo.

Em primeiro lugar, a célebre Grande Fome de 1315-1318, cujos efeitos devastadores e variações regionais terão sido sentidas até 1322⁷⁰⁵. Este conjunto de eventos – colheitas falhadas e fomes consequentes -, está relacionado com anos de chuvas excepcionais que arruinaram vastas áreas cultivadas na Europa Continental e nas Ilhas Britânicas. Aquém-Pirenéus, contudo, sobretudo na faixa atlântica, os indícios são escassos, mas merecedores de alguma atenção. Apesar de o cenário português desmentir crises generalizadas de abastecimento, cerealífero ou de outra natureza,

⁷⁰² ADB, *Livro das Cadeias*, nº 69.

⁷⁰³ ADB, *Livro das Cadeias*, nº 70.

⁷⁰⁴ AMARAL – *São Salvador de Grijó...*, p. 172-176.

⁷⁰⁵ Apesar de contar com mais de duas décadas, a síntese de referência sobre este tema mantém-se a de William Chester Jordan: JORDAN, William Chester – *The Great Famine. Northern Europe in the Early Fourteenth Century*. Princeton: Princeton University Press, 1996. ISBN 9780691058917.

temos alguns indícios de escassez localizada ou, pelo menos, de comportamentos preventivos que podem refletir tanto uma situação difícil como o receio de ver acontecer no território português aquilo que se saberia estar a acontecer para lá dos Pirenéus, e que não seria um segredo para homens e instituições.

Um desses sinais é o da instituição do já referido Convento de Santa Clara de Vila do Conde. O cenóbio, instituído pelo bastardo régio Afonso Sanches e por D. Teresa Martins, sua mulher, foi fundado em 1318. Ao dotar a nova instituição, a 6 de maio desse ano, são definidos os aspetos do funcionamento quotidiano, onde se incluem tipos e quantidades de rações, têxteis e outros bens de primeira necessidade. Contudo, os instituidores temiam – sem revelar o motivo –, que os anos vindouros seriam “caros”, e que as freiras poderiam não ter as respetivas rações como estavam previstas, pelo que deveriam moderá-las como pudessem, e retomar a normalidade após os anos estéreis⁷⁰⁶. Tratava-se de uma carestia já sentida e com perspectivas de piorar? Seria só uma antecipação por comparação com o quadro geral europeu e mediterrânico? A documentação vila-condense sobrevivente para os seus primeiros do mosteiro é escassíssima, e não permite acompanhar a evolução deste caso em concreto, mas não deixa de ser eloquente a forma como uma situação excepcional fica registada num documento que se quer normativo de forma intemporal e permanente.

Há alguns indícios de que essa carestia se pode ter concretizado, pelo menos parcialmente, como sugere a doação que o arcebispo de Braga, D. João Martins de Soalhães, faz ao seu cabido a 3 de agosto de 1321⁷⁰⁷. Nela, o arcebispo doa aos cónegos todo o trigo a que a mitra bracarense teria direito no couto da Apúlia, situado na foz do Cávado, devido, entre outros motivos, às despesas da corporação e à escassez de pão. Outro testemunho ainda reforça a ideia de anos difíceis, pelo menos a Norte: no seu testamento, datado de 14 de novembro de 1324⁷⁰⁸, João Vicente, arcediogo de Barroso

⁷⁰⁶ ANTT, *Convento de Santa Clara de Vila do Conde*, Livro 137. Trata-se de um pequeno livro de papel talvez do final do século XV, que copia uma carta de D. Afonso V, na qual se traslada uma outra de D. Duarte, que por sua vez contém este documento dos fundadores trasladado.

⁷⁰⁷ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1^a das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 217. Curiosamente, esta doação será recuperada e renovada em moldes semelhantes nos anos que se sucederam à Peste Negra, por motivos semelhantes: ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Quindénios, Décimas, Subsídios, Donativos, Tributos e Fintas, doc. 22.

⁷⁰⁸ ADB, *Livro I de Testamentos*, nº 47.

na catedral bracarense e cónego na Sé de Évora⁷⁰⁹, refere um tal Lourenço Eanes, que recolhera por ele as rendas do arcediagado de Barroso e teria retido indevidamente uma série de bens e dinheiro, especificando que foi no *anno que eu foy aa corte e foy o pam caro*, em que *foy entom a venda a quatro soldos ou V*. Infelizmente, não foi possível datar a ida do arcediago à corte e conseqüentemente o ano em que o pão atingiu valores elevados. Porém, é mais um sinal de que, de forma atípica – mas não catastrófica e em nada equiparável ao cenário transpirenaico –, perceptível aqui e acolá, a escassez de pão ou o temor da sua chegada existiu realmente por volta de 1320.

Se Portugal parece sentir a Grande Fome europeia apenas muito ligeiramente, pouco mais de uma década depois o cenário parece inverter-se e ocorre aquela que parece a maior escassez alimentar, mormente cerealífera, do século XIV português. Tal como as suas congéneres transpirenaicas, esta escassez terá de ser fruto de vários anos sucessivos de colheitas falhadas e condições muito difíceis, atingindo o seu auge por volta de 1332 e 1333. As referências variam entre os sinais indiretos e os testemunhos impressionantes dos anais. No primeiro conjunto inserem-se documentos como aquele em que, em 1332, o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, paga ao porteiro do rei por quatro cartas que a chancelaria régia enviara aos juizes das vilas de Miranda, Penas Róias, Bemposta e Mogadouro, todas na margem portuguesa do Douro Internacional e parte do arcebispado bracarense, para que estes permitissem que se tirasse pão dos celeiros dessas vilas e se vendesse a quem o quisesse comprar, demonstrando que o arcebispo teria solicitado essa autorização e que, havendo uma necessidade premente de cereal, também havia onde o obter regionalmente, mesmo que na zona mais distante do arcebispado⁷¹⁰. O mesmo arcebispo, em setembro de 1333, abre as constituições do sínodo diocesano reunido em Braga, dizendo que:

“(…) visitando os moesteiros e as eígrejas do nosso arcebispado, assi como somos teúdos de nosso offizio, porque achamos que moitas dessas eígrejas som hermas e despovoadas e as casas derribadas e as searas das vinhas desfeitas e que se nom dizem hi missas nem Horas,

⁷⁰⁹ RODRIGUES, Ana Maria S. A.; RIBEIRO, João Carlos Taveira; COSTA, Maria Antonieta Moreira da; MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro - *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Centro de Estudos de História Religiosa, 2005, p. 110-113;

⁷¹⁰ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta de Braga, sua Jurisdição e Oficiais, doc. 9.

nem se faz hi o serviço de Deus, nem se mantem en elas hospitalidade nenhuma, e os freegueses nom acham quem Ihis de os sacramentos da sancta Egreja (...).”⁷¹¹

O arcebispo responsabiliza o absentismo e laxismo do clero pela ruína das igrejas, considerando que a sua ausência conduziu ao abandono dos bens dessas igrejas, mas também da cura das almas a que estavam obrigados. Mas, entre o cenário de ruína, nada é dito sobre fome, carestia ou mortandade. Esta omissão dever-se-á a um foco concreto do texto, cujo discurso moralizante é dirigido aos clérigos incumpridores, não tendo qualquer relação com a fome que parecia grassar por toda a Península? Parece certo que, se o arcebispo ainda pôde ir buscar pão a Trás-os-Montes em 1332, talvez já não o houvesse em 1333. De facto, a impressionante entrada no *Livro da Noa* dedicada a essa fome contém as únicas referências explícitas a enterramentos em massa e valas comuns que encontrei em toda a documentação portuguesa consultada, explicitando ainda os preços que tanto os principais cereais, como o vinho, haviam atingido naquele ano, referindo o ineditismo daquela fome – o que, podendo ser um instrumento de retórica, parece demonstrar, ainda assim, que nada de comparável teria acontecido em Portugal nas duas décadas anteriores, mesmo nos anos mais duros no Além-Pireneus:

Na era de de mil e ccc.lxxi. ano fuy [sic] tao mao ano por todo Portugal que andou o alquere do trigo a xxj soldos e o alquere do milho xiiij soldos e o ceteo [sic] a dyzaseys per la medida coymbraa. Item en esse ano andou el almude do vinho vermelho a xxiiij soldos e lo blanco a xxx soldos por la medida coymbraa E bien assy foy menguado o ano de todos los outros frutos per que se a gente avia de mateer [sic] en este ano morreron muytas gentes de fame quantas nunca os homens virom morrer por esta razom nem virom nem ouvirom dizer oomees [sic] antigos dante sy que tal cossa vissem nim ouvissem e tantos fueron os passados que fueron soterrados em os adros das egrejas que nom cabiam em eles e ante os soterravam fora dos adros e deitavam os nas covas quatro a quatro e seys a seys assi como os achavam mortos per as ruas e por fora E esto foy asy todo do compeco [sic] do ano ate outro Renuevo do ano seguinte e bien assi foy este ano tao mao e muy peor per toda Castela e per toda Galhizia en este anno passarom mouros de alémmar e correrom toda andaluzia e fezerom muyto mal en cristaos que matarom e que cativarom e de mais tomarom huum castello mui forte que chama Gibraltar. E en este tempo era rei de Castella

⁷¹¹ *Synodicon hispanum. Vol. II. Portugal.* Dirección de Antonio García y García. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

Dom Alfonso filho del rey Dom Fernando e da Reyna Dona Costança que foy filha do muy nobre rey Dom Denis⁷¹².

O testemunho do *Livro da Noa* é absolutamente excepcional, mas não é o único. Outra coleção de anais portuguesa, o chamado *Breve Chronicon Alcobacense*, possui uma entrada dedicada a esta fome, menos detalhada e em latim⁷¹³:

Era M. ^o CCC. ^o LXX ^o I. ^o fuit annus malus ita quod alquer tritici constitit colimbrie xx soldos, et de milio tercedim soldos, et de centeno XVI, et multi mortui sunt pre magnitudine famis, et tunc seperunt idere sarraceni gibaltar [sic].

Apesar de o texto vago do já referido testamento de João Vicente, arcediogo de Barroso, falar do preço do pão a 4 ou 5 soldos como sendo caro, se assumirmos que o preço é por alqueire e tratando-se, provavelmente, de trigo, podemos comparar com os 21 soldos referidos no *Livro da Noa* ou os 20 que o *Chronicon* diz que o trigo atingiu em 1333, os 16 do alqueire de centeio e os 13 do de milho, que ambos os testemunhos referem para os cereais de segunda. Mesmo tratando-se da medida coimbrã, neste último caso, a diferença qualitativa é já esclarecedora. A extensão descrita da área atingida inclui não só todo o reino de Portugal, como também a Galiza e Castela, onde a fome teria sido ainda mais impiedosa e mortal, resultando no aproveitamento por parte dos muçulmanos de Granada e do Norte de África, aparentemente pouco afetados pelo problema. Juntando estes dados à abundante e já tratada documentação da coroa aragonesa, estudada por vários autores catalães com bastante atenção⁷¹⁴, confirma-se uma situação de excepcional escassez em toda a Península Ibérica. Fora desta, o flagelo parece pouco expressivo, mas uma mortalidade anormal em Lille no mesmo período, e uma escassez aguda de trigo na Aquitânia em 1332-33 podem estar diretamente relacionadas⁷¹⁵.

⁷¹² ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 19v-20v.

⁷¹³ *PMH – Scriptorum...*, Vol. I, p. 21-22.

⁷¹⁴ De facto, entre as centenas de testamentos que sobrevivem para Barcelona, no século XIV, o ano com um maior número de testemunhos antes de 1348 é, precisamente, 1333, o que é corroborado pela cronística local: GÜNZBERG - *Las crisis de mortalidade...*, p. 15-17; mais recentemente, uma tese de doutoramento estudou em profundidade os fenómenos de carestia, fome e mortalidade na Catalunha até à Peste Negra: MALTAS I MONTORO, Joan - *Caresties, fams i crisis de mortalitat a Catalunya: 1283-1351. Anàlisi d'indicadors i reconstrucció dels cicles econòmics i demogràfics*. Tesi doctoral amb menció internacional presentada el 15 de juliol del 2019 a la Universitat de Lleida, al programa de Doctorat en Territori, Patrimoni i Cultura, línia de recerca d'Història. Lleida: Universitat de Lleida, 2019.

⁷¹⁵ AUBRY, Martine - *Les mortalités lilloises (1328-1369)*. *Revue du Nord* 65 :257 (1983), p. 334.

Se a Grande Fome de 1315-1322 se terá devido sobretudo a anos intensamente chuvosos, o principal fator de ruína agrícola no território ibérico era, por norma, o oposto: a seca. É possível que o início da década fosse particularmente seco, afetando com intensidade os territórios mais suscetíveis à ocorrência deste tipo de fenómenos. Se as fontes parecem destacar a gravidade do impacto no espaço ibérico e uma aparente irrelevância no resto da Europa, noutras regiões há registo de crises de abastecimento e mortalidade elevada provocada por fomes generalizadas; um desses casos é o da Índia, onde a relação com o início da Segunda Pandemia tem sido feita, mas as provas estão longe de ser conclusivas⁷¹⁶. Tratou-se, provavelmente, de um fenómeno climático global que afetou mais intensamente regiões com propensão para seca, relacionado com *el Niño*⁷¹⁷.

Desde o final do século XIII que o clima mundial estava a atravessar aquilo que Bruce M. S. Campbell definiu como “a Grande Transição”⁷¹⁸, um período de grande instabilidade climática que levou ao fim da Anomalia Climática Medieval – anteriormente conhecida como Período Quente Medieval – conduzindo, no final do século XV, ao início da célebre Pequena Idade do Gelo⁷¹⁹. Afinal, “aquilo que pode ser o ‘piorar’ do clima na Europa do Norte, pode ser uma melhoria positiva na humidade [disponível no] sul”⁷²⁰, e, concretamente nesses anos, terá havido uma alteração nos padrões de precipitação no Sul da Europa e no Norte de África, onde a humidade terá aumentado, na década de 1320, em contraste com os invernos mais rigorosos, mas com menos precipitação do Norte da Europa⁷²¹. Ainda que haja tendências regionais, a

⁷¹⁶ ANANDAVALLI, Lakshmikanthan - The Black Death in medieval India: a historical mystery. *Tangerts: The Journal of the Master of Liberal Arts Program at Stanford University* 6 (2007), p. 20-25.

⁷¹⁷ CAMPBELL, Bruce M. S. – *The Great Transition. Climate, Disease and Society in Late-Medieval World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 3-5; vale a pena sublinhar a influência que estes fenómenos climáticos globais exercem a milhares de quilómetros, mesmo onde não se fazem sentir diretamente, podendo estar diretamente relacionados com a criação de condições favoráveis a certas zoonoses, entre as quais a peste, como revela este estudo sobre essa relação em Madagáscar: KREPPEL, Katharina S.; CAMINADE, Cyril; TELFER, Sandra; RAJERISON, Minoarison; RAHALISON, Lila; MORSE, Andy; BAYLIS, Matthew - A Non-Stationary Relationship between Global Climate Phenomena and Human Plague Incidence in Madagascar. *PLoS Neglected Tropical Diseases* 8:10 (2014), e3155. doi:10.1371/journal.pntd.0003155.s013.

⁷¹⁸ A monografia que o autor dedica ao tema é um exemplo extraordinário de síntese e novas ideias sobre o tema, e será fundamental para tentar compreender o que se passava em Portugal não só antes da Peste, como depois. CAMPBELL, Bruce M. S. – *The Great Transition...*

⁷¹⁹ CAMPBELL - – *The Great Transition...*, p. 3-19.

⁷²⁰ A tradução do inglês é minha - SQUATRITI - *The Floods of 589 ...*, p. 808.

⁷²¹ CAMPBELL – *The Great Transition...*, p. 4-6.

análise local é preciosa para que se possa compreender os diferentes matizes deste conjunto de fenómenos climáticos; a título de exemplo, os registos dendrocronológicos de Marrocos indicam uma longa série de décadas de seca entre os séculos XI e XIV, excecionalmente quebrada em alguns momentos, como a década de 1330⁷²². Porém, as fontes documentais portuguesas são eloquentes ao afirmar que, na metade ocidental da Península Ibérica, essa década é marcada por secas absolutamente excecionais. Estes contrastes são difíceis de explicar, mas as variações regionais poderiam ser dramáticas e difíceis de detetar devido à parcimónia informativa dos documentos e das técnicas complementares.

Em muitos momentos, esta crise aguda de 1331-1333 parece antecipar muitos dos queixumes que, noutras áreas da Europa, se fazem sentir apenas a partir da Peste Negra, e que estão já plenamente documentados nestes anos, em Portugal. Em primeiro lugar, há a queixa contra o aumento dos honorários cobrados pelos mesterais, feita pelos procuradores às Cortes de Lisboa de 1331⁷²³. Esta queixa não inclui uma referência ao aumento ou diminuição no número dos homens dos ofícios, mas aos preços que praticam. Assim, o problema não é ‘demográfico’, mas puramente económico. Logo no ano seguinte, em 1332, temos a ordenação régia onde, entre outras coisas, o rei determina que os vagabundos de cada lugar, que possam trabalhar e não o façam nem tenham quem os sustente, sejam obrigados a fazê-lo por um soldo pré-definido na altura das lavras, segas ou cavas, sob pena de serem expulsos da vila ou açoitados, caso voltem. Determina igualmente que aqueles que não queiram lavrar terras arroteadas ou romper aquelas que para isso servem, que as percam e sejam dadas a outros⁷²⁴. No espaço de dois anos, temos queixas contra a inflação dos preços dos mesterais, por um lado, e, por outro, contra uma putativa massa de indivíduos desocupados e sem impedimentos físicos, que deveriam ser obrigados a trabalhar com um salário pré-definido (mas não fixado pela ordenação) em atividades agrícolas sazonais.

⁷²² CAMPBELL – *The Great Transition...*, p. 45-48.

⁷²³ *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV: (1325-1357)*. Ed. de A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p. 27-52.

⁷²⁴ ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 458, fl. 31-36v.

Se o pior parece ter acontecido nestes primeiros anos da década de 1330, os efeitos desta fome e as suas consequências demográficas podem ter sido consideráveis. Ainda em 1339, D. Afonso IV concede uma mercê a Gonçalo Gonçalves, morador em Creixomil, que dele trazia três casais foreiros, dois no lugar de Nogueira e um no lugar de Outeiro, na dita freguesia de São Miguel de Creixomil (Guimarães); Gonçalo Gonçalves informou o rei de que não conseguia achar lavradores para lavrarem esses três casais, pois *morrerom muytos nos Anos graues que foram mjnguados*⁷²⁵ e por ser costume daquela terra levarem de lutuosa por cada lavrador a melhor coisa que tinham no respetivo casal. Assim, pedia ao rei - o que é concedido - que fosse estabelecida uma lutuosa, que o rei fixa em 5 libras, indo o próprio Gonçalo Gonçalves trabalhar e morar nesses três casais.

Se é verdade que afinal há lavradores se as condições forem atrativas, também é evidente que estes podem escolher onde é mais vantajoso cultivar. Temos algo que acontecerá depois da Peste perfeitamente documentado: a simplificação da cadeia de exploração da terra, e a monetarização como forma de estabilidade para o próprio foreiro, e não só para o senhorio: não se poderá assim responsabilizar a Peste por inaugurar esses processos, mas sim pela alteração da sua escala. A situação parece ter-se mantido precária ao longo de toda a década de 1330, e não terá melhorado com a viragem para o decénio seguinte: nas inquirições de 1342/43, há referências a um pasto reguengo na freguesia de São Faustino de Riba de Vizela (c. Guimarães), sonogado pouco antes, *no anno mão que ora foy*⁷²⁶. Nas mesmas inquirições, na freguesia de Santo André do julgado de Travassós (atual Travassós, c. Fafe), perguntados os jurados porque estavam alguns casais despovoados, estes justificaram-se com a fragmentação das suas herdades e com os *anos que foram maaos*⁷²⁷; referem, no entanto, que eram lavrados e o rei levava deles os direitos, o que prova, mesmo antes da Peste, que este tipo de eventos tinham consequências na organização do território e na sua exploração, mesmo que os ocupantes de uma certa área não perecessem em grandes números. Sem uma referência cronológica mais precisa, é possível que a referência de Santo André diga respeito a vários dos anos da década que antecedeu o levamento régio.

⁷²⁵ *Chancelaria de D. Afonso IV...*, vol. II, doc. 189, p. 298-299.

⁷²⁶ ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 14.

⁷²⁷ ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 74-76.

Estes inquéritos contêm referências mais precisas: na freguesia de São Martinho de Vale de Bouro, no julgado de Celorico de Basto (que mantém o nome e a pertença concelhia), uma daquelas onde as inquirições descobriram mais usurpações de bens régios – mas nenhum ermo -, refere-se um foro que não era pago *delo ano maaõ aca que vay em onze anos*⁷²⁸. Sabendo que a inquirição neste julgado em concreto teve lugar em fevereiro de 1342⁷²⁹, a referência coloca esse *ano maaõ* por volta de 1331-1332.

No mesmo julgado, na freguesia de Carvalhos (atual freguesia de Carvalho, c. de Celorico de Basto), o rei possui vinte e sete casais e meio, havendo alguns ermos. Dos casais ermos, o das Leiras e o de Campo ermaram no “ano mau”, enquanto os outros estavam desocupados há 13 anos, o que sugere uma desocupação anterior à fome de 32-33.⁷³⁰ Mesmo estes casais ermos eram lavrados, mas estavam desabitados desde o infame *ano maaõ*. A derradeira referência deste tipo nas inquirições de 1343 provém da freguesia de Santa Maria de Gilmonde, na Terra de Faria (atualmente concelho de Barcelos), onde quatro dos seis casais reguengos estão despovoados, mas são lavrados, tendo os jurados da freguesia justificado o despovoamento desses prédios *pelos anos maos que vieram*⁷³¹, sem maior precisão cronológica. Antes mesmo da Peste Negra, Bruce M. S. Campbell refere 1346 e 1347 como anos particularmente chuvosos e nefastos para as colheitas na Europa do Sul, com resultados catastróficos em Navarra, por exemplo⁷³², ainda que nada nos sugira chuvas excessivas em Portugal nesse período⁷³³.

Parece inequívoco que os maus anos agrícolas da década de 1330 tiveram consequências que, na década seguinte, ainda se faziam sentir e eram reavivadas amiúde por outros anos de más colheitas. Na maioria do Entre-Douro-e-Minho, pelo menos, as vésperas da Peste Negra foram marcadas por anos dificuldades, com alguns picos de gravidade inegável. No Entre-Tejo-e-Odiana, os anos maus não deixaram eco que nos permita assumir uma situação semelhante, mas a documentação bem menos abundante pode ser responsável por essa omissão. Um pouco por toda a Península, os

⁷²⁸ ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 115v-117.

⁷²⁹ ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 86-87v.

⁷³⁰ ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 126-128v.

⁷³¹ ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 169v-170.

⁷³² MONTEANO - La Peste Negra en Navarra..., p. 95-103.

⁷³³ CAMPBELL – *The Great Transition...*, p. 11.

problemas de abastecimento cerealífero vão aparecendo praticamente até à entrada da Peste.

Os problemas de produção locais ou regionais têm de ser analisados nos planos ambiental e humano: a escassez numa região pode levar a iniciativas de especulação e jogadas de mercado nas regiões vizinhas, reflexo de uma sociedade cada vez mais mercantilizada e orientada para o uso e acumulação de moeda. Assim, se o trigo abundasse no sul de Portugal, por exemplo, os preços poderiam subir como se de um ano estéril se tratasse, caso esse trigo fosse açambarcado, legal ou ilegalmente, para ser vendido numa zona onde as colheitas falharam, como a Andaluzia. Assim, de uma forma integrada, a carestia de uma região demograficamente relevante poderia levantar problemas numa área muito superior, alargando artificialmente o impacto de um fenómeno natural – conseguindo, ou não, matizá-lo na região onde a esterilidade tinha a sua origem –, enriquecendo uma minoria e afetando uma maioria inesperada. É curioso perceber que, na maioria dos casos, um problema de produção e abastecimento cerealífero além-Pirenéus contrasta com anos de produção normal aquém-Pirenéus⁷³⁴.

A fúria da natureza não se limitou, nestes anos, a uma conjugação particularmente funesta de fatores climatéricos. Há registo de alguns abalos sísmicos, ainda que, pelo silêncio da maioria das fontes, não pareçam ter sido especialmente destrutivos. O Sul, mais exposto a este tipo de fenómenos, não nos deixou nenhuma referência explícita aos cinco sismos registados na primeira metade do século XIV: 22 de fevereiro de 1309, 21 de setembro de 1318, 9 de novembro de 1321, véspera de Natal de 1337 e 28 de novembro de 1347⁷³⁵. Sendo a referência coimbrã, o *Livro da Noa*, uma vez mais, é difícil

⁷³⁴ Guillermo Tomás Faci apresenta-nos um caso de estudo sobre a intervenção do conde de Ribagorza, D. Pedro, na Coroa de Aragão. Face à carestia do trigo na região vizinha da Gasconha, em 1347, o conde açambarca uma quantidade muito assinalável de trigo aragonês, e, em vez de o vender no mercado local com lucros certos, mas normais, destinou-o ao mercado gascão, onde poderia obter gastos exponenciais, face à carestia vivida na face oposta dos Pirenéus. A carestia gascã, que teria correspondência com fenómenos semelhantes em boa parte do resto do território francês, devia-se ao excesso de chuva caída nas estações anteriores. Apesar de ter sido sentida em Navarra, também, este reino estende-se pelas duas encostas dos Pirenéus. O contraste mantém-se: as fomes que normalmente acontecem devido a anos particularmente chuvosos fora da Península Ibérica, tendem a ter origem em anos particularmente secos do lado de cá. TOMÁS FACI, Guillermo - Las estrategias señoriales en el mercado del cereal: el conde de Ribagorza ante la carestía gascona de 1347. In LALIENA CORBERA, Carlos, LAFUENTE GÓMEZ, Mario (coord.), *Una economía integrada. Comercio, instituciones y mercados en Aragón, 1300-1500*. Zaragoza: Grupo de Investigación Consolidado CEMA, 2012, p. 251-261.

⁷³⁵ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 15-16v, 21v.

projetar eventuais danos nas regiões em estudo: se o Norte deverá ter saído pouco ou nada afetado por estes eventos, o Sul poderia ter sofrido bem mais. Sabemos que o século XIV foi particularmente rico em eventos sísmicos de grandes proporções, um pouco por toda a Europa⁷³⁶, e os seus efeitos vão além dos estritamente materiais. Mesmo pouco destrutivos, os terremotos contribuiriam para criar alarme social e poderiam dar origem a explicações punitivas ou moralistas, tal como a ocorrência de epidemias o poderia fazer. Em regiões demograficamente deprimidas, os terremotos podem ter um efeito demográfico, como parece ser o caso (já pós-Peste) dos terremotos que afetam o Campo de Ourique, e que serão abordados em vários dos capítulos seguintes.

A guerra ocupa sempre um lugar de muito maior destaque entre os fatores de desestabilização, e as vésperas da Peste Negra não foram exceção. O primeiro dos grandes conflitos que ocorreram nas décadas anteriores à Peste Negra é o do conflito que colocou frente a frente D. Dinis e o seu herdeiro, D. Afonso, nos últimos anos do reinado daquele. O segundo conflito de proporções importantes a registar é a guerra que opôs o agora rei D. Afonso IV ao seu genro castelhano, Afonso XI (r. 1312-1350), por força do tratamento que este dava à rainha D. Maria, filha do monarca português.

A forma como o conflito - que terá tido o essencial da sua ação em 1336-1337, mas apenas foi oficialmente encerrado em 1339 – se traduziu no território e nas populações é ainda mal conhecida, por estar escassamente documentado⁷³⁷; todavia, sente-se localmente, tanto no Entre-Douro-e-Minho como no Entre-Tejo-e-Odiana, de forma direta ou não, e é relevante. Uma das raríssimas isenções de foro previstas contratualmente que surge entre os milhares de documentos consultados está relacionada com este conflito: a 7 de outubro de 1339, a Igreja de Santiago de Évora empraça uma herdade em São Manços, termo de Évora, por duas vidas, a Pedro Vasques, morador e vizinho de Évora, estabelecendo um foro de quatro móios de trigo, de pensão e dízimo, pago no dia de Santa Maria de Agosto. Deveria pagar quer lavrasse,

⁷³⁶ HOFFMAN – *An Environmental History...*, p. 305-313.

⁷³⁷ O trabalho de referência dedicado a este conflito é o artigo de Miguel Gomes Martins que procura coligir todas as referências e indícios, propondo uma imagem reconstruída de uma guerra ainda pouco estudada: MARTINS, Miguel Gomes - A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338. *Promontoria* 3 (2005), p. 19-80.

quer não, exceto se não pudesse lavar por guerra⁷³⁸. Este tipo de isenção é raríssimo, e sugere cicatrizes de um conflito recente, intenso e que não era dado como definitivamente afastado. Apesar de podermos falar apenas de uma guerra, a convivência fronteiriça era frequentemente posta em causa por incidentes violentos e episódios de conflitualidade com consequências materiais.

No Norte, apesar de se encontrar fora da área em estudo, será interessante falar do caso de Ervededo, couto da Sé de Braga na fronteira galego-portuguesa, ao pé de Chaves. A notícia surge em 1319, quando Martim Eanes de Sousa [de Briteiros] e Branca Lourenço, sua mulher, doam à capela feita pelo arcebispo D. João Martins de Soalhães na Sé de Braga todos os seus direitos sobre a Igreja e toda a freguesia de Santiago de Alhariz. Procurando recompensá-los por esse gesto, o arcebispo empraza-lhes por três vidas a terra de Ervededo, que jazia destruída e despovoada por gentes de Leão que iam muitas vezes ao lugar destruir, matar os homens e queimar as terras, não havendo quem a defendesse. Por serem poderosos, entrega-lhes este prazo, com a obrigação de reconstruírem uma fortaleza no prazo de cinco anos. Para ajuda dos custos, o arcebispo concede-lhes em préstamo 200 libras anuais provenientes dos Vados de Vinhais. Caso sobrasse alguma coisa das 200 libras, reverteria para o arcebispo; caso faltasse, seria completo com a terça do prelado na Igreja de São Vicente de Bragança⁷³⁹.

Trata-se de um excelente testemunho de violência fronteiriça constante, neste caso na zona de Chaves, e é muito curiosa a denominação de “gente de Leão” para designar aqueles que vêm destruir, matar e queimar: nem o reino de Leão existia autonomamente nesta altura, nem é o antigo território leonês *strictu sensu* que se encontra do outro lado da fronteira, sendo a região galega de Ourense que confronta com Ervededo. É possível que o argumento apresentado faça parte da justificação da entrega deste território ao casal de fidalgos pelo arcebispo – e serão várias as ações do deste eclesiástico impugnadas após a sua morte, sob justificação de incapacidade de discernimento nos seus últimos anos de vida; no caso de Ervededo, o argumento

⁷³⁸ BPE, Pergaminhos Avulsos, pasta 24, peça 032. Como se verá na III parte desta tese, uma isenção deste género não será aplicada, jamais, a um contexto de peste, fogo, ou qualquer outra catástrofe natural, humana ou negligência que não a guerra.

⁷³⁹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 2ª das Igrejas, doc. 38.

apresentado para a reversão deste emprazamento, já na prelatura de D. Gonçalo Pereira, é o de simonia⁷⁴⁰.

Além dos episódios bélicos no Norte, também a indefinição de fronteiras entre o Além-Guadiana português, incluindo as zonas integradas no território português depois do Tratado de Alcanizes, em 1297, e a indefinição dos limites dos grandes concelhos fronteiriços – Olivença, Campo Maior, Mourão, Noudar, entre outros - provocaram atritos, e a resolução, através da demarcação mutuamente reconhecida e feita coletivamente, levou séculos e não está realmente concluída⁷⁴¹. Entre conflitos abertos e tensões residuais, a gestão da convivência fronteiriça foi um fator de desestabilização local em diversas zonas do reino português.

É verdade que, em muitos aspetos, o século XIV assiste às primeiras tentativas de limitação da concentração de património, sobretudo imóveis rurais, nas mãos de instituições eclesiásticas. Isto tanto se deve à intervenção ativa de monarcas, como a um certo ‘arrefecimento’ da liberalidade dos fiéis. Muitos mosteiros, mesmo os mais poderosos, têm o seu património estabilizado por esta altura, e as alterações até ao final da Idade Média serão bem menos relevantes ou decisivas do que as dos séculos XII e XIII⁷⁴². Por todos estes motivos, a primeira metade do século XIV, apesar de sinais de crescimento a sul e aparente ausência de alguns dos eventos negativos mais impactantes além-Pirenéus, esteve longe de ser uma época de prosperidade, parecendo balançar entre uma estabilização institucional e uma certa estagnação, que – dependendo da instituição e da demografia regional prévia – tanto poderá contribuir para aumentar o impacto de um fenómeno como a Peste, como matizá-lo e torná-lo apenas mais um fator de desequilíbrio. Então, como sempre, o rumo da História estava tudo menos determinado.

⁷⁴⁰ ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 17, doc. 684, 686; ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Coutos, doc. 24, pergaminho 1

⁷⁴¹ Trata-se de uma questão que está documentada pelo menos de 1311 a 1353. ANTT, *Gavetas*, Gav. 14, maço 7, n.º 24; Gav. 15, maço 24, n.º 13; Gav. 17, maço 9, n.º 8; Gav. 18, maço 5, n.º 31; maço 7, n.º 12; maço 9, n.º 4 e 8; Gav. 20, maço 14, n.º 1;

⁷⁴² GONÇALVES – *O Património...*, p. 23-28.

II – Durante a Peste– 1348-1350

5 - Entrada e difusão da Peste em Portugal – Hipóteses

5.1 – Uma questão relevante: quando entra a peste em Portugal?

A historiografia portuguesa socorre-se frequentemente da referência temporal que é feita no *Livro da Noa*, o códice analístico proveniente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que dá conta de diversos acontecimentos marcantes do século XIV português, no geral, mas sobretudo conimbricense, e que dataria o início da epidemia pelo dia de São Miguel - 29 de setembro – de 1348⁷⁴³. Esta afirmação levanta vários problemas: em primeiro lugar, a referência à data não pertence à entrada principal do livro, mas a uma glosa. A letra é cursiva, e a caligrafia pode colocá-la, sem problemas, entre a segunda metade do século XIV e o princípio do XV, mas mais próxima deste segundo limite. Admitindo que a dita glosa possa ser coeva, ou pouco posterior, nada nos obriga a aceitar a data como indesmentível. O texto da entrada principal – mesmo fornecendo a única descrição trecentista dos sintomas da doença em Portugal, inequivocamente na sua forma bubónica –, nada explicita quanto ao início da pandemia:

Era de mil e trezentos e oytenta e seys anos foy grande mortaydade polo mundo assy que yualmente morrerom as duas partes das gentes. Esta mortaydade na terra per spaco [*sic*] de tres meses. E as mays dores das doencas [*sic*] eram de levacões [*sic*] que tiñham nas verilhas e soos bracos [*sic*] E as mays das gentes tambem as que morrerom com as que ficaram todos ouverom estas doores.

De resto, e como sublinha Ole J. Benedictow, muitas das datas assumidas como de início da epidemia traduzem apenas o momento em que esta tomou proporções para provocar alarme social e pôr em causa o normal funcionamento das instituições, sendo a infeção propriamente dita anterior em seis ou sete semanas a esse alarme⁷⁴⁴. A contestação do final de setembro como data do início da epidemia em Portugal (que

⁷⁴³ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 21v-22. Esta referência ao início de epidemias no dia de São Miguel parece estranhamente comum. Sobre Londres, um cronista inglês escrevendo por volta de 1360, refere o São Miguel de 1348 como data do início da Peste Negra na capital britânica: SLOANE – *The Black Death in London...*, p. 30; em Avignon, Guy de Chauliac aponta o São Miguel de 1360 como data do início da *Pestis secunda* na cidade pontifícia: GLÉNISSON, Jean - *La seconde peste: l'épidémie de 1360-1362 en France et en Europe. Annuaire-Bulletin de la Société de l'Histoire de France* (1968-9), p. 31.

⁷⁴⁴ BENEDICTOW – *La peste negra...*, p. 87-91.

não significa que não poderá ser mais ou menos o período em que a peste se faz sentir com mais intensidade em muitas zonas, ou com a escalada inicial concretamente de Coimbra) não é novidade. Mário da Costa Roque fê-lo há mais de quarenta anos, ainda que seguindo uma metodologia não isenta de crítica⁷⁴⁵ e, há mais de vinte, João Pedro Ferro reuniu provas que demonstram a presença da doença no Vale do Tejo logo no final de junho ou início de julho de 1348⁷⁴⁶.

Os estudos realizados em território galego, sobretudo na área de fronteira com Portugal, como a tese de doutoramento de Ermelindo Portela da Silva sobre a diocese de Tui, também apontam para uma contaminação no início de junho;⁷⁴⁷ será muito difícil aceitar que Tui e Valença, numa fase em que nenhum conflito aberto e declarado se fazia entre as coroas portuguesa e castelhano-leonesa, não estivessem em permanente contacto. Também os portos portugueses mais importantes não terão sido poupados por mais tempo do que os seus congéneres ibéricos. Mais hipóteses e provas serão apresentadas adiante, mas tudo indica que a Peste Negra terá eclodido em Portugal ainda em junho de 1348, com introdução tão precoce como o início de maio, mesmo que apenas se tenha feito sentir a partir de agosto, e o pico da devastação tenha coincidido com os meses de outono em parte do território, ou de inverno nas derradeiras zonas infetadas.

5.2 – Uma epidemia esperada?

Quando a peste entrou em Portugal, trazia já um longo roteiro percorrido. O comércio e as deslocações entre a faixa atlântica ibérica e a Europa do Norte, por um lado, e o Mediterrâneo, por outro, terão trazido a notícia de uma terrível doença que ceifava a vida de multidões, aparentemente de forma indiscriminada e que – pior –

⁷⁴⁵ ROQUE – *As Pestes Medievais Europeias...*, p. 123-136

⁷⁴⁶ A referência de vários raçoeiros doentes na Colegiada de Santa Maria da Várzea de Alenquer, a 1 de setembro de 1348, é um dado sugestivo que aponta para uma contaminação da vila algures na primeira metade de julho, com uma mais que provável proveniência lisboeta da infeção, onde teria forçosamente de começar antes. FERRO, João Pedro - *Alenquer medieval (Séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*. Prefácio de A. H. de Oliveira Marques. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 85-86.

⁷⁴⁷ Os documentos que mencionam a Peste em Baiona, na costa galega, em julho de 1348, sugerem uma contaminação tão recuada como maio. Baiona está a 25km da fronteira portuguesa de Valença, e seria muito provável que a transmissão se tivesse feito ao Alto Minho português pouco depois da costa galega. PORTELA DA SILVA, Ermelindo - *La región del obispado de Tuy en los siglos XII a XV. Una sociedad en la expansión y en la crisis. Compostellanum. Revista de la Archidiócesis de Santiago de Compostela* 20:1-4 (1975), p. 278.

avançava região a região e poderia chegar ao extremo ocidente da Europa a qualquer momento. É provável que, entre o grupo mercantil, a notícia se tivesse já espalhado. Tal como monarcas como o inglês Eduardo III (r. 1327-1377)⁷⁴⁸, o sueco-norueguês Magnus Eriksson (r. 1319-1364)⁷⁴⁹, o aragonês Pedro IV (r. 1336-1387)⁷⁵⁰, pelo menos um par de bispos ingleses⁷⁵¹ e alguns cronistas russos⁷⁵², talvez o rei ou as autoridades municipais das principais cidades portuárias esperassem já a chegada da peste. Os relatos deviam ser vagos, mas avassaladores. A aproximação terá sido fulminante, com a doença a varrer a Catalunha a partir de abril de 1348 e, pouco depois, a costa da Aquitânia. Não temos qualquer testemunho de que a epidemia era conhecida ou até esperada em Portugal, antes mesmo de chegar. Contudo, é uma hipótese verosímil. Por outro lado, é ainda mais provável que, uma vez declarada a epidemia nos territórios costeiros, as notícias fluíssem rapidamente em direção ao interior. Em alguns casos, talvez, já acompanhadas do germe que espoletaria a infeção nessas novas regiões; noutros, antecedendo-o e difundindo angústia antes do flagelo.

5.3 – Entrada ou entradas? Vias, meios e compreensão da difusão da doença

Uma das primeiras necessidades no estudo da difusão de epidemias históricas passa pela problematização da representação cartográfica da expansão da doença. Por norma, os mapas são representados como mapas isobarométricos, como ondas que se propagam livremente, ondas sísmicas ou nuvens que são conduzidas pelo vento. Esta interpretação gráfica, metodologicamente errada, produz equívocos e distorce questões e respostas. Em quase todos os mapas das obras mais difundidas sobre a Peste Negra, Portugal apenas surge atingido em 1349, por exemplo⁷⁵³. Noutros, a análise

⁷⁴⁸ SLOANE – *The Black Death in London...*, p. 22-29.

⁷⁴⁹ BENEDICTOW – *La peste negra...*, p. 209.

⁷⁵⁰ Ao saber notícias preocupantes sobre a nova epidemia que afetava gravemente a Sardenha, o rei aragonês envia uma carta às autoridades maiorquinas, procurando aconselhá-las a tomar as precauções necessárias para evitar males maiores; porém, nesta altura, já a epidemia grassaria violentamente nas Baleares. LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 292, doc. 1.

⁷⁵¹ THOMPSON, A. Hamilton - The pestilences of the fourteenth century in the diocese of York. *Archaeological Journal* 71.1 (1914), p. 102-104.

⁷⁵² LANGER, Lawrence N. - The Black Death in Russia: Its Effects Upon Urban Labour. *Russian History* 2:1 (1975), p. 55.

⁷⁵³ É o caso do mapa da Peste Negra na Europa publicado na síntese de Ole J. Benedictow, de que falarei adiante. A propósito da cristalização dos discursos sobre a Peste Negra através da ‘consagração’ de certas representações cartográficas, é muito útil e estimulante o artigo de David C. Mengel, a propósito da

alargada – quase sempre de âmbito europeu – produz leituras gerais com base em recolha parcial de dados locais. Porém, é difícil aceitar as conclusões desses estudos sem alguma resistência, pois, no caso português, dizem respeito a recolhas muito superficiais de surtos de peste⁷⁵⁴; acrescenta-se a essa recolha fragmentária o facto de nem todos os (poucos) surtos documentados corresponderem realmente a epidemias de peste, como se verá na III parte desta tese. Por outro lado, a aplicação de modelos estatísticos extremamente complexos e metodologicamente inatacáveis esbarra no problema do uso de fontes parciais por parte dos matemáticos que os desenvolvem, levando a resultados bizarros, como o que afirma que apenas o Entre-Douro-e-Minho é contaminado pela Peste até setembro de 1348, deixando Lisboa, Coimbra e outras cidades e regiões que sabemos documentalmente terem sido afetadas pelo menos até

suposta ausência da Peste Negra na Boémia, mais um dos equívocos espaços em branco no mapa da Peste: MENGEL, David C. - A Plague on Bohemia? Mapping the Black Death. *Past & Present* 211:1 (2011), p. 3–34. doi:10.1093/pastj/gtq069. O mapa que dá origem ao artigo e que, apesar dos seus quase 60 anos, permanece como o mais difundido e reconhecível mapa da Peste Negra – representando o seu avanço precisamente através de ondas – é aquele que Élisabeth Carpentier produz para o seu notável artigo de 1962: CARPENTIER, Élisabeth - Autour de la Peste Noire: famines et épidémies dans l’histoire du XIVe siècle. *Annales: Economies, sociétés, civilisations* 17:6 (1962), p. 1062-1092.

⁷⁵⁴ Um dos exemplos deste tipo de estudos é o artigo publicado na *Scientific Reports*, da *Nature*, por Ricci P. H. Yue, Harry F. Lee e Connor Y. H. Wu. Neste artigo, os autores procuram provar factualmente que as rotas comerciais são o eixo estruturante dos surtos de peste ao longo de toda a Segunda Pandemia, recolhendo informação sobre surtos de peste em toda a Europa, analisando as ocorrências geográficas estatisticamente e sobrepondo-as às rotas comerciais mais utilizadas. Apesar de me parecer que, no geral, as conclusões são válidas, é difícil aceitar, por exemplo, as vias comerciais terrestres preferenciais no Ocidente Peninsular – em Portugal limitam-se a ligar Lisboa a Castela através do Vale do Tejo, excluindo não só o resto do território português, como também a Galiza, critério altamente contestável face à importância das vias de peregrinação -, assim como o volume de surtos documentados para o caso português, cuja recolha se mantém altamente deficitária e deve ser usada com cautelas. Uma vez mais, tendo em conta a precariedade dos dados portugueses, por exemplo, é um pouco difícil perceber se esta fragilidade não será comum a mais áreas e se, em último caso, todo o estudo assenta sobre uma minoria de regiões bem conhecidas – por estarem mais bem documentadas e estudadas – e uma maioria de outras cujo conhecimento em matéria de estudo histórico da peste se mantém pouco mais do que incipiente. Outra questão relacionada com este artigo é a assunção de que não houve reservatórios de peste na Europa Ocidental durante a Segunda Pandemia. Porém, também esta perspectiva tem sido questionada tanto por abordagens historiográficas mais tradicionais, como pela paleogenómica. Expostas as reservas, sublinho o interesse deste tipo de trabalhos, em permanente atualização e discussão. YUE, Ricci P.H.; LEE, Harry F.; WU, Connor Y. H. - Trade routes and plague transmission in pre-industrial Europe. *Science Reports* 7 (2017), 12973. DOI:10.1038/s41598-017-13481-2; precisamente sobre o uso acrítico dos dados recolhidos há muito por Jean Noël-Biraben, quantificando-os sem os rever ou acrescentar, está o importante contributo de Joris Roosen e Daniel R. Curtis, que recorrem ao seu caso de estudo, o neerlandês – igualmente sub-representado nas listas canónicas: ROOSEN, Joris; CURTIS, Daniel R. - Dangers of noncritical use of historical plague data. *Emerging Infectious Diseases* 24:1 (2018), p. 103-110. DOI: <https://doi.org/10.3201/eid2401.170477>.

setembro de 1348; o modelo, extraordinário na sua conceção, falha porque os dados históricos falharam antes⁷⁵⁵.

Como foi dito, sabemos que há contágios em Portugal logo no início do outono de 1348, provavelmente desde o início do verão do mesmo ano. Tendo em conta a difusão transcontinental da doença, a introdução deverá ter sido feita através de vários pontos de entrada. Os candidatos mais fortes são os portos marítimos com maior tráfego e importância a nível internacional: em Portugal, os portos de Lisboa, do Porto e os do Algarve estarão entre os candidatos mais bem posicionados. Tendo em conta as eventuais rotas de propagação, é possível que tenha havido entrada terrestre, mas a única área em que essa opção parece ser viável é entre a Galiza e o Entre-Douro-e-Minho. Começo por esta.

A possível entrada da peste no Alto Minho através da Galiza é uma hipótese que tem sido considerada por vários autores. Segundo algumas leituras clássicas, que pecam por simplistas e pouco documentadas, o contágio de Portugal faz-se precisamente – e de forma quase única - através da fronteira terrestre com a Galiza, espalhando-se do Norte para o Sul, ainda que com saltos metastáticos que fariam a epidemia fazer-se sentir primeiro em Coimbra do que em Braga⁷⁵⁶. Seguindo essa leitura, o mapa da propagação da Peste Negra incluído na síntese de Ole J. Benedictow (sem dúvida, a monografia dedicada ao tema com maior difusão desde a obra de Philip Ziegler) dá como afetado, em 1348, o território português a norte do Tejo, datando a contaminação do Sul apenas de 1349⁷⁵⁷. Sabemos que esta visão está errada. Se é possível que a peste possa ter entrado também – mas não só – por via terrestre, através da Galiza, parece ser muito difícil que os portos do reino, sobretudo Lisboa e Porto, mas também os portos algarvios, tenham escapado incólumes ao contágio, feito apenas por via terrestre. Esta ideia, além

⁷⁵⁵ CHRISTAKOS, G.; OLEA, R. A.; YU, H.-L. – Recent results on the spatiotemporal modelling and comparative analysis of Black Death and bubonic plague epidemics. *Public Health* 121:9 (2007), p. 709-710.

⁷⁵⁶ UBIETO ARTETA, Antonio - Cronología del desarrollo de la Peste Negra en la Península Ibérica. In *Estudios sobre el Reino de Valencia. Vol. 5*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto "Jerónimo Zurita", 1975, p. 47-66. Angel Vaca Lorenzo já contestou esta leitura para o caso castelhano em 1984, e creio que essas dúvidas são válidas para o caso português, também: VACA LORENZO, Angel - La Peste Negra en Castilla. Aportación al estudio de algunas de sus consecuencias económicas y sociales. *Studia Historica. Historia Medieval* 2 (1984), p. 89-107.

⁷⁵⁷ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 14.

de documentalmente desmentida, contraria tudo o que sabemos sobre a propagação da Peste Negra na maioria dos territórios europeus e mediterrânicos.

O estudo da propagação da peste em Portugal, após a sua entrada, tem de ser associado às vias de comunicação e à sua relação como elos entre centros urbanos importantes, tal como a investigação mais recente parece confirmar no âmbito geral da Europa⁷⁵⁸. O homem é o principal responsável pelo transporte de ratos e pulgas entre locais, e o veículo da difusão da doença, tal como o comércio é a atividade privilegiada para a sua propagação. Contudo, os testemunhos portugueses da Peste Negra oferecem um desafio extra: ao contrário de epidemias posteriores, os relatos da epidemia inaugural da segunda pandemia de peste são geograficamente estáticos, isto é, nunca temos notícia de que a doença chega a um local vindo de outro, ou de que esta foi transportada ou transmitida no espaço. Assim, se não temos pistas coevas, a objetividade que estas poderiam ou não ter, caso existissem, não é um fator de dúvida ou influência. Todas as projeções de prováveis vias de propagação são reconstituições e propostas abertas a discussão.

O transporte fluvial na Idade Média portuguesa não ocupa um lugar de destaque comparável àquele que teve na Europa Central, França ou Inglaterra. Os rios cumpriam uma importante missão como elementos estruturantes do território, e os mais importantes tinham tráfego de pessoas e, sobretudo, mercadorias. Mas, se excetuarmos o tráfego no Douro⁷⁵⁹, a circulação que haveria no Baixo Tejo, na parte do percurso final do Guadiana até Mértola, e no Minho até Valença, o Mondego até Coimbra, os rios – além das embocaduras das fozes que ofereciam portos de abrigo, como no caso do Lima ou do Cávado – não seriam, em meados do século XIV, uma via de intensa e permanente circulação de bens e pessoas em larga escala, que nos obrigue a assumi-los como uma via privilegiada de propagação da peste, enquanto ‘estradas aquáticas’⁷⁶⁰. Mesmo o

⁷⁵⁸ GÓMEZ, José M.; VERDÚ, Miguel - Network theory may explain the vulnerability of medieval human settlements to the Black Death pandemic. *Nature Scientific Reports* 7 (2017), 7:43467. DOI: 10.1038/srep43467.

⁷⁵⁹ Sobre o tráfego, navegabilidade e importância regional do Douro, ainda que focado em cronologias um pouco posteriores às que aqui se focam, ver: DUARTE, Luís Miguel; BARROS, Amândio Jorge Morais - Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna. *Douro: estudos & documentos* 2:4 (1997), p. 77-118.

⁷⁶⁰ O trabalho de síntese de Fernando Castelo Branco mantém o seu interesse, décadas depois, tendo muitas das suas hipóteses sido confirmadas ou reforçadas por trabalhos posteriores: BRANCO, Fernando

Douro, o Tejo e o Guadiana tinham uma importância menor, se comparados com rios como o Tamisa, o Reno ou o Danúbio. Ainda que esta realidade possa ter sido matizada na centúria seguinte, como prova o crescente tráfego – com alguma projeção internacional, até – que Maria Helena da Cruz Coelho deteta no troço final do Mondego, entre Coimbra e a vila de Buarcos⁷⁶¹, a circulação de embarcações e mercadorias com origem internacional nesta área em 1348, à semelhança de outros rios relevantes à escala portuguesa, seria importante, mas não decisiva.

O facto de apenas uma pequena parte do território português se encontrar próximo de uma secção navegável de um rio é mais uma prova de que o padrão de propagação definido em alguns trabalhos para a Segunda Pandemia, na Europa, não se aplica totalmente a Portugal⁷⁶². Ainda assim, e naturalmente em tempos de pandemia, o pequeno transporte de pessoas e bens ao longo dos rios, mas também entre as margens de um determinado local, através de barcas de passagem,⁷⁶³ poderá ter tido um papel

Castelo – Do tráfego fluvial e da sua importância na economia portuguesa. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 76:1-3 (janeiro-março 1958), p. 39-66.

⁷⁶¹ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 418-419.

⁷⁶² Tal como no caso da relação entre rotas comerciais e surtos de peste na Segunda Pandemia, um outro artigo dos mesmos autores sublinha a forma como 95% dos surtos documentados que foram analisados estatística e geograficamente se deram em cidades e locais europeus, entre 1347 e 1760, situados a uma distância de até 10 km de um rio navegável. Apesar de não termos um levantamento exaustivo dos surtos portugueses, esta disparidade parece estar muito longe da realidade, pois excluiria facilmente uma parte significativa do território português, onde a peste continuou a ser recorrente, pelo menos até ao início do século XVII. YUE, Ricci P.H.; LEE, Harry F.; WU, Connor Y. H. - Navigable rivers facilitated the spread and recurrence of plague in pre-industrial Europe. *Science Reports* 6 (2016), 34867. DOI: 10.1038/srep34867.

⁷⁶³ Algumas das referências diretas à Peste Negra envolvem barcas de passagem. Ainda que pertençam a outras regiões que não o Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana, vale a pena resgatá-las: em 1361, D. Pedro I dá conhecimento dos privilégios da barca do condado, que estava em Lisboa, a Lanzarote Peçanha, seu almirante; os rendimentos da barca eram 1/3 do mosteiro de Arouca, 1/3 do rei e 1/3 dos barqueiros. O Mosteiro de Arouca intercedeu junto do rei, pois esses barqueiros estavam isentos de irem a armadas de galés, o que tinha vindo a ser desrespeitado. Diz a abadessa "que essa barca andou hi de longo tempo ata a pestilencia", e era desde então que vinha sendo desrespeitado o privilégio: *Chancelaria D. Pedro I*, doc. 612, p. 280-281; dois anos mais tarde, em 1363, D. Pedro I concede isenção de servir nas galés aos barqueiros da barca do rio Cacia, em Esgueira, pois nenhum queria servir na barca por serem logo constrangidos para irem em galés. Os homens-bons e o concelho de Esgueira disseram ao rei "que ante da outra pestilencia [a de 1348, o que demonstra que outra já teria ocorrido] avia hi barqueiros que mantiinham a dicta barca e que se morrerom todos na dicta pestilencia e ficou a dicta barca desemparada per guisa que que nenhuum nom podia pasar per o dicto logo [de Esgueira]", e que quando se tentou restaurar a dita barca, ninguém queria ser barqueiro por ser obrigado a servir nas galés, e só naquele "anno hi morrerom quatro homens dos boons que avia em aveiro [afogados?]: *Chancelaria D. Pedro I*, doc. 1012, p. 479-480. Estes testemunhos revelam a exposição a que os barqueiros estariam sujeitos; porém, e neste caso, é difícil assumir essa exposição como um sintoma da difusão por via fluvial – creio que apoia precisamente a preferência da via terrestre, pois os barqueiros serviam sobretudo áreas onde as estradas cruzavam rios sem pontes, pelo que a barca era apenas o meio de ligar a estrada dividida pelo curso do rio.

na propagação da doença em alguns dos casos. Porém, tratar-se-ia de vias secundárias, com os portos de cabotagem a serem infetados a partir dos portos nacionais mais importantes.

Entre as regiões estudadas, creio que o caso em que algo deste género poderá ter sido provável é o curso entre o Porto e os mosteiros durienses da diocese do Porto, com destaque para Ancede⁷⁶⁴ (atualmente no concelho de Baião) e Vila Boa do Bispo⁷⁶⁵ (no atual concelho de Marco de Canaveses), cuja documentação trecentista relativa ao comércio da produção própria de vinho no Porto, com ou sem estatuto de vizinho do respetivo abade, é esclarecedora, ainda que, sendo posterior à Peste Negra, possa ser fruto de uma consequência, e não ser representativo da situação anterior à pandemia: trata-se de documentação do reinado de D. Fernando.

A necessidade que os mosteiros em causa, assim como algumas igrejas paroquiais,⁷⁶⁶ parecem ter de colocar o seu vinho à venda no Porto, ou mais ainda de o exportar a partir da cidade, pode estar relacionada com uma diminuição da densidade demográfica nas suas regiões de implantação ou uma reconversão de algumas terras em vinhas. Estas alterações levariam os priores, abades e vigários a recorrerem a novos meios de escoamento da produção, eventualmente até mais vantajosos do que as práticas anteriores. Por outro lado, pode dever-se simplesmente a uma estratégia económica destes mosteiros, procurando monetarizar rendas em géneros e produção própria, num ajuste a uma nova realidade económica que adiante se explorará. Todas as hipóteses devem ser consideradas e, provavelmente, todas cumprem um papel. O maior fluxo de tráfego fluvial, que parece ser a forma mais óbvia de transporte de vinho no Douro e os brancos do Minho, já na Baixa Idade Média, poderá ser uma consequência da Peste Negra, promovida pela diminuição de população local consumidora, e não uma causa –

⁷⁶⁴ ADP, *Convento de Santo André de Ancêde - Baião*, Livro 2, Tombo 1º de Títulos Velhos, fl. 263-263v; Tombo de Títulos, fl. 205.

⁷⁶⁵ *Corpus Codicum*, Livro 6, fascículo IV, p. 65, doc. 49, [Livro II de Pergaminhos da Câmara do Porto].

⁷⁶⁶ Falo concretamente das igrejas de Melres (no atual concelho de Gondomar) e de Pedorido (atualmente integrada no concelho de Castelo de Paiva), que em 1376 recebem autorização para vender vários tonéis de vinho no Porto, que solicitaram explicitamente por não serem capazes de escoar a produção nas suas regiões. As autoridades permitem, com a condição de que não o façam com o estatuto de vizinho: *Corpus Codicum*, Livro 6, fascículo V, p. 7-8, doc. 51, [Livro II de Pergaminhos da Câmara do Porto].

ou seja, antecedendo a Peste e favorecendo-a através de um intenso tráfego fluvial motivado pelo comércio do vinho. Uma vez mais, trata-se de hipóteses.

Assim, pese embora as exceções referidas, creio que o principal meio de difusão da epidemia terá sido a rede viária, estradas e caminhos que permitiram à peste passar entre regiões, assentar e ramificar até áreas agrícolas distantes tanto de centros urbanos de qualquer dimensão, como da rede viária principal.

Apesar das dúvidas e limitações, é útil tentar traçar um possível itinerário de difusão da epidemia nas duas regiões em estudo. No caso do Entre-Douro-e-Minho, a entrada deverá ter sido dupla: através da via marítima, pela barra do Douro, estabelecendo um foco de difusão que eu consideraria empiricamente o principal; em segundo lugar, a via terrestre, através da Galiza. Acrescentaria uma via indireta de contaminação, a que poderia ser favorecida pela navegação que ligava o Douro aos pequenos portos do Entre-Douro-e-Minho, como Bouças, Vila do Conde, Fão ou Viana da Foz do Lima, que tinham algum movimento comercial internacional e terão sido, em todo o caso, responsáveis pela contaminação das áreas costeiras em redor de cada um. Mesmo com mais de meio século, o trabalho de referência sobre a rede viária terrestre do Entre-Douro-e-Minho medieval ainda é a excepcional tese de licenciatura de Carlos Alberto Ferreira de Almeida⁷⁶⁷. Sobrepondo aquelas que seriam as principais vias terrestres de comunicação, os pontos mais prováveis de penetração da epidemia e os dados esparsos da atividade da peste na região, em 1348 e 1349, é possível propor uma cronologia de propagação da doença na região.

O contágio da Galiza deverá ter tido início no porto da Corunha, por via marítima e a partir de Bordéus, parecendo ter-se dado no final de abril de 1348, com início da epidemia humana em junho desse ano, podendo ter chegado a Tui ainda nesse mês⁷⁶⁸; o contágio de Valença, a partir de Tui, e da vila portuguesa para o resto da margem portuguesa do Minho e todo o território do Entre-Lima-e-Minho era uma possibilidade real. Tal como acontecerá no sul, é muito possível que a peste tenha avançado para o

⁷⁶⁷ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Vias medievais. Entre Douro e Minho*. Porto: [Edição do Autor], 1968. Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁷⁶⁸ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 120-123.

interior, sobretudo a partir dos focos costeiros, e alcançado a fronteira transmontana com terras leonesas ainda no final de 1348. A presença documentada da peste na vila zamorana de Villalobos, a menos de 100km da fronteira portuguesa, logo em dezembro de 1348, demonstra que essa penetração interior, a partir de várias origens, era possível⁷⁶⁹, ainda que a área da diocese de Zamora tenha sido mais provavelmente contaminada como parte do eixo Astúrias-León-Salamanca, ou, em alternativa, a partir de Leste, via Burgos.

As referências mais precisas que temos para o desenvolvimento da peste no Entre-Douro-e-Minho dizem respeito a Guimarães e a Braga. A partir desses exemplos, é possível reconstituir e propor um itinerário e calendário de difusão. Sabemos que em outubro, a peste grassava violentamente em Guimarães: uma sentença de 1351, sobre legados testamentários de peste, é sobre isso inequívoca⁷⁷⁰, sendo que a produção documental dá sinais de instabilidade logo a partir de setembro⁷⁷¹. Seguindo o modelo de propagação, ciclo epizoótico e consequente epidemia, a então vila minhota terá sido contaminada, durante o verão, muito provavelmente, e o mais tardar, até à segunda metade do mês de agosto. A primeira contaminação pode ter ocorrido tanto através do Porto, como através da Galiza, ainda que eu penda para a primeira hipótese, preferindo remeter a propagação por via galega para um contágio sobreposto, talvez até no tempo. O Porto não precisaria de ser contaminado muito antes de Guimarães: a intensa troca de mercadorias e de pessoas entre o Porto e Guimarães está bem documentada desde o início do século XIV, pelo menos⁷⁷², e a participação de mercadores vimaranenses no comércio internacional, usando o porto do Porto, também⁷⁷³.

⁷⁶⁹ VACA LORENZO, Angel - La Peste Negra en Castilla. Nuevos testimonios. *Studia Historica, Historia Medieval* 8 (1990), p. 159-71.

⁷⁷⁰ “no mes d'oitubro da era de myl e trezentos e oiteenta e seis anos que foi no tempo da pestellença quer Deus deu per todo o mundo Gil Vicente Rainho criado do chantre dom Vicente Dominguez que foi da dita egreja jazendo doente da doença de que passou deste mundo fez e ordinhou seu testamento acabado em escretura publica”. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 2, n.º 1.

⁷⁷¹ A questão dos fluxos de produção documental e tipos preferenciais é explorada no capítulo 6.

⁷⁷² Um exemplo evidente é o do armazenamento considerável de couros e peles de coelho que vários mercadores vimaranenses faziam no Porto, dos quais são despojados durante o conflito entre D. Dinis e o seu filho e herdeiro, D. Afonso, e pelos quais são, finalmente, ressarcidos em dezembro de 1322. ANTT, *Convento de Santa Clara de Guimarães*, maço 1, rolo não numerado.

⁷⁷³ Uma prova inequívoca em vésperas da Peste Negra é a sentença do corregedor de Entre-Douro-e-Minho, concluindo uma demanda entre o Concelho de Guimarães e o anadel e besteiros da dita vila. O Concelho queixava-se do número de besteiros do conto que, evocando os seus privilégios, estavam

A possibilidade de ter ocorrido um dos chamados saltos metastáticos do Porto para Guimarães, possibilitando uma propagação da doença nas duas urbes com um intervalo cronológico muito curto, quase simultâneo, é perfeitamente verosímil; a viagem entre os dois centros, provavelmente feita em duas jornadas na maioria das circunstâncias, pode ter permitido ainda a contaminação de localizações intermédias. Carlos Alberto Ferreira de Almeida considera a estrada que liga o Porto a Guimarães, na Idade Média, como uma das mais bem-documentadas – provavelmente por ser uma das mais utilizadas –, saindo do Porto em direção a Águas Santas e Alfena, onde atravessava o Leça, seguindo pelo território de Santo Tirso, através do Monte Córdova e de Roriz, atravessando o Vizela, onde entrava no termo de Guimarães, dirigindo-se para a então vila⁷⁷⁴.

Guimarães era um centro urbano estruturante no território, e não será arriscado propor que é a partir da urbe vimaranense que se dá a contaminação dos julgados mais próximos, como Montelongo, Felgueiras e Lousada e os diversos julgados de Basto; tal como não parece descabida a possibilidade de o contágio do atual Alto Tâmega, compreendendo a região do Barroso e a zona de Chaves, ter sido feito através das ligações viárias: há algumas referências à circulação de mercadores entre Guimarães e Chaves, durante o período em estudo, numa estrada antiga que atravessaria o território de Montelongo (atual concelho de Fafe)⁷⁷⁵; porém, tanto a aparente maior importância

isentos dos impostos e serviços do Concelho, entre outras vantagens. O corregedor, após um processo longo, determina que os 42 besteiros recenseados em Guimarães são excessivos, que boa parte deles nem sequer estava na vila e eram mercadores que andavam por França; e outros não dominavam a arte da besta. Assim sendo, determina que fiquem apenas 20 por besteiros, mais o anadel, e que sejam escolhidos os mais capazes. O processo vai de dezembro de 1347 a março de 1348, e revela a mobilidade de um número muito considerável de mercadores locais além-fronteiras, sobretudo em território francês – vale a pena recordar a contaminação precoce de Bordéus, por exemplo, um dos primeiros portos atlânticos a sê-lo. AMAP, *Câmara Municipal de Guimarães*, Coleção de Pergaminhos da Câmara Municipal, 8-1-1-12.

⁷⁷⁴ ALMEIDA – *Vias Medievais...*, p. 171-173.

⁷⁷⁵ É disso exemplo a inquirição feita durante o processo envolvendo os bens de Domingos Eanes, alfaiate. Várias testemunhas encontraram o dito Domingos Eanes no dia 7 de setembro de 1336, aquém de Celeirós, num lugar de um giestal, na freguesia de São Gens, no julgado de Montelongo, jazendo doente. Identificou-se pelo nome e como vizinho de Guimarães, a caminho de onde estava depois de voltar de Chaves. Acabou por falecer no local, um pouco mais tarde, já na presença da sua mulher, que foi chamada, em Guimarães, e pode fazer o caminho rapidamente, o que prova a relativa boa condição da estrada. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 27, n.º 33; sobre esta via medieval:

da estrada Braga-Chaves⁷⁷⁶, como a proximidade da Galiza, juntando-se ainda as lacunas de documentação e do seu tratamento sistemático, não permitem que esta possibilidade seja por ora mais do que uma entre várias hipóteses verosímeis.

Braga parece ter sido afetada um pouco mais tarde do que Guimarães, com uma eventual contaminação no final do verão, o que sugere várias possíveis vias de contágio: a partir do Porto, via Terra da Maia até ao Ave (através dos atuais concelhos da Maia e da Trofa), seguindo pela Terra de Vermoim (atual concelho de Vila Nova de Famalicão), através do Vale do Pelhe, afluente da margem direita do Ave, até entrar no território de Braga pela Portela de Escudeiros e seguir para a cidade⁷⁷⁷, num possível salto metastático semelhante ao de Guimarães; a partir de Guimarães, pela estrada que ligava os dois centros, atravessando o Ave na atual zona das Taipas ou na ponte de São João⁷⁷⁸; é possível ainda que o contágio de Braga se tenha feito a partir da Galiza, motivada pelo contacto permanente entre a sede arquiépiscopal e várias sufragâneas galegas e leonesas, assim como pelo caminho português de Santiago, que seguiria de Braga, atravessando o Cávado em Prado e seguindo para Norte até Ponte de Lima⁷⁷⁹, onde a ponte que batiza a vila permitiria atravessar o Lima e continuar até Valença⁷⁸⁰. Os fluxos documentais e o tipo de documentos produzidos⁷⁸¹ sugerem que algo se passava na cidade logo no final de agosto, ou início de setembro, o que poderá até anteceder um pouco Guimarães, e apoiar a via de contágio galega.

Resumindo esta proposta simplificada de itinerário da Peste Negra, apontaria duas vias de entrada no Entre-Douro-e-Minho, através do Porto e da fronteira Valença-Tui, algures no início do verão, provavelmente ainda um pouco antes, no início de junho, tanto pelo Porto, como por Valença. A infeção seria depois preferencialmente espalhada seguindo as principais vias terrestres, devendo ter infetado Guimarães e Braga no início de julho, produzindo uma epidemia a partir de final de agosto e, com maior certeza, a partir do início de setembro. Estabelecida nestas áreas, a peste ter-se-á espalhado de

⁷⁷⁶ Carlos Alberto Ferreira de Almeida não chega sequer a identificar uma via concretamente Guimarães-Chaves, ao contrário da de Braga-Chaves, percurso existente desde o período Romano e que passaria por terras de Lanhoso: ALMEIDA – *Vias Medievais...*, p. 195-196.

⁷⁷⁷ ALMEIDA – *Vias Medievais...*, p. 170-171, 187-188.

⁷⁷⁸ ALMEIDA – *Vias Medievais...*, p. 193-194.

⁷⁷⁹ ALMEIDA – *Vias Medievais...*, p. 197.

⁷⁸⁰ ALMEIDA – *Vias Medievais...*, p. 202-204.

⁷⁸¹ Ver capítulo 6.

forma radial, afetando os julgados e territórios menos importantes e que mantinham relações de grande proximidade com estes meios urbanos, com os seus mercados semanais e trocas permanentes. Áreas rurais mais densamente povoadas, como as litorais terras da Maia e de Faria, terão sentido duramente a epidemia e, ainda que não seja possível estabelecer cronologias precisas, tudo aponta para que o outono tenha sido o zénite do problema. Depois de meses de desenvolvimento discreto, a peste explode no final do verão, mantendo-se, ao que tudo indica, até janeiro de 1349. Há sinais de que as principais instituições da região estarão já a empreender esforços de reorganização a partir de final de janeiro e, sobretudo, a partir de fevereiro de 1349, o que parece sugerir um abrandamento substancial do ritmo de contágios e mortes.

Também no Entre-Tejo-e-Odiana, a propagação ter-se-á feito a partir de vários itinerários. Creio que, nesta região, os principais eixos fluviais não terão tido um papel relevante na primeira fase de contaminação. O Guadiana até Mértola, subido a partir da barra, de Castro Marim e Alcoutim, servia sobretudo como meio de escoamento da produção cerealífera no Baixo Alentejo para o Algarve, ainda que outras mercadorias destinadas ao abastecimento de Mértola e da região subissem o rio, como testemunha a documentação relacionada com questões normativas e fiscais, tanto da Coroa, como da Ordem de Cristo, senhora de Castro Marim⁷⁸² e, dessa forma, fosse possível um contágio a partir da costa algarvia. Também o porto de Odemira, abrigo secundário, estaria ainda a consolidar uma posição no parcamente povoado Alentejo Ocidental, com importância regional crescente na segunda metade do século XIV, devido ao papel que se adivinha no abastecimento de Lisboa⁷⁸³; o Sado seria aproveitado sobretudo como abrigo precisamente onde o rio começava a abrir para o seu estuário, em Alcácer do Sal, ainda que, no século XIV, Alcácer se encontrasse num processo de decadência ‘geoestratégica’, fruto do crescimento de Setúbal e Sesimbra, a nível regional, de Lisboa no plano internacional, e da diminuição acentuada da sua importância enquanto eixo de ligação atlântico do Baixo Alentejo e ao território sevilhano⁷⁸⁴, herdada do período

⁷⁸² GARCIA, João Carlos - *Navegabilidade e navegação no Baixo Guadiana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/INIC, 1982, p. 13-18.

⁷⁸³ GARCIA – *O Espaço Medieval da Reconquista...*, p. 57-59.

⁷⁸⁴ GARCIA – *O Espaço Medieval da Reconquista...*, p. 40-44. No final do século XV, é com o seu contador de Setúbal que o rei comunica a propósito de uma excursão de comerciantes bretões de vinhos, que teriam ficado insatisfeitos com uma primeira incursão de negócios a Évora. ESPANCA, Túlio - Os Bretões e os vinhos de Évora (1483). *A Cidade de Évora* VIII:25-26 (1951), p. 478–479.

andalusi mas que não resistiu às novas fronteiras cristãs e à influência cada vez mais esmagadora de Lisboa e dos restantes portos da Península de Setúbal.

Assumindo novamente que os principais eixos terrestres de comunicação foram o sistema vascular da propagação, guio-me através das mais importantes vias apresentadas por João Carlos Garcia⁷⁸⁵, pelas ligações mais evidentes que a documentação sugere e pelas ligações que irradiam de Évora e que Ângela Beirante arrola⁷⁸⁶. É muito provável que a doença tenha sido trazida desde Lisboa para Évora, via Montemor-o-Novo, podendo ser acrescentada uma segunda via, com origem em Lisboa ou no centro do país, que viesse por Santarém, e aí fosse transmitida a Montemor-o-Novo, via Coruche, e depois a Évora. Sabemos que a peste se fazia sentir intensamente em Évora no 1º de dezembro de 1348, segundo um raro testemunho coevo⁷⁸⁷, provavelmente depois de ter começado já em Montemor-o-Novo, onde dois testamentos muito próximos no tempo – c. 20 de outubro⁷⁸⁸ e 4 de novembro⁷⁸⁹ – levantam suspeitas sobre uma propagação em plena força.

Pouco depois, mais no interior, as sepulturas de um casal, na igreja de Veiros, com data de morte separada por poucos meses em 1348, a derradeira a 13 de dezembro de 1348, levantam suspeitas⁷⁹⁰. Se esta última morte estiver relacionada com a Peste – a primeira parece demasiado prematura, sendo improvável (mas não impossível) que o Alentejo Central já estivesse contaminado em agosto de 1348 -, a contaminação pode ter sido feita a partir de Évora, via Estremoz, ou de Montemor-o-Novo, via Arraiolos e, de novo, Estremoz. A escassez de testemunhos para a maioria da região limita o

⁷⁸⁵ GARCIA – *O Espaço Medieval da Reconquista...*, p. 99-104 e Fig. 1 (mapa não paginado, anexo no final do livro).

⁷⁸⁶ BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 439-444.

⁷⁸⁷ Apesar de o original estar apagado no início, é possível reconstituir o texto através de um traslado de c. 1530 [BPE, *Convento de São Domingos*, Livro 2, fl. 28-29]. O traslado está mal datado no ano (afirma que é da era, e não do ano de 1348), e não tenho dúvidas quanto à data do documento – no original ainda é possível ler o final esbatido das dezenas, parecendo sobrar um “tenta”, que o copista quinhentista, devido à grafia baixa do t, pode ter interpretado como um “renta” (quarenta). BPE, *Convento de São Domingos de Évora*, Pergaminhos, maço 1, doc. 12.

⁷⁸⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 074 – O dia desapareceu, e só sabemos que é na casa dos 20. Não temos o texto completo, mas temos duas cláusulas do testamento, o local de redação, data e escrivão, dadas numa pública-forma posterior.

⁷⁸⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 045.

⁷⁹⁰ BARROCA, Mário Jorge – A peste negra na epigrafia medieval portuguesa. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Universidade de Porto. Faculdade de Letras, 2003. Vol. 3, p. 1165-1166.

conhecimento da difusão da epidemia neste território, mas a progressão em direção ao território castelhano terá correspondido aos modelos gerais: um documento redigido em Elvas, já em agosto de 1349, refere-se à “pestilença que este ano foy”⁷⁹¹, pelo que devemos assumir que a epidemia só se fez realmente sentir a partir de janeiro de 1349 nessa zona, ainda que a contaminação possa ter sido produzida um pouco antes, no final de 1348. Outro dado indireto que pode sugerir uma contaminação mais tardia de Elvas é a presença do bispo eborense na vila raiana nos últimos dias de 1348, altura em que executa uma bula papal relacionada com o provimento do Estudo Geral. Apesar de o original e o seu texto se terem perdido, há documentos setecentistas que referem 20 ou 23 de dezembro de 1348 como data dessa execução, o que é plausível⁷⁹². Estaria o bispo – que sobreviveu ao flagelo – refugiado numa área ainda intocada?

Pouco mais de 100 km a norte de Elvas e Veiros, em Belver – limite norte do Entre-Tejo-e-Odiana, segundo os limites definidos para esta análise – num testamento redigido algures no início de 1349⁷⁹³, Vasco Martins do Vale, cavaleiro, lega a sua quintã do Paço Velho, na Anta, ao Mosteiro de Grijó, caso os seus herdeiros morram sem filhos, juntamente com a sua renda de 50 libras anuais, pela qual deveria fazer uma capela. Esta referência à possibilidade de os herdeiros morrerem antes mesmo de terem descendência não era muito comum à data, e o facto de o mosteiro de Grijó ter uma pública-forma deste testamento, feita logo em junho de 1349, sugere que não só os herdeiros realmente morreram, como nenhum descendente terá sobrado. Se não nos revela quando a doença chegou a essa zona, parece certo que grassava nessa altura. Assim, desde Lisboa e do Vale do Tejo, a peste terá levado quatro a seis meses a alcançar os pontos mais interiores do norte do Entre-Tejo-e-Odiana

⁷⁹¹ AHME, *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, nº 4.

⁷⁹² FERREIRA, Francisco Leitão - *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra: primeira parte que comprehende os annos que discorrem desde o de 1288 até principios do de 1537*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1729, p. 143.

⁷⁹³ O mês é ilegível. O testador refere que está na prisão de Jesus Cristo (?), e dá indicações para ser enterrado no mosteiro de Grijó e como deve ser mantido o corpo enquanto dura o interdito. Porém, tem de ser anterior a 24 de maio de 1349, altura em que é tirada uma primeira pública-forma do testamento por um tabelião de Castro de Rei. Pouco depois, em junho, uma nova pública-forma é feita por Pedro Eanes, tabelião da Terra da Feira, na sede da dita terra. ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, Maço 1, doc. 10

Temos referências diretas do flagelo no Redondo, onde deverá ter chegado via Évora, e depois irradiado para o seu termo, mas já como um evento terminado (em junho de 1349) e sem indicação de quando poderá ter chegado ou cessado⁷⁹⁴. Porém, na maioria do território transtagano, sobretudo no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral, sobra pouco mais do que especulação no que toca às vias de difusão e à cronologia da propagação da doença. Há referências tardias à Peste Negra, da década de 1370 e 1390, que documentam a passagem da epidemia tanto no Campo de Ourique, por referências em Castro Verde, Padrões e Almodôvar⁷⁹⁵. Se olharmos para as ligações aos principais centros urbanos, poder-se-á sugerir uma nova contaminação dupla: pelos portos como Sines ou Odemira, e destes para o Vale do Mira, talvez a partir do Algarve para Norte, com penetração pelo Vale do Guadiana até Mértola e daí para Beja e Serpa – ainda que a antiga *Pax Julia* pudesse ser contaminada a partir de Évora, via Serra de Portel, bifurcando aí para Beja e para Moura. Trata-se de hipóteses lógicas, mas sem confirmação documental ou arqueológica.

Estas vias hipotéticas de propagação seriam apenas as inaugurais, tanto no Norte, como no Sul, com subseqüentes difusões radiais assimétricas, sobreposições de contaminação que provocariam um prolongamento dos surtos em certos locais ou uma intensificação da virulência de uma vaga única⁷⁹⁶, ou ainda uma segunda vaga, sempre de menor intensidade, pouco depois da primeira – um padrão muito comum em epidemias pestíferas dos últimos séculos⁷⁹⁷. Antes de passarmos a outra questão, creio que valerá a pena sobrepor as minhas sugestões de propagação da doença, tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana, a um elemento específico da

⁷⁹⁴ Essa referência chega-nos através de uma mercê: estando reunido o cabido na Sé, e "veendo e consirado o tempo em que se segia da mortindade por parte que os lavradores que lhi lavravam as erdades as nom podiam sosteer e manteer por razom dos homeens que nom podia aver estremadamente as molheres veuvas que ficarom", aceitou a encampação que D. Gontinha, moradora no Redondo, mulher viúva e velha, fez da herdade que trazia emprazada do cabido em sua vida, no termo do Redondo. O cabido aceita por graça, mercê e piedade, e a dita D. Gontinha, agradecendo, doa ao cabido um pedaço de herdade junto desta que encampava. ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Fazenda, Capelas, próprios e foros, Escrituras, maço 1, antigo CH29.

⁷⁹⁵ *Inquirição sobre os bens régios nos concelhos de Castro Verde, Almodôvar e Padrões (1375-1376)*. Ed. Valentino Viegas. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1998.

⁷⁹⁶ KISS, Istvan Z.; GREEN, Darren M.; KAO, Rowland R. - The effect of contact heterogeneity and multiple routes of transmission on final epidemic size. *Mathematical Biosciences* 203:1 (2006), p. 124-136. <https://doi.org/10.1016/j.mbs.2006.03.002>; ZHAO, Dawei; LI, Lixiang; PENG, Haipeng; LUO, Qun; YANG, Yixian - Multiple routes transmitted epidemics on multiplex networks. *Physics Letters A* 378:10 (2014), p. 770-776. <https://doi.org/10.1016/j.physleta.2014.01.014>; GÓMEZ; VERDÚ - Network theory....

⁷⁹⁷ AUDOIN-ROUZEAU – *Les Chemins de la peste...*, p. 311-314.

atividade humana e, em particular, económica: o calendário das principais feiras portuguesas.

Numa dissertação de mestrado recentemente apresentada, o tema das feiras e mercados medievais portugueses é retomado e aprofundado⁷⁹⁸, tornando possível, através da sua recolha de dados, percebermos se estas deslocações internas de gentes e mercadorias poderiam ter contribuído diretamente para a propagação da doença. As informações para meados do século XIV são escassos⁷⁹⁹, e este é só um dos fatores – económico, neste caso, sem dúvida humano - que poderá ter contribuído para a propagação da peste ou, pelo menos, para ‘moldar’ o mapa de propagação. Como exemplo, vale a pena procurar paralelismos, porque as feiras e os mercados periódicos de importância local e regional seriam um ponto de contágio privilegiado para os meios rurais mais afastados das grandes vias e centros urbanos: a feira quinzenal de Ponte de Lima, por exemplo, estabelecida no século XII e existente ainda hoje, poderá ter sido, ao longo de várias quinzenas, um ponto de irradiação da doença para todos os julgados rurais em redor: Penela do Minho, Valdevez, Nóbrega, Coura, o couto da Correlhã, só para referir alguns dos mais importantes; em Guimarães, se a feira trimestral da Vila do Castelo se realizou efetivamente em meados de setembro, quando a epidemia estaria a cavalgar para a sua força máxima, as dezenas de freguesias do termo vimaranense poderão ter encontrado aí uma fonte de infeção.

No Entre-Tejo-e-Odiana, a atividade das feiras está praticamente por documentar neste período. Várias, de várias durações e tipos, foram estabelecidas no reinado de D. Dinis: Évora, Beja, Alvito, Ourique, Arronches, Moura, Borba, Olivença e Terena (sendo estas três últimas estabelecidas após 1310, entre 1315 e 1323); com Elvas a anteceder todas as restantes, recuando pelo menos a 1262 e ao reinado de D. Afonso III⁸⁰⁰. Se a partir de 1331 as notícias são escassas, não havendo referências à efetiva ocorrência dessas feiras, vale a pena o exercício de cruzamento entre o calendário pré-estabelecido e a propagação da doença no Entre-Tejo-e-Odiana: ao contrário do que se passa no

⁷⁹⁸ CUNHA, Paulo Morgado e - *As Feiras no Portugal Medieval (1125-1521): evolução, organização e articulação*. Porto: [Edição do Autor], 2019. Dissertação em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁷⁹⁹ CUNHA – *As Feiras no Portugal Medieval...*, p. 99-116.

⁸⁰⁰ CUNHA – *As Feiras no Portugal Medieval...*, p. 81-88.

Entre-Douro-e-Minho, onde várias feiras quinzenais e mensais garantiriam uma aglomeração constante de indivíduos, com importância à escala regional, no território transtagano a periodicidade é sempre anual.

O calendário de quase todas – assumindo a hipótese de que todas se poderiam realizar ainda em 1348, mesmo que a documentação não as refira –, estava balizado entre a Páscoa/meados de abril (Elvas e Ourique, respetivamente) e meados de setembro, quando acabavam várias feiras com duração de um mês (Beja) ou duas semanas (Borba, Olivença)⁸⁰¹. Assim, tudo indica que no caso alentejano, as feiras – se se mantinham todas – terão decorrido sobretudo antes do período epidémico local. Se de momento é quase impossível reconstituir o calendário de contaminação da área de Beja – o que permite incluir a feira local como um potencial meio de propagação – tanto Borba, como Olivença, terão sido contagiadas mais tarde. O eventual pico da epidemia, em dezembro de 1348 ou janeiro de 1349, aponta antes para uma contaminação primitiva em outubro ou novembro de 1348, já depois do encerramento destas reuniões comerciais. Às reuniões mais espaçadas, juntavam-se os mercados diários ou semanais das principais cidades, fator permanente de contacto e promotor de movimento de gentes e produtos. As diferenças entre certas práticas económicas e comerciais entre o Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana, aliadas a fatores ambientais expostos adiante, poderão ter contribuído para uma propagação e impactos diferenciados entre as duas regiões, indo muito além da mera diferença de densidade demográfica.

Na sua maioria, as vias de difusão apresentadas são propostas que carecem de um estudo mais aprofundado, paralelo aos estudos da rede viária terrestre medieval, cuja renovação desponta agora, do redimensionamento da importância concedida às vias fluviais e da articulação do território por atividades económicas de produção e distribuição, institucionais e administrativas, movimentações militares e deslocações de população. Uma vez mais, a dualidade do fenómeno da peste exige uma análise dupla: um evento com origens naturais propaga-se, formando um mosaico inequivocamente definido pela atividade humana, e as lições retiradas de outras regiões europeias demonstram que a difusão da doença se deve a um conjunto muito peculiar de fatores

⁸⁰¹ CUNHA – *As Feiras no Portugal Medieval...*, p. 81-85.

que, não raras vezes, se traduz em itinerários aparentemente inexplicáveis? de propagação⁸⁰², quando analisados sob uma perspetiva simplista, na busca de uma propagação que se assemelhe a uma ‘mancha de óleo’ no mapa. Nesse sentido, é possível que os itinerários do Norte e do Sul que proponho pequem por excesso de simplificação; porém, à falta de mais dados, estas reconstituições afiguram-se-me, por ora, como as mais prováveis.

5.4 – Hospedeiros, vetores, sazonalidade e fatores ambientais

Assumindo que os surtos de peste da Peste Negra e das epidemias que se lhe seguiram até ao final do período em estudo são importados, as populações de roedores e outros pequenos mamíferos silvestres autóctones cumprem um papel pouco relevante ou, pelo menos, indetetável. O grande protagonista, segundo o modelo tradicional e concordando com a presença documentada da espécie, será o rato-preto (*Rattus rattus*), um roedor que se adaptou a viver junto de seres humanos, em locais abrigados e construções artificiais. Sendo uma espécie de origem asiática, conheceu uma bem-sucedida expansão desde a Antiguidade, estando arqueologicamente documentado em território que hoje é Portugal desde o período romano⁸⁰³, uma prova reforçada por achados semelhantes em Marrocos, Espanha, França e outros territórios geograficamente próximos e intimamente ligados durante a Antiguidade Clássica e a Tardia. Continua presente em todo o território português, continental e insular, ainda que pareça ter uma maior presença no litoral⁸⁰⁴. A polémica sobre o papel desta espécie

⁸⁰² É disso exemplo a contaminação do território escandinavo. Enquanto a Noruega terá sido contaminada a partir de barcos ingleses, logo em 1349, os seus vizinhos da Suécia e da Dinamarca terão sido atingidos sobretudo no ano seguinte, provavelmente a partir da costa báltica hanseática, e não a partir do seu vizinho, mesmo tendo, além da proximidade geográfica e cultural, uma união dinástica na figura do rei Magnus Eriksson da Noruega e Suécia. MYRDAL, Janken – The Black Death in the North: 1349-1350. In BISGARD, Lars, SØNDERGAARD, Leif (eds.), *Living with the Black Death*. Odense: University Press of Southern Denmark, 2009, p. 82.

⁸⁰³ McCORMICK, Michael - Rats, communications, and plague: toward an ecological history. *Journal of Interdisciplinary History* 34:1 (2003), p. 9.

⁸⁰⁴ PAUPÉRIO, Joana; VALE-GONÇALVES, Hélia Marisa; CABRAL, João Alexandre; MIRA, António; BENCATEL, Joana - Roedores. In BENCATEL, Joana; SABINO-MARQUES, Helena; ÁLVARES, Francisco; MOURA, André E.; BARBOSA, A. Márcia (eds.), *Atlas de Mamíferos de Portugal*. 2ª edição. Évora: Universidade de Évora, 2019, p. 142-143.

de roedor nas epidemias de peste do Norte da Europa, por questões climáticas e ecológicas, que ainda vigora entre especialistas, não se aplica ao caso português⁸⁰⁵.

É cada vez mais consensual que a propagação de pulgas com peste pode ser feita sem o transporte de ratos, podendo várias espécies de pulgas, como a *X. cheopis*, viver durante algum tempo em silos de cereais, por exemplo⁸⁰⁶. Esta adaptação teria origem na concentração de roedores em locais como celeiros, pelo que a evolução permitiu a algumas espécies de pulgas de roedores ‘aguardarem’ um novo hospedeiro num local onde seria mais provável surgir um, podendo entrar num estado de letargia que lhes torna possível sobreviver por períodos mais longos do que seria expectável em circunstâncias normais. A existência de celeiros domésticos como fator de risco será analisada adiante. Por outro lado, vale a pena recuperar o velho debate das espécies: mais do que discutir a maior ou menor capacidade da pulga do Homem, a *P. irritans*, enquanto vetor da peste, possibilitando a transmissão entre homens através dos seus exoparasitas depois de uma primeira fase epizootica, já abordada no capítulo 1, é preciso sublinhar o nunca bem compreendido e há muito negligenciado papel da pulga europeia do rato, a *Nosopsyllus fasciatus*, na propagação da doença em áreas temperadas. Todas as três espécies referidas se encontram em Portugal, e estão documentadas há décadas⁸⁰⁷, numa altura em que o atual aquecimento global ainda não tinha elevado as temperaturas médias acima de valores que poderiam ocorrer no final da Anomalia Climática Medieval, desmentindo a incapacidade de estas pulgas sobreviverem em territórios temperados como a Península Ibérica. Todas as três podem ter tido papéis ativos, ainda que com diferentes pesos, na ‘tempestade perfeita’ que a

⁸⁰⁵ O artigo de Gunnar Karlsson sobre a peste num contexto de ausência total de ratos na Islândia tardo-medieval foi asperamente criticado por Ole J. Benedictow, por exemplo, mas também por outros colegas nórdicos, naquele que é apenas um exemplo de posições contrastantes: KARLSSON, Gunnar - Plague without rats: the case of fifteenth-century Iceland. *Journal of Medieval History* 22:2 (1996), p. 263–284; BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 201. Menos extremados são os artigos mais recentes sobre o tema, já posteriores à confirmação da *Y. pestis* como agente patogénico responsável pelas grandes pestes medievais e modernas; HUFTHAMMER, Anne Karin; WALLØE, Lars - Rats cannot have been intermediate hosts for *Yersinia pestis* during medieval plague epidemics in Northern Europe. *Journal of Archaeological Science* 40:4 (2013), p. 1752–1759. doi:10.1016/j.jas.2012.12.007; FALLOW, Chris; EVANS, Charles - The mystery of plague in medieval Iceland. *Journal of Medieval History* 42:2 (2016), p. 254-84. DOI: 10.1080/03044181.2016.1149503.

⁸⁰⁶ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 38-40.

⁸⁰⁷ Tanto a *N. fasciatus* como a *X. cheopis* tiveram exemplares recolhidos em ratos-pretos (*Rattus rattus*), revelando que ambas o poderiam perfeitamente parasitar num ambiente semelhante do Portugal quatrocentista: ABREU, Maria Hália - Introdução ao estudo dos Siphonaptera de Portugal. *Arquivos do Museu Bocage* 2ª série IV:8 (1973), p. 197-211.

Peste Negra parece ter sido. São, contudo, leituras empíricas que não podem ser assumidas como mais do que opiniões ou sugestões: os avanços dos arqueozoólogos e paleoclimatólogos também poderão esclarecer ou clarificar este tipo de questões.

Uma das teias de fatores que pode ter influenciado a propagação da doença em Portugal é a combinação entre as características climáticas, geomorfológicas e a sazonalidade. Será difícil fazer algumas analogias seguras recorrendo a modelos reconstruídos a partir de territórios europeus onde o flagelo está mais bem documentado. Creio que devemos assumir, à partida, uma epidemiologia distinta entre o Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana. As diferenças geofísicas e climatológicas que foram expostas nos capítulos introdutórios obrigam a essa premissa.

A sazonalidade pode ser um fator importante. Antes da confirmação inequívoca da *Y. pestis* como agente patogénico responsável pela Peste Negra, um dos fatores de contestação dessa identificação, por parte de uma fação de especialistas, residia na aparente sazonalidade inversa que a Peste Negra e várias das epidemias da Segunda Pandemia que se seguiram apresentam, em comparação com surtos da Terceira Pandemia, registados sobretudo na Índia e na Manchúria⁸⁰⁸. Se agora este problema não contribui para colocar em causa a identificação da Peste Negra como peste, não deixa de ser uma questão que tem de ser explorada e respondida.

Muitos dos trabalhos que têm sido feitos, nas últimas décadas, sobre os efeitos da sazonalidade na propagação da peste, na manutenção de focos, nas populações de vetores e hospedeiros, etc., dificilmente poderão ser aplicados como exemplo ao caso português; os padrões que favorecem o aparecimento da peste variam de zona para zona, como relembram Ricci P. H. Yue e Harry F. Lee: a precipitação tem efeitos opostos no desenvolvimento da peste no Norte e no Sul da China⁸⁰⁹; nos estados norte-americanos do Arizona e Novo México, que albergam os principais focos silvestres da doença nesse subcontinente, os meses que se seguem a um tempo mais chuvoso são

⁸⁰⁸ WELFORD, Mark R.; BOSSAK, Brian H. - Validation of inverse seasonal peak mortality in medieval plagues, including the Black Death, in comparison to modern *Yersinia pestis*-variant diseases. *PLoS ONE*, 4:12 (2009), e8401. doi:10.1371/journal.pone.0008401.

⁸⁰⁹ XU, Lei; LIUC, Qiyong; STIGED, Leif Chr.; ARID, Tamara Ben; FANGE, Xiye; CHANF, Kung-Sik; WANGE, Shuchun; STENSETH, Nils Chr.; ZHANG, Zhibin - Nonlinear effect of climate on plague during the third pandemic in China. *Proceedings of the National Academy of Sciences USA* 108:25 (2011), p. 10214-19. <https://doi.org/10.1073/pnas.1019486108>.

os mais propícios ao desenvolvimento da doença⁸¹⁰, tal como na Tanzânia⁸¹¹, no Uganda e no Vietname⁸¹²; as análises retrospectivas, porém, sugerem que uma parte importante das grandes epidemias europeias da Segunda Pandemia de peste teve início após ciclos plurianuais de tempo frio e seco - influenciados não pela aridez e pela temperatura individualmente, mas pela relação combinada de ambos os fatores, apesar de, no território ibérico, a temperatura, por si, parecer ter sido capaz de exercer uma influência direta no período Moderno⁸¹³ - o que demonstra a complexa rede de variáveis com influência no aparecimento, expansão e manutenção da doença.

Estas análises e definição de padrões fazem-se não só com recurso aos casos humanos, mas também à vigilância permanente sobre espécies de hospedeiros e registos de epizootias ou anomalias assinaláveis. Por esse motivo, e na ausência de focos ativos na Europa e em quase todas as áreas temperadas com afinidades climatológicas e ecológicas com a maioria das regiões portuguesas, os modelos europeus reconstruídos funcionam apenas com epidemias documentadas, deixando de fora a dimensão enzoótica e epizootica, reconhecida muito depois do desaparecimento da peste na Europa⁸¹⁴. Estando os principais focos atuais de peste concentrados em zonas tropicais ou áreas desérticas um pouco por todo o globo, as espécies envolvidas, o clima, a orografia, a hidrologia e a sazonalidade são distintas do que se verificava na Europa pré-industrial.

⁸¹⁰ ENSCORE, Russell E.; BIGGERSTAFF, Brad J.; BROWN, Ted L.; FLUGHAM, Ralph E.; REYNOLDS, Pamela J.; ENGELTHALER, David M.; LEVY, Craig E.; PARMENTER, Robert P.; MONTENIERI, John A.; CHEEK, James E.; GRINNELL, Richie K.; ETTESTAD, Paul J.; GAGE, Kenneth L. – Modeling relationships between climate and the frequency of human plague cases in the southwestern United States, 1960-1997. *American Journal of Tropical Medicine & Hygiene* 66:2 (2002), p. 186-96. doi:10.4269/ajtmh.2002.66.186.

⁸¹¹ DEBIEN, Annkatrien; NEERINCKX Simon; KIMARO, Didas; GULINCK, Hubert - Influence of satellite-derived rainfall patterns on plague occurrence in northeast Tanzania. *International Journal of Health Geographics*, 9:1 (2010), 60. doi:10.1186/1476-072X-9-60.

⁸¹² YUE, Ricci P.H.; LEE, Harry F. - Climate change and plague history in Europe. *Science China Earth Sciences* 61:2 (2018), p. 163-77. DOI: 10.1007/s11430-017-9127-x.

⁸¹³ YUE, Ricci P. H.; LEE, Harry F. - Pre-industrial plague transmission is mediated by the synergistic effect of temperature and aridity index. *BMC Infectious Diseases* 18 (2018), 18:134. <https://doi.org/10.1186/s12879-018-3045-5>.

⁸¹⁴ De facto, a vigilância dos roedores silvestres como depósitos enzoóticos mantém-se em Portugal, não devido à ameaça da peste, mas por o rol de doenças potencialmente transmissíveis a seres humanos por estes animais ser bem maior e igualmente perigoso: FILIPE, A.; ROCHA, M.; ÂNGELO, M.; MACHADO, J.; CHAVECA, S.; ANDRADE, H. - Os roedores silvestres como reservatórios de zoonoses. Estudo de um foco natural: Águas de Moura. *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 14:3 (1991), p. 163-169.

As possibilidades são abundantes e, provavelmente, todas concorrem para que cada uma cumpra um papel nessa distinção: diferentes espécies de vetores – e aqui ressurgem o problema da *Xenopsylla cheopis* na Europa ou, em alternativa, do papel da menos eficaz, mas mais provável pulga europeia do rato, a *Nosopsyllus fasciatus*, comportamentos sazonais (hibernação, época de acasalamento, etc.) dos hospedeiros (no caso da Peste Negra, sendo importado, apenas poderia ser o rato preto), variação climática (que pode atrasar ou adiantar ciclos sazonais, interferindo nos ritmos de diferentes hospedeiros e vetores). Sendo uma epidemia importada, a Peste Negra, em Portugal, nada teve de sazonal na sua introdução. Mas a sua propagação rumo ao interior do país pode ter sido afetada pela sazonalidade. Curiosamente, no caso português, apesar de não podermos medir numericamente a mortalidade por peste, parece inequívoco que os meses de maior impacto foram os do outono e do inverno, entre setembro de 1348 e fevereiro de 1349 – o que vai ao encontro ao padrão da peste contemporânea na Ásia, e contraria a maioria dos registos europeus reconstituídos de pestes entre meados do século XIV e o século XVIII⁸¹⁵, mesmo havendo ligeiras diferenças entre o Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana. Se, no caso da China durante a Terceira Pandemia⁸¹⁶, a humidade parece ter sido um fator de favorecimento na velocidade de propagação da peste em certas regiões, sabemos que houve peste em Portugal mesmo em anos de grande seca (como 1376) e que os anos que antecederam a Peste Negra foram marcados por sucessivos problemas de abastecimento, onde a seca parece ter mais responsabilidade do que qualquer outro fator climático.

Uma vez mais, vale a pena lembrar que a variabilidade é enorme: as espécies de roedores afetadas pelas epizootias que antecedem a peste serão totalmente diferentes na China, na Europa ou na África Ocidental. Mesmo no caso em que as espécies comensais, como o rato-preto, terão cumprido o papel principal nessa difusão, as

⁸¹⁵ WELFORD; BOSSAK - Validation of inverse seasonal peak mortality...; também os padrões espaço-temporais da peste na Índia, durante os anos de 1896-1906, mostram uma clara atividade violenta da peste na primavera e no outono, com um abrandamento ou mesmo desaparecimento da epidemia durante os meses quentes de verão - YU, Hwa-Lung; CHRISTAKOS, George - Spatiotemporal modelling and mapping of the bubonic plague epidemic in India. *International Journal of Health Geographics*, 5:12 (2006). doi:10.1186/1476-072X-5-12.

⁸¹⁶ XU, Lei; STIGE, Leif Chr.; KAUSRUD, Kyrre Linné; BEN ARI, Tamara; WANG, Shuchun; FANG, Xiye; SCHMID, Boris V.; LIU, Qiyong; STENSETH, Nils Chr.; ZHANG, Zhibin - Wet climate and transportation routes accelerate spread of human plague. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 281:1780 (2014), 20133159. doi: 10.1098/rspb.2013.3159.

espécies de pulgas podem distinguir-se. Uma epidemia transportada por roedores comensais pode até propagar-se mais eficazmente no inverno, se os ratos procurarem refugiar-se em ambientes mais quentes e resguardados nas habitações humanas; por outro lado, uma epidemia despoletada por roedores silvestres poderá desenvolver-se mais dificilmente no inverno, se for uma espécie que hiberne ou se os hábitos das populações humanas diminuïrem o potencial contacto em terreno agrícola, florestal ou de pasto. Também diferentes espécies de pulgas podem ser mais favorecidas por um tempo mais quente e húmido ou fresco. Uma vez mais, não há um padrão: há um mosaico de padrões com muitas variáveis. Um exemplo perfeito de quão inesperados podem ser os fatores humanos e ambientais que influenciam diretamente padrões de propagação é o das áreas das cidades alemãs dos séculos XVI e XVII onde predominavam as ferrarias e outras oficinas de trabalho do metal; menos afetadas pela peste, a explicação parece residir no muito menor número de ratos pretos, cuja audição extremamente sensível os levaria a evitar as áreas onde o constante martelar das ferramentas no metal é habitual⁸¹⁷.

O que podemos dizer sobre Portugal, neste ponto? Como vem sendo afirmado, os extremos de precipitação de que vamos tendo notícia no século XIV português apontam sobretudo para frequentes anos de seca, e não de chuvas abundantes. Os sucessivos “anos maus” da década de 1330 e de 1340, o agravamento dessa situação na década de 1350 e a recorrência da década de 1370, tudo aponta para verões e outonos secos. A falta de estudos dendrocronológicos em Portugal envolvendo exemplares que remontem a este período é uma desvantagem analítica que dificilmente poderá ser corrigida – quantitativamente dificultados pelo escasso número de árvores antigas um pouco por todo o território, mas também pela parca sobrevivência de madeira original em construções medievais portuguesas⁸¹⁸. O território português também não possui

⁸¹⁷ McCORMICK – Rats, communications and plague..., p. 18.

⁸¹⁸ Quando a informação dendrocronológica é abundante e segura, pode incluir árvores mortas e troncos usados há muito em construções. A recolha sistemática de dados permite estabelecer uma relação entre o crescimento dos anéis numa certa região, permitindo perceber quando nasceu, por exemplo, uma árvore utilizada numa construção medieval, por comparação com os dados previamente existentes. Assim, no caso da Noruega, um dos mais bem documentados, árvores usadas em construções datadas do século XV podem ter o seu nascimento datado, mas também o ano – e por vezes a estação do ano concreto – em que foram derrubadas para serem usadas naquela, ou numa construção anterior. THUN, Terje - Norwegian conifer chronologies constructed to date historical timber. *Dendrochronologia* 23:2 (December 2005), p. 63-74. DOI: 10.1016/j.dendro.2005.08.002.

neves permanentes nem glaciares, está praticamente desprovido de lagos naturais, cujos sedimentos, tal como o gelo milenar, constituem outros repositórios fundamentais de informação paleoclimatológica. Sobram as análises aos pólenes e ao uso do solo, às poucas áreas de sedimentos lacustres ou estuarinos, e aos sedimentos marinhos, podendo colmatar parcialmente as lacunas referidas, além de outras técnicas que surgirão para complementar as já existentes. A arqueobotânica é uma ciência em expansão e poderá ser, nos próximos tempos, uma das paleociências mais importantes no estudo da epidemiologia histórica em Portugal⁸¹⁹ - mesmo que indiretamente, revelando recuos e avanços da área humanizada. Expostas estas condicionantes, os estudos já existentes permitem afirmar que a *Anomalia Climática Medieval* terá permitido um clima quente com condições relativamente secas na Península Ibérica, produzindo, em contraste com o que se passava no resto do território ibérico e na Europa do Sul em geral, um aumento dos níveis de humidade na costa atlântica do noroeste peninsular⁸²⁰.

Por fim, é importante perceber as diferenças e semelhanças entre a propagação no Entre-Douro-e-Minho e no Entre-Tejo-e-Odiana. Se assumirmos, como creio ser mais correto, que a Peste Negra terá penetrado em Lisboa e no Porto quase simultaneamente, a propagação da doença parece ter sido um pouco mais rápida no território nortenho, pese embora a dimensão muito desigual entre as duas comarcas em estudo (e as diferenças abissais no povoamento, a vários níveis). O que quero sublinhar é a possibilidade de o verão e o outono mais quentes e secos a Sul, poderem ter tido influência não só na velocidade de propagação, como também na virulência da epizootia e, depois, da epidemia – impedindo os vetores de sobreviverem muito tempo sem

⁸¹⁹ Já em 2003, a tutela da Cultura havia dedicado um volume à paleoecologia humana e à arqueologia ambiental, sendo um dos capítulos precisamente sobre a arqueobotânica e a paleoecologia: MATEUS, José Eduardo; QUEIROZ, Paula Fernandes; VAN LEEUWAARDEN, Wim - O Laboratório de Paleocologia e Arqueobotânica – Uma visita guiada aos seus programas, linhas de trabalho e perspectivas. In MATEUS, José Eduardo, MORENO-GARCÍA, Marta (eds.), *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2003, p. 104-188.

⁸²⁰ MORENO, Ana; PÉREZ, Ana; FRIGOLA, Jaime; NIETO-MORENO, Vanesa; RODRIGO-GÁMIZ, Marta; MARTRAT, Belén; GONZÁLEZ-SAMPÉRIZ, Penélope; MORELLÓN, Mario, MARTÍN-PUERTAS, Celia; CORELLA, Juan Pablo; BELMONTE, Ánchel; SANCHO, Carlos; CACHO, Isabel; HERRERA, Gemma; CANALS, Miquel; GRIMALT, Joan O.; JIMÉNEZ-ESPEJO, Francisco; MARTÍNEZ-RUIZ, Francisca; VEGAS-VILARRÚBIA, Teresa; VALERO-GARCÉS, Blas L. - The Medieval Climate Anomaly in the Iberian Peninsula reconstructed from marine and lake records. *Quaternary Science Reviews* 43 (2012), p. 16-32. <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2012.04.007>.

hospedeiros em locais onde poderiam desidratar fácil e rapidamente, e diminuindo o número de pulgas potencialmente contaminadas, a propagação seria menos eficaz, e poderia adiar o pleno desenvolvimento da epidemia até ao final do outono e ao inverno.

Apesar de não sabermos ao certo qual a espécie ou espécies de pulga que poderão ter estado diretamente envolvidas na propagação da doença em Portugal, assumindo que essa propagação se fez segundo o modelo mais comum, vale a pena sublinhar que temperaturas superiores a 28 graus permitem à *X. cheopsis* não desenvolver ou livrar-se rapidamente do bloqueio de biofilme da *Y. pestis*, o que reduz consideravelmente a capacidade de infeção⁸²¹. Por outro lado, a inexistência de bloqueio aumenta o tempo de vida da pulga, que poderá permanecer como portadora mais tempo, ainda que menos eficaz. Temperaturas superiores a 28 graus são comuns no Alentejo entre o final da primavera e o início do outono, adiando o desenvolvimento da epidemia, ainda que o ponto inicial de infeção pudesse ser mais ou menos simultâneo no Entre-Douro-e-Minho e no Entre-Tejo-e-Odiana. Estando a assumir os padrões das últimas décadas nesta leitura empírica, as condições durante a *Grande Transição*, que marcou o fim do *Anomalia Climática Medieval*, podem ter permitido temperaturas médias semelhantes às da segunda metade do século XX. Tratando-se de uma sugestão, pode explicar parcialmente a cronologia de propagação reconstituída a partir dos elementos fornecidos pela fontes.

5.5 - O povoamento

Durante muito tempo, a peste foi encarada como um fenómeno urbano, sobretudo sendo uma epidemia que chega por mar, importada, e que provocaria mortalidades mais acentuadas nas cidades do que nos campos, levando mais tarde a uma espécie de êxodo rural em direção às cidades e conseqüente abandono de terrenos produtivos. É possível que este tipo de leitura tenha sido influenciado pela assunção do caso italiano – cujo Norte era a área mais urbanizada de toda a Europa – como norma quando, na verdade, era a exceção. Sabe-se hoje que a peste não é mais branda em áreas rurais do que em áreas urbanas. Mas, além das possíveis diferenças entre áreas urbanas e áreas rurais, cada cidade e cada região possuem características únicas de povoamento e

⁸²¹ PERRY; FETHERSON - *Yersinia ...*, p. 51.

inserção no território que favorecem, ou dificultam, a propagação da doença. Tanto na definição do espaço apresentada na introdução deste trabalho, como no capítulo 4, a questão da evolução e dos tipos de povoamento nas duas regiões em estudo foi abordada. A questão a colocar aqui é: de que forma esse povoamento pode ter influenciado a propagação da doença?

A síntese de Ole J. Benedictow contém algumas reflexões muito importantes sobre a relação entre a dimensão dos aglomerados populacionais e a mortalidade por peste, reconstituída a partir de fontes relacionadas com surtos da Segunda Pandemia, particularmente bem documentados um pouco por toda a Europa⁸²². Como se tem visto, é necessário conhecer as leituras globais e, ao mesmo tempo, evitar generalizações que, não raras vezes, se têm revelado opostas à realidade que percecionamos em Portugal. Neste ponto concreto, é possível que o padrão possa ser aplicado a Portugal: alguns grandes surtos dos séculos XVII e XVIII, ocorridos em França e Itália e muito bem documentados, têm uma mortalidade variável, que parece estar diretamente relacionada com a dimensão dos aglomerados populacionais. Como numa curva invertida, as maiores taxas de mortalidade situam-se nas povoações com apenas uma centena ou menos de habitantes, com um máximo de 75% de mortalidade, baixando conforme o tamanho dos aglomerados aumenta, atingindo a menor taxa média – menos de 30% - nas pequenas cidades com 2000 a 3000 habitantes. A partir desse patamar, volta a subir, atingindo uns expressivos 60% nas cidades com mais de 100000 habitantes, ainda assim menor do que nos pequenos e muito pequenos núcleos de população. Esta variabilidade intrigante está relacionada com o tamanho das colónias murinas que estes aglomerados podem suportar e com a capacidade de estas manterem a epizootia e consequente epidemia, numa relação que não é aritmética nem perfeitamente proporcional ao tamanho da população humana.

Com os devidos cuidados pelas diferenças geográficas e cronológicas, será muitíssimo relevante perceber que, se o padrão fosse replicado nas duas comarcas portuguesas em estudo, a população do Entre-Douro-e-Minho estaria maioritariamente distribuída em micro e pequenos aglomerados que pertencem ao estrato

⁸²² BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 53-57.

aparentemente mais afetado, com algumas aldeias espalhadas por lugares de certas freguesias, concentrando poucas dezenas de habitantes, e raros centros urbanos cuja dimensão varia entre as pequenas vilas com alguma vida urbana e atividade artesanal e comercial que as diferenciavam de aldeias grandes, e as cidades episcopais e grandes vilas régias, que nunca ultrapassam os valores daquilo que Benedictow refere como “pequenas cidades” (4200 a 6000 habitantes⁸²³). Desta forma, é perfeitamente possível que tanto os núcleos urbanos de Braga, Guimarães e Porto – cujos valores populacionais poderiam, quanto muito, não chegar sequer ao valor mínimo desse intervalo – encaixassem na faixa com a menor percentagem média de mortalidade, o que contrastaria com o seu termo⁸²⁴.

No Entre-Tejo-e-Odiana, a população estaria mais concentrada em núcleos urbanos de pequena dimensão – ainda que muitos pudessem viver já segundo modelos próximos daquilo que conhecemos como “montes alentejanos”, formando pequenos aldeias ou simples núcleos familiares alargados. No que diz respeito aos núcleos urbanos, a maioria das vilas alentejanas estaria bem abaixo dos 1000 habitantes, e só Évora poderia encaixar no perfil de “pequena cidade” acima descrito, ainda que mais próximo do limite inferior ou talvez mesmo abaixo.

Mais do que reconstituir frações ou proporções de mortalidade, o que a documentação portuguesa não permite, e a antropologia e a arqueologia ainda não colmatam, a constatação de que, ao contrário do que muitas vezes é repetido, não foram as áreas mais urbanizadas as mais afetadas pela Peste; assim, os tipos de povoamento que existiam tanto no Entre-Douro-e-Minho como no Entre-Tejo-e-Odiana, apesar de diferentes entre si, poderão ter favorecido o desenvolvimento da epidemia e maximizado o seu impacto demográfico, desde que fossem submetidos às condições ambientais e climatológicas ideais.

5.6 – A habitação e o armazenamento de cereal

O tipo de habitação, de materiais utilizados e a proximidade destes com os locais de armazenamento de cereais, são fatores a ter em conta em caso de epidemia de peste.

⁸²³ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 55.

⁸²⁴ Sobre a dimensão dos principais núcleos urbanos do Entre-Tejo-e-Odiana e Entre-Douro-e-Minho, haverá uma nova abordagem, mais elaborada, no capítulo 11.

Sendo uma zoonose, a presença de colónias de roedores comensais é essencial no cenário mais comum de propagação da peste, tanto em meio urbano como rural, ontem como hoje. O contacto entre humanos e roedores também podia ser favorecido (ou não) pelo tipo predominante de habitações.

Na Escócia, por exemplo, território cuja situação geopolítica – fronteira terrestre com um único reino vizinho, mais poderoso, mais povoado e em conflito constante – tem muitas afinidades com o caso português e permite comparações frutuosas, as condições terríveis das habitações dos espaços urbanos são tidas como um fator de agravamento da doença nas poucas cidades do território⁸²⁵. As vilas e cidades escocesas eram marcadas por habitações de madeira, com ou sem reforço de algum tipo de argila ou argamassa, com tetos de palha, urze ou colmo, numa combinação que seria ideal para a proliferação de ratos comensais. De resto, esta é uma realidade relativamente comum no Norte da Europa, onde a madeira era abundante, de fácil extração ou com transporte favorecido pelo desenvolvimento das vias fluviais e por um relevo quase inexistente em vastas regiões (ainda que esta última característica não seja determinante no caso escocês), trazendo vantagens do ponto de vista térmico e de manutenção.

Apesar de termos muita pouca informação sobre as casas minhotas e alentejanas do século XIV, temos bastante mais para os dois séculos seguintes; uma eventual grande alteração entre o século em estudo e os seguintes afigura-se como muito improvável, pelo que vale a pena usar retrospectivamente esses modelos. Tanto as casas rurais, como urbanas, eram feitas sobretudo em materiais perenes, como tijolo (predominante no Sul), ou pedra (maioritária no Norte), com materiais complementares como argamassas diversas, cal e adobe, com taipa, dependendo da região. Há referências esporádicas a casas *palhaças* e cabanas em meios rurais, mas são residuais⁸²⁶. No Porto, no final da

⁸²⁵ JILLINGS, Karen – *Scotland's Black Death. The Foul Death of the English*. Stroud: Tempus, 2003, p. 29-31.

⁸²⁶ Estas casas palhaças surgem no complexo de construções habitacionais e agrícolas da Quintã de Baúlhe, reveladas pelo inventário da quintã, feito em maio de 1348, quando Guiomar Gonçalves, monja de Arouca, dela toma posse, por cedência do domínio útil nos dias de sua vida que lhe fez D. Gonçalo Pereira, seu irmão e arcebispo de Braga. ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 21, doc. 815. No que diz respeito a cabanas, há mais registos, mas mantêm-se minoritários e estão todos balizados entre 1312 e 1327: *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. I, doc. 128, p. 133-134; ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*,

Idade Média, a abundância de pedra parece ter possibilitado a sua forte presença nas estruturas habitacionais, sobretudo nas construções em altura, onde pelo menos o rés-do-chão seria em pedra, podendo os pisos superiores ser feitos em pedra⁸²⁷ ou em madeira, e divididos por tabuado, mas coroados por um telhado de telha⁸²⁸. Em Guimarães, também no final do século XV, a construção de alicerces e estruturas de pedra, sobretudo nas casas sobradadas, convivia com algumas partes de madeira – por norma apenas internas e divisórias, mas outras igualmente estruturais⁸²⁹. Este tipo de construções mais durável poderia ser menos ‘permeável’ à concentração de um grande número de ratos dentro da habitação. A ausência de qualquer tipo de referências a roedores como um problema de infestação ou de falta de higiene pública ou doméstica, urbana ou rural, na documentação que consultei, é total.

Outro fator que torna as casas portuguesas mais salubres é a predominância da telha, em vez de colmo ou outras coberturas vegetais. Nas cidades, as coberturas telhadas parecem ser a norma, sendo vulgares também nos espaços rurais⁸³⁰. Essa é a regra no Porto⁸³¹ e em Guimarães⁸³², no final da Idade Média e, em Évora, a onipresença de fornos de telha e referências a telhas traduz essa realidade. O *Livro de Despesas do Prioste*, que faz a contabilidade do cabido eborense para o ano de 1340-41,

liv. 11 (Tombo Real, Livro Quarto), nº 111, fl. 93v-96; ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 9º, fl. 25; Livro 20º, fl. 19.

⁸²⁷ MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo - Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho. In MELO, Arnaldo Sousa, RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.), *História da Construção. Os Materiais*. Braga: CITCEM, LAMOP, 2012, p. 157, nota 111.

⁸²⁸ SOUSA, Silvana Raquel Vieira de - *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*. Porto: Edição de Autor, 2017. Projeto de Estágio realizado na Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 35-36.

⁸²⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - A casa comum em Guimarães, entre o público e o privado (finais do século XV). In *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época, Actas, Vol. III – População, Sociedade e Economia*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 287-290.

⁸³⁰ Fora do espaço em análise, acrescenta-se o caso do Baixo Mondego, estudado por Maria Helena da Cruz Coelho, que revela uma maioria de casas telhadas e de pedra e cal, sobretudo entre as cabeças de casal, as moradas de rendeiros e parte das restantes habitações. Contudo, a opção por materiais perenes não contrariaria a humildade da maioria das edificações: COELHO – *O Baixo Mondego...*, Vol. I, p. 686-689; noutra área exterior à análise que aqui me ocupa, o Médio Tejo (contíguo ao norte do Entre-Tejo-e-Odiana), Sílvio Conde apresenta um padrão semelhante: casas telhadas urbanas, casas maioritariamente telhadas nos espaços rurais, convivendo com algumas coberturas vegetais em equipamentos mais humildes, variando entre a cortiça e o colmo: CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construções Rústicas e Urbanas do Médio Tejo nos Séculos XV-XVI*. In CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM, 2011, p. 76-77, 88.

⁸³¹ SOUSA – *Um Guia de Arquitectura Civil...*, p. 36.

⁸³² FERREIRA - *A casa comum em Guimarães...*, p. 288.

assenta várias despesas com a manutenção de casas do cabido, dentro e fora da cidade, onde as cargas de telhas se incluem⁸³³. Uma casa relativamente pequena, mas feita de pedra ou tijolo, coberta de telha, poderá ser um ambiente menos propício do que uma construção de madeira com cobertura de palha ou colmo, ainda que os pisos térreos fossem maioritariamente em terra batida, tornando-se, nesse ponto, uma fraqueza do ponto de vista da salubridade.

Além das questões estruturais, dois fatores são de grande relevo: a convivência com animais domésticos e o armazenamento de cereais no espaço doméstico. No caso de Évora, o levantamento feito por Ângela Beirante aponta para uma maioria de casas compostas por duas divisões, a casa dianteira e o celeiro⁸³⁴. A estrutura simples seria composta por tijolo e argamassa, reforçada com madeira e travejamento, com dimensões modestas e que só conhecemos com maior rigor a partir de meados do século XV, mas cujo modelo na sua forma mais simples e habitual deve ter mudado pouco e poderá ser transposto para meados do século XIV. A cobertura seria sempre de telha, nos aglomerados urbanos do Entre-Tejo-e-Odiana⁸³⁵, cobertura que também deveria ser habitual nas habitações rurais, ainda que outros materiais pudessem ser empregues, como a abundante e vantajosa cortiça⁸³⁶.

As dimensões das habitações correntes seriam, na sua maioria, modestas⁸³⁷. A convivência com roedores comensais, neste caso, não sai particularmente favorecida pela maioria dos fatores, exceto um: a presença do celeiro caseiro.

⁸³³ No início de outubro de 1340, o cabido da Sé de Évora gastou 11 libras, 15 soldos e 4 dinheiros para as adubar, das quais 6 morabitinos foram de telhas, a 250 telhas por morabitino (num total de 1500 telhas), mais 15 soldos por cada carga de 100 telhas. SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno; SILVA, Fernando Vieira da, - O Livro das despesas do Prioste do Cabido da Sé de Évora (1340-1341). *Revista de História Económica e Social* 9 (1982), p. 132.

⁸³⁴ BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 118-128.

⁸³⁵ CONDE, Manuel Sílvio Alves – A Casa Urbana Comum no Alentejo dos Séculos XV-XVI. In *Construir, Habitar...*, p. 125.

⁸³⁶ CONDE, Manuel Sílvio Alves – Usos da Cortiça na Construção Corrente Medieval e Quinhentista. In MELO, Arnaldo Sousa, RIBEIRO, Maria do Carmo (coords.), *História da Construção. Os Materiais*. Braga; Paris: CITCEM; LAMOP, 2012, p. 221-241.

⁸³⁷ DUARTE, Luís Miguel - Quando as casas se queriam pequenas: (espaço e medidas na Idade Média). In JORGE, Vítor Oliveira, *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*. Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, 2003, p. 183-192.

É verdade, também, que a maioria do armazenamento de cereal alentejano se fazia através de uma técnica antiga, cuja eficácia comprovada permitiu a sua manutenção quase inalterada ao longo de séculos: as covas de pão. Estes silos subterrâneos, por vezes notavelmente profundos, permitiam aproveitar o clima seco, evitar infestações e guardar uma grande quantidade de cereal. Évora, a maior e mais bem documentada cidade da região, revela-nos centenas de covas de pão, sendo uma prática muito habitual em toda a área, com uma tradição milenar e um conhecimento empírico dos substratos ideais que levaria algumas delas a serem escavadas nos sítios mais inusitados⁸³⁸.

Muitas seriam construídas dentro das habitações, mas existiam um pouco por todo o lado. Em Évora, por exemplo, o Chão das Covas, topónimo que se mantém até hoje, evoca a presença destas estruturas em todo esse largo, pertencendo a maioria ao bispo ou ao cabido da Sé. Em Elvas, a qualidade do terreno para armazenamento do cereal em covas de pão era de tal forma reconhecida que, nas Cortes de Évora de 1436, dizia-se que o cereal poderia ali conservar-se por 20 ou 30 anos sem se estragar *por gurgulho nem per agoa*⁸³⁹ e até na câmara onde o bispo de Évora dormia, nas suas casas de Elvas, havia um silo deste tipo⁸⁴⁰. Assim, torna-se menos provável que pudesse existir por norma, uma concentração assinalável de roedores em espaço doméstico, atraídos por estes celeiros caseiros. A quantidade de cereal mantido 'à mão' seria relativamente reduzida, numa divisão onde teria de competir com outro tipo de armazenamento, em casas normalmente pequenas. Assim, é possível que os tipos mais difundidos de habitação urbana, tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana, possam ter atenuado fatores de propagação exacerbados noutras paragens da Europa e do Mediterrâneo com características distintas de arquitetura e vivência domésticas, assim como de materiais de construção preferenciais.

⁸³⁸ Exemplo disso são as covas de pão que o bispo de Évora tinha no cemitério de Santiago, em Estremoz, e no de Viana. BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 241.

⁸³⁹ CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri. CIDEHUS - Universidade de Évora, 2013, p. 271-272.

⁸⁴⁰ BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 241.

6 – Caos social?

Como se verá, separei artificialmente as implicações sociais e económicas, preferindo incluir aspetos sociais tanto na parte II como na III, enquanto as questões económicas surgem apenas na parte III. Creio que as consequências económicas de um fenómeno como a Peste Negra devem ser analisadas a médio e longo prazo, e é difícil estabelecer padrões curtos com rigor em períodos tão recuados como os meados do século XIV. Naquilo que designo genericamente como reações sociais, incluo vários fenómenos coletivos que, indiretamente, procurei recolher na documentação. Neste capítulo em concreto, o foco recai sobre a documentação em geral e o que ela revela, antes mesmo de analisar o seu conteúdo, expondo questões sociais muito concretas, relacionadas com o normal desenrolar daquilo a que Maria Helena da Cruz Coelho chamaria “o viver social”, entre processos do quotidiano e vivências comunitárias que são subitamente interrompidas, em diversas escalas, com a irrupção de uma doença terrível e desconhecida. Não abrangem todos os âmbitos que seriam desejáveis numa análise ideal. Mas, com limitações, creio que evidenciam um fenómeno disruptivo que, por exemplo, interrompeu ou afetou gravemente o fluxo de produção documental, ou, pelo menos, a capacidade de o gerar segundo a normativa tradicional.

É importante moderar as expectativas que podem ser levantadas por este tipo de análise, e repetir o quão complexa e intrincada é a rede de fatores que contribuem para o desenrolar dos acontecimentos do século XIV. Esta análise não pretende demonstrar que a Peste Negra foi o principal fator, sobrepondo-se indubitavelmente a todos os restantes. Trata-se, diversamente, de perceber onde e de que forma a Peste Negra se sobrepôs ou destacou, porque o fez e de que forma os silêncios, as perdas e certas seleções documentais refletem uma influência relativa deste fenómeno em concreto. Entre as dezenas de gráficos que aqui serão apresentados, talvez 1/3 exponha uma influência direta da Peste Negra sobre algum dos aspetos em análise, por vezes de forma contraditória entre si, mas reveladora das diferenças locais e regionais. Os restantes 2/3, inconclusivos, não são sinónimo de desadequação da abordagem: são precisamente os ‘testes de controlo’ que permitem situar devidamente a Peste Negra, e não sobredimensionar a sua influência. De resto, muitos dos gráficos inconclusivos nos ritmos de produção – a abordagem quantitativa – contabilizam documentação cujo

conteúdo revela, concretamente, impactos e consequências deste evento epidemiológico. Procura-se, assim, reunir retratos que formem um políptico, mesmo sendo incapazes de criar uma imagem única e contínua.

6.1 – O tabelionado como indicador de instabilidade social

Um dos indicadores de instabilidade e, eventualmente, de mortalidade elevada da peste de 1348-49 em Portugal é o da variação de carreiras tabeliônicas. Sendo a peste uma novidade depois de séculos desde o derradeiro surto da Peste Justiniana na Península Ibérica, toda a população estava exposta e desprevenida. As medidas profiláticas que veremos serem desenvolvidas a partir da Peste Negra não foram pensadas no surto inicial, mas apenas quando se tornou claro que a doença voltaria esporadicamente. Neste primeiro surgimento da doença, os grupos socialmente favorecidos não estavam menos expostos. A mortalidade entre sacerdotes é um indicador utilizado há muito para perceber a existência de peste: os padres deslocar-se-iam a casa dos moribundos, para lhes ministrarem os derradeiros sacramentos, ficando à mercê das pulgas infetadas ou, mais dificilmente, à infeção direta por via pulmonar, invariavelmente mortal. Assumindo esta visão, não se poderá tomar a morte de padres como representativa ou proporcional do impacto total da doença: estando mais expostos, morreriam mais. Mas é um indicador relevante e esclarecedor e, no caso português, se não temos uma fonte inequívoca neste sentido na Peste Negra, temos-na na *Pestis secunda*, que volta a correr a Europa a partir de 1361, como revela José Marques⁸⁴¹, e que pode ser complementada para outras regiões que não a área portuguesa da diocese de Tui, como se demonstrará mais adiante.

Se, para o período de 1348-50, será difícil conhecer a mortalidade do clero paroquial, outro grupo poderá ser representativo – o dos tabeliões. Concordando com Ole J. Benedictow na recusa de traduzir para a população em geral dados de mortalidade de grupos pertencentes, por exemplo, à elite letrada⁸⁴², discordo da ideia de que a maioria dos documentalmente ausentes nos anos seguintes tenham simplesmente fugido, depois de terem ouvido relatos da peste que grassava em diversas áreas e que viria ao

⁸⁴¹ MARQUES, José - A peste de 1362, na diocese de Tui. *Boletim cultural de Melgaço* 9 (2016), p. 141-164.

⁸⁴² BENEDICTOW, Ole J. - *La Peste Negra...*, p. 378-379.

seu encontro, como refere ao comentar dois trabalhos sobre o impacto da Peste de 1348 em Perpignan⁸⁴³ e Girona⁸⁴⁴ (sendo ambas parte da Coroa de Aragão, onde a morte dos notários e de muitos oficiais locais foi generalizada e rapidamente difícil de colmatar⁸⁴⁵). Também em França, mas em Toulouse (geograficamente próxima das duas cidades referidas anteriormente), a Peste Negra foi nefasta para os notários locais: com 1282 notários nomeados nos vinte anos que vão de 1340 a 1359 – a uma média de 64,1 por ano –, há 180 inscrições nos livros de registo dos notários nos nove meses que vão de agosto de 1348 a julho de 1349, o triplo da média anual⁸⁴⁶.

Os tabeliães estavam tão desprevenidos e eram tão desconhecedores da doença como qualquer outro segmento da população; além disso, a grande quantidade de testamentos que sobrevive em muitas partes da Europa para o período da Peste (não em Portugal) prova que os notários públicos se deslocaram muitíssimas vezes ao leito dos moribundos⁸⁴⁷. Mesmo que tivessem fugido em número considerável e sobrevivido, esse movimento de fuga e permanência mais ou menos prolongada, mesmo que não signifique mortalidade, representa impacto demográfico, com movimentação de efetivos populacionais, tão mais importante quanto maior era a responsabilidade social, económica, judicial e administrativa desses homens. Quer tenham morrido massivamente, quer tenham simplesmente fugido – creio que ambas as possibilidades se misturam, com predominância da primeira -, a ausência de tabeliães e a cessação parcial ou total de produção documental em certos períodos representa, de facto, impacto e instabilidade. A morte, porém, parece ter sido o destino da maioria, e um acontecimento a curto prazo com consequências duradouras: a morte dos tabeliães, face mais visível da estrutura de aplicação da lei, da administração e dos negócios privados, sugere um reinício na composição destes corpos administrativos e

⁸⁴³ EMERY, Richard W. - The Black Death of 1348 in Perpignan. *Speculum* v. 42, no. 4, 1967, p. 611–623.

⁸⁴⁴ GUILLERÉ, Christian – La Peste Noire à Gérone. *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins* 27, 1984, ISSN 0213-6228, p. 87-161.

⁸⁴⁵ SHIRK, Melanie V. - The Black Death in Aragon, 1348-1351. *Journal of Medieval History* 7:4 (1981), p. 357-367.

⁸⁴⁶ LAVIGNE, Richard Louis de - La peste noire et la commune de Toulouse : le témoignage du livre des matricules des notaires. *Annales du Midi* 83 (1971), p. 413-17.

⁸⁴⁷ DE LA RONCIÈRE, Charles-Marie. *Corpore languens : témoignages testamentaires sur un village toscan pendant la peste de 1348*. In : *La fabrique des sociétés médiévales méditerranéennes : Les Moyen Âge de François Menant*. Paris : Éditions de la Sorbonne, 2018, p. 157-165. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.pSORbonne.40401>.

burocráticos, com uma eventual rutura parcial na transmissão de práticas e procedimentos, na fluidez de processos e na aplicabilidade da justiça e da lei. Um período de suspensão, com reflexos nos que lhe sucedem. Mais uma vez, este é um diagnóstico qualitativo desse impacto.

Passemos aos dados. Estão documentadas centenas de tabeliões em quase quarenta tabelionados do Entre-Douro-e-Minho e cerca de meia centena no Entre-Tejo-e-Odiana. O volume de testemunhos é muito desigual. Privilegiando o estudo de realidades locais, serão analisados individualmente os tabelionados das duas regiões para os quais sobrevivem mais de 70 documentos, ou seja, pelo menos um documento por cada ano em estudo, em média, ainda que, para esta contagem, tenham sido considerados todos os documentos produzidos na circunscrição do tabelionado, mesmo que tenham sido redigidos por oficiais (escrivães de almoxarifado ou correção, notários episcopais ou apostólicos, escrivães régios, etc.), ou tabeliões-gerais. Assim, respeita-se a dimensão do *corpus* sobrevivente e a correspondência com eventuais flutuações dos ritmos de produção, que serão estudados com mais detalhe adiante. A exceção à regra foi o tabelionado de Baião e Soalhães: apesar de haver quase centena e meia de documentos sobreviventes, apenas 23% foram redigidos por tabeliões, sendo os restantes da responsabilidade de escrivães do mosteiro de Santo André de Ancede. Nos restantes casos, os tabeliões são a maioria dos redatores.

Uma nota para a inclusão de documentos produzidos por escrivães régios nestes territórios, durante as presenças dos sucessivos reis: sendo verdade que se trata de um elemento em grande parte exógeno, a presença do rei e da sua corte traz consigo uma dinâmica à qual o território em causa não é imune, nem podendo a economia, a sociedade e a justiça locais serem dissociadas da presença deste grupo singular. Por exemplo, se D. Pedro I estancia longamente no Alentejo, esse fator tem consequências na vida das populações alentejanas. Bem sabemos que, na perspetiva dos locais, essas consequências seriam maioritariamente negativas: aposentadorias e requisições forçadas, convivência difícil com forasteiros e oficiais, intromissão no curso da justiça local, velhos e novos conflitos. Mas é inegável que o mercado anima, as trocas se dão, a justiça se desenrola e a sociedade fervilha. Excluir a produção documental régia elaborada num determinado território seria, por isso, uma opção contraproducente e

manipuladora da leitura dos fluxos de escrita pública. Nos casos em que esta é muito expressiva, a análise duplicar-se-á, fazendo-se com e sem a documentação régia, para perceber se a leitura dos ritmos locais foi distorcida por esta.

Alguns dos tabelionados do Entre-Douro-e-Minho foram agrupados, cada um deles devido a um fator em particular:

- A documentação notarial de Guimarães inclui aquela que foi produzida nos domínios do infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, subtraídos à influência da jurisdição vimaranense para serem integrados no seu senhorio a partir dos anos 60 do século XIV. Além de se tratar de um senhorio efémero, há pelo menos um tabelião – António Lourenço⁸⁴⁸ – que passa de Guimarães para estas terras (Adeganha, Sá, Riba de Vizela, etc.), e que demonstra que, no essencial, todas se mantêm na esfera da urbe vimaranense. Por este motivo, no gráfico apresentado para o tabelionado de Guimarães, são incluídos os documentos e tabeliões do infante D. João nestes territórios, sendo a carreira do referido tabelião António Lourenço representada através dos seus anos de serviço quer em Guimarães, quer nas terras do infante.

- Outro caso de aglutinação é o do couto de Vimieiro, que optei por incluir na documentação bracarense. O couto, pertencente ao pequeno mosteiro de Santa Ana de Vimieiro, sufragâneo da abadia francesa de Cluny, encontrava-se na esfera direta de Braga, favorecida pela proximidade geográfica do couto arquiépiscopal, que o rodeava por praticamente todos os lados, exceto no ocidental. O tabelionado deste couto surge por vezes associado ao de Penafiel de Bastuço, precisamente o único território com o qual couto de Vimieiro confronta que não pertence ao couto bracarense. Quase toda a documentação que nos chegou deste pequeno couto diz respeito a negócios do cabido ou da mitra bracarense, e o conjunto destes fatores tornou natural a integração dos dois conjuntos documentais, de resto muito díspares na dimensão – o couto de Vimieiro

⁸⁴⁸ A título de exemplo, refiro o mais recente documento sobrevivente que António Lourenço lavra enquanto tabelião do rei em Guimarães (a 18 de janeiro de 1362) e o primeiro em que surge como tabelião do Infante D. João nas suas terras de Riba de Vizela (de 10 de março de 1369): ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 34, n.º 2; ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 4, n.º 19. Apesar do longo intervalo de sete anos, o sinal prova que se trata do mesmo tabelião.

conta com 15 documentos⁸⁴⁹, aos quais se acrescentam 23 produzidos por tabeliães de Penafiel de Bastuço sob autoridade da infanta D. Branca de Castela⁸⁵⁰ entre setembro de 1332 e agosto de 1335, outro senhorio efémero, rapidamente desfeito pelo regresso da dita infanta ao seu reino de origem, por desarranjo do acordo de casamento que a uniria ao futuro D. Pedro I⁸⁵¹. O mosteiro de Vimieiro estava já numa fase decadente no período em estudo (em 1377, os visitantes de Cluny encontram-no sem monge algum)⁸⁵², sendo cada vez mais sensível a influência bracarense, como deixa clara a própria documentação aqui individualizada. Nota ainda para um terceiro território incluído na documentação bracarense: o couto de Tibães, do qual sobra um único documento produzido no período em estudo, pelo tabelião local Martim Esteves⁸⁵³.

- Outro dos tabelionados ‘múltiplos’ relevantes é o de Faria. *Grosso modo*, este território corresponde à área a sul do rio Cávado, a norte do rio Ave, limitada a ocidente pelo Atlântico e a oriente pelos coutos de Braga, Vimieiro e Tibães, entre outros, e pela Terra de Vermoim. Trata-se de um vasto território, marcado pela ausência de núcleos urbanos importantes, ainda que alguns despontem neste período, e por uma malha de freguesias densa, que deixa adivinhar uma ocupação antiga e assinalável. A existência de diversos mosteiros importantes neste território – São Pedro de Rates, São Simão da Junqueira e o então recente Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde - reforça essa ideia. Os tabeliães desta área surgem sob diversas designações: sendo a mais comum a de tabeliães de Faria ou da Terra de Faria, há aqueles que se designam como tabeliães

⁸⁴⁹ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), nº 38, fl. 47v-48v; liv. 9 (Tombo Real, Livro Segundo), nº 72, fl. 76-76v; ADB, *Coleção Cronológica*, Caixa 8, doc. 336; Caixa 9, doc. 375; Caixa 10, doc. 418; Caixa 13, doc. 506; Caixa 14, doc. 557; Caixa 15, doc. 604 [dois documentos na mesma peça] e 622; Caixa 16, doc. 645; ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, doc. 9; Gaveta das Propriedades Particulares, Doc. 890; Gaveta dos Privilégios, Honras e Jurisdições do Cabido, doc. 11 e 12.

⁸⁵⁰ ADB, *Coleção Cronológica*, Caixa 14, doc. 540, 570 e 579; Caixa 15, doc. 581, 588, 591, 594, 595, 597, 598 [dois documentos na mesma peça], 599, 610, 618 [oito documentos na mesma peça]; Caixa 16, doc. 625; Caixa 17, doc. 675.

⁸⁵¹ SOUSA – *D. Afonso IV...*, p. 189-190.

⁸⁵² MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 657-658.

⁸⁵³ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 268.

de Rates⁸⁵⁴, de Rates e Faria⁸⁵⁵, de Rates, Vila do Conde e Póvoa de Varzim⁸⁵⁶, de Vila do Conde⁸⁵⁷, de Vila do Conde e Póvoa de Varzim⁸⁵⁸. Sabemos que estas designações referentes a burgos concretos, situados na Terra de Faria, não representavam uma limitação de exercício de tabelionato, nem um exclusivo dentro do território: se por um lado temos Pedro Lourenço, tabelião da Terra de Faria, a redigir documentos na reunião do concelho de Rates, em 15 de abril de 1311⁸⁵⁹, temos também João Lourenço, tabelião de Rates, a lavrar instrumentos no cabido do Mosteiro de São Simão da Junqueira, a 6 de maio de 1365⁸⁶⁰. Os exemplos deste tipo sucedem-se, e demonstram-nos que, apesar da diversidade de designações, todos estes tabeliões tinham como área de atuação a Terra de Faria e todos poderiam exercer o seu ofício nela, ainda que, provavelmente, assumissem a designação do local de residência ou atuação preferencial. É possível que vivessem espalhados por um território vasto e bem povoado.

Como foi anteriormente referido, a Terra de Faria não possui um centro urbano notável. A sede primitiva do território e cabeça de terra era o castelo de Faria, situado na confluência de três atuais freguesias barcelenses: Pereira, Gilmonde e Milhazes. Mantendo-se intacta a sua importância militar até à Crise de 1383-85, nunca desenvolveu um núcleo urbano em torno de si. A norte, Barcelos está já na margem direita do Cávado, pertencendo à Terra de Neiva. Os assentamentos que teriam características urbanas, por diferentes motivos e com vantagens e condicionantes distintas, eram precisamente Rates, Vila do Conde e Póvoa de Varzim. O primeiro seria um burgo desenvolvido em torno do velho mosteiro de São Pedro de Rates, também ele sufragâneo de Cluny, notável em tempos⁸⁶¹, mas em decadência neste período. O século

⁸⁵⁴ Como são exemplos Estêvão Pires e João Pires - ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 56, fl. 61-61v e nº 62, fl. 69-69v.

⁸⁵⁵ Como Lourenço Pires - ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 9 (Tombo Real, Livro Segundo), nº 73, fl. 77-77v.

⁸⁵⁶ Como é exemplo Lourenço Eanes - ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), nº 34, fl. 44v-45v

⁸⁵⁷ Como são os casos de Aparício Domingues e de Estêvão Eanes - ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 11 (Tombo Real, Livro Quarto), nº 96, fl. 81v-82; liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 59, fl. 64v-67; ADB, Gavetas do Cabido, Gaveta das Propriedades e Rendas da Mitra, doc. 49.

⁸⁵⁸ Designação assumida pelo tabelião António Esteves - ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 10 (Tombo Real, Livro Terceiro), nº 135, fl. 118v-119.

⁸⁵⁹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 7, doc. 9.

⁸⁶⁰ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 119, fl. 128v-129v.

⁸⁶¹ VILAR, Hermínia Vasconcelos - A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense. In JORGE, Ana Maria (coord.), *História Religiosa de Portugal. Volume I. Formação e limites da cristandade*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 206-212.

XIV do cenóbio é marcado pela agonia que vai desde o interdito lançado pelo visitador arquiocesano, depois de constatar o relaxamento de costumes numa visitaçã (relaxamento que incluía, por exemplo, concubinas residentes), que a comunidade tenta levantar por apelaçã junto do entã eleito arcebispo D. João Martins de Soalhães, em 1315⁸⁶², até à extinçã da comunidade, igualmente sem monges na referida visitaçã de 1377⁸⁶³. Apesar da fase descendente da instituiçã que terá sido o embriã do burgo, a vila acabou por servir de local de reuniã das autoridades municipais, de muito do movimento comercial da regiã, sendo a medida de Rates, por exemplo, a única unidade de medida prãpria da Terra de Faria para este período⁸⁶⁴, usada a par da de Barcelos. As duas povoaçõs costeiras que se destacavam neste território estavam em plena consolidaçã no século XIV. Vila do Conde via nascer sobre si o mosteiro de Santa Clara, fundado pelo bastardo régio Afonso Sanches e por sua mulher, D. Teresa, em 1318⁸⁶⁵, enquanto a Póvoa de Varzim parecia beneficiar de uma costa mais calma e menos exposta a perigos, e talvez de uma concentraçã de populaçã mais voltada para o mar e menos para a terra, forçada pelas movimentaçõs de areias que inutilizaram várias propriedades na regiã, como vimos já no subcapítulo 4.1.

- Por fim, temos ainda o tabelionato da Terra da Maia, ao qual foram aglutinados os de Gondomar, Massarelos, Bouças, Pindelo e Azurara. A Terra da Maia encontrava-se imediatamente a sul da de Faria, sendo o Ave o limite norte, o Leça o sul, com o mar a ocidente e com julgados como Gondomar, Refojos de Riba de Ave, entre outros, a leste. Há muitas semelhanças com a Terra de Faria, logo a norte: não há um centro urbano destacado, mas o povoamento é denso e há alguns aglomerados importantes; há vários mosteiros de peso, com destaque para o do Salvador de Vairã, do Salvador de Moreira, e, nos limites, os mosteiros de Águas Santas, Rio Tinto e Leça do Balio. A grande diferença está na influênciã mais ou menos direta de uma cidade, o Porto, muito mais sensível do que a influênciã de Braga ou Guimarães na Terra de Faria. A designaçã mais

⁸⁶² ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 9 (Tombo Real, Livro Segundo), nº 73, fl. 77-77v; nº 90, fl. 91-91v; liv. 10 (Tombo Real, Livro Terceiro), nº 137, fl. 121v-122v; liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 109, fl. 118v-119;

⁸⁶³ MARQUES – *A Arquidiocese de Braga no séc. XV...*, p. 658-660.

⁸⁶⁴ Usada frequentemente pelo Mosteiro de São Simão da Junqueira em contratos, como por exemplo: ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 107, fl. 116v-117v; nº 109, fl. 118v-119;

⁸⁶⁵ ANTT, *Convento de Santa Clara de Vila do Conde*, Livro 137.

comum é novamente a de tabelião do rei na Terra da Maia, mas há referências múltiplas. Começamos por Gondomar. Os tabeliães deste julgado identificam-se simplesmente como tabeliães de Gondomar⁸⁶⁶, mas também há tabeliães da Maia que têm jurisdição não só sobre Gondomar, como também sobre Bouças⁸⁶⁷. Parece haver uma progressiva subalternização, a que não será alheia a reorganização do termo do Porto levada a cabo no reinado de D. Fernando⁸⁶⁸; mais tarde, já na década de 1360, outro tabelião complexifica ainda mais a designação, referindo ainda Massarelos⁸⁶⁹. Os quatro tabeliães em causa recorrem à designação de tabeliães das terras da Maia, de Bouças, Gondomar (e Massarelos) apenas quando o documento é lavrado fora dos limites da Terra da Maia, normalmente no julgado de Gondomar, optando pela designação mais simples sempre que o fazem em território maiato⁸⁷⁰. Bouças nunca surge autonomizado, podendo integrar as já referidas designações triplas e quádruplas, mas também aparecer apenas como tabelionado da Terra da Maia e de Bouças⁸⁷¹.

Olhando para o outro extremo deste território, plenamente dentro dos limites históricos da Terra da Maia, encontram-se as povoações de Azurara e de Pindelo. Povoações costeiras localizadas na margem esquerda da foz do rio Ave, encontram-se na margem oposta a Vila do Conde, o que poderá ter beneficiado o seu desenvolvimento. A primeira autonomização de um tabelionado na Azurara acontece antes da Peste, quando o seu território integra o já referido senhorio efémero de D. Branca⁸⁷². Depois, surge esporadicamente, quer apenas como Azurara⁸⁷³, quer como

⁸⁶⁶ Caso de Nicolau Eanes e Martim Domingues, por exemplo: ANTT, *Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto*, maço 4, documentos não numerados; ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 12^o, fl. 5, 30, 31 e 34.

⁸⁶⁷ São estes tabeliães Afonso Martins Requião (?), Afonso Martins do Feal e Vasco Eanes: ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 12^o, fl. 9; ANTT, *Mosteiro de Corpus Christi*, maço 47, n.º 14 e 15; ANTT, *Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto*, maço 5, não numerado.

⁸⁶⁸ *Corpus Codicum*, Livro 1, p. 110 [fl. 41 do original]; Livro 6, fascículo IV, p. 49-51, doc. 32, [Livro II de Pergaminhos da Câmara do Porto].

⁸⁶⁹ Trata-se de António Domingues: ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 20^o, fl. 27, n.º 7.

⁸⁷⁰ Como por exemplo em ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 18; ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 18; ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 20^o, fl. 27, n.º 1.

⁸⁷¹ São os casos de Martim Quaresma, Afonso Eanes e Vasco Martins: ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 7, doc. 38; ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 14^o, fl. 2; ADB, *Coleção Cronológica*, Caixa 14, doc. 568; ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 10, doc. 38.

⁸⁷² ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 10 (Tombo Real, Livro Terceiro), n.º 119, fl. 103-104.

⁸⁷³ Estêvão Simões e Álvaro Gonçalves: ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 10, doc. 3, 4, 16 e 20.

Azurara e Pindelo, quer ainda, num caso único, isolado e problemático, como Azurara, Pindelo, Vila do Conde e Póvoa de Varzim⁸⁷⁴. Devido a estas ligações mais ou menos transversais ao período em estudo, todas estas designações foram agrupadas para análise.

Expostas e aplicadas as opções metodológicas, estes serão os tabelionados analisados individualmente: Guimarães, Braga, Faria, Maia, Porto, Gaia e Vila Nova a par de Gaia para o Entre-Douro-e-Minho, e Évora, Estremoz, Elvas e Montemor-o-Novo no Entre-Tejo-e-Odiana.

6.1.1 – Entre-Douro-e-Minho

O primeiro dos tabelionados do Entre-e-Douro-e-Minho analisados é o de Guimarães. Trata-se do tabelionado da região onde sobrevivem mais documentos produzidos entre 1310 e 1379, com mais de mil e setecentos testemunhos. Para estas sete décadas, temos precisamente meia centena de tabeliões documentados – um número relativamente baixo, quando comparado com outros tabelionados analisados individualmente adiante, com um conjunto habitual de oito tabeliões em exercício simultâneo⁸⁷⁵. O grande número de documentos que ainda subsiste torna mais precisos os limites das carreiras dos tabeliões ativos no período, tendo a maioria produzido dezenas de diplomas ao longo de carreiras que variam entre um ano, como Domingos Longo⁸⁷⁶ e Lourenço Martins⁸⁷⁷, e quase três décadas, como Tomé Afonso (1321-1348)⁸⁷⁸, Afonso Pires (1321-1348)⁸⁷⁹ e João Pires (cuja atividade iniciada em 1351 se

⁸⁷⁴ Trata-se do tabelião Gil Vicente. De facto, o exercício do tabelionado nestes locais implicava a inserção de territórios das terras da Maia e de Faria, e a sobreposição da jurisdição régia e eclesiástica (do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde). Tratando-se de um caso isolado, cuja redação foi feita na Azurara, foi integrado na análise da Terra da Maia. ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 10, doc. 11

⁸⁷⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 15.

⁸⁷⁶ Redige um único documento conhecido a 29 de outubro de 1325. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 23, n.º 18.

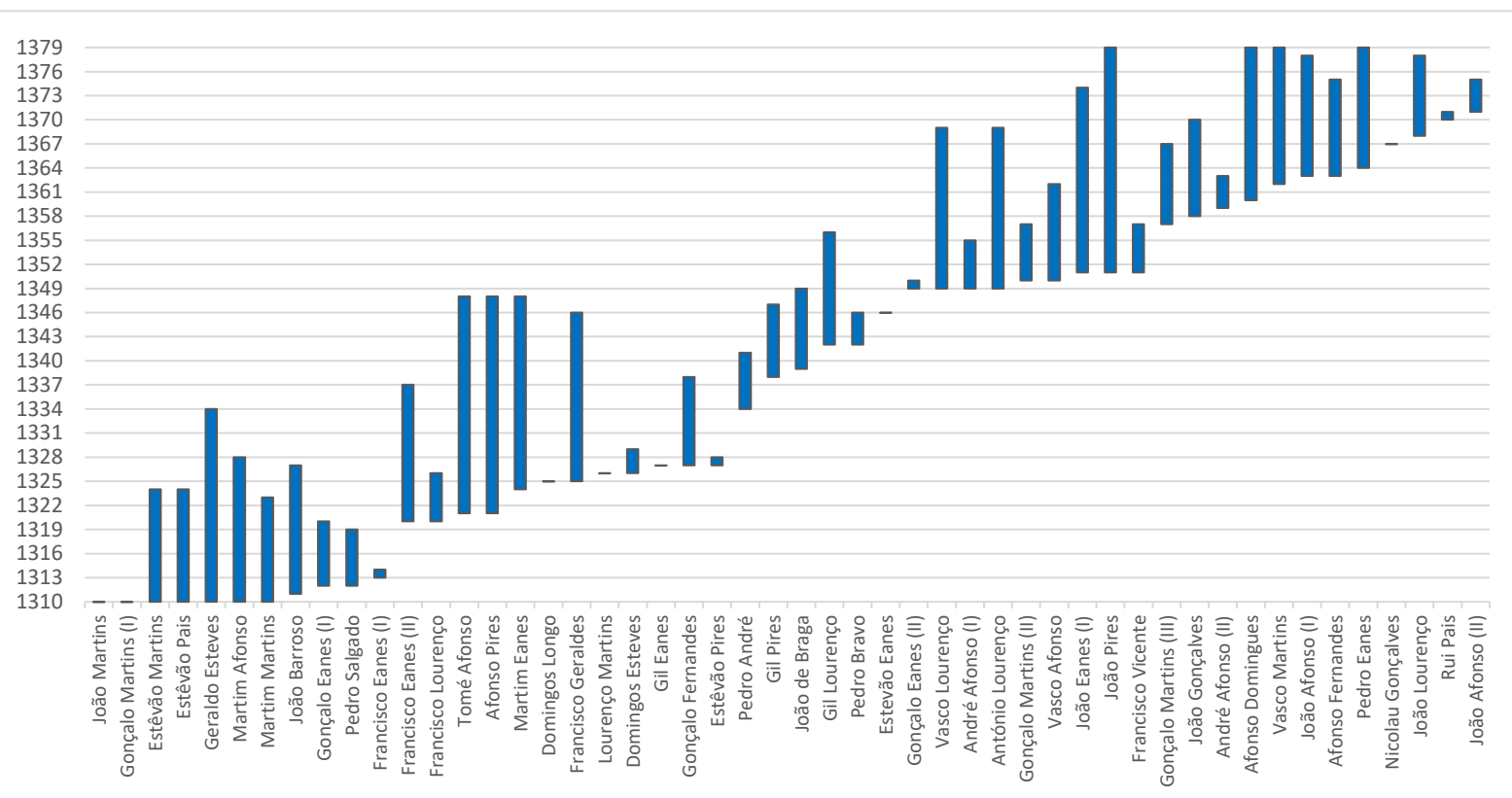
⁸⁷⁷ Igualmente responsável por um único documento conhecido, redigido a 10 de maio de 1326. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 23, n.º 25.

⁸⁷⁸ Redige dezenas de documentos num período que vai, pelo menos, de 15 de janeiro de 1321 (ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 3, n.º 26) a 29 de março de 1348 - ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 10.

⁸⁷⁹ Trata-se do tabelião que redige o *Livro de Milagres de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, com uma carreira que coincide quase na perfeição com a de Tomé Afonso; sabemos-lo ativo entre 21 de janeiro de 1321 – AMAP, *Irmadade de São Crispim e São Crispiniano*, Pergaminhos, nº 8-5-4-45 – e 28 de junho

prolonga até 1379, mas deverá continuar além dos anos aqui estudados⁸⁸⁰). Uma esmagadora maioria de originais entre os documentos sobreviventes permite identificar os casos de homonímia, e há várias referências à sucessão de um tabelião por outro. As carreiras conhecidas destes tabeliães estão representadas no gráfico 6, ao longo das décadas em estudo, divididas em triênios.

Gráfico 6 - Anos de atividade dos tabeliães de Guimarães (1310-1379)



É possível verificar que, dos nove tabeliães vimaranenses ativos entre 1343 e 1349, apenas um mantém atividade conhecida após 1349 – Gil Lourenço. Por outro lado, nove tabeliães iniciam a sua atividade entre 1349 e 1351. Tendo em conta que Gonçalo Eanes

de 1348 - ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 13.

⁸⁸⁰ Ativo desde 13 de março de 1351 - ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 31, n.º 11 -, mantém-se em atividade até sair do nosso radar, com um último documento contabilizado neste estudo redigido em 21 de agosto de 1379 - ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 37, n.º 5.

(II)⁸⁸¹ está ativo apenas entre fevereiro de 1349⁸⁸² e janeiro de 1350⁸⁸³, são oito novos tabeliães sucedendo a oito tabeliães desaparecidos, sendo precisamente oito o número habitual de tabeliães vimaranenses em atividade simultânea. Como vimos, a peste deverá ter entrado em Guimarães no verão de 1348, ainda que os efeitos na documentação pareçam fazer-se sentir sobretudo após o início do outono, quando o contágio teria entrado numa fase de crescimento exponencial. Depois de setembro de 1348, e até ao final do inverno de 1349, os documentos são escassos. Apesar de sabermos que o tabelião Gil Lourenço estava vivo e que João de Braga se mantém em atividade até 3 de dezembro de 1349⁸⁸⁴, estavam ausentes de Guimarães no final do outono de 1348, precisamente quando a peste conheceria o seu auge. A informação chega-nos em 17 fevereiro de 1349, quando Lourenço Domingues, mercador e morador em Guimarães, apresenta na audiência do concelho o testamento de Durança Eanes, viúva de Afonso Eanes Missa, também mercador. Esse testamento, datado de 3 de novembro de 1348, foi redigido por um dos presentes, Vasco Rangel, e não por um tabelião, *per mingua de tabeliães que entom nom havia em esto logar*. Desta forma, o testamento teria agora de ser apresentado em público, validado pelas testemunhas mencionadas no documento e dado em pública-forma por um tabelião, para que a sua execução pudesse ser feita. O testador original, o marido da testadora, falecera também entre a redação original do testamento e a sua publicação. Porém, uma parte das testemunhas estava viva e a sua convocação foi solicitada pelo agora testador. Caso idêntico verificou-se com o testamento de Constança Martins, que não fora feito por um tabelião porque, segundo Pedro Martins, cónego do Mosteiro da Costa, testamenteiro e irmão da finada, "nom poderia aver", estando vivas as testemunhas. Assim, pede uma pública-forma que seja validada pelo juiz e pelo sinal de um tabelião e que se faça cumprir aquele testamento, redigido a 8 de outubro de 1348, no Mosteiro de

⁸⁸¹ É possível que se trate do mesmo Gonçalo Eanes que redige documentos como escrivão jurado dado pelo rei ao tabelião Estêvão Eanes em 15 de maio de 1346, e, talvez depois da morte deste, como escrivão jurado do tabelião João de Braga, em 27 de setembro de 1348, surgindo como tabelião meses depois, desaparecendo logo depois de janeiro de 1350. AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 51; ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 15.

⁸⁸² ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 16.

⁸⁸³ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 31

⁸⁸⁴ AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro III, doc. 437.

Vilarinho⁸⁸⁵. Não sabemos se o desaparecimento dos dois tabeliães que sobreviveram à Peste se terá feito por perda do ofício, devido a uma eventual ausência e incumprimento de dever durante a fase mais intensa do flagelo, mas não é uma hipótese a descartar.

Para o período de setenta anos analisado, não há outros testemunhos que se comparem a estes. Guimarães, habitualmente servida por um número assinalável de tabeliães, perdeu em poucos meses – por morte, fuga ou outro motivo – quase todos, levando alguns meses até que novos tabeliães assumissem funções. Mesmo sabendo que um sobrevive e que um segundo está ativo até final de 1349, há um período no final de 1348 no qual não há qualquer tabelião presente em Guimarães ou no seu termo. Isso reflete-se, naturalmente, nos fluxos de produção, mas esses pertencem a outro subcapítulo. A peste tem um impacto inequívoco no normal funcionamento do tabelionato vimaranense, o que sugere uma desestabilização social difícil de comparar com outro momento ao longo dos setenta anos em estudo. Olhemos então para os restantes tabelionados analisados, procurando perceber se o impacto é semelhante, se o padrão é regional e se tem paralelismos no Entre-Tejo-e-Odiana.

O segundo tabelionado mais representado é o de Braga, com pouco mais de 1000 documentos arrolados. O tabelionado de Braga constitui um caso excepcional dentro da realidade medieval portuguesa. Ao contrário dos seus pares no resto do reino, os tabeliães de Braga eram-no por autoridade do arcebispo (ainda que, ao longo do século XIV, apareçam esporadicamente tabeliães por autoridade do rei na cidade)⁸⁸⁶, e não estavam totalmente sujeitos à normativa geral, pelo que abundavam clérigos nessa função, o que era proibido no resto do reino (e parecia ser cumprido), como fica explícito no Regimento de 1305⁸⁸⁷.

Com 89 tabeliães documentado ao longo destes 70 anos, a cidade arquiépiscopal é um dos maiores repositórios de informação. Porém, a proporção de documentos por tabelião, assim como as características especiais das carreiras tabeliônicas bracarenses,

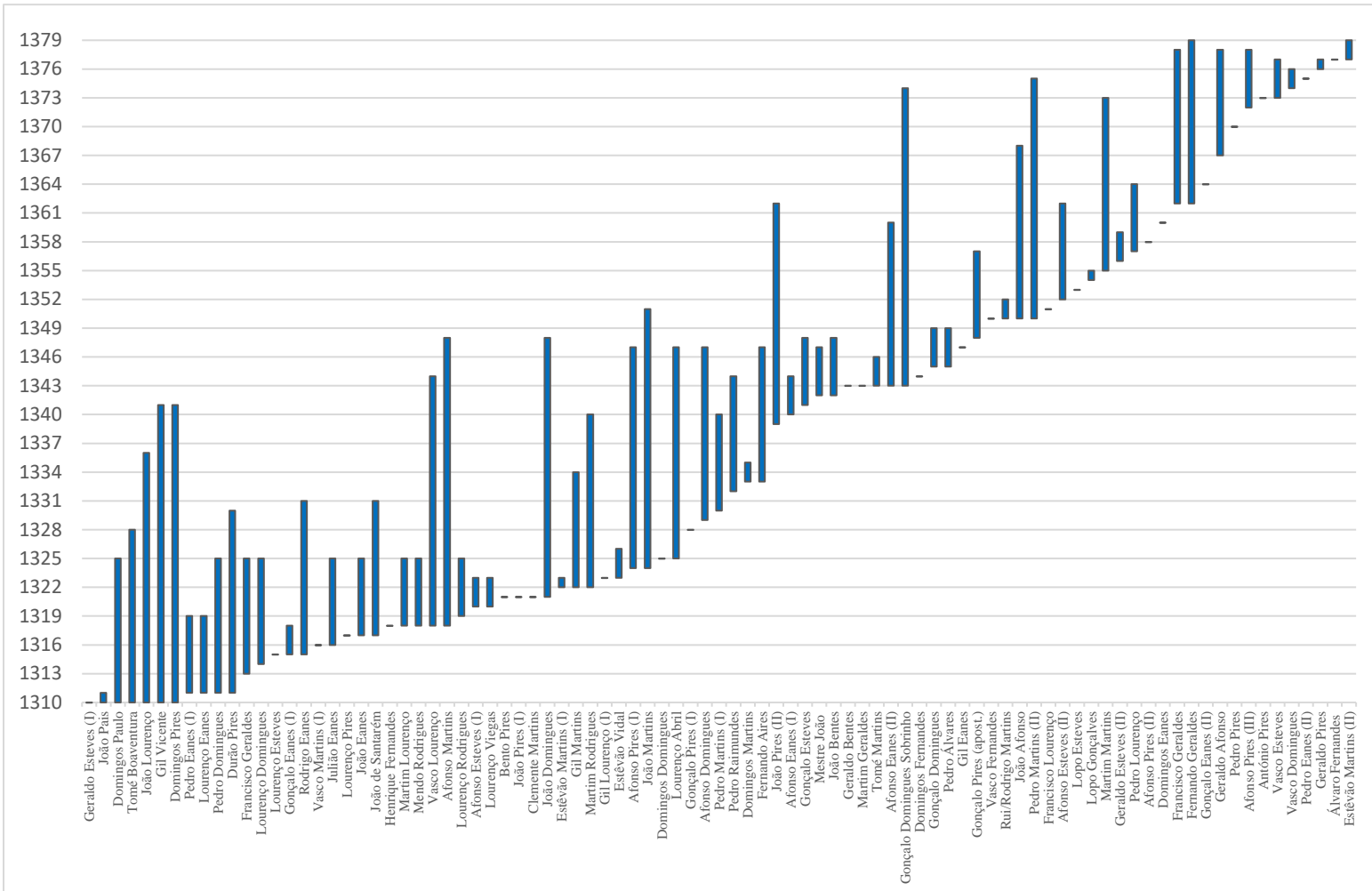
⁸⁸⁵ ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 4, n.º 6.

⁸⁸⁶ É assim, por exemplo, que os tabeliães Fernando Galdes e Geraldo Afonso assinam em 1366 e 1367, respetivamente: ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Quindénios, Décimas, Subsídios, Donativos, Tributos e Fintas, doc. 26; ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 23, doc. 855.

⁸⁸⁷ NOGUEIRA, Bernardo Sá – *Tabelionado e Instrumento Público em Portugal. Génese e Implantação (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2008, p. 44-49.

nas quais abundam os clérigos para quem o tabelionado pode ser apenas uma parte de um *cursus honorum* com outro tipo de ambições⁸⁸⁸, obrigam a análise mais cautelosa.

Gráfico 7 - Anos de atividade dos tabeliões de Braga (1310-1379)



⁸⁸⁸ É disso exemplo João de Santarém, clérigo que se torna próximo do arcebispo D. Gonçalo Pereira, sendo tabelião de Braga entre 1317 e 1331, e porcionário da Sé de Braga entre 1325 e 1348. Nesse mesmo ano, provavelmente já em dezembro, integra o grupo de quatro clérigos próximos do arcebispo para quem, no seu derradeiro ato, D. Gonçalo Pereira pede a colação a várias dignidades e prebendas do cabido bracarense, vagas pela morte dos seus titulares durante a Peste Negra, ainda ativa, então. Para João de Santarém é pedido o chantrado, uma prebenda e um canonicato. Nessa súplica, João de Santarém é referido como procurador do arcebispo, tendo anteriormente sido também seu recebedor. A eventual ascensão do antigo tabelião parece ter sido travada pelo mesmo mal que lhe abriu as portas da dignidade capitular: desaparecendo da documentação, terá sido mais uma das vítimas da Peste, tal como o arcebispo petionário. RODRIGUES, *et al.* – *Os Capitulares Bracarenses...*, p. 285-286; *Monumenta Portugaliae Vaticana...*, I, p. 152-154; ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 163 (documento que contém um traslado cujo original é redigido por João de Santarém, sugerindo que a presença do clérigo em Braga possa recuar até 1316, adiantando dez anos a cronologia proposta na recolha prosopográfica e sugerindo que a sua vinda se faz com a eleição de João Martins de Soalhães para a prelatura bracarense, e não apenas com o seu sucessor, Gonçalo Pereira.

O tabelionato de Braga revela, igualmente, o impacto da Peste Negra. Considerando apenas os tabeliões documentados em 1347 e outubro de 1348, temos pelo menos 17 indivíduos – Afonso Martins, João Domingues, João Pires (II), Afonso Pires (I), João Martins, Lourenço Abril, Afonso Domingues, Pedro Martins (I), Fernando Aires, Afonso Eanes (II), Gonçalo Esteves, João Bentes, Mestre João, Gonçalo Domingues Sobrinho, Gonçalo Domingues, Pedro Álvares, Gil Eanes; desses 17, apenas quatro atravessam inequivocamente a Peste Negra: João Pires (II), João Martins, Afonso Eanes (II) e Pedro Álvares, ou seja, apenas 24% do contingente ativo nos 22 meses em causa. Logo em 1348, com um primeiro documento datado de 11 de novembro,⁸⁸⁹ altura em que a Peste deveria estar na sua fase mais ativa e mortal, surge um Gonçalo Pires, que se identifica como “tabelião por autoridade apostólica”, uma designação híbrida cujo alcance não consegui perceber inteiramente.

Como se verá no subcapítulo seguinte, o volume de documentação bracarense cai dramaticamente após a Peste Negra, o que poderia sugerir a omissão de alguns dos tabeliões cujo rasto desaparece após 1348, mesmo que estes não tenham morrido da doença. Mas há vários tabeliões que surgem pela primeira vez nos anos seguintes: além do já referido “tabelião apostólico”, documentado ainda em novembro de 1348, surgem Pedro Martins (II)⁸⁹⁰, o efémero Vasco Fernandes⁸⁹¹ e Rui/Rodrigo Martins⁸⁹² em 1350 – já depois de um dos sobreviventes da Peste Negra redigir o derradeiro documento que nos chegou, a 14 de agosto de 1349⁸⁹³ -, o também efémero Francisco Lourenço⁸⁹⁴ em 1351 e pelo menos outros sete tabeliões até ao final da década⁸⁹⁵, juntando aos restantes três sobreviventes, ainda em atividade. Tal como em Guimarães, parece ser seguro afirmar que 3/4 dos tabeliões em funções antes da Peste Negra desaparecem,

⁸⁸⁹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Testamentos, doc. 49. Este tabelião mantém-se em funções, com esta designação, 1357, sendo o último documento por si redigido este: ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 79. Porém, é redator de apenas dois documentos, e a sua designação não parece estar diretamente ligada ao conteúdo deste, muito diverso e poucas vezes ligado a questões tratadas com a Cúria Pontifícia.

⁸⁹⁰ ANTT, *Gavetas*, Gaveta 19, maço 4, n.º 34.

⁸⁹¹ ANTT, *Mosteiro Santa Maria da Oliveira de Vermoim*, maço 1, doc. 5.

⁸⁹² ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Prazos do Cabido, doc. 62.

⁸⁹³ ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 22, doc. 825.

⁸⁹⁴ No caso deste tabelião, a existência de um documento único que apenas nos chegou através de uma cópia setecentista inspira algumas reservas. ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), n.º 114, fl. 123-123v.

⁸⁹⁵ Afonso Esteves (II), Lopo Esteves, Lopo Gonçalves, Martim Martins, Geraldo Esteves (II), Pedro Lourenço e Afonso Pires (II).

morrendo da doença ou apenas durante a epidemia; a sobrevivência não é impossível, podendo apenas terem sido afastados do ofício por algum incumprimento, talvez até relacionado com o abandono de funções em tempo de epidemia, ainda que não surjam documentados vivos após 1348, por exemplo, com uma designação de “alguém que foi tabelião”.

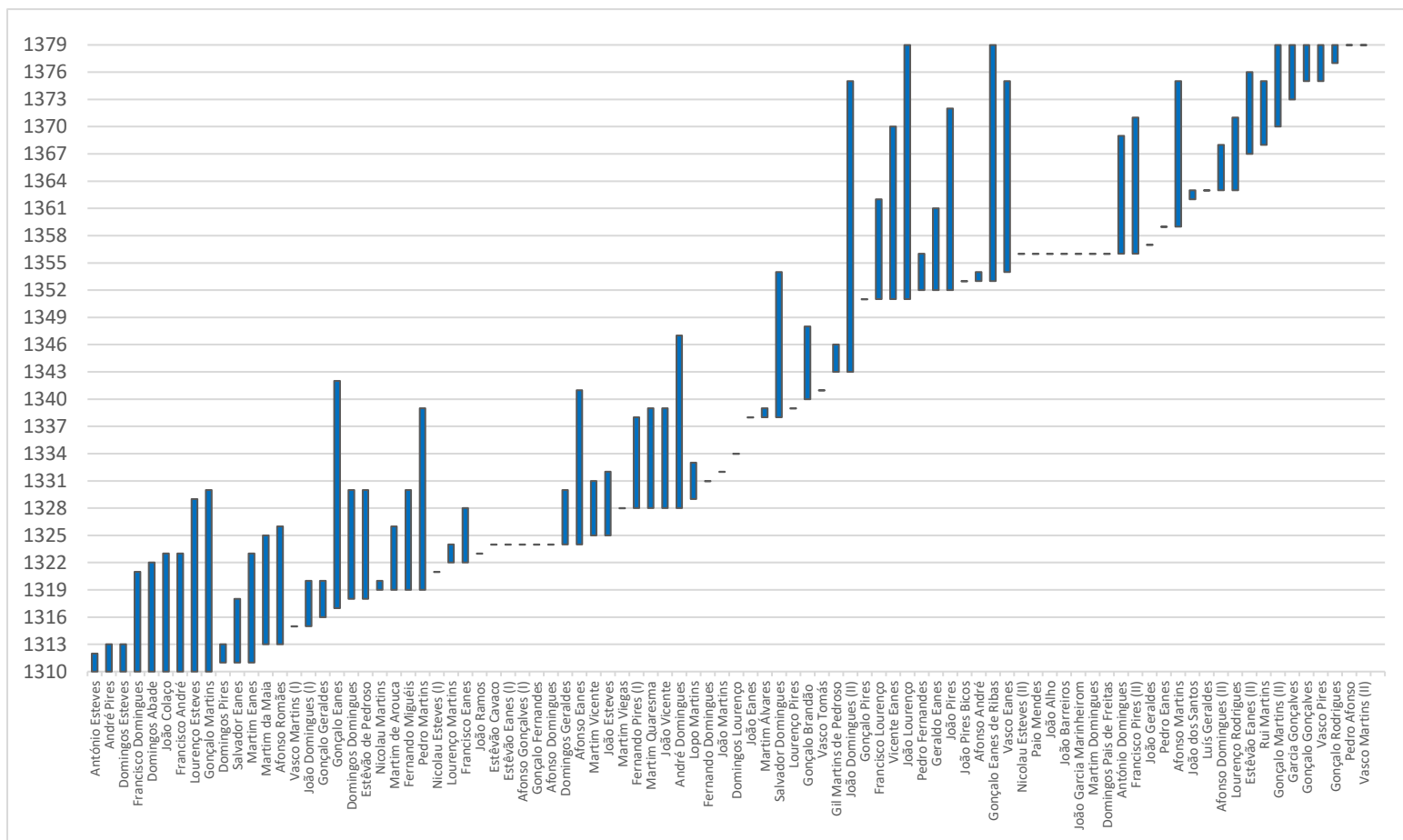
Nota ainda para o pequeno número de tabeliões bracarenses documentado entre 1349 e 1379, quando comparado com o contingente do período imediatamente anterior. No período de 1310 a outubro de 1348, temos 64 tabeliões ativos, dos quais quatro sobrevivem à Peste Negra, e aos quais apenas se juntam 25 ao longo das três décadas seguintes, até 1379 - menos de metade. Obviamente relacionado com a diminuição do volume documental produzido (ou apenas preservado), não deixa de ser um sintoma de uma certa instabilidade ou de uma mudança: vale a pena recordar que, entre janeiro de 1347 e outubro de 1348 há 17 tabeliões em funções. Será necessário percorrer todo o intervalo entre novembro de 1348 e 1360 para acumular igual número de tabeliões ativos documentados.

Depois de Guimarães e Braga, a uma larga distância, surge o tabelionado portuense, com menos de seis centenas de documentos sobreviventes - ainda que uma parte tenha sido produzida na chancelaria episcopal da cidade e, por isso, não forneça dados sobre as carreiras tabeliônicas na maioria dos casos. O estabelecimento da duração das carreiras tabeliônicas no Porto fica aqui facilitado pelo trabalho prévio desenvolvido por Ricardo Seabra na sua dissertação de mestrado⁸⁹⁶, assim como num dos anexos da tese de doutoramento de Maria João Oliveira e Silva⁸⁹⁷. Foi possível enriquecer ainda os dados sobre as carreiras dos homens da escrita notarial no Porto através de dezenas de documentos provenientes de outros fundos que o autor não teve oportunidade de consultar devido aos constrangimentos de prazos de um mestrado, o que permite obter a seguinte distribuição:

⁸⁹⁶ SEABRA, Ricardo – *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionado no Porto medieval (1242-1383)*. Porto: [Edição de Autor], 2012. Dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁸⁹⁷ SILVA, Maria João Oliveira e - *A escrita na catedral: a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: CEHR - Centro de Estudos de História Religiosa, 2013, p. 336-342.

Gráfico 8 - Anos de atividade dos tabeliães do Porto (1310-1379)



O número de tabeliães portugueses ativos entre 1310 e 1379 que foi possível reunir dá-nos uma ideia do volume de perdas. Com nove dezenas de tabeliães conhecidos neste período, o Porto tem praticamente o dobro dos tabeliães vimaranenses documentados nas mesmas décadas, mas o tabelionado de Guimarães está representado por mais do triplo da documentação. O número de tabeliães em atividade simultânea no Porto estaria nos 20 no princípio do século XV⁸⁹⁸ – duas vezes e meia o valor de Guimarães -, mas é difícil saber se esse valor é aplicável aos anos da Peste. Muitas dos homens da escrita pública portuense estão documentados como testemunhas, impedindo o conhecimento do sinal, e mesmo essa identificação indireta não se faz em mais do que um diploma, com frequência⁸⁹⁹. Ainda assim, não parece haver eventuais homónimias entre tabeliães pré e pós-Peste cuja identidade não é

⁸⁹⁸ MARQUES, et al. – *Atlas de Cidades Medievais...*, p. 23.

⁸⁹⁹ SEABRA – *Publicus tabellio...*, p. 63-64.

possível verificar. Entre os nove tabeliães ativos entre 1340 e 1348, e os vinte e cinco documentados entre 1351 e 1359 – não há nenhum documento notarial sobrevivente redigido no Porto, original ou em cópia, entre março de 1348⁹⁰⁰ e janeiro de 1351⁹⁰¹ –, apenas dois tabeliães fazem parte de ambos os grupos: João Domingues, ativo entre 1343 e 1375, e Salvador Domingues, ativo entre 1338 e 1354. Ainda que este último levante algumas questões: em 1338 um Salvador Domingues surge como tabelião de Miragaia – uma designação que não está documentada com frequência –, que poderá ter sido feito tabelião de todo o Porto algures entre essa data e 1352, quando surge sob essa designação, estando documentado até 1354.

Este tabelionado de Miragaia foi já brevemente estudado por Maria João Oliveira e Silva e explica-se através da confrontação entre o rei e o bispo do Porto⁹⁰². Salvador Domingues foi nomeado pelo rei tabelião de Miragaia juntamente com Gonçalo Brandão, e também este chegou a tabelião do Porto, ainda que tenha desaparecido com a Peste Negra. Apesar de ser impossível a comparação entre os sinais e caligrafia dos documentos deste tabelião – todos os documentos em que surge como tabelião de Miragaia ou do Porto são cópias –, o percurso semelhante ao de Gonçalo Brandão reforça a hipótese de se tratar de uma única pessoa.

Outro sinal de que boa parte dos tabeliães ativos pouco antes da Peste Negra terá morrido ou abandonado o ofício durante o flagelo é o conjunto de escrivães jurados pré-Peste que se tornam tabeliães logo depois da epidemia: Francisco Lourenço, por exemplo, é escrivão jurado do tabelião André Domingues em 1347⁹⁰³, mas em 1351 é tabelião e tem o seu próprio escrivão jurado⁹⁰⁴, Afonso Domingues, também ele um futuro tabelião portuense; o mesmo tabelião André Domingues, em 1347, tem um outro escrivão jurado, Geraldo Eanes⁹⁰⁵, com toda a probabilidade o tabelião portuense homónimo que surge ativo entre 1352⁹⁰⁶ e 1357⁹⁰⁷, quando tem o seu próprio escrivão

⁹⁰⁰ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 9.

⁹⁰¹ *Corpus Codicum*, Livro 6, p. 37-38, doc. 23 [Livro I de Pergaminhos da Câmara do Porto].

⁹⁰² SILVA - *A escrita na catedral...*, p. 259-260, nota 126.

⁹⁰³ *Corpus Codicum*, Livro 6, p. 32-36, doc. 21 [Livro I de Pergaminhos da Câmara do Porto].

⁹⁰⁴ *Corpus Codicum*, Livro 6, p. 37-38, doc. 23 [Livro I de Pergaminhos da Câmara do Porto].

⁹⁰⁵ ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 14º, fl. 48, doc. 2.

⁹⁰⁶ As primeiras referências datam de 10 e 12 de junho de 1352, respetivamente: ANTT, *Gavetas*, Gav. 19, maço 8, n.º 29; maço 2, n.º 23.

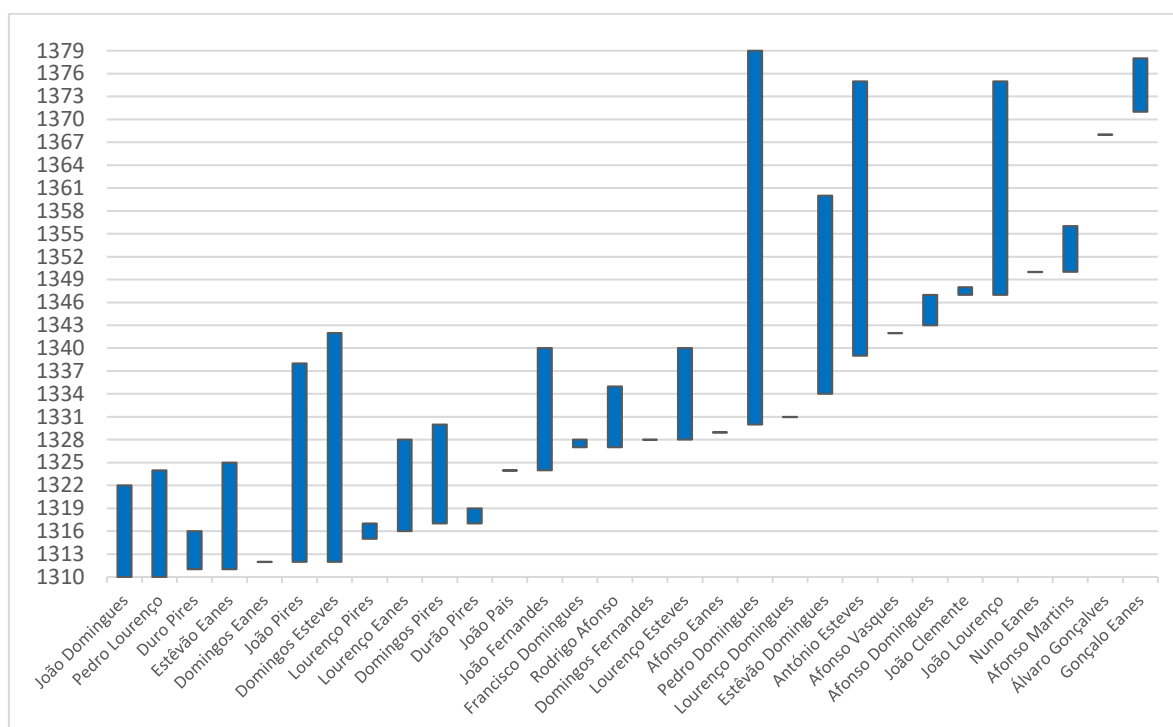
⁹⁰⁷ ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 8º, fl. 9.

jurado João Geraldês. Apesar de todas as lacunas, e de esta análise rever de um para dois o número de tabeliães sobreviventes à Peste Negra, inicialmente calculado por Maria João Oliveira e Silva⁹⁰⁸, poder-se-á dizer com alguma segurança que a Peste Negra também teve um impacto direto e sensível no conjunto dos tabeliães portuenses, já constatado por aquela autora, e testemunhável não só através do desaparecimento da maioria após 1348, e total renovação do grupo após 1351, como também pelo longuíssimo período de interrupção na produção de documentação notarial, que será analisada com maior atenção adiante.

O quarto tabelionato com maior número de sobrevivências, o da Terra de Faria, não pode ser analisado com tanto rigor devido a uma questão metodológica fundamental: a maioria da documentação sobrevivente, cerca de 90%, encontra-se em traslados, o que impede a descoberta de eventuais homonímias através dos diferentes sinais notariais e caligrafias. Para esta análise em concreto, aquilo que se procura saber é se houve uma eventual rutura antes e depois da Peste, o que não pode ser totalmente esclarecido. Neste tabelionato, há quatro casos de possível homonímia entre tabeliães anteriores e posteriores a 1348 que não é possível desfazer, por ausência de originais, respetivos sinais notariais e caligrafia: Pedro Domingues, Estêvão Domingues, António Esteves e João Lourenço.

⁹⁰⁸ SILVA - *A escrita na catedral...*, p. 262-263.

Gráfico 9 - Anos de atividade dos tabeliões da Terra de Faria

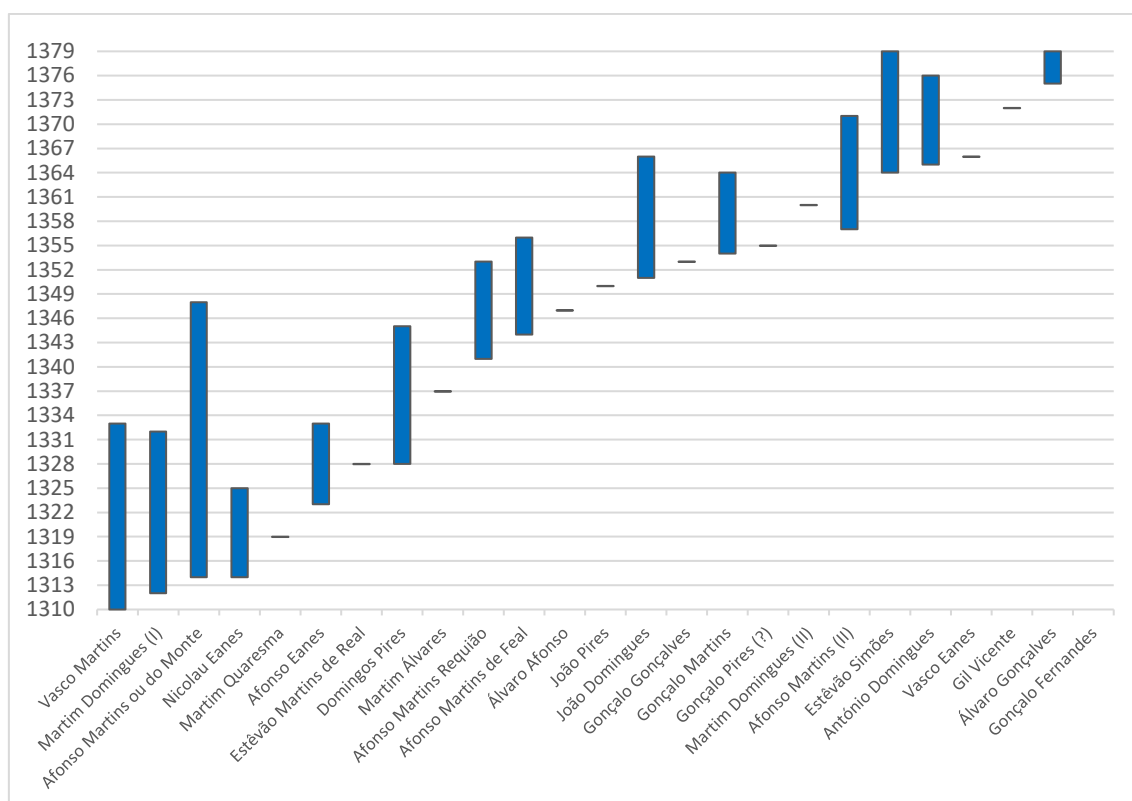


Um dos problemas levantados por estes tabeliões, que aumenta a suspeita de homonímia, é o da grande longevidade das carreiras, caso se tratasse de um único tabelião. Como se verá adiante, o volume documental sobrevivente neste tabelionado cai para níveis baixíssimos após a Peste, o que dificulta o apuramento de carreiras tabeliônicas. Há ainda a possibilidade de haver erros de leitura dos escriturais que trasladaram estes documentos (a maioria está em cópias setecentistas, como dissemos), o que pode adular os limites cronológicos da carreira documentada através de datas erradamente lidas, ou até provocar uma falsa multiplicação de tabeliões, no caso, por exemplo, de um desdobramento errado de abreviatura de patronímico. Reconhecidas estas limitações, as conclusões possíveis são escassas. Resta a constatação de um evidente menor número de tabeliões em atividade após a Peste, causa e consequência da escassez de testemunhos documentais.

A Terra da Maia e os pequenos territórios que lhe estavam associados partilham muitas das características da Terra de Faria: ausência um ou mais centros urbanos realmente importantes, presença de várias instituições monásticas de relevo, entre as quais os mosteiros de Moreira da Maia e de Vairão, a bailia hospitalária de Leça, e os mosteiros de Rio Tinto e de Águas Santas, estes últimos já nos limites do território, serão

os exemplos mais evidentes. A documentação sobrevivente nos tabelionados da Maia, Gondomar, Bouças, Massarelos, Azurara e Pindelo é, na sua maioria, original, o que permite ultrapassar os problemas levantados em Faria, sobretudo no que toca às homonímias. A distribuição cronológica da carreira dos 27 tabeliães documentados faz-se da seguinte forma:

Gráfico 10 - Anos de atividade dos tabeliães das Terras da Maia, Bouças, Gondomar, Massarelos, Azurara e Pindelo (1310-1379)



Como é possível verificar, as carreiras distribuem-se de forma relativamente homogénea. Não haveria muitos tabeliães a atuar em simultâneo nestes territórios – provavelmente quatro, e sabendo que há dois que ultrapassam a Peste Negra – Afonso Martins Requião e Afonso Martins de Feal -, isso poderá querer dizer que a epidemia não foi particularmente sentida entre os oficiais da escrita desta zona. De resto, a necessidade de distinguir os diversos Afonso Martins através de alcunha ou origem geográfica denuncia uma atividade simultânea.

As homonímias comprovadas demonstram que são apenas esses dois os casos de sobrevivências inequívocas; de facto, há um conjunto de tabeliães chamados Afonso Martins que poderiam levantar sérias dúvidas se não tivéssemos alguns dados

complementares e documentos originais. O mais antigo deles assina tanto como Afonso Martins, como Afonso do Monte⁹⁰⁹. Além do sinal distinto, sabemos que não é o mesmo Afonso Martins que surge em 1357⁹¹⁰, por ser referido como morto em 1354⁹¹¹. Este derradeiro Afonso Martins parece dispensar qualquer referência de origem geográfica, familiar ou alcunha por surgir não só depois da morte de Afonso Martins [do Monte] – cujo último testemunho coincide com o período em que a Peste deverá ter chegado à região⁹¹² –, como também após os derradeiros registos dos tabeliões que haviam sobrevivido à Peste, Afonso Martins Requião⁹¹³ e Afonso Martins do Feal⁹¹⁴.

No caso da Maia a proximidade do Porto parece ser mais sensível do que a de Braga ou Guimarães em Faria. É possível que o tabelionato nestes territórios pudesse ser um trampolim para um tabelionato no Porto, por exemplo, o que constituiria uma fonte mais interessante de rendimento e de prestígio social. Poderá ser esse o caso de um (pouco documentado) tabelião Martim Quaresma, que surge como tabelião da Maia em 1319⁹¹⁵ e que poderá ser o tabelião do Porto homónimo documentado em 1329⁹¹⁶. Uma última nota para os tabeliões de carreira longa: além do já referido Afonso Martins [do Monte], também o tabelião Simão Martins teve uma carreira de décadas, documentada até 1345⁹¹⁷; é possível que este tabelião tenha morrido antes mesmo da Peste, mas apenas temos uma referência a si no passado já em 1351, quando o Mosteiro de Moreira toma posse de um meio casal que pertenceu ao falecido tabelião⁹¹⁸. Em suma, o tabelionato da Maia não parece ter sido o mais afetado pela Peste, com poucos dados que permitam concluir com segurança que os desaparecimentos da década de

⁹⁰⁹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 10, doc. 39 e 42; ANTT, Ordem de São Bento, Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, maço 5, vários pergaminhos não numerados;

⁹¹⁰ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 34.

⁹¹¹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 33.

⁹¹² ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 6.

⁹¹³ Cujo último registo que encontrei data de 1353: ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 27.

⁹¹⁴ O derradeiro testemunho sobrevivente deste tabelião data de 1356: ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 39.

⁹¹⁵ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 7, doc. 40.

⁹¹⁶ Além de pouco documentado, a confirmação não pode ser feita, por se tratar de um documento copiado, sem possibilidade de comparação dos sinais notariais. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 22, n.º 2

⁹¹⁷ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 3.

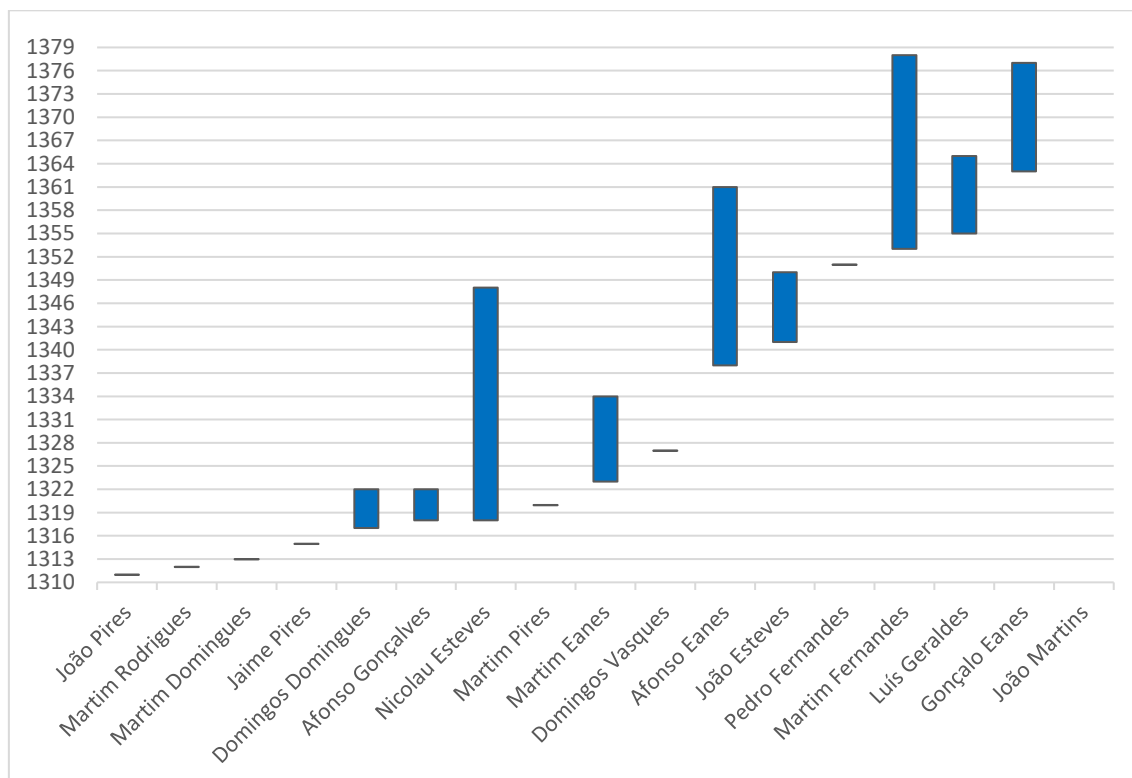
⁹¹⁸ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 20.

1340 estão relacionados com a epidemia, mas os indícios apontam para uma ou outra morte suspeita.

Com um volume documental sobrevivente idêntico às terras da Maia, de Bouças e Gondomar, o julgado de Gaia e de Vila Nova a par de Gaia dá-nos um retrato simétrico do da cidade do Porto. As fontes são diversas: também aqui há um número assinalável de instituições monásticas – mosteiros de Grijó e Pedroso em destaque, mas também o futuro convento de Corpus Christi, ou o mosteiro de Vila Cova de Sandim –, multiplicando as proveniências eclesiásticas e laicas; tal como no Porto, onde a câmara e a catedral são os principais produtores, dividindo-se os redatores, na sua maioria, entre tabeliães e escrivães dos mosteiros, a documentação de Gaia procede de oficiais régios e tabeliães, atuando estes últimos tanto em meio laico como eclesiástico, juntando-se ainda escrivães próprios dos mosteiros, sobretudo em Pedroso.

Tendo em conta esta realidade, a documentação tabeliônica de Gaia constitui pouco mais de metade das sobrevivências (131 em 221), sendo, mesmo assim, um *corpus* relativamente rico e revelador de tendências de carreira. São 19 os tabeliães documentados, ainda que alguns levantem algumas dúvidas:

Gráfico 11 - Anos de atividade dos tabeliães de Gaia e de Vila Nova (1310-1379)



No tabelionato de Gaia e de Vila Nova, ao contrário do que acontece na maioria dos restantes, não são as homónimas que levantam os maiores desafios, mas o contrário. O tabelião Jaime Pires, documentado apenas uma vez, tem um nome extremamente invulgar para a região e cronologia, e a suspeita de má leitura aumenta por se encontrar apenas numa cópia setecentista do Mosteiro de Grijó⁹¹⁹, altura em que esse nome próprio se tornara mais comum; poderia ser o tabelião João Pires, redator de uma única escritura neste lote – sobrevivente no original e datada de 1311 -, cuja grafia do início do século XIV poderia ter induzido o copista setecentista em erro⁹²⁰. Sendo apenas uma hipótese, mantém-se a duplicação. Outro par de tabeliões ‘suspeito’ é o de Martim Rodrigues e Martim Domingues. O problema é semelhante: Martim Rodrigues surge uma única vez numa cópia setecentista de uma escritura de 1312⁹²¹, enquanto Martim Domingues chega-nos através de outra escritura singular de 1313, cujo original se preserva⁹²². A abreviatura dos dois patronímicos é semelhante (“Roiz” e “Doiz”) e a escassez de testemunhos poderá ter impedido o copista moderno de tirar dúvidas, optando pela leitura que lhe pareceu melhor. Nestes casos, porém, a eventual falsa duplicação não afeta a leitura entre o pré e o pós-Peste.

Expostas as questões de identificação, é hora de tentar medir o impacto da Peste Negra no tabelionato gaiense. Pela constância das carreiras ao longo da última fase do período em estudo, parece seguro afirmar que, a todo o momento, estariam ativos em Gaia e em Vila Nova quatro tabeliões, 1/5 do grupo portuense. Assim, e apesar do escasso número de sobrevivências documentais depois da Peste Negra, temos pelo menos dois tabeliões que atravessam a epidemia e lhe sobrevivem: Afonso Eanes e João Esteves. Se Afonso Eanes está bem documentado ao longo de mais de duas décadas de atividade, o único testemunho documental de João Esteves após a Peste sobrevive em mais uma cópia setecentista proveniente de Grijó⁹²³. Porém, o teor do documento – relacionado com uma apresentação de clérigo por parte do mosteiro a uma igreja sufragânea, naquilo que poderá ter sido mais uma morte clerical provocada pela

⁹¹⁹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43 (Tombo de títulos de doações, compras, vendas, escambos, testamentos e outras coisas pertencentes à freguesia e couto de Grijó), fl. 234-234v, doc. 1.

⁹²⁰ AUC, *Pergaminhos*, 1ª Coleção Especial, Gaveta 22, nº 2.

⁹²¹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 44 (Tombo de títulos de doações, testamento, compras, escambos e outras coisas pertencentes ao Mosteiro de Grijó), fl. 281-281v, doc. 15.

⁹²² AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 78.

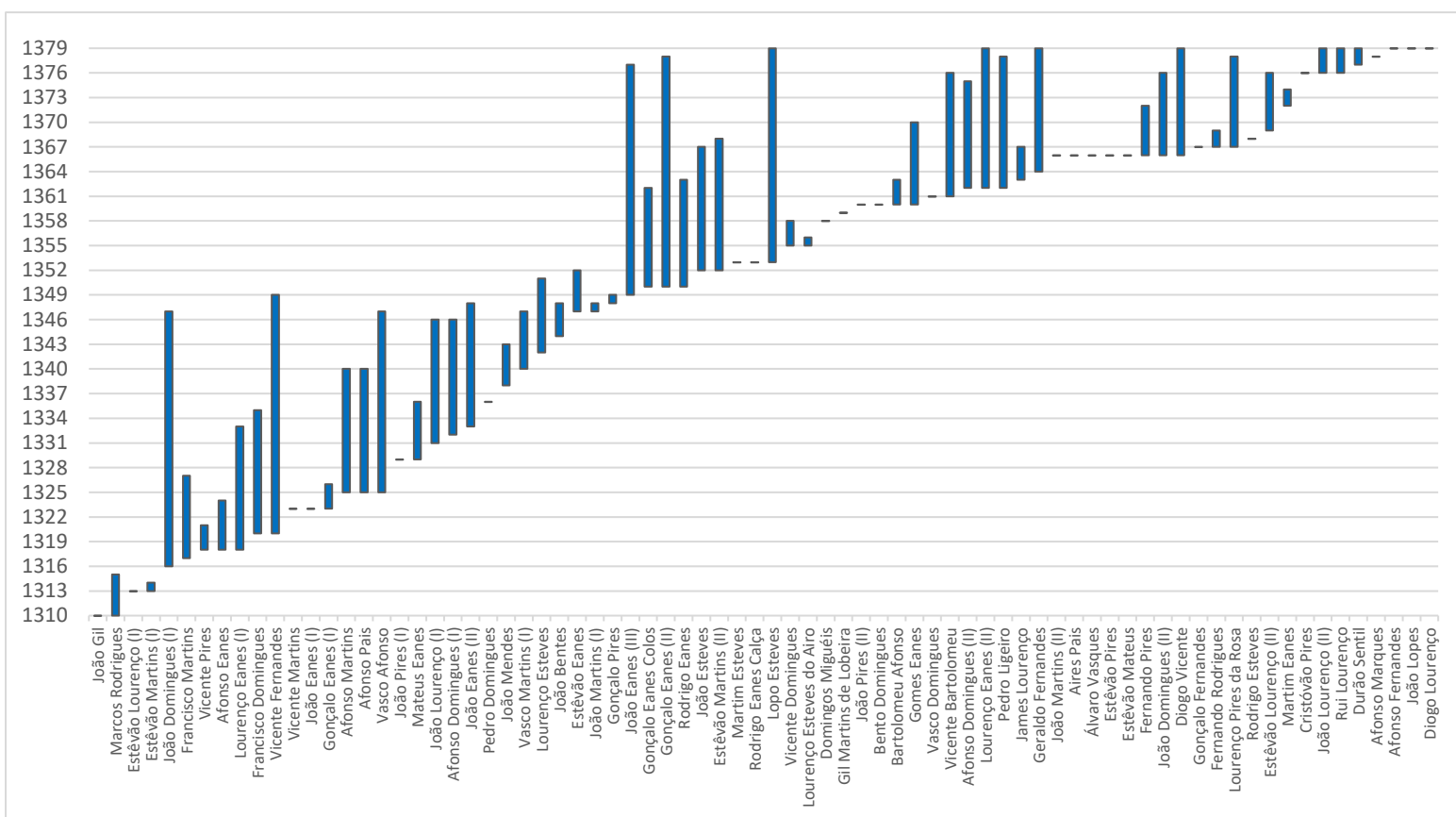
⁹²³ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 48 (Igrejas do Isento de Grijó), fl. 3v-4v, doc. 3.

epidemia – não oferece dúvidas quanto à data; acrescenta-se ainda o facto de nenhum dos tabeliães ativos nos anos seguintes partilhar patronímico ou nome próprio – João Martins surge apenas em 1365 – pelo que a leitura deve estar correta e deverá tratar-se realmente do mesmo tabelião. Assim, teríamos pelo menos metade dos tabeliães ativos em Gaia a sobreviver à Peste Negra. Caso fosse possível confirmar a morte ou perda de ofício dos restantes – apenas de forma indireta, com o aparecimento de novos tabeliães no início da década de 1350 –, seria ainda assim uma sobrevivência de apenas 50% dos efetivos da escrita pública. Menos grave do que noutras paragens, onde apenas um ou dois tabeliães, inseridos em grupos bem mais numerosos, sobrevivem, mas ainda assim relevante e esclarecedora.

6.1.2 – Entre-Tejo-e-Odiana

O tabelionado mais importante do Entre-Tejo-e-Odiana é Évora. Sede da diocese que cobre quase todo o território entre o Tejo e a Serra Algarvia e poiso frequente da corte, é o núcleo urbano mais importante da região. Esta importância reflete-se no volume documental produzido e preservado. Do período que vai de 1310 a 1379, chegaram-nos quase sete centenas e meia de testemunhos distintos. Perto de oitenta tabeliães estão documentados, ainda que nos sobrem documentos redigidos apenas por parte de pouco mais de sessenta. As suas carreiras conhecidas distribuem-se temporalmente da seguinte forma:

Gráfico 12 - Anos de atividade dos tabeliães de Évora (1310-1379)



Com 76 tabeliães conhecidos, o tabelionato de Évora aproxima-se dos dois tabelionados estudados com mais homens da escrita pública conhecidos neste período: Braga e Porto. A importância da cidade como eixo urbano, político, eclesiástico e económico de uma vasta região terá um peso considerável neste volume extraordinário de tabeliães; o grupo de tabeliães mencionados apenas como testemunhas apoia a convicção de que muitos outros terão ficado por conhecer, fruto das perdas documentais provocadas pelo passar dos séculos.

Tal como na maioria dos casos estudados, o tabelionato eborense parece revelar um impacto real da Peste Negra sobre os homens da escrita pública desta cidade. Entre os doze tabeliães em atividade na cidade entre 1340 e 1347, apenas três parecem atravessar de 1348 para 1349: o pouco documentado Vicente Fernandes que, não obstante, tem o seu último registo em novembro de 1349⁹²⁴. Outro tabelião que pode ter sobrevivido ao flagelo pestífero é o igualmente pouco documentado Estêvão Eanes,

⁹²⁴ ANTT, *Gavetas*, Gaveta 13, maço 2, n.º 7.

cuja curta carreira se deteta apenas entre maio de 1347⁹²⁵ e 1352 – as datas poderão ser problemáticas, pois os documentos em que surge em 1347 e 1348 sobrevivem apenas em cópia, seja integral quatrocentista, seja parcial quinhentista, no chamado *Livro do Acenheiro*, em todo o caso pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Évora⁹²⁶. Com apenas dois originais, de 1349⁹²⁷ e 1350⁹²⁸, respetivamente, o derradeiro testemunho de 1352 está igualmente contido em traslado quinhentista, desta feita no *Tombo das Capelas da Cidade de Évora*⁹²⁹; assim, mesmo que tivesse existido um efémero Estêvão Eanes antes da Peste, não haveria como verificar essa homonímia; contudo, a curta carreira, tanto antes como depois da Peste fazem-me inclinar para a possibilidade de se tratar de um indivíduo só. Por fim, o terceiro tabelião que poderá ter sobrevivido à Peste Negra o segundo Lourenço Esteves, cuja carreira se poderá ter estendido de 1342 a 1351; infelizmente, trata-se de mais um caso em que temos apenas dois documentos sobreviventes, com o de 1342 em cópia parcial quinhentista⁹³⁰, e o de 1351 original⁹³¹. Não havendo como comparar sinais, ou escrita, não há como distinguir uma eventual homonímia, perfeitamente possível neste caso.

Assim, temos um máximo de três tabeliães sobreviventes entre os doze ativos nos anos antes da Peste Negra, o que poderia, muito grosseiramente, corresponder a 3/4 do total, indo ao encontro ao que acontece em algumas das principais circunscrições tabeliônicas do Entre-Douro-e-Minho, e sendo apenas ligeiramente melhor do que as mais afetadas. Há um tabelião que surge pela primeira vez a 21 de novembro de 1348⁹³², Gonçalo Pires, podendo perfeitamente ser já uma nomeação pós-Peste (ou, mais provavelmente e tendo em conta a cronologia proposta para a Peste em Évora, *peri-Peste*), tendo uma curta carreira que produz o seu último testemunho conhecido a 6 de outubro de 1349⁹³³. A Gonçalo Pires juntam-se outros nove tabeliães, documentados

⁹²⁵ ADE, *Fundo da Misericórdia*, Livro 63, fl. 88v.

⁹²⁶ ADE, *Fundo da Misericórdia*, Livro 63, fl. 88v; Livro 1796 (Acenheiro), fl. 166v, 169v.

⁹²⁷ ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Fazenda, Capelas, próprios e foros, Escrituras, maço 1, [antigo CH29].

⁹²⁸ ASE, Bacharéis da Sé de Évora, Fazenda, Escrituras, Maço 1, [número 50 do catálogo de Júlio César Baptista].

⁹²⁹ ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 276 [Tombo das Capelas de Évora], fl. 34-35v.

⁹³⁰ ADE, *Fundo da Misericórdia*, Livro 1796 (Acenheiro), fl. 166.

⁹³¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 124.

⁹³² ADE, *Fundo da Misericórdia*, Livro 1796 (Acenheiro), fl. 169-169v.

⁹³³ BPE, *Convento de São Domingos de Évora*, Pergaminhos, Maço 2, doc. 45.

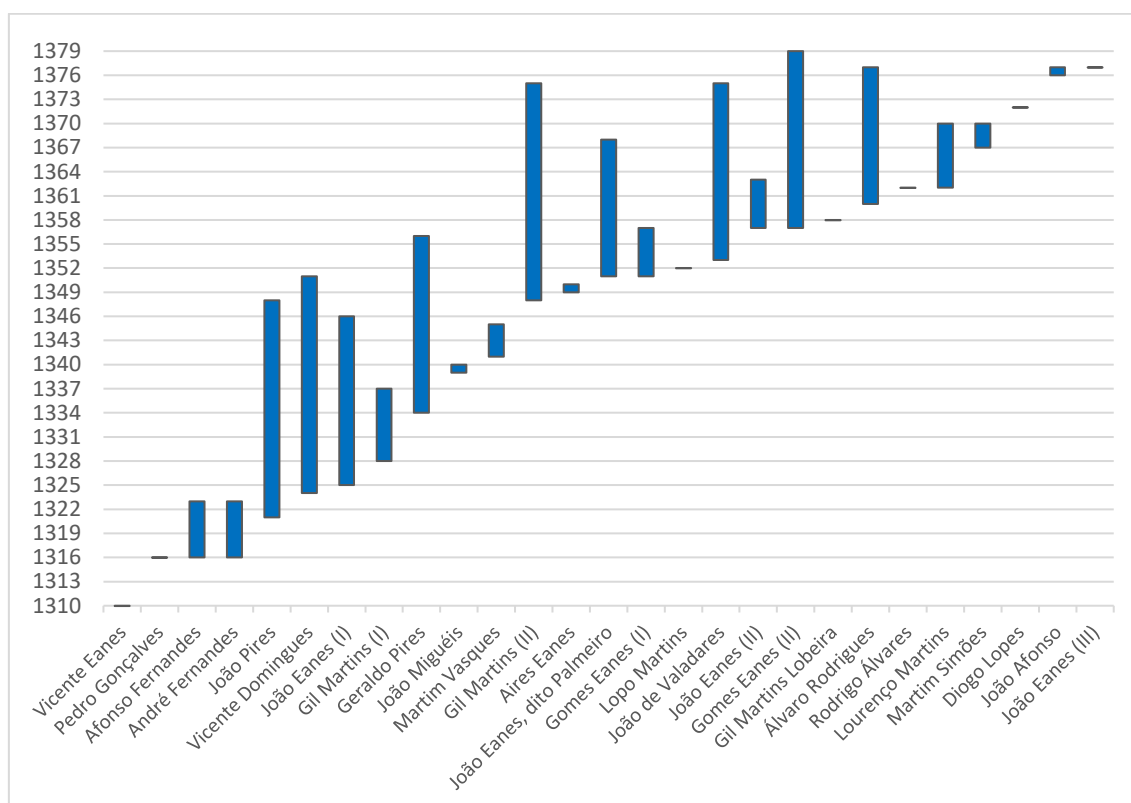
pela primeira vez entre 1349 e 1353⁹³⁴, o mesmo número que sabemos seguramente ter desaparecido até 1348, reforçando a possibilidade de mortalidade efetiva e por influência direta da Peste Negra.

Nota ainda para a diferença entre os tabeliões documentados em Évora antes e depois da Peste Negra: se retirarmos os três tabeliões que poderão ter atravessado a Peste e mantido a sua atividade, sobram-nos 23 tabeliões em atividade exclusivamente documentada antes da Peste Negra, e 50 em atividade exclusiva após a epidemia, mesmo tendo em conta que o primeiro período em estudo (1310-1348) é maior do que o segundo (1349-1379). Com uma média de 0,6 novos tabeliões por cada ano antes da Peste, temos 1,6 novos tabeliões por ano a partir de 1349. Este número superior de tabeliões no pós-Peste, face ao período anterior, contrasta visivelmente com os tabelionados do Entre-Douro-e-Minho, sobretudo Braga e Porto, que ocupam os restantes lugares no pódio entre os territórios com mais tabeliões identificados. Adiante perceber-se-á que esta realidade está diretamente ligada às sobrevivências documentais e aos fluxos de produção; mas porque se apresentam contrastes tão visíveis entre os tabelionados mais importantes do Norte e do Sul? Porque reagem de maneira distinta? Estas questões carecem de respostas complexas, mas abertas. Os capítulos seguintes procurarão completar as carreiras tabeliônicas com outros dados que nos permitam obter uma imagem mais completa desta reação.

De Montemor-o-Novo resta um pouco mais de cento e trinta documentos, e encontrámos vinte e seis tabeliões. Havendo um número menor de documentos por tabelião e carreiras mais incertas, qualquer leitura dos dados deve ser prudente. Ainda assim, falamos de uma vila importante na Baixa Idade Média portuguesa, poiso da corte nas deslocações entre Évora e Lisboa, ou Évora e Santarém, e que poderia estar facilmente exposta ao contágio levado pela rede viária.

⁹³⁴ João Eanes (III), Gonçalo Eanes Colos, Gonçalo Eanes (II), Rodrigo Eanes, Estêvão Martins (II), João Esteves, Lopo Esteves, Martim Esteves e Rodrigo Eanes Calça.

Gráfico 13 - Anos de atividade dos tabeliães de Montemor-o-Novo (1310-1379)



Os 27 tabeliães documentados em Montemor-o-Novo nestes anos levantam alguns desafios de identificação. Os dois Gil Martins, por exemplo, podem ter datações um pouco diferentes: o mais antigo, documentado como redator em 1328⁹³⁵, será o mesmo cujo filho testemunha um outro documento em 1337⁹³⁶, mas mais nenhum documento o refere inequivocamente; o segundo Gil Martins, identificável pelo seu sinal distinto, não pode ser confirmado antes de 1356, data em que o seu original sobrevivente conhecido mais antigo foi produzido⁹³⁷. Porém, entre estas duas datas, há referências a um tabelião Gil Martins: temos notícia e traslado de duas cláusulas de um testamento redigido no final de outubro de 1348 por Gonçalo Miguéis, escrivão jurado do tabelião montemorense Gil Martins,⁹³⁸ o que revela que seria já um tabelião experiente, e não um recém-nomeado em tempos de Peste; em 1351, um Gil Martins redige uma pública-forma da composição entre o prior de Santa Maria do Açogue de Montemor-o-Novo e os raçoeiros da mesma igreja, onde são definidas as rações [1317] e da confirmação

⁹³⁵ ADE, *Câmara Eclesiástica*, Pergaminhos Avulsos, documento não numerado.

⁹³⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 24, peça 076.

⁹³⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 22, peça 039.

⁹³⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 074.

dada pelo bispo de Évora [1326], mas também aqui o sinal se perdeu por apenas nos ter chegado através de uma segunda pública-forma do conjunto, datada de 1481⁹³⁹. O segundo Gil Martins está ativo pelo menos até 1375, tendo uma carreira longa. Empiricamente, parece-me que o Gil Martins ativo em 1348 e 1351 será o segundo, com uma atividade que poderá remontar a antes da Peste, como sugere a existência de um escrivão jurado ao seu serviço durante a Peste Negra. Não podendo comprová-lo, fica a devida salvaguarda e a explicação da divisão temporal dos dois tabeliões homónimos na representação gráfica das suas carreiras.

Entre os restantes tabeliões montemorenses, dois terão resistido à Peste Negra: Geraldo Pires e Vicente Domingues. Havendo vários documentos originais do primeiro, entre 1334⁹⁴⁰ e 1356⁹⁴¹, é inequívoco que se trata do mesmo tabelião e que ultrapassa a Peste Negra vivo e no ofício. Quanto ao segundo, com uma carreira pouco documentada, mas onde apenas originais sobrevivem, também atravessa a Peste Negra, ainda que deixe de ser tabelião em vida, como atestam as referências à testemunha Vicente Domingues, que foi tabelião, em documentos posteriores ao seu último registo de atividade⁹⁴². Assim, retirando estas duas sobrevivências, temos nove tabeliões exclusivamente documentados no período que antecede a Peste Negra, e dezasseis exclusivamente ativos no período que se segue ao surto inaugural da Segunda Pandemia de peste – 0,23 novos tabeliões por ano no período pré-Peste (contando apenas os exclusivamente ativos nesses anos), contra 0,51 nos anos que vão de 1349 a 1379; uma diferença relativamente próxima à de Évora, onde o número de tabeliões conhecidos também mais do que duplica, em média anual. Desta forma, os principais tabelionados transtaganos apresentam uma evolução semelhante, e contrastante com a dos principais tabelionados do Entre-Douro-e-Minho.

Elvas possui um número assinalável de documentos sobreviventes, mas uma parte significativa foi produzida por escrivães régios. Restam documentados, para este período de setenta anos, dezoito tabeliões, muitos com registo único:

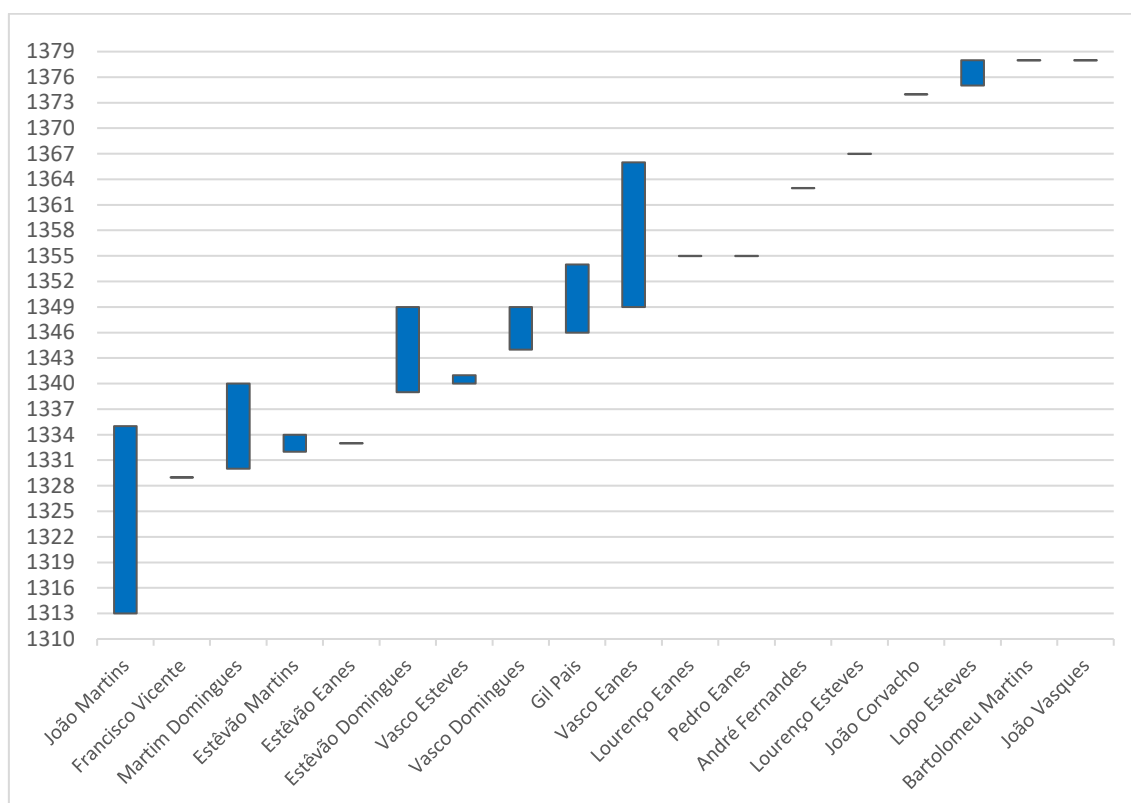
⁹³⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, peça 017, doc. 001.

⁹⁴⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 149.

⁹⁴¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 22, peça 056.

⁹⁴² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 13, peça 029.

Gráfico 14 - Anos de atividade dos tabeliões de Elvas (1310-1379)



Apesar de o primeiro registo desta série ser relativamente tardio – 1329⁹⁴³ –, há uma certa constância a partir desse data, com vários registos em torno das datas da Peste Negra. Sobre a continuidade de tabeliões de antes e depois da Peste, temos dois com data limite em 1349: Estêvão Domingues e Vasco Domingues. Contudo, as datas dos últimos documentos que redigem – 30 de novembro⁹⁴⁴ e 23 de agosto⁹⁴⁵, respetivamente –, tornam altamente improvável uma eventual morte por peste para um deles, ou ambos. Apesar de, como foi referido anteriormente, a área de Elvas e do Vale do Guadiana ter sido, muito provavelmente, uma das últimas afetadas em Portugal; o próprio documento de 23 de agosto de 1349 refere-se à peste como um acontecimento daquele ano, mas já passado⁹⁴⁶. Acrescentando-se a esta dupla o tabelião Gil Pais, documentado antes e depois da Peste, resulta uma pouco evidente ação da doença sobre o tabelionado elvense.

⁹⁴³ ANTT, *Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa*, 2.ª incorporação, cx. 9, n.º 76.

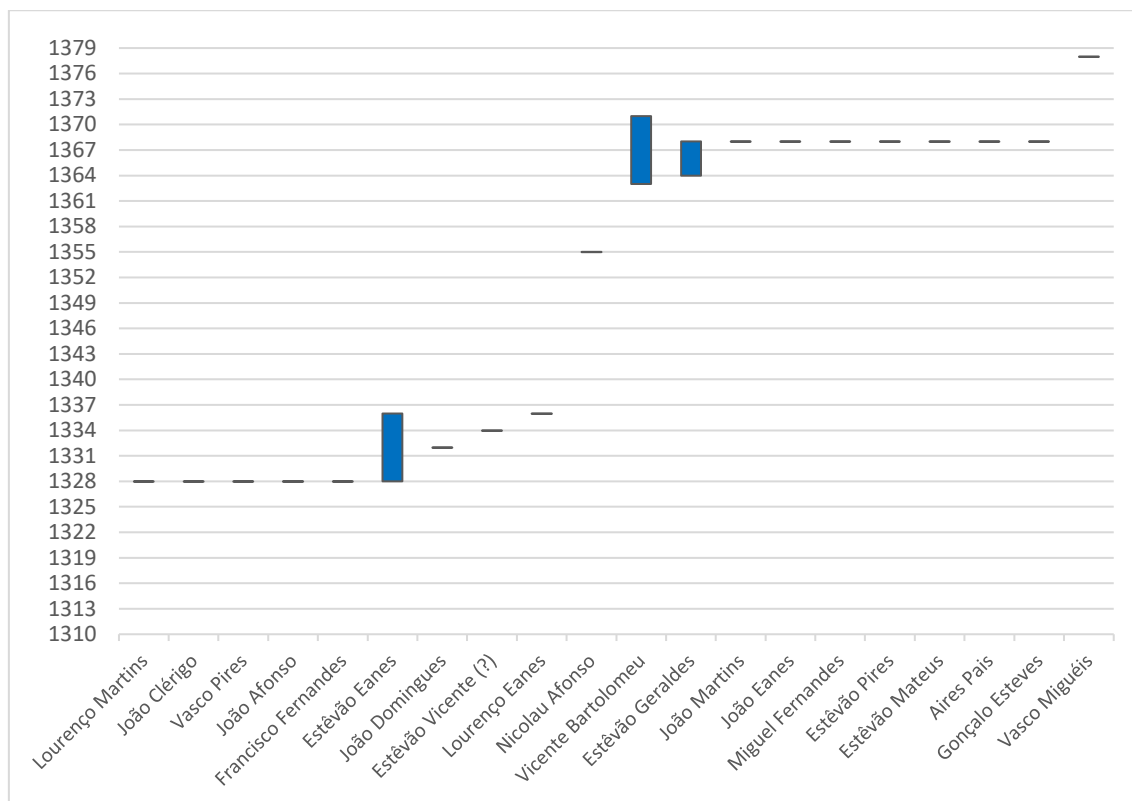
⁹⁴⁴ AHME, *Pergaminhos da Colegiada de São Pedro de Elvas*, nº 63.

⁹⁴⁵ AHME, *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, nº 4.

⁹⁴⁶ "disse que jazendo Costança Dominguez sua molher doente da doença de que morreu ena pestilença que este ano foy que dera e outorgara pera sempre por sa alma a igreja de Sancta Maria da Alcaçova da dicta vila".

O território de Estremoz conserva oito dezenas e meia de testemunhos documentais sobreviventes, divididos entre diplomas régios e documentação notarial local. Apesar de ser um volume modesto, há um número significativo de tabeliães registados. Precisamente vinte:

Gráfico 15 - Anos de atividade dos tabeliães de Estremoz (1310-1379)



Este elevado número de tabeliães documentados tem como principal consequência um número baixo de documentos produzidos por cada um, tal como acontece em Elvas; na maioria dos casos, não há mais do que um testemunho por tabelião. Apesar dessas condicionantes, é possível constatar que nenhum dos tabeliães documentados antes da Peste o é após. Certamente decisivo para isso é o facto de, entre 1336 e 1363, haver um único documento sobrevivente, produzido por um tabelião de Estremoz: Nicolau Afonso, em 1355, naquele que é mais um tabelião de documento único⁹⁴⁷. Com tão pouca informação ao longo de quase metade do período em estudo, a influência da Peste Negra é, aqui, inconclusiva e inverificável.

⁹⁴⁷ SARAIVA – *Figueira...*, p. 32-33.

6.1.3 – Os tabelionados menos representados

Os restantes tabelionados do Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana não estão suficientemente representados para que se possa obter uma imagem verosímil do impacto da Peste Negra entre os tabeliões. Ainda assim, vale a pena referir que fora de Guimarães, Braga, terras de Faria e Maia, Porto, Gaia e Vila Nova a par de Gaia, Évora, Elvas, Estremoz e Montemor-o-Novo, foram identificadas centenas de tabeliões. No caso do Entre-Douro-e-Minho, foi possível arrolar 215 tabeliões em 34 circunscrições territoriais⁹⁴⁸, dos quais 141 estão exclusivamente documentados antes da Peste, estando outros 71 documentados apenas depois da Peste Negra. Os restantes três – Martim Farazão, tabelião de Penafiel de Sousa, Aguiar de Sousa e Refojos⁹⁴⁹, Fernando Eanes, tabelião de Lanhoso e de Penafiel da Ribeira de Soaz⁹⁵⁰, e Pedro Eanes, tabelião de Terras de Bouro⁹⁵¹ – estão documentados tanto antes, como depois da Peste. Trata-se de uma minoria que não chega a 2% do total de tabeliões recolhidos e que, embora pertençam a tabelionados relativamente mal documentados - com volumes que vão de um testemunho a meia centena de documentos -, não deixa de ser um dado expressivo. Nota ainda para o número de tabeliões documentados entre 1310 e 1348, praticamente o dobro daqueles que se encontram entre 1349 e 1379, e que parece refletir não só a diminuição da documentação preservada, como a progressiva diminuição das áreas geográficas de interesse e intervenção de muitas das instituições responsáveis pela produção ou preservação de boa parte da documentação consultada.

⁹⁴⁸ Aproveito para deixar a lista completa das quarenta circunscrições do Entre-Douro-e-Minho: Aguiar de Neiva; Aguiar de Sousa e Refojos; Amarante; Baião e Soalhães; Benviver, Sanfins e Canaveses; Braga; Cabeceiras de Basto; Caminha; Celorico de Basto; Cerveira; Correlhã e Riba de Lima; Coura; Entre-Homem-e-Cávado; Faria, Rates, Vila do Conde e Póvoa de Varzim; Felgueiras e Lousada; Freitas, Travassós e Cepães; Gaia e Vila Nova a par de Gaia; Geraz de Riba de Lima; Guimarães; Lanhoso; Maia, Bouças, Gondomar, Massarelos, Azurara e Pindelo; Melgaço, Valadares e Castro Laboreiro; Monção; Montelongo; Penafiel da Ribeira de Soaz; Penafiel de Sousa; Penela do Minho; Ponte de Lima; Porto; Prado; Santa Cruz de Riba de Tâmega; Terra de Neiva e Barcelos; Terra de Nóbrega; Terra de Regalados; Terra de Vieira; Terras de Bouro; Valdevez; Valença; Vermoim; Viana da Foz do Lima.

⁹⁴⁹ Dois exemplos de documentos redigidos por Martim Farazão, datando um de antes da Peste (1333), e o outro de depois (1352): ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Documentos Vários, Pergaminhos Vários, nº 3; BNP, *Pergaminhos*, Série Preta, nº 61.

⁹⁵⁰ Dois exemplos de documentos redigidos por Fernando Eanes, datando um de antes da Peste (1336), e o outro de depois (1356): ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 25º, fl. 27; AMAP, *Mosteiro de São Salvador de Souto*, Pergaminhos, 8-5-1-48.

⁹⁵¹ Dois exemplos de documentos redigidos por Pedro Eanes, datando um de antes da Peste (1347), e o outro de depois (1355): ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 5; ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta das Propriedades Particulares, Doc. 1004.

No caso do Entre-Tejo-e-Odiana, o volume de documentação é menor, e o número de tabelionados também. Retirando as quatro circunscrições mais bem documentadas – Évora, Montemor-o-Novo, Elvas e Estremoz -, e por isso já individualizadas, sobra ainda um pouco mais de 500 documentos, produzidos em 50 circunscrições⁹⁵². Em vários, sobrevivem um ou dois documentos, sendo que uma parte significativa diz respeito a passagens do rei, sendo a redação da responsabilidade de escrivães régios. Ainda assim, pelo menos um documento notarial sobrevive em vários deles, o que, não sendo suficiente para análises locais, permite reunir informação e procurar definir tendência para a maioria da região, fora dos quatro centros mais bem documentados e que, *grosso modo*, correspondiam às áreas mais povoadas. Dos 39 tabelionados transtaganos – sem contar com Évora, Elvas, Estremoz e Montemor - dos quais conhecemos pelo menos um tabelião, foi possível reunir 146 tabeliões. A distribuição entre o período antes e depois da Peste é relativamente equilibrada, com 76 tabeliões ativos exclusivamente antes da Peste Negra, 65 após, e 5 tabeliões que poderão ter exercido a atividade antes e depois da Peste, o que seria uma garantia de sobrevivência – os tabeliões de Setúbal Estêvão Eanes (talvez ativo entre 1321⁹⁵³-1368⁹⁵⁴) e Lourenço Pires (1344⁹⁵⁵-1368⁹⁵⁶), os tabeliões de Moura Lourenço Eanes (1317⁹⁵⁷-1361⁹⁵⁸) e Gomes Lourenço (1336⁹⁵⁹-1352⁹⁶⁰) e o tabelião de Avis João Eanes (1340⁹⁶¹-1358⁹⁶²).

⁹⁵² Eis a lista individualizada das circunscrições tabeliônicas ou judiciais utilizadas na recolha do Entre-Tejo-e-Odiana: Alandroal; Alcácer do Sal; Alcáçovas; Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Arraiolos; Avis; Beja; Belver; Borba; Cabeço de Vide; Campo Maior; Castelo de Vide; Castro Verde; Crato; Elvas; Estremoz; Évora; Evoramonte; Ferreira; Figueira [de Avis]; Fronteira; Garvão; Juromenha; Lavre; Marvão; Mértola; Messejana; Monforte; Monsaraz; Montargil; Montemor-o-Novo; Montoito; Mora; Moura; Mourão; Nisa; Noudar; Odemira; Olivença; Ourique e Panóias; Portalegre; Portel; Redondo; Santiago do Cacém; Serpa; Setúbal; Sousel; Terena; Veiros; Viana [do Alentejo]; Viça Viçosa; Vimieiro.

⁹⁵³ *Livro dos Copos...*, p. doc. 238.

⁹⁵⁴ Neste documento, Estêvão Eanes, tabelião, é apenas uma das testemunhas. *Livro dos Copos...*, doc. 146.

⁹⁵⁵ ANTT, *Gavetas*, Gav. 5, maço 2. nº 4.

⁹⁵⁶ *Livro dos Copos...*, doc. 146.

⁹⁵⁷ AMM, *Tombo Velho da Vila de Moura*, fl. 120-122.

⁹⁵⁸ ANTT, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura*, maço 6, pergaminho não numerado.

⁹⁵⁹ Neste caso, Gomes Lourenço é apenas testemunha do documento: AMM, *Tombo Velho da Vila de Moura*, fl. 119-119v.

⁹⁶⁰ Também aqui, Gomes Lourenço é apenas testemunha do documento. AMM, *Tombo Novo da Vila de Moura*, fl. 82-85.

⁹⁶¹ SARAIVA – *Figueira...*, p. 41-42.

⁹⁶² SARAIVA – *Figueira...*, p. 37-38.

A combinação de um nome próprio e patronímico muito comuns com um conjunto curto de documentação, quase toda copiada e sem sinais notariais preservados, impossibilita o esclarecimento de potenciais homonímias, como parece ser o caso do setubalense Estêvão Eanes, com uma carreira de mais de 40 anos que pode levantar suspeitas, e do mourense Lourenço Eanes, que também teria mais de 40 anos de atividade, caso se tratasse de um único indivíduo, e que apenas está documentado por um documento que testemunha, em 1317, e um outro, original, de 1361. Os restantes três são identificações mais seguras – ainda que não sobrevivam originais pré e pós-Peste para todos, a cronologia parece menos díspar - o que dá, pelo menos, um número idêntico de tabeliães de circunscrições secundárias que poderá ter sobrevivido à Peste Negra, traduzindo-se numa percentagem de 2% dos tabeliães identificados, que pode chegar quase aos 3%, se incluíssemos as eventuais homonímias inverificáveis.

6.1.4 – Convergências e contrastes nos tabelionados minhotos e transtaganos em tempo de Peste

Fora das duas regiões em estudo, outros indícios foram já apontados por diversos autores: destaque o estudo de Maria Helena da Cruz Coelho sobre o tabelião conimbricense que redige o seu testamento durante a Peste, não havendo um único testamentário vivo algum tempo depois, mesmo com o cuidado do testador em nomear uma longa lista de sucessores individuais nessa responsabilidade, acabando o derradeiro – uma instituição – a igreja de Santa Justa de Coimbra, por assumir essa responsabilidade⁹⁶³. Também para Torres Vedras, Ana Maria S. A. Rodrigues nota uma rutura entre os tabeliães documentados antes e depois do período da Peste Negra, com um desaparecimento de cinco em oito tabeliães⁹⁶⁴, exatamente os mesmos cinco tabeliães mortos em oito então ativos que estarão documentados para Sintra⁹⁶⁵. Todos estes números, não podendo nem devendo ser tomados como representativos de uma taxa geral de mortalidade (se é que estes homens realmente morreram na mesma altura), ou como amostra estatística como a entendemos hoje, são indicadores inequívocos de uma desestabilização das estruturas locais de poder e administração,

⁹⁶³ COELHO, Maria Helena da Cruz - Um Testamento Redigido em..., p. 312-331.

⁹⁶⁴ RODRIGUES – *Torres Vedras...*, p. 80-81, 601-603.

⁹⁶⁵ CARVALHO, Sérgio Luís de – A Peste de 1348 em Sintra, in *Actas das Jornadas de História Medieval «1383-1385» e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV*. Lisboa: [s.n.], 1985, p. 129-135.

com um impacto simultâneo que não se repete, com esta dimensão e num tão curto espaço de tempo, no período em estudo.

A análise mais minuciosa das carreiras tabeliônicas no Entre-Douro-e-Minho e no Entre-Tejo-e-Odiana parece revelar circunstâncias semelhantes. Quanto mais bem documentado um tabelionato está, mais evidente parece ser a influência da Peste Negra. Talvez a relação não seja exatamente direta: uma área mais densamente povoada terá mais tabeliões e produzirá mais documentação, sendo também possível que se verifique uma mortalidade mais rápida entre a população da área, refletindo-se de forma mais evidente nas carreiras destes homens. Guimarães oferece um exemplo expressivo: sete em oito tabeliões desaparecem em meses, e pouco depois têm já os seus sucessores empossados e a produzir. Braga perde 13 em 17 tabeliões, e no Porto há apenas dois tabeliões que sobrevivem inequivocamente à Peste Negra; ainda que seja difícil calcular o número total de tabeliões portuenses em atividade nas vésperas da Peste – apenas cinco estão documentados entre 1346 e 1348 – há uma explosão de tabeliões previamente indocumentados ao longo da década de 1350, apesar de muitos deles nos chegarem apenas como testemunhas em atos notariais ou outros documentos de redação alheia. Mesmo nos tabelionados múltiplos da Maia e no de Gaia, parecem ter desaparecido dois em quatro tabeliões, fixando-se o desaparecimento nuns ainda assim impressionantes 50%, demasiado coincidentes no tempo para podermos desconsiderar a influência direta da Peste Negra. Infelizmente, as características da documentação sobrevivente na Terra de Faria impedem-nos de ter um quadro mais completo, mas a realidade não deve ter diferido particularmente. Juntando Guimarães, Braga, Porto, Gaia e Maia, desaparecem pelo menos 27 tabeliões em 38: uma queda de 71%, tão circunscrita no tempo, num território múltiplo e densamente povoado, só pode revelar uma influência direta e devastadora da Peste Negra no tabelionato nortenho.

É este o quadro alentejano? Menos documentado do que a realidade minhota, não parece contrastar muito no que toca à renovação dos tabeliões no pós-Peste, revelando valores que podem ascender a 75% de mortes (ou substituições) nos quadros do tabelionato de Évora, de longe o mais documentado do Entre-Tejo-e-Odiana. Nos restantes tabelionados, é difícil conhecer estas dinâmicas, mas o rácio entre tabeliões conhecidos antes e depois da Peste é mais esclarecedor: tal como foi referido, Évora

quase triplica a média de novos tabeliões anuais nas décadas após 1348; Montemor-o-Novo tem um registo semelhante. Se os restantes tabelionados alentejanos não são particularmente reveladores no que toca à influência direta da Peste Negra sobre os seus homens, não a desmentem.

A Peste Negra, tanto no Entre-Tejo-e-Odiana, como no Entre-Douro-e-Minho, teve um impacto impressionante nos tabelionados locais. A mais que provável morte generalizada dos seus responsáveis – talvez com alguns apenas substituídos, em casos pontuais, mas inativos no ofício, de qualquer forma – levanta parcialmente o véu sobre o embate da hecatombe epidémica sobre as comunidades destas duas comarcas medievais portuguesas, entre 1348 e 1349. Felizmente, como se verá, os dados vão além das carreiras tabeliônicas, e reforçam-se mutuamente.

6.2 – Os fluxos de produção documental

Tal como foi referido nos capítulos introdutórios deste trabalho, a análise documental levada a cabo tem também uma componente *quantitativa*. Em escalas distintas, este tipo de estatística foi já experimentado para períodos recuados com resultados muito relevantes⁹⁶⁶. Esta opção parte de princípios simples, mas não inquestionáveis. Neste subcapítulo, analisarei os fluxos de produção documental nos julgados e concelhos mais importantes do Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana. Naturalmente, os documentos considerados não são *todos* os documentos que foram produzidos num desses territórios ao longo dos setenta anos em estudo, mas sim todos os documentos que sobrevivem e dos quais temos conhecimento. Prova disso mesmo é

⁹⁶⁶ Duncan-Jones reúne não só dados documentais, como também epigráficos, arquitetónicos e numismáticos para o estudo do impacto da Peste Antonina (c. 165 d.C.-180 d.C.): DUNCAN-JONES - The impact of the Antonine Plague..., p. 124-134, tal como Moderchai *et al.* o fazem para os séculos VI-VII: MORDECHAI - The Justinianic Plague..., p. 25547-25550; também Nancy Benovitz o faz para a Peste de Justiniano: BENOVIKZ, Nancy - The Justinianic plague: evidence from the dated Greek epitaphs of Byzantine Palestine and Arabia. *Journal of Roman Archaeology* 27 (2014), p. 487-498. [http://doi.org/10.1016/S1473-3099\(13\)70323-2](http://doi.org/10.1016/S1473-3099(13)70323-2); já Janken Myrdal aproveita a base de dados que recolhe todos os documentos medievais conhecidas na Suécia, cerca de 40000, para fazer uma análise de fluxos de produção, ainda que, entre esses, selecione apenas aqueles que se relacionem diretamente com a morte, como testamentos, doações post-mortem e instituições de capelas: MYRDAL - The Forgotten Plague..., p. 144-152; o mesmo Janken Myrdal retoma a questão dos fluxos de produção documental não só na Suécia, como na Dinamarca e na Noruega, encontrando um contraste evidente entre as três regiões: a Suécia e a Dinamarca, no geral, não revelam quedas abruptas de produção nos anos que se seguem à Peste Negra, o contrário do que acontece na Noruega, onde a queda é exponencial e parece traduzir, conjugando essa informação com outras fontes, um impacto diferenciado entre a Noruega, por um lado, e a Suécia e a Dinamarca, por outro: MYRDAL– The Black..., p. 75-82.

o precioso inventário das escrituras do cartório da catedral eborense, feito em 1341, e que elenca mais de sete centenas de escrituras nele preservadas, das quais nos terão chegado poucas dezenas⁹⁶⁷. O que temos é uma amostra daquilo que foi produzido. Poder-se-á falar da seleção provocada pelos interesses administrativos das instituições estudadas, pela documentação privada preservada apenas por ter sido integrada nos cartórios eclesiásticos ou pela simples incúria, infortúnio ou acaso responsáveis por perdas ao longo dos séculos.

Temos alguns indicadores de que, em alguns casos, as sobrevivências correspondem a um número mais próximo do volume original do que noutros; dois casos concretos e contrastantes: para a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, temos livros com cópias setecentistas da documentação existente à data no cartório da instituição, num movimento de salvaguarda documental transversal às instituições eclesiásticas da época, e que nos permitiu ter acesso a informação de mosteiros como Grijó, Junqueira, Ancede e Pendorada, só para referir aqueles dos quais nos resta mais informação copiada no século XVIII e cujos originais foram perdidos. Comparando com a documentação vimaranense original que subsiste hoje, podemos ver que em 1717, altura da realização dessas cópias, há apenas um ou dois documentos perdidos posteriormente. Isso revela-nos que, nos últimos 300 anos, quase não houve perdas documentais, empurrando para trás dessa data as eliminações que terão ocorrido. No caso da Sé de Braga, contrastante com o vimaranense, temos uma sobrevivência residual de testemunhas de gestão patrimonial, como prazos e aforamentos, quer da Mitra, quer do Cabido. Todavia, e uma vez mais, esse silêncio também significará algo.

Quanto maior o número de documentos sobreviventes, maior a diversidade de tipologias; quanto maior o número de proveniências, mais se esbatem fenómenos locais muito concretos e episódios isolados e não representativos do todo (como incêndios que destroem documentação anterior a uma certa data, com predominância futura daquela produzida após). Falamos de milhares de documentos produzidos por mosteiros, cabidos catedralícios, outras igrejas, concelhos, coroa, oficiais régios como almoxarifes, corregedores e meirinhos, incontáveis privados; diversos tipos de

⁹⁶⁷ ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Administração, Arquivo e biblioteca, Índices e inventários do arquivo, Livro 1.

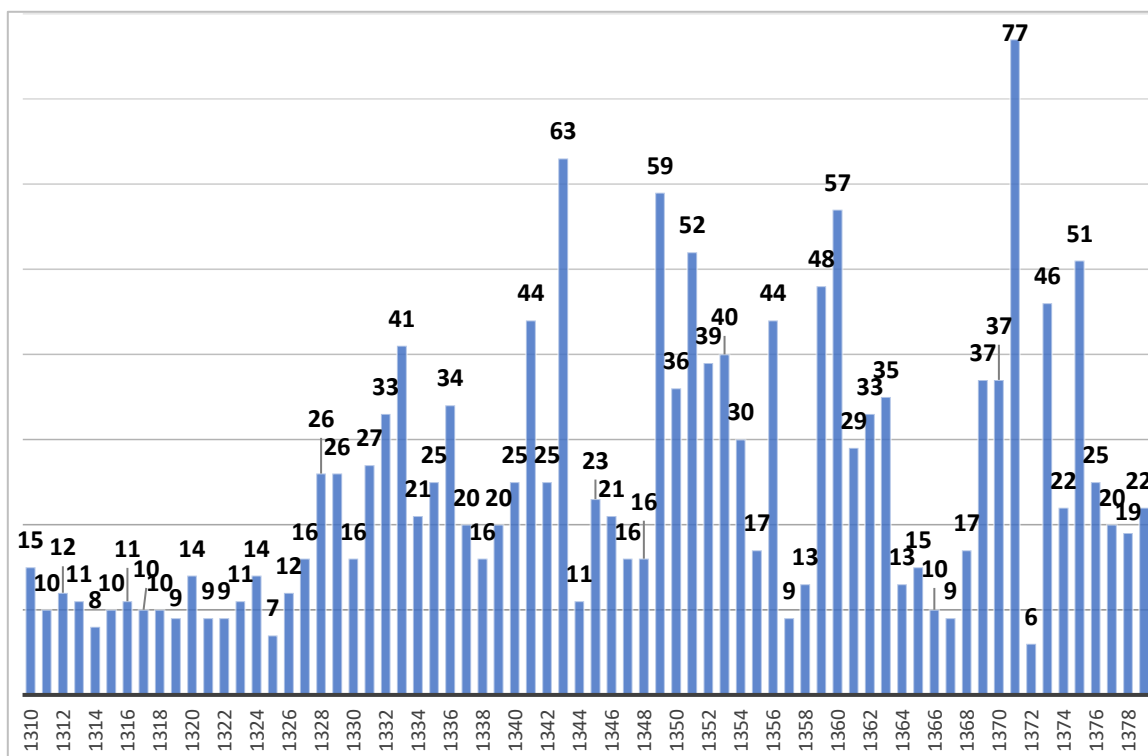
documentação patrimonial, de organização de culto, judicial, administrativa, só para nomear os mais importantes. Partindo do princípio simples de que é mais provável existir um número elevado de sobrevivências documentais em meses e anos nos quais foram produzidos mais documentos, e focando-me muito concretamente tanto nos silêncios documentais, como nos picos de produção, estes fluxos documentais serão dissecados com o detalhe possível. Por outro lado, será igualmente importante individualizar algumas tipologias documentais, tradutoras de ações concretas e de tendências de diversos setores da sociedade e da economia.

6.2.1 - Entre-Douro-e-Minho

Guimarães

Percorrendo novamente os tabelionados mais representativos, começemos por aquele onde sobrevivem mais documentos, Guimarães. São 1714 os documentos que entram nesta contagem, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 16 - Documentos sobreviventes produzidos no Julgado de Guimarães (1310-1379)



O gráfico tem uma leitura complexa, importando isolar à partida os dois anos mais representados: 1343 e 1371. No primeiro, 2/3 dos documentos correspondem a milagres anotados pelo tabelião Afonso Pires. De facto, cada um deles foi registado num documento notarial autónomo, com local de redação, data, testemunhas, seguindo o formulário e fazendo o livro de milagres resultante assemelhar-se a um livro de notas do sobrenatural vimaranense⁹⁶⁸. Além de corresponderem a documentos notariais pela forma, não se pode desprezar um período de atividade excecional de produção documental, influenciado por acontecimentos que a população entende como sobrenaturais, e que nos revelam, por exemplo, a presença física de autoridades como o conde D. Pedro de Barcelos e o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, em Guimarães. A documentação da segunda data corresponde, na sua maioria, a quitações passadas por vizinhos credores ao Concelho, depois de ter sido necessário emprestar diferentes quantias à edilidade para obrigações da Primeira Guerra Fernandina (1369-1370). Expostas estas ‘anomalias’, fica igualmente exposto o propósito de as incluir na recolha: anos extraordinários levam a produções extraordinárias de diversas tipologias documentais. Por outro lado, um ano realmente excecional pela negativa – uma fome generalizada, uma peste, um cerco ou ataque militar grave – pode levar a um silêncio documental imediato, mas seguido de um certo aumento, gradual ou explosivo, na documentação produzida no período de “estabilização” ou reorganização posterior. Milagres serão um caso invulgar, mas o gráfico vimaranense ficará mais claro se isolarmos as tipologias de cedência de domínio útil, os emprazamentos (esmagadora maioria), e alguns – raros – aforamentos e arrendamentos.

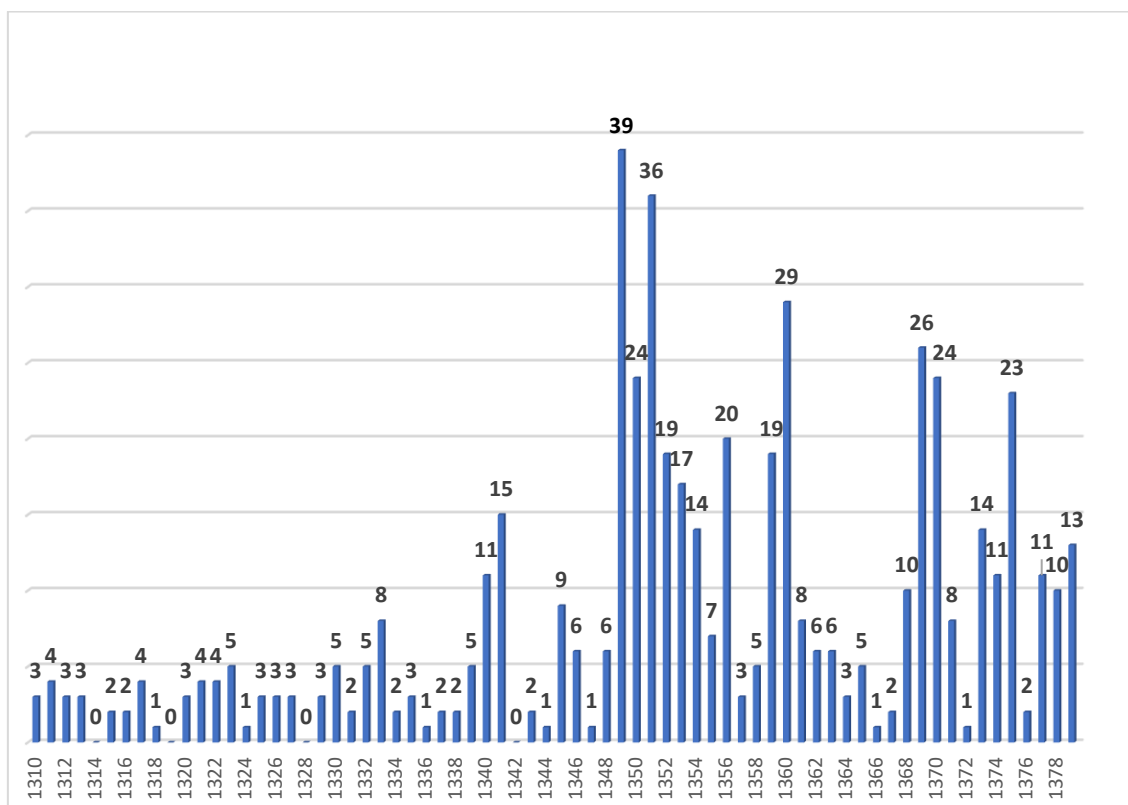
O gráfico 17 foi elaborado a partir de uma base documental ligeiramente distinta. Alguns dos documentos incluídos na contagem dos emprazamentos foram redigidos em Braga: 21 dos 553 contratos (3,8%) foram escritos por tabeliães bracarenses, por imposição normativa diocesana, mas dizem respeito a bens situados no território vimaranense. Pertencem aos mosteiros de São Miguel de Vilarinho⁹⁶⁹, São Salvador de

⁹⁶⁸ FERNANDES, Cristina Célia – *O Livro dos Milagres de N.ª S.ª da Oliveira de Guimarães*. Guimarães: Opera Omnia, 2006, p. 105-172.

⁹⁶⁹ ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 3, n.º 21 e 30; maço 4, nº 9 e 14.

Souto⁹⁷⁰, São Torcato⁹⁷¹ e Sande⁹⁷², às igrejas de São Gens de Montelongo⁹⁷³ e de Santa Margarida do Castelo⁹⁷⁴ (sufragâneas da Colegiada da Oliveira) e Santa Cristina de Longos⁹⁷⁵, e alguns – raros – contratos da própria Colegiada⁹⁷⁶. Sendo uma pequena percentagem e estando distribuídos entre 1310 e 1378, creio que a sua inclusão confere mais coerência à análise do total global de novos contratos produzidos pelas instituições vimaranenses.

Gráfico 17 - Emprazamentos, aforamentos e arrendamentos produzidos por instituições vimaranenses (1310-1379)



⁹⁷⁰ AMAP, *Mosteiro de São Salvador do Souto*, Pergaminhos, docs. 8-5-1-27, 8-5-1-53, 8-5-2-6, 8-5-5-18 e 8-6-1-17.

⁹⁷¹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 28, n.º 7; maço 37, n.º 1.

⁹⁷² AMAP, *Mosteiro de São Salvador do Souto*, Pergaminhos, doc. 8-5-5-29.

⁹⁷³ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 8 e 8A; maço 32, n.º 10 e 31; maço 35, n.º 9.

⁹⁷⁴ AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Igreja de São Miguel do Castelo, Avulsos, doc. 1.

⁹⁷⁵ AMAP, *Mosteiro de São Salvador do Souto*, Pergaminhos, doc. 8-5-1-58.

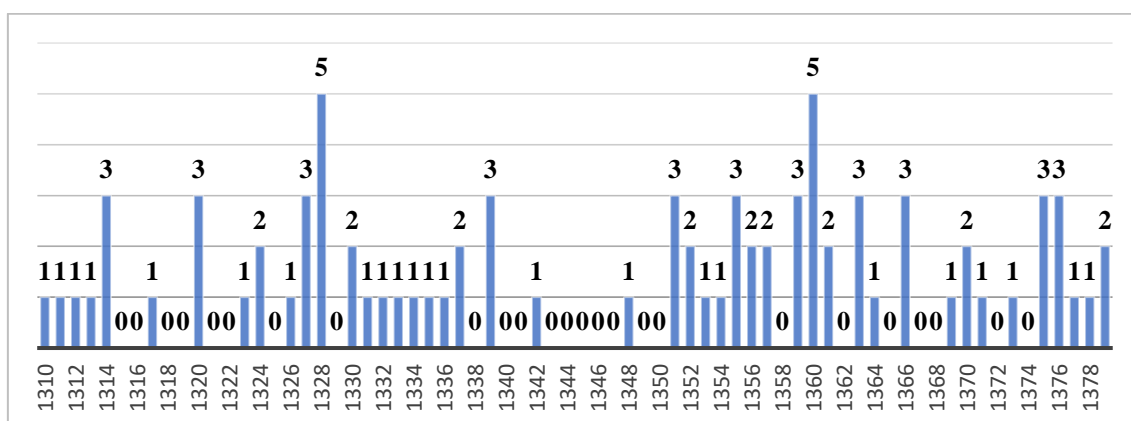
⁹⁷⁶ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 25, n.º 34; maço 32, n.º 39.

Este gráfico demonstra-nos inequivocamente um *antes* e um *depois* da Peste Negra numa das mais expressivas tipologias documentais, os contratos de cedência de domínio útil e exploração indireta do património, quer de instituições (a maioria), quer de privados (esporadicamente preservados por incorporações posteriores nos cartórios institucionais). Para estes setenta anos, temos 543 emprazamentos em vidas, aos quais poderemos ainda acrescentar nove aforamentos em perpétuo e um arrendamento, num total de 553 contratos, tal como foi referido. Destes, 137 são dos anos de 1310 a 1348, inclusive, e os restantes 416 dos anos de 1349 a 1379. Assim, temos 25% dos contratos pertencentes aos 39 anos entre 1310 e 1348, e 75% produzidos entre 1349 e 1379.

Contando apenas o período de seis anos entre 1349 e 1354, inclusive, chegamos 149 contratos, mais do que o total dos 40 anos anteriores, quase tantos como em todas as quatro décadas anteriores. A maioria destes contratos pertence ao cartório da colegiada vimaranense, cuja solidez parece ter permitido uma ação rápida de contenção de danos económicos. Os fluxos de produção documental de Guimarães parecem, assim, mover-se de forma oposta ao dos restantes territórios do Entre-Douro-e-Minho, como ficará claro.

Tendo em conta a abundância de documentos no julgado vimaranense, valerá a pena individualizar outras duas tipologias documentais: as sentenças, cujo aumento pode traduzir um aumento, intensificação ou reaparecimento de conflitos com autoridades, instituições e indivíduos; os testamentos, embora o potencial de análise destes seja muito mais limitado do que acontece noutras paragens europeias, como foi exposto no ponto introdutório dedicado à documentação e metodologia deste trabalho. No que toca às sentenças, apenas são incluídas aquelas que foram encerradas por decisão do juiz; os processos terminados por composição amigável entre as partes, ainda que reconhecida publicamente pela validação de um juiz, não contam, por representarem um tipo de resolução de conflito que é essencialmente extrajudicial. Este critério aplicar-se-á a todas as análises de sentenças sobreviventes que se seguirão. Aplicadas estas opções, sobram ainda 84 sentenças dirimidas no território vimaranense entre 1310 e 1379.

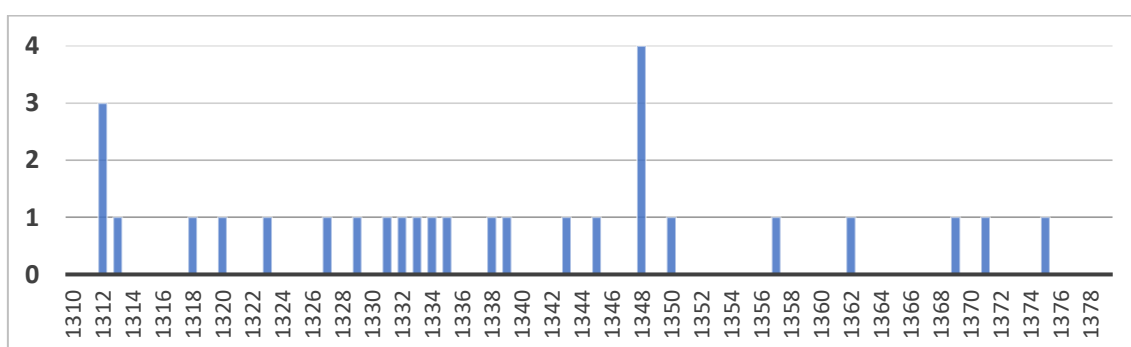
Gráfico 18 - Sentenças dirimidas no Julgado de Guimarães (1310-1379)



O gráfico deixa claro que o volume de processos encerrados não parece ter aumentado ou diminuído significativamente com a Peste no julgado de Guimarães. Se é verdade que as sentenças são uma das tipologias mais importantes no arquivo de qualquer instituição, para proteção dos seus interesses, bens e direitos – se favoráveis -, também é preciso reconhecer as limitações do poder judicial local em Guimarães. A maioria dos pleitos das instituições eclesiásticas seria julgada em Braga, e apenas as questões civis iriam perante os juízes da vila. Se o fluxo de produção não varia de forma assinalável antes e depois da Peste Negra, o teor destas sentenças pós-Peste demonstra que a atividade litigiosa das instituições vimaranenses se orienta maioritariamente para questões e conflitos direta ou indiretamente relacionados com as consequências da peste.

Individualizando os testamentos, será possível relacionar o padrão de produção dos testemunhos sobreviventes com eventos catastróficos como a Peste Negra, mesmo conhecendo as limitações da análise quantitativa desta fonte em Portugal?

Gráfico 19 - Testamentos redigidos no Julgado de Guimarães (1310-1379)

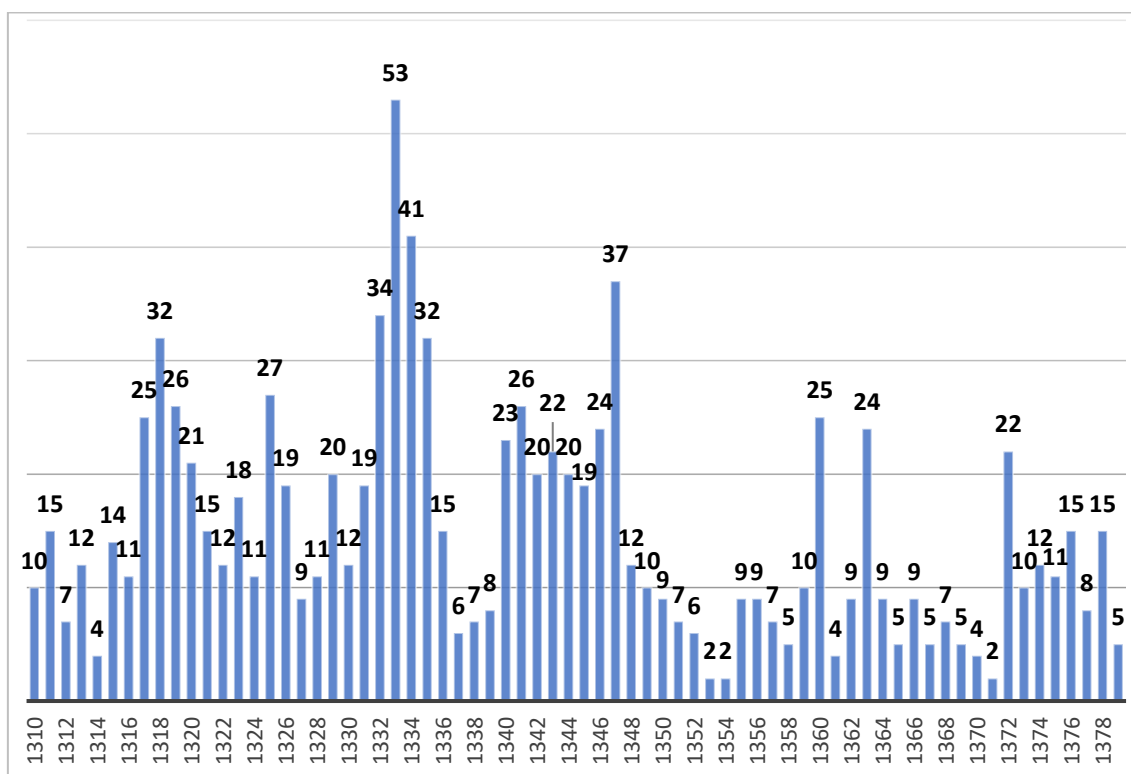


Apesar de termos apenas 28 testamentos documentados nestes setenta anos (0,4 por ano), o que representa menos de 2% da documentação total produzida no território em causa durante esse período, não deixa de ser sugestivo que o ano para o qual sobrevivam mais testamentos seja 1348⁹⁷⁷, com os quatro documentos a serem redigidos entre 6 de setembro e 3 de novembro desse ano, precisamente o período em que a epidemia terá atingido o máximo da sua intensidade, sendo o último aquele que foi redigido sem que houvesse tabeliões em Guimarães. Porém, a exiguidade da amostra impede afirmações categóricas. Exemplo disso são os três testamentos de 1312, redigidos entre 9 de janeiro e 10 de abril, sem que tenhamos algum indício que desminta uma simples coincidência.

Braga

O segundo grupo mais importante de sobrevivências documentais é o de Braga e seu couto. São 1030 documentos, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 20 - Documentos sobreviventes produzidos no Couto de Braga (1310-1379)



O gráfico bracarense é muito diferente do gráfico vimaranense, quase oposto. A

⁹⁷⁷ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 15 e 17; maço 31, n.º 41; ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 4, n.º 6.

documentação pós-1348 cai para níveis baixíssimos, sobretudo se tivermos em conta que se trata da mais importante sede diocesana do reino, com o maior cabido (ainda que o da Colegiada de Guimarães, dentro da própria diocese, chegue a rivalizar em tamanho e riqueza). Em ambos os casos, percebe-se uma variação quase imediata após a Peste. Como pode essa variação ser contrária? A resposta passará pela essência das duas instituições mais poderosas destes territórios. A colegiada vimaranense parece recrutar boa parte dos seus cónegos entre as clientelas locais. Em muitos casos, é possível reconstituir solidariedades familiares, e o património pessoal destes homens situa-se quase sempre dentro dos limites do julgado de Guimarães ou dos limítrofes. O priorado da colegiada é padroado do rei, e este costuma entregá-lo a alguém da sua confiança que, no entanto, pouco interfere na gestão da igreja. É o chantre o verdadeiro responsável pelo dia-a-dia do culto e da corporação capitular.

Apesar de Guimarães ter chegado a ficar sem tabeliães momentaneamente, a vila foi capaz de os substituir de forma relativamente célere, permitindo às instituições e indivíduos, com a colegiada à cabeça, começar a reorganizar a exploração dos seus bens. No caso de Braga, os ritmos de produção parecem sugerir um efeito paralisador mais prolongado, do qual não chega a recuperar totalmente nas três décadas posteriores em análise, e que se reflete, por exemplo, na incapacidade de o Cabido preservar praticamente toda a documentação referente à exploração do seu património coletivo e individual. A própria mitra reduz consideravelmente a sua expressão documental, com arcebispos estrangeiros e maioritariamente não-residentes a sucederem ao poderoso D. Gonçalo Pereira depois de 1349, e até à chegada de D. Lourenço Vicente, cuja sagração em 1373 não pacifica imediatamente a cidade e o seu quotidiano, sendo necessário esperar pelo advento da dinastia de Avis e pela definitiva obediência ao papa de Roma⁹⁷⁸. Mais do que uma questão meramente estrutural, a ação ‘centralizadora’ do longo e enérgico arquiépiscopado de D. Gonçalo Pereira poderá ter concentrado de tal forma o governo da Sé, da cidade e da arquidiocese em torno de si e

⁹⁷⁸ A suspensão do arcebispo, em 1378, é prova disso mesmo: ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Coutos, doc. 43; Gaveta 1^a das Igrejas, doc. 231; ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 23, doc. 874 e 875. A questão do Grande Cisma, com o rei D. Fernando a flutuar entre a obediência a Avinhão e a Roma, enquanto o arcebispo bracarense se mantinha inflexível quanto à causa da facção romana, não contribuiu para acalmar os diferendos nos derradeiros anos do reinado de D. Fernando. COSTA, António Domingues de Sousa - *Monumenta Portugaliae Vaticana. Vol. III-1. A Península Ibérica e o Cisma do Ocidente*. Porto: Editorial Franciscana, 1982, p. 170-222.

dos seus dependentes, que a morte quase simultânea do arcebispo e de boa parte dessa clientela tenha deixado um vazio de poder que será preenchido tão cedo⁹⁷⁹. A mitra não volta a ter um poder tão alargado e *exercido* nas três dimensões supramencionadas – catedral, cidade/couto e arquidiocese – durante este período, e o cabido parece partir-se em fações com condutas diversas.

Tal como em Guimarães, também as perdas documentais bracarenses aparentam ser anteriores ao século XVIII, altura em que foram redigidos os índices do arquivo capitular e episcopal, as célebres *Gavetas*, reforçadas já no século XX pela redescoberta da chamada *Coleção Cronológica*. De facto, a documentação de gestão e exploração patrimonial, quer dos bens do cabido e do arcebispo, quer dos cónegos e prelado enquanto indivíduos, perdeu-se quase toda. Prova disso é a escassez de contratos enfiteúticos: se em Guimarães constituem quase 30% da documentação sobrevivente, e ainda mais se tivermos em conta apenas o período 1349-1379, em Braga não chega aos 10% (93 contratos em 1030 documentos). Os 93 contratos dividem-se entre 85 emprazamentos, três aforamentos e cinco arrendamentos. A estes 85 emprazamentos, retiro os 21 que foram contabilizados no gráfico vimaranense, por pertencerem a instituições dessa vila ou do seu julgado; retiro também os do mosteiro de São Simão da Junqueira (Terra de Faria) ou de igrejas suas sufragâneas⁹⁸⁰, dos mosteiros de Fonte Arcada (Terra de Lanhoso)⁹⁸¹, São Martinho de Manhente (Terra de Neiva)⁹⁸², São Romão do Neiva⁹⁸³ e Santa Clara de Entre-os-Rios (Penafiel de Sousa)⁹⁸⁴, das igrejas de São Salvador de Fornelos (Terra de Faria)⁹⁸⁵ e de Santiago de Vila Seca (Terra de Faria)⁹⁸⁶, num total de mais treze emprazamentos. Distribuem-se assim apenas 59 contratos ao longo destas sete décadas, um número que deve corresponder a uma pequeníssima fração daqueles que foram produzidos neste período. Estão

⁹⁷⁹ Sobre a ação desta extraordinária personagem como arcebispo bracarense: COELHO, Maria Helena da Cruz – O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In *IX centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia: Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 389-462.

⁹⁸⁰ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 61, fl. 68-69; nº 65, fl. 71v-72v; nº 74, fl. 80-82; nº 80, fl. 88-89v; nº 84, fl. 93-94; nº 102, fl. 112-113v; nº 115, fl. 123v-125v.

⁹⁸¹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Prazos Particulares, doc. 34.

⁹⁸² ANTT, *Convento do Salvador de Vilar de Frades*, maço 1, doc. 2.

⁹⁸³ ANTT, *Mosteiro de São Romão de Neiva*, maço 1, doc. 4

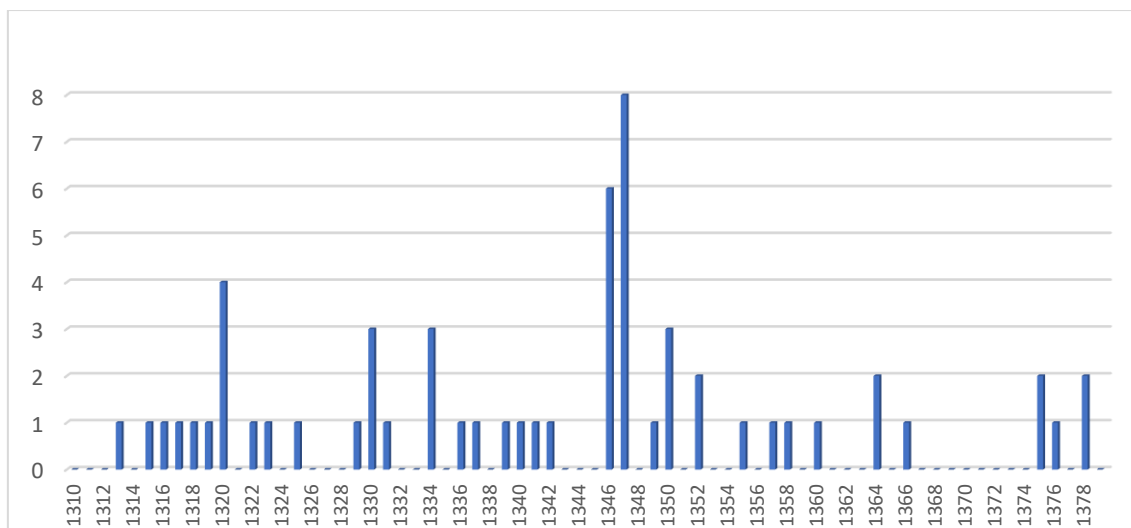
⁹⁸⁴ ANTT, *Convento de Santa Clara do Porto*, maço 60, doc. 31.

⁹⁸⁵ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 84, fl. 93-94;

⁹⁸⁶ ANTT, *Colegiada de Santa Maria de Barcelos*, maço 1, doc. 6.

representados o Cabido e outros proprietários ligados à Sé, a confraria de São João do Souto e os gafos de Braga, além de alguns privados.

Gráfico 21 - Emprazamentos, aforamentos e arrendamentos produzidos por instituições bracarenses



A distribuição temporal dos contratos sobrantes é, uma vez mais, muito distinta da sua congénere vimaranense. Há uma maioria de contratos anteriores à Peste Negra – 41 em 59, praticamente 70% - e a maior concentração dá-se, curiosamente, nos anos de 1346 e 1347. Mais do que sinónimo de catástrofe anterior à Peste, este pico parece relacionar-se com uma reorganização ativa do património por parte do cabido bracarense, com uma capacidade de gestão – com troca de titulares de enfiteuses, sem que o bem chegue a despovoar-se⁹⁸⁷, com emprazamentos proveitosos com futuras doações *post mortem* associadas⁹⁸⁸, entre outros contratos regulares – que se perde, ou permanece indocumentada após a Peste Negra. A influência da epidemia parece sentir-se, mas as provas não são indiscutíveis. A esta análise quantitativa, junta-se alguns capítulos adiante a análise qualitativa possibilitada pelo *Tombo do Cabido*⁹⁸⁹.

No caso bracarense, a tipologia documental que nos permite medir com mais segurança a vitalidade da máquina eclesiástica bracarense, elemento dominante da cidade e do seu couto, é a das sentenças. Em princípio, boa parte das causas eclesiásticas

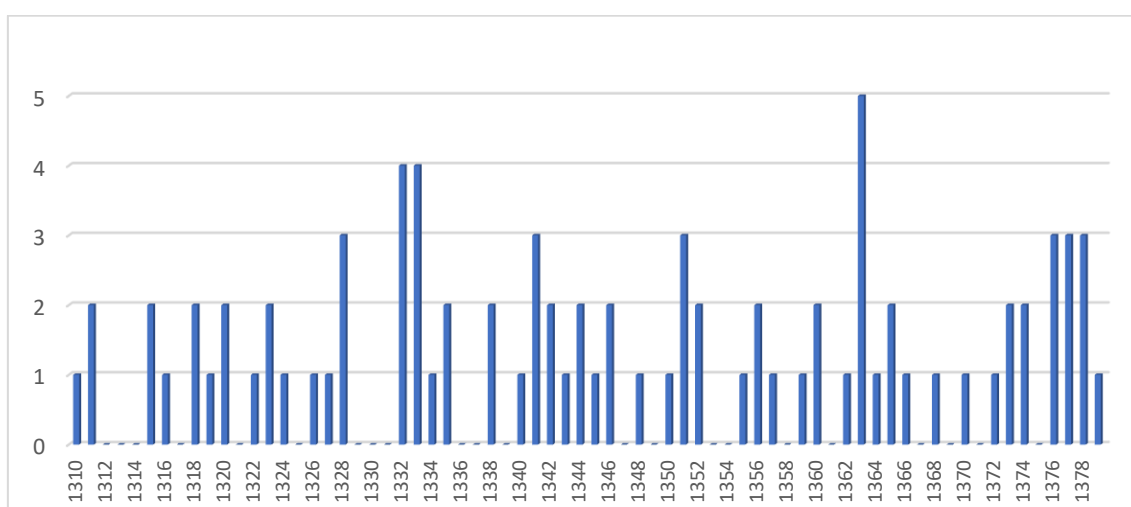
⁹⁸⁷ Como é o exemplo dos contratos preservados em ADB, *Gavetas do Cabido*, Livro 1º dos Testamentos, doc. 65, 74 e 76.

⁹⁸⁸ ADB, *Gavetas do Cabido*, Livro 1º dos Testamentos, doc. 75.

⁹⁸⁹ ADB, *Tombo 1º do Cabido*.

da arquidiocese, as apelações das dioceses sufragâneas e as causas cíveis do território bracarense caíam sob alçada dos juizes do arcebispo e da cidade. Ainda que o cartório do cabido e da mitra bracarenses esteja depauperado para a segunda metade do século XIV, podemos contornar as vicissitudes próprias de Braga através das sentenças produzidas na cidade, mas preservadas em dezenas de fundos de instituições eclesiásticas de todo o território metropolitano de Braga e de alguns privados, matizando os fatores de perda locais e obtendo uma visão mais realista dos fluxos de produção dos juizes bracarenses antes e depois da epidemia pestífera.

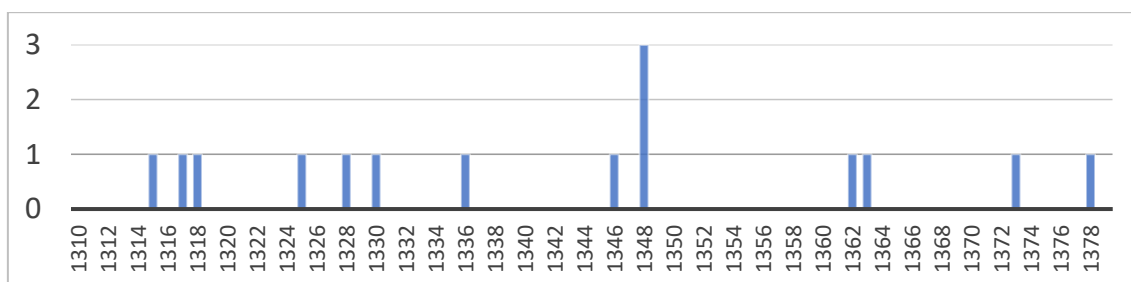
Gráfico 22 - Sentenças produzidas em Braga (1310-1379)



São 86 sentenças, 85 eclesiásticas e uma dirimida pelos juizes régios, com o monarca em Braga, em 1360. Trata-se de uma tipologia documental que, pelos motivos referidos, é menos sujeita às vicissitudes arquivísticas locais. Sendo um número praticamente idêntico ao das sentenças vimaranenses (84 contra 86), representa uma parte mais expressiva do total de documentação sobrevivente (8,5% em Braga, 4,9% em Guimarães). A distribuição é relativamente equilibrada, com 46 sentenças para os anos de 1310 a 1348, e 40 de 1349 a 1379; a média anual é ligeiramente superior no pós-Peste – 1,29 contra o 1,12 do período pré-Peste – o que demonstra que a capacidade de a arquidiocese continuar a exercer a sua atividade legal e jurídica não parece ter sido alterada pela Peste Negra. Apesar dos problemas internos do cabido e da sua aparente menor capacidade de gerir o seu património, da ausência frequente dos arcebispos, a atividade supervisora de Braga e as tarefas eclesiásticas a si confiadas terão continuado com a normalidade possível ao longo das décadas de 1350, 60 e 70.

Por último, e com as mesmas limitações referidas nos gráficos vimaranenses, vejamos os testamentos sobreviventes em Braga. Mesmo com dinâmicas e condicionantes distintas, esta tipologia é igualmente escassa entre os testemunhos sobreviventes, não sendo mais do que dezena e meia ao longo destas sete décadas. Há naturalmente um número superior de testamentos, mesmo se tivermos em conta apenas os beneficiados do cabido, mas muitos deles, acumulando benefícios ou não sendo residentes, viveram e ordenaram as suas últimas vontades fora do território bracarense. De resto, o possível aumento de beneficiados não residentes em Braga no pós-Peste pode ter contribuído ainda mais para a diminuição de derradeiras vontades preservadas nos cartórios bracarenses. Ainda que sempre escassos e muitíssimo menos do que aqueles que deverão ter existido, fica um pequeno gráfico analisando a distribuição cronológica das sobrevivências.

Gráfico 23 - Testamentos produzidos no território bracarense (1310-1379)



À semelhança do que acontece em Guimarães, o conjunto de testamentos bracarenses é demasiado exíguo para que se possa tecer grandes comentários ou tirar conclusões sólidas. Mas, tal como no caso vimaranense, é sugestivo que o ano com mais testamentos - o único com mais de um - seja 1348, com três, e que todos estes testamentos tenham sido redigidos entre 26 de agosto e 27 de outubro desse ano⁹⁹⁰.

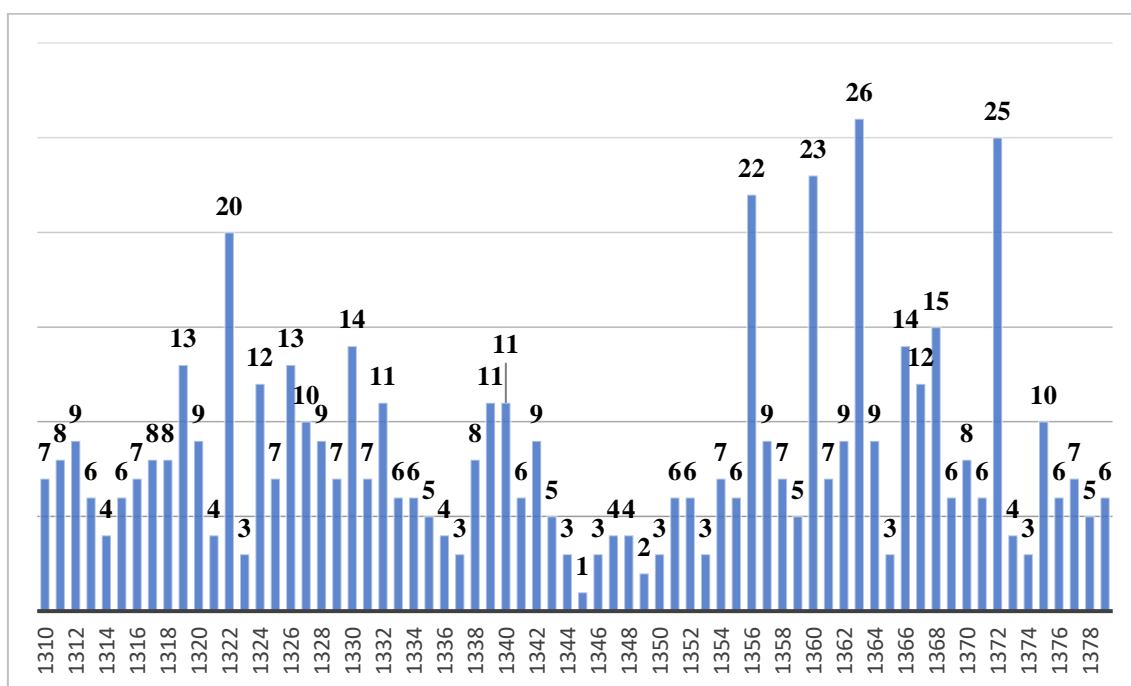
Porto

As sobrevivências documentais do Porto são relativamente escassas, quando comparadas com os volumes preservados não só em Guimarães e Braga, mas também em Évora. É inequívoco que essa diferença revela as perdas volumosas que se produziram ao longo dos anos, mas, como veremos, os fluxos de produção documental

⁹⁹⁰ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Testamentos, doc. 48 e 49; Gaveta da Matéria dos Prazos, Doc. 90.

poderão ser ainda muito reveladores da influência da Peste Negra ou de outros acontecimentos impactantes. As tipologias mais representadas refletem as especificidades da cidade: muita documentação relacionada com os permanentes conflitos entre bispo e o cabido, por um lado, e o rei e o concelho, por outro, uma invulgarmente rica documentação municipal e uma diversidade muito grande de tipologias, com quitações, procurações, comissões, requerimentos, etc. A importante documentação episcopal é outro dos grandes grupos. Ao todo, foram recolhidos 571 testemunhos, distribuídos cronologicamente da seguinte forma:

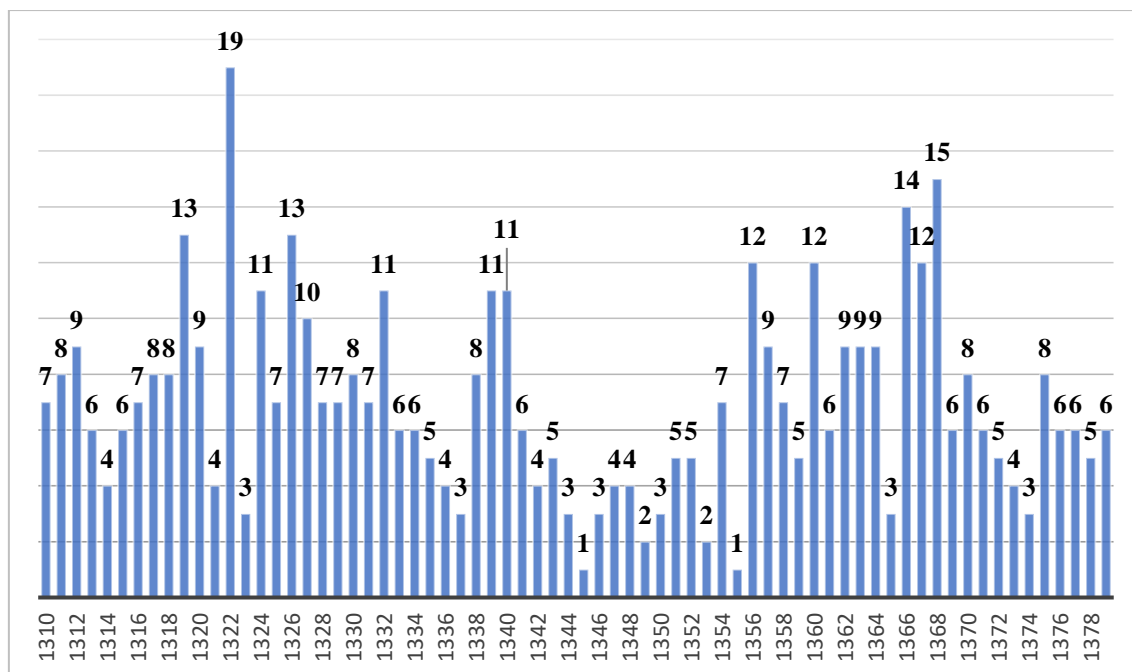
Gráfico 24 - Documentos sobreviventes produzidos no Porto (1310-1379)



O gráfico total dos fluxos de produção documental do Porto não é tão evidente como os de Braga ou Guimarães, nas alterações entre o antes e o depois da Peste Negra. No caso do Porto, porém, vale a pena apresentar um subgrupo que exclui a documentação produzida pela chancelaria régia aquando das estadias do rei na cidade. Muitos dos anos com maior produção são de visitas régias, e apesar de a presença do rei constituir um fator de dinamização que faz todo o sentido incluir na visão geral, vale igualmente a pena retirar esse fator externo, para explorar eventuais diferenças, de outra forma

disfarçadas. Dos 571 documentos sobreviventes, permanecem 486 após a retirada tanto dos diplomas régios, como daqueles provenientes das chancelarias dos infantes⁹⁹¹:

Gráfico 25 - Documentos sobreviventes produzidos no Porto, excluindo os da Chancelaria Régia (1310-1379)



Retirados os diplomas régios, a distribuição dos fluxos documentais apresenta-se quase sem picos extraordinários. Entre estes, vale a pena assinalar dois: o de 1321 e o do final da década de 1360. O primeiro deve-se provavelmente aos mesmos fatores que provocaram a queda assinalável no ano anterior e no posterior: o conflito que opôs D. Dinis ao seu herdeiro, o infante D. Afonso. Este primeiro pico explica-se através ao apuramento dos valores de couros armazenados no Porto, que um grupo considerável de mercadores vimaranenses perdeu por retaliação do infante face à resistência de Guimarães, sendo este conjunto documental o final do processo, para uma compensação pelas perdas e respetivas quitações⁹⁹². Este triénio demonstra-nos como circunstâncias excepcionais podem produzir efeitos opostos nos fluxos de produção documental: dificultar e diminuir a sua produção através da perturbação do quotidiano,

⁹⁹¹ Falo dos dois documentos exarados pela chancelaria do infante D. Afonso, futuro Afonso IV, em 1322 e 1324, e do seu filho, D. Pedro, igualmente antes de subir ao trono, em 1351, 1352 e 1353. ANTT, *Convento de Santa Clara de Guimarães*, maço 1, rolo não numerado; *Corpus Codicum*, Livro 6, p. 19-20, doc. 10, p. 44-45, doc. 28 [Livro I de Pergaminhos da Câmara do Porto]; ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 9^o, fl. 32; ANTT, *Gavetas*, Gav. 19, mç. 2, n.º 23.

⁹⁹² ANTT, *Convento de Santa Clara de Guimarães*, maço 1, rolo não numerado.

mas também promover um fluxo extraordinário, frutos dos problemas criados por esses mesmos acontecimentos. O segundo pico, do final da década de 1360, pode representar um novo ciclo dinâmico – com um número crescente de documentos produzidos pela catedral e pelo município, depois de uma acalmia nos conflitos internos da cidade – que poderá ter sido interrompido pela eclosão das duas primeiras Guerras Fernandinas; porém, trata-se de uma mera sugestão.

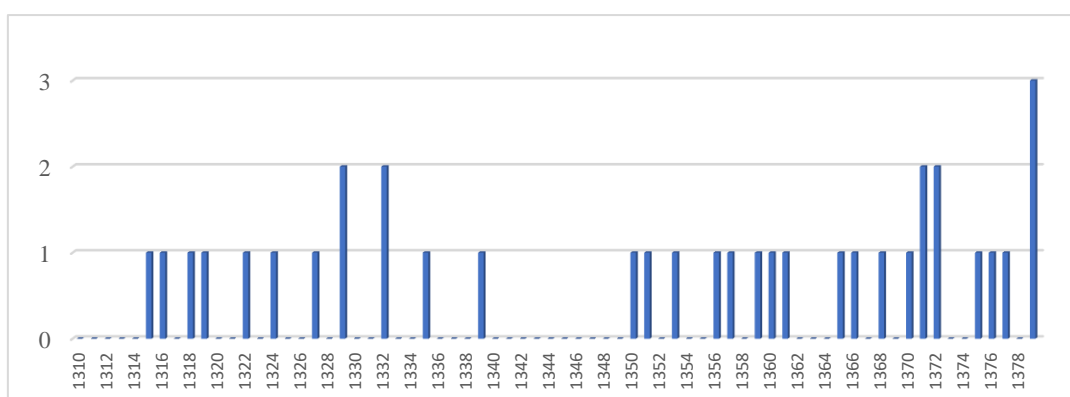
Parece haver dois momentos depressivos assinaláveis: o primeiro diz respeito à década de 1330, onde a produção é pequena e vai diminuindo de forma quase contínua entre 1332 – o início da fome de grandes proporções – e 1337, ano em que houve combates violentos no contexto do conflito entre as coroas portuguesa e castelhana. Faz sentido que uma crise cerealífera particularmente dura se reflita mais numa cidade com as características do Porto do que no resto do Entre-Douro-e-Minho. O abastecimento portuense fazia-se tanto por terra, como por mar⁹⁹³. Cidade comercial e voltada para o rio e para o mar, o Porto não possui, neste período, um termo agrícola onde se possa abastecer de forma direta, nem uma parte importante da população envolvida na exploração de recursos agrícolas. Estaria mais exposta à fome por depender quase exclusivamente do abastecimento externo? Terá o Porto sentido mais duramente os *anos maus* da década de 1330? Noutras áreas do Norte, estes anos provocaram uma reação oposta nos fluxos de produção documental, favorecendo o mercado de vendas de bens alodiais a privados poderosos. Não sendo impossível que duas regiões reagem de maneira oposta às mesmas circunstâncias – vê-lo-emos várias vezes com a Peste –, os dados são demasiado escassos para que se possa encerrar a questão. A segunda quebra diz respeito ao início da década de 1340, atravessando a Peste Negra e mantendo a produção documental local em níveis muito baixos até 1355. Uma análise geral dos fluxos documentais do Porto denuncia uma depressão bem anterior à Peste e que esta, no máximo, mantém por quase mais uma década. A epidemia terá sido uma agravante de uma situação frágil, pelas dificuldades de

⁹⁹³ O abastecimento marítimo e a sua importância, também fiscal, são-nos revelados pela sentença dirimida pelo almoxarife do Porto em 1319, Nicolau Pais, na presença do seu escrivão António Fernandes, encerrando uma demanda entre o Cabido da Sé do Porto e o Concelho do Porto. Na origem do pleito estava o direito dos colheres, que o Cabido reivindicava como seu sobre todos aqueles que traziam pão ao Porto por mar, que depois arrendava a colhereiras. O concelho contesta, mas o almoxarife dá como provadas as alegações do Cabido após inquirição de diversas testemunhas. ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 15^o, fl. 19.

abastecimento, recrudescimentos dos conflitos entre as autoridades civis e eclesiásticas e um conjunto de outros fatores possíveis, e não causa principal desse ciclo.

Sendo uma das tipologias mais representadas nos restantes tabelionados, a documentação de gestão patrimonial – enfiteuse e arrendamentos – é muito escassa na circunscrição tabeliônica do Porto. É, aliás, um dos conjuntos dessa tipologia mais pequenos entre todos os tabelionados analisados individualmente: excluindo alguns emprazamentos e aforamentos de bens régios feitos por acaso no Porto, sobram apenas 35 contratos, sendo também o território onde esta tipologia tem a menor importância relativa, com cerca de 6% do total de sobrevivências. Ainda que quase 2/3 digam respeito ao período de 1349-1379, o escasso número – por certo, apenas uma pequeníssima parte do volume original – não permite tecer grandes considerações quanto à influência de certos eventos na produção de contratos de cedência de domínio útil. Vale a pena sublinhar, contudo, que também neste caso o longo silêncio documental se inicia muito antes da Peste, e a década de 1340 é a única de que não sobrevive um único contrato enfiteutico, num intervalo que vai de 1339 a 1350, coincidindo com boa parte do grande ciclo depressivo já referido.

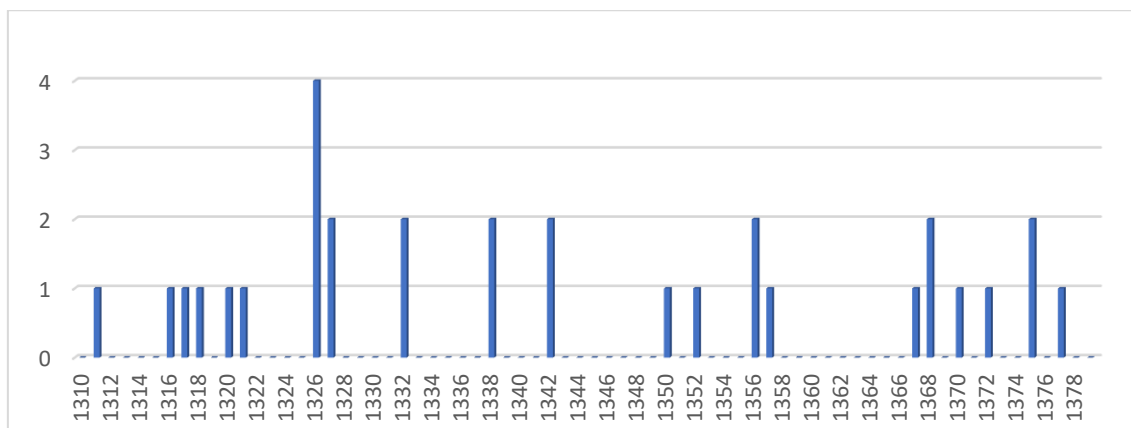
Gráfico 26 - Emprazamentos, aforamentos e arrendamentos produzidos no Porto (1310-1379)



Depois da breve caracterização das tipologias documentais mais representadas e dos fatores de influência na seleção mais ou menos passiva da documentação preservada ao longo dos séculos, não será surpreendente encontrar nas sentenças uma tipologia quase tão relevante como a dos contratos enfiteuticos. É, mesmo assim, um volume pequeno: 31 documentos. Sentenças de oficiais régios como o corregedor, o almoxarife ou meirinhos, sentenças do próprio rei ou dos membros do seu desembargo,

sentenças episcopais ou de arbitragem. O Porto assiste a abundantes conflitos de todos os tipos, e essa vivência reflete-se nas sobrevivências. Sendo um volume pequeno, e parecendo responder às dinâmicas próprias dos conflitos e sem relação com a Peste Negra, os 31 testemunhos distribuem-se da seguinte forma:

Gráfico 27 - Sentenças produzidas no Porto (1310-1379)



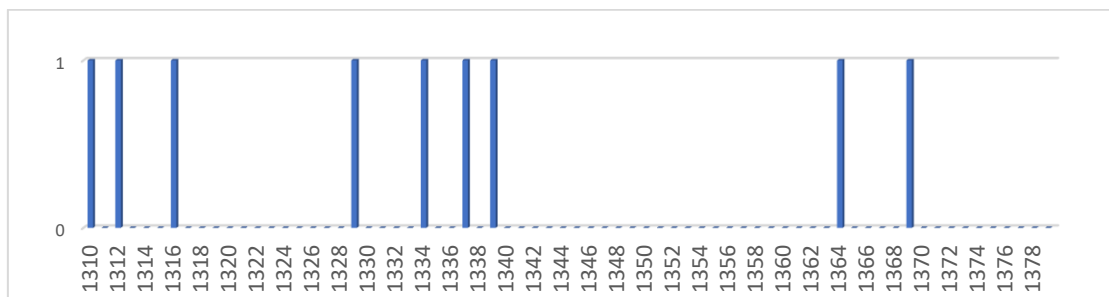
A média de produção anual não varia de forma relevante após a Peste Negra. O pequeno volume documental poderá explicar a constância, mas é possível que esta possua uma justificação semelhante ao caso de Braga: diversas sentenças preservadas em fundos de mosteiros da diocese do Porto permitem colmatar a perda generalizada de documentação da própria catedral, matizando as diferenças entre o período que antecede e aquele que sucede à Peste Negra⁹⁹⁴.

Também os testamentos rareiam no Porto, ainda que, nesse ponto, a produção documental portuense vá ao encontro ao que acontece nas suas congéneres mais representadas, tanto do Entre-Douro-e-Minho, como do Entre-Tejo-e-Odiana. São apenas nove documentos – sete testamentos e dois codicilos de testadores de quem se desconhece o testamento original. Não sendo possível retirar grandes conclusões, este

⁹⁹⁴ É o caso de sentenças preservadas nos fundos dos mosteiros de Grijó, Pedroso, Rio Tinto, Vila Cova de Sandim, Ancede, Moreira da Maia e Entre-os-Rios: ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43 (Tombo de títulos de doações, compras, vendas, escambos, testamentos e outras coisas pertencentes à freguesia e couto de Grijó), fl. 237-239v, doc. 5 e fl. 324-326, doc. 2; liv. 45 (Tombo de "doações e mais títulos dos bens do Mosteiro de Grijó"), fl. 56-59, doc. 2; liv. 51 (Igrejas do Padroado de Grijó), fl. 6-7, doc. 5; AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 88 e 205; ANTT, *Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto*, maço 4, vários não numerados; ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vila Cova de Sandim*, Documentos Vários, Maço 1, doc. 15; ADP, *Convento de Santo André de Ancede - Baião*, Livro 29, Documentos Vários, fl. 102v-105v; ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 12, doc. 8; ANTT, *Convento de Santa Clara do Porto*, maço 59, n.º 18.

pequeno conjunto divide-se desigualmente entre os períodos anterior e posterior da epidemia, com sete contra dois documentos. A justificação parcial pode ser semelhante à que propus para Braga: dos sete testamentos e codicilos anteriores à Peste, quatro testamentos pertencem a membros do clero capitular⁹⁹⁵, não havendo um único proveniente deste grupo nos dois pós-Peste. Também aqui a dinâmica de acumulação de benefícios e ausência dos seus titulares poderá ter contribuído para a diminuição da redação de testamentos de cónegos e dignidades portuenses na própria cidade do Porto, enquanto a generosidade dos vizinhos e cidadãos do Porto se poderá ter voltado para um sem número de outras instituições cujos fundos perderam toda, ou quase toda, a documentação trecentista – de albergarias, confrarias, gafarias e hospitais, aos mendicantes do Porto – o mesmo tipo de instituições que os habitantes de Montpellier, por exemplo, começavam a preferir em detrimento das igrejas paroquiais e da catedral, mesmo antes da Peste Negra, num processo que só terá sido acelerado por esta⁹⁹⁶.

Gráfico 28 - Testamentos redigidos no Porto (1310-1379)



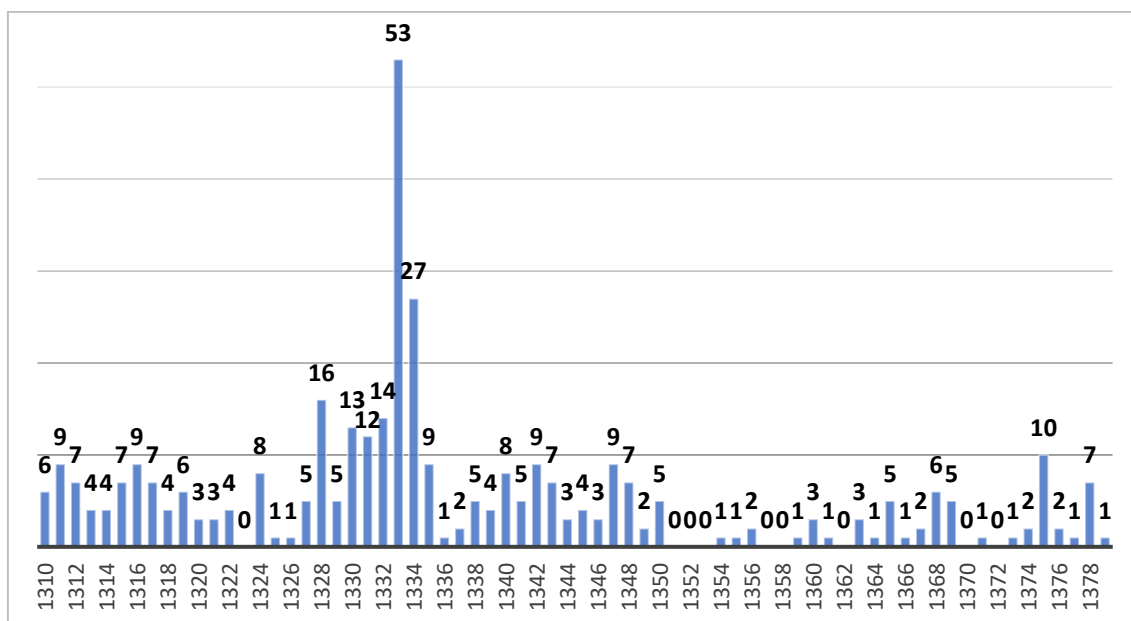
Terra de Faria

O quarto julgado mais representado no Entre-Douro-e-Minho é novamente o de Faria, incluindo Rates, Póvoa do Varzim e Vila do Conde, com 369 sobrevivências documentais, provenientes de diversas instituições. Se a deteção das homónimias é impossível na maioria dos casos, a análise dos fluxos de produção não é impossibilitada por a maioria dos documentos se preservar apenas em cópias setecentistas. E estes, como fica claro no gráfico 29, são eloquentes.

⁹⁹⁵ ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 9º, fl. 25; Livro 20º, fl. 19 e 28; *Censual do Cabido do Sé do Porto*, p. 447-448 [fl. 116v do manuscrito].

⁹⁹⁶ REYERSON, Kathryn L. – Changes in testamentary practice at Montpellier on the eve of the Black Death. *Church History* 47:3 (1978), p. 253-69.

Gráfico 29 - Documentos sobreviventes produzidos na Terra de Faria, Rates, Vila do Conde e Póvoa de Varzim (1310-1379)

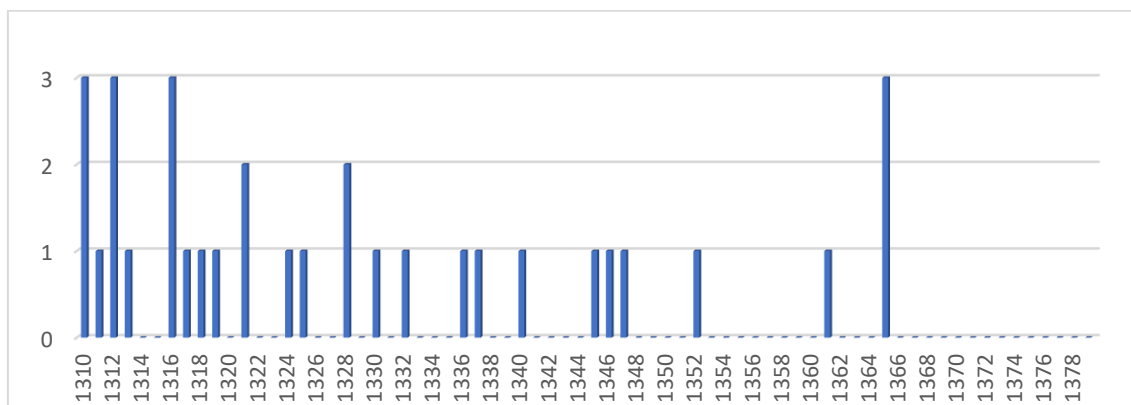


A tendência de produção tem semelhanças com a bracarense. Os principais produtores de documentação da Terra de Faria são os mosteiros e alguns agentes externos com interesses locais, como cónegos de Braga ou o próprio arcebispo de Braga, a título pessoal. Com o elemento bracarense quase desaparecido da produção dos tabelionados de Faria após 1348, a produção dos mosteiros apresenta o mesmo comportamento. Neste caso, tendo em conta que os processos de conservação da documentação em cada instituição terão sido semelhantes para o período de antes e depois de 1348, é difícil assumir que poderá ter existido, em tempos, uma produção documental semelhante no *antes e depois*, e que outros fatores que não a diminuição efetiva dos diplomas possam explicar esta disparidade de valores – 205 documentos produzidos entre 1310 e 1348, inclusive, e 64 documentos para os anos de 1349 a 1379. As tipologias documentais também poderão contribuir para uma leitura mais clara destes dados.

Tal como nos casos de Guimarães e de Braga, neste gráfico têm lugar emprazamentos das instituições de Faria que, por força da normativa, foram redigidas em Braga, mas dizem respeito a bens e instituições da terra em causa. Não tendo entrado na contagem da produção local, são indispensáveis à leitura das sobrevivências dos fluxos de produção da documentação patrimonial. Assim, aos 24 emprazamentos,

aforamentos e arrendamentos produzidos e ainda documentados neste período na Terra de Faria, acrescentam-se nove que já haviam sido subtraídos à contagem bracarense, num total de 33.

Gráfico 30 - Emprazamentos, aforamentos e arrendamentos produzidos na Terra de Faria (1310-1379)



Como se vê, também em Faria os registos da exploração indireta da propriedade são residuais, constituindo menos de 10% do total de sobrevivências (entre as quais só se incluem 24 dos contratos). Mas, ainda que seja difícil definir padrões a partir de uma amostra tão diminuta, não é possível negar que a maioria dos registos, 28 em 33, pertence ao período anterior a 1348/49. Significará isto uma maior estabilidade do conjunto de foreiros dos mosteiros da região? Creio que não. Em Guimarães, a preservação da documentação patrimonial permite perceber uma verdadeira explosão no volume de emprazamentos logo após a Peste, num movimento que sugere que as instituições puderam reorganizar-se rapidamente e que o contingente demográfico permitia a reposição de, pelo menos, uma parte da população anterior de enfiteutas. Em Braga, a organização própria da cidade e do seu governo, da estrutura eclesiástica e o vazio deixado pela morte do arcebispo e de vários dignitários de relevo, impedem que um movimento análogo ao de Guimarães tenha lugar, ou que a sua ação fique inequivocamente documentada. No caso de Faria, onde o mosteiro da Junqueira é o maior contribuinte documental, nota-se algo próximo do que aconteceu em Braga, ou seja, o mosteiro parece ser incapaz de recuperar os ritmos de gestão e exploração, independentemente da capacidade de resposta das populações fixadas nestas terras. Poderia haver um conjunto assinalável de potenciais enfiteutas, mas as instituições

veem-se impossibilitadas de dar resposta a todas as obrigações religiosas, fiscais e administrativas.

No que diz respeito às outras duas tipologias individualizadas nos gráficos vimaranenses e bracarenenses, os números são escassos e pouco expressivos. Ainda assim, e procurando disponibilizar todos os elementos, deixo os gráficos relativos às sentenças e aos testamentos produzidos neste território, durante o período em estudo, e que ainda sobrevivem:

Gráfico 31 - Sentenças dirimidas na Terra de Faria (1310-1379)



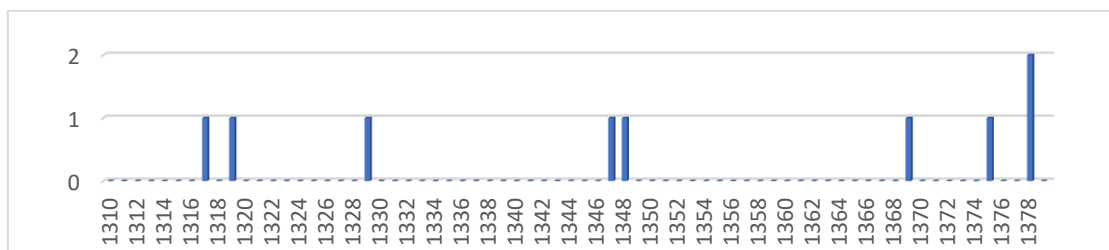
Estas sentenças foram dirimidas localmente, por juízes da Terra de Faria, mas também por alguns juízes senhoriais⁹⁹⁷ e eclesiásticos⁹⁹⁸. Com apenas dezoito testemunhos, resta assinalar que a maioria dos poucos registos diz respeito ao período pré-Peste, coincidindo com a tendência da documentação total e dos contratos enfiteúticos na região. No que diz respeito aos testamentos, como adiante se vê, sobrevivem apenas nove. Chamo apenas a atenção para o facto de um deles ter sido redigido a 19 de outubro de 1348⁹⁹⁹.

⁹⁹⁷ Como, por exemplo, o almoxarife do conde de Neiva, D. Gonçalo Teles, quando a Terra de Faria integrou o seu (também efémero) senhorio - ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 9 (Tombo Real, Livro Segundo), nº 108, fl. 108v-109v.

⁹⁹⁸ Do próprio arcebispo a juízes nomeados para arbitragem de um conflito específico: ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 196; ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 10, doc. 418; ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 97, fl. 105v-107; nº 108, fl. 117v-118.

⁹⁹⁹ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), nº 72, fl. 85v-87v.

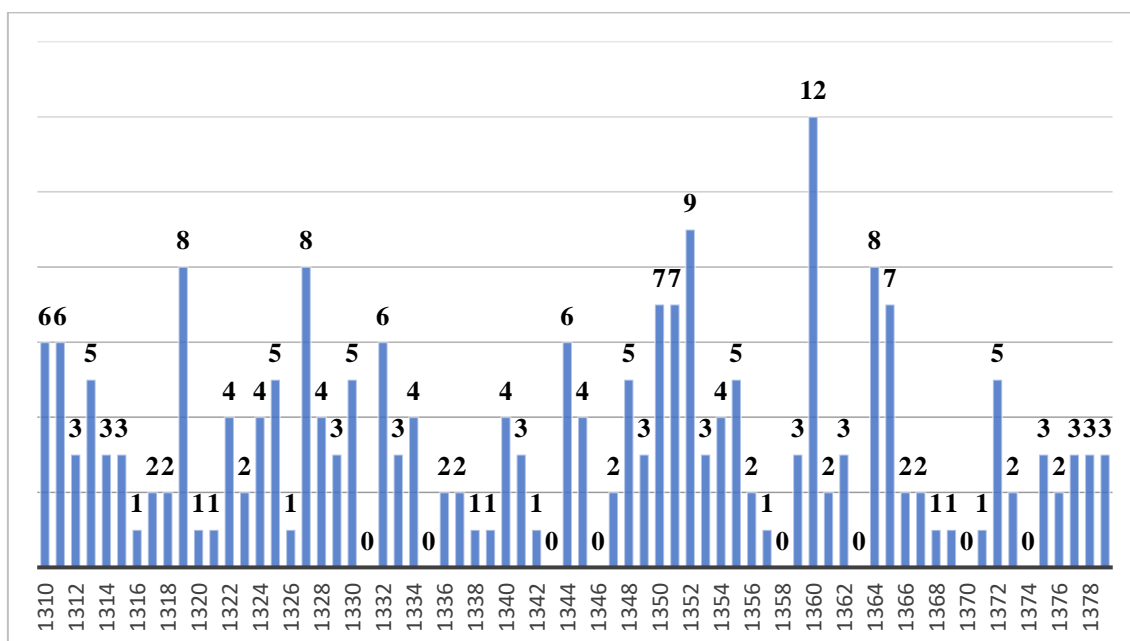
Gráfico 32 - Testamentos redigidos na Terra de Faria (1310-1379)



Terra da Maia, Bouças, Gondomar, Massarelos, Azurara e Pindelo

Logo a seguir à Terra de Faria, a Terra da Maia é a circunscrição do Entre-Douro-e-Minho que possui um maior número de sobrevivências documentais sem contar com um importante centro urbano: 224. Distribuem-se cronologicamente da seguinte forma:

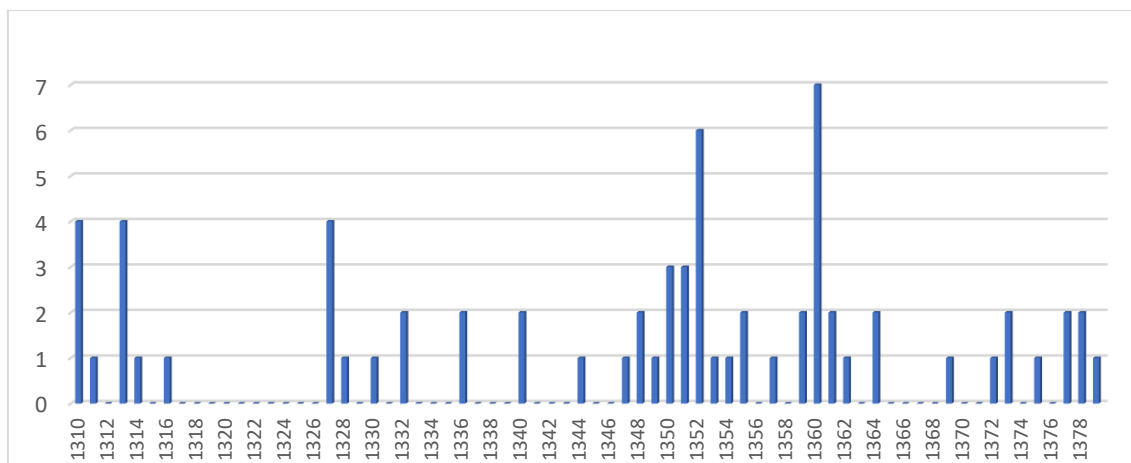
Gráfico 33 - Documentos sobreviventes produzidos na Terra da Maia, Bouças, Gondomar, Massarelos, Azurara e Pindelo (1310-1379)



O gráfico das sobrevivências maiatas e gondomarenses não parece revelar sinais de uma especial perturbação, ainda que haja um certo crescimento na produção nos anos que se seguiram à Peste Negra. À semelhança do que aconteceu também na análise às carreiras dos tabeliães deste território, a imagem geral não parece decisivamente marcada pela Peste; se o foi, as instituições mantiveram uma certa *normalidade* na produção documental, o que revela, pelo menos, uma plasticidade coletiva assinalável.

Descendo às tipologias, o cenário muda ligeiramente. Entre o *corpus* de aforamentos, emprazamentos e arrendamentos sobreviventes, contam-se 69 testemunhos:

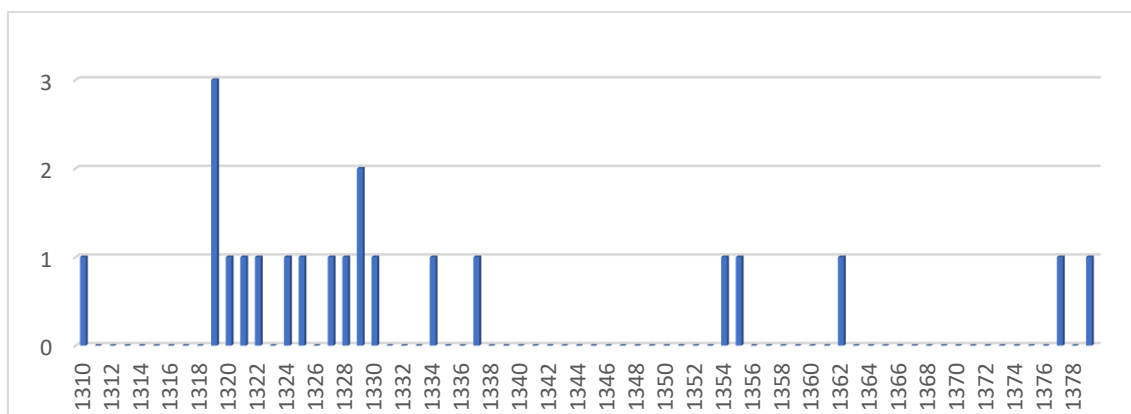
Gráfico 34 - Emprazamentos, aforamentos e arrendamentos produzidos na Terra da Maia, Bouças, Gondomar, Massarelos, Azurara e Pindelo (1310-1379)



Os contratos enfiteúticos e arrendamentos distribuem-se de forma um pouco mais sugestiva. Além de quase 2/3 dos documentos deste conjunto (42) terem sido redigidos entre 1349 e 1379, inclusive, a maior série de anos seguidos com contratos registados é a que vai de 1347 a 1355, com destaque para os anos de 1350-1352. Esta reação um pouco mais tardia pode estar relacionada com uma certa dificuldade em encontrar foreiros, no retomar da gestão possível dos bens dos diversos mosteiros, ou ambos os fatores. O pico de 1360 poderá ainda incluir-se nesta dinâmica de lenta recuperação, depois de uma década dura. A *Pestis secunda* só eclodirá em Portugal em 1362 e não poderá ter, neste caso concreto, responsabilidade alguma. Não sendo este conjunto de documentos uma prova irrefutável de uma influência esmagadora da Peste, revela alguns indícios que, integrados no conjunto geral, pesam como argumentos: há um maior movimento de contratualização após 1349 do que nas décadas anteriores.

As sentenças (e alguns processos dos quais não sobrevivem sentenças) existem em número assinalável: 21. Esta abundância parece explicar-se através dos conflitos dos mosteiros entre si, com os seus foreiros, com a diocese do Porto, entre a própria comunidade de um mosteiro. As sentenças e as demandas inconclusas distribuem-se da seguinte forma:

Gráfico 35 - Sentenças produzidas na Terra da Maia, Bouças, Gondomar, Massarelos, Azurara e Pindelo (1310-1379)



Este gráfico é um dos mais interessantes da série deste tabelionato. 3/4 das sentenças situam-se antes da Peste, sobretudo naquela que parece ter sido uma conflituosa década de 1320. Porém, a escassez de notícias da conclusão ou avanço de demandas começa bem antes da Peste Negra. Mesmo que não seja possível atribuir à epidemia a responsabilidade numa certa letargia da conflitualidade local, não voltaremos a ter um número assinalável deste tipo de documentos até ao final do período em estudo. Importa sublinhar que, à semelhança de Guimarães e de Faria, estas sentenças dizem respeito, sobretudo, aos juízes da Maia ou a algum oficial régio, pelo que decisões em tribunais eclesiásticos da diocese (Porto) ou da metrópole (Braga) não entram nesta contabilidade. É evidente, qualquer que seja a explicação, que os juízes da Maia produziram poucas sentenças ou, por outro lado, dirimiram maioritariamente contra as instituições detentoras dos cartórios que nos chegaram, menos preocupadas em preservar diplomas cujo conteúdo ia contra os seus interesses. A derradeira tipologia entre as que têm sido individualizadas é, como na Terra da Maia, como na Terra de Faria, residual. Sobrevivem apenas dois testamentos, um de 1315¹⁰⁰⁰ e outro de 1318¹⁰⁰¹, ambos de mulheres, mas que nada dizem sobre o tema em estudo.

Gaia e Vila Nova a par de Gaia

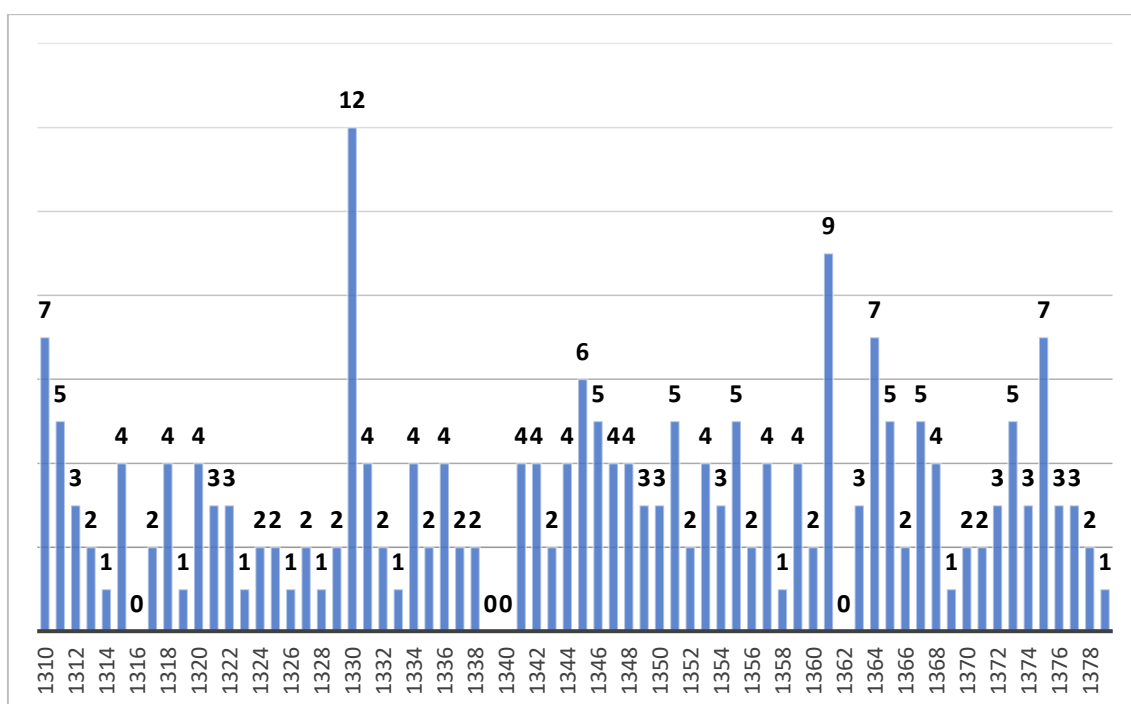
Possuindo praticamente o mesmo número de sobrevivências documentais que as terras da Maia, Bouças e Gondomar, as vilas gêmeas de Gaia e Vila Nova viram

¹⁰⁰⁰ ANTT, Mosteiro do Salvador de Vairão, maço 7, doc. 22.

¹⁰⁰¹ ANTT, Mosteiro do Salvador de Moreira, maço 10, doc. 17.

produzir, nestes setenta anos, 221 documentos que sobreviveram até aos nossos dias. Tal como foi referido na análise das carreiras tabeliônicas, este território possui um assinalável número de documentos provenientes de importantes instituições monásticas, produzido tanto por escrivães locais, como por tabeliães. A variedade de contextos de produção e a proximidade ao Porto tornam a análise de Gaia particularmente relevante como meio de comparação. Os testemunhos distribuem-se assim:

Gráfico 36 - Documentos sobreviventes produzidos nos julgados de Gaia e de Vila Nova a par de Gaia (1310-1379)



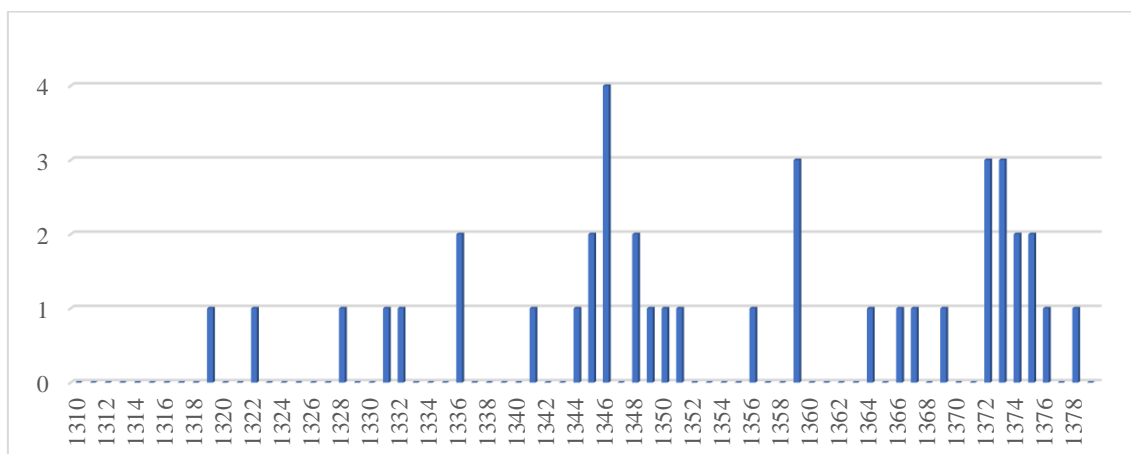
Os fluxos de produção anual de documentação geral de Gaia e de Vila Nova não revelam uma influência visível da Peste Negra. A distribuição é relativamente harmoniosa, com metade dos documentos produzida antes da Peste Negra e outra metade após. O maior intervalo sem documentação diz respeito aos anos de 1339 e 1340, para os quais não há qualquer testemunho preservado. Nota ainda para o silêncio documental de 1362, que só é quebrado em dezembro de 1363, mês para o qual temos três renúncias, provavelmente relacionadas tanto com a Peste Negra, como a *Pestis secunda*¹⁰⁰². Neste

¹⁰⁰² Todas elas preservadas no mesmo suporte: ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43 (Tombo de títulos de doações, compras, vendas, escambos, testamentos e outras coisas pertencentes à freguesia e couro de Grijó), fl. 62v-63v, doc. 16. Estes documentos estarão, de resto, relacionados com a Peste Negra. Trata-se de renúncias dos filhos e noras de Vicente Simões, que deixam ao Mosteiro de Grijó todo o seu

território, a presença régia faz-se sentir menos do que no Porto, pelo que deixou apenas a referência aos anos em que o volume de diplomas é inflacionado pela presença régia: 1330, quando a chancelaria de D. Afonso IV é responsável por 10 dos 12 documentos produzidos em Gaia e no seu julgado que ainda sobrevivem¹⁰⁰³; 1355, com uma única carta régia no pequeno conjunto de cinco documentos desse ano¹⁰⁰⁴.

Descendo às tipologias mais representadas, deve-se realçar o número de enfiteuses e o par de arrendamentos que sobrevivem, favorecidos pelo grau de conservação dos mosteiros do território gaiense. Tal como noutras áreas, foram retirados os aforamentos de bens régios, redigidos em Gaia apenas por o rei estar circunstancialmente presente e respeitantes a propriedades noutros territórios. Sobra um total de 40 contratos, constituindo quase 1/5 das sobrevivências, com um número relativo e absoluto maior do que o do Porto, por exemplo:

Gráfico 37 - Emprazamentos, aforamentos e arrendamentos produzidos nos julgados de Gaia e Vila Nova



direito na herdade em Figueira do Mato, julgado de Gaia, pela qual o mosteiro deveria receber uma quaira de trigo anualmente, para manter uma lâmpada na capela de Santa Maria do mosteiro, por alma de Vicente Simões. O testador falecera já passava de 15 anos, não tendo pagado o trigo nesses anos, e jazendo a herdade erma, rendendo menos do que por ela deveriam pagar. Além de ser possível que o testador tenha morrido de Peste em 1348, pode ser esse o mesmo motivo pelo qual a herdade está erma, e não é improvável que este gesto tenha sido tido pelos descendentes de Vicente Simões após a *Pestis secunda*, que lavrou em 1362 e que será um provável responsável pelo total silêncio documental de quase dois anos neste território.

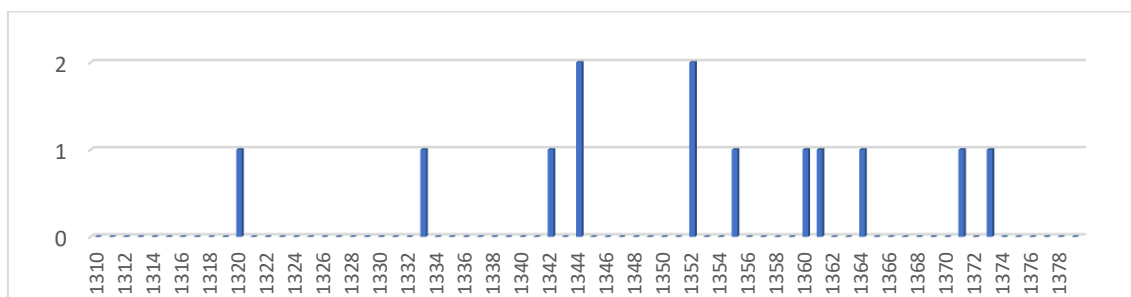
¹⁰⁰³ *Chancelaria de D. Afonso IV...*, vol. I, doc. 188, 189, 191, 200, 201, 205, p. 202-206, 215-217, 221-222; AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 116; ANTT, *Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto*, maço 5, não numerado; ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), nº 52a, fl. 63v-64; ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 8, doc. 27.

¹⁰⁰⁴ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 46 (Jurisdição Secular e Privilégios dos Reis), fl. 8v-9.

Tal como no Porto, a distribuição temporal dos contratos enfitêuticos e de arrendamento não revela qualquer influência direta da Peste Negra. De facto, o maior número de contratos concentra-se nos anos que antecedem a eclosão da pandemia, com nove produzidos entre 1344 e o início de 1348. Há uma concentração assinalável no início da década de 1370, o que demonstra que as Guerras Fernandinas, funestas para as cidades de Braga, Porto e Guimarães, tiveram uma influência menor na margem esquerda do Douro, pelo menos no que diz respeito aos domínios monásticos dessa área. Tal como no Porto, apesar do longo interregno de documentação notarial, não é no volume de contratos de exploração patrimonial que a Peste se revela.

Tanto as sentenças como os testamentos que sobrevivem na documentação gaiense produzida entre 1310 e 1379 constituem grupos residuais. Os testamentos, com apenas dois documentos (um de 1345¹⁰⁰⁵, outro de 1355)¹⁰⁰⁶, não permitem o estabelecimento de qualquer correlação com a Peste Negra ou qualquer outro fenómeno. Chegaram-nos 13 sentenças, mais numerosas do que os testamentos, mas ainda assim escasso:

Gráfico 38 - Sentenças produzidas nos julgados de Gaia e Vila Nova (1310-1379)



A documentação de Gaia revela alguns problemas levantados pela Peste Negra, mas estes provêm sobretudo do silêncio documental e da eventual morte de metade dos seus tabeliães. Combinando os documentos provenientes de todas as instituições deste território, tal como no Porto, não é possível notar de forma evidente, como – mesmo de formas distintas – o fazemos tanto na maioria das restantes circunscrições do Entre-Douro-e-Minho, como nas principais do Entre-Tejo-e-Odiana. Integrada numa

¹⁰⁰⁵ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 44 (Tombo de títulos de doações, testamento, compras, escambos e outras coisas pertencentes" ao Mosteiro de Grijó), fl. 239v-240.

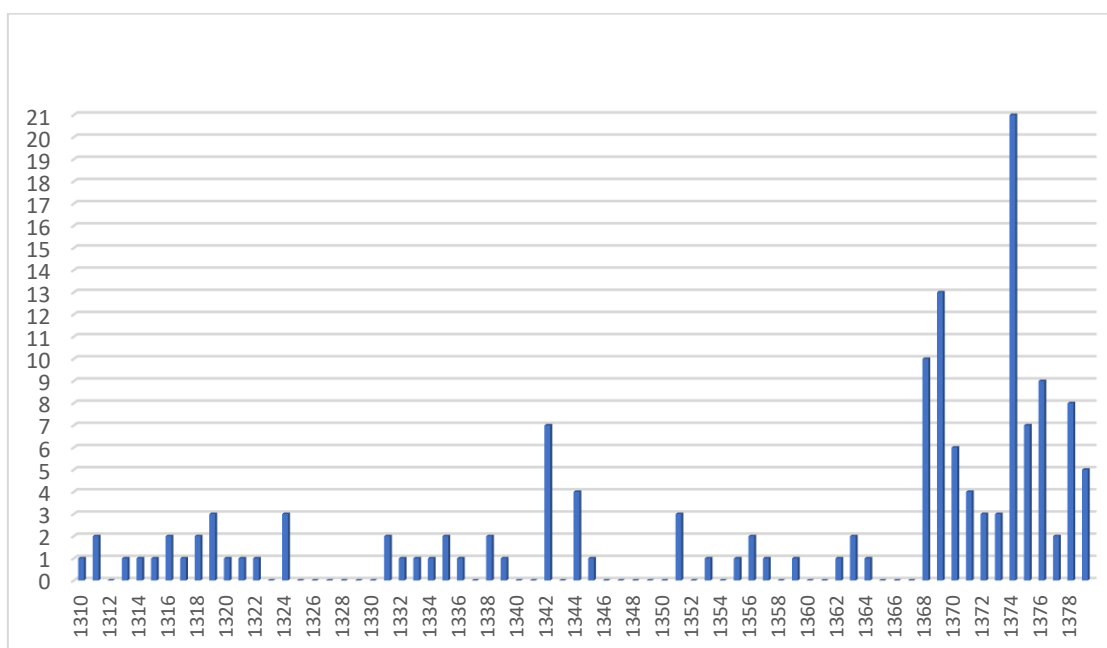
¹⁰⁰⁶ ANTT, *Mosteiro de Corpus Christi*, maço 47, n.º 24.

dinâmica urbano-comercial intimamente ligada ao Porto, a documentação da margem esquerda do curso final do Douro confirma as tendências da margem oposta, e revela um impacto diferente e, em parte, bem menos visível, da Peste Negra na região.

Baião e Soalhães

Antes de passarmos à análise geral do Entre-Douro-e-Minho, será útil incluir os fluxos de produção do território de Baião e Soalhães. Como foi dito, optei por não incluir este território na análise do tabelionato, por a maioria dos seus 147 documentos sobreviventes ser de escrivães do mosteiro de Ancede, mas essa característica não impede esta análise em concreto, ainda que seja centrada, na sua esmagadora maioria, na produção do dito mosteiro:

Gráfico 39 - Documentos produzidos nas terras de Baião de Soalhães (1310-1379)



À primeira vista, o padrão parece ser um tanto aleatório, mas creio que há algumas notas que podem torná-lo mais claro. Em primeiro lugar, a maioria da documentação sobrevivente foi preservada em cópias do século XVIII, pelo que, já nesse período, os copistas estariam limitados aos originais que ainda sobrevivessem – e, neste caso, parece ter havido problemas de conservação. Em segundo, o grande destaque deste conjunto documental é a ação de um prior de Ancede, D. Vasco Martins, cujo início do

priorado terá sido logo marcado pela realização de um tomo de bens, em 1362¹⁰⁰⁷, tendo depois tomado as rédeas da gestão do cenóbio e procedido a uma vaga de emprazamentos, para os quais parecia ter potenciais foreiros disponíveis, mas havia falhado, até então, a capacidade institucional de reorganizar a gestão do mosteiro. Sabemos que a Peste se fez sentir por aquelas paragens, sendo lembrada ainda no tomo de 1362, ainda que a referência possa incluir igualmente a *Pestis secunda*¹⁰⁰⁸. Tratando-se sobretudo de emprazamentos, a divisão por tipologias teria pouca utilidade, pelo que me detenho aqui.

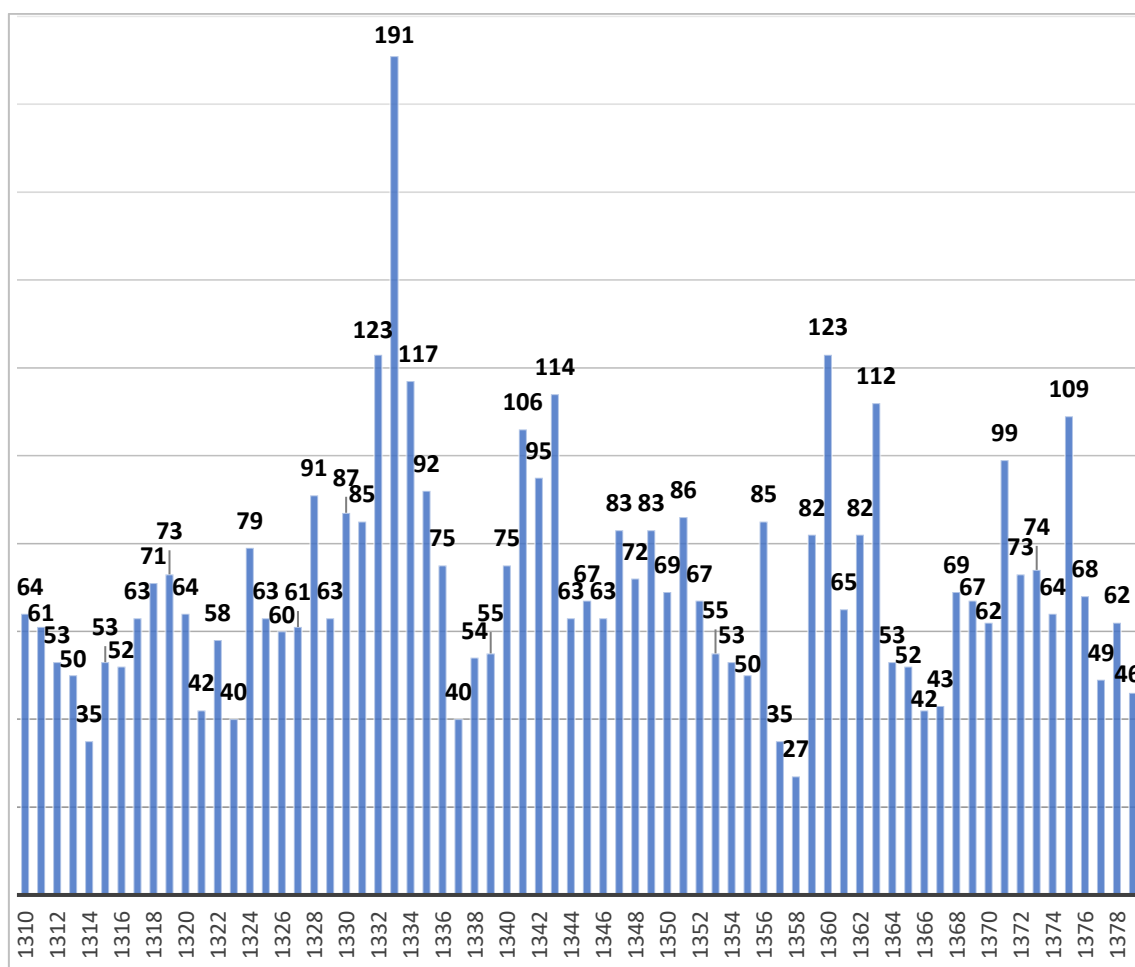
Análise global do Entre-Douro-e-Minho

A documentação produzida no Entre-Douro-e-Minho ao longo dos 70 anos em análise atinge quase cinco milhares de testemunhos sobreviventes - 4959. Com uma média de mais de 70 documentos produzidos em cada ano, tanto a análise global como a tipológica poderão fornecer dados esclarecedores através da distribuição e interpretação das variações dos fluxos de produção. Entre as 40 circunscrições territoriais, as sete mais documentadas são responsáveis por 4278 dos 4959 documentos sobreviventes recolhidos. Assim, 17,5% dos tabelionados representam pouco mais de 86% de toda a documentação produzida entre 1310 e 1379 no Entre-Douro-e-Minho. Este vasto *corpus* distribui-se cronologicamente da seguinte forma:

¹⁰⁰⁷ Este tomo foi publicado por Amândio Barros, mas a data referida na introdução, 1400, diz respeito à Era de César, pelo que foi redigido no ano de 1362. Há pelo menos duas cópias preservadas no Arquivo Distrital do Porto, no fundo do Mosteiro de Ancede. Arquivo Distrital do Porto, *Convento de Santo André de Ancede*, Tombo; Livro 2, Tombo 1º de Títulos Velhos, fl. 179-216v. BARROS, Amândio Jorge Morais – Tombo do Mosteiro de Ancede (século XIV). *Douro: estudos & documentos* 8:16 (2003), p. 217-308.

¹⁰⁰⁸ “Outrosy a o mosteiro o padroado da Egreja de Miomaaes o qual foy de Marinha Affomso dona que foy de Sao Romaa. O padroado da dicta egreja pertence asy huum terço era da dicta dona e de Gonçalo Velho seu hirmao e o outro terço e do Spital e o outro de Christus. Gonçallo Velho avya tres filhos convem a saber Alvaro Velho que mataram e hua filha que moreu nas pestillencias e Lionor Gonçallvez madre de Pero Lourenço Buval e a dicta Marinha Affomso vendeu do padroado os quinhos dos sobredictos dous filhos do dicto Gonçallo Velho e o quinhom de Lionor Gonçallvez ficou a Pero Lourenço seu filho asy que do dicto terço nom mingoa que nom o aja o mosteiro senom o quinhom do dicto Pero Lourenço e qualquer que for apresentado a dicta egreja nom ha de tomar a pose nem chaves della salvo a quem a der o mosteiro segundo enformaçom que deu a dicta dona ante que morese falando ao prior de Sancta Crux”. Arquivo Distrital do Porto, *Convento de Santo André de Ancede*, Tombo, fl. 21.

Gráfico 40 - Documentos sobreviventes produzidos no Entre-Douro-e-Minho (1310-1379)



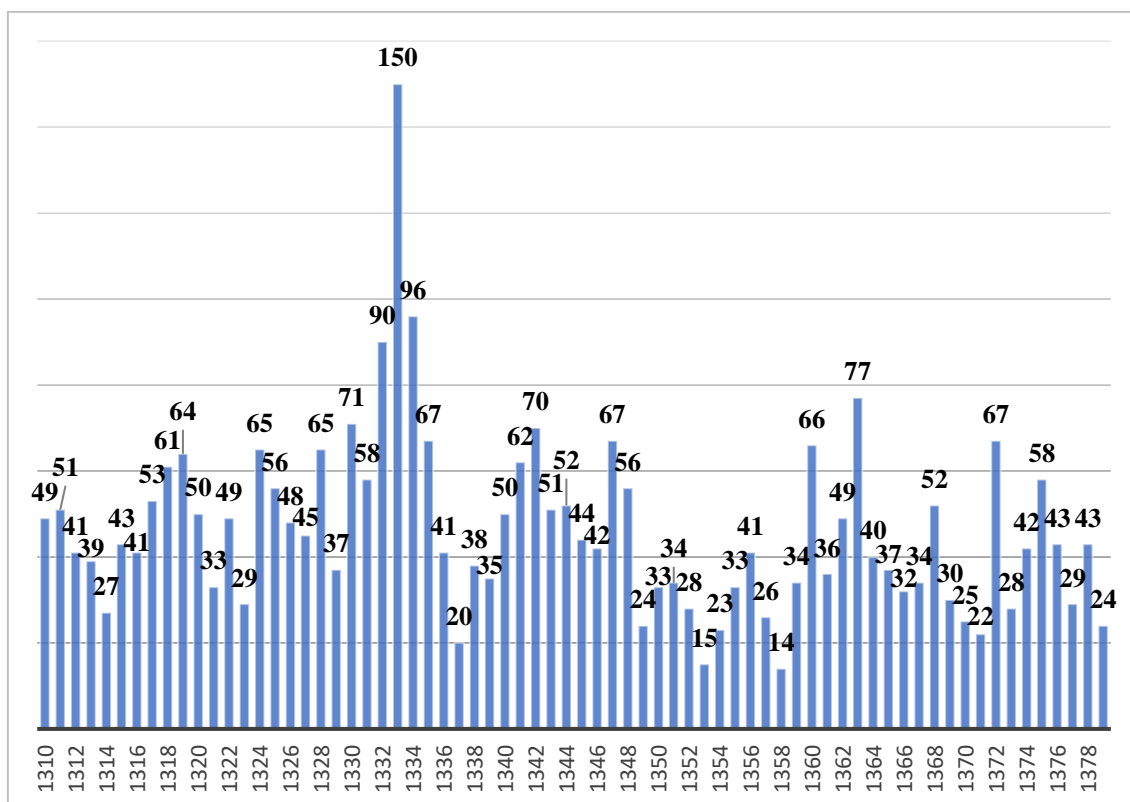
Há algumas tendências que vale a pena sublinhar. Em primeiro lugar, a documentação total do Entre-Douro-e-Minho parece revelar um pico excecional que se relaciona não com a Peste Negra, mas com um fenómeno anterior: a já referida fome de 1332-1333. Aparentemente, este ciclo negativo despoletou uma enorme produção documental local – o rei não esteve presente no Entre-Douro-e-Minho nesse biénio –, cujas especificidades tipológicas serão adiante analisadas, tal como tem sido feito nos principais tabelionados, o que poderá revelar que ações estavam por trás desta documentação¹⁰⁰⁹. É igualmente inegável que a década de 1350 parece ser um período

¹⁰⁰⁹ Este pico de produção documental, sobretudo de vendas, parece ter um paralelo com o que acontece no contexto da Grande Fome de 1315-1317 em Inglaterra, onde a carestia extrema e o perigo real de morte por inanição produzem um volume anormalmente elevado de alienações de propriedade por parte de pequenos proprietários. BRAID, Robert - Economic behaviour, markets and crises: the English economy in the wake of plague and famine in the 14th century. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 343.

de depressão neste domínio, de forma mais ou menos transversal a toda a comarca: nesse caso, a Peste terá tido um efeito inegável.

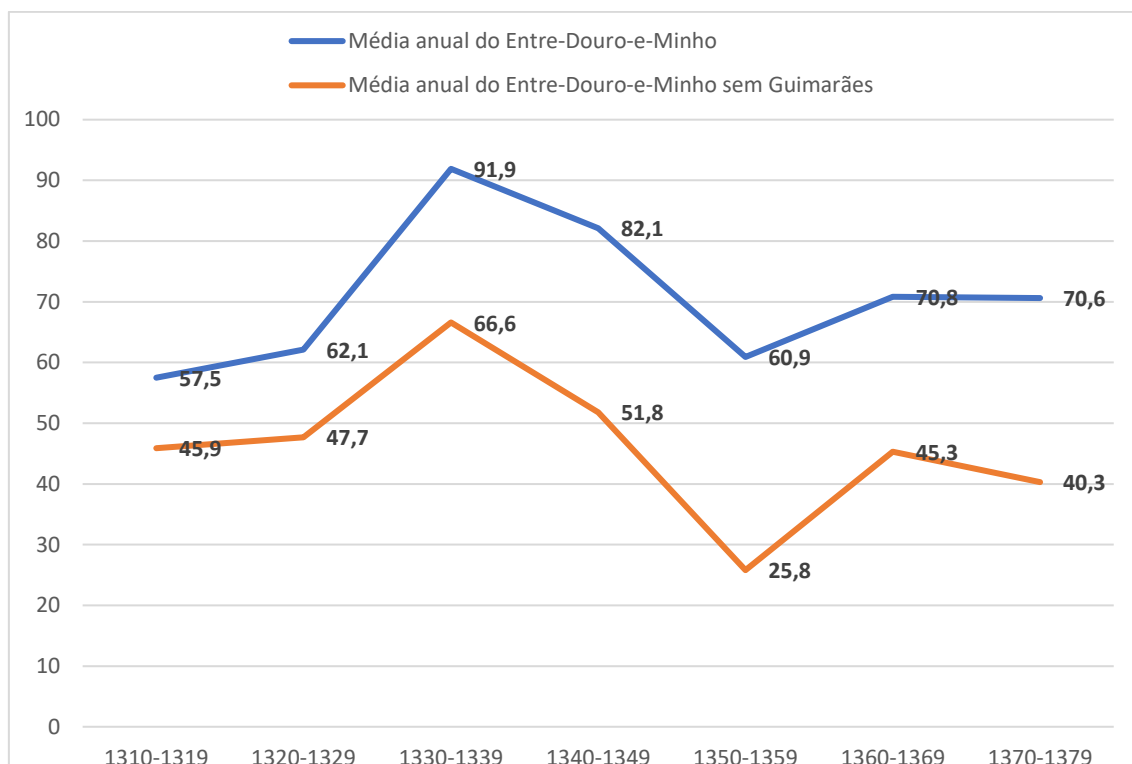
Antes de avançarmos para a análise tipológica, creio que será proveitoso realizar um exercício de fragmentação no conjunto do Entre-Douro-e-Minho. Como vimos, Guimarães é um dos conjuntos mais destacados, e aquele que apresenta um volume documental mais numeroso (1714). Todavia, representa apenas 1/3 dos documentos da comarca, o que nos permite analisar a região em contraste com o território vimaranense, ao contrário do caso alentejano, onde Évora é fonte da maioria das sobrevivências. De facto, Guimarães parece surgir como uma exceção no contexto minhoto, indo ao encontro a uma certa dinâmica que adiante se verá no Entre-Tejo-e-Odiana. A documentação aumenta a um ritmo extraordinário no pós-Peste, sobretudo em certas tipologias, ao contrário do que se verifica em praticamente todos os restantes tabelionados, dos mais bem documentados aos menos. É nesta análise parcial que a metodologia de estudo dos fluxos documentais poderá fornecer mais dados: analisando tabelionados, grupos de tabelionados com tendências semelhantes em oposição a territórios contrastantes, regiões inteiras, certas tipologias, etc. Vejamos, então, a distribuição cronológica dos 3245 documentos minhotos não-vimaranenses produzidos entre 1310 e 1379, e que chegaram aos nossos dias:

Gráfico 41 - Documentos sobreviventes produzidos no Entre-Douro-e-Minho (exceto Guimarães, 1310-1379)



Retirando Guimarães do conjunto total, o número de documentos sobreviventes antes da Peste Negra é mais expressivo do que depois: 1892 produzidos entre 1310 e 1348, inclusive, contra 1353 redigidos entre 1349 e 1379. Vale a pena observar a diferença entre as médias por década de produção, com e sem os valores vimaranenses:

Gráfico 42 - Média anual de produção documental por década (Entre-Douro-e-Minho, 1310-1379)



As tendências são as mesmas, mas a documentação vimaranense atenua-as. Esta contagem por década, com início no ano '0', também matiza a quebra dos anos de 1340, ao incluir 1349; só nesse ano, Guimarães tem 59 documentos sobreviventes, retirados, por esta metodologia, do pós-Peste.

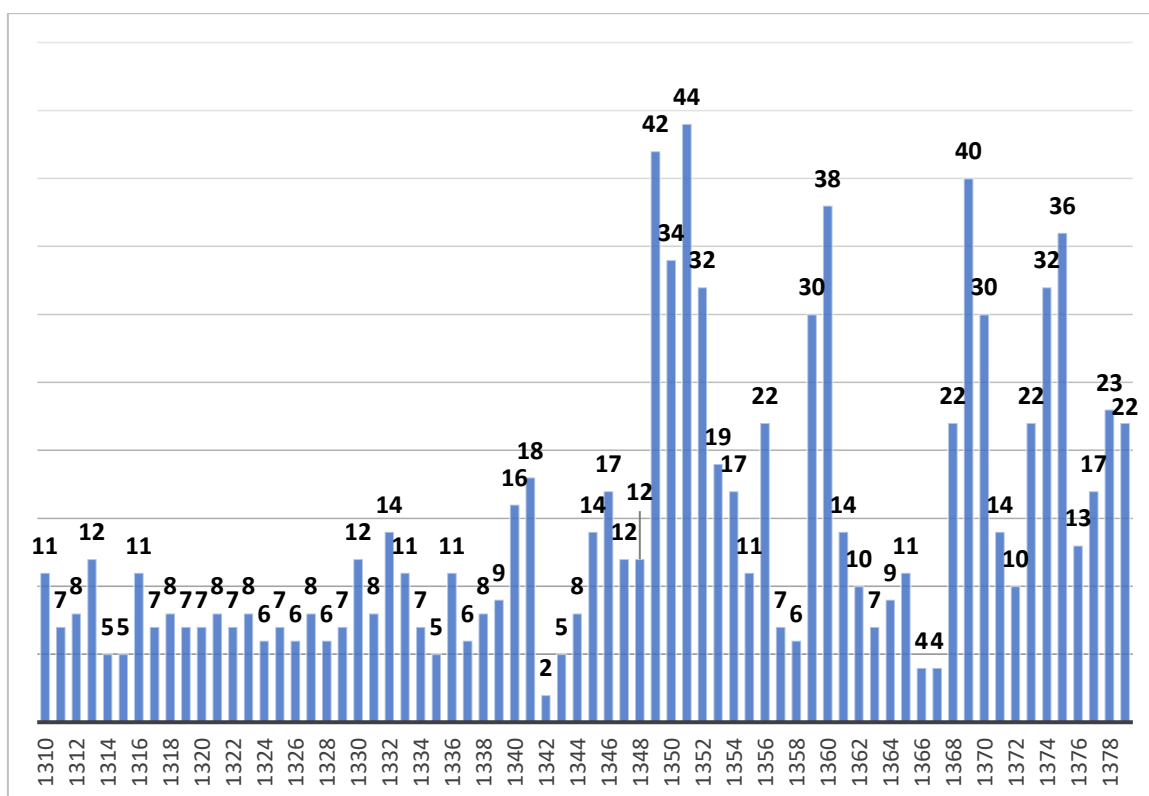
O crescimento explosivo da década de 1330, com grande probabilidade relacionado com os anos difíceis dessa década, reduz-se na década seguinte, mas é nos anos de 1350 que a produção documental sofre uma quebra extraordinária. Com a documentação vimaranense integrada, a média anual de produção do Entre-Douro-e-Minho cai, nesses anos, para valores semelhantes aos da década de 1320, ainda acima dos da década de 1310; retirando-a, porém, a quebra é enorme, e fixa-se em pouco mais de metade dos valores da década de 1310 (25,8 documentos/ano contra 45,9), a segunda menos documentada. Como vem sendo dito, é um conjunto de fatores, e não um único, a contribuir para estas quebras: menos documentação em muitos casos, certamente, mas também menor cuidado e ação de preservação a curto e muito curto prazo, menor capacidade de intervenção das instituições no seu território, mas também nos territórios mais afastados onde estas, ou os seus membros, mantinham interesses

anteriormente. Haverá ainda outros fatores a considerar na instabilidade desta década, mas a influência da Peste Negra parece ser evidente e destacada neste caso.

Nas décadas de 1360 e 1370, a recuperação é gradual, e não volta a atingir os valores das duas décadas pré-Peste; sem o contributo de Guimarães, a recuperação é igualmente visível, ainda que um tanto instável – com um pequena redução nos anos de 1370, que Guimarães quase elimina – e nunca volta a atingir os valores de nenhuma das quatro décadas anteriores à Peste aqui reunidas, mesmo integrando a documentação régia produzida nas passagens do monarca, bem mais numerosa no final do período em estudo do que no início, mas insuficiente para alterar tendências nesta região.

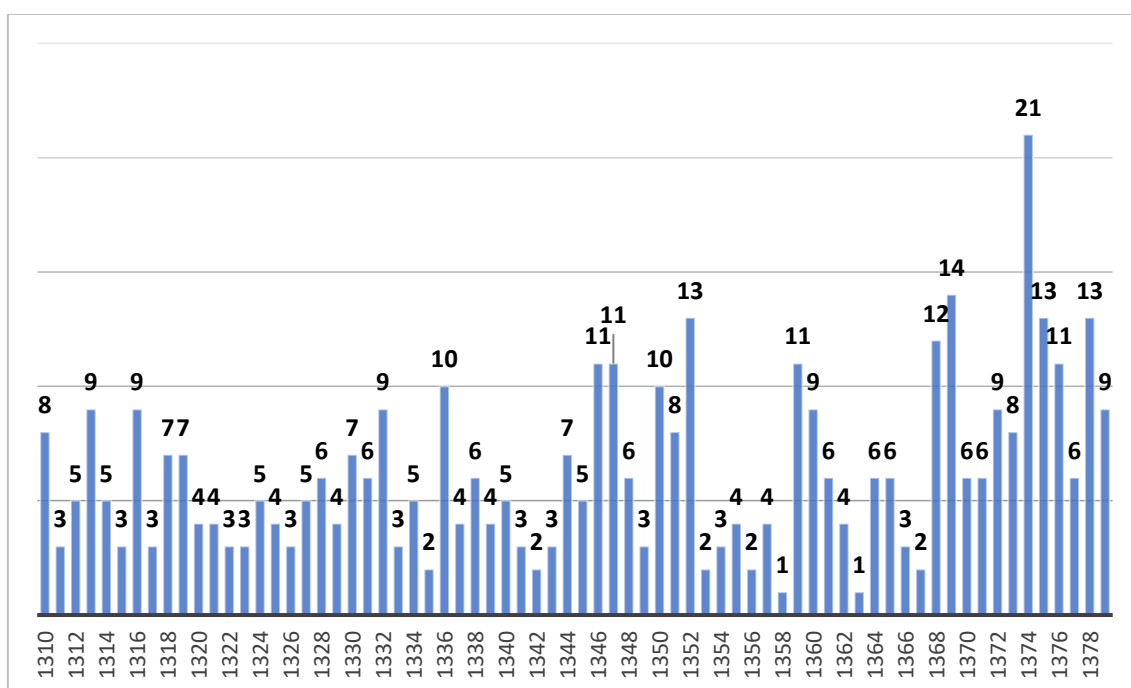
Desçamos às tipologias mais representadas. Tal como nas análises individuais, começo pelos contratos de cedência de domínio útil, um dos tipos mais comuns e mais esclarecedores da influência da Peste. Também nesta tipologia valerá a pena analisar o conjunto de toda a comarca minhota incluindo e excluindo o *corpus* vimaranense, sempre sem os contratos régios elaborados na região por coincidência.

Gráfico 43 - Aforamentos, emprazamentos e arrendamentos sobreviventes produzidos no Entre-Douro-e-Minho (1310-1379)



Somando os 553 contratos vimaranenses aos 435 que sobrevivem para o resto do Entre-Douro-e-Minho – sem dúvida, a mais importante tipologia vimaranense e aquela onde o peso relativo de Guimarães é mais significativo no conjunto da comarca – a leitura mantém-se tão inequívoca como o gráfico exclusivamente vimaranense: 346 contratos do período de 1310-1348, com uma média anual de 8,9, face a 642 balizados entre 1349 e 1379, a uma razão de 20,7 por ano. Mas será esta a dinâmica de toda a comarca, ou é apenas o efeito do peso esmagador da documentação proveniente de Guimarães e das suas instituições? A representação gráfica da distribuição dos 435 prazos, aforamentos e arrendamentos dos restantes tabelionados e circunscrições poderá esclarecer a questão:

Gráfico 44 - Aforamentos, emprazamentos e arrendamentos sobreviventes produzidos no Entre-Douro-e-Minho (exceto Guimarães, 1310-1379)

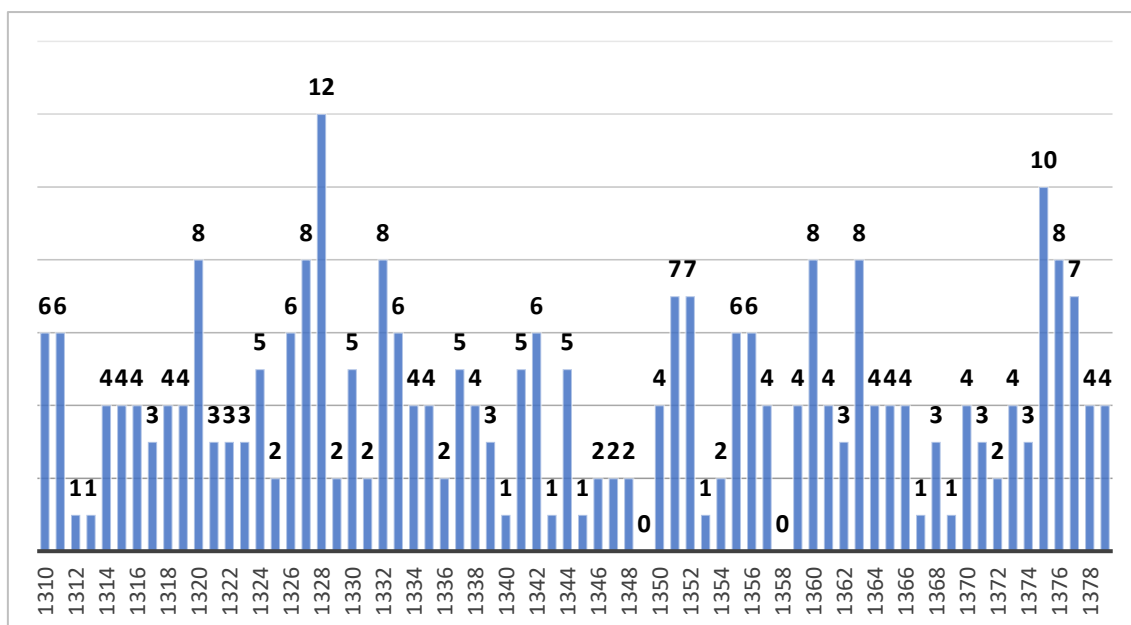


Retirada a parcela vimaranenses, a distribuição dos contratos não parece revelar de forma tão clara dois padrões distintos, divididos pela Peste Negra, ainda que a década de 1350 revele uma inegável depressão. Na década de 1370 há um aumento considerável, mas, uma vez mais, o destaque deve-se sobretudo aos responsáveis de uma única instituição – o Mosteiro de Santo André de Ancede, no território de Baião, cujo zelo permitiu preservar de forma eficaz e duradoura uma nova vaga de contratos, por certo motivados por um número relevante de propriedades desocupadas. Creio que

esta disparidade se deverá mais à maior capacidade de a colegiada vimaranense preservar o seu acervo documental do que as restantes instituições eclesiásticas da região. Porém, essa incapacidade também quererá dizer algo, e poderá estar relacionada com a Peste Negra e os seus efeitos.

Avançando nas tipologias mais importantes, Guimarães não volta a destacar-se de forma tão evidente. Analisar os ritmos de produção das sentenças sobreviventes, por exemplo, revela mais claramente tendências mais claramente do que a análise deste tipo de documentos nos tabelionados individuais:

Gráfico 45 - Sentenças dirimidas no Entre-Douro-e-Minho (1310-1379)



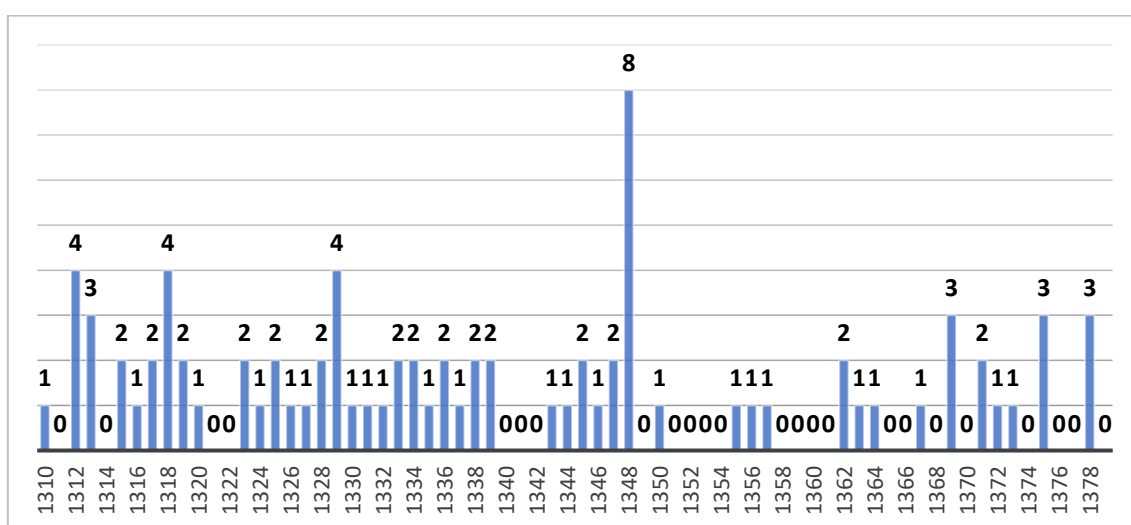
A produção de sentenças no Entre-Douro-e-Minho, dirimidas pelas mais diversas autoridades seculares e religiosas, tem uma distribuição relativamente harmoniosa antes e depois da Peste Negra, com alguns picos que não parecem responder a qualquer padrão, dada a diversidade dos produtores e dos pleitos. Vale a pena chamar a atenção, porém, para o primeiro dos dois únicos anos para os quais não sobrevive qualquer sentença produzida no Entre-Douro-e-Minho, 1349. A ideia de que a justiça, nos seus procedimentos mais complexos e demorados, tenha ficado paralisada nesse ano, ou tenha arrancado no final, com sentenças publicadas apenas em 1350, surge com naturalidade. Trata-se apenas de uma sugestão; afinal, nenhuma explicação do género

se poderá aplicar ao segundo ano para o qual nenhuma sentença sobra, 1358, ou aos vários anos para os quais apenas sobrevive um documento.

No plano qualitativo, será feito um regresso às sentenças em vários dos capítulos posteriores. Há informação preciosa sobre a Peste Negra e as suas consequências socioeconómicas a retirar deste tipo de documento. Porém – e de forma muito expressiva – a maioria das sentenças que lida com delitos praticados durante ou imediatamente após a Peste Negra, ou com incumprimentos que se iniciam com a Peste, foi produzida apenas nas décadas de 1360 e 70; certamente, caso a análise documental deste trabalho tivesse sido estendida além de 1379, este tipo de pleitos diretamente relacionados com circunstâncias criadas pela Peste Negra prosseguiria.

Como se adivinha pelos tabelionados individuais, as sobrevivências de testamentos são residuais ou inexistentes na maioria, e pouco expressivas nos mais importantes. Entre os quase cinco milhares de documentos sobreviventes, apenas temos 85 testamentos datados. Como foi dito antes, há notícias de muitos outros testamentos que, por terem sido preservados apenas parcialmente ou numa única cláusula trasladada, não estão datados. Por vezes essa tendência é contrariada – com indicação de data, local e tabelião, apesar da parcialidade do traslado - o que permitiu acrescentar mais alguns a um lote original ainda mais escasso:

Gráfico 46 - Testamentos redigidos no Entre-Douro-e-Minho (1310-1379)



Apesar do reduzido número de sobrevivências datadas, há dois elementos de destaque: em primeiro lugar, 1348 é o ano que nos legou o maior número de testamentos. Esta

tendência, resultante da aglomeração dos quatro testamentos vimaranenses e três bracarenses a um oitavo documento, proveniente da Terra de Faria, está indiscutivelmente ligada à Peste Negra: todos os testamentos foram redigidos entre 26 de agosto e 3 de novembro de 1348¹⁰¹⁰. Mais do que uma amostra proporcional, creio que se poderá assumir que a negligência e a seleção documental dos quase sete séculos que nos separam da Peste Negra não puderam apagar totalmente o volume de testamentos produzidos neste curto espaço de tempo nesta região, sendo este pequeno grupo de oito testemunhos prova disso. A maioria destes documentos não sobrevive no seu original, mas em traslados totais ou parciais feitos no contexto da sua execução: inventários *post-mortem*, doações ou validações, quase todos de 1349.

O segundo elemento a retirar é a escassez de testamentos ao longo da década de 1350. Mais do que uma falta real deste tipo de documentos, os fatores desta exclusão serão outros e indiretos: o aumento de clérigos beneficiados não-residentes, sobretudo em Braga; a menor capacidade de as instituições que nos legaram estes documentos preservarem estes testemunhos a curto prazo; não menos importante, uma eventual alteração nas preferências dos testadores, que tenha conduzido a uma diminuição dos legados a estas mesmas instituições, em favor de outras – como albergarias e confrarias, comunidades de leigos e religiosos da *pobre vida*, gafos¹⁰¹¹, por exemplo – cuja capacidade de preservação documental foi ainda menor e, na sua maioria, se perdeu. Todos estes fatores, ainda que indiretamente, podem dizer respeito à Peste Negra.

Deixando apenas algumas notas sobre o conjunto global do Entre-Douro-e-Minho, creio ser evidente que há áreas e tipologias documentais onde os fluxos de produção documental revelam uma influência evidente da Peste Negra. No *durante*, evidencia-se a já referida questão da concentração de testamentos. O impacto da Peste Negra nos volumes de produção é diferenciado nas diversas circunscrições. Em Guimarães, é evidente que há uma explosão documental, sustentada pelo enorme

¹⁰¹⁰ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Testamentos, doc. 48 e 49; Gaveta da Matéria dos Prazos, Doc. 90; ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 15 e 17; maço 31, n.º 41; ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 4, n.º 6; ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), n.º 72, fl. 85v-87v.

¹⁰¹¹ A título de exemplo, refira-se o testamento de Catarina Domingues, natural de Barcelos, no qual, entre outras coisas, deixou dinheiros a todas as albergarias de Braga, às duas gafarias de Braga, um foro anual de 10 soldos para os gafos de Barcelos, obrigando a sua casa em que mora Miguel Rovino, ficando o resto do foro para as albergarias de Barcelos. ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Testamentos, doc. 48.

crescimento do número de contratos enfiteúticos, algo que, a ter existido, se perdeu no resto do território. Em parte – como em Braga, sobretudo, mas também no Porto – este contraste nos fluxos de produção dever-se-á à incapacidade de as instituições mais relevantes preservarem no imediato e com segurança o seu património documental. De resto, é possível que a necessidade que o cabido bracarense sente de fazer um tomo de bens e rendas no final da década de 1370 se deva à confusão levantada por décadas de gestão irregular e ao acalmar de dissensões internas, agravadas desde a Peste Negra pela ausência habitual dos arcebispos – algo que muda (ainda que não imediatamente) com a chegada de D. Lourenço Vicente à prelatura bracarense e com a definitiva obediência portuguesa ao partido romano do Grande Cisma, depois de 1383.

Na maioria do território do Entre-Douro-e-Minho, porém, parece tratar-se de uma diminuição da produção documental. Apesar de o cartório da maioria das instituições se ter perdido irremediavelmente, mosteiros importantes como São Simão da Junqueira, Salvador de Grijó ou Salvador de Moreira da Maia parecem perder capacidade de intervenção e ação nos seus territórios de implantação. No caso dos dois primeiros cenóbios, onde um conjunto importante de documentação medieval subsiste em códices de cópias setecentistas, o fator da perda a longo prazo é matizado e suporta a sugestão de quebra efetiva. Em muitos casos, os problemas vão além da mera capacidade de intervir, gerar e conservar documentação relevante, com muitas instituições, em particular paróquias empobrecidas e mosteiros menores, a sofrerem de tal forma o impacto que a recuperação total nunca chega, terminando o ciclo depressivo décadas mais tarde com a anexação, no caso das primeiras, ou com a redução a igrejas seculares, no segundo.

Naturalmente, no final do ciclo em análise, muitas das instituições que não pereceram no século que se seguiu à Peste Negra revelam sinais inequívocos de retoma ou, com maior precisão, de reorganização. O cabido bracarense é um exemplo evidente, mas também instituições eclesiásticas regulares, como o Mosteiro de Ancede, ou não eclesiásticas, como as câmaras do Porto e de Guimarães, demonstram essa continuidade de ação, preservação documental e transmissão encadeada de cargos, funções e tarefas. Não será por acaso que o Porto tem as suas atas de vereação mais antigas na meia década que vai de 1390 a 1395. Mas, naturalmente, outros fatores e

outras justificações, não pertencentes a este trabalho, explicam os novos ciclos das instituições e indivíduos do Entre-Douro-e-Minho plasmados, mesmo que imperfeitamente, nos fluxos documentais revelados pela documentação sobrevivente.

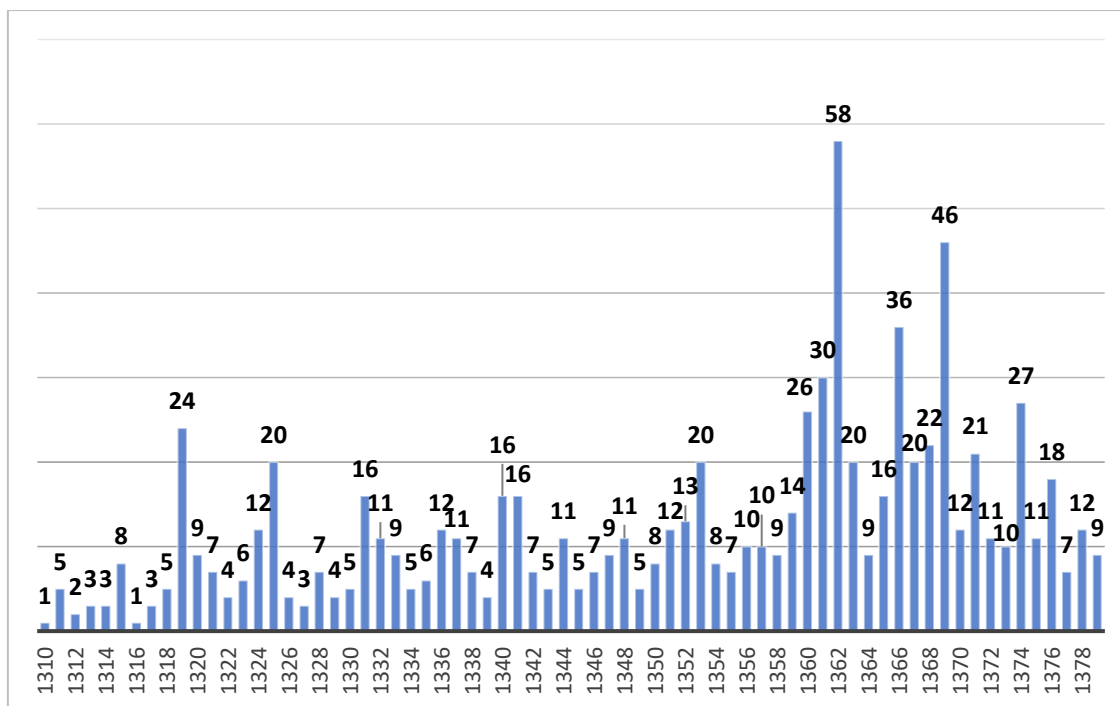
6.2.2 - Entre-Tejo-e-Odiana

Como foi já referido, as sobrevivências documentais do Entre-Tejo-e-Odiana são reflexo da sua demografia e da sua ocupação medieval. Por exemplo, são poucos os mosteiros realmente importantes no território entre o rio Tejo e o Algarve até aos finais do século XIV. Predominam as terras das ordens religiosas militares, de alguns cenóbios importantes situados noutras regiões (como Alcobaça e São Vicente de Fora de Lisboa), a documentação das instituições urbanas de Évora – eclesiásticas seculares (colegiadas, mitra, cabido e corporações catedralícias), eclesiásticas regulares (conventos mendicantes), de assistência e administrativas; o mesmo se pode dizer, em menor escala, de outros centros urbanos como Elvas, Estremoz e Montemor-o-Novo. Se o volume de documentos sobreviventes – que, uma vez mais, acredito poder ser tratado como uma amostra fidedigna daquilo que foi produzido – sugere uma população mais escassa e instituições com menos recursos e poder, deveremos assumir que os mesmos padrões e as mesmas dinâmicas demonstrados nos fluxos de produção documental no Norte deverão ser aqueles que se manifestam no Sul? A eventual influência da Peste, entre outros fatores impactantes, sente-se da mesma forma que parece sentir-se no Norte? Passemos aos estudos de caso.

Começando por Évora, o mais numeroso dos conjuntos documentais transtaganos, há ainda 841 documentos redigidos na cidade ou no seu termo. Mais do que em qualquer área do Entre-Douro-e-Minho, a documentação régia tem aqui um peso assinalável - cerca de 1/4 dos documentos eborenses foram produzidos pela chancelaria régia, justificável pela presença cada vez mais frequente dos diversos monarcas ao longo do século XIV, e que tem um impacto inegável na economia e na sociedade dos territórios do sul do Reino. A presença constante da corte tem efeitos positivos inegáveis na circulação de pessoas e produtos, nos volumes de consumo, nas novas edificações, reconstruções e conseqüente expansão urbana, mas também na conflitualidade urbana, jurisdicional, institucional, etc. Esta tendência crescente mantém-se de forma praticamente ininterrupta ao longo do século XV, e depois até ao

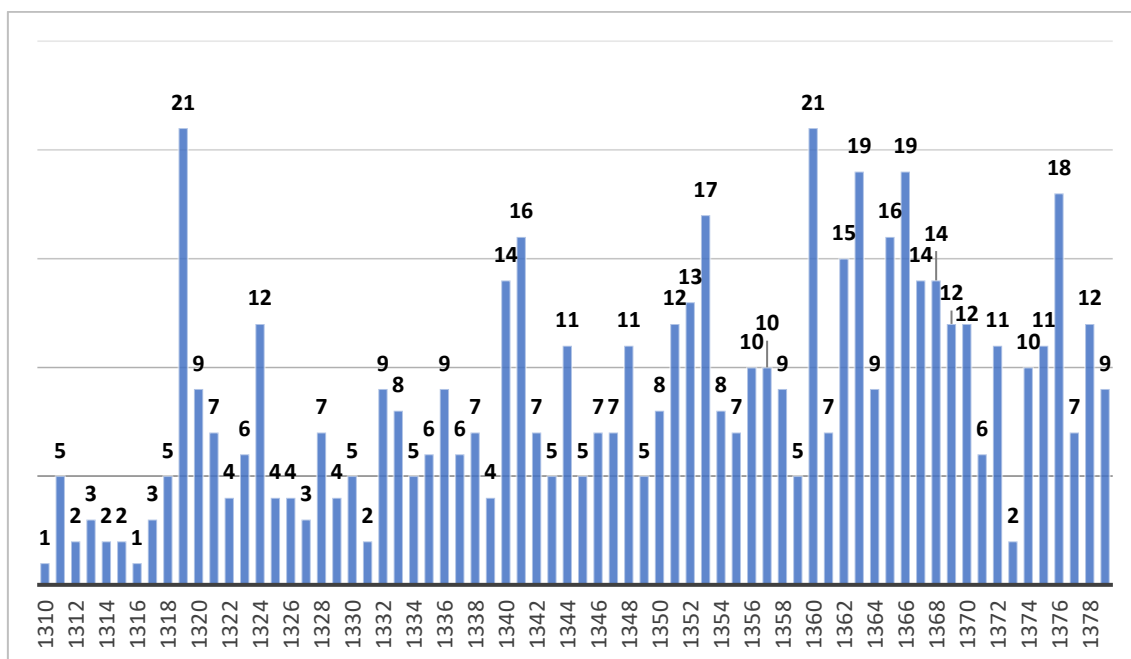
fim da Dinastia de Avis. Vejamos a distribuição desse conjunto documental, segundo os seus anos de produção.

Gráfico 47 - Documentos sobreviventes produzidos em Évora e no seu termo (1310-1379)



Os fluxos de produção documental de Évora parecem contrastar de forma evidente com os do Entre-Douro-e-Minho, geral ou individuais. A maioria dos anos de grande produção situa-se após a Peste. Contudo, tendo em conta que os anos que assistiram a um maior número de redações são aqueles em que o rei esteve presente na cidade, será útil apresentar um gráfico de sobrevivências que exclua os documentos da chancelaria régia, para tentar entender se se trata de uma dinâmica artificialmente induzida por um único fator. Retirados os 246 documentos da chancelaria, sobram 595 documentos produzidos ao longo destas sete décadas:

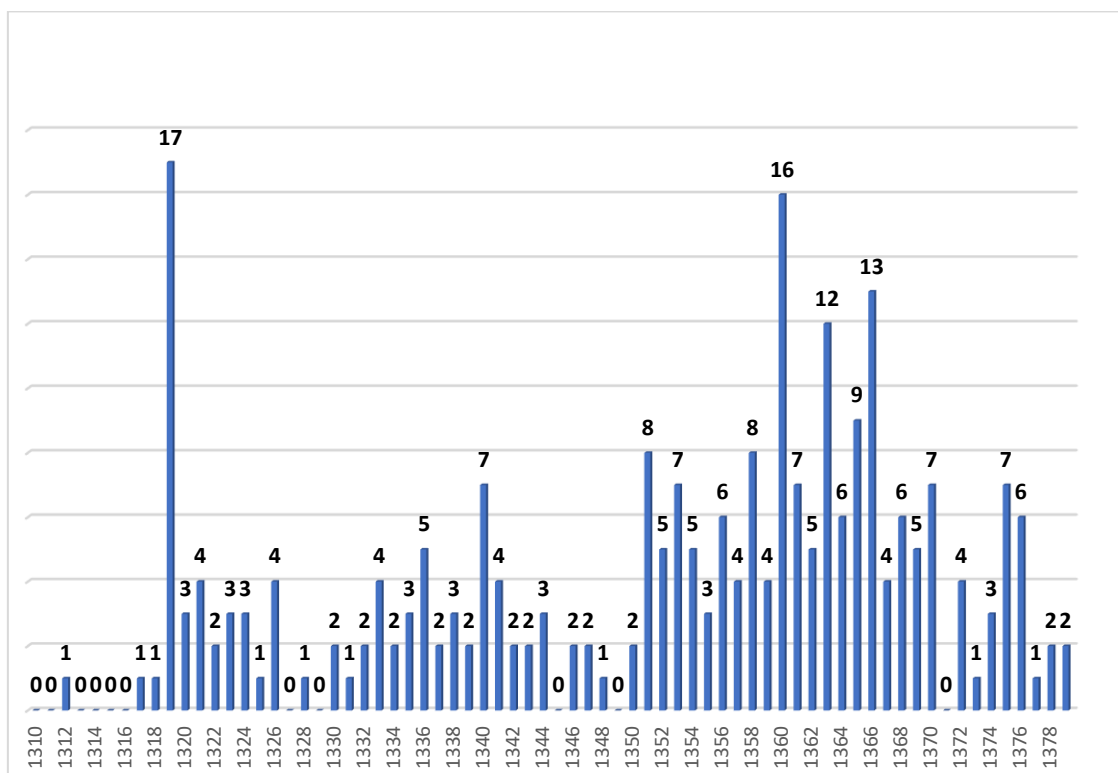
Gráfico 48 - Documentos sobreviventes produzidos em Évora e seu termo (excluindo documentos régios - 1310-1379)



Retirados os documentos régios, não é tão evidente um contraste pré e pós-Peste, mas é notória uma maior concentração de documentos na segunda metade do período em análise. São 248 documentos redigidos entre 1310 e 1348, inclusive, com uma média anual de 6,4, face à média anual de 11,2 dos 31 anos de 1349 a 1379, um aumento de 77%. Se é verdade que não parece ser negativamente afetada de forma duradoura pela Peste, não deixa de ser significativo na comparação com os tabelionados do Entre-Douro-e-Minho que Évora caia numa de duas possibilidades: ou se trata de um caso semelhante a Guimarães, onde as instituições reagiram rápida e eficazmente; ou estamos perante uma cidade em crescimento, onde o efeito duradouro da Peste na dinâmica local pôde ser mais facilmente anulado por influência de fatores positivos, da cada vez maior centralidade de Évora nos itinerários régios), à consolidação da estrutura económica e comercial de uma vasta região onde a ocupação efetiva começara pouco mais de um século antes. No limite, o efeito poderá ter sido 'positivo', acelerando processos de crescimento e consolidação que vinham acontecendo de forma relativamente lenta desde o final da expansão cristã portuguesa para sul: duplamente favorecidos, se a peste tiver atingido de forma menos violenta esta região, em comparação com o resto do reino.

Descendo às tipologias documentais mais representativas, importa excluir um conjunto de aforamentos: os contratos deste tipo feitos sobre propriedades régias durante as estâncias da corte em Évora. Uma vez mais, estes documentos dizem respeito a propriedades maioritariamente localizadas fora do termo da cidade, estando muitas delas noutras comarcas do reino, e a sua redação em Évora não tem uma relação direta com essa localização. Sobram assim 162 emprazamentos, 86 aforamentos e 11 arrendamentos, num total de 259 contratos, o número mais elevado entre as circunscrições transtaganas, só inferior ao de Guimarães quando considerados todos os territórios em estudo.

Gráfico 49 - Emprazamentos, aforamentos e arrendamentos produzidos em Évora e no seu termo (1310-1379)

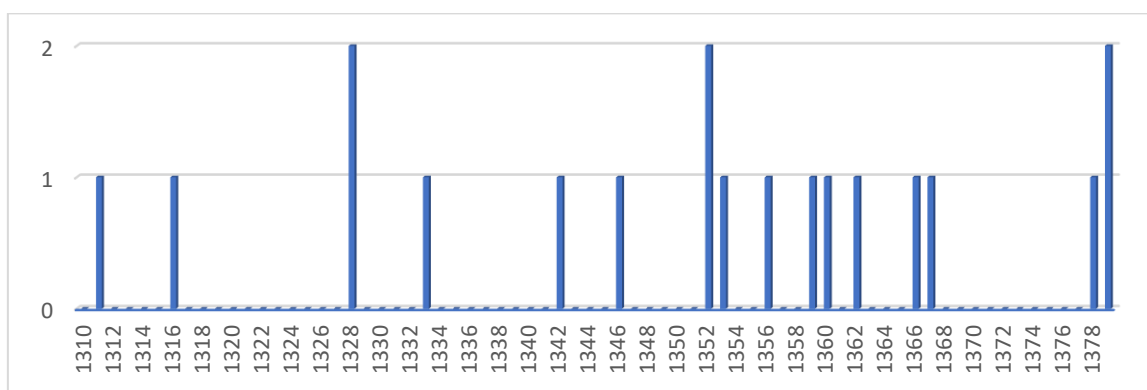


Deixarei a análise da variabilidade entre emprazamentos e aforamentos para o capítulo 10. Neste caso, importa sublinhar que, também em Évora e no seu território, os contratos tornam-se bem mais abundantes após a Peste: 90 contratos nos anos de 1310 a 1348, inclusive, e 169 nos anos de 1349 a 1379. Uma média de 2,3 contratos no primeiro período, contra 5,5 contratos no segundo. Está longe de ser tão expressivo ou repentino como em Guimarães, ou pura e simplesmente impercetível pela diminuição drástica dos volumes documentais sobreviventes, como acontece em boa parte do

Entre-Douro-e-Minho. Porém, Évora, como núcleo urbano estrutural do Entre-Tejo-e-Odiana, parece ter sido afetada, mas reagido de forma distinta. Uma eventual menor intensidade da epidemia, sobretudo por fatores ambientais já explorados no capítulo 5, poderá explicar uma maior capacidade de recuperação e organização. Um impacto demográfico diminuído permitiria uma reposição mais rápida do contingente populacional, e uma durabilidade menor das consequências de médio e longo prazo. Por outro lado, continuou a atrair migrantes não só de outras regiões portuguesas, como também da vizinha Castela¹⁰¹² e de outras paragens¹⁰¹³.

As sentenças produzidas em Évora são de diversos tipos: eclesiásticas, de oficiais régios na comarca ou na cidade, dos juízes do concelho ou outros oficiais municipais (como almotacés). Esta maior variedade de proveniência deverá, uma vez mais, esbater as vicissitudes particulares de cada entidade produtora e/ou destinatária deste tipo de diplomas. Porém, as escassas 24 sentenças sobreviventes às quais ainda se deve retirar cinco sentenças régias, dirimidas na cidade, mas relacionadas com demandas de outras regiões. As 19 restantes distribuem-se da seguinte forma:

Gráfico 50 - Sentenças dirimidas em Évora (1310-1379)



A exiguidade do número de sentenças impede leituras complexas de qualquer padrão de produção, além da distribuição no pré-Peste (1/3) e pós-Peste (2/3), mas sugere um

¹⁰¹² Um exemplo de um castelhano residente em Évora é o de João Fernandes, besteiro, a quem os bacharéis da Sé emprazam uns pardieiros com meia casaria, nos foros dos bacharéis, que foram de Pedro de Braga, à Rua do Poço, em Évora, em 1360: ASE, *Bacharéis da Sé de Évora*, Fazenda, Escrituras, Maço 1, não numerado (antigo nº 60 no catálogo de Júlio César Baptista).

¹⁰¹³ Essa tendência mantém-se e acelera com o século XV, como revela o levantamento de Ângela Beirante. Évora recebe migrantes de todas as regiões portuguesas – ainda que o próprio Entre-Tejo-e-Odiana saia destacado, de toda a Península, e mesmo de fora: BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 176-179.

aumento de produtividade. Muitas questões permanecem inconclusas: este aumento é uma tradução de um contingente populacional em movimento e a aumentar – produzindo proporcionalmente mais conflitos, processos e sentenças –, ou é apenas sinónimo de uma maior capacidade de preservação, sem relação alguma com a demografia da região?

O mesmo se passa com os testamentos, novamente escassos e esparsos. Sobrevivem apenas 17 produzidos nestes 70 anos, pelo que me limito a referir a existência, uma vez mais, de um testamento produzido no outono de 1348, a 5 de outubro¹⁰¹⁴, e de outro redigido a 10 de janeiro de 1349 – curiosamente pelo mesmo testador, Lourenço Vicente, prior da igreja de São Pedro de Évora, o que depois dá origem a um conflito entre os seus herdeiros¹⁰¹⁵ - e a concentração de testemunhos no período pós-Peste, ainda assim exígua para qualquer demonstração. Esta concentração poderá refletir uma realidade com paralelos internacionais: a passagem de uma pandemia como a Peste terá alertado a maioria dos sobreviventes para a necessidade de produzir testamentos, mesmo quando a morte não parece iminente. Morrer intestado era visto como algo profundamente negativo, e a possibilidade de uma morte repentina, sem possibilidade de determinar o local de enterramento, as instituições a quem deixar legados pios por sua alma e a possibilidade de se redimir por várias faltas em vida, passou a ser uma realidade demasiado presente para ser ignorada.

De alguma forma, esta tendência de aumento do número de testamentos preservados parece contrariar aquilo que acontece no Entre-Douro-e-Minho. É possível que a dinâmica seja oposta, também. Os casos apontados a Braga e Porto, por exemplo, onde um aumento dos clérigos beneficiados não residentes poderá ter contribuído para uma diminuição do número de testamentos produzidos localmente a serem preservados, podem não ter paralelo no Sul. Porém, entre os testamentos redigidos em Évora, apenas um pertence a um membro do clero capitular, e foi redigido antes da Peste Negra, em 1324 – curiosamente trata-se do cónego da Sé de Évora e arcediogo de Barroso, na Sé de Braga, João Vicente¹⁰¹⁶ – pelo que esta não pode ser a explicação. A

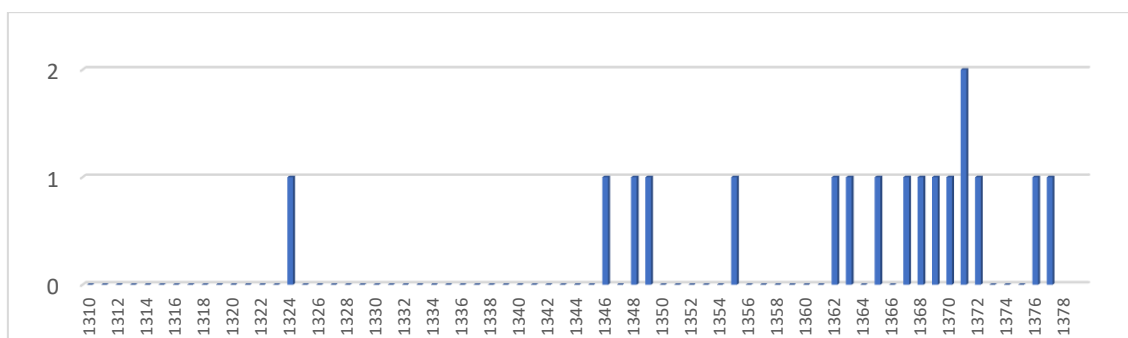
¹⁰¹⁴ ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 276 [Tombo das Capelas de Évora], fl. 34-35v.

¹⁰¹⁵ ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 276 [Tombo das Capelas de Évora], fl. 34-35v.

¹⁰¹⁶ ADB, *Livro I de Testamentos*, nº 47.

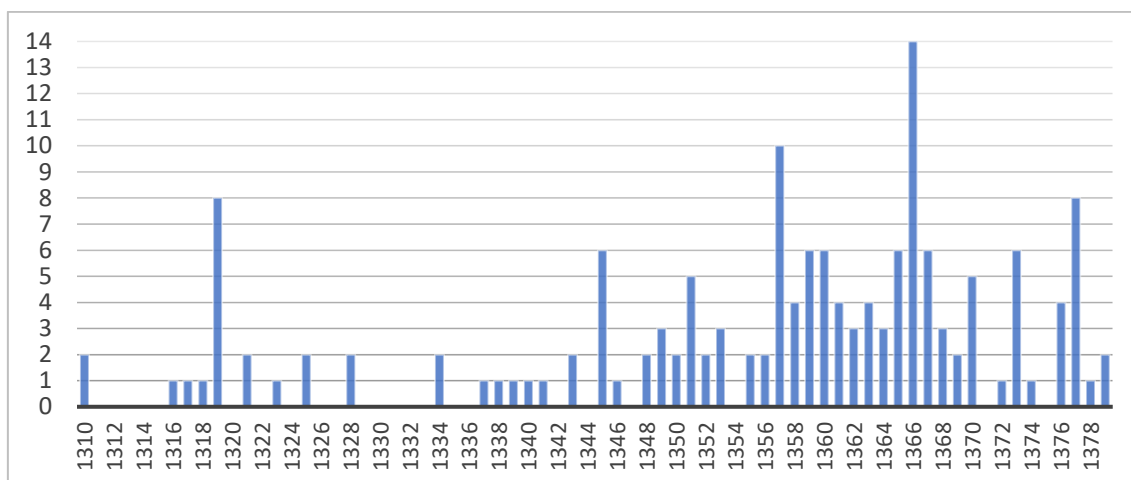
justificação estará relacionada com os outros fatores de dispersão no Norte: a alteração progressiva dos destinatários das doações *pro anima*. Em Évora, temos fundos documentais trecentistas preservados não só para a Sé, como em Braga, mas também para os dois conventos mendicantes da cidade – inexistentes em Braga, e com fundos praticamente perdidos para estes anos no Porto e em Guimarães –, para o mosteiro cisterciense feminino de São Bento de Cástris, às portas da cidade, para várias igrejas colegiadas urbanas – com destaque para Santiago de Évora – e alguma documentação privada. A maior diversidade de fundos preservados poderá ter permitido acompanhar não só o aumento do número de testamentos, como a diversificação das instituições contempladas. Uma vez mais, e como sempre, o tipo de documentação preservada é causa e consequência da evolução não só das instituições, como também das sensibilidades e costumes da população.

Gráfico 51 - Testamentos redigidos em Évora (1310-1379)



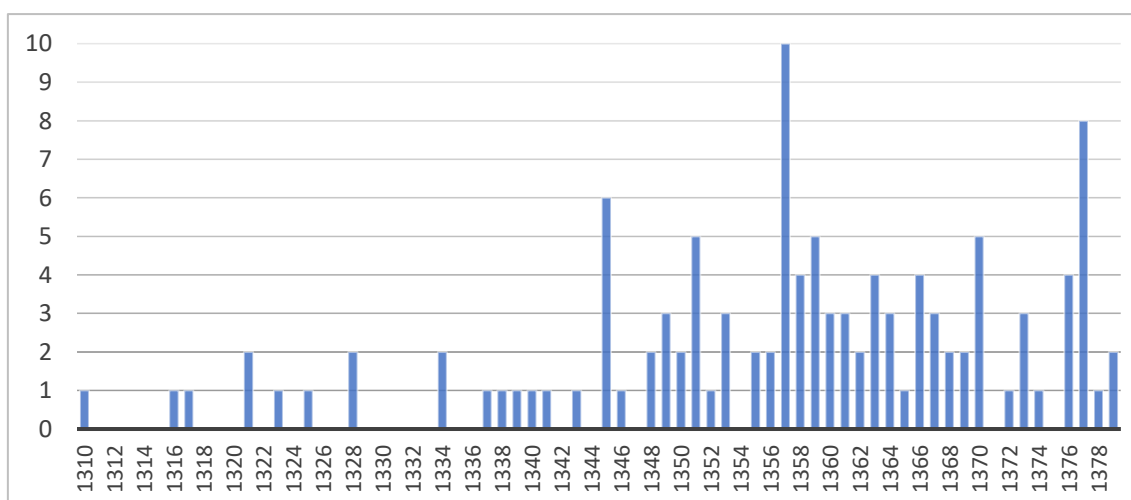
O segundo maior centro de produção do território alentejano é Montemor-o-Novo, paragem obrigatória no caminho que liga tanto Évora a Lisboa, como Évora a Santarém. A sua posição estratégica no território, a sua implantação no terreno e o favor régio justificam a sua expansão desde início do século XIII, e a produção documental reflete-o. Ainda mais do que em Évora, os fluxos são influenciados pela presença frequente do monarca. Mas, mesmo subtraindo essa parte do *corpus* sobrevivente, a documentação de Montemor é de um volume, riqueza e variedade raros de encontrar no século XIV transtagano. São 156 documentos, no total, que se distribuem da seguinte forma:

Gráfico 52 - Documentos sobreviventes produzidos em Montemor-o-Novo e seu termo (1310-1379)



O contraste pré e pós-Peste é evidente. A documentação é praticamente residual antes de 1349, tornando-se bem mais abundante, depois: 38 contra 118 documentos. Tal como em Évora, a presença régia é um fator de dinamismo inegável. Porém, é igualmente importante perceber se a evolução numérica da documentação da vila e do seu termo, *stricto sensu*, segue o mesmo padrão do conjunto global. Para o caso de Montemor-o-Novo, 40 dos 156 testemunhos sobreviventes são documentos régios, distribuindo-se assim os restantes 116:

Gráfico 53 - Documentos sobreviventes produzidos em Montemor-o-Novo e seu termo (excluindo os produzidos pela Chancelaria Régia, 1310-1379)

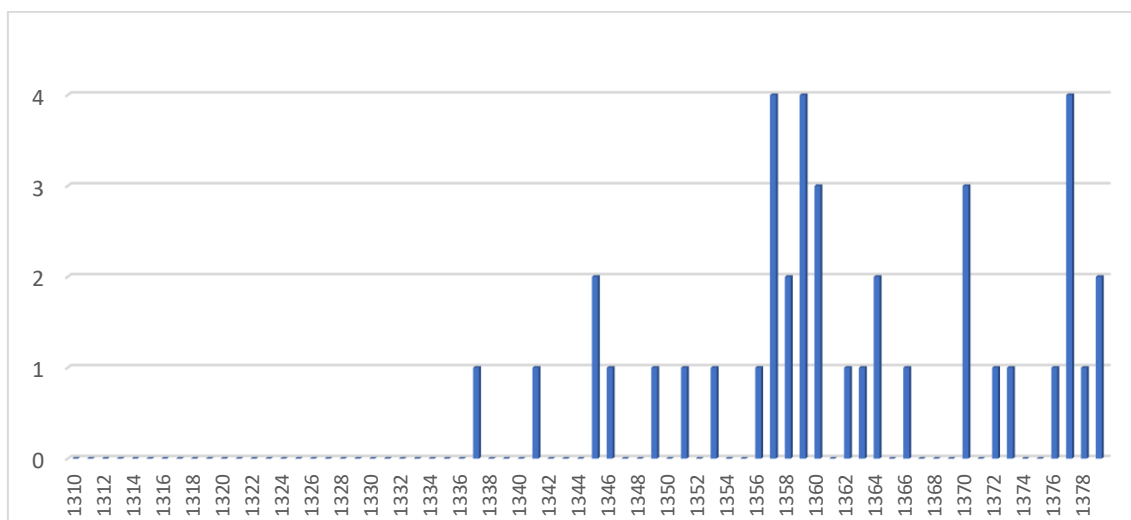


O predomínio esmagador de documentos produzidos após 1348 mantém-se: 26 contra 90. Assim, tanto a documentação estritamente local, como a produzida pela coroa nas suas paragens em Montemor, é bem mais numerosa após a Peste. O que significa um

dados destes? Terá o crescimento e consolidação das instituições de Montemor sido favorecido pela passagem da Peste, que está inequivocamente documentada no seu território, e também provocou instabilidade económica e institucional¹⁰¹⁷? Não será um contrassenso? Este é o outro lado da Peste: um impacto demográfico inicial igualmente forte em dois territórios distintos não significa consequências idênticas. O tipo de povoamento, a organização social do espaço, as tipologias de propriedade rural e o padrão de culturas e de produções influenciam grandemente o tipo de recuperação (ou a falta dela) que uma determinada área experimenta após uma catástrofe tão grande quanto rápida, como foi a Peste Negra.

Descendo à análise por tipologia, também os volumes de produção dos contratos enfitêuticos e arrendamentos montemorenses apresentam variações expressivas de distribuição. Novamente retirados os aforamentos e emprazamentos régios redigidos na vila, sobram 27 emprazamentos, oito aforamentos e cinco arrendamentos distribuídos assim:

Gráfico 54 - Emprazamentos, aforamentos e arrendamentos produzidos em Montemor-o-Novo e no seu termo (1310-1379)



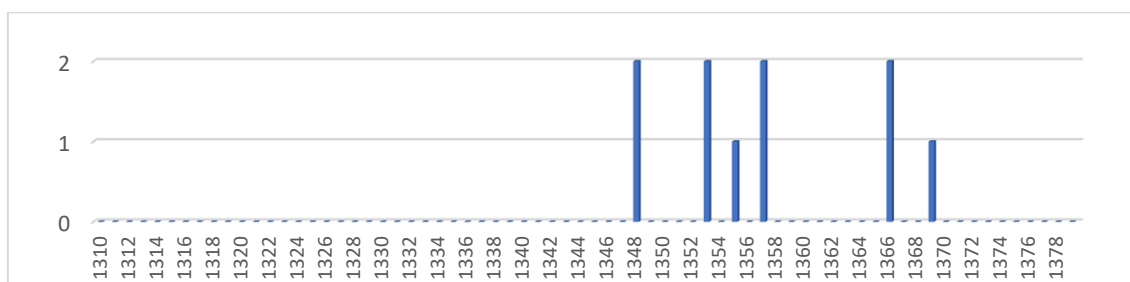
É inegável que há um padrão distinto antes e depois da Peste. Contudo, correlação pode não significar causalidade. Se os contratos enfitêuticos e de arrendamento são quase inexistentes antes da Peste Negra, o maior fluxo fica concentrado vários anos após a

¹⁰¹⁷ Logo em fevereiro de 1349 há referências ao despovoamento súbito provocado pela Peste. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 22, peça 093.

epidemia, parecendo ser as segundas metades das décadas de 1350 e de 1370 as mais ativas entre os anos analisados. É difícil, portanto, atribuir uma responsabilidade direta à peste nesta dinâmica imobiliária. Se no caso dos anos de 1356-1360 se poderá associar a abundância sem precedentes de contratos com ao fim dos anos de esterilidade que marcaram esse período, talvez a fase final da década de 1370 se possa associar ao fim tanto da peste, como de uma nova seca, que afetaram o Alentejo nesses anos¹⁰¹⁸.

Sobrevivendo apenas três sentenças produzidas em Montemor-o-Novo ao longo destes setenta anos (todas posteriores à peste e datadas de 1361¹⁰¹⁹, 1363¹⁰²⁰ e 1376¹⁰²¹), não fará sentido representá-las graficamente. No que diz respeito aos testamentos, chegaram-nos dez testemunhos, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 55 - Testamentos redigidos em Montemor-o-Novo (1310-1379)



Por si, a distribuição cronológica dos testamentos sobreviventes não revela qualquer predominância desta tipologia em tempos de peste, mas fornece-nos casos que, muito provavelmente, datarão da primeira fase da epidemia. Os dois testamentos mais antigos foram produzidos em 1348, estando datados dos últimos dias de outubro¹⁰²² e de 4 de novembro¹⁰²³, o que os torna suspeitos pela coincidência temporal. Sem se poder estabelecer uma relação de causalidade inequívoca, é certo que nenhum dos testamentos sobreviventes é anterior à Peste Negra. Tabelionados com menos

¹⁰¹⁸ Ver o capítulo 13, no subponto sobre as terceira e quarta pestes.

¹⁰¹⁹ Neste caso, trata-se de uma datação crítica. O ano da década está praticamente apagado, mas a cronologia deste tabelião começa em 1360. Sendo uma era de mil trezentos e noventa e algo, e parecendo estar escrito um nove, bastante desvanecido, optou-se por assumir o ano de 1361. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 22, peça 077.

¹⁰²⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 027.

¹⁰²¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 10, peça 037.

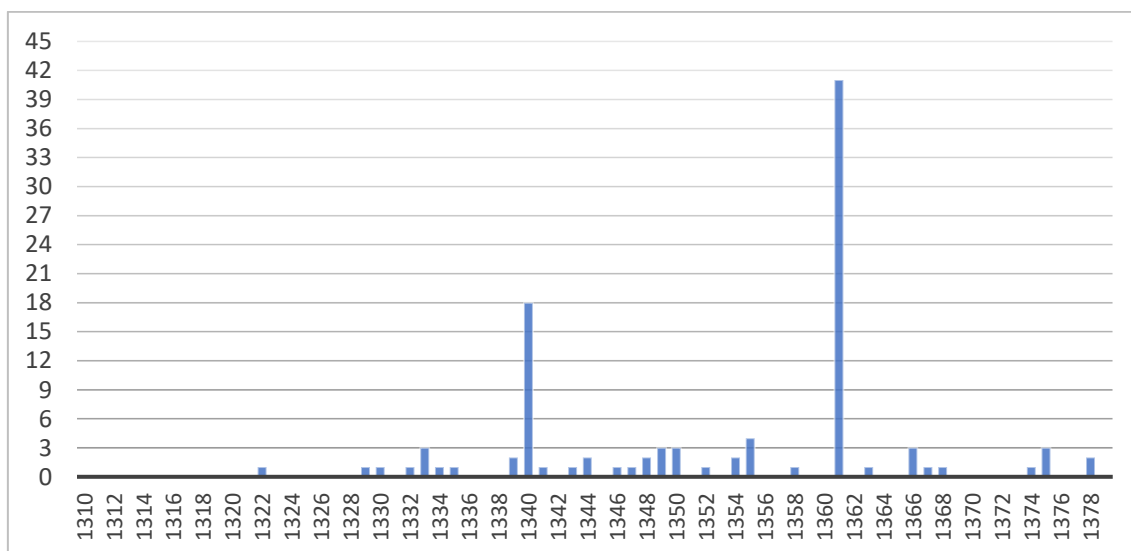
¹⁰²² O dia desapareceu, e só sabemos que é na casa dos 20. Não temos o texto completo, mas temos duas cláusulas do testamento, o local de redação, data e escrivão, dadas numa pública-forma posterior. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 074.

¹⁰²³ Não temos o testamento completo, mas temos data e duas cláusulas, trasladadas numa pública-forma poucos anos depois. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 045.

testemunhos documentais fornecem números mais díspares e mais sujeitos a variações estritamente locais, mas Montemor-o-Novo parece ter uma dinâmica distinta da esmagadora maioria dos tabelionados do Entre-Douro-e-Minho – que, em muitos casos veem o número de documentos sobreviventes no pós- peste diminuírem -, mantendo afinidades com outros do Entre-Tejo-e-Odiana, onde nunca se verifica uma diminuição dos fluxos documentais nas décadas que se sucederam à Peste. Tendo pelo menos duas igrejas com fundos parcialmente conservados – Santa Maria do Bispo e Santa Maria do Açougue – os testemunhos dizem respeito a testamentos de paroquianos montemorenses.

Passemos ao caso do tabelionado de Elvas, aglutinando igualmente a documentação régia produzida na então vila. Com 105 documentos sobreviventes, é o terceiro território alentejano com maior número de sobrevivências, ainda que uma parte expressiva, quase metade, se trate de documentação régia (48). Os testemunhos elvenses distribuem-se assim:

Gráfico 56 - Documentos sobreviventes produzidos em Elvas e no seu termo (1310-1379)

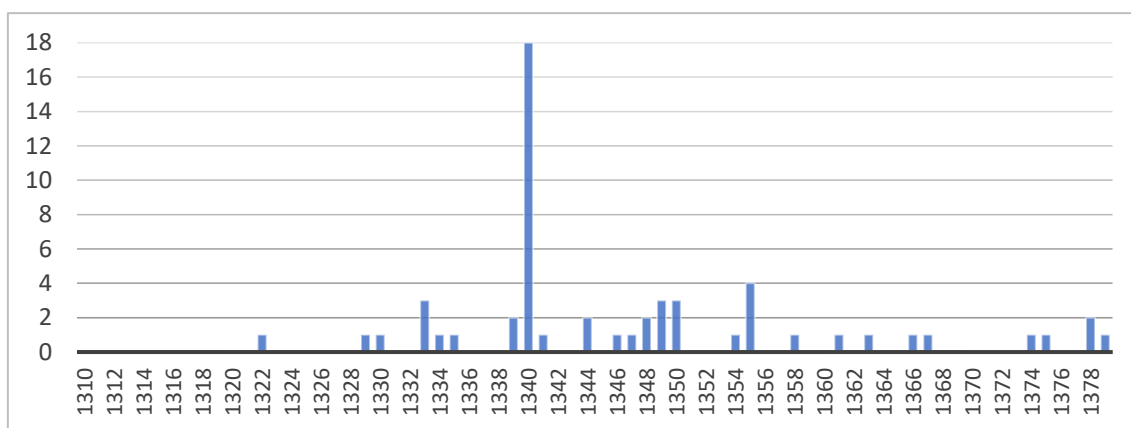


A documentação régia é pesadamente influente, e aquela que foi produzida no contexto das Cortes de Elvas de 1361, seja por dizer respeito a essa reunião, seja simplesmente por a chancelaria régia se encontrar instalada na vila, domina a contabilidade destes setenta anos. O outro ano excepcional que sobressai corresponde a uma série de quase

duas dezenas de aforamentos simultâneos da Ordem de Avis, feitos em Elvas, que já foi alvo de atenção no capítulo 4.

Distribuindo os 57 documentos não régios, continua a destacar-se o conjunto de aforamentos feitos pela Ordem de Avis em 1340, com pequenas concentrações em 1333-35 – período posterior à seca –, em 1348-1350 – no ciclo da Peste Negra. Sendo uma amostra pequena, as leituras estão sujeitas a alguma especulação. Graficamente, os fluxos de produção da documentação elvense não régia representam-se da seguinte forma:

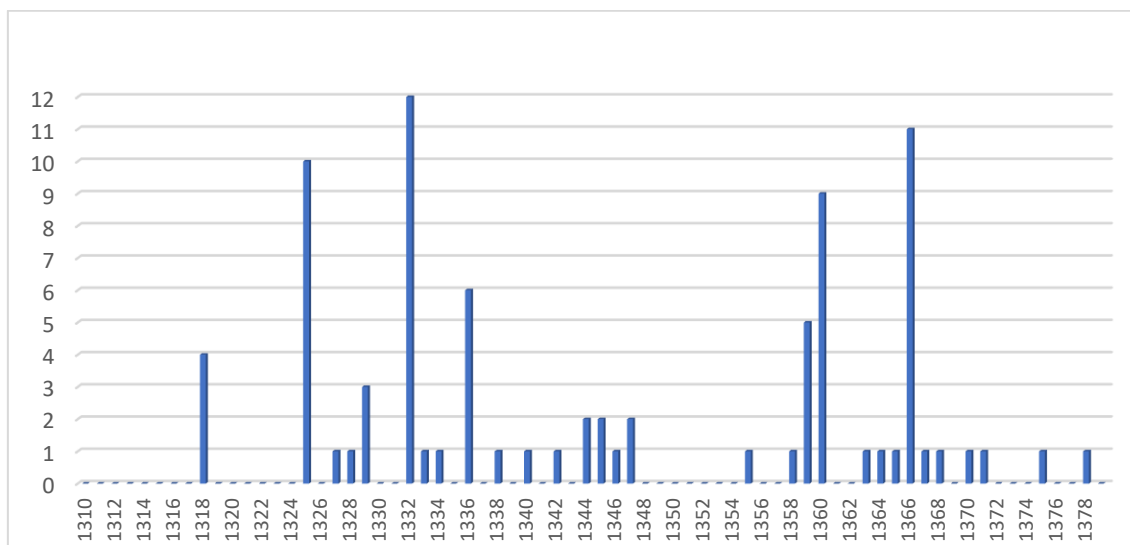
Gráfico 57 - Documentos sobreviventes produzidos em Elvas e seu termo (exceto régios, 1310-1379)



Estando a maioria da documentação elvense não-régia relacionada com a gestão do património de várias instituições eclesiásticas da vila raiana – não sobrevive qualquer sentença local ou testamento redigido em Elvas – e sendo uma amostra pequena, não traria vantagens realizar esta análise tipológica.

O derradeiro tabelionato de relevo no Entre-Tejo-e-Odiana, o de Estremoz, preserva 85 sobrevivências, entre documentação tabeliônica local e régia. Sendo um conjunto relativamente pequeno quando comparado com os restantes analisados tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana, a leitura dos fluxos é limitada. O total de testemunhos sobreviventes divide-se pelos seguintes anos:

Gráfico 58 - Documentos produzidos em Estremoz (1310-1379)



A documentação de Estremoz predomina antes da Peste, mas esta leitura engana sobre a dinâmica local. De facto, destes 85 documentos, apenas 26 não foram produzidos pela chancelaria régia – ainda que, entre esses 26, se contem compras feitas por oficiais do rei de bens imóveis dentro da vila de Estremoz, incluídos por não serem acidentais no seu local de redação. Qual é a vantagem de analisar este pequeno conjunto, neste contexto? Trata-se de expor mais um contraste entre o Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana: uma parte muito importante da documentação sobrevivente pertence ao cartório da capela instituída por Rodrigo Eanes de Veiros, pela sua alma, no Convento de São Francisco de Évora¹⁰²⁴. Esta circunstância demonstra-nos que, enquanto as instituições minhotas parecem perder alguma capacidade de intervenção nos julgados e terras em redor daquele em que se encontram, essa influência parece aumentar no caso das instituições eborenses, dentro da sua própria região.

Por outro lado, a este conjunto documental proveniente de um fundo mendicante – o que demonstra uma crescente popularidade destas instituições, não só na cidade onde se estabelecem, como em toda a região envolvente – um par de documentos preservados nos fundos do Mosteiro de São Paulo da Serra de Ossa, cenóbio nascido da aglutinação de pequenas comunidades de eremitas - *homens da pobre vida* – que estavam em pleno estabelecimento nas serras alentejanas neste

¹⁰²⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2SF, doc. 006 (pergaminho que contém traslado ou registo de cinco documentos feitos em Estremoz); Pasta 12, peça 001 (pergaminho que contém traslado ou registo de seis documentos feitos em Estremoz) e peça 031, doc. 001;

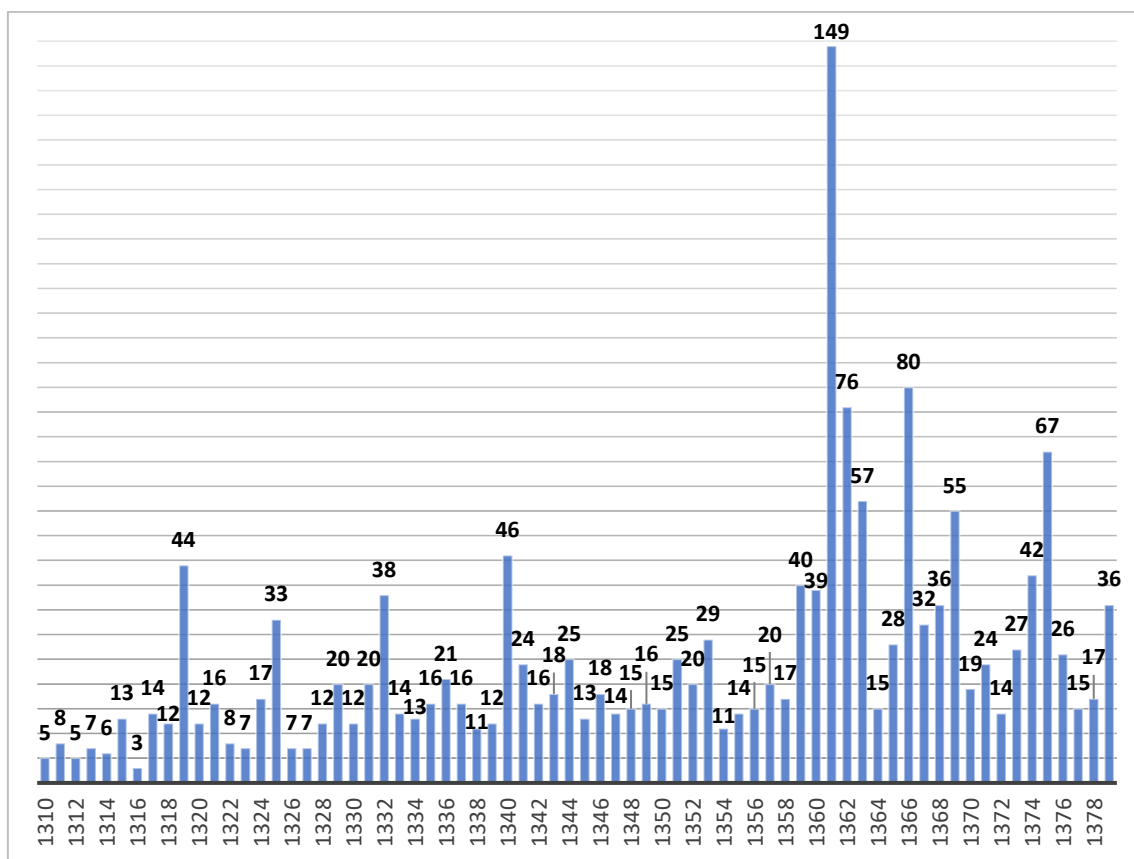
período, confirma a crescente popularidade deste tipo de vida religiosa e a simpatia recolhida por aqueles que viam nestes homens exemplos de entrega e conduta espiritual¹⁰²⁵. Se somarmos as doações a estas comunidades, provenientes de outros tabelionados menores do Alentejo Central e Alto - Redondo, Montemor-o-Novo, Avis - mas também doações provenientes de Évora, esta leitura torna-se mais sólida¹⁰²⁶. Assim, a sugestão de que esta reorientação das preferências manifestadas nos legados pios – dificilmente verificável no Entre-Douro-e-Minho pela perda de praticamente toda a documentação trecentista de confrarias e hospitais, gafarias e albergarias, comunidades eremíticas e emparedadas, mas também de conventos mendicantes –, parece tornar-se mais clara no Entre-Tejo-e-Odiana, mesmo nos tabelionados pequenos. A possível resposta às questões levantadas pelos contraditórios fluxos de produção de testamentos do Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana parece confirmada por outros tipos de documentação.

Fecha-se este subcapítulo com a análise global do Entre-Tejo-e-Odiana. Tal como no Entre-Douro-e-Minho, este olhar geral permite esbater idiosincrasias locais e testar uma amostra documental bem mais extensa. No total, trata-se de 1693 testemunhos documentais. O gráfico 59 revela a distribuição temporal desses documentos.

¹⁰²⁵ BPE, *Convento de São Paulo da Serra de Ossa*, Livro 35, doc. 15; Livro 40, doc. 32.

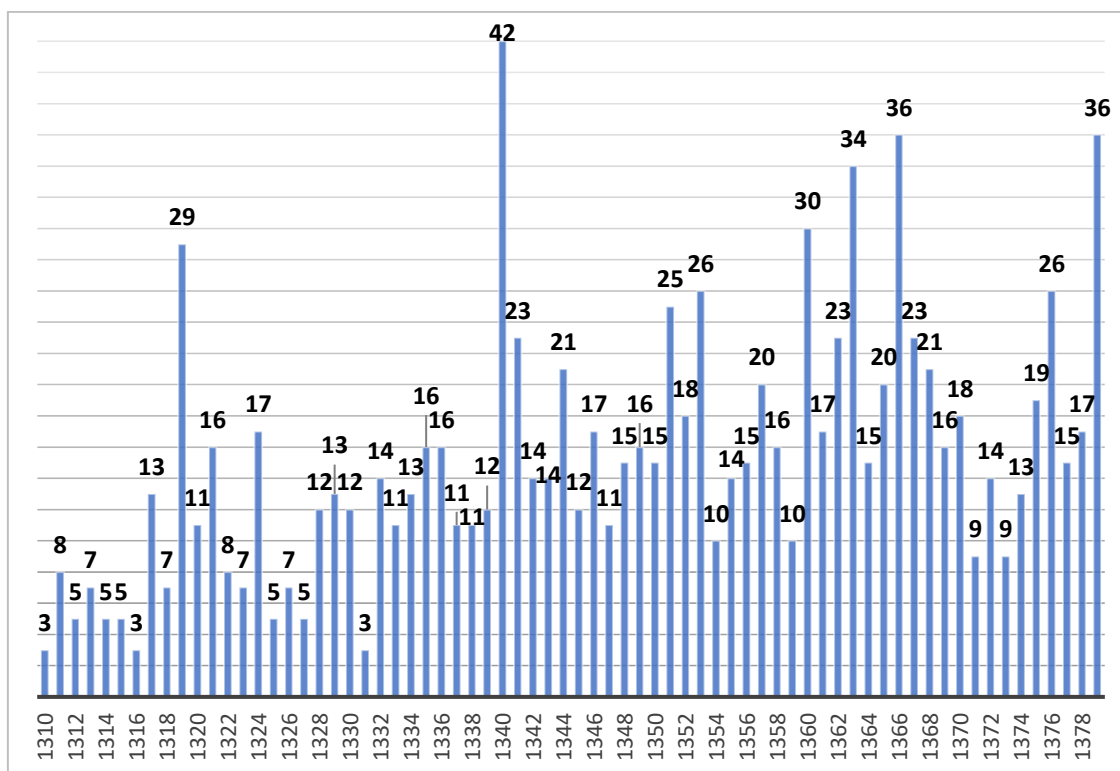
¹⁰²⁶ BPE, *Convento de São Paulo da Serra de Ossa*, Livro 35, doc. 20; Livro 40, peça 20 (com traslados de quatro doações não só aos pobres da Serra de Ossa, como a emparedadas).

Gráfico 59 - Documentos sobreviventes produzidos no Entre-Tejo-e-Odiana (1310-1379)



Os anos de maior e menor produção documental não parecem estar diretamente relacionados com a Peste Negra ou outro evento responsável por um impacto particularmente negativo, de outras pestes até anos de atividade bélica, sísmica ou seca. Contudo, há uma tendência inequívoca: ao longo dos anos, a presença régia aumenta, e é a sua chancelaria um dos mais importantes produtores documentais no Alentejo do período de 1310-1379. De facto, os anos para os quais sobrevivem mais testemunhos são aqueles em que o rei está presente mais tempo. Sobre todos, o de 1361 destaca-se, com a realização das Cortes de Elvas e com o rei a circular um pouco por todo o Entre-Tejo-e-Odiana ao longo desse ano. Creio que será evidente que o principal fator do dinamismo documental alentejano, neste período, é a presença do rei. Contudo, para descermos à realidade local, será interessante, uma vez mais, analisar a distribuição das sobrevivências documentais produzidas localmente, fora da chancelaria régia. Feita essa exclusão, sobram 1070 dos 1693 testemunhos. Distribuem-se da seguinte forma:

Gráfico 60 - Documentos sobreviventes produzidos no Entre-Tejo-e-Odiana (sem documentação régia, 1310-1379)



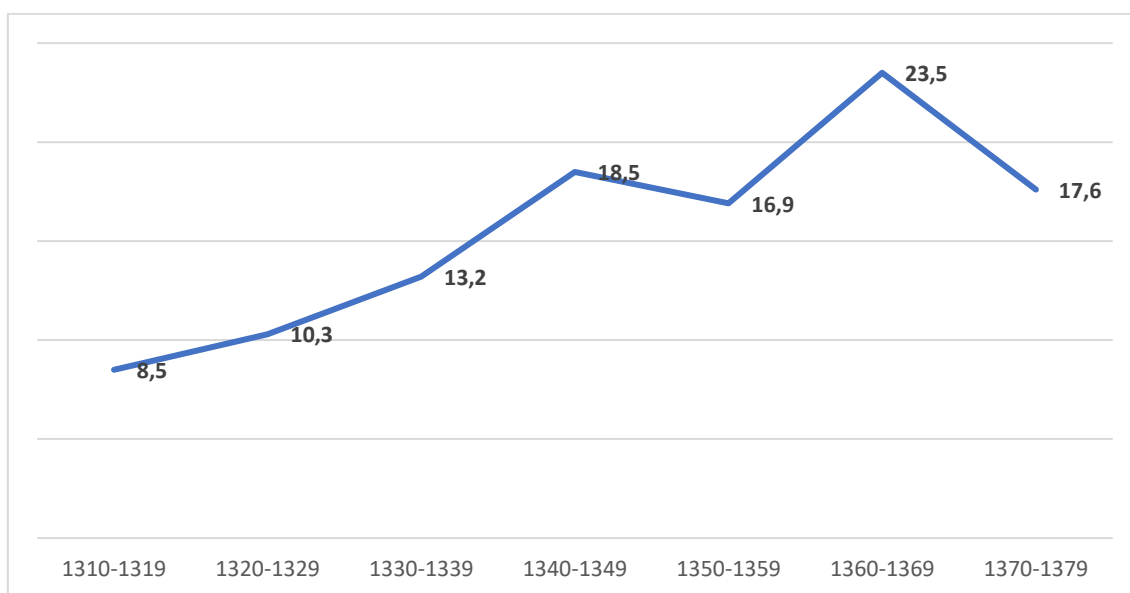
Retirada a documentação produzida pela chancelaria régia, torna-se mais clara a dinâmica de produção documental dos agentes locais. Com alguns picos explicáveis, por exemplo, com anos em que uma instituição faz um conjunto alargado de contratos enfitêuticos – como os dezasseis aforamentos que a Igreja de Santiago de Évora faz no dia 17 de dezembro de 1319¹⁰²⁷, ou os dezoito aforamentos que a Ordem de Avis faz em Elvas, entre os dias 3 e 5 de maio de 1340¹⁰²⁸ – ou quando há movimentações privadas de aquisição de património que sobreviveram documentadas, como as dezanove compras que o Conde de Viana e de Arraiolos faz em 1379¹⁰²⁹, a média de produção anual vai aumentando paulatinamente em cada década, ainda que se verifique um certo recuo nas décadas de 1350 e de 1370 que nunca chega a ser drástico:

¹⁰²⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 12, peça 076.

¹⁰²⁸ ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, maço 17, n.º 1466.

¹⁰²⁹ BPE, *Convento de São João Evangelista de Évora*, Livro 7, fl. 17, 19, 23 e 30; BPE, *Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos*, Livro 12, peças 1, 2, 5, 7, 9, 11, 13-15, 20 e 22; BPE, *Convento de São Paulo da Serra de Ossa*, Livro 35, doc. 32; Livro 40, doc. 9; BPE, *Convento de Nossa Senhora do Espinheiro*, Livro 5, peça 38; Livro 6, peça 332.

Gráfico 61 - Média anual de produção documental no Entre-Tejo-e-Odiana (1310-1379)



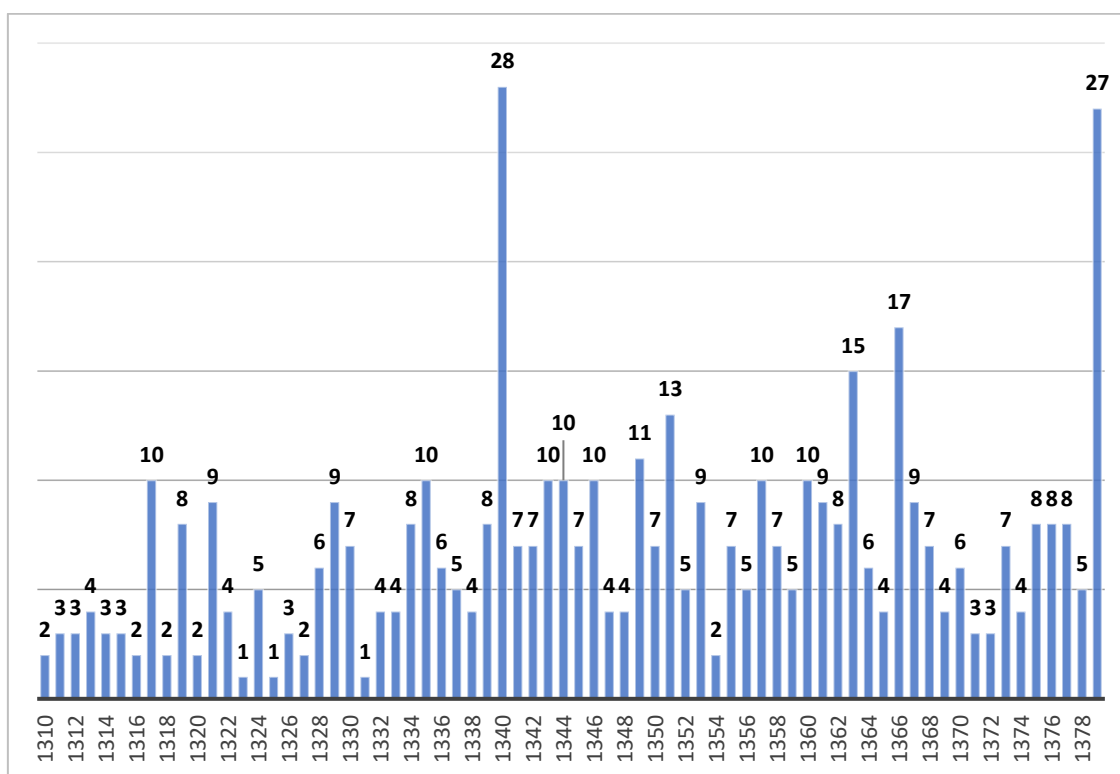
Se o recuo da década de 1350 poderá ser atribuído às consequências da Peste, mas também aos vários terremotos sentidos e a anos de escassez, a década de 1370 terá outro grande fator de quebra: as Guerras Fernandinas, particularmente funestas no Entre-Tejo-e-Odiana. Além desta, sabemos ainda que a peste grassava na região em 1374, como adiante se verá, acompanhada por uma seca¹⁰³⁰. Se retirarmos os dezanove documentos produzidos nos derradeiros meses de 1379 pelas compras do conde de Viana e Arraiolos, a média de produção cai para 15,7, a mais baixa desde a atribulada década de 1330. Relembrando os valores do Entre-Douro-e-Minho, a flutuabilidade alentejana é bem menor, mas também aqui os ritmos de produção parecem traduzir a influência de fatores externos importantes; neste caso, a Peste Negra apenas não parece ser o mais determinante entre aqueles que afetam a região.

Sendo Évora responsável praticamente metade da documentação sobrevivente na comarca (841 de 1693, ou seja, 49,7%), vale a pena analisar a produção alentejana sem a sombra eborense, à semelhança do que foi feito com Guimarães no Entre-Douro-e-Minho. Paralelamente, retiro também a documentação régia – novamente quase metade do restante, para que as dinâmicas locais possam ser reveladas tanto quanto o conjunto relativamente permita. Dos 852 documentos alentejanos não eborenses, 475

¹⁰³⁰ O capítulo 13 incide precisamente sobre as pestes subsequentes e a eventual focalização da doença em Portugal.

(55,8%) são produzidos localmente, fora do contexto da chancelaria régia. Ainda que o Alentejo Central esteja mais representado, há documentos provenientes de todo o território do Entre-Tejo-e-Odiana. Entre os tabelionados não individualizados atrás, Beja e Avis, por exemplo fornecem algumas dezenas de testemunhos. Não se podendo tomar esta distribuição como um retrato fiel e proporcional dos fluxos de produção deste território, fora de Évora, é útil perceber se o que revela acompanha as tendências eborenses, e contrasta ou converge com a realidade do Entre-Douro-e-Minho, com ou sem Guimarães incluída:

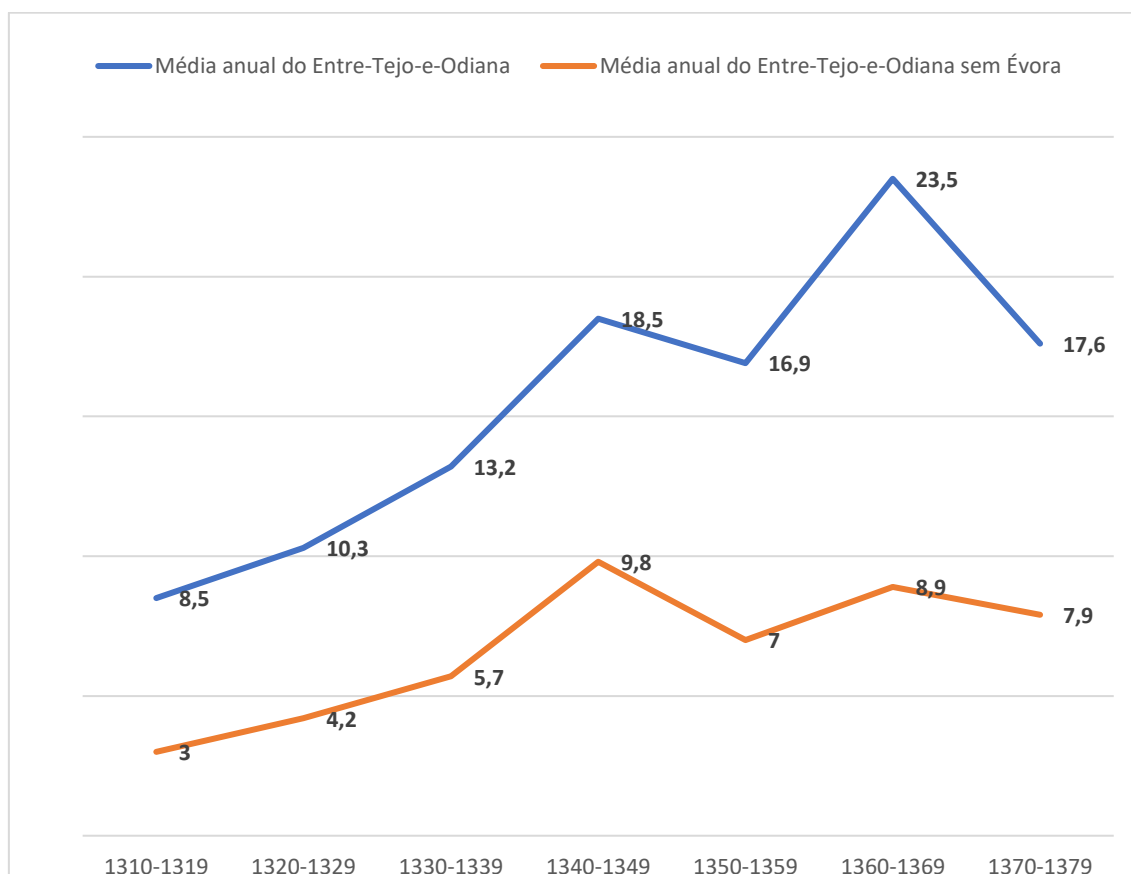
Gráfico 62 - Documentos sobreviventes produzidos no Entre-Tejo-e-Odiana (sem Évora nem documentação régia, 1310-1379)



Curiosamente, a diferença entre o período 1310-1348 e 1349-1379 não é acentuada: 222 para 253, ainda que a média anual os afaste bem mais, pela desigualdade do número de anos – 5,7 documentos/ano antes da Peste e 8,2 depois, um aumento de quase 50%. Os dois picos, referidos anteriormente e devidos sobretudo ao rol de aforamentos da Ordem de Avis (1340) e às múltiplas compras do conde de Viana e Arraiolos, não correspondem a acontecimentos excepcionais. Há alguma irregularidade na década de 1350, mas o decréscimo mais relevante corresponderá aos anos de 1369-1374, com as duas primeiras Guerras Fernandinas. Assim, retirada a documentação

eborense e a régia, os fluxos de produção do resto do Alentejo não revelam uma influência evidente da Peste Negra. Na produção anual por década, as médias evoluem deste modo:

Gráfico 63 - Média anual de produção documental por década (Entre-Tejo-e-Odiana, 1310-1379)

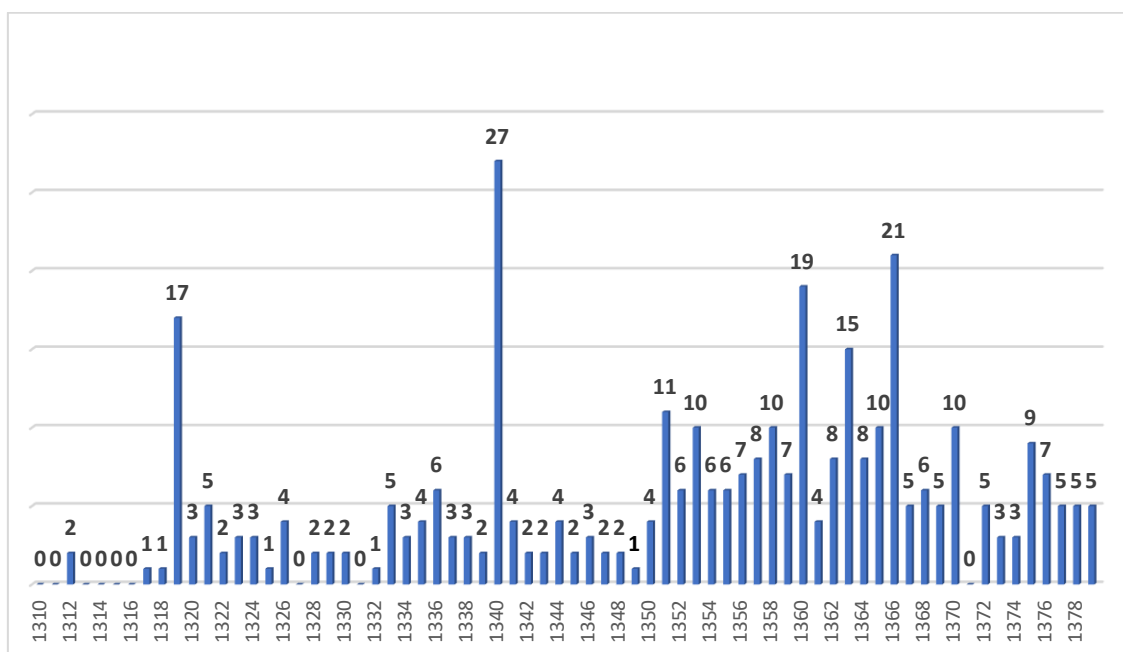


As médias anuais por década permitem uma visão mais detalhada da evolução da produção documental. O crescimento é contínuo e sustentado até à de 1340. A queda na seguinte, ainda que acentuada, não chega para fazer recuar a média sequer aos níveis da de 1330. A retoma da década de 1360 é sólida, mas a seguinte volta a ser de queda, que só não é mais grave devido às 19 compras feitas pelo conde de Viana e Arraiolos; excluindo este conjunto, a média anual da década ficar-se-ia pelos seis documentos/ano, recuando praticamente a valores da de 1330. Assim, e como se vem evidenciando, o grande fator de desestabilização do Alentejo são, segundo as variações de produção documental ao longo destas décadas, as duas primeiras Guerras Fernandinas. Mesmo sem Évora, o Entre-Tejo-e-Odiana segue as mesmas tendências no que toca a médias anuais de documentação por decénio. Apesar da significativa

influência eborense e das sobrevivências menos numerosas, a comarca apresenta alguma coerência no seu todo, tal como o Entre-Douro-e-Minho com e sem Guimarães.

Tratando agora da produção documental distribuída pelas tipologias mais frequentes, olhemos para os contratos enfitêuticos e arrendamentos que sobrevivem para todo o território do Entre-Tejo-e-Odiana. Apesar de a maioria dizer respeito a contratos que já foram inseridos nos principais tabelionados do território, o contributo das dezenas de tabelionados menores pode tornar mais clara a leitura regional. Uma vez mais, são retirados os aforamentos e emprazamentos do rei, pelos motivos expostos em casos anteriores, restando assim 352 documentos:

Gráfico 64 - Emprazamento, aforamentos e arrendamentos no Entre-Tejo-e-Odiana (1310-1379)

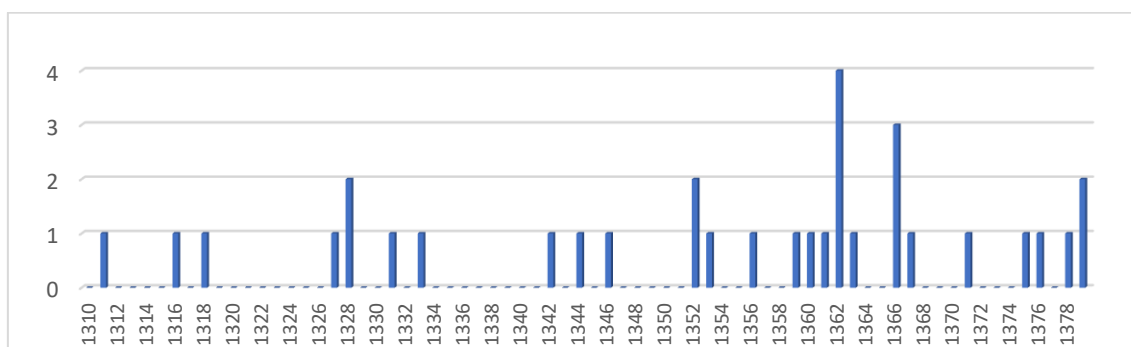


Antes de 1348, temos poucos contratos, com a exceção dos dois anos de pico correspondentes a um grande volume de enfiteuses feitas por duas instituições, a igreja de Santiago de Évora e a Ordem de Avis, referidas anteriormente. Com 123 contratos produzidos entre 1310 e 1348, inclusive, a média é de apenas 3,2 por ano (dois quais um terço diz respeito aos já referidos lotes de Santiago de Évora e de Avis); para os 31 anos subsequentes, sobrevivem 229, a uma média de 7,4 por ano, mais do que duplicando a média anual. Como se tem vindo a verificar, esta é a tipologia mais esclarecedora no contraste entre o *antes* e o *depois* da Peste Negra. E se na generalidade do Entre-Douro-

e-Minho a diferença se faz através na quebra generalizada do pós-Peste, no Entre-Tejo-e-Odiana, mas também no território bracarense, esse contraste também existe, mas é o oposto: o número de contratos cresce e a mercado da exploração da terra parece estar mais ativo e dinâmico do que em qualquer momento do meio século anterior, mantendo-se assim durante anos. Apesar de não arrancar imediatamente em 1349, como em Guimarães, é inequívoca a subida provocada pela Peste Negra – que na região se terá feito sentir até 1349 – produzindo um aumento sustentado de contratos de durou anos, como se a Peste tivesse despertado o mercado da enfiteuse e do arrendamento na região. Abrandando um pouco no final da década de 1360, não parece ter sido imediatamente travado pela I Guerra Fernandina; de resto, este primeiro conflito fez-se sentir muito duramente no Norte, com a destruição dos arrabaldes de Guimarães e Braga, como foi dito anteriormente. É no segundo conflito que o Entre-Tejo-e-Odiana sofre maior devastação e a inexistência de contratos sobreviventes em toda a comarca para o ano de 1371 pode ser disso sintoma. Uma vez mais, é neste dado económico, mas também indiretamente demográfico, que a Peste Negra se deteta melhor nos fluxos de produção documental portugueses.

Reunindo todas as sentenças produzidas durante estes anos no Entre-Tejo-e-Odiana, é possível perceber o seguinte: a distribuição do pequeno grupo documental não revela qualquer relação com a Peste, ainda que o conteúdo de uma, de 1352, esteja direta e explicitamente relacionado com testamentos de peste¹⁰³¹. Refira-se também a prevalência da produção pós-Peste (22 de um total de 34 sentenças), que acompanha o aumento de documentação geral da comarca.

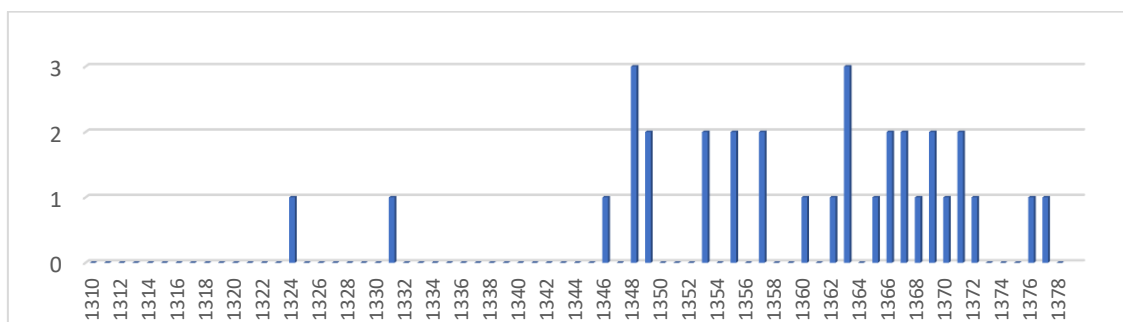
Gráfico 65 - Sentenças produzidas no Entre-Tejo-e-Odiana (1310-1379)



¹⁰³¹ ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 276 [Tombo das Capelas de Évora], fl. 34-35v.

No que aos testamentos diz respeito, boa parte dos que sobrevivem nesta região entraram já nas análises individuais de tabelionados. Porém, a representação gráfica dos testemunhos sobreviventes, trinta e três, revela tendências interessantes:

Gráfico 66 - Testamentos redigidos no Entre-Tejo-e-Odiana (1310-1379)



A esmagadora maioria dos testemunhos sobreviventes concentra-se após a Peste, o que reforça a convicção de que, cada vez mais, o testamento era mais importante num mundo que passou a viver com a possibilidade de morte súbita e numerosa. Os cinco testamentos de 1348-49 foram redigidos entre 5 de outubro de 1348 e 22 de janeiro de 1349, uma densidade que não se repete em momento algum ao longo dos setenta anos em análise. É uma amostra pequena, mas mais um indício que sugere um período excecional. Muito do que foi dito nas análises concretas de Évora, Montemor-o-Novo e Estremoz pode ser aplicado à comarca e traduz as alterações produzidas após a Peste, tanto os contrastes como as convergências com o Entre-Douro-e-Minho.

Tal como no caso do Entre-Douro-e-Minho, é importante encerrar a análise geral da comarca transtagana com uma breve reflexão. A comparação entre ambas deve ser feita com cautela, mas deve ser feita. O volume documental alentejano é três vezes inferior ao do Entre-Douro-e-Minho, mas continua a ser um conjunto muito relevante. O peso da circunscrição territorial mais importante – Évora – é, em proporção, o maior nas duas comarcas. Assim, é natural que muito do que seja dito sobre toda a comarca, no domínio da produção escrita destas décadas, seja muitíssimo influenciado pela realidade eborense. Separada a documentação eborense do resto da comarca, as tendências parecem manter-se quando a documentação é reunida na globalidade, sem distinção de tipologia.

Descendo aos tipos mais frequentes, os contratos de exploração indireta da terra voltam a ser esclarecedores: não só nos tabelionados mais importantes, como em toda a comarca, é inequívoco que o período pós-Peste assiste à produção de muitos mais contratos do que no período anterior, e que esse aumento começa pouco depois da Peste Negra, abrandando apenas duas décadas mais tarde, quando outros fatores de desestabilização – sobretudo as Guerras Fernandinas – provocam uma reação oposta àquela que a Peste produziu, paralisando em parte novas concessões de domínio útil. As restantes tipologias individualizadas revelam aumentos, mas as diferenças entre o *antes* e o *depois* da Peste destacam-se nos testamentos. As explicações não são simples, mas os efeitos da pandemia no espírito coletivo e nas práticas e preparações da morte parecem transparecer novas preferências, novos atores e mais preocupações face à possibilidade de morte intestada e sem sacramentos. De uma forma distinta do Entre-Douro-e-Minho, ainda que com menos documentação para uma área bem maior, também os fluxos de produção documental do Entre-Tejo-e-Odiana parecem revelar, em muitos aspetos, uma influência clara da Peste Negra.

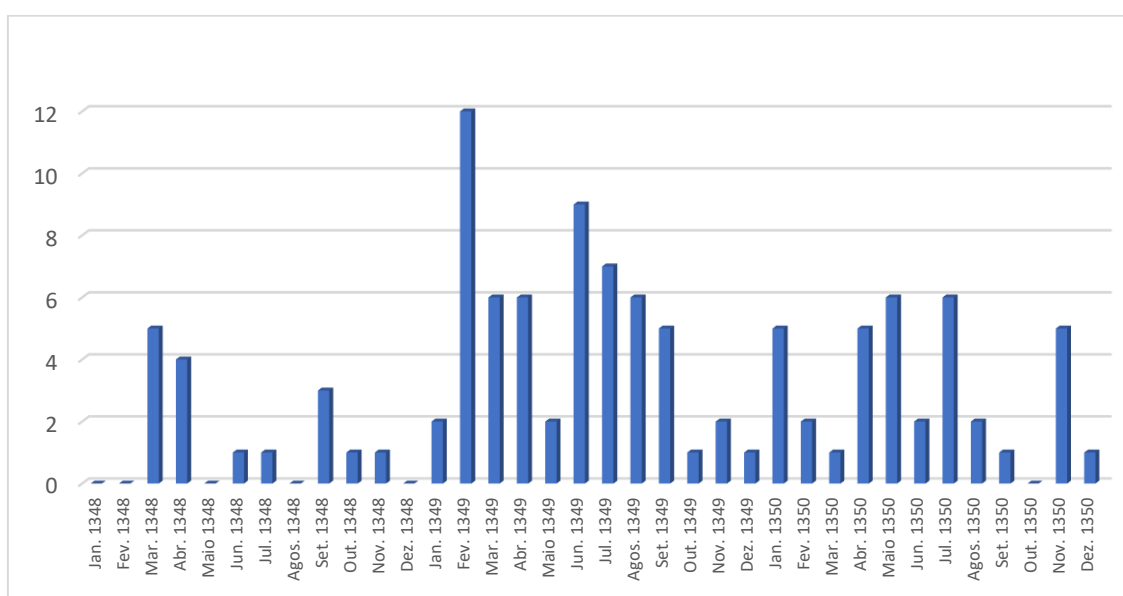
6.2.3 - Os silêncios da Peste – um indício a ter em conta?

A escassez de documentação sobrevivente para determinados períodos pode, ou não, coincidir com circunstâncias extraordinárias de desestabilização com origens várias. Creio que seria interessante recorrer a estes silêncios documentais para testar a hipótese de que a Peste teve um efeito imediato nos fluxos de produção documental, refletores do quotidiano, e que outros eventos particularmente negativos, gerais ou locais, como cercos militares, encaixam nesta abordagem e a confirmam. Todos os indícios sugerem que a peste se fez sentir em todo o território português, ainda que com diferentes intensidades, e os silêncios documentais desse período concreto poderão estar diretamente relacionados com o impacto da doença.

Esta análise revela-se deste modo como um complemento ao capítulo 5, consolidando a cronologia de propagação da doença nele proposta. Para poder afunilar a análise dos fluxos de produção documental, optou-se por apresentar os testemunhos sobreviventes nos territórios mais representados distribuídos por meses, entre janeiro de 1348 e dezembro de 1350. Contudo, deverá ser salvaguardado que, na maioria dos casos, se trata de um volume documental relativamente pequeno, e qualquer conclusão

terá de ser cautelosa. Baião e Soalhães, por exemplo, não são representados por não terem qualquer sobrevivência documental desses 36 meses. A leitura é tanto qualitativa, como quantitativa: se temos um silêncio total, trata-se de um indício a ter em conta; porém, se temos uma produção documental assinalável, mas toda, ou a maioria, diz respeito a testamentos ou doações *per anima*, a abundância pode ser igualmente denunciante de um impacto da Peste, real, mas diferente daquele que se traduz numa cessação da produção documental. Seguindo a mesma ordem de apresentação, eis a distribuição do tabelionato vimaranense:

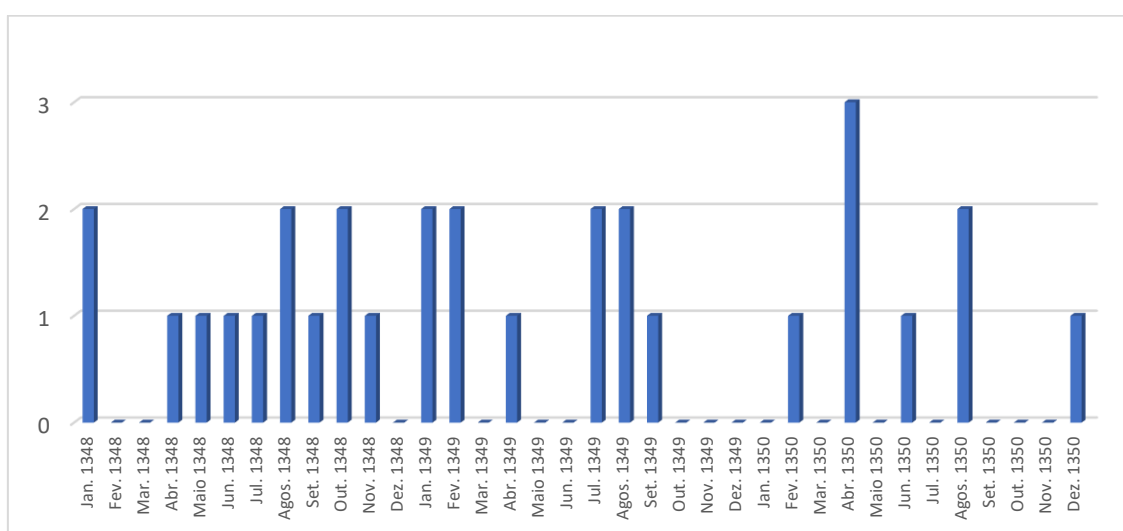
Gráfico 67 - Produção documental em Guimarães e no seu julgado (1310-1379)



O tabelionato e os oficiais vimaranenses produziram 111 documentos sobreviventes nestes 24 meses, um número muito significativo e que é superior aos setenta anos de produção escrita sobrevivente da maioria dos tabelionados analisados, tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana. A atomização da análise da produção documental parece demonstrar, no caso vimaranense, que todo o ano de 1348 foi parco em sobrevivências; significará isto que a peste se fez sentir mais cedo do que costuma pensar-se? Como foi já exposto, creio que a introdução da doença no Entre-Douro-e-Minho se terá feito por volta do início do verão, ainda que só se tenha começado a fazer sentir, em proporções epidémicas, em meados do verão, talvez agosto: entre agosto de 1348 e dezembro do mesmo ano, todos os documentos que sobrevivem são testamentos, indicando uma paragem generalizada na produção de outras tipologias

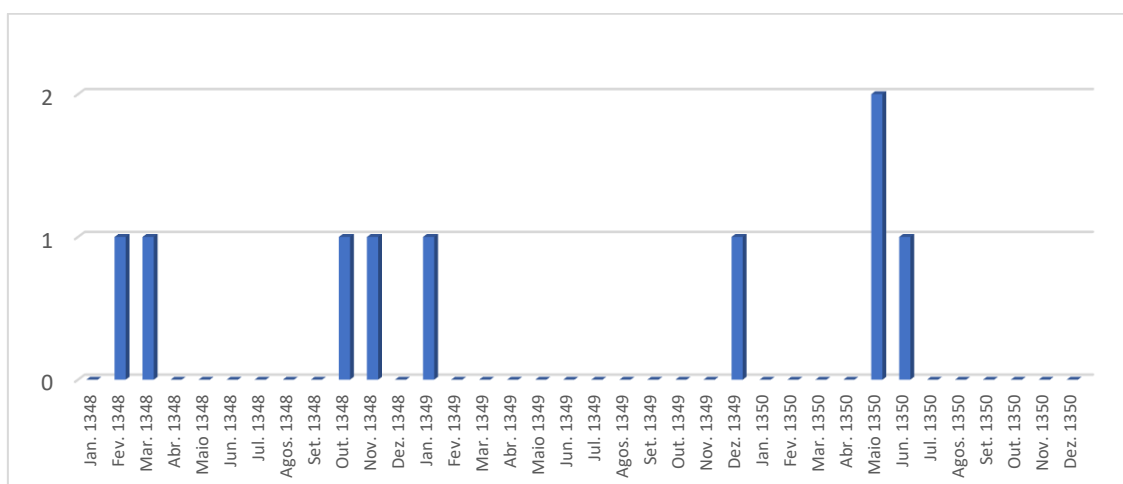
documentais. No ano seguinte, voltam em força os emprazamentos, seguidos pelas execuções de testamentos e doações com eles relacionadas (e que nos revelam os testamentos originais, em alguns casos). A explosão que se dá logo em fevereiro de 1349, quando a epidemia estaria já numa fase francamente descendente, revela a ação enérgica da colegiada local em reocupar rapidamente os bens vagos por morte ou a deslocação dos foreiros ou caseiros anteriores. Porém, nesta ação, o território vimaranense parece ter uma capacidade única na região, como já ficou evidente nos primeiros pontos deste capítulo. Prova-o, por exemplo, o gráfico de Braga:

Gráfico 68 - Produção documental em Braga e no seu couto (1348-1350)



Com um total de 30 documentos redigidos ao longo destes 36 meses, o gráfico de Braga não fornece padrões evidentes, com exceção do maior número de meses sem qualquer testemunho sobrevivente, que se multiplicam após a Peste. Tal como em Guimarães, os últimos meses de 1348 são marcados por testamentos, sendo os primeiros de 1349 variados nas tipologias representadas. A irregularidade do pós-Peste transforma-se, nos restantes territórios individualizáveis do Entre-Douro-e-Minho, em silêncios. É esse o caso do Porto:

Gráfico 69 - Produção documental no Porto e seu termo (1348-1350)



A produção documental do Porto quase desaparece ao longo dos dois anos que vão de março de 1348 a março de 1350. Apenas quatro documentos sobrevivem para este período, subindo para nove se contarmos todos os 36 meses. Apenas um destes documentos é validado por um tabelião régio, o já referido Gonçalo Brandão – a redação foi executada pelo seu escrivão jurado, Estêvão Domingues¹⁰³². Os restantes documentos são da responsabilidade, na sua maioria, dos notários catedralícios, estando a maioria relacionada com a apresentação ou colação de clérigos a benefícios vagos¹⁰³³, resolução de conflitos eclesíasticos¹⁰³⁴ e um raro prazo de bens do Cabido¹⁰³⁵;

¹⁰³² ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 9.

¹⁰³³ É o exemplo dos únicos documentos portuenses do outono de 1348: no dia 31 de outubro, João da Ponte, cônego de Astorga e vigário-geral do bispo do Porto, D. Pedro, confirma Guiomar Rodrigues como nova abadessa do Mosteiro de Vairão, eleita entre as monjas professas do mosteiro após a morte de D. Sancha Pais, abadessa anterior (ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 26); passadas duas semanas, o mesmo João da Ponte faz colação de Afonso Domingues (?), clérigo, no reitorado da igreja de Santiago de Labruge, vago por morte de Gil Lourenço, reitor anterior, após a apresentação feita pelo Mosteiro de Moreira, padroeiro da dita igreja (ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 7); o singular documento de 1349, passado logo no início de janeiro, enquadra-se no mesmo tipo: João da Ponte, agora documentado como cônego de Braga e vigário do bispo do Porto, faz colação no reitorado de Santo André de Puzelhe (???) , Terra de Santa Maria, de Martim Martins, clérigo, apresentado pelo Mosteiro de Pedroso, depois da morte do titular anterior, Vicente Esteves - AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 168.

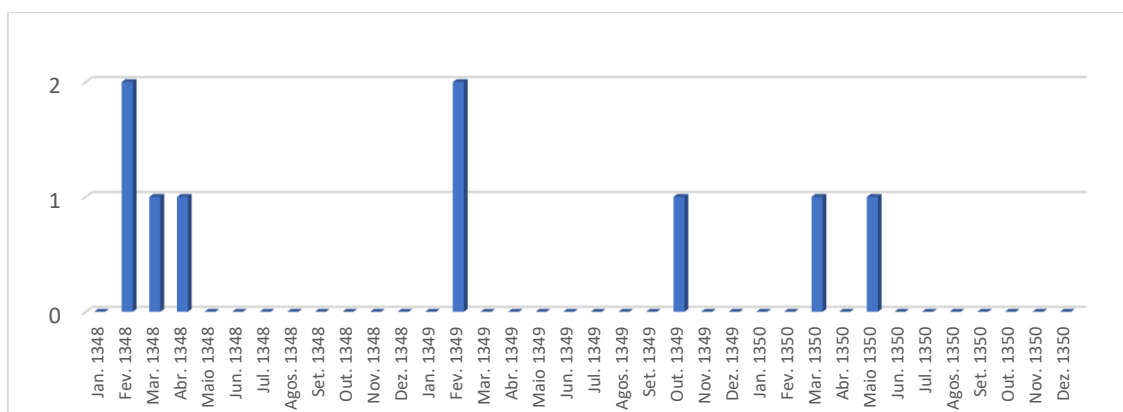
¹⁰³⁴ Trata-se de uma sentença dirimida por Afonso Pires, abade da igreja de Várzea da Ovelha e vigário-geral do bispo do Porto, D. Pedro, pela qual encerra uma demanda entre o Mosteiro de Grijó e Gonçalo Pires, abade da Igreja de Silvalde. Na origem do pleito estava uma comedoria que o mosteiro reclamava na igreja. O abade confessa que as reivindicações do mosteiro, padroeiro da igreja, eram verdadeiras, obrigando-se a igreja a pagar a dita comedoria em cada ano - ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 51 (Igrejas do Padroado de Grijó), fl. 6-7, doc. 5.

¹⁰³⁵ Datado de 1350-05-12. ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 23º, fl. 34.

há ainda um documento da correição do Entre-Douro-e-Minho, do início de fevereiro de 1348¹⁰³⁶, e uma postura municipal exarada em vereação de maio de 1350¹⁰³⁷.

Do outro lado do rio, em Gaia e Vila Nova, o cenário não é muito diferente do do Porto: mesmo com os ricos fundos dos mosteiros de São Pedro de Pedroso e do Salvador de Grijó, são sobretudo silêncios aquilo que os meses após a Peste Negra revelam. Entre os nove documentos que sobrevivem para este período no território de Gaia e de Vila Nova a par de Gaia, apenas três são da lavra de tabeliães gaienses: Francisco Eanes, escrivão jurado de Nicolau Esteves, tabelião de Gaia e de Vila Nova, redige uma composição a 28 de março de 1348¹⁰³⁸, Afonso Eanes redige um a 30 de abril de 1348, voltando a surgir a 14 de fevereiro de 1349¹⁰³⁹ e, mais tarde, num documento criticamente datado de 12 de abril de 1350¹⁰⁴⁰.

Gráfico 70 - Produção documental em Gaia, Vila Nova a par da Gaia e respetivos julgados



Também na Terra de Faria, a Peste Negra parece ter resultado num silêncio prolongado, ainda que, com 14 documentos, haja mais do que no Porto ou em Gaia. Os derradeiros documentos de 1348 são, uma vez mais, uma doação *per anima* e um testamento¹⁰⁴¹, enquanto os dois documentos isolados de 1349 são duas doações feitas

¹⁰³⁶ *Corpus Codicum*, Livro 6, fascículo IV, p. 32-33, doc. 16a, [Livro II de Pergaminhos da Câmara do Porto].

¹⁰³⁷ A vereação da câmara do Porto faz uma postura proibindo fidalgos, clérigos e homens-poderosos de fazerem morada no Porto, em casa arrendada ou em pousada oferecida, sob pena de 50 libras para os que os receberem; define que os clérigos menores que quiserem viver na cidade o façam numa zona dentro da Cerca do Castelo [muralha primitiva] ou na zona da Cividade e Cimo de Vila - *Corpus Codicum*, Livro 6, fascículo IV, p. 47, doc. 29c, [Livro II de Pergaminhos da Câmara do Porto]

¹⁰³⁸ ANTT, *Mosteiro de Corpus Christi*, maço 47, n.º 6.

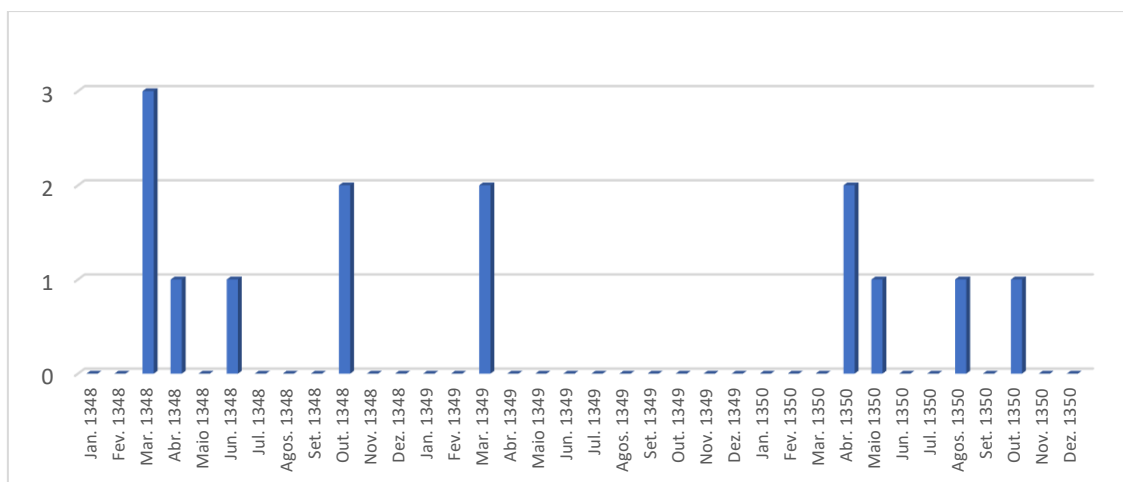
¹⁰³⁹ AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 127.

¹⁰⁴⁰ AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 97.

¹⁰⁴¹ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), n.º 71, fl. 85-87v.

para execução de testamentos¹⁰⁴². Será igualmente importante notar que, após 1350, o silêncio documental revela uma ainda mais prolongada letargia documental por parte das instituições deste território: depois de uma sentença dirimida por um juiz de Faria, datada de outubro de 1350¹⁰⁴³, o documento seguinte é um conjunto de públicas-formas solicitadas pelo Mosteiro da Junqueira, datado de janeiro de 1354 e recuperando documentos de 1347¹⁰⁴⁴; talvez fosse um sinal da retoma de atividade nesta instituição, em reorganização após anos terríveis.

Gráfico 71 - Produção documental na Terra de Faria (1348-1350)



Um pouco mais a sul, nas Terras da Maia, Bouças e Gondomar, o cenário é semelhante ao de Faria, até no número de sobrevivências, 14: longos silêncios, pontualmente interrompidos por alguma atividade documental, com um destaque evidente para a retoma de atividade no início do verão de 1350, quando temos novamente documentação tão variada e indicadora de uma recuperação de atividade como um emprazamento¹⁰⁴⁵, uma composição que encerra um desaguisado que o mosteiro de Moreira tinha com uma igreja paroquial sobre o uso de águas¹⁰⁴⁶, uma pública-forma de uma carta régia que permitia ao mosteiro de Vairão atrasar a venda dos bens deixados pela morte das suas monjas na Peste¹⁰⁴⁷, assim como o lançamento

¹⁰⁴² ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), nº 73, fl. 87v-89

¹⁰⁴³ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 113, fl. 122v-123.

¹⁰⁴⁴ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 11 (Tombo Real, Livro Quarto), nº 132, fl. 112-113v

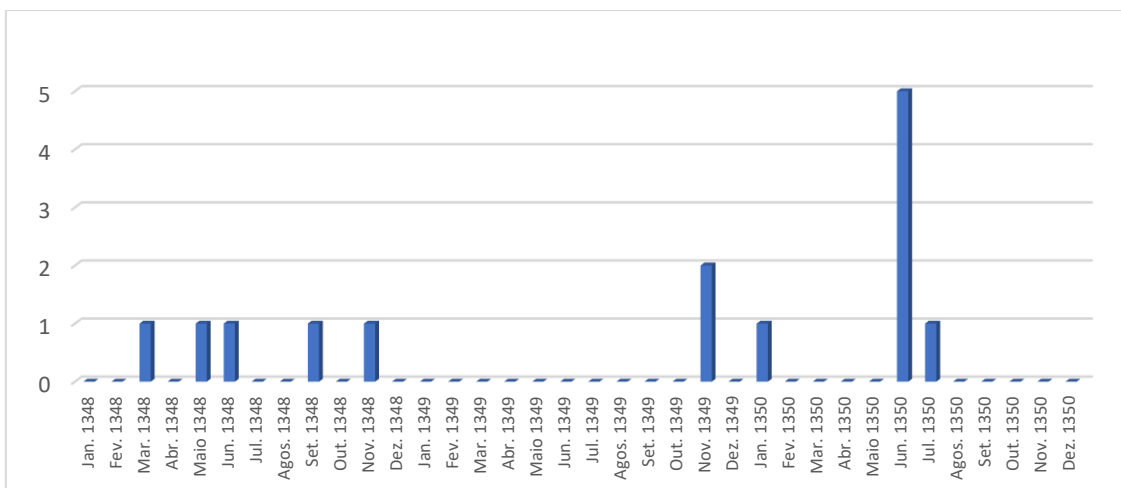
¹⁰⁴⁵ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 11.

¹⁰⁴⁶ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 10.

¹⁰⁴⁷ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 29.

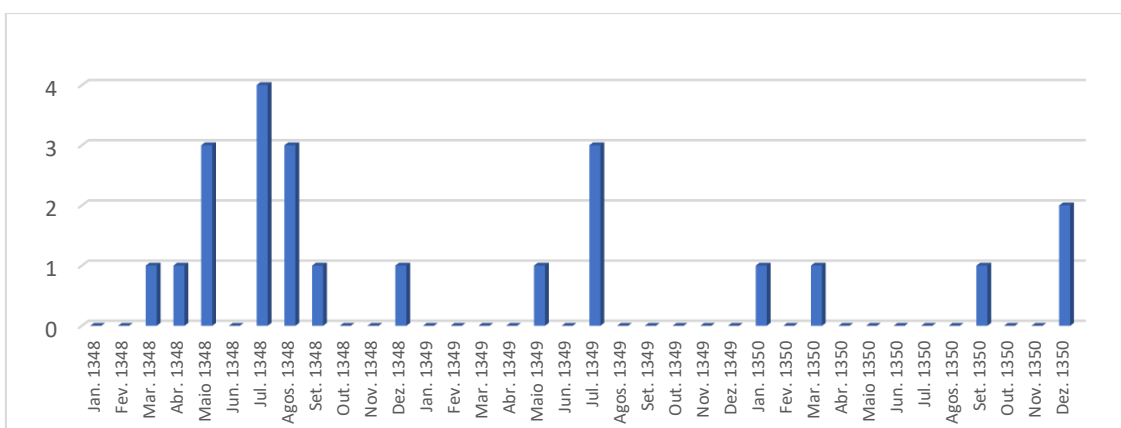
do pregão desses mesmos bens¹⁰⁴⁸. A reorganização e a gestão parecem estar a ser plenamente retomadas, mais de um ano e meio após o final da Peste.

Gráfico 72 - Produção documental na Terra da Maia, Bouças, Gondomar, Massarelos, Azurara e Pindelo (1348-1350)



Fora destes territórios mais documentos, vale a pena lançar um olhar ao resto do Entre-Douro-e-Minho. Juntando todos os documentos produzidos na comarca de janeiro de 1348 a dezembro de 1350, com exclusão de Guimarães, Braga, Porto, terras de Faria e Maia e Gaia, sobram ainda mais de duas dezenas de documentos, provenientes de diversos locais¹⁰⁴⁹:

Gráfico 73 - Produção documental nos pequenos tabelionados do Entre-Douro-e-Minho (1348-1350)



¹⁰⁴⁸ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 30.

¹⁰⁴⁹ Contribuem os tabelionados de Vermoim, Lanhoso, Cabeceiras de Basto, Amarante e Gouveia, Prado, Penafiel de Sousa, Ponte de Lima, Barcelos, Montelongo, Terra de Bouro e a escrivania do Mosteiro de Entre-os-Rios.

Com um ritmo bastante interessante em 1348, a sequência documental é interrompida após 10 de setembro¹⁰⁵⁰. A 12 de dezembro temos a posse que o Cabido de Braga faz da quinta de Gomariz, que foi de Durão Esteves, cónego do cabido. O cónego havia deixado esta quinta a Gonçalo Esteves e a Teresa (?) Esteves, seus criados, mas estes morreram sem descendência, executando-se a cláusula que dizia que nesse caso a quinta reverteria para o Cabido; tudo neste documento indica tratar-se de uma morte de Peste, não só do cónego, como dos seus herdeiros¹⁰⁵¹. É aqui que a Peste tem uma influência dupla: estes criados, possivelmente filhos ilegítimos, seriam os naturais destinatários do cartório pessoal do falecido cónego, arquivo do seu património. A morte de ambos permite a integração da totalidade do cartório pessoal do cónego no do cabido, aspeto a que voltarei demoradamente mais adiante. Não voltámos a ter documentação até maio de 1349, e os documentos deste ano também remetem para circunstâncias criadas pela Peste: nomeação do tutor de uma menor barcelense¹⁰⁵², avaliação de bens deixados pela morte de uma monja de Vairão¹⁰⁵³, e visitação do novo deão de Braga, D. Estêvão Pires, a duas igrejas do seu deado¹⁰⁵⁴. Em 1350, o cenário mantém-se parcialmente, com nomeações de tutor para vários irmãos órfãos na Terra de Vermoim¹⁰⁵⁵ e partilhas de bens na Terra de Bouro¹⁰⁵⁶, mas também com ações mais 'normais', como sentenças sobre usos de água¹⁰⁵⁷, uma venda¹⁰⁵⁸ e um empraçamento¹⁰⁵⁹.

Apesar de os silêncios terem sido já analisados individualmente, creio que será útil ter uma representação gráfica de toda a comarca. Tal como foi dito neste capítulo e no anterior, a cronologia da Peste Negra aqui não é muito díspar na sua evolução de tabelionato para tabelionato. A combinação de todas as circunscrições produtoras de documentos deverá traduzir, de forma inversamente proporcional, os meses de maior ação da epidemia no território:

¹⁰⁵⁰ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 14.

¹⁰⁵¹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 270.

¹⁰⁵² ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 22, doc. 827.

¹⁰⁵³ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 27.

¹⁰⁵⁴ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta das Concórdias e das Visitas, doc. 4 e 5.

¹⁰⁵⁵ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 31, n.º 15.

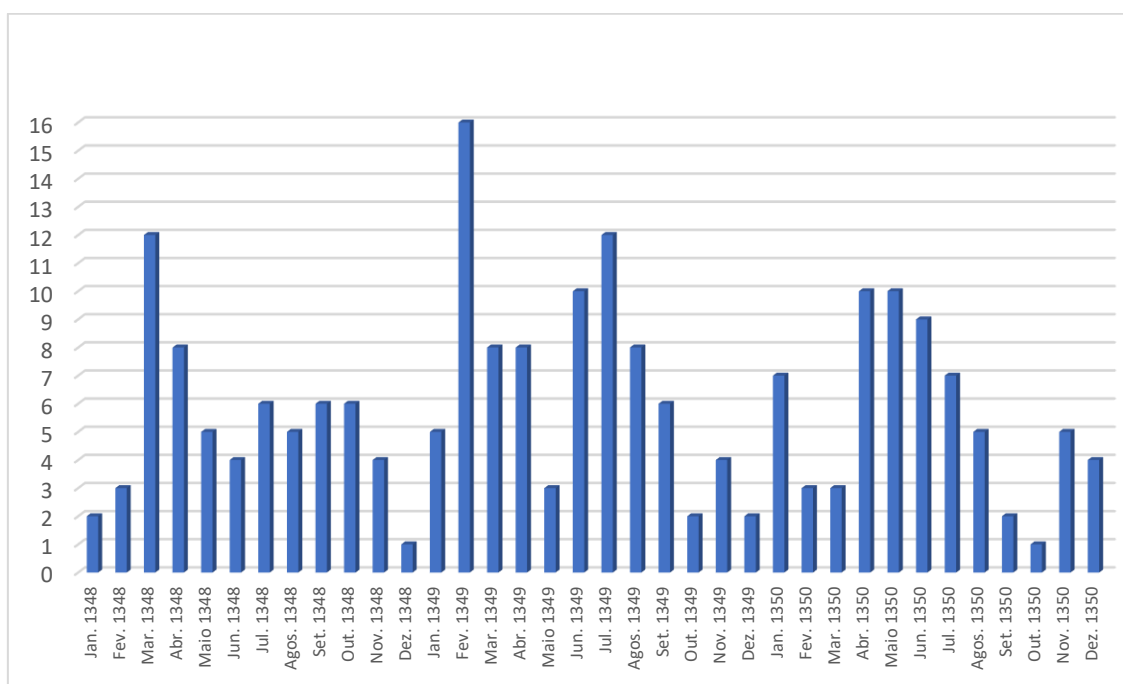
¹⁰⁵⁶ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta das Matérias Inúteis, n.º 52.

¹⁰⁵⁷ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Pergaminhos, 8-2-4-3.

¹⁰⁵⁸ ANTT, *Convento de Santa Clara do Porto*, maço 53, doc. 17.

¹⁰⁵⁹ ANTT, *Convento de Santa Clara do Porto*, maço 60, doc. 30.

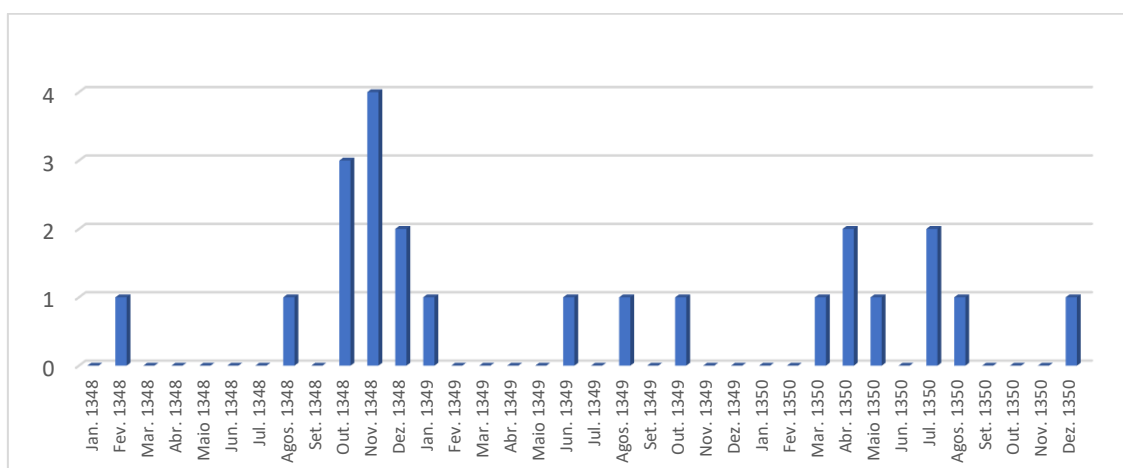
Gráfico 74 - Produção documental no Entre-Douro-e-Minho (1348-1350)



Influenciado sobretudo pelos ritmos de produção de Guimarães (responsáveis por 111 dos 210 documentos contabilizados), podemos encontrar o nadir da produção em tempos de Peste em dezembro de 1348, no qual sobrevive unicamente a já referida tomada de posse que o cabido de Braga faz no termo de Prado. A partir de fevereiro de 1349, os emprazamentos da Colegiada de Guimarães assumem as rédeas desta distribuição. Enquanto o resto da comarca entra numa certa letargia, o cabido vimaranense procura compensar, a um ritmo notável e único na comarca, a perda dos seus enfiteutas.

No Entre-Tejo-e-Odiana, onde a maioria das sobrevivências por territórios são mais escassas do que no Norte, optei por individualizar apenas a produção de Évora, complementando-a, uma vez mais, com a análise regional global. No caso da documentação eborense, o cenário é o seguinte:

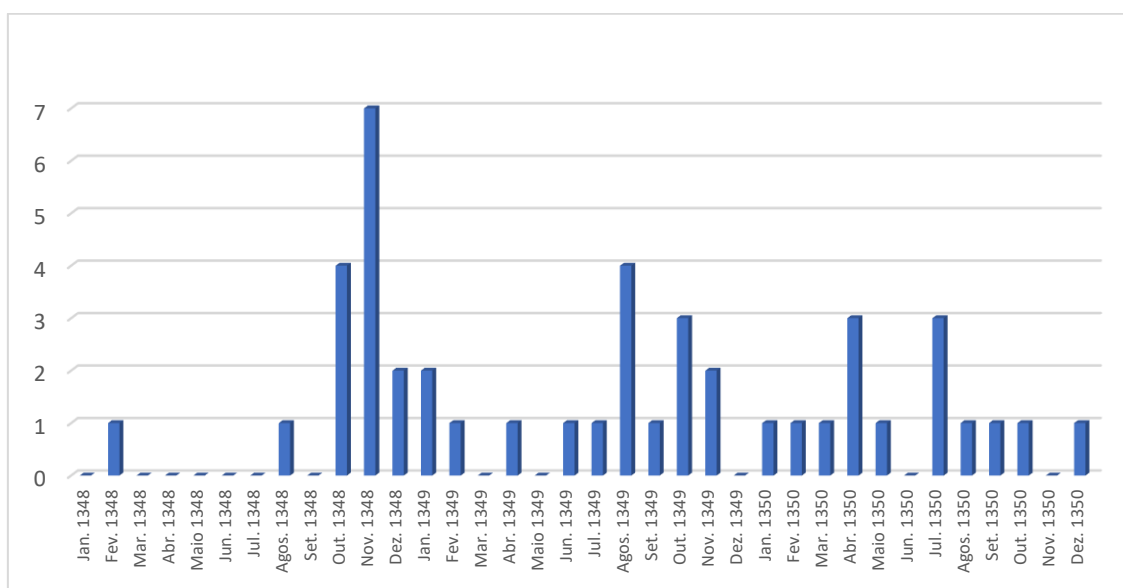
Gráfico 75 - Produção documental em Évora e no seu termo (1348-1350)



Os intervalos cronológicos são indubitavelmente distintos dos do Entre-Douro-e-Minho. A relativa abundância de testamentos, doações e instituições de capela do último trimestre de 1348, sugerem um impacto um pouco mais tardio do que no Norte, o que vai ao encontro aos restantes indícios. Sabemos que a Peste já grassava em Évora em novembro de 1348¹⁰⁶⁰, mas as movimentações dos meses anteriores tanto podiam estar relacionadas com a epidemia em ascensão, como com a antecipação por parte da população, munida das notícias da doença já em território português e recorrendo aos meios que tinha à mão: os espirituais. Todo o ano de 1349 é parco em testemunhos documentais, e só em 1350 o ritmo começa a acelerar. O volume global de testemunhos documentais produzidos no Entre-Tejo-e-Odiana distribui-se da seguinte forma:

¹⁰⁶⁰ Como indica um documento de dezembro de 1348 - BPE, *Convento de São Domingos de Évora*, Pergaminhos, Maço 1, doc. 12.

Gráfico 76 - Produção documental no Entre-Tejo-e-Odiana (1348-1350)



A documentação transtagana global reforça as tendências manifestadas do conjunto eborense. Depois de um 1348 quase todo parco em registos, os últimos meses são marcados por um anormal número de doações e testamentos em outubro e novembro, que se prolonga ainda em janeiro do ano seguinte. Tal como no caso concreto de Évora, os dados apontam para um silêncio quase total na primavera de 1349, reforçando a possibilidade de um ciclo epidémico um pouco mais tardio do que a norte.

Feita esta breve digressão pelos tabelionados individualizados e pelas duas comarcas, é importante sublinhar algumas ideias que, creio, são reforçadas por esta leitura gráfica dos dados, que têm vindo a ser repetidas e às quais voltarei diversas vezes ao longo deste trabalho: a peste fez-se sentir de muitas formas. Ainda que nem sempre (ou quase nunca) se possa definir com precisão os contornos desse impacto, estes dados demonstram que em algumas regiões, as instituições foram afetadas, com perda de foreiros e de dimensão económica, mas procuraram desde cedo reatar a atividade e a organização tanto dos seus rendimentos, como do seu funcionamento. Outras terão sido mais gravemente afetadas, e quase paralisado. Guimarães teve capacidade para agir rapidamente e procurar repor a ocupação dos seus bens, mesmo à custa de parte importante dos valores prévios; Braga procura colmatar as sucessivas baixas na hierarquia eclesiástica; o Porto e os territórios em volta parecem entrar num estado letárgico, face a uma epidemia que deve ter sido particularmente violenta numa cidade com as características da urbe portuense; no Entre-Tejo-e-Odiana, com especial atenção

sobre Évora, o impacto parece ser menor, mais tardio, e nunca ser capaz de provocar silêncios muito prolongados, como os que se verificam em áreas importantes do Entre-Douro-e-Minho.

As visões sobre a peste, que foram sendo formuladas noutros trabalhos da historiografia portuguesa, expõem a falibilidade das imagens cristalizadas do impacto. Iria Gonçalves não encontra rasto de uma suposta explosão de doações ao Mosteiro de Alcobaça¹⁰⁶¹, que seria expectável se a visão mais homogénea e transversal da Peste se concretizasse aqui também. Como vimos em todos estes territórios, apenas em Évora há dados que revelam um anormal volume de doações¹⁰⁶²; porém, este pode ser explicado tanto pelo medo da epidemia, como pelo tempo que os eborenses poderão ter tido entre a propagação da notícia de uma doença terrível e o momento em que esta chegou à cidade alentejana – intervalo que poderá não ter existido no litoral, por exemplo -, e que poderia passar da intenção à prática pela existência (ainda) regular de tabeliães ao serviço e instituições plenamente funcionais. Num mosaico tão diversificado, todas as hipóteses devem ser testadas, e circunstâncias aparentemente contraditórias podem apontar na mesma direção.

6.2.4 – O impacto direto da Peste Negra na configuração dos arquivos institucionais coevos

Os documentos escritos sobreviventes, como tenho vindo a sublinhar, mantêm-se fundamentais na análise histórica do impacto da Peste Negra. Porém, a doença influenciou a própria constituição dos cartórios e arquivos históricos, pelo que é importante refletir sobre a forma como essa influência se dá, sobretudo na documentação anterior à Peste. Além do caos provocado pela urgência da Peste, por um lado, e pela normalização das práticas de produção e preservação documental subsequente, que pode levar anos, como parece ter acontecido na chancelaria episcopal de Barcelona¹⁰⁶³, o impacto da doença pode influenciar decisivamente a constituição dos cartórios institucionais de formas menos evidentes. Com o avanço da minha recolha documental, dois dos fundos mais ricos, os que pertenceram à Sé de Braga e à Colegiada

¹⁰⁶¹ GONÇALVES – *O Património...*, p. 29.

¹⁰⁶² Este volume anormal de doações e a coincidência temporal já havia chamado a atenção de Ângela Beirante. BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 159.

¹⁰⁶³ UTTERBACK - *The date of composition...*, p. 412-32.

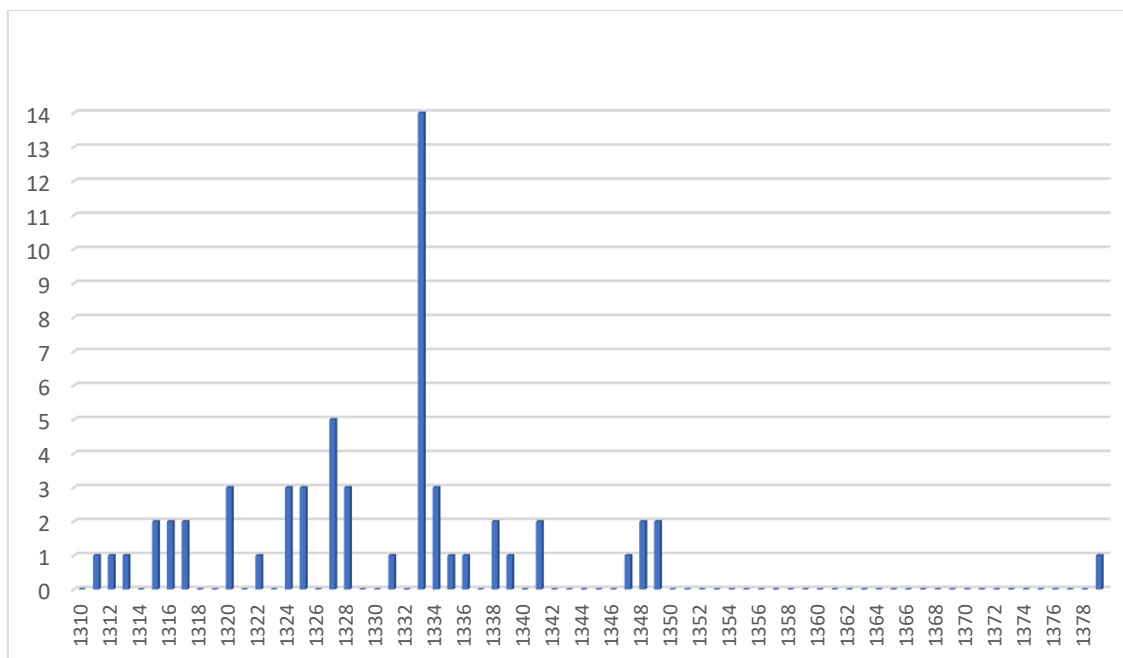
de Santa Maria de Guimarães, revelaram aquilo que parece tratar-se de conjuntos documentais, não identificadas como tal, mas que terão pertencido aos arquivos pessoais de um conjunto de clérigos importantes, ligados a pelo menos a uma dessas instituições, e que constituem uma parte muito relevante dos documentos utilizados na recomposição do Entre-Douro-e-Minho entre 1310 e 1348: destaco Martim Alvelo, cónego de Guimarães, Durão Esteves, cónego de Braga e, sobretudo, o arcebispo D. Gonçalo Pereira. De que forma a Peste influenciou diretamente a constituição destes arquivos? Estes três clérigos morreram no final de 1348; tiveram percursos de aquisição de património, consolidação de propriedade, tendo um cartório pessoal assinalável. Ao morrerem – provavelmente de peste, mas inequivocamente *durante* a Peste – talvez sem testamenteiros vivos ou rapidamente seguidos por estes, viram os seus bens e documentos serem integrados no cartório dos cabidos bracarense e vimaranense ou, no caso concreto do arcebispo, no cartório próprio da sua capela, que constitui a base da chamada *Colecção Cronológica* do Arquivo Distrital de Braga, e que foi encontrada precisamente na torre anexa à capela da Glória, a capela funerária de D. Gonçalo Pereira, por Alberto Feio, no início do século XX.

Alguns dos exemplos da influência que estes homens tiveram na formação dos arquivos institucionais que hoje nos permitem tentar reconstruir os fluxos documentais locais são os de vários tabelionados que, precisamente por essa influência hegemónica de um único indivíduo nas sobrevivências documentais, optei por não incluir nas análises territoriais. Durão Esteves, por exemplo, talvez por origem familiar ou fixação pessoal precoce, optou por concentrar a aquisição de património no vale do Cávado, com destaque para o antigo concelho de Prado (atualmente dividido entre o concelho de Barcelos e de Vila Verde, estando a vila, antiga sede de concelho, neste último). Se as aquisições que faz na Terra de Faria se diluem na produção documental local pela influência de vários mosteiros relevantes, em Prado não temos um contrapeso¹⁰⁶⁴. O

¹⁰⁶⁴ Deixo ainda uma nota sobre o grande volume de compras que o cónego bracarense faz em 1333. É interessante lembrar Garcia de Cortázar, através do sublinhado de Iria Gonçalves, na forma como muitas instituições e poderosos ultrapassavam o mútuo acordo formal que o formulário da venda explicitava, escondendo, na verdade, uma coação direta ou indireta. A coincidência deste número considerável de compras e um ano que sabemos ter sido de fome e carestia poderá não ser inocente. Além disso, temos documentos que nos revelam conflitos violentos e perseguição de homens e mulheres simples por Durão Esteves e seus homens: o primeiro caso é o de uma demanda perante os alcaides de Prado, movida em 1324 entre Domingos Lourenço de Gomariz, por si e por sua mulher, Maria Martins, e

resultado é a seguinte distribuição dos 58 testemunhos sobreviventes, produzidos entre 1310 e 1379:

Gráfico 77 - Documentos sobreviventes produzidos no tabelionato de Prado (1310-1379)



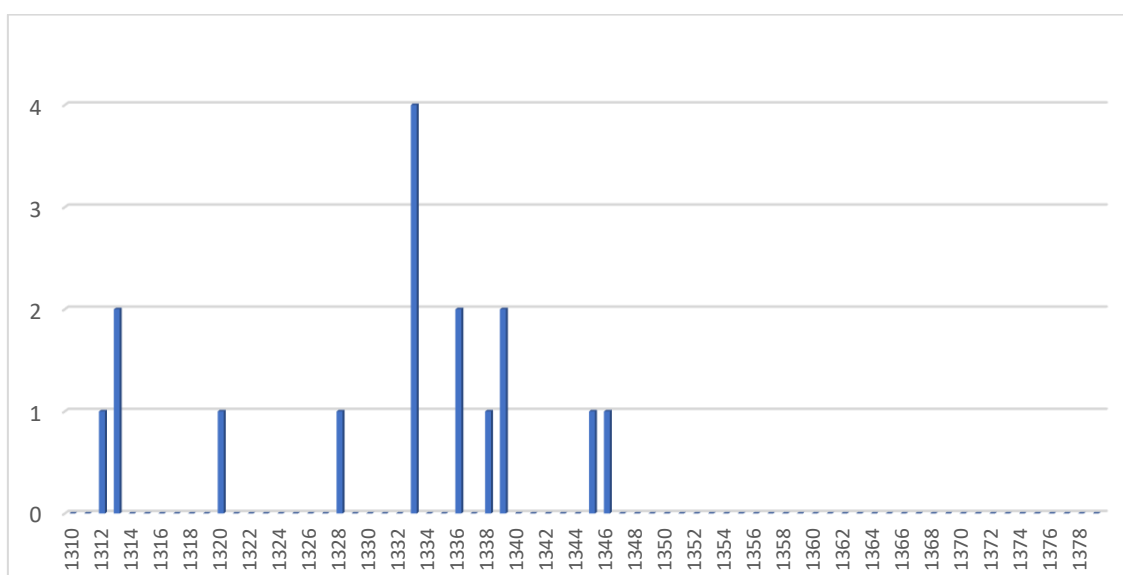
Torna-se evidente que este gráfico não traduz uma amostra do fluxo documental do tabelionato de Prado, mas relaciona-se com a Peste: à falta de instituições relevantes, capazes de preservar os seus cartórios, os principais testemunhos documentais provenientes destes territórios são-nos fornecidos por alguém que morreu na Peste e viu o seu cartório pessoal preservado – o que talvez não tivesse acontecido se tivesse morrido noutras circunstâncias -, congelado num preciso momento. Também por este motivo se torna difícil aceitar que a evidente escassez de documentação bracarense do

Durão Esteves. Na origem do pleito estava a acusação de que Domingos Lourenço fazia ao cónego, de ter ido a casa dele com seus homens "fazer cavagens e tapagens ante a mha porta na mha herdade e talhou-me um castanheiro de que estava eu em [posse] por um ano e dez e por mais quanto posse avenda, e porque lhe disse porque talhava o meu chamou-me vilão fodeducul, falso, ladrão, filho de falso, tendo ele na mão um farcado e um pau na outra.", acusando-o também de fechar um caminho público que ia para Gomariz, além de outros estragos. Domingos Lourenço pediu aos alcaides que fizessem alguma coisa, mas desistiu de prosseguir com a demanda por não poder mantê-la, e por o seu oponente ser "rico e poderoso", enquanto ele era pobre. Perante a desistência, os alcaides absolvem o cónego e condenam o autor nas custas. ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta das Propriedades Particulares, Doc. 852; o segundo caso acontece anos mais tarde, em 1345, quando Marinha Eanes, manceba solteira e moradora em Braga, que dizia estar em posse das suas casas havia mais de dez anos, levando dela os alugueres a quem lá ficava, foi desapossada da dita casa pelos homens de Durão Esteves, cónego, que lhe retiraram as fechaduras, dizendo que as casas eram do cónego e tomando delas posse - ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta das Matérias Inúteis, nº 5; GONÇALVES – *O Património...*, p. 52.

pós-Peste se deva à incapacidade de as instituições arquidiocesanas preservarem a sua produção: os cartórios destes homens foram integrados e devidamente preservados no contexto da Peste, ou imediatamente após a sua ação. A resposta da diminuição do caudal de documentos não poderá ser apenas desleixo ou negligência generalizada.

No caso do cónego vimaranense Martim Alvelo, este tipo de influência pessoal também ocorre em vários tabelionados, mas sente-se mais num ou outro em particular. Tal como Durão Esteves é o principal responsável pela maioria da documentação trecentista que nos chegou do tabelionado de Prado, Martim Alvelo é-o no tabelionado de Penafiel da Ribeira de Soaz. Este antigo concelho, constituído por freguesias atualmente distribuídas pelos concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, estava situado no Vale do Cávado. Os 17 documentos deste tabelionado, redigidos entre 1310 e 1379 e que ainda sobrevivem, são todos anteriores à Peste:

Gráfico 78 - Documentos sobreviventes produzidos no tabelionado de Penafiel da Ribeira de Soaz (1310-1379)



Além da influência provocada pelo destino de certos indivíduos notáveis durante a Peste, a doença terá tido ainda uma outra na constituição dos conjuntos territoriais de documentação sobrevivente. Vários territórios 'orbitavam' Guimarães, como parece ter sido o caso das Terras de Montelongo e alguns dos julgados de Basto (Cabeceiras e Celorico). Com a Peste Negra, a influência não se terá reduzido, mas, de alguma forma, parece que as instituições vimaranenses se tendem a concentrar cada vez mais no território circundante, não só no plano 'corporativo' do cabido, das confrarias e

mosteiros, como também individualmente, entre os seus membros, beneficiados e beneméritos. Procurando demonstrar graficamente essa influência, a distribuição dos fluxos de produção nos sobreditos julgados, reconstituídos a partir das sobrevivências, é assim:

Gráfico 79 - Documentos sobreviventes produzidos no tabelionato de Celorico de Basto (1310-1379)

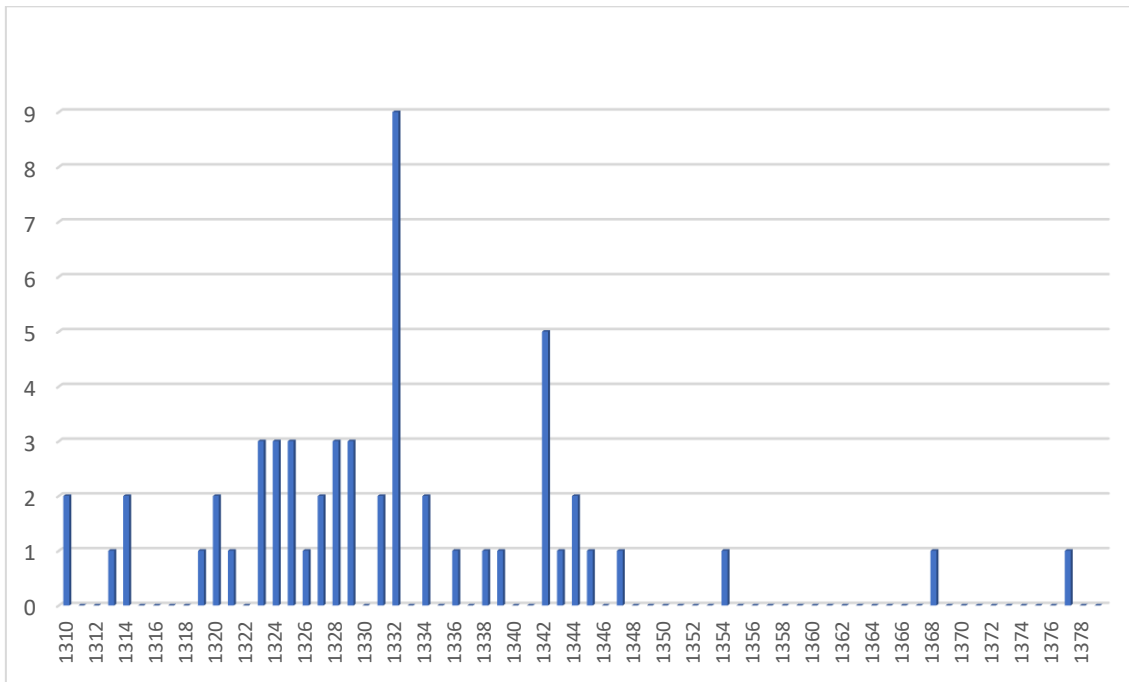


Gráfico 80 - Documentos sobreviventes produzidos no tabelionato de Cabeceiras de Basto (1310-1379)

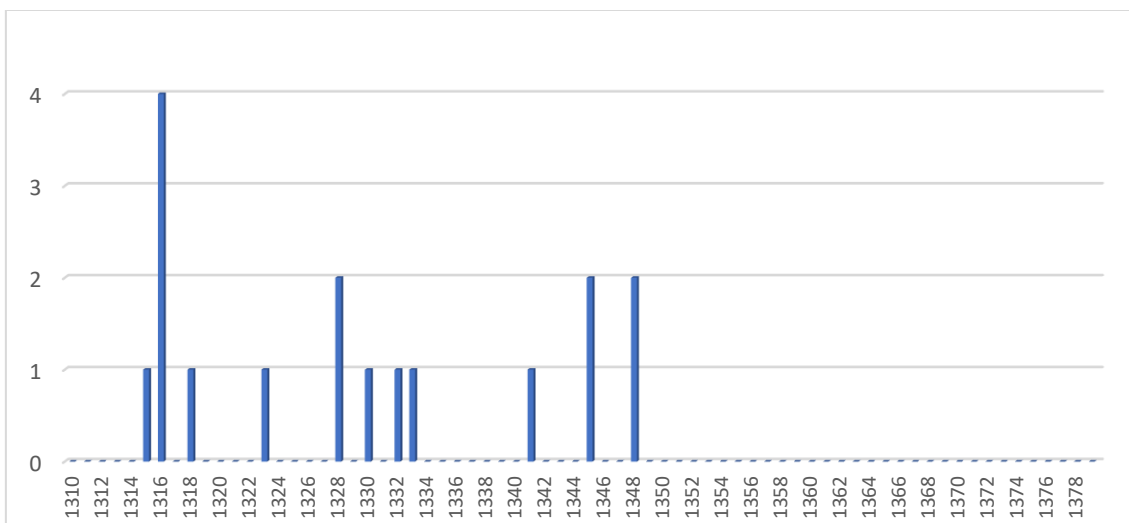
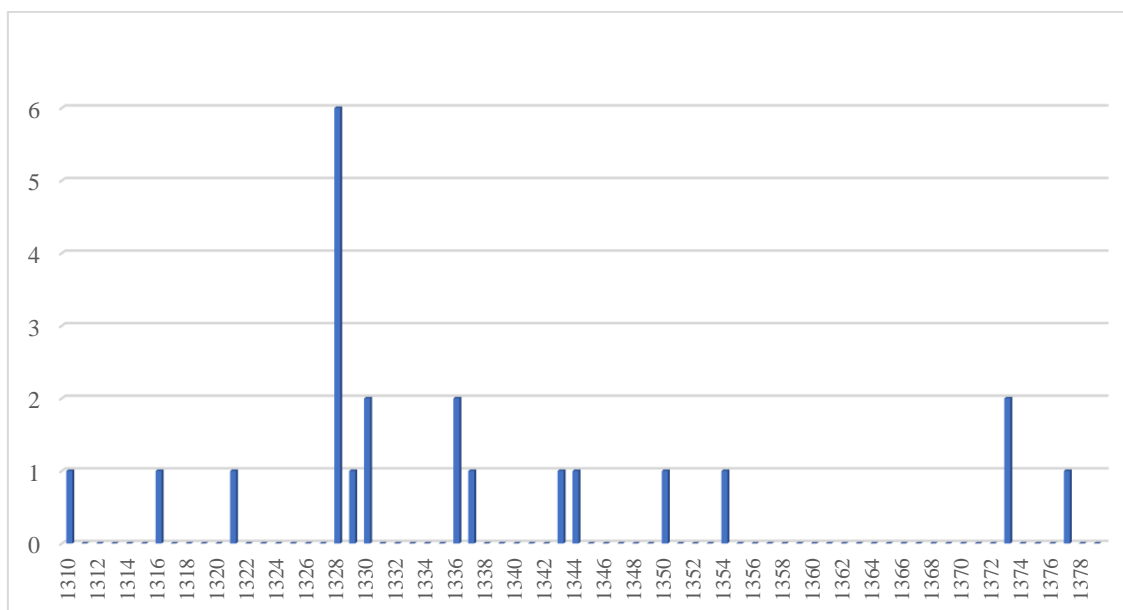


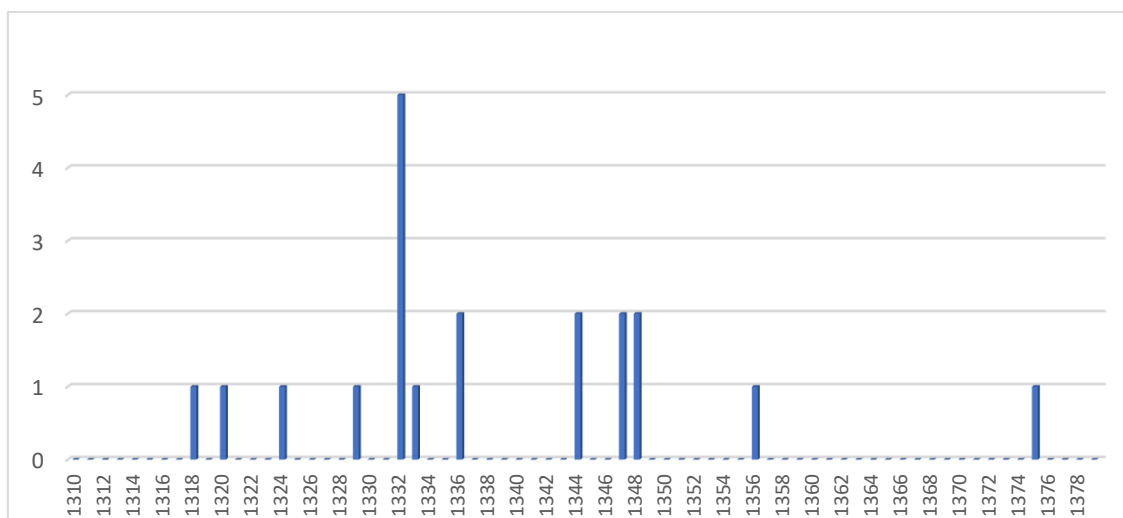
Gráfico 81 - Documentos sobreviventes produzidos no tabelionato de Montelongo (1310-1379)



Apesar de serem compostos por grupos menores de documentos – 56 em Celorico de Basto, 22 em Montelongo e apenas 17 em Cabeceiras de Basto -, as proporções são esclarecedoras. Em Celorico temos 53 documentos para o período de 1310 a 1348, e apenas três para o de 1349-1379. Em Cabeceiras, o desequilíbrio é total: todos os 17 documentos sobreviventes no período 1310-1379 foram redigidos antes de 1349. Em Montelongo, a razão é um pouco menos desproporcional, com 17 anteriores à Peste, e cinco posteriores.

Se nos afastarmos da influência hegemónica de Guimarães, alguns pequenos julgados influenciados tanto por Guimarães, como por Braga, revelam padrões de conservação semelhante: uma prevalência de documentação pré-Peste, que não se mantém após a pandemia por uma aparente redução de interesses pessoais e institucionais sobre estes territórios mais periféricos, que estavam sedeados nas cidades mais importantes. Termino com um exemplo ilustrativo deste tipo, o do tabelionato da Terra de Lanhoso, do qual sobrevivem 20 testemunhos documentais produzidos entre 1310 e 1379, dos quais apenas dois foram produzidos no pós-Peste:

Gráfico 82 - Documentos sobreviventes produzidos no tabelionado da Terra de Lanhoso (1310-1379)



Um aspeto que parece ser comum a quase todos estes pequenos tabelionados minhotos: o pico de produção documental, com algumas variações, encontra-se quase sempre entre 1331 e 1333. A crise de esterilidade e abastecimento destes anos parece ter sido pretexto para uma intensa ação de compra e venda de bens, contratos enfitêuticos, mas também conflitos traduzidos em demandas, sentenças e composições. Não sendo o estudo desses anos o foco, não será demais relembrar que não é um cenário de estabilidade e prosperidade generalizadas aquele que marca Portugal nas duas décadas que antecedem a Peste Negra.

O principal foco do presente capítulo é a apreensão do impacto da Peste através dos documentos sobreviventes. Um fator menos óbvio, mas que também merece referência, é o próprio problema da rutura do 'mercado da escrita', tanto durante a Peste, como no período imediatamente subsequente. Do sul de Itália, chegam notícias de uma especulação sem precedentes no comércio de pergaminhos, por exemplo, mas também nos emolumentos notariais¹⁰⁶⁵. Se a atenção tem sido mais devotada aos agentes da escrita, ao seu desaparecimento e à retoma (ou não) da sua ação, vale a pena questionar toda a cadeia, na qual tabeliães, escrivães e notários são apenas o fim: em primeiro lugar, a Peste pode ter afetado seriamente a produção e a comercialização de pergaminhos, assim como o comércio de papel; de facto, através da observação empírica, percebe-se que muitos pergaminhos utilizados em 1349 e 1350 são, com

¹⁰⁶⁵ TOUBERT, Pierre - 'La peste noire dans les Abruzzes (1348-1350). *Le Moyen Age* (2014), p. 22.

frequência, de qualidade inferior ao habitual. Não se pode descartar a maior fragilidade do suporte, ou até uma escassez, para justificar eventuais ruturas na produção documental ou, o que é igualmente importante, na preservação a longo prazo da documentação produzida, com consequências óbvias na composição desses acervos.

Creio ter ficado demonstrado que a Peste teve uma influência relevante no tipo e no volume de documentos que foram preservados, não só nas décadas posteriores, onde as populações e instituições se procuravam adaptar a uma nova realidade, mas também na documentação das décadas anteriores, cuja preservação - por integração em cartórios maiores e mais cuidados, ou por interesses patrimoniais - permitiu a conservação de um certo tipo de testemunhos e diplomas que influenciam decisivamente a leitura que podemos fazer também do *antes*. Esta constatação, útil e reveladora, torna mais exigente a análise de fluxos de produção como reflexo do impacto e consequências da Peste. Porém, creio que, com o devido rigor metodológico, este tipo de análise não só permanece útil, como se mantém como um dos meios mais esclarecedores para um estudo deste tipo em Portugal. Se nem sempre é possível obter uma imagem geral, mais integrada, como nos é fornecida pelos grandes grupos documentais analisados nos subcapítulos 6.1 e 6.2, é possível detetar uma influência concreta da Peste em conjuntos específicos de documentos. Uns, como outros, são indispensáveis à obtenção de um quadro da realidade.

6.3 – Onde para o rei? O problema da chancelaria régia

Os registos de chancelaria régia de Portugal sobreviventes cobrem todo o período entre o início do reinado de D. Afonso III, em 1248, e o Liberalismo. Regista-se apenas uma falha assinalável nos últimos treze anos do reinado de D. Afonso IV, entre dezembro de 1345 e maio de 1357, mês da morte do rei. A chancelaria de D. Pedro I retoma os registos desde o primeiro momento do seu reinado, encerrando uma interrupção difícil de explicar. Carvalho Homem apresenta uma sugestão de A. H. de Oliveira Marques, exposta oralmente numa conferência, de que a Peste poderia ser responsável por este desaparecimento de registos¹⁰⁶⁶. Segundo essa hipótese, os cadernos da chancelaria

¹⁰⁶⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 221.

destes anos teriam sido destruídos por se acreditar que de alguma forma seriam pestíferos, e que constituíam uma ameaça. Apesar de, com os dados conhecidos até ao momento, ser difícil defender ou refutar essa hipótese, creio que haverá uma outra catástrofe natural que se perfila como um candidato bem mais provável: o terramoto de 24 de agosto de 1356. Sabemos que esse terramoto, um dos mais destruidores da Idade Média portuguesa, provocou danos graves no castelo de São Jorge, onde se situava a primitiva Torre do Tombo - o arquivo da Coroa. Uma descoberta recente de um grafito escrito em letra cursiva sobre argamassa por um tabelião lisboeta numa das torres, recordando a sua reconstrução após o terramoto, comprovou esse facto¹⁰⁶⁷. Particularmente destrutivo, este evento sísmico marcou simbolicamente o final do reinado de D. Afonso IV, que faleceu na primavera seguinte, provavelmente ainda sem que o seu túmulo situado na Sé de Lisboa, caso único na monarquia portuguesa, tivesse sido reconstruído, depois de a catedral lisboeta ter sido gravemente afetada pelo sismo. A hipótese da perda de alguns cadernos da chancelaria régia neste evento afigura-se como mais verosímil do que uma purga de cadernos de pergaminho. Independentemente da causa desta lacuna, que dificilmente se apurará, resta a certeza de um registo de atividade régia muito escasso nos anos finais deste reinado, e que se limita às cartas, originais ou copiadas, preservadas nos arquivos das instituições às quais foram dirigidas.

6.4 – Onde para o rei? A reconstituição possível do itinerário régio em tempos de peste

Como foi dito, a Grande Peste de 1348-49 é um caso especial por muitos motivos, mas um dos mais relevantes, além da sua virulência, foi a *novidade* que constituiu para quem assistiu à sua passagem, morrendo ou sobrevivendo. Nada garante que o perigo tenha sido imediatamente detetado e que o rei, a sua família e os seus dependentes diretos tenham tomado o tipo de medidas que em poucas décadas se tornarão prática comum: fugir rápido, para longe e demorar a voltar. A transversalidade da epidemia inicial também teria restringido os locais para onde fugir. Faltando os registos de chancelaria, sobra a documentação régia avulsa, guardada em diversos fundos. Ainda

¹⁰⁶⁷ PEREIRA, Gonçalo - Crónicas do castelo de São Jorge. *National Geographic Portugal* 178 (janeiro de 2016), não paginado.

assim, escasseia para os anos de 1348 e 1349¹⁰⁶⁸. Onde podemos encontrar D. Afonso IV nestes anos? Em 1348, temos três notícias do rei: a 10 janeiro de 1348, em Coimbra, D. Afonso IV ordena ao tabelião portuense André Domingues que faça inquirição sobre os limites do couto doado por D. Teresa ao bispo D. Hugo, em 1120, no contexto da longa contenda que opôs rei e cidade ao bispo e igreja portuenses¹⁰⁶⁹. Poucas semanas mais tarde, a 4 de fevereiro, o rei está em Leiria, onde autoriza Mestre Martinho, Prior de Arraiolos e físico, a comprar 1200 libras de herdade para prover uma capela por sua alma, ordenando aos tabeliões do reino que lhe façam cartas de venda até esse valor¹⁰⁷⁰. Dois meses mais tarde, a 15 de abril, o rei, estando em Santarém, solicita ao arcebispo bracarense a confirmação da apresentação que fizera de um clérigo a uma igreja da arquidiocese bracarense¹⁰⁷¹.

Depois destas três referências de 1348, produzidas antes de a peste chegar a território português, há um longo silêncio de quase um ano, quebrado apenas em 11 março de 1349. Estando em Torres Vedras, o rei autoriza os testamenteiros de Mestre Martinho – o mesmo a quem dera autorização semelhante, ainda vivo, pouco mais de um ano antes – a comprarem novas propriedades para a capela estabelecida por alma do testador¹⁰⁷². Poucos dias depois, a 15, o rei promulga, em Santarém, uma ordenação sobre direito processual, para combater abusos de advogados e procuradores¹⁰⁷³. No último dia do mesmo mês, o rei está em Sintra, onde estabelece como seu procurador Domingos Martins, cónego de Braga, seu clérigo, para apresentar na igreja de Santa Maria de Airões, na arquidiocese bracarense, um de um conjunto possível de clérigos¹⁰⁷⁴ – estaria o rei inseguro de que a maioria ainda vivesse?

¹⁰⁶⁸ Armando Luís de Carvalho Homem reuniu cinco cartas régias para todo o ano de 1348 e oito para o de 1349, números manifestamente baixos quando comparados com os restantes anos, mas menos díspares quando comparados com o número de documentos sobreviventes apenas fora da chancelaria ou da Leitura Nova. *HOMEM – O Desembargo Régio (1320-1433) ...*, p. 219. Infelizmente, a diferença entre os fundos que foram utilizados neste estudo e aqueles que foram utilizados pelo Prof. Carvalho Homem apenas me permitiu localizar e incluir 12 cartas – três de 1348 e nove de 1349 -, havendo, certamente, cartas arroladas pelo dito Autor que eu não pude encontrar.

¹⁰⁶⁹ *Corpus Codicum...*, vol. I, p. 20.

¹⁰⁷⁰ ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Diversos, Originais diversos, compilados por Baltazar de Faria Severim e por Manuel Severim de Faria, Pasta 3, doc. XXV.

¹⁰⁷¹ ADB, Coleção Cronológica, Caixa 21, doc. 811.

¹⁰⁷² ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Diversos, Originais diversos, compilados por Baltazar de Faria Severim e por Manuel Severim de Faria, Pasta 3, doc. XXV.

¹⁰⁷³ *Livro das Leis e Posturas*. Lisboa: Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 1971, p. 437-439.

¹⁰⁷⁴ ANTT, *Gavetas*, Gav. 19, maço 4, n. 9 34.

Se em abril não há notícias do paradeiro régio, maio traz-nos vários testemunhos. O primeiro, uma segunda lei sobre direito processual, para combater abusos de advogados e procuradores, é promulgada num diploma sem data tópica a 20 de maio¹⁰⁷⁵, mas a ordenação régia sobre a publicação de testamentos datada do dia seguinte, em Alenquer, resolve esclarece a questão¹⁰⁷⁶. A 27 de maio, o rei pouco se havia deslocado, comprando um paço em Arruda, enquanto permanece na Corujeira (provavelmente a aldeia nos arredores de Torres Vedras)¹⁰⁷⁷. As derradeiras notícias de 1349 dizem todas respeito ao mês de julho, sendo redigidas em Leiria: a 6 e a 28 de julho, são promulgadas duas novas leis sobre empréstimos e execuções sobre empréstimos de judeus e contratos atempados com judeus, respetivamente¹⁰⁷⁸; a 31 de julho, o rei dá licença para que o mosteiro de Vairão não venda os bens que "foram dalguas mongas do dicto seu mosteiro que moreram na Pestelencia ataa dia de Sam Johane Bautista primeiro que a de viir", nem possa ser constrangido para os vender antes da data determinada¹⁰⁷⁹.

Apesar de não ter sido possível localizar todas as cartas régias existentes para os anos 1348 e 1349, não creio que padrão de deslocação do rei se alterasse decisivamente com essas adições: depois de começar o ano em Coimbra, o rei concentra-se ao longo dos dois anos seguintes, segundo as escassas notícias, na Estremadura portuguesa. É difícil julgar esse itinerário como profilático. Todos os diplomas de 1348 aqui incluídos foram redigidos antes da introdução da epidemia em Portugal, enquanto os de 1349 são já produzidos após o fim da Peste, pelo menos nas regiões onde são produzidos. Porém, sugerem alguma relutância em regressar às cidades mais importantes, podendo a deslocação Torres Vedras-Sintra-Corujeira (termo de Torres Vedras) demonstrar que o rei estava a evitar Lisboa, Santarém e Coimbra. Não seria nada extraordinário: a 2 de setembro de 1348, o rei aragonês, Pedro IV, encarrega Jucef, judeu de Huesca, de procurar se nessa região haveria algum lugar livre de peste, onde fosse seguro o rei se

¹⁰⁷⁵ *Livro das Leis e Posturas...*, p. 439-440.

¹⁰⁷⁶ *Livro das Leis e Posturas...*, p. 440-442.

¹⁰⁷⁷ ANTT, *Gavetas*, Gav. 12, maço 12, n.º 28.

¹⁰⁷⁸ *Livro das Leis e Posturas...*, p. 444-448; este tipo de questões surge noutro pequeno reino peninsular, Navarra, onde o pouco que se conhece da curta ação régia diretamente relacionada com a Peste Negra passa, em 1349, por adiar qualquer tipo de execução sobre bens cristãos que fosse motivada pelo vencimento de empréstimos concedidos por judeus até à primavera seguinte, para apuramento de factos: MONTEANO – *La Peste Negra en Navarra...*, p. 116.

¹⁰⁷⁹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 29.

refugiar por alguns dias¹⁰⁸⁰. São apenas sugestões baseadas em dados muito parciais: nada nos impede de julgar que o rei esteve numa dessas três vilas em datas intermédias e não documentadas. As circunstâncias, contudo, apontam para uma direção distinta.

¹⁰⁸⁰ LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 312, doc. 22.

7 – Que análise do impacto demográfico?

O cálculo do número ou percentagem de mortes é um objetivo central na maioria dos trabalhos sobre Peste, sobretudo nos de maior fôlego. O 1/3 de mortos, número com ecos bíblicos, é aquele que é sucessivamente repetido há décadas, por empréstimo de fontes medievais e pela comodidade que um número vago, mas alto quanto baste para impressionar, oferece. Já neste século, autores como Ole. J. Benedictow, consideraram o clássico 1/3 demasiado *otimista*, propondo um valor mais ou menos generalizado na ordem dos 2/3, o que transforma a Peste Negra, mais do que uma pandemia, num verdadeiro agente de extinção. Porém, quando é possível atomizar a análise, os números apresentam disparidades, mesmo em localidades vizinhas, que nos recordam os diferentes impactos da doença e a cautela que qualquer generalização exige: no condado de Durham, no norte de Inglaterra, a mortalidade média aponta para os 50%, mas as localidades vizinhas de Mokton e Jarrow tiveram, respetivamente, mortalidades aproximadas de 21% e 78%¹⁰⁸¹.

Quando são referidas mortalidades na ordem dos 60-70%, é preciso olhar a um dado da peste: na sua forma bubónica, a infeção sem tratamento traduz-se numa taxa de letalidade precisamente de 60 a 70%¹⁰⁸²: para que 2/3 da população de uma determinada região morresse de peste – e, assumindo que a proximidade genética entre a *Y. pestis* medieval e atual se traduz também na virulência e letalidade –, toda a população teria de ser infetada. Esta assunção extraordinária encontra algum eco, por exemplo, no testemunho do *Livro da Noa*, onde se diz que *morrerom duas partes [de três] das gentes, acrescentando-se que as de mays das gentes tambem as que morrerom como as que ficarom todos ouverom estas doores*¹⁰⁸³. Trata-se de um cenário extraordinário que nos lembra que nenhuma hipótese, ainda que impressionante, deve ser recusada, mesmo em regiões onde a combinação entre lapsos documentais e retoma de uma certa normalidade podem disfarçar uma hecatombe deste tipo, como pode muito bem ser o caso português.

¹⁰⁸¹ LOMAS, Richard - The Black Death in County Durham. *Journal of Medieval History* 15:2 (1989), p. 129.

¹⁰⁸² World Health Organisation - *Plague*. Revised October 2017. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/plague>. Consultado em 2 de janeiro de 2021.

¹⁰⁸³ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 21v-22.

Além de números absolutos e percentagens, há ainda a preocupação de conhecer uma eventual mortalidade diferencial que poderá ter matado distintamente segundo género, idade, condição social ou outro fator¹⁰⁸⁴; sabemos hoje, ao contrário do que se acreditou durante muito tempo, que a Peste Negra poderá ter tido uma mortalidade diferencial – mas foram precisos cemitérios de peste com milhares de indivíduos inequivocamente inumados durante a Peste Negra para estabelecer esse padrão, o que, em Portugal e agora, não pode ser feito. Ao contrário do que é habitual neste tipo de trabalhos, não se procurará estabelecer uma proporção de mortalidade, local ou regional. Esta opção não é feita por ser um elemento menor, mas pela impossibilidade criada pela documentação, apesar de constituir um objetivo comum, e ser parte relevante daquilo que, por norma, se procura deslindar ao estudar os efeitos de uma epidemia, a exiguidade dos dados documentais e a falta de fontes complementares de outras tipologias reduzem qualquer tentativa a mera especulação, no caso português. Mesmo em territórios ibéricos mais bem documentados, as análises demográficas continuam a ser problemáticas e a necessitar de redobrado rigor e método¹⁰⁸⁵, apesar dos resultados robustos, provenientes tanto das abundantes fontes aragonesas¹⁰⁸⁶, como das navarras¹⁰⁸⁷.

Neste capítulo, de certa forma, proponho uma reunião de fragmentos, com leituras cautelosas, indo ao encontro ao que Yves Renouard procurou fazer, no seu artigo pioneiro, a propósito dos seiscentos anos da Peste Negra¹⁰⁸⁸. Mesmo não possuindo a

¹⁰⁸⁴ Um problema teórico de grande interesse: CIPOLLA, Carlo Maria; ZANETTI, Dante E. - Peste et mortalité différentielle. *Annales de Démographie Historique* (1972), p. 197-202. Recentemente, vários estudos, com destaque para os conduzidos pela antropóloga biológica Sharon DeWitte, demonstraram que, de facto, alguns grupos poderiam estar um pouco mais expostos do que outros, não só por características genéticas ou circunstanciais (como estar grávida), mas também ambientais, como a exposição à fome e à má-nutrição a que uma geração inteira no Norte da Europa esteve sujeita menos de três décadas antes; os adultos da Peste Negra foram as crianças da fome, e essa relação pode ser importante: DeWITTE - Mortality Risk and ...; DeWITTE; SLAVIN - Between Famine and Death..., 37–60. No que toca às questões imunológicas dos sobreviventes da Peste, e à sua relação, e dos seus descendentes, com as pestes subsequentes, é importante o estudo de Fabian Crespo e Matthew B. Lawrenz: CRESPO, Fabian A.; LAWRENZ, Matthew B. - Heterogeneous Immunological Landscapes and Medieval Plague. *The Medieval Globe*, 1:1 (2014), p. 229–258.

¹⁰⁸⁵ VIRGILI I COLET, Antoni - El papel de la Peste Negra de 1348 sobre la demografia de Tarragona: problemes de mètode i intent de construcció. In *Ier Col.loqui d'Història del Camp de Tarragona Conca de Barberà i Priorat*. Tarragona: 1979, p. 25-39.

¹⁰⁸⁶ GÜNZBERG MOLL - Epidemias y mortalidad..., p. 57-80; GÜNZBERG MOLL - Las crisis de mortalidad...

¹⁰⁸⁷ MONTEANO - La Peste Negra en Navarra..., p. 87-120.

¹⁰⁸⁸ Trata-se de um breve artigo, no qual o autor reconhece a dificuldade de estabelecer com rigor valores gerais, mas confronta os relatos antigos com dados mais completos de localidades, instituições ou grupos

riqueza informativa de muitas zonas aquém e além-Pireneus, haverá lugar para uma avaliação *qualitativa* da demografia – diretamente, através de referências a locais que se despovoaram, que estavam mais ou menos povoados (sobretudo aos olhos dos seus próprios habitantes, dos oficiais que com eles contactam e os administram, ou do discurso ‘oficial’, quer em cortes, quer em correspondência com a coroa), e indiretamente, com as devidas precauções, através da queda de rendas e proventos, alteração nas modalidades de contratos, entre outros elementos que possam indicar uma variação apreciável do contingente populacional num período de tempo relativamente curto. Estabelecer-se-á, quanto muito, comparações de ‘mais do que’, ‘menos do que’. Nunca se procurará recorrer a proporções, sob pena de a especulação não verificável.

Muitas vezes, o pedido de um alívio fiscal, por exemplo, recorrendo a um argumento de despovoamento com trazo bíblico – guerras, pestes e fomes¹⁰⁸⁹ -, pode não corresponder à realidade, ou, pelo menos, à escala da realidade. Mas tornou-se um argumento verosímil que o rei não pode ignorar, com o qual coroa e instituições eclesiásticas têm de lidar, quase sempre de forma pragmática. A ausência de números é quase total. Para os valores de população do reino, nenhum valor é realmente sólido nem facilmente rebatível. Habitamo-nos a falar de 1 milhão de habitantes no final da Idade Média¹⁰⁹⁰ – uma vez mais, um valor tão vago quando cómodo -, resultante já de uma recuperação populacional dos finais do século XV, e que teria feito ascender o contingente populacional do reino aos valores pré-Peste. Este cenário sugeriria valores tão extraordinários de mortalidade como 350000 a 600000 mortos. Não há como desmentir essa possibilidade, tal como não há nada que a suporte inequivocamente. Os dados indiretos de natureza socioeconómica parecem desmentir valores dessa dimensão, mas poderá tratar-se de um problema de interpretação parcial: a mortalidade pode ter sido ainda superior, sem que isso represente uma rutura total entre o antes e o depois: a questão será retomada adiante. Os poucos dados concretos

concretos, que, não permitindo obter a *big picture*, fornecem indícios inegáveis de alterações demográficas em áreas circunscritas, mas distanciadas entre si geográfica, social e politicamente. RENOARD, Yves - Conséquences et intérêt démographique de la Peste Noire de 1348. *Population* 3:3 (1948), p. 459-66.

¹⁰⁸⁹ MARQUES, et al. - Para o Estudo da Peste Negra em Portugal...

¹⁰⁹⁰ RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, CEPESE, 2008, p. 116-119, 166-168.

que existem dizem respeito, por norma, a uma ou outra vila, e serão igualmente analisados adiante. O estudo da demografia medieval, e da portuguesa, em particular, levanta problemas metodológicos e cria desafios há muitos identificados, mas difíceis de ultrapassar¹⁰⁹¹.

Sempre que há alguma possibilidade de cálculo de mortalidade, este tende a assumir um protagonismo claro no estudo do impacto da peste, ao longo de centenas de anos e sucessivos surtos. Porém, é importante discutir este ponto: o maior, ou o verdadeiro impacto de uma epidemia, é o demográfico? É necessária uma mortalidade massiva para uma epidemia ser mais marcante do que outra? Ou será possível que uma certa epidemia possa ser mais relevante, no plano humano global, mesmo sendo menos mortífera? Por mais mortífera que uma epidemia seja, mesmo com valores tão esmagadores como 2/3, haverá uma reserva humana que permite a continuidade de práticas e estruturas socioeconómicas, administrativas e culturais. O impacto brutal e imediato, por si, poderia ser compensado numa geração, sob as condições ideais, mas os sucessivos ciclos de peste, aliados a guerras e anos estéreis, como se verá, aliados a fatores puramente humanos – como o aumento da idade média de casamento das mulheres, ou o aumento de celibatários – poderão ter tido um papel fundamental no travão a esta recuperação¹⁰⁹².

Além destas questões, vale a pena situar a realidade portuguesa no quadro europeu. A população do reino de Portugal, na sua quantidade, densidade e condicionantes, era comparável à maioria das restantes regiões europeias, sobretudo as mais povoadas e, conseqüentemente, mais documentadas e estudadas? Com frequência, são apresentados argumentos malthusianos na dinâmica populacional em que a Peste

¹⁰⁹¹ DAVID, Henrique - A população portuguesa na Idade Média: uma revisão bibliográfica. *População e Sociedade* 1 (1995), p. 87-91; DUARTE, Luís Miguel - Demografia, história da família e da população portuguesa na Idade Média: algumas reflexões. *População e sociedade* 2 (1996), p. 185-190.

¹⁰⁹² Assim parece acontecer um pouco por toda a Europa, onde depois do aumento repentino da nupcialidade e, provavelmente, da natalidade, os padrões de longo prazo acabam por regressar a uma idade mais tardia de casamento, menores índices de fertilidade que, aliados aos fatores não-humanos como a peste ou fenómenos climáticos extremos, mas sem que estes possam ser responsabilizados isoladamente, explicariam a diminuição contínua da população até ao final da Idade Média e ao século XVI. Naturalmente, é necessário acautelar as generalizações, e uma vez mais estas propostas são feitas com base nas regiões mais bem documentadas e estudadas da Europa – que também apresentam desvios importantes entre si –, o que poderá contrastar vivamente com a(s) realidade(s) portuguesa(s) que, por ora, ainda não somos capazes de discernir. BAILEY, Mark - Demographic decline in late medieval England: some thoughts on recent research. *Economic History Review* 49 (1996), p. 1-19.

Negra se inseriu: grande expansão populacional depois do ano 1000, travada por volta de 1300, causa e consequência da degradação das condições ambientais, tanto por alterações naturais, como pela utilização de solos explorados até à exaustão, esgotados, erodidos e não compensados pelo arroteamento de terras pobres, ciclos de fome, seguidos por ciclos de peste, etc¹⁰⁹³. Ainda que a densidade populacional tenha atingido valores absolutamente notáveis, em muitos casos apenas alcançados de novo após a Revolução Industrial, o argumento malthusiano tem perdido cada vez mais defensores enquanto causa da Peste, cada vez mais entendida como um evento bem mais favorecido pelas condições ambientais e de circulação humana do que por um sobrepovoamento que se tornasse insustentável. Ainda assim, creio que vale a pena, por uma questão metodológica, assumir esse cenário como aplicável às regiões mais densamente povoadas da Europa – Norte de Itália, Provença, Flandres, sobretudo – em comparação com Portugal.

Antes de qualquer reflexão sobre o impacto demográfico da Peste Negra, é necessário voltar ao balanço dos estudos sobre a população portuguesa medieval. O tema tem suscitado interesse desde o século XIX, com vários métodos indiretos a serem

¹⁰⁹³ Em 1965, num então inovador artigo sobre a demografia de uma área rural da Toscana, a região de Pistoia, David Herlihy apresentava na introdução as principais interpretações da demografia que antecede a Peste Negra na Europa, onde se destacavam as leituras malthusianas de M. M. Postan, J. Z. Titow e até Georges Duby, entre outros. O artigo de Herlihy recorre a um cadastro fiscal excepcional, um dos mais antigos da Europa, datado de meados do século XIII, para fazer uma análise demográfica praticamente inédita de uma área rural, e procurar perceber se os principais argumentos da época se confirmavam, e se uma explosão demográfica rural foi a principal causa e sustento do crescimento análogo nas cidades. Desde logo o autor procurou recusar esta visão, demonstrando que se a mortalidade da Peste Negra se devesse a uma multidão de pessoas malnutridas (hoje sabemos que letalidade da peste não é substancialmente distinta entre pessoas bem e malnutridas), a quebra demográfica devia ter cessado logo após a epidemia inicial, o que não só não aconteceu, como a queda da população se manteve durante as décadas seguintes. A explicação, como demonstrou Herhily, teria de estar noutros fatores: uma nupcialidade tardia e parcial, fertilidade baixa e por vezes agravada pela alta mortalidade infantil, conduzindo a uma diminuição que se inicia antes da Peste Negra e que se deve, assim, a uma generalização de um índice de fecundidade abaixo do valor que garante a renovação de gerações, numa dinâmica influenciada por fatores socioeconómicos totalmente alheios a um evento como a Peste Negra. HERLIHY, David - Population, plague and social change in rural Pistoia, 1201-1430. *Economic History Review* 18:2 (1965), p. 225-44. doi:10.2307/2592092; curiosamente, no mesmo ano é publicado um outro artigo, mas sobre os níveis de reposição geracional em Inglaterra, através da análise das heranças dos titulares de terras em importantes senhorios de todo o país. A minudência da análise – ainda que com algumas cautelas, expostas pela autora – demonstra que também em Inglaterra, no pós-Peste Negra e nas décadas seguintes, até bem entrado o século XV, as taxas de substituição geracional foram cada vez mais baixas, com muitas mortes sem herdeiro masculino ou feminino que assumisse a exploração do quinhão pelo qual o falecido era responsável: THRUPP, Sylvia L. - The problem of replacement rates in late-medieval English population. *Economic History Review* 18:1 (1965), p. 101-119. doi:10.2307/2591876.

aplicados para calcular um número aproximado de habitantes, tanto da globalidade do reino, como de regiões mais ou menos circunscritas.

Entre 1130 e 1250 o território português mais do que duplica. Depois da extinção dos últimos redutos muçulmanos no Algarve, Portugal ainda acrescenta o Além-Guadiana e o Riba Côa ao seu território, no reinado de D. Dinis. Aquela que, no resto da Europa, é uma época de franca expansão demográfica, é um tempo de conflitos frequentes, fronteiras móveis e repovoamentos modestos na Península Ibérica. Sem querer desenvolver demasiado esta reflexão, sob pena de perder o foco, importa sublinhar que a expansão geográfica do reino, que sobretudo no Entre-Tejo-e-Odiana carecia efetivamente de repovoamento em muitas zonas –, era perfeitamente capaz de absorver quaisquer excedentes populacionais ao longo de todo este ciclo de crescimento generalizado¹⁰⁹⁴. Os cálculos realizados sucessivamente por Avelino de Jesus da Costa e José Mattoso apontam para uma população que poderia ter chegado aos 150000 habitantes na região do Entre-Douro-e-Lima em meados do século XIII¹⁰⁹⁵. Havendo sempre questões metodológicas que nos obriguem a tratar estas estimativas como meras sugestões verosímeis, trata-se de um valor impressionante, que se traduz numa densidade populacional notável e que, mesmo sem termo de comparação com outras regiões portuguesas coevas, no que diz respeito à tipologia das fontes utilizadas, a coloca numa posição dificilmente igualável por qualquer uma das restantes.

Não haverá, naturalmente, qualquer razão de proporção entre o aumento populacional numa região como o Entre-Douro-e-Minho e a quantidade de pessoas que, de forma mais ou menos voluntária, se deslocam para outras regiões parcamente povoadas. Trata-se de um movimento orgânico, incentivado em parte, mas não centralizado nem planeado, e que é condicionado de diversas formas ao longo do tempo. Mesmo com uma eventual alta densidade populacional relativa no Entre-Douro-e-Minho, hipótese suportada pelos estudos de muitos autores, parece irreal o cenário

¹⁰⁹⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz – As Cidades Medievais Portuguesas – População. In *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: População. Vol. I – Discursos*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2013, p. 145-162.

¹⁰⁹⁵ COSTA - *O bispo D. Pedro...*, vol. I, p. 248-251. COELHO - A população e a propriedade..., p. 139-169; COELHO - *A Terra e os Homens da Nóbrega...*, p. 170-198; MATTOSO, José – 1096-1325. In MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal. Vol. II: A Monarquia Feudal*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 199-207.

de uma crise malthusiana. Em momento algum parece haver carência de solos férteis. Tal como ficou demonstrado no capítulo 4, mesmo entre os casais do rei havia uma percentagem não desprezável de propriedades não ocupadas e, nos casos em que a fertilidade se perdeu – como nos casais cobertos por areia no litoral minhoto – a população pôde simplesmente aproveitar uma velha arroteia na freguesia, de onde retirava o necessário e continuava a pagar ao rei os seus direitos e rendas. A sul, no Entre-Tejo-e-Odiana, seria absurdo sugerir qualquer tipo de cenário malthusiano no pré-Peste – a baixa densidade da região é crónica e, mesmo com terrenos mais áridos, a produção estava plenamente adaptada às condições do terreno e seria, no geral, mais do que suficiente para alimentar os seus habitantes e ainda introduzir no mercado os produtos habituais, com destaque para o vinho e para o trigo.

É também importante fazer algumas comparações entre a Peste Negra, protagonista deste estudo, e outras doenças epi/pandémicas, assim como entre diversos episódios de peste ao longo das três pandemias. É necessário excluir a malária, por exemplo, uma parasitose que raramente assume características epidémicas, mantendo-se sobretudo como uma endemia generalizada, incapacitante e extremamente impactante, mas muito diferente de uma doença como a peste na sua ação e persistência. Este exercício foi já realizado por vários investigadores noutros momentos. Num caso, a Primeira Pandemia no espaço europeu e mediterrânico e a Terceira Pandemia na Índia são comparadas, para sublinhar uma eventual proximidade entre a epidemiologia de ambos os casos, recusando a equivalência entre o impacto da Primeira e o da Segunda Pandemias que é feita amiúde¹⁰⁹⁶.

Pesando a diferença abissal entre a mortalidade/morbilidade/letalidade da peste e da mais recente pandemia oficialmente decretada, o Covid-19, podemos compreender que nem sempre é aquilo que mais mata, ou sequer tem oportunidade de se propagar sem limites, que causa um impacto mais duradouro. Por outro lado, se recuarmos um século, até à chamada Gripe Espanhola, percebe-se rapidamente que, embora a gripe tenha matado num ano mais do que os quatro anos de guerra, os efeitos políticos e socioeconómicos da guerra eclipsaram a atenção dedicada à Pneumónica (como

¹⁰⁹⁶ MORDECHAI, et al - The Justinianic Plague...

também era conhecida), e a análise historiográfica das décadas seguintes secundarizou tanto a doença, como os seus efeitos, mesmo sendo inequívoco que o impacto demográfico foi brutal.

A contabilização de um número aproximado de óbitos entre a população portuguesa exposta à Peste Negra é, como se admitiu anteriormente, uma tarefa impossível segundo os dados e as metodologias existentes atualmente. Porém, o estudo do efeito da doença entre as elites do reino poderá fornecer algumas peças a um *puzzle* incompleto. Não é uma tarefa fácil: tal como o resto da população, nem sempre o desaparecimento documental de um indivíduo garante que ele tenha morrido, ou que tenha morrido de peste. Porém, a coincidência temporal, quando não há uma referência documental direta, é justificação suficiente para a hipótese de morte por peste ser seriamente considerada.

Apresentadas (uma vez mais) as limitações do estudo do impacto demográfico da Peste Negra em Portugal, e nestas duas comarcas medievais portuguesas em concreto, lançadas algumas questões que considero centrais, proponho a realização de um exercício que permita, por grupo social ou de atividade, analisar setores da sociedade mais bem documentados, e percebendo como esses setores foram atingidos. Na maioria, trata-se de grupos com características e vulnerabilidades próprias, o que impede qualquer tipo de generalização ou projeção para a população em geral. Porém, é a análise qualitativa possível que o atual estado de conhecimentos permite.

7.1 – Os oficiais régios

Os oficiais régios, sobretudo aqueles que serviam a administração central, não eram necessariamente indivíduos privilegiados. As frequentes homonímias nem sempre facilitam a identificação e, neste ponto, remeto sobretudo para o clássico trabalho de Armando Luís de Carvalho Homem¹⁰⁹⁷. Tendo em conta apenas o desembargo régio, Carvalho Homem havia já notado que apenas 10 de 37 oficiais em funções entre 1341 e 1350 ultrapassam o ano de 1348, com uma conseqüente e muito expressiva redução de documentos sobreviventes para estes últimos anos da década de 1340. Estes indivíduos

¹⁰⁹⁷ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 218-220.

circulavam frequentemente com a corte, e não deixa de ser relevante pensar numa eventual mortalidade de quase 75% de oficiais pertencentes a um círculo relativamente próximo do rei. As eventuais baixas sucessivas terão conduzido a novas nomeações, mas o hiato da chancelaria impede-nos de saber mais. Sabemos que o mesmo se passou noutros reinos, incluindo Inglaterra, com destaque para os oficiais do rei em Londres¹⁰⁹⁸, e em Aragão, onde tanto os oficiais da Coroa, como os locais, rapidamente morreram em catadupa, com os seus sucessores a seguirem o seu destino, gerando-se uma dificuldade cada vez maior de substituição e que chegou a colocar em causa a funcionalidade da estrutura administrativa¹⁰⁹⁹.

A já referida escassez de documentação régia para os anos de 1348, 1349 e 1350, eloquente em si mesma, dificulta uma compreensão mais completa e uma malha cronológica mais fina no que toca aos 'desaparecimentos'. Será difícil negar a relação entre a Peste e (pelo menos) parte destas baixas, mas estas alterações forçadas no corpo de servidores régios não parecem ter tido, por si, influência na estrutura do oficialato. Um cargo, porém, e como se verá no capítulo seguinte, está intrinsecamente ligado à Peste, não por a doença ter matado os seus titulares, mas porque aparentemente foi criado para lidar com circunstâncias extraordinárias provocadas pela epidemia: o juiz de fora. Parte importante da ação régia na reação à Peste, a instituição deste tipo de magistrado será devidamente explorada no capítulo seguinte.

7.2 – Os oficiais concelhios

A perceção dos efeitos da Peste sobre este grupo concreto levanta desafios complexos: a maioria era eleita por períodos curtos, poderia rodar nos vários cargos concelhios, servir anos seguidos ou intermitentes, de acordo com o costume local e as disposições régias, e as variáveis locais são incontáveis e quase desconhecidas dos medievalistas por inexistência de registos. O que se propõe neste breve subcapítulo é a medição possível do exercício dos diversos oficialatos concelhios nas zonas onde existe informação para o fazermos. Tal como os oficiais régios da administração 'central', também os oficiais concelhios terão sofrido na mesma proporção que as zonas onde

¹⁰⁹⁸ SLOANE – *The Black Death...*, p. 56-57.

¹⁰⁹⁹ LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 304, 317-318, doc. 15 e 29; SHIRK - *The Black Death in Aragon...*, p. 357-367.

residiam e atuavam. Uma vez mais, é muito possível que a realidade seja análoga à bem documentada Coroa de Aragão, onde também os oficiais locais foram duramente atingidos, com um único indivíduo a assumir três ou quatro cargos de forma excepcional, por morte dos seus titulares e falta de substitutos¹¹⁰⁰.

Em Portugal, nos territórios do Entre-Tejo-e-Odiana, os dados sobre as elites concelhias em meados do século XIV são escassos. No mais importante município alentejano, Ângela Beirante não encontra qualquer oficial documentado entre 1345 e 1355¹¹⁰¹ e, também condicionado por esta escassez, Joaquim Bastos Serra apenas inicia a sua recolha em 1367¹¹⁰². Os restantes concelhos transtaganos, mesmo outros importantes, como Montemor-o-Novo, Beja, Estremoz ou Elvas, pouco acrescentam a este cenário.

No Entre-Douro-e-Minho, o cenário muda. A bem documentada realidade vimaranense oferece algumas pistas. Já Conceição Falcão Ferreira havia assinalado que, quando Nicolau Domingues nomeia João Fernandes do Castelo como tutor de Margarida e Constança, órfãs de João de Sousa e de Geralda Gonçalves, a 3 de fevereiro de 1349, o faz na condição de ouvidor do concelho de Guimarães, e não de juiz – o que deverá significar a morte de vários juízes vimaranenses nos meses anteriores, não tendo sido possível substituí-los até então¹¹⁰³. Esta hipótese sai reforçada pela ascensão do referido Nicolau Domingues a juiz de Guimarães, cargo em que está documentado a partir de junho de 1349¹¹⁰⁴, ao qual volta em 1351¹¹⁰⁵ e em 1354¹¹⁰⁶, revelando, eventualmente, um afunilamento no grupo de vimaranenses elegíveis para o cargo nos anos que se seguiram à Peste Negra. Neste domínio, a informação é escassa no resto do Entre-Douro-e-Minho. Os trabalhos sobre as elites camarárias de Braga e do Porto, da

¹¹⁰⁰ SHIRK - *The Black Death in Aragon...*, p. 357-367.

¹¹⁰¹ BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 612.

¹¹⁰² SERRA, Joaquim Bastos - *Governar a cidade e servir o rei: A oligarquia concelhia em Évora em tempos medievais (1367-1433)*. Évora: Publicações do Cidehus, 2018. Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/cidehus/3288>>. ISBN : 9791036512339. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.3288>.

¹¹⁰³ FERREIRA – *Guimarães. 'Duas Vilas, Um Só Povo'...*, p. 442, nota 267.

¹¹⁰⁴ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Pergaminhos, 8-2-4-14, doc. 1.

¹¹⁰⁵ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 2, n.º 1 verso; Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, *Manuscritos*, Pergaminhos de Guimarães, caixa 6, n.º 192 (16621).

¹¹⁰⁶ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 32, n.º 1.

responsabilidade de Raquel Oliveira Martins¹¹⁰⁷ e de Adelaide Millán da Costa¹¹⁰⁸, respetivamente, dizem respeito apenas à segunda metade do século XV. As falhas são difíceis de suprimir pela escassa documentação concelhia dos anos centrais do século XIV, sobretudo no caso bracarense, que impede a perceção de dados indiretos como os de Guimarães.

7.3 – A Peste no Clero

A morte de membros da igreja é um bom indicador do impacto da Peste. Como foi referido anteriormente, o clero secular estava particularmente exposto à doença, sobretudo nos primeiros surtos, por os párocos se deslocarem a casa dos moribundos e lhes garantirem os últimos sacramentos. Não será demais, contudo, sublinhar que a Igreja possui uma hierarquia complexa, e muito dificilmente se pode considerar como privilegiados semelhantes um simples vigário paroquial ou um arcebispo. Por todas estas condicionantes, a mortalidade do clero, em toda a sua estratificação, também não pode ser tomada como proporcional à mortalidade geral da população¹¹⁰⁹. Tudo indica que a primeira linha do clero paroquial é vítima habitual das primeiras vagas de um surto de peste¹¹¹⁰, enquanto o topo da hierarquia episcopal produz as derradeiras vítimas da epidemia¹¹¹¹. Por outro lado, o clero regular está particularmente exposto pela vida em

¹¹⁰⁷ MARTINS, Raquel Oliveira - *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d'Os honrrados cidadãos e Regedores*. Braga: Edição de Autor, 2013. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade do Minho.

¹¹⁰⁸ COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millán da - *Vereação e vereadores: o governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1993. ISBN 972-605-032-4.

¹¹⁰⁹ WOOD, James W.; FARRELL, Rebecca J.; DeWITTE-AVIÑA, Sharon N. - The temporal dynamics of the fourteenth-century Black Death: new evidence from English ecclesiastical records. *Human Biology* 75:4 (2003), p. 431.

¹¹¹⁰ A nomeação de novos reitores, vigários e outros clérigos paroquiais é a fonte principal de diversos estudos que demonstram o forte impacto da Peste Negra. Os estudos deste tipo são abundantes em Inglaterra. No caso das dioceses de Coventry e Lichfield, morreu cerca de 40% do clero paroquial (c. 210 clérigos), um aumento de 1000% face a um período idêntico em anos normais, ainda que o impacto fosse muito dispar dentro da diocese. Não acidentalmente, c. de 10% do clero paroquial resignou aos seus benefícios, sobretudo na fase final da epidemia, o que indica uma recusa de muitos beneficiados de acompanhar a população doente e prestar a assistência espiritual a que estavam obrigados: DAVIES, R. A. - The effect of the Black Death on the parish priests of the medieval Diocese of Coventry and Lichfield. *Historical Research* 62 (1989), p. 85-90; vale a pena sublinhar outros aspetos da relevância – mas também dos desafios metodológicos – destas fontes eclesíásticas inglesas, como o estudo encabeçado por James D. Wood, onde fica demonstrado que os argumentos utilizados pelos negacionistas da responsabilidade da *Y. pestis*, recorrendo às dinâmicas temporais de morte e substituição, são fruto de um uso pouco crítico ou rigoroso dessas fontes: eram consideradas as datas de nomeação, e não da morte dos titulares anteriores do benefício, pelo que a dinâmica de propagação e mortes era distorcida até então: WOOD et al. - The temporal dynamics..., p. 427-48.

¹¹¹¹ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 455-477.

comunidade, favorecendo o contágio pela presença de pulgas infetadas que podem alcançar qualquer um dos religiosos, ou até permitir um raro e devastador contágio por peste pulmonar primária, ainda mais rápida e letal.

Antes de me debruçar sobre os casos mais relevantes das duas regiões em estudo, é importante chamar a atenção para outros casos já estudados ou longamente conhecidos, provenientes de regiões portuguesas que aquelas aqui em foco. Estes testemunhos são quase todos provenientes da região de Coimbra, para todas as realidades: temos o impacto tremendo na comunidade monástica feminina do Mosteiro do Lorvão, onde uma percentagem importante das freiras terá morrido de peste, sucedendo-se um período de fragilidade institucional e económica que levou à intervenção do próprio rei¹¹¹²; o já referido caso da colegiada urbana de São Pedro da Almedina de Coimbra, onde todos os raçoeiros terão perecido; enfim, a possível morte por peste dos bispos de Lamego e de Viseu, Frei Salvador Martins e João Homem, ambos desaparecidos em 1349.

As instituições minhotas e alentejanas não terão escapado imunes; muito pelo contrário. Há circunstâncias que, mesmo não constituindo provas de mortalidade, o são de alterações, possíveis ruturas e alguma desestabilização. Se um determinado mosteiro ficar sem o seu abade porque este é eleito para o lugar de um abade falecido noutra mosteiro, apenas um deles morreu, mas ambos os mosteiros passam por mudanças direta ou indiretamente provocadas pela Peste. O efeito da doença vai muito além da simples, mesmo que colossal, mortalidade. Começando pelo clero regular, temos indícios fortes de que muitas comunidades mudaram de líderes após a Peste Negra. Ainda que a justificação mais óbvia seja a morte destes com a doença, a explicação, como foi dito, poderá ser outra, ainda que relacionada com a epidemia. No caso do Entre-Tejo-e-Odiana, os cenóbios são poucos e pouco importantes, antes da Peste. Destacam-se os mendicantes e os conventos das ordens religiosas militares, mas a documentação é escassa no período pré-Peste. Sabemos, contudo, que tanto o mestre

¹¹¹² SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva - *O domínio da Santa Maria do Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001. ISBN 972-27-1103-2.

de Avis¹¹¹³ como o prior do Hospital¹¹¹⁴, as ordens com maior implantação no Entre-Tejo-e-Odiana, sobreviveram à hecatombe. No que respeita ao Mestre de Santiago, parece ter tido sorte diferente: nos três anos que medeiam a última notícia que temos do mestre D. Garcia Pires (4 de julho de 1346¹¹¹⁵) e a primeira do mestre D. Lourenço Vasques (24 de julho de 1349¹¹¹⁶) houve mudança de mestre, mas a escassez de documentação que conduz a esse intervalo de três anos não permite afirmar com segurança a responsabilidade da Peste nessa mudança.

A riqueza de informação sobre eventuais mortes de religiosos regulares durante a Peste é bem maior no Norte, onde o volume de documentação monástica é muitíssimo superior, mas raramente sequencial. Focando-me em primeiro lugar nos priores e abades dos mosteiros, a recolha de Aires Fernandes para os cónegos regrantes de Santo Agostinho demonstra bem as lacunas que a maioria dos mosteiros apresenta, até mesmo nas listas dos priores¹¹¹⁷. No Mosteiro de São Simão da Junqueira, por exemplo, parece que o notavelmente longevo Aparício Pires terá sobrevivido não só à Peste Negra, como também à *Pestis secunda*. Porém, pelo meio do seu priorado, onde se incluirá uma interrupção para ocupar o priorado do Mosteiro de Requião, parece haver outras figuras com esse título, sem que se possa perceber totalmente se se trata de

¹¹¹³ D. João Rodrigues Pimental, mestre de Avis, sobrevive à Peste, como se verifica pela documentação que o refere antes e depois da epidemia. A título de exemplo, cito dois documentos anteriores e outros dois posteriores à Peste, dos anos de 1342 (ano da sua eleição), 1343, 1349 e 1351: ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, maço 12, n.º 1001 (publicado por Cristina Cunha – *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*. Porto: Faculdade de Letras. Biblioteca Digital, 2009, p. 82-84); ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, maço 4, n.º 382 e 446; maço 5, n.º 582. O mestre terá falecido ainda em 1351, pois em outubro já se refere o mestrado vago por sua morte; nesta fase, a peste já não poderia ser uma causa provável de morte. ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, maço 5, n.º 536.

¹¹¹⁴ Álvaro Gonçalves Pereira, filho de Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga – e possível vítima da Peste Negra - e pai de Nuno Álvares Pereira, teve uma longa carreira à frente da Ordem do Hospital em Portugal, pelo menos entre 1336, ano da morte do seu antecessor, e 1380, provável ano da sua morte. COSTA, Paula Pinto - Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar. *População e sociedade*, 23 (2015), p. 45-71.

¹¹¹⁵ ANTT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, Documentos Particulares, maço 1, n.º 24, tendo a cópia feita no Livro dos Copos sido datada erradamente, provavelmente por erro de leitura do copista. *Livro dos Copos*. Coord. Paula Pinto Costa. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006, n.º 241, p. 424-425.

¹¹¹⁶ Um documento de 27 de setembro de 1349 que faz referência a uma procuração do mestre passada a 24 de julho do mesmo ano, o que indicia já uma ocupação efetiva do cargo. *Livro dos Copos...*, n.º 235, p. 409.

¹¹¹⁷ FERNANDES, Aires Gomes - *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz*. Tese de doutoramento em Letras, área de História, na especialidade de História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s. n.], 2011, p. 346-526.

priores claustrais ou não¹¹¹⁸. Uma delas é um certo D. Afonso, que os cronistas seiscentistas da dita ordem declaram ter cessado o seu mandato, sem causa apresentada, em 1348¹¹¹⁹.

Outro mosteiro da mesma ordem, o do Salvador de Moreira, na Terra da Maia, tem uma mudança de prior algures entre 21 de setembro de 1348, altura em que o prior João Martins faz uma doação ao seu mosteiro para celebração de sufrágios depois da sua morte¹¹²⁰ (não se trata, contudo, de um testamento), e 17 de setembro de 1349, quando o prior é já Domingos Eanes¹¹²¹. Nicolau Martins, prior do mosteiro de Vila Boa do Bispo, situado nas margens do Tâmega, morre a 25 de novembro de 1348, como atesta a sua epígrafe tumular¹¹²². Apesar de não referir explicitamente o evento epidémico, Mário Barroca considera provável uma relação entre a Peste e a morte do prior de Vila Boa do Bispo, devido à aparente surpresa da sua morte, traduzida numa sepultura simples que apenas foi substituída em 1362 por um túmulo trabalhado, pago pelo irmão do falecido prior. No Entre-Tejo-e-Odiana, a escassez de conventos ainda em meados do século XIV e a parcimónia dos testemunhos documentais sobreviventes impedem-nos de aceder a indícios tão evidentes de mortalidade entre o clero regular local.

Estas mortes estiveram longe de ser um exclusivo dos mosteiros de cónegos regrantes, tal como aconteceu noutras paragens¹¹²³. Logo a 31 de outubro de 1348, João da Ponte, cónego de Astorga e vigário-geral do bispo do Porto, D. Pedro, confirma Guiomar Rodrigues como nova abadessa do mosteiro beneditino do Salvador de Vairão, eleita entre as monjas professoras do mosteiro após a morte de D. Sancha Pais, abadessa anterior¹¹²⁴. O mesmo mosteiro recebe um privilégio do rei, emitido em Leiria a 31 de

¹¹¹⁸ FERNANDES – *Os cónegos regrantes...*, p. 431-435.

¹¹¹⁹ FERNANDES – *Os cónegos regrantes...*, p. 435.

¹¹²⁰ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 6.

¹¹²¹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 9.

¹¹²² FERNANDES – *Os cónegos regrantes...*, p. 468-469; BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422 - Corpus epigráfico medieval português*. 3 volumes. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2000, p.1692-1697; BARROCA – *A peste negra...*, Vol. 3, p. 1166.

¹¹²³ Um dos mosteiros mais importantes da Coroa Aragonesa, a abadia beneditina de Ripoll, foi violentamente afetado pela Peste Negra, como informa o rol de petições para substituição de quase todos os ovensais do cenóbio, entre mortos e transferências: TRENCHS ODENA, José - El monasterio de Ripoll y la peste negra de 1348. *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins*, 21 (1972), p. 103-116.

¹¹²⁴ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 26.

julho de 1349, no qual o monarca dá licença ao mosteiro de Vairão para não vender os bens que foram *dalguas mongas do dicto seu mosteiro que moreram na Pestelença ataa dia de Sam Johane Bautista primeiro que a de viir*¹¹²⁵, impedindo que qualquer pessoa constranja o convento do dito mosteiro a vender antes da data determinada, numa exceção semelhante à concedida ao Mosteiro de Lorvão. Esta referência, rara por ser tão direta e inequívoca, revela-nos não só o momento de exceção destas instituições, como a oportunidade única de o rei poder intervir ativamente nos seus assuntos, conquistando espaço para a sua autoridade e exercendo-a em todos os momentos. Alguns dos bens que ficaram ao mosteiro de Vairão por morte de monjas suas haviam sido avaliados já nos primeiros dias do mesmo mês de julho de 1349¹¹²⁶.

O clero secular paroquial apresenta acrescidas dificuldades de investigação. Praticamente todos os seus cartórios para o período medieval desapareceram, mas sobrevivem alguns indícios. As igrejas do padroado episcopal e monástico – relembre-se a falta de registos de chancelaria régia para estes anos que, a existir, poderia ainda acrescentar as apresentações feitas pelo rei nas igrejas do seu padroado – ajudam-nos a reconstituir parte da imagem. Por outro lado, a documentação publicada nos já referidos *Monumenta Portugaliae Vaticana* permite-nos obter dados bastante esclarecedores sobre a urgência destes anos e a dimensão do problema da mortalidade entre o clero português, sobretudo bracarense¹¹²⁷, que parece não ficado atrás de outras paragens mais bem documentadas e previamente estudadas. De facto, nas dioceses inglesas de Coventry e Lichfield, duas das dez onde sobrevivem registos episcopais para os anos da Peste Negra¹¹²⁸, morreram 208 de 471 beneficiados do clero paroquial, mas houve capacidade para nomear os substitutos numa média de 18 dias após o falecimento do clérigo substituído, e ‘apenas’ foram nomeados para vicariatos três clérigos – um acólito e dois diáconos - sem ordens maiores¹¹²⁹, algo que parece ter acontecido também na também inglesa diocese de Ely¹¹³⁰. Ao todo, a mortalidade

¹¹²⁵ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 29.

¹¹²⁶ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 27.

¹¹²⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana. Vol. I. Súplicas*. Edição, introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa. Roma; Porto: Editorial Franciscana, 1968, p. 152-154.

¹¹²⁸ ABERTH, John - The Black Death in the Diocese of Ely: the evidence of the Bishop's Register. *Journal of Medieval History* 21:3 (1995), p. 275.

¹¹²⁹ DAVIES – The Effect of the Black Death..., p. 88-90.

¹¹³⁰ ABERTH - The Black Death..., p. 282.

calculada para o clero paroquial das 10 dioceses com registos sobreviventes nos anos da Peste ronda os 48%.

Já na Península Ibérica, na diocese de Barcelona, os registos episcopais denunciam a morte de 374 clérigos entre maio de 1348 e abril de 1349, um aumento de 1500% face aos 25 que morreram no período homólogo anterior, num total de cerca de 60% dos clérigos que possuíam benefícios¹¹³¹, ainda que a complexidade da fonte exija cuidados que poderão, em último caso, baixar um pouco, mas não significativamente, esta fasquia¹¹³². O cenário português parece ser semelhante a muitos outros no resto da Europa, mas com matizes. No caso da arquidiocese de Braga, a documentação sobrevivente não é explícita sobre necessidade de nomear clérigos apenas com ordens menores para lugares que não deveriam ocupar, senão com ordens maiores, o que parece ter sido incontornável em muitas dioceses europeias, sugerindo, ainda assim, uma certa margem no rol de potenciais candidatos ao preenchimento de todos os benefícios, e contrariando, até neste nicho populacional muito específico, qualquer leitura malthusiana. Fora da área em estudo, em Lisboa, muitos dos clérigos paroquiais, com responsabilidades de cura de almas, acabaram por fugir – talvez numa fase adiantada da epidemia – abandonando as suas obrigações¹¹³³.

Além da documentação pontifícia, sobrevivem alguns outros dados isolados, mas sugestivos no seu conjunto. A 18 de novembro de 1348, o já referido vigário portuense, João da Ponte, faz colação de Afonso Domingues (?), clérigo, no reitorado da igreja de Santiago de Labruge, vago por morte de Gil Lourenço, reitor anterior, após a apresentação feita pelo Mosteiro de Moreira, padroeiro da dita igreja¹¹³⁴. Em 21 de janeiro de 1349, André Pais, cónego de Braga, vigário-geral em sede vacante, confirma a apresentação de Estêvão Pires, cónego de Braga, como reitor da igreja de Santiago de Guimarães, após a morte do reitor anterior, Gonçalo Vasques, feita pelos padroeiros da igreja¹¹³⁵. Já em março de 1350, tendo a igreja de São Salvador de Perosinho vagado por

¹¹³¹ GYUG, Richard - The effects and extent of the Black Death of 1348: new evidence for clerical mortality in Barcelona. *Mediaeval Studies* 45 (1983), p. 385-398.

¹¹³² UTTERBACK - The date of composition..., p. 412-432.

¹¹³³ FARELO, Mário Sérgio - *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*. Lisboa: [Edição de Autor], 2004. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 259.

¹¹³⁴ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 7.

¹¹³⁵ ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 22, doc. 821.

morte de Martim Vicente, seu reitor e cónego de Grijó, o mosteiro, seu padroeiro, apresenta como novo reitor Afonso Esteves, outro cónego do mesmo cenóbio.

A igreja de Santo André de Parada, na Terra de Faria, sufragânea dos mosteiros da Junqueira e de Requião, teve o seu novo reitor, Lourenço Martins, cónego de Braga, confirmado pelos recém-nomeados vigários de Braga no derradeiro dia de maio de 1350¹¹³⁶. É possível que o processo tenha sido atrasado pela demora na nomeação de um novo arcebispo para a sede bracarense e da conseqüente nomeação de oficiais do prelado, após o fim da sede vacante, podendo os mosteiros padroeiros ter feito a apresentação meses antes. A sul, sabemos que Lourenço Vicente, prior da igreja de São Pedro de Évora, fez dois testamentos, um em outubro de 1348 e outro em janeiro de 1349, morrendo depois e dando origem a um processo entre os seus herdeiros, que apenas termina com uma sentença do vigário do bispo de Évora, dirimida em março de 1352¹¹³⁷. Ainda em 1350, D. Afonso IV solicita ao papa a confirmação de Gonçalo Garcia como prior do Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa, que vagara na Peste Negra, ao mesmo tempo que pede a confirmação da colação de João Domingues e Domingos Eanes como titulares das igrejas paroquiais vagas de Santa Maria de Arruda (diocese de Lisboa) e São Cucufate de Cuba (diocese de Évora)¹¹³⁸.

Também a Colegiada de Santa Maria de Guimarães terá sofrido baixas. Além do já referido cónego Martim Alvelo, sabemos de pelo menos outra baixa no cabido vimaranense, através da confirmação que o cabido fez da nomeação de Estêvão Esteves, escolar e abade de São Bartolomeu de Baião, para a conezia que vagou por morte de Afonso Pires, capelão da Rainha, datada de 28 de fevereiro de 1349¹¹³⁹. O número de conezias vagas deve ter sido bastante mais elevado do que estes dois testemunhos diretos revelam. Exemplo disso é o conflito que surge entre D. João Afonso, doutor em Leis e prior da colegiada e o cabido, por questões ligadas à nomeação de novos cónegos; o prior solicita ao Cabido, em 9 de novembro de 1350, que confirme a nomeação de

¹¹³⁶ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 112, fl. 121v-122v.

¹¹³⁷ ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 276 [Tombo das Capelas de Évora], fl. 34-35v.

¹¹³⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 185, doc. 365-366.

¹¹³⁹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos eclesiásticos, maço 3, n.º 15.

João Rodrigues para a conezia que vagara por morte de Fernando Miguéis, o que o chantre, em nome do Cabido, faz prontamente¹¹⁴⁰.

Mais ainda do que as colegiadas, o clero capitular das catedrais é particularmente interessante, por se tratar de um dos grupos clericais mais bem documentados. Um pouco por toda a Europa, mesmo onde as sobrevivências documentais não abundam – como na Noruega, onde tanto o arcebispo de Trondheim como todo o seu cabido, exceto um cónego, pereceram¹¹⁴¹ –, a devastação entre o clero catedralício constitui um dos efeitos mais visíveis da Peste Negra. Em áreas bem documentadas, como a Coroa de Aragão, 40 e 45% deste clero morreu em Barcelona e Lérida, respetivamente¹¹⁴². Os cabidos episcopais de Tui, Braga, Porto e Évora, dioceses cujo território coincide em grande parte com aquele aqui estudado, sofreram igualmente baixas documentadas. Os levantamentos realizados por Hermínia Vasconcelos Vilar, no caso do clero capitular de Évora¹¹⁴³, por Ana Maria Rodrigues, entre outros, para o cabido de Braga¹¹⁴⁴, e por Maria João Oliveira e Silva, para a catedral portuense¹¹⁴⁵, permitem-nos uma aproximação aos seus anos de atividades e eventual desaparecimento durante a Peste Negra. Ordenando a informação compilada pelas autoras em gráficos semelhantes aos já usados para analisar as carreiras e eventuais mortes de tabeliães, é possível obter o seguinte resultado para Braga. Dado a grande quantidade de cónegos, e a disparidade da duração das carreiras destes eclesiásticos no Cabido de Braga, incluo apenas os anos de presença documentada entre 1330 e 1370, pelo que várias destas carreiras se iniciaram antes do limite inicial, ou se prolongaram além de 1370:

¹¹⁴⁰ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos eclesiásticos, maço 3, n.º 17.

¹¹⁴¹ NYBORG, Ebbe – The Black Death as Reflected in Scandinavian Art and Architecture. In BISGAARD, Lars, SØNDERGAARD, Leif (eds.), *Living with the Black Death*. Odense: University Press of Southern Denmark, 2009, p. 191.

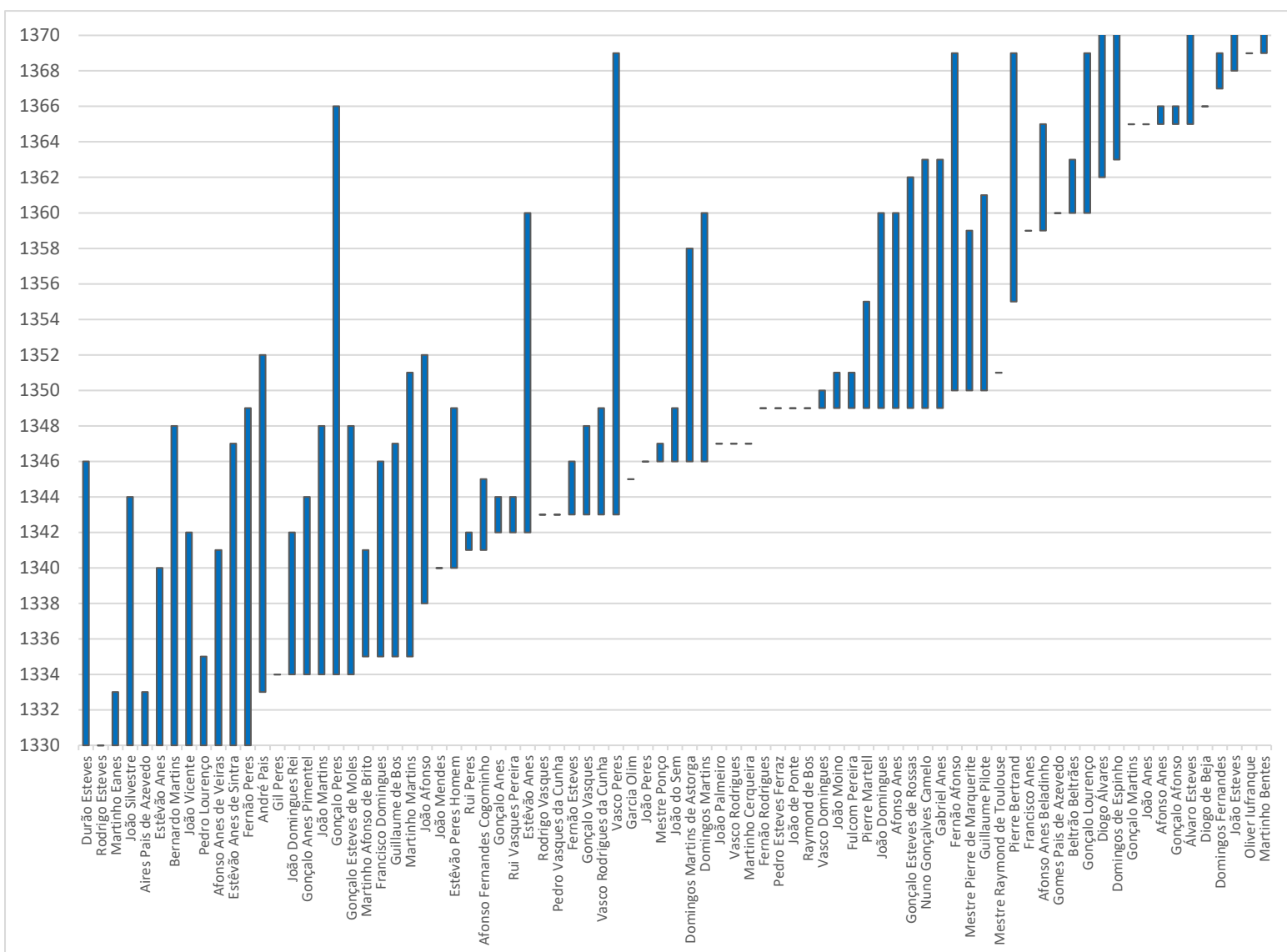
¹¹⁴² GÜNZBERG MOLL – Epidemias y Mortalidad..., p. 70-71.

¹¹⁴³ VILAR - *As dimensões de um poder...*, p. 305-403.

¹¹⁴⁴ RODRIGUES, et al. – *Os Capitulares Bracarenses...*, p. 37-48.

¹¹⁴⁵ SILVA - *A escrita na catedral...*, p. 321-342.

Gráfico 83 - Carreiras do canonicato bracarense (1330-1370)

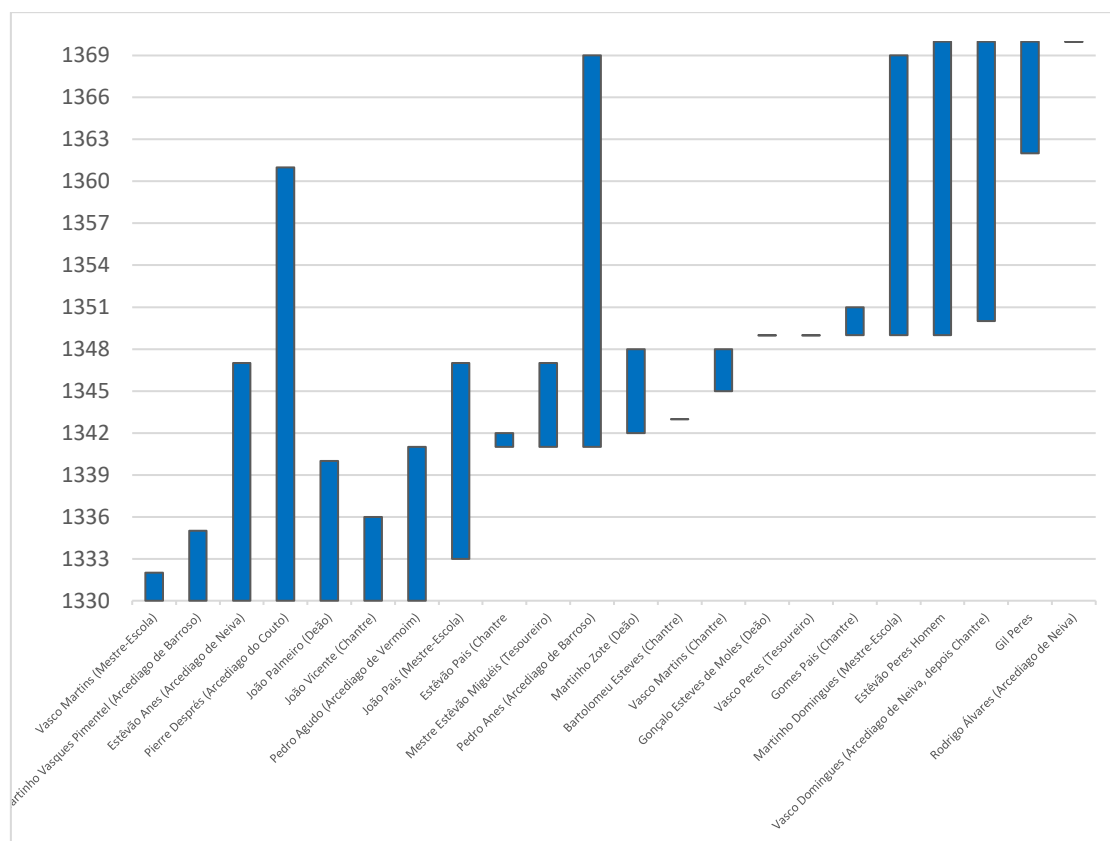


Dos 46 cónegos documentados pela primeira vez entre 1330 e 1348, apenas oito (17,39%) continuam documentados após 1349 como cónegos, tantos quantos parecem ter morrido em 48-49. Além desses oito, mais dois – Gonçalo Esteves de Moles e Estêvão Peres Homem – surgem a partir de 1349, mas com as dignidades, ambos deões, sucedendo o segundo ao primeiro¹¹⁴⁶. Se acrescentarmos João Palmeiro, que sabemos ter sobrevivido, mas parece cessar qualquer função no cabido de Braga, temos onze sobrevivências confirmadas (23,9%). 1349 é o ano em que há mais cónegos documentados pela primeira vez: são doze as estreias, entre os quais quatro que não

¹¹⁴⁶ RODRIGUES, et al. – *Os Capitulares Bracarenses...*, p. 37.

voltam a surgir em documentos de anos posteriores, prova da morte dos seus antecessores e, talvez, da de parte dos próprios substitutos. Acrescente-se ainda o facto de, após 1351 e até 1359, se encontrar apenas um novo cónego: Pierre Bertrand que, de resto, está documentado como porcionário em 1351; esta escassez dever-se-á sobretudo à parcimónia quase total de documentação do cabido sobrevivente para os últimos anos da década de 1350, como ficou explícito no capítulo 6. Muito dificilmente se poderá considerar esta pequena revolução na composição do cabido bracarense uma coincidência. Isso mesmo nos revela a documentação trocada entre o arcebispo D. Gonçalo Pereira e a Santa Sé¹¹⁴⁷, e é reforçado pela análise de outros grupos da Sé, quer das dignidades do cabido, em particular, quer dos grupos mais humildes dos porcionários e dos clérigos do coro. No caso das dignidades, as mudanças mediadas pela Peste são ainda mais evidentes:

Gráfico 84 - Dignidades do Cabido de Braga (1330-1370)



Eram oito as dignidades existentes no Cabido de Braga, no século XIV: deão, chantrado, arceidiagados do Couto, do Barroso, de Vermoim e de Neiva, tesouraria e

¹¹⁴⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana. Vol. I...*, p. 152-154.

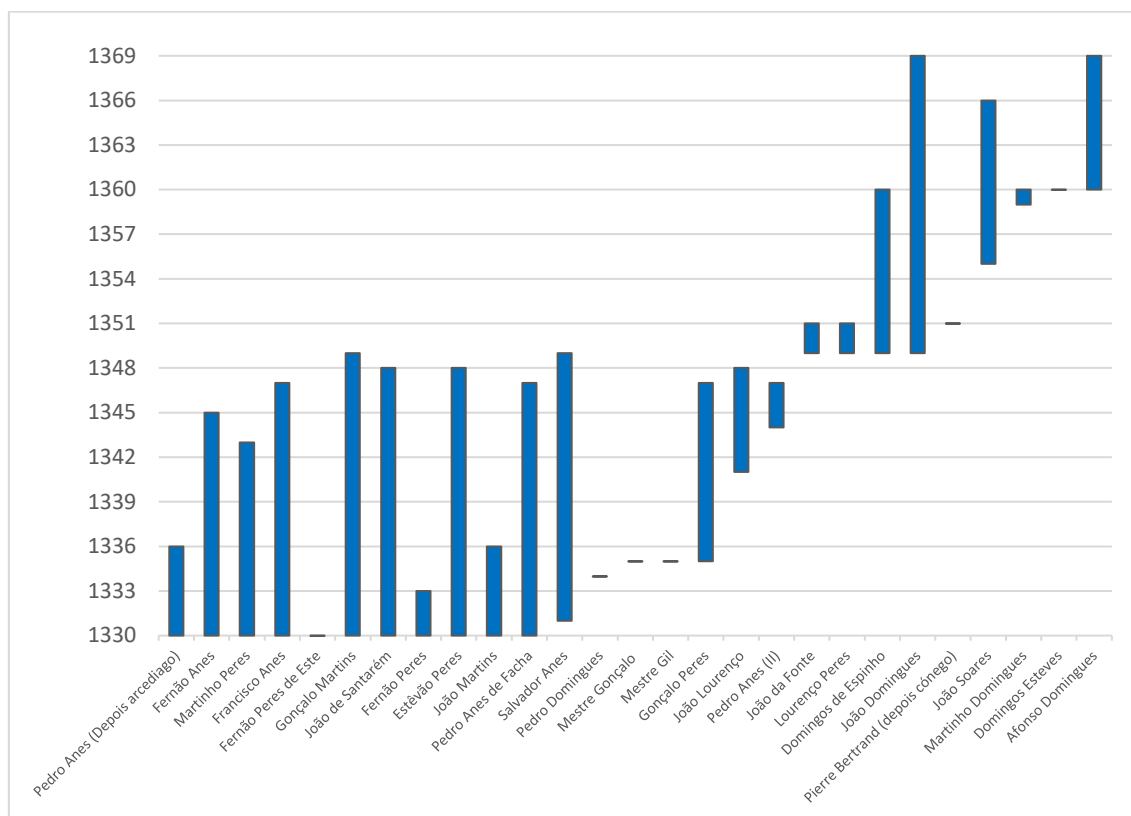
mestre-escolado. Como é possível verificar no gráfico, de todos os dignidades que exerceram funções entre 1330 e 1348, apenas dois estão documentados após 1349: Pierre Desprès, arcebispo do Couto, e Pedro Anes, arcebispo do Barroso. No primeiro caso, trata-se de um cardeal francês, sob o título de cardeal-bispo de Palestrina, um dos mais importantes da Cúria pontifícia durante o pontificado de João XXII e dos seus imediatos sucessores, e que nunca esteve presente em Braga nem, provavelmente, na Península Ibérica¹¹⁴⁸, pelo que a sua longevidade pouco diz das consequências ou poupanças da Peste na cidade ou em Portugal. Nota ainda para João Palmeiro: exercendo como deão de Braga até 1340, surge como cónego do Porto a partir de 1339, onde também foi sucessivamente titular das funções de tesoureiro e deão, e é nessa condição, sem qualquer relação com a igreja bracarense, que continua documentado até 1360¹¹⁴⁹. Em suma, temos cinco novos dignidades documentados em 1349: os já referidos dois deões – o primeiro dos quais de forma efémera -, que eram apenas cónegos antes da Peste; o tesoureiro Vasco Peres, que não volta a ser documentado, mas também não parece ter qualquer substituto nos trinta anos seguintes; o chantre Gomes Pais e o mestre-escola Martinho Domingues. Em 1350, o cónego Vasco Domingues, documentado pela primeira vez em 1349, ascende ao arcebispo de Neiva, do qual passará para o chantrado em 1355, o mais tardar. Não voltará a haver arcebispos de Neiva pelo menos até 1370 e arcebispos de Vermoim até 1374. Assim, das oito dignidades do Cabido, quatro têm os seus titulares substituídos em 1349 e 1350 – uma dos quais duas vezes – duas permanecem desocupadas nas duas décadas seguintes, e as restantes duas mantêm os seus titulares, sendo um deles um cardeal francês não-residente. Também entre a cúpula capitular, a peste não poupou a maioria.

¹¹⁴⁸ As referências que sobram da sua relação com Braga são sobretudo as quitações que passa em Avinhão a quem lhe entrega os proventos da sua prebenda de cónego e arcebispo bracarense: 970 dobras de ouro em 1323, mais 200 dobras de ouro no mesmo ano; 200 dobras de ouro em 1324; 200 dobras de ouro em 1327, quitação sem valor definido em 1328; 180 dobras de ouro em 1330: ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 9, doc. 376, 380, 383; Caixa 11, doc. 462; Caixa 12, doc. 489; Caixa 13, doc. 507. Apesar de não haver mais cartas de quitação ou documentação sobrevivente que relacione o cardeal Pierre Desprès com Braga, sabe-se que ele manteve a dignidade e canonicato em Braga, pois só por sua morte, em 1361, ela é atribuída a outro membro da Cúria, o cardeal Fontanerio Vassali, que morre pouco depois, sem tomar posse. RODRIGUES, et al. – *Os Capitulares Bracarenses...*, p. 101-102.

¹¹⁴⁹ SILVA – *A Escrita na Catedral...*, p. 331.

No que diz respeito aos estratos mais modestos do clero catedralício, tanto os porcionários como os clérigos do coro acompanham e evidenciam a tendência de impacto da peste na Sé de Braga. O gráfico dos porcionários é evidente:

Gráfico 85 - Carreiras dos porcionários da Sé de Braga



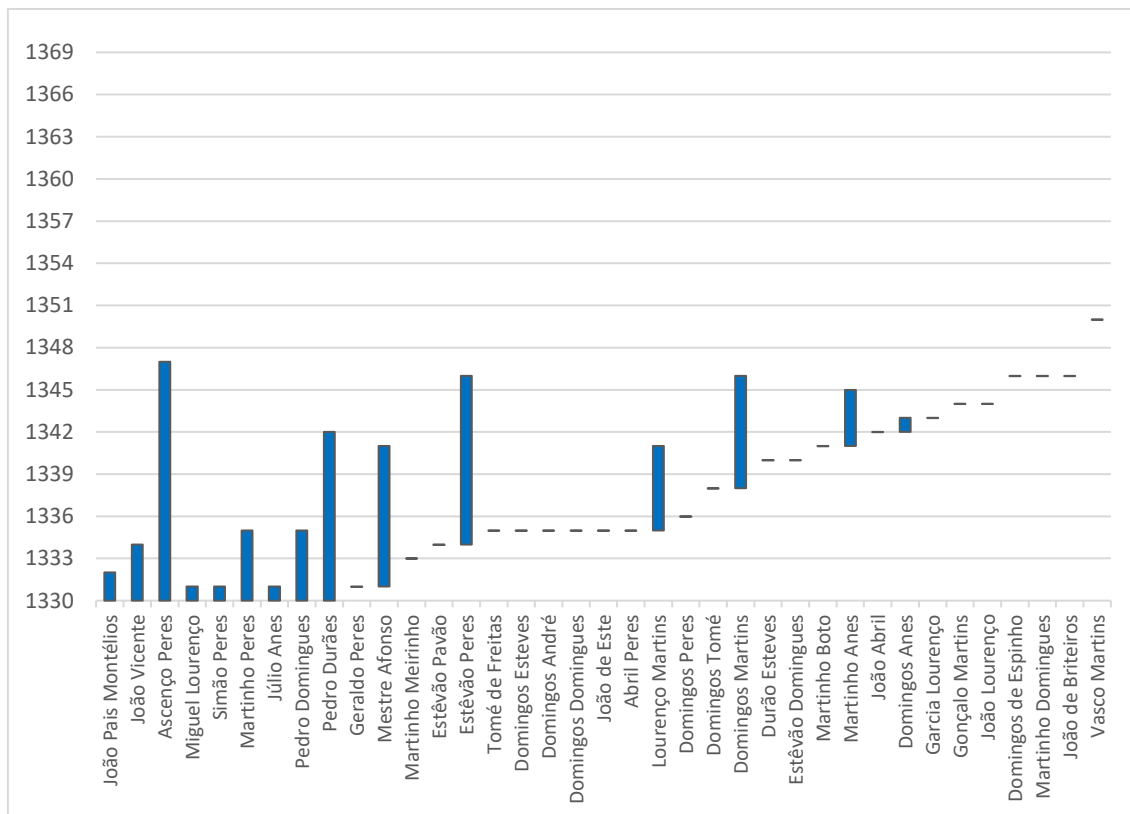
Nenhum dos porcionários documentados entre 1330 e 1348 surge nessa função após 1349. Se é provável que a maioria tenha perecido no contexto da peste, sabemos que Pedro Anes tinha ascendido já a arcediago do Barroso em antes de 1341 e sobreviveu ao flagelo¹¹⁵⁰, e que Gonçalo Martins surge como cônego em 1365¹¹⁵¹. A inexistência de notícias dos restantes aponta para um desaparecimento generalizado. Mais uma vez, se é verdade que nem todos terão morrido, esta ‘dança das cadeiras’ de benefícios faz com que haja muito mais mudanças na composição da hierarquia eclesiástica do que a simples substituição de clérigos falecidos, favorecendo progressões de outra forma improváveis, resultando em novas redes e clientelas. Fechando esta análise ao clero

¹¹⁵⁰ RODRIGUES, et al. – *Os Capitulares Bracarenses...*, p. 114-116.

¹¹⁵¹ RODRIGUES, et al. – *Os Capitulares Bracarenses...*, p. 262-263.

catedralício de Braga com um olhar sobre os clérigos do coro, é o silêncio o dado mais relevante:

Gráfico 86 - Carreiras dos clérigos do Coro da Sé de Braga (1330-1370)



Dos 36 clérigos do coro documentados entre 1330 e 1348, nenhum atravessa a Peste nessa condição. Sabemos que pelo menos um sobreviveu, Domingos de Espinho, pois surge no pós-Peste na condição de porcionário, logo em 1349, ascendendo a cónego em 1363¹¹⁵². Para os restantes, não sobra qualquer testemunho que permita constatar a sua sobrevivência ou morte. Mais eloquente ainda é o desaparecimento desta categoria de clérigos após a Peste Negra; ainda temos uma referência ao clérigo do coro Vasco Martins em 1350¹¹⁵³, mas o silêncio é total, a partir de então e, pelo menos, até 1374.

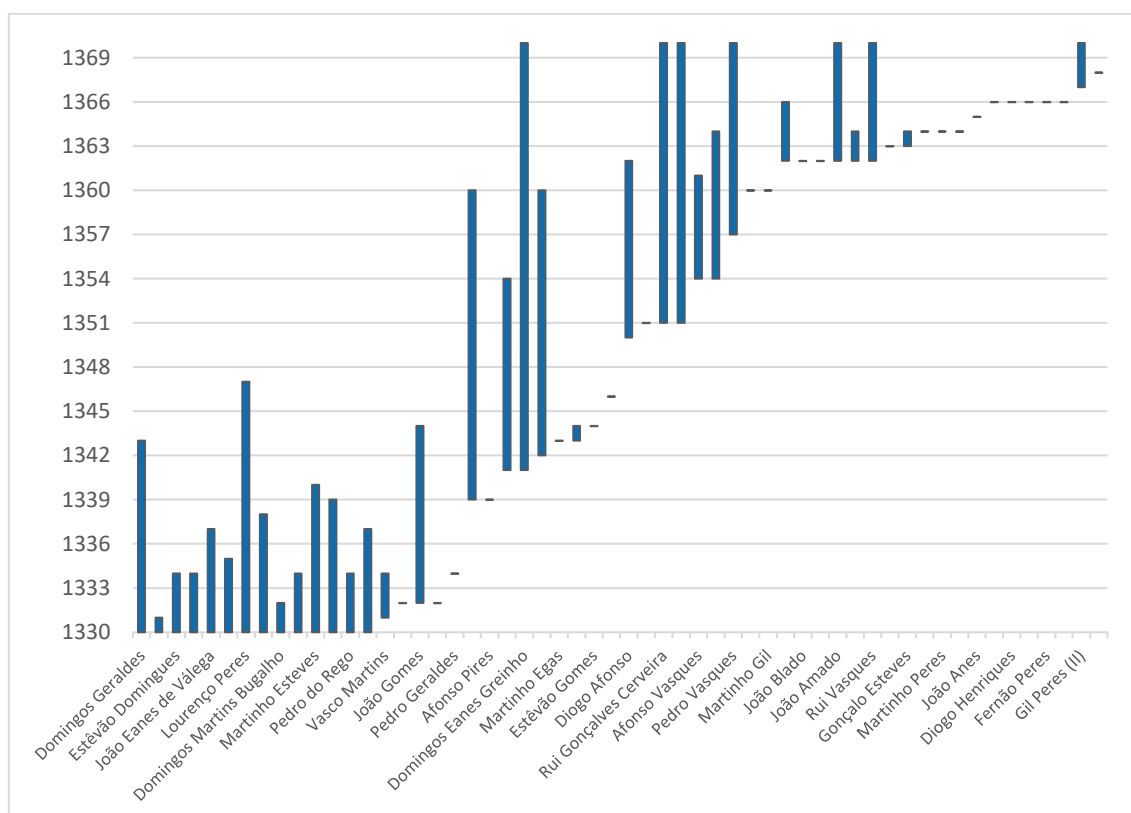
Descendo um pouco no mapa para um exercício semelhante aplicado à Sé do Porto, será necessário relembrar que o volume documental sobrevivente para as décadas em estudo é consideravelmente mais escasso no Porto do que em Braga, e até em Évora. Porém, também é verdade que a diferença do volume documental preservado não é tão

¹¹⁵² RODRIGUES, et al. – *Os Capitulares Bracarenses...*, p. 261-262.

¹¹⁵³ RODRIGUES, et al. – *Os Capitulares Bracarenses...*, p. 309.

evidente nos períodos pré e pós-Peste. Recorrendo às listas coligidas por Maria João Oliveira e Silva, vejamos primeiro a lista de cónegos documentados no cabido portuense entre 1330 e 1370:

Gráfico 87 - Carreiras do canonicato da Sé do Porto (1330-1370)

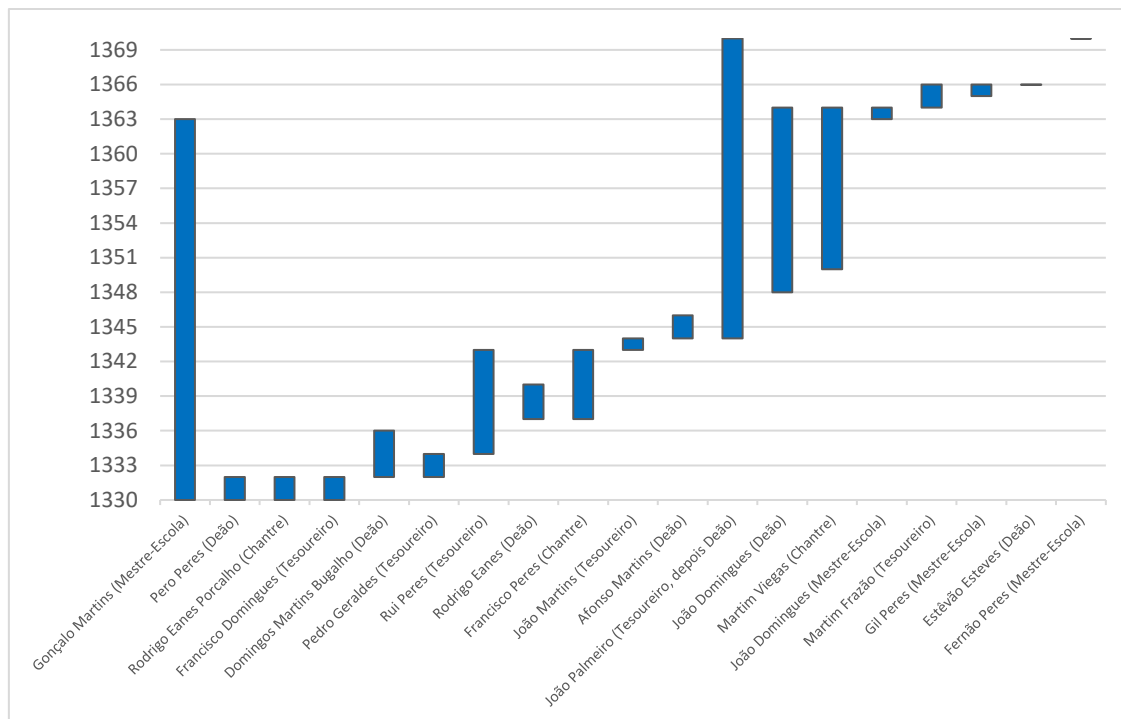


No cabido da Sé do Porto, dos 28 cónegos documentados entre 1330 e 1348, apenas quatro (14,3%) ultrapassam 1349: Francisco Domingues, Domingos Eanes Greinho, Guilherme Cavagnac e João Palmeiro, este último deão de Braga entre 1329 e 1340, mas sem relação aparente com o clero bracarense depois da Peste¹¹⁵⁴. Assim, terão sido 24 os desaparecimentos, nos quais, pelo menos em parte, a Peste terá tido responsabilidade. A documentação esparsa limita a análise das carreiras, e muitos cónegos estão documentados apenas uma ou duas vezes. Outros não o estarão em qualquer documento sobrevivente. Não há uma renovação tão evidente nos anos seguintes à Peste, mas as circunstâncias peculiares da diocese do Porto nessa fase, sob um interdito que levava anos, pode ter alguma relação. Ao analisarmos concretamente

¹¹⁵⁴ SILVA – *A Escrita na Catedral...*, p. 331.

as carreiras das dignidades do cabido portuense, este impacto pouco explícito desaparece totalmente:

Gráfico 88 - Dignidades do Cabido da Sé do Porto (1330-1370)



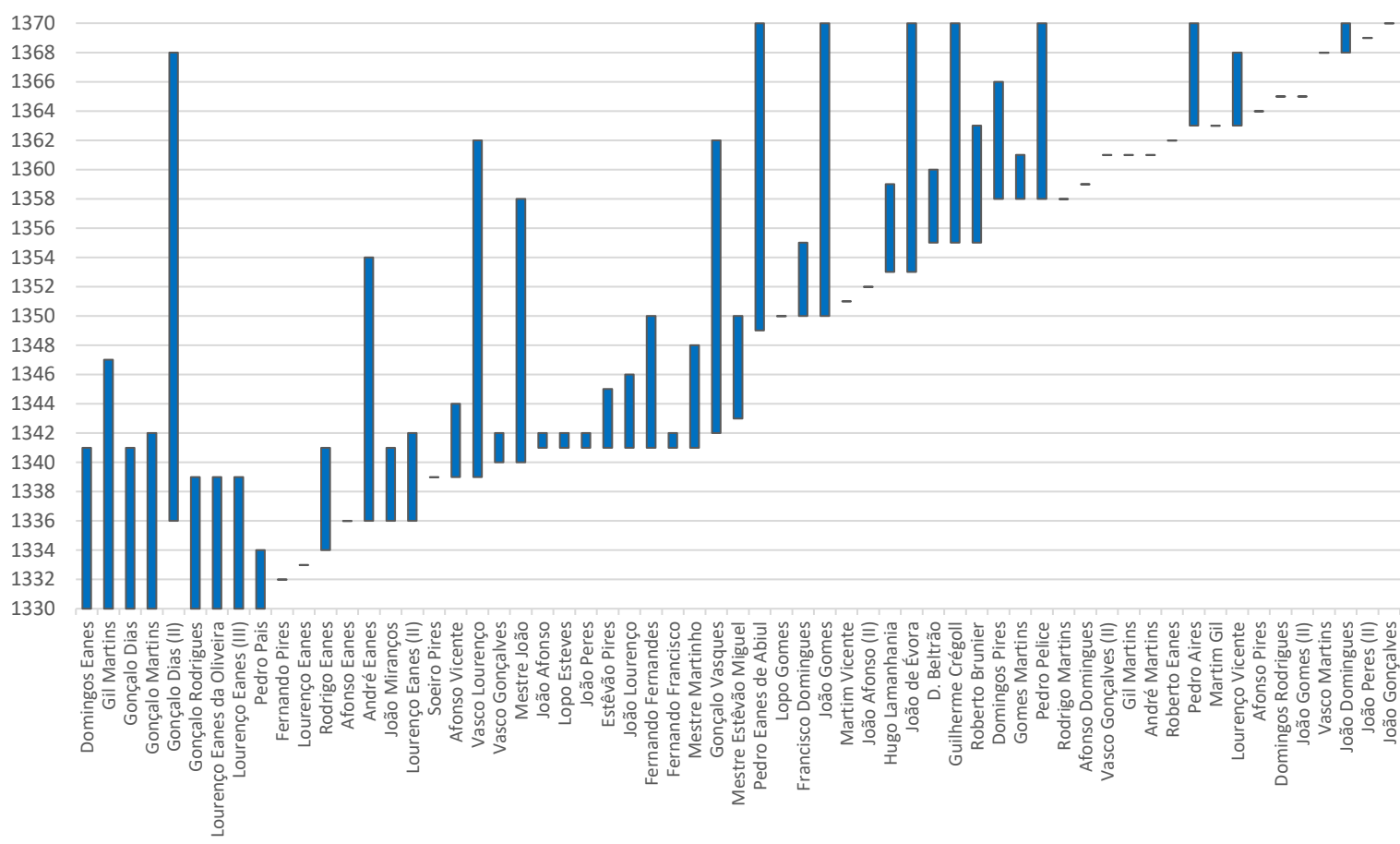
Entre as quatro dignidades presentes no cabido portuense trecentista – deado, chantrado, mestre-escolado e tesouraria – todos os que estavam em funções imediatamente antes da Peste, continuaram nos anos seguintes. Assim, mesmo estando menos documentada do que os cabidos de Braga e Évora, a cúpula do clero capitular portuense revela um impacto bem menor do que aquele que se abateu sobre Braga, por exemplo; porém, no que diz respeito ao conjunto capitular, no seu todo, apenas podemos provar a sobrevivência de 1/7 dos indivíduos, um valor impressionante. Este contraste não pode ser generalizado sequer às cidades onde estes grupos de eclesiásticos se encontravam, mas apenas e só aos seus grupos que, sob determinadas circunstâncias e condicionantes, enfrentam a doença com maior ou menor intensidade. Quer coincidam quer não com as respetivas realidades locais, o clero capitular de Braga parece ter sido ainda mais afetado do que o do Porto, e é inegável que uma rutura dessa dimensão terá consequências na vida da catedral e de toda a arquidiocese durante anos.

Voltando o olhar para a terceira catedral em estudo, e aproveitando o catálogo prosopográfico compilado por Hermínia Vasconcelos Vilar, terá o cabido de Évora

sofrido um impacto semelhante a alguns dos seus congéneres do Entre-Douro-e-Minho?
 Poderá não revelar qualquer impacto da doença?

Gráfico 89 - Carreiras do canonicato da Sé de Évora (1330-1370)

Gráfico 89 - Canonicato de Évora (1330-1370)



Dos trinta e um cónegos documentados entre 1330 e 1348, sete são referidos após 1349 (22,6%). Uma fonte particularmente rica, o *Livro de Despesas do Prioste*¹¹⁵⁵, fornece-nos uma contabilidade do cabido eborense para os anos de 1340-41, pelo que nos dá a conhecer com muito mais rigor do que o habitual o conjunto dos cónegos, através dos registos de distribuições. Assim, temos vinte cónegos documentados para esses anos, que para muitos representam os únicos registos sobreviventes. No que toca a mortes confirmadas, temos o caso dos cónegos providos em 1349, 1350 e 1351,

¹¹⁵⁵ SOUSA et al. - O Livro das despesas do Prioste..., p. 91-143.

recebendo os benefícios dos seus antecessores falecidos. Ainda que a data da morte dos seus antecessores no benefício não seja explícita, a coincidência é evidente. Vale a pena dissecar alguns casos: o cónego Mestre Estêvão Miguel é referido em 1350, mas já na condição de falecido: é-o na sequência da atribuição da sua prebenda a Vicente Eanes¹¹⁵⁶; assim é possível que tenha morrido antes de 1349. O mesmo se aplica ao cónego Fernando Fernandes, documentado em 1341, e cuja prebenda já se encontrava na posse Francisco Domingues em fevereiro de 1350¹¹⁵⁷. Também o cónego Fernando Domingues está documentado entre 1336 e 1342, mas a sua morte apenas é referida num documento de 1351, podendo ser bastante anterior, também¹¹⁵⁸. A morte por peste que surge de forma quase inequívoca é a de Mestre Martinho. Este cónego recebe autorização régia para adquirir bens a título pessoal, para a sua capela, em fevereiro de 1348, sendo a notícia seguinte uma outra autorização régia datada de março de 1349, dada aos seus testamenteiros, para concluírem essa aquisição¹¹⁵⁹.

As dignidades do cabido de Évora, neste período, eram apenas três: deado, chantrado, tesouraria. O mestre-escolado teve uma evolução peculiar, inicialmente subalternizada, não constituindo uma dignidade do cabido, nem tendo direito a prebenda¹¹⁶⁰. A situação apenas se altera com o estabelecimento do mestre-escola como dignidade, o que ocorre em 1379. Uma quinta dignidade, a do arcediagado, foi criada apenas em 1376¹¹⁶¹. O pequeno número de dignidades e as referências esparsas que são feitas concretamente a este pequeno grupo tornam inconclusiva qualquer ação da Peste.

¹¹⁵⁶ VILAR – *As Dimensões de Um Poder...*, p. 349.

¹¹⁵⁷ VILAR – *As Dimensões de Um Poder...*, p. 351.

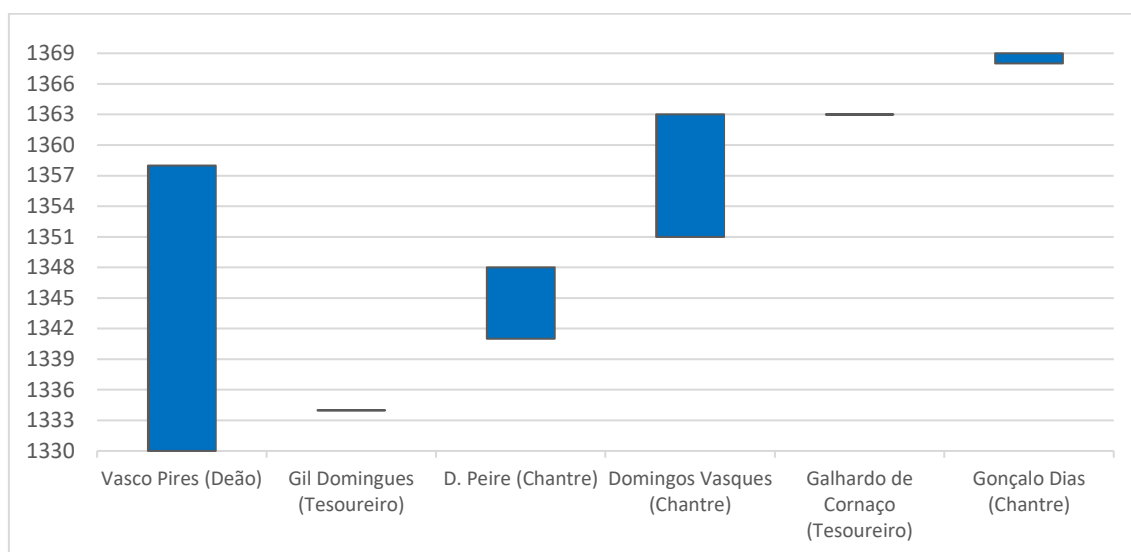
¹¹⁵⁸ VILAR – *As Dimensões de Um Poder...*, p. 350.

¹¹⁵⁹ ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Diversos, Originais diversos, compilados por Baltazar de Faria Severim e por Manuel Severim de Faria, Pasta 3, doc. XXV; VILAR – *As Dimensões de Um Poder...*, p. 384.

¹¹⁶⁰ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um Poder*, p. 156-160.

¹¹⁶¹ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um Poder*, p. 153-156.

Gráfico 90 - Dignidades do Cabido da Sé de Évora (1330-1370)



O deão eborense, Vasco Peres – que não era cónego nessa catedral, mas na de Lamego e, depois da Peste, na de Braga -, manteve-se em funções ao longo de três décadas, sobrevivendo à epidemia¹¹⁶². Da tesouraria, entre 1330 e 1370, resta-nos apenas uma notícia do tesoureiro Gil Domingues, em 1334, e outro do tesoureiro Galhardo de Cornaço, em 1363. O chantrado é a única dignidade que pode ter vagado por morte do seu titular durante a Peste, vitimado pela doença, ou não. Porém, a sucessão de D. Peire, vivo ainda em 1348, faz-se por Estêvão Eanes de Marvão, em data desconhecida; o chantrado deste último só é conhecido por sobreviver a confirmação apostólica da troca desse benefício com o seu sucessor, Domingos Vasques, feita em 1351¹¹⁶³. Não se sabe quando aquele sucedeu a D. Peire, nem em que data foi feita a permuta de benefícios.

Estas dinâmicas não se limitam às dioceses que ocupam o território em estudo. No caso de Lisboa, Mário Farelo deteta não só uma certa rutura entre o antes e o depois da Peste na constituição do cabido, como alterações estruturais importantes: o clero capitular passa a contar, depois da Peste, com um número cada vez mais significativo de clérigos estrangeiros, algo muito raro antes, num claro fortalecimento da influência direta da Santa Sé em grupos eclesíásticos nacionais, anteriormente bem mais endogâmicos nos meios de recrutamento, onde o impacto demográfico no clero

¹¹⁶² VILAR – *As Dimensões de Um Poder...*, p. 350.

¹¹⁶³ VILAR – *As Dimensões de um Poder...*, p. 148.

estabelecido e nas suas redes clientelares terá de ter um papel relevante nesta mudança¹¹⁶⁴. Em termos de mortalidade concreta, as dignidades são paradigmáticas: Mário Farelo prova que cinco das seis dignidades capitulares de Lisboa pereceram na Peste Negra, sendo a exceção o mestre-escola João Palmeiro¹¹⁶⁵.

Por fim, os próprios prelados. Como foi já demonstrado, apesar de se tratar de um grupo privilegiado dentro de outro, o conjunto dos bispos apresenta uma taxa de mortalidade anormal, mesmo tendo em conta a idade com que, por norma, seriam sagrados; pode fornecer-nos mais um indício de uma situação excepcional em curso¹¹⁶⁶. O bispo do Porto, D. Pedro, encontrava-se exilado em Salamanca, depois de um conflito contra o rei e o concelho da cidade que durava há anos. Sobreviveu à Peste Negra. Em Tui, o bispo D. Garcia terá falecido logo em 1348, sendo substituído já no ano seguinte por Gomes Prego¹¹⁶⁷. Em Braga, D. Gonçalo Pereira terá comandado a sua arquidiocese durante a pior fase da epidemia, como testemunha a já referida troca documental com a Santa Sé, mas acabou por falecer na fase final do surto, em dezembro de 1348; se foi vítima da peste, é algo que, por ora, não é possível provar e nem documento algum afirma, ainda que a coincidência seja suspeita. Quanto ao bispo de Évora, Mestre Afonso Dinis, sabemos que sobreviveu, falecendo apenas em 1352.

Uma vez mais, é importante sublinhar que, tendo em conta as suas características próprias, a mortalidade dos diversos setores do clero não pode ser aplicada à população em geral. Contudo, parece ser inegável que a peste se abateu sobre os eclesiásticos de forma transversal, com sinais importantes de mortes no clero regular, como no secular. Neste último, as cúpulas, tradicionalmente mais bem documentadas, revelam um impacto inegável. A maioria dos benefícios serão reocupados num intervalo temporal relativamente rápido, ainda que menos do que o que seria habitual. O clero português parece ter sofrido tanto como a maioria do clero europeu¹¹⁶⁸, e as consequências deste

¹¹⁶⁴ FARELO - *O Cabido da Sé de Lisboa ...*, p. 78-108.

¹¹⁶⁵ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa...*, p. 89.

¹¹⁶⁶ BIRABEN, Jean-Noël - La mortalité des évêques siégeant entre 1200 et 1458 sur le territoire actuel de la France. *Population* 32 :1 (1977), p. 467-80.

¹¹⁶⁷ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 120-123.

¹¹⁶⁸ E por exceção, vale a pena referir o contraste do impacto no clero norueguês, pesadamente atingido, quando comparado com os cleros dinamarquês e sueco, largamente poupados. MYRDAL – *The Black Death...*, p. 80-81.

impacto, da reorganização (possível?) das estruturas e das redes de influência, sentir-se-ão ao longo de décadas.

7.4 – A Peste e a Aristocracia

A fidalguia portuguesa terá, por certo, sentido o efeito da peste. Porém, é difícil apontar casos em que haja uma morte diretamente ligada à epidemia ou efeitos documentados desta no grupo aristocrático. Boa parte do que sabemos diz respeito a nobres que pertencem à elite eclesiástica. Uma vez mais, a ausência de documentação régia para estes anos, assim como a escassa documentação familiar que sobrevive para estas cronologias, impedem uma leitura global de eventuais efeitos. Fica uma nota para um eventual efeito menor, ainda menos sensível pelas mudanças que haviam ocorrido poucas décadas antes, durante o reinado de D. Dinis, com a extinção da linha varonil da maioria das principais famílias nobres do reino, abrindo caminho a uma nova constelação de famílias surgidas a partir de linhas secundárias¹¹⁶⁹.

A maioria da literatura genealógica da Idade Média portuguesa, uma das grandes fontes sobre o grupo aristocrático nos primeiros dois séculos da nacionalidade, é anterior à Peste Negra. Os célebres livros de linhagens encerram o seu ciclo poucos anos antes da eclosão da Peste, com o nobiliário da autoria do conde D. Pedro de Barcelos terminado por volta de 1344, tal como a sua *Crónica Geral de Espanha de 1344* e o seu cancionero de poesia trovadoresca galego-portuguesa¹¹⁷⁰. Para as famílias ligadas ao Entre-Douro-e-Minho e ao Entre-Tejo-e-Odiana, a fonte alternativa está nos cartórios eclesiásticos, sobretudo dos mosteiros, com os quais muitos mantinham relações de patronato.

Um caso inequívoco é-nos revelado por José Augusto Pizarro: Guiomar Martins de Barbosa que, como tantas outras aristocratas – constituindo também boa parte dos nomes referidos individualmente no subcapítulo da mortalidade entre o clero – foi freira, concretamente de Arouca. Neste caso, há referências explícitas à sua morte por

¹¹⁶⁹ PIZARRO - *D. Dinis...*, p. 93-100, 139-160 e 189-200.

¹¹⁷⁰ CINTRA, Luís Filipe Lindley – *Crónica Geral de Espanha de 1344*. In COELHO, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura*, 1º volume (A/M). Porto: Livraria Figueirinhas, p. 240-241; CINTRA, Luís Filipe Lindley – *Livros de Linhagens*. In COELHO, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura*, 1º volume (A/M). Porto: Livraria Figueirinhas, p. 568-569.

peste¹¹⁷¹. Outra aristocrata pertencente a um mosteiro exterior ao âmbito geográfico deste trabalho e possível vítima de peste é a longeva Aldonça Martins de Resende, abadessa de Tarouquela ao longo de quase 60 anos e falecida em abril de 1349, depois de ter estado doente no final do verão e outono de 1348¹¹⁷². Uma última possibilidade, menos provável, é a morte de Lopo Fernandes Pacheco, um dos mais influentes nobres do corte de Afonso IV, tendo passado por quase todos os cargos curiais mais importantes¹¹⁷³, desaparecido em 22 de dezembro de 1349. A data relativamente tardia desencoraja a identificação como uma eventual morte de peste, mas vale a pena anotar este desaparecimento: mesmo tendo falecido por uma causa distinta, seria mais uma baixa de peso no já duramente atingido círculo próximo de D. Afonso IV.

Com as metodologias de recolha e análise de dados aplicadas neste trabalho, não foi possível encontrar provas numerosas de mortes de fidalgos inequivocamente ligadas à Peste. José Augusto Pizarro deteta mais alguns nobres pela última vez em 1348/49, mas nem sempre é possível saber se efetivamente se trata de mortes – de Peste ou outra causa qualquer – ou se é apenas resultado de um percurso menos documentado, como no caso de filhos segundos que nem os nobiliários conheciam. Outros dados indiretos também podem revelar ‘rearranjos’, como o facto de Martim Afonso de Melo (II) surgir casado com Mécia Vasques [Pimentel] de Resende em 1349¹¹⁷⁴, o que poderia traduzir uma rápida recomposição numa sociedade inundada por viúvos em todos os estratos¹¹⁷⁵, tão mais relevante entre a aristocracia quanto se sabe que o casamento é um dos elementos estruturantes desse grupo social. Não podendo ser esquecido neste contexto, o problema do impacto e a eventual influência da Peste Negra nos destinos da aristocracia portuguesa permanecem, para já, dificilmente perscrutáveis.

7.5 – Notícias esparsas da morte entre os não-privilegiados

Ainda que não possamos analisar estatisticamente a mortalidade da Peste Negra, ela *sente-se* através dos documentos. Nos anos que se seguem à Peste, um pouco por

¹¹⁷¹ PIZARRO, José Augusto de Sottomayor - *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, 1999, vol. 1, p. 526-527.

¹¹⁷² PIZARRO – *Linhagens medievais...*, p. vol. 1, p. 307-308.

¹¹⁷³ SOUSA – *D. Afonso IV...*, p. 114-115.

¹¹⁷⁴ PIZARRO – *Linhagens medievais...*, p. vol. 1, p. 574.

¹¹⁷⁵ PIZARRO – *Linhagens medievais...*, p. vol. 2, p. 487.

todo o lado, há testamentos a serem executados ou chamados a demandas – dos quais, em muitos casos, desconhecemos a data de redação exata por falta de traslado completo –, há doações, questões com tutorias e curadorias, ocupações indevidas de terras que vagaram por morte dos seus titulares, entre outras circunstâncias mais excepcionais. Assim, é possível chegar a alguns mortos da Peste, a outros que – sendo impossível o diagnóstico, por omissão – sabe-se terem morrido *durante* a Peste, e também a muitos sobreviventes que nos situam um pouco melhor na imagem geral e permitem estabelecer algumas hipóteses de avaliação quantitativa da mortalidade.

Uma das fontes óbvias é o conjunto de testamentos redigidos no outono e inverno de 1348-49. Por outro lado, esses testamentos também nos fornecem exemplos de sobrevivência próximas das cifras de 50 ou 70%, que parecem fazer sentido noutras zonas da Europa. Para o Entre-Douro-e-Minho, um exemplo paradigmático é o do já referido testamento de Durança Eanes, feito sem a presença de um tabelião no dia 3 de novembro de 1348, em Guimarães, no qual a testadora estabelece Afonso Eanes Missa, mercador e seu marido, como testamenteiro. Quando o seu testamento é publicamente validado, em 17 de fevereiro de 1349, o viúvo e testamenteiro havia já falecido, também, sendo um mercador vimaranense de nome Lourenço Domingues, sem parentesco conhecido com os falecidos testamenteiro e testadora, a pedir essa validação¹¹⁷⁶. Além desta dupla morte familiar, apenas três das sete testemunhas do testamento comparecem, três meses mais tarde, para validar sob juramento as disposições testamentárias de Durança Eanes. Não sabemos se os ausentes terão falecido, mas entre dez intervenientes – testadora e testamenteiro, sete testemunhas e escrivão improvisado -, apenas três estão comprovadamente vivos. Outros exemplos deste tipo são recolhidos também por Conceição Falcão, pelo que me escuso a ser exaustivo¹¹⁷⁷.

Ainda que com notícias tão ou mais fragmentárias, vale a pena referir mortes prováveis em áreas rurais, também. Noutras países e regiões, onde a documentação da gestão dos domínios senhoriais é abundante e relativamente serial, a mortalidade das áreas rurais é uma das mais bem estudadas e conhecidas. Em Inglaterra e Gales, de longe

¹¹⁷⁶ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 17.

¹¹⁷⁷ FERREIRA – *Guimarães. Duas Vilas, Um Só Povo...*, p. 440-445.

as áreas que preservam mais e melhores fontes deste tipo, a historiografia produzida a partir delas conta já com um século de trabalho contínuo¹¹⁷⁸. Em Portugal, porém, não é possível replicar este tipo de estudos, por falta de informação que diga respeito a anos sucessivos e, sobretudo, a anos pré e pós-Peste. Ainda assim, as notícias esparsas ou indiretas revelam a mortalidade elevada também em meio rural. Naquilo que temos de mais próximo dessa documentação senhorial britânica – os conjuntos de enfiteuses e arrendamentos que têm vindo a ser analisados – é possível inferir centenas de mortes.

Como se verá com mais cuidado no capítulo 10, a maioria dos contratos enfiteúticos era feito na forma de emprazamentos de três vidas, ou aforamentos. Uma explosão como aquela que se verificou em Guimarães, com 97 contratos em três anos, pode traduzir-se num exercício simples, falível no rigor mas meramente ilustrativo: tendo em conta a média de três contratos anuais nas quatro décadas que antecedem a Peste Negra, podemos considerar como excecionais 89 dos contratos redigidos nos anos de 1349, 1350 e 1351. Estes 89 – e tendo em conta a predominância de prazos em três vidas – poderiam ter substituído contratos anteriores que, em média, poderiam estar na segunda de três vidas. Isto revela-nos, de uma forma meramente ilustrativa e bastante grosseira, a morte de quase duas centenas de foreiros da Colegiada de Guimarães, na sua maioria residentes rurais, e que terá sido ainda bem maior, pois os novos contratos prosseguem numerosos nos anos seguintes, e muitos bens terão permanecido desocupados ou ilegalmente ocupados ao longo de décadas. A mortalidade rural em nada terá sido inferior à mortalidade urbana. Aliás, num país onde as cidades tinham um peso limitado, e em duas comarcas onde os núcleos urbanos, com poucas exceções, eram pequenos, a esmagadora maioria da população vivia nos campos e uma mortalidade avassaladora de 1/3 ou metade apenas pode ser admitida se incluir uma mortalidade generalizada semelhante nas áreas rurais – o que parece ser o caso, sobretudo no densamente povoado Entre-Douro-e-Minho.

¹¹⁷⁸ Citando apenas alguns exemplos por ordem cronológica, selecionei: REES, William - The Black Death in England and Wales as exhibited in manorial documents. *Proceedings of the Royal Society of Medicine* 16 (1923), p. 24-45; LOMAS - The Black Death in County Durham..., p. 127-140; CAMPBELL - A Fair Field..., p. 60-70; LOCK, Ray - The Black Death in Walsham-le-Willows. *Proceedings of the Suffolk Institute of Archaeology & History* 37:4 (1992), p. 316-37.

ECCLESTONE, Martin - Mortality of rural landless men before the Black Death: the Glastonbury head-tax lists. *Local Population Studies* 3 (1999), p. 6-29.

Independentemente do crescimento da nupcialidade no imediato pós-Peste, sobre o qual se falará com mais cuidado no capítulo 9, é justo acrescentar mais uma variável transformada em obstáculo à reposição populacional, mesmo com uma momentânea explosão de nupcialidade: as sucessivas secas e anos inférteis, agravados por terremotos a sul, poderiam ter colocado em causa o crescimento de uma nova geração numerosa, nascida após 1349. Com a Peste de 1362 e a manutenção deste ciclo de eventos negativos, cristalizado mais tarde pelas Guerras Fernandinas, Interregno e guerras lusocastelhanas dos primeiros anos do reinado de D. João I, o crescimento natural seria sucessivamente anulado, agravado ainda pelos fatores não-naturais que transformavam estagnação em queda da população. Será este conjunto de fatores negativos que passará a integrar, de forma constante, o discurso do povo em Cortes até ao final da Idade Média portuguesa: depurado do seu conteúdo circunstancialmente oportunista ou construído, era um argumento verdadeiro, ao qual o monarca não poderia escapar e com o qual era preciso lidar.

Antes de encerrar este capítulo, vale a pena refletir sobre a questão das mortes indiretas: ao longo de uma epidemia e no seu rescaldo, uma parte das vítimas – por vezes muito significativa – pode sofrer gravemente ou até perder a vida devido a fatores ou eventos relacionados com o fenómeno, mesmo sem ficarem doentes. Não é algo surpreendente, sobretudo num mundo ainda embrenhado nas malhas da COVID-19, mas é importante sublinhar a possibilidade de agravamento do impacto demográfico no período imediatamente subsequente. Um dos fatores, até agora não verificado em Portugal, é o da violência motivada pela Peste. A forma mais frequente na Peste Negra é a da perseguição de bodes expiatórios, com grande destaque para os ataques a judeus, da Catalunha ao Sacro Império, como se verá com mais atenção adiante.

Não havendo indícios de que algo deste tipo tenha acontecido em Portugal, devemos considerar os restantes fatores: um dos mais expressivos será o da mortalidade infantil, motivada pela morte de todos ou da maioria dos familiares diretos, levando a um abandono que pode não ser detetado a tempo por outros familiares, instituições de assistência ou autoridades locais. As crianças estariam particularmente expostas a este tipo de abandono tão trágico, como acidental; uma vez mais, não temos como medir o alcance deste tipo de problemas em Portugal: os únicos casos

documentados são os opostos, os bem-sucedidos onde temos tutores nomeados pelo concelho para cuidar de órfãos e gerir os seus bens até à maioridade¹¹⁷⁹. Sendo mais uma questão em aberto, é possível que também aqui a arqueologia e a antropologia possam colmatar as falhas que a história documental não supera.

7.6 – A Peste e a família real

Apesar de, como vimos, a Peste poder ter sido responsável pelo desaparecimento de um grande número de oficiais régios que acompanhariam o monarca de perto em boa parte do tempo, a família real parece ter escapado ilesa. De facto, a única cabeça coroada europeia ocidental¹¹⁸⁰ que terá perecido no surto inaugural da Segunda Pandemia foi Afonso XI de Castela, já em março de 1350 e num contexto de cerco militar prolongado que os castelhanos haviam imposto à ainda islâmica Gibraltar¹¹⁸¹. Será preciso esperar pela Dinastia de Avis para assistirmos à morte de uma rainha – D. Filipa de Lencastre, em 1415 -, e de um rei, seu filho – D. Duarte -, vítimas de peste, se acreditarmos no diagnóstico da época.

Como é sabido, quer o rei, quer a rainha, sobreviveram à Peste, ainda que, como vimos, seja muito difícil traçar o seu itinerário não só ao longo dos meses mais críticos da Peste, como no ano que se seguiu. No que diz respeito ao infante D. Pedro, herdeiro da coroa e já com quase trinta anos quando eclode a Peste Negra, é missão quase impossível localizá-lo, por não sobreviverem registos da chancelaria do Infante antes de

¹¹⁷⁹ É disso exemplo a nomeação que Nicolau Domingues, ouvidor de Guimarães, faz de João Fernandes do Castelo como tutor de Margarida e Constança, órfãs de João de Sousa e de Geralda Gonçalves, no dia 3 de fevereiro de 1349. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 32, n.º 32; logo em 15 de abril seguinte, temos referência a Fernando Eanes, tutor das filhas de Gonçalo Eanes Barba, que receberia em nome delas parte de um foro que as ditas órfãs partilhavam com o Cabido de Guimarães, e que havia ficado à corporação vimaranense por legado da já referida Duração Eanes: AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 70. Estas e outras ocorrências do mesmo género foram já proveitosamente reunidas por Conceição Falcão Ferreira na sua tese de doutoramento: FERREIRA – *Guimarães. ‘Duas Vilas, Um Só Povo’...*, p. 440-445.

¹¹⁸⁰ Na Europa de Leste, podemos referir a morte do grão-duque de Moscovo, Simão I (r. 1340-1353), no derradeiro ano da propagação da Peste Negra, enquanto na família imperial bizantina se regista a perda do filho mais novo do imperador João VI Cantacuzeno (r. 1347-1354), Andronikos; deposto, o próprio imperador encarregar-se-á de escrever uma história bizantina das décadas anteriores, que inclui uma singular descrição da Peste Negra em grego. SHAMILOGLU – *The Impact of Black Death...*, p. 329; BARTSOCAS, Christos - Two fourteenth century Greek descriptions of the ‘Black Death. *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences* 21 (1966), p. 394-400.

¹¹⁸¹ RECUERO-LISTA, Alejandra - *El reinado de Alfonso XI de Castilla (1312-1350)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2016. Tesis de doctorado en Historia, p. 480-481.

subir ao trono e serem escassas as cartas avulsas desse período. Há uma exceção a registar, preservada no Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo, com a notícia de que o infante esteve em Vila Flor em março de 1348, ainda assim antes da eclosão da epidemia¹¹⁸². Já viúvo, teria sempre Inês de Castro próxima de si, como indica o possível nascimento de três dos quatro filhos do casal entre 1350 e 1354, D. Afonso (falecido pouco depois de nascer), D. Beatriz e D. João¹¹⁸³. É possível, assim, que Inês Castro tivesse atravessado a derradeira fase da Peste grávida.

Entre os restantes infantes, sobreviviam nas vésperas da Peste apenas D. Maria, rainha de Castela e esposa do já referido Afonso XI, motivo de longas quezílias entre os reis português e castelhano pela forma desrespeitosa como era tratada pelo seu marido¹¹⁸⁴, e D. Leonor, rainha de Aragão por casamento com o rei aragonês Pedro IV. Entre ambas as rainhas, D. Maria sobrevive, apesar de enviuvar, mas D. Leonor não resiste. Pouco mais de um ano depois de se casar com o monarca aragonês, a 15 de novembro de 1347, a rainha morre de peste, no caminho de Teruel para Jérica, em Aragão, a 30 de outubro de 1348¹¹⁸⁵. Fruto do temor da Peste, havia já feito o seu testamento um mês e meio antes de morrer, numa altura em que contaria apenas 20 anos. A sua morte é comunicada oficialmente ao rei e à rainha de Portugal por carta do rei aragonês, datada de 3 de novembro de 1348, e preservada nos registos de chancelaria da Coroa de Aragão¹¹⁸⁶. A notícia poderá ter chegada à Corte portuguesa ainda no final desse mês, ou um pouco mais tarde – tendo em conta a mais que provável desestabilização dos circuitos de correspondência neste período -, mas deverá tê-lo feito ainda em 1348, numa altura em que boa parte do reino se encontrava na fase mais intensa da epidemia. Os originais enviados para Portugal perderam-se, como toda a correspondência diplomática da Coroa portuguesa neste período, mas o registo aragonês sobrevive.

¹¹⁸² CARQUEJA, Maria da Assunção - *Documentos medievais de Torre de Moncorvo*. Torre de Moncorvo: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2007, p. 100-101.

¹¹⁸³ SOUSA – *D. Afonso IV...*, p. 166.

¹¹⁸⁴ SOUSA – *D. Afonso IV...*, p. 189-209.

¹¹⁸⁵ RODRIGUES, Ana Maria S. A. - Un destin interrompu : Aliénor de Portugal, brève reine d'Aragón. Etudes Roussillonaises. *Revue d'histoire et d'archéologie Méditerranéennes* XXV (2013), p. 89-96.

¹¹⁸⁶ LÓPEZ DE MENESES – *Documentos acerca de la peste negra...*, p. 324-325, doc. 40; *La muerte en la Casa Real de Aragón. Cartas de condolencia y anunciadoras de fallecimientos (siglos XIII al XVI)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2018. ISBN: 978-84-9911-485-9.

A Peste acabou por poupar a família real portuguesa em Portugal, mas foi fatal para uma infanta portuguesa além-fronteiras. O rei, a rainha e o infante sobrevivem, mas muitos outros portugueses terão perecido.

8 – A reação institucional

As populações que sobreviveram à Peste foram testemunhas de um evento de uma dureza rara e um impacto inegáveis, ainda que dificilmente mensuráveis. É difícil saber se a generalidade dos homens e mulheres que atravessaram os anos de 1348 e 1349 sem serem contagiados, ou sendo-o, mas curando-se, assumiu imediatamente que aquele evento era *único*, e se foi assumido que o futuro traria um regresso aos padrões anteriores à epidemia. A reação das instituições e da Coroa, no entanto, parece sugerir que há uma rutura de certos padrões, ou um desrespeito muito mais frequente e que urge contrariar, dos contratos enfitêuticos aos salários, das ocupações ilegais de terras e imóveis urbanos ao abandono inconsequente de contratos.

8.1 - A Coroa reage

O impacto da Peste deverá ter causado uma profunda impressão em todos os sobreviventes. O poder régio, nas suas diversas dimensões e tentáculos, terá tido uma dupla necessidade de intervenção: em primeiro lugar, como poder máximo de justiça e legislação, agindo para reorganizar e estabilizar; em segundo lugar, como árbitro e última instância, reagindo às mais diversas solicitações de indivíduos, populações e instituições. Se o plano da justiça é o que surge mais evidente - como garante fundamental da conceção medieval de sociedade - outros, menos acessíveis, deverão ter tido o seu papel: a manutenção possível das estruturas de fiscalidade¹¹⁸⁷, a substituição tão breve quanto possível dos oficiais falecidos com ou durante a epidemia, etc.

A Coroa portuguesa não terá agido de forma distinta das suas congéneres ibéricas, como a cronicamente bem documentada Coroa aragonesa¹¹⁸⁸, mas a ausência de

¹¹⁸⁷ Uma vez mais, também no caso da fiscalidade, podemos olhar para os casos além-fronteiras que, não podendo ser transpostos para Portugal, ou comparados por falta de fontes, fornecem exemplos interessantes de ação das elites governantes. No caso francês, por exemplo, o início da Peste impediu a recolha de um enorme subsídio à Coroa com vista a uma retaliação contra os ingleses, acabando por levar o rei francês a ir reduzindo consideravelmente, ou mesmo cancelando, sucessivas parcelas regionais, até pura e simplesmente não ser recolhido. Apesar deste fracasso, em poucos anos as receitas fiscais estavam genericamente recompostas: HENNEMAN, John B. - The Black Death and royal taxation in France, 1347-1351. *Speculum* 43 (1968), p. 405-28; na República de Siena, onde o governo da cidade era responsabilidade de uma elite de cidadãos, a normalidade fiscal também estava recomposta por volta de 1353: BOWSKY, William M. - The impact of the Black Death upon Sieneze government and society. *Speculum* 39 (1964), p. 21-22.

¹¹⁸⁸ SHIRK - The Black Death in Aragon..., p. 357-367.

registos de chancelaria nestes anos limita consideravelmente o estudo da ação régia direta. Sobram, no entanto, diversos diplomas régios avulsos, preservados nas instituições às quais se dirigiram, tratando de assuntos concretos e locais ou gerais, sem dúvida relacionados com os problemas criados pela Peste. Sobram-nos, porém, alguns diplomas legislativos fundamentais, diretamente relacionados com a reação à Peste Negra, promulgados pelo monarca em 1349 e preservados até hoje no *Livro das Leis e Posturas*¹¹⁸⁹.

As intervenções da Coroa serviam tanto para fazer cumprir a lei e os costumes, como no caso em que intervém, a pedido da Colegiada de Santa Maria de Guimarães, ordenando que todos os enfiteutas devem retomar e respeitar os contratos em que são parte¹¹⁹⁰, como para abrir exceções por mercê régia, face a dificuldades levantadas por uma catástrofe igualmente excepcional – como quando, já fora do nosso âmbito geográfico mas de forma ilustrativa, o rei permite que as freiras do Mosteiro de Lorvão adiem a venda de bens que lhes ficaram por morte de companheiras ou outros doadores além daquilo que a lei permitia¹¹⁹¹.

Uma das vertentes em que a Peste Negra tem sido estudada é na sua influência na produção legislativa e normativa dos territórios afetados. A motivação destes textos jurídicos é diversa, mas o propósito é quase sempre reativo: fazer face ao despovoamento ou a movimentações inéditas de população, a costumes e práticas enraizadas e agora entendidas como reprováveis ou perniciosas, como resposta a desafios laborais, comerciais, produtivos, sociais, etc., concretamente relacionados com a realidade que emerge de um evento como a Peste Negra. A separação que aqui é feita é meramente operativa: há leis e normas que foram sendo referidas nos capítulos que se debruçam sobre temas de economia ou sociedade, por exemplo. É obrigatório, contudo, olhar para o conjunto da produção legislativa régia para tentar compreender quanto dessa legislação pode estar direta ou indiretamente relacionada com o reordenamento socioeconómico do pós-Peste.

¹¹⁸⁹ *Livro das Leis e Posturas*, p. 437-453.

¹¹⁹⁰ Ainda que, neste caso, o documento apenas tenha sido emitido em agosto de 1350, em Óbidos, provavelmente depois de um primeiro ano de incumprimento generalizado. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 1, n.º 40.

¹¹⁹¹ COELHO – *O Baixo Mondego...*, p. 24.

Procurando salvaguardar a função primordial do rei - o exercício da justiça, o seu funcionamento e a sua transparência – o rei começa por publicar uma ordenação que procurava combater os abusos de advogados e procuradores face àqueles que representavam, através do prolongamento indevido das demandas e da exigência de pagamentos não só de honorários, como de víveres¹¹⁹². Não é clara a influência da Peste Negra nesta ordenação sobre um problema que começa muito antes e se prolongará por séculos, mas trata-se do primeiro texto legislativo régio produzido depois da Peste, e a intenção pode passar não só pela necessidade premente de uma lei neste sentido, agravada ainda mais pelas circunstâncias excepcionais, mas também pela marcação de uma posição, possibilitando um recomeço de ciclo com a retoma da atividade judicial pós-epidemia.

Os textos legislativos seguintes relacionam-se de forma mais direta com os problemas práticos levantados pela Peste Negra. A ordenação sobre a publicação de testamentos, datada de 21 de maio, em Alenquer, terá sido resultado de meses de abusos e irregularidades por parte dos agentes públicos envolvidos no processo de publicação e consequente execução das derradeiras vontades dos muitos milhares que, tendo morrido com a doença, ou apenas durante a Peste, tiveram ainda oportunidade de mandar redigir – ou redigir pelo próprio punho – o seu testamento¹¹⁹³. Os abusos que ecoam no texto constituem acusações graves: remetem concretamente para os vigários das dioceses de Coimbra, Viseu, Guarda, Lamego, assim como da arquidiocese de Braga. Muitos testamentos estariam a ser ‘desviados’ da publicação legal, feita perante as autoridades municipais locais ou outros representantes do rei, obrigando os herdeiros ou testamenteiros, sob pena de excomunhão, a publicar os testamentos perante os ditos vigários, com obrigação de serem trasladados em públicas-formas com selos episcopais, pelos quais cobravam oito soldos. O rol de ilícitos prossegue, com gravidade crescente: as testemunhas convocadas para validar o testamento não seriam, com frequência, as incluídas no testamento original, e até os familiares próximos do falecido seriam constantemente privados de assistir à publicação do documento; os vigários nomeariam novos testamenteiros para executar as últimas vontades de alguém,

¹¹⁹² *Livro das Leis e Posturas*, p. 437-439.

¹¹⁹³ *Livro das Leis e Posturas*, p. 440-442.

quando os testamenteiros nomeados pelo testador estavam ainda vivos; estariam até a atribuir testamenteiros a pessoas cujos bens, morrendo sem testamento e sem herdeiros conhecidos, reverteriam legalmente para a Coroa. A estas e outras ilegalidades, o rei responde com a obrigação de todos os testamentos publicados perante os vigários terem de o ser novamente perante os oficiais do rei, decretando a prisão daqueles que continuem a procurar os vigários para o fazerem, ao mesmo tempo que determina que os vigários e os seus escrivães deverão devolver tudo o que reuniram ilicitamente através das práticas proibidas pela ordenação, tanto de selos como de escrituras e publicações. A recusa em o fazer traduzir-se-ia numa ação legal perante os juízes civis.

Curiosamente, entre essas cinco dioceses, os vigários estariam a agir, ou tinham agido, como vigários em sede vacante, fosse por morte do bispo e arcebispo – Lamego e Braga, respetivamente¹¹⁹⁴ – fosse por demora na substituição da cátedra vaga por transferência – caso da Guarda, cujo bispo, Afonso Dinis, fora transferido para Évora em 1347 e substituído apenas em 1349. Essa ação como plenipotenciários locais, temporários, mas sob circunstâncias excecionais e inéditas, terá levado aos abusos graves que, desrespeitando o costume, o direito comum, os oficiais do rei – e o próprio rei – deveriam ser combatidos e punidos em caso de reincidência. Se os homens que estavam na cúpula das estruturas eclesiásticas sentiram uma oportunidade extraordinária de expandir o seu raio de ação e beneficiar as suas igrejas, o rei reagiu, ordenando secamente que as práticas ilícitas que se pareciam estar a generalizar nesses territórios, durante esses meses, cessassem de imediato. De facto, a ausência de notícias posteriores sobre este conjunto de ilícitos parece sugerir que a ordenação terá sido devidamente cumprida na maioria dos casos. Os clérigos terão percebido que a Coroa continuava na posse de todos os seus poderes e deveres, e estes continuariam a ser aplicados e executados como até então, ainda que numa realidade diferente.

As restantes ordenações datadas de 1349 são igualmente reativas. No primeiro caso, o rei determina que as execuções com origem em empréstimos concedidos por judeus a cristãos sejam suspensas, até que a legalidade desses processos, individualmente,

¹¹⁹⁴ As mortes do arcebispo e restantes bispos foram tratados no subcapítulo 7.3.

possa ser apurada em confronto com a legislação prévia (produzida no reinado de D. Dinis), dedicada à questão, cuja recolha e análise o rei já ordenara¹¹⁹⁵. Datada de julho, esta ordenação revela-nos que as justiças locais estariam já a retomar a plenitude das suas funções, mas estas estariam dificultadas tanto pela falta de indivíduos capazes e acumulação de processos, como pelos novos questões e desafios levantados concretamente pela Peste, como a já referida matéria de publicação de testamentos. Para garantir a correta aplicação da lei e do exercício da justiça, o rei ordena a suspensão de todos os processos. Uma vez mais, a reação régia atua diretamente e sobre cada um dos processos. Em 1349, os juízes das vilas e cidades estariam certamente concentrados num pequeno conjunto de tarefas avassaladoras: fazer publicar e executar testamentos, nomear tutores e curadores e regularizar um conjunto de situações criadas ou empoladas pela Peste, como esta matéria de execuções sobre empréstimos vencidos, ou onde, tendo uma ou ambas as partes falecido, as respetivas famílias procurariam regularizar e salvaguardar questões patrimoniais e legais.

A segunda lei exarada em Leiria no mesmo mês diz respeito também a contratos usurários encobertos, que deveriam estar a causar problemas. A proibição destes contratos atempados agora proibidos dizia respeito àqueles que eram feitos entre judeus e mouros, judeus e cristãos, mouros e judeus ou mouros e cristãos. Os contratos de penhores disfarçados como compras e vendas teriam conduzido muitos à pobreza, e eram vistos não só como um desrespeito pela legislação geral, mas também um risco e uma ameaça à produtividade de terras e ofícios. As penas são severas, e o detalhe dedicado à redação do texto legislativo revela tanto a multiplicidade de cenários, como as diversas artimanhas empregues na atividade ilegal da usura¹¹⁹⁶, oficialmente recusada mas praticada em permanência por cumprir uma função e suprir necessidades que a realidade sobrepunha à lei e à moral.

A análise ao conjunto das leis da Peste encerra com um grupo não datado, mas inequivocamente produzido após a Peste Negra, provavelmente ao mesmo tempo que as ordenações anteriores estavam a ser redigidas e promulgadas. Como vimos no capítulo 4, a legislação régia destinada à regulamentação do trabalho, ao combate à

¹¹⁹⁵ *Livro das Leis e Posturas*, p. 440-442.

¹¹⁹⁶ *Livro das Leis e Posturas*, p. 442-448.

mendicidade e à fixação de mão-de-obra nos campos é anterior à Peste Negra, recuando pelo menos até ao período de fome e carestia de 1331-1333. Com o problema previamente existente a ser agravado, também Portugal teve a sua legislação de trabalho concretamente dedicada aos problemas levantados pela Peste Negra nos anos subsequentes, como o célebre conjunto inglês da *Ordinance of Labourers* e consequente *Statute of Labourers*, de 1349 e 1351, respetivamente. A legislação laboral é aquela em que a ação régia portuguesa pode ser proveitosamente comparada às suas congéneres internacionais. As leis de que antes se falou dizem respeito a situações concretas da realidade portuguesa imediatamente posterior à Peste Negra, e não a um conjunto de problemas levantados de forma transversal em toda a Europa, como foi o caso da diminuição drástica da mão de obra e consequente inflação de salários e honorários. No caso do aumento extraordinário de salários, porém, mesmo tratando-se de um problema transversal, a legislação destinada ao seu controlo não foi produzida em todos os reinos e unidades políticas europeias e, onde foi, possui diferenças importantes que refletem as circunstâncias próprias de cada paragem – regiões distintas respondem a problemas semelhantes de formas diferentes¹¹⁹⁷.

A legislação laboral portuguesa do pós-Peste inicia-se em três frentes: os que abandonavam os seus mesteres com o intuito de se tornarem proprietários, usufruindo de heranças; os que mendigavam sem ter um impedimento físico para o trabalho, enfim, os que pediam soldadas muito superiores às que auferiam anteriormente¹¹⁹⁸. Os textos são relativamente curtos e o detalhe deste pequeno *corpus* legislativo laboral português está longe do dos seus congéneres franceses, por exemplo, sendo também bem menor do que o inglês, o aragonês e o castelhano. O conteúdo, resposta resumida a vários problemas, porém, vai ao encontro àquilo que que feito um pouco em todas as paragens: na primeira parte, inclui não só os trabalhadores rurais, mas também os mesterais, responsáveis pelo essencial do setor de transformação. Na linha da intervenção régia direta, o rei ordenou que em cada freguesia se elegeisse um par de

¹¹⁹⁷ Isso mesmo defende e demonstra Samuel K. Cohn, ao estabelecer um estudo comparativo entre os principais conjuntos legislativos deste tipo, produzidos em França, nas Ilhas Britânicas, no Norte de Itália e na Península Ibérica. Não só a comparação, como as ausências – Inglaterra aprova a já referida extensa legislação, mas a Escócia não teve qualquer lei deste tipo, por exemplo – são tidas em conta. COHN, Samuel K. - After the Black Death: labour legislation and attitudes towards labour in late-medieval Western Europe. *Economic History Review* 60 (2007), p. 457-85.

¹¹⁹⁸ *Livro das Leis e Posturas*, p. 448-452.

homens-bons que, jurados, fizessem o registo dos indivíduos, da sua atividade pré-Peste e da sua situação pós-Peste: se as heranças recebidas os colocassem num estrato social superior, deveriam tomar uma nova atividade condizente, mas assumi-la; se atingiam um novo nível de riqueza que os incluísse no grupo que deveria servir o rei com cavalo, pois então que adquirissem o cavalo, as armas e se integrassem devida e legalmente neste grupo. Mais do que travar um aumento generalizado de salários, esta ação parece procurar restaurar uma ordem social profundamente abalada pelos efeitos da Peste, resultando numa desordem que, por certo, agravava o alarme social provocado pela doença propriamente dita. O alcance é mais do que económico – e, se aqui também há paralelo com outras paragens, porque manter trabalhadores com os seus salários prévios é também mantê-los *no seu lugar* na sociedade – a legislação portuguesa vai mais longe. Trata-se de uma linha de ação que D. Afonso IV já havia assumido muito antes. A célebre *Pragmática de 1340* é exemplo disso mesmo, mesmo num contexto europeu que conheceu antes outras leis sumptuárias.

O que o rei propõe tem um alcance extraordinário. Apesar da sua pequena área, Portugal tinha milhares de freguesias, e a mobilização que o rei define através desta ordenação poderia representar um contingente que poderia atingir milhares homens no terreno a produzir um livro ou um caderno de registos em cada local de ação. Não há como saber quantas freguesias chegaram a concretizar o que foi determinado – ainda que haja eco desta ordenação nas Cortes de Lisboa de 1352, este parece já reduzir o alcance da ordenação às cidades, principais vilas e respetivos termos¹¹⁹⁹ –, mas a atomização da ação régia direta em Portugal não parece ter paralelo com o que acontece nos outros reinos onde foi passada legislação laboral. Esta originalidade acentua-se no ponto concretamente dirigido aos assalariados: o rei não procura fixar

¹¹⁹⁹ No prólogo dos capítulos gerais, diz o rei que "nos porque ssoubemos que as çidades e vilas e logares do nosso senhorio nom eram pobradas como ssuijam e deuijam de sser nem as herdades leuradas nem aprofiejtadas como compria. E outrossi porque nos ffoy dicto que os nossos offiçiaaes mandamos dizer aos conçelhos de totalas çidades do nosso senhorio e d'algvas vilas asiignaladas que entendyamos que melhor e mays compridamentenos poderiam dizer e emffornar per qual guisa as dictas çidades vilas e logares poderiam sseer tornadas a sseu estado e os agrauos corregudos que lhis eram factos per esses nossos offijçiaaes que nos enuijassem dous homens boons de cada huu desses conçelhos pera veermos o que nos dissessem e ordijnharmos sobre elo o que entendessemos que era mays sserviço de deus e nosso prol da nossa terra os quaes elles escolherom e da ssa parte veeram a nos. E mandamos-lhjs que acordassem todos ssobre as dictas cousas." - *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357) ...*, p. 123-137.

valores de salários ou impedir subidas, mas sim fixar em períodos anuais a mão de obra constituída por mancebos, mancebas e servidores – quando a maioria procuraria agora servir à semana ou ao mês, garantindo assim liberdade de circulação e, conseqüentemente, liberdade para procurar quem pagasse mais. Não seria tanto o valor das soldadas, como a imprevisibilidade da oferta de mão de obra e conseqüente perigo das culturas e gados, que levaria o rei a agir neste domínio.

Na letra da lei, o rei comporta-se como árbitro face a este problema agudo e a uma escala inédita, situando-se acima da querela, não toma partidos: se os servidores deveriam ser obrigados a servir por um ano inteiro, garantindo a estabilidade e o sucesso das produções, a ordenação é explícita sobre a obrigação de os senhores e proprietários cumprirem igualmente as suas obrigações, pagando a soldada justas a estes trabalhadores, sob pena de compensações extraordinárias – a aplicação da lei, por um lado, e a imparcialidade régia, por outro, traduzir-se-ão por certo numa realidade distinta do ideal fornecido pela texto legislativo. A dureza das medidas para os trabalhadores estava longe de ser equivalente à legislação castelhana e aragonesa, por exemplo, que não previa sequer a obrigação de os que contratavam assalariados lhes proverem alimentação, num dia de trabalho definido como da aurora ao crepúsculo, acabando por impor um duplo corte nos rendimentos reais do trabalho¹²⁰⁰.

Como exemplo da ação distinta que podia ser encontrada em territórios europeus com formas de governação distintas, a república oligárquica de Florença promulgou leis altamente repressivas contra os trabalhadores rurais, renovadas com agravantes várias vezes na década e meia que se seguiu à Peste Negra, até à *Pestis secunda*; sendo depois diametralmente revertidas, quando o seu alcance se revelou contraproducente, aproximando a legislação florentina da de outras cidades-estado italianas, que cedo perceberam que o repovoamento dos seus territórios e a manutenção da sua riqueza passava por fixar mão de obra, tanto rural, como urbana¹²⁰¹. Numa Florença governada pela elite financeira e comercial, a balança desequilibrava absolutamente para os habitantes do *contado*, ainda que, como sempre, seja difícil conhecer o alcance real da

¹²⁰⁰ COHN - After the Black Death..., p. 464.

¹²⁰¹ COHN - After the Black Death..., p. 473-473.

aplicabilidade desta legislação, tanto hostil como favorável¹²⁰². A moderação e flexibilidade da legislação portuguesa revela habilidade por parte da Coroa – exigir demais e promover legislação não aplicável apenas colocaria em causa o seu papel; não agir, revelaria uma incapacidade inadmissível do poder régio. Uma vez mais, a conceção da lei é hábil – os resultados desta, difíceis de ler, poderão ter sido muito distintos.

Esta legislação laboral seria vigiada e garantida pelos representantes do poder régio a nível local, os municípios – que o rei, anos antes, reformara e acrescentara, com a criação do cargo de vereador – conhecedores das idiossincrasias de cada vila, cidade e terra, guardiães e produtoras das posturas locais que, aí sim, definiriam preços de bens e serviços, assim como salários e honorários, de acordo com a realidade de cada local. Uma vez mais, o cenário ideal seria depois submetidos aos interesses das elites concelhias, cada vez mais definidas e das quais os assalariados estavam ausentes. A ação régia desce ao nível da freguesia e da paróquia, mas delega e promove as estruturas de poder locais que, como contrapeso a eventuais abusos ou desleixos, terão ainda mais um oficial régio a atuar junto de si: o juiz de fora, do qual se falará adiante.

Nota ainda para a legislação que *não houve*. Não havendo uma tentativa centralizada de fixação de salários, também parece estar ausente, tanto quanto nos é dado a saber pelas fontes sobreviventes, uma fixação de preços. A leitura desta ausência é pouco mais do que especulativa, mas poder-se-á assumir que nem os preços, sobretudo dos produtos agrícolas, caíram tanto que se justificasse uma fixação legal de preços, nem terão subido artificialmente de forma generalizada, obrigando à intervenção da Coroa ou dos municípios. Um equilíbrio instável, hipotético mas verosímil.

Além da legislação, a ação régia no contexto pós-Peste, e por esta diretamente motivada, é marcada por outra já referida novidade: a introdução de um novo elemento no seu oficialato, que terá larga fortuna cronológica e será sempre alvo de reações contraditórias – ainda que maioritariamente negativas, se fizermos fé nos procuradores do Povo às cortes – por parte das populações: o juiz de fora. Tendo sido um cargo existente apenas de forma esporádica e com pouca expressão territorial desde reinados

¹²⁰² COHN - After the Black Death..., p. 468-472.

anteriores, a sua presença generalizou-se, tornando-se obrigatória e transversal a todo o território do reino¹²⁰³. Numa rara relação argumentativa inequívoca entre uma ação régia - a imposição de uma 'nova' figura de justiça - e a peste, o rei justifica-se com a necessidade de aplicar a justiça e com as garantias de imparcialidade e honestidade que um elemento externo à comunidade parecia oferecer, em caso de contenda, elaborando argumentos e dando a sua decisão como tomada. O sexto artigo dos capítulos gerais do povo, proveniente das Cortes de Lisboa de 1352, é inequívoco. Respondendo às queixas dos concelhos contra a existência dos juízes-de-fora, mantidos pelos bens de cada concelho, o rei diz que o seu objetivo é precisamente garantir uma justiça melhor, e

"porem nos mouemos de poer hj esses juizes espizcialmente per rrazom dos testamentos dos que hj passarom na pestelença que deus deu pouco tempo ha em terra pera se seerem compridos per esses nossos juizes como ffoij voontade dos passados porque achamos que ante desso em alguus logares nom sse fazija em elo o que deuija de sij pera desenbargar mujtos ffectos antijgos que eram pera desenbargar e pera mostrar e enformar os naturaas de terra como ssem delonga nenhua pela verdade como senpre ffoij e he nossa voontade desenbargassem os fectos quando hj ffossem juizes e nom o fizemos por outra prol que ende ouuessemos maijs teemos que por o sseruiço que nos hj fezerom ouuemos e auemos rrazom de lhjs fazer merçe."¹²⁰⁴.

O alcance da medida vai muito além da ocorrência devastadora, mas episódica da Peste Negra; o rei percebeu a oportunidade, e implementou um oficial que representa uma violação flagrante das jurisdições locais e um encargo para a fazenda dos concelhos, com um alcance muito maior do que as consequências da epidemia exigiriam¹²⁰⁵. A Peste é bem mais do que uma causa: é um pretexto perfeito.

Este magistrado recebeu atenção da historiografia portuguesa ao longo dos últimos dois séculos e meio. Da *Memória* de José Anastácio de Figueiredo, publicada em 1792¹²⁰⁶, ao projeto JUSCOM, coordenado por Adelaide Millán Costa e concluído em

¹²⁰³ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 482-483;

¹²⁰⁴ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357) ...*, p. 123-137.

¹²⁰⁵ FARIA, Diogo - Juízes indesejados? A contestação aos juízes de fora no Portugal medieval (1352-1521). *Cadernos do Arquivo Municipal* 2ª Série, 2 (julho - dezembro 2014), p. 20-24.

¹²⁰⁶ FIGUEIREDO, José Anastácio – Memória sobre a origem dos nossos Juizes de Fóra. In *Memorias de Litteratura Portugueza*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792, Tomo I, p. 31-60.

2015¹²⁰⁷, esta longevidade demonstra a importância desta figura. O juiz de fora, cuja generalização recai na intenção explicitada pelo rei, tinha uma dupla vantagem: imediatamente, permitia ao rei que os feitos ouvidos localmente o pudessem ser aplicando a legislação régia de forma tão fiel quanto possível, com uma constância que não era possível a um corregedor, por exemplo; por outro, além da utilidade prática imediata, permitia ao rei introduzir mais um elemento na engrenagem do poder local, não dependente deste e com características que ofereciam mais garantias de retidão no exercício do cargo e uma imparcialidade com que a Coroa, derradeiro garante do bem comum e árbitro supremo, só teria a ganhar. No plano teórico, naturalmente. A pertinência do cargo no organograma de uma administração régia ‘descentralizada’ fica provada pela sua fortuna; o incómodo que a sua presença causava fica igualmente provada pelas constantes queixas que os procuradores dos concelhos às Cortes faziam; porém, será sempre necessário relativizar – sendo os procuradores, por norma, membros da elite local, o povo miúdo poderia ver, em muitos casos, mais um contrapeso às justiças locais inseridas em redes clientelares e de solidariedades bem definidas. Inovador era ainda, segundo Luís Miguel Duarte, tratar-se de um cargo “profissional”, com salários fixos, primeiro a expensas dos concelhos, mais tarde divididos entre estes e a fazenda régia¹²⁰⁸. Esses, porém, só muito raramente fazendo-se ouvir nas fontes sobreviventes, terão valorizado muitas vezes mais esta intervenção – indireta, por certo falível, mas permanente - do rei, derradeiro repositório de justiça terrena.

A ação régia motivada pelas consequências diretas da Peste Negra não se esgotou em 1349. No plano geral, um documento preservou aquilo que terá sido uma medida de intervenção transversal – mesmo que seja difícil medir a sua aplicabilidade a curto e médio prazo – novamente relacionado com a execução dos testamentos de Peste, mas num plano distinto da ordenação de 1349. Numa circular enviada a todos os concelhos do reino em 1350, e que sobreviveu pelo menos no cartório da câmara de Torre de Moncorvo, o rei comunicava às autoridades municipais que as igrejas e mosteiros não deveriam ficar isentas das fintas e talhas pagas pelas propriedades que lhes haviam sido

¹²⁰⁷ Um dos principais *outputs* deste projeto foi a dissertação de mestrado do meu colega Nuno Rodrigues: "*Os Juizes de fora (1325-1521): uma mão do Rei no poder local*". Porto: Edição do Autor, 2015. Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹²⁰⁸ DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, p. 245-247.

legadas em testamentos de privados durante a Peste Negra, sob pena de arruinamento irremediável das fazendas municipais e régias¹²⁰⁹.

A intervenção da administração régia deverá ter sido mais intensa do que a documentação sobrevivente revela, entre a nomeação de novos oficiais para ocupar os cargos deixados vagos pelas vítimas, provimento de certos ofícios, expedição tão rápida quanto possível de cartas abertas aos concelhos, às instituições eclesiásticas ou à transversalidade dos seus súbditos. No entanto, além dos poucos documentos aqui expostos, resta a eloquência do silêncio das fontes e do volume de perdas que apenas pode ser imaginado.

Armando Luís de Carvalho Homem define D. Dinis e D. Afonso IV, no texto que resultou das suas provas de habilitação ao título de agregado, como reis legisladores¹²¹⁰. No plano da reação à Peste, interessa-nos o último. Por vocação, ou força das circunstâncias, o rei reagiu no plano imediato e duradouro aos desafios dos eventos, mantendo a postura interventiva que marcou todo o seu reinado até então. Os seus sucessores, D. Pedro I e D. Fernando, continuaram a sua missão, e este último promulgou, em 1375, a ordenação que passou à história como *Lei das Sesmarias*, e que a historiografia portuguesa, desde Virgínia Rau, tem associado a um ciclo negativo e generalizado provocado pela Peste Negra. Talvez a responsabilidade da Peste nesta última deve ser bem mais matizada do que até agora, mas essa reflexão será feita adiante, no capítulo sobre economia. Por ora, encerra-se esta digressão pela ação régia *peri-Pestis* sublinhando a especificidade e objetividade das ações régias, logo em 1349, mas também nos anos imediatamente seguintes, até às Cortes de Lisboa de 1352, que representam um encerramento simbólico deste ciclo legislativo.

¹²⁰⁹ CARQUEJA – *Documentos medievais...*, p. 102-103.

¹²¹⁰ As provas tiveram lugar em 1994, ano em que o texto resultante foi publicado em separata na *Revista da Faculdade de Letras*. Porém, a edição a que aqui recorro é o da compilação de textos publicados pelo autor, a propósito da sua aposentação, em 2017: HOMEM, Armando Luís de Carvalho – 8. Dionisius et Alfonsus, Dei Gratia Reges et Communis Utilitatis Gratia Legiferi. In HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Rei e a Lei. Estudos de História Institucional da Idade Média Portuguesa (1279-1521)*. Porto: U. Porto Edições, 2017, p. 179-279.

8.2 – Instituições eclesiásticas

Tendo parte da ação régia no imediato pós-Peste sido destinada ao combate a abusos por parte do clero diocesano, a ação da Igreja portuguesa vai muito além destes ilícitos. Traduz-se sobretudo na substituição dos seus efetivos mortos pela epidemia, mas também na ‘gestão de emergência’ do seu património, procurando reclamar bens e direitos, contribuindo tanto para a manutenção económica das instituições em causa, como para a continuidade dos serviços religiosos e da cura das almas de todos os fiéis. Se parece ser verdade que as instituições religiosas terão aumentado consideravelmente o seu património com o enorme caudal de bens recebidos *pro anima*¹²¹¹, também é verdade que os bens mais relevantes, os fundiários, apenas seriam rentáveis caso houvesse gente para os ocupar e trabalhar, o que estaria em causa em boa parte deles por causa da Peste. Nota ainda para a utilidade das fontes relacionadas com os legados pios na perceção da mortalidade (ainda que esta se perca quanto a cálculos gerais ou frações mais exatas): casos como o da paróquia urbana parisiense de Saint Germain-l’Auxerrois revelam uma explosão na quantidade de legados pios à obra desta colegiada francesa, ainda que não seja possível traduzir esses dados sequer em mortalidade geral dessa paróquia, pois nem todos os paroquianos legariam concretamente à obra da igreja¹²¹²; de forma bem menos espetacular, o aumento de execuções testamentárias nas igrejas portuguesas traduz uma situação semelhante, devidamente redimensionada face à menor densidade populacional e a núcleos urbanos mais modestos.

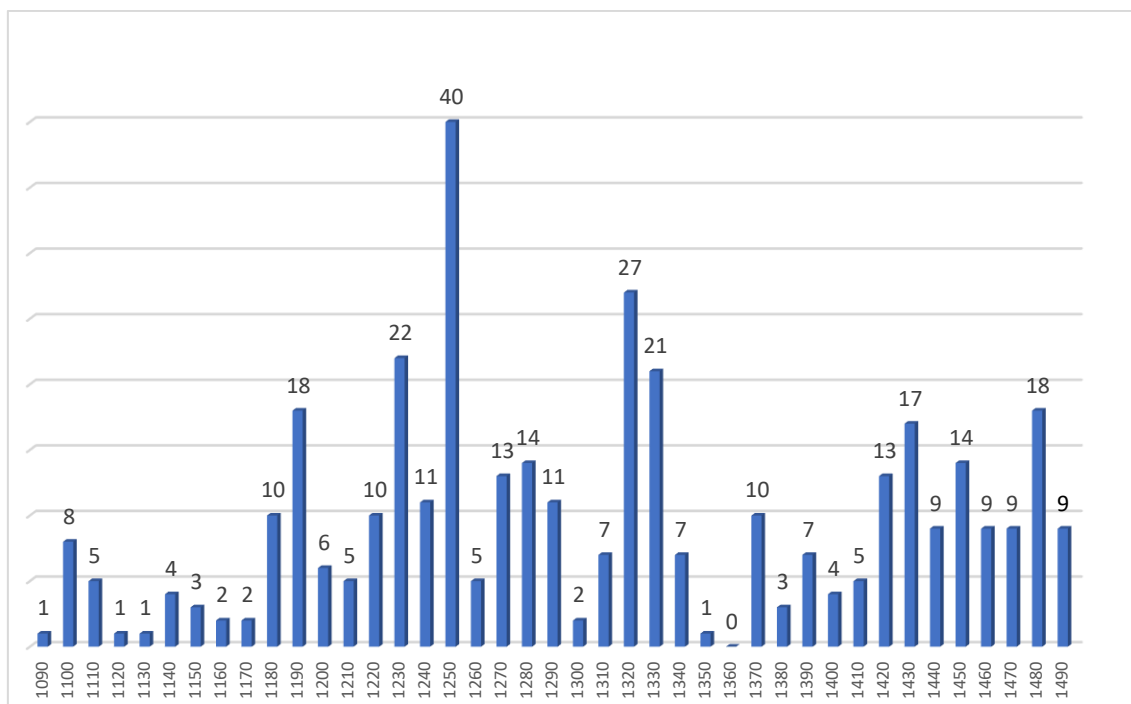
A documentação preservada no Vaticano é a fonte fundamental no estudo do impacto da Peste na Igreja portuguesa, sobretudo no clero secular. A reação institucional faz-se rápida e freneticamente, com as hierarquias diocesanas e monásticas a procurarem rapidamente colmatar as vagas abertas por mortes de clérigos. Nem sempre facilmente acessível, os medievalistas portugueses têm a fortuna de ter no incansável trabalho de disponibilização de documentação vaticana levado a cabo por

¹²¹¹ Em Siena, por exemplo, o governo da cidade suspendeu a isenção de impostos às instituições eclesiásticas da cidade e do seu *contado*, por dois anos a partir de 1348, pelo seu enriquecimento súbito em tempo de Peste: BOWSKY - The impact of the Black Death..., p. 15-16.

¹²¹² MOLLAT, Michel - Notes sur la mortalité à Paris au temps de la Peste Noire d’après les comptes de l’œuvre de Saint-Germain-l’Auxerrois. *Le Moyen Age* 69 (1963), p. 505-27.

António Domingues de Sousa Costa, e materializado sobretudo nos *Monumenta Portugaliae Vaticana*, uma janela aberta para as relações entre as autoridades civis e eclesiásticas portuguesas e a Santa Sé e que, no caso concreto da Peste, nos revela a ação quase desesperada do arcebispo bracarense, D. Gonçalo Pereira, para substituir de uma vez 4 cónegos e dignidades bracarenses, mortos no epidemia¹²¹³. Para outros reinos peninsulares, reunindo concretamente documentação vaticana relacionada com a Peste, sublinhe-se o labor recente de Saturnino Ruiz de Loizaga¹²¹⁴. Os pedidos de súplicas e parte da documentação que estaria preservada localmente pelas dioceses parece ter-se perdido na maioria, como fica óbvio num gráfico de sobrevivências obtido a partir do *Bulário Bracarense*, com foco apenas no *corpus* medieval¹²¹⁵.

Gráfico 91 - Bulas recolhidas no Bulário Bracarense (por década, 1090-1490)



¹²¹³ *Monumenta Portugaliae Vaticana...* I, p. 152-154.

¹²¹⁴ RUIZ DE LOIZAGA, Saturnino - *La peste en los reinos peninsulares. Según documentación del Archivo Vaticano (1348-1460)*. Bilbao: Museo Vasco de Historia de la Medicina y de la Ciencia, 2009. ISBN: 978-84-935565-5-6; RUIZ DE LOIZAGA, Saturnino - *La peste negra en la Península Ibérica: alusiones, evocaciones, recurrencias (siglo XV) según documentación del Archivo Vaticano. Scriptorium Victoriense* 57 (2010), p. 403-23.

¹²¹⁵ VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome; ARAÚJO, António de Sousa - *Bulário bracarense: sumários de diplomas pontifícios dos séculos XI-XIX*. Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, António de Sousa Araújo. Braga: Arquivo Distrital, Universidade do Minho, 1986. O conteúdo desta publicação está disponível numa edição digital, já há longos anos, em <http://www4.di.uminho.pt/~jcr/PROJS/bb/BBOnline/bb.html>.

Uma vez mais, não significa que a documentação não tenha existido, abundante ou não, mas a capacidade de a preservar foi particularmente menor no período em causa. Nos 400 anos que vão da mais antiga bula preservada nos arquivos bracarenses até as vésperas do século XVI, não há nenhuma década sem qualquer documento sobrevivente, à exceção da de 1360. A década anterior possui apenas uma bula, datada de 29 de janeiro de 1356, dada pelo papa Inocêncio VI¹²¹⁶. Esta última é a única que sobrevive entre a bula de Clemente VI datada de 22 de julho de 1346, e a de Gregório IX emitida a 17 de abril de 1371¹²¹⁷. São 25 anos praticamente sem testemunhos, o que representa uma escassez sem igual nos quatro derradeiros séculos da Idade Média. Porém, outras fontes dizem-nos que as diversas estruturas eclesiásticas reagiram nos mais diversos planos: institucional, patrimonial, político.

Um aspeto de reação das instituições eclesiásticas que vale a pena sublinhar é aquele que é traduzido pelas públicas-formas pedidas pelas instituições eclesiásticas ainda durante ou logo depois da Peste. Após um período de súbita e terrível instabilidade, os homens que sobram à frente de cada uma das instituições procuram reorganizar bens e atividades, para que a gestão e as obrigações religiosas e eclesiásticas possam prosseguir com tanta normalidade quanto as consequências do cataclismo passado permitam. Muitas destas públicas-formas recuperam cláusulas de testamentos nas quais uma instituição é beneficiada, o que evidencia a perda da esmagadora maioria dos testamentos, mesmo se falarmos apenas daqueles em que as instituições mais bem documentadas foram contempladas. Porém, a ação de requisitar estas cópias com fé pública pode ter várias intenções, e resgatar um velho privilégio ou a resolução de um conflito pode ser uma boa maneira de impedir um novo ou o ressurgimento de velhas quezílias.

Em Guimarães, logo em setembro de 1348 temos o cabido da colegiada a solicitar pública-forma de um estatuto datado de 1322, feito pelo cabido e pelo prior, então o Mestre D. Pedro¹²¹⁸. Este estatuto regula precisamente a divisão dos emprazamentos entre o prior e o cabido da colegiada vimaranense. Estariam já os cónegos vimaranenses

¹²¹⁶ VASCONCELOS – *Bulário Bracarense...*, p. 103.

¹²¹⁷ VASCONCELOS – *Bulário Bracarense...*, p. 103.

¹²¹⁸ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos eclesiásticos, maço 3, n.º 2.

na expectativa de ter de o aplicar abundantemente, salvaguardando à partida aquilo a que teriam direito? Como já vimos, poucos meses depois, a partir de fevereiro de 1349, a produção documental vimaranense explode, dividindo-se entre uma vaga sem precedentes de emprazamentos e documentação relacionada com execuções testamentárias, de doações a mais públicas-formas de testamentos completos ou de cláusulas isoladas.

Também em Braga há um certo movimento análogo de públicas-formas, ainda que mais lento. Além das publicações de testamentos e documentos relacionados, outros têm com um intuito claramente organizacional ou jurisdicional: a 18 de fevereiro de 1349, é feita pública-forma de vários instrumentos públicos relacionados com a quinta de Carapeços, no julgado de Neiva, pertencentes à capela de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, e solicitada pelo seu testamenteiro, D. Gonçalo Esteves, deão de Braga¹²¹⁹. O arcebispo teria falecido poucas semanas antes, e assim se daria início à gestão da sua capela, generosamente dotada durante décadas. O próprio deão terá perecido pouco depois, e em abril é já Estêvão Pires o titular do deão de Braga e administrador da capela do arcebispo¹²²⁰.

Este movimento prossegue, e em 1350, já com um novo arcebispo, pede-se uma pública-forma de dois documentos de 1323 e 1331, relacionados com a posse do padroado da igreja de São Tomé de Vade pelo rei, sugerindo alguma questão jurisdicional¹²²¹. Dois meses depois, publicam-se várias cartas de confirmação de apresentações feitas pelo Mosteiro da Oliveira de Vermoim para reitores da igreja de Santa Lucrécia de Astrufe (?), do padroado do dito mosteiro¹²²². No Mosteiro de Vairão, em junho de 1350, publicava-se a carta régia enviada menos de um ano antes, na qual o rei dá licença para que o mosteiro de Vairão não venda os bens que *foram dalguas mongas do dicto seu mosteiro que moreram na Pestelençia ataa dia de Sam Johane Bautista primeiro que a de viir*, nem possa ser constrangido a vendê-los antes da data determinada, num movimento que parece tanto de salvaguarda do documento – que

¹²¹⁹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta das Propriedades Particulares, Doc. 891, doc. 2.

¹²²⁰ ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 22, doc. 825.

¹²²¹ ANTT, *Gavetas*, Gav. 19, mç. 3, n. º 40.

¹²²² ANTT, *Mosteiro Santa Maria da Oliveira de Vermoim*, maço 1, doc. 5.

assim passavam a ter em mais do que uma cópia com fé pública -, como de eventual proteção contra a ação de oficiais mais zelosos da comarca, por exemplo¹²²³.

A sul, a igreja de Santa Maria do Bispo, em Montemor-o-Novo, reergue-se após a Peste Negra com públicas-formas de testamentos¹²²⁴, sendo uma delas republicada logo em 1351¹²²⁵; na sua vizinha, Santa Maria do Açougue, em abril de 1349 há mais uma pública-forma de documentos estatutários fundamentais – neste caso, da composição entre o prior e os raçoeiros da mesma igreja, onde são definidas as rações [1317] e da confirmação dada pelo bispo de Évora [1326]. Por algum motivo, também esta composição volta a ser republicada logo em 1351¹²²⁶. Por fim, um documento já referido na análise dos fluxos de produção: depois de quase quatro anos de silêncio documental, uma pública-forma de cartas de 1347, pedida por Domingos Eanes Meirinhos, morador na freguesia de Santagões a Martim Lucas, do couto de São Simão, testamenteiro de Pascoal Martins, relacionadas com herdamentos em Santa Marinha de Ferreiró, parece marcar um recomeço da atividade do mosteiro de São Simão da Junqueira, em 1354¹²²⁷. Por entre tempos convulsivos, as instituições procuram organizar as suas propriedades – as fontes de rendimento que permitem que cumpram a sua missão religiosa -, defender as suas jurisdições, os estatutos que garantiam o seu correto funcionamento e cerceavam os conflitos internos. As suas estruturas permitem uma recuperação mais visível, e os seus arquivos revelam muitas dessas ações, quase em ‘tempo real’.

Nota ainda para a intervenção espiritual da Igreja portuguesa. Restam-nos poucas referências além do plano de gestão, próprio do domínio económico, e dos esforços de substituição dos clérigos falecidos por outros que garantissem a manutenção do culto e dos sacramentos. Vale a pena, porém, referir as indulgências que a Colegiada de Santa Maria de Guimarães recebe do colégio cardinalício, datadas de 10 de fevereiro de 1352¹²²⁸, e que vão ao encontro a uma prática comum além-fronteiras naqueles anos,

¹²²³ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 29.

¹²²⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 045; Pasta 22, doc. 027;

¹²²⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 045.

¹²²⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 12, peça 017, doc. 001.

¹²²⁷ ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 11 (Tombo Real, Livro Quarto), nº 132, fl. 112-113v.

¹²²⁸ ANTT, *Colegiada de Santa Maria de Guimarães*, Documentos Eclesiásticos, maço 3, n.º 22.

incluindo nos restantes reinos ibéricos cristãos¹²²⁹. O aparente desfasamento da concessão face aos anos da Peste Negra não será um fator determinante: a divulgação da prática, a burocracia dos pedidos e a concessão, por fim, poderão justificar esse intervalo temporal. Ainda que aparentemente tardio, um documento deste tipo seria sempre um conforto para os fiéis em tempos de tribulação.

Sendo a maior das organizações da Europa Medieval, a Igreja procurou reagir em ‘tempo real’ ao impacto da Peste Negra tanto nas suas fileiras, como entre a sua incontável massa de fiéis. A documentação pontifícia revela isso mesmo, e as sucessivas bulas de 1348 e 1349, concretamente dirigidas a problemas levantados pelas circunstâncias excecionais – como a proibição dos flagelantes e a das perseguições aos judeus, dois temas a que voltaremos adiante – demonstram que a máquina oleada em que se tornara a Cúria Pontifícia se manteve em pleno funcionamento, mesmo com pesadas baixas. Abaixo da cúpula, dioceses e ordens religiosas procuraram responder aos mesmos desafios, de acordo com a sua dimensão e capacidade de intervenção, estando entre elas o pequeno conjunto de dioceses portuguesas.

8.3 - Que papel para físicos e cirurgiões portugueses na Peste?

Os ofícios de cura estavam já perfeitamente implantados em Portugal quando a Peste chegou. Será possível adivinhar um papel de destaque destes homens, sobretudo físicos e cirurgiões, os mais importantes e considerados entre os diversos praticantes? Esse protagonismo foi sentido um pouco por todo o lado: em França, Filipe VI encomendou pareceres aos mestres da Faculdade de Medicina da Universidade de Paris, rapidamente materializados em tratados com leituras astrológicas e/ou meteorológicas do fenómeno¹²³⁰. Outros praticantes, oriundos de diversas cidades catalãs, italianas e francesas escreveram também pequenas obras de explicação, prevenção e tratamento da Peste, ainda durante o flagelo¹²³¹. Mais a sul, no reino muçulmano de Granada, de forma espontânea, contam-se diversos tratados médicos

¹²²⁹ A cidade de Valência, por exemplo, pediu um documento deste tipo na *Pestis secunda*, na *Pestis tertia* e em várias outras epidemias pestíferas seguintes. RUBIO – *Peste Negra, Crisis y Comportamientos Sociales...*, p. 84-87.

¹²³⁰ ARRIZABALAGA, Jon – *Facing Black Death...*, p. 241-242.

¹²³¹ ARRIZABALAGA, Jon – *Facing Black Death...*, p. 237-288.

práticos, despidos de formalidades literárias pela urgência das circunstâncias¹²³². Estes textos, sobretudo profiláticos e maioritariamente dirigidos não aos colegas dos autores, mas ao público em geral, revelam as reações mais repentinas e as leituras mais imediatas do fenómeno pestífero. O mais precoce, o *Regiment de preservació de pestilència* de Jacme d’Agramont, foi terminado em Lérida, na Catalunha, em 24 de abril de 1348, antes mesmo de a doença atingir o território catalão interior e Lérida, em particular. O próprio autor faleceu pouco depois, vítima da doença, e não deixa de ser relevante sublinhar a opção de escrever o regimento em vernáculo, neste caso o catalão¹²³³.

Sabendo genericamente o papel quer dos mestres universitários, quer dos praticantes, na generalidade do espaço cristão latino e muçulmano ibérico, foquemo-nos sobre Portugal. Seria altamente improvável o rei solicitar um parecer erudito aos mestres da faculdade médica do Estudo Geral português, à data em Lisboa. Como procurei demonstrar num outro momento¹²³⁴, a faculdade médica portuguesa terá funcionado de forma precária, inconstante, podendo até ter conhecido períodos de inatividade ao longo de todo o seu primeiro século, e até ao advento do século XV. Assim, com um grupo muito reduzido de lentes e escolares, e tendo até em conta a relação menos entusiasmada que D. Afonso IV tinha com o Estudo Geral, quando comparado com o seu pai ou o seu filho, uma eventual encomenda semelhante à de Paris parece ser uma hipótese remota. Por outro lado, a proximidade que manteria com o então bispo de Évora, Afonso Dinis, já referida anteriormente, pode sugerir que o comentário ao *Tetrabiblos* de Ptolomeu que o prelado, antigo físico régio e mestre em Medicina pela Universidade de Paris, pudesse ter tido algum papel no entendimento da epidemia por parte da coroa. Trata-se, contudo, de uma mera sugestão.

Com origem portuguesa ou não, terão circulado em Portugal, logo durante a Peste Negra, regimentos do tipo que foi acima referido? É possível, mas não restam provas dessa circulação. Apesar de D. Duarte demonstrar um conhecimento muito interessante

¹²³² CLÉMENT, François - À propos de la Muqni’at al-sā’il d’Ibn al-Ḥaṭīb sur la peste à Grenade en 1348-1349. In CLÉMENT, François (dir.) - *Epidémies, épizooties : des représentations anciennes aux approches actuelles*. Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2017, p. 43-56.

¹²³³ ARRIZABALAGA, Jon – *Facing Black Death...*, p. 239-241.

¹²³⁴ SILVA – *Físicos e Cirurgiões Medievais...*, p. 93-98.

deste tipo de literatura no seu *Leal Conselheiro*¹²³⁵, temos apenas testemunho da edição do *Regimento Proveytoso contra ha Pestenença*, um dos poucos incunábulo portugueses em português – o que diz muito da pertinência deste tipo de literatura médica ainda na transição do século XV para o século XVI –, e que resulta da tradução feita de um regimento escrito em meados do século XIV, pouco depois da Peste Negra¹²³⁶. A hipótese de termos algum destes tratados, mesmo que importados, a circular em território nacional quando grassa a peste ou imediatamente após, é provável. Mas a inexistência de provas dessa circulação, por ora, impede-me de os considerar como parte de uma eventual reação dos profissionais e letrados médicos portugueses nos anos da Peste. Empiricamente, é possível dizer que físicos e cirurgiões tiveram um papel discreto. As fontes são escassas para este período, e o número de praticantes não parece sofrer grandes alterações relacionadas com a Peste Negra. Poder-se-á questionar se a capacidade curativa destes homens terá sido colocada em causa pela sociedade, mas, com grande probabilidade, a sua necessidade e procura terá sido rapidamente restabelecida e promovida, como parece ser o caso do restante Sul da Europa¹²³⁷. Objetivamente, porém, é inconclusivo, por não termos como medir tanto a importância dos ofícios de cura como da literatura médica corrente, durante a crise epidémica.

8.4 – As instituições de assistência

Apesar de a maioria das instituições de assistência ter sido fundada com objetivos caritativos e de perpetuação da memória dos seus fundadores, indo muito além – e, por vezes, quase excluindo – aquilo que hoje entendemos como assistência médica ou uma prática ‘hospitalar’, é expectável que tenham sido alvo da atenção durante um fenómeno como a Peste Negra, quer por aqueles que procuravam apaziguar uma eventual fúria divina e as escolhiam como depositárias das seus legados pios, quer por aqueles que necessitavam de ajuda e assistência num momento de disrupção social. Um dos maiores problemas do estudo da ação e da reação destas instituições durante e após

¹²³⁵ *Leal Conselheiro. Edição Electrónica*. [Online]. [Consultado em 17-06-2020]. Disponível em <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/lbrAmerTxt.LealConselPort>.

¹²³⁶ ROQUE - *As pestes medievais europeias...*

¹²³⁷ WRAY, Shona Kelly - Boccaccio and the doctors: medicine and compassion in the face of the plague. *Journal of Medieval History* 30:3 (2004), p. 301-22.

a Peste Negra é o da perda de informação e documentação das próprias confrarias, albergarias e hospitais. Há, porém, informações relevantes em vários sentidos: naquilo que as pessoas esperavam destas instituições, das consequências que a doença pode ter tido na própria instituição – que consiste, sobretudo e mais do que em qualquer património, na comunidade, grupo ou estrato que a funda, mantém e faz subsistir.

No território do Entre-Douro-e-Minho e no do Entre-Tejo-e-Odiana, a maioria das notícias sobre estas instituições são escassas ao longo do século XIV, dificultando a perceção de uma eventual influência da Peste nos seus destinos. Há algumas exceções e, neste caso, são as albergarias eborenses as mais bem documentadas. Num fluxo já anteriormente notado por Ângela Beirante, é possível assistir a um aumento extraordinário de doações feitas a uma das mais importantes albergarias eborenses, a do Corpo de Deus de Santo Antão, nos meses da Peste¹²³⁸.

Num plano totalmente oposto, sabe-se também que, por volta de 1375, Évora tem pelo menos três albergarias arruinadas – São Bento, Trindade e São Francisco –, aparentemente sem confraria ou irmandade responsável, nem bens identificados além dos respetivos pardieiros, que foram as casas em que estiveram instaladas. Estas albergarias são integradas pelo bispo eborense, D. Martinho, no património da albergaria do Corpo de Deus da Sé¹²³⁹. Seriam albergarias anteriores à Peste Negra que perderam os seus membros? Seriam albergarias posteriores à Peste, nascidas do zelo efervescente dos sobreviventes, mesmo sem serem devidamente dotadas e acabarem por se arruinar? A escassez de notícias – limitadas a este documento de integração – impede conclusões, mas permite sugestões. Sobrevive também o compromisso da confraria de Santa Maria dos Homens-Bons Ovelheiros de Viana, feito a 8 de junho de 1319, e que nos chegou através da cópia que abre o tomo da confraria, redigido por ordem régia no século XVI¹²⁴⁰, revelando no seu texto a vocação da confraria e a missão institucional de forma mais clara do que as notícias acidentais de esta e outras instituições de assistência minhotas e alentejanas permitem. Exemplo disso mesmo é o das instituições nortenhas que ainda possuem fundos próprios, como a Irmandade de

¹²³⁸ BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 159.

¹²³⁹ ADE, *Fundo da Misericórdia*, Livro 63, fls. 90v-91; Livro 1796, fl. 142v-143.

¹²⁴⁰ ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 273, fl. 1-3.

São Crispim e São Crispiniano de Guimarães, herdeira de instituições com raízes no século XIII, mas cuja documentação trecentista se limita a um pequeno conjunto de diplomas de gestão patrimonial¹²⁴¹.

Não é crível que as albergarias e hospitais tenham tido um papel determinante na assistência àqueles que foram açoitados pela peste. A maioria dos hospitais e albergarias medievais eram pequenas casas com menos de meia dezena de leitos, onde a capacidade de resposta a um fenómeno como a Peste Negra se esgotaria logo numa fase inicial¹²⁴². De resto, Maria José Pimenta Ferro considera mesmo o final do século XIV e o início do século XV uma época de decadência deste tipo de instituições, naturalmente motivada pelas convulsões dessas décadas, favorecendo o início da intervenção régia e das autoridades públicas locais, num longo processo que, nos derradeiros anos do século XV e, sobretudo, no século XVI, culminará na fundação generalizada de Santas Casas da Misericórdia, aglutinadoras de todas as instituições anteriores¹²⁴³.

Os hospitais de pestíferos, em Portugal, surgem apenas no final do século XV, por iniciativa régia ou municipal, e encontrando com frequência resistência da população¹²⁴⁴. Os hospitais trecentistas portugueses, mesmo as muito especiais gafarias, não terão tido capacidade, recursos ou vocação para atuar durante a epidemia; não podendo ajudar em vida, poderão ter recebido, em alternativa às doações a mosteiros e igrejas, legados testamentários daqueles que, procurando salvar a alma ajudando instituições particularmente apelativas no plano da caridade, buscavam em simultâneo um herdeiro capaz de cumprir as suas determinações e sufrágios num tempo em que todos pareciam condenados a perecer. Algumas terão visto o seu património

¹²⁴¹ AMAP, *Irmandade de São Crispim e São Crispiniano*, Pergaminhos.

¹²⁴² GONÇALVES – *O Património do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 388-390.

¹²⁴³ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 142-145.

¹²⁴⁴ São disso exemplo o hospital para albergar pestíferos que o concelho de Évora construiu junto da cidade na década de 1470, no atual Rossio de São Brás, e para o qual recebeu o apoio de D. João II, em 1488, tornando-se no embrião do futuro hospital do Espírito Santo: ADE, *Arquivo Histórico Municipal de Évora*, Livro 2º de Originais, fl. 192; outro exemplo é o do hospital para doentes de peste que o concelho do Porto instala em 1486 na chamada Torre de Pedro Sem, então fora da cidade, com corpo clínico e cuidadores permanentes - FERRAZ, Francisco Manuel Teixeira; DOMINGUES, Maria João Monteiro - Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV. *Revista da Faculdade de Letras. História* III:5 (2004), p. 163-164.

crescer, como parece ter sido o caso da já referida albergaria e respetiva confraria do Corpo de Deus de Santo Antão, em Évora; outras terão perdido demasiados membros e, talvez, visto os seus bens ermarem sem terem capacidade de substituir rapidamente arrendatários e enfiteutas; na maioria dos casos, porém, a influência da Peste Negra é impossível de detetar nas fontes sobreviventes, e o papel que os próprios hospitais e albergarias terão exercido durante o flagelo terá sido pouco expressivo.

III – Depois da Peste – 1350-1379

9 – Peste e Sociedade

O conjunto de fenómenos sociais apresentados neste capítulo representa apenas um pequeno conjunto de fragmentos daquilo que terá sido a *big picture*. Parte deles, como o primeiro, está inequivocamente relacionado com a Peste Negra, ainda que essa relação seja acidental, por força das circunstâncias políticas e eclesiásticas vividas num determinado território no momento em que a peste o atingiu. Outras, porém, são aqui visitadas para tentar perceber o peso que a Peste Negra poderá ter tido, sobretudo na crescente tensão social do reinado de D. Fernando, que acaba por explodir durante a crise de 1383-85. Objetivamente, a análise das consequências sociais detetáveis da Peste Negra é muito limitada, no caso português. Mas este primeiro exercício, que retoma algumas abordagens prévias de outros autores e procura questioná-las ou expandi-las, parece-me necessário.

9.1 – Alguma alteração visível nas estruturas familiares?

Uma das dimensões em que a Peste Negra poderia revelar mais claramente o seu impacto e as suas consequências é a da tipologia dominante de família e as alterações que nela poderão ter sido provocadas pelo flagelo epidémico. A maioria destas alterações, verificadas a muito curto e a curto prazo em inúmeras áreas da Europa, passa por um número explosivo de casamentos imediatamente após a Peste, motivados por uma crescente vaga de viúvos e viúvas em idade fértil, redução acentuada (quando não total) do número de filhos sobreviventes na maioria dos agregados, e consequente vaga de nascimentos, provocados pelo aumento exponencial da nupcialidade. A importância da questão mede-se sobretudo pelas notícias que nos chegam de outras paragens, onde o movimento vai além da recomposição orgânica e espontânea: Pedro IV de Aragão solicita ao papa Clemente VI dispensa canónica para os casamentos a partir do terceiro grau de consanguinidade para os seus súbditos da Sardenha, então dominada pelos

aragoneses, para facilitar os novos casamentos e o conseqüente repovoamento da ilha¹²⁴⁵.

Além destes efeitos imediatos, é possível que a nova pirâmide etária saída da Peste e a súbita diminuição da mão de obra e conseqüente aumento de boas terras disponíveis tenham provocado uma redução da idade média de casamento, alargando o intervalo biológico de fertilidade e um provocando um aumento de nascimentos que se prolongará pelas décadas posteriores e que, muito provavelmente, só fatores externos como novas pestes, guerras e maus anos agrícolas poderão ter contrariado, para manter o crescimento natural negativo a longo prazo.

Estas alterações, teoricamente expectáveis, são ainda mais difíceis de perceber do que a mortalidade, que pode ser revelada por muitos tipos indiretos de documentação. Registos como o já referido assento da vila francesa de Givry são absolutamente excepcionais pela sua sobrevivência, mas não o seriam pelo que transmitem: face a uma média que rondava as duas dezenas de casamentos anuais, 1348 surge sem qualquer casamento registado, enquanto 1349 tem 89, mais do quádruplo de um ano normal, e 1350 produz ainda 33, 65% acima da média anual pré-Peste¹²⁴⁶. Numa região vizinha e parcialmente sobreposta a uma das comarcas em estudo, o bispado galego-português de Tui, Ermelindo Portela da Silva demonstrou que o número de indivíduos comprovadamente casados, por um lado, e com um número médio de filhos maior do que em qualquer outro momento entre 1100 e 1400 verificou-se entre as décadas de 1340 e 1360, relacionando esse incremento excepcional com as conseqüências demográficas da Peste Negra¹²⁴⁷. O que podemos saber sobre este processo para o caso português? Uma vez mais, é através de fragmentos que se percebe alguma alteração de padrões – um tanto especulativo, mas fruto de *educated guesses*.

No que diz respeito à idade média de casamento, masculina e feminina, não há como avançar um dado de qualquer tipo, e ainda menos verificar alguma alteração de padrão. Os estudos portugueses sobre família e o parentesco medievais são

¹²⁴⁵ LÓPEZ DE MENESES, Amada – La Peste Negra en Cerdeña. In MALUQUER DE MOTES, D. (ed.), *Homenaje a Jaime Vicens Vives*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Facultad de Filosofía y Letras, 1965, volumen I, p. 533-541.

¹²⁴⁶ GRAS - Le registre paroissial de Givry..., p. 303.

¹²⁴⁷ PORTELA DA SILVA – La Región del Obispado de Tuy..., p. 67-68.

compreensivelmente dirigidos ao grupo mais bem documentado, a aristocracia, que possui práticas, estratégias e rituais próprios, pouco reveladores do que seria a família camponesa, mercantil ou de um mesteiral, rural ou urbana. A diferença não só do conhecimento historiográfico consolidado, como das diferentes possibilidades de o formar para o grupo nobre e não nobre ficam bem explícitas no capítulo de síntese dedicado por Bernardo Vasconcelos e Sousa e José Augusto Pizarro no volume da *História da Vida Privada em Portugal* dedicado ao período medieval¹²⁴⁸, onde o leitor é remetido para o artigo de José Mattoso sobre o tema, publicado originalmente em 1977¹²⁴⁹. Nesse trabalho, Mattoso aborda sobretudo as estruturas familiares que se revelam através dos foros longos e costumes compilados sobretudo ao longo do século XIII, dificilmente projetável para o século seguinte e para as áreas que aqui me ocupam. Porém, as reflexões sobre a formação da família nuclear são de grande utilidade, pois parece ser esse o modelo preferencial entre a maioria dos habitantes não-privilegiados do Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana que a documentação revela¹²⁵⁰. Apenas um estudo de fundo com um questionário concretamente dedicado ao tema e com uma recolha documental tão transversal como aquela que aqui se usa, poderia revelar a evolução e as dinâmicas da família não-nobre tardo-medieval portuguesa.

A nupcialidade pós-Peste não é mensurável, mas é *sensível*. Há alguns sinais que sugerem homens e mulheres com novos (ou primeiros, para um dos cônjuges) casamentos. Na sua maioria, são exemplos indiretos, onde apenas a proximidade cronológica sugere uma relação direta¹²⁵¹. Há algumas exceções, quanto à riqueza e à ligação direta com a pandemia: uma delas vem da bem-documentada Guimarães, novamente. Em fevereiro de 1377, é dirimida uma sentença pelos vigários de Braga, encerrando uma demanda entre o Cabido de Guimarães, por um lado, e António

¹²⁴⁸ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – A família – estruturas de parentesco e casamento. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, p. 126-143.

¹²⁴⁹ MATTOSO, José – Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa. In MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 283-304.

¹²⁵⁰ MATTOSO – Notas sobre a estrutura da família..., p. 294-300.

¹²⁵¹ Um desses casos é o da doação que, em 1355, André Domingues e Domingas André, sua mulher, moradores em Lavra, Terra da Maia, fazem à igreja de Santa Maria de Vila Nova, de uma renda de 3 maravedis anuais, obrigando a herdade que foi de Pedro Zoeirão (??), marido que foi da dita Domingas André, para que fossem celebradas missas pela alma do falecido marido. ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 38.

Gonçalves e Guiomar Esteves, sua mulher, por outro¹²⁵². O pleito teve origem na propriedade de umas casas localizadas no canto da Rua de Dona Anais, em Guimarães, nas quais morara Pedro de Vides e que o Cabido havia emprazado em 1322, por três vidas, a Domingos Simões e a Mor Gonçalves, por um foro de 5 maravedis ao ano, que pagaram sempre "ataa que se deste mundo passarom que foi no anno da primeiã pestelencia da era de mil e trezentos e oiteenta e seis anos". Estes foreiros morreram na era de mil trezentos e oitenta e seis, alegando o senhorio que os ditos réus se apoderaram das casas, não querendo estes pagar mais de 3,5 maravedis de prazo por ano,

assi que dello dicto tempo aata (?) primeiã pestelencia que os dictos Domingos Simhom e sa molher morerom e se os dictos Antonio Gonçalvez e sa molher se apoderarom e teem as dictas cassas como dicto he som passados vinte e sete annos em que falleceu o dicto Cabido do aluguer que lhas dellas davam os dictos Domingos Simhom e sa molher cada anno hum maravedi e meio em que monta xl maravedis e meio,

pedindo o Cabido o pagamento deste valor e a devolução das casas. Os réus alegaram que Guiomar Esteves havia casado com Domingos Simões após este enviuar, e tido uma filha com ele, ainda viva, chamada Leonor, e que ficou como terceira pessoa no prazo que o seu pai trazia, após a morte deste e o casamento da sua mãe com António Gonçalves. Os réus alegavam ainda que "della pestelencia primeira ataa que havia vinte e sete annos e mais" pagaram 5 maravedis de renda, mas sendo 3,5 para o Cabido e 1,5 para o prior de Santa Maria de Guimarães. Os vigários condenam os réus a pagar os ditos 40,5 maravedis em 30 dias.

Este caso é paradigmático, de muitas formas. No plano da nupcialidade pós-Peste, revela um casal no qual a mulher morre na Peste, o seu viúvo tem tempo para casar de novo e ter uma filha, morrer também ele de peste, e ter a sua nova viúva novamente casada pouco tempo depois. Pelo meio, nasce uma criança – alegadamente do casamento efémero, o que garantiria os direitos sobre o emprazamento da sua mãe. Além disso, o facto de o casal original ter recebido o prazo do cabido vimaranense 26 anos antes da Peste, e a segunda mulher do foreiro original estar ainda viva em 1377,

¹²⁵² ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 36, n.º 32.

29 anos depois da Peste, evidencia a grande diferença de idades que tinha de haver entre Domingos Simões e Guiomar Esteves.

A maioria dos casos não é tão explícita. Casar segunda ou terceira vez após a viuvez era recorrente na Idade Média, mormente no caso feminino, onde a viuvez poderia acarretar maior exposição à pobreza em muitas circunstâncias. São viúvas as protagonistas de renúncias a prazos ou ações afins, no imediato pós-Peste¹²⁵³, o que parece corroborar o que atrás se disse, sendo possível que muitas delas acabassem por voltar a casar, se a oportunidade surgisse. Por outro lado, é possível que casamentos provocados pelo aumento exponencial do mercado nupcial se possam ter afastado ou aproximado de casamentos endogâmicos, mesmo fora do meio aristocrático: por um lado, familiares com parentescos afastados poderão ter procurado unir-se, enquanto muitas famílias, devastadas pela epidemia, poderão não ter tido alternativa a não ser casar totalmente fora do seu grupo quotidiano ou familiar; não temos como perceber se ambas as realidades, uma delas ou nenhuma se verificaram com frequência após 1348. Não será o ato de recasar que relaciona os casos arrolados inequivocamente com a Peste, mas a coincidência temporal. Nunca poderemos quantificar estas ações no caso português, o que nos impede de falar em explosão nupcial. Os poucos indícios não o desmentem, e os paralelismos nesse sentido com outras paragens europeias são admissíveis.

Nota ainda para a aproximação (ou ressurgimento de práticas cognáticas antigas, já então em desuso?) de famílias alargadas no contexto da mortalidade generalizada. Se muitas famílias terão sido varridas na sua totalidade pela Peste, outras, muito afetadas, poderão ter procurado estabelecer ou consolidar-se através de novos laços, validados pelo direito hereditário aplicado a tempos excecionais: Maria Eanes, viúva de Martim (?) Gonçalves Porrinho, vizinha de Montemor-o-Novo, faz composição com Lourenço Fernandes, filho de Fernando Lourenço, sobrinho do marido da mesma Maria Eanes, em

¹²⁵³ É disso exemplo: a 23 de junho de 1349, o cabido da Sé de Évora, reunido, "veendo e consirado o tempo em que se segia da mortindade por parte que os lavradores que lhi lavravam as erdades as nom podiam sosteer e manteer por razom dos homeens que nom podia aver estremadamente as molheres veuvas que ficaram", aceitou a encampação [renúncia] que D. Gontinha, moradora no Redondo, mulher viúva e velha, fez da herdade que trazia emprazada do cabido em sua vida, no termo do Redondo. O cabido aceita por graça, mercê e piedade, e D. Gontinha, agradecendo, doa ao cabido um pedaço de herdade junto desta que encampava. ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Fazenda, Capelas, próprios e foros, Escrituras, maço 1, antigo CH29.

1351, comprometendo-se a entregar-lhe as vinhas, casas, adega e louça que possui, após a sua morte, devendo o (a partir de então) herdeiro pagar à Igreja de Santa Maria do Açogue de Montemor-o-Novo 50 libras anuais, por esses bens, destinadas a manter uma capela por alma da doadora, seu marido, filho e pais¹²⁵⁴. Sozinha no mundo, esta mulher vê-se obrigada a estabelecer um acordo legal com aquele que parece ser o seu familiar mais próximo: um sobrinho-neto por afinidade.

A apresentação de alguns casos isolados e excepcionalmente bem documentados é o melhor que pode ser feito para falar das alterações na nupcialidade e, conseqüentemente, da natalidade do pós-Peste. Não sendo quantificável, não é possível tratar este aspeto segundo uma perspectiva demográfica, com tendências claras e estatisticamente verificáveis. Também não é possível saber se as eventuais alterações se tornaram permanentes ou, caso tal não tenha acontecido, por quanto tempo se prolongaram no tempo e com que efeitos.

9.2 – As ocupações e os incumprimentos motivados pela Peste Negra

Um pouco por todo o lado, os episódios de ocupação ou apropriação indevida motivados pela Peste podem tomar proporções violentas, como nas pilhagens a casas de vítimas da Peste que ficaram documentadas em Valência, na Coroa de Aragão¹²⁵⁵. Em Portugal, a Peste Negra, numa relação direta e comprovável, parece ter provocado um fenómeno de ocupações indevidas e de incumprimentos contratuais. No primeiro caso, os testemunhos dizem respeito a ocupações de bens de uma instituição ou indivíduo por parte de terceiros, depois da morte do caseiro, foreiro ou arrendatário, sem o estabelecimento de um contrato de qualquer tipo e sem lugar ao pagamento de rendas. No segundo, a relação entre senhorio e enfiteuta ou arrendatário foi contratualizada antes da Peste Negra, mas o as rendas e respetivos direitos desses bens deixaram de ser pagos com a eclosão da Peste.

¹²⁵⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 22, peça 055.

¹²⁵⁵ Com relatos deste tipo provenientes pelo menos de Barcelona e de Maiorca, mas também de áreas rurais. VERLINDEN, Charles - La grande peste de 1348 en Espagne : contribution à l'étude de ses conséquences économiques et sociales. *Revue Belge de Philologie et Histoire* 17 (1938), p. 109 ; LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 300-301, 305-306, 338-339, 343-344, doc. 10, 17, 57 e 62.

Apesar de se tratar de um problema eminentemente económico, e que levará décadas a resolver, como se verá, é claro que se deve ao caos disruptivo da Peste Negra, e funciona como uma prova indireta de graves perturbações demográficas e sociais. Tratando da questão económica no âmbito da diminuição de rendas vimaranenses, é importante deixar algumas notas sobre este fenómeno. Também neste aspeto, a Coroa de Aragão fornece um paralelo bem documentado – com a devida escala -, e que revela o aproveitamento, usurpação e apropriação indevida de bens alheios, alodiais ou foreiros a instituições, vagos por morte dos seus proprietários ou foreiros, ou simplesmente espoliados a um estrangeiro, a um órfão ou a uma viúva¹²⁵⁶. No caso português, e das duas comarcas estudadas em particular, os dados sobre este tipo de usurpações dizem respeito sobretudo a bens das instituições produtoras dos fundos; acidentalmente, pode haver alguns dados sobre bens privados que em algum momento posterior foram integrados no património destas instituições e, assim, tiveram os documentos anteriores a essa integração total ou parcialmente preservados. Uma vez mais, é possível encontrar algum paralelismo no Baixo Mondego¹²⁵⁷. São vários os tipos de irregularidades: podem ser usurpações puras, quando um ou mais indivíduos ocupam terras alheias no rescaldo da Peste Negra; podem ser incumprimentos de um foreiro que, até à Peste, sempre pagou com regularidade, deixando de o fazer com a epidemia; pode ser ainda incumprimento de herdeiros que, tendo recebido prazos, aforamentos ou arrendamentos em herança, por morte dos titulares com ou durante a Peste, não os assumem, ou assumem e não pagam os direitos ao senhorio.

O único caso explícito de usurpação de direitos iniciada com a Peste Negra é o de Gonçalo Viegas, comendador de Padrões, da Ordem de Santiago, acusado pelos habitantes de Padrões e de Almodôvar de usurpar vários direitos régios - o gado do vento, os bens dos intestados, certas coimas – além de forjar e abusar destes bens usurpados, impedindo tabeliães de publicar testamentos de recém-finados para reclamar os bens destes como intestados, ou apropriando-se de gado que tinha dono, não só usurpando os direitos régios como aplicando-os onde não eram aplicáveis. Tendo um dos inquiridos afirmado que o comendador o fazia desde o “tempo da pestellemença

¹²⁵⁶ SHIRK – *The Black Death in Aragon...*, p. 361-362.

¹²⁵⁷ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 90-91.

gramde”, é fulcral sublinhar que a inquirição é feita em 1376, quase trinta anos após a Peste e o presumível início destes abusos¹²⁵⁸.

Um dos casos documentados é o da já referida Guiomar Esteves, ainda que os contornos, nesse caso, vão além da pura ocupação, devido ao imbróglio de casamentos pós-Peste¹²⁵⁹. Ainda assim, trata-se de uma circunstância que, por não querer, não poder ou não conhecer, a Colegiada de Guimarães levou quase 30 anos a resolver.

Antes, no fim de 1353, é dirimida pelos juízes de Guimarães, Fernando Esteves e Estêvão Ribeiro, uma sentença que conclui um pleito entre o cabido vimaranense, por um lado, e Pedro Domingues e Maria Eanes, sua mulher, por outro. O cabido acusava-os de terem 12 maravedis de rendas atrasados, referentes ao casal de Barro, em Riba de Selho, à razão do foro de 3 maravedis anuais. Esse foro era devido a Domingos Vicente Vales, que "veo a adoeçer da doença de que morreu na Pestelença da era de oitenta e seis", tendo o seu testamenteiro doado essa renda ao Cabido vimaranense em 1351, para celebração de missas e aniversários. João Colaço, que era o foreiro do casal, "outrossy se passou no tempo e era que se o dito Domingos Vicente passou", e ficaram como foreiros Pedro Domingues e Maria Eanes, respetivamente genro e filha de João Colaço, trazendo "o dito casal do Barro de'la Pestelença aate que som quatro anos e nunca quiserom nem querem dar os sobreditos maravedis em cada huum ano"¹²⁶⁰. Neste caso, não houve contemplações: os réus são condenados a pagar a renda, sendo a sentença confirmada como definitiva no mês seguinte, já em 1354, por o dito Pedro Domingues alegar ter recorrido à justiça régia, mas não apresentar qualquer documento ou novidade desse recurso¹²⁶¹.

Em 1360, o cabido de Guimarães estabelece um acordo com Lourenço Pires, dito Gavrieiro, e Margarida Gonçalves, sua mulher, que encerra um pleito entre as duas partes. O cabido dizia que havia de receber um maravedi por ano das casas em que moravam os ditos Lourenço Pires e mulher, que estavam na Rua de Don'Anais, que lhe havia sido mandado por elas por Maria Pires Borneca. Os ditos moradores ocuparam a

¹²⁵⁸ *Inquirição sobre bens régios...*, p. 200-201. Os testemunhos focados na ação nefasta deste comendador espalham-se entre as páginas 176 e 213.

¹²⁵⁹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 36, n.º 32.

¹²⁶⁰ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 32, n.º 1.

¹²⁶¹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 32, n.º 1.

casa na "no ano da era de oitenta e seis anos", e recusavam-se a pagar foro até então. Segundo o acordo, o Cabido quita as dívidas de foro passadas aos moradores, e estes obrigam-se a pagar um foro de meio maravedi em cada São Miguel de setembro, metade do que era devido anteriormente por esta casa¹²⁶².

Ainda em 1360, temos conhecimento de uma sentença dirimida por Vicente Domingues, cónego de Guimarães, nomeado por juiz pelas partes: de um lado, o Cabido vimaranense; do outro, Gonçalo Eanes, carneiro, morador no Sabugal, termo do Castelo de Guimarães, e Maria Eanes, sua mulher. No centro da questão estavam herdades que o Cabido dizia que lhe pertenciam por legado testamentário de Francisco Geraldês, que foi tabelião de Guimarães, e que o casal dizia que nunca foram do tabelião e, como tal, nada deviam ao Cabido. É referido que o tabelião fez testamento no "mês de setembro da era de mil trezentos e oitenta e seis", e é um dos tabeliões que desaparece com a Peste¹²⁶³. O julgamento teve sessões a 26 de setembro e a 20 de novembro de 1360. No seu testamento, Francisco Geraldês deixava a Gonçalo Maior, filho de Domingas Pires, a sua quintã de Real, no julgado de Travassos (?), toda a sua herdade de Golães e Lestoso (?) e o casal de Rendufe; caso Gonçalo Maior morresse sem descendência legítima, os bens passariam para o Cabido de Santa Maria de Guimarães. Tendo isso acontecido, os réus apoderaram-se indevidamente desses bens. Chegando a um acordo, os réus ficam com um prazo desses bens na sua vida e na de uma terceira pessoa, devendo pagar três maravedis velhos de foro, em cada São João Batista, subindo para quatro na terceira pessoa, ficando os bens livres para o Cabido no fim do contrato.

Não querendo ser exaustivo nos exemplos de Guimarães (que não se esgotam nos que apresentei), por a eles voltar no próximo capítulo, é necessário sublinhar que tanto as usurpações e incumprimentos como as estratégias assumidas estão longe de serem exclusivos da Colegiada de Santa Maria da Oliveira. Ainda no Entre-Douro-e-Minho, temos casos que, não referindo a Peste Negra, são evidentes usurpações motivadas ou permitidas pelo flagelo: em Tui, em 1354, João Martins, cónego de Tui e vigário-geral do bispo tudense, D. João, encerra uma demanda entre o cabido da Sé, por um lado, e Maria Fernandes, viúva, filha de Fernando Eanes Ruivo, de Valença, moradora em

¹²⁶² AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 273.

¹²⁶³ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 33, n.º 27.

Valença, por outro, com sentença a favor do cabido. Na origem da demanda estavam a vinha e devesa das Aarrassadas, que a mulher traria indevidamente desde há seis anos, pelo que o dito cabido lhe exigia 15 cargas de vinho pelos anos passados e que ela desembargasse essas vinha e devesa. As partes acabam por acordar que os anos passados sejam quitados, e que a viúva fique obrigada ao Cabido em 1/4 dos frutos que a vinha e devesa derem¹²⁶⁴. Revelando uma capacidade recuperada de o senhorio se impor, trazendo a propriedade de novo para a sua esfera de ação, este acordo também demonstra que era melhor formalizar e manter um foreiro com historial conjuntural de incumprimentos e ocupação indevida do que não ter nenhum, mesmo sacrificando as rendas em atraso.

Em Braga, curiosamente, os testemunhos conhecidos deste tipo revelam uma ação bem mais musculada. Um deles está numa sentença de 1356, dirimida pelos vigários da Sé, encerrando uma demanda entre Estêvão Eanes, cónego de Braga, como provedor e administrador da Obra da Sé de Braga, por um lado, e Pedro Álvares, cidadão de Braga, e Maria Eanes, sua mulher, por outra. Na origem do pleito estava o foro de um meio casal a que chamavam de São Romão, na qual morou Salvador, que pertencia à quintã da Touroa, do Cabido de Guimarães, e que

"o dito Pedralvarez e sa molher tragem com sas pertenças em nome do dito Cabido na qual posse a dita Obra estava daver de cada huum ano os dictos dous maravedis per aqueles que o dicto meyo casal tragiam e lavravam ata o tempo da Pestilença da era de mil e trezentos e oytenta e seis annos e o dicto Pedralvarez e sa molher trage a dicta quintã e o dicto meyo casal como perteenças dela e nom quis nem quer dar nem pagar a mim nem aa dicta Obra em nome dela os dictos dinheiros que som dez maravedis que monta em çinquo annos que foram depois da pestilença pero lhos per muytas vezes pedi."¹²⁶⁵

Em nome da Obra, são exigidos os 10 maravedis velhos atrasados, o que é concedido em sentença, após as audições das partes. Os réus afirmam ter intenção de apelar à Corte de Roma, provavelmente para ganhar tempo, mas muito dificilmente o terão feito. Certo é que o foreiro, legítimo, se mantém, mesmo após a decisão desfavorável, mas é

¹²⁶⁴ ANTT, *Colegiada de Santo Estêvão de Valença*, Maço 5, doc. 8.

¹²⁶⁵ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta da Sé, Missas, Procissões e Acompanhamentos, doc. 4.

obrigado a restituir o valor de atraso acumulado desde a Peste Negra, quando entrou em incumprimento.

Também o rei, através dos seus oficiais, fazia valer os seus direitos, ainda que o réu fosse uma poderosa instituição como o Mosteiro de Grijó – que, por certo, não estaria só no lote de instituições que estariam dos dois lados da barricada no que toca aos incumprimentos. Em 1355, esse mosteiro de cónegos regrantes recebe uma sentença dirimida por Bartolomeu Domingues, juiz de Cabanões, que encerra uma demanda entre o Mosteiro de Grijó, por um lado, e Vicente Eanes, almoxarife de Cabanões, e Afonso Esteves, seu escrivão, por outra. Na origem do pleito estavam cinco libras que o almoxarife e o seu escrivão diziam que o mosteiro devia pagar ao rei em cada ano por trazer o seu gado de bois, vacas e porcos na gelfa do rei, exigindo que "lhe pagase trinta e sinco libras que amontou dela pestelensa aaca que nom pagaram as ditas sinco libras em cada hum ano". Feitas as alegações e apresentadas as provas, é dada como provada a explicação do mosteiro, que se compromete a pagar novamente dessa forma daí em diante¹²⁶⁶.

No Entre-Tejo-e-Odiana, seja pelo menor volume documental, seja por uma menor taxa de usurpações ou uma maior incapacidade de as instituições as reverterem – porque é na resolução do problema que são produzidos os documentos que nos chegam sobre estas questões – são mais raros os testemunhos deste tipo. Escolhemos um deles, cuja usurpação não está relacionada com a Peste Negra por ser anterior, mas foi resolvida através de um mecanismo típico do pós-Peste, o perdão de rendas em atraso: no final de 1352, o Mosteiro de Alcobaça faz uma composição com João de Santa Marinha, morador em Beja. Estando este a ocupar indevidamente uma casa do mosteiro, as partes acordam que o ocupante sairia e o mosteiro não lhe cobraria os foros em falta pelos anos de ocupação¹²⁶⁷. É dado a entender que a ocupação já durava há 10 anos, podendo remontar a 1342/43, mas o perdão das rendas parece ter sido feito no espírito pós-Peste; o mosteiro não parecia carecer deste foreiro, até por se tratar de um

¹²⁶⁶ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43 (Tombo de títulos de doações, compras, vendas, escambos, testamentos e outras coisas pertencentes à freguesia e couto de Grijó), fl. 242-245, doc. 8.

¹²⁶⁷ ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2ª incorporação, maço 64, doc. 8.

bem urbano, mas não terá levantado problemas quanto ao perdão das dívidas por solver – até porque a demanda se resolve amigavelmente, por avença e não sentença.

Também sobre os bens da abadia alcobacense em Beja, surge um caso de incumprimento de herdeiros, neste caso com uma relação quase direta com a Peste Negra: em 1350, cumprindo mandato régio, o tabelião de Beja Rodrigo Esteves cita Vicente, almuinheiro, tutor de Teresa, filha de Gomes Eanes e neta de João Domingues de Beja, para responder pelas dívidas que o seu avô deixou depois de morrer ao Mosteiro de Alcobaça, pelo arrendamento de uma terra no termo de Beja¹²⁶⁸. A questão não se esgota aqui: uma sentença de 1353 encerra a demanda entre o mosteiro alcobacense e essa Teresa, por causa de umas terras pertencentes ao mosteiro situadas em Beja, Beringel e Alvito, que o seu pai trouxe de prazo e pelo qual não se pagava foros. Foi julgada como rebelde, por não comparecer nem se fazer representar, tendo sido ordenada a venda de uma quinta em Beja para pagamento das dívidas¹²⁶⁹; uma segunda sentença do mesmo ano é ainda mais pesada: por causa de umas terras pertencentes ao mosteiro situadas em Beja, Beringel e Alvito, anteriormente arrendadas por nove anos a João Eanes, seu avô, por 1300 libras anuais em cada 1º de maio, e tendo-se Teresa apoderado dos ditos bens à morte de João Eanes, não pagando a dita renda dos três anos anteriores que agora o mosteiro lhe demandava, acrescentando-se ainda 162,5 libras de penas, outras 221 libras e 5 soldos por dívidas do seu pai e mais 600 libras a pagar por seis anos de legados pela alma de Gomes Eanes, seu pai, e que ela nunca pagara. A ré é novamente condenada como rebelde, por não se ter feito representar devidamente¹²⁷⁰.

Naturalmente, sempre houve ocupações indevidas e usurpações dos bens alheios. Porém, o que parece mudar com a Peste Negra é a flexibilidade das instituições na resolução dos problemas legais levantados por estas ocorrências. Há vários casos de irregularidades deste tipo em Guimarães antes da Peste Negra, mas a cobrança dos direitos dos anos em falta, por vezes com a expulsão do ocupante, é a regra geral¹²⁷¹,

¹²⁶⁸ ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2ª incorporação, maço 4, doc. 120.

¹²⁶⁹ ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2ª incorporação, maço 59, doc. 12.

¹²⁷⁰ ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2ª incorporação, maço 59, doc. 9.

¹²⁷¹ Dois exemplos vimaranenses: em 1330, os juízes de Guimarães julgaram por rebeldes Maria Loureiro e André Vicente, por se haverem apoderado indevidamente de bens e rendas do casal de Riba de Selho, que havia sido de Domingos Raimundes e de Vicente Eanes, cujas rendas deveriam destinar-se a

invertendo-se a tendência após a Peste. Ainda que os exemplos não abundem fora do espaço vimaranense, estendem-se do extremo setentrional do território português, no Vale do Minho, à planície baixo-alentejana. Todos parecem apontar para uma conclusão: muitos indivíduos, na grande maioria pertencentes aos estratos não-privilegiados, sentem-se livres para ocupar, durante anos, bens de instituições tão poderosas como a Colegiada de Guimarães e o Mosteiro de Alcobaça, sem prestar qualquer conta dessa ocupação. Descobertos ou chamados à justiça, continuam em posição favorável para verem as dívidas do incumprimento parcial ou totalmente perdoadas, mantendo-se no bem como foreiros legítimos ou saindo sem qualquer penalização, por vezes com uma renda reduzida face ao valor de referência da propriedade em causa. Não se trata de reivindicação pessoal ou levantamentos populares: trata-se, sim, de indivíduos que, vendo uma oportunidade de melhorar a sua condição, optam deliberadamente por infringir a lei, retirando proveito disso mesmo após a regularização da sua situação. Uma vez mais, é o número anormalmente elevado dos que o fazem que constitui novidade, e não o comportamento.

A balança pendia um pouco mais do que antes para o lado dos não-privilegiados, e a Peste Negra foi, sem dúvida, o fator decisivo. Ainda que seja uma miragem realizar um estudo deste tipo para Portugal, a análise das fontes fiscais extraordinariamente completas da cidade-estado italiana de Lucca demonstra que a segunda metade do século XIV assistiu ao maior esbatimento das desigualdades económicas entre os

aniversários. Os juízes condenaram os réus a restituir o prejuízo à colegiada vimaranense. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 24, n.º 39; de 1335, chegou-nos uma sentença dirimida pelos juízes de Guimarães, pondo fim à demanda entre o Cabido vimaranense e João Colaço, a propósito de uma herdade e casas pertencentes, em Riba de Selho, que eram foreiras ao Cabido em 32 soldos e 4 dinheiros. Descobre-se que esta herdade foi indevidamente trocada com João Colaço por Guiomar Vasques com desconhecimento de João Colaço. O escambo é revertido, Guiomar Vasques retoma o domínio útil da terra, ficando obrigada a pagar os foros em atraso. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 27, n.º 17. Um exemplo portuense: em 1335, o Cabido da Sé do Porto e Pedro Afonso, tutor de Gomes Pires, seu filho, encerram um pleito com uma composição. Na origem da demanda estavam umas casas ante a Feira do Porto, junto ao Muro e à Rua da Sapataria, que Pedro Pais, cónego, deixou ao dito menor. O Cabido deveria receber por estas casas 2 maravedis anuais, e o Coro da Sé outro maravedi, por um legado deixado por Domingos Pires, raçoeiro e que fora juiz do Porto. Nos 12 anos anteriores esse legado não havia sido pago, pelo que tolhiam a posse das casas. O pai e tutor comprometeu-se a pagar os 36 maravedis em atraso, assim como em cumprir o legado daí para a frente, pelo que o Cabido lhe restituiu a posse das casas, em nome do seu filho. ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 8º, fl. 30.

habitantes desse território que se pôde determinar para os séculos XIV, XV e XVI¹²⁷². Talvez mais do que em qualquer momento anterior, parece haver uma ‘autoconsciencialização’ do foreiro enquanto uma riqueza por si. A sua presença, garantindo a produtividade e manutenção de uma propriedade, justificava que as instituições fechassem os olhos a irregularidades anteriores e o recebessem de braços abertos. Na nova realidade pós-Peste, todos ficavam a ganhar – mas, sem dúvida, eram os que menos podiam e menos tinham que puderam ganhar. Cada indivíduo valia mais do que alguma vez valera em gerações. Esta leitura parece confirmar-se no plano económico, com a quebra generalizada das rendas fundiárias, analisadas no capítulo seguinte.

9.3 – Um caso particular: o trauma do interdito do Porto em tempo de peste

Um dos testemunhos mais impressionantes do pós-peste é aquele que é dado por uma exigência que o concelho do Porto faz ao bispo da cidade, em 1354, durante o processo que opunha a igreja do Porto ao concelho da cidade e ao rei, sobre parte da jurisdição da cidade e outros tantos conflitos¹²⁷³. A demanda arrastava-se há anos e tinha levado o bispo a exilar-se em Castela, onde permaneceu anos e a partir de onde geria a sua diocese. É notável o longo rol de queixas do bispo e do cabido, onde se fala da apropriação que o rei fez de rossios e direitos no Porto, de desrespeito das jurisdições, de ações semelhantes por parte do Concelho do Porto, remontando sobretudo aos 10 ou 15 anos anteriores. Acusavam o rei de tomar as rendas do bispado havia já quatro anos, dizendo o rei que o fizera porque o bispo se fora do reino sem razão nem direito. O procurador do rei diz que o bispo do Porto o difamou gravemente, afirmando que a guerra contra Afonso XI de Castela não devia ter sido feita, pregando em público essas difamações, até numa missa na catedral de Salamanca, na presença dos membros da universidade. Os juízes recusam o pedido de indemnização de 300000 libras e de 1000 marcos de prata que o Concelho pediu ao bispo pelas injúrias do interdito e pela quebra da composição.

¹²⁷² AMMANNATI, Francesco - La Peste Nera e la distribuzione della proprietà nella Lucchesia del tardo medioevo. *Popolazione e Storia* 15:2 (2015), p. 21-45.

¹²⁷³ *Corpus Codicum...*, vol. II, p. 3-263.

Durante todo o tempo que durou o longo processo, o bispo ausente lançou um interdito sobre todo o território diocesano do Porto. Os impedimentos decorrentes deste tipo de sanção eram social e mentalmente impactantes para as populações a eles submetidas: suspensão de todas as atividades religiosas, com proibição de celebração de atos litúrgicos, suspensão não só de cerimónias fúnebres, mas também de qualquer enterramento em solo sagrado, interdição de toque de sinos, entre outras. Tendo a Peste Negra apanhado a diocese do Porto e, sobretudo, a própria cidade sob interdito, a doença foi vivida em condições extraordinárias para os seus habitantes: a vaga de mortos não poderia ser enterrada nos cemitérios cristãos, restando aos seus familiares depositar os corpos em algum sítio, enterrando-os provisoriamente, por exemplo, ou aceitando a impossibilidade de reverter essa situação. Não é inédito uma peste apanhar uma cidade sob interdito: acontecerá em Palência, em 1466¹²⁷⁴, mas em nenhum outro caso a excomunhão diocesana durará tanto tempo, englobará epidemias tão extraordinariamente destrutivas como a Peste Negra ou condenará um número sem precedentes de fiéis a um sepultamento profano.

Trata-se de uma situação espiritualmente insustentável. Ainda que não tenhamos testemunhos do momento em que acontece – como vimos, o silêncio documental do Porto é um dos maiores registados no período da Peste -, as restrições impostas pelo interdito e as consequências que tiveram nos enterramentos dos empestados não foram esquecidas pelos portuenses. A indemnização pedida pela cidade ao bispo e ao seu cabido, é fabulosa no seu valor – a título de comparação, refira-se as cerca de 600 000 libras portuguesas em que o conjunto de praticamente todas as igrejas e benefícios eclesiásticos portugueses são avaliados em 1320-21 – e a infâmia dos enterramentos profanos é assumida como um dos motivos que leva a esse pedido¹²⁷⁵. O interdito durará ainda décadas até ser levantado, e a questão não cairá no esquecimento: ainda durante a crise de 1383-85: se fizermos fé no que conta Fernão Lopes, uma das ações

¹²⁷⁴ FUENTE PÉREZ, María Jesús – El impacto de la peste en una ciudad castellana en la Baja Edad Media, Palencia. *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses* 59 (1988), p. 415-432.

¹²⁷⁵ *e outrosi padeçerom os da dicta cidade e padeçem muytas e desdanhadas e graues jniurias violentas enterrando ante da pestellença em no tenpo e depois muytos homeens boos e bonas donas e muytos dos seus diuidos e outros uizinhos da Çidade em nos monturos e em outros lugares deshordinhados. O qual mal e emjurias e violenças e danos e custas pedem a uos que lhe façades correger com trezentas uezes mil libras a que o estimam saluo a dita caussaçom e lhe façades relleuar o dito Jnterdito e sentenças que assi pos como dite he* – sessão de 25 de outubro de 1354, *Corpus Codicum...*, vol. II, p. 3-263.

levadas a cabo pelos portuenses em revolta foi a exumação dos mortos que haviam sido sepultados de modo profano em monturos, para lhes darem nova sepultura, em terreno sagrado e de acordo com o que a liturgia e os costumes cristãos preveem.

“E amdamdo assi pella çidade, foromsse aa See, omde gramdes tempos avia que era posto interdito e nom soterravom nehuum e começaram de tanger os sinos e fazer dizer missas e dessoterrar os mortos homde jaziam emterrados e tragellos demtro aa igreja e nehuuma pessoa ousava esto contradizer”¹²⁷⁶.

A tensão há muito reprimida emergia. O inimigo era o Castelhana, a rainha viúva e sua filha, o bispo que lançara o interdito há décadas e privava os seus mortos dos ritos da salvação. Pouco importa: uma ferida rasgada ainda mais pela Peste tinha então um pretexto para ser parcialmente curada.

9.4 – Novas preocupações de ‘saúde pública’?

Uma das consequências de longo prazo normalmente associada ao período posterior à Peste Negra é o do desenvolvimento de uma preocupação das autoridades com a manutenção e limpeza dos espaços públicos, do abastecimento de água potável e escoamento de efluentes e águas pluviais, num esforço de evitar a corrupção do ar à qual atribuíam fenómenos como a peste, mas também de tornar os espaços urbanos mais salubres, das fontes às ruas, passando por espaços domésticos e comerciais¹²⁷⁷. No plano europeu, este tipo de preocupações não nasce com a Peste, é anterior. Vem do século XIII, em certas cidades italianas e inglesas, por exemplo, e a ligação entre imundice em espaço público, maus cheiros e problemas de saúde, individuais e coletivos, estava já plenamente estabelecida¹²⁷⁸ e era, na verdade, essencial para a formulação da teoria miasmática. Além desta legislação e normativa de cariz local, o final do século XIV assiste já a ordenações de cariz régio e nacional em Inglaterra, por exemplo, com uma primeira lei nacional para garantir uma maior higiene urbana com fins de salubridade e ‘profilaxia’¹²⁷⁹. Em Valência, para ser dado um exemplo ibérico, as

¹²⁷⁶ LOPES - *Crónica de D. João I...*, vol. I, cap. XLVI, p. 93-94.

¹²⁷⁷ EWERT, Ulf Christian - Water, public hygiene and fire control in medieval towns: facing collective goods problems while ensuring the quality of life. *Historical Social Research* 32:4 (2007), p. 222-51.

¹²⁷⁸ CIECIEZNSKI, N. J. - The stench of disease: public health and the environment in late-medieval English towns and cities. *Health, Culture & Society* 4 (2013), p. 92-104.

¹²⁷⁹ BOUCHER, Charles E. - The Black Death in Bristol. *Transactions of the Bristol & Gloucestershire Archaeological Society* 60 (1938), p. 44-45.

autoridades da cidade redobram a sua atenção face à acumulação de lixo e detritos na urbe, concretamente com propósitos profiláticos e de higiene, acrescentando ainda preocupações pela insalubridade das águas estagnadas que, entre pântanos e arrozais, ocupariam parte dos arredores¹²⁸⁰. Novos métodos e interesses de investigação têm permitido trazer a arqueologia para o estudo integrado dos ambientes urbanos medievais, a sua relação com a propagação de certas doenças, com poluição diversa e com a gestão do espaço urbano pelas autoridades, por um lado, e pelos próprios habitantes, por outro¹²⁸¹.

A arqueologia tem permitido descobertas notáveis sobre estas ecologias urbanas e sobre os problemas levantados pelas condições sanitárias das cidades medievais, da análise de parasitas provenientes de fossas e latrinas, a sistemas de escoamento e esgotos, abastecimento de água, etc¹²⁸². Neste caso, porém, interessa-nos sobretudo a ação levada a cabo pelas autoridades locais, por um lado, e exigida pelos próprios habitantes, por outro, segundo a leitura coeva da necessidade de controlar o lixo e os desperdícios e tornar mais salubre um espaço geograficamente pequeno, mas densamente povoado e partilhado, onde se vivia, comia e bebia, produzia e comerciava, convivia e morria.

No caso português, para o período em estudo, as informações são raras. Até 1379, a documentação municipal sobrevivente é muito escassa, e nem sempre fácil de datar. Por outro lado, é legítimo assumir que as preocupações levantadas com a acumulação de lixo, ou a gestão dos desperdícios produzidos por certas atividades mais ‘suja’, como os pelames e a carniçaria, se torne mais premente com a evolução dos núcleos urbanos. Como se tem referido e se verá com redobrada atenção no capítulo 11, as cidades portuguesas eram mais pequenas do que a norma europeia, e os problemas levantados pela higiene urbana poderiam ser atenuados por essa dimensão menor.

¹²⁸⁰ RUBIO – *Peste Negra, Crisis y Comportamientos Sociales...*, p. 76-81.

¹²⁸¹ Um caso muito interessante é o estudo da “patoecologia” de Iorque, um estudo de caso proveniente de uma das mais importantes cidades da Inglaterra medieval, com uma vivência urbana contínua desde a Antiguidade Tardia: KING, Gary; HENDERSON, Charlotte - Living cheek by jowl: The pathoecology of medieval York. *Quaternary International* xxx (2013), p. 1–12. doi:10.1016/j.quaint.2013.07.032.

¹²⁸² Cruzando os dados arqueológicos com as interpretações médicas medievais sobre parasitas intestinais, Piers Mitchell oferece casos de estudo muito interessantes: MITCHELL, Piers D. - Human parasites in medieval Europe: lifestyle, sanitation and medical treatment. *Advances in Parasitology* 90 (2015), p. 389-420. DOI: 10.1016/bs.apar.2015.05.001.

Independentemente do crescimento urbano, o final do período em estudo testemunha o aparecimento – ou o registo – de uma série de medidas locais com um propósito concreto de limpeza e manutenção de espaços urbanos públicos. Vale a pena, por isso, alargar um pouco o olhar, neste tópico em concreto, começando por regressar ao pioneiro trabalho de Maria José Pimenta Ferro sobre o tema¹²⁸³, pouco acrescentado nas últimas décadas. A normativa local, exarada pelas autoridades municipais ou pelos oficiais régios da comarca, é fonte principal, não só em Portugal, como no resto da Península Ibérica¹²⁸⁴. As principais cidades do reino são a proveniência expectável destas fontes, mas a sua riqueza é desigual. Algumas legam-nos informações deste tipo pela negativa, ou seja, indicações de que havia problemas de salubridade com os quais a população convivia sem aparente problema: em Guimarães, é autoexplicativa a designação de *rio merdeiro* ou *merdário* dada a uma linha de água junto da vila em cronologias tão recuadas como os meados do século XII¹²⁸⁵. Pela ação positiva, o Porto surge como um exemplo precoce na manutenção de quarentenas, a partir de 1460¹²⁸⁶, completando-se o essencial da normativa sobre a limpeza e manutenção da higiene dos espaços públicos portuenses sobretudo com questões ligados aos cheiros e resíduos de atividades profissionais como os curtumes, junto ao Rio da Vila¹²⁸⁷.

Por outro lado, tanto as posturas eborenses do final do século XIV, como o regimento dado à cidade por D. João I em 1392, preveem o combate à acumulação de lixo e esterco, não só por questões estéticas e organizacionais, mas também como medida profilática consciente e assumida, indo ao encontro a ações semelhante por parte das autoridades lisboetas¹²⁸⁸. As medidas multiplicam-se, difundem-se e

¹²⁸³ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - A política municipal de saúde pública: séculos XIV-XV. *Revista de História Económica e Social* 19 (1987), p. 17-32.

¹²⁸⁴ Como demonstram, por exemplo, os trabalhos de Agustin Rubio e Guillem Roca Cabau para diversas áreas da Coroa de Aragão: RUBIO - *Peste negra, crisis y comportamientos...*; ROCA CABAU, Guillem - Medidas municipais contra la peste en la Lleida del siglo XIV e inicios del XV. *Dynamis: Acta Hispanica ed Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam* 38:1 (2018), p. 15-39.

¹²⁸⁵ FERREIRA – *Guimarães. Duas Vilas...*, p. 294, nota 530.

¹²⁸⁶ TAVARES – A política municipal..., p. 21.

¹²⁸⁷ GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*. Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1987, p. 32, 37; MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320 – c. 1415*. Braga: Edição do Autor, 2009. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho, Vol. 1, 227-231.

¹²⁸⁸ TAVARES – A política municipal..., p. 28-30. O livro das posturas antigas de Lisboa, compilado na segunda metade do século XV e início do XVI, contém já muitas normas concretamente dirigidas a tempos de peste, como a proibição que alguém vá de Lisboa para alguma área afetada pela peste, ou venha de lá para a cidade, sob pena de 500 reais. Nesta cronologia, este tipo de medidas era já comum a quase todos

consolidam-se ao longo do século XV, mas a influência da Peste Negra, por si, só poderá ser indireta e de longo prazo, como primeira manifestação de uma nova realidade epidemiológica que marcará os séculos seguintes. Trata-se de um processo que, em Portugal, parece iniciar-se apenas três décadas após a Peste Negra, numa fase de retoma da dinâmica urbana, sobretudo nas cidades portuárias e em centros cada vez mais relevantes no itinerário régio, como Évora. Caso a Peste Negra tivesse sido um fenómeno único e sem continuidade, não é impossível que o progresso nas políticas de gestão dos espaços públicos se tivesse feito de igual forma. A ocorrência de novos surtos, porém, contribuiu, sem dúvida, para que esse progresso tivesse lugar.

9.5 - Tensões sociais no reinado de D. Fernando – algum papel a atribuir à Peste?

A relação das consequências socioeconómicas da Peste Negra com a agitação social da segunda metade do século XIV, vivida um pouco por toda a Europa, é um tema canónico e de larga fortuna historiográfica. Também em Portugal – onde, de resto e com algumas exceções, as revoltas populares e as tensões sociais deste período foram pouco exploradas, com notáveis exceções -, ela já foi sugerida¹²⁸⁹. Trata-se de um problema complexo, onde a Peste Negra apenas poderá ter um papel residual. Mesmo no resto da Europa, as causas são múltiplas, complexas e de diferente peso em cada local. Apesar de a maioria das revoltas mais violentas, sobretudo a célebre *Jacquerie* francesa de 1358 ou a revolta camponesa inglesa de 1381, se dar após a Peste Negra¹²⁹⁰, a sua origem

os aglomerados urbanos do reino. *Livro das Posturas Antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 39-40. Mário da Costa Roque fez também um apanhado destas medidas – incluindo aquelas concretamente dedicadas à profilaxia da peste -, sobretudo quatrocentistas, não só em Lisboa como na maioria das cidades importantes que nos legaram posturas e vereações: ROQUE – *As Pestes Medievais Europeias...*, p. 175-214.

¹²⁸⁹ Um exemplo é o conjunto de consequências sociais recolhido no célebre artigo conjunto dirigido por Virgínia Rau e Oliveira Marques, assim como um pequeno ensaio de Humberto Baquero Moreno – co-autor do artigo anterior - sobre uma eventual influência das consequências da Peste Negra na evolução dos acontecimentos que conduziram à crise de 1383-85: MARQUES (dir.)– Para o Estudo da Peste...; MORENO - Reflexos da peste negra..., p. 373-386; outro exemplo, é o breve ensaio de Maria José Pimenta Ferro Tavares sobre conflitos sociais em Portugal no século XIV, ainda que, neste caso, a autora integre não só a Peste Negra, como as suas sucessoras imediatas, num conjunto alargado de fatores, entre os quais as fomes e carestias, guerras e desastres naturais diversos; de resto, esta visão integrada é, segundo creio, a mais acertada: TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – Conflitos sociais em Portugal no fim do século XIV. In *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV. Jornadas de História Medieval. Actas*. Lisboa: História e Crítica, 1985, p. 311-319.

¹²⁹⁰ Esta concentração nas décadas pós-Peste destaca-se e é destacada por Samuel K. Cohn no seu manual de fontes e excertos sobre as revoltas populares nas França, Flandres e Itália tardo medievais, que recolhe

dever-se-á bem mais à economia de guerra do ciclo da Guerra dos Cem Anos, sobretudo no caso francês, onde os desaires da primeira fase e a captura do rei João II em 1356 levaram a uma situação quase insustentável que precipitou a revolta massiva dos não-privilegiados.

O final do reinado de D. Afonso IV e o reinado de D. Pedro I não parecem ter assistido à eclosão de conflitos sociais de larga escala. Como adiante se verá, a ‘fatura’ do pós-Peste não parece ter recaído sobre os ombros da maioria da população. De facto, em Portugal, um elemento determinante para parte das revoltas populares além-Pirenéus era quase inexistente: o aumento exponencial de obrigações fiscais impostas. Estas obrigações fiscais tanto provocavam conflitos e revoltas, como eram agravadas num contexto prévio de conflito e revolta, como no caso do estabelecimento de uma lutuosa devida ao conde da Flandres por todos os seus súbditos, feito num contexto de pós-Peste e quase-guerra civil entre o conde e as principais cidades do condado, a partir de 1372, num gesto claro de expansão e consolidação da sua autoridade, aproveitando tempos de instabilidade¹²⁹¹. Por outro lado, numa reflexão proposta por Samuel K. Cohn, se a maioria das revoltas populares em Inglaterra, França e territórios satélite parecem dever-se a questões de sobrecarga fiscal, o conjunto extraordinário de revoltas que se verifica no Norte e Centro de Itália nas décadas posteriores à Peste Negra tem uma motivação diferente, política, e fundamenta-se numa verdadeira contestação das estruturas sociais, de poder e de acesso ao poder¹²⁹². Quanto de cada, ou de nenhuma delas, se poderá aplicar a Portugal nas décadas que se seguem à Peste Negra? Esta questão, levantada por Armando Luís de Carvalho Homem há mais de 40 anos, ainda permanece sem resposta clara ou composta¹²⁹³, mas há alguns dados mais.

milhares de relatos de centenas de ocorrências um pouco por toda a Europa: COHN, Samuel K. - *Popular protest in late-medieval Europe: Italy, France and Flanders*. Manchester: Manchester University Press, 2005, p. 1-15, 87-92, 143-150, 201-205, 261-267.

¹²⁹¹ KITTELL, Ellen E. - Death and taxes: mortmain payments and the authority of the Count in fourteenth-century Flanders. *Continuity and Change* 28:2 (2013), p. 187-211. <https://doi.org/10.1017/S0268416013000258>.

¹²⁹² COHN, Samuel K. - Popular insurrection and the Black Death: a comparative view. *Past & Present* 195:2 (2007), p. 199-204.

¹²⁹³ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Nótula sobre um levantamento popular nas vésperas do Interregno. Separata de *Bracara Augusta* XXXII:73-74 (85-86) (1978).

A existência de episódios violentos é uma realidade de todos os tempos, e a sua ocorrência e registo documental não significa, por si, uma evidência de períodos particularmente agitados. É uma barreira difícil de estabelecer aquela que separa episódios esporádicos de acontecimentos sistemáticos e reveladores de uma instabilidade crescente ou anormal. No século XIV, também, as formas de opressão dos privilegiados sobre outros privilegiados – sobretudo instituições eclesiásticas – ou sobre os não-privilegiados eram diversas, e constituíam uma realidade mais ou menos quotidiana. A pressão violenta não o seria tanto, assim como não seria habitual uma reação violenta por parte dos estratos mais desfavorecidos da pirâmide social. Como foi referido, todo o século XIV europeu, sobretudo nas décadas do pós-Peste, é fértil em revoltas populares de larga escala. Mas, em Portugal, e citando Maria Helena da Cruz Coelho, a

“resistência do campesinato, nesta área, seria habitualmente passiva e individual, negligenciando os deveres para com os senhores, mas, por vezes, alarga-se a toda uma aldeia e assume proporções mais vastas, prolongando-se as questões nas instâncias jurídicas”.¹²⁹⁴

As revoltas populares organizadas são raras, fulminantes, de pequena dimensão e, também por isso, poderão ter passado maioritariamente indocumentadas¹²⁹⁵ – mas nem todas o ficaram, como se verá, Em Portugal, parecem ser quase sempre de cariz ‘urbano’, mesmo em pequenos núcleos – trata-se, sobretudo, de revoltas de homens dos ofícios mecânicos, e não de lavradores e jornaleiros, como demonstrou Maria José Pimenta Ferro há quase meio século¹²⁹⁶, quando esta autora pôde recolher referências a mais de uma dezenas de “uniões” contra o rei, balizadas entre 1371 e 1379, além de outros dados avulsos sobre confiscação de bens feitas pelo rei entre 1369 e 1383 por “desserviço”, “traição” ou por parte em “uniões”¹²⁹⁷. Para Maria José Pimenta Ferro, é

¹²⁹⁴ COELHO – *O Baixo Mondego...*, p. 643.

¹²⁹⁵ A raridade destes testemunhos prolonga-se pelo século XV, como confirma o pequeno estudo de caso de Luís Miguel Duarte sobre uma ‘micro-revolta’ nas margens do Lima, algures antes de 1471: DUARTE, Luís Miguel - A revolta de Vila Mou. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Universidade de Porto. Faculdade de Letras, 2003, vol. II, p. 789-794.

¹²⁹⁶ FERRO, Maria José Pimenta – A Revolta dos Mesterais de 1383. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. 1977. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, Vol. I, p. 357-383.

¹²⁹⁷ FERRO – A Revolta dos Mesterais de 1383..., p. 371-375.

nestas pequenas erupções mal documentadas que encontram os embriões dos levantamentos generalizados de 1383, após a morte de D. Fernando, com as consequências conhecidas.

Em Portugal, o reinado de D. Fernando, num contexto de guerra quase permanente entre 1369 e 1374, cria as condições ideais para uma revolta em potência. O esgotamento do tesouro régio e a necessidade de lançar pedidos e impostos para manter tanto o esforço bélico, como o próprio funcionamento da organização da Coroa (questão a que voltarei no capítulo seguinte) foram apenas o ponto de partida. A sucessiva alienação de direitos da Coroa, ainda que de forma temporária, a favor de diversos aristocratas decisivamente importantes na máquina de guerra portuguesa, permitiu abusos constantes¹²⁹⁸ e terá lançado as sementes de uma tensão transversal a todo o reino. Estas circunstâncias, aliadas às quebras de moeda de que os povos se queixam profusamente nas Cortes de 1371, e agravadas ainda mais pelo casamento com Leonor Teles, que enfrenta desaprovação geral de privilegiados e não-privilegiados, estabelece as bases de um afastamento difícil de remediar entre o rei e o seu reino.

O rei, permanente juiz e figura do temperamento (por si, ou pelos seus oficiais) do ímpeto dominador não só dos grandes senhores, como da pequena fidalguia local, sobre as camadas populares, desequilibra totalmente o jogo a favor dos primeiros, pela necessidade premente e circunstancial, abrindo feridas que não serão saradas nos anos seguintes. Estão em causa as quatro “funções do rei”, definidas por Luís Miguel Duarte¹²⁹⁹. Um caso apenas, por ser esclarecedor quanto baste, chega através de uma queixa do concelho portuense ao rei, datada de dezembro 1374: os homens-bons do Porto dizem que, ao contrário do costume de não pousarem fidalgos e homens poderosos na cidade por mais de três dias, e nunca com filhamento de mantimentos, isso acontecia desde o início da guerra, levando o rei a ordenar às suas justiças que não o permitissem¹³⁰⁰. A guerra, tal como a Peste e outros eventos particularmente traumáticos, provoca sempre um certo nível de disrupção, com oportunismos diversos,

¹²⁹⁸ Refira-se um exemplo solitário, pela prepotência exercida sem aparentes consequências: o comendador de Padrões, da Ordem de Santiago, Gonçalo Viegas, que se apropria de bens régios na área do Campo de Ourique e espolia de várias formas os habitantes da área de forma continuada. *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 63-70.

¹²⁹⁹ O rei justiceiro, protetor, legislador e juiz. DUARTE – *Justiça e Criminalidade...*, p. 84-91.

¹³⁰⁰ *Corpus Codicum*, Livro 6, fascículo IV, p. 61, doc. 44, [Livro II de Pergaminhos da Câmara do Porto].

provenientes de todos os estratos sociais, que veem, numa situação excepcional, oportunidades excepcionais. Por norma, a corda rebentava para o lado mais fraco.

A chancelaria de D. Fernando é pródiga em testemunhos de alienação de direitos e jurisdições régias, tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana, que, ainda que temporárias ou parciais na sua maioria, constituíam um encargo duplo para uma população exposta à guerra como já não aconteceria em décadas. Além das cedências de direitos e jurisdições motivadas pelas guerras, há ainda a manutenção dos senhorios, territorialmente descontínuos, mas expressivos, que D. Pedro I havia criado para os meios-irmãos do rei, filhos de D. Pedro I e de Inês de Castro¹³⁰¹. É significativo que essas excisões territoriais e jurisdicionais não tenham levantado protestos dos concelhos, e estes se tenham queixado apenas uma década mais tarde, quando as circunstâncias haviam piorado consideravelmente, e o novo rei, mais fragilizado, flexível, ou ambos, estaria mais aberto (ou exposto) a essas reclamações. Procurando compensar os principais concelhos, o rei vai integrar muitos julgados e concelhos menores na jurisdição de outros maiores; porém, esta situação não terá resolvido o problema dos grandes concelhos (empobrecidos e territorialmente mutilados pelos novos senhorios dos Infantes), e acrescentou ainda o ressentimento dos homens dos territórios anexados¹³⁰².

¹³⁰¹ Ao Infante D. Dinis, o rei confirma, em 1370, a doação (feita por D. Pedro I em 1361 - *Chancelaria D. Pedro I*, doc. 828, p. 374-376) da vila de Prado, a par de Braga, as terras e julgados de Murça, Jales, São João de Rei, Santo Estêvão de Geraz de Riba de Lima, Santa Cruz de Riba de Tâmega, Azurara, Valdevez, Parahal e Maia, esta última sem os julgados de Massarelos e Bouças, com todas as suas jurisdições e direitos, estabelecendo a sucessão e os seus moldes - ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 50v-51;

¹³⁰² Em 1369, o rei D. Fernando ordena a integração de vários julgados vizinhos no termo do Porto: Bouças, Massarelos, Gondomar, Maia, Refojos, de Aguiar e de Penafiel de Sousa, vendo-se obrigado a dar um regimento de justiça diferenciado, tendo em conta as distâncias díspares entre cada um dos ditos julgados e o Porto; poucos dias depois, é ainda acrescentado o julgado de Melres - *Corpus Codicum*, Livro 1, p. 110 [fl. 41 do original]; Livro 6, fascículo IV, p. 49-52, doc. 32 e 34, [Livro II de Pergaminhos da Câmara do Porto], [Livro II de Pergaminhos da Câmara do Porto]. Em 1370, depois de ter confirmado ao seu irmão, o Infante D. Dinis, o julgado de Geraz [do Lima], de Santo Estêvão e parte do de Valdevez, o rei procura compensar o concelho de Ponte de Lima, para que a vila seja bem povoada e a sua cerca nova e forte seja bem-defendida, integrando no seu termo os julgados de Regalados e de Vila Chã, assim como parte do julgado de Nóbrega, onde se inclui Ponte da Barca, e do de Neiva - ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 60v-61; a Guimarães, em 1369, que havia sido igualmente mutilada pela constituição do senhorio do Infante D. João em 1361 (neste caso, pela desanexação da Terra de Riba de Vizela), e gravemente atacada pelo rei castelhano na I Guerra Fernandina, D. Fernando concede vários privilégios a Guimarães. Em primeiro lugar, e queixando-se o concelho de ter sido gravemente afetado pela entrega de terras feita por D. Pedro ao infante D. João, sendo despovoada a vila, sobretudo dentro de muralhas, o rei anexa-lhes os julgados e concelhos de Freitas, Vermoim e Felgueiras; une a vila do Castelo ao resto

Mesmo na sua reflexão sobre o tema, Maria José Ferro Tavares elenca uma série de pequenos conflitos locais, entre concelhos, entre elementos do mesmo concelho, um dado senhorio e os seus habitantes, entre certas instituições¹³⁰³ – onde as “uniões” despontavam em vários núcleos urbanos, de maior ou menor dimensão, alimentadas pelas tensões crescentes de um reino exausto e esgotado por duas guerras perdidas em toda a linha. Armando Luís de Carvalho Homem, numa publicação praticamente simultânea à de Maria José Pimenta Ferro, estuda com mais detalhe um levantamento em 1375 em Sousel, no Entre-Tejo-e-Odiana, claramente motivado por uma decisão régia¹³⁰⁴, reforçando a leitura da responsabilização das Guerras Fernandinas e das suas consequências políticas e socioeconómicas como principais motores da situação explosiva que se vive quando o rei morre, sendo todos no final do reinado de D. Fernando.

Três guerras, um casamento real muito contestado, quebras de moeda como não eram vistas há décadas, e um desfecho diplomático muito inquietante na terceira, foram os barris de pólvora cujo rastilho foi aceso com a morte do rei, em 1383. Porém, além destes pequenos mas significativos sinais, nenhum levantamento massivo verdadeiramente notável e impactante está documentado, pelo menos até à Crise de 1383-85. Esta verdadeira crise política deve ser analisada segundo questionários

da vila de Guimarães, acabando com a feira na vila do castelo que acontecia 4 dias de cada vez, 4 vezes por ano; perdoa vários serviços em dinheiro que o Concelho devia à coroa desde o reinado de D. Pedro I; isenta parte das rendas devidas à coroa das suas herdades, pela destruição provocada nos gados e nas explorações pelos castelhanos, por um período de dois anos; o rei permite que Guimarães eleja juizes próprios e retira o cargo a Domingos Pires do Porto, a quem o Concelho tinha de dar 500 libras por ano até então; perdoa a renda de 300 libras que os tabeliães da vila devem à coroa por esse ano; determina que o Concelho não possa ser demandado pela destruição das construções nos arrabaldes da vila antes do cerco e que não se reconstruam os arrabaldes nem haja árvores em volta da cerca na distância de um tiro de besta – AMAP, *Câmara Municipal de Guimarães*, Coleção de Pergaminhos da Câmara Municipal, 8-1-3-12. Esta dança de jurisdições não termina aqui, e é um exemplo da instabilidade crónica destes anos, por um lado, e da insuficiência dos recursos régios para fazer face a todas as necessidades de pagamentos e compensações: o julgado de Vermoim volta a sair da jurisdição vimaranense em janeiro de 1372, quando o rei o entrega a Telo Gonçalves de Aguilar, seu vassalo, com todos os seus direitos e jurisdições (ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 93v), dando a mesma terra, em abril de 1373, a Rui Vasques Pereira, para pagamento da sua contia e das lanças com que havia de servir o rei (ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 122v); apenas dois meses mais tarde, em junho de 1373, o rei restitui a jurisdição do julgado de Vermoim ao concelho de Guimarães, para melhor manutenção e defesa da dita vila - ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 127. Entre 1375 e 1377, há novos episódios, com a mercê, e depois doação, que D. Fernando faz da Terra de Vermoim ao conde de Neiva, D. Gonçalo Teles de Meneses - ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 82, 170v e 188. SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*. In RAMOS, Luís Oliveira (dir.), *História do Porto*. 3ª edição. Porto: Porto Editora, 2000, p. 167-173.

¹³⁰³ TAVARES – Conflitos sociais em Portugal..., p. 313-319.

¹³⁰⁴ HOMEM – Nótula sobre um levantamento popular...

totalmente distintos daquilo que aqui se propõe fazer. Creio que, expostos estes elementos sobre a instabilidade social do reinado d'O Formoso de forma muito breve, dificilmente se poderá atribuir à influência da Peste Negra, ou mesmo das suas sucessoras, um papel fundamental ou de alguma notoriedade nos acontecimentos e processos que conduziram às convulsões do Interregno e ao estabelecimento de uma nova dinastia portuguesa, livre da influência castelhana.

10 – Peste e Economia

As limitações que as fontes impõem no plano estritamente demográfico são menos sensíveis no plano económico. O impacto da Peste Negra e as consequências que provocou na economia do Portugal de meados de Trezentos são, creio, a face mais visível dos efeitos da doença e, em alguns casos, é inequívoca a existência de um *antes* e um *depois*. Tal como em todos os domínios, a Peste teve uma influência ‘instantânea’ na economia e, por certo, a parcimónia das fontes portuguesas omitirá muitas pequenas histórias de problemas tão repentinos quanto efémeros, como o preço exorbitante que a cera atingiu em Aquila, Itália, devido à especulação com a explosão de funerais e ritos associados¹³⁰⁵. Porém, aquilo que se procura determinar é menos o efémero do que o permanente.

A constatação da influência da Peste Negra na evolução da economia portuguesa da segunda metade do século XIV tem sido estudada. Mas terá um cataclismo como a Peste Negra uma influência direta sobre processos e alterações como a progressiva monetarização da exploração patrimonial rural, em detrimento das parcelas de produção ou quantidades pré-definidas de géneros? Além das rendas, os próprios direitos foram progressivamente suprimidos e incluídos nas rendas em dinheiro, ou eles próprios transformados em dinheiro¹³⁰⁶; mas terão os ritmos de alteração, diferentes em cada região e em cada instituição, sido determinados pela Peste?

A divisão deste capítulo faz-se entre os diversos tópicos sobre exploração da propriedade, relações de trabalho assalariado, circulação monetária e comércio. Nem sempre foi possível medir ou desmentir a influência da epidemia em todos os setores. A produção artesanal, propriamente dita, encontra-se quase ausente desta análise. Apesar de o volume de dados ser superior, estamos longe de possuir a riqueza dos fundos senhoriais ingleses, por exemplo, e há leituras, como aquelas respeitantes ao Cabido de Braga, que, devido à falta de referências cronológicas mais precisas, são mais

¹³⁰⁵ Como relata o cronista-poeta, e testemunha ocular, Buccio di Ranallo: TOUBERT - La peste..., p. 11-26.

¹³⁰⁶ Trata-se de uma questão abordada com frequência, entre outros, por Maria Helena da Cruz Coelho. No caso particular de um domínio de Santa Cruz de Coimbra, no termo da cidade, é apresentado mais um testemunho da instabilidade – que tanto pode enriquecer como empobrecer quem por ela é apanhado – que parece tornar-se característica das décadas posteriores à Peste. COELHO, Maria Helena da Cruz – O senhorio crúzio do Alvorge na centúria de Trezentos. In *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. II-Domínio Senhorial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 31-87.

hipotéticas do que outras, como as de Guimarães. Este capítulo não tem como objetivo determinar que a Peste Negra influenciou decisivamente todos os processos económicos do século XIV português. Como se verá, a influência é evidente e inequívoca em vários aspetos, mas dúvida, não verificável inexistente ou noutros tantos. Pretende-se medir e identificar: só assim se poderá definir com maior precisão, no domínio mais bem documentado, o verdadeiro impacto e as consequências da Peste Negra na economia portuguesa trecentista. Expostas as condicionantes, passemos à análise concreta.

10.1 – Alterações nas relações de exploração fundiária?

10.1.1 – Houve influência da Peste na duração preferencial dos contratos?

No século XIV, a exploração indireta era a forma mais comum de exploração das terras, quer de instituições, quer de privados¹³⁰⁷. Os contratos enfitêuticos, onde predominam os aforamentos (perpétuos) e os emprazamentos (em vidas), são as formas preferenciais, oferecendo, em teoria, uma estabilidade que beneficia tanto proprietários como arrendatários. Os arrendamentos em anos são raros nas instituições do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana durante o século XIV; é possível que a sua importância nos pareça hoje ainda menor, mas não se poderá esquecer que muitos dos seus registos se terão simplesmente perdido devido à sua rápida caducidade. A preferência por contratos perpétuos ou em vidas é influenciada por vários fatores, tal como a preferência por pagamentos em dinheiro, parcela fixa de produção, fração de produção ou um pouco de todos. Uma depressão demográfica pode obrigar uma certa instituição a preferir um aforamento como garantia de uma ocupação permanente, mas, a longo prazo, e evolução socioeconómica pode tornar o contrato desfavorável para o proprietário. As variáveis são numerosas¹³⁰⁸, mas vale a pena tentar perceber se,

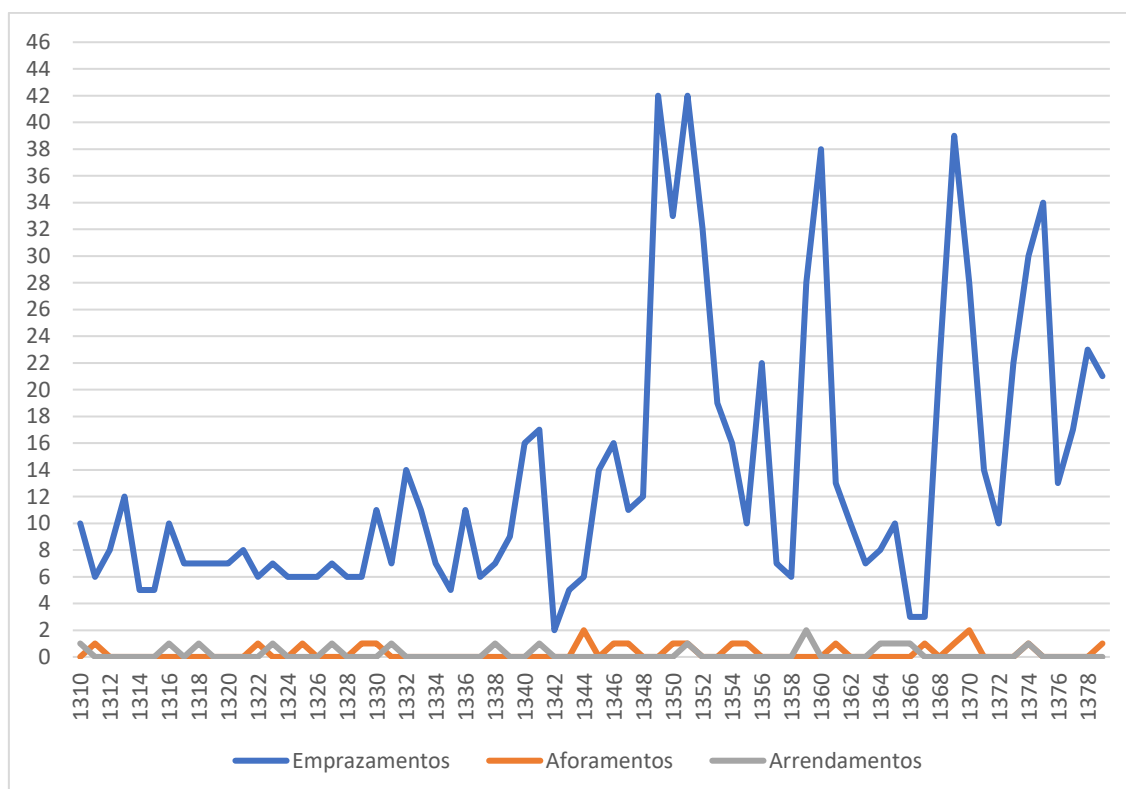
¹³⁰⁷ Em Portugal, os estudos dedicados à História Rural confirmam essa realidade. Entre muitos outros: GONÇALVES – *O Património...*, p. 156-161, 168-214; AMARAL – *São Salvador de Grijó...*, p. 71-87.

¹³⁰⁸ O tema, porém, é muito mais vasto e complexo do que aquilo que será possível e necessário explorar neste trabalho. O contributo limitado que poderei dar para um aprofundamento desta matéria apenas aumenta a minha convicção de que um estudo alargado e sistemático da evolução dos contratos enfitêuticos portugueses, transversal às diversas regiões, seria um dos mais proveitosos meios para conhecer com muito mais rigor a história da economia em diversas dimensões, da sociedade, do direito e da administração no Portugal medieval. As vantagens e condicionantes que cada modalidade temporal apresentava respondem a um sem-número de variáveis, com opções contrastantes de instituições localizadas no mesmo núcleo urbano, como o exemplo clássico (e não muito replicado) da análise de Luís Miguel Duarte e Luís Amaral aos prazos do cabido do Porto e da câmara da mesma cidade; ainda eu incida

também neste ponto, há um antes e um depois da Peste Negra. No capítulo 6, analisámos os fluxos de produção e os aforamentos, emprazamentos e arrendamentos foram reunidos. Aqui, serão individualizados, com análise da prevalência de cada um ao longo dos setenta anos em estudo.

Começando pelo Entre-Douro-e-Minho, o número de contratos que chegou até nós é muito expressivo, com 988 sobrevivências espalhadas por estes setenta anos.

Gráfico 92 - Distribuição de emprazamentos, aforamentos e arrendamentos (Entre-Douro-e-Minho, 1310-1379)



A distribuição por tipologia é esclarecedora: destas sete décadas sobram-nos 20 aforamentos perpétuos (2,02%), um arrendamento (1,52%) e 953 prazos em vidas (96,46%). Os volumes dos emprazamentos variam grandemente ao longo das décadas, com destaque para os anos que se seguem à Peste Negra, um segundo pico que não sei

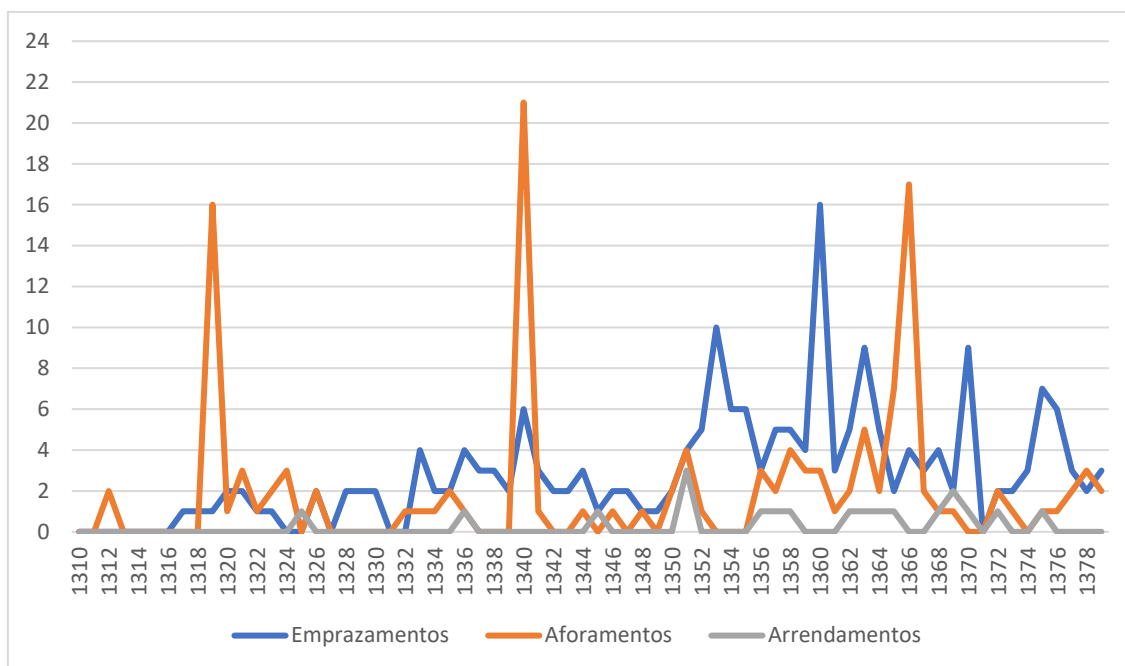
sobre contratos redigidos um século depois do final do intervalo de que aqui me ocupo, é um exemplo clássico: DUARTE, Luís Miguel, AMARAL, Luís - Prazos do século e prazos de Deus: os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV. *Revista da Faculdade de Letras: História* II:1 (1984), p. 97-128. O estudo da enfiteuse em Portugal, inaugurado há muito anos em Portugal por Mário Júlio Brito de Almeida, é um domínio que ultrapassa largamente a abrangência da Idade Média. Será, aliás, um dos grandes testemunhos dessa “Longa Idade Média” que chegou às vésperas da digitalização global.

explicar em 1360 (por anteceder a *Pestis secunda* e não ter qualquer fenómeno natural ou bélico conhecido associado), em 1369 – provavelmente relacionado com a I Guerra Fernandina – e em meados da década de 1370, altura em que se fazem sentir anos secos e uma terceira peste. O reduzido volume de aforamentos parece sugerir-nos que, no panorama socioeconómico do Entre-Douro-e-Minho, o seu tempo já passara. Por um lado, os períodos de incerteza poderiam levar as instituições a preferirem fixar os seus foreiros, mas, neste caso, essa mesma incerteza – demográfica, da evolução dos anos que se sucederiam a cada novo contrato – parece ter favorecido, ao longo de todo o século XIV, a preferência quase exclusiva por contratos em vidas.

Por outro lado, a preferência dos enfiteutas, sobretudo após a Peste Negra e o aparecimento de novas oportunidades, teria feito os potenciais locatários hesitar na obtenção de contratos vitalícios, que vinculariam não só o titular do contrato, como todos os seus descendentes. A economia rural da comarca nortenha – mas também urbana, pois contam-se diversos bens situados em vilas e cidades – parecia ser dinâmica o suficiente para não ser demasiado arriscado para uma instituição produzir praticamente todas as suas concessões de usufruto em prazos de vidas, na sua esmagadora maioria em três vidas – a do titular, de sua mulher e de um filho que ambos tivessem ou viesse a ter.

No caso do Entre-Tejo-e-Odiana, a documentação é menos abundante, mas permite colocar questões muito interessantes. A distribuição dos 352 aforamentos, emprazamentos e arrendamentos, pouco mais de 1/3 do total nortenho, faz-se da seguinte forma:

Gráfico 93 - Distribuição de emprazamentos, aforamentos e arrendamentos (Entre-Tejo-e-Odiana, 1310-1379)



O padrão de alteração ao longo destes anos não é evidente, mas parece privilegiar-se de forma crescente o formato do emprazamento (salvo raríssimas exceções, em três vidas), optando-se pelo aforamento sobretudo em atos concretos que deverão estar mais relacionados com a política interna da instituição que os concede, massivamente e quase em simultâneo, do que com fatores externos. A década de 1350 é aquela para a qual nos sobrevivem mais arrendamentos (cinco), também – sendo a década seguinte a segunda mais rica nesta tipologia de contrato, com quatro. Assim, só no ano de 1351 temos tantos arrendamentos sobreviventes como nas quatro décadas anteriores – mas estamos sempre a falar de valores irrisórios. Se é verdade que estes contratos poderiam ser frequentes e simplesmente eliminados dos cartórios ao fim de alguns anos após terminarem, por inúteis, também é verdade que este conjunto de sobrevivências, ainda que pequeno, pode refletir um volume anormalmente elevado deste tipo de documentos logo após a Peste Negra, reflexo de um recurso excecional, por parte das instituições, a esta forma de cedência do domínio útil. Neste caso, a preferência dos proprietários seria parcialmente imposta pela outra parte: a volatilidade dos tempos vividos e as incertezas quanto ao futuro próximo tornavam interessante tanto para senhorios, como para arrendatários, uma ligação de curto prazo. O devir poderia trazer

melhores tempos para qualquer um deles; no entanto, as terras eram lavradas e os direitos pagos, e os ocupantes ganhavam a vida.

A evolução mais visível diz respeito ao volume de contratos pré e pós-Peste, já explorado no subcapítulo dedicado aos fluxos de produção. Na relação entre as diversas tipologias, nenhuma se torna predominante durante um longo período. Algo que sobressai, sem distinção entre o período pré e pós-Peste, é o facto de, em caso de contratos simultâneos numerosos, independentemente da instituição – da igreja colegiada de Santiago de Évora à Ordem de Avis -, parece haver preferência por aforamentos, o que revela um esforço de fixação a longo prazo na região, próprio de um território em plena organização e com um processo ativo de povoamento, com uma demografia esparsa e ainda frágil. A partir dos anos de 1350, nota-se uma presença habitual de arrendamentos, o que constitui uma novidade e se mantém ao longo das décadas seguintes. Julgo que, tal como antes da Peste, as diversas instituições agem de forma pragmática, de acordo com o tipo de propriedade, com as condicionantes momentâneas e com as perspectivas a prazo. Confrarias, ordens militares, mosteiros de várias ordens, cabido e bacharéis da Sé, colegiadas – todos mantêm uma flexibilidade notável, sendo mais um ponto em que a influência da Peste Negra no Entre-Tejo-e-Odiana é bem menos evidente do que no Entre-Douro-e-Minho.

As duas regiões revelam, sem dúvida, práticas distintas. É útil comparar estas duas realidades à de uma terceira região, a do Baixo Mondego e Coimbra, a partir do trabalho de Maria Helena da Cruz Coelho¹³⁰⁹. Inserindo os dados fornecidos pela Autora num gráfico semelhante aos anteriores, é possível perceber a singularidade de cada uma das regiões em causa. Por conveniência de representação, a separação dos emprazamentos pelo número de vidas não foi feita, reunindo-se todos os contratos em vidas num único valor por década:

¹³⁰⁹ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 295-304.

Gráfico 94 - Distribuição de emprazamentos, aforamentos e arrendamentos (Baixo Mondego, por década: 1310-1379)

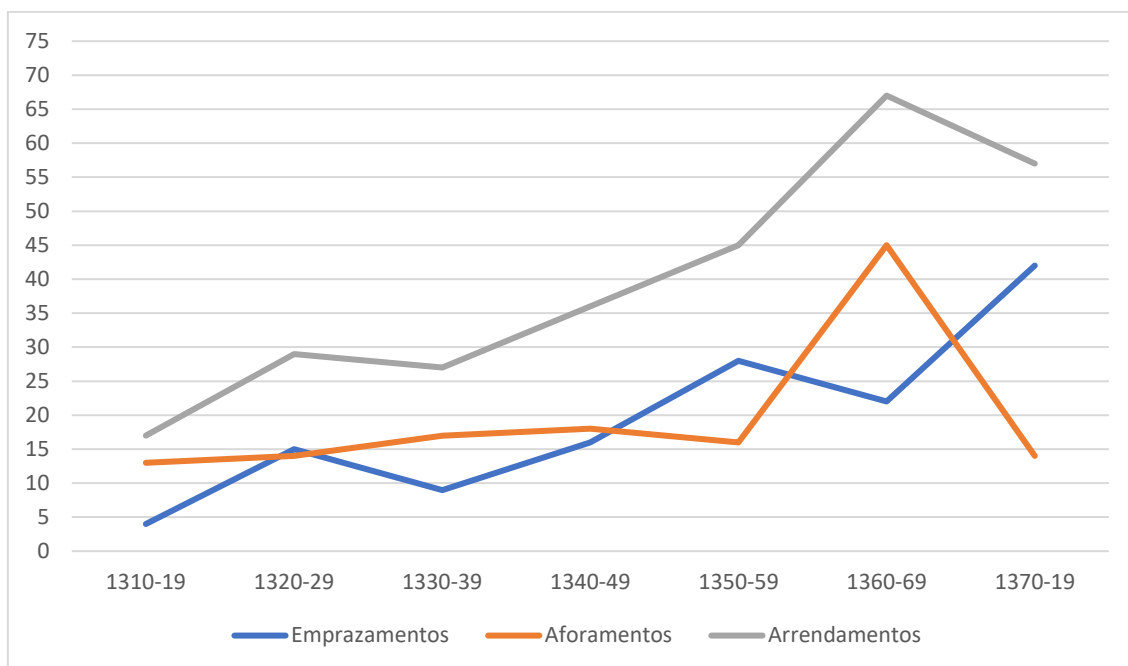
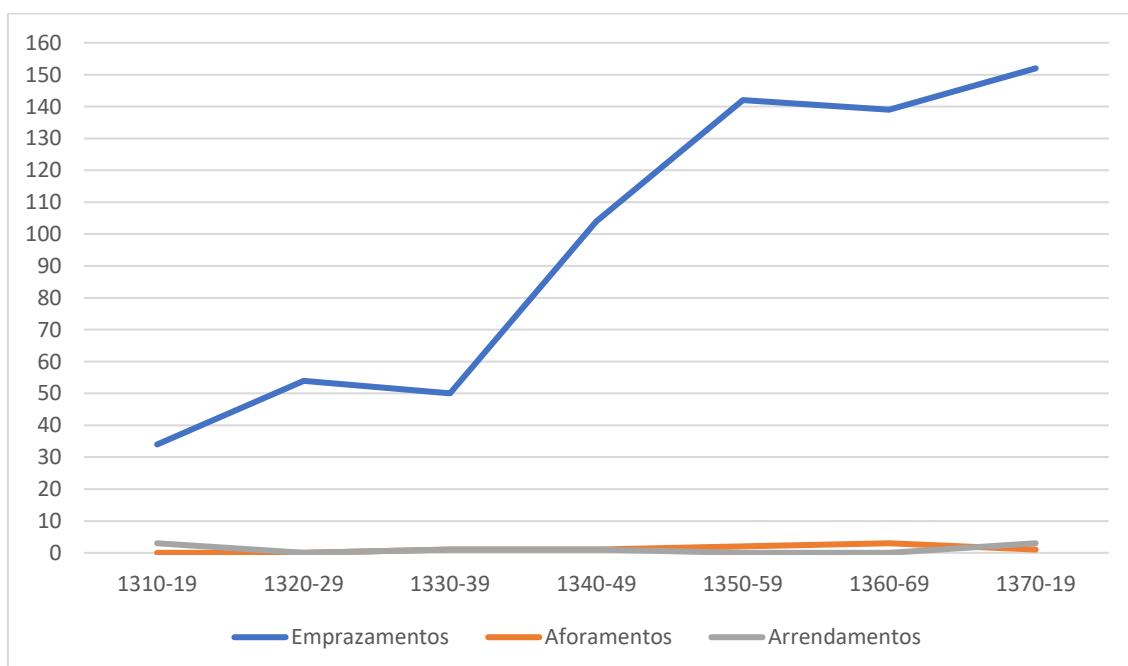


Gráfico 95 - Distribuição de emprazamentos, aforamentos e arrendamentos (bens rurais no aro de Coimbra, por década: 1310-1379)



Apesar de o agrupamento ser feito por décadas, é possível estabelecer tendências e comparar com as nossas regiões. O caso misto do Entre-Tejo-e-Odiana, onde muitos dos contratos dizem respeito a zonas próximas de Évora ou mesmo a prédios urbanos – mesmo que com vocação agrícola, como ferragiais, hortas ou quintais – não segue as

mesmas tendências dos bens rurais do aro de Coimbra, por exemplo. Estando o território transtagano numa fase muito distinta – e mais recente – de ocupação, divisão e aproveitamento, responde já à realidade do século XIV e não àquela que presidiu às mesmas fases de ocupação no norte minhoto e duriense, ou ao Vale do Mondego, já depois, mas ainda durante os séculos XII e XIII. No caso do Entre-Douro-e-Minho, toda a região parece funcionar um pouco como o aro de Coimbra – e em contraste com o senhorial e rural Baixo Mondego – com uma predominância esmagadora de contratos em vidas ao longo de todo o período em estudo, não só no julgado de Guimarães, mas em domínios tão distintos como os mosteiros das terras de Faria e da Maia, o mosteiro duriense de Ancede ou os mosteiros do julgado de Gaia. A predominância, antes e depois da Peste Negra, demonstra que serviria os interesses das instituições e dos enfiteutas. Por fim, e concluindo aquilo que motivou esta análise, a epidemia pestífera não parece ter provocado qualquer alteração na duração dos contratos de cedência de usufruto, tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana, limitando-se essa influência ao volume de contratos, e não ao seu tipo, ainda que possa ter havido um pequeno pico de arrendamentos em alguns destes anos, tão depressa eliminado quão rápida era a caducidade dos contratos.

10.1.2 – Alterações nos costumes? Os casos da *entrada* e da *rebora*

Entre as práticas de contratualização que vale a pena analisar para tentar detetar uma eventual influência da Peste Negra na alteração de procedimentos estabelecidos é o pagamento da *entrada* e da *rebora*. O primeiro destes dois tributos era normalmente pago no início de um contrato, como sinal do compromisso do enfiteuta; o segundo era uma espécie de presente institucionalizado pela celebração de uma venda, sendo pago pelo comprador ao vendedor. Ambos podiam ser pagos quer em géneros, quer em dinheiro. Terá a Peste Negra afetado práticas de contratualização e costumes de venda como estes? Poderão as alterações verificadas ao longo do século XIV responder a outros estímulos e dinâmicas totalmente alheios à Peste Negra?

Vale a pena inverter a ordem geográfica que temos seguido neste trabalho, e começar pelo Entre-Tejo-e-Odiana. No que diz respeito à *entrada*, a ausência em contratos enfiteúticos é quase total: apenas quatro, sendo todos aforamentos de vinhas

no termo de Portel, feitos por D. Dinis em 1319¹³¹⁰. Esta exceção pode estar relacionada com o conjunto específico de oficiais envolvidos nesta cedência concreta de domínio útil. Os contratos de cedência de domínio útil produzidos nesta cronologia, no Alentejo, apresentam uma maior simplicidade face aos do Norte, não incluindo direitos que nunca foram cobrados ou se estabeleceram pelo costume ou pela lei naquele território, após a sua cristianização. No que diz respeito à *rebora*, o padrão altera-se um pouco: é referida com alguma frequência nas vendas, estando incluída no preço¹³¹¹, ou sendo mencionada à parte, mas sem discriminação de valor ou conteúdo¹³¹². A referência ao pagamento de *rebora*, ou à sua inclusão discriminada no preço final de uma venda não quebra a hegemonia da ausência tanto de *entrada*, como de *rebora*, nos contratos de gestão patrimonial do Entre-Tejo-e-Odiana trecentista.

A realidade do Entre-Douro-e-Minho é oposta. Tanto a *entrada* como a *rebora* surgem em quase todos os contratos enfitêuticos ou vendas, ao longo dos setenta anos em estudo. Começamos pela *rebora*: na maioria das vezes, é integrada no preço, sob uma expressão semelhante à já referida para o território alentejano - por exemplo, 200 libras de preço e rebora. Noutros contratos, o valor do preço e da rebora são distinguidos, como na venda que, em 1338, Gonçalo Eanes da Teixeira e Domingas Pires fazem do casal de Via Cova, no Vale de Sendim, na freguesia de São Pedro de Jogueiros, Julgado de Felgueiras, a Martim Anes, cónego de Guimarães e Leitor de Gramática, por 450 libras de dinheiros portugueses, mais três libras de rebora¹³¹³. Mais raramente, a rebora é dada em géneros; sendo um 'presente', aquilo que é oferecido pode assumir formas variadas, como o par de socos que Clara Martins, moradora em Guimarães, viúva de Francisco de Garfe, e Clara (?) Francisco, filha destes, receberam de Domingos Esteves, mercador e morador em Guimarães, de Catarina Vicente, sua mulher, de João Colete, vinhateiro, e de Domingas Domingues, sua mulher, pela venda do seu quinhão

¹³¹⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 4, fl. 84v-85.

¹³¹¹ Como quando, em 1329, Pedro Tinhoso e Clara Martins, sua mulher, vizinhos de Évora, Domingos Eanes e Maria Eanes, sua mulher, e Martim Eanes vendem a Estevaínha Pais todo o seu direito e quinhão do herdamento que tinham com a dita compradora em Fontes Ferrenhas, termo de Évora, por 51 maravedis de preço e rebora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 24, peça 033.

¹³¹² É disso exemplo a venda que Camartel, mouro forro de Moura, faz ao rei de um terço de uma casa na Rua de Ali Pinto, na Mouraria de Moura, por 45 soldos mais rebora. *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. III, doc. 263, p. 19

¹³¹³ AMAP, *Mosteiro de São Salvador do Souto*, Pergaminho, 8-6-1-11, doc. 1.

no lugar do Galinheiro, na Rua de Gatos em Guimarães¹³¹⁴. Além das vendas, excepcionalmente a rebora está presente em contratos enfiteúticos, como no empraçamento que o Mosteiro de São Miguel de Vilarinho fez de um casal seu em 1337¹³¹⁵, naquilo que parece ser uma confusão entre a *rebora* e a *entrada*. Uma terceira circunstância pode ainda juntar ambos os tributos, como o empraçamento do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios que, em 1354, recebe uma canada de mel de *entrada* e um sável de *rebora*¹³¹⁶. Tanto a *entrada* como a *rebora* se mantêm depois da Peste, no Entre-Douro-e-Minho, surgindo respetivamente em enfiteuses e vendas com a mesma regularidade e nos mesmos moldes que o faziam antes.

Em Inglaterra, por exemplo, o equivalente à *entrada* (“*gressuma*”) era pago nas enfiteuses, mas as décadas do pós-Peste revelaram uma certa preferência por contratos de arrendamento que dispensavam o pagamento de entrada,¹³¹⁷ tudo indica que a *entrada* permaneceu também na avançada economia agrária inglesa até ao final da Idade Média, sendo contornada não pela alteração das práticas de contratualização, mas pela preferência por tipos diferentes de cedência do domínio útil. O caso português parece ir ao encontro a outras realidades de além-fronteiras: a manutenção de costumes ligados a contratos de gestão patrimonial responde a outro tipo de condicionantes e evolui de forma aparentemente independente da Peste Negra. Também neste domínio, a pandemia não parece ter exercido uma influência direta ou generalizada.

10.1.3 – Desvalorização das rendas fundiárias

As rendas provenientes da exploração indireta de bens fundiários são, por norma, a mais importante fonte de rendimento das instituições em estudo. Assim, uma desvalorização generalizada – e muito significativa, em alguns casos – representa uma ameaça séria à sobrevivência ou, em casos menos graves, à manutenção das obrigações de culto e de rendimentos dos beneficiados dessas instituições. Essa desvalorização manifesta-se de formas distintas em lugares distintos. Nem sempre uma instituição

¹³¹⁴ Venda datada de 1355. Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, *Manuscritos*, Pergaminhos de Guimarães, caixa 6, nº 194 (nº 16623).

¹³¹⁵ ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 4, n.º 18.

¹³¹⁶ ANTT, *Convento de Santa Clara do Porto*, maço 60, doc. 32.

¹³¹⁷ LOMAS – The Black Death..., p. 133-134.

eclesiástica, mesmo entre aquelas com um património mais vasto, alcançava uma saúde financeira que os nossos modelos contemporâneos considerariam ideal, e nem sempre esse desequilíbrio era justificado através de fenómenos externos ou eventos catastróficos: relembrando os défices crónicos de muitos mosteiros, Iria Gonçalves demonstra que o coro de queixas da exiguidade de rendas do mosteiro de Alcobaça junto do monarca, que marca o final da Idade Média, está já plenamente documentado no tempo de D. Dinis que, aliás, é sensível aos argumentos da abadia cisterciense¹³¹⁸. Por outro lado, creio que há casos em que esse desequilíbrio é provocado pela Peste, e os documentos sobreviventes podem prová-lo. Este tipo de dinâmica de desvalorização, ou pelo menos estagnação, acontecendo após a Peste, havia sido revelada por Maria Helena da Cruz Coelho no Baixo Mondego, ainda que com exemplos menos evidentes, mas muito mais prolongados no tempo¹³¹⁹. Procurando retirar o máximo das fontes mais abundantes, analisemos essa redução nas rendas de dois dos mais importantes senhorios do Entre-Douro-e-Minho, os cabidos da Sé de Braga e da Colegiada de Guimarães, complementando-os com os dados menos numerosos, mas esclarecedores, de outras instituições da mesma região e do Entre-Tejo-e-Odiana.

Concentrando-me concretamente na Peste Negra, e alargando o âmbito geográfico, as fontes inglesas que permitem obter quadros locais da quebra demográfica bastante precisos são as mesmas que nos informam da quebra das rendas, por morte dos contribuintes rurais, arrendatários ou enfiteutas¹³²⁰. Algo de análogo parece acontecer também no economicamente desenvolvido Norte de Itália, com uma redução da pressão rentista, por um lado, e das taxas de juro usurárias a que os agricultores se expunham para poder compensar desequilíbrios, em áreas rurais como Pistoia¹³²¹. As listas seriadas dos anos pré, peri e pós-Peste permitem obter valores bastante precisos em zonas muito distintas da Grã-Bretanha. Noutras paragens, são os perdões de parte das rendas, em permanência ou por um período definido de anos, que

¹³¹⁸ GONÇALVES – *O Património do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 341-342.

¹³¹⁹ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 286-288.

¹³²⁰ Seleccionei alguns títulos como exemplos de trabalhos neste âmbito, produzidos nas ilhas britânicas ao longo dos últimos cem anos: REES, William - The Black Death in Wales. *Transactions of the Royal Historical Society* 4:3 (1920), p. 115-35. doi:10.2307/3678308;

¹³²¹ HERLIHY - Population, plague and social change... p. 243-244.

nos informam dessas reduções¹³²², o que nos aproxima dos casos portugueses aqui explorados. Se, em Portugal, essas listas de pagamentos ou balanços anuais não existem, outras fontes e outros métodos tornam possível detetar quebras de rendas diretamente relacionadas com a Peste Negra.

Guimarães

Começamos pela variação de rendas previstas nos prazos de algumas propriedades da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, das quais temos contratos lavrados antes e depois da Peste Negra. A maioria destas propriedades encontra-se no atual concelho de Guimarães, que corresponde praticamente à jurisdição medieval da então vila do Entre-Douro-e-Minho. As exceções são as propriedades extensas dos lugares da Touroa e de Fonteboa, no Couto da Sé de Braga, a um pouco menos de 30 km de Guimarães, e a quinta de Picouços, cuja localização exata não me foi possível determinar, ainda que os contratos sugiram proximidade à vila de Guimarães.

Quase todos os exemplos são de tipologias diferentes. Temos os contratos enfiteúticos sobre casais, correspondentes, por norma e como já foi referido acima, a uma parcela de terreno suficiente para a manutenção de uma unidade familiar, nuclear ou alargada, com terrenos de cultivo diversos e terrenos incultos que suprimem outras necessidades, como pasto, lenha e mato; quintas e lugares, que podem reunir, de forma heterogénea, várias unidades familiares, manchas de floresta, parcelas de vinhas, e até unidades de transformação como moinhos. Temos também a cedência do domínio útil de igrejas, onde o enfiteuta, normalmente o vigário nomeado para a cura das almas da paróquia da mesma igreja, poderia assim explorar algumas terras pertencentes à sua igreja e receber todos os direitos paroquiais que lhe eram devidos. A diversidade de tipologias de propriedade é um fator importante de análise.

Não havendo uma documentação em série que permita alargar esta análise à totalidade das unidades de exploração familiar, a desvalorização dos casais e outras

¹³²² É o caso da cidade italiana de Siena, ainda que, neste caso, a redução seja mais fiscal do que propriamente rentista: o governo da cidade reduz consideravelmente os pagamentos que os moradores do *contado* deverão pagar nos anos seguintes, sensível aos evidentes argumentos da quebra demográfica e consequente quebra de produção e comércio agrícola. BOWSKY - The impact of the Black..., p. 24.

unidades de exploração agrária mais pequenas pode ser um dado enganador: pode tratar-se simplesmente de pequenas terras menos produtivas que são ocupadas por indivíduos que delas saíram quando encontrarem algo melhor, o que leva à progressiva desvalorização das rendas pedidas pelos senhorios, na tentativa de os fixar, sem que isso reflita direta ou incontestavelmente uma quebra demográfica. Contudo, é possível verificar que a quebra no valor contratual das propriedades em causa acontece também nas propriedades de maiores dimensões, onde várias unidades familiares e, eventualmente, uma ou outra unidade de transformação, coexistem e diluem eventuais assimetrias locais muito acentuadas. Por fim, as igrejas e os coutos são também casos paradigmáticos, pois as suas rendas poderiam estar tão ou mais dependentes do número de paroquianos e da capacidade que estes tinham de pagar os tributos eclesiásticos, com a dízima à cabeça, do que das propriedades que lhes pertenceriam e que, no caso das igrejas paroquiais.

Feitas estas observações, cumpre apresentar os casos de estudo:

- Quinta de Picouços – Emprazada em 1345 por 65 maravedis velhos¹³²³, e novamente emprazada em 1350 com um foro progressivo que começaria em 40 maravedis na primeira vida e não ultrapassaria os 45¹³²⁴. Em cinco anos, há uma desvalorização de 38%, que poderia recuar no máximo até 31% nas vidas seguintes.

- Igreja de São Martinho do Conde – Emprazada em 1340 por 90 libras, das quais 30 seriam descontadas para mantimento do clérigo da igreja, que é também o enfiteuta, recebendo o senhorio 60 libras¹³²⁵; foi emprazada em 1349, ao vigário de então, com um valor de 45 libras anuais¹³²⁶. Logo em 1353 a igreja é de novo emprazada ao novo vigário, por apenas uma vida, e com um foro de 40 libras anuais¹³²⁷. Mais uma vez, faz-se um prazo ao vigário seguinte, em 1361, desta vez com um valor de 35 libras, mais duas libras de colheita e 30 libras para a vigairaria, mantendo-se a razão do vigário igual à de 1340 e diminuindo-se a renda do senhorio¹³²⁸. Por fim, há um emprazamento desta

¹³²³ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 40.

¹³²⁴ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 58.

¹³²⁵ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 15.

¹³²⁶ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 81.

¹³²⁷ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 181.

¹³²⁸ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 283.

igreja a um clérigo do chantre de Guimarães, datado de 1369, com um foro de 20 libras anuais, que seria reduzido para 15 libras no primeiro triénio¹³²⁹. Nestas três décadas, a renda destinada ao senhorio cai 67%, sendo mesmo verificada uma diferença de menos 75% neste triénio com início em 1369.

- O Couto de Moreira – Situado nas margens do rio Vizela, foi emprazado em 1341, em duas vidas, com um foro de 360 libras anuais na primeira e de 375 libras na segunda¹³³⁰; quando voltamos a ter um prazo deste couto, em 1370, o contrato por três vidas prevê um foro anual fixo de 110 libras de dinheiros portugueses¹³³¹. Verifica-se, assim, uma redução de rendas na ordem dos 70% no espaço de três décadas.

- O casal da Ribeira, na freguesia de São Romão de Mesão Frio, foi emprazado em 1317 por um foro anual de oito maravedis velhos, uma galinha, uma braçada de longuiça, uma cesta de verças, uma púcara de nata (no São João), um queijo e uma cesta de cerejas e ainda jeira de vários homens, entre outros serviços¹³³². Em 1364, metade deste casal é emprazado por três maravedis, num foro progressivo que subiria para 3,5 maravedis anuais nas segunda e terceira pessoas¹³³³; quando, em 1377, o cabido volta a emprazar o casal por inteiro, fá-lo por um foro anual de oito maravedis velhos, que subiria para 8,5 maravedis velhos nas segunda e terceira pessoas¹³³⁴. Neste caso, o valor relativo em moeda manteve-se semelhante, mas a retirada dos géneros previstos no primeiro contrato, assim como a mais do que expectável desvalorização ocorrida nestes sessenta anos, parecem revelar uma desvalorização real.

- Casal de Barro, na freguesia de Santa Maria de Atães – Temos notícia de um emprazamento deste casal em 1322, por um foro de sete maravedis e 20 soldos¹³³⁵; em

¹³²⁹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 35, n.º 16.

¹³³⁰ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Pergaminhos, 8-2-3-29.

¹³³¹ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Livro II, doc. 341.

¹³³² ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 21, n.º 27.

¹³³³ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 33, n.º 20, doc. 2.

¹³³⁴ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro III, doc. 443.

¹³³⁵ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 22, n.º 25.

1349, o mesmo casal é de novo emprazado, mas por um foro de três maravedis e terça (= 9 soldos), revelando uma desvalorização de 57%¹³³⁶.

- Meio casal do Castelo, freguesia de São João de Brito – Esta propriedade, adquirida por Frei Martinho de Santa Maria em 1341, foi por ele emprazada em 1343, por nove libras e três soldos de foro¹³³⁷. É emprazado novamente logo em 1346 pelo mesmo valor¹³³⁸; em 1349, já na posse do cabido vimaranense, é emprazada por 10 maravedis velhos, mais jeira, o que até revela uma valorização (1 maravedi velho = 1,35 libras)¹³³⁹. Porém, em 1371, o mesmo cabido empraiza este meio casal por um maravedi velho, que nas segunda e terceira vidas do prazo ascenderia a 1,5 maravedis velhos, tornando evidente a queda do seu valor, revelando uma queda de 85% a 90% entre 1349 e 1371.

Os lugares da Touroa e de Fonte Boa, parte legados ao cabido vimaranense pelo cônego de Braga Martim Eanes Barrosas pouco depois de 1321¹³⁴⁰, parte comprados em 1331 a Teresa Silvestre, viúva de um mercador bracarense¹³⁴¹, são emprazados pela instituição vimaranense em 1333 por 124,5 libras de dinheiros portugueses em cada ano¹³⁴². Em 1349 há um novo emprazamento destes bens por um foro anual de 80 libras¹³⁴³. Depois de algumas questões judiciais em torno destes lugares por incumprimento contratual do foreiro¹³⁴⁴, a Colegiada volta a emprazá-los em setembro de 1358, sob a denominação de quinta – mudança cujo alcance não é claro -, por três vidas, por um foro anual de 50 libras, que subiria para 55 libras anuais na terceira pessoa¹³⁴⁵. Ainda assim, os novos foreiros terão perdido rapidamente o interesse no contrato, pois logo em fevereiro de 1360 renunciam a ele, sem terem pagado qualquer parte da renda a que estiveram obrigados no curto espaço de tempo em que o contrato

¹³³⁶ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 73.

¹³³⁷ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 29, n.º 9.

¹³³⁸ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 29, n.º 37.

¹³³⁹ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 79.

¹³⁴⁰ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Sentenças da Fazenda do Cabido, C1355, doc. 1.

¹³⁴¹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 25, n.º 8.

¹³⁴² ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 26, n.º 40.

¹³⁴³ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 86.

¹³⁴⁴ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 32, n.º 38.

¹³⁴⁵ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 32, n.º 39.

esteve em vigor ¹³⁴⁶. A Colegiada inicia uma nova demanda contra estes foreiros, reclamando essas rendas e o valor previsto pelo contrato em caso de quebra por uma das partes, mas aceita a renúncia.

Logo em 1360, a Colegiada empraza por 18 libras uma parcela dessa quinta¹³⁴⁷, sendo que o restante parece ter sido indevidamente ocupado por um clérigo da região, como se depreende da sentença dirimida por subjuízes apostólicos ainda em 1360¹³⁴⁸. A situação não parece melhorar para o senhorio com o passar dos anos: a notícia seguinte surge com mais um acordo em forma de sentença, na qual a Colegiada exigia a Martim Afonso, cónego da Colegiada de Guimarães e do Cabido da Sé de Braga, que devolvesse os lugares da Touroa e de Fonte Boa, e ainda o casal de Picancilho e o lugar de Pitais (?), que trazia em préstamo da Colegiada¹³⁴⁹. As partes acordam que Martim Afonso traria estes bens enquanto fosse cónego de Guimarães, ou pagaria 35 libras anuais, caso deixasse de o ser. Assim sendo, o rendimento real dos lugares da Touroa e de Fonte Boa para a Colegiada de Guimarães em 1371 tinha-se reduzido a zero, eventualmente voltando a 35 libras, valor que incluiria ainda mais duas propriedades e ainda assim representaria uma queda de mais de 70% nas rendas entre 1333 e 1371.

Estes são só alguns exemplos da evolução negativa dos valores contratuais definidos pela Colegiada de Santa Maria de Guimarães. Esta diminuição é relativa, e o valor real poderá ser ainda mais acentuado: os valores não estão ajustados à inflação nem têm em conta eventuais desvalorizações da moeda ocorridas entre 1310 e 1379. Por outro lado, trata-se de um conjunto de dados cujo tratamento completo exigirá muito mais variáveis e considerações: a diminuição progressiva dos contratos que preveem rendas em géneros, em quantidades pré-estabelecidas ou frações da produção, o que pode revelar uma maior monetarização da exploração fundiária; as alterações na relação entre senhorios e enfiteutas, com uma possível evolução rumo a um equilíbrio mais real – e compreendido – pelas partes aquando da negociação de novos contratos; uma maior proximidade entre o senhorio e quem efetivamente cultiva

¹³⁴⁶ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 33, n.º 15

¹³⁴⁷ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 33, n.º 26.

¹³⁴⁸ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos eclesiásticos, maço 3, n.º 29A.

¹³⁴⁹ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro II, doc. 363.

os terrenos: em muitos dos casos o enfiteuta é um intermediário entre o senhor e os caseiros ou jugueiros das terras; com a nova realidade do pós-Peste, muitos dos jugueiros e caseiros, moradores nas terras, assumem-se como enfiteutas nos novos contratos, eliminando um elemento na cadeia de rendas e garantindo um nível de rendimento mais desafogado, duplamente beneficiado pela diminuição das rendas contratualizadas pelo senhorio.

A desvalorização verifica-se sempre após a Peste de 1348. E se, em vários casos, os contratos são mais numerosos para a mesma propriedade após a Peste, isso poderá traduzir uma degradação nas condições de vida que elimine rapidamente as duas ou três pessoas cujas vidas representam a duração do contrato, ou, mais provavelmente, uma instabilidade e/ou mobilidade que permita uma maior circulação de enfiteutas entre bens¹³⁵⁰, muitas vezes de forma irregular e com quebra unilateral e ilegal de contratos. De resto, em 1350, uma carta régia determina que todos aqueles que têm contratos com a Colegiada de Guimarães deverão ser obrigados pelos oficiais régios a cumpri-los, cultivando as propriedades e pagando as rendas pré-determinadas¹³⁵¹, revelando tanto o pedido de auxílio da colegiada ao rei, como o aproveitamento de mais uma oportunidade de intervenção por parte do monarca.

É verdade que apenas uma pequena parte dos bens da Colegiada de Guimarães está representada nesta análise. Porém, é igualmente verdade que muitos dos bens que tenham sido desocupados pelos seus enfiteutas após a Peste, quer por morte, quer por deslocação para uma propriedade mais proveitosa, podem não ter sido reocupados durante muitos anos e, não havendo novos contratos para estabelecer comparações, ou reocupados à revelia, sem consentimento nem proveito do senhorio. Há várias sentenças que nos dizem que alguns desses bens foram ocupados ilegítimamente, sendo cultivados e mesmo habitados por longos anos até a Colegiada ser capaz de regularizar a situação. Em vários destes casos, a Igreja limita-se a fazer um acordo com os

¹³⁵⁰ Algo semelhante ocorreu também em Gales – mais um território cujas características geopolíticas favorecem comparações com o caso português –, onde os modelos ingleses estavam ainda a ser implementados e conviviam com as estruturas socioeconómicas galesas pré-existentes. A Peste permitiu uma verdadeira reorganização do espaço rural (que constituía praticamente toda a área), com mobilidade geográfica e social, oportunidades individuais e familiares multiplicadas para muitos que, anos antes, poderiam almejar apenas à servidão ou a um contrato de exploração de terras pouco favorável: REES – *The Black Death in Wales...*, p. 133-134.

¹³⁵¹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 1, n.º 40.

ocupantes, no qual lhes perdoa os anos de rendas não pagas – por vezes bem mais de uma dezena de anos, formalizando a relação contratual e estabelecendo um foro, normalmente mais baixo do que aquele que recebiam antes da Peste por aqueles bens¹³⁵². Há também irregularidades em meio urbano, onde o exemplo de uma casa situada a 100 metros da própria Colegiada, cujos ocupantes deixaram de pagar parte do foro a partir de 1348 e só foram condenados a regularizar os pagamentos em 1377¹³⁵³, não sendo o único¹³⁵⁴, é paradigmático da incapacidade de fazer valer a sua autoridade que a partir de 1348 a Colegiada revela. Esta referência a 1348 como o ano em que a maioria destas ocupações ilegais são feitas ou as irregularidades começam é frequente, explicando-se por vezes que ocorreram “no ano da pestilência, que foi na era [de César] de mil trezentos e oitenta e seis [1348 A.D.]”¹³⁵⁵.

A Colegiada de Santa Maria de Guimarães parece ser um exemplo precoce na leitura de uma nova conjuntura. Os contratos lavrados em 1349, poucos meses depois do pico da Peste e, talvez, ainda durante os últimos contágios e mortes, sugerem que a Colegiada procurou rapidamente reocupar tantas terras quanto possível. Ainda que isso significasse a diminuição de rendas a médio prazo, tratava-se de um mal menor – a alternativa seria terras vazias, e nenhum rendimento. Isto contrasta com as reações vigorosas de muitos senhorios um pouco por toda a Europa mas, a longo prazo, os resultados parecem ter sido idênticos¹³⁵⁶. Ainda que a legislação régia portuguesa tenha tentado combater a mobilidade provocada pela agitação social, causa e consequência de flutuações económicas, as rendas não voltam a subir no período em estudo, várias décadas após o embate da epidemia de bubónica.

¹³⁵² AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 146; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 263; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 268; ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 33, n.º 27; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 274; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 281.

¹³⁵³ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 36, n.º 32

¹³⁵⁴ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 273

¹³⁵⁵ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro III, doc. 453.

¹³⁵⁶ As rendas de vários domínios da catedral de Durham, no norte de Inglaterra, por exemplo, diminuíram praticamente 50% entre 1347 e 1396: LOMAS – *The Black Death...*, p. 135-136.

Braga

Outro caso privilegiado de estudo é o das rendas do Cabido de Braga. Temos informações valiosas através dos testemunhos preservados no mais antigo tomo do cabido, datado criticamente do final da década de 1370, talvez início de 1380¹³⁵⁷. Apesar de a documentação do cabido bracarense ter sido bem menos preservada do que a da colegiada vimaranense, este tomo é uma fonte extraordinária que nos transmite uma imagem muito esclarecedora do impacto dos diversos fatores de desestabilização da segunda metade do século XIV, no qual a Peste Negra e as suas sucessoras poderão ter desempenhado um papel de relevo.

Apesar de se tratar de uma recolha 'estática', na qual se arrolam todos os bens da corporação e aquilo que rendem, é igualmente acrescentado, em muitos desses bens – de forma extraordinária – *o que soíam valer*. Um dos principais problemas colocados à responsabilização da Peste Negra pela queda das rendas do Cabido de Braga é a datação do tomo, por um lado, e a forma vaga como se fala de *antes* e *agora*, que não permite estabelecer um momento de rutura, ou verificar que não existiu algum. Como referi, a datação crítica do livro parece apontar para a segunda metade da década de 1370: em primeiro lugar refere as casas destruídas no cerco de Henrique II de Castela, o que faz com que não possa ser anterior a 1369. Em segundo, diz-se ter feito no tempo do deão Estêvão Pires, referido pelo menos até 1379¹³⁵⁸, e do chantre Vasco Domingues, documentado até 1397¹³⁵⁹. Parece ser obra do arcebispo D. Lourenço Vicente, que ascendeu à prelatura bracarense em 1373, o que baliza a sua feitura entre 1373 e 1379. Entre eventos naturais e humanos, muitas circunstâncias com influência negativa tiveram lugar nesses anos; não será possível demonstrar uma relação tão inequívoca com a Peste Negra como em Guimarães, mas é inegável que há uma quebra

¹³⁵⁷ ADB, *Tomo 1º do Cabido*. Este tomo do Cabido, o mais antigo, recolhe todas as rendas do cabido, em 149 fólios. A datação crítica foi feita por algum arquivista do ADB: em primeiro lugar refere as casas destruídas no cerco de Henrique II de Castela, o que faz com que não possa ser anterior a 1369. Em segundo lugar, diz-se ter feito no tempo do deão Estêvão Pires e do chantre Vasco Domingues, que teria sido deposto em 1380. Parece ser obra do arcebispo D. Lourenço Vicente, o que sugere uma datação provável da segunda metade da década de 70 do século XIV. Parte deste tomo foi transcrito e publicado por Avelino de Jesus da Costa: COSTA – *O Bispo D. Pedro...*, v. II, p. 287-328; sendo apenas parcial, sigo sempre a lição do manuscrito original.

¹³⁵⁸ RODRIGUES *et al.* - *Os capitulares bracarenses...*, p. 70-73.

¹³⁵⁹ RODRIGUES *et al.* - *Os capitulares bracarenses...*, p. 91-93.

generalizada no valor da na esmagadora maioria dos bens do cabido bracarense, perfeitamente aceite e que não aparenta ser reversível. Em alguns casos, podemos comparar uma das propriedades registadas com um dos raros emprazamentos sobreviventes do cabido para este período. Em todos, porém, revela-se uma instituição eclesiástica poderosíssima, mas inegavelmente depauperada quando comparada com um passado não muito distante.

Entre as fontes de rendimento do cabido bracarense recolhidas neste tombo, boa parte não são propriedades, o que acrescenta complexidade à sua análise. Por um lado, o cabido recebe muitos direitos – sobretudo eclesiásticos, mas não só – de dezenas de igrejas da arquidiocese. Neste caso, os direitos das igrejas tendem a cristalizar-se e, na maioria dos casos – ainda que haja exceções notáveis que merecerão atenção –, as variações são poucas, ou permaneceram indocumentadas, mesmo tendo já convertido os antigos pagamentos em género numa única soma em numerário. Outra das importantes fontes de rendimento do cabido são os direitos e censos que recebe de propriedades que não pertencem ao património capitular, quase todos com origem em legados pios que fixam um tributo anual para pagamento de aniversários, missas *pro anima* ou outros serviços litúrgicos. Dada a natureza da doação, a propriedade e gestão alheia de domínio útil, este tipo de rendas mantém uma estabilidade maior ainda do que a das igrejas, ainda que alguns destes bens acabem por ser integrados no património do Cabido, mais cedo ou mais tarde.

É nos bens cuja propriedade é total ou maioritariamente detida pelo cabido que as quebras são realmente expressivas. É nos bens de raiz do cabido, cuja responsabilidade de recebimento de rendas, concessão de domínio útil, fiscalização de manutenção, pagamentos e defesa legal diz respeito diretamente ao clero capitular, que as quebras de rendimento fundiário se revelam em toda a sua dimensão. Focar-me-ei apenas nos bens do Cabido situados no Couto de Braga – coincidente, *grosso modo*, com a área do atual município bracarense –, onde a instituição tem não só um número muito elevado de bens, mas também uma maior densidade de propriedades. Ao todo, excluindo os direitos feudais e eclesiásticos, assim como os censos, o levantamento revela 241 bens ou conjuntos de bens não urbanos: podemos falar de um casal ou um moinho que o Cabido gere individualmente, emprazando-o ou arrendando-o autonomamente, ou de

um conjunto de bens que representam uma única renda. Estes últimos casos dizem respeito a uma de duas realidades: ou se trata de um legado múltiplo que mantém a coerência prévia por conveniência de gestão ou imposição testamentária, ou é um antigo conjunto de bens autónomos arrendados ou emprazados em conjunto para simplificar e facilitar a recolha das rendas por parte dos agentes do Cabido, sendo a recolha de rendas e foros dos bens individuais responsabilidade dos rendeiros ou titulares do prazo das rendas.

Qual era, por volta de 1380, a realidade dos bens do Cabido de Braga, sobretudo no território que era senhorio da igreja bracarense? A quebra das rendas prevista era colossal. Entre estas 241 rendas, há uma redução face a valores anteriores em 162 bens (67,2% do total), havendo 72 rendas (29,9%) aparentemente sem redução – ou sem que esta tenha sido registada, cinco bens (2,1%) onde a renda subiu e dois (0,8%) onde a entrada incompleta nos impede de saber se houve variação¹³⁶⁰. Entre os bens que desvalorizaram, as variações são díspares. Podem ser de menos de 10% ou de mais de 90%. Distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 1 - Diminuição dos valores antigos das rendas do Cabido da Sé de Braga em bens não urbanos situados no Couto de Braga

<u>Percentagem de diminuição da renda antiga</u>	<u>Número de bens/conjuntos de bens</u>	<u>Percentagem no conjunto total de bens</u>
1%-10%	4	2,5%
11%-20%	13	8%
21%-30%	26	16%
31%-40%	34	21%
41%-50%	35	21,6%

¹³⁶⁰ Trata-se da parte do Cabido no quintal da freguesia de São Martinho de Dume, avaliada pelo livro em 110 maravedis, mas que não foi copiada pelo escrivão na sua totalidade, e de um casal de Ansariz, na freguesia de São Pedro de Escudeiros, no qual o escrivão se esqueceu de colocar o valor que soía valer. impedindo conclusões sobre a atualidade do valor. ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 41v, 72.

51%-60%	13	8%
61%-70%	12	7,4%
71%-80%	13	8%
81%-90%	3	1,9%
91%-100%	9	5,6%
TOTAL	162	100%

69 destes bens desvalorizaram entre 31% e 50%, representando 42,6% das 162 rendas diminuídas e 28,6% do total dos bens ou conjuntos não urbanos do Cabido de Braga dentro dos limites do couto da cidade, subindo para 95 bens, 58,6% dos bens desvalorizados e 39,4% dos bens e rendas totais se aumentarmos o intervalo de desvalorização para 21 a 50%. A maioria dos bens parece ter perdido entre 1/5 e metade do valor que pagava anteriormente, o que é muito expressivo. É preciso, contudo, perceber os valores pagos por estes bens ou conjuntos de bens. Ter uma quintã de 150 libras a desvalorizar 10% é bem mais grave do que a diminuição de 50% num moinho com uma renda anual de cinco libras. As tipologias de bens são diversas, tal como os seus valores.

Antes de medirmos, em valores absolutos, as perdas reveladas nestas rendas, é útil apresentar a distribuição geral do conjunto de bens por estratos de valor. Todos os valores são convertidos em maravedis, por ser essa a moeda mais utilizada nas rendas trecentistas bracarenses. Contudo, é necessário fazer algumas ressalvas: os valores presentes no tombo são dados em maravedis, libras, soldos e dinheiros. No caso dos maravedis, nunca é dito se são maravedis novos ou antigos, tal como no caso das libras. Assim, assumi que, no caso da libra, se trata da libra portuguesa corrente no século XIV que, a partir do reinado de D. João I se designará como “libra antiga”, moeda de conta generalizada, que se dividia, segundo o sistema tradicional, em 20 soldos, com 12 dinheiros em cada soldo. Algumas reduções de foro parecem fazer equivaler 1/3 de

maravedi a 9 soldos¹³⁶¹, sugerindo tratar-se do maravedi antigo, que surge também na documentação vimaranense, valendo 27 soldos o maravedi¹³⁶², numa proporção de 1,35 libras por maravedi. Para que se tornem mais claras as alterações dos estratos de rendimento, é feita a distribuição das rendas tanto segundo os valores antigos (Tabela 2), como pelos valores atualizados ao tempo da redação do Tombo 1º. No caso dos bens em que não existe desvalorização conhecida, a renda incluída no tomo é assumida como valor antigo – não é impossível que haja uma desvalorização que não conhecemos, mas a ausência de valores díspares sugere continuidade de montantes contratualizados. Foi ainda acrescentado o casal de Ansariz, na freguesia de Escudeiros, do qual só se conhece o valor ao tempo da feitura do tomo, apesar de a entrada referir um valor que *soía valer*, sem que o escrivão tivesse concluído a expressão¹³⁶³. Esse valor foi assumido tanto para renda antiga, como para renda nova, porque não seria inédito que a expressão fosse usada num caso em que não tivesse ocorrido alteração de rendas.

Tabela 2 - Valores antigos das rendas do Cabido de Braga em bens não urbanos, segundo o Tombo 1º do Cabido

<u>Valor da renda</u>	<u>Número de bens/conjuntos de bens</u>	<u>Percentagem no conjunto total de bens</u>
Menos de 1 maravedi	3	1,3%
1 a 10 maravedis	157	65,1%
11 a 20 maravedis	41	17%
21 a 30 maravedis	21	8,7%
31 a 40 maravedis	5	2,1%
41 a 50 maravedis	1	0,4%

¹³⁶¹ É exemplo disso uma redução de 1/3 na renda das possessões da quintã de Felim, na freguesia bracarense de São Cristóvão de Esporões, que o Cabido fez em tempos a um arcediogo de Barroso, descendo dos 70 maravedis anteriores para 46 maravedis e 18 soldos. Ao tempo da feitura do tomo, estes mesmos bens estavam já na posse do filho deste arcediogo, Gonçalo Pires, abade de Mouquim, por não mais do que 45 libras. ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 67v-68.

¹³⁶² Essa conversão do maravedi antigo em soldos é explicitamente referida num par de contratos vimaranenses, de 1346 e 1361, respetivamente: ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 29, n.º 36; maço 33, n.º 32.

¹³⁶³ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 72.

51 a 60 maravedis	3	1,3%
61 a 70 maravedis	2	0,8%
71 a 80 maravedis	2	0,8%
Mais de 100 maravedis	6	2,5%
TOTAL	241	100%

Os valores da tabela 2 são esclarecedores. A maioria dos bens não-urbanos do cabido bracarense pagavam rendas anuais cujos valores se encontravam maioritariamente entre 1 e 10 maravedis, numa percentagem que ultrapassa 65%, atingindo praticamente os 2/3 do conjunto total. Estes valores (equivalentes a 1,35 a 13,5 libras, ou 27 a 270 soldos), demonstram que o valor médio das rendas destes bens era já relativamente baixo, mas certamente importante nas finanças familiares dos enfiteutas ou arrendatários em causa. Por comparação, um carneiro custava cerca de 40 soldos (praticamente 1,5 maravedis) por volta de 1372¹³⁶⁴, enquanto um porco, na Évora de 1340, estava avaliado em 60 soldos¹³⁶⁵ (um pouco mais de 2 maravedis) o que coloca esta faixa de rendas no valor máximo que não chega para comprar 7 carneiros ou mais de 4 porcos. Já galinhas, que andariam em valores pouco acima dos 2 soldos neste período¹³⁶⁶, comprar-se-iam ainda mais de 100 com 10 maravedis, número muito relevante e que deveria estar bem acima da quantidade de proteína consumida anualmente a partir de aves de capoeira por parte da maioria dos trabalhadores trecentistas da terra bracarense. Rendas superiores a 30 maravedis são quase residuais: 19 em 241, com apenas 10 a ultrapassarem os 60 maravedis de renda.

A escassez de rendas pertencentes a este último estrato justifica a individualização por ordem crescente de valor: um par de casais com as vinhas situadas em seu redor, na freguesia de São Martinho de Dume, que rendeu em tempos 62 maravedis anuais¹³⁶⁷; os bens da Quintã de Felim, na freguesia de São Cristóvão de

¹³⁶⁴ FERREIRA – *Preços e Salários em Portugal...*, p. 240.

¹³⁶⁵ FERREIRA – *Preços e Salários em Portugal...*, p. 242.

¹³⁶⁶ FERREIRA – *Preços e Salários em Portugal...*, p. 243.

¹³⁶⁷ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 41v-42.

Esporões, renderam 70 maravedis anualmente¹³⁶⁸; a Quintã de Penso, na freguesia de São Vicente de Penso, tinha uma renda antiga de 100 libras, pouco mais de 74 maravedis anuais¹³⁶⁹; um conjunto de bens na freguesia de São Pedro de Maximinos, cuja renda antiga se fixava em 80 maravedis¹³⁷⁰; a parte do Cabido na renda do quintal da freguesia de São Martinho de Dume, avaliada em 110 maravedis¹³⁷¹; o lugar de Lamações que chamam de Monraial, com suas pertenças e casais situados na freguesia de Santa Maria de Lamações, costumava render outros 110 maravedis anuais¹³⁷²; um conjunto de bens designado genericamente como “possessões de Nogueira”, situados na freguesia bracarense homónima, rendia 115 maravedis anuais¹³⁷³; a parte do Cabido na renda do quintal da freguesia de São Vítor, avaliada em 120 maravedis¹³⁷⁴; um segundo conjunto de bens agrupados sob a mesma designação de “possessões de Nogueira”, localizadas nessa freguesia bracarense e anteriormente emprazadas por 140 maravedis anuais¹³⁷⁵; o conjunto dos bens da igreja de Santa Maria de Palmeira, juntamente com a própria igreja, constituía a renda individual mais avultada do Cabido de Braga no conjunto destes imóveis e conjuntos de bens, atingindo 143 maravedis¹³⁷⁶.

Este conjunto das dez rendas antigas mais valiosas ascendia a um valor total anual de 1024 maravedis, uma soma muito avultada de quase 1400 libras portuguesas. Se compararmos com a soma das rendas antigas dos 157 bens cujas rendas anuais estavam fixadas entre 1 a 10 maravedis, temos um valor total de c. de 820 maravedis antigos, o que equivaleria a um pouco mais de 1100 libras portuguesas. Assim, o conjunto das dez rendas mais elevadas ultrapassa com uma margem considerável o valor total das rendas dos 157 bens pertencentes ao estrato de renda mais frequente. Não importa apenas quanto desvaloriza, importa também o valor absoluto ao qual a perda se soma no final.

¹³⁶⁸ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 67v-68.

¹³⁶⁹ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 70.

¹³⁷⁰ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 40v.

¹³⁷¹ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 41v.

¹³⁷² ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 55-56.

¹³⁷³ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 54.

¹³⁷⁴ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 32v.

¹³⁷⁵ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 52v-53.

¹³⁷⁶ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 32v.

Apresentados os valores antigos, é necessário verificarmos quanto se havia alterado o padrão de rendas deste conjunto de bens ao tempo da feitura do tomo:

Tabela 3 - Valores atualizados das rendas do Cabido da Sé de Braga em bens não urbanos, situados no Couto de Braga, segundo o Tombo 1º do Cabido

<u>Valor da renda</u>	<u>Número de bens/conjuntos de bens</u>	<u>Percentagem no conjunto total de bens</u>
Menos de 1 maravedi	10	4,2%
1 a 10 maravedis	185	77,1%
11 a 20 maravedis	30	12,5%
21 a 30 maravedis	5	2,1%
31 a 40 maravedis	2	0,8%
41 a 50 maravedis	4	1,7%
51 a 60 maravedis	1	0,4%
71 a 80 maravedis	1	0,4%
91 a 100 maravedis	1	0,4%
Mais de 100 maravedis	1	0,4%
TOTAL	240	100%

A lista final tem menos uma renda, devido à entrada incompleta do quintal de São Martinho de Dume. Assumir que a renda se mantinha não faria sentido neste caso, pois os seus equivalentes noutras freguesias de Braga apresentam quedas avultadas. Não havendo qualquer pista sobre a sua situação aquando da compilação do tomo, foi omitido nesta tabela.

As variações são notórias. O estrato de renda de 1 a 10 maravedis não só continua a ser o mais representado, como a proporção aumenta ainda mais, de 65,1% para 77,1%. Passaram a estar integrados neste estrato bens cujos valores antigos

ultrapassavam a fasquia dos 10 maravedis e que, com a revisão dos seus valores no tombo, justificam o crescimento de 28 rendas no segundo nível mais baixo; por outro lado, e por exemplo, seria preciso rendas de 2, 3 ou 4 maravedis perderem mais de 50%, 66% ou 75% do seu valor para que uma renda anteriormente pertencente ao grupo 1-10 maravedis descesse para o escalão inferior – apesar de invulgar, esta situação também se verifica. Precisamente este escalão, que sobe de 3 para 10 rendas, é, na verdade, enganador: entre ele estão os bens que, ermos ou totalmente absorvidos por outros, viram a sua renda reduzida a zero.

Não há muitos bens nestas circunstâncias (sete), e as diversas causas justificam uma individualização: o herdamento de Barro, provavelmente um pequeno terreno sem vocação produtiva, que estava situado na freguesia da Cidade, encostado à muralha do lado de fora, foi destruído pela construção da alcárcova da mesma muralha, fazendo desaparecer a já baixa renda prévia de 9 soldos¹³⁷⁷; o casal da Agolada e uma leira na Agolada, na freguesia de São Vítor, valiam 5 e 1 maravedis anteriormente, estando ambos ermos à data da feitura do tombo¹³⁷⁸; a herdade de São Vicente e a vinha do Pinheiro, ambas na mesma freguesia de São Vítor e com uma renda antiga de 2 maravedis cada, foram aglutinadas a um outro prazo, do lugar de Orjães, que trazia então Gonçalo Pires, aparelhador, desaparecendo como rendas autónomas, sem impedirem que a renda do prazo original desse lugar caísse de 10 maravedis para 4 maravedis e 1 par de capões ou galinhas boas¹³⁷⁹; a sexta renda a zeros é a das quebradas de Figueiredo, nas freguesias de Lamas e Celeirós, anteriormente avaliadas em 2 maravedis anuais, mas ermas à data de redação do tombo¹³⁸⁰; enfim, resta outra aglutinação, a das quebradas que pertenceram a um Soeiro Pires e um conchouso que foi lavrado por um certo Martim Vasques do Outeiro de Arentim, que rendiam um modesto total de 18 soldos, mas que foram integrados no casal de Pero Begão, na mesma freguesia de Arentim, ele mesmo alvo de uma ligeiríssima desvalorização de 6 maravedis para 5,5 maravedis e 2 capões¹³⁸¹.

¹³⁷⁷ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 32v.

¹³⁷⁸ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 34 e 37.

¹³⁷⁹ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 33, 39 e 40.

¹³⁸⁰ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 70.

¹³⁸¹ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 75.

No topo as alterações são igualmente significativas. Entre as maiores rendas antigas anteriormente individualizadas, quase todas apresentam quedas expressivas. Excluindo a renda da parte do Cabido no quintal de São Martinho de Dume, devido à sua entrada incompleta, as restantes nove têm a seguinte evolução: os dois casais de Dume que andavam juntos num prazo, com as vinhas situadas em seu redor, tiveram a sua renda a baixar de 62 para 12 maravedis, uma queda de 81%¹³⁸²; os bens da Quintã de Felim, na freguesia de São Cristóvão de Esporões, caíram de 70 maravedis para 45 libras anuais (33 maravedis e 9 soldos), desvalorizando 52%¹³⁸³; a Quintã de Penso, na freguesia de São Vicente de Penso, tinha uma renda antiga de 100 libras, pouco mais de 74 maravedis anuais, sendo a única das grandes rendas a manter-se¹³⁸⁴; o conjunto de bens na freguesia de São Pedro de Maximinos, cuja renda antiga se fixava em 80 maravedis, ruiu para 6 maravedis anuais, numa queda de 93% que levanta algumas questões¹³⁸⁵; o lugar de Lamações que chamam de Monraial, com suas pertenças e casais situados na freguesia de Lamações, viu o seu valor descer dos 110 maravedis para 60 libras anuais, pouco menos de 44,5 maravedis, ou seja, menos 60%¹³⁸⁶; das “possessões de Nogueira” que rendiam 115 maravedis anuais, só temos notícia de 9 maravedis anuais à data da redação do tombo, ainda que também aqui se levantem algumas questões¹³⁸⁷; a parte do Cabido na renda do quintal da freguesia de São Vítor, antes avaliada em 120 maravedis, estava arrendada no ano da redação do tombo por 45 maravedis a um Pedro Berver (?), menos 62,5% do que era habitual¹³⁸⁸; o segundo

¹³⁸² ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 41v-42.

¹³⁸³ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 67v-68.

¹³⁸⁴ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 70.

¹³⁸⁵ Os bens pertencentes a este conjunto eram diversos. A entrada do tombo refere que o prazo dos 6 maravedis, então em vigor, era sem os casais, mas não esclarece se o valor antigo de 80 maravedis previa a inclusão dos casais. Não havendo qualquer outra informação sobre estes casais – outros exemplos do mesmo tipo, com aglutinações ou divisões, são acompanhados por pequenas glosas remissivas –, assumi que a queda tremenda era real. ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 40v.

¹³⁸⁶ Estava emprazado a Gonçalo Pires, bacharel em Leis, como primeira pessoa. A segunda pessoa pagaria 65 libras e a terceira 80 libras, o que permitiria, a médio-longo prazo, compensar um pouco as perdas. A entrada tem ainda uma pequena glosa, posterior, que diz que o traz Afonso Martins, mestre-escola, por 60 libras, o que pode sugerir que, numa pessoa seguinte ou num outro prazo, a quebra não chegou a ser parcialmente compensada, e o melhor que o cabido pôde fazer foi manter o valor de 60 libras anuais. ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 55-56.

¹³⁸⁷ Creio que os 9 maravedis apenas dizem respeito a parte destas posses, concretamente a uma vinha e casal que são individualizados. Assim, a queda pode estar longe de ser tão acentuada, mas não nos resta qualquer indicação extra e pode perfeitamente corresponder a uma quebra real. Na terceira pessoa do prazo em vigor aquando da compilação dos dados no tombo a renda subiria para 11 maravedis. ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 54.

¹³⁸⁸ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 32v.

conjunto de bens agrupados como “possessões de Nogueira”, com uma renda antiga de 140 maravedis anuais, desvalorizou 28,6% para 100 maravedis¹³⁸⁹; finalmente, o conjunto dos bens da igreja de Santa Maria de Palmeira, com a sua renda antiga 143 maravedis, manteve-se como a renda mais alta do cabido bracarense, dentro do couto da cidade, caindo para 156 libras e 15 soldos, o mesmo que 116 maravedis e 3 soldos, numa queda de quase 19%, mesmo com a nova inclusão de algumas herdades na mesma freguesia da Palmeira, que antes rendiam 4 maravedis¹³⁹⁰.

As quedas são tremendas. Como vimos, as dez rendas mais importantes representavam uma soma de 1024 maravedis. Excluindo a parte do cabido no quintal de Dume, trata-se, ainda assim, de um total de 914 maravedis. As nove rendas atualizadas ascendem a 443 maravedis e 8 soldos, caindo uns expressivos 51,5%. Esta diferença de 470 maravedis e 19 soldos – equivalente a 635 libras e 9 soldos – seria suficiente para pagar o salário anual do mais bem pago dos mestres da universidade trecentista portuguesa, o lente de Leis, que auferia 600 libras anuais em 1320, valor que se mantinha quase um século mais tarde, ou para pagar oito anos de salário ao mais modesto dos mestres universitários em 1320, o de Música, cuja remuneração o rei fixava em 75 libras anuais¹³⁹¹.

É preciso sublinhar que o retrato estático que este tomo nos fornece é, ainda assim, *ideal*. Tratando-se de um tomo de bens, rendas e direitos, não constitui um livro de receitas. Não sabemos, nem temos como saber, se estas rendas eram recebidas integralmente, segundo os valores determinados no assento, ou se outras flutuações mais sazonais podiam interferir de alguma forma neste ‘bolo’. Ainda assim, vale a pena falar dos valores globais que o cabido receberia segundo os valores antigos, e passaria a receber apenas com valores atualizados. Tal como foi feito anteriormente, nos casos em que não temos informação sobre variação de renda, o mesmo valor é assumido para o que *soía valer* e o que valia aquando da feitura do tomo¹³⁹². Para oferecer um valor uniforme, os cálculos são novamente apresentados em maravedis. Estando longe de

¹³⁸⁹ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 52v-53.

¹³⁹⁰ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 32v.

¹³⁹¹ FERREIRA – *Preços e Salários em Portugal...*, p. 287.

¹³⁹² Não se trata de um opção isenta de problemas, mas o objetivo principal é o de não inflacionar artificialmente a descida, apresentado a diminuição como a quebra mínima verificável – mas eventualmente menor do que a quebra real.

constituir a maior parte do rendimento do cabido, complementadas por muitos outros direitos, rendas, foros e censos, o conjunto de bens rurais do couto de Braga é usado como amostra por se tratar do maior grupo de rendas, do mais coerente, com implantação mais densa no território e geograficamente mais próximo e cuidado pelo cabido. Somando as 241 rendas antigas deste conjunto geográfico, obtemos um total muito expressivo de 3385 maravedis, 7 soldos e 9 dinheiros, o que ultrapassa o montante de 4570 libras portuguesas. Por uma questão de coerência comparativa, deve ser retirado ao valor geral a já referida parte do quintal de Dume (110 maravedis), cujo renda desconhecemos à data da produção do tombo, usando como total de comparação das rendas antigas e novas a soma de 3275 maravedis, 7 soldos e 9 dinheiros. A soma das rendas novas revela a dimensão da redução das rendas rurais no território bracarense: 1940 maravedis, 20 soldos e 4 dinheiros – convertível em 2620 libras portuguesas e 4 dinheiros – numa quebra que se traduz numa percentagem de 40,75% e num valor absoluto de 1334 maravedis, 14 soldos e 5 dinheiros (1801 libras, 12 soldos e 5 dinheiros), uma perda impressionante e que só representa parte do património bracarense.

Estas quebras entre rendas antigas e rendas novas não terão sido fruto de uma única ação de rutura. Refletirão, por certo, algumas décadas de ajuste, feito individualmente a cada novo contrato e a cada confrontação com a nova realidade demográfica e a sua tradução socioeconómica. Como foi dito, quase 40% dos bens não-urbanos do Cabido de Braga tinham desvalorizado entre 21% a 50% comparados com os valores antigos das respetivas rendas, tendo os bens rurais do couto bracarense desvalorizado mais de 1334 maravedis anuais. Mesmo sendo progressivas, quão antigas são estas quedas? Remontam à ressaca da Peste Negra? Seria extraordinário poder ter um volume de contratos como o que temos em Guimarães para poder comparar a evolução dinâmica das concessões de usufruto ao longo das décadas em estudo, até chegarmos ao tempo da produção deste tombo. Porém, sobrevivendo muito poucos prazos, aforamentos e arrendamentos nos fundos do Cabido da Sé de Braga, vale a pena analisar os que há e procurar comparar com os valores das rendas dos bens contratualizados no Tombo 1º. Das poucas dezenas de contratos enfiteúticos e arrendamentos produzidos por instituições bracarenses entre 1310 e 1379 que

chegaram até nós e já foram quantitativamente analisados no capítulo 6, apenas uma parte diz respeito a aforamentos, emprazamentos ou arrendamentos do cabido bracarense ou, em alternativa, a contratos privados de bens que mais tarde foram deixados aos cónegos e já estavam integrados no património capitular aquando da feitura do tomo. Valem, mesmo assim, um olhar atento.

Nem sempre as designações ou agrupamentos de bens coincidem na perfeição. Em 1313, por exemplo, o Cabido de Braga emprazou todos os seus herdamentos localizados nos lugares que chamam de Fraião, Gandarela e Senra, que traziam João de Fraião e Teresa Rodrigues, sua mulher, os sete maravedis anuais a haver pela Gandarela, todos os censos da freguesia de Lamações e uma série deles na freguesia de Fraião a Fernando Pires, porcionário da Igreja de Braga, estabelecendo uma renda de 130 libras¹³⁹³. No tomo, o topónimo Gandarela diz respeito a um casal no Couto de Tibães, sendo Senra referido como um casal com vinha na freguesia de Lamações e Fraião designado como quintã, com os respetivos pertences¹³⁹⁴.

Felizmente, a maioria dos prazos do cabido bracarense que nos chegaram foram produzidos nos dois anos que antecederam a Peste Negra, o que nos permite assumir que qualquer variação de preço se dá após a epidemia, seja qual for o(s) fator(es) envolvido(s). Não havendo correspondência em todos os casos, optei por, tal como em Guimarães, individualizar aqueles onde é possível obter o antes e o depois:

- Casal de Carcavelos, freguesia de São Martinho de Dume: em novembro de 1346, o cabido de Braga recebe a renúncia ao prazo que Estêvão Eanes, abade de Santa Maria de Águas Santas, trazia do Cabido em duas vidas, do casal de Carcavelos, na freguesia de São Martinho de Dume. O Cabido empraza o dito casal logo de seguida a Martim Domingues, clérigo do Coro de Braga e procurador do dito abade de Águas Santas, nas mesmas duas vidas, estabelecendo um foro de 17 maravedis velhos de dinheiros portugueses, pago às terças do ano, mais meio maravedi de um aniversário a que estava obrigado o dito casal, subindo para 18 maravedis e 1 maravedi para aniversário na segunda pessoa¹³⁹⁵. No tomo feito pouco mais de trinta anos depois, não há um, mas

¹³⁹³ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Prazos do Cabido, doc. 56.

¹³⁹⁴ ADB, *Tomo 1º do Cabido*, fl. 54v-55, 56v.

¹³⁹⁵ ADB, *Gavetas do Cabido*, Livro 1º dos Testamentos, doc. 65.

dois casais de Carcavelos, que andam juntos no mesmo prazo (podendo ter sido primitivamente um) por seis maravedis, com a indicação que a renda ‘antiga’ era de nove maravedis¹³⁹⁶. Esta informação é preciosa: é possível a renda antiga corresponder com frequência a rendas já do período pós-Peste, elas próprias previamente desvalorizadas pelas consequências da pandemia pestífera, prosseguindo o ciclo negativo com o agravamento das circunstâncias locais – o que coincide também com o caso vimaranense. A queda real desde a Peste seria assim de 2/3, e não 1/3, podendo ser ainda maior se, de facto, os dois casais não corresponderem simplesmente a uma divisão do casal primitivo, mas a dois bens previamente existentes.

- Lugar de Soeiro Mouro, freguesia de São Martinho de Dume: em janeiro de 1347, o cabido bracarense empraça, por três vidas, o lugar de Soeiro Mouro, “assim como ora o traz” Domingos Martins, cidadão de Braga, a Domingos Martins e a Francisca Pires, sua mulher, estabelecendo um foro de 60 libras de portugueses, pago às terças do ano, que subiria para 80 libras na terceira pessoa. Por lhes ter feito este prazo, doam ainda ao Cabido a vinha que fica no lugar que chamam Casal de Urraca e as devesas nos lugares de Gandarela e Argemil, na freguesia de São Pedro de Merelim, contíguos ao dito lugar emprazado, e que passariam a pertencer a esse prazo¹³⁹⁷. Por volta de 1380, a designação mudou para casal, mas a originalidade do topónimo torna a identificação segura¹³⁹⁸. A variação registada pelo tombo vai da renda ‘antiga’ de 40 libras para a coeva de 20 libras. Uma vez mais, a renda antiga já representa uma desvalorização, que podia ser já de 50% se assumirmos que a terceira pessoa chegou a assumir o prazo de 1347.

- Herdades na freguesia de Montélios: em março de 1347, o Cabido de Braga empraça, por três vidas, a vinha que o Cabido tem em Montélios, como a trazia o abade da Facha, com suas casas e devesas, a Gonçalo Eanes, clérigo de São Frutuoso, e a Estêvão Afonso, seu sobrinho, estabelecendo um foro de 25 maravedis para mandar cantar a capela pela alma de Martim Pires da Cruz, mais quatro maravedis velhos para o aniversário de Pedro Lomar e um maravedi e terça para o Cabido, como senhorio, elevando o total a 30

¹³⁹⁶ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 42.

¹³⁹⁷ ADB, *Gavetas do Cabido*, Livro 1º dos Testamentos, doc. 75.

¹³⁹⁸ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 43.

maravedis e $1/3$ ¹³⁹⁹. Se estes bens correspondem àqueles que o tombo identifica como “herdades de Montélios que são das posses de Martim Pires da Cruz, que o abade da Facha trouxe”, valiam então 10 maravedis anuais, sem indicação de renda antiga¹⁴⁰⁰. Não podendo oferecer certezas sobre a identificação, a probabilidade de se tratar do mesmo conjunto de bens, e estarmos perante uma desvalorização de $2/3$, é alta.

- Herdades nas freguesias de Nogueira e Lamações: em abril de 1347, o cabido de Braga empraiza todas as herdades situadas nas freguesias das igrejas de Santa Maria de Lamações, Santiago de Fraião e São João de Nogueira e que pertencem à capela que ordenou Martim Pires da Cruz, por três vidas, a Domingos Eanes, pintor de Braga, e a Joana Domingues, sua mulher, estabelecendo um foro de 16 maravedis pago às terças do ano, que subiria para 18 maravedis na 3ª pessoa¹⁴⁰¹. No tombo, as herdades de Nogueira e Lamações que foram de Martim Pires da Cruz surgem-nos com uma renda ‘antiga’ de 8 maravedis, que havia subido já para 10 maravedis e 2 capões¹⁴⁰². Aquilo que parecia ser uma valorização, revela-se, afinal, uma certa recuperação ainda muito atrás do que estes bens chegaram a valer imediatamente antes da Peste Negra.

Não sendo numerosos, todos os casos apontam no mesmo sentido: as desvalorizações presentes no *Tombo 1º do Cabido* serão, em muitos casos, apenas uma parte da queda verificada a partir da Peste Negra. A falta de referência a rendas antigas no tombo está longe de garantir que não houve desvalorização desses bens, e até as subidas parecem esconder apenas recuperações parciais nos valores pré-Peste. As quebras de rendimentos do Cabido serão muito, muito superiores aos valores apresentados nos cálculos parciais deixados atrás.

Apesar de ser um dos maiores proprietários dentro da malha urbana de Braga, a informação sobre a variação de rendas de casas e outros imóveis urbanos pertencentes ao cabido da catedral da cidade é difícil de perceber. As entradas dedicadas a estes bens no tombo são tendencialmente mais curtas do que as dos bens rurais, apenas com localização por rua, nome do foreiro ou ocupante e respetiva renda ou censo, com um

¹³⁹⁹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Livro 1º dos Testamentos, doc. 87.

¹⁴⁰⁰ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 44.

¹⁴⁰¹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Livro 1º dos Testamentos, doc. 93, nº 1.

¹⁴⁰² ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 58v.

apontamento ou outro sobre confrontações, características peculiares do imóvel ou conservação. O número – o Cabido tem ou recebe direitos de 426 casas¹⁴⁰³, distribuídas por 22 ruas dentro e fora de muralhas¹⁴⁰⁴ – impressiona, e mostra que o cabido tinha direitos sobre uma parte muito expressiva do edificado da cidade. Neste ponto em concreto, não há como medir quebras de rendas. Os raros contratos que temos para imóveis urbanos do cabido não nos permitem identificar qual das casas de certa rua se trata. Sem dúvida que a diminuição da população e a destruição provocada pelos castelhanos – pelo menos 78 casas foram destruídas quando as três ruas extramuros onde estavam foram arrasadas, e assim permaneciam cerca de uma década mais tarde – tiveram esse efeito, mas o papel primordial da Peste Negra neste processo não é mensurável de forma alguma.

Se os bens bracarenses, urbanos e do couto, eram a maioria das propriedades do cabido arquidiocesano, o rol total incluía dezenas de propriedades noutras julgados e terras, sobretudo no território do Entre-Ave-e-Lima, mas verdadeiramente espalhadas por todo o reino. Estes bens, com destaque para aqueles localizados nos julgados limítrofes de Braga, revelam realidades diversas. Nas 29 rendas provenientes de bens do julgado de Guimarães¹⁴⁰⁵, por exemplo, apenas cinco revelam desvalorizações, havendo até uma subida: o casal de Cide, junto ao Arco de Pombeiro, na freguesia de Santa Maria de Gémeos, viu o seu valor subir de 7 maravedis para 8 maravedis e um par de capões¹⁴⁰⁶. Esta pequena amostra vimaranense constitui um exemplo interessante, sobretudo depois de vermos a desvalorização generalizada dos bens daquele que será um dos maiores proprietários da terra vimaranense, a Colegiada de Santa Maria. Por outro lado, os bens do Cabido de Braga na Terra de Lanhoso – reunidos em 27 rendas

¹⁴⁰³ É importante definir aquilo que se entende aqui por casa: em muitas destas entradas, fala-se de “casas”, no plural, devido à existência de mais do que uma divisão no imóvel. Assim, assumi que cada entrada correspondia a um imóvel independente, avaliado de forma individual, independentemente de surgir classificado como “casas” ou “casa”.

¹⁴⁰⁴ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 117-134.

¹⁴⁰⁵ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 6v-8. Uma das rendas diz respeito a um bem na Terra de Vermoim, à data integrada na jurisdição vimaranense por concessão do rei D. Fernando, como compensação pelos danos e depauperamento da vila com as Guerras Fernandinas. AMAP, *Câmara Municipal de Guimarães*, Coleção de Pergaminhos da Câmara Municipal, 8-1-3-12.

¹⁴⁰⁶ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 7v.

distintas – contrastam com o que se passa em Guimarães: apenas seis mantêm o valor, ou omitem a quebra, com 21 rendas a cair e nenhuma subida registada¹⁴⁰⁷.

Há ainda uma notável exceção à regra que merece ser anotada: contrariando a tendência de manutenção dos direitos que muitas igrejas devem ao cabido bracarense, há um território onde os valores pagos anualmente aumentaram na maioria das paróquias: a Terra de Vieira – coincidente com o atual concelho de Vieira do Minho, que herdou a designação, mas com o acréscimo das freguesias que atualmente constituem a metade oriental do município da Póvoa de Lanhoso, onde o Cabido detinha direitos em 29 igrejas, maioritariamente paroquiais mas nas quais se incluía uma ermida e o mosteiro de Vieira¹⁴⁰⁸; entre os direitos pagos por estas instituições houve 11 descidas, cinco manutenções e um expressivo aumento nas restantes 13. A existência de um valor antigo para o pagamento em dinheiro pelos direitos das igrejas traduz uma monetarização de longa data deste tipo de tributos. Por norma, à parte do valor pelo conjunto de direitos, mantém-se o valor da visitação, também ele saldado em moeda e que varia de forma distinta dos restantes direitos condensados num único pagamento. Por vezes, como é o caso da igreja de São Miguel de Vilela, os direitos subiram do valor antigo de 8,5 maravedis para 9,5 maravedis; porém, este acréscimo não cobre a redução do valor da visitação de quatro libras (80 soldos) para 16 soldos; no cômputo final, o cabido bracarense arrecada mais 27 soldos nos direitos, perdendo 64 na visitação¹⁴⁰⁹. A análise local, apesar da tendência geral de queda, fornece-nos exemplos muito díspares de evolução ao longo da segunda metade do século XIV.

As dúvidas sobre o grau de responsabilidade da Peste Negra poderiam ser definitivamente desfeitas se, a par de um tomo que representa um momento em concreto, possuíssemos também um volume muito maior de contratos, como em Guimarães. É inequívoco, porém, que as quebras acentuadas nos valores das rendas e foros refletem uma acentuada diminuição do contingente demográfico – insuficiente para provocar um abandono generalizado destes bens, mas importante quanto baste para quebrar o seu valor em grandezas que ultrapassam, com frequência, os 2/3 do valor

¹⁴⁰⁷ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 11-15v.

¹⁴⁰⁸ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 20-23v.

¹⁴⁰⁹ Esta igreja tinha ainda uma sufragânea, dedicada a São Tomé, e que pagava de direitos ao Cabido duas perdizes, ou 3,5 soldos por elas - ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 23.

previamente recebido. O potencial informativo deste primeiro tomo do cabido da Sé de Braga é extraordinário e está muito longe de se esgotar na breve análise que aqui foi feita. Porém, creio que é suficiente para demonstrar que, mesmo inserindo a variável da destruição bélica, há uma redução populacional evidente. Infelizmente, quanto desse decréscimo era responsabilidade direta da Peste Negra e das suas sucessoras é algo que, por ora, não é possível esclarecer em mais do que uma pequeníssima parte deste vasto património.

Outros casos

Nenhuma outra instituição dos territórios em estudo possui uma riqueza documental que nos permita estabelecer vários pontos de “antes” e “depois” com a precisão de Guimarães ou o volume de Braga. Porém, há alguns indícios e declarações que nos sugerem um decréscimo de rendas, propositado e consciente, por parte de instituições tanto do Entre-Douro-e-Minho, como do Entre-Tejo-e-Odiana.

Um dado singular da catedral portuense, relativo a 1360, é duplamente revelador: o Cabido do Porto consentiu na demanda que o bispo D. Afonso procurava mover contra João Lourenço e D. Maria de Briteiros, sua mãe e tutora, dizendo que o prazo do Couto da Régua que o bispo D. Fernando fizera em 1319 a Martim Lourenço da Cunha, pai do réu, não valia, pois a quinta que seria entregue no fim do prazo, a da Cortinha, em Riba d'Ave, estava muito danificada e destruída, não valendo mais de 20 libras anuais, contra as 150 que rendia quatro décadas antes, agravado pelo facto de o prazo ter sido feito sem o consentimento do Cabido e sem as solenidades costumeiras¹⁴¹⁰. Além de revelar a desvalorização de 86% deste bem em expectativa, demonstra também que as instituições, sobretudo as mais capazes e poderosas, tudo fariam para compensar essas perdas e equilibrar os seus proventos.

A sul, em Montemor-o-Novo, a igreja de Santa Maria do Açogue empraza, logo em fevereiro de 1349, uns paços com currais, pombais, ferragiais e outros direitos a Gonçalo Eanes, raçoeiro da dita igreja, por 4 vidas, estabelecendo um foro de 15 libras, pago no Natal. Justifica o valor baixo do contrato – ainda que não revele quanto valeria antes da Peste – dizendo: "e este foro vos fazemos por se nom lapidarem nem perderem

¹⁴¹⁰ ADP, *Mitra da Sé do Porto*, Pergaminhos da Mitra do Porto, Pergaminho 17.

os direitos [duas palavras praticamente apagadas] Gonçalo Anes dizia que se maior foro ouvesse de dar que nom faria seu proveito [duas palavras ilegíveis] que segundo o tempo era per razom da mortindade e da companha que hi nom avia que nom podia fazer proveito em nas ditas casas"¹⁴¹¹. A quebra demográfica repentina e drástica parece ter colocado em causa a sustentabilidade de um prazo, levando a igreja a optar por um muito invulgar prazo de quatro vidas, ainda mais incomum por ter sido feito a um clérigo, que, teoricamente, não teria mulher nem filhos a quem o deixar. Uma medida inequivocamente drástica para transformar perdas totais em parciais, que não pôde resolver tudo: a 15 de novembro de 1356, Vasco Pires, deão da Sé de Évora e seu vigário-geral em sede vacante, passa licença autorizando os raçoeiros da igreja de Santa Maria do Bispo de Montemor-o-Novo a emprazarem os bens que lhes haviam sido deixados por "homens bons e boas mulheres para celebração de aniversários por sua almas" e que tinham vagado por que os seus foreiros, "algumas pessoas que as ditas possissoes tynham emprazadas morreram no tempo da pestillença e que des então aca as dictas possissoes e que despereçeram e despereçem per tal guisa que estão ja em tempo de sse perderem", estando desamparados e a danificar-se¹⁴¹². Os raçoeiros haviam procurado foreiros para esses bens, ainda que não para todos. Deveriam, por ordem do vigário, emprazar os bens apenas nas vidas das pessoas a quem fossem feitos os prazos – o que demonstra uma alteração de práticas, talvez reveladas como desvantajosas no fim de alguns anos, ou uma desaprovação do que as igrejas estariam a fazer até então; os raçoeiros poderiam igualmente escambar os pardieiros e as vinhas mortas por possessões melhores, com quem o quisesse fazer, para poderem ter rendimentos para celebração dos aniversários, sobretudo daqueles aos quais esses bens estavam obrigados.

No mesmo ano de 1356, o Cabido da Sé de Évora atinge aquilo que parece ser o nadir das suas rendas no ciclo pós-Peste, antes mesmo do grande terramoto de agosto, redigindo um novo estatuto em julho, relacionado com a insustentabilidade dos rendimentos do cabido, face aos seus encargos com o papa, o rei, o bispo e outros, pela

¹⁴¹¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 22, peça 093.

¹⁴¹² Esta licença não sobrevive no original, mas foi trasladada nos contratos com as cotas BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11, peça 042, doc. 001, pasta 13, peças 003, 010, 023, 031, 054, 175; foi também parcialmente trasladada em BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 23, peça 040, mas sem a referência à Peste.

diminuição tremenda de rendas desde a Peste, recusando-se assim a pagar os subsídios que os bispos pediam:

"respicientes qualiter reditus viri(?) a tempore pestillencie sunt nimium diminuti et comodo solvimus in quolibet anno collectas episcoporum et archiepiscoporum et decimas dominos pape et regi ita quod non habemus propter predicta servicia timore magis (...). Ea propte nos predictum capitulum vollentes huic morbo tam pestifero et tam dapnoso de salubri remedio providere."¹⁴¹³

Trata-se de uma medida extrema, e traduzirá, por certo, uma quebra real – não quantificada, mas certamente expressiva – na globalidade do bispado eborense (que cobre quase toda a área transtagana aqui em estudo), e da parte correspondente ao cabido propriamente dito.

O inventário dos bens da Ordem de Avis coligido em 1366, com traslado de outros inventários locais realizados nos anos anteriores, depois de o futuro D. João I suceder como mestre da ordem ao falecido Martim de Avelar, é uma fonte de uma riqueza extraordinária, mas cuja organização interna permite retirar poucos dados para uma análise como a que foi feita do tombo bracarense¹⁴¹⁴. Neste rol recolhem-se todos os bens móveis e imóveis da Ordem, e a sua excecionalidade justificou uma precoce publicação parcial n' *O Archeologo Português*, por Pedro de Azevedo, essencialmente limitada aos bens móveis guardados nessas vilas, sobretudo alfaias litúrgicas, armamento e equipamento militar, animais, mas também objetos do quotidiano, vestuário e muitos outros¹⁴¹⁵. O tombo não cobre a totalidade dos domínios da ordem, tal como um anónimo anotador moderno glosou no documento, ficando de fora propriedades localizadas na Beira, no Ribatejo, mas também no Entre-Tejo-e-Odiana. O inventário elenca bens alentejanos da Ordem de Avis espalhados pelas vilas e respetivos termos de Avis, Borba, Fronteira, Veiros, Serpa, Moura, Noudar, Mourão, Alandroal, Juromenha, Olivença, Beja, Vila Viçosa, Sousel, mas estará incompleto: propriedades que conhecemos de contratos enfitêuticos, como o rol de vinhas aforadas em Elvas em 1340, estão ausentes desta relação de bens, o que levanta questões sobre os critérios

¹⁴¹³ ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Constituição e Regulamentação, Estatutos, Maço 2 [antigo CC11].

¹⁴¹⁴ ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, maço 5, n.º 595.

¹⁴¹⁵ AZEVEDO, Pedro de – Um inventário do século XIV. *O Archeologo Português* VII (1902), p. 223-234, 259-265, 305-308.

de recolha do inventário e sobre o seu alcance. Os bens imóveis da ordem que são enumerados são-no com pouca descrição, sem grandes detalhes sobre o seu estado, eventuais alterações de rendas ou comentários que permitam algum tipo de análise como Braga, Guimarães ou até os casos isolados das igrejas de Montemor-o-Novo ou da Sé do Porto. A título de exemplo, refira-se o único imóvel da Ordem de Avis em Serpa, um pardieiro na Rua de Pedrolo (?), aforado a Vicente Ligeiro, alfaiate morador em Serpa, por 7 libras e 7 soldos anuais¹⁴¹⁶, não havendo sempre, sequer, este nível de informação, com omissão frequente de foreiro e foro.

Para a cronologia em estudo, os restantes levantamentos de bens e rendas que possuímos no Entre-Tejo-e-Odiana dizem respeito aos diversos corpos da Sé de Évora e são todos anteriores à Peste Negra, sendo incapazes de nos informar sobre qualquer alteração provocada pela ação da doença. Tanto o livro dos bens do cabido eborense, coligido em 1321 e que nos chega numa cópia mais tardia, mas ainda medieval¹⁴¹⁷, como o já referido *Livro do Prioste*, livro de despesas do cabido eborense para o ano de 1340-41¹⁴¹⁸, constituem fontes extraordinárias, mas sem grande utilidade para este estudo, por não haver termo de comparação posterior à Peste. A relativa abundância de contratos enfitêuticos eborenses posteriores à Peste Negra pertence sobretudo a igrejas urbanas, às principais albergarias da cidade e aos bacharéis da Sé de Évora que, apesar da filiação, possuem um património autónomo e em nada relacionado com o do cabido ou da mitra eborenses.

A quebra das rendas das principais instituições eclesiásticas das regiões em estudo é clara, e a relação da Peste Negra com essa quebra é direta ou altamente provável. O caso de Guimarães é excecional, tanto pela riqueza e clareza dos seus dados no que a essa relação direta diz respeito, como também pela postura da própria instituição, que age rapidamente, revelando um pragmatismo assinalável e uma capacidade de adaptação verdadeiramente impressionante. No resto da Península Ibérica, apenas a gestão semelhante dos Hospitalários da Coroa de Aragão revela um sentido ainda mais apurado de adaptação à nova realidade demográfica e

¹⁴¹⁶ ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, maço 5, n.º 595, fl. 26v.

¹⁴¹⁷ Arquivo da Sé de Évora, *Cabido da Sé de Évora*, Fazenda, Capelas, Próprios e Foros, Registos de Propriedades e de Direitos, Livro 001, fl. 1-39.

¹⁴¹⁸ SOUSA *et al.* - O Livro das despesas do Prioste..., p. 91-143.

socioeconómica, adotando de forma quase instantânea, assumida e pensada a quebra de rendas como fator de estabilização e fixação de foreiros e rendeiros, com resultados inegavelmente positivos¹⁴¹⁹. Na Sé de Braga, por outro lado, se é indesmentível que o terceiro quartel do século XIV representa uma fase de grande queda nos valores das rendas de quase todos os bens do cabido catedralício, é igualmente verdade que é bem menos clara a sua relação direta com a Peste Negra. Os dados parecem apontar nesse sentido, numa estratégia algo semelhante à vimaranense, mas menos representado pelo *corpus* dos contratos, perdido na maioria, do que no retrato estático do tomo do cabido. De outras instituições de ambas as comarcas, com falhas semelhantes nos contratos preservados, mas sem a fortuna de um tomo tão informativo, os casos isolados vão compondo, ainda assim, uma imagem geral: a Peste Negra teve um impacto direto na quebra de rendas, tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana; mais visível, duradouro e talvez programado a norte, menos sensível e mais acidental a sul, mas real.

10.1.4 - Adaptação económica: a ‘blindagem’ dos contratos enfitêuticos de Guimarães na segunda metade do século XIV

Um exemplo concreto de reflexo das mudanças ocorridas revela-se uma vez mais através dos contratos enfitêuticos redigidos na área de Guimarães na segunda metade do século XIV. Tratando-se de tipologias documentais produzidas a partir de formulários relativamente fixos, a inclusão de novos elementos – sobretudo a nível local e regional – pode revelar evolução ou perturbação no meio em que foram produzidas. Como vimos, o fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira sobrevive particularmente bem preservado, com mais de meio milhar de contratos enfitêuticos produzido nas sete décadas em estudo, o que julgamos constituir uma amostra apreciável e fiável do total¹⁴²⁰. Por outro lado, além do número, os contratos vimaranenses apresentam especificidades locais que sugerem uma adaptação mais rápida e mais assertiva a momentos de crise do que a documentação que ainda subsiste nos revela noutras

¹⁴¹⁹ LUTTRELL, Anthony - Los Hospitalarios en Aragón y la peste negra. *Anuario de estudios medievales* 3 (1966), p. 499-514.

¹⁴²⁰ A sobrevivência da chamada *Nota Antiga*, código onde se recolhem de forma sistemática os contratos lavrados entre 1342 e 1380, reforça essa convicção. AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga.

paragens. Relembro os fundos documentais incluídos: Colegiada de Guimarães¹⁴²¹, Mosteiro de São Salvador do Souto¹⁴²², da Câmara Municipal de Guimarães¹⁴²³, da Irmandade de São Crispim e de São Crispiniano¹⁴²⁴ e do Mosteiro de São Miguel de Vilarinho¹⁴²⁵, entidades situadas em Guimarães ou no seu termo.

Mais do que a constatação do aumento extraordinário de novos contratos, feita anteriormente, importa também perceber como estes novos contratos procuraram reequilibrar as relações entre senhorios e enfiteutas, que penderiam para o lado dos segundos depois da Peste. Este equilíbrio parece começar a ser perturbado na década de 1330, como sugere o uso de uma cláusula em vários emprazamentos feitos na área de Guimarães: é dito, explicitamente, que o foreiro não poderá deixar o prazo, nem o senhorio o tolher¹⁴²⁶. Assim reforça-se a perenidade e previne-se a quebra unilateral do prazo, que protegeria tanto o senhorio – que agora parece ter mais dificuldade em preencher todas as suas terras com novos enfiteutas –, como o enfiteuta, que garante não ser espoliado do seu usufruto se cumprir tudo o que o contrato prevê. Apesar de aparecer esporadicamente antes¹⁴²⁷, essa cláusula torna-se comum a partir de então, mas não omnipresente, o que indicará um uso intencional e consciente, e não tanto uma reprodução automática dos formulários. Uma vez mais, a coincidência com a fome e carestia dos primeiros anos da década de 1330 não será um mero acaso. Esta cláusula

¹⁴²¹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maços 20 a 37; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Livros de Notas, Nota Antigo Vols. I, II e III.

¹⁴²² AMAP, *Mosteiro de São Salvador do Souto*, Pergaminhos.

¹⁴²³ AMAP, *Câmara Municipal de Guimarães*, Constituição e Regulamentação do Município, Coleção de Pergaminhos.

¹⁴²⁴ AMAP, *Irmandade de São Crispim e São Crispiniano*, Pergaminhos.

¹⁴²⁵ ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maços 3 e 4.

¹⁴²⁶ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 39, n.º 37 (1331), AMAP, *Mosteiro de São Salvador do Souto*, Pergaminhos, 8-5-2-9 (prazo privado feito em Guimarães em 1335), AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 27 (1341), AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 37 (1345), AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 42 (1345), AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 47 (1346).

¹⁴²⁷ Citando apenas um caso, refiro o emprazamento em três vidas que Martim Barrosas, cónego bracarense, faz a Domingos Eanes e a sua mulher em 1316, em Guimarães – Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Prazos Particulares, Doc. 35.

surge raramente noutras zonas do Entre-Douro-e-Minho antes da Peste Negra¹⁴²⁸, mas o seu uso multiplica-se depois, ainda e sempre sem se tornar permanente¹⁴²⁹.

No caso concreto do julgado de Guimarães, a cláusula passa a surgir na maioria dos contratos após a Peste Negra, sugerindo a necessidade de os reforçar juridicamente. Esta leitura é apoiada pela carta de D. Afonso IV, datada de 11 de agosto de 1350, em Óbidos, na qual o rei ordena que todos aqueles que trazem terras arrendadas, emprazadas ou aforadas da Colegiada de Santa Maria de Guimarães devem honrar os contratos, cultivar as terras e pagar os devidos foros e rendas¹⁴³⁰. Outorgada a pedido do prior e do cabido da Colegiada, demonstra que, talvez mais do que (ou além de) um impacto demográfico que desequilibrou a relação entre número de terras e número de enfiteutas, há um impacto social, desestabilizador, no qual um senhorio muito poderoso, como era a Colegiada de Guimarães, não consegue impor-se aos seus foreiros cada vez mais incumpridores.

À epidemia seguem-se anos de esterilidade agrícola, provavelmente fruto da combinação entre condições climatéricas adversas e a redução ou movimentação de mão-de-obra. As rendas dos senhorios caem abruptamente, e muita da instabilidade tem origem em fatores naturais que afetam gravemente não só o efetivo populacional propriamente dito, como a sua estrutura, distribuição e comportamento. É verosímil acreditar que os foreiros que procurassem cumprir os contratos alegassem falta de mão-de-obra – a cadeia de exploração indireta tinha, não raras vezes, mais elos do que o senhorio e o enfiteuta –, quer pela morte de trabalhadores, quer pelas novas exigências

¹⁴²⁸ Um raro exemplo de utilização anterior à Peste, fora de Guimarães, é o emprazamento em três vidas feito por Lourença Eanes, mulher que foi de Lourenço Eanes e tutora de João, Vicente e Margarida, filhos de Lourenço Eanes e seus, empraza em nome de todos, a Cecília Esteves e a Martim Esteves, seu marido, moradores em Gaia, de metade de umas casas no lugar de Nogueira, em Vila Nova a par de Gaia, feito em Vila Nova - ANTT, *Mosteiro de Corpus Christi*, maço. 44, n.º 2.

¹⁴²⁹ Para citar alguns exemplos de outras instituições do Entre-Douro-e-Minho, refiro ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Prazos do Cabido, doc. 62 (1350); ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 12 (1350), ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 11 (1350) e ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 17 (1351); ANTT, *Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto*, maço 5, não numerado (1354); ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 17º, fl. 29 (1356) e ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 21º, fl. 27 (1365); ANTT, *Mosteiro de Corpus Christi*, maço 32, n.º 2 (1359) e maço 44, n.º 18 (1369); ADP, *Convento de Santo André de Ancêde - Baião*, Livro 2, Tombo 1º de Títulos Velhos, fl. 38-38v (1367) e fl. 245-245v (1371); ANTT, *Mosteiro de São Bento de Avé-Maria do Porto*, maço 2, não numerado (prazo privado, feito no Porto em 1371); ANTT, *Convento de Santa Clara do Porto*, maço 60, doc. 46 (prazo privado, feito no Porto em 1379).

¹⁴³⁰ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 1, n.º 40.

dos sobreviventes, mas também infortúnios como secas, tempestades, cheias e outros eventos naturais que pesam gravemente na subsistência destes homens e na exploração económica da terra.

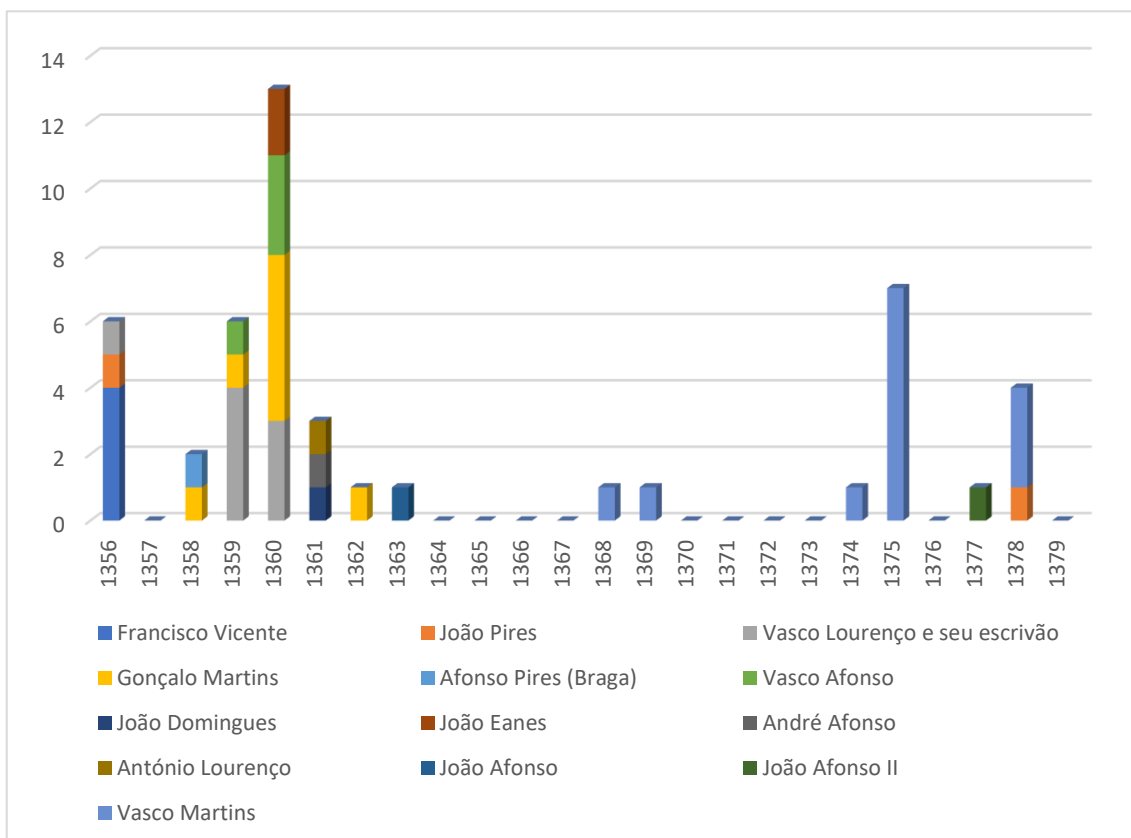
Aparentemente, uma das respostas desenvolvidas no final da década de 1350 passou pela 'blindagem' dos contratos enfitêuticos. Parte desses contratos passa a referir explicitamente a obrigatoriedade do pagamento das rendas contratualizadas, ainda que ocorram desastres não-humanos, individualmente nomeados – pestes, secas e inundações, incêndios, tempestades de chuva ou gelo, para mencionar algumas das referências mais frequentes, não podendo o enfiteuta, em caso algum, escusar-se a pagar a renda contratualizada invocando um desastre natural. Estas alterações surgem após os primeiros surtos da Segunda Pandemia de Peste, num contexto de instabilidade bélica, anos agrícolas difíceis e desvalorização de terras. Parecem, portanto, ser a resposta possível dos senhorios perante um quadro socioeconómico diferente e revelador de uma instabilidade constante, um acrescento ao formulário documental que reflete uma necessidade de umas das partes. Passando o ónus para os enfiteutas, cujo poder de negociação parecia estar a aumentar, os proprietários salvaguardavam a sua posição e procuravam minimizar as perdas, ação à qual não seria estranha a monetarização quase total das rendas contratualizadas neste período, evitando-se frações de uma produção que poderia ser exígua ou nula, pagamentos em géneros de má qualidade, pouca valia económica ou de difícil transporte.

Esta inovação contratual, em particular, parece ser exclusiva de Guimarães e da sua área envolvente. Não encontrei equivalente em Braga, no Porto ou em qualquer área do Entre-Douro-e-Minho. No Entre-Tejo-e-Odiana, este tipo de cláusula surge muito mais tarde, na segunda metade do século XV, muito raramente e também adaptada às circunstâncias locais e aos fenómenos muito mais expectáveis no Sul do que no Norte: terremotos¹⁴³¹. Todos estes dados apoiam a interpretação destas cláusulas como intencional, propositada e local. Estas cláusulas de obrigação explícita surgem em pelos menos 48 contratos analisados, balizados entre 1356 e 1378, num

¹⁴³¹ É o caso do emprazamento que a Igreja de Santiago de Évora fez, por três vidas, de um pardieiro na Rua do Raimundo, em Évora, a Antão Martins, castelhano, pelo qual este fica obrigado a refazer o pardieiro em casa e, mesmo que fosse "destruído por água, fogo ou terremoto", deveria ser sempre refeito às suas custas. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 23, peça 017.

levantamento feito de 1310 a 1379. A cláusula, nas suas diversas formas, surge desigualmente ao longo dos anos em causa, como é possível verificar através do Gráfico 96.

Gráfico 96 - Ocorrências da cláusula do "caso fortuito" por ano e tabelião vimaranense



Esta cláusula surge de diversas formas, referindo, na maior parte dos casos, que o foreiro não se poderia escusar de pagar a renda contratualizada, mesmo que “viesse tempestade ou geadas, dilúvio do céu e da terra, pestilência ou qualquer outro caso fortuito, mesmo que todos os frutos se perdessem”, como já referi. A combinação e a riqueza variavam, e nos últimos anos em análise, foi bastante simplificada para a simples menção ao caso fortuito. Seria esta inovação fruto da iniciativa dos tabeliães? Creio que será difícil aceitar esta interpretação, dado que as 48 ocorrências saíram da pena de 11 tabeliães diferentes. Outro indicador será a existência de um tabelião bracarense entre este grupo de tabeliães: um dos prazos¹⁴³² em questão foi redigido em Braga, pois dizia respeito a bens da Colegiada de Guimarães no couto da cidade. Em todos os outros documentos redigidos por tabeliães bracarenses para o período em causa que pude

¹⁴³² ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 32, n.º 39.

consultar, nenhum outro faz uso desta cláusula, nem ela volta a ser usada por este mesmo tabelião. O motor desta alteração será o próprio proponente do contrato, a Colegiada de Santa Maria de Guimarães. Nas muitas centenas de contratos do Entre-Douro-e-Minho do mesmo período que tive oportunidade de analisar, este tipo de cláusula apenas surge em contratos pertencentes ao cartório da colegiada vimaranense. As diversas formas parecem responder a pedidos concretos, prevenindo assim possíveis excusas de pagamento justificadas por catástrofes naturais ou condições climatéricas adversas, provavelmente no seguimento de precedentes numerosos e altamente lesivos para as contas da instituição.

A cronologia poderá explicar o recurso a este tipo de ferramentas contratuais: a cláusula surge pela primeira vez em 1356, coincidindo com os anos de esterilidade agrícola já referidos, mas também de tremenda atividade sísmica. Se os sismos não afetaram diretamente o Norte do reino, os anos de fracas colheitas poderão ter tido algum tipo de influência. O pico de utilização surge nos anos de 1359-1361, onde se registam 22 ocorrências, ou seja, quase metade de todas as reunidas, com 13 casos apenas em 1360. Esta acumulação é bastante interessante, pois parece surgir nas vésperas da segunda epidemia de Peste, a chamada *Pestis secunda*, que se abaterá por estes anos um pouco por toda a Europa. Mas por que motivo não teria sido usada esta cláusula antes, durante ou imediatamente após a Peste Negra, quando se verifica uma explosão de novos contratos? As populações não sabiam bem com o que estavam a lidar, como se comportar e talvez não esperassem o regresso da doença. Com a segunda epidemia continental e o agravamento de outros fatores ambientais, tudo muda de figura e a peste é assumida como uma presença cíclica. Os proprietários não poderiam deixar de usar todos os recursos ao seu alcance para minimizar as perdas, cada vez maiores após anos de um ciclo negativo. Depois destes anos mais duros, o uso da cláusula torna-se residual ou inexistente, com exceção dos anos de 1375 e 1378, em que quase todas as utilizações dizem respeito ao mesmo tabelião, Vasco Martins, e a uma forma genérica da cláusula.

A possibilidade de a Colegiada poder impor alterações ao formulário dos contratos para evitar precedentes perigosos ou para casos muito concretos e personalizados é apoiada, por exemplo, na referência explícita à impossibilidade de os

foreiros invocarem uma cheia do pequeno rio Selho como justificação de incumprimento num contrato respeitante a dois moinhos situados nas suas margens¹⁴³³. Outro caso interessante é o da cláusula presente em três contratos de casas que a colegiada faz em Guimarães, entre setembro de 1378 e fevereiro de 1379¹⁴³⁴. Os contratos enfiteúticos de casas urbanas costumam incluir a escusa de pagamento da renda em caso de fogo ou arruinamento. Nestes três casos, essa cláusula diz explicitamente que os foreiros apenas serão dispensados se o fogo ou arruinamento não tiver sido culpa sua, sugerindo a existência de precedentes usados para quebra de contrato ou interrupção de pagamentos.

Creio que estes dados nos dão indicações esclarecedoras de como uma instituição poderosa e dona de um vasto património reage quase em tempo real às adversidades provocadas por fenómenos naturais extremos, coroados pela Peste Negra. A gestão flutuante - mas assertiva - da Colegiada obriga os enfiteutas a honrar sem exceção os seus compromissos contratuais, mesmo que um evento catastrófico os deixe sem meios. De uma forma ou de outra, o ónus seria responsabilidade de quem explorava a terra, e não de quem era dela proprietário, e essa responsabilidade era assumida e clara no momento da contratualização.

Como já disse, talvez o impacto demográfico destes fenómenos, com a Peste à cabeça, não tenha sido devastador na escala em que o foi noutros territórios. Mas foi perturbador quanto baste para vermos surgir localmente cláusulas inéditas, sem paralelo coevo em toda a comarca do Entre-Douro-e-Minho e na do Entre-Tejo-e-Odiana, procurando salvaguardar a sustentabilidade económica de uma colegiada, posta à prova por fatores ambientais e epidémicos que nenhum dos intervenientes era capaz de prever, evitar ou minimizar. Poderá o caso de Guimarães constituir uma exceção, e como tal não ser representativo da realidade alargada na qual se insere? É possível, mas essa hipótese não invalida uma análise local e a criação de um caso de estudo, revelador de uma de muitas vias de recuperação, demonstrando a capacidade de adaptação de uma população medieval, que inclui um centro urbano, um termo bem

¹⁴³³ AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 272.

¹⁴³⁴ AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro III, doc. 457, 464 e 467.

povoado, que integra vias de comércio internacional e acolhe poderosas instituições eclesiásticas.

10.2 – Salários, preços e rendimentos no pós-peste

A ausência de dados significativos sobre salários no Portugal tardo-medieval obriga a um exercício de recolha exaustiva, para que se possa estabelecer algum tipo de padrão ou tendência. Felizmente, neste caso, esse passo foi dado por Sérgio Carlos Ferreira¹⁴³⁵, na sua dissertação de mestrado, ainda que boa parte dos dados seja quatrocentista, e menos das décadas aqui em estudo. Antes de seguir para o caso português, convém relembrar o cenário tradicionalmente apresentado pela historiografia internacional para o período pós-Peste: aumento de salários devido à escassez de mão de obra, busca de atividades mais rentáveis por muitos trabalhadores ligados à agricultura, ou modalidades de trabalho agrícola mais favoráveis, e um eventual êxodo rural motivado por essa vontade, ao qual se sucederia um aumento significativo em meio urbano de mendigos ou outras pessoas sem meios de subsistência, embora gozando de plena saúde. As iniciativas legislativas, incluindo as já analisadas para o caso português, sugerem que o aumento do custo da mão de obra é mais ou menos generalizado, mesmo com grandes variações e formas, das ilhas britânicas ao Médio Oriente¹⁴³⁶. Ainda que em Portugal o problema pareça ser mais a errância e imprevisibilidade dos trabalhadores do que os salários muito inflacionados, os dois fatores são indissociáveis.

Antes de revisitarmos a Europa, vale a pena ver o pouco que se sabe para os restantes reinos ibéricos: na Coroa de Castela, o esforço de regulamentação dos salários antecede em muito a Peste Negra – praticamente um século, nas primeiras tentativas, ainda que esta entre como no discurso peticionário nas Cortes de Valladolid de 1351¹⁴³⁷,

¹⁴³⁵ FERREIRA, Sérgio Carlos - *Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: [Edição de Autor], 2007. Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹⁴³⁶ Ainda que os dados para os preços sejam abundantes para o Médio Oriente medieval ao longo de todo o período da Antiguidade Tardia, Alta, Plena e Baixa Idade Média, as coleções de salários, tanto de trabalhadores não qualificados como dos restantes, são menos frequentes. Ainda assim, em paragens cuja riqueza documental das sobrevivências permite ultrapassar parcialmente, mas de forma metodologicamente segura, estas limitações, como no Cairo, os salários parecem ter aumentado de forma expressiva, para todos os tipos de trabalhadores, após a Peste Negra: PAMUK, Şevket; SHATZMILLER, Maya - Plagues, wages and economic change in the Islamic Middle East, 700-1500. *Journal of Economic History* 74:1 (2014), p. 210-213.

¹⁴³⁷ VERLINDEN – La grande peste de 1348..., p. 127-132; VACA LORENZO – La Peste Negra..., p. 97-99.

e se mantenha nas décadas seguintes. As queixas em 1351 são as habituais: inflação do preço da mão de obra rural, mais escassa e ciente do valor do seu trabalho, o que colocava em causa as rendas dos proprietários. Também os mesteirais são acusados da inflação do seu trabalho. Uma vez mais, porém, as ordenações régias fazem-se letra-morta, e os salários seguem em ritmo ascendente nas décadas do pós-Peste; também na Coroa de Aragão, o próprio rei se queixa do aumento extraordinário dos salários, quadruplicando ou quintuplicando nos anos imediatamente posteriores à Peste Negra¹⁴³⁸, mas a legislação que o tenta combater falha totalmente e acaba por ser revogada em poucos anos¹⁴³⁹. Independentemente da sua eficácia nula, as legislações castelhana e aragonesa partilham a maioria das preocupações e procuram atuar de forma semelhante.

Fora da Península Ibérica destaca-se a *Ordinance of Labourers*, de 1349, seguida pelo eloquente *Statute of the Labourers* de 1351, estabelecido pelo parlamento inglês, e promulgado pelo rei inglês Eduardo III, para combater a inflação de salários provocada pela escassez de mão de obra resultante da acentuada quebra demográfica¹⁴⁴⁰; ainda que este conjunto seja uma resposta direta aos desafios levantados pela Peste no mercado de trabalho inglês, está longe de, tal como na maior parte da Europa, ter sido criado *ex nihilo*, havendo um crescente *corpus* legislativo dedicado ao controlo de preços, salários e mobilidade da mão de obra, ainda que a Coroa inglesa apenas tivesse intervindo diretamente no primeiro desses três domínios, sendo o restante normativa local, sobretudo londrina¹⁴⁴¹. Em Itália, também Siena promulgou idêntica legislação logo após a Peste Negra, que não só foi ignorada, como rapidamente descartada¹⁴⁴². No

¹⁴³⁸ VERLINDEN – La grande peste de 1348..., p. 113-114, 119-127; LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 357-363, 371-373 doc. 78, 79 e 89.

¹⁴³⁹ SHIRK – The Black Death in Aragon..., p. 363-364.

¹⁴⁴⁰ BRAID, Robert - Behind the Ordinance of Labourers: Economic Regulation and Market Control in London before the Black Death. *The Journal of Legal History* 34:1 (2013), p. 23-28.

¹⁴⁴¹ BRAID - Behind the Ordinance of Labourers..., p. 17-23. A realidade inglesa é, como outras terão sido, complexa, mas a extraordinária documentação preservada permite ter uma ideia das violentas flutuações de preços e salários provocadas pela Peste Negra: em primeiro lugar, em 1348 e na maior parte de 1349, os salários subiam e os preços caíam; depois, os preços subiam devido à fraquíssima produtividade do primeiro ano pós-Peste, com quebras consideráveis na produção, produzindo uma inflação que na prática quase anulou o aumento de salários; enfim, este ciclo matizar-se-ia, mas o aumento real dos salários só seria efetivamente consolidado e traduzido em real aumento de poder de compra já na década de 1370 – BRAID – Economic behaviour...

¹⁴⁴² Curiosamente, entre os vários grupos profissionais que se destacaram na subida dos seus honorários, os notários de Siena foram os mais beneficiados. Ao contrário do que acontecia em Portugal, onde os tabeliães eram de nomeação régia, os notários de Siena eram apenas mais uma corporação profissional

geral, os níveis de vida da maioria da população terão efetivamente melhorado imediatamente após a peste, verificando-se isto sempre que a riqueza das fontes locais o permite¹⁴⁴³, ainda que nem sempre essa melhoria tenha sido real no trabalho assalariado, como se verá de seguida.

Em Portugal, como vimos no capítulo 4, as queixas deste tipo também antecedem a Peste Negra, ainda que apenas por uma década e meia. No início da década de 1330, tanto os preços dos mesteirais, como um suposto crescente número de desocupados, haviam merecido a atenção régia e entrado no seu esforço legislativo¹⁴⁴⁴. É muito difícil explicar o aparente aumento de desocupados. Será consequência de uma quebra demográfica já em curso? Estando esta ordenação preservada em documentação bejense, será precisamente o contrário, um reflexo das dores de crescimento de um território em povoamento? Não havendo documentação que permita comparações diretas, a tendência parece ser a do favorecimento progressivo pelo menos dos ofícios artesanais, em contexto urbano, mesmo antes da Peste Negra, ainda que pouco ou nada possa ser dito sobre os assalariados propriamente ditos.

A questão da mão-de-obra assalariada é complexa, em Portugal como noutras paragens. Nas regiões em estudo, a exploração indireta parece ser a regra há muito, sobretudo no Entre-Douro-e-Minho, o que deixaria as instituições e indivíduos

entre muitas outras, o que os levava a definir preços, altamente inflacionados pelo reduzido número de notários em funções não só em 1348, mas em quase toda a década seguinte. BOWSKY - *The impact of the Black Death...*, p. 20-21, 29-30.

¹⁴⁴³ CAMPBELL, Bruce M. S. - Physical shocks, biological hazards and human impacts: the crisis of the fourteenth century revisited. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale, secc. XIII-XVIII*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 28-32; KITSIKOPOULOS, Harry - Standards of living and capital formation in pre-plague England: a peasant budget model. *Economic History Review* 53 (2000), p. 237-261; este paradigma parece alterar-se apenas quando olhamos para fora da Europa cristã: os níveis de vida parecem degradar-se nos territórios islâmicos, com especial ênfase para os mais bem documentados, como o Egito – BOSCH – *The Black Death in Egypt and England...*, p. 91-112; Şevket Pamuk sugere até que a “Grande Divergência” entre os níveis de vidas, as economias e a tecnologia da Europa e dos territórios islâmicos comece devido às consequências da Peste Negra, o que parece ir ao encontro às demonstrações inovadoras de Stuart J. Bosch, já mencionadas: PAMUK, Şevket - The Black Death and the origins of the “Great Divergence” across Europe, 1300–1600. *European Review of Economic History*, 11:03 (2007), p. 289–317.

¹⁴⁴⁴ Esta ocorrência não torna a realidade portuguesa um caso singular; a rica documentação notarial de Marselha, por exemplo, revela já uma mudança lenta, mas evidente, nos contratos de aprendizagem celebrados entre mestres e discípulos: os ofícios artesanais vão diminuindo, em favor dos mercantis, e o pagamento da aprendizagem ao mestre vai-se invertendo, através da assalarição dos aprendizes, cada vez mais bem pagos: MICHAUD, Francine - Exploités ou profiteurs ? Les apprentis marseillais avant la Peste Noire. *Médiévales* 15 (1996), p. 83-96.

proprietários menos expostos a esta variação. Os casos destas duas comarcas, por sua vez, seriam distintos do que acontecia no resto do reino¹⁴⁴⁵. O Entre-Tejo-e-Odiana, com uma organização agrária própria, marcada por propriedades tendencialmente maiores e de menor produtividade, estava mais exposto às flutuações dos valores salariais: não será por acaso que a maioria das fontes relativas à fixação de jornais provenha sobretudo do Sul, e seja municipal. Em ambos os casos, porém, a ideia de que é a inflação de salários que provoca o abandono da exploração direta por parte dos senhores – apresentado também para Castela, por exemplo¹⁴⁴⁶ - não fará sentido, parecendo um processo muito anterior e que não parece ter sido acelerado ou atrasado pelo impacto demográfico da Peste Negra, em Portugal. No limite, o que parece ter acontecido é a eliminação de cadeias de exploração, com muitos caseiros a assumir o papel de enfiteutas, eliminando um intermediário e garantindo uma parte maior do rendimento produzido pelas terras por si cultivadas, mesmo em caso de manutenção do valor recebido pelo senhorio. Em qualquer caso, a exploração indireta parecia ser já a norma. Por outro lado, o que se passa nas cidades pode bem ser distinto daquilo que se passa nos campos.

Seria expectável encontrar uma ação semelhante à das coroas castelhana e aragonesa em Portugal, nas Cortes de Lisboa de 1352, que fosse além da legislação promulgada em 1349. De facto, algumas queixas desta natureza surgem no rol dos capítulos gerais do Povo: o terceiro fala sobre os mesterais e obreiros que levam muito mais do que aquilo que está definido nas posturas de cada concelho, não lhes acontecendo nada, o que o rei repreende, mandando respeitar as posturas e eleger anualmente um vedor que zele pelo seu cumprimento – certamente escolhido entre a elite concelhia que tanto se desagradava com esse comportamento mesterial. Porém, nada mais do que isto é dito, e nenhuma relação temporal com um *antes* ou *depois* da Peste é explícita¹⁴⁴⁷. Por outro lado, nenhuma tabela de salários ou preços de produtos

¹⁴⁴⁵ Regresso uma vez mais ao caso do Baixo Mondego, estudado por Maria Helena da Cruz Coelho, no qual a autora deteta uma escassez inegável de mão-de-obra assalariada após a Peste Negra, e que se prolonga pelas duas décadas seguintes, pelo menos, com queixas sucessivas dos grandes potentados eclesiásticos junto das autoridades municipais e régias, por estas agirem de acordo com os seus próprios interesses e em detrimentos daquelas, passando bens e respetivas rendas a estar duplamente expostos aos efeitos da Peste. COELHO – *O Baixo Mondego...*, p. 491-494.

¹⁴⁴⁶ VACA LORENZO – *La Peste Negra...*, p. 97-99.

¹⁴⁴⁷ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)...*, p. 123-137.

é elaborada, como é feito nas coroas castelhana e aragonesa: o rei e os seus oficiais terão assumido como suficiente a normativa local estabelecida por cada concelho, segundo as suas posturas, o costume e a realidade de cada município, limitando-se a ordenar que estas sejam cumpridas e que um oficial local especialmente eleito para isso as faça valer. Se esta concessão de intervenção foi feita por uma incapacidade de formular uma lei de almotaxaria aplicável a um reino tão desigual, ou para evitar legislação inaplicável à partida, não há como dizer.

De que números dispomos? Há dois conjuntos de valores de salários, serviços e alguns bens que nos chegam da mesma cidade: Évora. O primeiro diz respeito aos registos assentes no já referido no *Livro de Despesas do Prioste*, que recolhe as contas do cabido da Sé de Évora para o ano de 1340-41. O segundo pertence ao *Livro das Posturas Antigas* da câmara de Évora, datado criticamente de c. 1380. São documentos muito distintos. O primeiro reúne despesas concretas já feitas, sendo a sua diversidade e informações acidentais, por terem sido aquelas que o cabido eborense precisou de fazer no único ano cujos registos, afortunadamente, nos chegaram; são, sobretudo, gastos com a manutenção de casas do cabido, e raramente são quantificáveis – apesar de a quantia despendida ser referida, não sabemos quantas pessoas estiveram a trabalhar, por quanto tempo, em que regime, com que materiais, etc¹⁴⁴⁸. O segundo é um texto normativo que define aquilo que deve ser pago ou recebido para quase todos os ofícios ativos na cidade e respetivos produtos; sendo o tabelado, não sabemos se eram sempre aplicados, se as variações eram frequentes ou constantes e de que forma evoluíram nos anos imediatamente seguintes. Expostas as limitações, não poderia deixar de estabelecer algumas comparações entre ofícios, serviços e produtos incluídos tanto nas despesas capitulares de 1340-41, como no tabelamento municipal de 1379/1380.

¹⁴⁴⁸ A título de exemplo, veja-se estas quatro despesas, feitas entre outubro e dezembro de 1340: a) despesa de 5 libras, 15 soldos e 11 dinheiros, para adubar as casas do cabido em que mora Fernão Domingues, cónego, e outras do cabido, em que mora Martinho Domingues da Obra; b) despesa de 6 libras e meio soldo, para adubar o lagar do cabido, nas Covas do Bispo; c) despesa de 9 libras, 5 soldos e meio, para adubar as casas do monte que tem Martinho Leonardes da capela do Cabido; d) despesa de 7 libras e 6 dinheiros, para adubar as casas onde mora Meimão, caldeireiro. SOUSA; MONTEIRO; SILVA - O Livro das despesas..., p. 132-133.

No que toca a produtos comparáveis, sabemos que o milheiro de telhas valia 4 maravedis (108 soldos) em 1341, sendo avaliado em 90 a 100 soldos por volta de 1380, desvalorizando um pouco¹⁴⁴⁹; porém, se o produto desvalorizou, outros serviços associados aumentaram: o transporte de 100 telhas em 1341 custou ao cabido eborense 1 soldo, sendo o mesmo trabalho tabelado quatro décadas mais tarde em 16 dinheiros, ou seja, 1 soldo e 1/3. Com a desvalorização da moeda, o aumento real não terá sido de 33%, mas de pouco mais de 10%¹⁴⁵⁰. O mesmo serviço dentro da cidade valeria apenas metade do valor, 8 dinheiros, mas os valores incluídos no *Livro de Despesas do Prioste* dizem respeito a cargas de vários tipos, e há várias casas rurais reparadas. Se estes dados não permitem muito, possibilitam a formulação de muitas questões. O que levou o produto a desvalorizar? Terá sido um aumento da oferta, com mais oleiros em atividade? Uma redução dos custos de produção, seja na mão-de-obra, seja na obtenção da matéria-prima? Uma diminuição da procura? Se se trata de uma diminuição da procura, deveria haver um aumento de pardieiros na cidade e nos arredores, o que não é refletido pela documentação – a manutenção destes estruturas exige uma atenção constante, e diminuição da procura por estes produtos teria de se traduzir num menor número de casas cuidadas. As questões sucedem-se, e trata-se de um único produto e um serviço apenas.

Sobre salários propriamente ditos, há o jornal seco do mestre de carpintaria em 1340, avaliado entre 7 e 7,5 soldos, enquanto em 1380 o jornal de mestre regular do mesmo ofício valeria 8 soldos mais mantimento, com o do mestre melhor a valer 10 soldos mais mantimento, revelando um aumento residual, e uma estagnação ou desvalorização residual em valores adaptados à inflação¹⁴⁵¹; em situação semelhante estavam os serventes de carpintaria, cujo jornal seco era pago entre 2 a 4 soldos em 1340, com um valor de 4 soldos mais mantimento em 1380¹⁴⁵². Os valores dos jornais de mestres e serventes de pedreiro fixavam-se exatamente nos mesmos valores¹⁴⁵³. Esta

¹⁴⁴⁹ Por conveniência, remeto para os dados reunidos por Sérgio Carlos Ferreira, em vez de o fazer para as fontes originais que, neste caso, são sempre o *Livro de Despesas do Prioste* e o *Livro das Posturas Antigas* de Évora; estando o trabalho disponível online, as referências exatas poderão ser lá consultadas. FERREIRA - *Preços e salários em Portugal...*, p. 294.

¹⁴⁵⁰ FERREIRA - *Preços e salários em Portugal...*, p. 294.

¹⁴⁵¹ FERREIRA - *Preços e salários em Portugal...*, p. 297.

¹⁴⁵² FERREIRA - *Preços e salários em Portugal...*, p. 297.

¹⁴⁵³ FERREIRA - *Preços e salários em Portugal...*, p. 302-303.

aparente estagnação dos valores neste intervalo de quatro décadas pode parecer uma contradição face àquilo que a historiografia internacional estabeleceu como paradigmático para o pós-Peste. Porém, talvez não seja assim tão distinto. Um trabalho exaustivo de John H. Munro analisou a evolução do rendimento real dos trabalhadores assalariados em Inglaterra e na Flandres, entre 1300 e 1500¹⁴⁵⁴. As conclusões revelam uma imagem distinta do habitual: após a Peste Negra, os salários nominais sobem acentuadamente nesses dois territórios, mas essa subida é acompanhada por uma escalada de preços que chega a anular e a fazer regredir o valor real dos rendimentos dos assalariados ingleses e flamengos, com um crescimento real sólido verificável apenas depois de 1390, e não por muito tempo. Sublinhando sempre que o caso inglês não é extensível ao resto da Europa, o autor desconstrói os modelos anteriores, não para os descredibilizar, mas para demonstrar a complexidade e a teia de fatores que devem sempre ser tidos em conta, sem empolamento artificial de um deles (demografia, stock monetário, etc.)¹⁴⁵⁵. É possível que a comparação de valores de salários entre 1340 e 1380 nos apresente apenas as balizas de um longo ciclo onde a mão-de-obra poderá ter atingido valores muito consideráveis, mas onde alguns produtos, em alguns momentos e regiões, poderão ter contribuído para erodir progressivamente o ganho real dos trabalhadores assalariados.

Entre os trabalhadores agrícolas, os dados pré-Peste escasseiam: Sérgio Ferreira calcula em 3 soldos o jornal de trabalhadores agrícolas mencionados no *Livro de Despesas do Prioste*, com uma outra referência ao jornal de 5 soldos do cavador de vinha, por volta de 1333; o tabelamento de 1380, muito mais completo, oferece valores para dezasseis tipos de trabalhadores agrícolas, que variam entre 2 e 12 soldos¹⁴⁵⁶, sendo difícil estabelecer comparações, e mais difícil ainda propor tendências de fundo, por nenhum deles corresponder a um cavador de vinhas, ou a uma designação genérica

¹⁴⁵⁴ MUNRO, John H. – Wage-stickiness, monetary changes, and real incomes in late-medieval England and the low countries 1300–1500: Did money matter? *Research in Economic History* 21 (2003), p. 185-297.

¹⁴⁵⁵ “A primeira lição a aprender neste estudo é que as alterações no rendimento real na economia tardo-medieval foram muito complexas e confusas para o observador, então e agora. A outra lição, a ser demonstrada adiante neste estudo, e não generalizar sobre preços e rendimento real a partir da experiência da Inglaterra tardo-medieval” – MUNRO – Wage stickiness, monetary changes..., p. 195. A tradução é minha.

¹⁴⁵⁶ FERREIRA - *Preços e salários em Portugal...*, p. 310-311.

como a contida no *Livro de Despesas*. Creio que, em Portugal (pelo menos nas duas regiões em estudo), será através do acesso a enfiteuses mais vantajosas que um maior número de indivíduos pertencentes a grupos não-privilegiados poderá melhorar a sua condição económica, e não tanto através do trabalho assalariado.

Entre estes preços, serviços e salários, há pequenos aumentos e pequenas descidas, pouco relevantes se considerarmos que, nessas quatro décadas, o reino passara por três pestes, vários terramotos, secas, duas guerras e uma terceira a decorrer; mais do que indicar estabilidade, creio que se poderá adivinhar – mas não provar – um conjunto de grandes variações de curta duração que a documentação omitirá. Uma fonte mais próxima da Peste Negra, antes de qualquer guerra posterior e sem relação possível com os terramotos e secas, é o capítulo de cortes que refere a inflação do peixe no Porto, duplamente pressionada tanto pelo número muito inferior de pescadores face àquele que existia antes da Peste, como também pela preferência dos pescadores sobreviventes em exportar o peixe, sobretudo para a Galiza, a partir de Caminha, por valores ainda mais interessantes do que aqueles que conseguiam na urbe portuense¹⁴⁵⁷. Estas queixas, apresentadas ao rei nas Cortes de Elvas de 1361, falam num aumento verdadeiramente notável: antes da Peste Negra, era possível comprar 45 peixotas por um maravedi, tendo-se essa quantidade reduzido a 4, 6 ou 8 peixotas por maravedi nos anos após a Peste Negra, representando um aumento brutal, entre 562,5 e 1125%, arrastando, segundo os procuradores cidade, o preço local do pão e dificultando o acesso aos mantimentos essenciais da cidade¹⁴⁵⁸. Também o sal estaria muito caro, e a cidade consegue que o rei embargue a exportação do peixe pescado em toda a costa do Entre-Douro-e-Minho, do Porto a Caminha, para remediar a situação – contudo, nada era dito da costa de Gaia e a sul¹⁴⁵⁹. Não voltámos a ter notícias deste tipo, o que pode

¹⁴⁵⁷ *Corpus Codicum*, Livro 1, p. 101-102 [fl. 36-37 do original]; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I...*, p. 109-111.

¹⁴⁵⁸ Não é claro como o aumento do preço do peixe provocaria este efeito nos preços de outros bens alimentares essenciais. Ao longo do processo de revisão deste capítulo, foi-me sugerido pelo Prof. Luís Miguel Duarte que esta inflação em cadeia só se entenderia se os pescadores fossem vender o peixe longe, dispensando os galegos de o adquirirem na própria área do Porto, impedindo as autoridades locais de impor que os de fora tragam pão ou outros bens. Parece-me ser, por ora, a explicação mais sólida. Uma alternativa sedutora, mas demasiado simplista, passaria pelo excesso retórico dos procuradores às cortes; não creio que se trate do caso, tendo em conta a especificidade da circunstância e a referências a valores concretos.

¹⁴⁵⁹ Quase todas as queixas dos procuradores do Porto nestas cortes dizem respeito a questões de mantimento da cidade: o rei D. Pedro I determina que os seus galinheiros e os dos infantes não tomem

sugerir uma melhoria efetiva do problema, a sua menorização face a outros mais urgentes ou uma simples ausência de fontes: as cortes seguintes, em 1371 e 1372, já no reinado de D. Fernando, fazem-se em contexto de guerra.

Falar de salários e honorários na Baixa Idade Média portuguesa permite-nos incluir apenas uma pequena parte do rendimento. Porém, tratarmos de rendimento na sua totalidade é tarefa quase impossível. Para o fazermos, seria necessária a conjugação de dados de produtividade, investimento, etc. Mesmo um manancial extraordinário de fontes como aquele que Maria Helena da Cruz Coelho utilizou na sua tese de doutoramento apenas permitiu uma pequena exploração numa fração muito circunscrita do tempo e território, possível pela fortuna de um excepcional documento sobrevivente¹⁴⁶⁰.

Não é muito aquilo que se poderá adiantar sobre o impacto da Peste Negra nos salários e rendimentos. A legislação produzida entre 1349 e 1352, com eco em 1361, sugere uma subida dos primeiros no imediato pós-Peste. Porém, se temos dados concretos pouco anteriores à Peste, sobretudo para o caso de Évora, os dados posteriores dizem respeito já a uma fase em que o reino passara não só por três pestes, como também por duas guerras e alguns terramotos devastadores. Atribuir à Peste Negra, ou às suas consequências, a maioria da responsabilidade pelas alterações de salários e preços ocorridas entre 1340 e 1380 não pode ser feito sem o recurso a um outro tipo de dados de que, infelizmente, não dispomos. Por outro lado, caso esses

galinhas, patos ou capões aos homens-bons do Porto, quando os podem encontrar fora da cidade com facilidade; determina também que os estribeiros não tomem as bestas dos moleiros, azenhas e fornos que eram usadas para transportar farinha e grão para o mantimento da cidade; os procuradores queixavam-se ainda de que o principal mantimento da cidade, o sal e o pescado, tinham graves problemas "e que soham seer ante da pestelencia que auya hi multidom de pescado tanto que auondaua a terra e leuauom del para fora como compria e auyam por huum marauedy quareenta e cinquenta peixotas. E que hora mudou assy per myngua dos pescadores come em outra gujsa que des esse tempo aaca nom podiades auer pescado que uos auondasse nem que leuassem e que forades ogano tam gastados dello que dauam quatro e seis e oyto peixotas o marauedy e encarecia o pam e o mantiimento e se vos seguia gram dano desy por por que alguuns tambem em essa Cidade come em toda a costeyra ataa Caminha vão comprar aos pescadores ante mão que lhes dem a duzea dos congros a çerto preço, assy que por ello os pescadores leixauam de hir matar as peixotas e outro pescado, demais esses que assy comprauom esses congros com outra mestura doutros leuauom os per mar, e uos ficauades porem mynguados de todo." Pediam então que não se pudesse levar esse pescado do Porto até Caminha para fora de Portugal, o que o rei defere; o rei defere também o pedido de isenção da dobra de ouro que cada navio grande deveria pagar de ancoragem ao Almirante, ou meia no caso de navios pequenos, por ser um encargo muito pesado, limitando essa taxa aos navios não-portugueses.

¹⁴⁶⁰ COELHO – *O Baixo Mondego...*, p. 606-628.

dados existissem e estivessem ao nosso alcance de forma serial, ainda assim poderíamos obter um quadro incompleto, onde elementos qualitativos de valorização do trabalho assalariado pudessem não ser considerados¹⁴⁶¹.

De preços, sabemos igualmente pouco. A variabilidade sazonal é um pesado fator de distinção que limita ainda mais o uso dos dados dispersos que são recolhidos para todo o país. Os longos intervalos entre dados anteriores e posteriores à Peste Negra que provêm das mesmas paragens são igualmente limitadores. Inequívoco, porém, é o aumento do valor do trabalho agrícola e artesanal após a Peste Negra, mesmo sendo difícil quantificar as alterações e conhecer a sua variação no tempo: as duas primeiras Guerras Fernandinas, as depredações da guerra e as desvalorizações de moeda terão contribuído para erodir estes ganhos pós-Peste: o próprio rei surge como um mau 'patrão' ou empregador, quando o Povo, nas Cortes de Lisboa de 1371, se queixa de que os almozarifes se recusavam a pagar um jornal maior aos homens e mulheres que levavam para serviço da Coroa, o que os deixava na fome, agravada pela grande carestia do tempo, não pagando o trabalho, não lhes dando pão que chegasse ao almoço, não lhes permitindo alimentarem-se em condições e colocando em causa o trabalho que faziam nos bens do rei¹⁴⁶²; este responde que já ordenara aos almozarifes que aumentassem os jornais para valores que permitissem aos homens e mulheres manterem-se, mesmo em tempo de carestia, o que revela a justiça e a realidade da queixa. Os benefícios económicos que a Peste Negra trouxe a muitos pareciam estar já enterrados por outros fatores então bem mais impactantes.

Sobre preços, os dados são igualmente esparsos e ambíguos. A comparação dos poucos produtos que surgem tabelados na documentação eborense em 1340 e 1380 pode levar-nos a crer que pouco se passou nessas quatro décadas. Porém, quando

¹⁴⁶¹ A reflexão de John Hatcher para o caso inglês é demonstrativa disso mesmo. Indo além das discussões baseadas no cálculo dos valores reais do rendimento, obtidos pelo cruzamento com os valores dos bens essenciais de consumo, o autor sublinha a forma como – também como forma de contornar a legislação que restringia o aumento de salários e jornais – contratante e contratado poderiam complementar o pagamento em dinheiro ou fornecimento de comida com “ofertas” diversas, facilidade de acesso ao usufruto de terras, fornecimento de matérias-primas que constituíam um duplo ganho – porque evitavam gastos por parte do trabalhador, e permitiam ainda obter ganhos através do excedente após consumo próprio –, mantendo teoricamente o respeito pela lei, mas beneficiando o trabalhador de formas nem sempre mensuráveis ou quantificáveis, mas inequivocamente reais. HATCHER, John – England in the aftermath of the Black Death. *Past & Present* 144:1 (1994), p. 3-35.

¹⁴⁶² Trata-se do 20º dos capítulos gerais do Povo. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando*, I, p. 15-65.

temos acesso a dados posteriores à Peste Negra, mas mais próximos no tempo, há indicação de aumentos de mais de dez vezes, como no caso do peixe portuense. Trata-se de um caso especial, é certo, devido à dimensão da cidade e às facilidades para quem quisesse exportar o que quer que fosse, mas revelador de uma circunstância nefasta concreta, provocada pela mortalidade da Peste Negra num certo grupo profissional, os pescadores, essencial ao mantimento da cidade; essa mortalidade que fazia-se sentir ainda treze anos depois da epidemia, tanto no seu impacto (um número pequeno de pescadores), como nas suas consequências (pequena quantidade de pescado disponível, especulação sobre o produto e desvio para mercados ainda mais atrativos). Para podermos dizer mais sobre a influência direta da Peste Negra nos preços praticados no Entre-Douro-e-Minho e no Entre-Tejo-e-Odiana precisávamos de mais dados entre a primeira e a segunda pestes.

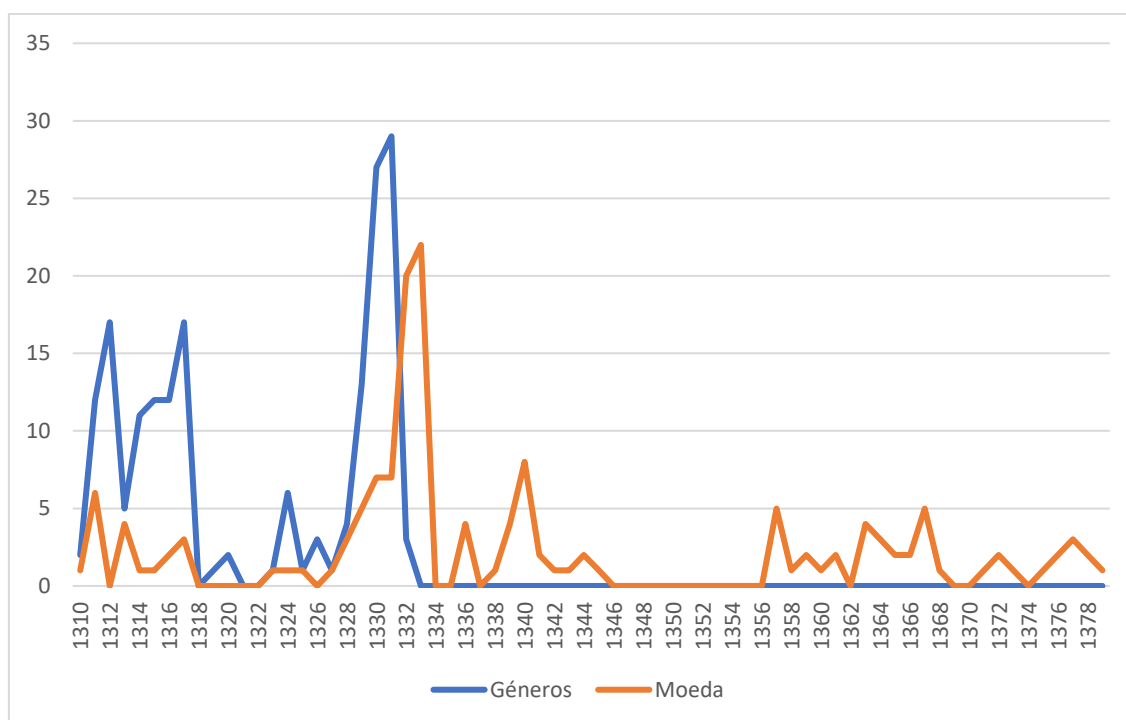
10.3 – Haverá reflexos da Peste Negra na monetarização da economia? O caso dos contratos de exploração indireta

A monetarização da economia é um processo que não se inicia com a Peste Negra. A documentação das décadas anteriores dá sinais de uma progressiva substituição de rendas em géneros, por exemplo, por valores em numerário. Esta transição nunca chega a ser completa, mas torna o foro exclusivamente em dinheiro uma realidade habitual, sobretudo entre as terras dos maiores senhores. Começando esta digressão pelo maior de todos os senhores, o rei, é possível sentir um movimento ativo de troca de rendas em géneros por rendas em dinheiro. Várias propriedades régias, localizadas no Entre-Douro-e-Minho, começam a ser colocadas em pregão, a partir de 1330 – a data, que antecede pouco a terrível fome dessa década, não será uma mera coincidência: a aproximação de anos duros parece ter sido progressiva - o que não constituiria novidade se parte destas não estivessem ocupadas por foreiros, que as arrematam para passar a pagar um foro em moeda, em vez de géneros. Nos primeiros casos, os próprios foreiros solicitam essa alteração, o que obriga ao pregão público para garantir que o valor seria o mais alto possível, celebrando-se depois um novo contrato¹⁴⁶³. Daí em diante, vários contratos deste tipo permitem testemunhar esta transição e, num plano mais

¹⁴⁶³ *Chancelaria de D. Afonso IV...*, vol. I, doc. 190, p. 204-205.

alargado¹⁴⁶⁴, todos os contratos enfiteúticos novos feitos pela Coroa são feitos exclusivamente com foros em dinheiro. Para podermos ter uma ideia da evolução deste processo, apresenta-se, nos gráficos 97 e 98, a evolução entre emprazamentos e aforamentos de bens régios, por região, e por modalidade de pagamento. Nos casos em que o pagamento é maioritariamente feito em géneros, sobretudo se for em frações de produção, mesmo com uma parcela em dinheiro, o contrato é considerado como pago em géneros, pois o volume do pagamento depende diretamente daquilo que o foreiro ou os caseiros ao seu serviço são capazes de produzir; nas situações opostas, quando o foro é pago em dinheiro e há apenas um ou outro direito residual em género ou mão de obra, o contrato entende-se como sendo monetário.

Gráfico 97 - Enfiteuse de bens régios (Entre-Douro-e-Minho, 1310-1379)



Numa primeira fase, predominam contratos em géneros, com picos em 1312 e 1318. Muitos dos contratos mais antigos a dinheiro dizem respeito a bens urbanos, como casas¹⁴⁶⁵, ou a direitos de uso, como a água que se leva a um moinho, por exemplo,

¹⁴⁶⁴ Testemunhável, por exemplo, em

¹⁴⁶⁵ Como quando, em 1311, D. Dinis afora duas casas em Guimarães, a par do açougue e a par da adega nova do rei, a Pedro Pires, sapateiro, e a Clara Domingues, sua mulher, por um foro de 12 maravedis velhos, pago às terças do ano. ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 4, fl. 59.

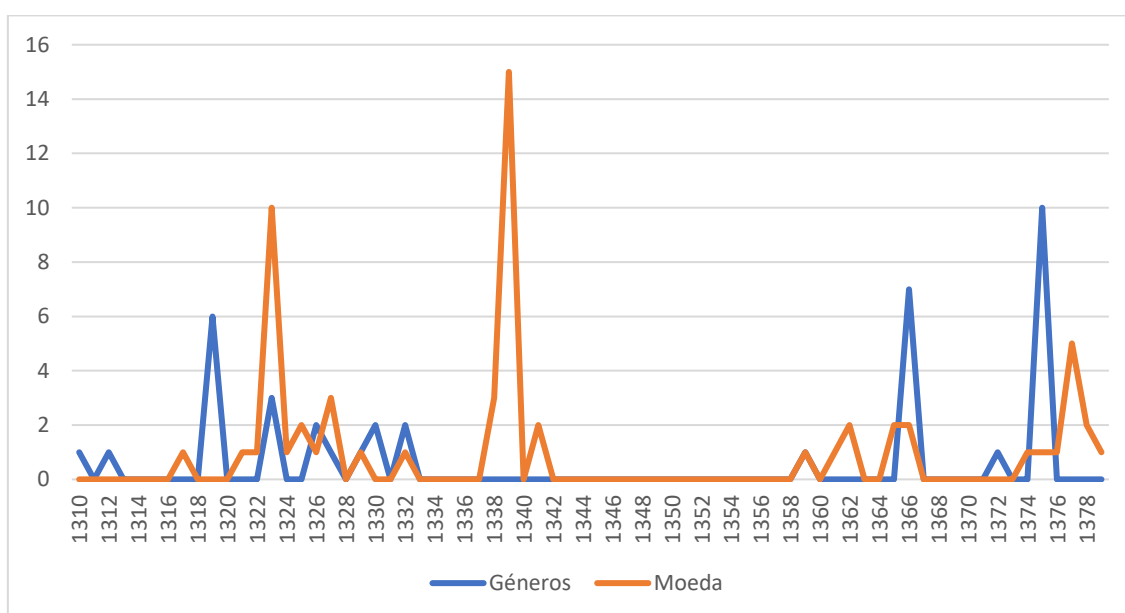
sendo minoritários¹⁴⁶⁶. Em 1330 e 1331 há um pico de contratos a géneros (27+29), reflexo de um investimento dos almoxarifados locais em novos contratos que permitissem rentabilizar os bens régios da comarca. Por que motivo este pico de dois anos é subitamente interrompido? Qual a justificação para que as rendas em género sejam preteridas a partir de 1332 por contratos a dinheiro, uma opção que se revelará irreversível? 1330 e 1331 terão sido anos relativamente normais. É possível que as colheitas não fossem as ideais, mas um cenário de escassez e carestia será exagerado. Os contratos em géneros poderiam ser em frações de produção e em quantidades fixas. Os primeiros seriam um mau investimento em tempos difíceis. Porém, tratando-se de aforamentos, o risco das flutuações é preferido ao risco da desocupação. É possível que os oficiais locais tenham entendido, após 1332, que os contratos de bens régios do Entre-Douro-e-Minho que privilegiam frações de produção pura e simplesmente seriam maioritariamente desvantajosos, desaparecendo totalmente da chancelaria régia. Os próprios foreiros protagonizam uma grande atividade de troca de rendas em género por outras em dinheiro. É provável que muitos outros bens régios mantivessem rendas em géneros, mas os novos contratos garantiriam igualmente um fluxo importante de moeda nos cofres almoxarifais, sem pôr em causa o abastecimento de produtos que poderiam ser monetizados em anos bons e maus. Esse equilíbrio hipotético nunca seria totalmente real, e é difícil de provar, mas afigura-se como uma hipótese.

Aos anos de grande produção contratual, entre 1328 e 1333, sucedem-se outros de acalmia. Mesmo após o “eclipse” da chancelaria, nos últimos anos do reinado de D. Afonso IV, os registos de chancelaria preservam poucos contratos, sejam emprazamentos ou aforamentos, de bens régios a norte do Douro. Porém, e inequivocamente, nenhum deles prevê outro pagamento que não o valor fiduciário, com exceção de um ou outro direito senhorial. Sobre aquilo que nos traz a este tema, uma coisa é certa: não há qualquer vestígio da influência da Peste Negra neste processo, a Norte.

¹⁴⁶⁶ É exemplo disso o contrato de 1310 no qual D. Dinis afora a sua água dos Pomares a Estêvão Martins, mercador do Porto, e a Mor Afonso, sua mulher, para que a levem à sua (do casal) azenha das Lavadeiras, a par de Bouças, estabelecendo um foro de 9 soldos.

No Entre-Tejo-e-Odiana, a dinâmica está longe de ser semelhante. Com a organização do espaço transtagano, os novos senhores procuravam povoar as terras produtivas e torná-las rentáveis. A ausência de um conjunto secular de serviços e direitos feudais, além de atrair ocupantes, tornava mais simples o formulário habitual dos contratos. Isto tanto poderia significar uma simples soma de dinheiro, como uma fração simples de produção, sem os habituais serviços do Norte, cujo pagamento imemorial acabava por multiplicar as obrigações e tornar os contratos mais onerosos e menos atrativos para quem se instalava numa nova terra. Assim, no caso dos bens régios, a maioria dos contratos em moeda diz respeito a bens urbanos. No caso dos prédios rurais, a modalidade de fração da produção não só não desaparece, como a Norte, como vai sendo periodicamente maioritária, sobretudo quando diz respeito a vinhas, em produção ou a plantar. Nestes casos, os interesses régios na fração de produção de um bem economicamente cada vez mais interessante – o vinho –, justificavam este tipo de pagamentos.

Gráfico 98 - Enfiteuse de bens régios (Entre-Tejo-e-Odiana, 1310-1379)



As limitações da fonte podem impedir algumas leituras mais objetivas: alguns aforamentos feitos no reinado de D. Dinis sobrevivem apenas em ementa, pelo que não é possível perceber a modalidade de pagamento do contrato¹⁴⁶⁷. Mas, no geral, o gráfico

¹⁴⁶⁷ É o caso de dois aforamentos de oito courelas de vinha, em Beja, feitos em 1319. ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 4, fl. 84v.

demonstra uma evolução de práticas de monetarização distinta daquela que se verifica no Norte. É possível que este tipo de práticas fosse definido pelos oficiais régios de cada região. Os almozarifas, responsáveis pela gestão destas rendas, pelo apregoamento dos bens vagos e pela comunicação com a Coroa, poderiam preferir uma certa modalidade, influenciados pela região em causa. De facto, a economia do Entre-Douro-e-Minho tinha no eixo Porto-Guimarães o seu coração comercial: é em Guimarães que o rei possui mais bens, nesta região, e é no Porto que recolhe uma parte muito generosa de impostos, importante o suficiente para uma longa e sinuosa disputa com o bispo da cidade.

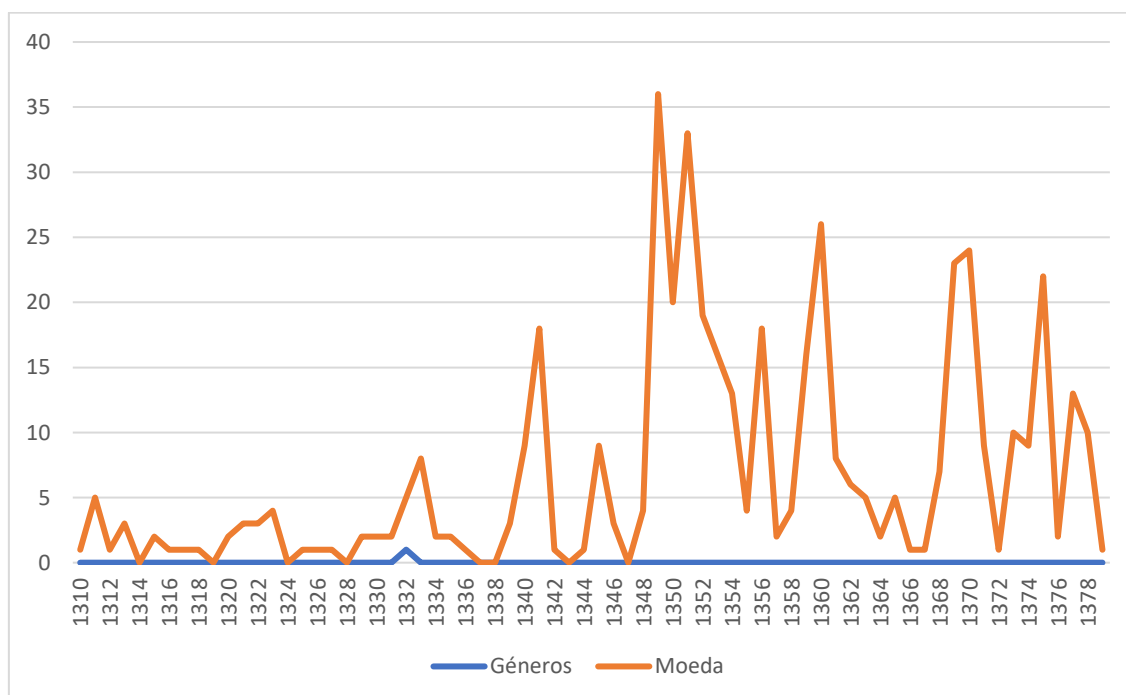
Ainda que o volume de contratos anuais nunca atinja valores muito elevados, há cinco picos que se destacam: 1319 (seis), 1323 (dez), 1339 (quinze), 1366 (sete) e 1376 (dez). Três destes picos (1319, 1366 e 1375) dizem respeito a contratos em géneros, enquanto apenas os de 1323 e 1339 são picos de contratos em moeda. Em 1319, todos os contratos dizem respeito a vinhas, das quais o rei exige uma parte da produção; o pico de 1323 é facilmente explicável: os bens aforados a dinheiro são casas em Portel, não havendo bens rurais concedidos sob essa modalidade, mantendo-se os bens rurais aforados em parcelas de frutos. Em 1339, o pico de rendas em dinheiro tem justificação semelhante: trata-se sobretudo de tendas e casas em Beja, não acrescentando nada sobre uma possível alteração dos modelos de concessão dos bens régios rurais. Os dois picos que se seguem ao 'eclipse' da chancelaria e à Peste Negra mantêm o padrão: em 1366, os sete contratos em géneros dizem respeito a bens rurais sobretudo vinhas, enquanto os dois em dinheiro pertencem a bens urbanos; em 1375, praticamente todos os quinze contratos pagos em géneros concedem o domínio útil de azenhas e moinhos, alguns funcionais, outros em ruína, num claro esforço de recuperação da atividade de moagem na região. A imagem é o oposta à do Norte. As rendas em géneros, tanto em quantidades fixas como em parcelas de produção, mantêm-se predominantes nos bens régios rurais a sul do Tejo, não havendo lugar à monetarização de contratos que se verifica a norte do Douro.

Estes contrastes Norte-Sul parecem relacionar-se com o grau de impacto durante a misteriosa crise abastecimento e fome de 1332-1333 – tal como ela parece ter sido mais sensível no Entre-Douro-e-Minho, pode ter provocado uma transição mais rápida, e aparentemente irreversível -, nas práticas de contratualização dos bens régios. Além de

se sujeitar a receber frações de produções exíguas, a transformação de géneros em dinheiro permitia àqueles que exploravam a terra optar por culturas mais produtivas, que lhes proporcionassem mais rendimento ou, simplesmente, matassem a fome mesmo em anos de escassez, garantindo a sobrevivência dos foreiros e das finanças régias. No sul, onde o desenrolar dos acontecimentos não teria sido tão dramático, a transição nunca se dá totalmente, sobretudo nos terrenos dedicados à vinha, com grande potencial económico, nacional e – cada vez mais - internacional. Numa e noutra região, porém, a Peste Negra não terá provocado alterações de práticas dos oficiais régios responsáveis pela gestão das propriedades da Coroa.

Tal como é pertinente analisar esta evolução isolando o caso das propriedades régias, creio que vale a pena destacar aqui as opções por instituição, e menos por região. As principais instituições das regiões analisadas teriam capacidades distintas de ação e reação a um evento como a Peste e, neste caso, a gestão e a alteração das modalidades de concessão de usufruto e gestão de rendas merece uma atenção individual. Depois da Coroa, a instituição mais representada nesta recolha é a Colegiada de Santa Maria de Guimarães, da qual se conservam. Como evoluiu a preferência da instituição, ao longo das sete décadas em estudo, pelas modalidades de pagamento?

Gráfico 99 - Novos contratos enfiteúticos da Colegiada de Santa Maria de Guimarães (1310-1379)



Separando os prazos da colegiada vimaranense dos das restantes instituições e de alguns privados da então vila minhota, temos um padrão absolutamente claro: se o fluxo varia e é incontestavelmente influenciado pela Peste, como se viu noutro capítulo, a monetarização dos contratos da colegiada é muito anterior à Peste Negra, e ter-se-á dado ainda antes do século XIV. Os 479 documentos revelam uma realidade esmagadora: apenas um diz respeito a parcelas de produção ou renda fixa de géneros¹⁴⁶⁸. Em alguns casos, deteta-se até uma troca ativa de géneros por dinheiro, como acontece em 1350, quando o cabido vimaranense empraza, em três vidas, os seis quartos de pão pela [medida] velha, o quinhão do vinho da vinha e 12 soldos de dinheiros portugueses (que constituíam a renda a receber pelo casal de Bugalhós, no qual moram Martim Durães e Constança Domingues, sua mulher) ao casal que já era foreiro, estabelecendo um novo foro de 6,5 libras de dinheiros portugueses, pago na Páscoa. Este prazo tornava os foreiros ‘rendeiros’ do seu próprio pagamento em géneros, numa concessão totalmente nova pela qual, inclusive, pagaram entrada¹⁴⁶⁹. Também no Mosteiro de Grijó, a progressiva troca de rendas em género por rendas em dinheiro – ainda que, numa primeira fase, a título provisório, com um horizonte de anos pré-definido –, revela a resposta de uma instituição poderosa tanto às condicionantes levantadas pela família patronal, como às vantagens que pareciam advir dessa monetarização, sempre sem abdicar de uma parte de géneros, que garantiam o abastecimento seguro da comunidade monástica¹⁴⁷⁰. Porém, a relação com a Peste não é, de forma alguma, evidente. O caso vimaranense distingue-se totalmente deste padrão monástico: os cónegos viviam apartados, com o prior praticamente sempre ausente, e sem qualquer interesse na exploração direta ou na manutenção de celeiro comum da colegiada, por exemplo.

¹⁴⁶⁸ Por ser tão excecional, vale a pena referi-lo individualmente: em 1332, o Cabido vimaranense empraza a João Domingues e a Domingas Esteves, sua mulher, por três vidas, metade do casal do Souto, na freguesia de São Cristóvão, que havia ficado à dita igreja por legado de Domingos Mouro e partia com Vasco Gonçalves Peixoto, estabelecendo um foro de 5 quartos de pão pela [medida] velha de milho e centeio, dos quais uma teiga de trigo, e um total de numerário pelas direituras de 1 maravedi, 23 soldos e 9 dinheiros em cada ano. Deviam dar meia lutuosa e pagaram 2 maravedis velhos de entrada pelo prazo, que tem uma componente mista de pagamento - ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 26, n.º 11.

¹⁴⁶⁹ AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 142.

¹⁴⁷⁰ AMARAL – *São Salvador de Grijó...*, p. 99-117.

A decisão de analisar separadamente as várias instituições, e não os territórios, tem como propósito demonstrar que, em muitos casos, a Peste não é determinante, nem o processo de monetarização é um movimento irresistível e irreversível, como se viu na comparação entre os bens régios minhotos e alentejanos. Dentro do próprio espaço vimaranense, outras instituições menos importantes e documentadas, mas com alguns testemunhos, mostram-nos que muitas mantiveram contratos enfitêuticos mistos, nos quais, mesmo com uma parte em dinheiro, as parcelas de produção ou quantidade fixa de géneros se mantêm. É o caso de alguns prazos do Mosteiro do Salvador de Souto¹⁴⁷¹, do Mosteiro de Sande¹⁴⁷² ou do Mosteiro de Vilarinho¹⁴⁷³, todos situados no termo de Guimarães, que mantêm os serviços e as direituras em géneros, enquanto as rendas são em dinheiro, ou o contrário, com várias situações intermédias.

Avançando no rol de instituições com mais contratos documentados no Entre-Douro-e-Minho, mais para enriquecer o rol de casos e de circunstâncias do que para definir padrões, vale a pena olhar para uma instituição com um enquadramento totalmente diferente, o Mosteiro de Santo André de Ancede, no atual concelho de Baião. Sobrevivem, em cópias setecentistas, 106 prazos redigidos neste mosteiro entre 1310 e 1379, o número mais alto neste período para os cartórios monásticos do Entre-Douro-e-Minho¹⁴⁷⁴. Além de dois prazos que já estavam ilegíveis aquando da cópia, há mais 28 que não detalham o foro mais do que “o foro costumado”, o que nos impede de conhecermos a modalidade de emprazamento ao detalhe. Os restantes 76 distribuem-se da seguinte forma:

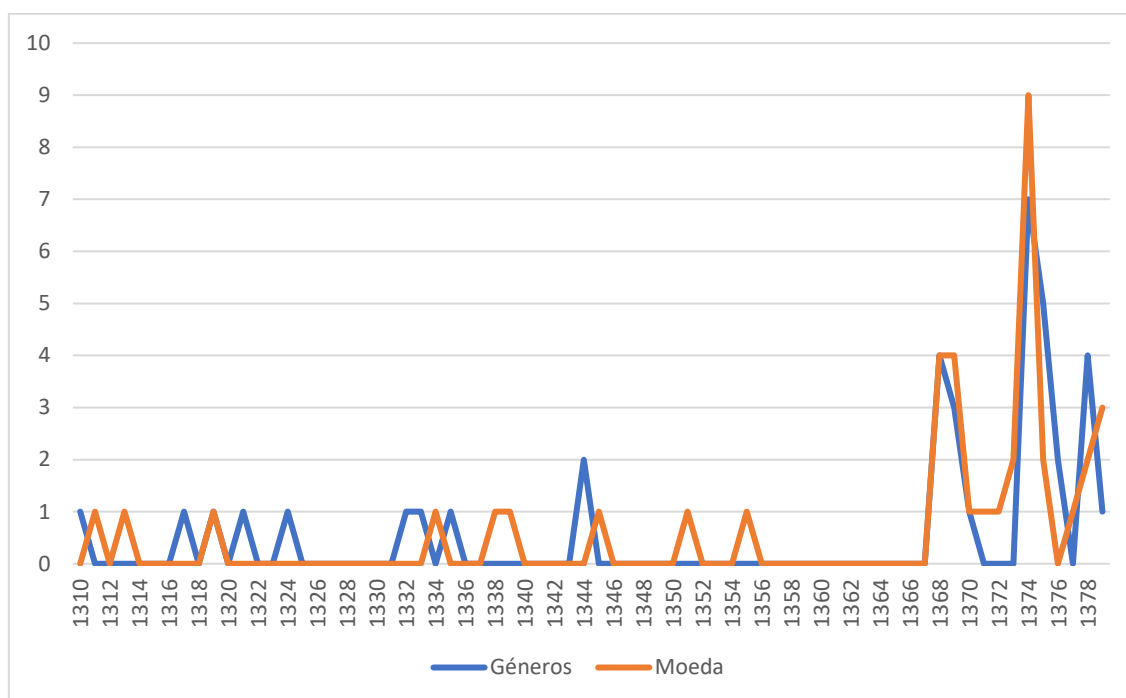
¹⁴⁷¹ A título de exemplo, ficam três referências, todas respeitantes a contratos pós-Peste: AMAP, *Mosteiro de São Salvador do Souto*, Pergaminhos, 8-5-2-11 e 8-5-5-18; ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 31, n.º 6, doc. 1.

¹⁴⁷² AMAP, *Mosteiro de São Salvador do Souto*, Pergaminhos, 8-5-5-29.

¹⁴⁷³ Quatro exemplos, dois anteriores à Peste Negra: ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 3, n.º 28; maço 4, n.º 18; dois posteriores: ANTT, *Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maço 4, n.º 9 e 14.

¹⁴⁷⁴ A maioria encontra-se em ADP, *Convento de Santo André de Ancêde - Baião*, Livro 2, Tombo 1º de Títulos Velhos.

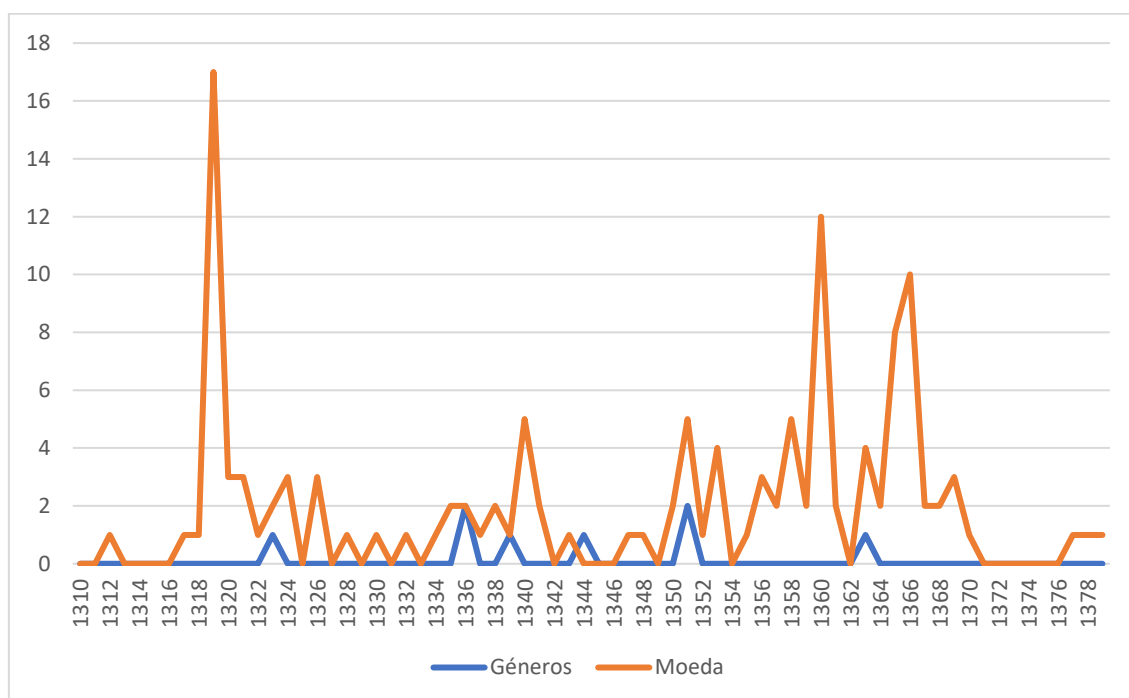
Gráfico 100 - Novos prazos do Mosteiro de Santo André de Ancede (1310-1379)



Como se vê, a variabilidade é grande, e não há um abandono das práticas tradicionais em favor de uma monetarização inequívoca. Em boa parte dos prazos cujas rendas já são em dinheiro, vários serviços em gênero são mantidos. Na mesma linha, a existência de quase três dezenas de prazos que se limitam a referir o foro como “foro costumado”, acrescentando por vezes algumas galinhas e respetivos ovos, demonstra uma continuidade de formas e modelos que parecem resistir à influência da Peste e da passagem do tempo. Da poderosa colegiada vimaranense aos mosteiros beneditinos do vale do Douro, a Peste não parece ter sido um fator determinante no processo de monetarização dos contratos enfiteuticos. O número de contratos distribuiu-se de forma equilibrada entre as duas modalidades ao longo das décadas em análise, absolvendo a Peste Negra de qualquer influência neste caso concreto.

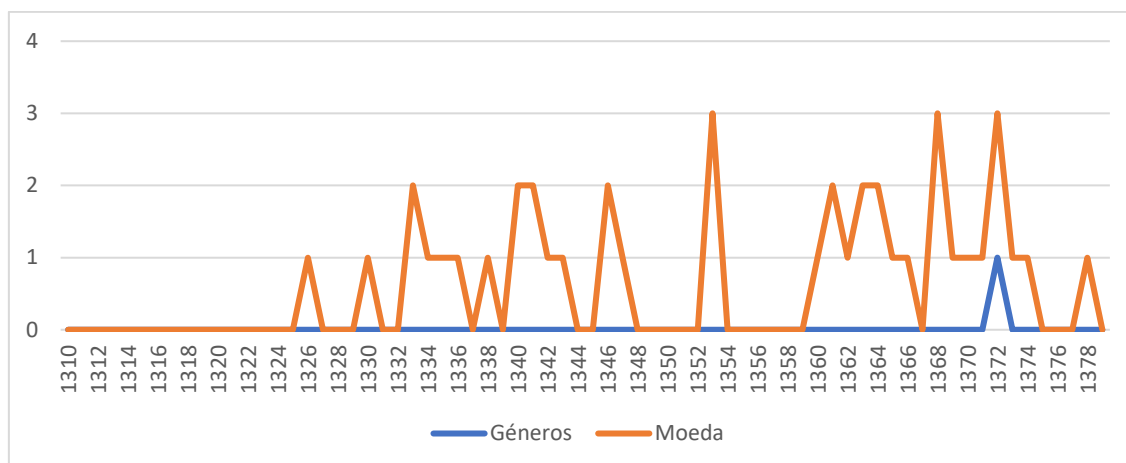
No Entre-Tejo-e-Odiana, as três centenas e meia de contratos analisadas no primeiro ponto deste capítulo são agora recuperadas para medir a evolução (ou regressão) da monetarização das práticas de concessão de usufruto na região. Também nesta região vale a pena individualizar as duas instituições mais representadas no rol, a colegiada urbana de Santiago de Évora, com 139 contratos, e os Bacharéis da Sé de Évora, responsáveis por 41 enfiteuses e arrendamentos. Eis a distribuição da igreja de Santiago de Évora:

Gráfico 101 - Enfiteuse e arrendamentos da Igreja de Santiago de Évora (1310-1379)



Uma vez mais, é evidente que cada instituição tem o seu próprio padrão de rendas preferenciais, e a Peste Negra, à semelhança do que acontece com as instituições do Entre-Douro-e-Minho e com a propriedade régia, não exerce qualquer influência detetável na evolução da monetarização de rendas na exploração indireta da propriedade. Boa parte dos bens que a igreja eborense afora em dinheiro – como todas as dezassete de 1319 – são vinhas; enquanto as vinhas régias o eram em parcelas de produção, o prior e os raçoeiros de Santiago preferiam o pagamento em moeda. Tal como na Colegiada de Santa Maria de Guimarães, a de Santiago de Évora seguia o padrão de rendas em moeda muito antes da Peste Negra, não tendo alterado a preferência após 1348. Dos 139 contratos, apenas 8 são em gêneros, uma percentagem residual (5,8%). Os bacharéis da Sé de Évora seguem um padrão idêntico (um contrato em gêneros num universo de 41, ou seja 2,4%):

Gráfico 102 - Enfiteuse e arrendamentos de bens dos Bacharéis da Sé de Évora (1310-1379)



Porém, a monetarização preferencial das rendas não é uma prática hegemónica no Entre-Tejo-e-Odiana trecentista. O conjunto de prazos produzidos em Elvas que sobrevivem para estas décadas, por exemplo, apresenta diversas realidades. Entre as instituições que os ordenam, a Ordem de Avis tem um rol de quase duas dezenas de aforamentos, feitos em poucos dias e prevendo sempre frações de produção¹⁴⁷⁵; o Mosteiro de Alcobaça emprazava os seus bens alentejanos ora em géneros, ora em dinheiro¹⁴⁷⁶, enquanto as igrejas locais optavam quase sempre por fazê-lo em dinheiro¹⁴⁷⁷.

Novamente, não há um padrão. Percorridos estes casos particulares, creio que se poderá dizer que a monetarização das rendas de bens imobiliários se dá em ritmos e escalas diferentes segundo a região, a instituição e as circunstâncias. Mais do que apurar as causas dessas diferenças, importa sublinhar que a influência da Peste Negra não é detetável em nenhum dos casos analisados. É possível que tenha sido o fator

¹⁴⁷⁵ ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, maço 17, n.º 1466.

¹⁴⁷⁶ Dois exemplos de emprazamentos de bens da abadia alcobacense em Elvas, feitos em frações de produção ou quantidade fixa de géneros: ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, maço 46, n.º 1184 (5) [de 1344] e ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, maço 46, n.º 1190 (11) [1355]; dois exemplos de enfiteuse com rendas em dinheiro: ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2ª incorporação, maço 40, doc. 973 (1) [contendo dois prazos de 1333] e ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, maço 46, n.º 1180 (1) [1355].

¹⁴⁷⁷ É o caso da igreja de Santa Maria da Alcáçova de Elvas: AHME, *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, nº 3 [1334] e 5 [1350]; da igreja de São Pedro de Elvas: AHME, *Pergaminhos da Colegiada de São Pedro de Elvas*, nº 50 [1350], 57 [1358], 62, doc. 1 [1348], 64 [1354], 65 [1366], 66 [1375] e 67 [1378]. Também a igreja de Santa Maria dos Açougues de Elvas tinha prazos em dinheiro, ainda que as notícias sejam indiretas: ASP, *Igreja de Santa Maria dos Açougues de Elvas*, Escrituras, doc. XXVII [1374].

determinante nessa transição – temporária ou permanente – em várias instituições, mas esse não é o cenário geral, sobretudo naquelas cuja documentação permite uma reconstituição menos incompleta do processo.

10.4 – A Peste Negra e a moeda portuguesa: desvalorização ou valorização?

Falando de moeda, vale a pena incluir umas linhas sobre a manutenção de valores, inflação e desvalorização da moeda portuguesa, logo após a Peste. Socorrendo-nos dos trabalhos clássicos sobre moeda medieval portuguesa, e reorientando o prisma para poder estabelecer, ou desmentir, uma relação com a Peste Negra, creio que, uma vez mais, não haverá uma relação direta entre a epidemia e a evolução da moeda portuguesa nos anos imediatamente seguintes, tanto no seu valor, como no volume de circulação. Os dados são escassos e contraditórios. Oliveira Marques, remetendo para o *Elucidário* de Viterbo (por sua vez baseado num diploma do mosteiro de Pendorada de 1355 que se terá perdido¹⁴⁷⁸), fala de uma desvalorização de 33% da libra portuguesa, com um marco de prata a conter 25 libras, quando antes haveria 17,5 a 19 libras por marco de prata (e já depois de uma desvalorização anterior, feita pelo próprio Afonso IV)¹⁴⁷⁹. O mesmo documento citado por Joaquim de Santa Rosa de Viterbo fornece ainda câmbios entre a moeda portuguesa supostamente desvalorizada e várias moedas fortes internacionais, em ouro: um escudo francês valeria quatro libras, o florim de Florença cambiar-se-ia por três libras e o real francês valeria as mesmas três libras portuguesas.

É aqui que a suposta desvalorização se torna problemática: afortunadamente, foi possível recolher uma taxa de câmbio entre o florim de ouro florentino e a libra portuguesa pouco anterior à Peste Negra. Os frequentíssimos pagamentos feitos pelas dioceses portuguesas à Cúria Apostólica tornavam necessário conhecer o valor da moeda nacional em moedas de ouro internacionais; sendo as coletas feitas em moeda portuguesa, esta não tinha qualquer utilidade ou interesse para a tesouraria da Santa

¹⁴⁷⁸ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão: obra indispensavel para entender sem erro os documentos mais raros, e preciosos, que entre nós se conservão*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Typographia Regia Silviana, 1798. Tomo II, p. 178-179.

¹⁴⁷⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira – A moeda portuguesa durante a Idade Média. In MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Veja, 1980, p. 195-220.

Sé, que privilegiaria os recebimentos em moeda de ouro. A 30 de dezembro de 1340, o arcebispo D. Gonçalo Pereira entrega a Vasco Martins, cónego de Oviedo e reitor da igreja de Santa Maria de Arões, na diocese de Braga, 466 florins de ouro e 2/3, para que os leve aos camareiros do papa; esta remessa era devida pelo serviço do Mosteiro de Rendufe, e o abade do mosteiro, Vicente Filipe, havia-a entregado ao dito arcebispo. O pagamento do abade foi feito em moeda portuguesa, por 1983 libras, 6 soldos e 8 dinheiros, à razão 4 libras e 15 soldos de moeda portuguesa por florim de ouro¹⁴⁸⁰, convertendo um florim em 4,75 libras portuguesas. Sendo o florim, tanto o florentino como as dezenas de cópias feitas em toda a Europa, notavelmente estável, não é crível que tenha sido desvalorizado; por isso esse fator pode ser retirado. Assim, no que toca a valores em ouro, a moeda portuguesa não parece ter-se desvalorizado após a Peste Negra, mas antes o contrário, aumentando o seu valor em 58% entre 1340 e 1355.

Esta convicção é reforçada pela existência de outro câmbio: em 1365, Domingos Pires, juiz pelo rei em Braga, Martim Domingues, mestre-escola, Fernando Afonso, cónego, e o Abade de Adaúfe, declaram ser taxadores das 50.000 libras de serviço que a clerezia do arcebispado prometera ao rei D. Pedro I, mais 4900 libras em 1400 florins de Florença, por comissão do rei¹⁴⁸¹: cada florim valeria 3,5 libras portuguesas, indo ao encontro ao valor citado por Santa Rosa de Viterbo para 10 anos antes – com um desvalorização de 1/6 – mas ainda assim com um valor superior ao da moeda portuguesa em 1340. Aparentemente, e ao contrário do câmbio do marco de prata em libras, a moeda portuguesa parece ter valorizado após a Peste Negra. A diminuição da população poderia ter provocado uma deflação generalizada (ainda que haja algumas queixas sobre produtos concretos em locais circunscritos, como o peixe do Porto): por um lado, o metal precioso existente aumentaria *per capita*; por outro, um grande volume de heranças, colocando ao alcance de muitos mais gastos que antes seriam impensáveis, pode ter animado a circulação de metal precioso amoedado – o que provocaria uma inflação visível, tanto em produtos de consumo como em artigos de

¹⁴⁸⁰ ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 18, doc. 724.

¹⁴⁸¹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Quindénios, Décimas, Subsídios, Donativos, Tributos e Fintas, doc. 25.

luxo. Sem que possamos comparar estes dados com as variações de preços na década imediatamente posterior à Peste Negra, estas hipóteses não podem ser confirmadas.

Maria José Pimenta Ferro Tavares, num artigo dedicado à moeda no reinado de D. Fernando, estabelece já as limitações do seu estudo: as desvalorizações que conhecemos são-no na moeda real – nas dobras, nos torneses, nos bolhões, etc. – e a esmagadora maioria dos documentos apenas nos fornece moeda de conta, que se vai aparentemente mantendo¹⁴⁸². As referências documentais à desvalorização das próprias moedas de conta - que acontecerá mais tarde, quando são atingidas percentagens de desvalorização que hoje consideraríamos hiperinflação –, darão origem à necessidade de distinção entre libras de moeda antiga e moeda corrente, até se dar a vulgarização do real nos contratos, que já não pertence ao intervalo cronológico em estudo¹⁴⁸³. Em qualquer dos casos, estas desvalorizações dizem respeito ao ambiente desfavorável criado pelas sucessivas guerras com os castelhanos. Os dados são escassos, mas parecem apontar para uma valorização da moeda portuguesa após a Peste Negra, um pouco esbatida já em 1365, mas que apenas entra numa espiral de desvalorização após 1369, estabilizando em 1372, para depois cair vertiginosamente a partir de 1384. A epidemia pestífera parece ter provocado a primeira valorização da moeda portuguesa em décadas – e uma das últimas em muitas mais décadas – mas esta hipótese carece de aprofundamento, com mais dados de câmbio de moeda portuguesa, anterior e posterior à Peste, com várias moedas fortes europeias, triangulando dados e produzindo uma imagem mais aproximada da realidade. Se esses dados pudessem ser paralelamente analisados com um novo conjunto de informações sobre preços e salários, eventualmente colhidos em fontes menos óbvias e ainda por sistematizar, talvez se possa restabelecer a cadeia de fatores e consequências na evolução da moeda portuguesa em meados do século XIV e, sobretudo, sobre a verdadeira influência da Peste Negra nesse processo.

¹⁴⁸² TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – Para o estudo da numária de D. Fernando. *Estudos Medievais* 2 (1982), p. 3-32.

¹⁴⁸³ MARQUES – A moeda portuguesa..., p. 213-220; FERRO – A Revolta dos Mesterais de 1383..., p. 360.

10.5 – Comércio ‘interno’ e ‘externo’

Apesar de termos apenas dados fragmentários sobre uma eventual influência da Peste neste domínio, é importante recolhermos essas informações. O século XIV foi um século de crescimento no comércio marítimo português, e os principais portos do reino tornaram-se relevantes nos circuitos que ligavam os atlânticos, do Mar do Norte e bálticos ao Mediterrâneo. Este crescimento, que vinha do início do século, foi motivado por acontecimentos alheios a Portugal: as ações fiscais e legislativas do rei francês Filipe IV, o Belo (r. 1285-1314), visando os circuitos mercantis terrestres e fluviais que ligavam as grandes cidades italianas às grandes cidades da Flandres, acabaram por promover uma utilização cada vez mais frequente da ligação marítima¹⁴⁸⁴, que colocou os portos portugueses no mapa. Assim, se o século XIV e o início do século XV são “um longo período de contração” no comércio internacional europeu, como afirma Oliveira Marques¹⁴⁸⁵, Portugal é favorecido pelos mesmos fatores que desfavorecem esse comércio como um todo, surgindo na imagem em contracorrente: o ciclo de degradação das condições quase-ótimas para o comércio internacional que marcaram boa parte do século XIII, provocada tanto pelas ações do rei francês, como pelas importantes mudanças geopolíticas ocorridas a Oriente – a restauração do Império Romano do Oriente, depois de meio século de domínio veneziano sobre Constantinopla, a queda dos derradeiros reinos cruzados do Médio Oriente, o avanço mongol que culminou na transformação de parte das rotas mais importantes no comércio euroasiático em zona de fronteira e conflito permanente com os egípcios mamelucos, entre outros – tornou as trocas internacionais mais caras e menos seguras, mas favoreceu diretamente Portugal, através da promoção da rota marítima entre Itália e os Países Baixos. A todos estes fatores positivos, junta-se a utilização mais segura do Estreito de Gibraltar por mercadores cristãos, possível a partir de 1293¹⁴⁸⁶.

Testemunho desse aumento é o aparecimento cada vez mais frequente de mercadores italianos estabelecidos em Portugal, sobretudo em Lisboa, o que não

¹⁴⁸⁴ CAMPBELL – *The Great Transition...*, p. 9, 139-141.

¹⁴⁸⁵ Embora esta cronologia esteja a ser revista. Marques - *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV...*, p. 150-153.

¹⁴⁸⁶ ANDRADE, Amélia Aguiar; MIRANDA, Flávio – Lisbon. Trade, urban power and the king's visible hand. In BLOCKMANS, Wim, KROM, Mikhail, WUBS-MROZEWICZ, Justyna (eds.), *The Routledge Handbook of Maritime Trade around Europe 1300-1600*. Abingdon. New York: Routledge, 2017, p. 343.

poderá ser dissociado do célebre estabelecimento do almirantado-mor, por contrato de D. Dinis com o genovês Manuel Pessanha¹⁴⁸⁷, cuja 'dinastia' se mantém, com exceção do intervalo entre as segunda e terceira Guerras Fernandinas, titular do cargo até ele ter por via feminina na família dos Meneses, em 1433¹⁴⁸⁸.

Nos anos imediatamente seguintes à Peste, sabemos que há uma diminuição visível nas receitas da dízima do almoxarifado do Porto, em comparação com o período de crescimento acentuado correspondente ao exercício do cargo de almoxarife por João Gordo. A quebra é diretamente atribuída à peste, e esta diminuição ter-se-á mantido pelo menos alguns anos, sendo sensível ainda em 1354, quando é mencionada no contexto do processo entre a cidade e o rei, por um lado, e o bispo e o cabido, por outro¹⁴⁸⁹. Ao longo dos anos seguintes, contudo, o fluxo internacional parece ter recuperado, e não há motivos para apontar um efeito permanente da Peste neste setor, ainda que não haja como medir fluxos de mercadorias ou moeda. Logo em 1352-53, as negociações para um tratado de comércio entre Portugal e Inglaterra demonstram isso mesmo¹⁴⁹⁰. É difícil perceber se a Peste Negra e o seu impacto demográfico e socioeconómico noutras paragens poderão ter tido um reflexo no comércio de e para fora do reino; aqui, como noutros pontos, fatores humanos como as vicissitudes da chamada Guerra dos Cem Anos (1337-1453) terão tido uma influência bem mais determinante nessa evolução¹⁴⁹¹.

¹⁴⁸⁷ Recentemente, Mário Farelo regressou ao tema do estabelecimento das primeiras comunidades mercantis italianas em Portugal, entre os XIII e XV, num ensaio-síntese de grande utilidade: FARELO, Mário - Entre o porto e a Sé. A presença italiana em Lisboa (séculos XIII-XV). In ALESSANDRINI, Nunziatella, RUSSO, Mariagrazia, SABATINI, Gaetano, *Chi fa questo camino è ben navigato Culturas e dinâmicas nos portos de Itália e Portugal (sécs. XV-XVI)*. Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades, 2019, p. 11-31.

¹⁴⁸⁸ VIANA, Mário - O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média. In SOLÓRZANO, Jesus, BOCHACA, M.; ANDRADE, Amélia Aguiar (eds.), *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012, p. 313-344.

¹⁴⁸⁹ "Diz o dito Conçelho saluo a sua Reuerença que esto ssom palauras ca çertos he e notorio e assi sse mostra que depois desso en no tempo que Joham gordo era Almoxarife de nosso Senhor elRey que ora he o dito Conçelho geeralmente era mays quantioso de beens que en nos tenpos de ante fora. E acharom en nos livros das dizimas que dizimarom em esses tenpos que eram as dizimas mayores muyto em cada huum Anno que aquelo que antes eram. e assi se seguio bem ate o tempo da pestelencia" – sessão de 22 de julho de 1354. *Corpus Codicum...*, Vol. II, p. 3-263.

¹⁴⁹⁰ MIRANDA, Flávio - Network Takers or Network Makers? The Portuguese Traders in the Medieval West. In CARACAUSI, Andrea, JEGGLE, Christof (eds.), *Commercial Networks and European Cities, 1400–1800*. London: Pickering & Chatto, 2014, p. 177-178.

¹⁴⁹¹ Disso mesmo se queixavam os mercadores portugueses, face aos impostos sobre a navegação, logo nas Cortes de Elvas de 1361: VIANA – O almirantado e a jurisdição..., p. 329.

A importância do comércio mede-se também pelo peso que os impostos sobre as transações comerciais têm no tesouro da Coroa. De facto, as sisas tornaram-se uma fonte de rendimento fundamental a partir do reinado de D. Fernando, quando passam a reverter para a Coroa e não para os municípios onde são lançadas¹⁴⁹², demonstrando a dimensão do comércio, sobretudo no plano internacional, para a economia do reino. Mesmo com a destruição de parte importante da frota portuguesa durante a segunda e terceira Guerras Fernandinas¹⁴⁹³, os mercadores portugueses e os estrangeiros que frequentavam cada vez mais os portos portugueses parecem ter prosperado. A própria Coroa, nos anos de relativa acalmia entre as segunda e terceira Guerras Fernandinas, promoveu uma série de iniciativas de fomento ao comércio marítimo internacional de grande importância: proteção das bolsas de mercadores de Lisboa e Porto, criadas em 1377¹⁴⁹⁴, diversas iniciativas de proteção dos mercadores, e a criação da Companhia das Naus, por volta de 1380¹⁴⁹⁵. O rei havia já percebido onde o potencial de criação de riqueza era mais promissor¹⁴⁹⁶, procurando reverter os problemas económicos do reino, gravemente acrescentados na década anterior. Tal como afirma Flávio Miranda, o tráfego de navios entre Portugal e outras paragens aumentou muitíssimo, envolvendo centenas de intervenientes¹⁴⁹⁷.

O comércio internacional terrestre, mesmo com intervalos devido ao clima bélico, é sempre restaurado: nas Cortes do Porto de 1372, o concelho de Beja pede ao rei, nos seus capítulos especiais, que permita que os mercadores que antes da guerra iam e vinham de Castela com muitos produtos o pudessem voltar a fazer – uma vez que a paz regressara - o que o rei consente, impedindo, contudo, a saída de bens defesos, como ouro, prata, pão e gado¹⁴⁹⁸.

O comércio ‘interno’ merece algumas notas, mas encontra-se parcamente documentado neste período. Tal como foi afirmado no capítulo 5, as notícias sobre

¹⁴⁹² MARQUES – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV...*, p. 158.

¹⁴⁹³ VIANA – O almirantado e a jurisdição..., p. 329-330.

¹⁴⁹⁴ BARROS, Amândio – 1293. A Bolsa dos Mercadores: os portos, o rei e o comércio português nas redes europeias. In FIALHAIS, Carlos, FRANCO, José Eduardo, PAIVA, José Pedro (dirs.), *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2020, p. 260-261.

¹⁴⁹⁵ SOUSA – 1325-1480..., p. 319, 413.

¹⁴⁹⁶ ANDRADE; MIRANDA – Lisbon..., p. 339.

¹⁴⁹⁷ MIRANDA – Network takers..., p. 171-172.

¹⁴⁹⁸ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando*, I, p. 103.

feiras e mercados periódicos escasseiam na segunda metade do século XIV, num ciclo progressivamente negativo que se iniciara já na difícil década de 1330¹⁴⁹⁹. Um exemplo de que essa escassez de dados poderá corresponder efetivamente a uma fase depressiva na dinâmica destas reuniões comerciais é a fusão dos concelhos das duas vilas de Guimarães num único concelho, com sede na vila baixa dominada pela Colegiada de Santa Maria, na qual o rei D. Fernando, depois do destrutivo cerco de Henrique II de Castela, acaba com a feira de quatro dias que acontecia quatro vezes por ano na vila do Castelo, a pedido do novo concelho¹⁵⁰⁰. Ainda que por trás desta extinção estejam, provavelmente, razões concorrenciais – o historial de queixas da vila baixa contra a feira da vila do castelo era longo¹⁵⁰¹ – é, ainda assim, um dado a reter. Saber se o pós-Peste provoca, ou impede, um crescimento do comércio dentro das fronteiras do reino, é difícil de verificar; porém, Oliveira Marques havia já apontado a provável responsabilidade da Peste Negra na quebra do número de feiras e na ausência de novas criações, o que só terá começado a ser contrariado a partir de 1369¹⁵⁰². Esta fase de letargia, ou mesmo retrocesso, explicar-se-á pela redução súbita do número de pessoas, numa primeira fase, num eventual aumento da compra direta a mercadores por parte daqueles que subiram um degrau na hierarquia socioeconómica (eliminando parte da cadeia comercial local), hipóteses que poderiam sair reforçadas pelos difíceis anos da década de 1350 e uma nova peste em 1362. Trata-se de isso mesmo, hipóteses, verosímeis mas (ainda) não verificáveis.

De resto, o aumento e diversificação do comércio internacional terá tido, por certo, um efeito dinamizador nas trocas internas dos produtos preferencialmente exportáveis: sal, mel, fruta, couros, cortiça, etc. Assim, entre a influência positiva do aumento do fluxo comercial em portos portugueses, e a muito negativa influência das Guerras Fernandinas, o papel da Peste Negra no comércio terá sido reduzido a um choque importante, mas de relativa curta duração.

¹⁴⁹⁹ CUNHA – *As Feiras no Portugal Medieval...*, p. 99-116.

¹⁵⁰⁰ AMAP, *Câmara Municipal de Guimarães*, Coleção de pergaminhos da Câmara Municipal, 8-1-3-12.

¹⁵⁰¹ É disso exemplo a carta régia de 1308, na qual D. Dinis ordena aos Juizes e Concelho de Guimarães que não permitam que se façam determinadas coisas - como que os alfagemes sangrem ou cercem - em dias de feira no Castelo. AMAP, *Câmara Municipal de Guimarães*, Coleção de pergaminhos da Câmara Municipal, 8-1-1-9.

¹⁵⁰² MARQUES – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV...*, p. 144.

10.6 - A agudização de um problema – a esterilidade, os terramotos e o despovoamento de segunda metade da década de 1350

Além da aparente desorganização socioeconómica que parece ter sucedido à Peste Negra, há indícios de anos difíceis a meio da década de 1350, o que terá contribuído para o agravamento da situação económica, comprometendo rendas e cadeias de pagamentos de tributos: poucos braços (mesmo que a renovação geracional estivesse em pleno curso, os nascidos no pós-Peste eram ainda crianças) para muita terra em franca queda de produtividade. A documentação, ainda que com a parcimónia costumeira, recorda estes anos de esterilidade que chegou a ser confundida com um surto de peste¹⁵⁰³. É esclarecedor que parte da pouca documentação sobrevivente do cabido bracarense da década de 1350 se dedique a este problema.

Em novembro de 1355, o arcebispo D. Guilherme de la Garde reconhece a minguada das rendas do cabido bracarense, provocada pelo despovoamento causado pela peste e pela instabilidade que marcou os anos anteriores, absolvendo-o de 25% da dízima devida¹⁵⁰⁴; em maio de 1356, o mesmo arcebispo renova a doação do trigo do couto da Apúlia, feita ao cabido de Braga por D. João Martins de Soalhães, seu antecessor, em 1320, precisamente num momento de escassez¹⁵⁰⁵; o cabido toma posse desse trigo e couto poucos dias mais tarde¹⁵⁰⁶. A sequência dos problemas é explicitada no documento: *pestem et mortilitatis hominum defecaiosos (?) annos et steriles postea subsecutos*¹⁵⁰⁷. O mesmo tipo de expressão é usado num documento do mosteiro galego de Santo Estêvão de Ribas de Sil, próximo de Ourense, nesse mesmo ano¹⁵⁰⁸, o que revela a transversalidade do problema. No território entre as duas regiões em estudo, em Coimbra, o *Livro da Noa* refere 1355 como *o mays seco que os homees virom*¹⁵⁰⁹. De

¹⁵⁰³ V. capítulo 12.1.

¹⁵⁰⁴ *cum venerabile capitulum virem ecclesie Bracharensis per literes nos requisuivit ademum (?) afrontavit (?) que cum redditus mensse sue cum per pestem seu mortalitates hominum in terrem depopulacionem cum etiam guerras et discordias qui in hiis partibus fuerunt exorte fuerunt et sint a deo diminuti et menssa dicti capituli ita tenuis atque pauper que vix medietatem atingeat de hiis que tempore quo taxata extitit (...)* - ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Quindénios, Décimas, Subsídios, Donativos, Tributos e Fintas, doc. 22

¹⁵⁰⁵ V. Capítulo 4.3.

¹⁵⁰⁶ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Coutos, doc. 42.

¹⁵⁰⁷ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 271.

¹⁵⁰⁸ DURA PEÑA, Emilio – *El Monasterio de San Estebal de Ribas de Sil*. Orense: Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo" de la Diputación Provincial, 1977, p. 312-314.

¹⁵⁰⁹ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 21v.

volta ao Entre-Douro-e-Minho, um sinal da gravidade da seca que se fez sentir em 1356 é o problema do abastecimento de farinha do Porto, não por escassez de cereal, mas por impossibilidade de o moer: numa ação judicial movida contra eles D. Afonso IV ordena aos moleiros de Campanhã, de Quebrantões, de Massarelos e de Lordelo que vão à Ribeira do Porto com as suas barcas e bestas, para carregarem as moendas e as moerem pelas suas maquinas, como sempre o fizeram, para abastecimento da cidade. Porém, mais de duas dezenas e meia de moleiros citados dizem que o queriam fazer, mas não podiam por haver falta de água. O rei mantém a obrigação para sempre que haja água, solução salomónica que não resolve o problema da cidade, mas absolve os moleiros que nada podiam fazer¹⁵¹⁰.

Os anos secos causaram problemas graves, e a seca parece ter sido generalizada na Europa Atlântica: também em Inglaterra, algumas regiões sofreram graves perdas agrícolas no pós-Peste mais por influência da falta de precipitação em anos sucessivos do que pelas consequências demográficas da epidemia, ainda que, no geral, a atividade agrícola se tenha mantido¹⁵¹¹. Se os anos de chuvas intensas continuam a ser um fator mais comum nos anos de más colheitas em Inglaterra, um ano particularmente seco nas ilhas britânicas também não teria sido fácil na fachada atlântica da Península Ibérica. A seca será, assim, um fator de agravamento das condições de produção ao longo de toda a década de 1350.

Se nos anos anteriores à Peste, a rede paroquial do Norte estava relativamente estabilizada, e se assistiu à divisão ou criação de algumas paróquias a Sul, a dinâmica altera-se após 1348. No Sul, a criação de paróquias parece cessar, enquanto no Norte há até algumas anexações, fruto da perda de capacidade de subsistência de algumas. Logo em meados de fevereiro de 1349, André Pais, cónego de Braga e vigário-geral em sede vacante, confirma a anexação da igreja de São Cosme de Lobeira, que estava vaga, ao Mosteiro de São Torcato (ambos no termo de Guimarães)¹⁵¹².

¹⁵¹⁰ *Corpus Codicum*, Livro 6, p. 53-54, doc. 36 [Livro I de Pergaminhos da Câmara do Porto].

¹⁵¹¹ MATE, Mavis - Agrarian economy after the Black Death: the manors of Canterbury Cathedral Priory, 1348-91. *Economic History Review* 37 (1984), p. 341-54.

¹⁵¹² AUC, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, doc. 46.

Em 1358, o arcebispo D. Guilherme dá comissão a um clérigo para que execute a anexação da igreja de São Miguel de Cepães e Marinhas à de São Martinho de Gandra (atual concelho de Esposende), por um motivo simples: o despovoamento desta paróquia, provocado pela Peste, tornou-a insustentável¹⁵¹³. A anexação dá-se a 4 de fevereiro de 1359¹⁵¹⁴, sendo outorgada pelo cabido de Braga no dia seguinte¹⁵¹⁵. Contudo, será interessante lembrar a doação que o mesmo arcebispo fez, dois anos antes, ao seu cabido: a doação do trigo do couto da Apúlia diz respeito a uma área situada precisamente na região destas freguesias, agora unidas. Será uma prova do impacto brutal, mas profundamente desigual – até entre freguesias vizinhas? Querera dizer que houve um agravamento considerável das condições de produção em toda a região naqueles dois anos? O arcebispo doa explicitamente o trigo ao cabido – fá-lo-ia se fosse uma produção insignificante?

A documentação não permite respostas finais, mas as questões multiplicam-se. Empiricamente, sendo para a primeira hipótese e, mesmo sem poder prová-lo, parece-me tratar-se de mais uma prova do impacto profundo e assimétrico da Peste, e de uma organização demográfica ‘porosa’, com concentração de populações e manutenção de produção em áreas particularmente vantajosas e/ou produtivas, com o abandono de outras - mesmo que muito próximas -, onde as condições e condicionantes se distinguiam consideravelmente. Muito depois de a doença se extinguir na sua vaga inicial, homens e mulheres ainda circulam, ao sabor da oferta de melhores condições, reais ou ilusórias, prolongando no tempo a influência direta da Peste Negra nas estruturas de povoamento.

Em 1360, nova anexação: D. Guilherme anexa a igreja de Santo Tirso de Prazins ao Mosteiro de São Salvador de Souto (ambos no termo de Guimarães), a pedido do seu prior, João de Chancaco, que também era vigário-geral do dito arcebispo. A solicitação

¹⁵¹³ *dicta sua ecclesia habet infinita onera supportare atque supportada ipsius ecclesie nom supportunt proprie facultates cum redditus et proventus ipsius ecclesie fint (?) adeo diminuti cum propter mortalitate qui in illis partibus sic in multis aliis (...)*. ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 40.

¹⁵¹⁴ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 42.

¹⁵¹⁵ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 41. Sabemos que a anexação se manteve nas décadas seguintes, havendo uma confirmação do então recém sagrado arcebispo D. Lourenço Vicente, em outubro de 1374; o arcebispo considera como pertinente a manutenção da anexação, o que leva a crer que a situação não teria mudado substancialmente. ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 43.

foi feita pelo prior, por as rendas do mosteiro e as suas posses terem diminuído consideravelmente e já não serem suficientes para o seu mantimento¹⁵¹⁶. Esta prática não se restringiu à arquidiocese de Braga: em 1367, D. Afonso, bispo do Porto, une duas igrejas do padroado do Mosteiro de Grijó, por solicitação do mosteiro padroeiro¹⁵¹⁷.

Este número de anexações, quatro, poderá parecer baixo, e representam efetivamente uma percentagem mínima do número total de paróquias da região, menos de 1%. Contudo, o que se procura sublinhar é a inversão da tendência anterior à pandemia: nenhuma anexação é conhecida nos quarenta anos antes de 1348, e nenhuma criação é testemunhada nas três décadas que se sucedem à Peste. Nem toda atividade deste tipo terá ficado documentada – sobretudo se tivermos em conta as lacunas bracarenses – e é possível que o número de paróquias anexadas seja superior, ou até que alguma possa ter sido criada. Mas o cenário muda, e mesmo que a Peste não seja totalmente responsável por cada uma destas anexações – como a de 1367 – parece ter dado início a esse caminho.

A sul, uma outra variável entra em ação: entre 1355 e 1356, a atividade sísmica parece ser a maior de toda a Idade Média portuguesa, incluindo, entre os vários terremotos documentados, aquele que terá sido um dos mais fortes que abalou Lisboa antes de 1755. Se acreditarmos no testemunho do *Livro da Noa*, houve pelo menos três sismos no espaço de 14 meses: 11 de julho e 4 de agosto de 1355 e 24 de agosto de 1356¹⁵¹⁸, sendo o derradeiro o mais intenso, com estragos consideráveis em Lisboa e no Entre-Tejo-e-Odiana, pelo menos. Em 1365, informa-nos o *Livro da Noa* de mais um sismo, desta feita no dia 18 de junho¹⁵¹⁹. Sendo difícil saber a dimensão dos estragos provocados, parece ser o sismo responsável pelos danos consideráveis nas terras da Ordem de Santiago, referidos numa carta régia de 1367 concedida à ordem¹⁵²⁰, ainda que não seja impossível tratar-se ainda de um outro abalo distinto.

A inquirição aos bens régios no Campo de Ourique, ordenada por D. Fernando em 1375, revela diversos bens destruídos em Castro Verde e Almodôvar por terremotos

¹⁵¹⁶ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta das Religiões, Mosteiros, Ordens, Colegiadas e Seminários, doc. 46.

¹⁵¹⁷ ANTT, *Convento de Santa Clara do Porto*, maço 67, n.º 31.

¹⁵¹⁸ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 21v-22v.

¹⁵¹⁹ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 24.

¹⁵²⁰ *Livro dos Copos...*, n.º 78, p. 183.

anteriores – provavelmente com o de 1356 em vista, pela referência ao “tempo dos terramotos que foy depois da dita pestillemçia [gramde]”¹⁵²¹ Esta referência em concreto resume de forma paradigmática os anos do pós-Peste: um conjunto de casas régias em Almodôvar - incluindo um paço - que constituiria o melhor conjunto habitacional da vila baixo-alentejana, viu o seu foreiro morrer na Peste Negra, tendo-se mantido em relativo bom estado, mesmo desocupado, até que o grande terramoto que ocorreu anos depois as arruinou e ninguém as reconstruiu, reocupou ou preservou ao longo dos vinte anos seguintes. As descrições dos inquiridos sugerem que toda a povoação de Padrões estaria em ruínas, mas essa ruína seria fruto dos fortes terramotos sentidos nos anos seguintes à Peste Negra – ainda que esta tenha tido, sem dúvida, um forte impacto local¹⁵²².

A década e meia que se seguiu à Peste Negra testemunhou inúmeros obstáculos à recuperação da população, da produtividade agrícola e da estabilidade que, mesmo antes da epidemia, nunca existiu plenamente. Os inúmeros fenómenos naturais – secas, terramotos, a *Pestis secunda* – foram sendo complementados com problemas políticos e sociais que, aqui e acolá, emergem na documentação. Limito-me a referir um, um tanto discreto nos testemunhos escritos – se excetuarmos os escassos longos diplomas preservados nas Gavetas da Torre do Tombo sobre o assunto: o levantamento do infante D. Pedro contra D. Afonso IV, após o assassinio de Inês de Castro. Mais do que falar desse episódio, aqui lateral e já tratado por Bernardo Vasconcelos e Sousa na sua biografia de D. Afonso IV¹⁵²³, vale a pena referir as queixas do Porto, que foi cercado pelo infante D. Pedro: ainda em 1368 se queixava ao novo rei, D. Fernando, que muito havia gastado desde o tempo do seu avô por causa da guerra com Afonso XI de Castela, mas também com o “desvario” entre Afonso IV e o seu filho¹⁵²⁴ – queixa que, por certo, em momento algum fizeram àquele ou ao seu sucessor. Não foram anos de abundância ou de sossego, aqueles que se seguiram à Peste Negra. Porém, era só o princípio.

¹⁵²¹ *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 134-135.

¹⁵²² *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 236.

¹⁵²³ SOUSA – *D. Afonso IV...*, p. 159-176.

¹⁵²⁴ ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 3º, fl. 31.

10.7 – Guerra e Economia – a verdadeira peste?

Os últimos dez anos em estudo foram marcados sobretudo pelo ciclo bélico que ficou conhecido como *Guerras Fernandinas* – neste caso, as duas primeiras. O clima bélico e a economia de guerra foram dominantes em quase toda a Cristandade Latina, nestes anos, sentindo-se em todas as regiões de acordo com as especificidades locais e as circunstâncias vividas. Em Inglaterra, a mobilização constante de homens provocou um aumento de salários, mantendo os valores pós-Peste, em detrimento do *Statute of Labourers*¹⁵²⁵. Em Portugal, a questão foi abordada no pioneiro artigo de Leandro Ferreira¹⁵²⁶, que demonstrou que foi a guerra o principal fator de desestabilização socioeconómica a partir da década de 1370, em Portugal, fruto das mobilizações de homens, das necessidades de abastecimento, do aumento dos abusos senhoriais e das tensões sociais, das destruições diversas provocadas pela guerra – de colheitas, de homens, de recursos (transportes diversos, de carros de bois a navios, matérias-primas, moeda e metal precioso no geral) – que não se limitavam às particularmente funestas incursões castelhanas, mas também àquelas perpetradas pelos aliados ingleses estantes em Portugal, e aos desmandos das próprias tropas portuguesas.

É possível acrescentar as fontes utilizadas pelo referido autor, mas esses acrescentos confirmam e reforçam a leitura geral. Depois do cerco a Guimarães e da destruição provocada em Braga, em 1369, durante a I Guerra Fernandina, as feridas em terrenos, produções e equipamentos levaram anos a sarar em toda a comarca do Entre-Douro-e-Minho: em junho de 1371, por exemplo, Frei João do Cano, guardião do Mosteiro de São Francisco de Guimarães, dá quitação a Domingos Esteves, procurador do Concelho, pelas 200 libras que o Concelho deu ao Mosteiro, 100 para reconstruir os paços do mosteiro “que as companhas de D. Henrique” danificaram durante o cerco montado pelo rei castelhano, e outras 100 para mantimento dos frades¹⁵²⁷. Praticamente em simultâneo, o Concelho do Porto lança uma sisa sobre o vinho, sobre vários tipos de panos, sobre o pescado e sobre o sal, para fazer face às grandes despesas que teve com

¹⁵²⁵ MATE – Agrarian Economy..., p. 349-350.

¹⁵²⁶ FERREIRA, Leandro Ribeiro - Recrutar. Produzir. Abastecer: repensar a produção e o comércio agrícolas em tempo de guerras (1369-1400). *Medievalista* 18 (Julho-Dezembro de 2015).

¹⁵²⁷ AMAP, *Câmara Municipal de Guimarães*, Coleção de pergaminhos da Câmara Municipal, 8-1-3-6, doc. 37.

a guerra, com os muros e a defesa da cidade, com encargos anuais que ascendem a 12.000 libras, das quais 4000 ao rei, pelas 20.000 que emprestara ao Concelho, e o resto para as dívidas aos homens-bons que também haviam emprestado ao Concelho. Apenas um dos presentes se opôs à sisa dos panos¹⁵²⁸; em 1373, D. Fernando autoriza o Mosteiro de Vairão a ficar com o casal de Vila Quinze, no julgado de Santa Cruz de Riba de Tâmega, que rende 15 maravedis anualmente, e lhe ficou por morte de Beatriz Eanes, dona professa no dito mosteiro, e que este pediu para manter, não o vendendo como mandava a ordenação régia, por ter perdido grande parte do que tinha por azo dos inimigos que chegaram ao dito mosteiro, empobrecendo-o¹⁵²⁹. Se a I Guerra Fernandina afetou sobretudo o Norte, o Entre-Tejo-e-Odiana foi mais castigado na III, em 1381-82, já depois do encerramento do período aqui em estudo, mas com resultados semelhantes àqueles que, pouco mais de uma década antes, tinham sido sentidos no Norte¹⁵³⁰.

Este tópico não se esgotou no artigo supracitado nem nos dados que pude acrescentar. É essencial voltar ao estudo do binómio guerra-economia no Portugal da Baixa Idade Média, mas aqui interessa sobretudo a forma como ambos os fatores concorrem para abalar as estruturas económicas do reino português. A partir de 1369, é bem menos o fantasma da Peste Negra (e da *Pestis secunda*) do que o da Guerra que interferirá na destruição de meios de produção, nos transportes, na mobilização de recursos humanos e materiais com fins bélicos, no aumento dos abusos por parte dos privilegiados, e no aumento e consolidação de um novo sistema fiscal do reino, mais consolidado, mais abrangente e mais constritor.

¹⁵²⁸ *Corpus Codicum*, Livro 6, fascículo IV, p. 56-57, doc. 38, [Livro II de Pergaminhos da Câmara do Porto].

¹⁵²⁹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 10, doc. 13.

¹⁵³⁰ Um exemplo expressivo é o refúgio das monjas de São Bento de Cástris dentro das muralhas eborenses. Se o episódio do linchamento da abadessa pela população é sobejamente conhecido pela narração de Fernão Lopes, outros aspetos mais logísticos e práticos são revelados pela documentação notarial. Em janeiro de 1384, por exemplo, já depois da morte da abadessa, as monjas continuavam dentro da cidade, face às ameaças permanentes dos castelhanos, mas nem sempre com a vida facilitada; nesse contexto, surge-nos uma sentença dirimida por Gonçalo Gonçalves, vigário geral do bispo, a propósito de umas casas que o Mosteiro de São Bento de Cástris havia emprazado a Inês Afonso, mulher de Lourenço Esteves do Sarrovio, e que, por a guerra entre Portugal e Castela não permitir às freiras viverem em segurança no mosteiro, fora de muros, e porque estavam a ocupar casas de Roberto Anes, cónego, e não tinham outras casas disponíveis na cidade, pediam para Inês Afonso deixar as ditas casas, o que foi apoiado pela sentença do vigário, com a contrapartida do pagamento das benfeitorias realizadas na casa pela foreira despejada: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 030.

O desequilíbrio estrutural das finanças régias portuguesas revela-se plenamente no reinado de D. Fernando, após a I Guerra Fernandina. Apesar de o assunto ter sido abordado, noutra âmbito, no capítulo anterior, é essencial fazê-lo também sob uma perspectiva puramente económica. No seu clássico estudo sobre pedidos e empréstimos públicos no Portugal tardo-medieval, Iria Gonçalves vê no reinado de D. Fernando um ponto de viragem: é este monarca que, esgotado o tesouro régio por um esforço bélico sem precedentes em gerações, e com resultados ruinosos, se vê obrigado a fazer um pedido ao reino, em moldes que farão escola, com uma prática crescente ao longo de todo o final da Idade Média portuguesa, até final do século XV¹⁵³¹.

D. Fernando procurou remediar a situação após o intervalo que separou as II e III Guerras Fernandinas. As já referidas ações de promoção do comércio, por um lado, e a célebre e um tanto injustamente designada como *Lei das Sesmarias*, por outro, apontam também à promoção da produção, procurando contrariar a aparente tendência de abandono de áreas cultivadas que a documentação não revela com facilidade. Analisada sob uma perspectiva que se mantém muito interessante, mais de 75 anos depois do seu lançamento, no livro que Virgínia Rau dedica às sesmarias medievais portuguesas¹⁵³², esta autora aponta, ainda assim, uma maior responsabilidade às consequências da Peste do que à guerra – ainda que não esqueça esta última¹⁵³³ – numa inversão da importância que eu creio que deve ser assumida. Talvez a autora tenha sido influenciada por uma bibliografia já então um pouco datada da Peste Negra, ainda marcada por autores como Francis Aidan Gasquet, cuja obra de 1893 – que Virgínia Rau cita – sobre o tema é um dos mais acabados exemplos da historiografia “gótica”, que pintava a Peste Negra com traços apocalípticos e lúgubres que impressionavam¹⁵³⁴.

Creio que a importância da *Lei das Sesmarias* é mais simbólica do que prática. As disposições de expropriação, divisão de propriedades, e todas as restantes medidas destinadas a promover um maior aproveitamento da terra – não de uma forma cega,

¹⁵³¹ GONÇALVES, Iria – *Pedidos e Empréstimos Públicos em Portugal Durante a Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, 1964, p. 15-19.

¹⁵³² RAU, Virgínia – *Sesmarias Medievais Portuguesas*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1982 [1ª edição: 1946].

¹⁵³³ RAU – *Sesmarias Medievais...*, p. 76-88.

¹⁵³⁴ SLACK – *Plague...*, p. 42-44.

mas com cada cultura a ser cultivada nos locais mais indicados, por exemplo – são uma tomada de posição com um alcance limitado. Como a própria Virgínia Rau demonstra, métodos como as sesmarias não eram um costume de todo o reino – prevalecendo no Sul e em algumas partes das Beiras. Por outro lado, o texto legislativo nunca refere a guerra como causa do pretense abandono dos campos ou da transferência de mão-de-obra do cultivo para os mesteres artesanais ou comerciais. Se é verdade que apenas a III Guerra Fernandina afetou profundamente o Entre-Tejo-e-Odiana, a comarca onde esta ordenação poderia ter mais impacto devido às suas características, anos depois da promulgação da *Lei das Sesmarias*, não é menos verdade que temos indícios de que as necessidades da guerra causaram o abandono de homens da lavoura antes mesmo de os combates se fazerem em terras transtaganas: em 1372, os bacharéis da Sé de Évora arrendam uma vinha no termo de Montoito, por 10 anos, a Gomes Eanes, vassalo do rei, morador e vizinho de Évora, estabelecendo uma renda de 45 alqueires de trigo, que começaria a pagar apenas dois anos após a celebração do contrato, e um par de galinhas em cada Natal, a começar a pagar no ano seguinte; o foro não seria cobrado caso começasse uma guerra e as terras não fossem cultivadas por medo dela¹⁵³⁵. Em 1376, meia década antes de a derradeira Guerra Fernandina atingir o Alentejo, a inquirição sobre os bens régios no Campo de Ourique revelava que a testemunha “leixou de lavrar a dita herdade per rrazom do negocio das guerras que estom eram”¹⁵³⁶. Exemplos escassos, mas explícitos no que toca à influência direta destas guerras, não só onde os combates se travaram, mas em todo o reino, onde se recruta, mobiliza e açambarca para abastecimento e especulação.

Mais do que qualquer empobrecimento provocado pela Peste Negra – que se faria sentir tanto entre os privilegiados e no “cômputo geral” da economia, como nos não-privilegiados (que poderiam aceder a terra de qualidade por rendas inferiores ou trabalhar por jornais mais generosos, mas também perderam elementos da família e ficaram expostos a interrupções curtas, mas significativas cadeias de produção e distribuição), a guerra parece ser o verdadeiro fator de ruína, a partir de 1369. Não está em causa que os efeitos demográficos da Peste Negra e da *Pestis secunda*, assim como

¹⁵³⁵ ASE, Bacharéis da Sé de Évora, Fazenda, Escrituras, Maço 1 [documento nº 81 no catálogo de Júlio César Baptista].

¹⁵³⁶ *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 100.

a nova realidade – também económica (ou sobretudo económica) – que aqueles impuseram, podem ter tido uma influência negativa na economia portuguesa no segundo quartel do século XIV, e até depois; mas, sem dúvida, é uma situação de rutura, como aquela que as sucessivas Guerras Fernandinas e o conflito que se prolonga bem além de 1383 provocaram, que expôs todas essas fragilidades, até então latentes, mas não plenamente reveladas. Recuperando a questão levantada por Luís Miguel Duarte em 2012¹⁵³⁷ para a transformar em resposta: sim - a guerra, e não a peste.

10.8 – Um país (sentido como) mais pobre na década de 1370?

Ao terminar o capítulo sobre a economia portuguesa e a Peste Negra, vale a pena levantar algumas questões. É objetivamente difícil responder à questão sobre se Portugal era, nas décadas seguintes à Peste Negra, um país mais pobre do que antes da epidemia. Mas é interessante poder resgatar o testemunho dos próprios portugueses do terceiro quartel do século XIV. Nos capítulos gerais das Cortes de Leiria de 1372, os procuradores do povo, no capítulo 3º, falam de como "numqua os nossos Reinos tanto renderom como hora se todo a nos rendesse e que pollas rendas podiamos fazer thesouros a auer mantimento segundo a nos pertensia", o que demonstra que o povo assume que o reino nunca fora tão rico, mas essa riqueza não servia o bem comum e a coroa. Um pouco adiante, no 6º, os mesmos procuradores referem que nunca houve ricos tão ricos e que o seu ouro e prata bastariam ao reino¹⁵³⁸ - um claro apelo a que a fonte dos empréstimos e pedidos do monarca deveria ser outra que não o não-privilegiado comum.

Naturalmente, os recursos retóricos deste tipo de discurso político permitem alguns malabarismos para chegar ao que de seguida se solicita e, nos capítulos 7º, 8º e 9º, volta-se ao tema da guerra, pedindo os povos que se não se pudesse escusar a guerra, que antes disso eles fossem consultados, e que podendo, que se escusasse tal guerra, atendendo à pequenez e pobreza do reino. É muito interessante analisar o argumento da capacidade de sustentabilidade do reino. Segundos os procuradores do reino, ainda

¹⁵³⁷ DUARTE – “Tomar o pão dos coitados”..., p. 260-261.

¹⁵³⁸ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383)*. Org. A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias, João Paulo Salvado. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica, 1990, Vol. I, p. 123-136.

que ele seja relativamente pobre, nunca havia rendido tanto e estado tão próximo de se governar. Mais do que ser pobre, o reino estava pobre, não por uma fatalidade, mas porque a governança dos anos anteriores havia deitado a perder essa possibilidade através de guerras ruinosas, agravadas pela quebra da moeda (consequência, mas também causa de futuros agravamentos), e pela alienação sucessiva de direitos régios para satisfazer as exigências da aristocracia que serviu o rei numa guerra ruínosa, estando a segunda prestes a começar. Esta percepção, mesmo que dramatizada pelo discurso parlamentar das cortes, é muito interessante, porque sem contrariar a ideia de um país de poucos recursos, reconhece que nunca o reino fora tão capaz de se manter e de acumular riqueza.

Quase um quarto de século depois da Peste Negra, tendo já passado pelo menos uma das suas sucessoras, uma guerra com Castela, um conjunto de terremotos e outros *casos fortuitos*, os representantes do Povo nas cortes permitem-se dizer que "numqua os nossos Reinos tanto renderom como hora", num período em que o comércio marítimo estaria a crescer de forma inédita, e a fiscalidade régia e o corpo de oficiais a ela associada cada vez mais apurados. A Peste Negra foi um golpe de longo prazo – um de vários – um pouco por todo o reino, para muitas instituições e indivíduos. Todavia, como um todo, não parece tratar-se de um reino económica e estruturalmente em crise ou decadente – pelo menos, não mais em crise e/ou decadente do que no século anterior -, mas sim um reino em convulsão político-religiosa, entre a Guerra e o Cisma, aquele que encara os últimos anos em estudo neste trabalho.

11 – Homem, território e ambiente

A meio do caminho entre as consequências económicas e o território, este capítulo é dedicado à exploração de três níveis de consequências da Peste Negra: em primeira lugar, importa perceber se os padrões de cultivo e as culturas preferenciais se alteraram com o impacto demográfico e a consequente adaptação de senhores e não-privilegiados à nova realidade; em segundo lugar, interessa descobrir se o aproveitamento agrícola do solo terá passado a sofrer uma concorrência mais evidente da criação de gado que, como se verá, acabou por ser impulsionada pela diminuição da área cultivada em muitas regiões europeias; enfim, revelar se as atividades de cultivo e criação de gado diminuíram globalmente, permitindo a renaturalização de áreas previamente humanizadas de alguma forma – povoados, campos de cultivo, pastagens, etc. – e o avanço, por exemplo, de animais silvestres, coberto florestal ou atividades diretamente ligadas com estes territórios, como a caça.

11.1 – Despovoamento rural: uma retração do elemento humano testemunhável no território?

Em muitos territórios afetados pela Peste Negra, deu-se um abandono de áreas então recentemente arroteadas, novamente exploradas ou menos produtivas, mas também de terrenos com qualidade, como a arqueobotânica e a palinologia parecem provar em parte da Europa, das Ilhas Britânicas ao Báltico, passando pela Escandinávia e pelo Norte de França¹⁵³⁹. Noutros locais, há mesmo abandono de aldeias e de áreas que, antes da Peste, possuíam um povoamento consolidado¹⁵⁴⁰. Porém, a relação entre a Peste Negra e a multiplicação de aldeias e vilas desertas um pouco por toda a Europa – tema célebre no medievalismo europeu desde a década de 1960¹⁵⁴¹ – é problemática e complexa.

¹⁵³⁹ YELOFF, Dan; VAN GEEL, Bas - Abandonment of farmland and vegetation succession following the Eurasian plague pandemic of ad 1347–52. *Journal of Biogeography*, 34 (2007), p. 575–582. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2699.2006.01674.x>

¹⁵⁴⁰ Trata-se de uma realidade em muitas partes da Europa Central e do Norte. Na Noruega e na Suécia, por exemplo, calcula que talvez metade das quintas e explorações agrícolas tenha sido abandonada após a Peste Negra, num movimento descendente que se manteve nas décadas seguintes e piorava com cada novo surto da doença: MYRDAL – *The Forgotten Plague...*, p. 167-171.

¹⁵⁴¹ Tornando-se um tema de moda e uma questão internacional em meados dessa década com o lançamento do volume coletivo e internacional *Villages désertés et histoire économique*. Paris: S. E. V. P. E. N., 1965.

Bem mais perto do território português, o abandono de povoações inteiras em Castela é uma realidade no século XIV, mas parece dever-se a um problema estrutural muito mais antigo e enraizado, onde a Peste terá tido um papel mais do que residual¹⁵⁴², mas dificilmente mensurável no decorrer dos séculos. Será esta uma realidade sentida em Portugal e, concretamente, no Entre-Douro-e-Minho ou no Entre-Tejo-e-Odiana? Também na região francesa da Alsácia, por exemplo, há mais de 200 povoações abandonadas nos séculos XIV e XV, mas a relação direta desse abandono com a Peste Negra é problemática e, muito provavelmente, redutora¹⁵⁴³, inserindo-se num ciclo muito longo, tal como no caso italiano¹⁵⁴⁴. Apesar de haver queixas generalizadas sobre a diminuição do contingente populacional do reino português, como um todo, ao longo da segunda metade do século XIV e do seguinte, os casos de abandono total de uma área previamente povoada ou explorada parecem não ter acontecido, pelo menos de forma assinalável, nos territórios em estudo. Dito isto, faltam provas concretas de que algum núcleo de povoamento no Entre-Douro-e-Minho ou no Entre-Tejo-e-Odiana tenha ficado despovoado, que alguma vila ou aldeia previamente consolidada tenha ficado deserta, ou que a Peste Negra tenha influenciado diretamente algum tipo de retração do elemento humano no território dessas duas comarcas portuguesas.

A única povoação do Entre-Tejo-e-Odiana que recebe foral no contexto da conquista cristã e acaba por desaparecer no século XIV, já depois de 1355, é Marachique, que se situaria no atual concelho de Ourique, provavelmente com sede no chamado castro ou castelo da Cola¹⁵⁴⁵, mas a responsabilidade desse desaparecimento dever-se-á mais à reorganização do Campo de Ourique no eixo Tejo-Algarve, do que à depressão

¹⁵⁴² Nicolás Cabrilla tratou o tema na sua tese de doutoramento, e recuperou-o num artigo concretamente dedicado às consequências demográficas de Peste Negra em Castilla la Vieja, no bispado de Palência. Aqui, o autor revela o despovoamento total de 82 entidades de povoação de um grupo de 420 (quase 20% do total), entre os anos de 1345 e 1353, sem que outro fator que não a Peste Negra possa ser introduzido como motivo desta queda. Todas estas 'entidades' eram paróquias, sendo povoados com alguma importância, e não meros núcleos de habitação. A maioria acaba por ser repovoada posteriormente, mas outras perdem-se de vez. CABRILLAÑA, Nicolás – La crisis del siglo XIV en Castilla: la peste negra en el obispado de Palencia. *Hispania* 109 (1968), p. 245-58.

¹⁵⁴³ DUBLED, Henri - Conséquences économiques et sociales des 'mortalités' du XIV siècle, essentiellement en Alsace. *Revue d'Histoire Économique et Sociale* 37 : 3; (1959), p. 273-294.

¹⁵⁴⁴ RAO, Riccardo - I villaggi abbandonati nel Vercellese: due crisi a confronto (secoli XIV-XVII). *Popolazione e Storia* 10:1 (2009), p. 39-56.

¹⁵⁴⁵ GOMES, Rosa Varela - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2002, p. 136.

demográfica¹⁵⁴⁶; outras localidades da área, como Padrões, Almodôvar e Castro Verde, gravemente afetadas pela Peste Negra¹⁵⁴⁷, acabaram por se recompor e perseverar, mantendo-se como núcleos de povoamento até hoje. Assim, apesar de todas as diferenças geográficas, a realidade geral das duas regiões parece coincidir com aquilo que Maria Helena da Cruz Coelho e Ermelindo Portela da Silva já haviam apurado para o Baixo Mondego e para o bispado de Tui tardomedievais, respetivamente: campos e casais são abandonados – quase sempre de forma temporária, ainda que a reocupação possa tardar –, mas aldeias e povoados perseveraram, apesar dos fenómenos negativos¹⁵⁴⁸. Por outro lado, conhecemos vários casos de terras abandonadas apenas para serem refundadas ao lado, evitando águas ou ares malsãos, ou procurando melhor situação de defesa, o que nos obriga a matizar o quadro de abandono massivo de campos, como tem sido feito noutras paragens¹⁵⁴⁹.

No caso das usurpações e ocupações ilegítimas, apresentadas nos capítulos 9 e 10, os bens em causa não são abandonados. Porém, além destas, é possível referir alguns casos de propriedades desocupadas durante a Peste Negra – independentemente de esse eramento se dever à morte dos seus titulares ou ao simples abandono – que assim se mantêm por longo tempo. Contudo, parte das notícias desses anos de desocupação chegam-nos precisamente através dos contratos que permitem reocupá-los e restituir-lhes a sua produtividade ou simples uso¹⁵⁵⁰. Há exemplos tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana, ainda que os primeiros sejam novamente mais numerosos.

Em 1354, o mosteiro de Moreira da Maia abriu uma demanda junto do juiz da Maia, para receber um quarto de trigo anual pela herdade que foi de Nicolau de Vilar de Souto (?). Acordam em enviar Afonso Martins do Feal ao lugar de Vilar de Souto (?), para tirar inquirição sobre o assunto. A inquirição prova que Nicolau de Vilar de Souto (?) havia deixado esse trigo para a festa de Santa Maria, em cada ano, mas "em tempo da

¹⁵⁴⁶ GARCIA – *O Espaço Medieval da Reconquista...*, p. 84-85; BOISELLIER – *Population indigène...*, p. 80.

¹⁵⁴⁷ *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 29-40.

¹⁵⁴⁸ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 72-73; PORTELA DA SILVA – *La Región del obispado de Tuy...*, p. 282.

¹⁵⁴⁹ TITOW, Jan - Lost rents, vacant holdings and the contraction of peasant cultivation after the Black Death. *Agricultural History Review* 42:2 (1994), p. 97-114.

¹⁵⁵⁰ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 77-79.

pestelença que ficaram as herdades hermas", não havendo quem pudesse garantir esse tributo¹⁵⁵¹. Já em 1360, o cabido de Braga empraza a sua igreja de Santa Maria de Adaúfe, na Terra de Panóias, a Domingos Pais de Carcavelos, nos dias de sua vida, estabelecendo uma renda de 360 libras, paga em terços no Natal, na Páscoa e no São João Batista. Neste primeiro ano, pagaria apenas 300 libras, metade na Páscoa e metade no São João. O foreiro compromete-se a cuidar da igreja e suas terras "de guisa que a torna ao stado em que era ante da pestilença ". Deveria morar pessoalmente nos terrenos da Igreja e ficaria com as entradas dos casais e herdades que lá fossem emprazados, ou seja, ficaria com o valor pago por quem se lhe seguisse para o estabelecimento de enfiteuses futuras, tornando-o também um intermediário¹⁵⁵². Doze anos após a Peste Negra, o cabido confiava um bem valioso a um novo foreiro, procurando que este restabelecesse a sua produtividade, citando de forma explícita a sua (propriedade) condição pré-Peste.

No Entre-Tejo-e-Odiana, em 1356, D. Vasco Pires, deão da Sé de Évora e seu vigário-geral em sede vacante, passa licença geral autorizando os raçoeiros da igreja de Santa Maria do Bispo, de Montemor-o-Novo, a emprazarem os bens que lhes haviam sido deixados por "homens bons e boas mulheres para celebração de aniversários por sua almas" e que tinham vagado por que os seus foreiros, "algumas pessoas que as ditas possissoes tynham emprazadas morreram no tempo da pestillença e que des então aca as dictas possissoes e que despereçeram e despereçem per tal guisa que estão ja em tempo de sse perderem", estando desamparados e danificando-se. Os raçoeiros haviam procurado foreiros para esses bens, ainda que não para todos. Deveriam, por ordem do vigário, emprazar os bens apenas nas vidas das pessoas a quem fossem feitos os prazos, e também escambar os pardieiros e as vinhas mortas por possessões melhores, com quem quisesse, para poderem ter rendimentos para celebração dos aniversários, sobretudo dos que estavam assinados a esses bens¹⁵⁵³.

Os exemplos vão além desta lista, mas não são particularmente numerosos. Mais do que um abandono generalizado de bens, ou até de áreas inteiras, o abandono pontual

¹⁵⁵¹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 31, nº 2.

¹⁵⁵² ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta dos Prazos do Cabido, doc. 66.

¹⁵⁵³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11, peça 042, doc. 001.

de propriedades isoladas parece ser um pequeno conjunto de casos extremos, e não a regra, tal como os pardieiros e casas arruinadas nas cidades podem não ser um indicador direto de despovoamento por causa da Peste Negra, mas fruto de fatores terceiros, do descuido de proprietários ou ocupantes, ou de alguma outra questão que não está diretamente relacionada com mortes de donos ou locatários.

Um outro dado indireto da manutenção da área explorada pelo Homem no Entre-Douro-e-Minho é-nos oferecido pelo já analisado *Tombo 1º do Cabido* bracarense, no qual a relação completa não só dos bens do cabido, mas também dos direitos que recebia em bens alheios, nos permite constatar que, pese embora a quebra já exposta dos rendimentos em boa parte do território, a percentagem de bens ermos é exígua. Mais do que em Guimarães, onde temos acesso aos contratos ao longo do ano, mas não a um balanço estático do conjunto total de bens, é possível ver que, praticamente 40 anos após a Peste Negra, com pelo menos duas réplicas já ocorridas e com duas guerras travadas e uma terceira em curso, o Entre-Douro-e-Minho parece manter o essencial da área cultivada e povoada no final do século XIV.

Apesar das quebras notáveis de rendas, verificadas também em Guimarães, o tomo parece revelar uma taxa muito residual de propriedades ermas. Ainda que seja uma comparação metodologicamente problemática, julgamos importante relembrar que os bens régios do Entre-Ave-e-Lima, precisamente onde se situam praticamente todos os bens e igrejas do Cabido, assim como os bens pelos quais recebem censos no início da década de 1340, têm uma percentagem de despovoados superior aos bens do cabido da Sé de Braga entre o final da década de 1370 e o início da década de 1380: cerca de 12,5% dos casais régios da região nas vésperas da Peste, contra um número mínimo¹⁵⁵⁴ de 451 casais do cabido de Braga por volta de 1379, dos quais apenas 21 estão ermos (4,7%), com a maioria destes a ser pelo menos parcialmente lavrada. Sendo verdade que os bens do cabido bracarense possuem tipologias muito diversas, comparar apenas o conjunto dos casais torna mais rigorosa essa comparação. Mesmo quando o cabido

¹⁵⁵⁴ A dúvida levanta-se quando há entradas que dizem respeito a “casais”, sem indicação da quantidade exata. Nestes casos, devido ao plural, conto dois casais como número mínimo, procurando assim inflacionar artificialmente o menos possível o cômputo final. Apenas foram contabilizados os casais do Entre-Douro-e-Minho, tendo sido excluídos os casais do Cabido situados nos atuais concelhos de Vila Real e de Leiria.

agrupa conjuntos de bens sob uma única renda, o tombo discrimina os bens que pertencem a essa renda, assim como o que cada um paga individualmente e quem o traz (ou se ninguém o traz).

Uma outra vantagem do tombo bracarense neste aspeto é o facto de, além das propriedades propriamente ditas, recolher informações sobre os censos e direitos em propriedades alheias, tão ou mais numerosos do que os bens do património capitular: quando os bens de onde provêm estes direitos estão ermos e, por isso, não é possível ao cabido recebê-los, isso é anotado. Ora, além de alargar consideravelmente o quadro de bens além daqueles que são geridos pelo cabido – muitos são e permanecerão privados – permite uma reconstituição mais realista da situação na região. Também aqui são raros os ermos, sendo a maioria uma ou outra herdade que por algum motivo não se cultiva.

Além de eventuais referências ao desaparecimento de certos núcleos de povoamento, dependendo do tipo de território, acrescentam-se ainda sinais indiretos, como a reflorestação natural de áreas previamente cultivadas, o aumento do número de animais selvagens, entre carnívoros e herbívoros, sendo os primeiros entendidos como uma ameaça ao Homem e aos seus animais, e os segundos uma ameaça às culturas. Também em Portugal vale a pena recolher os indícios relacionados com animais selvagens e silvestres. Estes sugerem um aumento de populações, mas a explicação parece ser alheia à Peste e aos seus efeitos demográficos: há diversas queixas dos procuradores do povo - estes tanto nos capítulos gerais, como nos capítulos especiais - e nos da nobreza às cortes, nos quais pedem autorização ao rei para matarem veados, coelhos e porcos monteses que, protegidos pelas interdições régias de caça, ou pelas inúmeras coutadas, se multiplicam descontroladamente com graves prejuízos de terras semeadas e vinhas.

Estes pedidos, que se prolongam desde o reinado de D. Pedro I (Elvas, 1361¹⁵⁵⁵) ao de D. Fernando (Lisboa, 1371¹⁵⁵⁶ e Porto, 1372¹⁵⁵⁷), pelo menos, são sempre recebidos com cautela pelo rei, que tende a responder de forma salomónica. Assim, e como foi dito, a causa do aumento descontrolado destas espécies silvestres, apesar de documentado em cortes apenas após a Peste Negra, não se deve à retração do povoamento humano, mas ao domínio concreto exercido pelo rei e pelos seus oficiais na gestão do território segundo diversas motivações. Tal como é dito nas Cortes do Porto de 1372, os procuradores do povo consideram que a multidão de porcos monteses e veados que estragavam searas e vinhas eram uma ameaça aos lugares povoados, sendo o grande número de animais provenientes das coutadas a causa dessa ameaça ao povoamento, e não a sua consequência. Da mesma forma, os eventuais avanços e recuos da floresta portuguesa na Idade Média não terão sido influenciados por um eventual recuo demográfico, mas sobretudo pela normativa local e legislação régia, ciente de um bem relativamente escasso e que importava controlar, sobretudo no

¹⁵⁵⁵ Nestas cortes, as queixas vieram dos procuradores de Silves e dos da nobreza. Os procuradores algarvios inserem a questão dos animais silvestres numa queixa contra os mouros da cidade, dizendo que não aproveitavam um lugar que lhes era reservado para o cultivo de vinhas, havendo nele mato que danificava as vinhas em redor, além de permitir a multiplicação de coelhos e veados que punham em causa as propriedades cultivadas. Pediam que esse lugar fosse dado em sesmaria a cristãos, o que o rei permitiria só depois de se constranger devidamente os ditos mouros a cultivá-lo, também para que "a cidade seja melhor povoada"; no caso dos procuradores da nobreza, a queixa contra os animais é bem mais direta: no capítulo 24, os fidalgos pedem ao rei para soltar os veados e para os poderem matarem, porque estes lhes danam as terras que semeiam e as vinhas que plantam, o que o rei autoriza parcialmente. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I...*, p. 28-29, 117-121.

¹⁵⁵⁶ Os capítulos gerais destas cortes incluem um artigo, o 12º artigo, onde o povo diz receber muitos danos dos porcos monteses que são criados em coutadas mandadas fazer por D. Afonso IV, porque esses porcos saem delas e estragam terras de pão e vinhas, além de os homens estarem impedidos de cortar madeira nessas coutadas, para poderem usá-la nas suas casas e lavouras; pedem ao rei para usar essa madeira e matar os porcos encontrados a causar estragos fora das coutadas, ao que o rei responde com cautela, solicitando saber que coutadas são, mas autorizando logo o corte de lenha. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando*, I, p. 15-65.

¹⁵⁵⁷ A petição proveniente dos capítulos gerais destas cortes vem na sequência da queixa semelhante no ano anterior, em Lisboa. No 15º dos capítulos gerais, os procuradores dizem que devido à enorme multidão de porcos monteses e de veados que havia, responsável por grandes danos nas culturas de pão e vinho, muitos lugares estavam já despovoados, e outros em vias de se despovoarem - exagero retórico evidente, mas que soaria verosímil; já haviam pedido ao rei numas cortes em Lisboa que lhes permitisse matar os porcos sem receio, ao que o rei respondera que deveria ser feito um rol de coutadas, para que se visse onde se poderia levantar a defesa da coutada; retomado o tema, o rei permite que se matem os porcos em todo o lado, exceto nas coutadas feitas pelo rei D. Pedro I, proibindo que se façam novas coutadas. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando*, I, p. 81-97.

território transtagano, revelando um tipo de gestão com paralelo em práticas de além-fronteiras¹⁵⁵⁸.

Fora de Cortes, as queixas do mesmo género fazem-se em Castro Verde, onde os veados destruíam as searas em herdades régias distantes da vila, o que teria levado os seus cultivadores a abandoná-las¹⁵⁵⁹. Porém, tendo sido sempre parcamente habitada, é difícil perceber se os animais silvestres estariam efetivamente a aumentar no Campo de Ourique ou na Serra Algarvia, ou se era apenas uma situação de longa duração que não poderiam resolver devidos às interdições régias de caça.

Apesar de carecer de confirmação paleoecológica, a realidade que emerge é a de uma manutenção mais ou menos generalizada das áreas agricultadas no Entre-Douro-e-Minho e no Entre-Tejo-e-Odiana, havendo propriedades esparsas não ocupadas, uma realidade verificada já antes da Peste Negra, como revelam as Inquirições de 1343, por exemplo, mas que não chegam para diagnosticar um abandono considerável e claro relacionado com a Peste. A diversidade da realidade europeia não contesta esta leitura do caso português: apesar de a maioria dos estudos sublinhar uma certa rutura na prática agrícola (sobretudo a produção de cereais), outras regiões, por vezes incluídas entre áreas de retração, revelam uma manutenção de práticas agrícolas antes e depois da Peste, como certas áreas da Irlanda e da Estónia¹⁵⁶⁰, só para referir dois territórios relativamente periféricos no contexto europeu e com uma densidade populacional baixa, o que os coloca como termos de comparação interessantes face ao caso português.

Noutros territórios da bacia mediterrânica, a retração do espaço povoado foi igualmente real, mas consequência de fatores distintos: no Egito Mameluco, por exemplo, onde a propriedade era estatal e dividida entre a elite dos mamelucos como forma de rendimento, a desorganização do modelo político acabou por conduzir a uma

¹⁵⁵⁸ Os modelos das coroas inglesa e francesa são paradigmáticos, com as suas áreas florestais protegidas por lei e geridas de perto por funcionários régios a isso dedicados, comparáveis aos couteiros e monteiros portugueses. Estes modelos permitem, como sublinha Richard C. Hoffmann, contrariar a imagem de uma Idade Média predadora de recursos até à exaustão e de uma hecatombe provocada por um sobrepopoamento a consumir sem regra e sem consciência. HOFFMANN – *An Environmental History...*, p. 252-254.

¹⁵⁵⁹ *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 105.

¹⁵⁶⁰ YELOFF; VAN GEEL - Abandonment of farmland..., p. 578–579.

degradação dos equilíbrios que permitiam otimizar o cultivo da terra e potenciar o seu rendimento, através de uma vasta rede de canais gerida localmente, nas suas ramificações finais, e centralmente na rede principal¹⁵⁶¹. Assim, em muitos casos, houve terras produtivas abandonadas pelo arruinamento do sistema de irrigação e pela ameaça dos povos nómadas do deserto – menos afetados pela Peste e encorajados pelo enfraquecimento do sultanato mameluco -, enquanto outras bem menos produtivas, mas mais seguras, se mantiveram habitadas e em produção¹⁵⁶². Em Portugal, é possível que, numa escala muito menor, algo de semelhante se tenha passado junto à fronteira castelhana, mas havia igualmente fatores atrativos que levavam à fixação em tempos de paz. As oportunidades de comércio (lícito ou não), as rotas de transumância e o progressivo enraizamento favoreciam a manutenção dos povoados fronteiriços.

Apesar da redução do contingente demográfico, pelo menos nos anos que se seguiram à Peste, e das dificuldades acrescidas, provocadas tanto por fatores de origem natural como humana, a documentação não revela uma retração generalizada da presença humana, tanto no densamente povoado Entre-Douro-e-Minho, como no bem menos habitado Entre-Tejo-e-Odiana.

11.2 - Alterações nas culturas preferenciais?

O estudo da preferência por certas culturas e, sobretudo, sobre os avanços e recuos de cada tipo de cultivo, é mais facilmente feito na longa duração. Os trabalhos com abrangência multissecular e foco geográfico mais circunscrito, como a já referida tese de doutoramento de Maria Helena da Cruz Coelho, revelam os ritmos de expansão e recuo das culturas cerealíferas, vinícola e oleícola, para referir as mais importantes no volume de produção, valor de mercado e consumo humano¹⁵⁶³. O intervalo cronológico definido para este estudo poderá ser, neste âmbito, limitador da perceção destes ‘movimentos’, agravado pela grande superfície territorial e pela escassez praticamente total de dados de semente e produtividade de todas as culturas em causa. Na maioria dos casos, nem sequer a dimensão das propriedades produtivas nos é dada, nesta cronologia. Também por isso, optei por deslocar este tópico da economia para o

¹⁵⁶¹ BORSCH – *The Black Death...*, p. 24-40.

¹⁵⁶² BORSCH – *The Black Death...*, p. 51-54.

¹⁵⁶³ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 130-200.

território. Apesar das limitações, os documentos revelam-nos, ainda e sempre, muitos dados relevantes. Se, como vimos, não terá havido um recuo visível na presença humana no território devido à Peste, será possível medir os ritmos de expansão e contração das principais culturas e relacioná-los com o fenómeno epidémico?

Começar a recolha documental em 1310 significa fazer um reconhecimento do Entre-Douro-e-Minho numa fase em que as arroteias estariam, na sua maioria, feitas, as iniciativas de povoamento não eram já uma realidade quotidiana e o ciclo parece ser relativamente negativo, como se conclui no capítulo 4. No Entre-Tejo-e-Odiana, é ainda difícil perceber totalmente a forma como era explorado o potencial agrícola da região. O volume de contratos sobreviventes é muito inferior ao do Norte, e está longe do número de testemunhos que a mesma região produzirá no século seguinte, por exemplo; por outro lado, o cariz ainda exploratório de muitas concessões revela-nos uma realidade de instalação, adaptação e experiências que o Entre-Douro-e-Minho já não viveria da mesma forma.

Apesar das grandes diferenças entre si, as culturas preferenciais nas duas regiões em estudo são as mesmas de todo o resto da Europa Ocidental e do Sul: os cereais e o vinho. Estes dois grandes grupos de cultivo possuem diferenças fundamentais no tipo de mão-de-obra que exigem – com a vinha a carecer de atenção constante e proximidade dos seus cultivadores, e o cereal a dispensar mão humana por períodos alargados do seu desenvolvimento; ambas requerem uma mão de obra excepcionalmente abundante no período de colheitas, mas uma atenção diferenciada ao longo do ciclo anual de produção. Estas diferenças não poderão ser descartadas no momento de tentar medir a preferência dos proprietários ou enfiteutas por um ou outro cultivo: por mais lucrativo que o vinho fosse, a impossibilidade de garantir mão-de-obra próxima para o seu cultivo pode inviabilizar essa opção, ou condicionar a sua expansão no território.

É difícil medir os avanços e recuos de cada tipo de cultura ao longo das sete décadas que este estudo cobre. No Norte, por exemplo, o facto de a maioria das instituições mais importantes – e terei sempre de destacar os cabidos catedralícios e de Guimarães – terem abdicado da exploração direta há muito – como vimos – tornam os contratos muito menos detalhados sobre cultivos. Se é verdade que a manutenção de algumas jeiras pode revelar um pequeno número propriedades em exploração direta, esta era

residual. As instituições monásticas poderiam manter uma reserva importante, mas, apesar da realidade regular muito distinta do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana, a maioria dos mosteiros das duas comarcas perdeu quase toda a sua documentação referente a este tipo de bens.

Começamos pela cultura vinícola, por parecer ser o exemplo mais dinâmico. O processo de expansão da vinha no Entre-Douro-e-Minho deverá ter sido maioritariamente anterior ao período aqui em estudo, se assumirmos para o caso minhoto aquilo que acontece na Galiza fronteiriça da região de Tui, ao longo do século XIII¹⁵⁶⁴. Na centúria seguinte, os contratos enfiteúticos envolvendo vinhas multiplicam-se, mas dizem respeito apenas a uma parte dos imóveis dedicados a esta cultura. A maioria permanecerá incógnita, integrada em casais, quintãs ou conjuntos de bens não discriminados, devendo ser ainda mais importante e presente na paisagem do que a documentação nos revela. Exemplo disso, e dos incentivos permanentes à plantação de novas vinhas, é o caso dos empraçamentos de casais do mosteiro de Santo André de Ancede, no concelho de Baião – onde a plantação de novas vinhas é favorecida por uma renda de fração menor do que no resto das propriedades¹⁵⁶⁵. Não se trata de um exclusivo de Ancede: outros mosteiros, como Santa Maria de Vila Boa do Bispo¹⁵⁶⁶, São João de Pendorada¹⁵⁶⁷ ou São Pedro de Pedroso (onde quase todos os empraçamentos contêm a cláusula genérica que prevê a plantação de vinhas e árvores¹⁵⁶⁸) são só alguns exemplos desta prática generalizada. Fora do mundo monástico, temos um testemunho proveniente da colegiada vimaranense, datado de 1346¹⁵⁶⁹.

A exceção de Ancede faz-se pela manutenção deste tipo de incentivos após a Peste Negra, enquanto noutras instituições ela cessa com a epidemia, como acontece em

¹⁵⁶⁴ PORTELA DA SILVA – La región del obispado de Tuy..., p. 164-168.

¹⁵⁶⁵ Temos exemplos desse tipo em anos tão díspares como 1319 (renda de 1/4 dos frutos, que seria de 1/5 se fizessem vinha nova ou se rompessem monte maninho) e 1375 (renda de 1/3 dos frutos, 1/4 caso fizessem vinha nova), ADP, *Convento de Santo André de Ancêde - Baião*, Livro 2, Tombo 1º de Títulos Velhos, fl. 107-107v, 249v-250.

¹⁵⁶⁶ Em 1316, prevendo uma redução da renda de 1/3 para 1/4 dos frutos, caso fizessem vinha nova. ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo*, maço 1, n.º 16.

¹⁵⁶⁷ Um prazo de 1318 obriga os novos foreiros a fazerem uma vinha nova no prazo de quatro anos. ADP, *Convento de São João Baptista de Alpendurada - Marco de Canaveses*, Registos de Traslados de Prazos, n.º 286, fl. 151v-152.

¹⁵⁶⁸ A título de exemplo, cinco prazos balizados entre 1319 e 1348: AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 94, 112, 124, 146 e 159.

¹⁵⁶⁹ AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 47.

Pedroso: de resto, o derradeiro exemplo deste tipo, pertencente a este mosteiro, data de fevereiro de 1348¹⁵⁷⁰. Esta inversão estará ligada à alteração do equilíbrio da balança entre senhorios e enfiteutas; seguindo o mesmo tipo de estratégias identificadas por Maria Helena da Cruz Coelho para o Baixo Mondego¹⁵⁷¹, o mesmo mosteiro de Pedroso passa a incluir jeiras em vinhas, em vez da obrigação de os foreiros plantarem novas, reduzindo-se a ambição do cenóbio da expansão da área vinícola para a manutenção daquela alcançada anteriormente. A mudança dá-se logo no primeiro emprazamento conhecido depois do já referido de fevereiro de 1348, em 1350¹⁵⁷², e mantém-se daí em diante, pelo menos até 1372¹⁵⁷³, altura em que o vizinho mosteiro de Grijó adotara já prática semelhante¹⁵⁷⁴. Assim, após a Peste Negra, a expansão da vinha parece ter estancado, e a aposta recaído sobre a manutenção possível das já existentes.

Mesmo antes da Peste, nem sempre os senhorios se ficavam pela sugestão ou incentivo ao plantio de novas vinhas. Tanto instituições, como privados, iam mais longe, incluindo cláusulas explícitas nos contratos, obrigando os novos enfiteutas a plantarem vinha num intervalo de tempo especialmente estabelecido. Depois da Peste Negra, esta parece mesmo ser a única forma de os senhorios poderem ter novas vinhas nos seus bens, plantadas pelos seus enfiteutas – eram, contudo, obrigações raramente impostas, e, quando o eram, sê-lo-iam no interesse de ambas as partes, sob pena de provocarem o desinteresse do foreiro. Uma vez mais, Ancede destaca-se: em 1368, o prior e o convento emprazam um meio casal no Souto a Margarida Eanes, por duas vidas, estabelecendo um foro de 1/3 do vinho e do pão, passando a 1/2 do vinho e 1/3 do pão na segunda pessoa, e ainda 1/4 do monte, com a obrigação de cantar em vinha a leira desse meio casal¹⁵⁷⁵ - não só a fração é progressiva e bastante onerosa, como obriga ainda ao plantio de uma nova vinha, constituindo um conjunto de encargos bastante pesado para o enfiteuta. Contudo, o mosteiro duriense não está sozinho, e um ou outro

¹⁵⁷⁰ AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 159.

¹⁵⁷¹ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 282-283, 361-363.

¹⁵⁷² AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 172.

¹⁵⁷³ AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 215.

¹⁵⁷⁴ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, Maço 1, doc. 19.

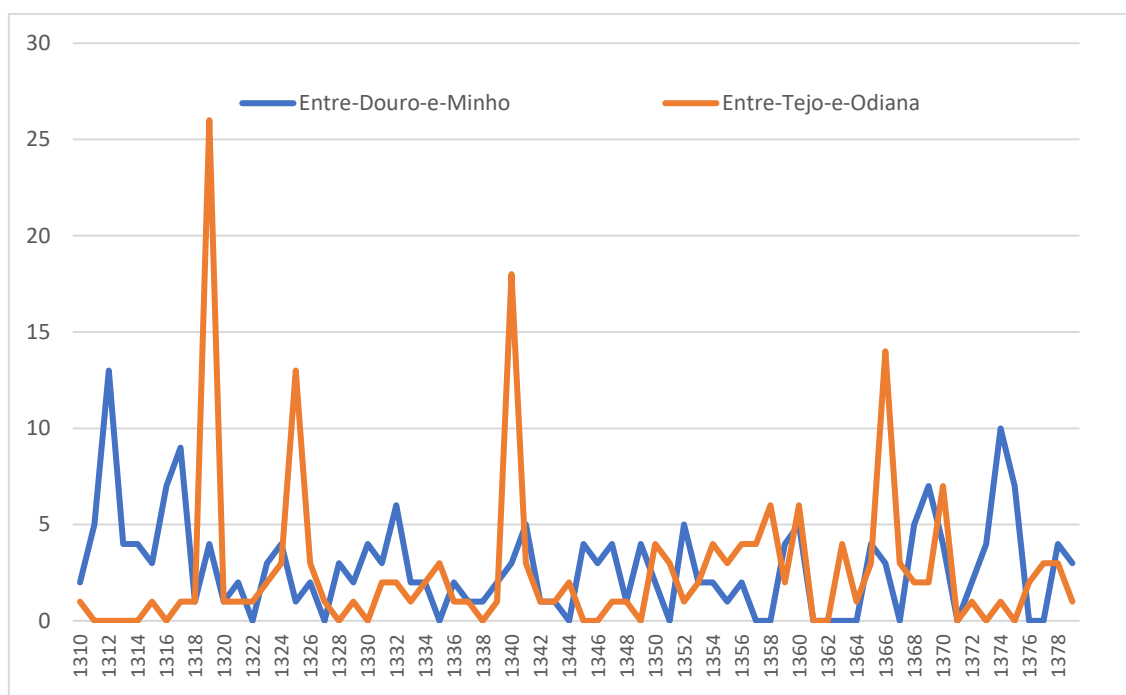
¹⁵⁷⁵ ADP, *Convento de Santo André de Ancêde - Baião*, Livro 2, Tombo 1º de Títulos Velhos, fl. 237v-238.

contrato deste tipo sobrevive noutras instituições, como o mosteiro de Moreira da Maia (em 1360¹⁵⁷⁶).

As notícias sobre vinhas são abundantes, mas a maioria apenas constata a sua existência e a cedência do seu usufruto, não permitindo medir o pulso às alterações da extensão da área dedicada à viticultura. Ainda assim, é útil recolher todos os contratos envolvendo explicitamente vinhas ou a obrigação de as fazer – mesmo que as vinhas não tenham chegado a ser plantadas, o interesse demonstrado pelos senhorios sublinha a importância dada à cultura e legitima a sua presença, apesar da incerteza da concretização da obrigação contratual; incluem ainda os contratos em casais ou quintãs que, não mencionando vinhas, incluem o pagamento de uma fração do vinho aí produzido, revelando uma parcela dedicada à viticultura no imóvel em causa; excluem-se, no entanto, os terrenos explicitamente referidos como tendo sido vinhas em tempos, mas não o sendo mais ao tempo da feitura desses contratos. Procurando manter a coerência dos registos, são incluídos apenas os contratos enfiteúticos e os arrendamentos, incluindo os de bens régios; a inclusão de outras tipologias, como vendas ou escambos, não esclarece de forma direta as questões de produção ou aproveitamento, podendo inflacionar artificialmente a contabilidade documental.

¹⁵⁷⁶ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 12, doc. 3.

Gráfico 103 - Contratos envolvendo vinhas (Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana, 1310-1379)



O gráfico revela uma constância assinalável de (poucas) referências no Entre-Douro-e-Minho, com picos cíclicos, mas é necessário distinguir a proveniências dessas referências. Na década de 1310, a maioria provém de aforamentos de bens régios, onde as rendas em frações de produção são a regra e são meticulosamente descritas, envolvendo vinho na maioria dos casos. Com a monetarização destes contratos, a partir do início do reinado de D. Afonso IV, apenas a nomeação explícita de vinhas (ou no caso em que a vinha constitui o imóvel propriamente dito) nos chega, reduzindo o número de contratos que se sabe que envolveram terrenos vinícolas. Ainda assim, se excluirmos os contratos régios envolvidos, apenas uma minoria – c. 15% - dos quase mil emprazamentos, aforamentos e arrendamentos conhecidos para a comarca nestas sete décadas envolvem explicitamente imóveis dedicados (ou a dedicar) ao cultivo da videira e à produção de vinho.

Promover novas vinhas implicaria ocupar terreno previamente inculto¹⁵⁷⁷ ou dedicado a outros cultivos. A designação habitual de leiras ou campos, atribuída a estes

¹⁵⁷⁷ Um testemunho raro que nos confirma que os terrenos incultos poderiam ser arroteados diretamente para o plantio de vinha é a venda do domínio útil de uma vinha foreira ao Mosteiro de São Simão da Junqueira, na Terra de Faria, em 1310. Esta vinha havia sido recém-plantada, pois o prazo que se vende foi feito em 1306, tendo por base um herdamento em mato, revelando um arroteamento e plantação

terrenos, pode sugerir uma prévia ocupação com cereal, em exclusivo ou em rotação com outras culturas. Por outro lado, as notícias de vinhas destruídas ou mortas, ou de áreas que já estiveram dedicadas a esta cultura, revelam o outro lado da medalha e permitem conhecer uma sucessão de utilizações do solo, ainda que nem sempre seja possível datá-la. As inquirições de 1342-43 revelam vinhas régias espalhadas um pouco por todo o Entre-Ave-e-Lima, quase sem indícios de abandono, sendo as exceções provocadas tanto por razões desconhecidas¹⁵⁷⁸, como por justificações muito concretas¹⁵⁷⁹. Fora deste contexto, são escassas as vinhas destruídas ou perdidas antes da Peste no Entre-Douro-e-Minho.

Ao contrário dos incentivos e obrigações de plantação de novas vinhas, detetáveis tanto antes como depois da Peste, as notícias de vinhas destruídas ou passadas continuam escassas após a epidemia, mesmo com outros eventuais responsáveis à mistura: a perda desta cultura tanto se pode dever ao abandono, à negligência dos criadores de gado, às condições desfavoráveis do terreno, ou também à ação destruidora direta de uma guerra. Temos uma notícia proveniente de Montelongo, em 1365, ainda que, neste caso, os novos foreiros deveriam plantar uma vinha nova noutra local que não aquele onde já a houvera em tempos¹⁵⁸⁰, e outra vinda do Douro, em

algures nos quatro anos que medeiam os dois contratos. ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 12 (Tombo Real, Livro Quinto), nº 59, fl. 64v-67.

¹⁵⁷⁸ A exceção está num grupo de freguesias vizinhas no termo de Guimarães: em São Torcato, o rei tem campos que foram vinhas - tendo a conversão sido para cereal, como revela a renda de 1/6 do pão e respetivas direituras; em São Cosme da Lobeira, uma outra leira do rei havia sido vinha; por fim, em Atães, há um pequeno campo que foi vinha, tal como em Aldão, onde um outro campo foi vinha em tempos. ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 27-29v, 35, 36v-37v.

¹⁵⁷⁹ São duas: a primeira é uma antiga vinha do rei, em Molares, Celorico de Basto, que estava destruída, e o foreiro, Estêvão Eanes, disse que "jazia em logar geadeiro e que poucos eram os anos que vingasse e que a matara a geada e que eram poucos anos que el Rey nem ell dela ouvessem cousa e que depois que assy morrera a dicta vinha" ele fizera lá lavra de pão, que dava mais e melhor, pagando na mesma 1/2 ao rei, como era do vinho; assim, numa reconversão ao cereal, a vinha perdeu-se; o segundo tem justificação em opressões senhoriais: um casal em Fofalha, na freguesia de Souto Maior (Celorico de Basto) havia sido dividido em quatro, tendo uma vinha morta porque Fernando Eanes de Portocarreiro não os deixava lavar nem cultivá-la. ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 117-119, 121-123v.

¹⁵⁸⁰ A Igreja de São Gens de Montelongo empraza, por três vidas, o casal de Argvide da Carreira, com o campo que foi vinha que lá está, a Domingos Domingues e a Margarida Gonçalves, sua mulher, estabelecendo um foro de 8 maravedis velhos, pago em terças no Natal, Páscoa e São João Batista, dois capões por ano, jeira de mão, lutuosa inteira e dois carros de esterco por ano. Os foreiros deviam fazer vinha no conchouso que está a par do outro casal de Argvide, e um moinho no lugar de Lamelas, sem prejuízo das terras em redor, e dar pelo moinho 2 capões por ano. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 34, n.º 35.

1367¹⁵⁸¹. De resto, o próprio *Tombo 1º do Cabido de Braga* apenas nos revela um número exíguo de vinhas transformadas em campos: todas elas estão muito perto da cidade, a menos de 1km da muralha, em todo o aro periurbano, o que indica que a sua destruição ter-se-á dado durante a razia dos arredores da cidade por Henrique II de Castela, em 1369¹⁵⁸².

A vinha estaria um pouco por todo o lado, no Entre-Douro-e-Minho. Nem sempre revelada pela documentação, a sua área não parece variar consideravelmente nesta comarca por causa das vicissitudes da Peste Negra. Incidentes como as razias da I Guerra Fernandina terão sido bastante mais prejudiciais, mas apenas no corredor por onde passaram tropas. Sem dúvida, o valor comercial do vinho torna-o um ativo interessante, ao longo da segunda metade do século XIV, e o desejo do direito de vizinhança do Porto e outros privilégios por parte de mosteiros e igrejas durienses, procurando introduzir os seus excedentes no mercado¹⁵⁸³, revela isso mesmo. Ao contrário do Baixo Mondego, onde Maria Helena da Cruz Coelho demonstrou ter existido um aumento evidente nos contratos envolvendo vinhas na segunda metade do século XIV¹⁵⁸⁴, ou do bispado de Tui, onde Ermelindo Portela da Silva revelou uma muito expressiva retoma da expansão da vinha no mesmo período – ainda que não da superfície total cultivada¹⁵⁸⁵-, os dados para o Entre-Douro-e-Minho são inconclusivos.

No Entre-Tejo-e-Odiana trecentista, a vinha estaria em franca expansão. Os séculos de domínio muçulmano não teriam favorecido particularmente a produção de vinho, ainda que a região tivesse uma história milenar de produção vinícola que recuava ao período romano¹⁵⁸⁶, e a interdição islâmica ao consumo de álcool estaria muito longe

¹⁵⁸¹ Em 1367, Martim Esteves, marceiro, morador no Porto, faz escambo com Martim Bartolomeu e Margarida Eanes, sua mulher, moradores em Vila de Oleiros, recebendo o marceiro uma leira no Chão, um talho de campo que foi vinha, mais um quinhão de soedra, dando em troca a sua leira no Vale de Oisertos - ANTT, *Convento de Santa Clara do Porto*, maço 53, doc. 21, nº2.

¹⁵⁸² Estes campos que foram vinhas estão nas freguesias de São João do Souto, Santiago da Cividade e Santiago da Sé (maioritariamente urbanas) e São Vítor; nesta última freguesia, um campo que foi vinha está junto de Santa Maria-a-Branca, capela bastante próxima da Porta do Souto, e a outro perto de Infias, igualmente próxima do núcleo urbano. ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 31, 32, 35 e 36. Também na freguesia de São Pedro de Maximinos, um dos arrabaldes da cidade, há bouças que foram vinhas: ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 40v.

¹⁵⁸³ Ver capítulo 5.3.

¹⁵⁸⁴ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 155, 171.

¹⁵⁸⁵ PORTELA DA SILVA – *La región del obispado de Tui...*, p. 284-286.

¹⁵⁸⁶ A título de exemplo, e como síntese global e atualizada, veja-se PEREIRA, Pedro Abrunhosa – *O Vinho na Lusitânia*. Porto: CITCEM, Edições Afrontamento, 2017, p. 51-118.

de o ter feito desaparecer na sua totalidade. Com a aproximação do final da Idade Média, o potencial vitivinícola da região começaria a ser explorado com maior intensidade, e todo o século XIV nos fornece abundantes exemplos. O contraste com o Entre-Douro-e-Minho é evidente, como se verifica no gráfico 102. Praticamente metade de todos os contratos enfitêuticos e arrendamentos que nos chegaram da comarca transtagana dizem respeito a vinhas. Os grandes conjuntos que já foram referidos noutros capítulos, em contextos distintos – o de aforamentos da igreja de Santiago de Évora, de 1319¹⁵⁸⁷, e outro semelhante da Ordem de Avis, feito em Elvas em 1340¹⁵⁸⁸ – são totalmente dedicados à concessão do usufruto de vinhas, sublinhando a importância capital do vinho na economia alentejana trecentista. Este investimento não se altera no pós-Peste, mas há uma variável nova: com cada vez mais instituições a juntar-se ao rol da documentação alentejana, e todas possuem vinhas: das igrejas colegiadas urbanas de Évora, Montemor-o-Novo e Elvas¹⁵⁸⁹ à Ordem de Avis, passando pelos bacharéis da Sé de Évora¹⁵⁹⁰, pelas albergarias e confrarias eborenses¹⁵⁹¹, por mosteiros como São

¹⁵⁸⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 12, peça 076, doc. 1-16.

¹⁵⁸⁸ ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, maço 17, n.º 1466, doc. 1-18.

¹⁵⁸⁹ Sobrevivem contratos de vinhas das igrejas de Santiago e São Pedro de Évora, de Santa Maria do Bispo e Santa Maria do Açogue de Montemor-o-Novo, de São Pedro e Santa Maria da Alcáçova de Elvas.

¹⁵⁹⁰ O exemplar sobrevivente mais antigo data de 1332: ASE, *Bacharéis da Sé de Évora*, Fazenda, Escrituras, Maço 1 [número 13 no catálogo de Júlio César Baptista].

¹⁵⁹¹ Nesta cronologia, a Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antão é a responsável por quase todos os contratos sobreviventes. O mais antigo, que nos chegou em resumo quinhentista, data de 1342: ADE, *Fundo da Misericórdia*, Livro 1796 (Acenheiro), fl. 166. A postura da instituição é inequívoca: no mesmo ano, Rodrigo Afonso Raxo e Sancha Domingues, sua mulher, vizinhos de Évora, vendem à dita albergaria uma vinha na Fonte do Guilhéu, no termo de Évora, por 130 libras de dinheiros portugueses. ADE, *Fundo da Misericórdia*, Livro 1796 (Acenheiro), fl. 167v. Também a Albergaria do Corpo de Deus da Sé agia de igual forma, como revela a compra que fez, em 1343, a Martim Eanes e Maria Miguéis, moradores e vizinhos de Évora, de uma vinha no caminho da Fonte da Lama, no termo de Évora, por 115 libras de portugueses. ADE, *Fundo da Misericórdia*, Livro 63, fl. 89-89v.

Bento de Cástris¹⁵⁹² ou de Alcobaça¹⁵⁹³, além de alguns contratos privados¹⁵⁹⁴ e do próprio rei¹⁵⁹⁵.

Assim, também no Entre-Tejo-e-Odiana a vinha não parece ter sido preterida no pós-Peste, o que não significa que algumas não tivessem sido abandonadas ou destruídas. Tal como no Entre-Douro-e-Minho, há notícias deste tipo, e algumas antecedem 1348: há notícias de vinhas mortas em, 1335¹⁵⁹⁶, 1339¹⁵⁹⁷, 1356¹⁵⁹⁸, 1357¹⁵⁹⁹, 1362¹⁶⁰⁰, 1363¹⁶⁰¹, e de chãos e campos que foram vinhas em 1346¹⁶⁰², 1368¹⁶⁰³, 1375-6¹⁶⁰⁴ e 1379¹⁶⁰⁵. Os números, comparados com a quantidade de vinhas mencionadas tanto nos contratos, como noutros tipos de documentação, são residuais. Apenas podem ser diretamente relacionadas com a Peste Negra as vinhas mortas referidas em 1356, podendo os casos de 1357 e 1362 estar ligados de alguma forma. Assim, a vinha terá

¹⁵⁹² O contrato enfiteutico mais antigo desta instituição que envolve vinhas data de 1354: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 137.

¹⁵⁹³ No caso das vinhas, apenas temos um exemplo anterior à Peste Negra: ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, maço 46, n.º 1184 (5).

¹⁵⁹⁴ O mais antigo contrato privado que nos chegou é aquele em que Afonso Martins afora a Abril Eanes e a Margarida de Portel, sua mulher, uma courela de herdamento no lugar a que chamam Valcovo, estabelecendo um foro de 25 soldos, devendo fazer nele boa vinha e pagar o foro em cada Natal, a partir do Natal de 1337. ASE, *Bacharéis da Sé de Évora*, Fazenda, Escrituras, Maço 1 [número 19 no catálogo de Júlio César Baptista]; um outro exemplo muito interessante, datado de 1352, é o do aforamento perpétuo que Constança Martins, regateira, moradora e vizinha de Évora, faz a Lopo Afonso Caeiro e a Brásia Domingues, sua mulher, moradores em Évora, de duas vinhas em Valcovo, termo de Évora, estabelecendo um foro de 3 libras e 15 soldos, pago no São Martinho. ASE, *Bacharéis da Sé de Évora*, Fazenda, Escrituras, Maço 1, [número 2 no catálogo de Júlio César Baptista, com um lapso na datação].

¹⁵⁹⁵ Com exemplos pertencentes a todos os reinados incluídos na cronologia em estudo, menos D. Fernando. Aqui, limito-me a referir um por monarca: ANTT, *Chancelaria Régia*, Chancelaria de D. Dinis, Livro 4, fl. 84v; *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. I, doc. 247, p. 267-268; *Chancelaria D. Pedro I*, doc. 1159-1163, p. 553-555.

¹⁵⁹⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 20, peça 002.

¹⁵⁹⁷ Esta notícia de vinhas queimadas e decepadas pelos castelhanos é claramente consequência do conflito que opôs os reinos português e castelhano pouco antes. ANTT, *Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa*, 2.ª incorporação, cx. 9, n.º 76.

¹⁵⁹⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11, peça 042, doc. 001.

¹⁵⁹⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15, doc. 057-003.

¹⁶⁰⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 23, peça 038.

¹⁶⁰¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 24, peça 036.

¹⁶⁰² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 21, doc. 035.

¹⁶⁰³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 19, doc. 001-010.

¹⁶⁰⁴ É muito expressivo o nome da herdade das Vinharias Mortas, no termo de Castro Verde, que, em 1375, não teriam qualquer vinho, sendo chão lavradio onde se semeava pão; há a referência a outras herdades de pão que foram vinharia ou se chamam Vinharia no termo da mesma vila. *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 101, 108, 109, 111, 115.

¹⁶⁰⁵ BPE, *Convento de São João Evangelista de Évora*, Livro 7, f. 17 e 23; BPE, *Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos*, Livro 12, peça 15; BPE, *Convento de Nossa Senhora do Espinheiro*, Livro 6, peça 332.

continuado a ocupar o seu lugar privilegiado na agricultura alentejana depois da Peste, provavelmente reforçada pelo crescente interesse comercial do vinho.

Feito este percurso pela vinha no Entre-Douro-e-Minho e no Entre-Tejo-e-Odiana, tanto antes como depois da Peste Negra, a vitivinicultura não parece ter perdido espaço com a epidemia, e muito menos ter sido preterida a favor de outra cultura ou da criação de gado. Outros fatores, meramente locais ou regionais, naturais ou humanos, explicam as eventuais vinhas perdidas, que nunca representam mais do que uma pequena minoria das vinhas referidas na documentação. Também aqui a Peste Negra poderá ser absolvida.

No que respeita às culturas cerealíferas, cuja importância central na vida de todos os homens de todos os tempos é sobejamente conhecida, o cenário é menos conclusivo. Contrastando fortemente com os riquíssimos registos das reservas senhoriais inglesas¹⁶⁰⁶, que permitem perceber que a área dedicada a certos cereais cai significativamente em algumas regiões, subindo noutras, com diferentes dinâmicas do trigo, da cevada e do centeio, sobretudo, em Portugal, e nas duas comarcas em estudo, não temos como aceder a dados deste tipo, restando apenas alguns escassos e indiretos. A realidade inglesa, por outro lado, é demasiado distinta da portuguesa para que esses modelos possam ser comparados: à prevalência, na primeira, das reservas senhoriais sobre as áreas em exploração indireta, da competição sobretudo entre o cultivo de cereais e a criação de gado ovino, para produção de lã, mas também carne e laticínios, da quase inexistência de vinicultura, desfavorecida pelo clima, juntam-se ainda a Grande Fome de 1315-18, que parece ter poupado a Península Ibérica, e o envolvimento dos ingleses na primeira fase da chamada Guerra dos Cem Anos; são apenas alguns dos fatores centrais que nos deixam órfãos de um bom modelo comparativo entre uma das regiões europeias mais bem documentadas e Portugal.

O Entre-Douro-e-Minho não tem o clima e o terreno ideais para o cultivo de trigo, mas os cereais de segunda complementavam esta lacuna. A realidade regional estaria já estabelecida há muito, pelo que a análise levada a cabo por Iria Gonçalves para a produção cerealífera do Entre-Douro-e-Minho permanece perfeitamente enquadrada

¹⁶⁰⁶ CAMPBELL, Bruce M. S., - Matching supply to demand: crop production and disposal by English demesnes in the century of the Black Death. *Journal of Economic History* 57 (1997), p. 832-839.

na região, nas vésperas da Peste¹⁶⁰⁷. O que podemos saber sobre o movimento de expansão ou regressão destas culturas? O movimento arroteador do Entre-Douro-e-Minho estaria essencialmente terminado no século XIV, com o processo a concentrar-se nos séculos XII e XIII, tal como aconteceu no sul da Galiza¹⁶⁰⁸. A abertura de novas arroteias é esporádica, mas, por norma, responde a circunstâncias locais muito concretas¹⁶⁰⁹. No Entre-Tejo-e-Odiana, nada nos leva a crer que a Peste Negra tenha contribuído para diminuir o interesse ou o empenho no cultivo dos cereais – a vinha já ocupava um lugar de destaque, que mantém – e não parecem ser concorrenciais numa região tão vasta. Remetendo para a documentação vinícola, é difícil perceber se as vinhas são plantadas em detrimento das culturas cerealíferas – podem sê-lo em terrenos arroteados, em prados, etc. – e os solos favoráveis a uma podem não o ser para outra. Teoricamente, quase todas as unidades agrícolas teriam pelo menos uma parte de cultura cerealífera, e talvez por isso as referências diretas são escassas. Os contratos enfiteúticos e de arrendamento que preveem rendas em frações de produção informam-nos da sua omnipresença e, por vezes, de que espécies e até variedades se trata. Mas dificilmente nos oferecem dados relevantes sobre a área coberta pelas culturas, e ainda menos sobre a variação dessa área, independentemente dos fatores.

A cultura oleícola é residual no Entre-Douro-e-Minho: há apenas um conjunto muito pequeno de referências a olivais entre 1310 e 1379¹⁶¹⁰. Esta raridade, fruto do clima e terreno menos propício à produção de azeite, mantém-se, preservando a escassez de olivais, e até de oliveiras isoladas, já verificável nas inquirições do século XIII¹⁶¹¹, e confirmada pelas de D. Afonso IV neste território¹⁶¹².

¹⁶⁰⁷ GONÇALVES, Iria – *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: CITCEM. Edições Afrontamento, 2012, p. 88-103.

¹⁶⁰⁸ PORTELA DA SILVA – *La región del obispado de Tuy...*, p. 103-171.

¹⁶⁰⁹ Relembre-se o caso apresentado no subcapítulo 4.1 da arroteia antiga, recuperada pela população após os seus casais terem sido cobertos por areia das movimentações dunares.

¹⁶¹⁰ Uma delas é perfeitamente accidental, por se tratar de um documento redigido, em 1324, no olival do Mosteiro de Carvoeiro, na terra de Aguiar de Neiva: ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 158; a outra, datada de 1342, diz respeito à venda de um olival entre privados, em Entre-os-Rios: ANTT, *Convento de Santa Clara do Porto*, maço 53, doc. 14.

¹⁶¹¹ GONÇALVES – *Por terras de Entre-Douro-e-Minho...*, p. 78-79.

¹⁶¹² A ausência de referências a oliveiras ou olivais é total entre os bens régios da região. ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1.

Por outro lado, temos alguns dados mais concretos no Entre-Tejo-e-Odiana trecentista. Elvas parece ser, nesta centúria, a área onde a cultura do olival recebe mais atenção ou, pelo menos, onde tem um maior peso relativo para as instituições locais¹⁶¹³. Frequentemente associados a vinhas, os olivais ocupavam boa parte do aro em torno da vila raiana, como já havia salientado Fernando Branco Correia, revelando uma cultura com raízes antigas e que em nada parece ter sido afetada pelas vicissitudes da Peste Negra, mantendo-se este traço da paisagem até aos dias de hoje¹⁶¹⁴. Nas derradeiras décadas em estudo, surge um pequeno grupo de referências provenientes do termo de Montemor-o-Novo¹⁶¹⁵, assim como um testemunho solitário de 1364, proveniente do arrendamento de um olival em Vila Nova a par de Alvito¹⁶¹⁶. Em Évora as menções surgem sobretudo a partir do final do século XIV, já fora do nosso âmbito cronológico, e o olival será sempre o elo menor na associação vinha-olival¹⁶¹⁷. A natureza das fontes não nos permite concluir se este aumento é fruto do maior volume documental preservado, ou se se trata de uma aposta concreta nesta cultura, mas é claro que a importância desta cultura a nível regional, e o seu peso na produção nacional e no comércio de azeite, estava muitíssimo distante da região de Coimbra e do Mondego, por exemplo¹⁶¹⁸.

Além da troca ou manutenção de culturas preferenciais, há indícios de que alguns agricultores poderão ter optado por mudar de atividade, sem um abandono radical. A transferência de mão-de-obra agrícola para a ‘prestação de serviços’ poderá ter posto em causa parte do território cultivado. Mesmo estando já fora das áreas em estudo, vale a pena olhar para o que dizem sobre isto os procuradores de Lamego às Cortes de Lisboa de 1352: no capítulo 6º, os procuradores lamecenses afirmam que a terra era mal lavrada, porque muitos dos que lavravam com bois venderam-nos e compraram bestas,

¹⁶¹³ São seis as referências documentais a olivais elvenses, distribuídas antes e depois da Peste, entre 1339 e 1351, sem qualquer referência ao seu estado de conservação, à necessidade de serem aumentados ou a plantações recentes. Em parte, estão associados a vinhas, e parecem situar-se todos nas imediações do centro urbano: AHME, *Pergaminhos da Colegiada de São Pedro de Elvas*, nº 60, 61 e 63; ADPTG, *Convento de São Domingos de Elvas*, Armário dos pergaminhos, nº 41; AHME, *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, nº 4 e 5;

¹⁶¹⁴ BRANCO – *Elvas na Idade Média...*, p. 307.

¹⁶¹⁵ Estas quatro referências surgem entre 1361 e 1377: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, peça 036; Pasta 22, peça 005; pasta 23, peças 020 e 044.

¹⁶¹⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 4, peça 009.

¹⁶¹⁷ BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 352.

¹⁶¹⁸ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 172-181.

com as quais diziam fazer muito mais dinheiro do que a lavrar com bois, mesmo depois de as justiças locais terem insistido que recomprassem bois e retomassem a lavoura¹⁶¹⁹; o rei manda que sejam constrangidos a voltarem às suas ocupações prévias, mas o sucesso desta determinação é difícil de apurar. Aparentemente, estes lavradores preferiam realizar fretes e obter rendimentos mais interessantes a partir de bestas de carga, mas passava-se muito mais do que isto em Lamego (com maior impacto, por certo), como os capítulos seguintes revelam: abusos de bandos, com consequências diretas na manutenção de terras agrícolas, com bois a morrer de fome devido ao esbulho constante feito aos seus proprietários, ou o despovoamento da cerca lamecense.

A análise destas sete décadas não parece revelar uma alteração nas culturas predominantes nas duas regiões em estudo por causa dos efeitos da Peste Negra. Primeiro crescendo, e a área vinícola mantém-se depois, ao longo do tempo, tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana. Mesmo com este crescente interesse na produção de vinho, o cereal não parece perder a sua primazia, e nenhuma das restantes culturas parece significativa o suficiente para se intrometer neste grande binómio. Houve variações, por certo, dificilmente mensuráveis, e a quebra da população após a Peste Negra terá, sem dúvida, contribuído para um abandono de muitas áreas cultivadas, ainda que a maioria tenha sido reocupada ao longo dos anos seguintes. O novo ciclo bélico, iniciado em 1369, terá contribuído para destruições graves, mas localizadas, como aquelas que se verificam nos arredores de Braga, sobrepondo-se às responsabilidades que as epidemias pestíferas poderão ter tido. Porém, se não é possível notar um recuo do elemento humano no território devido à Peste Negra, como se demonstrou no subcapítulo anterior, também não é possível atribuir à Peste Negra um papel inequívoco na manutenção ou alteração de culturas preferenciais nas décadas que se seguem a 1348.

¹⁶¹⁹ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV...*, p. 139-149. Este mesmo artigo havia já chamado a atenção de Luís Miguel Duarte em DUARTE, Luís Miguel – “Tomar o pão dos coitados”. Para repensar a crise do século XIV em Portugal. In GARRIDO, Álvaro, COSTA, Leonor Freire, DUARTE, Luís Miguel (orgs.), *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. Coimbra: Edições Almedina, 2012, p. 251.

11.3 – Valorização da criação de gado?

Como vimos anteriormente, os bovinos ibéricos não parecem ter sido afetados de forma alguma pela destruidora peste bovina que dizimou o gado *vacum* além-Pirenéus. Também não há notícias que sugiram epizootias frequentes entre o gado ovino, como parece ter acontecido com alguma frequência em Inglaterra¹⁶²⁰.

Uma das reações do tecido produtivo rural em algumas regiões afetadas pela Peste, motivada pela diminuição acentuada de mão de obra disponível, seria a da reconversão de paisagens agrícolas em territórios de pastagem e criação de gado. Em Inglaterra, a súbita abundância de terras face ao decréscimo de braços para as cultivar acabou por favorecer a crescente atividade pecuária inglesa, sobretudo a criação de ovinos, cuja lã era cada vez mais canalizada para o próspero comércio marítimo desta matéria-prima. A produção de lã com fins de consumo doméstico, mas também de comércio interno e até alguma exportação – ainda que insignificante se comparado com os grandes centros produtores europeus e até com a indústria castelhana -, foi estudada por Joana Sequeira na sua tese de doutoramento. Os dados recolhidos pela autora, porém, não sugerem uma influência direta da Peste Negra num eventual incremento de produção, ainda que esta pareça crescer ao longo do final do século XIV e todo o século XV¹⁶²¹.

Se esta maior notoriedade se deve simplesmente ao aumento da documentação, ou se há um crescimento real, é difícil dizer. Por outro lado, uma reação distinta da inglesa, mas muito influenciada por circunstâncias únicas causadas pela sua geografia, é o caso islandês, onde a quebra demográfica provocada pelas pestes quatrocentistas – a ilha não foi atingida pela Peste Negra e pelas suas primeiras sucessoras - foi acompanhada não só pela redução da atividade agrícola, como também da criação de gado¹⁶²². Como em tantos outros domínios, a realidade portuguesa – ou realidades regionais – responderá também a padrões próprios. No caso do Entre-Douro-e-Minho, a relação simbiótica entre explorações agrícolas relativamente pouco extensas e pequenos

¹⁶²⁰ MATE - Agrarian economy..., p. 344.

¹⁶²¹ SEQUEIRA, Joana Isabel - *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 2014, p. 39-49.

¹⁶²² STREETER, Richard; DUGMORE, Andrew J.; VÉSTEINSSON, Orri - Plague and landscape resilience in premodern Iceland. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 109:10 (2012), p. 3664–3669. doi:10.1073/pnas.1113937109.

conjuntos de gado¹⁶²³ parece manter-se no essencial, como sugere a aparente manutenção da maioria dos casais e principais explorações agrícolas, e a ausência de notícias de conversão daquelas que estavam desocupadas em pasto permanente.

É no Entre-Tejo-e-Odiana, sobretudo no Baixo Alentejo, que esta realidade poderá ter sido sentida. Privados de parte da já escassa mão-de-obra necessária para a manutenção tanto de culturas cerealíferas, como vinícolas, é possível que os proprietários transtaganos tenham apostado ainda mais na criação de gado, mormente no gado bovino. As referências, porém, mantêm-se escassas depois da Peste, como o eram antes. A normativa municipal contra o *gado do vento*, ou qualquer outro gado encontrado em terrenos produtivos alheios, vem de muito antes da Peste e mantêm-se razoavelmente na mesma após a epidemia. As coimas deste tipo estão presentes em quase todos os foros e costumes do século XIII, tanto de vilas alentejanas, como comunicados a elas¹⁶²⁴. A especificidade dos costumes de Beja, por exemplo, revela casos práticos sobre o “gado que passa” na vila, circulando dentro do reino ou para fora dele, revelando movimentos de transumância muito anteriores à Peste¹⁶²⁵. Mas esta normativa não se limita aos costumes ancestrais. Em 1321, por exemplo, D. Dinis confirma a postura feita pelo concelho de Castelo de Vide, proibindo que qualquer gado

¹⁶²³ Um exemplo muito interessante é o que nos é fornecido pelo inventário que o Cabido de Braga faz ao tomar posse da quintã de Penso, na freguesia homónima do couto de Braga, que lhe ficara por morte de Egas Lourenço, seu antigo chantre. Datado da véspera de Natal de 1331, o inventário inclui as seguintes coisas e animais: três porcos cevados e duas porcas, cinco porcos machos por cevar, 25 patas, 28 entre carneiros e ovelhas, um boi e cinco almalhos, cinco vacas, entre grandes e pequenas; um escano que servia no alpendre desde contra a vinha; abriram uma casa que está sobre a adega e acharam uma tinalha com peça de painço, uma tinalha com lã, uma arca com milho, um tanho cheio de favas, outro tanho pequeno cheio de favas, uma cuba com milho, uma cuba com pouco centeio, um tanho com pouca aveia em que jaziam cinco talhadores e oito escudadas (?), duas masseiras pequenas com pouco painço, uma bacinha e um aguamil; na adega encontraram três cubas vazias e uma tinalha, uma cuba cheia de vinho velho, outra cuba com vinho de brolha pera (?) e havia aí peça de arcos; no paço, encontraram cinco tábuas e madeiros outros, acharam no sobrado de cima cinco almadraques de lã e três cabeceiras (?) também de lã e duas de pena, duas colchas de algodão, dois faceirós (?) e dois lençóis, uma arca pequena e uma tábua que servia (?) como fundo sob esse sobrado; um escano e dois madeiros que serviam (?) no alpendre dianteiro; um escano grande que servia (?) na casa dianteira. Mandaram depois a Pedro Domingues, morador na dita quintã, que cuidasse bem dela e que lá ficasse pela mão do Cabido. ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 228.

¹⁶²⁴ Estão presentes nos foros e costumes de Santarém, que depois foram também comunicados a Vila Nova a par de Alvito, Oriola e Borba, e nos de Évora, partilhados depois com Portel, Garvão, Terena e Alcáçovas. No caso escalabitano, prevê-se coimas em pão para os proprietários dos animais que provoquem danos, com importância decrescente das bestas para o gado bovino, e finalmente porcos, ovelhas e cabras; no caso do gado do vento, determina-se que seja apregoado no próprio dia, mas o gado perdido deve ser restituído sem coimas ao seu proprietário: *PMH – Leges*, II, p. 22-23; em Beja, o gado perdido seria apregoado no próprio dia: *PMH – Leges*, II, p. 52;

¹⁶²⁵ *PMH – Leges*, II, p. 57.

entre nas vinhas no inverno nem no verão, sob pena do pagamento de 60 soldos por manada, ou 5 soldos, por uma cabeça só, com a maior parte a reverter para o dono da vinha e outra para o jurado que encontrasse o gado nessas vinhas¹⁶²⁶. O Campo de Ourique, sem dúvida uma das zonas do reino onde a densidade humana era mais baixa, era a região ganadeira por excelência, e assim permanece após a Peste, como se verá¹⁶²⁷.

Um possível crescimento da importância da criação de gado ao longo da segunda metade do século XIV pode responder perante outros fatores que não a depressão demográfica provocada pela Peste Negra e pelas suas sucessoras. Nas zonas próximas da fronteira com a Coroa de Castela, sobretudo durante o longo ciclo de conflitualidade com o reino vizinho que se arrasta, com breves intervalos, de 1369 a 1411, a possibilidade permanente de destruição de plantações e terrenos agrícolas poderia tornar o gado um investimento menos arriscado e mais atrativo:¹⁶²⁸ se é verdade que as crónicas relatam com frequência o roubo de gado, também é verdade que se trata de um ativo e de um capital que, com a devida notícia atempada, se pode mover e resguardar, ao contrário de grandes searas de trigo ou centeio, ou vinhas. Por outro lado, durante os períodos de paz, os movimentos de transumância transfronteiriços seriam um fator positivo de incentivo que não se pode negligenciar. O contrabando é uma realidade ancestral e as constantes referências que a ele são feitas em cortes, leis e posturas confirmam a sua perenidade¹⁶²⁹.

Há ainda um outro fator que não pode ser esquecido: as condições meteorológicas eram adversas com grande frequência. Se anos particularmente secos,

¹⁶²⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 136.

¹⁶²⁷ A preciosa inquirição aos bens régios em Padrões, Almodôvar e Castro Verde vai dando sinais dessa hegemonia local. Em primeiro lugar, as referências ao cultivo da cevada são frequentes, quase tanto como as de trigo. Depois, é frequente ouvir inquiridos dizer que certa herdade é má para pão e traria muito mais proveito se fosse dedicada à criação de gado: *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 112, 130, 153, 175.

¹⁶²⁸ Algo de semelhante se passa em Inglaterra, neste mesmo período, nas áreas fronteiriças expostas a ataques frequentes de escoceses e galeses: CAMPBELL - *A Fair Field Once Full of Folk...*, p. 64.

¹⁶²⁹ DUARTE, Luís Miguel - Contrabandistas de gado e "Passadores de cousas defesas" para Castela e "Terra de Mouros". *Revista da Faculdade de Letras: História* II:15 (1998), p. 451-474; ---- O gado, a fronteira, os alcaides das sacas e os pastores castelhanos. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Á. (ed.), *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*, 3. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, 1999, p. 125-146; DUARTE, Luís Miguel - O comércio proibido. In RAMOS, Luís Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins, POLÓNIA, Amélia (coords.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2001, vol. I, p. 407-424.

como aqueles que aconteceram amiúde antes e depois da Peste, impedem boas colheitas de cereal e afetam a produtividade do vinho, impedem igualmente um crescimento significativo do número de cabeças de gado, cujas necessidades de pasto ou produção de forragens não poderiam ser suprimidas, sobretudo por as principais áreas ganadeiras serem também as mais secas e expostas a este tipo de problemas. Antes mesmo da Peste, temos sinais de que, em algumas áreas muito próximas do Entre-Tejo-e-Odiana, o número de cabeças de gado poderia estar já a ultrapassar um certo limiar de sustentabilidade, obrigando a que a subsistência do gado de alguns obrigue ao sacrifício do de outros¹⁶³⁰. Após a Peste Negra, as notícias sobre gado permanecem escassas mesmo em terras alentejanas, não acusando uma expansão importante. Porém, há um elemento que aponta para um crescimento geral da criação de gado no reino: incluída na *Lei das Sesmarias*, está uma “ordenação sobre os gados”, onde o rei procura limitar o aproveitamento económico do gado que não se traduza igualmente em cultivo¹⁶³¹. Porém, a extensão curta do texto não é clara sobre a necessidade de introduzir novas medidas motivadas por um aumento do problema, ou se se trata apenas de sistematizar medidas avulsas que foram sendo promulgadas ao longo de décadas.

A manutenção de coutadas, por exemplo, reduzia consideravelmente a área disponível para o pasto de gado que não o do proprietário privilegiado, retalhando ainda mais os corredores de circulação e manutenção de gado, sendo mais um obstáculo para a criação de bovinos, ovinos e caprinos. Sabemos da existência de mestas no Baixo Alentejo, nas imediações de Beja, onde o rei ficaria com o gado do vento por reclamar¹⁶³², mas pouco mais do que isso. Queixas motivadas por esta questão serão constantes em cortes e na chancelaria, sobretudo nos reinados de D. Pedro I e D. Fernando. Nas Cortes de Leiria de 1372, os procuradores do povo, no seu 18º capítulo,

¹⁶³⁰ Em Agosto de 1338, D. Afonso IV proíbe quaisquer gados, sejam vacas, ovelhas, porcos ou outros, provenientes dos reguengos, cavaleiros de Santarém ou de outra proveniência, de entrarem na herdade no Reguengo de Alpiarça, termo de Santarém, entre o São João de junho e 1 de janeiro, todos os anos. Esta interdição é feita após Pedro Eanes, escrivão da dízima régia na Ribeira de Santarém, que tem esta herdade, se queixar de que os seus gados e bestas morriam em grandes números, todos os anos, porque entravam na sua herdade com gados, consumindo todo o pão, erva, e lavando patos, galinhas e outros bens, arruinando essa herdade. *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. II, doc. 114, p. 210.

¹⁶³¹ RAU – *Sesmarias Medievais...*, p. 273-274.

¹⁶³² *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 179, 185, 193, 200 e 207.

pedem ao rei que venda algum do seu gado, por ser muito e provocar danos e até mortes de homens, pedindo-lhe que o leve para o Campo de Ourique, "que é terra mais larga"; o rei diz não vender, mas promete levar o gado para o Campo de Ourique¹⁶³³. Se este artigo nos revela que o rei possuía uma grande quantidade de gado, também permite saber que esse gado estaria espalhado por vários locais e que os procuradores do povo consideravam o Campo de Ourique como o local para guardar números tão elevados de cabeças de gado. Trata-se de uma fonte de rendimento e de um capital que teria um peso muito relevante nas finanças régias, que não podemos quantificar mas devemos destacar, face à sua tradicional omissão. Quanto a sabermos se a Coroa possuía mais ou menos animais do que nos 10, 20 ou 30 anos antes, nada se poderá acrescentar.

Seria útil tentar regressar à questão dos preços, mas a escassez de dados para os valores dos animais, sobretudo do gado bovino, não permite uma leitura correta das eventuais flutuações: um aumento de preço poderia provocar um aumento de criação, motivada pela perspectiva da obtenção de mais rendimento por cabeça, numa espiral positiva como parece ser a do vinho até ao final do século XIV; por outro lado, o aumento considerável de animais, face a uma população humana em recuperação mais lenta, acabaria por ter um efeito deflacionista no valor dos animais.

Recordando o clássico trabalho de Maria José Lagos Trindade, dedicado ao pastoreio medieval português, a pecuária e a exploração de certos produtos derivados era essencial em diversas regiões, e carecia de condições para atravessar outras¹⁶³⁴. Não está em causa a importância da atividade, mas sim a influência direta que a Peste possa ter exercido nela e, tal como na questão das culturas preferenciais, não é clara qualquer influência do impacto e das consequências da Peste Negra no eventual crescimento da criação de gado, mormente bovino. As secas que Portugal terá experimentado ao longo da década de 1350, e novamente na de 1370, assim como as Guerras Fernandinas, poderão ter hipotecado em parte o potencial de crescimento desta atividade, sem dúvida importante, mas dificilmente mensurável através da documentação. Se parece haver uma certa reconversão de terras de pão e vinho em pastagens e um maior

¹⁶³³ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando...*, I, p. 123-136.

¹⁶³⁴ TRINDADE, Maria José Lagos – A Vida Pastoril e o Pastoreio em Portugal nos séculos XII-XVI. In TRINDADE, Maria José Lagos, *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Conselho Diretivo da Faculdade de Letras de Lisboa; Cooperativa Editora – História Crítica, 1981, p. 3-95.

interesse no negócio do gado alvures em meados da década de 1370, são numerosos os fatores que concorrem para esse processo; os fatores condicionantes ou promotores desta dinâmica produtora e comercial serão alheios à Peste Negra.

11.4 – Uma expansão urbana sensível?

Um dos modelos clássicos das consequências demográficas e socioeconómicas da peste assenta num eventual êxodo rural, que terá levado muitos às cidades e deixado muitas terras por trabalhar. Como foi dito anteriormente, hoje essa imagem está matizada, em parte, sabendo-se que muitas áreas rurais se despovoaram não porque a população local migrou para uma cidade esvaziada pela peste, mas porque a peste foi igualmente – ou até mais – letal nos campos. A realidade do espaço cristão parece ser marcada mais por um esvaziamento tanto da cidade, como do espaço rural. Para encontrarmos exemplos expressivos de cidades que receberam refugiados rurais, cuja mudança se deve direta ou indiretamente à Peste, devemos olhar sobretudo para o espaço islâmico, onde o Cairo – já pesadamente afetado pela Peste Negra – se vê inundado por uma vaga de trabalhadores rurais que buscam remédio para a sua ruína e, um tanto paradoxalmente, mantimentos que o seu trabalho no campo já não consegue prover, devido à disrupção do velho equilíbrio egípcio de produção e distribuição¹⁶³⁵.

Falar de cidades na Idade Média portuguesa obriga a um redimensionamento, face à realidade europeia e mediterrânica. Nenhum núcleo urbano português se aproximava da dimensão das grandes cidades da Cristandade ou do Islão, seja Paris, Londres, Sevilha, Florença, Constantinopla, o Cairo ou Damasco. Em meados do século XIV, só Lisboa teria uma população cujo valor atingiria os cinco dígitos, muito longe dos talvez 200 000 habitantes que Paris teria no princípio do século¹⁶³⁶, ou dos 120 000 que Florença teria por volta de 1325¹⁶³⁷. Outras cidades europeias mais modestas poderão constituir um

¹⁶³⁵ DOLS – *The Black Death in Middle East...*, p. 163-164; DOLS, Michael W. - The general mortality of the Black Death in the Mamluk Empire. In UDOVIYCH, A. (ed.), *The Islamic Middle East, 700-1900*. Princeton: The Darwin Press, 1981, p. 397, 418; BORSCH – *The Black Death in Egypt...*, p. 49-50; BORSCH, Stuart; SABRAA, Tarek – Refugees of the Black Death: Quantifying Rural Migration for Plague and other environmental disasters. *Annales de Démographie Historique* 2017 :2 (2017), p. 63-93.

¹⁶³⁶ CAZELLES, Raymond - La population de Paris avant la peste noire. *Comptes Rendus des Séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 110 :4 (1966), p. 539-50.

¹⁶³⁷ Florença, de resto, experimentou um crescimento absolutamente explosivo entre os séculos XII e XIV. Começando com uma população de c. 10 000 habitantes no século XII – algo que não estaria

termo de comparação mais eficaz. Albi, por exemplo, poderá ter perdido metade da sua população de c. de 10 000 habitantes na Peste Negra, que não foram compensados por contingentes provenientes dos campos em redor da cidade nos anos seguintes¹⁶³⁸. Curiosamente, isso parece tê-la tornado uma cidade mais rica *per capita*: os cadastros fiscais da cidade occitânica de antes (1343) e depois (1357) da Peste revelam uma fortuna global da população semelhante, para metade dos habitantes, com uma distribuição menos díspar e um com uma redução real e relativa do número de menos abastados¹⁶³⁹.

O despovoamento urbano e rural também parece conduzir a caminhos distintos entre essas áreas: no caso de Teruel, na Coroa de Aragão, a percentagem de *pobres* – ou seja, pessoas reconhecidamente incapazes de pagar impostos - na cidade e no seu termo rural passou de 33,7% (cidade) e 13,6% (campo), em 1342, para 10,4% (cidade) e 20,7 % (campo), em 1385. J. C Russel entende que esta diferença expõe o despovoamento da cidade, na qual os pobres teriam sido mais atingidos, por um lado, e o do campo, onde a mortalidade afetou o modelo agrário e desequilibrou os sistemas de produção, empobrecendo sobreviventes¹⁶⁴⁰; será necessário matizar esta assunção, mas trata-se de uma leitura interessante e que merece a nossa atenção num eventual cenário de expansão urbana no Portugal da segunda metade do século XIV, tendo sempre em conta que o próprio caso de Teruel é complexo e admite hipóteses muito variadas.

Falando concretamente de alguns núcleos urbanos das regiões em estudo, os centros urbanos destacados não seriam numerosos. No *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, os autores apenas incluem quatro urbes do Entre-Douro-e-Minho – Guimarães, Braga, Porto e Ponte de Lima – e uma alentejana – Évora – entre o lote de

absurdamente longe de uma cidade como Lisboa, no mesmo período, por exemplo -, cresceu pelos menos 12 vezes mais em século e meio. DAY, W. R. - The population of Florence before the Black Death: survey and synthesis. *Journal of Medieval History* 28 (2012), p. 93–129. Este artigo de W. R. Day tem ainda a vantagem de recolher criticamente os valores e métodos de especialistas anteriores que se debruçaram sobre o assunto, com David Herlihy à cabeça.

¹⁶³⁸ PRAT – Albi et la peste noire..., p. 17, 25.

¹⁶³⁹ PRAT – Albi et la peste noire..., p. 22-25

¹⁶⁴⁰ RUSSELL, Josiah C. - Effects of pestilence and plague, 1315-1385. *Comparative Studies in Society & History* 8:4 (1966), p. 464-73.

dezanove cidades e grandes vilas incluídos¹⁶⁴¹. Creio que os critérios que presidem a esta seleção, no caso minhoto, fazem todo o sentido para o período em estudo, mas o território alentejano poderá ainda incluir outros núcleos, adiante individualizados.

Comecemos por Braga: segundo os cálculos de José Marques, o núcleo urbano bracarense teria 1745 habitantes (349 fogos a 5 habitantes/fogo) em 1477, subindo para 3575 habitantes em 1514¹⁶⁴², em plena revolução urbana promovida pelo arcebispo D. Diogo de Sousa; a área muralhada pouco ultrapassaria os 15 hectares¹⁶⁴³, com várias áreas não edificadas, mas com vários arrabaldes construídos imediatamente ou nas proximidades das muralhas, que poderiam acrescentar mais uns 10 hectares de área urbanizada. Esses valores populacionais traduzir-se-iam ainda assim, numa notável – e provavelmente exagerada - densidade que poderia atingir os 14 000 habitantes/km². Se aceitarmos um valor de 4 habitantes/fogo para a realidade bracarense (apenas um entre os muitos que têm sido usados), – onde abundariam os clérigos residentes e muitos dos seus servidores viveriam fora da cidade ou em habitações próprias que contam por si mesmas -, os valores descem para quase 1400 em 1477 e para 2860 em 1514; se admitirmos que a Peste Negra provocou uma queda que se perpetuou ao longo do século seguinte e só se assistiu a uma recuperação a partir dos últimos anos do século XV, creio que não deveremos assumir um valor superior a 3000 habitantes para Braga nas vésperas da Peste. Variações possíveis, mas sempre conjeturais.

Não há sinais de que a cidade se tenha expandido nas décadas imediatamente posteriores à Peste Negra. A novidade dos bispos transpirenaicos (pouco) residentes, a ascensão de rivalidades dentro do cabido e uma aparente incapacidade institucional de ultrapassar com um engenho semelhante ao demonstrado pelo cabido vimeirense, podem ter contribuído para manter a letargia demográfica, mas também socioeconómica provocada pela Peste Negra que, por sua vez, agravou um quadro frágil que vinha de trás, como vimos. Coração do senhorio episcopal de Braga, a cidade reflete diretamente a instabilidade governativa da arquidiocese e ressentir-se. Além dos problemas internos, Braga foi pesadamente afetada pela Primeira Guerra Fernandina:

¹⁶⁴¹ MARQUES, *et al.* – *Atlas de Cidades Medievais...*

¹⁶⁴² MARQUES, José – *Braga nos Finais da Idade Média*. Braga: [s.n.], 1983, p. 14-18; MARQUES – *A Arquidiocese de Braga...*, p. 287-292.

¹⁶⁴³ MARQUES, *et al.* – *Atlas de Cidades Medievais...*, p. 11.

em 1369, um cerco de Henrique II de Castela destruiu quase completamente os arrabaldes da cidade, como testemunha uma lista de casas foreiras ao cabido bracarense registadas como arrasadas nesse contexto no Tombo do Cabido¹⁶⁴⁴. Cerca de 10 anos após a destruição levada a cabo pelos castelhanos, havia ainda três ruas fora das muralhas da cidade completamente destruídas, com 78 casas pertencentes ou tributárias ao cabido em ruínas. Com os dados conhecidos atualmente, não há indícios que sustentem a ideia de que a mancha urbana bracarense se tenha expandido ao longo das décadas de 1350, 60 e 70, estando até documentada uma retração do espaço edificado extramuros, cuja reconstrução terá sido adiada por vários anos, até bem depois do período que aqui é tratado.

Em Guimarães, Conceição Falcão Ferreira, apurando as projeções de outros investigadores com a sua análise rigorosa, avança com números na ordem dos 2200 habitantes em 1258, subindo para 4500 nos finais do século XIV (recorrendo a valores de 4,4 e 4,5 habitantes por fogo, respetivamente)¹⁶⁴⁵, o que significaria uma quebra menos significativa – ou rapidamente compensada – após a Peste Negra; de facto, o número que a autora avança para o final do século XIV não parece revelar uma manutenção da quebra demográfica provocada não só pela Peste Negra, como pelas suas sucessoras. Para Guimarães, temos ainda um dado extra, quase único no contexto português, tão mais precioso por dizer respeito ao período imediatamente pré-Peste: em março de 1348, o corregedor do Entre-Douro-e-Minho conclui uma demanda entre o Concelho de Guimarães e o anadel e besteiros da dita vila, que se arrastava desde setembro do ano anterior. O Concelho queixava-se do número de besteiros que, evocando os seus privilégios, estavam isentos dos impostos e serviços do Concelho, entre outras vantagens. O corregedor, após um processo longo, determina que os 42 besteiros recenseados em Guimarães são excessivos, que boa parte deles nem sequer estava em Guimarães e eram mercadores que andavam por França e outros não dominavam a arte da besta. Assim sendo, determina que fiquem apenas 20 por besteiros, mais o anadel, e que sejam escolhidos os mais capazes.

¹⁶⁴⁴ ADB, *Tombo 1º do Cabido*, fl. 133-134.

¹⁶⁴⁵ FERREIRA – *Guimarães. Duas Vilas...*, p. 413.

O corregedor afirma que, na vila de Guimarães, não há mais de 400 homens. Este dado é extraordinário: afinal, esta estimativa é feita poucos meses antes de a Peste Negra chegar. Refere ainda que Santarém, em comparação, tem muito mais gente e, tendo 20 besteiros, não se justificava que Guimarães mais tivesse. O anadel ainda tenta argumentar, dizendo que os 42 besteiros também representam as 96 freguesias que o termo tem além da vila, mas o corregedor, depois de questionar um lavrador besteiro por juramento, percebeu que boa parte não percebia nada de combate ou manuseamento e manutenção da besta, e só procurava a isenção fiscal¹⁶⁴⁶. A insegurança de qualquer população a partir de números de besteiros (ou de homens elegíveis para o lugar de besteiros) torna pouco útil qualquer cálculo populacional. Porém, creio que este elemento extra não desmente as projeções populacionais apresentadas anteriormente por outros autores.

Talvez proporcionalmente menos afetada pela Peste do que Braga, apesar da sua proximidade geográfica, provavelmente enriquecida por migrantes rurais provenientes do seu muito bem povoado termo (ainda que o de Braga também o devesse ser), o núcleo urbano de Guimarães parece ter contrariado a espiral negativa da segunda metade do século XIV, o que poderá confirmar não só um abundante contingente demográfico rural – o mesmo que permitiu à Colegiada de Santa Maria ocupar, ainda que com quebras nos valores, uma parte significativa dos seus bens rurais e urbanos no pós-Peste – como uma dinâmica de atração a nível regional que Braga, por exemplo, não parece ter atingido: fosse por falta de um setor comercial tão dinâmico, pelo súbito vazio aberto pelo desaparecimento de um arcebispo que colocara toda a cidade e indivíduos na sua órbita mais do que qualquer um dos seus sucessores, Braga não se mostrou tão capaz de atrair gente e ultrapassar as consequências da Peste.

Porém, tanto em Braga como em Guimarães não parece seguro falar numa expansão da mancha urbana: o sucesso vimaranense estaria na recuperação relativamente rápida de valores populacionais anteriores à Peste, o que tardaria muito mais em Braga. Ambas as cidades, afetadas gravemente pela I Guerra Fernandina, teriam ainda de lidar com a destruição física ao longo do terceiro quartel de Trezentos – uma vez mais, ou a

¹⁶⁴⁶ AMAP, *Câmara Municipal de Guimarães*, Coleção de pergaminhos da Câmara Municipal, 8-1-1-12.

capacidade vimaranense de reconstrução foi superior, ou os seus danos foram relativamente inferiores, parecendo ter alcançado uma população semelhante à do período anterior à Peste em poucas décadas. Porém, também como em Braga, a área urbanizada não parece ter aumentado, pelo menos de forma expressiva, entre 1349 e 1379, não se traduzindo o aparente crescimento humano em expansão urbana, e também em Guimarães se mantiveram vestígios dessas destruições físicas, como demonstrou há muito Conceição Falcão Ferreira, iniciadas por processos bélicos bastante antes da Peste Negra e agravadas por outros tantos até ao final do século XIV¹⁶⁴⁷.

O terceiro dos centros urbanos mais importantes do Entre-Douro-e-Minho, o Porto, responde a dinâmicas distintas. Senhorio episcopal, mas igualmente centro alfandegário do rei e cidade portuária, o Porto é uma verdadeira cidade comercial. A escassa documentação portuense que se preserva entre a Peste Negra e 1379 não permite tirar grandes conclusões sobre uma eventual estagnação ou expansão do tecido urbano. Certo é, porém, que o advento da Dinastia de Avis, depois de 1385, vai trazer à cidade uma série de intervenções urbanas muito importantes e com profundo impacto não só na morfologia do burgo, como também na vivência social do espaço: por um lado, a nova judiaria do Olival motiva uma urbanização de raiz numa zona da cidade não edificada e integrada no espaço muralhado envolvido pela Cerca Nova, dita Fernandina¹⁶⁴⁸; por outro, no coração comercial da cidade, a abertura da Rua Nova, a partir de 1395¹⁶⁴⁹, revela um dinamismo e uma capacidade de intervenção que contrastam com a imagem de uma cidade decadente. No que diz respeito à população da cidade ao longo da Baixa Idade Média, os números não são consensuais. O número apontado no *Atlas* para 1384, c. 4400¹⁶⁵⁰, parece ser muito razoável, tendo em conta a área urbanizada intra e extramuros, num valor que não deveria ser muito diferente daquele que a cidade

¹⁶⁴⁷ FERREIRA – *Guimarães: ‘Duas Vilas, Um Só Povo’* ..., p. 356-362.

¹⁶⁴⁸ MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; DUARTE, Luís Miguel – *História do Porto. 4. A cidade e o Mestre. Entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. Matosinhos: QuidNovi, 2010, p. 43-55.

¹⁶⁴⁹ AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel - Os homens que pagaram a Rua Nova: fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista. *Revista de História* 6 (1985), p. 7-96; SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula - *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Porto: [Edição do Autor], 2010. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 11-18.

¹⁶⁵⁰ MARQUES, et al. – *Atlas de Cidades Medievais...*, p. 23.

apresentava nas vésperas da Peste Negra. Armindo de Sousa, pela sua parte, define 4000 como teto máximo de habitantes do Porto em qualquer momento entre 1114 e 1495¹⁶⁵¹. Tal como Guimarães, a população urbana do Porto parece ter recuperado com uma rapidez superior à maioria do território, e a intensa e crescente atividade comercial do final do século XIV será um fator determinante na matização ou anulação dos fatores depressivos de meados da centúria.

No resto do Entre-Douro-e-Minho, os núcleos urbanos são relativamente pequenos e o tecido urbano está mal documentado: Ponte de Lima, Vila do Conde, Barcelos, Valença e Viana da Foz do Lima seriam os núcleos mais importantes do Entre-Lima-e-Minho, com destaque para o primeiro, circundado pela sua primeira muralha já depois da Peste Negra, e que teria uma população de algumas centenas de pessoas, cuja concentração seria favorecida pela presença da ponte e da nova cerca. No resto da comarca, pequenos burgos como Rates ou Vila Nova de Vermoim (Famalicão) teriam ainda uma dimensão diminuta e uma vivência urbana reduzida. Conhecer a dinâmica da morfologia urbana ou variações demográficas na segunda metade do século XIV é, para estes núcleos urbanos, impossível por ora.

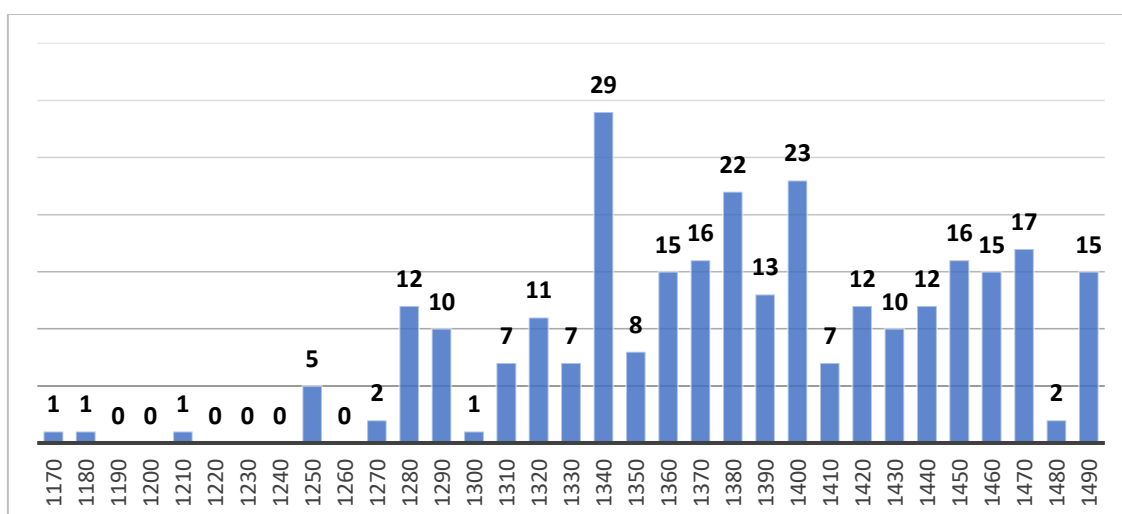
A sul, no Entre-Tejo-e-Odiana, os núcleos urbanos propriamente ditos serão até mais numerosos do que no Entre-Douro-e-Minho, mas de pequena dimensão, na sua maioria. A escassa documentação não permite grandes considerações sobre a respetiva evolução ao longo da segunda metade do século XIV. Centros regionalmente importantes como Estremoz, Portalegre, Beja ou Olivença estão parcamente descritos. Contrastando com o cenário geral, tanto Évora, como Montemor-o-Novo possuem documentação bastante para estabelecer um padrão de crescimento neste período. Também sobre Elvas é possível tecer algumas considerações.

No caso de Évora, podemos perceber se a cidade se expande recorrendo a dados indiretos, coligidos por Ângela Beirante na sua tese de doutoramento. Neste caso, a autora recolhe todos os topónimos urbanos eborenses documentados antes de 1500,

¹⁶⁵¹ O autor elaborou uma série de cálculos engenhosos e importantes para as diversas etapas do Porto medieval – não pela sua precisão, mas pelo reconhecimento dos desafios que as poucas fontes levantam e da futilidade de alguns exercícios de extrapolação. A recusa de um crescimento contínuo na recuperação do pós-Peste, mesmo sem números concretos apresentados, é certamente a mais fiel a realidade. SOUSA – Tempos Medievais..., p. 189-194.

indicando o ano da referência mais antiga que sobrevive¹⁶⁵². Se é verdade que essa referência não deverá coincidir, na maioria dos casos, com a abertura ou definição de um novo arruamento, é aceitável assumir que a referência cronológica será aproximada e que nos poderá fornecer um retrato fidedigno da dinâmica de expansão urbana. Esta opção é particularmente importante, pois o arrolamento não duplica ruas ou travessas cuja designação se tenha alterado ao longo dos séculos, referindo simplesmente os vários nomes pela qual uma certa artéria ou acidente urbano foram referidos. Organizando as quase três centenas de topónimos por décadas, entre 1176, data da primeira referência, e 1499, data em que cessou a recolha de dados, obtém-se a distribuição explícita no gráfico 104:

Gráfico 104 - Topónimos urbanos de Évora por data década do primeiro registo conhecido (1170-1499)



A evolução dos novos topónimos eborenses é inequívoca: o século XIV foi um século de inegável expansão urbana, e essa evolução não só não se deteve na segunda metade do século XIV, como até acelerou. O pico situado na década de 1340 é ‘artificial’ – muitos topónimos são-nos revelados pela primeira vez através da referência dos mais diversos bens do cabido eborense, situados um pouco por toda a cidade, e que são mencionados no já referido *Livro de Despesas do Prioste*. Este pico tem uma dupla vantagem: tendo o cabido propriedades em toda a área urbanizada e urbanizável, esta recolha anterior à

¹⁶⁵² Apesar de as datas de alguns topónimos poderem ser um pouco mais precoces, estas correções dizem respeito sobretudo a décadas do século XV, não afetando a análise global da situação do século XIV. BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 129-140.

Peste Negra permite-nos considerar a lista de topónimos conhecidos até então como representativa da realidade do burgo eborense. Assim, é com mais segurança que se pode afirmar que os topónimos registados pela primeira vez nas décadas após a Peste correspondem, de facto, a novos arruamentos, e são sinal da expansão da cidade. Organizando os novos topónimos por meios séculos, o período de 1350 a 1399 reúne 74 dos 290 topónimos medievais eborenses – 25,5% do total – ficando à frente do intervalo de 1400-1449 (com 64) e do de 1450-1499 (com 65). Sem margem para dúvida, a cidade de Évora não só continuou a crescer após a Peste Negra, como teve um dos seus maiores períodos de expansão.

Além da expansão urbana que a multiplicação dos topónimos parece indicar em Évora, há outros indícios de alterações nos centros urbanos alentejanos que, ao contrário do que pode parecer, podem indicar expansão dos núcleos primitivos e alterações importantes da morfologia desses centros. Habitualmente, as ordens régias para repovoamento das áreas muralhadas são interpretadas como sinal de depressão demográfica. Porém, cada caso deve ser analisado individualmente: muitos poderão indicar precisamente o contrário.

Montemor-o-Novo recebe vários privilégios de D. Pedro I em 1360¹⁶⁵³, para que a cerca seja mais povoada. Uma leitura atenta revela, porém, que o problema não está no despovoamento na vila, mas concretamente dentro da muralha. A vila, no seu conjunto, parecia expandir-se: as atividades económicas e a vida social, favorecidas pela morfologia mais suave dos arrabaldes, aliada a um período de acalmia bélica que levava praticamente três décadas, levaram a um esvaziamento da vila alta muralhada. Os textos dos privilégios régios revelam que cada mercê concedida aos habitantes da cerca, ou a quem para lá se mudasse, traduz-se numa penalização para quem opta por ficar no arrabalde. Se os habitantes da cerca são os primeiros a contratar mancebos e estão isentos de praticamente todos os serviços e taxas do concelho, quem está de fora fica prejudicado pelo aumento do seu fardo fiscal e de serviços, por exemplo. Assim, o rei acaba por recuar nas penalizações aos moradores do arrabalde logo em fevereiro de 1361¹⁶⁵⁴, recuperando-as meses mais tarde, em novembro do mesmo ano,

¹⁶⁵³ *Chancelaria de D. Pedro I*, p. 171-172.

¹⁶⁵⁴ *Chancelaria de D. Pedro I*, p. 205-206.

aligeiradas¹⁶⁵⁵. Assim, mais do que uma ameaça real de despovoamento da vila, assistimos a um conflito entre dois grupos de moradores da pequena urbe, que aproveitavam a preocupação régia de manter em bom estado a fortificação do núcleo urbano. Mesmo com os privilégios dos moradores da cerca parcialmente restaurados, parecia que a opção pelo espaço extramuros compensava, como demonstra a renovação do privilégio que D. Fernando fez, logo em 1367¹⁶⁵⁶. Este tipo de ação régia, com impacto direto no povoamento dos núcleos urbanos e intervindo na sua evolução, é uma demonstração de uma aplicação de poder concreta, favorecendo os interesses do Coroa e do reino, sobretudo quando estes parecem colidir com os interesses dos indivíduos, e que certamente se fará sentir muito além dos limites do Entre-Tejo-e-Odiana.

Medir a evolução de centros urbanos numa escala tão breve como a das poucas décadas aqui em análise poderá fornecer um quadro demasiado incompleto e enviesado, que turve a visão alargada necessária. Mas, mais do que estudar a evolução dos centros urbanos por si, que depende de inúmeros fatores geográficos e humanos muitas vezes locais, com pesos distintos em cidades e regiões diferentes¹⁶⁵⁷, interessa perceber qual o impacto a curto e médio prazo que a Peste Negra pode ter tido no crescimento das cidades e vilas maiores do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana. A norte, esse impacto parece ter sido anulado com relativa rapidez em Guimarães – apesar de algumas cicatrizes da I Guerra Fernandina -, remediado no Porto, mas sentido ao longo de décadas em Braga. A situação não contrasta muito com o que se passa nos núcleos urbanos da diocese de Tui, um pouco mais a norte: apesar da quebra demográfica sensível, parecem consolidar-se e alguns crescem até, ultrapassando os seus muros¹⁶⁵⁸. A sul, Évora expande-se e os restantes núcleos urbanos

¹⁶⁵⁵ *Chancelaria de D. Pedro I*, p. 275.

¹⁶⁵⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 18.

¹⁶⁵⁷ Isso mesmo demonstra o estudo de cidades italianas ao longo de meio milhar de anos: a sua localização geográfica é determinante, mas a sua importância política (cidade capital, sobretudo), sobrepõe-se a esse fator com o final da Idade Média e a Idade Moderna, avançando no período Contemporâneo para a hegemonia das cidades capitais e centralizadoras do poder político no geral. A peste, nas suas manifestações mais espetaculares – Peste Negra e grandes epidemias seiscentistas – cumpre um papel importante, mas de curta duração e rapidamente compensada. BOSKER, Maarten; BRAKMAN, Steven; GARRETSSEN, Harry; DE JONG, Herman; SCHRAMM, Marc - Ports, plagues, and politics: explaining Italian city growth, 1300-1861. *European Review of Economic History* 12:1 (2008), p. 97-131. doi:10.1017/S1361491608002128.

¹⁶⁵⁸ PORTELA DA SILVA – La Región del Obispado de Tuy..., p. 88-99.

não dão sinais de estagnação, com Montemor-o-Novo a crescer colina abaixo, Elvas a justificar novas cintas de muralha, Estremoz e Monsaraz a justificarem a novos paços de concelho, e Beja finalmente a crescer com menos condicionantes provocadas pela pesada presença das ordens religiosas militares em redor do seu termo. Por outro lado, núcleos urbanos muito pequenos, como os do Campo de Ourique que são incluídos na inquirição de bens régios de 1375-76 – Castro Verde, Almodôvar e Padrões¹⁶⁵⁹ – encontravam-se gravemente afetados pelos efeitos da Peste Negra e dos diversos terremotos que ocorreram nos anos seguintes, mas trata-se de burgos de tal forma diminutos, numa área cronicamente desabitada, que tomá-los como exemplificativos é perigoso, ainda que seja precioso encontrar estes exemplos de que o crescimento não é uniforme nem generalizado em toda a comarca.

Como referi acima, o grau de urbanização português, em particular destas duas comarcas, é reduzido quando comparada com muito do resto da Europa. Com a eventual exceção de Lisboa¹⁶⁶⁰, e parcial do Porto, nenhuma cidade portuguesa trecentista representava um sorvedouro de homens e recursos do seu termo, ou região. A relação aparentemente simbiótica entre pequeno centro urbano e meio rural envolvente fazia-se pela oferta de um local de escoamento de produtos, abastecimento de outros, concentração de serviços e burocracias que permitiam resolver questões numa deslocação à cidade – assistir ao concelho, pedir um documento no paço dos tabeliães (ou na casa de um deles), comprar mezinhas num boticário, etc. – assim como participar em cerimónias religiosas ou celebrações públicas. A tensão provocada pelas necessidades de recrutamento para uma protoindústria em expansão, da consequente necessidade de alimentar e manter funcionais verdadeiras metrópoles medievais – circunstância frequente na Flandres e nas cidade norte-italianas, com destaque para Florença, onde o esvaziamento do *contado* em favor da cidade põe em causa a sustentabilidade das igrejas rurais logo no final do século XIII¹⁶⁶¹ – não tem, no século

¹⁶⁵⁹ Os exemplos sucedem-se ao longo de todo o texto da inquirição: *Inquirição sobre bens régios...*

¹⁶⁶⁰ ANDRADE; MIRANDA – Lisbon..., p. 336-339.

¹⁶⁶¹ DAY – The population of Florence..., p. 108-111.

XIV, termo de comparação em Portugal, mesmo com a crescente importância dos portos e dos mercadores portugueses no comércio internacional dessa centúria¹⁶⁶².

Apesar de se detetar uma certa estagnação, ou mesmo decréscimo, em Braga – que responde a causas próprias, intimamente ligadas ao governo da arquidiocese, sem dúvida influenciadas pelo impacto da Peste nas suas cúpulas -, a manutenção de área (e talvez da população) das restantes cidades trecentistas importantes do Entre-Douro-e-Minho, aliada ao aparente crescimento dos mais importantes núcleos urbanos do Entre-Tejo-e-Odiana na segunda metade do século XIV, parecem revelar a vitalidade dos centros urbanos destas regiões que, não *por causa da*, mas *apesar da* Peste Negra, puderam consolidar-se e aumentar a sua importância relativa, regional e nacional, ao longo das décadas que se seguiram à pandemia. O reduzido tamanho dessas cidades, porém, permitiu que essa compensação populacional e até crescimento não significassem um êxodo rural, que comprometesse ainda mais um *hinterland* igualmente afetado por uma alta mortalidade.

Como exemplo meramente ilustrativo, e com números pouco rigorosos, mas escalas verosímeis, imagina-se que, nas vésperas da Peste Negra, Guimarães tinha 3000 habitantes na vila e 15000 no termo. Desaparecendo 1/3, ficariam 2000 indivíduos no duplo burgo vimaranense, e 10000 no termo. Se, nos trinta anos seguintes, houvesse uma recuperação de 10% no conjunto vila-termo, a vila ficaria com 2200 habitantes e o termo com 11000. Porém, se as oportunidades da vila atraíssem e lhe permitissem absorver metade do valor recuperado pelo termo, teríamos 2700 habitantes na vila (valor pós-Peste + 10% de recuperação + 1/2 dos 10% do termo) e 10500 no termo. Assim, a diferença entre o valor pré e pós-Peste do número de habitantes do núcleo urbano seria apenas 10% mais baixo, quando o conjunto da vila e termo continuavam 27% abaixo do valor pré-Peste, tudo sem haver um êxodo rural. Quanto menor o peso relativo dos núcleos urbanos no conjunto vila ou cidade e termo, mais fácil é a recuperação relativamente rápida da população urbana, apenas através da absorção parcial da recuperação do termo, cuja progressão positiva é atrasada, mas não anulada. Este modelo de recuperação urbana parece ter afinidades com o que acontecia em

¹⁶⁶² E não analisamos aqui, por não termos encontrado relação direta com o nosso tema, o mais recente objeto de estudo da história urbana: as redes de pequenas e médias cidades.

certas áreas dos Países Baixos, por exemplo, onde áreas rurais densamente povoadas permitiam uma recuperação relativamente rápida da população urbana, sem que isso significasse um abandono geral dos campos; esta realidade verifica-se não só na Peste Negra, como (e sobretudo) nas pestes que se lhe seguem, ao longo do resto do século XIV e de todo o século XV¹⁶⁶³. Mas este exercício que propus sobre Guimarães é, insisto, baseado num conjunto de hipóteses, e poderá ser confirmado, corrigido, melhorado ou simplesmente descartado.

Regressando a Portugal, veja-se o caso do Porto, por exemplo, onde a atividade artesanal e comercial deverá ter exercido o mesmo tipo de atração de Guimarães, ou até mais: Iria Gonçalves estudou a influência/atratividade do Porto no final do século XIV, determinando que a maioria dos forasteiros (quase 80%) provinha de uma área com 30km de diâmetro em torno da cidade, ainda que houvesse testemunhos de deslocações mais distantes¹⁶⁶⁴; recorrendo novamente e com a devida cautela aos exemplos estrangeiros, a percentagem de não naturais na mão de obra de Marselha sobe de 29%, antes da Peste (1248-1348), para 58%, após (1349-1391), sendo a maioria originária de localidades num raio de 100km em torno da cidade portuária¹⁶⁶⁵, mas exterior a esta.

As cidades e vilas do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana puderam absorver alguma da população reposta em meio rural, além do crescimento natural que existiria na própria cidade, sem que isso compromettesse irremediavelmente a naturalmente mais lenta reposição populacional rural, nem conduzisse à extinção de pequenos ou médios aglomerados rurais. A presença cada vez mais frequente do rei na comarca transtagana terá contribuído para a dinâmica positiva a sul, na segunda metade do século XIV e nos seguintes. A norte, a estagnação ou crescimento lento respondem sobretudo a fatores e estímulos endógenos, com a exceção a vir através da influência das destrutivas Guerras Fernandinas e das suas subseqüentes. O impacto da Peste Negra terá sido considerável e parte dele ter-se-á feito sentir por muito tempo – mas as

¹⁶⁶³ ROOSEN; CURTIS - The 'light touch' of the Black Death..., p. 50-51.

¹⁶⁶⁴ GONÇALVES, Iria – Para o estudo da área de influência do Porto nos fins do Século XIV. In GONÇALVES, Iria, *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, p. 148-152.

¹⁶⁶⁵ MICHAUD, Francine - Travail et mouvements migratoires avant et après la peste noire à Marseille. *Provence Historique* 49 (1999), p. 367-383.

pequenas cidades portuguesas parecem ter sido capazes de contrariar esse impacto nas décadas seguintes, do 'congelamento' no Norte ao inequívoco crescimento no Sul.

12 – A peste torna-se cíclica - da *Pestis Secunda* às pestes locais

O estudo do primeiro ciclo de epidemias de peste do século XIV não poderia ficar completo sem um olhar sobre os surtos subsequentes, próximos na cronologia e vividos, em parte, pelos sobreviventes da Peste Negra. Trata-se de um estudo complexo: se a Peste Negra está escassamente documentada em Portugal, as suas sucedâneas não conheceram interesse (ou fortuna documental) maior. As questões, de forma inversamente proporcional, multiplicam-se.

12.1 – O equívoco da suposta Peste de 1356

A historiografia portuguesa veicula há décadas a ocorrência de um surto de Peste em 1356. Creio que esta suposta epidemia se deve a um equívoco historiográfico. Depois do primeiro ciclo de Peste, que termina na Europa Continental em 1353, com a chegada da doença aos principados russos¹⁶⁶⁶, a doença mantém-se ausente da Europa e do Magrebe até 1360-1, altura em que eclode o segundo surto, também ele com escala continental, grande mortalidade e um alcance geográfico ainda maior do que a Peste Negra original, numa expansão a territórios previamente poupados que não cessará de aumentar até ao século XV¹⁶⁶⁷. Na Península Ibérica, o último caso documentado – que, no limite, poderá nem ter sido realmente uma morte provocada por infeção de *Y. pestis* –, é o do surto que vitimou Afonso XI de Castela no final de março de 1350, no cerco que impusera a Gibraltar. A ocorrência de um surto notável em Portugal, em 1356, implicaria um conjunto de condições altamente improváveis: em primeiro lugar, tratando-se de um surto regional e praticamente sem paralelo noutras áreas europeias e mediterrânicas¹⁶⁶⁸, teria uma origem local, proveniente de um foco circunscrito da doença, que teria andado vários anos em circuito enzoótico numa população autóctone de roedores. A existência de um foco português de peste logo após a Peste Negra é uma ideia ousada e difícil de provar. Recusando a ideia de uma origem local e o

¹⁶⁶⁶ BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 287-292.

¹⁶⁶⁷ Falo, sobretudo, do caso da Islândia, poupada à Peste Negra original porque a circulação naval entre a ilha e a Escandinávia foi interrompida ao longo de todo o ano de 1349, acabando por proteger a sua população do contágio. Porém, a peste de 1404, simultaneamente primeira e penúltima registada na ilha, teve efeitos devastadores. BENEDICTOW – *La Peste Negra...*, p. 201, 293, 348-349; HOFFMANN – *Na Environmental History...*, p. 335-337.

¹⁶⁶⁸ A única notícia que encontrei é a que um cronista flamengo faz na sua crónica da cidade de Limbourg, situada na atual Bélgica: JANKRIFT, Kay Peter - 2 The Language of Plague and its Regional Perspectives: The Case of Medieval Germany. *Medical History Supplement* 27 (2008), p. 1–6.

estabelecimento demasiado precoce de um foco de peste, teríamos de acreditar numa epidemia vinda de fora. Porém, nenhuma notícia sobre o eventual fenómeno é dada noutras paragens. Se 1356 foi um ano de intensa atividade sísmica, com vários abalos registados¹⁶⁶⁹, e a historiografia tem relacionado aqui e acolá o surgimento de surtos de peste com terremotos de grande intensidade¹⁶⁷⁰, parece uma relação forçada, tendo em conta as condicionantes epidemiológicas referidas.

O equívoco terá surgido a partir da leitura sugestionada que Vieira Meirelles fez das crónicas modernas e de algumas fontes medievais já editadas em meados do século XIX. De facto, em momento algum, essas fontes referem uma epidemia ou alguma doença misteriosa – muito menos a relacionam com a peste devastadora de alguns anos antes -, falando sim de anos agrícolas particularmente maus, como consequência de condições climatéricas muito adversas e consequente fome generalizada com mortalidade elevada. Esse cenário é sensível em várias regiões do país, terá sido ainda mais agravado a sul pelo fortíssimo terremoto de 24 de agosto de 1356, e pouco terá a ver com doenças contagiosas. À luz dos conhecimentos atuais, uma peste em Portugal durante 1356 só seria possível através de um foco de contágio local, precisamente aquilo que o próprio Vieira Meirelles recusa terminantemente, não só para as pestes do século XIV, como para todas as que se seguiram¹⁶⁷¹.

Confiando na leitura de Vieira Meirelles, A. H. de Oliveira Marques inclui esta suposta epidemia - mesmo desconfiando do diagnóstico de peste - entre o rol de epidemias medievais que reúne em *A Sociedade Medieval Portuguesa*¹⁶⁷². Ainda que noutros trabalhos quase coevos trate esse ano “apenas” como um ano de seca extrema e eventos sísmicos¹⁶⁷³, a referência acabou por se cristalizar e multiplicar-se quando se remete para esse rol de epidemias medievais em Portugal¹⁶⁷⁴. Como outro cenário

¹⁶⁶⁹ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 21v-22v.

¹⁶⁷⁰ TSIAMIS et al. - Earthquakes and plague during Byzantine times..., p. 55–64.

¹⁶⁷¹ MEIRELLES – *Memórias da Epidemiologia...*, p. 37-43.

¹⁶⁷² MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa – Aspectos de vida quotidiana*. 6ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 121-122, 274.

¹⁶⁷³ Tal como o faz no seu trabalho clássico: MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera na Idade Média*. 2ª edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1968, p. 257-258.

¹⁶⁷⁴ O impacto do equívoco será tanto maior quanto mais difundidas sejam as obras. Destaco, como mero exemplo, algumas obras de referência e grande difusão que fazem referência à “peste” de 1356:

qualquer, não é impossível que tenha havido um surto de uma qualquer doença epidémica em 1356. Apenas não há, com os dados conhecidos até ao momento e a historiografia existente sobre o tema, provas que possam sustentar essa hipótese, sobretudo na forma como tem sido transmitida pela historiografia portuguesa ao longo das últimas décadas.

12.2 – A *Pestis secunda* (1362) – uma memória ainda mais esquiua

Pouco mais de uma década após o embate primário da Peste Negra na Europa, uma segunda vaga de escala continental varre todo o continente e a bacia do Mediterrâneo¹⁶⁷⁵. Trata-se de um evento com uma mortalidade muito elevada, talvez até mais do que a sua antecessora em certos territórios. Uma das características mais inquietantes desta segunda peste é o facto de um pouco por toda a Europa ter atingido com particular violência crianças e adolescentes.

Esta leitura coeva parece ter tradução nas fontes sobreviventes¹⁶⁷⁶, e as explicações – nenhuma delas plenamente provada – tendem a relacionar o facto de serem sobretudo pessoas nascidas após 1348 – após a Peste Negra, à qual não teriam sido expostas de forma alguma –, mas essa afirmação obrigaria a uma assunção indireta de que uma parte importante daqueles que sobreviveram à Peste Negra teria desenvolvido algum tipo de imunidade à doença, o que é problemático¹⁶⁷⁷. Certo é que esta virulência

MARQUES – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV...*, p. 505; SOUSA – *1325-1480...*, p. 285, 324; SOUSA - *D. Afonso IV...*, p. 156; RODRIGUES – *História da População Portuguesa...*, p. 114.

¹⁶⁷⁵ GLÉNISSON - *La seconde peste...*, p. 27-38.

¹⁶⁷⁶ Em Vic, na Catalunha, por exemplo, os registos episcopais da administração da extrema unção revelam que 2/3 dos ungidos durante os meses de peste de 1362 eram crianças ou adolescentes. VILA I BOVER – *La Pesta Negra...*, p. 170-171.

¹⁶⁷⁷ A reflexão de Stephen Ell é bastante interessante, apesar de estar já datada. Entre os argumentos do autor, está a sugestão de que a Europa nunca terá tido focos silvestres, o que hoje parece não corresponder à verdade. A análise da manutenção dos focos, a interação de diversas espécies, a questão da imunidade humana e animal à peste e sugestão de reações cruzadas (*cross immunity*) tornam o artigo uma leitura ainda muito válida: STEPHEN, Ell - *Immunity as a factor in the epidemiology of medieval plague. Reviews of Infectious Disease* 6:6 (1984), p. 866-79. Precisamente sobre questões de *cross immunity*, ou seja, da possibilidade de uma infeção prévia por um diferente patógeno conferir imunidade parcial ou total para outro, ou certas características genéticas que se traduzem em problemas de saúde poderem criar, por outro lado, uma resistência superior a certas infeções, veja-se, por exemplo, um recente trabalho sobre a possibilidade de a pouco conhecida “febre familiar do Mediterrâneo”, uma doença inflamatória hereditária, poder conferir algum tipo de imunidade à peste: PARK, Yong Hwan Park; REMMERS, Elaine F.; LEE, Wonyong; OMBRELLO, Amanda K.; CHUNG, Lawton K.; SHILEI, Zhao; STONE, Deborah L.; IVANOV, Maya I.; LOEVEN, Nicole A.; BARRON, Karyl S.; HOFFMANN, Patrycja; NEHREBECKY, Michele; AKKAYA-ULUM, Yeliz Z.; SAG, Erdal; BALCI-PEYNIROGLU, Banu; AKSENTIJEVITCH, Ivona; GÜL, Ahmet; ROTIMI, Charles N.; CHEN, Hua Chen; BLISKA, James B.; OZEN, Seza; KASTNER, Daniel L.; SHRINER,

sobre os mais novos levou ao aparecimento de outras expressões para designar esta *Pestis secunda: pestis puerorum*, como surge designada em textos latinos¹⁶⁷⁸, e *mortalitats dels infants*¹⁶⁷⁹, na Catalunha, ou *mortalite des enfauntz*, em Inglaterra¹⁶⁸⁰, para dar um par de exemplos vernáculos. Além da especial incidência que poderá ter tido sobre crianças, algumas fontes sugerem igualmente uma maior mortalidade masculina, em todas as faixas etárias¹⁶⁸¹. Independentemente da justificação desta alta mortalidade infantil ou masculina, é importante sublinhar como uma epidemia deste tipo é altamente condicionante de uma recuperação demográfica no pós-Peste Negra: além de matar uma parte importante dos que nasceram já após a Peste Negra, anulando uma parte importante do crescimento compensatório – que seguiria em muitas regiões a alto ritmo, devido às altas taxas de nupcialidade¹⁶⁸² –, compromete ainda a geração seguinte de reprodutores, condicionando também a renovação de indivíduos em idade fértil nas duas décadas seguintes. Este duplo impacto, repetido diversas vezes nas décadas posteriores – ainda que com progressiva menor relevância – explica parte importante da estagnação (ou mesmo regressão) continuada da população ao longo de todo o século que vai da Peste Negra à segunda metade do século XV.

Portugal não terá escapado incólume, mas, uma vez mais, é extremamente difícil detetar indícios diretos da sua passagem. A cronologia europeia desta segunda peste está longe de ser tão clara como a da Peste Negra, tanto pela incomparavelmente menor atenção que recebeu, como pela maior escassez de fontes. Os fluxos de produção testamentária na Suíça francófona, extraordinários entre meados de agosto e final de outubro de 1360, têm sido assumidos como sinal da passagem local da *Pestis secunda*¹⁶⁸³. Em Inglaterra, parece ter tido início ainda na primeira metade de 1361,

Daniel; CHAE, Jae Jin - Ancient familial Mediterranean fever mutations in human pyrin and resistance to *Yersinia pestis*. *Nature immunology*, 21:8 (2020), p. 857–867. <https://doi.org/10.1038/s41590-020-0705-6>.

¹⁶⁷⁸ MULLAN, John - Mortality, gender, and the plague of 1361-2 on the estate of the Bishop of Winchester. *Cardiff Historical Papers* (2007-8), p. 4.

¹⁶⁷⁹ VILA I BOVER – La Pesta Negra..., p. 165.

¹⁶⁸⁰ RUSSELL - Effects of Pestilence and Plague..., p. 470; GLÉNISSON - La seconde peste..., p. 35.

¹⁶⁸¹ MULLAN - Mortality, gender, and the..., p. 1-44.

¹⁶⁸² GLÉNISSON - La seconde peste..., p. 27-38 ; os célebres registos de Givry são eloquentes: face a uma média que rondava as duas dezenas de casamentos anuais, 1348 surge sem qualquer casamento registado, enquanto 1349 tem 89 e 1350 33: GRAS - Le registre paroissial de Givry..., p. 303.

¹⁶⁸³ PASCHE, Véronique - Les épidémies de peste en Suisse Romande. Vers de nouveaux comportements? In BAGLIANI, Agostino Paravicini, SANTI, F. (eds), *The regulation of evil: social and cultural attitudes to epidemics in the late Middle Ages*. Florence: 1998, SISMELE - Edizioni del Galluzzo, p. 125-136.

talvez no final da primavera ou já no início do verão, prolongando-se até 1362¹⁶⁸⁴. Coincidindo com o resto da Europa, Portugal deverá ter sido afetado em 1362, reinando então D. Pedro I. Se a opção geográfica das Cortes de Elvas, celebradas na primavera de 1361 - altura em que a peste já grassava não só em Inglaterra, mas também em áreas importantes de França -, se deveu à memória da infeção tardia dessa área durante a Peste Negra, não há como saber. O silêncio é total, e as pouquíssimas referências feitas a uma peste durante esta reunião dizem respeito à Peste Negra. Porém, algumas referências indiretas poderão denunciar um início um pouco mais tardio da nova vaga de peste. Falando apenas da realidade ibérica não-portuguesa, a peste grassava na Coroa de Aragão logo no início de 1362, estando presente em Barcelona em janeiro¹⁶⁸⁵, varrendo o reino de Valência nos meses da primavera¹⁶⁸⁶, Girona e Vic em junho e julho¹⁶⁸⁷, e fazendo-se sentir no interior do reino de Aragão em setembro de 1362¹⁶⁸⁸. Parece ter chegado à Andaluzia cristã e à sua capital, Sevilha, já em 1363, onde terá tido um impacto notável; este trajeto é comparável ao da Peste Negra, que teria fustigado essa zona apenas no início de 1350, fazendo dela a última da Península Ibérica, o que parece ter coincidido com a rota de propagação da *Pestis secunda*¹⁶⁸⁹. Esta peste parece ter tido uma ação mais prolongada no tempo em cada região afetada, como sugere, por exemplo, a duração de pelo menos 10 meses num território tão circunscrito como a ilha de Chipre, de junho de 1362 a abril de 1363¹⁶⁹⁰.

As referências diretas à Peste Negra, nos anos que se seguem à sua eclosão, são feitas sempre como um acontecimento singular. Um determinado acontecimento teve lugar no “ano da pestelença”, ou algo vem do tempo da *pestelença*¹⁶⁹¹. Se a coincidência

¹⁶⁸⁴ MULLAN - Mortality, gender, and the..., p. 2-4; BEAN, J. M. W. - Plague, population and economic decline in England in the later Middle Ages. *Economic History Review* 15:3 (1963), p. 428-429.

¹⁶⁸⁵ GÜNZBERG MOLL - Las crisis de mortalidad..., p. 19-20; GÜNZBERG MOLL – Epidemias y Mortalidad..., p. 70.

¹⁶⁸⁶ RUBIO – *Peste Negra, Crisis y Comportamientos Sociales...*, p. 31-33.

¹⁶⁸⁷ GÜNZBERG MOLL – Epidemias y Mortalidad..., p. 71-72; BAUTIER, Robert-Henri - Un nouvel ensemble documentaire pour l'histoire des pestes du XIVe siècle: L'exemple de la ville de Vich en Catalogne. *Comptes Rendus des Séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 132:2 (1988), p. 455.

¹⁶⁸⁸ AMASUNO, Marcelino V. - Cronología de la peste en la corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV. *Studia historica. Historia medieval* 12 (1994), p. 37-38.

¹⁶⁸⁹ AMASUNO – Cronologia de la peste..., p. 38.

¹⁶⁹⁰ DINCER, Aysu - Disease in sunny climate: effects of the plague on family and wealth in Cyprus in the 1360s. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale, secc. XIII-XVIII*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 534.

¹⁶⁹¹ Estes casos serão analisados com maior detalhe no capítulo 16.

com outros territórios mediterrânicos e europeus sugerem que a *Pestis secunda* tenha tido início logo em 1361, uma nova epidemia pestífera terá de alterar a forma como a Peste Negra é referida nos documentos - mesmo que a seguinte, ou seguintes, sejam omitidas -, por não se tratar já de um caso único. Em 1361, há várias menções que sugerem ainda uma única peste: quando D. Pedro I couda o bairro dos estudantes, em Coimbra, a 11 de abril de 1361, refere as “casas que na mortindade se perderom”¹⁶⁹²; no mês seguinte, ainda durante as cortes de Elvas, os procuradores do Porto referem a mingua de sal e pescado em relação ao “que soham seer ante da pestelencia”¹⁶⁹³. Nas mesmas cortes, os procuradores da nobreza solicitam ao rei a isenção das ltuosas antigas – com 10, 15, 20 ou mais anos - que deveriam pagar-lhe, por não se saber se já haviam sido pagas, mas não registadas; o rei perdoa as ltuosas devidas até à Peste Negra, mas exige aquelas “des a pestelencia aaca”¹⁶⁹⁴.

No final de outubro de 1361, um emprazamento da Colegiada de Santa Maria de Guimarães sugere alguma apreensão, pela inclusão da já referida cláusula do caso fortuito, onde a possibilidade de peste é explícita: "posto que venha pestelencia doçeo ou da terra per fortuito alguum"¹⁶⁹⁵. Mas, em dezembro, o rei ainda se referia à Peste Negra como a peste: a 15 de dezembro, D. Pedro I dá conhecimento dos privilégios da barca do condado, que estava em Lisboa, a Lanzarote Peçanha, seu almirante; os rendimentos da barca pertenciam em 1/3 ao mosteiro de Arouca, 1/3 ao rei e 1/3 aos barqueiros. O Mosteiro de Arouca intercedeu junto do rei, pois esses barqueiros estavam isentos de servirem em armadas de galés, o que tinha vindo a ser desrespeitado, dizendo a abadessa "que essa barca andou hi de longo tempo ata a pestilencia", e era desde então que vinha sendo desrespeitado o privilégio.

A partir de 1362, o cenário altera-se. Parece começar a haver uma necessidade de distinguir a Peste Negra de outra ou outras. Exemplo disso é a sentença dirimida na audiência bracarense a 10 de maio de 1362 – na mesma altura em que a peste estava

¹⁶⁹² *Chancelaria de D. Pedro I*, doc. 519, p. 209-210.

¹⁶⁹³ *Corpus Codicum*, Livro 1, p. 101-102.

¹⁶⁹⁴ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I. (1357-1367)*. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, p. 28-29

¹⁶⁹⁵ AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 283.

na sua máxima força noutras áreas ibéricas, como a Catalunha¹⁶⁹⁶ -, encerrando uma contenda entre Comba Pires, de um lado, e o Mosteiro de Sande, da Ordem de São Bento, da outra, a propósito da sétima parte do casal do Monte, na freguesia de São João de Gondar. O procurador de Comba Pires dizia que esse quinhão do dito casal foi de Francisco Geraldês, que foi tabelião de Guimarães, e dele teve posse "ataa o ano da Pestelença que foi no ano da era de mil e trezentos e oitenta e seis anos que se o dito Francisco Geraldês passou deste mundo", tendo deixado em testamento esse quinhão a Maria Eanes, moradora em Guimarães, à Porta de Val de Donas; porém, esta Maria Eanes morreu também "no ano da era de mil e trezentos e oitenta e seis, depois da morte do dito Francisco Geraldês"¹⁶⁹⁷. Esta necessidade de sublinhar o ano em que aconteceu a peste à qual se referia o processo, pode ser um indício indireto de que outra acontecia ou acontecera, entretanto.

Em abril de 1363, há mais um exemplo de uma mercê régia que, mesmo que fora do nosso âmbito geográfico, acrescenta uma referência importante: D. Pedro I concede isenção de servir nas galés aos barqueiros da barca do rio Cacia, na Esgueira (atual concelho de Aveiro), pois nenhum queria servir na barca por serem logo constrangidos para irem em galés. Os homens-bons e o concelho da Esgueira disseram ao rei

"que ante da outra pestillencia avia hi barqueiros que mantiinham a dicta barca e que se morrerom todos na dicta pestilencia e ficou a dicta barca desemparrada per guisa que que nenhum nom podia pasar per o dicto logo [de Esgueira]",

e que quando se tentou restaurar a dita barca, ninguém queria ser barqueiro por ser obrigado a servir nas galés, e só naquele "anno hi morrerom quatro homens dos boons que avia em aveiro"¹⁶⁹⁸. Esta referência à "outra pestillencia" é inequívoca: pelos menos dois desses fenómenos somavam-se agora na memória dos homens. Uma sentença do vigário-geral de Braga de final de novembro de 1363, que encerrou um pleito entre o Cabido de Braga, por um lado, e Vasco Domingues, reitor da Igreja de São Paio de Pousada, e Martim Geraldês de Montouriol, tenentes da sucessão do arcebispo D.

¹⁶⁹⁶ A 10 de janeiro de 1362, o rei aragonês Pedro IV, alertado pelas notícias do reaparecimento da Peste, contacta as autoridades da cidade de Tarragona, procurando obter mais dados. LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 425-426, doc. 149; VILA I BOVER – La Pesta..., p. 170-171.

¹⁶⁹⁷ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 34, n.º 5.

¹⁶⁹⁸ *Chancelaria D. Pedro I*, doc. 1012, p. 479-480.

Martinho Geraldês, referia *a tempe pestilencie usque nunt quod tempus fuit in era millesima octuagesima sexta*¹⁶⁹⁹.

Confirmando-se a necessidade de individualizar a peste referida, os exemplos sucedem-se nos anos seguintes, apesar da escassez das referências diretas. Em 1365, uma vez mais, uma carta régia refere como o Mosteiro de Grijó dissera que

"he moi y pobre porque as demais das herdades do dicto mosteiro dizem que som hermas per mingua de lavradores que as soiam de lavrar porque morreram en estas pestellencias que foram e que as que son pobradas rendem menos gram parte do que soiam de render per mingua do[s] servidores que nom ham os lavradores. E que outrossy o dicto mosteiro he moi y minguido per razom do enterdicto que a gram tempo he posto e que por esso nom s'e[n]terram nenhuum em sagrado que nom ham as esmollas nem rendas que lhiis davam os fiees de Deus. E outrossy per razam da syssa que lançaram"

e por muitos outros encargos, o rei ordena a Geraldo Eanes, seu corregedor na Estremadura, que apure as rendas do mosteiro e os naturais, para que o mosteiro pudesse organizar-se e manter-se devidamente no temporal e no espiritual¹⁷⁰⁰. O plural "pestellencias" e o verbo no passado são esclarecedores. Triangulando estes dados, parece que a *Pestis secunda*, em Portugal, ter-se-á dado sobretudo em 1362, ainda que possa ter havido uma contaminação no final do ano anterior. A escassez dos dados acrescenta incerteza à sugestão, mas trabalhos recentes sobre esta matéria têm reforçado essa hipótese.

Uma das fontes mais extraordinárias desta segunda vaga de peste do século XIV foi revelada por José Marques¹⁷⁰¹: trata-se do registo de confirmações do episcopado de D. João de Castro, bispo de Tui entre 1351 e 1385, abrangendo assim os anos da *Pestis secunda*. Este conjunto foi integrado no arquivo catedralício bracarense aquando da integração do território do Entre-Lima-e-Minho na arquidiocese, no início do século XVI, existindo o original trecentista (que perdeu um caderno) e uma cópia quatrocentista (que compensa parte importante das perdas do original), tendo sido já devidamente

¹⁶⁹⁹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 278.

¹⁷⁰⁰ *Livro das campainhas. Códice da segunda metade do século XIV: mosteiro de São Salvador de Grijó*. Edição de Jorge de Alarcão e de Luís Carlos Amaral. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986, p. 11-12.

¹⁷⁰¹ MARQUES - A peste de 1362...

publicado pelo referido autor¹⁷⁰². Cobrindo a maior parte do episcopado do supramencionado prelado, as confirmações estão distribuídas ao longo de três décadas, mas restam apenas três documentos preservados após 1367, numa interrupção que impede a utilização desta preciosa fonte para analisar outros fenómenos epidemiológicos e bélicos até 1385. Tal como muitas fontes análogas usadas para a Peste Negra noutras paragens já referidas, este registo – ainda que parcial – é único para a Idade Média portuguesa, no que diz respeito ao seu aproveitamento no estudo de uma epidemia importante de peste. Ainda que a esmagadora maioria dos documentos tenha sido produzida em Tui ou noutras localidades galegas, há ainda um conjunto relevante redigido na margem sul do Minho – 58 (23,4%). Independentemente do local de produção, interessa as paróquias cuja morte do reitor, cura, vigário, abade ou clérigo sem cura de almas obrigou a uma nova nomeação de benefício. Entre estas, naturalmente, encontravam-se muitas paróquias portuguesas.

As informações preciosas reveladas por esta fonte única são-no em vários aspetos. Além de revelar 68 párocos e beneficiários substituídos num único ano – dos quais 58 apenas em agosto e setembro¹⁷⁰³, permite-nos descortinar o impacto dentro do território da diocese – entre o clero secular, pelo menos – e conhecer a cronologia mensal do impacto da epidemia. O tratamento destes dados implica uma metodologia de definição de intervalos discutida há muito entre os autores que recorrem a fontes semelhantes produzidas tanto nos restantes reinos cristãos da Península Ibérica, como nos riquíssimos arquivos ingleses, e que já foi referida nos capítulos 7 e 8: a substituição dos clérigos mortos não é imediata, e a data da confirmação do benefício ao sucessor do eclesiástico falecido não indica necessariamente a data da morte que, ainda que estimada muitas vezes em 3 ou 4 semanas antes, não pode ser aplicada de forma aritmética¹⁷⁰⁴. A distância temporal entre a morte do titular do benefício e a nomeação do seu substituto poderá ser matizada no caso da diocese de Tui: trata-se de uma das dioceses ibéricas com menor território, mesmo quando incluía o território do Entre-Lima-e-Minho. Mas não deveremos assumir que essa substituição fosse feita em menos

¹⁷⁰² MARQUES, José - *Confirmações de Tui (1352-1382): aspectos do episcopado de D. João de Castro*. Braga: Universidade do Minho. Arquivo Distrital de Braga, 2018. ISBN 978-972-9102-67-7.

¹⁷⁰³ MARQUES - A peste de 1362...

¹⁷⁰⁴ WOOD et al. - The temporal dynamics..., p. 427-48.

de três ou quatro semanas, sendo seguido todo o procedimento canónico, desde a morte do clérigo até à confirmação da apresentação do seu sucessor e respetiva colação no benefício. De qualquer forma, e grosseiramente, poderemos chegar a um pico de infeções e mortes antecedendo em um mês o pico de substituições, o que apontaria para julho e agosto como os meses mais violentos da *Pestis secunda*, tanto no território português, como na maioria galega da diocese tudense. Trata-se da melhor referência cronológica à segunda peste do século XIV, e sugere-nos uma sazonalidade relativamente próxima da Peste Negra. O fim do verão deve ter assistido ao alastramento generalizado no Entre-Douro-e-Minho, mas pouco podemos dizer sobre a epidemia em território alentejano, onde as referências documentais são inexistentes.

Um dado proveniente de um território fora do âmbito deste trabalho, mas demasiado importante para ser excluído de uma reflexão sobre a *Pestis secunda* em Portugal, preserva-se numa carta de D. Fernando de 1377, dirigida ao concelho de Bragança, na qual o monarca dá conta de diversas queixas das autoridades brigantinas¹⁷⁰⁵. Nela refere-se o impacto das pestes na população local, que seria então 1/6 do que fora antes da primeira pestilência, mas refere-se também a segunda que então fora. Assim, o concelho de Bragança designa por segunda peste aquela que no subcapítulo seguinte será tratada como *Pestis tertia*, revelando que a *Pestis secunda* terá poupado a então vila de Bragança, ou afetado de forma insignificante. Uma vez mais, este tipo de referências acidentais, mas perfeitamente informadas e reveladoras, permite conhecer estes eventos e o seu alcance com muito mais precisão do que seria expectável em primeiro lugar.

Ainda pouco conhecida, eclipsada pela sua tremenda antecessora, a *Pestis secunda* é um tema de investigação que carece de mais atenção concreta. Sabemos que afetou Portugal em 1362 – e não em 1361, como se refere, amiúde, seguindo cronologias de além-Pirenéus – e que o verão terá sido a época mais dura no Norte. Quanto ao sul, e tendo em conta a cronologia conhecida desta epidemia na Andaluzia cristã, é possível que tenha coincidido com o calendário da Peste Negra: inverno de 1362-63 como período mais complicado, ainda que, uma vez mais, o impacto possa ter sido muito

¹⁷⁰⁵ ALVES, Francisco Manuel – *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. 2ª edição. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2000. Tomo III, p. 135-136.

menor do que o da Peste Negra, não tanto por estar indocumentado, mas por ser quase impercetível nos mesmos dados indiretos que nos revelam a Peste Negra em todo o seu poder. Apesar de ser difícil medir a escala da devastação, uma coisa é certa: tornou-se evidente, a partir desta epidemia, que a Peste Negra não foi um acontecimento isolado; a partir de então, a peste passaria a fazer visitas regulares e seria uma realidade mais ou menos constante que todos aqueles que atingissem a idade adulta veriam várias vezes ao longo da sua vida. Essa tomada de consciência coletiva não poderá ser, de forma alguma, minorizada.

12.3 – *Pestis tertia* (1374-76)

Se tanto a Peste Negra como a *Pestis secunda* surgem documentadas de forma quase exclusivamente indireta, a terceira peste, ainda com impacto continental, é ainda mais esquiva.

A terceira epidemia parece surgir num período que coincide com uma seca grave no Entre-Tejo-e-Odiana. De facto, é nesse contexto que nos surge uma das únicas referências diretas à ocorrência de peste em meados da década de 1370: a 25 de maio de 1376, a partir de Alenquer, o rei D. Fernando envia um alvará endereçado a Gil Eanes, seu vassalo e sobrejuiz, e a Álvaro Gonçalves de Moura, seu vassalo e sobrejuiz, para que um dos dois fosse juiz numa contenda que se previa vir a acontecer entre Estêvão Eanes Derreado, morador em Évora, e o concelho da dita cidade. Estêvão Eanes arrendara as sisas da cidade ao concelho, mas desde que o fizera que o concelho quitara a sisa a quem viesse vender pão de fora em Évora, proibira a saída de pão da cidade, sendo que se matavam muito poucas vacas, havendo até dias em que não se matava nenhuma. Tudo isto provocou uma redução de 10000 ou 12000 libras na receita inicialmente prevista da sisa,

“per razom do caso furtuito da seca que deus deu per que se o dicto pam perdeo E por que outrossy a dicta cidade he despobrada que mengua em ella bem a meyatade da jente que em ella vyvya por a dicta seca e por pestelencia que ora em ella anda e sendo que a seca aconteceo em a dicta cidade e outrossy no Reyno per razom da seca que deus deu per que toda a novidade do pam he perduda.”

Assim, o rendeiro pedia ao rei que lhe desse juiz que analisasse tudo e lhe valesse de alguma forma¹⁷⁰⁶.

Este testemunho, de uma clareza rara, demonstra, em simultâneo, como uma epidemia pode generalizar-se e tomar proporções assinaláveis em áreas demograficamente importantes, e, em simultâneo, passar virtualmente despercebida. O testemunho não parece relatar uma mortalidade extensa, mas uma ausência de parte significativa da população, talvez deslocada em áreas rurais. A conjugação de seca e peste era grave, mas parecia ser consequente sobretudo num plano económico. O próprio documento sublinha sobretudo a importância da seca, e a referência à peste faz-se de forma quase acidental ou, pelo menos, estranhamente desinteressada. Talvez dramaticamente menos impactante do que as suas antecessoras, esta terceira peste está, por sorte, documentada, e Portugal junta-se aos restantes reinos ibéricos no rol dos afetados.

Esta terceira peste assumiu também proporções continentais e está documentada um pouco por toda a Europa. Nos restantes reinos da Península Ibérica, por exemplo, é referida em Valência¹⁷⁰⁷, na Coroa de Aragão, como a *terça mortaldat*, e a expressão, em latim ou diversos vernáculos, ocorre em várias zonas; também Barcelona documenta peste em 1374 e 1375¹⁷⁰⁸ - ainda haja sinais inquietantes de peste logo no verão de 1373¹⁷⁰⁹. Além da Coroa de Aragão, esta peste está documentada no reino de Navarra, mas também no Sul, afetando Sevilha nos meses de verão de 1374¹⁷¹⁰. Também as escassíssimas notícias da *Pestis tertia* em território castelhano se espalham de 1374 a 1376, reforçando a leitura correta do fenómeno que afetaria a região de Évora nesse última ano. Fora da Península Ibérica, esta peste faz-se sentir no Norte de Itália em

¹⁷⁰⁶ ADE, *Arquivo Histórico Municipal de Évora*, pasta 65 [Pergaminhos Soltos], doc. 2.

¹⁷⁰⁷ Apesar de ter sido mais branda – ou talvez por isso – esta terceira peste parece ter-se prolongado no tempo. Em Valência terá durado nove longos meses, com início em outubro de 1374. RUBIO – *Peste Negra, Crisis y Comportamientos Sociales...*, p. 35-39.

¹⁷⁰⁸ RUBIO – *Peste Negra, Crisis y Comportamientos Sociales...*, p. 35-36; GÜNZBERG - *Las crisis de mortalidad...*, p. 11.

¹⁷⁰⁹ Prova disso mesmo é a carta, datada de 3 de julho de 1373, que o rei Pedro IV, estando em Barcelona, envia às autoridades de Sant Feliu de Guixols, comunidade costeira da região de Girona, perguntando se havia registo de mortes de pestes e quantas seriam, em caso de resposta positiva. LÓPEZ DE MENESES – *Documentos acerca de la peste negra...*, p. 432, doc. 154.

¹⁷¹⁰ AMASUNO – *Cronologia de la Peste...*, p. 39-40.

1374¹⁷¹¹, sendo pretexto para ações de Catarina de Siena, ainda em vida, interpretadas como milagres e registadas pelos seus seguidores¹⁷¹²; no resto da Toscânia, terá afetado gravemente os mais jovens, sobretudo crianças, um pouco à semelhança do que aconteceu em muitos locais durante a *Pestis secunda*¹⁷¹³. No mesmo ano, 1374, a peste estaria presente no Sul de Inglaterra, alcançando o resto do reino insular no ano seguinte¹⁷¹⁴. Mais problemática, cronologicamente, parece ser a notícia de que a peste terá afetado gravemente a Coroa de Aragão logo em 1371¹⁷¹⁵.

Até à leitura do referido documento eborense, não tinha conhecimento da ocorrência deste surto em particular, em Portugal. De facto, não pude identificar qualquer outro testemunho direto desta peste quer em documentação minhota, quer alentejana, ainda que os arquivos pertencentes a instituições do eixo Lisboa-Santarém-Coimbra tenham pelo menos um testemunho que prova a presença de peste em Lisboa logo em 1374 – com consequências assinaláveis, como a morte do deão e do chantre do cabido catedralício da capital¹⁷¹⁶ – com muitos outros potencialmente úteis ainda por identificar com este propósito. A estas mortes lisboetas, podemos juntar ainda o testemunho de Bragança, referido no subcapítulo anterior, e que revela que a região de Trás-os-Montes terá sido gravemente afetada por esta nova epidemia.

Nada sugere que estas três pestes tenham levado ao estabelecimento de medidas de prevenção e quarentenas. Se nada indica que isso tenha acontecido na Peste Negra, parece que apenas depois da segunda epidemia se aceita a possibilidade de a doença se tornar recorrente. Ao exemplo pioneiro de Ragusa (a atual Dubrovnik), no Adriático, cuja prática regulamentada e observada de quarentena remonta a 1377, data em que foi estabelecido um ‘gabinete de saúde’ permanente¹⁷¹⁷, outros se vão sucedendo, um

¹⁷¹¹ CARPENTIER – *Autour de la Peste Noire...*, p. 1082.

¹⁷¹² MEISS, Millard – *Painting in Florence and Siena after the Black Death. The Arts, Religion, and Society in Mid-Fourteenth Century*. Princeton: Princeton University Press, 1978, p. 105.

¹⁷¹³ COHN – *Changing pathology...*, p. 44-45.

¹⁷¹⁴ BEAN - *Plague, population and economic...*, p. 428-429.

¹⁷¹⁵ GÜNZBERG MOLL – *Epidemias y Mortalidad...*, p. 73.

¹⁷¹⁶ FARELO - *O Cabido da Sé de Lisboa ...*, p. 73, nota 326.

¹⁷¹⁷ CLIFF, Andrew D.; SMALLMAN-RAYNOR, Matthew R.; STEVENS, Peta M. - Controlling the geographical spread of infectious disease: plague in Italy, 1347-1851. *Acta Medico-Historica-Adriatica* 7:2 (2009), p. 197-236.

pouco por toda a Europa costeira¹⁷¹⁸. Em Portugal, há notícias de isolamento profilático de embarcações na segunda metade do século XV, pelo menos. O Porto regista vários casos, a partir de 1460, e foram alvo de quarentena tanto embarcações provenientes de locais contaminados, como navios onde a doença se manifestou a bordo¹⁷¹⁹. No resto do espaço ibérico, a quarentena parece ter sido introduzida em Maiorca entre 1475 e 1484¹⁷²⁰, por exemplo. O silêncio das fontes não nos permite afirmar que o estabelecimento de quarentenas em Portugal tenha acontecido logo no século XIV, mas sabemos que essas medidas começaram a ser tomadas um pouco por toda a Europa, não só em tempo de peste, mas de forma permanente. Porém, no arco cronológico deste trabalho, estão ainda longe de ser uma realidade e, uma vez mais, são mais motivadas pelo reconhecimento de que a peste voltará ciclicamente e será uma presença e uma ameaça constantes, do que pela ocorrência singular da Peste Negra.

12.4 – Um foco local de peste logo no século XIV?

Um dos maiores desafios no estudo histórico da peste passa por determinar a origem de cada surto. Como vimos, mesmo a origem de surtos de dimensão continental, como foram a Peste Negra e a Segunda Peste, está longe de ser um assunto encerrado, e o debate prossegue e complexifica-se. Depois da Peste Negra, a doença passa a ser recorrente em Portugal. Toda a informação sobre pequenos surtos de dimensão regional, profilaxia, primeiros casos documentados em epidemias de maior alcance, rotas de propagação, etc., deve ser recolhida e tratada para descobrir se algum desses episódios epidémicos teve origem num foco local, algures em Portugal. Assumindo que nenhuma das pestes estudadas neste trabalho – a Peste Negra e, em menor escala, as segunda, terceira e quarta pestes – têm origem local, por se tratar de epidemias de escala continental cujo aparecimento se faz noutros territórios e só depois chega a Portugal, é importante perceber se alguma destas pestes pôde estabelecer-se entre

¹⁷¹⁸ A história da quarentena é, por direito próprio, um ramo essencial no estudo histórico da saúde pública, das instituições e da profilaxia. Para uma introdução ao tema, ainda que com algumas imprecisões, ver TOGNOTTI, Eugenia - Lessons from the history of quarantine, from plague to influenza. *Emerging Infectious Diseases* 19:2 (2003), p. 254-9.

¹⁷¹⁹ FERRAZ; DOMINGUES - Notas sobre a peste na cidade do Porto..., p. 155-166.

¹⁷²⁰ VILLALBA - *Epidemiología española...*, p. 105-106.

uma população autóctone de roedores, tornando-se capaz de, mais tarde, provocar uma epizootia e um eventual contágio de seres humanos.

Também o estudo dos focos de peste é complexo, e sabe-se agora que alguns dos focos geograficamente mais próximos de Portugal – os da Argélia e os da Líbia –, que durante décadas foram considerados adormecidos (os líbios) ou até extintos (os argelinos), estão ativos, sem qualquer fenómeno de importação do bacilo, e já produziram alguns casos de peste humana neste século, inspirando cuidados e vigilância apertada¹⁷²¹. A maioria das espécies de roedores que ocorrem no Norte de África coincide com as da Península Ibérica. Se este tipo de letargia e consequente *despertamento* acontecem hoje, é preciso assumir que tal era possível nos períodos medieval e moderno. Um eventual foco nos Alpes italianos durante o período moderno foi já alvo deste tipo de investigação, e lançou novas pistas para o estudo da persistência da peste na Europa até ao século XVIII¹⁷²².

A paleogenómica parece confirmar não só uma única fonte para toda a Peste Negra, como também o estabelecimento de um ou mais focos europeus¹⁷²³ – hoje extintos –, havendo ainda a possibilidade de que o(s) foco(s) europeu(s) possa(m) ter sido ‘devolvido(s)’ à Ásia. Esta erupção da Peste Negra acabou por ser o antepassado das estirpes atuais de peste, responsáveis pela Terceira Pandemia¹⁷²⁴. Isto não significa que a peste teve sentidos únicos: tudo indica que parte dos surtos da Segunda Pandemia tenham sido provocados ou estejam associados a fatores ambientais da Ásia Central, a

¹⁷²¹ CABANEL, Nicolas; LECLERCQ, Alexandre; CHENAL-FRANCISQUE, Viviane; ANNAJAR, Badereddin Bashir, RAJERISON, Minoarisoa; BEKKHOUCHA, Souad; BERTHERAT, Eric; CARNIEL, Elisabeth - Plague Outbreak in Libya, 2009, Unrelated to Plague in Algeria. *Emerging Infectious Diseases*, 19:2 (2013), p. 230–236. doi:10.3201/eid1902.121031; BITAM, et al. - New rural focus of plague, Algeria..., p. 1639-40.

¹⁷²² CARMICHAEL – Plague Persistence in Western Europe..., p. 157-191.

¹⁷²³ SEIFERT, Lisa; WIECHMANN, Ingrid; HARBECK, Michaela; THOMAS, Astrid; GRUPE, Gisela; PROJAHN, Michaela; SCHOLZ, Holger C.; RIEHM, Julia M. - Genotyping *Yersinia pestis* in Historical Plague: Evidence for Long-Term Persistence of *Y. pestis* in Europe from the 14th to the 17th Century. *PLoS ONE* 11:1 (2016), e0145194. doi:10.1371/journal.pone.0145194; também é uma existência enzoótica da peste nos séculos XV e XVI em Inglaterra aquilo que L. R Poos propõe, justificando com epidemias locais a manutenção das taxas de crescimento demográfico negativas nas ilhas britânicas nesse período: POOS, L. R. - Plague mortality and demographic depression in later medieval England. *Yale Journal of Biology & Medicine* 54:3 (1981), p. 227-34.

¹⁷²⁴ SPYROU, Maria A.; TUKHBATOVA, Rezeda I.; FELDMAN, Michal; DRATH, Joanna; KACKI, Sacha; BELTRÁN DE HEREDIA, Julia; ARNOLD, Susanne; SITDIKOV, Airat G.; CASTEX, Dominique; WAHL, Joachim; GAZIMZYANOV, Ilgizar R.; NURGALIEV, Danis K.; HERBIG, Alexander; BOS, Kirsten I.; KRAUSE, Johannes - Historical *Y. Pestis* genomes reveal the European Black Death as the source of ancient and modern plague pandemics. *Cell Host Microbe* 19 (2016), p. 874-81. DOI:<https://doi.org/10.1016/j.chom.2016.05.012>.

partir da qual uma nova onda da doença se propagaria¹⁷²⁵ - padrão que parece manter-se até hoje, com possíveis consequências no futuro¹⁷²⁶. A peste circulava, estabelecia-se e desaparecia, restabelecia-se e diversificava, adormecia e acordava.

Resta apurar se, no meio deste mosaico de tempo, espaço e clima, Portugal teve o seu, ou os seus próprios focos mais ou menos duradouros. Infelizmente, para responder a esta questão, seria necessário recolher o maior número de testemunhos de peste possível, não só para o século XIV, como para toda o período da Segunda Pandemia, que em Portugal dura pelo menos até à viragem do século XVII para o século XVIII. Só assim seria possível estabelecer padrões geográficos, sazonais e ecológicos de ocorrências, que possam reconstituir um eventual foco ou focos nas diversas regiões portuguesas – algo que extravasa largamente os objetivos deste trabalho.

O confronto dos testemunhos documentais com focos atuais e as suas características geográficas – altitude, graus de humidade prevalentes, tipos de solo -, mantendo sempre o cuidado pelas diferenças inegáveis entre as características de qualquer parte do território português e dos atuais focos (quase todos em áreas tropicais e ou áridas) e do seu panorama biológico – espécies diferentes de roedores, com hábitos sazonais próprios, outras espécies de mamíferos que podem exercer algum tipo de influência na propagação da doença em caso de epizootia e, sobretudo, um leque diferente de espécies de pulgas com características e relação com a *Y. pestis* distinta¹⁷²⁷. O relevo e a hidrografia, por exemplo, exercem influência sobre as

¹⁷²⁵ SCHMID, Boris V.; BÜNTGEN, Ulf; EASTERDAY, W. Ryan; GINZLER, Christian; WALLØE, Lars; BRAMANTI, Barbara; STENSETH, Niels Chr. - Climate-driven introduction of the Black Death and successive plague reintroductions into Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 112:10 (2015), p. 3020–3025. <http://doi.org/10.1073/pnas.1412887112>.

¹⁷²⁶ KAUSRUD, Kyrre Linné; BEGON, Mike; ARI, Tamara Bem; VILJUGREIN, Hildegunn; ESPER, Jan; BÜNTGEN, Ulf; LEIRS, Herwig; JUNGEL, Claudia; YANG, Bao; YANG, Meixue; XU, Lei; STENSETH, Nils Chr - Modeling the epidemiological history of plague in Central Asia: Palaeoclimatic forcing on a disease system over the past millennium. *BMC Biology* 8:1 (2010), 112. doi:10.1186/1741-7007-8-112.

¹⁷²⁷ O caso de Madagáscar, país onde se diagnostica o maior número de casos de peste em todo o mundo na atualidade, os focos predominam nas regiões acima dos 800 metros. Porém, a essa altitude, as temperaturas aproximam-se das médias de baixa altitude em climas temperados, por exemplo. Além disso, no caso malgaxe, além dos vetores clássicos, como a *X. cheopis*, há outras espécies que não têm presença em áreas temperadas e nunca poderiam ter tido qualquer papel na peste na Europa ou no Mediterrâneo; por outro lado, parece que são as espécies do género *Rattus* os principais reservatórios da zoonose: ANDRIANAIVOARIMANANA, et al. - Understanding the Persistence of Plague Foci in Madagascar...

populações de roedores¹⁷²⁸, interferindo também com a bactéria e com os insetos vetores, cada um deles respondendo de forma distinta e decisiva na viabilidade de um foco, de uma epizootia e até de uma eventual epidemia.

A complexa ecologia da peste define a base da sua epidemiologia¹⁷²⁹ - sendo os fatores humanos igualmente importantes - e vai evoluindo num jogo entre fatores ambientais, respostas genéticas das espécies envolvidas e interações entre estas¹⁷³⁰, num ciclo contínuo e difícil de analisar, sobretudo devido à tentação de obter uma imagem estática e permanente. Por último, mas com importância decisiva, será preciso ter em conta que a maioria dos atuais focos correspondem à *biovar Orientalis*, ainda que sobrevivam focos com a *biovar Medievales*, podendo a sua focalização responder a estímulos e condicionantes distintas que a paleogenómica continua a explorar, estando longe de se tratar de um caso encerrado.

A climatologia histórica, a arqueozootologia e a história ambiental, no geral, são fundamentais para a verificação de um potencial foco ou focos portugueses de peste. Um dos fatores decisivos é a existência de populações de roedores ou outros pequenos mamíferos que sejam capazes de manter um foco vivo entre surtos epizooticos ou até epidémicos. Atualmente, há pelo menos catorze espécies de roedores que ocorrem em território nacional: além dos já referidos rato-preto (*Rattus rattus*, exótica, mas já presente desde o período romano¹⁷³¹) e da ratazana (*Rattus norvegicus*, também exótica e introduzida mais tarde, no período Moderno) – responsáveis não só por transmitir a peste ao Homem, mas muitas outras doenças¹⁷³² -, há ainda o esquilo (*Sciurus vulgaris*)

¹⁷²⁸ BROUAT, Carine; RAHELINIRINA, Soanandrasana; LOISEAU, Anne; RAHALISON, Lila; RAJERISON, Minoariso; LAFFLY, Dominique; HANDSCHUMACHER, Pascal; DUPLANTIER, Jean-Marc - Plague Circulation and Population Genetics of the Reservoir *Rattus rattus*: The Influence of Topographic Relief on the Distribution of the Disease within the Madagascan Focus. *PLoS Neglected Tropical Diseases*, 7 (June 2013), e2266. <https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0002266>.

¹⁷²⁹ REIJNIERS, Jonas; BEGON, Mike; AGEYEV, Vladimir S.; LEIRS, Herwig - Plague epizootic cycles in Central Asia. *Biology Letters*, 10(6), (2014), 20140302. doi: 10.1098/rsbl.2014.0302.

¹⁷³⁰ Um exemplo das limitações destes modelos simplificados é a falibilidade exposta em BRINKERHOFF, Robert Jory; COLLINGE, Sharon K.; RAY, Chris; GAGE, Ken L. - Rodent and flea abundance fail to predict a plague epizootic in black-tailed prairie dogs. *Vector Borne and Zoonotic Diseases (Larchmont, N.Y.)*, 10:1 (2010), 47–52. doi:10.1089/vbz.2009.0044.

¹⁷³¹ McCORMICK - Rats, communications, and plague..., p. 9.

¹⁷³² HIMSWORTH, Chelsea G.; PARSONS, Kirbee L.; JARDINE, Claire; PATRICK, David M. - Rats, Cities, People, and Pathogens: A Systematic Review and Narrative Synthesis of Literature Regarding the Ecology of Rat-Associated Zoonoses in Urban Centers. *Vector Borne and Zoonotic Diseases* 13:6 (2013), p. 349–359. doi:10.1089/vbz.2012.1195.

- de novo presente em Portugal, como esteve em toda a Idade Média -, o leirão (*Eliomys quercinus*), cinco espécies de pequenos ratos campestres do género *Microtus* (*M. lusitanicus*, *M. duodecimcostatus*, *M. arvalis*, *M. cabrerae*, *M. agrestis*), o rato-de-água (*Arvicola sapidus*), o rato-das-neves (*Chionomys nivalis*), o rato-do-campo (*Apodemus sylvaticus*), o rato-caseiro (*Mus musculus*) e o rato-das-hortas (*Mus spretus*)¹⁷³³. Além destas, há ainda uma espécie de roedor historicamente documentada, mas que se encontra extinta, o castor-europeu (*Castor fiber*), e duas cuja ocorrência provável não foi ainda confirmada: o leirão-cinzento (*Glis glis*) e o rato-dos-lameiros (*Arvicola scherman*)¹⁷³⁴.

No presente estado de conhecimentos, parece que o castor estaria já em declínio no século XIII, acabando por desaparecer talvez ainda no século XV, por destruição de habitat e caça¹⁷³⁵; assim, parece muito pouco provável que esta espécie possa ter tido qualquer papel na manutenção de algum foco silvestre português de peste. Entre as restantes espécies de mamíferos, apesar de muitas serem suscetíveis à doença, nenhuma parece oferecer condições para garantir um foco silvestre de peste. Alguma delas poderia constituir um reservatório de *Y. pestis*? Não tendo competências para dissertar sobre as características de cada uma destas espécies, é possível fazer algumas comparações. Em primeiro lugar, a ausência de espécies que, noutros pontos da Europa, já foram referidas como possíveis depósitos silvestres de peste, em particular a marmota alpina (*Marmota marmota*)¹⁷³⁶. Tendo a bactéria da peste evoluído, provavelmente, em relação direta com uma espécie de marmota da Ásia Central, a *Marmota sibirica*¹⁷³⁷, a sua congénere europeia torna-se uma candidata privilegiada na manutenção de eventuais focos de peste na Europa; atualmente, na América do Norte, um outro conjunto de espécies da família das marmotas, os cães-da-pradaria (sobretudo

¹⁷³³ PAUPÉRIO et al. – Roedores..., p. 116-149.

¹⁷³⁴ ÁLVARES, Francisco; BENCATEL, Joana; BARBOSA, A. Márcia - Espécies extintas ou de ocorrência duvidosa. In BENCATEL, Joana; SABINO-MARQUES, Helena; ÁLVARES, Francisco; MOURA, André E.; BARBOSA, A. Márcia (eds.), *Atlas de Mamíferos de Portugal*. 2ª edição. Évora: Universidade de Évora, 2019, p. 212.

¹⁷³⁵ ÁLVARES; BENCATEL; BARBOSA - Espécies extintas ou de ocorrência duvidosa..., p. 210.

¹⁷³⁶ CARMICHAEL – Plague Persistence..., p. 177-180.

¹⁷³⁷ SUNTISOV - Origin of the Plague...

o *Cynomys ludovicianus*), também são os principais responsáveis pela manutenção de focos silvestres de peste, estabelecidos já no século XX, no interior do continente¹⁷³⁸.

Num eventual surto provocado por contacto com um foco silvestre mantido pela marmota alpina, a peste viria de zonas montanhosas e rurais para zonas urbanas, e não a partir do mar, como parece ser relativamente frequente no ducado de Milão durante a Idade Moderna¹⁷³⁹. Esta espécie, contudo, não ocorre em Portugal, e desaparecera de toda a Península Ibérica desde o final do Pleistocénico, há mais de 11000 anos; foi reintroduzida nos Pirenéus apenas em meados do século XX¹⁷⁴⁰. Se compararmos com as colónias estabelecidas pelas marmotas nos Pirenéus nas últimas décadas, onde a altitude mínima registada ronda os 1300 metros e a preferencial vai dos 1800 aos 2400 acima do nível do mar¹⁷⁴¹, percebemos rapidamente que em Portugal não há condições ecológicas para o estabelecimento destes animais, e nunca terão ocorrido no território que hoje é Portugal nos últimos milénios.

Se as espécies europeias que podem ser responsáveis pela manutenção de focos não parecem oferecer soluções para a possível existência de um foco silvático de peste em Portugal, no final da Idade Média e durante quase toda a Idade Moderna, talvez as espécies norte-africanas ofereçam: além das suscetíveis duas espécies do género *Rattus* e *Mus* que também ocorrem em Portugal, uma outra espécie, o *Apodemus sylvaticus* (rato-do-campo), foi identificado como pestífero precisamente na Argélia, no início da década passada, sem, contudo, desenvolver a doença. Assim, e dada a sua abundância na Europa Mediterrânica, talvez possa ser um candidato a espécie de manutenção zootica da peste em ciclos de menor atividade, num potencial foco português¹⁷⁴². Apesar de a sua distribuição poder ser menor do que foi há séculos – tal como a de quase todas

¹⁷³⁸ SALKELD, Daniel J.; SALATHÉ, Marcel; STAPP, Paul; JONES, James Holland - Plague outbreaks in prairie dog populations explained by percolation thresholds of alternate host abundance. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 107:32 (2010), p. 14247–14250. doi:10.1073/pnas.1002826107/-/DCSupplemental.

¹⁷³⁹ CARMICHAEL – Plague Persistence..., p. 157-171.

¹⁷⁴⁰ HERRERO, Juan; CANUT, J.; GARCIA-FERRE, D.; GARCÍA-GONZÁLEZ, Ricardo; HIDALGO, R. - The alpine marmot (*Marmota marmota* L.) in the Spanish Pyrenees. *Zeitschrift für Säugetierkunde*. 57:4 (1992), p. 211–215.

¹⁷⁴¹ HERRERO, Juan; GARCÍA-GONZÁLEZ, Ricardo; GARCÍA-SERRANO, Alicia - Altitudinal Distribution of Alpine Marmot (*Marmota marmota*) in the Pyrenees, Spain/France. *Arctic and Alpine Research* 26:4 (1994), p. 328-331, DOI: [10.1080/00040851.1994.12003076](https://doi.org/10.1080/00040851.1994.12003076).

¹⁷⁴² MALEK, M. A. et al. - Enzootic plague foci, Algeria..., p. 13-16.

as espécies silvestres que ocorrem em território nacional –, o rato-do-campo continua a ser relativamente abundante e a ocorrer em todo o país. Entre as espécies de pulgas que já foram identificadas em Portugal a parasitar o rato-do-campo encontra-se a *Nosopsyllus fasciatus*¹⁷⁴³. Trata-se de uma possível via de identificação, mas que só poderá ser reforçado, em paralelo com a investigação nas ciências da vida, através de uma exaustiva recolha não só de surtos, como de todas ocorrências documentadas de peste – algumas delas em suspeitos casos isolados¹⁷⁴⁴ – que ocorrem dos séculos XV a XVII. Outras vias paralelas terão de ser desenvolvidas, como o estudo integrado das peste histórica e das ciências paleoclimáticas. Os modelos gerais ainda falham na definição de como as alterações climáticas do segundo milénio, por exemplo, favoreceram ou não a manutenção da peste na Europa ao longo de séculos¹⁷⁴⁵, mas um estudo exaustivo à realidade nacional e regional poderá permitir contributos inéditos e decisivos.

Todas estas hipóteses merecem ser testadas com atenção, os dados deverão ser recolhidos com exaustividade e tratados em todos os aspetos possíveis, dos puramente estatísticos aos geográficos¹⁷⁴⁶, permitindo, em simultâneo, consolidar ou alterar o conhecimento que temos da doença e da sua presença em Portugal entre o final da

¹⁷⁴³ ABREU – Introdução ao estudo dos Siphonaptera..., p. 209.

¹⁷⁴⁴ Um desses casos é-nos dado pela chancelaria de D. Manuel I, numa carta de perdão datada de 1501. Nela, entre outras coisas, fala-se de um rapaz de 12 anos que foi encontrado morto no termo de Campo Maior, tendo a causa da morte sido atribuída a uma “levação”, depois confirmada e designada concretamente como “pestilência”. Além deste caso, refere-se uma mulher castelhana, que teria sido encontrada morta numa zona erma, e que fora levada a Badajoz, de onde era, porque o local onde foi achada já era termo da dita cidade. Não se adianta mais nada, mas é possível que se trate de outro caso. Estes casos individuais e micro-surtos são – caso se trate realmente de peste – altamente suspeitos, e parecem recusar qualquer origem exterior que não oriunda do terreno onde o rapaz possa ter sido infetado. Trata-se de um único exemplo, mas a exploração sistemática deste tipo de dados poderá fornecer informações decisivas na compreensão da peste em território português, ao longo de séculos, tão mais relevante quanto por a reemergência da doença ser um problema e vivermos tempos de crises pandémicas a uma escala que não era vista há um século. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 47v.

¹⁷⁴⁵ Ainda assim, a opinião geral pende para uma correlação, sendo a grande questão perceber *como* e *não se*: YUE; LEE - Climate change...

¹⁷⁴⁶ A representação cartográfica da distribuição dos milhares de surtos de peste documentados no Ocidente durante a Segunda Pandemia permite leituras muitíssimo relevantes; porém, a precariedade dos dados de muitas regiões, como o ocidente da Península Ibérica, fragilizam a leitura geral e colocam em causa eventuais conclusões. Um exemplo do parco contributo dos surtos portugueses para esse tipo de trabalhos é o que se deteta em: BÜNTGEN, Ulf; GINZLER, Christian; ESPER Jan; TEGEL, Willy; McMICHAEL, Anthony J. - Digitizing historical plague. *Clinical Infectious Diseases: an Official Publication of the Infectious Diseases Society of America* 55:11 (1 December 2012), p. 1586-1588. doi:10.1093/cid/cis723.

Idade Média e o fim do Antigo Regime, mas também inserir devidamente Portugal no caso europeu e mediterrânico, permitindo o aperfeiçoamento de recolhas que têm sido feitas sobretudo a partir de paragens bem mais estudadas. A eventual existência de um ou mais pequenos focos de peste em Portugal durante a Segunda Pandemia seria uma descoberta extraordinária num plano bem mais alargado do que o meramente nacional ou regional, e permitiria colocar, finalmente, o caso português no estado da arte dos estudos históricos da peste. Mesmo que essa possibilidade não seja confirmada, urge estudar a relação entre os surtos de peste documentados em Portugal entre meados do século XIV e finais do século XVII, os elementos naturais e a ação humana, procurando uma correlação entre um surto e as condições de humidade, temperatura, relevo, etc., mas também a rede viária, as redes de influência e a articulação humana do território, permitindo uma interpretação muito mais completa e precisa da experiência portuguesa da Segunda Pandemia de peste¹⁷⁴⁷.

¹⁷⁴⁷ Um exemplo de um estudo do género – já com alguns anos, mas de grande interesse, é aquele que é feito por Kirsty Duncan para o caso escocês: DUNCAN, Kirsty - The possible influence of climate on the bubonic plague in Scotland. *Scottish Geographical Magazine* 108:1 (1992), p. 29-34.

13 – “Obras públicas”, arquitetura e arte – sinais de recuperação?

Uma das consequências mais notadas em muitos dos territórios onde a peste grassou é a interrupção de obras em curso, o abandono de projetos construtivos em favor de outros mais modestos ou uma longa pausa na renovação arquitetónica¹⁷⁴⁸. Entre obras de aparato que ficaram por terminar, ou cuja conclusão foi longamente adiada, e uma verdadeira paralisação da atividade construtiva por mais de meio século¹⁷⁴⁹, os cenários europeus e mediterrânicos são diversos. Este tipo de rutura ou travão deve-se à combinação de vários fatores: falta de mão-de-obra, em número, qualidade ou por deslocalização, falta de recursos materiais por depauperamento do proprietário da obra, uma simples desistência face aos efeitos sociais, mentais e culturais da epidemia, ou a pura cessação da necessidade de um determinado edifício ou equipamento, face à retração populacional. A primeira metade do século XIV, em Portugal, foi relativamente fértil em empreendimentos que hoje consideraríamos como *obras públicas*. O ritmo parece abrandar após a Peste, mas as condicionantes variam em cada tipo de construção e respetivo ordenante.

Além dos ritmos de construção, a Peste Negra pode ter exercido outro tipo de influência na produção artística: a alteração de modelos face a um cataclismo sem precedentes, numa reação individual e coletiva a um fenómeno profundamente

¹⁷⁴⁸ Esse hiato na atividade construtiva observa-se em áreas europeias excêntricas – e que, por isso, constituem interessantes termos de comparação com o caso português –, com destaque para a Escandinávia. De facto, tanto na Suécia, como na Noruega, a construção (feita sobretudo em madeira), quase para após 1350, levando 60 a 100 anos a retomar os ritmos anteriores à Peste: MYRDAL – *The Forgotten Plague...*, p. 173-174; LAGERÅS, et al. - *Abandonment, agricultural change and ecology. In Environment, society and the Black Death – an interdisciplinary approach to the late-medieval crisis in Sweden*. Oxford: Oxbow Books, 2016, p. 60-65; porém, a análise deste tipo de recuo, na Escandinávia, tem por base a dendrocronologia, essencial por a madeira ser a matéria-prima fundamental na construção nestes territórios; o mesmo tipo de análise nunca teria um impacto tão evidente em Portugal: a escassez histórica de madeira levou sempre à preferência por materiais inorgânicos, como a pedra e o adobe, com coberturas de telha ou lousa. Os materiais vegetais eram usados – não só a madeira, como o colmo e a palha, além da cortiça, mas a madeira servia sobretudo para travejamento entre pisos e tetos, tendo-se perdido praticamente tudo ao longo dos séculos. Assim, exames de madeira nunca poderiam determinar com segurança o panorama geral da construção em Portugal, mas poderiam dar a conhecer um eventual aumento da área florestada no pós-Peste.

¹⁷⁴⁹ Os numerosos e exaustivos estudos dendrocronológicos permitem identificar uma pausa de praticamente 60 anos na atividade construtiva na Noruega, por exemplo. Este será o exemplo mais extremo do que se tem vindo a referir, e é uma demonstração evidente da utilidade da informação dendrocronológica acumulada em territórios onde a madeira é o material de construção privilegiado: THUN - *Norwegian conifer chronologies...*, p. 63-74.

marcante no plano mental e que teria as suas cicatrizes bem visíveis na expressão artística dos anos que lhe sucedem. Como se verá, esta perspetiva é bastante condicionada pela realidade portuguesa e, por outro lado, pela minha própria falta de preparação na análise de obras de arte. Assim, mais do que tentar adiantar novas leituras e interpretações, procurei recolher os dados existentes, os estudos já elaborados, e colocá-los sob o prisma da Peste Negra, sistematizando o possível e procurando aglutinar mais algumas tesselas a um mosaico de composição problemática.

13.1– Empreendimentos militares: muralhas e castelos

Como foi visto no capítulo 4, a renovação das fortificações portuguesas é um movimento cujo pico de intensidade foi atingido ainda no reinado de D. Dinis, com a reforma ou reconstrução de diversos castelos e outras estruturas defensivas, seguido por uma fase de melhoramento, reconstrução ou construção de raiz em muralhas urbanas um pouco por todo o reino, que se intensifica no reinado de D. Afonso IV e se prolonga pelos reinados de D. Pedro I e D. Fernando¹⁷⁵⁰. Ao longo destas décadas, a Peste não parece ter sido capaz de parar as obras, pelo menos mais do que num curto espaço de tempo, ou comprometer definitivamente a sua realização. Por outro lado, é possível que os sucessivos obstáculos, onde a Peste se destaca, mas não está sozinha, tenham obrigado a um prolongamento dessas obras no tempo. Naturalmente, novas muralhas, com um perímetro superior, não se traduzem numa expansão proporcional das cidades. A ideia passava, precisamente, por garantir a manutenção de espaço não-edificado no seu interior, que permitisse, por exemplo, algum cultivo em tempo de cerco, mas também um crescimento a longo prazo. Uma muralha nova em torno de uma área plenamente edificada era uma construção obsoleta à partida. Neste ponto, vejamos os exemplos mais importantes entre as obras que decorriam no momento da eclosão da Peste Negra: o castelo e muralhas de Braga e a muralha nova do Porto, no Norte; as cercas novas de Évora e de Elvas, no Sul.

No caso da fortificação bracarense, tudo indica que estivesse a ser edificada a partir de 1315, mas com uma evolução lenta e que, mais de meio século depois, em 1369, não

¹⁷⁵⁰ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 81-86.

estava ainda terminada, impossibilitando a eficaz defesa cidade face ao ataque de Henrique II de Castela¹⁷⁵¹. Sendo um dos mais importantes senhorios eclesiásticos do país, José Marques recusa que este programa de expansão defensivo de Braga se deva à iniciativa do rei D. Dinis, mas considera que a influência que a ação régia poderá ter exercido sobre os projetos de defesa da cidade levados a cabo pelos prelados bracarenses é importante. O autor sublinha os anos difíceis, que se prolongam da década de 1330 até ao final do século, mas parece certo que as obras nunca chegam a parar. Como nos outros casos, é difícil perceber de que forma a Peste Negra pode ter condicionado a renovação das muralhas bracarenses e a construção do seu castelo, mas parece certo que não impediu essa construção e não produziu nenhuma alteração ou inversão do curso das obras.

A muralha trecentista portuense, uma das várias designadas como *fernandinas* pela coincidência do reinado de D. Fernando com a sua conclusão, foi mais um dos projetos defensivos iniciados no reinado de D. Afonso IV. O processo de construção desta estrutura está bastante mais bem documentado do que o da sua congénere bracarense. Temos notícias esporádicas dos trabalhos, dos trabalhadores e também de alguns conflitos relacionados com a obrigação de anúduva de certos territórios em redor da cidade.

Um sinal de uma certa escassez nessa mão-de-obra é, por exemplo, a carta de perdão que D. Afonso IV, em 1356, concede a Gonçalo Afonso, pescador, morador no Porto, que havia sido condenado a um ano de serviço em Setúbal, por bigamia, trocando esse degredo por um ano de trabalho na muralha do Porto¹⁷⁵². Poucas semanas mais tarde, o rei ordena que os lavradores e moradores nas terras da Ordem do Hospital perto do Porto ajudem na muralha por cinco anos, apesar de reconhecer a isenção de que deveriam gozar¹⁷⁵³. O zelo da Coroa não cessa com D. Pedro I, pelo contrário: menos de duas semanas depois de subir ao trono, o rei ordena ao corregedor do Entre-Douro-e-Minho, Fernando Martins, que mantenha a ordem dada por D. Afonso IV para que a anúduva dos julgados da Maia, de Bouças, de Massarelos, de Gondomar, de Melres e de

¹⁷⁵¹ MARQUES, José – O Castelo de Braga (1350-1450). *Mínia* 8 (1986), p. 5-34.

¹⁷⁵² *Corpus Codicum*, Livro 6, p. 51-52, doc. 34 [Livro I de Pergaminhos da Câmara do Porto].

¹⁷⁵³ *Corpus Codicum*, Livro 1, p. 99 [fl. 35 do original].

Refojos de Riba d'Ave fosse para se fazer a cerca do Porto, destinando ao mesmo esforço construtivo as penas em moeda daqueles que fossem condenados no Entre-Douro-e-Minho, salvaguardando-se as coimas que as Ordens Militares deveriam receber nas suas próprias terras¹⁷⁵⁴. Estas contribuições são alargadas pelo mesmo rei em 1363, ordenando aos juizes de Gaia, da Feira, de Avintes, de Figueiredo e de Paiva que os respetivos habitantes passem a ajudar com anúduvas na construção da cerca do Porto – que estava já próxima da conclusão – porque a ajuda dos concelhos de Aquém-Douro não era suficiente, por só terem de dar meia anúduva - que representava 3 dias por ano - e haver isenção das terras de Ordens e de alguns fidalgos¹⁷⁵⁵; em 1366, era a vez dos homens não-isentos dos julgados de Cambra e de Fermedo se juntarem ao lote daqueles que estavam obrigados a anúduva na nova cerca portuense¹⁷⁵⁶.

D. Fernando atua com igual solícitude. Em abril de 1367, antes mesmo de confirmar todos os privilégios e costumes à cidade do Porto, três meses depois de subir ao trono, e indo ao encontro às solicitações do vedor da obra da cerca portuense, determina que todos aqueles que devem pagar anúduva na obra da dita cerca, provenientes dos julgados da Maia, de Bouças, de Gondomar, de Aguiar e de Refojos, o façam por inteiro, tal como D. Afonso IV ordenara originalmente (D. Pedro I reduzira para metade), fazendo seis dias por ano; que quem tivesse bois servisse com eles oito dias por ano, e que o Concelho do Porto usasse na construção da cerca as 10000 libras que havia prometido ao rei por serviço, organizando-se a obra em quadrelas, com um homem-bom em cada, o que permitiria terminar a obra do dia de São Miguel seguinte a três anos¹⁷⁵⁷. A ausência de mais notícias deste género parece indicar o sucesso da empreitada. Mobilizando cada vez mais homens, de uma área geográfica cada vez mais ampla, os sucessivos monarcas tratam esta cerca como um investimento prioritário, e que se revelará, de facto, uma aposta preciosa e essencial quando se inicia, em 1369, um longo ciclo bélico que durará mais de quatro décadas.

A cerca nova de Évora terá sido igualmente iniciada no reinado de D. Afonso IV, Ainda que seja difícil precisar o ano do início dos trabalhos, parece certo que a maioria

¹⁷⁵⁴ *Corpus Codicum*, Livro 1, p. 99 [fl. 35-36 do original].

¹⁷⁵⁵ *Corpus Codicum*, Livro 1, p. 102-103 [fl. 37 do original].

¹⁷⁵⁶ *Corpus Codicum*, Livro 1, p. 103-104 [fl. 37-38 do original].

¹⁷⁵⁷ *Corpus Codicum*, Livro 1, p. 104-105 [fl. 38 do original].

da construção se faz após a Peste. As referências documentais à *cerca nova*, às suas portas, às suas obras, mas também à *cerca velha*, a partir de então assim designada em oposição ao novo *muro*, multiplicam-se a partir de 1353, tendo os trabalhos começado, provavelmente, pouco depois de 1350 – logo depois da Peste. Em 1353, fala-se já das portas da Lagoa e de Avis¹⁷⁵⁸, e em 1363, o cabido e o restante clero de Évora declaram não consentir no pagamento de fintas e talhas lançadas pelo concelho para a construção da alcárcova e do muro da cidade - por serem eclesiásticos - pelo que o bispo declara que os defenderá disso tanto quanto puder¹⁷⁵⁹. A obra continuava em 1366, ano em que D. Pedro I quita ao concelho de Évora tudo o que deve de quantia do ano anterior, devendo esse dinheiro ser aplicado nas obras do muro, das torres e da barbacã da cidade, com toda a despesa apontada num livro para fiscalização posterior¹⁷⁶⁰. Ainda que o essencial da construção pareça estar já terminada nos primeiros anos do século XV, os trabalhos ter-se-ão prolongado até ao reinado de D. Afonso V, segundo Túlio Espanca, nisso seguido por Carmen Balesteros¹⁷⁶¹. A muralha eborense foi um enorme empreendimento começado logo após a Peste Negra e que em momento parece ter sido suspenso ou redimensionado.

Em Elvas, onde o sistema defensivo possui uma história complexa, as obras da cerca nova do século XIV – mais uma das chamadas *fernandinas* -, que foi a terceira dos quatro sistemas defensivos que a cidade conheceu, deverá ter sido iniciada ainda no reinado de D. Afonso IV, como defende Fernando Branco Correia, dada a referência a estruturas da muralha logo em 1355¹⁷⁶². Ainda que a documentação não permita apontar um ano concreto para o início dos trabalhos, as obras prosseguiram até ao reinado de D. Fernando, altura em que terão sido concluídas. Também neste caso, a Peste não parece ter comprometido de forma irremediável o curso da projeto, e a necessidade de

¹⁷⁵⁸ ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Diversos, Originais diversos, compilados por Baltazar de Faria Severim e por Manuel Severim de Faria, Pasta 2, XXVIII; BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 129, 134; CARVALHO – *Da Toponímia de Évora...*, I, p. 292.

¹⁷⁵⁹ ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Diversos, Documentos Avulsos Diversos, Maço 2 [antigo EE IX].

¹⁷⁶⁰ ADE, *Arquivo Histórico Municipal de Évora*, pasta 65 [Pergaminhos Soltos], doc. 1.

¹⁷⁶¹ BALESTEROS, Carmen; MIRA, Élia – *As Muralhas de Évora. Separata de A Cidade – Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas I. Universidade Aberta – 1993*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Escola Secundária Gabriel Pereira, 1994, p. 19.

¹⁷⁶² CORREIA – *Elvas na Idade Média...*, p. 175-185.

proteção da fronteira por excelência entre o Alto Alentejo português e a Extremadura castelhana sobrepor-se-iam às dificuldades económicas e humanas.

No geral, a Peste Negra não parece ter comprometido os projetos de arquitetura militar em curso; porém, boa parte do programa de renovação de castelos e fortificações estava já concluído, e foi levado a cabo no início do século XIV por D. Dinis. Um súbito aumento de construções de cariz militar podia ser um sinal direto do impacto da Peste. Na Suécia, por exemplo, a disrupção social criou um pequeno fenómeno de encastelamento depois da Peste Negra, onde potentados locais procuravam exercer energicamente o seu poder sobre os homens das suas terras e resistir aos vizinhos¹⁷⁶³. Porém, a muito mais consolidada monarquia portuguesa não produziu nada de semelhante.

A construção militar trecentista assistiu a inovações importantes e a projetos de grande escala para a realidade portuguesa, mas o essencial das intervenções em castelos estava concluída quando a Peste Negra atingiu o reino e, em particular, as duas regiões em estudo. Além disso, Carlos Alberto Ferreira de Almeida é inequívoco no julgamento das inovações: se o castelo dionisino introduz novas soluções defensivas e construtivas, aqueles que são construídos mais tarde, sobretudo durante o reinado de D. Fernando, limitam-se a reproduzir os mesmos modelos, sem qualquer novidade – ainda que com a qualidade exigida pela conjuntura bélica – sendo necessário esperar pelo século XV para assistir à introdução de novos elementos¹⁷⁶⁴. As grandes obras que prosseguem no pós-Peste, as novas ou renovadas muralhas dos principais centros urbanos, poderão ter sido atrasadas na sua conclusão, mas a necessidade de que delas tinham as populações – plenamente confirmada no ciclo das Guerras Fernandinas, da Crise de 1383-85 e dos anos que se seguiram até à paz de 1411 – permitiu que recursos importantes de todos os tipos fossem direcionados para estes empreendimentos, mesmo com uma previsível quebra demográfica e depressão económica. A grande diferença entre os empreendimentos do Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana passará sobretudo pela cronologia de início, com uma obra importantíssima como a cerca nova eborense a ter início logo depois da Peste Negra, quando as suas congéneres

¹⁷⁶³ MYRDAL – *The Forgotten Plague...*, p. 174-175.

¹⁷⁶⁴ ALMEIDA; BARROCA – *História da Arte em Portugal. O gótico...*, p. 84-85.

nortenhãs estavam já em construção. Mas, mais do que uma manifestação simbólica de poder ou um laboratório de novos métodos, técnicas e soluções, as muralhas e os castelos concluídos no terceiro quartel do século XIV respondiam a uma necessidade premente e eram tratadas como uma prioridade inequívoca.

13.2 – Paragem ou impulso na arquitetura religiosa?

A nível europeu, as grandes construções religiosas que viram os seus planos iniciais serem modificados para versões mais modestas ou tecnicamente diferentes¹⁷⁶⁵, ou até serem pura e simplesmente interrompidos, são um exemplo recorrente das consequências a médio e longo prazo da Peste. O exemplo da catedral de Uppsala (um entre vários exemplos escandinavos¹⁷⁶⁶), parada durante praticamente um século, é paradigmático¹⁷⁶⁷.

A construção de igrejas e outras edificações ligadas ao culto, à religião e à Igreja, nem sempre é fácil de datar. Sobram poucos dados cronológicos precisos sobre empreitadas mais ou menos importantes, mas as referências aproximadas podem ajudar a esclarecer uma questão: a Peste Negra teve um efeito paralisante, de curto, médio ou longo prazo no conjunto de obras de arquitetura religiosa de todas as dimensões em Portugal? Existe uma relação evidente entre a ocorrência da epidemia e alguma alteração na dinâmica de construção ou reedificação? Uma eventual inexistência de grandes obras pode ser uma mera coincidência, sobretudo em conjuntos arquitetónicos que suprimiriam as necessidades das suas comunidades e, assim, dispensariam intervenções significativas durante algumas gerações? É possível que todas estas realidades tenha coexistido, ou sido localmente mais relevantes do que outras. Paulo Pereira, por exemplo, fala da “experimentação na segunda metade do século XIV”, mas refere essencialmente obras localizadas na antiga Estremadura portuguesa, com destaque natural para as reformas na Sé de Lisboa, iniciadas antes mesmo da Peste Negra, promovidas por D. Afonso IV¹⁷⁶⁸, e que se prolongaram tanto

¹⁷⁶⁵ O que parece ser o caso do mosteiro aragonês de Poblet: BASSEGODA I NONELL, Joan - La Pesta Negra de 1348 a la Catedral de Barcelona i al Monestir de Poblet. *Gimbernat: Revista d'Història de la Medicina i de les Ciències de la Salut* 33 (2000), p. 15-20.

¹⁷⁶⁶ NYBORG – The Black Death as Reflected ..., p. 188-199.

¹⁷⁶⁷ MYRDAL – The Forgotten Plague..., p. 173.

¹⁷⁶⁸ PEREIRA, Paulo – A arquitetura (1250-1450). In PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa, Volume I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 334-433.

por questões ‘programáticas’, como de necessidade, motivada pelo terramoto ruinoso de 1356. Muitas dessas obras dizem já respeito aos reinados de D. Fernando e de D. João I. Mas será esta a realidade no Entre-Douro-e-Minho e no Entre-Tejo-e-Odiana, também?

A norte, as catedrais de Braga e do Porto dominavam as suas respetivas cidades – das quais eram senhoras -, e mantinham o essencial das suas estruturas românicas, construídas no século XII. Em Braga, a ação enérgica do arcebispo D. Gonçalo Pereira teve também tradução material, prosseguindo os trabalhos já em curso e concretizando outros projetos do próprio arcebispo. A aquisição das casas da câmara do concelho da cidade – autorizada pelo papa João XXII em 1331¹⁷⁶⁹ -, junto do complexo catedralício, permitiu ao arcebispo construir a sua capela funerária, a hoje designada por Capela da Glória, assim como a torre que lhe está anexa. Também o seu antecessor, D. João Martins de Soalhães, tinha estabelecido a sua própria capela funerária, mas sem registo de construção, e será necessário esperar até ao episcopado de D. Lourenço Vicente (1374-1398) para a catedral voltar a assistir a obras do mesmo tipo – a construção da chamada Capela dos Reis¹⁷⁷⁰, ou capela de Nossa Senhora do Livramento - provavelmente já após 1385, quando a consolidação da Dinastia de Avis e a definitiva obediência ao partido romano do Cisma permitem ao arcebispo retomar plenamente o exercício das suas funções, estando já terminada em 1391¹⁷⁷¹. Assim, no caso de Braga, é possível identificar pelo menos 30 anos – talvez 40 – de inatividade, por certo intimamente ligados a um cabido depauperado e afetado por conflitos internos, por um lado, e a um conjunto de bispos estrangeiros, maioritariamente não residentes e com outros planos para as respetivas sepulturas, por outro. Ao longo do século XV, as pequenas obras mantêm-se e, no início do século XVI, dá-se a maior revolução urbana planeada em Braga desde a Antiguidade, pela mão do arcebispo D. Diogo de Sousa, à qual não escapará parte da catedral e muitas das igrejas da cidade¹⁷⁷². Assim, se não é possível atribuir uma responsabilidade direta da Peste Negra na aparente estagnação da arquitetura religiosa de Braga, ou de arquitetura civil ou militar promovida pela igreja

¹⁷⁶⁹ ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 21, doc. 807.

¹⁷⁷⁰ ALMEIDA; BARROCA – *História da Arte em Portugal. O gótico...*, p. 61.

¹⁷⁷¹ DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 154-155.

¹⁷⁷² COSTA, Avelino Jesus da – D. Diogo de Sousa. Novo Fundador da Cidade de Braga. Separata de *O Distrito de Braga*

da cidade, a coincidência temporal e os fatores indiretos – como a existência de arcebispos não-ibéricos, raramente residentes, permitida pelo vazio aberto pela Peste nas cúpulas eclesiásticas portuguesas, e bracarenses em particular – tornam essa relação muitíssimo provável.

No resto do território arquidiocese de Braga que pertence à área aqui em análise, o cenário altera-se pouco. A Colegiada de Santa Maria de Guimarães sofrerá obras de monta apenas a partir de 1387, com o cumprimento de um dos votos de D. João I¹⁷⁷³, e a maioria dos mosteiros, depauperados pelos sucessivos golpes da segunda metade do século XIV, deverão ter passado sem intervenções de maior em todo o período.

Quanto ao território da diocese de Tui que pertencia ao reino português, a faixa do Entre-Lima-e-Minho, nenhuma obra de arquitetura religiosa datável das décadas posteriores à Peste Negra parece quebrar a aparente suspensão que se vivia um pouco mais a sul.

No Porto, tal como em Braga, a estrutura da catedral propriamente dita mantém a sua matriz românica, sem adições de monta em todo o século XIV; o claustro gótico, por outro lado, terá sido iniciado apenas em 1385¹⁷⁷⁴, quase quatro décadas após a Peste Negra e num contexto de retoma da atividade construtiva no núcleo urbano que, como se verá, será responsável por alterações importantes na morfologia do burgo ribeirinho, e pela urbanização de áreas previamente não-edificadas que a construção da muralha integra no conjunto da cidade, como acontece com a nova Judiaria do Olival, no morro oposto ao Morro da Pena Ventosa, onde se erguia a Sé e o núcleo primitivo da cidade episcopal. Também os numerosos mosteiros da diocese portugalense parecem ter passado estas décadas sem intervenções de monta. Outra coisa não seria de esperar: as décadas de reajustamento, a redução – mesmo que momentânea – da comunidade, e a necessidade de canalizar recursos para questões mais urgentes, parecem impedir quaisquer obras de fundo na maioria dos cenóbios. Prova indireta disso é a existência abundante, ainda hoje, de vestígios românicos e do gótico inicial nesta diocese, prova

¹⁷⁷³ DIAS – *A Arquitectura...*, p. 129-131; ALMEIDA; BARROCA – *História da Arte em Portugal. O gótico...*, p. 62-64; PEREIRA – *A arquitectura (1250-1450)...*, p. 422-424.

¹⁷⁷⁴ ALMEIDA; BARROCA – *História da Arte em Portugal. O gótico...*, p. 126; PEREIRA – *A arquitectura (1250-1450)...*, p. 334-433.

de um esforço de edificação extraordinário nos séculos XII e XIII, mas que cessa posteriormente, retomando apenas com força no período Moderno, quando muitas intervenções conferem aos edifícios destas instituições o aspeto que carregam até hoje.

Entre as poucas obras que se podem adivinhar nos mosteiros do Entre-Douro-e-Minho – ainda que sem garantias de terem sido efetivamente levadas a cabo neste período – estão intervenções forçadas por destruições ou degradação. Um dos casos é o do mosteiro de Santo André de Ancede, depois de um incêndio ter destruído o dormitório e as casas em redor, parte do refeitório, do cabido e do claustro, levando D. Afonso IV, em 1355, a conceder mercê à instituição, permitindo-lhe receber os bens e herdades dos seus cónegos e religiosos, a única forma de angariarem o suficiente para reconstruir aquilo que era, na verdade, praticamente toda a parte conventual do cenóbio¹⁷⁷⁵. Outro caso é o do mosteiro de São Pedro de Pedroso que, em 1364, fez uma avença com João Domingues, carpinteiro e morador no couto do mosteiro, para que trate de toda a carpintaria necessária no mosteiro e, em troca e até à sua morte, receberia a ração diária de um frade do mosteiro, 10 libras em dinheiro em cada São Miguel, 10 aldas de veado para vestir - mesmo que acabe por ficar velho ou doente, não podendo executar todos estes trabalhos – naquilo que parece ser um excelente negócio para o dito carpinteiro¹⁷⁷⁶.

Mesmo no plano das fundações, novas ou recentes, as obras seriam modestas. O novo convento gaiense de São Domingos das Donas, depois chamado de Corpus Christi, foi instalado nas casas dos fundadores, em 1354¹⁷⁷⁷, depois da autorização papal do ano anterior¹⁷⁷⁸, pelo que as intervenções teriam sido mínimas. Se as obras continuavam na igreja do convento de Santa Clara de Vila do Conde depois da Peste Negra, esta seria apenas uma exceção à regra e representaria apenas o prolongamento das décadas anteriores de intervenção, faltando concluir apenas, em 1354, a galilé, as abóbadas das

¹⁷⁷⁵ ADP, *Convento de Santo André de Ancêde - Baião*, Livro 2, Tombo 1º de Títulos Velhos, fl. 38v-39.

¹⁷⁷⁶ AUC, *Pergaminhos dos Séc. XIV*, Mosteiro de Pedroso, doc. 191.

¹⁷⁷⁷ ANTT, Mosteiro de Corpus Christi, maço 47, n.º 17.

¹⁷⁷⁸ ANTT, *Mosteiro de Corpus Christi*, maço 39, n.º 1.

capelas e os túmulos dos fundadores¹⁷⁷⁹. Em todos os casos, não é da mais refinada arquitetura e dos últimos programas artísticos aquilo de que se trata.

Ainda que sem poder recorrer a uma lista exaustiva de obras datadas, parece-me ser possível afirmar que, no Entre-Douro-e-Minho, há um abrandamento evidente nas construções de cariz religioso. O labor nunca cessa totalmente, mas os novos empreendimentos ou as grandes intervenções parecem tornar-se residuais nas décadas que se seguem à Peste Negra. É difícil, porém, estabelecer uma relação direta e inequívoca entre ambos os fenómenos. O ciclo construtivo de igrejas e mosteiros iniciou-se muito antes daquilo que sucedeu a Sul, e é possível que a maioria das construções existentes fosse ao encontro às necessidades das populações locais: não será por acaso que ainda se preservam tantos templos românicos no Entre-Douro-e-Minho e, onde estes se perderam, a substituição ou reedificação pertença já aos séculos XVII e XVIII. Porém, se essas necessidades não aumentaram por longos períodos devido a uma quebra demográfica, então a Peste volta a entrar como fator de relevo. Não será, como tantas outras, uma questão encerrada.

O Entre-Tejo-e-Odiana encontrava-se numa fase distinta nos ciclos de edificação. Como vimos na Parte I, havia ainda um movimento de criação de paróquias, que se prolonga até às vésperas da Peste, e que justificaria plenamente uma prossecução de movimentos construtivos. O facto de a monumental obra da Sé de Évora - que se iniciou ainda no final do século XIII -, e do respetivo claustro – ordenado pelo bispo D. Pedro (cujo episcopado vai de 1322 a 1340) - terem sido terminadas nas vésperas da Peste¹⁷⁸⁰, por mera coincidência, pode justificar a ausência de trabalhos de monta na segunda metade do século XIV, mas também nos impede de saber se a Peste Negra poderia ter exercido influência indireta na derradeira fase construtiva-decorativa desse templo. Há algumas obras importantes em igrejas transtaganas na primeira metade do século XIV¹⁷⁸¹, mas poucas pareciam estar em labor ao tempo da Peste Negra, não sendo

¹⁷⁷⁹ ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho - In *Oboedientia, Sine Proprio, Et In Castitate, Sub Clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII e XIV)*. Lisboa: Edição de autor, 2012. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 137, 180-181.

¹⁷⁸⁰ ALMEIDA; BARROCA – *História da Arte em Portugal. O gótico...*, p. 54-56; PEREIRA – *A arquitectura (1250-1450) ...*, p. 364-368.

¹⁷⁸¹ DIAS – *A Arquitectura Gótica...*, p. 107-111.

possível perceber se os processos construtivos ou decorativos foram, de alguma forma, redimensionados ou atrasados pela epidemia. O exemplo mais notável de uma edificação posterior à Peste, e datável dos anos imediatamente seguintes, é o da igreja da Flor da Rosa, no Crato, encomenda do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira (filho do arcebispo bracarense D. Gonçalo Pereira e pai de Nuno Álvares Pereira). Teve início em meados do século XIV, talvez mesmo depois da Peste, e prosseguiu lentamente até ao século XVI¹⁷⁸². Pedro Dias aponta o início da construção apenas em 1365¹⁷⁸³, mas a confirmação que D. Pedro I faz da doação do padroado da igreja de Santa Maria de Marvão feita por D. Afonso IV à Ordem do Hospital, para mantimento de uma capela e obras de caridade no convento da Flor da Rosa, em 1359¹⁷⁸⁴, aponta para uma data mais recuada, provavelmente pouco posterior a 1350.

Como se verá no capítulo seguinte, as novas fundações monásticas no Alentejo de Trezentos dispensam um grande aparato arquitetónico: as comunidades eremíticas, tanto dos homens da *pobre vida* refugiados na serra alentejana, como as mulheres emparedadas ou devotadas a formas laicas de espiritualidade em meio urbano, instalam-se em casas previamente existentes, no caso destas, ou em construções modestas, no caso daqueles. Os conventos mendicantes serão a exceção, com Santa Clara de Beja e Santa Clara de Portalegre em destaque. O primeiro, fundado c. de 1340, e definitivamente desembargado por bula papal de 1345, parece ter sido construído com relativa rapidez, dotado por abastados vizinhos bejenses e patrocinado pelos próprios monarcas¹⁷⁸⁵; não temos notícias da sua conclusão, mas sabe-se que em 1363 estaria gravemente danificado por um terramoto, provavelmente antes mesmo de ter sido concluído¹⁷⁸⁶. O segundo, fundado em 1370 por iniciativa de duas leigas, instalou-se nos paços régios e banhos anexos da vila, com a mercê de D. Fernando, mas a obra de adaptação prolonga-se e não está concluída ainda e 1389¹⁷⁸⁷. Uma vez mais, estamos muito longe de grandes projetos de arquitetura religiosa, sendo privilegiada a adaptação de espaços habitacionais e/ou outro edificado civil para instalar as novas fundações.

¹⁷⁸² ALMEIDA; BARROCA – *História da Arte em Portugal. O gótico...*, p. 67-68.

¹⁷⁸³ DIAS – *A Arquitectura Gótica...*, p. 115-117.

¹⁷⁸⁴ *Chancelaria de D. Pedro I*, doc. 357, p. 140-142.

¹⁷⁸⁵ ANDRADE – *In Oboedientia...*, p. 104-105.

¹⁷⁸⁶ ANDRADE – *In Oboedientia...*, p. 136-137.

¹⁷⁸⁷ ANDRADE – *In Oboedientia...*, p. 107-108, 136.

Comparando as duas áreas em estudo, a arquitetura religiosa do Entre-Douro-e-Minho parece ter sofrido um abrandamento considerável com a Peste Negra, que só será ultrapassado já nos últimos anos do século XIV, voltando-se a assistir a obras notáveis ao longo do século XV. Mesmo que as populações pudessem ser servidas pelas construções existentes, como foi referido anteriormente, o embelezamento e a atualização estilística de edifícios religiosos nem sempre foi uma resposta a necessidades práticas. O Entre-Tejo-e-Odiana, numa fase diferente do seu povoamento, da sua organização territorial, mas já devidamente dividido em áreas de influência com características muito distintas do cenário nortenho – onde as ordens religiosas militares e o favor régio são bem mais preponderantes –, não se distingue decisivamente da comarca do Entre-Douro-e-Minho, não sendo evidente um contraste menor entre o *antes* e o *depois* da Peste no que diz respeito aos projetos de arquitetura religiosa.

13.3 – Os escassos dados da arquitetura civil

Se as construções de prestígio, como igrejas, paços e castelos, mobilizadoras de mão de obra, recursos e atenções, são dificilmente datáveis com precisão nesta cronologia, as construções correntes, habitacionais ou relacionadas com a estrutura viária – acima de todas as outras, as pontes –, são, na sua maioria, datáveis apenas por aproximação crítica, raramente com intervalos cronológicos precisos ou restritos.

No que diz respeito a paços e palácios, a primeira metade do século XIV dá-nos exemplos importantes: entre o conjunto de renovações e construções de Gonçalo Pereira, enquanto arcebispo de Braga, encontra-se a conclusão da obra do paço episcopal. Esta empreitada deve ter sido iniciada antes mesmo da chegada do dito arcebispo, pois as referências ao paço velho do arcebispo chegam desde 1323¹⁷⁸⁸ – quando o prelado era ainda D. João Martins de Soalhães – e prosseguem até ao derradeiro dia de 1341¹⁷⁸⁹, surgindo por se tratar do local onde o Concelho de Braga se reunia. É possível que a conclusão das obras do novo paço se tenham concluído então, tanto pelo desaparecimento do paço velho da documentação arrolada, como pela referência ao “paço novo”, utilizado durante o sínodo diocesano de 1342¹⁷⁹⁰. Esse paço

¹⁷⁸⁸ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta de Braga, sua Jurisdição e Oficiais, doc. 6.

¹⁷⁸⁹ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 228.

¹⁷⁹⁰ ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 19, doc. 752

corresponde, ainda hoje, à secção mais antiga existente do antigo paço episcopal bracarense¹⁷⁹¹, hoje tutelado pela Universidade do Minho. Contudo, dos paços episcopais de Porto ou Évora, pouco ou nada se pode dizer de eventuais alterações ou obras de qualquer tipo no século XIV, agravado pelo desaparecimento quase total de estruturas medievais visíveis provocado pelas reedificações modernas.

Outro tipo de paços cuja existência se torna uma necessidade é a dos paços concelhios. Com o estabelecimento da obrigação legal de estabelecer um local de reunião do concelho, cuja periodicidade seria semanal, a partir de 1340, muitos municípios começam a organizar-se para construir ou adaptar a esta função edificações prévias, enquanto outros, décadas antes dessa obrigação, já o tinham feito¹⁷⁹². Esta proximidade temporal, nas vésperas da Peste, permite-nos medir mais fielmente o quanto este fenómeno poderia ter atrasado a concretização destes projetos locais; todavia, é igualmente verdade que a maioria dos municípios não teria capacidade financeira, nem veria grandes vantagens em construir de raiz ou adaptar com fausto, para este fim, construções prévias. Nas duas regiões em estudo, Luísa Trindade refere como em uso, antes da Peste Negra, os paços de Alcácer do Sal (1346) e, nos anos que se seguiram ao flagelo da epidemia, os de Gaia (1355) e de Montemor-o-Novo (1360). Não se sabendo nada sobre estas construções, que poderiam simplesmente ocupar casas previamente existentes, sabe-se um pouco mais sobre o primeiro paço concelhio do Porto, construído sobre arcos na década de 1350, ruindo poucas décadas depois¹⁷⁹³; ainda que de aparente fragilidade, trata-se de uma obra do pós-Peste.

No Entre-Tejo-e-Odiana, os ainda existentes paços do concelho primitivos de Estremoz terão sido finalizados por volta de 1341, depois de mais de duas décadas de labor, iniciado ainda no reinado de D. Dinis, mas os de Monsaraz serão, provavelmente, já da década de 1350, como sugere a mais antiga referência conhecida, datada de 1362¹⁷⁹⁴. Ainda que a informação não abunde, parece seguro afirmar que os concelhos não pararam obras que consideravam necessárias ao funcionamento correto da

¹⁷⁹¹ ALMEIDA; BARROCA – *História da Arte em Portugal. O gótico...*, p. 101-102.

¹⁷⁹² TRINDADE, Luísa – Casas da Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e Poder na Cidade Tardo-Medieval Portuguesa. In RIBEIRO, Maria do Carmo, MELO, Arnaldo Sousa (coord.), *Evolução da Paisagem Urbana*. Braga: CITCEM, 2012, p. 209-212.

¹⁷⁹³ TRINDADE – Casas da Câmara..., p. 213.

¹⁷⁹⁴ TRINDADE – Casas da Câmara..., p. 214.

administração local, mesmo com eventuais atrasos ou dificuldades financeiras e de mão-de-obra. No domínio da arquitetura dos paços concelhios, uma arquitetura civil urbana e pública, a Peste Negra não parece ter sido decisivamente interruptora.

Sobrevivem dezenas de pontes de fábrica medieval. A maioria tem uma datação aproximada, normalmente ao século, facilitada em alguns casos por alguma referência documental, mas com reformas e reconstruções quase sempre indecifráveis no tempo. Muitas aproveitam antecedentes romanos, outras são reconstruídas sucessivamente. Mesmo as maiores e mais emblemáticas, cuja importância poderia ter permitido uma documentação mais abundante e informativa, partilham do silêncio das fontes e incerteza cronológica. A norte, as mais importantes são aquela que atravessa o rio Lima em Ponte de Lima, assim como as pontes do Cávado e as do Ave. Mesmo sobre estas, os dados cronológicos são muito escassos.

Tal como noutros casos, os testamentos são uma fonte importante para o conhecimento deste tópico: a manutenção de caminhos e pontes é assumida como uma obra de caridade, e muitos testadores destinam quantias a este fim nas suas derradeiras vontades. Na maioria dos casos, refere-se simplesmente que certa quantia deverá ser gasta em obras de pontes não identificadas, ficando, provavelmente, ao critério do testador qual seria a obra contemplada¹⁷⁹⁵; noutros casos, a referência a uma certa ponte e às suas obras pode traduzir-se simplesmente na manutenção esporádica que qualquer equipamento deste género receberia, e não a uma construção ou reconstrução.

Apresentadas as limitações, cumpre reunir os dados mais precisos, ainda que fragmentários. A ponte da Lagoncinha, sobre o Ave (em Lousado, concelho de Vila Nova de Famalicão), terá sido construída ainda durante a década de 1220, sendo também do século XIII outra ponte sobre o Ave, a de D. Zameiro (Macieira da Maia, atual concelho

¹⁷⁹⁵ É o caso, por exemplos, dos testamentos de D. Vicente Domingues, chantre do Porto, em 1312, do conde de Barcelos, Martim Gil de Sousa (1312), de Margarida Pires, mulher que foi do cavaleiro Martim Pires de Alvim, (1317) e do cavaleiro Rui Martins (1347): ADP, *Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livro 9º, fl. 25; ANTT, *Mosteiro de São Simão da Junqueira*, liv. 8 (Tombo Real, Livro Primeiro), nº 68, fl. 80v-82v; ANTT, *Gavetas*, Gav. 16, maço 1, n.º 3; ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 45 (Tombo de "doações e mais títulos dos bens do Mosteiro de Grijó"), fl. 32-34v.

de Vila do Conde)¹⁷⁹⁶. Sabemos que a ponte sobre o Cávado, em Barcelos, terá sido mandada construir pelo bastardo régio D. Pedro, conde de Barcelos, na década de 1320, e terá ficado concluída em poucos anos¹⁷⁹⁷. Porém, sobre obras da segunda metade do século XIV, pouco se pode dizer com segurança. No caso da ponte sobre o Lima, em Ponte de Lima, as obras que reconstruíram a velha ponte romana e lhe conferiram o aspeto atual, deveriam estar em pleno labor já em 1316, quando a chancelaria régia revela o aforamento de uma casa na dita vila, cujo foro de 55 soldos anuais revertia para a obra da ponte¹⁷⁹⁸, ainda que se tenham prolongado pelo menos até ao terceiro quartel do século XIV¹⁷⁹⁹. Sendo esta ponte uma das obras “públicas” mais importantes do século XIV no Entre-Douro-e-Minho, prova-se que a sua construção não foi colocada em causa pela Peste – mas nada nos garante que não tenha sido atrasada pelo fenómeno. Na sua fase final, a obra deve ter coincidido com a da muralha da vila limiana.

Estes dados fragmentários permitem mais demonstrar que sabemos pouco, do que revelar qualquer influência da Peste Negra no fluxo de construções civis de uso público. Quando foi possível verificá-lo – seja no caso de várias pontes, ou no dos paços concelhios – o cenário reconstituído não sugere uma paralisação total das obras públicas deste tipo. Tal como no caso das muralhas, já referido neste capítulo, a necessidade, nestes casos, ter-se-á sobreposto às dificuldades, e as comunidades organizaram-se para garantir a continuidade e conclusão dessas empreitadas. Mesmo que a Peste Negra tenha representado um retrocesso nestes processos construtivos, eles foram levados avante. Assim, mesmo com um natural e quase inevitável abrandamento ou redimensionamento, a generalidade das obras – certamente modestas nos recursos humanos, financeiros e artísticos empregados – não parece ter sido posta em causa pela Peste Negra e pelas suas consequências.

¹⁷⁹⁶ ALMEIDA; BARROCA – *História da Arte em Portugal. O gótico...*, p. 126. Para que se sublinhe a dificuldade da datação deste tipo de construções, a ponte da Lagoncinha é um excelente exemplo: poucos anos antes da publicação do trabalho atrás referido, uma outra obra de síntese apontava, com muitas reservas, o século XV como período de construção desta ponte; afinal, novos dados documentais demonstraram ser dois séculos anterior – DIAS – *A Arquitectura...*, p. 194-195.

¹⁷⁹⁷ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Barcelos*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 31.

¹⁷⁹⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 4, fl. 79-79v.

¹⁷⁹⁹ ALMEIDA; BARROCA – *História da Arte...*, p. 126-127.

13.4 – As Belas-Artes

As alterações observáveis nos principais centros europeus das belas-artes, logo depois da Peste Negra, motivaram a produção de uma bibliografia interessante e constituem um elemento central no imaginário das mentalidades pós-Peste¹⁸⁰⁰. Todavia, se essa análise é possível em locais cuja riqueza artística é excepcional, pouco pode ser dito para o ocidente peninsular. As notícias de artistas dedicados à pintura ou à escultura são ainda mais escassas do que as dos construtores no século XIV. O *corpus* de pintura portuguesa do século XIV é quase inexistente, e não permite tecer considerações sobre eventuais alterações de estilo ou técnica no antes e depois da Peste. Mesmo para o século posterior, para o qual existem testemunhos sobreviventes mais numerosos, mas sempre escassos¹⁸⁰¹, as representações de temas mórbidos, como as danças macabras, estão ausentes em Portugal. Ao contrário do que sucede até em comunidades rurais da Toscana de meados de Trezentos, onde se incluem pela produção de frescos com um programa iconográfico definido pelo testador¹⁸⁰², os testamentos sobreviventes para esse período, em Portugal, não destinam somas concretamente à decoração de igrejas.

A escultura encontra-se mais bem representada do que a pintura nos acervos trecentistas portugueses, sendo uma das produções artísticas mais significativas nos trinta anos que vão da Peste Negra até 1379 – pelo menos entre o *corpus* de peças que sobreviveu até à atualidade. Entre todas as suas manifestações, a escultura tumular será a mais numerosa e aquela que merece mais atenção. E, neste caso, talvez haja algumas

¹⁸⁰⁰ Mais de sete décadas após a sua publicação original, mesmo com o desgaste previsível, a pioneira obra de Millard Meiss mantém-se uma consulta recorrente, neste tópico, como ponto de partida para as interpretações posteriores dos mais diversos autores: MEISS – *Painting in Florence and ...* As teses de Meiss, que confrontavam a evolução naturalista da pintura florentina e sienesa da primeira metade do século XIV, com Giotto como suprassumo, com o regresso a um certo conservadorismo pictórico, mais místico, religioso e simbólico, após a Peste Negra e durante as três décadas seguintes, acabaram por ser matizadas com novas datações que colocam alguns dos pintores e pinturas centrais na sua análise como ativos e produzidos antes ainda de 1348: assim, genericamente, ainda que se reconheça uma nova fase quer da escola de Siena, quer da de Florença, por esta altura, e o papel da Peste Negra é redimensionado e devidamente situado nas vicissitudes socioeconómicas que definiam a encomenda e a execução das obras de arte neste contexto tão especial; de certa forma, a releitura das teses de Meiss é feita confrontando a obra com o próprio tempo – pós-II Guerra Mundial – em que a obra nasceu: OS, Henk van - The Black Death and Sienese painting: a problem of interpretation. *Art History* 4 (1981), p. 237-249.

¹⁸⁰¹ SERRÃO, Vítor – A Pintura da Segunda Metade do Século XV. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, BARROCA, Mário Jorge, *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 276-288.

¹⁸⁰² DE LA RONCIÈRE - *Corpore languens...*

notas a deixar sobre um eventual impacto da Peste ou, pelo menos, pela ação indireta de um novo conjunto de símbolos, estéticas e leituras numa sociedade que emerge de um transversal período traumático. É disso exemplo, para Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a roda da fortuna representada no túmulo de D. Pedro I, no Mosteiro de Alcobaça, que data criticamente do período de 1361-67¹⁸⁰³. Outros dois túmulos régios trecentistas apresentam novidades decorativas com recurso a seres fantásticos: o de D. Dinis, de forma discreta, e o de D. Fernando, ostensivamente e de uma forma única no contexto português¹⁸⁰⁴. Porém, se o primeiro antecede a Peste em mais de duas décadas, o segundo não tem como ser associado de forma direta a uma mentalidade pós-Peste.

Numa cidade como Évora que, como vimos, parece estar em plena expansão no século XIV e, mesmo com a Peste, não para de crescer, a construção da catedral e do claustro anexo conduziu a uma produção escultórica notável, tanto no portal principal do templo como no próprio claustro, mas o essencial deste trabalho terá terminado no início da década de 1340, alguns anos antes da Peste e sem que esta possa ter interferido de qualquer forma¹⁸⁰⁵ - seria o programa diferente, caso a Peste chegasse antes da conclusão das obras? Haveria algum acréscimo mais se a Peste não tivesse chegado de todo? Tal como no caso da arquitetura propriamente dita deste complexo, não poderemos responder com mais do que especulação, sendo apenas certo que não parece adivinhar-se nenhuma influência da epidemia na construção eborense.

No que respeita à atividade dos artistas propriamente ditos, e a uma influência de qualquer tipo da Peste, são poucos os mestres documentados para o século XIV, ainda menos os contratos e nada que se aproxime a uma contabilidade de obras e gastos que nos permita fazer uma análise laboral, possível noutras paragens¹⁸⁰⁶. Quase todos os

¹⁸⁰³ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - A roda da fortuna/roda da vida do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça. *Revista da Faculdade de Letras. História* II:8 (1991), p. 255-263.

¹⁸⁰⁴ Suspeita, terror e atração: seres noturnos e *mirabilia* em túmulos régios portugueses do século XIV. In ORRIOLS, Anna, CERDÀ, Jordi, DURAN-PORTA, Joan, *Imago & mirabilia. Les formes del prodigi a la Mediterrània medieval*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, Servei de Publicacions, 2020, p. 87-97.

¹⁸⁰⁵ ALMEIDA; BARROCA – *História da Arte...*, p. 54-56.

¹⁸⁰⁶ Anterior à Peste, temos o célebre contrato celebrado entre o arcebispo D. Gonçalo Pereira, por um lado, e Mestre Pedro, morador em Coimbra, e Telo Garcia, morador em Lisboa, por outro, para a produção da arca tumular onde o arcebispo viria a ser sepultado, no interior da capela por si construída. Redigido

mestres são arquitetos ligados aos principais estaleiros da primeira metade do século XIV, como os que trabalharam na Sé de Évora, ou escultores como o célebres Mestre Pêro e Telo Garcia.

Nos trinta anos que se seguem à Peste Negra, a influência do fenómeno na pintura, escultura e iluminura portuguesas é pouco perceptível. Indiretamente, novas sensibilidades e formas de devoção importadas podem dever algo na sua génese às epidemias devastadoras do século XIV, mas as mais espetaculares e celebrizadas manifestações artísticas parecem ausentes: representações gráficas e antropomórficas da morte, de danças macabras, *transi*¹⁸⁰⁷ (sepultura com representações ou escultura de cadáveres em decomposição ou esqueletos), etc. Se a Peste Negra foi tão devastadora em Portugal como foi em boa parte da Europa, o impacto na arte será duplamente menor, tanto à raiz, pela produção escassa e comparativamente menor e mais modesta, como pelo exíguo número de sobrevivências pictóricas, não compensado pelo *corpus* escultórico.

em Lisboa, em 1334, dá-nos o valor do contrato, com um orçamento total de 200 libras. ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, doc. 11.

¹⁸⁰⁷ Estas sepulturas com representações de cadáveres terão surgido na década de 1360, evoluindo nas décadas seguintes e mantendo-se em uso até ao período Moderno Inicial: DESORMEAUX, Anna Louise - *The Black Death and Its Effect on Fourteenth-and Fifteenth-Century Art*. Baton Rouge: Louisiana State University (MA Thesis), 2007, p. 48-53. Deixo como exemplo de um estudo de um conjunto de sepulturas *memento mori*, ou *transi*, proveniente de um território com algumas características geopolíticas análogas ao caso português, a Irlanda; neste caso, a dúzia de exemplos documentados contrasta vivamente com a ausência de casos portugueses; todos foram produzidos entre c. 1482 e 1635, o que demonstra também uma receção relativamente tardia deste tipo de arte funerária na Irlanda: ROE, Helen M. - *Cadaver Effigial Monuments in Ireland*. *The Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland* 99:1 (1969), p. 1-19.

14 – Hipóteses no pós-peste

Sendo um tempo de convulsões sociais e económicas, é legítimo questionar se em Portugal e, em particular, nas duas regiões aqui estudadas, há relatos ou indícios de movimentos em busca de bodes expiatórios ou de desenvolvimento de heterodoxias religiosas que pululam um pouco por toda a Europa. Focos de antissemitismo, que atingiram com frequência graus impressionantes de violência, perseguição de grupos marginalizados, como os leprosos e os mais pobres, ou o florescimento de espiritualidades mais ou menos marginais, dos flagelantes às beguinas, são apenas alguns dos exemplos mais representativos. Existiram em Portugal? Se existiram, terá a peste sido responsável pelo seu surgimento, um catalisador, ou apenas uma realidade coincidente? Se não existiram, por que motivo foi diferente a realidade portuguesa? Além destes elementos mais ou menos exuberantes, será interessante colocar algumas questões quanto à governação e aos corpos de justiça. Sabemos que os juizes de fora foram criados como resposta à Peste Negra. Mas o que dizer de outros cargos que poderão relacionar-se com uma tragédia destas proporções, como o juizes dos órfãos? Este capítulo é exploratório, e trata sobretudo de hipóteses. Creio, contudo, que é indispensável à leitura da sociedade portuguesa que sobrevive à Peste Negra e que rapidamente percebe que a doença regressará com frequência, com consequências menos espetaculares, mas não menos mortais.

14.1 – Um antissemitismo que emerge da Peste Negra?

A presença judaica em Portugal é anterior à nacionalidade, e vai crescendo ao longo dos séculos medievais. Como os clássicos trabalhos de Maria José Pimenta Ferro Tavares¹⁸⁰⁸ demonstraram há muito, os judeus portugueses cumprem um papel de relevo na economia e na sociedade portuguesas da Baixa Idade Média. Ainda que a sua importância, e talvez a sua relevância demográfica, não fosse tão evidente em meados do século XIV, como o será ao longo de todo o século XV, é urgente perceber de que forma o estudo da Peste trecentista em Portugal nos conduz aos judeus. Não temos

¹⁸⁰⁸ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982.; *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Segunda edição. Lisboa: Guimarães Editores, 2000 (edição original de 1970).

dados diferenciados de mortalidade, e como toda a documentação relativa ao funcionamento das comunas judaicas se perdeu, não temos qualquer tipo de testamentos e execução de testamentos, partilhas, nomeação de tutores, documentação fiscal, etc. Aquilo que escasseia documentalmente para os cristãos portugueses do século XIV, não existe sequer para os judeus e muçulmanos do mesmo território. Por que razão diferenciar, então, a questão dos judeus e da Peste num subcapítulo? Por dois motivos: em primeiro lugar, por aquilo que parece *não ter acontecido* em Portugal – os pogroms e assassinatos em massa, verificados em várias paragens europeias, incluindo noutros reinos ibéricos; em segundo, porque, mesmo sem casos de violência extrema documentados, parece surgir um certo sentimento antijudaico mais acentuado e visível através de certas ordenações régias e discursos políticos, e que evoluirá ao longo da segunda metade do século XIV e de todo o século XV.

A violência antijudaica na Europa da Peste Negra é um tema clássico, e o avanço do conhecimento sobre o tema não só não o desmente, como acrescenta detalhes de crueldade e amplitude de ocorrência. Na Península Ibérica, são os *pogroms* na Coroa Aragonesa que atingem o maior grau de violência e parecem fazer o maior número de vítimas. Aos relatos documentais, têm sido acrescentados vestígios arqueológicos e antropológicos que permitem aceder às próprias vítimas dos ataques¹⁸⁰⁹. Barcelona¹⁸¹⁰, Cervera¹⁸¹¹ e Tárrega¹⁸¹² foram as cidades onde estes focos de violência atingiram maiores proporções, produzindo reação régias, mas não foram as únicas em território aragonês. Porém, estão longe de se tratar de casos únicos, com motins antijudaicos de grandes proporções e consequências humanas e sociais de grande impacto em dezenas de cidades espalhadas por todo o espaço do Sacro Império – dos Alpes às margens do Báltico, e da Alsácia à Boémia¹⁸¹³ - e também na Provença, em especial na cidade de

¹⁸⁰⁹ COLET, Anna; MUNTANÉ I SANTIVERY, Josep Xavier; RUÍZ VENTURA, Jordi; SAULA, Oïrol; SUBIRÁ DE CALDÀCANO, M. Eulàlia; JAUREGUI, Clara - The Black Death and Its Consequences for the Jewish Community in Tàrrega: Lessons from History and Archeology. *The Medieval Globe* 1 (2014), p. 63-96.

¹⁸¹⁰ LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 298-300, doc. 8 e 9.

¹⁸¹¹ LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 402-403, doc. 123.

¹⁸¹² COLET et al. – The Black Death...; RUÍZ VENTURA, Jordi; SUBIRÁ DE CALDÀCANO, M. Eulàlia - Reconstrucció antropològica del pogrom de 1348 a Tàrrega. *Urtx* 23 (2009), p. 126-37.

¹⁸¹³ COHN Jr., Samuel K. - The Black Death and burning of the Jews. *Past & Present* 196.1 (2007), p. 3-36.

Toulon¹⁸¹⁴. Antes de regressarmos ao caso português (ou à sua ausência), importa referir as origens e os atores destes motins: no caso germânico, Samuel Cohn identifica bispos, elites urbanas e aristocráticas de diversos territórios imperiais como sendo as responsáveis por alimentarem rumores e promoverem a prisão e morte pela fogueira de centenas de judeus, com ou sem processo formal, contrariando a visão tradicional de que os pogroms, nestas regiões, seriam resultado de uma histeria coletiva à qual as autoridades não teriam como pôr cobro¹⁸¹⁵. Os bens dos judeus e os empréstimos seriam, depois, distribuídos e suprimidos, respetivamente, entre as mesmas elites que lançaram a perseguição.

É possível rastrear um antisemitismo durante a Peste Negra em Portugal? Não há qualquer prova documental ou relato de outro tipo que o sugira, de forma sistemática e violenta, tal como não há vestígios arqueológicos que possam fornecer testemunhos distintos. Em meados do século XIV, os judeus portugueses parecem estar muito longe do protagonismo socioeconómico que assumirão algumas décadas mais tarde. Quer no oficialato régio, quer nas profissões 'liberais' como os ofícios de cura, será necessário esperar pelo final do século XIV e, sobretudo, pelo século XV, para assistir ao auge da presença e importância judaica em Portugal. Ainda assim, há a já referida legislação de 1349 concretamente relacionada com empréstimos concedidos por judeus, com execuções pelo seu incumprimento e com contratos atempados entre cristãos e judeus¹⁸¹⁶. No primeiro caso, trata-se de uma pausa forçada e sem limite cronológico nessas execuções, para avaliação de cada caso – será, por certo, sintoma de uma explosão de execuções, motivada pela morte tanto de judeus que emprestam, como de cristãos a quem foi emprestado. Também a longa ordenação para que ninguém (mas especialmente judeus) façam contratos atempados, será mais para responder a uma circunstância excepcional premente do que uma ação antijudaica real. Pelo contrário, nenhum destes textos transparece violência ou animosidade.

¹⁸¹⁴ CRÉMIEUX, Ad. - Les juifs de Toulon au moyen âge et le massacre du 13 avril 1348. *Revue des Etudes Juives* 79 (1930), p. 33-72 ; 80 (1931), p. 43-64. Curiosamente, o autor do artigo jamais relaciona este massacre, ocorrido na Semana Santa de 1348, com a Peste Negra.

¹⁸¹⁵ COHN Jr. – The Black Death and burning..., p. 17-21; COHN Jr., Samuel K. - Plague violence and abandonment from the Black Death to the early modern period. *Annales de Démographie Historique* 134 (2017), p. 39-61.

¹⁸¹⁶ *Livro das Leis e Posturas...*, p. 443-448.

Os sucessivos ataques e as perseguições esporádicas, mas impactantes, que aconteciam não só além-Pirenéus, como também na Coroa de Aragão (com a perseguição de 1391 à cabeça), terão tido um papel importante na fixação cada vez maior de judeus no reino português, aparentemente menos caracterizada por ataques antijudaicos constantes e de grandes proporções, ou legislação abertamente repressiva. Sendo difícil perceber se a mudança se dá por um aumento considerável da população judaica em Portugal, por um crescimento da hostilidade contra a comunidade ou uma mistura de ambos, há alguns sinais de mudança nos anos que se seguem à Peste.

Creio que, no pós-Peste português, há um sinal que merece alguma atenção. Trata-se de um capítulo das cortes convocadas por D. Pedro I para Elvas, em 1361. Esse capítulo debruça-se concretamente sobre a obrigação de os judeus viverem em zonas apartadas dos cristãos¹⁸¹⁷. O artigo em causa dá a entender que a existência de judiarias era já uma realidade em muitos locais, referindo-se a queixa concretamente aos locais onde os judeus viviam entre cristãos. Creio que será legítimo assumir que muitas das judiarias mais antigas poderão ter uma origem espontânea, fruto da vontade de uma comunidade judaica – legalmente obrigada a organizar-se numa comuna desde o reinado de D. Dinis -, poder viver num meio mais resguardado, onde o controlo do espaço e do comportamento social pudesse estar mais de acordo com os seus costumes e normas. Porém, aquilo que surge neste capítulo de cortes é explicitamente coercivo.

As causas de um aumento do sentimento antijudaico podem ir além dos fatores meramente internos. A expulsão a que as comunidades judaicas francesas são condenadas no início do século XIV, na França de Filipe IV, o Belo (1285-1314), e os *pogroms* vividos na Coroa de Aragão e na Europa Central durante a Peste Negra, são exemplos de fatores de movimentação de indivíduos ou grupos com expressão demográfica. É muito possível que, ao longo do século XIV, Portugal tenha vindo a receber cada vez mais judeus provenientes de outros reinos, reforçando a população judaica portuguesa – também ela em provável crescimento, favorecido por uma atmosfera bem menos hostil do que a que se vivia noutras paragens -, enriquecendo-a

¹⁸¹⁷ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I...*, p. 52, art. 40º.

e tornando-a cada vez mais expressiva social e economicamente. Uma comunidade maior e mais importante torna-se um alvo mais fácil e frequente.

Se a Peste Negra não se traduz em perseguições abertas e violentas contra os judeus portugueses, as décadas que se seguem são marcadas por crescentes restrições. As cortes de Elvas de 1361 são simbólicas pelo pedido feito ao rei, mas levará décadas até que outro rei, D. João I, ordene definitivamente o apartamento dos judeus em bairros próprios¹⁸¹⁸, uma realidade que parece ter sido uma regra raramente quebrada ao longo do século seguinte, até ao decreto de expulsão ou conversão forçada de 1496. Se compararmos a concretização do apartamento que é levado a cabo em Portugal nos anos de 1385-1390 - com a construção da nova judiaria do Porto como produto mais visível - com os violentíssimos pogroms que aconteceram em dezenas de vilas e cidades castelhanas e aragonesas em 1391, vitimando milhares de judeus e levando outros milhares à conversão coerciva¹⁸¹⁹, percebe-se que a atitude geral dos cristãos portugueses face aos seus convivas judeus é quase inofensiva. Não é possível, assim, traçar uma relação entre a Peste Negra e o recrudescimento do sentimento antijudaico em Portugal ao longo da segunda metade do século XIV. Porém, se este aumenta também pela imigração de judeus fugidos às perseguições feitas noutras paragens, essa influência, ainda que indireta, pode ser considerada.

14.2 – Novas e velhas formas de espiritualidade

- Religiosidade laica e ordens terceiras

As formas de religiosidade laica na Idade Média portuguesa, mais ou menos convencionais ou validadas pelas autoridades eclesiásticas, são diversas e multiplicam-se a partir da segunda metade do século XIV. Mesmo nos casos em que, além-fronteiras, o aumento ou a difusão de certas correntes está inequivocamente associado à Peste Negra, muitos desses movimentos tiveram origem numa certa renovação da

¹⁸¹⁸ MIRANDA, SEQUEIRA, DUARTE – *História do Porto...*, p. 43-47.

¹⁸¹⁹ A transversalidade geográfica deste violento movimento antijudaico é de tal forma alargada na Península, que a bibliografia sobre o tema também se divide sobretudo em monografias sobre os efeitos dos pogroms de 1391 numa determinada área. A título de exemplo, refira-se VIÑUALES FERREIRO, Gonzalo - El pogrom de 1391 en la diócesis de Toledo. ¿Legitimidad, identidad y violencia en la Castilla de la Baja Edad Media? In MARTÍNEZ PEÑAS, Leandro, FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuela (coords.), *De las Navas de Tolosa a la Constitución de Cádiz: el Ejército y la guerra en la construcción del Estado*. Madrid: Asociación Veritas para el Estudio de la Historia, el Derecho y de las Instituciones, 2012, p. 93-108.

espiritualidade, consolidada já durante o século XIII, e que reconheceu uma importância muito maior ao papel dos leigos¹⁸²⁰.

A grande questão passa por perceber se o florescimento destes movimentos em Portugal pode ser, de alguma forma, relacionado com uma nova espiritualidade que emerge ou se consolida após a traumática epidemia, ou se é apenas um movimento importado que se vai enraizando e poderia ter acontecido nesta mesma cronologia, mesmo que nenhuma pandemia tivesse atingido o território peninsular. É preciso estabelecer um meio-termo nesta eventual causalidade: se o movimento português de beguinas e emparedadas, ermitérios de *homens da pobre vida* ou ordens terceiras não se inicia por causa dos efeitos da Peste, mas se torna uma realidade além-fronteiras por causa da Peste, trata-se de um contributo fundamental indireto. Portugal não teve figuras religiosas carismáticas no pós-Peste como Itália: Jacopo Passavanti, Santa Catarina de Siena, Giovanni dalle Celle, Giovanni Colombini são alguns dos exemplos que Milard Meiss destaca, por exemplo¹⁸²¹. Mas os movimentos iniciados pelos mais importantes, com Catarina de Siena à cabeça, tiveram eco em Portugal, mesmo que tardio.

Voltando aos fenómenos de religiosidade laica, uma primeira manifestação dessa valorização dos homens e mulheres que optaram por viver uma vida devota como leigos – à qual voltarei adiante – é o processo de canonização de Delphine de Sabran, uma aristocrata provençal, falecida em 1360, cuja fama de santidade, ainda em vida, estava intimamente relacionada com a sua ligação à Ordem Terceira de São Francisco, e ao voto de celibato que fizera e partilhava com o marido, Elzéar, conde de Sabran. Ainda que a venerável senhora tenha sido apenas beatificada, o seu próprio marido, falecido em 1323, foi canonizado em 1369. O processo de canonização de Dauphine está cheio de sobreviventes da Peste Negra e da *Pestis secunda*¹⁸²², demonstrando uma ligação circunstancial importante, ainda que essa ligação não se tenha cristalizado, nem a devoção a este casal se tenha generalizado pela Europa. Trata-se de um excelente

¹⁸²⁰ VAUCHEZ, André – *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental. Séc. VIII-XIII*. Tradução de Teresa Antunes Cardoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 156-178.

¹⁸²¹ MEISS – *Painting in Florence and Siena...*, p. 82-93.

¹⁸²² ARCHAMBEAU, Nicole - Healing Options during the Plague: Survivor Stories from a Fourteenth-Century Canonization Inquest. *Bulletin of the History of Medicine*, 85:4 (2011), p. 531–559. doi:10.1353/bhm.2011.0081.

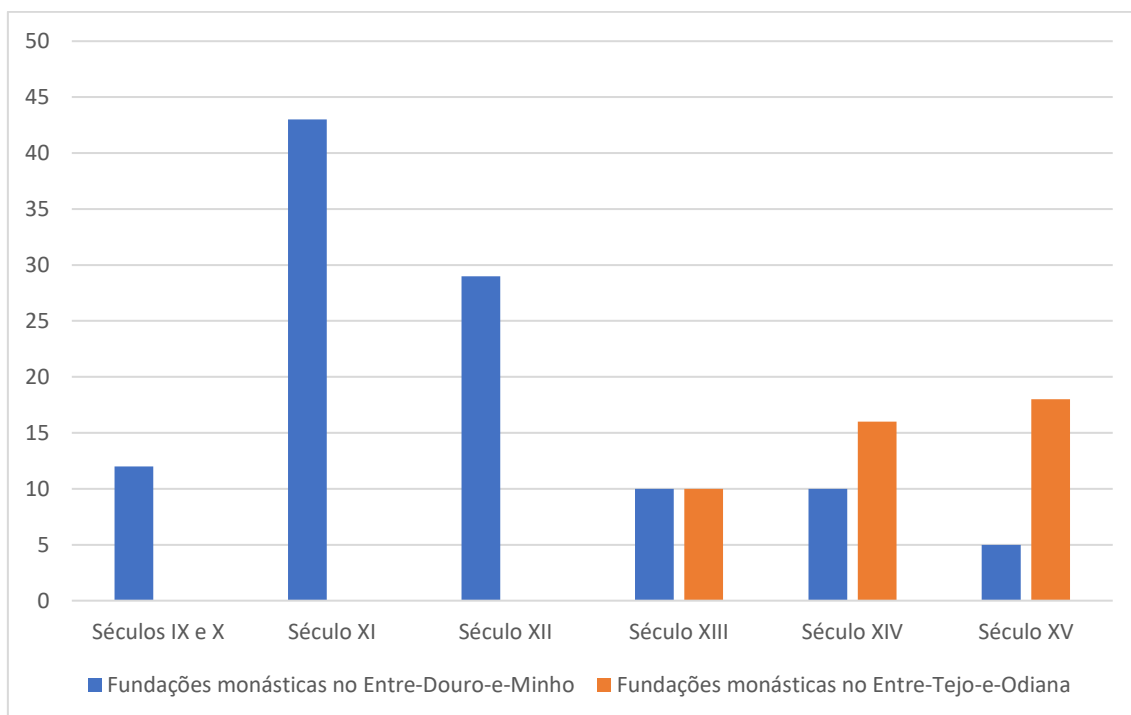
exemplo da valorização da conduta espiritual dos leigos e uma demonstração da mudança de paradigma, favorecida por circunstâncias excepcionais.

Neste contexto, vale a pena analisar o movimento de fundações monásticas medievais nas duas comarcas. Apesar de os séculos XI e XII terem sido marcados por importantes fundações monásticas, a criação de novos cenóbios nunca cessou e refletiu sempre o surgimento de novas ordens, novas formas de espiritualidade, mas também fatores não-religiosos ou eclesiásticos aos quais nenhuma instituição pode escapar. Será interessante, para fechar este subcapítulo, perceber se o século XIV – e, em particular, as décadas do pós-Peste Negra – foi um tempo de novas fundações e – tão ou mais importante – qual o tipo de instituições preferido.

Num exercício simples, e recorrendo ao guia histórico dirigido por Bernardo Vasconcelos e Sousa¹⁸²³, foram reunidas as fundações monásticas medievais tanto do Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana. Se as instituições mais antigas podem ter datas aproximadas ao século, e ainda assim incertas – podendo pecar por tardias, ao serem consideradas datas aproximadas à sua primeira menção conhecida -, creio que isso não compromete a leitura que aqui se faz. No caso dos cenóbios do Entre-Douro-e-Minho, a cronologia documentada de estabelecimento pode remontar ao século IX, enquanto no território transtagano começa apenas em 1200. Num segundo momento, será útil analisar por tipologia o conjunto das fundações do século XIV, em concreto.

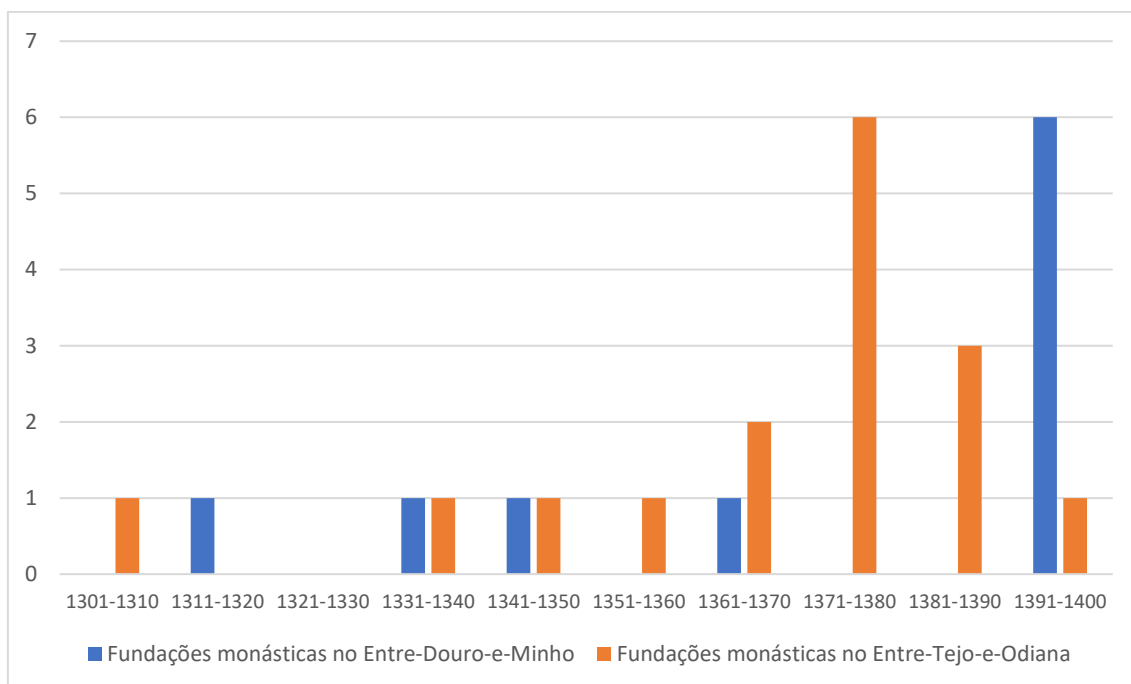
¹⁸²³ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.); PINA, Isabel Castro; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. ISBN 972-24-1433-X.

Gráfico 105 - Fundações monásticas (Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana, séculos IX-XV)



A realidade das duas comarcas é muito distinta. O grande número de cenóbios medievais fundado no Entre-Douro-e-Minho (109, segundo esta recolha) contrasta com o número menor (42) do Entre-Tejo-e-Odiana, mas a tendência no final da Idade Média é claramente contrastante. A explosão de instituições fundações (ou metamorfoses) beneditinas ou agostinianas explica a maioria das fundações nortenhas, fenómeno que o sul alentejano – então ainda sob domínio muçulmano não acompanhou. Porém, o que acontece nos séculos XIV e XV, no Alentejo, não é uma recuperação do ‘atraso’ neste tipo de fundações – é, sim, o reflexo de novas correntes que parecem ter encontrado no Sul um terreno fértil que o Norte já não era, ainda que estas também tenham arranjado forma de se manifestar e instalar, à sua maneira, na realidade minhota-duriense. Vejamos, em primeiro lugar, a distribuição trecentista de fundações:

Gráfico 106 - Fundações monásticas (Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana, 1301-1400)



A maioria das fundações, tanto no Entre-Douro-e-Minho, como no Entre-Tejo-e-Odiana, situa-se no último quartel do século XIV. Esta retoma da instituição de novos cenóbios enquadra-se numa nova religiosidade florescente; ainda que nem todas as fundações digam respeito à mesma ordem religiosa, as diversas realidades cruzam-se na preferência por fundações em meios ermos, condizente com a vocação eremítica – ainda que o tempo tenha conduzido essas instituições a um estatuto bem mais próximo do modelo dos mosteiros previamente estabelecidos. As fundações distribuem-se, segundo a região e a ordem, da seguinte forma:

Gráfico 107 - Fundações monásticas trecentistas no Entre-Douro-e-Minho por ordem religiosa

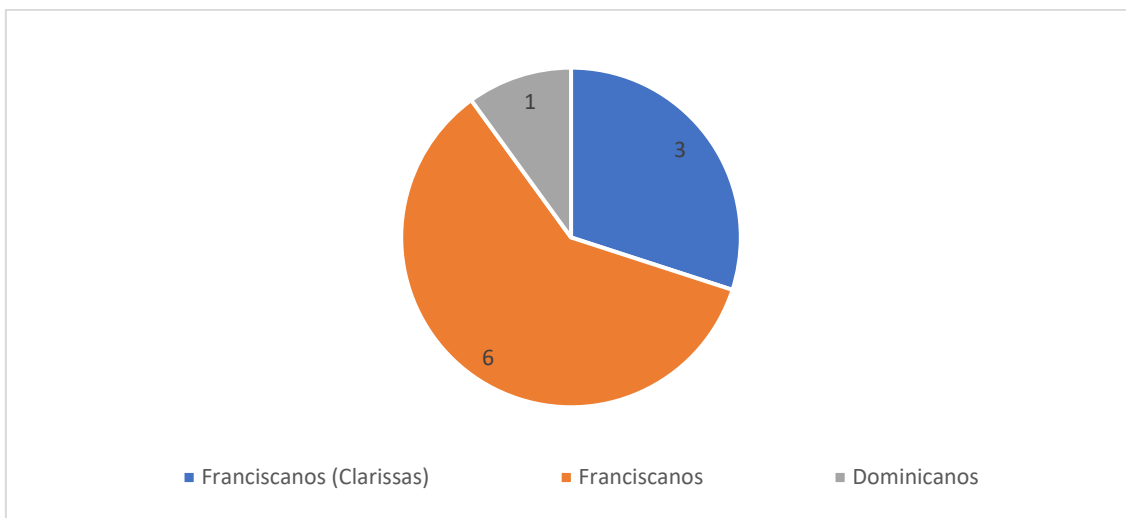
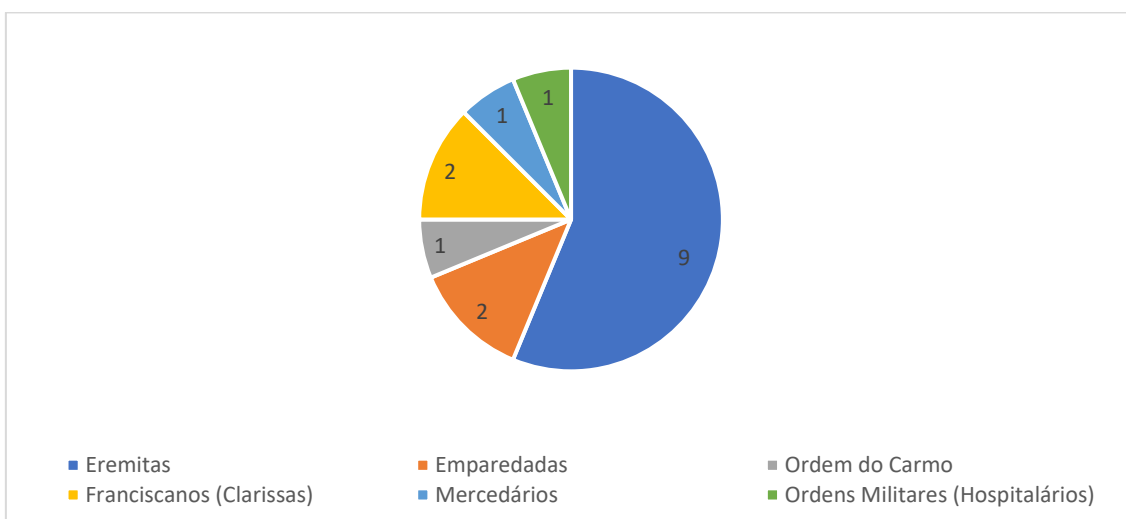


Gráfico 108 - Fundações monásticas trecentistas no Entre-Tejo-e-Odiana por ordem religiosa ou grupo



Tanto no Norte, como no Sul, são privilegiadas formas de vida religiosa marcadas pelo despojamento e pela busca de um ideal evangélico. Com 20 das 26 fundações a ocorrerem na segunda metade do século, é legítimo questionar se a Peste Negra, as suas cicatrizes mentais coletivas e as suas réplicas poderão ter tido algum tipo de influência neste renovado movimento que busca o deserto. No Entre-Douro-e-Minho, a maioria das fundações franciscanas é feita na forma de pequenos eremitérios em zonas mais ou menos ermas, contrastando com as primitivas fundações mendicantes maioritariamente urbanas. Estes seis conventos franciscanos surgem quase todos por

volta de 1392, naquilo que se pode designar como um esforço coletivo concertado¹⁸²⁴. Não há nada de novo nos movimentos eremíticos¹⁸²⁵, mas todos são movidos por motivações e mutações da espiritualidade próprias do tempo em que ocorrem.

Nem todos nascem devidamente institucionalizados. A norte, são as fundações femininas que constituem a maioria dos casos: Santiago de Viana do Castelo, por exemplo, é criado como um recolhimento, e só se torna um convento de clarissas em meados do século XVI; Santa Clara de Amarante surge como um recolhimento feminino regido pela regra da Ordem Terceira em 1333, ingressando na Ordem Segunda, de Santa Clara, apenas em 1449¹⁸²⁶. As exceções nesta realidade são as duas fundações nortenhas anteriores à Peste Negra: Santa Clara de Vila do Conde, convento de clarissas fundado em 1318 pela mais alta nobreza portuguesa¹⁸²⁷, e o futuro convento do Corpus Christi de Gaia, cenóbio feminino da Ordem dos Pregadores, que é estabelecido em 1345¹⁸²⁸; tratam-se, no entanto, de ‘meias-exceções’ – a preferência sobre os mendicantes já existia e anuncia a tendência da segunda metade do século.

No Sul, esta tendência, favorecida pelo território, é ainda mais extrema. Às fundações ‘clássicas’ do período pré-Peste, junta-se uma verdadeira explosão de fundações eremíticas nas zonas de serra do Alentejo Central e Alto. Estes *homens da pobre vida* promovem pelo menos nove fundações no final do século XIV - a primeira das quais na Serra de Ossa, em 1366, que viria a tornar-se a mais importante das comunidades e aquela que encabeçará o conjunto quando a institucionalização ocorrer –, e o movimento não cessa com o início do século seguinte. Este fenómeno, estudado por João Inglês Fontes na sua tese de doutoramento¹⁸²⁹, é um exemplo extraordinário

¹⁸²⁴ SOUSA, et al. – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 282. Os seis conventos são os seguintes: o de São Francisco do Monte, em Viana do Castelo; o de São Paio dos Milagres; o da ínsua de Caminha, numa ilhota na Foz do Minho; Mosteiró, em Cerdal (Valença); Nossa Senhora da Conceição de Matosinhos; São Francisco de Vale dos Pereiras (Ponte de Lima, masculino até ao início do século XVI).

¹⁸²⁵ A profusão de eremitérios estabelecidos em Portugal no século XII, com algumas experiências a entrarem pelo século XIII adentro, é prova disso mesmo. MATTOSO, José – *Eremitas Portugueses no Século XII*. In MATTOSO, José, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, p. 103-145.

¹⁸²⁶ SOUSA, et al. – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 298-299.

¹⁸²⁷ SOUSA, et al. – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 297-298.

¹⁸²⁸ SOUSA, et al. – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 394.

¹⁸²⁹ FONTES, João Luís Inglês – *Da «Pobre vida» à congregação da Serra de Ossa: génese institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Lisboa: Edição de Autor, 2012. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

da dimensão que estes pequenos movimentos, mais ou menos espontâneos, acabaram por assumir no final da Idade Média. Acolhido por reis e recebendo a simpatia – e as doações – de muitos leigos, a experiência frutificou e perseverou por séculos. Mas nem só de futuras instituições consolidadas se fez esta renovada espiritualidade.

Também nas cidades se encontram os *desertos* espirituais e, no plano feminino, é este meio o preferido para experiências de religiosidade laica comunitária. Em Portugal, é no fenómeno urbano das *emparedadas*, elas próprias mulheres da *pobre vida*, que esta corrente se revela. Tal como Ângela Beirante afirmou anteriormente, são a mais fiel manifestação portuguesa do movimento das beguinhas¹⁸³⁰, e apesar do aumento de comunidades e mulheres envolvidas, os testemunhos mais antigos são anteriores à Peste Negra¹⁸³¹ – logo em 1312, o testamento de Martim Gil de Sousa, conde de Barcelos, contempla, entre muitos outros destinatários, donativos para vestir pobres, tirar cativos da terra de mouros, dar a pobres vergonhosos, gafos, pontes, emparedadas e hospitais¹⁸³²; pouco depois, em 1318, o testamento de Vicente Eanes, alfaiate de Barcelos, revela donativos a várias comunidades de gafos, mas também às *emparedadas* de Barcelos, assim como um legado anual em pão à Casa de Santa Marta, um provável recolhimento de mulheres leigas dedicadas à vida espiritual, como sugere o orago da instituição¹⁸³³.

Vivendo uma espécie de eremitismo urbano, estas mulheres são estimadas pelas comunidades em que se inserem – tal como os eremitas que se refugiam na serra alentejana – mas vistas com alguma desconfiança pelas autoridades eclesiásticas. Como todos os movimentos inicialmente marginais cuja heterodoxia não se tornou oficialmente herética, também elas acabaram por ser trazidos para a esfera oficial da igreja, na maioria dos casos. São esses os casos que aqui se documentam como “fundações monásticas” – recolhimento de emparedadas e mulheres da *pobre vida* que acabaram por se institucionalizar num formato bem mais ortodoxo: o Oratório de Santa

¹⁸³⁰ BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 120.

¹⁸³¹ Além dos casos que citarei diretamente a partir das fontes, juntam-se ainda alguns (dentro e fora da área em estudo, por vezes bem anterior ao período que aqui nos ocupa) reunidos por Manuel Cadafaz de Matos: MATOS, Manuel Cadafaz – *Os emparedados em Portugal na Idade Média e nos começos da Idade Moderna. Semiótica, linguagens de reclusão e níveis de interioridade*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 2004, p. 17-22.

¹⁸³² ANTT, *Gavetas*, Gaveta 16, maço 1, n.º 3.

¹⁸³³ ANTT, *Colegiada de Santa Maria de Barcelos*, Maço 1, doc. 2.

Marta – a santa irmã de Lázaro, amigo de Cristo, que parece ser um modelo para estas mulheres –, comunidade de mulheres leigas, surgido na segunda metade do séc. XIV, foi o embrião do futuro Convento de Santa Catarina de Siena de Évora, casa feminina da Ordem dos Pregadores estabelecida formalmente em 1511¹⁸³⁴; também o futuro Convento de Santa Mónica da mesma cidade, dedicado à mãe de Santo Agostinho, o autor da regra que escolheram seguir, terá surgido por volta de 1380, formalizando-se como casa feminina da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho – a primeira e uma das únicas da ordem em Portugal – em 1421¹⁸³⁵.

As comunidades de emparedadas ou os simples exemplos individuais, porém, vão muito além daquelas que acabaram por cristalizar em conventos formais. Em Évora, a cidade onde o movimento parece ser mais importante, quando comparado com o resto do Entre-Tejo-e-Odiana, mas também com o Entre-Douro-e-Minho, os exemplos multiplicam-se: logo em 1346, o testemunho recolhido mais antigo e anterior mesmo à Peste, Rodrigo Afonso, cavaleiro, determina no seu testamento, entre outras coisas, que o enterrem na Sé de Évora ou no Mosteiro de São Francisco da mesma cidade, deixando donativos aos gafos, às albergarias e às emparedadas, para vestir pobres, para um romeiro a Santiago e para tirar cativos¹⁸³⁶ – os destinatários diversificavam-se, e as emparedadas da cidade começavam a integrar o lote de contemplados. Na mesma linha, em 1371, a eborense Sancha Eanes deixa em testamento 20 soldos aos gafos, donativos para os presos do castelo e do cárcere do bispo, e 20 soldos para as emparedadas¹⁸³⁷. Os exemplos repetem-se em 1376 e 1377, nos testamentos das eborenses Catarina Gil e Maria Dias, esta última antiga camareira da rainha D. Beatriz, que deixam nos respetivos testamentos legados semelhantes aos já referidos, incluindo emparedadas, sendo o segundo especificamente dirigido às emparedadas de Évora¹⁸³⁸.

¹⁸³⁴ SOUSA, *et al.* – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 397.

¹⁸³⁵ SOUSA, *et al.* – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 397.

¹⁸³⁶ Testamento de Vasco Afonso, morador em Évora (1346). Transcrição de João Costa. *Fragmenta Historica* 2 (2014), p. 81-84.

¹⁸³⁷ Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, *Manuscritos*, Pergaminhos Diversos, caixa 9, nº 335 (nº 16764).

¹⁸³⁸ ASE, *Cabido da Sé de Évora*, Diversos, Originais diversos, compilados por Baltazar de Faria Severim e por Manuel Severim de Faria, Pasta 2, XLV; BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 03, peça 006, doc. 001.

Se as populações pareciam acolher favoravelmente estes homens e mulheres, o poder régio desconfiava deles, e D. Fernando parece referi-los no texto da *Lei das Sesmarias*, quando legisla contra

“alguus [que] filham avitos como de rreliom e vivem apartadamente fazendo congregaçom contra a defenssom do direito nom entrando nem sendo professos em nenhuma das hordeens relegiosas stabeleçudas e aprovadas pella santa igreja, nom fazendo nem husando de fazer alguma obra proveitosa ao bem do comuu e sso figura de relegiosos e de santa vida, anda pellas terras e lugares pedindo e juntando algo e enduzendo muitos que se ajuntem a eles e per seu enduzimento leixam os mesteres e obras de que husam e vão star e andar com eles nom fazendo outro serviço nem outra obfra de proveyto.”¹⁸³⁹

Acrescentando adiante que

“aquelles que acharem andar ou viverem em abito de rellegiosos que nom som professos dalguuas das hordeens aprovadas como ssuso dicto he diganlhes e mandem que vão lavrar e husar de mester da lavoira e costrangamnos pera ello sem outro meeo.”¹⁸⁴⁰

A fortuna futura destas congregações inicialmente informais são mais uma prova do curto alcance da *Lei das Sesmarias* no plano da dedicação coerciva ao trabalho agrícola.

A popularidade destes eremitas não só se mantém, como continua a crescer no século XV, passando a colher igualmente o favor régio. Os homens da *pobre vida* dos eremitérios alentejanos veem-se legitimados pela aprovação dada pela nova dinastia de Avis e por Roma, e prosperam nas serras alentejanas; as emparedadas e as mulheres da *pobre vida* das cidades e vilas alentejanas multiplicam-se, convivendo as casas já estabelecidas com outras iniciativas, sempre renovadas, cuja relevância e volume leva até à designação de uma rua eborense como *Rua das Emparedadas*, topónimo registado pelo menos desde 1401, alternando com outro, o da *Rua das Pobres de Maria Fonseca*; tendo ambos se perdido no final da Idade Média, foi substituído por outro, igualmente característico, e que se manteve até hoje: Travessa de Santa Marta¹⁸⁴¹.

¹⁸³⁹ RAU – *Sesmarias Medievais...*, p. 269.

¹⁸⁴⁰ RAU – *Sesmarias Medievais...*, p. 271.

¹⁸⁴¹ CARVALHO – *Da Toponímia de Évora...*, II, p. 84-86; BEIRANTE – *Évora na Idade Média...*, p. 131.

Na segunda metade do século XIV, a tendência de surgimento e preferência da espiritualidade laica volta-se para formas de vida diferentes, regulares mas não tradicionais, marcadas pela pobreza, pela vida comunitária e pela vocação assistencial. Não se trata de um fenómeno surgido com a Peste Negra, mas as décadas que se seguem à epidemia original parecem revelar um direcionamento cada vez mais pronunciado nesse sentido. No Entre-Douro-e-Minho, o movimento não parece tão radical, sendo marcado sobretudo por novas fundações franciscanas no final do século XIV, em meios não urbanos e com uma vocação ascetista muito mais evidente do que os conventos de frades menores originais. No Entre-Tejo-e-Odiana, contudo, a combinação de um vasto território ermo com uma malha eclesiástica mais difusa parece ter favorecido experiências mais originais, traduzidas no feminino em pleno meio urbano, com destaque para as inúmeras experiências eborenses. Não se podendo medir exatamente a influência da Peste neste fenómeno – caso ela exista, sequer – a coincidência temporal do processo é sugestiva. A correlação é inequívoca, mas a causalidade não.

- O culto dos santos pestíferos

Refúgio em todas as aflições, o culto dos santos tornou-se igualmente importante para os fiéis em tempo de peste. Os santos longamente associados à medicina, como São Cosme e São Damião, não parecem ter recolhido particular fervor popular em Portugal, e este culto só se populariza no período moderno¹⁸⁴². Outro santo cuja tradição associa à prática da medicina, São Pantaleão, tem a sua devoção introduzida por refugiados arménios no Porto, já em meados do século XV¹⁸⁴³.

O número de santos invocados em caso de peste é grande, e a reemergência da doença em meados do século XIV permitiu que muitos fossem resgatados um pouco por toda a Europa, reavivando velhas devoções e permitindo muitas novas: um desses casos é o já referido caso do casal Elzéar e Delphine de Sabran, ainda que a relação com curas de peste – ou *em tempo de peste* - se faça exclusivamente com Delphine¹⁸⁴⁴. Apesar de

¹⁸⁴² CARVALHO, Augusto da Silva – *O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil. História das Sociedades Médicas Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, p. 9-18.

¹⁸⁴³ AFONSO, José Ferrão - Image, Ritual and Urban Form: Porto in the 16th Century. *Journal of Science and Technology of the Arts* 2:1 (2010), p. 44-47.

¹⁸⁴⁴ ARCHAMBEAU – Healing Options..., p. 531–559.

existir essa variedade, os mais populares, em momentos diversos¹⁸⁴⁵, foram São Sebastião e São Roque. A tradição pestífuga do primeiro remonta à Primeira Pandemia, quando por sua intercessão um surto de peste teria cessado em Roma, em 683¹⁸⁴⁶, com testemunhos dessa devoção no século VIII e, depois, na Baixa Idade Média¹⁸⁴⁷. A tradição espalha-se e desenvolve-se ao longo de centenas de anos, e os testemunhos de milagres abundam¹⁸⁴⁸, mas a associação à peste parece ser retomada apenas no ocaso da Idade Média. A associação da figura do santo soldado, porém, não terá sido tão imediata na Península Ibérica. Em Córdoba, por exemplo, há notícia da consagração de um altar a São Sebastião na catedral da cidade, como forma de proteção contra a peste e por iniciativa do cabido local, apenas durante a *Pestis secunda*, em 1363¹⁸⁴⁹.

A popularidade de São Sebastião ao longo dos últimos séculos justifica a existência de um pouco mais do que 100 paróquias onde é venerado como orago, espalhadas por todas as dioceses portuguesas, em espaço urbano e rural¹⁸⁵⁰. Apesar de ser difícil perceber quando é que o santo mártir é elevado a essa categoria em todas elas, essa ascensão será anterior à Peste Negra pelo menos numa parte. É possível que, em muitas dessas paróquias, tenha substituído um orago anterior. Noutros casos, novas freguesias autonomizadas no período moderno recebem como orago o então já transversalmente venerado São Sebastião. As igrejas, capelas e ermidas dedicadas ao santo contam-se às centenas, mas a humildade de muitos destes templos torna difícil a sua datação e o conhecimento de eventuais edificações anteriores. Muitas estão associadas a ex-votos de sobreviventes – individuais ou institucionais - dos muitos pequenos, e alguns grandes, surtos de peste, comuns a partir de 1400. Em Alcácer do

¹⁸⁴⁵ SHREWSBURY – The Saints and Epidemic Disease. In *The Plague of the...*, p. 123-143; Heinrich Dormeier identifica vários santos invocados em tempos de peste na Europa Germânica, a par dos omnipresentes São Sebastião e São Roque: Santo Antão, São Silvestre, São Martinho de Tours, só para citar alguns exemplos – DORMEIER, Heinrich – Saints as protectors against plague. In BISGAARD, Lars, SØNDERGAARD, Leif (eds.), *Living with the Black Death*. Odense: University Press of Southern Denmark, 2009, p. 167-170.

¹⁸⁴⁶ SHREWSBURY – The Saints and Epidemic Disease..., p. 126-128.

¹⁸⁴⁷ MARSHALL, Louise - Manipulating the Sacred: Image and Plague in Renaissance Italy. *Renaissance Quarterly* 47:3 (1994), p. 485-532. doi:10.2307/2863019.

¹⁸⁴⁸ SCHUPBACH, William - A Venetian 'plague miracle' in 1464 and 1576. *Medical History* 20:3 (1976), p. 312-316.

¹⁸⁴⁹ AMASUNO – Cronologia de la peste..., p. 38.

¹⁸⁵⁰ Este tipo de informações pode ser colhido no portal da Igreja Católica Portuguesa, o *Anuário Católico*, que funciona simultaneamente como uma grande bases de dados de todos os elementos do clero, contactos, oragos, paróquias, estrutura, etc.: http://www.anuariocatolicoportugal.net/ficha_orago.asp?oragoid=209.

Sal, por exemplo, uma ermida de São Sebastião é descrita pela primeira vez em 1512, mas refere-se que a irmandade por ela responsável era antiga¹⁸⁵¹.

No que diz respeito a São Roque, o culto será um pouco mais tardio. A tradição coloca esta santo como vivendo na primeira metade do século XIV, assistindo à Peste Negra. Contudo, o Roque histórico, natural de Montpellier, terá vivido na segunda metade desse século, popularizando-se o seu culto em Itália e no sul de França apenas no final do século XV¹⁸⁵², introduzindo-se a Portugal no início do século XVI com a chegada de uma relíquia veneziana de São Roque, solicitada por D. Manuel I¹⁸⁵³. Parece que, tal como no resto da Europa, o culto do santo difunde-se muito rapidamente, sobretudo através dos leigos, e parece ter uma relação direta com a sua confraria veneziana, guardiã das relíquias, de onde o culto irradia para o resto da Cristandade, no final do século XV¹⁸⁵⁴. Prova dessa difusão também em Portugal é a existência de uma ermida dedicada a São Roque, em Alcácer do Sal, poucos anos depois da chegada da relíquia veneziana¹⁸⁵⁵. Ainda que o número de paróquias das quais o santo provençal é orago seja pequeno – seis –, cinco destas encontram-se nos Açores e Madeira, provando a popularidade do santo na época em que as paróquias terão sido estabelecidas¹⁸⁵⁶. Assim, São Roque não terá tido um papel de qualquer tipo na religiosidade portuguesa, e na proteção contra a peste, em particular, no final da Idade Média.

Em Portugal, o culto de São Sebastião fazia-se há muito, como se prova por muitas das paróquias que trazem o santo romano como orago, mas também pela existência de uma capela real, criada na Sé de Lamego, a ele dedicada já no tempo de D. Dinis, em 1304¹⁸⁵⁷. Ao contrário de São Roque, cujo culto se propaga intimamente ligado à sua fama de protetor contra a peste, há um antes e depois na devoção sebastianista portuguesa. Assim, os primeiros séculos de culto de São Sebastião no território

¹⁸⁵¹ PEREIRA, Maria Teresa Lopes - Memórias e espaços de uma devoção urbana: o culto a S. Sebastião em Alcácer do Sal (séculos XV-XVI). *Lusitania Sacra* 35 (Janeiro-Junho 2017), p. 207-240.

¹⁸⁵² MARSHALL - Manipulating the Sacred..., p. 503-504.

¹⁸⁵³ MORNA, Teresa Freitas (coord.) – *Museu de S. Roque, Roteiro*. 3ª edição. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015, p. 22.

¹⁸⁵⁴ DORMEIER – Saints as protectors..., p. 173-186.

¹⁸⁵⁵ PEREIRA – Memórias e espaços..., p. 210.

¹⁸⁵⁶ Segundo informação proveniente do *Anuário Católico*: http://www.anuariocatolicoportugal.net/ficha_orago.asp?oragoid=21.

¹⁸⁵⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 31.

português ter-se-iam feito sem uma associação direta à sua qualidade de santo protetor contra a peste, tal como São Cosme e São Damião tardaram a ser associados aos ofícios de cura em Portugal. Provavelmente, só a partir de meados do séculos XV é que a associação de São Sebastião à proteção contra a peste, uma doença cada vez mais frequente e enraizada no imaginário popular, terá promovido a enorme expansão que se consolidou no século seguinte.

Uma pista secundária da importância de um santo é a da onomástica¹⁸⁵⁸. O galego-português possuía duas formas para Sebastião, uma semelhante à que se usa até hoje, e outra mais arcaizante: *Savaschão*, e o seu respetivo patronímico, *Savaschães*. Nenhuma das suas se encontra entre os nomes preferidos pelos portugueses na Idade Média. Referindo apenas os intervenientes principais entre os milhares de documentos analisados - não fiz um levantamento exaustivo das testemunhas dos documentos com este propósito – são apenas quatro os Sebastião de nome ou patronímico recolhidos, todos alentejanos: João Sebastião, de Beja (1332)¹⁸⁵⁹, João Sebastião, vizinho de Olivença (1335)¹⁸⁶⁰, Sebastião Esteves, alfaiate de Montemor-o-Novo (1363)¹⁸⁶¹, e Domingos Sebastião, juiz de Estremoz (1371)¹⁸⁶²; no que toca aos Savaschão ou Savaschães, temos apenas outros quatro testemunhos: o eborense Domingos Savaschães (1311)¹⁸⁶³, João Savaschães, de Amarante (1311)¹⁸⁶⁴, e o endemoninhado (e depois exorcizado), sapateiro vimaranense de nome Vicente Savaschães (1343), referido no livro de milagres da colegiada de Guimarães juntamente com um provável familiar, de nome Domingos Savaschães¹⁸⁶⁵.

Saindo da amostra deste estudo, e olhando para trabalhos sobre antroponímia medieval portuguesa, o panorama mantém-se, mesmo alargando a geografia e a cronologia da recolha: para os dois estudos relacionados com o Entre-Tejo-e-Odiana, a

¹⁸⁵⁸ GONÇALVES, Iria - Amostra de antroponímia alentejana do século XV. *Do Tempo e da História* IV (1971), p. 173-212.

¹⁸⁵⁹ *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. I, doc. 274, p. 296-297.

¹⁸⁶⁰ *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. II, doc. 214, p. 328.

¹⁸⁶¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 24, peça 036.

¹⁸⁶² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 4, peça 011.

¹⁸⁶³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 24, peça 008.

¹⁸⁶⁴ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Pergaminhos, 8-2-3-35.

¹⁸⁶⁵ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos eclesíásticos, mç. 3, n.º 19, milagre nº 33.

presença é residual ou nula: para o século XIV, um estudo antroponímico revela-nos uma ausência total do uso de Sebastião entre os inquiridos de Castro Verde, Almodôvar e Padrões, no Baixo Alentejo, durante o reinado de D. Fernando¹⁸⁶⁶. Iria Gonçalves recolheu os nomes e patronímicos de mais de 1000 indivíduos alentejanos, documentados por volta de 1475, não havendo um único Sebastião ou Savaschão de nome próprio ou de patronímico¹⁸⁶⁷; no caso do território alcobacense, onde também a mesma investigadora recolheu uma amostra de quase 2700 indivíduos documentados entre 1370 e 1400, e novamente entre 1430 e 1460, Sebastião e Savaschão(ões) estão totalmente ausentes do lote, cum uma única exceção proveniente de um patronímico “Sebastiães” pertencente ao lote balizado entre 1370 e 1400¹⁸⁶⁸, o que, cruzado com a recolha da mesma autora para o território alentejano, nos revela que a popularidade do nome mantém-se residual e, com apenas uma outra exceção¹⁸⁶⁹, quase inexistente ao longo do século XV. A fortuna do século seguinte será bem diferente, como o exemplo máximo da escolha do nome de um futuro rei traduz, mas também esta dado indireto da onomástica parece confirmar uma popularidade limitada do culto de São Sebastião no Portugal Medieval, associado ao combate da Peste já na centúria de Quatrocentos, décadas após a Peste Negra. Também em Portugal, a tendência seguirá o modelo geral europeu: a maioria dos milagres em doentes de peste dizem respeito aos séculos XVI e XVII¹⁸⁷⁰, pelo que a Peste Negra e as suas imediatas sucessoras representam apenas a semente de culto secular, intimamente ligado a aflições epidémicas constantes e difíceis de compreender.

Além dos santos mais comumente invocados, muito outros teriam sido preferidos, ainda que em períodos mais tardios ou através de invocações particulares,

¹⁸⁶⁶ VIVAS, Diogo; LEITÃO, André Oliveira - Nomear e ser nomeado na Idade Média. Estudo de antroponímia alentejana medieval (Homenagem a Iria Gonçalves). In SILVA, I., MADEIRA, J., FERREIRA, S. (ed.), *Actas do 2.º Encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, 2010, p. 97-110.

¹⁸⁶⁷ GONÇALVES - Amostra de antroponímia..., p. 182-183.

¹⁸⁶⁸ GONÇALVES, Iria - Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média. *Do Tempo e da História V* (1972), p. 164-166.

¹⁸⁶⁹ A única exceção a esta regra parece encontrar-se na Beira, onde a documentação da Ordem de Avis nos fornece diversos Sebastião de nome ou patronímico provenientes da comenda de São Vicente da Beira, atual freguesia do concelho de Castelo Branco. Alguns exemplos balizados entre 1293 e 1386: ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, maço 2, n.º 181, 187, 198, 200; maço 3, n.º 282, 290, 291, 293, 324, 342, 348, 360, 394, 396, 397, 399, 417, 420, 455; maço 8, n.º 783.

¹⁸⁷⁰ COHN, Samuel K. - *The Black Death Transformed: Disease and Culture in Early Renaissance Europe*. London: Arnold, 2002, p. 75.

próprias de uma região, ofício, família ou outro fator diferenciador – um exemplo é a devoção concreta aos Santos Mártires de Santa Cruz de Coimbra, que se verá no subcapítulo seguinte. Vários desses relatos dizem respeito a textos com um programa bem definido. No caso das crônicas das ordens religiosas, por exemplo, os santos associados a uma ordem serão invocados e exaltados como intercessores particularmente eficazes, e os relatos edificantes de pestes – sobretudo do período moderno – constituem uma *publicidade* excelente. Em qualquer dos casos, a preferência justifica-se pela precedência de um santo patrono de uma localidade, ordem ou profissão, cujo importância localizada e devoção particular sobrepõe aos típicos santos da peste. Tratando-se, porém, de mais um tema que ultrapassa em muito o âmbito deste trabalho – pela ausência de dados concretos sobre a devoção a santos protetores não só durante a Peste Negra em Portugal, como durante as suas imediatas sucessoras –, a sua exploração deter-se-á aqui.

Parece seguro afirmar que, em Portugal, tal como parece ter acontecido no resto da Europa, a Peste Negra não ‘criou’ santos, nem provocou a divulgação massiva de cultos e devoções¹⁸⁷¹. Tratar-se-á, assim, de um fenómeno produzido paulatinamente ao longo do século XV, sobretudo a partir da segunda metade, e que atingiu o seu auge no século XVI, enraizando-se localmente com a construção de capelas, ermidas e altares a São Sebastião e a São Roque pelos sobreviventes de cada novo surto.

14.3 – Ausências?

A reação documentada à Peste Negra em Portugal oferece testemunhos bem menos espetaculares do que a maioria daqueles que chegam de outras paragens europeias. Além da aparente ausência de motins antijudaicos motivados por rumores de contaminação, também não parece ter-se verificado qualquer histeria coletiva contra outros grupos, como os leprosos – igualmente visados em certas partes da Europa.

Por outro lado, manifestações de fervor religioso popular, como a dos flagelantes, parecem ausentes do território português durante a Peste Negra e as suas sucessoras imediatas. Os flagelantes não surgiram com a Peste, ainda que este evento tenha promovido esta forma de religiosidade popular. Em plena Peste, havia já

¹⁸⁷¹ DORMEIER – Saints as protectors..., p. 171-173.

confrarias de flagelantes em diversas paragens, incluindo aldeias da Toscana¹⁸⁷². Levantando suspeitas à Igreja, e assumindo posições rapidamente definidas como heréticas pela Santa Sé, os flagelantes são banidos pelo papa Clemente VI logo em outubro de 1349, depois de o movimento se ter espalhado por todo o território imperial e por França¹⁸⁷³. Talvez esta condenação enérgica tenha prevenido este movimento de atravessar os Pirenéus e depois atravessar a Península em direção a Portugal, e talvez essa ausência possa ter contribuído para a aparente inexistência de ataques a judeus, nos quais alguns grupos de flagelantes foram protagonistas em algumas cidades do Sacro Império - ainda que, em muitos casos e como foi já dito, os instigadores dos *pogroms* tenham sido as elites urbanas. Os flagelantes, muitas vezes associados a movimentos milenaristas, são apenas uma das faces mais espetaculares da escatologia corrente em tempos de Peste Negra – tal como no caso concreto dos flagelantes, não emergiram novas leituras escatológicas e profecias milenaristas com a Peste: muitas profecias, leituras escatológicas e apocalípticas em circulação há muito foram reaproveitadas, difundidas ou lembradas¹⁸⁷⁴. Apesar da sua difusão um pouco por toda a Europa, incluindo na Coroa de Aragão, esta escatologia mais ou menos heterodoxa também não deixou vestígios nas fontes portuguesas, sendo mais uma das ausências a elencar.

Apenas décadas mais tarde, já no final do primeiro quartel do século XV, parece surgir uma forma menos espetacular deste tipo de grupos, quando surgem as primeiras *procissões dos nus*. A tradição defende que será precisamente uma promessa feita em tempo de peste aos Santos Mártires de Marrocos, cujas relíquias repousam em Santa Cruz de Coimbra, que terá dado origem à primeira procissão deste tipo, precisamente nessa cidade¹⁸⁷⁵, replicada em vários pontos do reino ao longo dos séculos seguintes e muitas vezes associadas ao culto dos mártires franciscanos. Longe das impressionantes

¹⁸⁷² DE LA RONCIÈRE - *Corpore languens...*

¹⁸⁷³ ABERTH, John - *The Black Death. The Great Mortality of 1348-1350. A Brief History with Documents*. New York: Palgrave MacMillan, 2005, p. 117-121.

¹⁸⁷⁴ LERNER, Robert E. - *The Black Death and Western European eschatological mentalities*. *American Historical Review* 86 (1981), p. 533-52. doi:10.2307/1860369; SMOLLER - *Of earthquakes, hail, frogs and geography...*, p. 156-87.

¹⁸⁷⁵ KRUS, Luís – *Celeiro e relíquias: o culto quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a Procissão dos Nus*. In KRUS, Luís, *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 133-149.

procissões de flagelantes, o despojo e o caráter penitente das procissões dos nus – que sobrevivem em alguns pontos, ainda hoje, de uma forma ainda mais discreta depois de séculos de moralização eclesiástica ativa – transforma-os na mais fervorosa manifestação deste género que se enraizou em Portugal.

Vale a pena referir a aparente ausência de violência contra certos grupos ou minorias, atingidos como bodes expiatórios. Apesar de já ter abordado a questão da falta de notícias de ataques a judeus portugueses (ou em Portugal) motivados por rumores de culpa na Peste Negra – o grupo mais atingido, em mais locais distintos – todos os restantes que foram sendo atingidos noutras paragens, parecem ter sido igualmente poupados em Portugal: segundo Samuel K. Cohn, a lista de alvos inclui mendigos e padres em várias paragens da Occitânia, peregrinos na Catalunha, catalães na Sicília¹⁸⁷⁶ (na condição de estrangeiros) e, ainda que menos durante a Peste Negra do que em situações anteriores, contra leprosos¹⁸⁷⁷; houve até portugueses em vias de serem acusados como bodes-expiatórios: em 21 de junho de 1348, o rei aragonês Pedro IV passa um salvo-conduto ao português Estêvão Pires de Bramana (?) e a um companheiro que, indo em peregrinação a Assis, decidiram voltar para casa temendo pela vida, face aos rumores que corriam de que os responsáveis pela Peste e pelo envenenamento dos poços eram os peregrinos¹⁸⁷⁸. A violência contra o Outro em tempos de epidemias é, de resto, uma constante desde a Antiguidade e, ainda que com protagonistas distintos, manteve-se bem viva nos séculos XIX e XX¹⁸⁷⁹; a era do Covid-19 não parece ter alterado o paradigma. Em Portugal, durante a Peste Negra, todos estes, ou outros grupos, classes ou minorias quaisquer, parecem ter sido poupadas a perseguições e violências dirigidas, restando-lhes ficar expostos ‘apenas’ ao mesmo flagelo epidémico que pesava igualmente sobre todos.

¹⁸⁷⁶ COHN Jr. – Plague Violence..., p. 39; COHN Jr., Samuel K. - Pandemics: waves of disease, waves of hate from the plague of Athens to A.I.D.S. *Historical Research* 85 (2012), p. 536-537. doi:10.1111/j.1468-2281.2012.00603.x.

¹⁸⁷⁷ COHN Jr. – Plague Violence..., p. 41-42; AUBRY – Les mortalités lilloises..., p. 338.

¹⁸⁷⁸ LÓPEZ DE MENESES – Documentos acerca de la peste negra..., p. 301-302, doc. 12.

¹⁸⁷⁹ COHN Jr., Samuel K. - Fear and the corpse: cholera and plague riots compared. In LYNTERIS, Christos, EVANS, Nicholas H. A. (eds), *Histories of post-mortem contagion*. London: Palgrave Macmillan, Cham, 2018, p. 55-81.

14.4 – A Peste Negra terá alguma influência na consolidação dos juízes dos órfãos?

Recuperando o artigo de José Mattoso sobre as estruturas familiares não-nobres em Portugal, no século XIII, vale a pena recordar o cuidado que a família alargada devotava, no seu conjunto, ao cuidado dos órfãos, segundo o texto dos foros longos e costumes de Riba Côa¹⁸⁸⁰. Com a imposição da família nuclear, uma eventual situação de orfandade traduz-se numa maior exposição do menor, ou menores, havendo uma necessidade de o poder público se substituir à família alargada, que anteriormente assumiria essa responsabilidade. Estas alterações, que deviam estar muito adiantadas em meados do século XIV, e a formação de um regime demográfico caracterizado pelo binómio natalidade alta/mortalidade alta, terão tido influência no eventual estabelecimento de um novo tipo de oficial municipal, destinado à proteção destes menores e dos seus bens, o juiz dos órfãos. Haverá alguma relação direta entre o surgimento e a consolidação deste oficial com a Peste Negra?

A legislação sobre o cuidado a ter com os órfãos, e sobre o papel dos oficiais municipais na nomeação de tutor ou curador dos menores, é anterior ao surgimento de um cargo exclusivamente dedicado a essa missão, remontando, pelo menos, à primeira metade do século XIV. Assim parece sugerir a lei não datada, mas muito provavelmente desse período, que o *Livro das Leis e Posturas* preserva; o texto estabelece o procedimento de nomeação e os mecanismos de fiscalização dos tutores e curadores, mas também os moldes em que poderá haver uma ação dos menores, depois de atingida a maioridade, em caso de depredação dos bens que deveriam ter sido geridos segundo os seus interesses. Neste texto não há espaço para qualquer referência ao juiz dos órfãos¹⁸⁸¹.

Este magistrado era responsável pela nomeação de tutores e supervisão da gestão dos bens dos ditos órfãos, entre outros assuntos. Surgindo primeiro de forma esporádica e quase *ad hoc*, generalizando-se e tornando-se um cargo permanente no ocaso da Idade Média, é muito difícil traçar de forma linear a génese e o desenvolvimento desta

¹⁸⁸⁰ MATTOSO – Notas sobre a estrutura familiar..., p. 288-289, 294-300.

¹⁸⁸¹ *Livro das Leis e Posturas...*, p. 110-112.

função. Os primeiros testemunhos da existência deste oficial local datam de ainda antes da Peste Negra – pelo que a pandemia poderá apenas ter contribuído para a sua consolidação – mas a primeira normatização surge apenas com as *Ordenações Afonsinas*¹⁸⁸². Nos territórios em estudo, a referência mais antiga encontrada é já posterior ao limite cronológico deste trabalho: em 1408 a igreja de Santiago de Évora afora um pardieiro na cidade à sogra de Vasco Afonso, juiz dos órfãos da cidade¹⁸⁸³. Iria Gonçalves colhe informações vagas sobre o cargo no Couto de Alcobaça, por exemplo, e sublinha que a referência é feita para sublinhar a “dispensabilidade do cargo”¹⁸⁸⁴, mas a Idade Moderna acabou por torná-los permanentes e distribuídos em todas as circunscrições judiciais, dos quais sobra abundante documentação a partir do século XVI.

Tal como noutros casos neste capítulo, a eventual relação da consolidação do cargo de juiz dos órfãos com a Peste Negra ou, pelo menos, com as novas exigências levantadas pelo mundo pós-Peste e constantemente visitado pelas suas réplicas, é apenas uma hipótese. Ainda que seja difícil verificar essa causalidade, vale a pena sublinhar a forma como o final da Idade Média desenvolveu, através do poder público e dos seus representantes, soluções para novos problemas levantados pelas mutações nas estruturas familiares, pela movimentação de populações e pelo alargamento de responsabilidades daqueles que eram responsáveis pela garantia do *Bem comum*.

14.5 – Um projeto de expansão adiado?

Na biografia que fez de D. Afonso IV¹⁸⁸⁵ e na secção medieval da *História de Portugal*¹⁸⁸⁶ dirigida por Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa concedeu a devida atenção a um aspeto até então pouco explorado do reino de D. Afonso IV – um eventual projeto de expansão marítima, com as Canárias como alvo. O interesse e o empenho do monarca nesta missão, com um propósito claro de exploração e reclamação (frustrada) de soberania sobre o arquipélago atlântico traduziram-se numa intensa atividade diplomática e exploratória entre meados da década de 1330 e o início da de 1340.

¹⁸⁸² *Ordenações Afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Livro IV, Títulos LXXXVII e LXXXI, p. 324-328, 340-342.

¹⁸⁸³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 030.

¹⁸⁸⁴ GONÇALVES – *O Património do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 417.

¹⁸⁸⁵ SOUSA – *D. Afonso IV...*, p. 220-243.

¹⁸⁸⁶ SOUSA – *I Parte - Idade Média ...* p. 124-125.

Ainda que se trate de uma mera sugestão, é possível que este ímpeto expansionista possa ter sido refreado pela Peste Negra. Os anos que se seguiram, foram marcados pelos crescentes conflitos entre o envelhecido rei e o seu herdeiro. Quando D. Pedro I sobe ao trono, o projeto expansionista do seu pai parece ter ficado definitivamente engavetado, sendo retomado pelo seu filho ilegítimo, feito rei, mais de meio século mais tarde, e noutras paragens que não as Canárias.

IV – A memória da Peste

15 – Os testemunhos materiais – ossos e ADN antigo

O conjunto diverso das ciências da materialidade histórica – arqueologia, antropologia biológica (e, dentro desta, a paleopatologia) e a paleogenómica – tem sido fundamental no avanço integrado do estudo das patologias no tempo. Todas têm as suas limitações¹⁸⁸⁷, mas as possibilidades que levantam permitem compor ainda mais e melhor um quadro que nunca recolhe mais do que fragmentos. Entre todos os vestígios arqueológicos, poucos poderão ser mais úteis neste ramo do que os próprios ossos humanos: pelo que podem carregar dentro de si, pela sua disposição e pela densidade e quantidade de enterramentos. Sendo os materiais osteológicos parte importante do estudo histórico da Peste, o desenvolvimento da paleogenómica tem vindo a torná-los fundamentais nos últimos anos. Sem ossos e dentes não teria sido possível confirmar inequivocamente o protagonismo da *Yersinia pestis* como agente da Peste de Justiniano, da Peste Negra e das respetivas réplicas. O trabalho de diversos especialistas tem trazido os cemitérios de peste - ou simples enterramentos de vítimas impossíveis de identificar de outra forma que não pela análise de ADN antigo – para o centro da investigação no tema.

O potencial, aliás, ultrapassa em muito o estudo da peste, podendo aplicar-se a muitas patologias antigas¹⁸⁸⁸. Contudo, ainda não surgiram vestígios materiais que pudessem ser inequivocamente identificados como vítimas da Peste em Portugal. Será um sinal de um impacto limitado da mortalidade produzida pela doença? Creio a explicação não será essa, passando antes pela sobreposição de vários fatores, naturais e humanos. As referências à possibilidade de as vítimas de peste poderem ser

¹⁸⁸⁷ São essas vantagens e limitações que Daniel Antoine reúne num artigo de revisão sobre o tema. Porém, sendo datado de 2008, o artigo apresenta muitas dúvidas quanto ao potencial da arqueologia esclarecer a natureza nosológica e etiológica da Peste Negra. Hoje sabemos que a paleogenómica pôde efetivamente ultrapassar essa questão, precisamente a partir dos cemitérios da Peste Negra de Londres, os mesmos que o autor usa para basear as suas observações. Apesar do tom vagamente pessimista, o texto continua a ser uma leitura válida sobre o tema, constituindo uma reflexão útil: ANTOINE, Daniel - The Archaeology of "Plague." *Medical History Supplement*, (27), 101. *Medical History*, 52:S27 [Pestilential complexities: understanding medieval plague.] (2008), p.

¹⁸⁸⁸ A análise múltipla em busca de ADN antigo de vários patógenos já produziu resultados em diversos casos – TRAN, Thi-Nguyen-Ny; SIGNOLI, Michel; FOZZATI, Luigi; ABOUDHARAM, Gérard; RAOULT, Didier; DRANCOURT, Michel - High throughput, multiplexed pathogen detection authenticates plague waves in medieval Venice, Italy. *PLoS ONE*, 6:3 (2011), e16735. doi:10.1371/journal.pone.0016735.

enterradas sem qualquer sinal de caos, ou sem omissão de rituais habituais de inumação, tem sido repetida em diversos contextos, com provas inequívocas¹⁸⁸⁹. Em meios rurais ou pequenos centros urbanos, nem sempre um aumento do fluxo de enterramentos simultâneos significou uma disrupção nos costumes funerários, e esta até pode ter sido a regra em muitos locais afetados pela Peste Negra e subsequentes surtos da Segunda Pandemia¹⁸⁹⁰; como mero exemplo, uma mortalidade de 50% em Braga, que não teria contaria com mais de 3000 habitantes nas vésperas da Peste Negra, representaria uma necessidade de enterramento de 1500 indivíduos ao longo de 3 ou 4 meses – número excepcional, mas que representa uma média de 15 a 20 enterramentos diários, longe de ser uma cifra incomportável ou um volume de corpos que esgotaria todos os cemitérios da cidade arquiépiscopal.

Mesmo nos grandes centros urbanos europeus, onde a capacidade dos cemitérios paroquiais se esgotou e foi necessário criar outros especialmente dedicados às vítimas da Peste Negra, como o célebre cemitério de East Smithfield, em Londres, até as vítimas que apresentam sinais de um enterramento tardio, já com um avançado estado de decomposição traduzido em membros desarticulados, foram enterrados com cuidado, sem sobreposição e respeitando os ritos habituais¹⁸⁹¹; casos mais extremos, como a fossa onde foram escavados 120 enterramentos de peste trecentista – mas cuja extensão total ficou por escavar, calculando-se que possa contar até 400 indivíduos – na

¹⁸⁸⁹ KELLER et al. - Ancient *Yersinia pestis* ..., p. 12369.

¹⁸⁹⁰ Arcini et al. Fazem uma exposição muito interessante do problema, recorrendo ao exemplo da cidade sueca de Lund. Comparando o tamanho da cidade e da sua população, a dimensão provável da mortalidade e o fluxo máximo de mortos, a equipa responsável por este artigo demonstra que as vítimas da peste, na maioria dos locais fora das grandes cidades trecentistas, poderá ter sido enterrada segundo os rituais habituais da inumação e dentro dos cemitérios previamente utilizados, sem qualquer rutura. ARCINI, Caroline; PRICE, T. Douglas; CINTHIO, Maria; DRENZEL, Leena; ANDERSSON, Mats; PERSSON, Bodil; MENANDER, Hanna; VRETEMARK, Maria; KJELLSTRÖM; HEDVALL, Rickard; TAGESSON, Göran – Living Conditions in Times of Plague. In LAGERÅS, Per, *Environment...*, p. 106-115; outra reflexão de grande importância para a compreensão das múltiplas formas de diferentes populações traduzirem períodos de crise em formas e ritos de enterramento: KACKI, Sacha ; CASTEX, Dominique - Réflexions sur la variété des modalités funéraires en temps d'épidémie. L'exemple de la Peste noire en contextes urbain et rural. *Archéologie médiévale* 42 (2012). DOI : <https://doi.org/10.4000/archeomed.10364>; ainda sobre o mesmo assunto: CASTEX, Dominique - Identification and interpretation of historical cemeteries linked to epidemics. In RAOULT, Didier, DRANCOURT, Michel (eds), *Paleomicrobiology: past human infections*. Berlin: Springer, 2008, p. 23-48; CASTEX, Dominique; KACKI, Sacha - Demographic patterns distinctive of epidemic cemeteries in archaeological samples. *Microbiology Spectrum* 4.4 (2016). DOI: [10.1128/microbiolspec.PoH-0015-2015](https://doi.org/10.1128/microbiolspec.PoH-0015-2015).

¹⁸⁹¹ HAWKINS, Duncan - The Black Death and the new London cemeteries of 1348. *Antiquity* 64 (1990), p. 637-42.

igreja de Sant Just i Pastor, em Barcelona, onde há efetiva sobreposição de corpos e na qual todos terão sido inumados em poucos dias, o cuidado com a deposição e a observação da posição correta demonstram uma perenidade de práticas¹⁸⁹². Não será na Peste Negra que as fossas comuns, cheias de corpos atirados à pressa e sem qualquer observação ritual, serão regra.

Assim, se a ausência de sepulturas coletivas - com muitos enterramentos simultâneos ou quase, e mais ou menos descuido -, não significa que a peste tenha estado ausente de um determinado território, a existência de enterramentos suspeitos não pode, por si, ser tomada como evidência de que se trata de um *plague pit*. O cruzamento de dados históricos, arqueológicos e paleogenómicos, como no caso paradigmático de Londres, ou apenas dos dois últimos, quando os documentos são inexistentes ou inconclusivos, como em muitos outros casos¹⁸⁹³, são absolutamente necessários para a confirmação de uma sepultura coletiva, de tamanho variável, como um enterramento de pestíferos. De facto, a única referência explícita a enterramentos em massa e valas comuns na Idade Média portuguesa é aquela que é feita no *Livro da Noa*, não na entrada referente à Peste Negra, mas à devastadora fome que se teria feito sentir em 1333¹⁸⁹⁴. E, assim, um enterramento em massa do século XIV, em Portugal, poderá não ter qualquer relação com a Peste, mas antes com fome, um episódio bélico ou uma outra origem, carecendo de confirmação de outro tipo, como a genética. Acrescente-se o problema da datação aproximada por carbono 14, por exemplo, que faria recair no mesmo intervalo enterramentos de 1333 e 1348/9.

Dúvidas deste tipo impedem uma associação inequívoca da Peste Negra ou de outros fenómenos epidémicos aos enterramentos tardo-medievais suspeitos descobertos em Leira, por exemplo¹⁸⁹⁵. Por outro lado, o levantamento da grande necrópole de Estremoz, que produziu achados como o já referido caso de Pé de

¹⁸⁹² Realce-se ainda que se tratou do primeiro achado do género em Barcelona: DE HEREDIA BERCERO, Julia Beltran; GIBRAT PINEDA, Irene - El primer testimoni arqueològic de la Pesta Negra a Barcelona: la fossa comuna de la Basílica dels Sants Màrtirs Just i Pastor. *QUARHIS* II:10 (2014), p. 164-179.

¹⁸⁹³ WIECHMANN, Ingrid; HARBECK, Michaela; GRUPE, Gisela - *Yersinia pestis* DNA Sequences in Late Medieval Skeletal Finds, Bavaria. *Emerging Infectious Diseases*, 16:11 (2010), p. 1806-1807. DOI: 10.3201/eid1611.100598.

¹⁸⁹⁴ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 19v-20v.

¹⁸⁹⁵ FILIPE, Iola; MATOS, Vítor; BRAZUNA, Sandra; FREITAS, Joana - Necrópole de São Martinho: análise preliminar dos dados arqueológicos e antropológicos. *Era Arqueologia* 5 (2003), p. 55-77.

Madura¹⁸⁹⁶, poderá revelar episódios bem mais disruptivos do que a sua aparente ordem e normalidade poderiam sugerir em primeiro lugar.

Se os testes de sequenciação genómica feitos a partir de ADN antigo exigem um investimento considerável, outros ‘meios de diagnóstico’ bem mais acessíveis - alguns sem potencial de exploração genética do agente patogénico, por detetarem apenas a resposta imunológica à infeção por *Y. pestis*¹⁸⁹⁷, outros já capazes de detetar a assinatura molecular da bactéria, podendo servir para selecionar indivíduos com potencial de sequenciação genómica¹⁸⁹⁸ - têm sido utilizados, com resultados animadores e que poderão ser replicados em Portugal com sucesso. Outro tipo de exame é o da deteção de ADN antigo da peste, por métodos relativamente simples. A convivência com a realidade da COVID 19 tornou as designações destas análises comuns: no primeiro caso, o da resposta imunológico, trata-se de um teste serológico; no segundo, envolve já a tecnologia PCR.

O estudo da arqueologia funerária e da antropologia biológica da Baixa Idade Média em Portugal têm-se consolidado, e há alguns achados e estudos de grande interesse. O trabalho notável de antropólogas como Eugénia Cunha e Teresa Fernandes tem permitido avanços consideráveis nos domínios do paleopatologia. A pioneira tese de doutoramento da primeira das duas especialistas, incidindo sobre duas populações distintas, sendo uma das necrópoles pertencente a uma população medieval do Entre-Douro-e-Minho – a vila piscatória de Fão –, mantém-se como um marco neste domínio. Porém, como a autora refere, a fragmentação e o mau estado dos vestígios ósseos permitem pouco mais do que um estudo de antropologia funerária e cálculo da esperança média de vida à nascença¹⁸⁹⁹, um problema que os solos nortenhos colocarão

¹⁸⁹⁶ CURTO; FERNANDES - A possible Madura foot...

¹⁸⁹⁷ KACKI, Sacha; RAHALISON, Lila; RAJERISON, Minoarisoa; FERROGLIO, Ezio; BIANUCCI, Raffaelella - Black Death in the rural cemetery of Saint-Laurent-de-la-Cabrerisse Aude-Languedoc, southern France, 14th century: immunological evidence. *Journal of Archaeological Science*, 38:3 (2011), p. 581–587. doi:10.1016/j.jas.2010.10.012

¹⁸⁹⁸ SEIFERT, Lisa; HARBECK, Michaela; THOMAS, Astrid; HOKE, Nadja; ZÖLLER, Lothar; WIECHMANN; Ingrid; GRUPE, Gisela; SCHOLZ, Holger C.; RIEHM, Julia M. - Strategy for Sensitive and Specific Detection of *Yersinia pestis* in Skeletons of the Black Death Pandemic. *PLoS ONE*, 8:9 (2013), e75742. doi:10.1371/journal.pone.0075742.s003.

¹⁸⁹⁹ CUNHA, Eugénia - *Paleobiologia das populações medievais Portuguesas: os casos de Fão e São João de Almedina*. Coimbra: Edição de Autor, 1994. Tese de doutoramento em Antropologia, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

sempre, devido à sua natureza ácida. No caso de Teresa Fernandes, é uma população sintrense que recebe a sua atenção, incluindo igualmente inumações trecentistas, mas sem qualquer indicação proveniente da disposição dos corpos ou do tipo de sepulturas de que possa haver mortes de peste entre os indivíduos analisados: as sepulturas que continham mais do que um indivíduo eram testemunhos de reutilização ao longo do tempo, e não de inumação simultânea, algo que tem paralelo noutros casos portugueses, incluindo o de Fão¹⁹⁰⁰.

15.1 – Onde podemos procurar?

Mesmo com uma envolvendo uma certa dose de especulação, será interessante terminar este capítulo com algumas hipóteses de investigação para uma eventual identificação futura de ADN antiga de *Yersinia pestis* em vítimas da Peste Negra, em Portugal. Além da reanálise dos muitos ossos (e dentes) recolhidos em coleções antropológicas, sobretudo no Sul – devido aos condicionalismos de preservação que os solos graníticos do Norte apresentam –, poderá ser relevante a identificação de potenciais alvos privilegiados de análise: os restos mortais dos notáveis que morreram durante a Peste Negra, cuja sepultura ainda se mantém intacta. O candidato mais forte são os restos mortais do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira. Sepultado na capela que construiu para esse efeito, na Sé de Braga, repousa no seu túmulo há mais de 670 anos, e talvez os seus restos mortais estejam ainda suficientemente preservados para permitir uma análise exploratória. Trata-se de uma das poucas figuras que sabemos ter morrido *durante* a Peste Negra, e, muito provavelmente, vitimado pela doença. Outros eclesiásticos insígnies, de bispos a priores e abades de grandes mosteiros, que sabemos terem falecido durante a epidemia, têm os seus túmulos destruídos e os seus restos invariavelmente perdidos, não permitindo uma análise semelhante.

À parte deste caso excecional, a solução da identificação de vítimas da peste, em particular da Peste Negra, passará por analisar massivamente, quando a tecnologia se vulgarizar e exigir menos recursos financeiros, as coleções antropológicas portuguesas, onde milhares de indivíduos provenientes de décadas de escavações poderão fornecer

¹⁹⁰⁰ PEREIRA, Maria Teresa Ribeiro Matos Fernandes Rocha - *A população medieval de S. Miguel de Odrinhas (Sintra): caracterização biológica*. Évora: Edição de Autor, 2008, p. 33-36.

uma imensidão de dados novos, onde o inesperado será a regra e a multiplicação de novas vias de estudo uma constante. Além da reanálise dos restos depositados, por vezes há décadas, há sempre a possibilidade de surgir um cemitério associado à Peste, ou por ela marcado, no futuro. A pressão imobiliária dos últimos anos, sobretudo nos grandes centros urbanos do Porto e Lisboa, criou um movimento sem precedentes de renovação e reconstrução nos centros históricos, onde algum achado inesperado pode surgir. Apesar de a negligência e as más-prática por parte dos contratantes serem frequentes, a hipótese de grandes achados mantém-se. Talvez a história da Peste Negra em Portugal se possa completar, ou mesmo reescrever, a partir de um achado deste género, num futuro próximo.

16 – As referências dos primeiros anos

16.1 – No quotidiano: a Peste como marco cronológico

As referências feitas pelos documentos no meio século que sucedeu à Peste Negra são uma fonte importante na construção da memória que foi transmitida às gerações sucessivas, sobretudo até ao advento da historiografia moderna. Durante as últimas décadas do século XIV, as referências nunca se tornam numerosas. Mas as escassas dezenas que pude identificar revelam leituras coevas importantes. Antes de explorar esta questão, apresento um par de gráficos onde se incluem as referências diretas à peste em documentos do período de 1348-1379, nas duas comarcas em estudo. Nesta contabilidade interessa o âmbito do documento, e não o seu local de produção: se uma carta régia, redigida em Coimbra, faz uma referência à peste em Évora, então o documento é incluído no rol das referências do Entre-Tejo-e-Odiana. Por outro lado, se um documento não faz distinção geográfica alguma – como um capítulo geral de cortes, ou uma carta aberta do rei –, é incluído em ambos os gráficos.

Gráfico 109 - Referências diretas à Peste (Entre-Douro-e-Minho, 1348-1379)

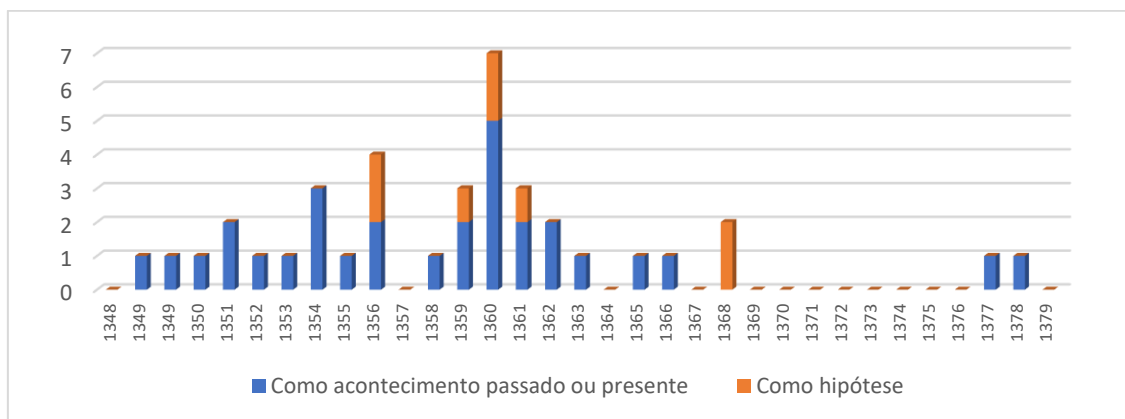
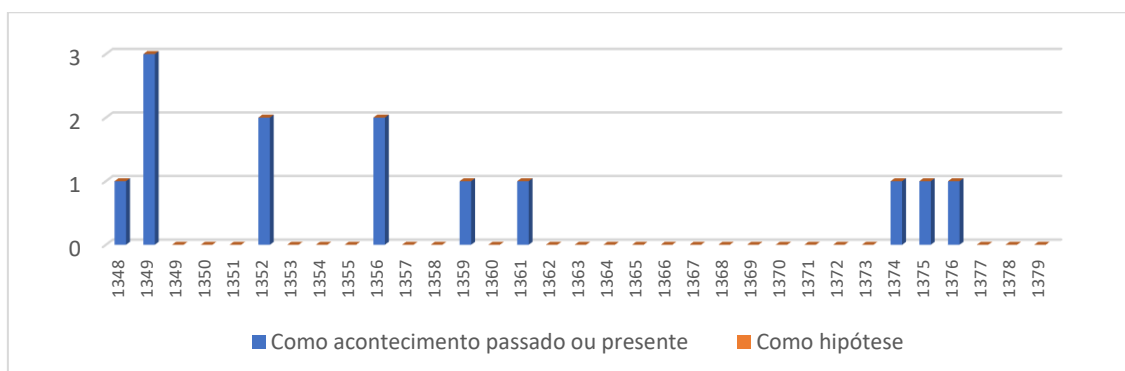


Gráfico 110 - Referências diretas à Peste (Entre-Tejo-e-Odiana, 1348-1379)



Também neste ponto, os testemunhos minhotos e alentejanos são desiguais, com 38 testemunhos diretos no Entre-Douro-e-Minho e apenas 13 no Entre-Tejo-e-Odiana. Contudo, a diferença acaba por ir ao encontro à proporção entre a documentação sobrevivente nas duas regiões.

Em primeiro lugar, é importante percebermos como a Peste Negra, nas diversas designações com que é recordada, se torna um marco cronológico para as décadas seguintes. Também aqui se percebe que, para os homens que a viveram ou ouviram falar dela através de quem a viveu diretamente, há um antes e depois da Peste Negra. Muitas das referências presentes neste capítulo foram já mencionadas anteriormente noutros contextos: as ocupações indevidas e as falhas de pagamentos coincidentes com a Peste Negra, por exemplo; outras *situam* a Peste Negra em relação às suas sucessoras, mesmo que de forma indireta. Contudo, é importante sistematizar também neste domínio, para que as pequenas ruturas que se dão com a Peste e se mantêm, por vezes, ao longo de décadas, possam. Logo em 1354, o Mosteiro de Moreira da Maia tenta recuperar um quarteiro de trigo que lhe era devido; na inquirição feita durante a demanda, é declarado que não o recebe desde que "em tempo da pestelença que ficaram as herdades hermas"¹⁹⁰¹. Este é o tipo de referências mais comum, sendo, ainda assim, pouco numerosas, o que torna todos os casos testemunhos preciosos.

Além destas referências que recuam até à Peste, mencionando-a, a referência pode ser cronológica, explicitando o ano em que a peste aconteceu; neste conjunto, mesmo antes da ocorrência de novas pestes, há referências mais exatas, como esta de 1351, situando um determinado acontecimento – um testamento e a morte do testador – num determinado mês: “no mes d'oitubro da era de myl e trezentos e oiteenta e seis anos que foi no tenpo da pestellença que Deus deu per todo o mundo”¹⁹⁰²; ou simplesmente ao ano, como quando, em 1353, se relembra Domingos Vicente Vales, que "veo a adoeçer da doença de que morreu na Pestelença da era de oitenta e seis"¹⁹⁰³; ou ainda, como em 1356, quando se encerra uma demanda por incumprimento de vários anos do pagamento de uma renda anual devida por um foreiro do Cabido de Guimarães à Obra

¹⁹⁰¹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 31.

¹⁹⁰² ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 2, n.º 1.

¹⁹⁰³ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 32, n.º 1.

da Sé de Braga, que se arrastava desde “o tempo da Pestilença da era de mil e trezentos e oytenta e seis anos”¹⁹⁰⁴.

Mesmo quando a referência não é explícita, a referência cronológica clarifica-a inequivocamente, como a sentença de 1359 que encerrava um processo com uma década relacionado com legados pios da vimaranense Geralda Gonçalves, dizendo que a testadora “jazendo doente da doença de que se finou em a era de mil trezentos e oitenta e seis, fez seu testamento e mandou”¹⁹⁰⁵; prosseguindo para os tribunais régios, no ano a seguir uma nova sentença referia como Geralda Gonçalves “se passara deste mundo no ano da Pestelença”¹⁹⁰⁶. O surgimento de novos surtos de peste não desqualifica totalmente a menção da pestilência com a era. Assim, as referências à Peste Negra através do ano concreto mantêm-se, como demonstram mais duas sentenças, ambas de 1363: a primeira, relacionada com incumprimento de legados testamentários de longa duração (neste caso, devidos ao Mosteiro de Sande, no julgado de Guimarães), esclarece: “o ano da Pestelença que foi no ano da era de mil e trezentos e oitenta e seis anos que se o dito Francisco Geraldês passou deste mundo”¹⁹⁰⁷; a segunda, motivada por dívidas do mesmo tipo ao Cabido de Braga – remontando “a tempe pestilencie usque nunt quod tempus fuit in era millesima octuagesima sexta”¹⁹⁰⁸, provam isso mesmo.

Porém, paralelamente, com a eclosão de uma segunda peste, no início da década de 1360, deixa de haver um ano único da pestilência, e a necessidade de os distinguir favorece o surgimento de um novo conjunto de referências deste tipo, que prefere uma distinção do seu impacto ou à sua sequência. Ainda que provenha de um território exterior aos aqui estudados, vale a pena referir as queixas de Silves nas Cortes de Leiria de 1372, nas quais os procuradores da cidade algarvia

“diziam que em no tempo que as gentes eram mais no mundo que ora som a dicta cidade nom era tam pobrada per como aa dicta cidade e muro compria e que depois per a pestellença grande que foe e outrossy per terremotos e outros aujamentos de guerra e

¹⁹⁰⁴ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta da Sé, Missas, Procissões e Acompanhamentos, doc. 4.

¹⁹⁰⁵ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 33, n.º 6.

¹⁹⁰⁶ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 33, n.º 17.

¹⁹⁰⁷ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 34, n.º 5.

¹⁹⁰⁸ ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 278.

d'armaçam de gallees que a dicta cidade era ora mais despobrada que nenhuum outro lugar que seia no dicto regno do algarue"¹⁹⁰⁹

Definindo equivocadamente a Peste Negra – que classificam como a “pestellença grande”, distinguem-na das restantes, como o início da quebra demográfica, mas não como causa única ou maior desse ciclo depressivo, como esclarecem de seguida. A classificação da Peste Negra como a “grande peste” não é única: em 1374, Álvaro Gonçalves de Moura, senhor da Azambuja e meirinho-mor do rei Entre-Tejo-Odiana e Além-Odiana, dirige-se aos juízes do cível de Évora, dizendo-lhes que Vasco Gonçalves Lobo, morador na dita cidade, lhe disse que aforou ao prior e raçoeiros da igreja de Santiago de Évora "dous portoes de casa que som na dita cidade de pois da pestelencia grande e que o tabeliom que avia de fazer a carta morreose e ficarom todos seus livros a Afonso Domingues, tabeliom que ora he da ditas cidade"¹⁹¹⁰. Quando as pestes são já mais do que um par, e as décadas se sucedem, são necessárias referências duplas para que a identificação seja inequívoca: em 1377, mais uma sentença encerrando uma demanda motivada por ações do tempo da Peste Negra, refere que umas casas localizadas no canto da Rua de Dona Anais, em Guimarães, nas quais morara Pedro de Vides e que o Cabido da colegiada vimaranense havia emprazado em 1322, por três vidas, a Domingos Simões e a Mor Gonçalves, por um foro de 5 maravedis ao ano, que pagaram sempre

“ataa que se deste mundo passaram que foi no anno da primeiã pestelencia da era de mil e trezentos e oiteenta e seis annos. [...] assi que dello dicto tempo aata (?) primeiã pestelencia que os dictos Domingos Simhom e sa molher morerom e se os dictos Antonio Gonçalvez e sa molher se apoderarom e teem as dictas cassas como dicto he som passados vinte e sete annos em que falleceu o dicto Cabido [de Guimarães] do aluguer que lhas dellas davam os dictos Domingos Simhom e sa molher cada anno hum maravedi e meio em que monta xl maravedis e meio"¹⁹¹¹.

Além dos testemunhos anteriores, algumas inquirições locais demonstram categoricamente a Peste Negra como um marco cronológico generalizado e inequívoco. Na já referida inquirição aos bens régios de Castro Verde, Almodôvar e Padrões, no Baixo Alentejo, levada a cabo em 1375-76, as diversas testemunhas recorrem à “pestellemçia

¹⁹⁰⁹ Cortes Portuguesas. D. Fernando..., Vol. I, p. 137-138.

¹⁹¹⁰ BPE, Pergaminhos Avulsos, pasta 09, peça 011-001.

¹⁹¹¹ ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos particulares, maço 36, n.º 32.

gramde” ou a “primeyra pestellemçia gramde” mais de vinte vezes¹⁹¹² para localizarem no tempo diversos acontecimentos, da morte de indivíduos¹⁹¹³ ao abandono de casas¹⁹¹⁴ ou cessação do cultivo de terras¹⁹¹⁵, passando pela simples localização de um acontecimento antes ou depois da Peste¹⁹¹⁶, quase trinta anos depois da epidemia.

Termino esta rol de referências com um conjunto de 1380, proveniente de uma inquirição feita pelo Mosteiro de Grijó imediatamente a sul da área nortenha em estudo, em Aveiro, motivado pelo incumprimento do pagamento de certas rendas¹⁹¹⁷. A primeira testemunha e réu, Domingos Pires, dizia ali viver há 30 anos, e no decorrer do inquérito, disse que

"sabia el testemunha que ante da pestillencia primeira vivendo el testemunha na aldea de Lamas em hum cassal que hera do Moesteiro de Pedrosso que Domingos Johanes morador que fora no dito logo de Pedassães lhe dicera que tinha na sua eira sinco alqueires de pam pellas sangalhes que herom das entradas e que haviam dellas de fazer quatro quinhoes (...);

a terceira testemunha, Maria Francisco, mulher de João Segadães, réu, "preguntada se vira ja por alguma ves pagar as ditas entradas aalgum morador do dito logo de Pedassães ou ao dito seu Padre dice que lhas vira pagar ante do anno da pestillencia primeira (...)", dizendo que todas as herdades de que se pagava esse pão jaziam em mortório; a mesma testemunha

¹⁹¹² Porém, tratando-se este inquirição de um documento único, conta apenas como um no gráfico de referências diretas à peste no Entre-Tejo-e-Odiana.

¹⁹¹³ Sobretudo Domingos Eanes, morador em Castro Verde, cujos bens reverteram para a Coroa por dívidas à Coroa, após a sua morte, constituindo o essencial dos bens régios em Castro Verde e no seu termo - *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 95; a certa altura, umas das testemunhas diz mesmo que Domingos Eanes morreu antes da Peste - *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 109; um outro indivíduo morto na Peste Negra foi João Vasques, morador em Almodôvar numas casas do rei, as melhores da vila, e que morreu na Peste, deixando as ditas casas abandonadas desde então até 1376, pelo menos - *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 134, 154, 162, 172, 173. Outra vítima da Peste foi João Eanes, alfageme que morava numas casas do rei em Almodôvar - *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 147. Há também notícia de um casal morto pela peste, também eles foreiros de casas do rei em Almodôvar, João Mateus e Mor da Beira - *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 158. Finalmente, há pelo menos uma vítima da Peste em Padrões identificada pelo nome: Munio Viegas, foreiro de casas do rei nesse local - *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 236-237.

¹⁹¹⁴ *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 140, 142, 147, 166, 233

¹⁹¹⁵ *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 99, 114, 227

¹⁹¹⁶ *Inquirição sobre os bens régios...*, p. 122, 137, 143, 167, 169.

¹⁹¹⁷ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 45 (Tombo de "doações e mais títulos dos bens do Mosteiro de Grijó"), fl. 144-161v, doc. 6.

"preguntada como partiam si o dito pam das ditas entradas dice que ella testemunha o nam sabia salvo quando os lavradores do dito logo de Pedassães debulhavam seu pam nas eiras que hiam chamar os lavradores de Lamas que viessem por suas entradas e que entom vinham ao dito logo de Pedassães e que juntavom todo o pam das ditas entradas em huma eira e que lhes vira fazer do dito pam muitos montes e que cada hum dos ditos lavradores de Lamas levava seu quinhoms (sic) mais que ella testemunha nom sabia quanto cada hum levava e que esto vira fazer ante do anno da pestillencia primeira como dito havia e nom depois. Preguntada que tempo podia esto todo haver ou se passavam ja por quarenta annos que nom vira pagar as ditas entradas dice que depois da dita pestillencia as nom vira pagar e nom sabia quantos annos herom nem quantos nom. Preguntada porque as nom pagavom des o dito tempo aca as ditas entradas dice que porque as ditas erdades que no dito tempo davom as ditas entradas jaziam de mortório e que as erdades que hora os ditos lavradores lavravom herom hissentas das ditas entradas (...)" e "preguntada se vira depois da dita pestillencia demandar as ditas entradas dice que ella testemunha as nom vira demandar porque dizia que depois da pestillencia nom morara no dito logo de Pedassães salvo hora pouco tempo havia que se veera morar ao dito logo que depois da dicta pestillencia nom morara no dito logo de Pedassães digo ao dicto logo e que hora as via demandar ao dito procurador do dito Moesteiro d'Igregóo e que mais do dito artigo nom sabia";

demonstrando assim que a testemunha nem sequer sabia quantos anos haviam passado ao certo, mas sabia muito bem aquilo que havia acontecido antes e depois da "pestillencia primeira".

A quarta testemunha, Domingos Francisco, morador em Covelhas, diz, entre outras coisas, "preguntado que tempo havia que vira asi receber as ditas entradas disse que fora ante da pestillencia primeira por vezes e por annos e depois da dita pestillencia per vezes."; a quinta testemunha, Martim Lourenço, morador em Eirol,

"preguntado pelo primeiro artigo que lhe foi leudo e decrarado todo pello miudo dice que el testemunha sabia que ante da pestillencia primeira depois dos annos que Deos melhorou morando el testemunha no dito logo de Pedassaés com Martim Martins que morava no cazal em que hora mora Domingos Peres e que el testemunha vira hum dia chegar ao dito logo de Pedassães cous cazeeiros de Lamas hum se chamava Joam Peres e outro Giraldo demandar aodito logo de Pedassães pam dentradas que deziam que

devia daver e que el testemunha preguntara o dito seu amo que entradas heram aquellas (...)"

a sexta testemunha, Estêvão Martins, morador no Corrego Traveço, disse, entre outras coisas, que vira dividir o quinto pelos tais quinhões para vários mosteiros havia bem 34 anos, o que aponta para 1346 [antes da Peste, portanto]; a sétima testemunha, António Vicente, morador em Vila Verde, em relação ao pagamento do foro em causa, disse que o vira podia ora haver 20 anos ou mais; [...] Eanes, mulher do dito Domingos Pires, um dos caseiros, moradora no dito lugar de Pedações, oitava testemunha,

"preguntada se sabia que tempo havia que a si tragia e lavrava as ditas leiras dice que des a pestillencia primeira tragia ella testemunha e o dito seu marido a sua leira. Preguntada se des o dito tempo aaca pagara ella as entradas da dita Leira dice que ella e o dito seu marido e os outros caseiros que no dito tempo tragiam os outros dous cassaes do dito logo derom hum anno depois das ditas tres leiras aos caseiros de Lamas que tinham os casaaes de Eigregoo e de Predrosso e doutros senhorios que haviam casaaes no dito logo de Lamas e que estes caseiros de Lamas partiram entre o si o pam das ditas entradas."

A décima segunda testemunha, Margarida Martins, mulher de João Domingues Vandaquem, morador em Vila Verde, corrobora o que outros dizem, dizendo que as herdades das entradas jazem em mortório, no lugar a que chamam Covas; a décima terceira testemunha, Maria Miguéis, mulher de Estêvão Martins do Corrego Travesso, entre outras coisas, "preguntada que tempo havia que esto fora [separar e pagar as entradas] dice que fora na pestillencia primeira grande e que mais nom sabia".

Esta inquirição de Grijó demonstra-nos que, independentemente do impacto demográfico provocado pela Peste Negra, os efeitos duradouros permaneceram não só na realidade do dia-a-dia, como também na memória, individual e coletiva, destas populações. A Peste Negra, a "pestilência primeira", ou "pestilência primeira grande" é um marco cronológico que emerge não só na documentação das duas regiões em estudo, como nas restantes, à semelhança do que também acontece fora de Portugal. Por vezes, e ao fim de mais de 30 anos, muitos já não recordavam a data exata de uma certa prática fiscal – mas sabiam situá-la antes ou depois da Peste.

A Peste Negra foi sendo recordada de várias formas nas primeiras décadas que se seguiram. Em primeiro lugar, como fenómeno único, cujo ano de ocorrência seria de tal forma singular que poderia ser nomeado apenas por referência a esse fenómeno, ainda que o ano fosse por vezes resgatado. Mais tarde, após a *Pestis secunda*, como um fenómeno que, não sendo único, foi o primeiro do seu tipo e, expressivamente, o maior de todos os que foram vividos até então. O estabelecimento da Peste Negra como um marco cronológico parece verificar-se noutras regiões portuguesas, mas também em paragens internacionais: na Coroa de Aragão, a segunda metade do século XIV – sobretudo após a *Pestis secunda* – usam o mesmo tipo de expressões, vernáculas e latinas: *les primeres mortaldats*, *les mortaldats maiors* e *la gran mortaldat*¹⁹¹⁸; em Navarra, a expressão romance é semelhante: *primera grant mortaldat*¹⁹¹⁹; na Normandia, falar-se-á da *mortalité qui fut l’an 1348* ao longo das décadas seguintes¹⁹²⁰, e no processo de canonização da aristocrata provençal Delphine de Sabran, a *primam mortalitatem* é um marco cronológico universal e incontestado¹⁹²¹, sendo estes apenas alguns dos inesgotáveis exemplos.

A memória da Peste Negra entre as populações não é passada proficuamente a escrito, mas os escassos testemunhos são eloquentes quanto baste para percebermos a avaliação que fazem daquele evento marcante os próprios sobreviventes e os seus descendentes diretos. A universalidade da doença, da qual os sobreviventes e os seus descendentes estavam certos, não deixava qualquer margem para dúvidas: mais do que um ano (que podia diferir, de acordo com a Era Hispânica, de Cristo ou até as contagens islâmica ou judaica), o marco cronológico da peste universal, da mortandade geral, seria reconhecível por qualquer um, em qualquer parte, ainda que hoje saibamos o quão problemática essa ‘universalidade’ foi, mesmo para os autores coevos¹⁹²². A maior parte dos escassos testemunhos portugueses, porém, não será do conhecimento da

¹⁹¹⁸ LÓPEZ DE MENESES, Amada - Datos acerca de la peste negra en Vic. *Ausa*. 68:6 (1971), p. 280-285.

¹⁹¹⁹ MONTEANO – La Peste Negra en Navarra..., p. 87.

¹⁹²⁰ JOUET, Roger - Autour de la Peste Noire en Basse-Normandie au XIV siècle. *Annales de Normandie* 22:4 (1972), p. 269.

¹⁹²¹ ARCHAMBEAU – Healing Options..., p. 544-545.

¹⁹²² CARMICHAEL, Ann G. - Universal and Particular: The Language of Plague, 1348–1500. *Medical History Supplement, Medical History Supplement* 27 (2008), p. 18-26.

historiografia moderna que, como veremos, lamentará o silêncio dos textos sobre este cataclismo em Portugal.

16.2 – Na medicina, através de filtros religiosos

Na primeira parte deste trabalho foi realizada uma breve incursão sobre as concepções clássicas de epidemias, de doença e as opiniões estabelecidas, quer entre cristãos, quer entre muçulmanos, sobre a matéria. Também aqui, a Peste Negra marca uma certa viragem. Para muitos intelectuais, o comportamento da epidemia e a experiência por eles vivida e validada pareciam demonstrar que o contágio que a teoria negava, independentemente de como aconteceria, se dava. Os tratados dedicados à peste, como vimos, multiplicam-se. Apesar de haver referências antigas à peste, como as de Isidoro de Sevilha, e alguns apontamentos tanto na medicina como na historiografia arabófona¹⁹²³, a literatura médica latina estava quase desprovida deste tipo de tratados¹⁹²⁴. É nas questões sobre ‘contágio’ que há diferenças fundamentais entre as visões cristã e islâmica das epidemias¹⁹²⁵, e é aqui que retomo a questão, partindo da Peste e movendo-me nas décadas seguintes.

A religião cumpriu um papel importante nas leituras sobre a Peste Negra. As leituras mais naturalistas e a validação da opção de fugir de locais empestados – salvo casos excepcionais –, marcaram a vivência das epidemias em espaços cristãos. Há recurso à imagem da peste enquanto castigo divino – com remissões várias, sobretudo para o

¹⁹²³ CONRAD, Lawrence - Arabic plague chronologies and treatises: social and historical factors in the formation of a literary genre. *Studia Islamica* 54 (1981), p. 52-73.

¹⁹²⁴ De facto, há um brevíssimo tratado, redigido em 1340, que refere já as causas astrológicas como fonte de doenças pestilenciais, em detrimento de fenómenos meteorológicos, como chuvas torrenciais. O tratado cita Avicena, e é, de certa forma, prólogo do que viria a ser um novo nicho de literatura médica na Europa Latina. THORNDIKE, Lynn. "A Pest Tractate before the Black Death." *Sudhoffs Archiv Für Geschichte Der Medizin* 23:4 (1930), p. 346-56.

¹⁹²⁵ Sobre estes contrastes, mas também convergências, além do artigo já referido de Maria-Hélène Congourdeau e de Mohammed Melhaoui, é muito relevante o livro de Justin K. Stearns, que analisa as duas realidades de forma integrada -a crescentada, ainda pela visão judaica -, com dupla importância por recorrer sobretudo a autores ibéricos, cristãos, muçulmanos e judeus – STEARNS, Justin K. - *Infectious ideas. Contagion in premodern Islamic and Christian thought in the Western Mediterranean*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011. ISBN 978-0-8018-9873-0; o autor já tinha ensaiado uma revisão ao tema antes de redigir a obra, lançando as bases da sua análise em: STEARNS, Justin K. - New directions in the study of religious responses to the Black Death. *History Compass* 7 (2009), p. 1-13; também o trabalho de Michael W. Dols neste domínio continua a merecer leitura atenta: DOLS, Michael W. - The comparative communal responses to the Black Death in Muslim and Christian societies. *Viator* 5 (1974), p. 269-87.

arquétipo veterotestamentário de II Samuel¹⁹²⁶ –, mas encontram-se mais nos textos de cronistas eclesiásticos do que no discurso de autoridades ou de autores médicos. A perspectiva islâmica canónica, que, por um lado, recusa a ideia de contágio e, por outro, recusa a fuga em tempo de peste, teve consequências materiais inegáveis e provocou debates acesos entre várias fações. As leituras mais ortodoxas do Islão pregam a resignação total dos fiéis perante a peste. É o julgamento divino, e não se pode escapar nem o forçar de forma alguma, resultando na proibição não só de abandonar um local onde a peste se tenha instalado, como também de se deslocar para uma área onde a epidemia se faça sentir. Se um justo morrer de peste, é uma graça concedida por Deus, que o leva para o paraíso. Se um pecador morrer, terá a pena correspondente¹⁹²⁷.

Fugir para preservar a vida poderia ser entendido, assim, como um ato de heresia contra o julgamento divino, que, na prática, foi sendo desrespeitado amiúde, entre discussões teológicas contrárias e fugas que ocorrem sem tempo para explicações ou debates. Por outro lado, em contraste com ações individuais, as leituras de cariz religioso acabaram por evitar que as administrações de territórios de maioria muçulmana definissem a imposição práticas análogas à quarentena e a outros métodos profiláticos que os territórios cristãos foram desenvolvendo. Até ao século XIX, estas medidas profiláticas mantiveram-se praticamente ausentes do Mediterrâneo Islâmico¹⁹²⁸, desde há muito Otomano, acabando por fazer coincidir no tempos os derradeiros surtos de peste da Segunda Pandemia com a primeira – e mais agressiva – fase de expansão da Terceira Pandemia.

Se a teoria miasmática, como a maioria das explicações naturalistas, coincidia com as leituras sobrenaturais na recusa do contágio, mesmo que este tivesse ainda uma definição distante da atual, na prática ele era sentido e percecionado, ainda que a sua concetualização tivesse sido sempre problemática¹⁹²⁹. Como explicar um fenómeno dessa natureza? Afortunadamente, há um conjunto de testemunhos médicos coevos, formulados na Península Ibérica, tanto em territórios de domínio cristão, como muçulmano. Do lado muçulmano, o horror da Peste levou ao questionamento da

¹⁹²⁶ CONGOURDEAU; MELHAOUI - La perception de la peste..., p. 96, 101-102.

¹⁹²⁷ DOLS - The second plague pandemic... p. 164.

¹⁹²⁸ DOLS - The second plague pandemic... p. 180-182.

¹⁹²⁹ CONGOURDEAU; MELHAOUI - La perception de la peste..., p. 109-111.

interpretação canónica, face à evidência racional de que a doença se *transmitia* de uma pessoa a outra. Só o reino de Granada, em pouco anos, produziu três tratados (“*maqālāt*”) notáveis, breves mais significativos, com leituras distintas. As duas primeiras são redigidas durante a Peste Negra, por Ibn Ḥātima e Ibn al-Ḥaṭīb, sendo aquele um influente erudito, clérigo e médico de Almeria, totalmente oposto à ideia do contágio e à possibilidade de fuga do lugar empestado, e este o vizir de Granada, também médico, defensor de uma conceção heterodoxa, que inclui o contágio e uma abordagem a que hoje chamaríamos mais ‘médica’¹⁹³⁰. Esta abordagem heterodoxa de Ibn al-Ḥaṭīb poderá ter contribuído para a erosão do seu prestígio social e do seu capital político, acabando encarcerado na década de 1360, tendo sido assassinado na prisão. A terceira *maqālāt* terá sido redigida por volta de 1358 pelo médico al-Šaqūrī, mas apenas sobrevive um fragmento preservado num tratado mais tardio¹⁹³¹, revelando uma aparente visão de compromisso, sem o conservadorismo de Ibn Ḥātima ou a originalidade de Ibn al-Ḥaṭīb; o contágio não é referido, mas pode tratar-se de uma falha provocada pela perda de parte significativa do texto original. Estas interpretações diversas revelam na sua plenitude os conflitos intelectuais e o questionamento das visões tradicionais, provocados por um cataclismo sem paralelo.

A produção de tratados médicos dedicados ao problema da peste faz-se em todas as comunidades de conhecimento. Também as comunidades judaicas os redigem, na sua língua de religião e cultura, cruzando perspetivas com as teorias dominantes, quer em território cristão, quer muçulmano; além de tratados originais, há também um número relevante de traduções de várias línguas para hebraico, sobretudo de tratados latinos¹⁹³². Os judeus ibéricos assumiram um papel de destaque, e não se poderá desprezar o papel que os (predominantes) físicos e cirurgiões judeus poderão ter tido na difusão deste tipo de literatura no Portugal quatrocentista, por exemplo. Todas as comunidades etno-religiosas o fazem, e todos os estratos sociais os recebem e adaptam,

¹⁹³⁰ CLÉMENT, François - À propos de la Muqni’at al-sā’il d’Ibn al-Ḥaṭīb..., p. 43-56.

¹⁹³¹ Suzanne Gigandet, balizadas entre 1358 e a segunda metade do século XV: GIGANDET, Suzanne - Trois Maqālāt au sujet des épidémies de peste en Andalousie et au Maghreb. *Arabica* 48:3 (2001), p. 401-07.

¹⁹³² BARKAI, Ron - Jewish treatises on the Black Death (1350-1500): a preliminary study. In FRENCH, Roger, ARRIZABALAGA, Jon, CUNNINGHAM, Andrew, GARCÍA-BALLESTER, Luis (eds), *Medicine from the Black Death to the French Disease*. Aldershot: Ashgate, 1998, p. 6-25; BOS, Gerrit; MENSCHING, Guido - The Black Death in Hebrew Literature: Abraham Ben Solomon Hen's "Tractatulus De Pestilentia". *Jewish Studies Quarterly* 18:1 (2011), p. 32-63.

dando origem a uma variada medicina da peste, onde práticas que hoje parecem extraordinárias tinham lugar e uma difusão notável¹⁹³³. Um dos mais difundidos tratados contra a peste é da autoria de um português, Vasco (ou Velasco) de Taranta, que fez todo o seu percurso médico fora de Portugal, em Montpellier, depois de uma primeira passagem pelo Estudo Geral português, como estudante de Artes¹⁹³⁴. Com o advento da imprensa, por um lado, e o permanente retorno da peste, por vezes com graves consequências regionais, por outro, os tratados de peste conheceram uma difusão ainda maior no período Moderno, ocupando um lugar próprio dentro da literatura médica e das bibliotecas privadas de muitos europeus até ao advento da contemporaneidade e à descoberta da Teoria dos Germes, no século XIX. Os tratados de peste não se limitam ao espaço cristão, e produção no mundo islâmico¹⁹³⁵, incluindo os derradeiros redutos muçulmanos da Península Ibérica e o Magrebe, prossegue igualmente até ao final da Idade Média¹⁹³⁶, e provavelmente muito depois.

A própria atividade médica e o exercício dos ofícios de saúde sofreram algumas alterações, tanto na prática, como na expectativa desse exercício. A necessidade cada vez mais evidente desse serviço como parte indispensável da manutenção do bem comum levou não só à maior intervenção das autoridades locais na garantia dessa oferta, como também na maior exigência das populações no que diz respeito ao comportamento e compromisso dos profissionais do ofício com a sua missão¹⁹³⁷.

¹⁹³³ HEINRICH, Erik A. - The live chicken treatment for buboes: trying a plague cure in medieval and early modern Europe. *Bulletin of the History of Medicine* 91:2 (2017), p. 210-232. [doi:10.1353/bhm.2017.0025](https://doi.org/10.1353/bhm.2017.0025).

¹⁹³⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Les Portugais à l'Université de Montpellier (XII^e—XVII^e siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 62-64.

¹⁹³⁵ CONRAD - Arabic plague..., p. 73-94.

¹⁹³⁶ A título de exemplo, refiram-se as três *maqalat* estudadas por Suzanne Gigandet, balizadas entre 1358 e a segunda metade do século XV; a primeira é a já referida obra de al-Šaqūrī, sendo as outras duas já quatracentistas; GIGANDET - *Trois Maqālāt au sujet des épidémies...*, p. 401-07.

¹⁹³⁷ AMUNDSEN, Darrel W. - Medical deontology and pestilential disease in the late Middle Ages. *Journal of the History of Medicine* 23 (1977), p. 403-21. <https://doi.org/10.1093/jhmas/XXXII.4.403>.

17 – As crónicas e os anais

A memória da Peste Negra é um dos seus maiores legados. O impacto demográfico da primeira vaga pode ter sido rapidamente mitigado, mas as recorrências da doença tornaram-na omnipresente. Com o passar das gerações, a epidemia inaugural, que os relatos diziam ser inigualável no seu impacto, foi mitificada. A Peste Negra, como outras das suas sucessoras mais devastadoras, inspirou homens excepcionais na realização de obras que se imortalizaram. De Giovanni Boccaccio a Albert Camus, passando por Daniel Defoe, a doença inspirou terrores e metáfora tristes, que em nada ficam a dever ao leque de significados negativos provenientes do léxico da peste na Antiguidade¹⁹³⁸. Mas nem só de obras excepcionais saídas da pena de génios vive a memória da Peste, que invadiu e se consolidou em todos os grupos e entre todos os estratos, das lendas e folclore¹⁹³⁹, aos letrados mais distintos. Em Portugal, porém, os testemunhos são curtos e em nada se comparam ao *Decameron* de Boccaccio ou ao poema astrológico de Simon de Couvin¹⁹⁴⁰, só para citar dois dos mais originais monumentos literários diretamente inspirados nos acontecimentos traumatizantes da Peste. Porém, existem na sua singeleza, e vale a pena perceber como o fez quem escreveu sobre a Peste Negra ao longo de vários séculos, até ao advento da historiografia contemporânea.

17.1 – Crónicas e anais medievais (1348-1520)

Apesar de escassos, os testemunhos analíticos são dos mais importantes entre os preservados em Portugal. Entre as diversas coleções deste género, há notícias da Peste Negra no *Livro da Noa*, códice de Santa Cruz de Coimbra que contém uma das coleções mais notáveis e cronologicamente extensas de anais em Portugal. Tendo já transcrevido a totalidade do relato num capítulo anterior, sublinho o facto de estar escrito em vernáculo galego-português, com descrição inequívoca de sintomas, estimativa de mortalidade, devendo ter sido escrito apenas alguns anos após o evento. Terá sido

¹⁹³⁸ STEEL, David - Plague writing: from Boccaccio to Camus. *Journal of European Studies* 11 (1981), p. 88-110.

¹⁹³⁹ TANGHERLINI, Timothy R. - Ships, Fogs, and Traveling Pairs: Plague Legend Migration in Scandinavia. *Journal of American Folklore* 101:400 (1988), p. 176–206.

¹⁹⁴⁰ Mestre em artes e licenciado em direito canónico pela Universidade de Paris, onde ainda estaria aquando da Peste Negra; natural da diocese de Liège, de cuja catedral foi cónego com alguma preponderância, morrendo em 1367. RENARDY, Christine - Un témoin de la Grande Peste: Maître Simon de Couvin, chanoine de Saint-Jean l'Évangéliste à Liège. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire* 52 (1974), p. 273-292.

glosado, depois, com o célebre acrescento de que a peste ali narrada teria tido início no São Miguel de Setembro de 1348 (29 de setembro)¹⁹⁴¹. Trata-se de um testemunho de riqueza única em Portugal, no seu discurso e dados fornecidos, e que é justamente citado em quase todos os trabalhos portugueses que referem a Peste Negra nos últimos séculos.

Além do *Livro da Noa*, há pelo menos mais um testemunho, recolhido na coleção de Alexandre Herculano designou como *Breve Chronicon Alcobacense* aquando da sua publicação nos *Portugaliae Monumenta Historica*¹⁹⁴². Referidos já no contexto dos relatos da grande fome de 1333, estes anais que, como o nome indica, estão preservados num manuscrito proveniente do Mosteiro de Alcobaça, incluem notícias entre 1099 – a datação errada do nascimento de D. Afonso Henriques –, e 1355, data igualmente errada da morte de D. Afonso IV. O conteúdo da entrada sobre a Peste Negra – cuja data está correta, ao contrário dos acontecimentos que marcam o início e o fim da coleção – é singelo, mas esclarecedor:

Era M. ^a CCC. ^a LXXX. ^a VI. ^a fuit generalis pestilentia per toto mundo in qua mortui sunt
dues partis hominum.

A mesma proporção coimbrã é evocada, assim como a universalidade da ocorrência da Peste. É difícil datar com precisão a recolha destes anais, tanto em Coimbra como em Alcobaça, mas é possível que tenha havido circulação deste tipo de material nos anos após a Peste Negra, favorecendo a homogeneidade dos relatos. As referências a Coimbra são frequentes nestes anais alcobacenses, e a proveniência coimbrã é a mais provável, sobretudo na transmissão das notícias anteriores à fundação da própria abadia cisterciense.

A cronística medieval portuguesa produzida após a Peste resume-se, essencialmente, ao labor de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina e Duarte Galvão, ao qual se acrescenta um ou outro texto de características híbridas, como a *Cronica do Condestabre*, meia crónica, meia hagiografia. Para o estudo da memória da Peste Negra, apenas podem ser consideradas as crónicas que abordam o reinado de D.

¹⁹⁴¹ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 21v-22.

¹⁹⁴² *PMH – Scriptores...*, Vol. I, p. 21-22.

Afonso IV, reduzindo o nosso corpus a duas fontes: a *Crónica de Portugal de 1419*, cuja autoria de Fernão Lopes é hoje consensual, e a *Crónica de D. Afonso IV*, da autoria de Rui de Pina. Como se verá, nenhuma delas fornece um relato da Peste Negra. A cronística é uma das principais fontes para o estudo deste evento em quase toda a Europa. O volume de sobrevivências impressiona – Samuel K. Cohn refere 128 crónicas italianas que descrevem a peste, às quais se acrescentam ainda 42 crónicas francesas, 58 crónicas britânicas e irlandesas e 12 dos Países Baixos, num total de 240 crónicas coevas ou pouco posteriores¹⁹⁴³ -, e mesmo sendo de qualidade variável, estes textos são tesouros que não têm comparação na realidade portuguesa.

A *Crónica de Portugal de 1419* e as suas fontes foram alvo de diversos estudos, destacando-se a tese de doutoramento de Filipe Alves Moreira¹⁹⁴⁴. A ação que relata o período da Peste provém quase exclusivamente de fontes castelhanas que relatam o reinado de Afonso XI de Castela e Leão. A narração do reinado de D. Afonso IV cessa praticamente na Batalha do Salado, o que nos priva do conhecimento da última década e meia do reinado do *Bravo*. Apesar de Fernão Lopes compor as suas crónicas segundo um plano muito bem estabelecido, apenas a ausência prévia de informações importantes sobre a Peste poderiam justificar este silêncio para o caso português. É legítimo colocar a questão da eventual ausência, já no início do século XV, dos registos de chancelaria dos últimos anos do reinado de D. Afonso IV. Independentemente dos motivos, a omissão de Fernão Lopes foi transmitida a Rui de Pina. E os seus sucessores modernos puderam pouco mais do que notar essa ausência, face aos espetaculares relatos provenientes de outras paragens, demasiados para assumir que Portugal tinha escapado ao fenómeno.

As crónicas quatrocentistas portuguesas respondem a um certo programa e têm patronos. A legitimação e o louvor da Dinastia de Avis ou de certos súbditos notáveis – como as crónicas de Zurara sobre os Meneses – são o objetivo. A narrativa da Peste Negra parece ter um lugar irrelevante nesse contexto. Também a *Pestis secunda* é ignorada por Fernão Lopes na sua crónica do reinado de D. Pedro I¹⁹⁴⁵. Ela só surge

¹⁹⁴³ COHN Jr. – *Violence and Abandonment...*, p. 42.

¹⁹⁴⁴ MOREIRA – *A Crónica de Portugal de 1419...*,

¹⁹⁴⁵ LOPES, Fernão - *Crónica de D. Pedro*. 2ª ed. Ed. de Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. ISBN 978-972-27-1253-8.

quando um surto durante o Cerco de Lisboa de 1384 parece poupar milagrosamente os portugueses¹⁹⁴⁶. No plano empírico, é tentador sugerir que o desinteresse de Fernão Lopes, enquanto cronista, pode ter origem tanto na escassez de testemunhos documentais, como no facto de a peste ser um tema delicado. Mais do que tratar uma memória passada, o cronista escrevia sob patrocínio do infante e futuro rei D. Duarte, cuja mãe morrera nas vésperas da partida para Ceuta, em 1415 – apenas quatro anos antes da conclusão da *Crónica de Portugal de 1419* -, vitimada pela doença. Tratar este tipo de fenómeno como um castigo divino, por exemplo, seria problemático. Esta situação não se terá alterado significativamente nos anos que se seguiram: o próprio D. Duarte sucumbe à doença que vitimou a sua mãe, em 1438, depois de um curto reinado de cinco anos. Podendo estas coincidências ser irrelevantes, creio que vale a pena sublinhá-las. Independentemente das motivações ou lacunas forçadas pelos próprios silêncios do tempo da Peste, sobra a constatação de um silêncio total da crónica medieval portuguesa sobre a Peste Negra.

Termino esta análise, forçosamente breve, com um texto que, não sendo uma crónica, é um dos testemunhos narrativos mais importantes da Baixa Idade Média portuguesa: o *Leal Conselheiro*, do rei D. Duarte. No seu capítulo LIII, expressivamente intitulado *Das razões por que me parece bem fugir aa pestellença*, o rei discorre sobre os debates dedicados à legitimidade da fuga em caso de surto de peste¹⁹⁴⁷, acrescentando mais um contributo à crescente produção escrita sobre o tema. Não referindo nenhuma epidemia em particular, demonstra, pelo menos, a *normalização* da peste como um fenómeno recorrente, localizado, mortífero, mas suficientemente familiar. Mais do que resgatar a memória concreta da Grande Peste de 1348, D. Duarte revela-nos, noventa anos mais tarde, a herança mais duradoura do fenómeno: a omnipresença da doença, esporadicamente nos corpos, permanentemente no espírito

¹⁹⁴⁶ Como referi já no final do subcapítulo 1.4, Lopes faz questão de referir a peste como um acontecimento natural, fortuito, recusando ver nela um castigo. Por outro lado, reconhece que há um favor divino concedido aos portugueses, não porque os castelhanos são atingidos pelo flagelo, mas porque os portugueses são poupados, ao contrário do que seria *natural*. LOPES - *Crónica de D. João I...*, vol. I, p. 309-311.

¹⁹⁴⁷ *Leal Conselheiro. Edição Electrónica*. [Online]. [Consultado em 17-06-2020]. Disponível em <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/lbrAmerTxt.LealConselPort>.

e nos medos, numa realidade que se manterá ainda por séculos e marcará, de forma perene, sucessivas gerações.

17.2 – A cronística moderna e a historiografia setecentista

A ausência de relatos - cronísticos ou de outra natureza literária - dedicados à Peste Negra e às suas sucessoras mais imediatas em Portugal, chega a ser desconcertante. As grandes pestes do século XIV foram, além de transversais e letais, uma certa novidade. As recorrências dos séculos seguintes, ainda que com episódios de grande mortalidade regional – a peste de Lisboa de 1569 e do resto do país em 1599, a peste em Veneza em 1576, em Londres em 1665-1666 e em Marselha, em 1720, por exemplo – não constituíam acontecimentos sem precedentes. E, no entanto, ao contrário do que acontece não só na Europa, como também no Médio Oriente¹⁹⁴⁸, o extraordinário e o inédito não foram dignos de atenção. À distância de séculos, com métodos e motivações distintos, a memória da Grande Peste de 1348-49 é resgatada de várias formas. Sintomático de muito do que se tem dito ao longo deste trabalho, é também neste período que começa a constatação das lacunas descritivas desta peste em Portugal. Já referidos por Mário da Costa Roque, por serem textos impressos¹⁹⁴⁹, os contributos mais significativos da cronística moderna portuguesa estão na *Primeira Parte das Chronicas dos reis de Portugal*, publicada por Duarte Nunes de Leão em 1600¹⁹⁵⁰, e na sétima parte da *Monarquia Lusitana*, da autoria de Frei Rafael de Jesus, totalmente dedicada ao reinado de D. Afonso IV e publicada em 1683¹⁹⁵¹. A atenção dedicada à peste é superior, mas, ainda assim, escassa. Os cronistas explicam o testemunho exíguo e as referências empregues, quase todas respeitantes ao flagelo além-fronteiras.

O texto de Duarte Nunes de Leão, por exemplo, refere as causas apontadas – os miasmas pestilentos libertados por grandes terramotos, um pouco por todo o mundo, provocado uma peste que durou três anos e foi a maior já vista, *pois que com razão se podia chamar o segundo diluio*¹⁹⁵² –, assim como uma origem geográfica vaga – a Cítia,

¹⁹⁴⁸ MIKHAIL, Alan - The nature of plague in late eighteenth-century Egypt. *Bulletin of the History of Medicine* 82:2 (2008), p. 252.

¹⁹⁴⁹ ROQUE – *As Pestes Medievais Europeias...*, p. 119.

¹⁹⁵⁰ LEÃO, Duarte Nunes de – *Primeira parte das Chronicas dos reis de Portugal*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1600.

¹⁹⁵¹ JESUS, Rafael de – *Monarquia Lusitana. Parta Sétima*. Lisboa: António Craesbeeck de Melo, 1684.

¹⁹⁵² LEÃO – *Primeira parte...*, f. 170.

correspondente *grosso modo* à Ásia Central, ou a Pérsia – citando Petrarca e Boccaccio, para a descrição da Peste Negra em Florença, e Sabellico para Veneza, generalizando depois referindo que muitos outros escritores relataram esta peste terrível em todo o mundo. Quanto ao território ibérico, o cronista procura justificar a ausência de notícias *pola pouca curiosidade & muita rudeza da gente*¹⁹⁵³, um lamento que não é moderado pela única referência que o cronista encontrou, e que diz respeito à morte de Afonso XI no cerco de Gibraltar, em março de 1350, narrada pela crónica que lhe é dedicada. Duarte Nunes de Leão procura recolocar em 1348 aquela que será a enigmática narrativa de peste que a *Crónica de Portugal de 1419* – cuja autoria o cronista atribui sem reservas a Fernão Lopes – oferece no reinado de D. Sancho I. Nota ainda para a omissão da morte da rainha portuguesa de Aragão, D. Leonor, em 1348.

Escrevendo algumas décadas mais tarde e num contexto diametralmente oposto no plano sociopolítico, também no resgate da memória da Peste Negra o discurso de Rafael de Jesus acaba por ter algumas diferenças assinaláveis em comparação com o texto de Duarte Nunes de Leão. A peste entra na crónica por via do relato da atribulada vida política da Coroa de Aragão durante o ano em que a jovem infanta portuguesa, D. Leonor, foi rainha por casamento com Pedro IV de Aragão. Frei Rafael de Jesus apresenta assim o flagelo *nacido no oriente de inficionados vapores da terra que ateados aos ares tinham assolado a Azia, a Affrica, & a Europa, & vinhaõ contaminando as Espanhas*¹⁹⁵⁴ sublinha a sua dimensão inédita - *e foy tamanho o estrago que chorou Espanha, q todos os escritores daquelle tempo, & os que despois delles escreveraõ, lhe deraõ o titulo da memoravel peste*¹⁹⁵⁵ - deixando em aberto, com muito menos censura do que Duarte Nunes de Leão, a questão sobre a ausência de testemunhos portugueses desta peste universal:

E se pellos Lusitanos antigos senão especifica o dano que fez em Portugal, ou seria pello remisio com que chegou a ferir este fim da terra, ou pela vigilancia com que se reparavaom as setas do contagio, o que me persuade, não achar nestes annos em q continuou a peste,

¹⁹⁵³ LEÃO – *Primeira parte...*, f. 170v.

¹⁹⁵⁴ JESUS – *Monarquia Lusitana...*, p. 524.

¹⁹⁵⁵ JESUS – *Monarquia Lusitana...*, p. 524.

*memoria de pesoa grande que morrede em Portugal, sendo indubitavel, que o ar inficionado iguala los montes com os valles.*¹⁹⁵⁶

Retoma o relato da situação em Aragão até ao desfecho trágico da morte da rainha, referindo ainda, vagamente e de forma desapaixonada, as perseguições feitas aos judeus em muitos pontos da Cristandade. Prossegue com a questão da data da morte do arcebispo de Braga. D. Gonçalo Pereira, que diz ser em 1348, desmentindo outros autores que o dão como vivo quase uma década mais tarde – ainda que tenha dito, antes, que não havia *memoria de pesoa grande que morrede em Portugal*. Conclui a narração de tempos de peste com o cerco de Gibraltar e a morte de Afonso XI de Castela a quem censura pela insensatez de manter o cerco quando a peste já devastava o arraial¹⁹⁵⁷.

Os testemunhos destes cronistas seiscentistas são muito interessantes. Demonstram que a memória da Peste Negra estava já perfeitamente consolidada entre as elites letradas da Europa, com os mais emblemáticos relatos coevos – como os dos já referidos Petrarca e Boccaccio -, ou pouco posteriores – como o de Sabellico -, já perfeitamente difundidos e assumindo-se como canónicos. Entre a censura de Duarte Nunes de Leão e as dúvidas de Frei Rafael de Jesus, constata-se já o inegável: a Peste está escassamente documentada em Portugal, não constando de qualquer uma das crónicas ou textos a que estes homens tiveram acesso, pelo que, à semelhança do que acontecerá ao longo dos quatro séculos seguintes, a imagem da Peste Negra em Portugal se fará de empréstimos e comparações mais ou menos fundamentadas, mas alicerçadas numa certeza: uma peste sem igual em todo o mundo teria de ter sido, também neste fim da terra daquele tempo, uma mortandade generalizada, memorável e traumática para aqueles que tiveram a fortuna de lhe sobreviver.

Olhando para os textos cronísticos com âmbitos muito distintos, é possível ver que o essencial do silêncio das crónicas medievais se mantém. Um dos mais significativos, a *Benedictina Lusitana*, crónica da Ordem de São Bento em Portugal, mas com referências abundantes às origens e a acontecimentos de outras paragens, resgata em alguns momentos notícias de pestes em vários momentos da História do século VI

¹⁹⁵⁶ JESUS – *Monarquia Lusitana...*, p. 524.

¹⁹⁵⁷ JESUS – *Monarquia Lusitana...*, p. 528-531.

ao século XVII, mas não dedica qualquer atenção à Peste Negra¹⁹⁵⁸. Poder-se-á dizer que não era o seu propósito, mas o principal motivo deverá residir na ausência de referências das suas próprias fontes. A longa obra em dois tomos, da autoria de Frei Leão de São Tomás (1574-1641), frade que chegou a ser abade do Mosteiro de Tibães – então cabeça da Ordem de São Bento em Portugal –, será mais uma das potenciais fontes omissas da historiografia do seu tempo.

Outra das ordens contempladas com uma crónica no mesmo período foi a dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho é a *Chronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, da autoria de Frei Marcos da Cruz. Inserida no capítulo dedicado ao priorado de D. Martinho, o cronista resgata a memória da Peste:

Nam foi o anno seguinte de 1348 bom para Europa por que nelle, ou no de 1349, ouve a mayor peste que se sabe que dizem viera das partes da India e entrou em Europa com tanta força, pelos Reynos de Alemanha, Inglaterra e França, que matou mais de a metade da gente que achou viva¹⁹⁵⁹.

A maior das pestes era resgatada sempre que se falava no fatídico ano de 1348, mas o cronista de Grijó nada pôde dizer de concreto sobre o seu mosteiro ou sobre o reino português. A menção obrigatória foi feita, com recurso à universalidade e grau de mortalidade da epidemia, mas o assunto fica encerrado nestas linhas.

Também proveniente de um mosteiro de cónegos regrantes - o mais importante de todos em Portugal, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra – é a crónica dedicada a toda a Ordem, composta por Frei Nicolau de Santa Maria¹⁹⁶⁰, autor desde há muito utilizado com reservas devido à sua *criatividade*¹⁹⁶¹, mas que nem por isso deve ser excluído deste rol de textos modernos. O cronista regrante recorre indubitavelmente ao *Livro da Noa*, preservado no *seu mosteiro*, ainda que não o cite. Uma vez mais, refere-se o dia de São Miguel e o texto da entrada no códice crúzio. Nesse contexto, Frei Nicolau

¹⁹⁵⁸ SÃO TOMÁS, Leão de, Frei - *Benedictina Lusitana*. Tomo I. Coimbra: Officina de Diogo Gomes de Loureiro, 1644; Tomo II. Coimbra: Officina de Manoel de Carvalho, 1651. Apesar de existir uma reedição fac-simile com notas de José Mattoso, o âmbito da análise e o que se pretende justifica o recurso à edição original da obra.

¹⁹⁵⁹ ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 40 [Crónica do Mosteiro de São Salvador de Grijó, por D. Marcos da Cruz], fl. 238v.

¹⁹⁶⁰ SANTA MARIA, Nicolau, Frei - *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: Officina de loam da Costa, 1668. 2 volumes.

¹⁹⁶¹ MATTOSO, José – *A Escrita da História. Teoria e Métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 95-96.

de Santa Maria acrescenta ainda algumas linhas sobre a suposta atuação do prior crúzio nesse tempo, D. Francisco Pires, contra a ‘distribuição’ que o novo arcebispo de Braga, o francês Guilherme de la Garde, estaria a fazer dos despovoados mosteiros de cónegos regrantes situados no Entre-Douro-e-Minho entre os clérigos estrangeiros que o acompanhavam¹⁹⁶². Indiretamente relacionada com a Peste, o autor crúzio dá conta ainda da morte do prior do mosteiro de Vila Boa do Bispo, Nicolau Martins, a 25 de novembro de 1348¹⁹⁶³, numa referência retirada da sua pedra tumular.

Uma outra crónica dedicada aos crúzios, esta publicada há mais de meio século¹⁹⁶⁴, é o texto da autoria de Frei Timóteo dos Mártires. Escrita ao longo da segunda metade do século XVIII, parece ter sido um pouco acrescentada por outras mãos até 1715¹⁹⁶⁵. O que nos diz esta obra sobre a Peste Negra? No que toca ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, nada é dito¹⁹⁶⁶. Apesar do título da crónica, estando já os restantes mosteiros pertencentes aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho sob alçada de Santa Cruz, à data da redação da crónica, a obra presta alguma atenção aos restantes cenóbios¹⁹⁶⁷ e ao colégio pertencentes à ordem. Uma vez mais, porém, o silêncio sobre a Peste Negra mantém-se em todos, incluindo os mais importantes: nada é dito sobre São Vicente de Fora¹⁹⁶⁸, tal como sobre Grijó¹⁹⁶⁹. O mesmo se passa com os restantes mosteiros¹⁹⁷⁰. Querendo evitar considerações de maior sobre o texto, com as quais

¹⁹⁶² SANTA MARIA – *Chronica da ordem...*, vol. 2, p. 241.

¹⁹⁶³ SANTA MARIA – *Chronica da ordem...*, vol. 1, p. 289.

¹⁹⁶⁴ MÁRTIRES, Timóteo dos, Frei – *Crónica de Santa Cruz*. 3 tomos. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1955-1960.

¹⁹⁶⁵ MÁRTIRES – *Crónica de Santa Cruz...*, tomo I, p. IX.

¹⁹⁶⁶ A transição do prior D. Francisco Pires, cuja morte se diz dar a 31 de março de 1349, para o seu sucessor, D. Afonso Pires, eleito a 10 de abril de 1349 é muito singela na descrição. De resto, o estilo telegráfico e muito organizado do cronista não o faria prever. MÁRTIRES – *Crónica de Santa Cruz...*, tomo I, p. 71-72.

¹⁹⁶⁷ São Vicente de Fora de Lisboa, Salvador de Grijó, Salvador de Moreira da Maia, São Simão da Junqueira, Santa Maria de Oliveira, Salvador da Serra, Santa Maria de Landim, São Jorge, Santa Maria de Refoios, São Pedro de Folques, Salvador de Paderne, Santa Maria de Muía, Santo Estêvão de Vilela, São Martinho de Caramos, São Miguel de Vilarinho, Santa Maria de Vila Boa do Bispo, São Martinho de Crasto, São Teotónio de Viana, São João das Donas de Santa Cruz de Coimbra, São Félix de Chelas, Santa Ana da Ponte de Coimbra e São Miguel das Donas de Lisboa.

¹⁹⁶⁸ MÁRTIRES – *Crónica de Santa Cruz...*, tomo II, p. 95.

¹⁹⁶⁹ MÁRTIRES – *Crónica de Santa Cruz...*, tomo II, p. 150-151.

¹⁹⁷⁰ Nem todos têm cronologias abrangidas pela crónica que alcancem os meados do século XIV. Entre os que têm, ainda que com listas de priores maioritariamente incompletas, mantém-se o silêncio sobre Moreira da Maia (cujo prior morreu, com toda a probabilidade, durante a Peste Negra), Landim, Refoios do Lima (cujo prior D. Pedro Pires se diz morrer em 1348, com eleição do seu sucessor D. João Durães eleito no mesmo ano), São Jorge de Coimbra, São Pedro de Folques, Salvador de Paderne, Santa Maria de Muía, Santo Estêvão de Vilela, São Martinho de Caramos, Santa Maria de Oliveira, São Simão da Junqueira,

estaria a entrar em matérias fora do âmbito deste trabalho, vale a pena sublinhar que esta crónica parece estar já depurada de narrações heroicas, com poucos episódios relatados além das listagens mais ou menos documentadas de priores, priores claustrais, capítulos, com propósitos de história eclesiástica *pura*. A memória da Peste, tão esquiva nos arquivos seculares, terá parecido irrelevante ao cronista – ou nem sequer foi considerada.

No caso dos textos cronísticos dedicados aos franciscanos, o cenário altera-se decisivamente. A extensa *Historia Serafica*, publicada em cinco volumes entre 1666 e 1721, com vários autores ao longo dessas décadas, inclui algumas referências relevantes à Peste Negra. Na segunda parte da obra, fala-se da “gravíssima” e “horrenda peste que chamarão a *grande mortandade*”¹⁹⁷¹, em 1348, citando não só Duarte Nunes de Leão, mas também uma fonte de Santa Cruz de Coimbra, cuja descrição permite uma identificação inequívoca: trata-se do *Livro da Noa*, referindo-se a glosa que data o dia de São Miguel como o início da Peste¹⁹⁷². O testemunho do autor é bastante interessante. Fala da atribuição que outros autores fazem a grandes terremotos e buracos por eles abertos na Cítia – a antiga região que vai da atual Ucrânia à zona fronteira do Cazaquistão com a China, e da Sibéria ao Afeganistão, o que é surpreendentemente acertado tendo em conta o que hoje sabemos e, em simultâneo, contrastante com as leituras oitocentistas como a de Vieira de Meirelles – como origem da doença, dizendo que foi tão mortal que, apesar das “causas naturaes”, parecia um castigo divino de proporções bíblicas. Os vapores emanados pelos buracos resultantes dos terremotos corromperiam o ar, despoletando a epidemia. Assim, a teoria miasmática mantém todo o vigor e, à falta de outros dados sobre Portugal, compõe-se a narrativa geral com a origem aceite no seu tempo. É de um acontecimento inequivocamente natural que se trata, não havendo lugar para leituras punitivas ou referências aos pesados pecados dos homens sobre quem recaiu o flagelo.

Santa Maria de Vila Boa do Bispo, São Miguel de Vilarinho, São Martinho de Crasto, São João das Donas de Santa Cruz de Coimbra, São Félix de Chelas, Santa Ana da Ponte de Coimbra e São Miguel das Donas de Lisboa: MÁRTIRES – *Crónica de Santa Cruz...*, tomo III, p. 25, 43, 63, 102, 109, 120, 126, 132, 144, 152, 162, 170, 174, 193, 198, 200, 207.

¹⁹⁷¹ O itálico é meu.

¹⁹⁷² ESPERANÇA, Manoel da, O.F.M. - *Historia serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal: segunda parte que conta os seus progressos no estado de tres custodias, principio de provincia, & reforma observante*. Lisboa: Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, p. 343.

Os textos setecentistas, ensaios de proto-historiografia, com destaque para as obras publicadas sobre o patrocínio da pouco longeva Real Academia da História, não trazem mudanças significativas nos tipos de testemunhos. Entre as escassas referências, uma das mais interessantes – por referir uma fonte documental coeva da Peste Negra que hoje estará perdida – é feita nas *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*, de Francisco Leitão Ferreira (1667-1735)¹⁹⁷³. O autor refere que 1348 foi o ano da “peste grande, porque parece, que assim o declara aquelle Processo da sobredita annexação”. Não entrando em detalhes, mesmo com uma referência à excecionalidade da peste, o evento parece ser um pouco alheio ao autor.

Os relatos modernos são assim um pouco mais informativos do que os medievais. A seleção aqui apresentada – que não se quis exaustiva, mas representativa, revela isso mesmo. Porém, boa parte dos mais interessados pouco mais pôde do que lamentar a ausência de dados concretos sobre o caso português, num misto de espanto e alguma reprovação por esta ‘falha’ dos seus antecessores no labor da História ou pela fraca fortuna de eventuais fontes perdidas. Uma coisa, no entanto, confirma-se. O silêncio dificilmente quebrado entre as fontes narrativas – que constituíam o essencial dos recursos primários destes historiadores setecentistas – aliado a uma utilização de arquivos e cartórios fragmentária, acabaram por perpetuar o tipo de relatos que, de certa forma, se mantém até ao século XX – escassa informação portuguesa, substituída por referências internacionais e relatos canónicos, comodamente assumida como verosímil à falta de mais informação direta. A memória da Peste Negra, ao longo dos séculos, quase se perde. A Grande Peste do ano de 1348 é timidamente resgatada aqui e acolá, mas sem grande comprometimento. Fazendo justiça ao impressionante labor dos homens que tomaram a escrita da História como missão nestes séculos, pouco mais poderiam fazer. Ainda hoje, o estudo da Peste Negra em Portugal se faz através de agulhas em palheiros, difícil mesmo com a integração de extensos fundos documentais em arquivos públicos, sistematização e informatização de dados, décadas de historiografia académica sólida, rigorosa e abrangente, e um acesso sem precedentes a tudo isso. A preservação da memória de um evento que *só pode* ter sido traumático

¹⁹⁷³ FERREIRA - *Noticias chronologicas ...*, p. 143.

parece ter sido quase perdida. A sua história, por outro lado, levou séculos até começar a ser feita, estando ainda (e sempre) muito longe de atingir a sua conclusão.

Conclusão

A Peste Negra foi um fenómeno singular na história da Humanidade, em particular na Europa e no Mediterrâneo. O estudo do tema exige uma visão transversal. Simultaneamente consequência de um conjunto de processos biológicos, ecológicos e climatológicos, combinados com a involuntária ação humana que permitiu o entretimento da teia da tempestade perfeita, a Peste Negra foi um evento extraordinário, marcante e traumático, mas foi também parte de um período da história humana – catalisador ou bloqueio, dependendo do processo em que interferiu, nem sempre, ou talvez mesmo poucas vezes, a Peste Negra foi realmente um momento de rutura violenta e irremediável. Esta escolha de palavras não é inocente. Ao longo de todo o trabalho, evitei a utilização da palavra *crise* para referir tanto a Peste Negra, como as circunstâncias que se lhe seguiram. Arriscando a utilização dos conceitos de evento e crise, desenvolvidos por Alain Badiou e Michel Foucault, respetivamente, mas adaptados à leitura antropológica dos fenómenos epidémicos históricos por vários autores, com destaque para Christos Lynteris¹⁹⁷⁴, a Peste Negra distingue-se claramente das suas sucessoras ao longo dos cinco séculos do ciclo de peste da Segunda Pandemia, por se tratar de uma rutura, sim, mas de paradigmas e não de civilização, ainda que o ciclo inaugural do evento possa ser estendido até à *Pestis secunda*, quando a inevitabilidade do retorno periódico da doença se tornou evidente e espoletou, com um ritmo próprio, um outro ciclo, bem mais longo, de assimilação da peste enquanto fenómeno social e cultural omnipresente.

Tendo assumido, à partida, que a Peste Negra foi provocada pela infeção generalizada por *Yersinia pestis*, vale referir um par de elementos do caso português que apoiam ainda mais esta possibilidade, hoje feita teorema pela confirmação paleogenómica, cada vez mais enriquecida por novos dados. Alguns dos argumentos usados pela facção que recusava esta identificação até 2011 passavam por um fator epidemiológico e outro sintomatológico. No primeiro caso, expunha-se como contraditório o facto de a maioria das infeções se dar em estações opostas ao que a

¹⁹⁷⁴ LYNTERIS, Christos - Epidemics as Events and as Crises: Comparing Two Plague Outbreaks in Manchuria (1910–11 and 1920–21). *Cambridge Anthropology* 32:1 (2014), p. 62–76. <http://doi.org/10.3167/ca.2014.320106>.

ecologia das pulgas e dos roedores faria supor, tendo em conta os focos ativos da doença. Em Portugal, contudo, onde a doença parece ter sido particularmente violenta no verão e no outono, no caso do ameno e húmido Entre-Douro-e-Minho, e no outono e inverno no Entre-Tejo-e-Odiana (quando a temperatura baixa para valores ideais para a epidemiologia da peste); assim, os modelos atuais encaixam relativamente bem na experiência portuguesa da doença. No segundo caso, o sintomatológico, Samuel K. Cohn refere inúmeras vezes que nos casos contemporâneos de peste os bubões surgem sobretudo nas virilhas, o que parece ser contrariado pelas fontes medievais e modernas europeias¹⁹⁷⁵. O autor chega a afirmar que nenhuma fonte medieval aponta as virilhas como principal local de aparecimento dos bubões, pelo que vale a pena recordar o testemunho da singular entrada da Peste Negra no *Livro da Noa*:

E as mays dores das doencas [sic] eram de levacões [sic] que tiinham nas verilhas e soos bracos [sic]¹⁹⁷⁶.

Dividindo o protagonismo das zonas principais entre virilhas e axilas, o testemunho coimbrão parece ser, assim, praticamente único no contexto europeu. Uma ideia surge a partir destas duas especificidades: o caso português poderia ter contribuído positivamente para o debate da natureza da doença, caso fosse revelado à comunidade de especialistas, antes da sequenciação do genoma da *Y. pestis* de 1348. Não o fez, porque permaneceu até agora pouco estudado e nunca foi integrado nos resultados internacionais sobre o tema. De facto, não era conhecido, mas também não era único. Ann Carmichael demonstrou que muitos autores referiram os bubões, tanto nas virilhas, como nas axilas ou no pescoço¹⁹⁷⁷, o que demonstra que, por mais abrangente, transversal e confiante que a recolha documental e narrativa seja, haverá sempre margem de correção. Cohn estava, então, comprometido com a sua cruzada contra a

¹⁹⁷⁵ “Além disso, 60 a 75% dos bubões formam-se nas virilhas, porque as pulgas mordem, por norma, nas canelas ou abaixo destas. Apesar de os contemporâneos [da Peste Negra] ocasionalmente chamarem à sua peste inguinal, não há uma única fonte medieval que aponte explicitamente para a virilha como o principal local onde o bubão se forma. Em vez disso, a partir de curas milagrosas incluídas em [coisas tão diversas como] vidas de santos até relatos médicos, os locais de eleição dos bubões tardomedievais eram o pescoço, atrás das orelhas ou na garganta.” – a tradução a partir do original inglês é minha. COHN – *Epidemiology of the Black Death...*, p. 90.

¹⁹⁷⁶ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 21v-22.

¹⁹⁷⁷ CARMICHAEL – *Universal and Particular...*, p. 34-39.

atribuição de responsabilidades à *Y. pestis* na Peste Negra, e talvez essa convicção tenha eclipsado a leitura objetiva. A Peste é um assunto aberto em permanência.

As leituras das consequências a longo prazo da Peste Negra atingem proporções extraordinárias. Já foi sugerido, por exemplo, que as mudanças nos mercados de trabalho, na monetarização e no crescimento tecnológico e económico que marcam a Modernidade e cavam a “Grande Divergência” entre a Europa Cristã e o resto do Velho Mundo, mas também entre a Europa do Norte e a Europa do Sul, têm as suas raízes na Peste Negra¹⁹⁷⁸. Não cabe a estudo aferir da validade desta tese; é no entanto apropriado referi-la, considerando que a Peste Negra foi um evento de um impacto sem precedentes desde a Antiguidade. É consensual afirmar que a Peste Negra, evento accidental, mas tornado possível por uma conjuntura humana favorável, mudou muita coisa. Não cabe aos historiadores questionar isso, face a todas as provas, mas sim apurar as dimensões e o seu ‘legado’, diferente em cada paragem, considerando-a ainda a etapa inaugural no processo que Emanuel Le Roy Ladurie descreverá, para os séculos XVI e XVII, com uma ideia cuja clareza está ao alcance de muito poucos: “a união microbiana do mundo”¹⁹⁷⁹. Definitivamente materializada pela introdução de doenças europeias nas populações ameríndias, com as consequências devastadoras que são conhecidas, tratou-se de uma globalização indesejada, mas inevitável, que ainda hoje experienciamos em tempo real com a pandemia que se vive durante a redação desta tese e que promete estender-se além da sua conclusão. Levando já séculos de maturação e contributos sólidos, a historiografia da peste ainda tinha em Portugal um grande espaço em branco, e continua a ter: este trabalho abre apenas uma das muitas vias possíveis, partindo de uma historiografia que até agora lidara com poucos dados, muitas vezes imprecisos ou até equivocados, teimosamente repetidos por falta de novos contributos.

Algures entre o final da primavera e o início do verão de 1348, a Peste fez a sua primeira vítima em Portugal. A novidade também seria um tanto vocabular, exceto para uma pequena elite: “a palavra ‘peste’ foi ouvida e lida em livros; uma peste universal

¹⁹⁷⁸ PAMUK - The Black Death and the origins of the “Great Divergence” ..., p. 289–317.

¹⁹⁷⁹ LADURIE, Emmanuel Le Roy - Un concept : L'unification microbienne du monde (XVIe-XVIIe siècles). *Revue Suisse d'Histoire* 23:4 (1973), p. 627-696.

destinada a esvaziar o mundo, nunca se viu ou [dela] se ouvir falar” - uma tradução livre de Petrarca que nos revela simultaneamente a familiaridade com uma palavra e o caráter novo de uma manifestação com ela batizada¹⁹⁸⁰. Creio ter ficado demonstrado que as palavras “peste” ou “pestilência”, apesar de certamente conhecidas de uma minoria letrada, eram muito pouco usadas em galego-português, e estavam totalmente ausentes da documentação quotidiana ou normativa. Assim, sem dúvida por transmissão além-fronteiras, o conceito vulgariza-se apenas a esta formidável demonstração epidémica, dando força à convicção de que, também daí em diante, os homens saberão muito bem o que querem dizer quando falam em casos ou epidemias de peste – diagnóstico que, fora de Portugal, a paleogenómica demonstra estar correto cada vez com mais frequência (tal como no caso da lepra), redimensionando a leitura condescendente que, não raras vezes, os historiadores tendem a fazer sobre a identificação pré-pasteuriana de certas manifestações nosológicas.

O impacto da Peste nas realidades sociais dos territórios é necessariamente desigual, ou repleto de especificidades, que tornam imprescindível conhecer com a precisão possível as estruturas humanas das regiões estudadas. O Portugal das vésperas da Peste Negra era, como aliás em todos os momentos da sua história, um mosaico de pequenas e micro realidades, tão complementares quanto contrastantes, numa diversidade que se torna ainda mais evidente quando se compara duas regiões tão distintas como o Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana. Se uma tinha o seu povoamento consolidado por séculos de refinamento do regime senhorial, uma elevada densidade promovida pela fertilidade dos seus solos e uma tranquilidade permitida pelo já secular afastamento da fronteira cristã-muçulmana, a outra era ainda um terreno de colonização extensiva, com algumas estruturas económicas, demográficas e sociais a transitarem do período andalusi, mas com novas fronteiras, eixos e desafios que, a norte, eram uma memória distante. No final da primeira metade do século XIV, o Entre-Douro-e-Minho revelava alguns sinais de instabilidade, mas nada que nos possa levar a assumir esse período como uma época de crise, à qual simplesmente sucedeu uma crise ainda pior. Há processos socioeconómicos e culturais em curso: a monetarização da

¹⁹⁸⁰ A citação de Petrarca é uma tradução minha de um excerto inglês citado por Ann Carmichael: CARMICHAEL – *Universal and Particular...*, p. 19.

economia e todas as oportunidades e desafios que ela levantava, as novas tendências espirituais, a crescente influência das estruturas diocesanas e o equilíbrio de forças entre estas (mas também o clero regular) e a nobreza regional, por exemplo. Em simultâneo, temos um Entre-Tejo-e-Odiana com uma malha paroquial em aberto, novos poderes a instalar-se e a definir os limites dos seus domínios e jurisdições, mas sempre com uma presença e influência régia que se faz sentir de forma menos premente no Noroeste português.

Em momento algum se poderá separar o impacto e as consequências provocadas pela peste das características geofísicas, biológicas e climatológicas dos territórios onde esta se manifesta. E as comarcas em estudo são, de facto, diferentes. Diferenças na temperatura e precipitação médias, na composição dos solos, no relevo, no coberto vegetal, nos antecedentes humanos (habitação, vestuário, família, trabalho...), talvez nos insetos vetores, enfim, diferenças que certamente tiveram influência na eficácia e velocidade de propagação da epidemia. Aparentemente mais lenta no Entre-Tejo-e-Odiana, talvez com mais violência no Entre-Douro-e-Minho, a Peste Negra não teve, mesmo assim, nenhum obstáculo físico, climático ou humano que tenha sido capaz de a travar no reino de Portugal. Com a principal entrada da epidemia a dar-se certamente por mar, sem excluir a possibilidade de contaminações secundárias e sobrepostas pela fronteira terrestre, a difusão interna do flagelo faz-se sobretudo através da rede viária. A responsabilidade das vias fluviais terá sido muito inferior se compararmos com o resto da Europa e, independentemente do meio – ratos-pretos com pulgas, pulgas dormentes em cereal, pulgas do rato transportadas em roupas ou indivíduos, ou outros meios menos prováveis (ectoparasitas humanos, transmissão humana direta) – tudo aponta para uma peste que irradia através da rede viária medieval portuguesa, chegando às profundezas do Campo de Ourique, a Trás-os-Montes ou à Beira Alta.

Dei um destaque considerável à análise dos fluxos de produção documental, uma das metodologias que, segundo creio, pode fornecer mais leituras não só sobre a Peste Negra, como sobre outros fenómenos traumáticos ou de crescimento. Não se trata de uma abordagem livre de crítica ou à prova de erro ou imperfeições. Assenta em números, mas não é *exata*. Porém, creio que é expressiva. Sabemos sempre que os documentos que nos chegam são apenas uma parte cuja representatividade não

conseguimos determinar, mas volumes das dimensões que aqui se trata ajudam a matizar essas idiosincrasias definidas pelo tempo, pela negligência ou pelo acaso. Porém, o facto de várias circunscrições territoriais revelarem uma clara influência da Peste Negra na diminuição acentuada ou no crescimento explosivo de testemunhos não pode ser uma coincidência produzida pela seletividade aleatória dos séculos seguintes.

A análise dos fluxos de produção revela-nos como uma área pode ter sido relativamente poupada a um certo fenómeno destrutivo de natureza diversa, mas os contrastes regionais podem ser diluídos no conjunto total, como o grande aglomerado do Entre-Douro-e-Minho. Esta comarca, mais do que o Entre-Tejo-e-Odiana dominado pela documentação eborense, demonstra-nos como uma análise de fluxos de produção em diversos níveis pode revelar tendências importantes. Analisar todo o conjunto permitiu perceber que a fome que teve epicentro em 1333 foi um agitador tremendo, movimentou a transferência de propriedade, afetando indivíduos e instituições sem, porém, provocar uma rutura e quebrar a ordem social. Isso parece ter acontecido durante a Peste Negra, mas não em todos os territórios. O Entre-Tejo-e-Odiana e Guimarães, dentro do Entre-Douro-e-Minho, parecem contrariar a tendência do resto do Entre-Douro-e-Minho. E, uma vez mais, analisar o conjunto da documentação minhota extraíndo a documentação vimaranense, revela-nos uma região com uma tendência depressiva e uma capacidade menor de reação a um cataclismo como a Peste Negra, mas também um território bem povoado e encabeçado por instituições tão sólidas que são capazes de contrariar essa tendência, mesmo sofrendo danos graves, ainda que a um ritmo bem menos expressivo do que o da Colegiada de Santa Maria de Guimarães. São diversas as formas como a Peste Negra influenciou a evolução (e até a constituição, em alguns casos) de cartórios e fundos: quer dizer, a Peste teve influência direta naquilo que podemos saber dela.

No plano demográfico, mantém-se como mais sensata a opção de evitar estimativas de mortalidade. Nas cidades e vilas mais bem documentadas, assim como os grupos mais perscrutáveis – tabeliães, oficiais régios, clérigos de vários tipos – a mortalidade parece ter sido realmente elevada. Mas estes são, simultaneamente, grupos de risco e privilegiados face ao grosso da população, impedindo qualquer cálculo de proporção. As leituras de impacto devem, também, ser dimensionadas ao tempo.

Impressiona-nos, muito compreensivelmente, assistir ao apuramento de taxas de mortalidade de 30, 50 ou até 70%, como parece ter acontecido em diversas regiões europeias, e não é certo que algo de semelhante não tenha acontecido em Portugal.

Se fôssemos capazes de calcular percentagens de mortalidade e letalidade, o trabalho ficaria concluído? A questão maior passa por saber qual é o ponto de rutura, o momento em que a população sobrevivente não é capaz de prosseguir com o seu 'viver social' segundo modelos em que antes o fazia, em que as estruturas administrativas, paralisadas, não poderiam simplesmente retomar a atividade por falta não de pessoas, mas de pessoas capazes de assumir funções e prosseguir a governança. Em Siena, onde a mortalidade geral terá estado algures entre os 50 e os 70% - provavelmente mais perto do limite superior – a administração da cidade manteve-se em funções, assim como a Justiça, mesmo com a morte de um número elevado de notáveis e oficiais e com algumas adaptações que contornaram a falta de alguns grupos mais especializados, como o dos notários¹⁹⁸¹. No plano qualitativo, podemos dizer que essa barreira da ingovernabilidade não parece ter sido ultrapassada nas regiões portuguesas que aqui estiveram em foco, nem no plano geral, da administração régia e eclesiástica, nem no particular, com municípios e oficiais diversos a retomarem a atividade pouco depois da Peste. Talvez a exceção, devido ao seu contexto peculiar e circunstancial, seja, parcialmente, a igreja bracarense. E tudo isto, entenda-se, não desqualifica a Peste Negra como um evento único e um momento de mudança. Algumas tendências regionais só muito dificilmente poderiam ser reveladas através de outros métodos e, quando o volume documental é massivo, mas as fontes não são as mais indicadas, este tipo de análise estatística simples poderá permitir novas leituras e a confirmação de intuições e sugestões há muito formuladas.

A um nível ainda mais impenetrável no caso português, o da dimensão familiar, é cada vez mais contestada, com provas, a ideia terrível do abandono de familiares diretos à sua sorte, celebrizada por Boccaccio, e que deverá ter sido mais a exceção do que a regra, inclusive na mesma Itália do Norte que gerou o *Decameron*¹⁹⁸². A morte

¹⁹⁸¹ BOWSKY - The impact of the Black Death..., p. 19-21.

¹⁹⁸² WRAY, Shona Kelly - Tracking Families and Flight in Bologna during the Black Death. *Medieval Prosopography* 25 (2004): 145-160.

terá chegado à maioria das famílias, e terá eliminado algumas na sua totalidade; mas os laços entre aqueles que iam sobrevivendo não terão sido cortados pelo medo irracional e incontrolável da doença que se propagava sem controlo.

A população não recupera tão cedo. Gerações sucessivas debatem-se com recorrências da doença, e as pestilências passam a entrar no discurso dos povos que se queixam ao monarca da falta de gente por quem distribuir os encargos fiscais, militares ou de outros tipos. Contudo, essas pestes são associadas às guerras que mobilizam recursos e destroem outros, e às esterilidades que de quando em vez regressam para desequilibrar os sistemas de produção agrícola e distribuição. A segunda metade do século XIV também teve a sua ‘nova normalidade’, climática, política, epidemiológica e mental. Parafraseando Bruce M. S. Campbell, os europeus foram fechados num ciclo negativo de mudanças climáticas adversas, um ciclo pandémico de peste, acompanhado pelo recrudescimento de outras epidemias menos espetaculares ou impactantes mas influentes, instabilidades bélica e produtiva, impedindo a população de crescer ao longo de mais de um século, até perto do final do século XV¹⁹⁸³, apesar da alta natalidade. A Peste Negra foi apenas o início, no plano epidémico, o mais espetacular e fulminante de todos os eventos, mas jamais deve ser isolada no plano das responsabilidades.

Empiricamente, enfim, os dados parecem revelar um impacto demográfico, absoluto e relativo, mais significativo no Entre-Douro-e-Minho do que no Entre-Tejo-e-Odiana, ainda que o primeiro se mantenha com uma densidade populacional muito superior ao segundo e lhe continue a fornecer migrantes nas décadas seguintes. A capacidade de recuperação da população do Entre-Douro-e-Minho foi desigual nos diversos pontos da comarca, e terá sido influenciada por um conjunto complexo de fatores: humanos, como a eventual explosão de nupcialidade, terra disponível a preços historicamente acessíveis, trabalho assalariado (aparentemente) bem pago, maior mobilidade – e interesse nessa mobilidade –, mas também naturais – a frequência de secas graves e sismos destrutivos, as recorrências da peste, as alterações climáticas em curso. A coroar estes fatores, junta-se a guerra, duas décadas mais tarde. O Entre-Tejo-e-Odiana, cuja organização social e política se consolidava rapidamente antes da Peste

¹⁹⁸³ CAMPBELL – *The Great Transition...*, p. 17.

Negra, não parece ter sido especialmente afetado por uma mortalidade dantesca, mas pequenos povoados nas zonas mais parcamente habitadas, como o Campo de Ourique, poderão ser as derradeiras ramificações esquecidas da mortalidade irrecuperável, como parece sugerir a inquirição régia feita na área em 1375-76. Talvez as duas regiões tenham tido mortalidades relativas semelhantes: porém, as suas características muito distintas produziram reações diferentes e, em muitos casos, opostas. Este cenário não se limita apenas ao plano estritamente demográfico, mas também aos económico, social, cultural, religioso e político.

Tabeliães morreram em massa, mas em menos de um ano foram substituídos; clérigos faleceram em números assombrosos, mas os benefícios foram sendo providos a um ritmo notavelmente rápido, tanto quanto a burocracia pontifícia permitia em tempos de pandemia; 3/4 dos oficiais régios mais próximos da Coroa desaparecem, mas outros surgem nos seus lugares. Creio que não será especulativo admitir que o reino português assistiu a uma mortandade generalizada inédita, mas a sociedade não implodiu. Houve, naturalmente, exceções, sobretudo entre pequenas instituições que foram gravemente afetadas, tanto pela Peste Negra, como pelas suas sucessoras, mas também pela conjuntura bélica do último terço do século XIV, e que acabariam por ser extintas, como revelou há muito José Marques, no caso de um conjunto importante de mosteiros da arquidiocese de Braga¹⁹⁸⁴. Porém, ao sobreviverem ainda oitenta ou cem anos, demonstra-se que a Peste Negra não foi, por si, causa única, mas apenas o início de um ciclo. A maioria, depois de um período de letargia, acabou por recuperar e prosseguir o seu curso. Recuperando uma frase lapidar de Élisabeth Carpentier, “a epidemia ataca indivíduos, não as suas instituições”;¹⁹⁸⁵ e as instituições seriam tão mais resistentes quanto menos dependessem de um único indivíduo ou de um pequeno conjunto de pessoas.

A fazenda régia e as finanças locais terão sofrido um profundo golpe, mas em poucos anos parecem recuperar uma certa normalidade. É a um reino um tanto suspenso, depois de anos de más colheitas, marcados também por uma ação régia

¹⁹⁸⁴ MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga...*, 722-737.

¹⁹⁸⁵ « [...] l'épidémie s'attaque aux individus, non à leurs institutions. » - a tradução do francês é minha. CARPENTIER, Élisabeth – *Une ville devant la Peste. Orviète et la Peste Noire de 1348*. Paris : École Pratique des Hautes Études—VIe section ; Centre de Recherches Historiques, 1962, p. 225.

extraordinária que se traduz em mais inquirições, pelo processo do *Chamamento Geral*, pelos conflitos que o rei move contra senhores laicos e eclesiásticos, com o bispo do Porto e o arcebispo de Braga à cabeça, uma ação legislativa e o acrescentamento e diversificação do corpo de oficiais régios, centrais, regionais e municipais, que a Peste Negra chega em 1348. Mas a estrutura do poder régio, cada vez mais consolidada, não só não sai afetada, como se reforça. As tentativas de imposição da ação eclesiástica falham e a Coroa emerge da tragédia com um novo oficial de ‘proximidade’ – o juiz de fora –, que garante, em teoria, uma presença mais sensível e equilibrada da figura do rei a nível local, servindo como contrapeso às jurisdições municipais e às elites concelhias, detentoras cada vez mais exclusivas dos mecanismos de governança local. Se a autoridade se mantém e expande depois da morte de D. Afonso IV, a finança régia não terá prosperado menos. Depois da Peste Negra e da *Pestis secunda*, D. Pedro morre em 1367 com fama de ter deixado o tesouro régio muitíssimo bem provido, segundo narra Fernão Lopes¹⁹⁸⁶.

Muitos terão morrido, mas os que ficaram garantiram a continuação da agricultura e das pescas, da produção e do comércio, do governo e do ensino, da cura das almas e do ofício das armas – mesmo com números que pareciam insuficientes aos olhos coevos. Com reajustes, é certo, marcada pela memória da epidemia e com frequentes problemas, mas a vida do reino prosseguiu. Esta constatação, simples, mas fundamental, coloca Portugal em linha com a maioria dos territórios europeus, onde o que surpreende é essa capacidade de resistência e adaptação das estruturas sociais, económicas e administrativas.

A influência da Peste Negra na economia, sobretudo a médio prazo, é aquela que mais se evidencia. Apesar de a riqueza das fontes não estar uniformemente distribuída entre as duas regiões em estudo, documentos distintos permitem a recomposição de quadros distintos, pelo menos em algumas das instituições mais importantes. É possível detetar, igualmente, diferentes reações por parte de diferentes agentes económicos. Sabemos pouco sobre a política fiscal do reino no imediato pós-Peste, e as medidas régias parecem ser reativas e motivadas por pedidos de intercessão de instituições e

¹⁹⁸⁶ LOPES – *Crónica de D. Pedro...*, cap. XII, p. 51-54; LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. 2ª ed. rev. Ed. de Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 5-6.

indivíduos. No Entre-Douro-e-Minho, diferentes instituições são afetadas, e demonstram capacidades igualmente distintas para enfrentar os problemas levantados. A dinâmica crescente do comércio externo, sentida desde o início do século XIV, não parece ter sido posta em causa e, depois de uma mais que provável quebra repentina, deverá ter recuperado em poucos anos e continuado a crescer, perturbada apenas pelos anos de guerra que se somaram no final da centúria.

Medir a influência da Peste Negra obriga igualmente à verificação da sua inexistência em diversas dimensões. Se é na economia que a Peste se mede mais facilmente, nem todos os setores, estruturas e resultados revelam uma ação semelhante. Como sempre, as variáveis são infinitas: uma influência pesada, detetável – como no caso das quebras diretas e volumosas das rendas de muitos dos maiores proprietários destas duas comarcas – ou indetetável, sem que a possamos apreender de qualquer forma; um impacto inexistente (como o da manutenção de certos costumes contratuais ou o processo de monetarização) ou até positivo – a eventual valorização da moeda é um exemplo –, negativo, mas rapidamente apagado – como parece ser o caso do comércio, onde outros fatores positivos se sobrepuseram –, até ao impacto considerável, mas que é ainda mais empolado e finalmente eclipsado por outros fatores, como a devastação física que as Guerras Fernandinas e a suas sucessoras provocam. Assim, se não podemos medir a mortalidade da Peste Negra no Entre-Douro-e-Minho e no Entre-Tejo-e-Odiana, é evidente que todas as flutuações económicas verificadas derivam diretamente da diminuição rápida e significativa da população, mesmo com um limitado número de ermos documentado: aumento de salários, uma certa deflação que contrasta com a inflação de produtos concretos – como o peixe portuense, escasso pela morte de grande número de pescadores e pelo contrabando, quebra acentuada das rendas fundiárias, com um claro aumento do poder de negociação por parte dos enfiteutas e da flexibilidade por parte dos senhorios, que procuravam responder com novas cláusulas contratuais, mas pouco mais.

E tudo isto nos revela uma liberdade considerável: dos não privilegiados, que escolhem e circulam, pouco presos à terra, como o faziam já muito antes da Peste; dos senhores, que variam modalidades de pagamento e rendas, adaptando-se às novas realidades; dos municípios, a quem o rei encarrega de determinarem valores e

fiscalização nos seus próprios territórios. Não se trata de um mar de rosas: os conflitos existem, crescem e têm consequências. As tensões aumentam, e acabam por rebentar com o fim da I Dinastia. Mas essa liberdade relativa cria elasticidade social e económica que se traduz em adaptabilidade. Ajustamento, poder-se-á dizer – pese embora a má memória da expressão para os portugueses de hoje que viveram a última dúzia de anos – orgânico e revelador. A capacidade de adaptação que a maioria das instituições (mas também dos indivíduos) demonstra, mesmo que nem todas apresentem a mesma leitura rápida e eficaz da Colegiada de Guimarães, permite uma plasticidade que em muito terá contribuído para a construção de uma nova realidade de rendas mais baixas, mão de obra mais cara, preços variáveis, com um certo equilíbrio que permite aos meios e parte dos miúdos melhorarem as suas condições de vida, enquanto os senhores garantiam a manutenção de estatuto e a permanência das estruturas sociais que consideravam a base da harmonia quotidiana. A diminuição das rendas, possível devido a uma exploração indireta já plenamente dominante a norte antes da Peste Negra, pode não ter sido tão visível no Entre-Tejo-e-Odiana, mas a abertura, mesmo que temporária, à diminuição dos proventos próprios em favor da ocupação e exploração de bens parece acontecer da mesma forma. Recuperando uma vez mais o trabalho de Maria Helena da Cruz Coelho, com motivações e propósitos distintos deste, mas com o qual converge em muitas das leituras e parte do método, esta capacidade de adaptação e de leitura da demografia e do mercado revelam precisamente o oposto de decadência¹⁹⁸⁷ ou, acrescentaria eu, de crise – mas lá voltarei.

Os problemas sérios das finanças portuguesas surgem duas décadas depois da Peste Negra, com as ruinosas Guerras Fernandinas, das quais as duas primeiras aconteceram no período aqui em estudo, prosseguindo com os anos de extensas campanhas militares do Interregno e dos primeiros anos da Dinastia de Avis. As necessidades financeiras e os mecanismos criados, importados ou reinventados para financiar a Coroa e as suas despesas, mormente bélicas, inauguram uma nova relação fiscal entre o rei e os seus súbditos, em Portugal. As leis e ordenações da década de 1370, longamente associadas a fenómenos como a Peste Negra, deverão ser pensadas numa relação bem mais próxima com o reino que enfrenta uma série de guerras cujo

¹⁹⁸⁷ COELHO – *O Baixo Mondego...*, I, p. 290.

grau de destruição e absorção de recursos não tinha comparação desde a conclusão da conquista do Algarve, sem que os despojos de guerra tradicionalmente retirados da guerra de fronteira que marcou Portugal até ao século XIII pudessem contrabalançar esse sorvedouro de homens, bens e recursos; e que terá acabado por ser determinante nas grandes mudanças políticas de 1383-85 e na redefinição do Portugal político na viragem para o século seguinte. O défice das contas régias, contrastante com uma economia comercial em expansão, e a necessidade de garantir a fidelidade da aristocracia e a adesão e apoio totais nas guerras contra Castela, traduziram-se num desequilíbrio entre poderosos, por um lado, e não-privilegiados, por outro. O rei não era mais um árbitro, uma figura de temperança entre os diversos estratos sociais do reino: a sua ação era fonte de repressão, sorvedouro de recursos, promotora de abusos por parte de muitos poderosos e produtora de constantes desrespeitos pelas jurisdições locais, pelos costumes e pela menor fiscalização de todos os excessos enumerados.

A leitura de muitos dos resultados reunidos neste estudo pode suscitar, legitimamente, uma sensação de contradição. Porém, esse sentimento demonstra que o estudo confirma a principal tese proposta. O impacto e as consequências da Peste Negra em Portugal e, concretamente, nas regiões portuguesas do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana, podem combinar ou não com o que se passa além-fronteiras, e ambas as circunstâncias permitem assumir positivamente a existência desse impacto e dessas consequências. Se, no plano económico, a relação portuguesa, ou das regiões portuguesas, pode ter paralelo com o que se verificou em Inglaterra e contrastar com o que aconteceu no Norte de Itália ou na Escandinávia, no plano estritamente legislativo pode-se inverter o quadro de semelhanças. Atomizando, o Entre-Tejo-e-Odiana pode ter mais afinidades de análise com o sul da Coroa de Castela ou com a Sicília do que com o Entre-Douro-e-Minho, e este estar bem mais próximo da Galiza, da Cantábria ou da Aquitânia.

O conjunto dos fatores é vasto e a sua combinação complexa e variada. Em todos os casos, os diferentes graus de documentação permitem reconstituições que devem ser encaradas com prudência; é possível que haja mais afinidades do resto do Entre-Douro-e-Minho com Guimarães do que a documentação parece revelar, e as diferenças aparentes sejam apenas consequência de uma parte estar mais bem documentada do

que o todo; poderá ser assim, mas a especulação não deve ser empregue com frequência, sob pena de desvirtuar um trabalho de reconstituição de um mosaico onde só algumas tesselas sobreviveram, revelando apenas parte do padrão. Estas comparações, meramente operativas, servem para sublinhar, uma vez mais, que a Peste Negra se fez sentir de formas diferentes em cada reino ou território autónomo e, dentro destes, em padrões distintos que podem ser reduzidos a microescalas de uma rua ou de dois casais vizinhos. A diversidade e a aparente contradição entre as reações locais, regionais e nacionais não questionam a importância da Peste Negra, confirmam-na.

A preferência régia pela permanência no Sul, onde Évora, sobre todas as urbes transtaganas, se torna cada vez mais poiso da Corte – numa importância crescente que não cessará até meados do século XVI – permite introduzir um fator de dinamismo extra na recuperação deste território que está totalmente ausente do Norte. As cidades do Entre-Douro-e-Minho acabam por estabilizar, mesmo com algumas fragilidades, mas o século XV trará destinos diferentes a cada uma delas. No campo, a maioria da área cultivada, tal como as culturas preferenciais, parece manter-se. O elemento humano não se retrai no território, reajusta-se e prossegue. Por outro lado, não se dá uma alteração estrutural na distribuição de população pelo território. Apesar de as cidades permanecerem relativamente estáveis no Entre-Douro-e-Minho e em crescimento no Entre-Tejo-e-Odiana, os campos não foram preteridos. Na maioria dos relativamente abundantes casos de ocupações indevidas do pós-Peste, os ocupantes instalam-se em propriedades agrícolas que cuidam, cultivam e mantêm como suas. Não procuraram mudar de atividade económica, mas melhorar as condições de vida que tinham antes, independentemente da sua dureza prévia. Não há um êxodo rural: as pequenas cidades perseveram, sendo habitadas por muitos cuja atividade é precisamente o cultivo – de vinhas e hortas nos aros urbanos, por exemplo – e os campos não são abandonados de forma realmente sensível, com poucos ermos a assinalar nos bens do cabido de Braga, por exemplo, ou uma ocupação massiva e rápida nos bens da Colegiada de Guimarães – incluindo de forma ilícita. O cabido de Évora dá licença às igrejas do seu bispado para providenciarem como for possível ocupantes para as propriedades que lhes ficaram pela Peste, no mesmo ano (1356) em que redige um novo estatuto onde se declara incapaz

de cumprir as suas obrigações tributárias face ao bispo, ao papa e ao rei. Adaptados às realidades e idiosincrasias locais, os processos convergem.

A peste torna-se cíclica. O cataclismo inicial não terá tido equivalente nas proporções de mortos, área devastada, velocidade de propagação, mas as recorrências tornaram-no quase omnipresente, com um surto a ocorrer a todo o momento algures na Europa a partir do século XV e ao longo dos seguintes. O regresso do flagelo a Portugal, ao contrário do que se veicula com frequência, não se terá dado até 1362, quase década e meia após o embate inicial, mas terá sido suficiente para tornar indelével a futura regularidade do seu aparecimento. Dificilmente perceptível nas fontes correntes, mas revelada em toda a sua letalidade pelo extraordinário registo da Diocese de Tui, demonstra-nos uma vez mais como é difícil o estudo de um fenómeno epidémico medieval em Portugal, e como todas as fontes disponíveis devem ser incluídas e questionadas. Outra década e pouco adiante, nova epidemia, ainda menos perceptível, mas sensível. Pelo meio, há terremotos e secas, há guerras e velhos e novos conflitos e vendetas, uma aristocracia mais à vontade para exercer o seu poder de forma arbitrária e um oceano (menor, é certo, mas sempre maioritário) de não-privilegiados, prontos a contornar como for possível as sucessivas novas imposições, fazendo uso do que de mais precioso possuíam (ou, em muitos casos, a única coisa que possuíam): os seus próprios corpos, com os braços que arrancavam do chão o sustento, direto ou indireto, de todos. A peste torna-se 'familiar', mas nunca é domesticada. Entre surtos atomizados e pestes transversais, voltará para que nunca seja esquecida a sua capacidade de destruição humana e desestabilização, mesmo que momentânea e cada vez mais localizada.

Recursos alternativos de análise, como a produção arquitetónica, parecem revelar que a construção não cessou ao longo das décadas que se seguiram ao embate original da peste. Mas que tipo de construções? As obras nas muralhas das principais cidades prosseguem e são concluídas; os paços dos concelhos são modestamente construídos, ou instalados em construções já existentes, adaptando-as às novas funções; as pontes são mantidas, e uma ou outra obra é feita. Assim se revela a orientação destes esforços de construção: as obras necessárias, destinadas ao uso comum, à defesa e à deslocação, prosseguem, com eventuais limitações, mas com fim à vista, mas os grandes estaleiros, as grandes obras em velhas e novas igrejas,

construções de aparato, paços de todos os tipos parecem rarear ao longo das três décadas que se seguem à Peste Negra, algo que será comum às duas regiões em estudo, e que não deverá diferir substancialmente daquilo que acontece no resto do reino. De resto, as novas fundações monásticas destas décadas – primeiro com os eremitas alentejanos, a partir de 1366, depois com os franciscanos de vocação eremítica no Entre-Douro-e-Minho, já depois de 1390 – nascem despojadas e sem pretensões de arquitetura e arte sumptuosa, ainda que o futuro de muitas, como em tantos outros casos, tenha sido esse mesmo.

Depois, temos as ausências. A omissão aos fenómenos de pânico coletivo ou violência motivada ou justificada pela disrupção pestífera (seja ela antijudaica, contra os muçulmanos, estrangeiros, leprosos ou qualquer outro grupo), a espetaculares procissões dos flagelantes, igualmente ligadas em parte à violência antissemita, e de outras erupções heterodoxas rapidamente desaprovadas e combatidas pela Igreja, parece corresponder a uma real ausência destes acontecimentos. Explicar essa ausência é mais difícil: um lastro social e mental menos marcado por visões antissemitas do que noutras paragens, uma estrutura social mais plástica e móvel, uma vivência religiosa ou uma visão do Outro um pouco distinta? É de afastar totalmente a caracterização benevolente destes portugueses do passado como mais tolerantes ou menos propensos ao rumor e à violência do que qualquer outro europeu, norte-africano ou levantino do seu tempo. Mas sobram questões para as poucas respostas, sempre um tanto especulativas, que vão sendo propostas. Certa parece ser a consolidação de uma nova espiritualidade laica, que recupera velhos modelos eremíticos, adaptando-os ao seu século, procurando uma vivência cristã mais simples e sincera, evangélica, despojada e altruísta, indo ao encontro a tantas outras reformas de séculos anteriores, e também posteriores. O impacto íntimo da Peste, em cada família, em cada povoação, com retornos constantes, mas imprevisíveis, terá contribuído para este fenómeno, mas a formação e consolidação do culto de santos especialmente invocados contra epidemias pestíferas levará gerações e explica-se mais pelas sucessivas réplicas do que pelo embate inicial da Peste Negra.

Regressemos à crise, a célebre “Crise do século XIV”, ou dos séculos XIV e XV. Luís Miguel Duarte fez um balanço muito estimulante sobre o tema há menos de uma

década, expondo conceitos e correntes, lançando hipóteses, questões e vias de trabalho¹⁹⁸⁸. E se não cabe a este trabalho resolver a questão, mas apenas acrescentar um contributo, a sua direção também foi definida em parte por questões que ouço serem colocadas desde os meus tempos de licenciatura. Vale a pena avançar alguns anos no tempo, até ao momento em que decidi investigar este tema no meu doutoramento, com o incentivo e confiança decisivos dos meus orientadores: explorando os fundos documentais alentejanos, em particular eborenses, como bolsheiro do CIDEHUS, não parecia encontrar – ainda que a leitura pudesse ser enviesada pelo objeto da minha procura de então – sinais de uma depressão profunda; pelo contrário. Intrigado pelo facto de o cenário habitualmente pintado contrastar com o que se anunciava na minha leitura documental, decidi perceber se se tratava de uma leitura errada da minha parte ou se, não o sendo, teria paralelo com outras regiões. Terminado este ciclo de meia década que se seguiu, creio poder contribuir, pelo menos, com uma reflexão sobre as manifestações deste período de transformação nas duas comarcas portuguesas. Não tenho a certeza se o conceito de *crise* será aplicável, nestas realidades circunscritas. Em primeiro lugar, por uma questão de perspetiva. Definir um período como de crise fá-lo contrastar com os períodos anteriores e posteriores, como se houvesse uma certa cristalização de modelos, processos, interações e ausência de problemas, conflitos, atritos e evoluções; como se esses períodos anteriores e posteriores fossem de progresso e crescimento. Dito isto, julgo poder afirmar que o século XIV foi um período de extraordinária mutação, também em Portugal, e concretamente nas duas comarcas aqui privilegiadas.

A partir da limitação dos casos, não estou em condições de desmentir que essa crise possa ser sensível no plano continental, ou transcontinental; não serão Évora ou o Campo de Ourique, Braga ou o Entre-Homem-e-Cávado, a fechar o debate sobre esta *crise* transcontinental que apaixonou gerações e gerações de historiadores. Existindo tal como tem sido pintada, é de admitir que não tenha afetado todos os recantos do território europeu, passando praticamente em claro em alguns, como Hilario Casado Alonso demonstra para o caso da catedral de Burgos¹⁹⁸⁹, ou ter sido noutros,

¹⁹⁸⁸ DUARTE – “Tomar o pão dos coitados” ..., p. 241-261.

¹⁹⁸⁹ CASADO ALONSO, Hilario - ¿Existió la crisis del siglo XIV? Consideraciones a partir de los datos de la contabilidad de la catedral de Burgos. DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel, MARTÍNEZ SOPENA, Pascual

efetivamente, o período mais traumático dos últimos milénios. Por outro lado, e em minha defesa, não procurei dar uma resposta fechada a essa questão mas sim tentar perceber como a Peste Negra foi um, entre outros fatores, que contribuiu para essa dinâmica de mudança e evolução – arriscaria chamar-lhe um *progreso doloroso* – que o século XIV português também testemunhou. Foi um evento extraordinário, profundamente impactante. Mas, sozinho, seria incapaz de fazer perdurar as suas consequências para lá de uma única geração. O ciclo em que se destaca só foi possível com mudanças climáticas e condições climatéricas adversas, o início de um ciclo bélico particularmente duro e sorvedor de recursos, novas pestes, terremotos, enfim, um conjunto onde a Peste Negra se destaca, mas não vale apenas por si; com uma cronologia um pouco distinta da do resto da Europa, todos estes fatores foram igualmente sentidos em Portugal, e nas duas comarcas em estudo, particularmente. Foi esse enquadramento, esse dimensionamento da sua importância que procurei compreender e dar a compreender com mais clareza, recorrendo aos exemplos distintos, mas igualmente esclarecedores, do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana.

Realizado este trabalho, fico com a incómoda sensação de que permanece quase tudo por fazer. Em relação ao resto do território português, documentado desigualmente, seria importante empregar metodologias semelhantes para que finalmente se pudesse traçar um quadro geral, ao mesmo tempo que as diferenças regionais se evidenciavam. O estudo da Peste Negra é apenas uma fração dos trabalhos essenciais por fazer sobre epidemiologia histórica. E, mesmo excluindo momentaneamente outros fenómenos epidemiológicos deste conjunto, a peste permanece como um importante elemento de transformação e condicionamento ao longo dos séculos seguintes. Também no estudo da peste durante o período moderno, Portugal continua a ser maioritariamente uma área em branco no mapa da Europa ou do Mediterrâneo, mesmo com uma bibliografia já apreciável sobre os surtos quinhentistas, o que inquieta quando se percebe que a influência da peste pode ter sido determinante, por exemplo, para a estagnação e declínio económico e político da

(coords.), *Castilla y el mundo feudal: homenaje al profesor Julio Valdeón*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo: Universidad de Valladolid, 2009, vol.3, p. 9-25.

Europa do Sul, em contraste com as emergentes potências do Norte, uma realidade multissecular que se sente ainda hoje e que não pode ser ignorada¹⁹⁹⁰. Ignorar a Peste Negra e todo o ciclo da Segunda Pandemia, assim como outras doenças e fenómenos pertencentes ao que se convencionou designar por história ambiental, conduz-nos a uma visão incompleta e enviesada das sociedades históricas, mesmo quando os fatores em análise se entendem como sendo ‘puramente humanos’. A doença, as epidemias e a sua dimensão humana favoreceram a construção de uma mitologia, largamente centenária, cujo esclarecimento está longe da conclusão. Ainda hoje, de quando em quando, manchetes de jornais respeitáveis resgatam histórias de novos casos de bubónica, teimosamente apelidados de peste negra, desenterrando velhos fantasmas, novas estatísticas e as iluminuras de sempre.

*

Quis o acaso que mais de 80% desta tese sobre um evento pandémico que inaugurou um ciclo de epidemias recorrentes no meio milénio seguinte fosse escrita durante uma nova pandemia. Transversalmente diferentes entre si, não é nas doenças que se encontram os paralelismos mais alarmantes entre as duas pandemias, mas na reação humana: os bodes expiatórios, os boatos e desinformação, a contestação das autoridades e o aproveitamento económico, a descrença em quem sabe mais e a ignorância militante, etc., demonstram-nos que a Humanidade, coletivamente, não está assim tão diferente depois de mais de seis séculos e meio, com a agravante de agora saber mais e de a maioria poder aceder a esse conhecimento. Sem surpresa, e por outro lado, os tempos excecionais que vivemos hoje despertaram o interesse generalizado na história da saúde e das doenças. Mais do que uma curiosidade mórbida, a história da saúde e a epidemiologia históricas são ramos do saber fundamentais num mundo integrado, numa civilização que, tendo capacidade para alterar o ambiente à escala planetária, tem urgência em compreender o seu lugar nesse planeta, os seus limites e as consequências das suas ações. Poder concretizar esta tese no momento em que ela

¹⁹⁹⁰ Neste caso, e concretamente, a Itália moderna: ALFANI, Guido - Plague in seventeenth-century Europe and the decline of Italy: an epidemiological hypothesis. *European Review of Economic History* 17:4 (2013), p. 408–430. doi:10.1093/ereh/het013.

é mais urgente é um privilégio acidental que me foi concedido pelo acaso. Que seja a semente de uma nova geração de trabalhos sobre o assunto em Portugal.

Bibliografia

Fontes Inéditas

Arquivo da Sé de Évora

Bacharéis da Sé de Évora, Cartas de Reis, maço único; Escrituras, maço 1; Lista de Aniversários, doc. único; Sentenças, maço único.

Cabido da Sé de Évora, Autos de Apelação, maço 1; Cartas de Bispos, maço único; Composições, livro 1 e maço 4; Constituições do Bispado de Évora, doc. 1; Diversos, maço 2; Documentos Diversos de Cariz Judicial, maço único; Estatutos, maço 2; Índices e inventários do arquivo, livro 1; Originais diversos, compilados por Baltazar de Faria Severim e por Manuel Severim de Faria, pastas 2 e 3; Provisões, alvarás e cartas de reis, príncipes e regentes, maço único; Registos de Propriedades e de Direitos, livro 001; Sentenças, maço 1.

Mitra de Évora, Cartas Régias, maço 1; Documentos diversos sobre Criação de priorados, arcediagados, paróquias e benefícios, maço 1; Escrituras, maço 1.

Arquivo da Sé de Portalegre

Igreja de Santa Maria dos Açougues de Elvas, Escrituras.

Arquivo da Universidade de Coimbra

Documentos da Colegiada de Guimarães, nº 31 a 55.

Pergaminhos, 1ª Coleção Especial, Gaveta 22, nº 2.

Pergaminhos do Século XIV, Gaveta 8, maço 1, doc. 1 (Mosteiro de Sanfins de Friestas), 4-6 (Mosteiro de São João de Longos Vales), 9-21 (Mosteiro de São Pedro de Roriz), 29 (São Salvador de Moreira da Maia); maço 2, doc. 71-120 (Mosteiro de São Pedro de Pedroso); Gaveta 8A, maço 3, doc. 121-188 (Mosteiro de São Pedro de Pedroso); Gaveta 9, maço 4, doc. 189-230; Gaveta 9A, maço 5, doc. 233, 261, 266, 271 (Mosteiro de São Pedro de Pedroso).

Arquivo Distrital de Braga

Coleção Cronológica, Caixa 6, nº 254-263, 265-273; Caixa 7, nº 274-313; Caixa 8, nº 314-331, 333-358; Caixa 9, nº 359, 360, 362-370-374, 376-381, 383-390; Caixa 10, nº 391-435; Caixa 11, nº 436-457, 459, 461-469; Caixa 12, nº 470-483, 485-499; Caixa 13, nº 500-504, 506-524, 526-536; Caixa 14, nº 537-580; Caixa 15, nº 581-602, 604-623; Caixa 16, nº 625-660; Caixa nº 17, nº 661-681, 683-697; Caixa 18, nº 698-708, 711-722, 724-726, 728-732; Caixa 19, nº 733, 735-755; Caixa 20, nº 756-786; Caixa 21, nº 787-793, 795-801, 803-818; Caixa 22, nº 819-853; Caixa 23, nº 854-876.

Gavetas do Cabido, Gaveta 1ª das Igrejas, nº 5, 16-35, 40-44, 79, 84, 95-99, 104, 124, 125, 130, 135, 139, 149, 150, 163, 164, 166, 167, 170-172, 185, 186, 218-224, 226-231; Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 177, 179, 192-285; Gaveta 2ª das Igrejas, nº 10-12, 25, 26, 31, 37-53, 96-100, 147, 150, 155-158; Gaveta 2ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 132, 144; Gaveta dos Arcebispos de Braga, seus privilégios e Jurisdição Espiritual, nº 44-53, 85, 87; Gaveta de Braga, Sua Jurisdição e Seus Oficiais, nº 6-19; Gaveta das Dignidades, Cónegos, Tercenários e Coreiros, nº 14, 30-45; Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 6-16, 19-25, 38, 79; Gaveta de Concílios e Sínodos, nº 45; Gaveta das Concórdias e das Visitas, nº 2-5; Gaveta dos Coutos, nº 5, 9, 12-15, 22-25, 41-44, 51-54, 78, 86, 87; Gaveta dos Legados e Sufrágios, nº 16-23; Gaveta das Matérias Inúteis, nº 1-8, 12-14, 18-24, 27, 28, 30-39, 41, 42, 46, 48, 51-55, 97; Gaveta de Matéria de Prazos, nº 6-11, 90, 99; Gaveta de Notícias Várias, nº 1, 33-39; Gaveta dos Quindénios, Décimas, Subsídios, Donativos, Tributos e Fintas, nº 12-31; Gaveta dos Prazos do Cabido, nº 56-68, 153; Gaveta de Prazos Particulares, nº 34-52; Gaveta dos Privilégios, Honras e Jurisdições do Cabido, nº 8-15, 20, 62, 97; Gaveta das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 48-54; Gaveta das Propriedades Particulares, nº 817-909, 950, 994-1004; Gaveta das Religiões, Mosteiros, Ordens, Colegiadas e Seminários, nº 9, 29-31, 36-42, 130-132, 147, 148; Gaveta da Sé, Missas, Procissões e Acompanhamentos, nº 2-5; Gaveta da Sé Vacante, nº 5; Gaveta dos Testamentos, nº 39-54; Gaveta dos Votos, nº 3-9.

Livro 1º dos Testamentos, nº 36, 38, 46, 51, 52, 54-90, 92-94.

Livro 2º dos Testamentos, nº 4, 5, 8, 25, 26, 29, 31, 43, 44.

Livro das Cadeias, nº 31, 32, 35-39, 69, 70, 72, 79, 80, 83-86.

Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livro 419 (Livro 1º dos Prazos Primordiais), nº 1, 41, 42; Livro 420 (Livro 2º dos Prazos Primordiais), nº 74-76, 79-81, 89, 104, 108.

Tombo 1º do Cabido.

Arquivo Distrital de Évora

Arquivo Histórico Municipal de Évora, Livro 67 [Livro 1º de Pergaminhos]; Livro 75 [Livro 2º de Originais]; pasta 65 [Pergaminhos Soltos], doc. 1, 2 e 3.

Câmara Eclesiástica, Pergaminhos Avulsos.

Convento de São João Evangelista, Peça 1.

Santa Casa da Misericórdia de Évora, Livros 61, 63 e 1796.

Arquivo Distrital de Portalegre

Convento de São Domingos de Elvas, Armário dos pergaminhos, 41.

Arquivo Distrital do Porto

Cabido da Sé do Porto, Livros dos Originais, Livros 1º, 3º, 5º-9º, 12º, 14º, 15º, 17º-30º; Documentos Vários, Pergaminhos Vários, nº 3, 17.

Convento de Santo André de Ancêde - Baião, Livro 2, Tombo 1º de Títulos Velhos; Tombo de Títulos; Livro 29, Documentos Vários.

Convento de São Francisco do Porto, Tombo 2.º do Convento de S. Francisco da Cidade do Porto.

Convento de São João Baptista de Alpendurada - Marco de Canaveses, Registos de Traslados de Prazos, nº 275, 282-303; Prazo do Casal de Louredo; Prazo do Casal da Ribeira.

Convento de São Pedro de Roriz, Traslado do Foral de Roriz.

Mitra da Sé do Porto, Pergaminhos da Mitra do Porto, Pergaminhos 16 e 17.

Arquivo Histórico Municipal de Elvas

Pergaminhos, nº 51 e 64.

Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas, nº 3, 4, 5, 6 e 7.

Pergaminhos da Colegiada de São Pedro de Elvas, nº 3, 4, 5, 6 e 7.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Fundo João Martins Ferreira.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães)

Câmara Municipal de Guimarães, Coleção de pergaminhos da Câmara Municipal.

Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Igreja de São Miguel do Castelo, Avulsos, doc. 1; Nota Antiga, Livros I, II e III; Pergaminhos; São Gens de Montelongo, Maço 1 [C704], doc. 1; Sentenças da Fazenda do Cabido, C1355, doc. 1; Testamentos e Doações, Tomo II, fl. 7v-8v, 411v-412.

Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, Pergaminhos.

Mosteiro de São Salvador de Souto, Pergaminhos.

Arquivo Municipal de Moura

Tombo Novo da Vila de Moura

Tombo Velho da Vila de Moura

Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Coleção de Pergaminhos, nº 1-5, 7, 12 e 45.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Cartas Régias, Caixa 1, nº 22 e 23; Caixa 2, nº 2, 25 e 27; Pasta 2, caixa 1, nº 1, 2 e 15.

Arquivo Pessoal de Luís de Figueiredo da Guerra, 65225J (Pergaminho 2).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Aclamações e Cortes, Cortes, maço 15, n.º 1.

Casa de Abrantes, caixa 24, n.º de ordem 72, doc. 1364; caixa 88, docs. 4916 a 4921; caixa 103, docs. 321 e 753.

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 35, fl. 37-44v¹⁹⁹¹.

Chancelaria de D. Dinis, liv. 3 e 4.

Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, 2, 3 e 4.

Chancelaria de D. Manuel I, liv. 46.

Colecção de Documentos Avulsos, n.º 74.

Colecção Especial, Caixa 35, n.º 37.

Colegiada de Santo Estêvão de Valença, maços 2, 3 e 5.

Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos Particulares, maços 20 a 37; Documentos Régios, maços 1 e 2; Documentos Eclesiásticos, maços 2 e 3.

Colegiada de Santa Maria de Barcelos, maço 1, n.º 1 a 20.

Colegiada de São Martinho de Cedofeita, maço único, n.º 4.

Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura, maço 6.

Convento de Santa Clara de Guimarães, maço 1, rolo não numerado.

Convento de Santa Clara de Portalegre, maço 1.

Convento de Santa Clara de Vila do Conde, maço 25, n.º 14 e 18; Livro 137.

Convento de Santa Clara do Porto, maços 50 a 54, 57, 59, 60, 67.

Documentação de Conventos por Identificar, Caixa 1, pergaminho não numerado de 1334.

Família Saldanha e Castro e Falcão Trigoso, Caixa 9, mç. 9, n.º 19 a 21.

Feitos da Coroa, Núcleo Antigo, n.º 273, 276, 458 e 490; Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1.

Gavetas, Gaveta 1, maço 1, n.º 8 e 9, maço 2, n.º 2, maço 5, n.º 8, maço 6, n.º 16, maço 7, n.º 1 e 8; Gaveta 3, maço 1, n.º 3, 4, 7, 15, 19 e 21, maço 2, n.º 1, 4, 5 e 9, maço 3, n.º 12,

¹⁹⁹¹ Caderno original da chancelaria de D. Afonso IV, cosido por engano num livro da chancelaria de D. Afonso V.

maço 4, nº 5 e 9, maço 5, nº 8 e 13, maço 6, nº 5, maço 7, nº 7 e 9, maço 9, nº 2, 5 e 6, maço 10, nº 11, maço 11, nº 1; Gaveta 4, maço 1, nº 3, 4, 7, 15, 19 e 21, maço 2, nº 2, 5, 6, 8 e 9; Gaveta 5, maço 1, nº 14 e 46, maço 2, nº 3, 4, 8 a 10, maço 3, nº 2, 5 e 9, maço 4, nº 1, 2, 4, 6, 8, 9 e 11; Gaveta 6, maço 1, nº 14, 20, 24, 25 e 28; Gaveta 7, maço 1, nº 2, maço 2, nº 4 e 6, maço 4, nº 8 e 9, maço 5, nº 2 e 5, maço 6, nº 2, maço 8, nº 1, 5 e 8, maço 9, nº 6, maço 11, nº 1, maço 13, nº 27, maço 14, nº 1 e 5, maço 18, nº 2; Gaveta 8, maço 1, nº 5 e 8; Gaveta 9, maço 1, nº 26; Gaveta 10, maço 3, nº 1 e 14, maço 5, nº 26, maço 7, nº 6, maço 9, nº 15, maço 12, nº 18 e 19; Gaveta 11, maço 1, nº 3, 6, 8, 10, 12, 16, 21 e 29, maço 2, nº 9 e 10, maço 3, nº 3, maço 4, nº 12 e 25, maço 5, nº 15 e 28, maço 6, nº 2, 4 e 5, maço 7, nº 7, 28 e 29, maço 8, nº 36 e 37, maço 10, nº 15; Gaveta 12, maço 1, nº 14, maço 2, nº 4 e 8, maço 3, nº 3, 11 a 13, 33, maço 4, nº 6 e 23, maço 5, nº 22 e 23, maço 6, nº 20, maço 7, 22, maço 8, nº 16, 23, 28 e 29, maço 9, nº 10, maço 10, nº 6, maço 11, nº 14 e 22, maço 12, nº 28 e 31; Gaveta 13, maço 1, nº 5, 9, 11, 16, 23 e 24, maço 2, nº 6 e 7, maço 5, nº 4, 5 e 13; Gaveta 14, maço 1, nº 4 e 18, maço 3, nº 8, 18 e 28, maço 4, nº 2, 16, 18, 20, 25, 26 e 30, maço 6, nº 18, maço 7, nº 24, maço 8, nº 24; Gaveta 15, maço 3, nº 12, maço 5, nº 5, maço 8, nº 24, maço 9, nº 17, maço 12, nº 26, maço 19, nº 53, maço 23, nº 5, maço 24, nº 13; Gaveta 16, maço 1, nº 3 e 19; Gaveta 17, maço 9, nº 7 e 8; Gaveta 18, maço 1, nº 2, maço 3, nº 23, maço 5, nº 30 e 31, maço 7, nº 12, maço 9, nº 4 e 9; Gaveta 19, maço 1, nº 7, maço 2, nº 23, maço 3, nº 40 e 41, maço 4, nº 28 e 34, maço 5, nº 35, maço 6, nº 17, 30 e 31, maço 7, nº 1 e 13, maço 8, nº 29, maço 13, nº 37 e 64; Gaveta 20, maço 14, nº 1 e 36; Gaveta 21, maço 3, nº 31 e 36, maço 4, nº 3 e 4, maço 10, nº 6.

Leis e Ordenações, Leis, maço 1, nº 137.

Leitura Nova, Livro 16 (Livro 8 de Odiana).

Mitra Arquiepiscopal de Braga, maço 4, nº 135 e 143.

Morgados e capelas, Núcleo Antigo 207

Mosteiro de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia, maços 3, 5, 6, 8, 10, 26, 27, 32, 36, 37, 39 e 42 a 47.

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, liv. 99 [Livro da Noa].

Mosteiro de Santa Maria da Oliveira de Vermoim, maço 1, nº 4 a 11.

Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1ª incorporação, Documentos Régios, maço 2, doc. 18, maço 3, doc. 32, maço 4, doc. 7; 1ª incorporação, Documentos particulares, maço 26, n.º 18, maço 28, n.º 39, maço 29, n.º 18; 2ª incorporação, maço 1, doc. 27, nº 1, 2, doc. 30, maço 18, doc. 411 e 412, maço 19, doc. 436, maço 40, doc. 973 (1), nº 1, 2, doc. 974 (2), maço 46, n.º 1184 (5) e n.º 1205 (26),

Mosteiro de Santa Maria de Arouca, gaveta 5, maço 8, doc. 23; gaveta 6, maço 1, doc. 39.

Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, maço 1, nº 15 a 21.

Mosteiro de Santo André de Ancede, maço 1, nº 19.

Mosteiro de Santo Estêvão de Vilela, maço 1.

Mosteiro de São Bento de Avé-Maria do Porto, maços 1 e 2.

Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, maços 4 a 6¹⁹⁹².

Mosteiro de São Domingos do Porto, maço 1, nº 12, 14, 16 e 19.

Mosteiro de São João Baptista de Pendorada, maços 24 e 26.

Mosteiro de São Miguel de Vilarinho, maços 3 e 4.

Mosteiro de São Pedro de Pedroso, maços 9 e 38.

Mosteiro de São Pedro de Roriz, maço 1, nº 14.

Mosteiro de São Romão de Neiva, maço 1, nº 4.

Mosteiro de São Simão da Junqueira, livros 8 a 12; Documentos Particulares, maço 1, nº 3.

Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa, 1ª incorporação, maço 8, nº 29, maço 11, nº 2; 2ª incorporação, cx. 9, n.º 69, 76.

¹⁹⁹² Subfundo do Mosteiro de São Bento de Avé-Maria, por terem sido transferidas para este as freiras de Rio Tinto. Porém, o essencial do cartório anterior manteve-se reunido.

Mosteiro do Salvador de Grijó, Documentos Particulares, maço 1 e 2; Livros 40, 44 a 49, 51.

Mosteiro do Salvador de Moreira, maços 10 a 12.

Mosteiro do Salvador de Paderne, maço 1, nº 2 e 3.

Mosteiro do Salvador de Vairão, maços 6 a 10.

Mosteiro do Salvador de Vila Cova de Sandim, maço 1.

Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis, maços 1 a 6; maço 8, nº 762; maço 12, nº 1001; maço 17, nº 1466.

Ordem de Santiago e Convento de Palmela, Livros 129 e 141; Documentos Particulares, maço 1, nº 24 e 30; Documentos Régios, maço 1, n.º 26.

Biblioteca Municipal de Portalegre

Livro 1 de Registo da Câmara Municipal de Portalegre.

Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia

Manuscritos, Pergaminhos de Guimarães, caixa 6, nº 176 a 214 (nº 16605 a 16644); Pergaminhos Diversos, caixa 9, nº 335 (nº 16764).

Biblioteca Nacional de España

Manuscrito VITR/4/6.

Biblioteca Nacional de Portugal

Cod. 2299//21.

Manuscritos, Alcobaça 245, 334 e 463; Manuscrito 255, nº 78.

Pergaminhos, Série Preta, nº 50, 53, 60, 61, 63, 64, 71 e 77 a 81; Série Vermelha, nº 16, 19, 22, 23 e 28.

Biblioteca Pública de Évora

Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos, Livro 12, peças 1, 2, 5, 7, 9, 11, 13 a 15, 20 e 22.

Convento de Nossa Senhora do Espinheiro, Livro 5, peça 38; Livro 6, peça 332.

Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora, Livro 86, doc. 532.

Convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa, Livro 9, nº 120 e 145; Livro 13, nº 522.

Convento de São Bento de Cástris, Livro 1, p. 669.

Convento de São Domingos de Évora, Pergaminhos, maços 1 e 2; Livro 2.

Convento de São João Evangelista de Évora, Livro 7; Livro 12, peça 21.

Convento de São Paulo da Serra de Ossa, Livro 35, peças 6, 15, 20, 24, 29 e 32; Livro 39, peças 10 e 22; Livro 40, peças 9, 20, 22, 32 e 40.

Pergaminhos Avulsos, pastas 2, 2SF, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26.

Kungliga Biblioteket – National Library of Sweden

Manuscripts, B 693¹⁹⁹³.

Fontes Publicadas

A colección diplomática do Mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense). Direção de Miguel Romaní Martínez. Santiago de Compostela: Tórculo, 1989-2008. 5 vols.

AGOSTINHO, Santo – *A Cidade de Deus*. Tradução de João Dias Pereira. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 3 volumes.

Analecta Hymnica Medii Aevi. XVII. Hymnodia Gotica. Die Mozarabischen Hymnen des alt-spanischen Ritus. Ed. Clemens Blume und Guido M. Dreves. Leipzig: O. R. Reistand, 1897.

Aristoteles Latine interpretibus variis. Berolini: G. Reimerum, 1831.

AZEVEDO, Pedro de – Um inventário do século XIV. *O Archeologo Português* VII (1902), p. 223-234, 259-265, 305-308.

¹⁹⁹³ Disponível na plataforma digital *World Digital Library* - Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/17186/>.

BARROS, Amândio Jorge Morais – Tombo do Mosteiro de Ancede (século XIV). *Douro: estudos & documentos* 8:16 (2003), p. 217-308.

BARROS, Maria Filomena Lopes de (dir.) - *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*. Nova Edição. Évora: Publicações do Cidehus, 2018. ISBN: 9791036512322. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.3296>.

BEDE – *A History of the English Church and People*. Translated and with an Introduction by Leo Sherley-Price. Harmondsworth: Penguin Books, 1978.

BERNARDO DE CLARAVAL, Santo - *Obras completas de San Bernardo*. Edición de Gregorio Diez Ramos. Madrid: Editorial Católica, 1953. 2 vols.

Biblia latina cum glossa ordinaria: facsimile reprint of the editio princeps Adolph Rusch of Strassburg 1480/81. Turnhout: Brepols, 1992. ISBN 2-503-50257-1.

Bíblia Sagrada. 4ª edição. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 2002.

BOETHIUS – *Tractates, De Consolatione Philosophiae*. Translated by H. F. Stewart and E. K. Rand. Cambridge: Harvard University Press, 1968

Censual do Cabido da Sé do Porto: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto. Ed. de João Grave. Porto: Biblioteca Municipal do Porto, 1924.

Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367. Ed. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos, 1984.

Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV. 3 vols. Org. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, 1990-1992.

CÍCERO, Marco Túlio - *Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram: o qual tornou em linguagem o Ifante D. Pedro, duque de Coimbra*. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1948.

Corpus Codicum latinorum et portugalensium corum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum. 6 vols. Portucale: Curiae Municipalis editum, 1899-1964.

Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV: (1325-1357). Ed. de A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383). Org. A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias, João Paulo Salvado. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica, 1990-1993. 2 volumes.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I. (1357-1367). Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

COSTA, Avelino de Jesús da (ed.) – *Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae. Edição crítica*. Braga: Assembleia Junta Distrital de Braga, 1965-1978, 2 vols.

Cronica de D. Alfonso el Onceno de este nombre, de los reyes que reynarom en Castilla y Leon. Edición de Francisco Cerda y Rico. Madrid: Imprenta de D. Antonia de Sancha, 1787.

Crónica de Idácio. Descrição da Invasão e Conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V). Versão e anotações de José Cardoso. Braga: Universidade do Minho, 1982.

Crónica de Portugal de 1419. Edição de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

Crónicas Asturianas. Estudio preliminar de Juan I. Ruiz de la Peña, introd. y ed. crítica de Juan Gil Fernandez, trad. y notas de José L. Moralejo. Oviedo: Universidad de Oviedo, Servicio de Publicaciones, 1985. ISBN 84-600-4405-X.

Decretales D. Gregorii Papae IX suae integritati una cum glossis restitutae. Romae: in aedibus Populi Romani, 1582.

El Libro de los Juicios (Liber Iudiciorum). Estudio Preliminar de Rafael Remis Barceló. Traducción y notas de Pedro Ramis Serra y Rafael Remis Barceló. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2015. ISBN: 978-84-340-2189-1.

Emprazamento de pardieiro em Évora a Mestre João, físico de Córdoba (1374). Transcrição de Pedro Pinto. *Fragmenta Historica* 2 (2014), p. 85-86.

ESPERANÇA, Manoel da, O.F.M. - *Historia serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal: segunda parte que conta os seus progressos no estado de tres custodias, principio de provincia, & reforma observante*. Lisboa: Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666.

FERREIRA, Francisco Leitão - *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra: primeira parte que comprehende os annos que discorrem desde o de 1288 até principios do de 1537*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1729.

FLOREZ, Henrique (ed.) – *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España. Tomo XX. Historia Compostelana*. Madrid: Imprenta de la Viuda de Elísèò Sanchez, 1765.

FLORIANO CUMBREÑO, Antonio C. - *Diplomática española del período astur. Estudio de las fuentes documentales del reino de Asturias (718-910)*. Oviedo: Diputación Provincial de Oviedo, Instituto de Estudios Asturianos, 1949, 2 volumes.

FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.) - *Crónicas breves e memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra*. Lisboa: [s.n.], 2000.

GIL, Juan - *Corpus scriptorum muzarabiorum*, Madrid: Instituto Antonio de Nebrija, 1973, 2 vols.

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (ed.) - *Vimaranis Monumenta Historica: a sæculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Vimarane: Vimarane Senatus, 1931, 2 vols.

Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de S. Teotónio, Vida de Martinho de Soure. Ed. crítica, tradução e comentários de Aires Augusto Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Historia Compostelana. Introducción, traducción, notas e índices de Emma Falque. Madrid: Ediciones Akal, 1994. ISBN 84-460-0417-8.

Historia de los hechos de España. Introducción, traducción, notas e índices de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Editorial, 1989. ISBN; 84-206-2587-6.

Historia Silense. Edición preparada por Francisco Santos Coco Madrid: Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, 1921.

HORÁCIO – *Odes*. Tradução de Pedro Braga Falcão. Lisboa: Livros Cotovia, 2008.

HUGO – *A Viagem de D. Diogo Gelmires ao Condado Portucalense em Novembro de 1102*. Coord. de Luís Carlos Amaral e tradução de Manuel Francisco Ramos. Porto: Cabido Portucalense, 2014.

HYDACE – *Chronique*. Introduction, texte critique et traduction par Alain Tranoy. Paris : Les Éditions du Cerf, 1974, 2 tomes.

Instrumento de tomada de posse de Estêvão Vasques de Góis da Quintã de Pedra Alçada, Monsaraz (1375). Transcrição de João Costa. *Fragmenta Historica* 2 (2014), p. 85-86.

ISIDORO DE SEVILHA, Santo – *Etimologias*. Edición bilingüe preparada por José Oroz Reta y Manuel A. Marcos Casquero; introducción general por Manuel C. Diaz y Diaz. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982-1983, 2 vols.

JESUS, Rafael de – *Manarquia Lusitana. Parta Sétima*. Lisboa: António Craesbeeck de Melo, 1684.

JUVENAL - *Satires*. Traduction de Pierre de Labriolle et François Villeneuve. 12^{ème} tirage. Paris : Les Belles Lettres, 1983.

La muerte en la Casa Real de Aragón. Cartas de condolencia y anunciadoras de fallecimientos (siglos XIII al XVI). Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2018. ISBN: 978-84-9911-485-9.

LEÃO, Duarte Nunes de – *Primeira parte das Chronicas dos reis de Portugal*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1600.

Lista dos naturais da Igreja de Vilar de Porcos, Terra da Maia (1329). Transcrição de António Castro Henriques. *Fragmenta Historica* 7 (2019), p. 103-105.

Livro das campainhas. Códice da segunda metade do século XIV: mosteiro de São Salvador de Grijó. Edição de Jorge de Alarcão e de Luís Carlos Amaral. Vila Nova de Gaia:

Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

Livro das Leis e Posturas. Lisboa: Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 1971.

Livro das Posturas Antigas. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

Livro dos Copos. Coord. Paula Pinto Costa. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006. ISBN 978-972-8386-66-5.

LIVY – *Ab Urbe Condita*. Translation of Benjamin Oliver Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1966-1976, 14 volumes.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. 2ª ed. rev. Ed. de Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004. ISBN 972-27-1252-7.

---- *Crónica de D. João I: Segundo o Códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Porto: Livraria Civilização, 1983, 2 volumes.

---- *Crónica de D. Pedro*. 2ª ed. Ed. de Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. ISBN 978-972-27-1253-8.

MARQUES, José – *Confirmações de Tui (1352-1382): aspectos do episcopado de D. João de Castro*. Braga: Universidade do Minho. Arquivo Distrital de Braga, 2018. ISBN 978-972-9102-67-7.

---- Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga: 1186-1545. *Bracara Augusta* 36:81-82 (94-95) (1982), p. 71-199.

MARTINHO DE DUME, São - *Opúsculos morais*. Introdução e tradução de Maria de Lourdes Sirgado Ganho, Luís Manuel Ventura Bernardo, Alcino Baptista Ferreira, Ricardo Jorge Guerreiro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. ISBN 972-27-0926-7.

MÁRTIRES, Timóteo dos, Frei – *Crónica de Santa Cruz*. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1955-1960. 3 tomos.

Monumenta Portugaliae Vaticana. Vol. I e II. Súplicas. Edição, introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa. Roma; Porto: Editorial Franciscana, 1968-1970.

OVÍDIO – *Contre Ibis*. Traduction par Jacques André. Paris : Société d'Édition « Les Belles Lettres », 1963.

OVÍDIO – *Héroïdes*. Traduction par Marcel Prevost. Paris : Société d'Édition « Les Belles Lettres », 1961.

OVÍDIO – *Metamorfoses*. Tradução de Paulo Farmhouse Alberto. 2ª edição. Lisboa: Livros Cotovia, 2010. ISBN 978-972-795-206-9.

OVÍDIO – *Os Fastos*. Tomo III. Tradução de António Feliciano de Castilho. Lisboa: Imprensa da Academia Real das Sciencias, 1862.

OVÍDIO – *Tristes*. Traduction par Jacques André. Paris: Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1968.

Passionario Hispanico. Ed. Ángel Fábrega Grau. Madrid, Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1953.

Patrologiae. Cursus Completus. Ed. Jacques-Paul Migne. Paris: Garnier Frères, 1854-1863. Tomi LX, LXXX, CLXXV-CLXXVII, CXCIX.

Pergaminhos de Uma Coleção Particular. Organização, apresentação, leitura e transcrição paleográfica de Luís Carlos Amaral e de Maria João Oliveira e Silva. Porto: CITCEM, Edições Afrontamento, 2016. ISBN 978-989-8351-50-0.

PINA, Rui de - *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello e Irmão, 1977.

PLINY, The Elder – *Natural History*. Translation of H. Rackham. X volumes. Cambridge: Harvard University Press, 1961-1967.

Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1867-1873.

Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consuetudines. Volumen I et II. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1856-1869.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Scriptores. Volumen I. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1856.

Primera crónica general de España: que mandó componer Alfonso el sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289. Ed. por Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Gredos, 1955. 2 vols.

O Tombo de Celanova: estudio introductório, edición e índices (ss. IX-XII). Estudio e índices por José Miguel Andrade Cernadas com colaboración de Marta Díaz Tie e Francisco Javier Pérez Rodríguez. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995. 2 vols. ISBN 84-87172-91-1.

Ordenações Afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Livro IV.

RADA, Rodericus Ximenius de - *Historia de rebus Hispanie, sive: Historia Gothica.* Cura et studio Juan Fernandez Valverde. Turnholti: Brepols, 1987.

SANTA MARIA, Nicolau, Frei - *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho.* Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1668. 2 volumes.

SANTOS, Maria José Azevedo (ed.) - *Pergaminhos do Instituto de Paleografia.* Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, 1983.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. I - São Vicente: diácono e mártir. Tradução e introdução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Traduváriu, 2012. ISBN 978-989-96989-3-2.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. II – Santa Eulália de Mérida. Tradução e introdução de André Simões. Lisboa: Traduváriu, 2012. ISBN 978-989-96989-4-9.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. III. Santa Engrácia e São Félix. Tradução e introdução de Marina da Costa Castanho. Lisboa: Traduváriu, 2012. ISBN 978-989-96989-5-6.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. IV. São Sebastião: defensor da igreja romana, presbítero e mártir.

Tradução e introdução de Maria João Toscano Rico. Lisboa: Traduváriu, 2013. ISBN 978-989-96989-6-3.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. V. Santa Justa e Santa Rufina. Tradução e introdução de Ivan Felgueiras. Lisboa: Traduváriu, 2013. ISBN 978-989-96989-8-7.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. VI. São Julião. Tradução e introdução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Traduváriu, 2015. ISBN 978-989-98809-3-1.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. VII - São Lourenço: diácono e mártir. Tradução e introdução de André Simões. Lisboa: Traduváriu, 2013. ISBN 978-989-96989-7-0.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. VIII - Santo Adrião e Santa Natália, São Manços. Tradução e introdução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Traduváriu, 2014. ISBN 978-989-96989-1-7.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. IX. Santo Estêvão. Tradução e introdução de André Simões. Lisboa: Traduváriu, 2015. ISBN 978-989-96989-1-7.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. X. São Mamede e São Jorge. Tradução e introdução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Traduváriu, 2015. ISBN 9789899880948.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. XI – São Veríssimo, São Cristóvão. Tradução e introdução de Maria João Toscano Rico. Lisboa: Traduváriu, 2015. ISBN 978-989-98809-2-4.

Santos e Milagres na Idade Média em Portugal: textos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Vol. XII – São Tiago e São Nicolau. Tradução e introdução de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Traduváriu, 2016. ISBN 9789899880962.

SÃO TOMÁS, Leão de, Frei - *Benedictina Lusitana*. Tomo I. Coimbra: Oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1644; Tomo II. Coimbra: Oficina de Manoel de Carvalho, 1651.

SARAIVA, Maria Teresa Monteverde Plantier - Figueira: comenda da Ordem de Avis: publicação de fontes. Lisboa: Colibri, 1997. ISBN 9728288905.

SAXER, Victor - La version commune de la passion de S. Vincent BHL 8628-8631. Édition critique. *Analecta sacra tarraconensia. Revista de ciències historicoeclesiàstiques* 71 (1998), p. 785-831.

SERRA, José Correia da (ed.) - *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Dinis, D. Affonso IV. D. Pedro I. e D. Fernando. Tomo IV.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1816.

SERRANO Y SANZ, M. - Cronicon villarensis: Liber Regum. *Boletín de la Real Academia Española*, Tomo VI (1919), p. 194-207.

Siete Partidas. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2011, 3 vols. ISBN: 84-340-0223-X.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno; SILVA, Fernando Vieira da, - O Livro das despesas do Prioste do Cabido da Sé de Évora (1340-1341). *Revista de História Económica e Social* 9 (1982), p. 91-143.

SUETONIUS – *The Twelve Caesars.* Translated by Robert Graves, revised with an introduction from Michael Grant. London: Penguin Books, 2003. ISBN 978-0-140-44921-1.

Synodicon hispanum. Vol. II. Portugal. Dirección de Antonio García y García. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

TACITE – *Œuvres Complètes.* Traduction, présentation et notes de Pierre Grimal. Paris : Éditions Gallimard, 1990.

Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325). Coord. Maria do Rosário Barbosa Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2010. ISBN 978-972-8361-31-0.

Testamento de Vasco Afonso, morador em Évora (1346). Transcrição de João Costa. *Fragmenta Historica* 2 (2014), p. 81-84.

Treslado em pública-forma de um contrato de aforamento de um pardieiro na cidade de Évora feito por João César e Constança Vasques a Domingos Bueiro e Constança Eanes (1322|1376). Transcrição de João Costa. *Fragmenta Historica 2* (2014), p. 73-75.

TWEEDALE, Michael (gen. ed.) – *Biblia Sacra juxta Vulgatam Clementinam. Editio Electronica*. Londini: Bishops' Conference of England and Wales, 2005.

Venda de um quarto de casas junto à Alcáçova de Évora (1312). Transcrição de Pedro Pinto. *Fragmenta Historica 2* (2014), p. 71-72.

Vida e Milagres de S. Rosendo. Tradução, prefácio e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. In MOREIRA, Álvaro Brito de, *São Rudesindus. Pastor Egrégio, Monge Piedoso, Defensor do Solo Pátrio*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2010, p. 5-97.

VIRGIL – *Aeneid*. Translated with notes by Frederick Ahl, with an introduction by Elaine Fantham. Oxford: Oxford University Press, 2007. ISBN 978-0-19-283206-1.

VITRÚVIO - *Tratado de Arquitectura*. Tradução de Manuel Justino Pinheiro Maciel. 3ª ed. Lisboa: IST Press, 2009. ISBN 978-972-8469-43-6.

Bases de dados e recursos online

Alberti Magni e-Corpus. [Online]. [Consultado em 07-03-2020]. Disponível em <http://www.albertusmagnus.uwaterloo.ca/>.

Anuário Católico. [Online]. [Consultado em 03-07-2020]. Disponível em <http://www.anuariocatolicoportugal.net/>.

Clásicos de Historia. [Online]. [Consultado em 20-03-2020]. Disponível em <https://clasicoshistoria.blogspot.com/>.

CLIMA (Corpus Legislativo da Idade Média Anotado). [Online]. [Consultado em 17-03-2020]. Disponível em <http://www.ulusiada.pt/clima/>.

CODOLCAT: Corpus Documentale Latinum Cataloniae. [Online]. [Consultada em 06-05-2020]. Disponível em <http://gmlc.imf.csic.es/codolcat/>.

CODOLGA: Corpus Documentale Latinum Gallaeciae. [Online]. [Consultada em 06-05-2020]. Disponível em <http://corpus.cirp.es/codolga/>. ISSN 1887-5602.

Documenta Catholica Omnia. [Online]. [Consultado pela última vez em 09-09-2020]. Disponível em http://www.documentacatholicaomnia.eu/20_50_1090-1153-_Bernardus_Claraevallensis_Abbas,_Sanctus.html.

Leal Conselheiro. Edição Electrónica. [Online]. [Consultado em 17-06-2020]. Disponível em <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/IbrAmerTxt.LealConselPort>.

Perseus Digital Library. [Online]. [Consultado em 31-03-2020]. Disponível em <https://www.perseus.tufts.edu/hopper/>.

Ptolemaeus Arabus et Latinus. [Online]. [Consultado em 05-03-2020]. Disponível em <https://ptolemaeus.badw.de/start>.

Sant'Antonio di Padova. [Online]. [Consultado em 25-05-2020]. Disponível em <https://www.santantonio.org/en/sermons?latin=1>.

St John's College, University of Cambridge. "Could squirrel fur trade have contributed to England's medieval leprosy outbreak?" *ScienceDaily* (25 October 2017). Available at <www.sciencedaily.com/releases/2017/10/171025103109.htm>.

Synoptical Presentation of Manuscripts and Edition Texts. [Online]. [Consultado pela última vez em 30-03-2020]. Disponível em <http://monumenta.ch/latein/>.

The Latin Library. [Online]. [Consultado pela última vez em 30-04-2020]. Disponível em <https://www.thelatinlibrary.com/>.

Estudos

ABERTH, John – The Black Death in the Diocese of Ely: the evidence of the Bishop's Register. *Journal of Medieval History* 21:3 (1995), p. 275-87.

---- The Black Death. The Great Mortality of 1348-1350. A Brief History with Documents. New York: Palgrave MacMillan, 2005. ISBN 1-4039-6802-0.

ABREU, Maria Hália - Introdução ao estudo dos Siphonaptera de Portugal. *Arquivos do Museu Bocage* 2ª série IV:8 (1973), p. 197-211.

AFONSO, José Ferrão – Image, Ritual and Urban Form: Porto in the 16th Century. *Journal of Science and Technology of the Arts* 2:1 (2010), p. 40-57. DOI: <https://doi.org/10.7559/citarj.v2i1.18>.

ALFANI, Guido - Plague in seventeenth-century Europe and the decline of Italy: an epidemiological hypothesis. *European Review of Economic History* 17:4 (2013), p. 408–430. doi:10.1093/ereh/het013.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - A roda da fortuna/roda da vida do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça. *Revista da Faculdade de Letras. História* II:8 (1991), p. 255-263.

---- *Barcelos*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

---- *Vias medievais. Entre Douro e Minho*. Porto: [Edição do Autor], 1968. Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-2841-7.

ÁLVARES, Francisco; BENCATEL, Joana; BARBOSA, A. Márcia - Espécies extintas ou de ocorrência duvidosa. In BENCATEL, Joana; SABINO-MARQUES, Helena; ÁLVARES, Francisco; MOURA, André E.; BARBOSA, A. Márcia (eds.), *Atlas de Mamíferos de Portugal*. 2ª edição. Évora: Universidade de Évora, 2019, p. 207-212.

ALVES, Francisco Manuel – *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. 2ª edição. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2000. 12 vols.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel - Os homens que pagaram a Rua Nova: fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista. *Revista de História* 6 (1985), p. 7-96.

AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994. ISBN 972-8081-34-0.

AMMANNATI, Francesco - La Peste Nera e la distribuzione della proprietà nella Lucchesia del tardo medioevo. *Popolazione e Storia* 15:2 (2015), p. 21-45.

AMASUNO, Marcelino V. - Cronología de la peste en la corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV. *Studia historica. Historia medieval* 12 (1994), p. 25-52.

AMUNDSEN, Darrel W. - Medical deontology and pestilential disease in the late Middle Ages. *Journal of the History of Medicine* 23 (1977), p. 403-21. <https://doi.org/10.1093/jhmas/XXXII.4.403>.

ANANDAVALLI, Lakshmikanthan - The Black Death in medieval India: a historical mystery. *Tangerts: The Journal of the Master of Liberal Arts Program at Stanford University* 6 (2007), p. 20-25.

ANDRADE, Amélia Aguiar; MIRANDA, Flávio – Lisbon. Trade, urban power and the king's visible hand. In BLOCKMANS, Wim, KROM, Mikhail, WUBS-MROZEWICZ, Justyna (eds.), *The Routledge Handbook of Maritime Trade around Europe 1300-1600*. Abingdon. New York: Routledge, 2017, p. 333-351.

ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho - *In Oboedientia, Sine Proprio, Et In Castitate, Sub Clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII e XIV)*. Lisboa: Edição de autor, 2012. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ANDRADES VALBUEÑA, Aida; MITTNIK, Alissa; KEY, Felix M.; HAAK, Wolfgang; ALLMÄE, Raili; BELINSKIJ, Andrej; DAUBARAS, Mantas; FELDMAN, Michal; JANKAUSKAS, Rimantas; JANKOVIĆ, Ivor; MASSY, Ken; NOVAK, Mario; PFRENGLE, Saskia; REINHOLD, Sabine; ŠLAUS, Mario; SPYROU, Maria A.; SZÉCSÉNY-NAGY, Anna; TÖRV, Mari; HANSEN, Svend; BOS, Kirsten I.; STOCKHAMMER, Philipp w.; HERBIG, Alexander; KRAUSE, Johannes - The Stone Age Plague and Its Persistence in Eurasia. *Current Biology* 27:23 (4 December 2017), p. 3683-3691.e8. doi: 10.1016/j.cub.2017.10.025.

ANDRIANAIVOARIMANANA, Voahangy; KREPPEL, Katharina; ELISSA, Nohal; DUPLANTIER, Jean-Marc; CARNIEL, Elisabeth; RAJERISON, Minoarisoa; JAMBOU, Ronan - Understanding the Persistence of Plague Foci in Madagascar. *PLoS Neglected Tropical Diseases*, 7:11 (2013), e2382. doi:10.1371/journal.pntd.0002382.t001.

APLIN, Ken P.; SUZUKI, Hitochi; CHINEN, Alejandro A.; CHESSER, R. Terry; TEN HAVE, José; DONNELLAN, Stephen C.; AUSTIN, Jeremy; FROST, Angela; GONZALEZ, Jean Paul; HERBRETEAU, Vincent; CATZEFLIS, François; SOUBRIER, Julien; FANG, Yin-Ping; ROBINS, Judith; MATISOO-SMITH, Elizabeth; BASTOS, Amanda D. S.; MARYANTO; Ibnu; SINAGA, Martua H.; DENYS, Christiane; VAN DEN BUSSCHE, Ronald A.; CONROY, Chris; ROWE,

Kevin; COOPER, Alan - Multiple geographic origins of commensalism and complex dispersal history of Black Rats. *PLoS One*. 6:11 (2011), e26357. doi: 10.1371/journal.pone.0026357.

ARBAJI, A.; KHARABSHEH, S.; AL-AZAB, S.; AL-KAYED, M.; AMR, Z. S.; BAKER, M. ABU; CHU, M. C. - A 12-case outbreak of pharyngeal plague following the consumption of camel meat, in north-eastern Jordan. *Annals of Tropical Medicine & Parasitology*, 99:8 (2005), p. 789–793. doi:10.1179/136485905X65161.

ARCHAMBEAU, Nicole - Healing Options during the Plague: Survivor Stories from a Fourteenth-Century Canonization Inquest. *Bulletin of the History of Medicine*, 85:4 (2011), p. 531–559. doi:10.1353/bhm.2011.0081.

ARCINI, Caroline; PRICE, T. Douglas; CINTHIO, Maria; DRENZEL, Leena; ANDERSSON, Mats; PERSSON, Bodil; MENANDER, Hanna; VRETEMARK, Maria; KJELLSTRÖM; HEDVALL, Rickard; TAGESSON, Göran – Living Conditions in Times of Plague. In LAGERÅS, Per, *Environment, society and the Black Death – an interdisciplinary approach to the late-medieval crisis in Sweden*. Oxford: Oxbow Books, 2016, p. 106-115.

ARMITAGE, Philip; WEST, Barbara; STEEDMAN, Ken - New evidence of black rat in Roman London. *London Archaeologist* 4 (1984), p. 375-83.

ARRIZABALAGA, Jon – Facing Black Death: perceptions and reactions of university medical practitioners. In GARCIA-BALLESTER, Luis; FRENCH, Roger; ARRIZABALAGA, Jon; CUNNINGHAM, Andrew, eds. – *Practical Medicine from Salerno to the Black Death*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 237-288.

AUBRY, Martine - Les mortalités lilloises (1328-1369). *Revue du Nord* 65:257 (1983), p. 327-432.

AUDOIN-ROUZEAU, Frédérique - Le rat noir (*Rattus rattus*) et la peste dans l'occident antique et médiéval. *Bulletin de la Société de Pathologie Exotique* 92 (1999), p. 422-426.

--- *Les Chemins de la peste. Le rat, la puce et l'homme*. Paris: Éditions Tallandier, 2007. ISBN 978-2-84734-426-4.

AUDOIN-ROUZEAU, Frédérique ; VIGNE, Jean-Denis - La colonisation de l'Europe par le Rat noir (*Rattus rattus*). *Revue de Paléobiologie* 13 (1994), p. 125-145.

AVANZI, Charlotte; DEL-POZO, Jorge; BENIAK, Andrej; STEVENSON, Karen; SIMPSON, Victor R.; BUSSO, Philippe; McLUCKIE, Joyce; LOISEAU, Chloé; LAWTON, Colin; SCHOENING, Jane; SHAW, Darren J.; PITON, Jérémie; VERA-CABRERA, Lucio; VELARDE-FELIX, Jesús S.; McDERMOTT, Fergal; GORDON, Stephen V.; COLE, Stewart T.; MEREDITH, Anna L. - Red squirrels in the British Isles are infected with leprosy bacilli. *Science* 354:6313 (2016 Nov 11), p. 744-747. doi: 10.1126/science.aah3783.

AVREU, Joseph Rodrigues – *Historiologia Medica. Fundada e Estabelecida nos Principios de George Ernesto Stahl, famigeradíssimo escritor do presente seculo e ajustada ao uso deste paiz*. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1733-1752. 4 volumes.

AYYADURAI, Saravanan; HOUHAMDI, Linda; LEPIDI, Hubert; NAPPEZ, Claude; RAOULT, Didier; DRANCOURT, Michel - Long-term persistences of virulent *Yersinia pestis* in soil. *Microbiology*, 154:9 (2008), p. 2865-2871. DOI 10.1099/mic.0.2007/016154-0.

AYYADURAI, Saravanan, SEBBANE, Florent, RAOULT, Didier, & DRANCOURT, Michel - Body lice, *Yersinia pestis* Orientalis, and Black Death. *Emerging Infectious Diseases*, 16:5 (2010), p. 892–893.

BACOT, Arthur William; MARTIN, C. J. - LXVII. Observations on the mechanism of the transmission of plague by fleas. *Journal of Hygiene (London)* 13 (Suppl.) (1914 Jan), p. 423-439.

BAIÃO, António – As Freiras de Lorvão e a Peste de 1348. *Instituto* 100 (1942), p. 734-737.

BAILEY, Mark - Demographic decline in late medieval England: some thoughts on recent research. *Economic History Review* 49 (1996), p. 1-19.

BALESTEROS, Carmen; MIRA, Élia – As Muralhas de Évora. Separata de *A Cidade – Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas I. Universidade Aberta – 1993*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Escola Secundária Gabriel Pereira, 1994.

BANNIARD, Michel – *Génesse Cultural da Europa. Séculos V-VIII*. Tradução de Alice Nicolau. Lisboa: Terramar, 1995. ISBN 972-710-098-8.

BARATA, Filipe Themudo; HENRIQUES, António Castro – Economic and Fiscal History. In MATTOSO, José (dir.), ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, BRANCO, Maria João (coords.), *The Historiography of Medieval Portugal. C. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 261-281.

BARKAI, Ron - Jewish treatises on the Black Death (1350-1500): a preliminary study. In FRENCH, Roger, ARRIZABALAGA, Jon, CUNNINGHAM, Andrew, GARCÍA-BALLESTER, Luis (eds), *Medicine from the Black Death to the French Disease*. Aldershot: Ashgate, 1998, p. 6-25.

BARROCA, Mário Jorge – A peste negra na epigrafia medieval portuguesa. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Universidade de Porto. Faculdade de Letras, 2003, vol. 3, p. 1159-1166.

---- *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422 - Corpus epigráfico medieval português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2000. 3 volumes. ISBN 972-31-0872-0.

BARROS, Amândio – 1293. A Bolsa dos Mercadores: os portos, o rei e o comércio português nas redes europeias. In FIALHAIS, Carlos, FRANCO, José Eduardo, PAIVA, José Pedro (dirs.), *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2020, p. 257-262.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal dos séculos XII a XV*. 2ª edição dirigida e comentada por Torcato de Sousa Soares. 1945-1954. 11 tomos.

BASSEGODA I NONELL, Joan - La Pesta Negra de 1348 a la Catedral de Barcelona i al Monestir de Poblet. *Gimbernat: Revista d'Història de la Medicina i de les Ciències de la Salut* 33 (2000), p. 15-20.

BAUTIER, Robert-Henri - Un nouvel ensemble documentaire pour l'histoire des pestes du X^{IV}e siècle: L'exemple de la ville de Vich en Catalogne. *Comptes Rendus des Séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 132:2 (1988), p. 432-455.

BAUTISTA, Francisco - Historia y circulación de noticias en la primera mitad del siglo XIV: las casas reales de Aragón y Francia en la *Crónica de 1344*. *e-Spania* 25 (octobre 2016). DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.26177>.

BEAN, J. M. W. - Plague, population and economic decline in England in the later Middle Ages. *Economic History Review* 15:3 (1963), p. 423-437. doi:10.2307/2592917.

BEGIER, Elizabeth M.; ASIKI, Gershim; ANYWAINE, Zaccheus; YOCKEY, Brook; SCHRIEFER, Martin E.; ALETI, Phillip; OGDEN-ODOI, Asaph; STAPLES, J. Erin; SEXTON, Christopher; BEARDEN, Scott W.; KOOL, Jacob L. - Pneumonic plague cluster, Uganda, 2004. *Emerging Infectious Diseases* 12:3 (2006 Mar), p. 460-467. doi: 10.3201/eid1203.051051.

BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, junta Nacional de Investigação Científica, 1995. ISBN 972-31-0693-0.

BENEDICTOW, Ole J. – *La Peste Noire, 1346-1353. La historia completa*. Madrid: Akal, 2011. ISBN: 978-84-460-2999-1.

BENOVITZ, Nancy - The Justinianic plague: evidence from the dated Greek epitaphs of Byzantine Palestine and Arabia. *Journal of Roman Archaeology* 27 (2014), p. 487-498. [http://doi.org/10.1016/S1473-3099\(13\)70323-2](http://doi.org/10.1016/S1473-3099(13)70323-2).

BIN SAEED, Abdulaziz A.; AL-HAMDAN, Nasser A.; FONTAINE, Robert E. - Plague from Eating Raw Camel Liver. *Emerging Infectious Diseases*, 11:9 (September 2005), p. 1456-1457. doi:10.3201/eid1109.050081.

BIRABEN, Jean-Noël – Essai sur les réactions des sociétés éprouvées par de grands fléaux épidémiques. In BULST, Neithard, DELORT, Robert (éd.), *Maladie et société XII e - XVIII e siècles*. Paris : Editions du CNRS, 1989, p. 367-374.

---- La mortalité des évêques siégeant entre 1200 et 1458 sur le territoire actuel de la France. *Population* 32:1 (1977), p. 467-80.

---- *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*. 2 vols. Paris : Mouton, 1975-1976.

BIRABEN, Jean-Noël ; LE GOFF, Jacques - La peste dans le haut Moyen Age. *Annales: ESC* 24:6 (1969), p. 1484-1510.

BITAM, Idir; AYYADURAI, Saravanan; KERNIF, Tahar; CHETTA, Mohammed; BOULAGHMAN, Nabil; RAOULT, Didier; DRANCOURT, Michel - New rural focus of plague, Algeria. *Emerging Infectious Diseases* 16:10 (2010 oct), p. 1639-1640. doi: 10.3201/eid1610.091854.

BLANCO SILVA, Rafael - Una crónica mozárabe a la que se ha dado en llamar arábigo-bizantina de 741. Un comentario y una traducción. *Revista de Filología de la Universidad de La Laguna* 17 (1999), p. 153-168.

BLOCKMANS, Wim – The social and economic effects of plague in the Low Countries, 1349-1500. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire* 58 (1980), p. 833-863.

BLUCHER, Karl Alfred - *Séneca en España: investigaciones sobre la recepción de Séneca en España desde el siglo XIII hasta el siglo XVIII*. Traducción de Juan Conde. Ed. corregida y aumentada. Madrid: Editorial Gredos, 1983. ISBN 84-249-0901-1.

BOEGLER, Karen A.; GRAHAM Christine B.; MONTENIERI, John A.; MACMILLAN, Katherine; HOLMES, Jennifer L.; PETERSEN, Jeannine, M.; GAGE, Kenneth L.; EISEN, Rebecca J. - Evaluation of the infectiousness to mice of soil contaminated with *Yersinia pestis*-infected blood. *Vector Borne Zoonotic Diseases* 12:11 (2012 Nov), p. 948-952. doi: 10.1089/vbz.2012.1031.

BOISSELLIER, Stéphane - *Le peuplement médiéval dans le sud du Portugal : constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires XIIIe-XVe siècles*. Paris : Fundação Calouste Gulbenkian. Centre Culturel, 2003. ISBN 972-8462-34-4.

---- *Naissance d'une identité portugaise : la vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990. ISBN 972-27-0924-0.

--- Population indigène, colonisation castrale et encadrement municipal dans le Midi portugais 1147 – vers 1279 : une exploitation sociale de l'espace ? In BOURIN, Monique, BOISSELLIER, Stéphane (dir.), *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècle). Mélanges en l'honneur de Robert Durand*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002, p. 57-79.

BORSCH, Stuart; SABRAA, Tarek – Refugees of the Black Death: Quantifying Rural Migration for Plague and other environmental disasters. *Annales de Démographie Historique* 2017:2 (2017), p. 63-93.

BORSCH, Stuart J. - *The Black Death in Egypt and England*. Austin: Texas University Press, 2005. ISBN 978-0292722132.

BOS, Gerrit; MENSCHING, Guido - The Black Death in Hebrew Literature: Abraham Ben Solomon Hen's "Tractatulus De Pestilentia". *Jewish Studies Quarterly* 18:1 (2011), p. 32-63.

BOS, Kirsten I., HARKINS, Kelly M.; HERBIG, Alexander; COSCOLLA, Mireia; WEBER, Nico; COMAS, Iñaki; FORREST, Stephen A.; BRYANT, Josephine M.; HARRIS, Simon R.; SCHUENEMANN, Verena J.; CAMPBELL, Tessa J.; MAJANDER, Kerttu; WILBUR, Alicia K.; GUICHON, Ricardo A.; STEADMAN, Dawnie L. Wolfe; COOK, Della Collins; NIEMANN, Stefan; BEHR, Marcel A.; ZUMARRAGA, Martin; BASTIDA, Ricardo; HUSON, Daniel; NIESELT, Kay; YOUNG, Douglas; PARKHILL, Julian; BUIKSTRA, Jane E.; GAGNEUX, Sebastien; STONE, Anne C.; KRAUSE, Johannes - Pre-Columbian mycobacterial genomes reveal seals as a source of New World human tuberculosis. *Nature* 514 (23 October 2014), p. 494–497. <https://doi.org/10.1038/nature13591>.

BOS, Kirsten I.; SCHUENEMANN, Verena J.; GOLDING, G. Brian; BURBANO, Hernán A.; WAGLECHNER, Nicholas; COOMBES, Brian K.; McPHEE, Joseph B.; DeWITTE, Sharon N.; MEYER, Matthias; SCHMEDES, Sarah; WOOD, James; EARN, David J; HERRING, D. Ann; BAUER, Peter; POINAR, Hendrik N.; KRAUSE, Johannes - A draft genome of *Yersinia pestis* from victims of the Black Death. *Nature* 478:7370 (2011 Oct 12), p. 506-510. doi: 10.1038/nature10549.

BOSKER, Maarten; BRAKMAN, Steven; GARRETSEN, Harry; DE JONG, Herman; SCHRAMM, Marc - Ports, plagues, and politics: explaining Italian city growth, 1300-1861.

European Review of Economic History 12:1 (2008), p. 97-131.
doi:10.1017/S1361491608002128.

BOUCHER, Charles E. - The Black Death in Bristol. *Transactions of the Bristol & Gloucestershire Archaeological Society* 60 (1938), p. 31-46.

BOWSKY, William M. - The impact of the Black Death upon Sieneese government and society. *Speculum* 39 (1964), p. 1-34. doi:10.2307/2850126.

BRAID, Robert - Behind the Ordinance of Labourers: Economic Regulation and Market Control in London before the Black Death. *The Journal of Legal History* 34:1 (2013), p. 3-30, <http://dx.doi.org/10.1080/01440365.2012.730244>.

---- Economic behaviour, markets and crises: the English economy in the wake of plague and famine in the 14th century. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 335-372.

BRANCO, Fernando Castelo – Do tráfego fluvial e da sua importância na economia portuguesa. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 76:1-3 (janeiro-março 1958), p. 39-66.

BRINKERHOFF, Robert Jory; COLLINGE, Sharon K.; RAY, Chris; GAGE, Ken L. - Rodent and flea abundance fail to predict a plague epizootic in black-tailed prairie dogs. *Vector Borne and Zoonotic Diseases (Larchmont, N.Y.)*, 10:1 (2010), 47–52. doi:10.1089/vbz.2009.0044.

BROUAT, Carine; RAHELINIRINA, Soanandrasana; LOISEAU, Anne; RAHALISON, Lila; RAJERISON, Minoariso; LAFFLY, Dominique; HANDSCHUMACHER, Pascal; DUPLANTIER, Jean-Marc - Plague Circulation and Population Genetics of the Reservoir *Rattus rattus*: The Influence of Topographic Relief on the Distribution of the Disease within the Madagascan Focus. *PLoS Neglected Tropical Diseases* 7 (June 2013), e2266. <https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0002266>.

BROWN, Virgínia – Caesar, Gaius Julius. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 3 (1976), p. 87-139.

BUCKLAND, Paul C.; SADLER, John P. - A biogeography of the human flea, *Pulex irritans* L. (Siphonaptera: Pulicidae). *Journal of Biogeography* 16 (1989), p. 115-120.

BUESCU, Ana Isabel - Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas. *eHumanista* 8 (2007), p. 143-170.

BÜNTGEN, Ulf; GINZLER, Christian; ESPER Jan; TEGEL, Willy; McMICHAEL, Anthony J. - Digitizing historical plague. *Clinical Infectious Diseases: an Official Publication of the Infectious Diseases Society of America* 55:11 (1 December 2012), p. 1586-1588. doi:10.1093/cid/cis723.

CABANEL, Nicolas; LECLERCQ, Alexandre; CHENAL-FRANCISQUE, Viviane; ANNAJAR, Badereddin Bashir, RAJERISON, Minoarisoa; BEKKHOUCHA, Souad; BERTHERAT, Eric; CARNIEL, Elisabeth - Plague Outbreak in Libya, 2009, Unrelated to Plague in Algeria. *Emerging Infectious Diseases*, 19:2 (2013), p. 230–236. doi:10.3201/eid1902.121031.

CABRILLAÑA, Nicolás – La crisis del siglo XIV en Castilla: la peste negra en el obispado de Palencia. *Hispania* 109 (1968), p. 245-58.

CAEIRO, Francisco da Gama – Fontes Portuguesas da Formação Cultural do Santo. *Itinerarium* XXVII-110/111 (1981), p. 136-164.

CAMPBELL, Bruce M. S. - A Fair Field Once Full of Folk: Agrarian Change in an Era of Population Decline, 1348–1500. *The Agricultural History Review* 41:1 (1993), p. 60-70.

---- Matching supply to demand: crop production and disposal by English demesnes in the century of the Black Death. *Journal of Economic History* 57 (1997), p. 827-858.

---- Physical shocks, biological hazards and human impacts: the crisis of the fourteenth century revisited. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale, secc. XIII-XVIII*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 13-32.

---- *The Great Transition. Climate, Disease and Society in Late-Medieval World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. ISBN 978-0-521-14443-8.

CAMPBELL, Stephanie B.; NELSON, Christina A.; HINCKLEY, Alison F.; KUGELER, Kirsten J. - Animal Exposure and Human Plague, United States, 1970-2017. *Emerging Infectious Diseases* 25:12 (2019 Dec), p. 2270-2273. doi: 10.3201/eid2512.191081.

CAMPS, Maria da Conceição - *A presença do Policraticus de João de Salisbúria na crónica de D. João I de Fernão Lopes: perspectiva jurídico-política*. Porto: [Edição de Autor], 2000. Dissertação de Mestrado em Filosofia Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CAPASSO, Luigi; DI TOTA, Gabriella - Lice buried under the ashes of Herculaneum. *Lancet* 351:992 (1998), p. 21.

CARMICHAEL, Ann G. – Plague Persistence in Western Europe: a Hypothesis. *The Medieval Globe* 1 (2014), p. 157-191.

---- Universal and Particular: The Language of Plague, 1348–1500. *Medical History Supplement, Medical History Supplement* 27 (2008), p. 17-52.

CARMODY, Francis J. - *De Bestiis Et Aliis Rebus* and the Latin *Physiologus*. *Speculum* 13:2 (1938), p. 153-159.

CARPENTIER, Élisabeth - Autour de la Peste Noire: famines et épidémies dans l’histoire du XVe siècle. *Annales: Economies, sociétés, civilisations* 17:6 (1962), p. 1062-1092.

---- *Une ville devant la Peste. Orvieto et la Peste Noire de 1348*. Paris : École Pratique des Hautes Études—VIe section; Centre de Recherches Historiques, 1962.

CARQUEJA, Maria da Assunção - *Documentos medievais de Torre de Moncorvo*. Torre de Moncorvo: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2007.

CARVALHO, Afonso de – *Da Toponímia de Évora*. Lisboa: Edições Colibri, 2004-2007. 2 volumes.

CARVALHO, Augusto da Silva – *O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil. História das Sociedades Médicas Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

CARVALHO, Sérgio Luís de – A Peste de 1348 em Sintra, in *Actas das Jornadas de História Medieval «1383-1385» e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV*. Lisboa: [s.n.], 1985, p. 129-135.

CASADO ALONSO, Hilario - ¿Existió la crisis del siglo XIV? Consideraciones a partir de los datos de la contabilidad de la catedral de Burgos. In DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel, MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (coords.), *Castilla y el mundo feudal: homenaje al profesor Julio Valdeón*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo: Universidad de Valladolid, 2009, vol. 3, p. 9-25.

CASTEX, Dominique; KACKI, Sacha - Demographic patterns distinctive of epidemic cemeteries in archaeological samples. *Microbiology Spectrum* 4:4 (2016). DOI: [10.1128/microbiolspec.PoH-0015-2015](https://doi.org/10.1128/microbiolspec.PoH-0015-2015).

CASTEX, Dominique - Identification and interpretation of historical cemeteries linked to epidemics. In RAOULT, Didier, DRANCOURT, Michel (eds), *Paleomicrobiology: past human infections*. Berlin: Springer, 2008, p. 23-48.

CAZELLES, Raymond - La population de Paris avant la peste noire. *Comptes Rendus des Séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 110 :4 (1966), p. 539-550.

Center for Disease Control and Prevention – *Plague*. Last reviewed: November 26, 2019. Available: <https://www.cdc.gov/plague/index.html>. Consultado em 2 de janeiro de 2020.

CHANTEAU, Suzanne; RATSITORAHINA, Mahery; RAHALISON, Lila; RASOAMANANA, Bruno; CHAN, Fabien; BOISIER, Pascal; RABESON, Dieudonné; ROUX, Jean - Current epidemiology of human plague in Madagascar. *Microbes and Infection* 2:1, (2000) p. 25-31. ISSN 1286-4579. [https://doi.org/10.1016/S1286-4579\(00\)00289-6](https://doi.org/10.1016/S1286-4579(00)00289-6).

CHARLIER, Philippe – La *cuisine* des corps. Autopsie et embaumement de quelques monarques français. In *Médecin des morts. Récits de paleopathologie*. Paris: Pluriel/Fayard, 2014, p. 63-82.

CHOUIN, Gérard - Reflections on plague in African history (14th–19th c.). *Afriques* 9 (2018). DOI: <https://doi.org/10.4000/afriques.2228>.

CHRISTAKOS, G.; OLEA, R. A.; YU, H.-L. – Recent results on the spatiotemporal modelling and comparative analysis of Black Death and bubonic plague epidemics. *Public Health* 121:9 (2007), p. 700-720. DOI: 10.1016/j.puhe.2006.12.011.

CHRISTIE, A. B.; CHEN, T. H.; ELBERG S. Elberg - Plague in Camels and Goats: Their Role in Human Epidemics. *The Journal of Infectious Diseases* 141-6 (June 1980) p. 724–726. <https://doi.org/10.1093/infdis/141.6.724>.

CIAPPONI, Lucia A. – Vitruvius. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 3 (1976), p. 399-409.

CIECIEZNSKI, N. J. - The stench of disease: public health and the environment in late-medieval English towns and cities. *Health, Culture & Society* 4 (2013), p. 92-104.

CINTRA, Luís F. Lindley – *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

---- “Crónica Geral de Espanha de 1344”. In COELHO, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura*, 1º volume (A/M). Porto: Livraria Figueirinhas, p. 240-241.

---- “Livros de Linhagens”. In COELHO, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura*, 1º volume (A/M). Porto: Livraria Figueirinhas, p. 568-569.

CIPOLLA, Carlo Maria; ZANETTI, Dante E. - Peste et mortalité différentielle. *Annales de Démographie Historique* (1972), p. 197-202.

CLÉMENT, François - À propos de la Muqni‘at al-sā’il d’Ibn al-Ḥaṭīb sur la peste à Grenade en 1348-1349. In CLÉMENT, François (dir.) - *Epidémies, épizooties : des représentations anciennes aux approches actuelles*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2017, p. 43-56.

CLIFF, Andrew D.; SMALLMAN-RAYNOR, Matthew R.; STEVENS, Peta M. - Controlling the geographical spread of infectious disease: plague in Italy, 1347-1851. *Acta Medico-Historica-Adriatica* 7:2 (2009), p. 197-236.

COELHO, Maria Helena da Cruz – 1348. Peste Negra: o flagelo que foi quase “global”. In FIOLEAIS, Carlos, FRANCO, José Eduardo, PAIVA, José Pedro (dirs.), *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2020, p. 269-275.

---- A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII. In *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI, vol. I, Notas do Viver Social*. Livros Horizonte: Lisboa, 1990, p. 139-169.

---- A Terra e os Homens da Nóbrega no século XIII. In *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI, vol. I, Notas do Viver Social*. Livros Horizonte: Lisboa, 1990, p. 170-198.

---- As Cidades Medievais Portuguesas – População. In *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: População. Vol. I – Discursos*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2013, p. 145-162.

---- O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In *IX centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia: Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 389-462.

---- *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

---- O senhorio crúzio do Alvorge na centúria de Trezentos. In *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. II- Domínio Senhorial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 31-87.

---- Um Testamento Redigido em Coimbra no Tempo da Peste Negra. *Revista Portuguesa de História XVIII* (1980), p. 312-331.

COHN Jr., Samuel K. – Changing pathology of the plague. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 33-56.

---- Epidemiology of the Black Death and successive waves of plague. *Medical History* 52:S27 [Pestilential complexities: understanding medieval plague.] (2008), p. 74–100.

---- Fear and the corpse: cholera and plague riots compared. In LYNTERRIS, Christos, EVANS, Nicholas H. A. (eds), *Histories of post-mortem contagion*. London: Palgrave Macmillan, Cham, 2018, p. 55-81.

---- Pandemics: waves of disease, waves of hate from the plague of Athens to A.I.D.S. *Historical Research* 85 (2012), p. 535-555. doi:10.1111/j.1468-2281.2012.00603.x.

---- Plague, violence and abandonment from the Black Death to the early modern period. *Annales de Démographie Historique* 134 (2017), p. 39-61.

---- Popular insurrection and the Black Death: a comparative view. *Past & Present* 195:2 (2007), p. 188-204.

---- *Popular protest in late-medieval Europe: Italy, France and Flanders*. Manchester: Manchester University Press, 2005. ISBN 978-0719067310.

---- The Black Death and burning of the Jews. *Past & Present* 196:1 (2007), p. 3-36.

---- The Black Death: end of a paradigm. *American Historical Review* 107 (2002), p. 703-738. <https://doi.org/10.1086/ahr/107.3.703>.

---- *The Black Death Transformed: Disease and Culture in Early Renaissance Europe*. London: Arnold, 2002. ISBN 978-0340706473.

COLET, Anna; MUNTANÉ I SANTIVERY, Josep Xavier; RUÍZ VENTURA, Jordi; SAULA, Oírol; SUBIRÁ DE CALDÀCANO, M. Eulàlia; JAUREGUI, Clara - The Black Death and Its Consequences for the Jewish Community in Tàrraga: Lessons from History and Archeology. *The Medieval Globe* 1 (2014), p. 63-96.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – A Casa Urbana Comum no Alentejo dos Séculos XV-XVI. CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM, 2011, p. 119-146.

---- Construções Rústicas e Urbanas do Médio Tejo nos Séculos XV-XVI. In CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM, 2011, p. 69-94.

---- Usos da Cortiça na Construção Corrente Medieval e Quinhentista. In MELO, Arnaldo Sousa, RIBEIRO, Maria do Carmo (coords.), *História da Construção. Os Materiais*. Braga; Paris: CITCEM; LAMOP, 2012, p. 221-241.

CONGOURDEAU, Marie-Hélène - La peste à Byzance. État des lieux. In CLÉMENT, François (éd.), *Épidémies, épizooties. Des représentations anciennes aux approches actuelles*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2017, p. 83-92.

CONGOURDEAU, Marie-Hélène ; MELHAOUI, Mohammed - La perception de la peste en pays chrétien byzantine et musulman. *Revue des Études Byzantines* 59:1 (2001), p. 95-124.

CONRAD, Lawrence I. – Arabic plague chronologies and treatises: social and historical factors in the formation of a literary genre. *Studia Islamica* 54 (1981), p. 51-93.

---- Epidemic disease in formal and popular thought in early Islamic society. In RANGER, Terence, SLACK, Paul (eds), *Epidemics and ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 77-99.

---- Tā'ūn and Wabā' Conceptions of Plague and Pestilence in Early Islam. *Journal of the Economic and Social History of the Orient/Journal De L'histoire Economique Et Sociale De L'Orient* 25:3 (1982), p. 268–307.

---- The biblical tradition for the plague of the Philistines. *Journal of the American Oriental Society* 104:2 (1984), p. 281–287.

CONTRENI, John J. – Gregorius Turonensis. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 10 (2011), p. 55-71.

COOPER, Christine; FELLNER, Robert; HEUBI, Olivier; MAIXNER, Frank; ZINK, Albert; LÖSCH, Sandra - Tuberculosis in early medieval Switzerland - osteological and molecular evidence. *Swiss Medical Weekly*, 146 (2016), w14269. [10.4414/smw.2016.14269](https://doi.org/10.4414/smw.2016.14269).

CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri. CIDEHUS - Universidade de Évora, 2013. ISBN 978-989-689-365-1.

COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millán da - *Vereação e vereadores: o governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1993. ISBN 972-605-032-4.

COSTA, António Domingues de Sousa - *Monumenta Portugaliae Vaticana. Vol. III-1. A Península Ibérica e o Cisma do Ocidente*. Porto: Editorial Franciscana, 1982.

COSTA, Avelino Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga. 2ª edição refundida e ampliada*. 2 volumes. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000.

---- Geórgicas de Virgílio (Fragmentos portugueses do século XI). *Humanitas* 7/8 (1955/56), p. 220-245.

COSTA, Paula Pinto - Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar. *População e sociedade* 23 (2015), p. 45-71.

COX, Virgínia; WARD, John O. (eds.) - *The rhetoric of Cicero in its medieval and early Renaissance commentary tradition*. Leiden: Brill, 2006.

CRÉMIEUX, Ad. - Les juifs de Toulon au moyen âge et le massacre du 13 avril 1348. *Revue des Etudes Juives* 79 (1930), p. 33-72, et 80 (1931), p. 43-64.

CRESPO, Fabian A.; LAWRENZ, Matthew B. - Heterogeneous Immunological Landscapes and Medieval Plague. *The Medieval Globe*, 1:1 (2014), p. 229–258.

CUI, Yujun; YU, Chang; YAN, Yanfeng; LI, Dongfang; LI, Yanjun; JOMBART, Thibaut; WEINERT, Lucy A.; WANG, Zuyun; GUO, Zhaobiao; XU, Lizhi; ZHANG, Yujiang; ZHENG, Hancheng; QIN, Nan; XIAO, Xiao; WU, Mingshou; WANG, Xiaoyi; ZHOU, Dongsheng; QI, Zhizhen; DU, Zongmin; WU, Honglong; YANG, Xianwei; CAO, Hongzhi; WANG, Hu; WANG, Jing; YAO, Shusen; RAKIN, Alexander; LI, Yingrui; FALUSH, Daniel; BALLOUX, Francois; ACHTMAN, Mark; SONG, Yajun; WANG, Jun; YANG, Ruifu - Historical variations in mutation rate in an epidemic pathogen, *Yersinia pestis*. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 110:2 (2013 Jan 8), p. 577–582. doi: 10.1073/pnas.1205750110.

CUNHA, Eugénia - *Paleobiologia das populações medievais Portuguesas: os casos de Fão e São João de Almedina*. Coimbra: Edição de Autor, 1994. Tese de doutoramento em Antropologia, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*. Porto: Faculdade de Letras. Biblioteca Digital, 2009.

---- Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166. *Revista da Faculdade de Letras: História*, 2.^a série, 5 (1988), p. 69-94.

CUNHA, Paulo Morgado e - *As Feiras no Portugal Medieval (1125-1521): evolução, organização e articulação*. Porto: [Edição do Autor], 2019. Dissertação de mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CURATE, Francisco - A brucelose em paleopatologia: um estudo de caso proveniente da necrópole Cristã de Cacela Velha. *Antropologia Portuguesa*, 20/21 (2003/2004), p. 209-235.

CURTO, Ana; FERNANDES, Teresa - A possible Madura foot from medieval Estremoz, southern Portugal. *International Journal of Paleopathology* 13 (June 2016), p. 70-74. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijpp.2016.01.006>.

DAVID, Henrique - A população portuguesa na Idade Média: uma revisão bibliográfica. *População e Sociedade* 1 (1995), p. 87-91.

DAVIES, R. A. - The effect of the Black Death on the parish priests of the medieval Diocese of Coventry and Lichfield. *Historical Research* 62 (1989), p. 85-90.

DAY, W. R. - The population of Florence before the Black Death: survey and synthesis. *Journal of Medieval History* 28 (2012), p. 93-129.

DE HEREDIA BERCERO, Julia Beltran; GIBRAT PINEDA, Irene - El primer testimoni arqueològic de la Pesta Negra a Barcelona: la fossa comuna de la Basílica dels Sants Màrtirs Just i Pastor. *QUARHIS* II:10 (2014), p. 164-179.

DE LA RONCIÈRE, Charles-Marie. Corpore languens : témoignages testamentaires sur un village toscan pendant la peste de 1348. In : *La fabrique des sociétés médiévales méditerranéennes : Les Moyen Âge de François Menant*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2018, p. 157-165. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.pSORbonne.40401>.

DEAN, Katharine R.; KRAUER, Fabienne; WALLØE, Lars, LINGJÆRDE, Ole Christian; BRAMANTI, Barbara; STENSETH, Nils Chr.; SCHMID, Boris V. - Human ectoparasites and spread of plague in Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115:6 (Feb 2018), p. 1304-1309. DOI: 10.1073/pnas.1715640115.

DEAN, Katharine R.; KRAUER, Fabienne; WALLØE, Lars, LINGJÆRDE, Ole Christian; BRAMANTI, Barbara; STENSETH, Nils Chr.; SCHMID, Boris V. - Reply to Park et al.: Human

ectoparasite transmission of plague during the Second Pandemic is still plausible. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115:34 (Aug 2018), E7894-E7895. DOI: 10.1073/pnas.1810221115.

DEBIEN, Annekatrien; NEERINCKX Simon; KIMARO, Didas; GULINCK, Hubert - Influence of satellite-derived rainfall patterns on plague occurrence in northeast Tanzania. *International Journal of Health Geographics*, 9:1 (2010), 60. doi:10.1186/1476-072X-9-60.

DEMAITRE, Luke – Skin and the city: Cosmetic medicine as an urban concern. In GLAZE, Florence Eliza; NANCE, Brian K., (eds.), *Between Text and Patient. The Medical Enterprise in Medieval & Early Modern Europe*. Firenze: SISMELE/Edizioni del Galluzzo, 2011, p. 97-120.

DENNIS, David T. - Plague as a Biological Weapon. In FONG, I. W., ALIBEK, Kenneth (eds.), *Bioterrorism and Infectious Agents: A New Dilemma for the 21st Century*. New York: Springer, 2009, p. 37–70. doi: 10.1007/978-1-4419-1266-4_2.

DESORMEAUX, Anna Louise - *The Black Death and Its Effect on Fourteenth-and Fifteenth-Century Art*. Baton Rouge: Louisiana State University (MA Thesis), 2007.

DEVIGNAT R. - Variétés de l'espèce *Pasteurella pestis*; nouvelle hypothèse [Varieties of *Pasteurella pestis*; new hypothesis]. *Bulletin of the World Health Organization* 4:2 (1951), p. 247-63.

DeWITTE, Sharon N. - Mortality Risk and Survival in the Aftermath of the Medieval Black Death. *PLoS ONE* 9:5 (2014), e96513. Doi: 10.1371/journal.pone.0096513.

DeWITTE, Sharon N.; SLAVIN, Philip - Between Famine and Death: England on the Eve of the Black Death—Evidence from Paleoepidemiology and Manorial Accounts. *Journal of Interdisciplinary History* XLIV:1 (Summer, 2013), p. 37–60.

DeWITTE, Sharon N.; STOJANOWSKI, Christopher M. - The Osteological Paradox 20 Years Later: Past Perspectives, Future Directions. *Journal of Archaeological Research* 23 (2015), p. 397-450. DOI 10.1007/s10814-015-9084-1.

DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. ISBN 972-33-0984-X.

DINCER, Aysu - Disease in sunny climate: effects of the plague on family and wealth in Cyprus in the 1360s. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale, secc. XIII-XVIII*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 531-540.

DITRICH, Hans - The transmission of the Black Death to western Europe: a critical review of the existing evidence. *Mediterranean Historical Review* 32:1 (2017), p. 25-39, DOI: 10.1080/09518967.2017.1314920.

DOLS, Michael W. – Plague in early Islamic history. *Journal of the American Oriental Society* 94:3 (1974), p. 371-383.

---- The black death in the middle east. Princeton: Princeton University Press, 1977.

---- The comparative communal responses to the Black Death in Muslim and Christian societies. *Viator* 5 (1974), p. 269-287.

---- The general mortality of the Black Death in the Mamluk Empire. In UDOVIYCH, A. (ed.), *The Islamic Middle East, 700-1900*. Princeton: The Darwin Press, 1981, p. 397-428.

---- The second plague pandemic and its recurrences in the Middle East. *Journal of the Social & Economic History of the Orient* 22 (1979), p. 162-189.

DOOLEY, Ann – The Plague and its Consequences in Ireland. In LITTLE, Lester K. (ed.), *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541-750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 215-228.

DOMINGUES, Joaquim; GALA, Elísio; GOMES, Pinharanda – *Santo Agostinho na Cultura Portuguesa. Contributo Bibliográfico*. Lisboa: Fundação Lusíada, 2000.

DOMINGUES, José - A tradição medieval das Sete Partidas em Portugal. *7PartidasDigital* 1 (junio 2017), p. 1-14.

DOMINGUES, José; PINTO, Pedro - O Foral Velho da Vila de Aveiro de 1342. *e-Legal History Review* 21 (2015), p. 12-26.

DORMEIER, Heinrich – Saints as protectors against plague. In BISGAARD, Lars, SØNDERGAARD, Leif (eds.), *Living with the Black Death*. Odense: University Press of Southern Denmark, 2009, p. 161-186.

DUARTE, Luís Miguel - A revolta de Vila Mou. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Universidade de Porto. Faculdade de Letras, 2003, vol. II, p. 789-794.

DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís - Prazos do século e prazos de Deus: os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV. *Revista da Faculdade de Letras: História* II:1 (1984), p. 97-128.

DUARTE, Luís Miguel; BARROS, Amândio Jorge Morais - Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna. *Douro: estudos & documentos* 2:4 (1997), p. 77-118.

DUARTE, Luís Miguel – Contrabandistas de gado e "Passadores de cousas defesas" para Castela e "Terra de Mouros". *Revista da Faculdade de Letras: História* II:15 (1998), p. 451-474.

---- Demografia, história da família e da população portuguesa na Idade Média: algumas reflexões. *População e sociedade* 2 (1996), p. 185-190.

---- *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999.

---- O comércio proibido. In RAMOS, Luís Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins, POLÓNIA, Amélia (coords.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2001, vol. I, p. 407-424.

---- O gado, a fronteira, os alcaides das sacas e os pastores castelhanos. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Á. (ed.), *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*, 3. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, 1999, p. 125-146.

---- Quando as casas se queriam pequenas (espaço e medidas na Idade Média). In JORGE, Vítor Oliveira, *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*. Universidade do

Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, 2003, p. 183-192.

---- "Tomar o pão dos coitados". Para repensar a crise do século XIV em Portugal. In GARRIDO, Álvaro, COSTA, Leonor Freire, DUARTE, Luís Miguel (orgs.), *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. Coimbra: Edições Almedina, 2012, p. 241-261.

DUBLED, Henri - Conséquences économiques et sociales des 'mortalités' du XIV siècle, essentiellement en Alsace. *Revue d'Histoire Economique et Sociale* 37:3 (1959), p. 273-294.

DURA PEÑA, Emilio – *El Monasterio de San Estebal de Ribas de Sil*. Orense: Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo" de la Diputación Provincial, 1977.

DUNCAN, Kirsty - The possible influence of climate on the bubonic plague in Scotland. *Scottish Geographical Magazine* 108:1 (1992), p. 29-34.

DUNCAN-JONES, R. - The impact of the Antonine Plague. *Journal of Roman Archaeology* 9 (1996), p. 108-36.

EBBESEN, Sten - The Aristotelian commentator. In MARENBOON, John, *The Cambridge Companion to Boethius*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 35-55.

ECCLESTONE, Martin - Mortality of rural landless men before the Black Death: the Glastonbury head-tax lists. *Local Population Studies* 3 (1999), p. 6-29.

EMERY, Richard W. - The Black Death of 1348 in Perpignan. *Speculum* 42:4 (1967), p. 611-623.

EISEN, Rebecca J.; BORCHET, Jeff N.; MPANGA, Joseph T.; ATIKU, Linda A.; MACMILLAN, Katherine; BOEGLER, Karen A.; MONTENIERI, John A.; MONAGHAN, Andrew; GAGE, Kenneth L. - Flea Diversity as an Element for Persistence of Plague Bacteria in an East African Plague Focus. *PLoS ONE*, 7:4 (2012), e35598. doi:10.1371/journal.pone.0035598.t001.

EISEN, Rebecca J.; BEARDEN, Scott W.; WILDER, Aryn P.; MONTENIERI, John A.; ANTOLIN, Michael F.; GAGE, Kenneth L. - Early-phase transmission of *Yersinia pestis* by unblocked fleas as a mechanism explaining rapidly spreading plague epizootics. *PNAS USA* 103:42 (2006 Oct 17), p. 15380-15385. doi: 10.1073/pnas.0606831103.

EISEN, Rebecca J.; PETERSEN, Jeannine M.; HIGGINS, Charles L.; WONG David; LEVY, Craig E.; MEAD, Paul S.; SCHRIEFER, Martin E.; GRIFFITH, Kevin S.; GAGE, Kenneth L.; BEARD, C. Ben - Persistence of *Yersinia pestis* in soil under natural conditions. *Emerging Infectious Diseases* 14:6 (2008 jun), p. 941-943. doi: 10.3201/eid1406.080029.

EISENBERG, Merle; MORDECHAI, Lee - The Justinianic Plague: an interdisciplinary review. *Byzantine and Modern Greek Studies* 43:2 (2019), p. 156–180.

ENSCORE, Russell E.; BIGGERSTAFF, Brad J.; BROWN, Ted L.; FLUGHAM, Ralph E.; REYNOLDS, Pamela J.; ENGELTHALER, David M.; LEVY, Craig E.; PARMENTER, Robert P.; MONTENIERI, John A.; CHEEK, James E.; GRINNELL, Richie K.; ETTESTAD, Paul J.; GAGE, Kenneth L. - Modeling relationships between climate and the frequency of human plague cases in the southwestern United States, 1960-1997. *American Journal of Tropical Medicine & Hygiene* 66:2 (2002), p. 186-96. doi:10.4269/ajtmh.2002.66.186.

ESAMAEILI, Saber; AZADMANESH, Kayhan; NADDAF, Saied Reza; RAJERISON, Minoarisoa; CARNIEL, Elisabeth; MOSTAFAVI, Ehsan - Serologic Survey of Plague in Animals, Western Iran. *Emerging Infectious Diseases* 19:9 (2013), p. 1549-1551. doi:10.3201/eid1909.121829.

ESPANCA, Túlio - Os Bretões e os vinhos de Évora (1483). *A Cidade de Évora* VIII:25-26 (1951), p. 478–479.

EWERT, Ulf Christian - Water, public hygiene and fire control in medieval towns: facing collective goods problems while ensuring the quality of life. *Historical Social Research* 32:4 (2007), p. 222-251.

FALLOW, Chris; EVANS, Charles - The mystery of plague in medieval Iceland. *Journal of Medieval History* 42:2 (2016), p. 254-284. DOI: 10.1080/03044181.2016.1149503.

FARELO, Mário - Entre o porto e a Sé. A presença italiana em Lisboa (séculos XIII-XV). In ALESSANDRINI, Nunziatella, RUSSO, Mariagrazia, SABATINI, Gaetano, *Chi fa questo*

camino è ben navigato Culturas e dinâmicas nos portos de Itália e Portugal (sécs. XV-XVI). Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades, 2019, p. 11-31.

---- *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*. Lisboa: [Edição de Autor], 2004. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FARIA, Diogo - Juízes indesejados? A contestação aos juízes de fora no Portugal medieval (1352-1521). *Cadernos do Arquivo Municipal* 2ª :2 (julho - dezembro 2014), p. 19–37.

FAUCON, Maurice - *La librairie des papes d'Avignon ; sa formation, sa composition, ses catalogues (1316-1420) d'après les registres de comptes et d'inventaires des archives vaticanes*. Tome Second. Paris : Ernest Thorin Éditeur, 1887.

FEDOROV, V. - Plague in camels and its prevention in the USSR. *Bulletin of the World Health Organization* 23 (1960), p. 275-281.

FELDMAN Michael; HARBECK, Michaela; KELLER, Marcel; SPYROU, Maria A.; ROTT, Andreas; TRAUTMANN, Bernd; SCHOLZ, Holger C.; PÄFFGEN, Bernd; PETERS, Joris; McCORMICK, Michael; BOS, Kirsten; HERBIG, Alexander; KRAUSE, Johannes - A High-Coverage *Yersinia pestis* Genome from a Sixth-Century Justinianic Plague Victim. *Molecular Biology and Evolution*, 33:11 (2016 Nov), p. 2911-2923. doi: 10.1093/molbev/msw170.

FERNANDES, Aires Gomes - *Os cónegos regantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz*. Tese de doutoramento em Letras, área de História, na especialidade de História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s. n.], 2011.

FERNANDES, Cristina Célia – *O Livro dos Milagres de Nª Sª da Oliveira de Guimarães*. Guimarães: Opera Omnia, 2006. ISBN 972-99985-2-3.

FERRÃO, Célia; BEZZEGHOUD, Mourad; CALDEIRA, Bento; BORGES, José Fernando - The Seismicity of Portugal and Its Adjacent Atlantic Region from 1300 to 2014: Maximum Observed Intensity (MOI) Map. *Seismological Research Letters* 87:3 (2016), p. 743-750. DOI: 10.1785/0220150217.

FERRAZ, Francisco Manuel Teixeira; DOMINGUES, Maria João Monteiro - Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV. *Revista da Faculdade de Letras. História* III:5 (2004), p. 155-166.

FERREIRA, Leandro Ribeiro - Recrutar. Produzir. Abastecer: repensar a produção e o comércio agrícolas em tempo de guerras (1369-1400). *Medievalista* 18 (Julho-Dezembro de 2015).

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – A casa comum em Guimarães, entre o público e o privado (finais do século XV). In *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época, Actas, Vol. III – População, Sociedade e Economia*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 279-296.

---- *Guimarães: «duas vilas, um só povo»: Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM, 2010. ISBN 978-989-96779-0-6.

FERREIRA, Sérgio Carlos - *Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: [Edição de Autor], 2007. Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERRO, João Pedro - *Alenquer medieval (Séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*. Prefácio de A. H. de Oliveira Marques. Cascais: Patrimonia, 1996. ISBN 972-744-015-0.

FERRO, Maria José Pimenta – A Revolta dos Mesterais de 1383. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas. 1977*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, Vol. I, p. 357-383.

FIGUEIRAS, Ivan Paulo Neves - *As duas versões da Passio S. Cucufatis. Estudo, edição crítica e tradução*. Lisboa: [s.n.], 2018. Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Estudos Clássicos, na especialidade de Literatura Latina.

FIGUEIREDO, José Anastácio – Memoria sobre a origem dos nossos Juizes de Fóra. In *Memorias de Litteratura Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792, Tomo I, p. 31-60.

FILIFE, A.; ROCHA, M.; ÂNGELO, M.; MACHADO, J.; CHAVECA, S.; ANDRADE, H. - Os roedores silvestres como reservatórios de zoonoses. Estudo de um foco natural: Águas de Moura. *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 14:3 (1991), p. 163-169.

FILIFE, Iola; MATOS, Vítor; BRAZUNA, Sandra; FREITAS, Joana – Necrópole de São Martinho: análise preliminar dos dados arqueológicos e antropológicos. *Era Arqueologia* 5 (2003), p. 55-77.

FONTES, João Luís Inglês – *Da «Pobre vida» à congregação da Serra de Ossa: génese institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Lisboa: Edição de Autor, 2012. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FORRESTER, Joseph D.; APANGU, Titus; GRIFFITH, K.; ACAYO, Sarah; YOCKEY, Brook; KAGGWA John; KUGELER, Kierstin J.; SCHRIEFER, Martin; SETXON, Christopher; BEN BEARD, C.; CANDINI, Gordian; ABARU, Janet; CANDIA, Bosco; OKOTH, Jimmy Felix; APIO, Harriet; NOLEX, Lawrence; EZAMA, Geoffrey; OKELLO, Robert; ATIKU, Linda; MPANGA, Joseph; MEAD Paul S. - Patterns of Human Plague in Uganda, 2008-2016. *Emerging Infectious Diseases*, 23:9 (2017 Sep), p. 1517-1521. doi: 10.3201/eid2309.170789.

FUENTE PÉREZ, María Jesús – El impacto de la peste en una ciudad castellana en la Baja Edad Media, Palencia. *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses* 59 (1988), p. 415-432.

GAGE, Kenneth L.; DENNIS, David T.; ORLOSKI, Kathy A.; ETTESTAD, Paul; BROWN, Ted L.; REYNOLDS, Pamela J.; PAPE, W. John; FRITZ, Curtis L.; CARTER, Leon G.; STEIN, John D. - Cases of Cat-Associated Human Plague in the Western US, 1977–1998. *Clinical Infectious Diseases* 30:6 (June 2000), p. 893–900. <https://doi.org/10.1086/313804>.

GAGE, Kenneth L.; KOSOY, Michael Y. - Natural history of plague: perspectives from more than a century of research. *Annual Review of Entomology* 50 (2005), p. 505-28. doi: 10.1146/annurev.ento.50.071803.130337.

GALIMAND, Marc; GUIYOULE, Annie; GERBAUD, Guy; RASOAMANANA Bruno; CHANTEAU, Suzanne; CARNIEL, Elisabeth; COURVALIN, Patrice - Multidrug resistance in

Yersinia pestis mediated by a transferable plasmid. *The New England Journal of Medicine* 337 (1997), p. 677–680.

GAMSA, M. - The Epidemic of Pneumonic Plague in Manchuria 1910-1911. *Past & Present* 190 (Feb. 2006), p. 147-183. 10.1093/pastj/gtj001.

GARCIA, João Carlos - *Navegabilidade e navegação no Baixo Guadiana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/INIC, 1982.

GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – As Faculdades de Direito. In RIDDER-SYMOENS Hilde (coord.), *Uma História da Universidade Europeia. Vol. I: As Universidades na Idade Média*. Trad. Gabinete de Tradução da Universidade do Porto. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, p. 389-410.

--- *O Espaço Medieval da Reconquista.no Sudoeste da Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1986.

GASQUET, Francis Aidan - *The Great Pestilence (A.D. 1348-9), Now Commonly Known as the Black Death*. London: S. Marshall, 1893.

GAUD, Maurice ; JORGE, Ricardo - Sur l'importance du bubon sous-pectoral dans le diagnostic et l'évolution de la peste. Separata de *Bulletin mensuel de l'office international d'hygiene publique*, XXV-11 (1933).

GETZ, Faye Marie - Black Death and the silver lining: meaning, continuity, and revolutionary change in histories of medieval plague. *Journal of the History of Biology* 24:2 (1991), p. 265-89.

GIGANDET, Suzanne - Trois Maqālāt au sujet des épidémies de peste en Andalousie et au Maghreb. *Arabica* 48:3 (2001), p. 401-407.

GLARE, P. G. W. (ed.) - *Oxford Latin Dictionary*. 2nd edition. Oxford: Oxford University Press, 2012. ISBN 978-0-19-958031-6.

GLÉNISSON, Jean - La seconde peste: l'épidémie de 1360-1362 en France et en Europe. *Annuaire-Bulletin de la Société de l'Histoire de France* (1968-9), p. 27-38.

GOMES, Bernardino António - Apontamentos para a história epidemiológica portuguesa. Epochas das grandes epidemias que reinaram em Portugal segundo os

documentos impressos. *Gazeta Medica de Lisboa*, 1:6:126 (16 de Março de 1858), p. 81-85.

---- *As epidemias no Asylo da Ajuda, nos annos de 1860-1864* [folheto]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

---- *Memoria sobre a epidemia da cholera-morbus que grassou na cidade do Porto desde 1832 a 1833*. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842.

---- *Noticia da doença de que falleceu sua magestade el-rei o senhor D. Pedro V, e das que na mesma occasião atacaram suas altezas os senhores infantes D. Fernando, D. Augusto e D. João no anno de 1861*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

GOMES, Rosa Varela - *Silves (Xeib), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2002. ISBN 972-8662-05-X.

GOMEZ I PRAT, Jordi; SOUZA, Sheila MF Mendonça de - Prehistoric tuberculosis in America: adding comments to a literature review. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* 98 (2003), p. 151-159. <http://dx.doi.org/10.1590/S0074-02762003000900023>.

GONÇALVES, Iria – Amostra de antroponímia alentejana do século XV. *Do Tempo e da História* IV (1971), p. 173-212.

---- Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média. *Do Tempo e da História* V (1972), p. 159-200.

---- *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*. Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1987.

---- *O Património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

---- Para o estudo da área de influência do Porto nos fins do Século XIV. In GONÇALVES, Iria, *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, p. 139-152.

---- *Pedidos e Empréstimos Públicos em Portugal Durante a Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, 1964.

---- *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: CITCEM. Edições Afrontamento, 2012. ISBN 978-989-8351-22-7.

GOTTFRIED, Robert S. - *La muerte negra: desastres naturales y humanos en la Europa medieval*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. ISBN 968-16-3231-1.

GRANGE, John M.; YATES, MALCOLM D.; KANTOR, Isabel N. de - *Guidelines for speciation within the Mycobacterium tuberculosis complex*. Second edition. [s.l.]: World Health Organisation, [s.d.]. Disponível em <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/65512/WHO EMC ZOO 96.4.pdf;jsessionid=CDE749E99866D8F46BEE93A91C5572DA?sequence=1>. [Consultado a 19 de setembro de 2019].

GRAS, P. - Le registre paroissial de Givry (1334-1357) et la peste noire en Bourgogne. *Bibliothèque de l'École des chartes* 100 (1939), p. 295-308.

GREEN, Monica H. – Putting Africa on the Black Death map: Narratives from genetics and history. *Afriques* 9 (2018). DOI: <https://doi.org/10.4000/afriques.2125>.

---- Taking “Pandemic” seriously: making the Black Death global. *The Medieval Globe* 1 (2014), p. 27-61.

GREEN, Monica H.; JONES, Lori; LITTLE, Lester K.; SCHAMILOGLU, Uli; SUSSMAN, George D. - Yersinia pestis and the three plague epidemics. *Lancet Infectious Diseases* 14:10 (2014), p. 918. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(14\)70878-3](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(14)70878-3).

GRIBOMONT, Jean – Versions Anciennes de la Bible. Versions latines. In *Dictionnaire Encyclopedique de la Bible*. Dir. et coord. Joseph Longton et R.-Ferdinand Poswick. Turnhout: Brepols, 1987, p. 1321-1324.

GRMEK, Mirko D. – Le Concept de Maladie. In GRMEK, Mirko D (dir.), *Histoire de la Pensée Médicale en Occident. 1 Antiquité et Moyen Age*. Paris : Éditions du Seuil, 1995, p. 211-226.

GRUBER, Henry - Indirect Evidence for the Social Impact of the Justinianic Pandemic: Episcopal Burial and Conciliar Legislation in Visigothic Hispania. *Journal of Late Antiquity* 11:1 (Spring 2018), p. 193-215, 10.1353/jla.2018.0001.

GUILLERÉ, Christian – La Peste Noire à Gérone. *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins* 27 (1984), p. 87-161.

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - As Epidemias em Guimarães. Iª Parte. *Revista de Guimarães* 23:2 (Abr.-Jun. 1906), p. 52-58.

---- As Epidemias em Guimarães. IIª Parte. *Revista de Guimarães* 23:3-4 (Jul.-Dez. 1906), p. 108-114.

---- As Epidemias em Guimarães. IIIª Parte. *Revista de Guimarães* 24:3-4 (Jul.-Dez. 1907), p. 123-132.

GUIYOULE, Annie; GERBAUD, Guy; BUCHRIESER, Carmen; GALIMAND, Marc; RAHALISON, Lila; CHANTEAU, Suzanne; COURVALIN, Patrice; CARNIEL, Elisabeth - Transferable plasmid-mediated resistance to streptomycin in a clinical isolate of *Yersinia pestis*. *Emerging Infectious Diseases* 7:1 (2001 Jan-Feb), p. 43-48. doi: 10.3201/eid0701.010106.

GÜNZBERG MOLL, Jordi – Epidemias y mortalidad en la Cataluña medieval: 1300-1500. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale, secc. XIII-XVIII*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 57-80.

---- Las crisis de mortalidad en la Barcelona de siglo XIV. *Revista de Demografía Histórica* 7 (1989), p. 9-36.

GYUG, Richard - The effects and extent of the Black Death of 1348: new evidence for clerical mortality in Barcelona. *Mediaeval Studies* 45 (1983), p. 385-398.

HARBECK, Michaela; SEIFERT, Lisa; HÄNSCH, Stephanie; WAGNER, David M.; BIRDSSELL, Dawn; PARISE, Katy L.; WIECHMANN, Ingrid; GRUPE, Gisela; THOMAS, Astrid; KEIM, Paul; ZÖLLER, Lothar; BRAMANTI, Barbara; RIEHM, Julia M.; SCHOLZ, Holger C. - *Yersinia pestis* DNA from Skeletal Remains from the 6th Century AD Reveals Insights into Justinianic Plague. *PLoS Pathogens*, 9:5 (2013), e1003349. doi:10.1371/journal.ppat.1003349.

HARRISON, Dick - Plague, Settlement and Structural Change at the Dawn of the Middle Ages. *Scandia: Tidskrift För Historisk Forskning*, 59:1 (1993), p. 15-48.

HATCHER, John – England in the aftermath of the Black Death. *Past & Present* 144:1 (1994), p. 3-35.

HAWKINS, Duncan - The Black Death and the new London cemeteries of 1348. *Antiquity* 64 (1990), p. 637-42.

HECKER, Justus Friedrich Karl - *Der schwarze Tod im vierzehnten Jahrhundert*. Berlin: Herbig, 1832.

HEINRICHS, Erik A. - The live chicken treatment for buboes: trying a plague cure in medieval and early modern Europe. *Bulletin of the History of Medicine* 91:2 (2017), p. 210-232. [doi:10.1353/bhm.2017.0025](https://doi.org/10.1353/bhm.2017.0025).

HENNEMAN, John B. - The Black Death and royal taxation in France, 1347-1351. *Speculum* 43 (1968), p. 405-428. doi:10.2307/2855836.

HERLIHY, David - Population, plague and social change in rural Pistoia, 1201-1430. *Economic History Review* 18:2 (1965), p. 225-244. doi:10.2307/2592092.

HERRERO, Juan; CANUT, J.; GARCIA-FERRE, D.; GARCÍA-GONZÁLEZ, Ricardo; HIDALGO, R. - The alpine marmot (*Marmota marmota* L.) in the Spanish Pyrenees. *Zeitschrift für Säugetierkunde*. 57:4 (1992), p. 211–215.

HERRERO, Juan; GARCÍA-GONZÁLEZ, Ricardo; GARCÍA-SERRANO, Alicia - Altitudinal Distribution of Alpine Marmot (*Marmota marmota*) in the Pyrenees, Spain/France. *Arctic and Alpine Research* 26:4 (1994), p. 328-331. DOI: [10.1080/00040851.1994.12003076](https://doi.org/10.1080/00040851.1994.12003076).

HERSHKOVITZ, Israel; DONOGHUE, Helen D.; MINNIKIN, David E.; BESRA, Gurdyal S.; LEE, Oona Y.; GERNAEY, Angela M.; GALILI, Ehud; ESHED, Vered; GREENBLATT, Charles L.; LEMMA, Eshetu; BAR-KAL, Gila Kahila; SPIGELMAN, Mark - Detection and molecular characterization of 9,000-year-old *Mycobacterium tuberculosis* from a Neolithic settlement in the Eastern Mediterranean. *PLoS One* 3:10 (2008), e3426. doi: 10.1371/journal.pone.0003426.

HIMSWORTH, Chelsea G.; PARSONS, Kirbee L.; JARDINE, Claire; PATRICK, David M. - Rats, Cities, People, and Pathogens: A Systematic Review and Narrative Synthesis of Literature

Regarding the Ecology of Rat-Associated Zoonoses in Urban Centers. *Vector Borne and Zoonotic Diseases* 13:6 (2013), p. 349–359. doi:10.1089/vbz.2012.1195.

HOFFMANN, Richard C. – *An Environmental History of Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. ISBN 978-0-521-70037-5.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – 8. Dionisius et Alfonsus, Dei Gratia Reges et Communis Utilitatis Gratia Legiferi. In HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Rei e a Lei. Estudos de História Institucional da Idade Média Portuguesa (1279-1521)*. Porto: U. Porto Edições, 2017, p. 179-279.

---- *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

---- Nótula sobre um levantamento popular nas vésperas do Interregno. Separata de *Bracara Augusta* XXXII:73-74 (85-86) (1978).

HOPKINS, D. D.; GRESBRINK, R. A. - Surveillance of sylvatic plague in Oregon by serotesting carnivores. *American Journal of Public Health* 72 (1982), p. 1295-1297. <https://doi.org/10.2105/AJPH.72.11.1295>.

HORDEN, Peregrine - Mediterranean plague in the age of Justinian. In MAAS, M. (ed.), *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 134-160.

HOUHAMDI, Linda; LEPIDI, Hubert; DRANCOURT, Michel; RAOULT, Didier - Experimental model to evaluate the human body louse as a vector of plague. *The Journal of Infectious Diseases*, 194:11 (2006), p. 1589–1596. doi:10.1086/508995.

HUFTHAMMER, Anne Karin; WALLØE, Lars - Rats cannot have been intermediate hosts for *Yersinia pestis* during medieval plague epidemics in Northern Europe. *Journal of Archaeological Science* 40:4 (2013), p. 1752–1759. doi:10.1016/j.jas.2012.12.007.

HULL, Harry F.; MONTES, Jean M.; MANN, Jonathan M. - Septicemic plague in New Mexico. *Journal of Infectious Diseases* 155 (1987), p. 113-18.

HUMFRESS, Caroline - 7: Law and Legal Practice in the Age of Justinian. In MAAS, Michael, *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 161-184.

HYMES, Robert - "Epilogue: A Hypothesis on the East Asian Beginnings of the *Yersinia pestis* Polytomy," *The Medieval Globe* 1:1 (2014), p. 285-308.

INGLESBY, T. V.; DENNIS, D. T.; HENDERSON, D. A.; et al. - Plague as a Biological Weapon: Medical and Public Health Management. *JAMA*, 283:17 (200), p. 2281–2290. doi:<https://doi.org/10.1001/jama.283.17.2281>.

INSKIP, Sarah; TAYLOR, G. Michael; ANDERSON, Sue; GRAHAM, Stewart - Leprosy in pre-Norman Suffolk, UK: biomolecular and geochemical analysis of the woman from Hoxne. *Journal of Medical Microbiology* 66:11 (2017). DOI: [10.1099/jmm.0.000606](https://doi.org/10.1099/jmm.0.000606).

Inventário dos códices iluminados até 1500. Secretaria de Estado da Cultura, 1994-2001. 2 volumes. ISBN: 972-565-308-4.

JANKRIFT, Kay Peter - 2 The Language of Plague and its Regional Perspectives: The Case of Medieval Germany. *Medical History Supplement* 27 (2008), p. 1–6.

JILLINGS, Karen – *Scotland's Black Death. The Foul Death of the English*. Stroud: Tempus, 2003. ISBN 0 7524 2314 2.

JONES, Leslie W. - The Influence of Cassiodorus on Mediaeval Culture. *Speculum* 20:4 (1945), p. 433-442. doi:10.2307/2856740.

JORDAN, William Chester – *The Great Famine. Northern Europe in the Early Fourteenth Century*. Princeton: Princeton University Press, 1996. ISBN 9780691058917.

JORGE, Ricardo – *A Peste bubonica no Porto – 1899. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899.

---- La Peste Africaine. Rapport présenté au comité permanente de l'Office International d'Hygiène Publique. Supplément au *Bulletin mensuel de l'office international d'hygiene publique*, XXVII-9 (septembre 1935).

--- La Peste en Angola. Separata de *Bulletin mensuel de l'office international d'hygiene publique*, XXVII-2 (1935).

---- *Les anciennes épidémies de peste en Europe, comparés aux épidémies modernes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1932.

---- Les pestilences et la Convention Sanitaire Internationale. *Arquivos do Instituto Central de Higiene* 3:1 (1926), p. 1-107

---- Les rodentia domestiques et sauvages dans l'évolution séculaire et mondiale de la peste. *Extrait des Comptes Rendus du XIIe Congrès International de Zoologie - Lisbonne, 1935*. Lisboa: Casa Portuguesa. 1937.

---- Regimento Proveitoso contra a Pestenença: Lisboa, Valentim Fernandes 1496. *Clínica, Higiene e Hidrologia* 1 (jan. 1935), p. 4-7.

---- Summa epidemiologica de la peste : épidémies anciennes et modernes. Separata de *Bulletin mensuel de l'office international d'hygiene publique*, XXV-3 (1933).

JOUET, Roger - Autour de la Peste Noire en Basse-Normandie au XIV siècle. *Annales de Normandie* 22:4 (1972), p. 265-76.

KACKI, Sacha ; CASTEX, Dominique - Réflexions sur la variété des modalités funéraires en temps d'épidémie. L'exemple de la Peste noire en contextes urbain et rural. *Archéologie médiévale* 42 (2012). DOI : <https://doi.org/10.4000/archeomed.10364>.

KACKI, Sacha; RAHALISON, Lila; RAJERISON, Minoarisoa; FERROGLIO, Ezio; BIANUCCI, Raffaelella - Black Death in the rural cemetery of Saint-Laurent-de-la-Cabrerisse Aude-Languedoc, southern France, 14th century: immunological evidence. *Journal of Archaeological Science*, 38:3 (2011), p. 581–587. doi:10.1016/j.jas.2010.10.012.

KALDELLIS, Anthony - The Literature of Plague and the Anxieties of Piety in Sixth Century Byzantium. In MORMANDO, Franco, WORCESTER, Thomas, *Piety and Plague from Byzantium to the Baroque*. Kirksville: Truman State University Press, 2010, p. 1–23.

KARLSSON, Gunnar - Plague without rats: the case of fifteenth-century Iceland. *Journal of Medieval History* 22:2 (1996), p. 263–284.

KASTER, Robert A. - The Transmission of Suetonius's Caesars in the Middle Ages. *Transactions of the American Philological Association* 144:1 (Spring 2014), p. 133-186. DOI: 10.1353/apa.2014.0000.

KAUSRUD, Kyrre Linné; BEGON, Mike; ARI, Tamara Bem; VILJUGREIN, Hildegunn; ESPER, Jan; BÜNTGEN, Ulf; LEIRS, Herwig; JUNGEL, Claudia; YANG, Bao; YANG, Meixue; XU, Lei; STENSETH, Nils Chr - Modeling the epidemiological history of plague in Central Asia: Palaeoclimatic forcing on a disease system over the past millennium. *BMC Biology* 8:1 (2010), 112. doi:10.1186/1741-7007-8-112.

KEELING, M.J.; GILLIGAN C.A. - Bubonic plague: a metapopulation model of a zoonosis. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 267:1458 (2000), p. 2219-2230. doi: 10.1098/rspb.2000.1272.

KELLER, Marcel; SPYROU, Maria A.; McCORMICK, Micheal; BOS, Kirsten I.; HERBIG, Alexander; KARUSE, Johannes - Ancient *Yersinia pestis* genomes provide no evidence for the origins or spread of the Justinianic Plague. *bioRxiv* 819698 (2019). doi: <https://doi.org/10.1101/819698>.

KELLER, Marcel; SPYROU, Maria A.; SCHEIB, Christiana L.; NEUMANN, Gunnar U.; KRÖPELIN, Andreas; HAAS-GEBHARD, Brigitte; PÄFFGEN, Bernd; HABERSTROH, Jochen; RIBERA I LACOMBA, Albert; RAYNAUD, Claude; CESSFORD, Craig; DURAND, Raphaël; STADLER, Peter; NÄGELE, Kathrin; BATES, Jessica S.; TRAUTMANN, Bernd; INSKIP, Sarah A.; PETERS, Joris; ROBB, John E.; KIVISILD, Toomas; CASTEX, Dominique; McCORMICK, Michael; BOS, Kirsten I.; HARBECK, Michaela; HERBIG, Alexander; KRAUSE, Johannes - Ancient *Yersinia pestis* genomes from across Western Europe reveal early diversification during the First Pandemic (541-750). *PNAS USA*. 116:25 (2019 Jun 18), p. 12363-12372. doi: 10.1073/pnas.1820447116.

KELMELIS, Kirsten Saige; PEDERSEN, Dorthe Dangvard - Impact of urbanization on tuberculosis and leprosy prevalence in medieval Denmark. *Anthropologischer Anzeiger* 76:2 (2019 Jun 24), p. 149-166. doi: 10.1127/anthranz/2019/0962.

KENNEDY, Hugh N. – Justinianic Plague in Syria and the Archaeological Evidence. In LITTLE, Lester K. (ed.), *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541-750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 87-95.

KENNY, Anthony – *Filosofia Medieval*. Tradução de António Infante. Lisboa: Gradiva, 2010. ISBN 978-989-616-370-9.

KING, Gary; HENDERSON, Charlotte - Living cheek by jowl: The pathoecology of medieval York. *Quaternary International* xxx (2013), p. 1–12. doi:10.1016/j.quaint.2013.07.032.

KISS, Istvan Z.; GREEN, Darren M.; KAO, Rowland R. - The effect of contact heterogeneity and multiple routes of transmission on final epidemic size. *Mathematical Biosciences* 203:1 (2006), p. 124-136. <https://doi.org/10.1016/j.mbs.2006.03.002>.

KITSIKOPOULOS, Harry - Standards of living and capital formation in pre-plague England: a peasant budget model. *Economic History Review* 53 (2000), p. 237-261.

KITTELL, Ellen E. - Death and taxes: mortmain payments and the authority of the Count in fourteenth-century Flanders. *Continuity and Change* 28:2 (2013), p. 187-211. <https://doi.org/10.1017/S0268416013000258>.

KREPPPEL, Katharina S.; CAMINADE, Cyril; TELFER, Sandra; RAJERISON, Minoarison; RAHALISON, Lila; MORSE, Andy; BAYLIS, Matthew - A Non-Stationary Relationship between Global Climate Phenomena and Human Plague Incidence in Madagascar. *PLoS Neglected Tropical Diseases* 8:10 (2014), e3155. doi:10.1371/journal.pntd.0003155.s013.

KRINSKY, Carol Herselle - "Seventy-Eight Vitruvius Manuscripts." *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 30 (1967), p. 36–70. DOI: 10.2307/750736.

KRUS, Luís – Celeiro e relíquias: o culto quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a Procissão dos Nus. In KRUS, Luís, *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 133-149.

KUGELER, Kiersten. J.; STAPLES, J. Erin; HINCKLEY, Alison; GAGE, Kenneth L.; MEAD, Paul S. - Epidemiology of Human Plague in the United States, 1900–2012. *Emerging Infectious Diseases*, 21:1 (2015), p. 16-22. <https://dx.doi.org/10.3201/eid2101.140564>.

KULIKOWSKI, Michael – Plague in Spanish Late Antiquity. In LITTLE, Lester K. (ed.), *Plague and the end of Antiquity: the pandemic of 541-750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 215-28.

LADURIE, Emmanuel Le Roy - Un concept: L'unification microbienne du monde (XVIe-XVIIe siècles). *Revue Suisse d'Histoire* 23:4 (1973), p. 627-696.

LAGERÅS, Per; BROSTRÖM, Anna; FREDH, Daniel; LINDERSON, Hans; BERG, Anna; BJÖRKMAN, Leif; HULTBERG, Tove; KARLSSON, Sven; LINDBLADH, Matts; MAZIER, Florence; SEGERSTRÖM, Ulf; SKÖLD, Eva - Abandonment, agricultural change and ecology. In LAGERÅS, Per, *Environment, society and the Black Death – an interdisciplinary approach to the late-medieval crisis in Sweden*. Oxford: Oxbow Books, 2016, p. 30-68.

LANGER, Lawrence N. - The Black Death in Russia: Its Effects Upon Urban Labor. *Russian History* 2:1 (1975), p. 53-67.

LAUDISOIT, Anne; LEIRS, Herwig; MAJUNDI, Rhodes H.; VAN DONGEN, Stefan; DAVIS, Stephen; NEERINCKX, Simon; DECKERS, Jozef; LIBOIS, ROLAND - Plague and the human flea, Tanzania. *Emerging Infectious Diseases*, 13:5 (2007 May), p. 687-693. doi: 10.3201/eid1305.061084.

LAVIGNE, Richard Louis de - La peste noire et la commune de Toulouse: le témoignage du livre des matricules des notaires. *Annales du Midi* 83 (1971), p. 413-417.

LE GOFF, Jacques - *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.

LEFF, Gordon – A Faculdade de Artes. 10.1 O *Trivium* e as três filosofias. In RIDDER-SYMOENS Hilde (coord.), *Uma História da Universidade Europeia. Vol. I: As Universidades na Idade Média*. Trad. Gabinete de Tradução da Universidade do Porto. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, p. 307-336.

LEMOS, Maximiano - *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*. Vol. I. 2ª edição, prefácio de Maria Olivia Rúber de Meneses. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Ordem dos Médicos, 1991. [1ª edição, 1899].

LERNER, Robert E. - The Black Death and Western European eschatological mentalities. *American Historical Review* 86 (1981), p. 533-552. doi:10.2307/1860369.

LESLIE, T.; WHITEHOUSE, C. A.; YINGST, S.; BALDWIN, C.; KAKAR, F.; MOFLEH, J.; HAMI, A. S.; MUSTAFA, L.; OMAR, F.; AYAZI, E.; ROSSI, C.; NOORMAL, B.; ZIAR, N.; KAKAR, R. - Outbreak of gastroenteritis caused by *Yersinia pestis* in Afghanistan. *Epidemiology and Infection*, 139:05 (2010), p. 728–735. ISSN 0950-2688 DOI: <https://doi.org/10.1017/S0950268810001792>.

LEULMI, Hamza; SOCOLOVSKI, Cristina; LAUDISOIT, Anne; HOUEMENO, Gualbert; DAVOUST, Bernard; BITAM, Idir; RAOULT, Didier; PAROLA, Philippe - Detection of *Rickettsia felis*, *Rickettsia typhi*, *Bartonella* Species and *Yersinia pestis* in Fleas (Siphonaptera) from Africa. *PLoS Neglected Tropical Diseases*, 8:10 (2014), e3152. doi:10.1371/journal.pntd.0003152.s004.

LITTLE, Lester K. (ed.) - *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541- 750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. ISBN 978-0-511-33526-6.

--- Plague Historians in Lab Coats*. *Past & Present*, 213:1 (2011), p. 267–290. doi:10.1093/pastj/gtr014.

LITTMAN, Robert J.; LITTMAN, M. L. - Galen and the Antonine Plague. *The American Journal of Philology*, 94:3 (Autumn, 1973), p. 243-255.

LITTMAN, Robert J. - The plague of Athens: epidemiology and paleopathology. *Mount Sinai Journal of Medicine*, 76:5 (2009 Oct), p. 456-467. doi: 10.1002/msj.20137.

LIU, Q.; MA, A.; WEI, L.; PANG, Y.; WU, B.; LUO, T.; ZHOU, Y.; ZHENG, H.X.; JIANG, Q.; GAN, M.; ZUO, T.; LIU, M.; YANG, C.; JIN, L.; COMAS, I.; GAGNEUX, S.; ZHAO, Y.; PEPPERELL C.S.; GAO, Q. - China's tuberculosis epidemic stems from historical expansion of four strains of *Mycobacterium tuberculosis*. *Nature Ecology and Evolution*, 2:12 (2018 Dec), p. 1982-1992. doi: 10.1038/s41559-018-0680-6.

LOCK, Ray - The Black Death in Walsham-le-Willows. *Proceedings of the Suffolk Institute of Archaeology & History* 37:4 (1992), p. 316-337.

LOMAS, Richard - The Black Death in County Durham. *Journal of Medieval History* 15:2 (1989), p. 127-140.

LÓPEZ DE MENESES, Amada - Datos acerca de la peste negra en Vic. *Ausa* 68:6 (1971), p. 280-285.

---- Documentos acerca de la peste negra en los dominios de la Corona de Aragón. *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón* 6 (1956), p. 291-447.

---- La Peste Negra en Cerdeña. In MALUQUER DE MOTES, D. (ed.), *Homenaje a Jaime Vicens Vives*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Facultad de Filosofía y Letras, 1965, volumen I, p. 533-541.

---- La peste negra en las Islas Baleares. In *VI Congreso de Historia de la Corona de Aragón*. Zaragoza: Ministerio de Asuntos Exteriores, 1959, p. 331-344.

LÓPEZ FERREIRO, Antonio - *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela. Tomo IV*. Santiago de Compostela: Imp. y Enc. del Seminario Conciliar Central, 1903.

LUTTRELL, Anthony - Los Hospitalarios en Aragón y la peste negra. *Anuario de estudios medievales* 3 (1966), p. 499-514.

LYNTERIS, Christos - Epidemics as Events and as Crises: Comparing Two Plague Outbreaks in Manchuria (1910–11 and 1920–21). *Cambridge Anthropology* 32:1 (2014), p. 62–76. <http://doi.org/10.3167/ca.2014.320106>.

MACARTHUR, William - The identification of some pestilences recorded in the Irish Annals. *Irish Historical Studies* 6:23 (1949), p. 169–188.

MADDICOTT, John - Plague in Seventh Century England. In LITTLE, Lester K. (ed.), *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541-750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 171-214.

MAKUNDI, Rhodes H.; MASSAWE, Apia W.; BORREMANS, Benny; LAUDISOIT, Anne; KATAKWEBA, Abdul - We are connected: flea–host association networks in the plague outbreak focus in the Rift Valley, northern Tanzania. *Wildlife Research* 42:2 (12 June 2015), p. 196-206. <https://doi.org/10.1071/WR14254>.

MALEK, Maliya Alia; BITAM, Idir; DRANCOURT, Michel - Plague in Arab Maghreb, 1940-2015: A Review. *Front Public Health*. 3:4 (2016 Jun), artículo 112. doi: 10.3389/fpubh.2016.00112.

MALEK, Maliya Alia.; HAMMANI, A.; BENELDIYOUZI, A.; BITAM, Idir - Enzootic plague foci, Algeria. *New Microbes New Infections* 4 (2014 Dec 4), p. 13-16. doi: 10.1016/j.nmni.2014.11.003.

MALTAS I MONTORO, Joan - *Caresties, fams i crisis de mortalitat a Catalunya: 1283-1351. Anàlisi d'indicadors i reconstrucció dels cicles econòmics i demogràfics*. Tesis doctoral amb menció internacional presentada el 15 de juliol del 2019 a la Universitat de Lleida, al programa de Doctorat en Territori, Patrimoni i Cultura, línia de recerca d'Història. Lleida: Universitat de Lleida, 2019.

MARQUES, André Evangelista – A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: a morfologia do *casal* entre os textos e as materialidades. In BARROCA, Mário (coord.), *No Tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM, 2017, p. 195-227.

---- *O Casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Noia: Editorial Toxosoutos, 2008. ISBN 978-84-96673-46-5.

MARQUES, A. H. de Oliveira – A moeda portuguesa durante a Idade Média. In MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Veja, 1980, p. 195-220.

---- *A sociedade medieval portuguesa – Aspectos de vida quotidiana*. 6ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010. ISBN 978-989-626-241-9. (1ª edição, 1964).

---- *Breve História de Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

---- *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera na Idade Média*. 2ª edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1968.

---- *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Nova História de Portugal, vol. 4. dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. ISBN 972-667-111-6.

MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.); GONÇALVES, Iria; MORENO, Humberto Carlos; RAMOS, Luís Oliveira – Para o Estudo da Peste Negra em Portugal. Apresentação de Virgínia Rau. Separata de *Bracara Augusta* 14-15:1-2 (1963).

MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

---- A peste de 1362, na diocese de Tui. *Boletim cultural de Melgaço* 9 (2016), p. 141-164.

---- A póvoa dionisina de Caminha: 1284. *Estudos regionais: revista de cultura do Alto Minho* II.6 (2012), p. 13-47.

---- A vila rústica de Deão, em 1284. In BARROCA, Mário Jorge (coord.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1999, vol. 2, p. 15-26.

---- *Braga nos Finais da Idade Média*. Braga: [s.n.], 1983.

---- O Castelo de Braga (1350-1450). *Mínia* 8 (1986), p. 5-34.

MARSHALL, Louise - Manipulating the Sacred: Image and Plague in Renaissance Italy. *Renaissance Quarterly* 47:3 (1994), p. 485-532. doi:10.2307/2863019.

MARTINS, Miguel Gomes - A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338. *Promontoria* 3 (2005), p. 19-80.

MARTINS, Raquel Oliveira - *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d'Os honrrados cidadaaos e Regedores*. Braga: Edição de Autor, 2013. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade do Minho.

MATE, Mavis - Agrarian economy after the Black Death: the manors of Canterbury Cathedral Priory, 1348-91. *Economic History Review* 37 (1984), p. 341-354.

MATEUS, José Eduardo; QUEIROZ, Paula Fernandes; VAN LEEUWAARDEN, Wim - O Laboratório de Paleoecologia e Arqueobotânica – Uma visita guiada aos seus programas, linhas de trabalho e perspectivas. In MATEUS, José Eduardo, MORENO-GARCÍA, Marta (eds.), *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2003, p. 104-188.

MATOS, Manuel Cadafaz de – O Infante D. Pedro, a versão do *De Officiis* e outras preocupações ciceronianas no Ocidente Europeu no Século XV. Para a História do período de transição do livro manuscrito para o Livro Impresso. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Vol. LXIX (1993), p. 315-341.

---- *Os emparedados em Portugal na Idade Média e nos começos da Idade Moderna. Semiótica, linguagens de reclusão e níveis de interioridade*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 2004.

MATTOSO, José – 1096-1325. In MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal. Vol. II: A Monarquia Feudal*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 11-259.

---- *A Escrita da História. Teoria e Métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1279-4.

---- Eremitas Portugueses no Século XII. In MATTOSO, José, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, p. 103-145.

---- Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa. In MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 283-304.

---- *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.

McCORMICK, Michael - Rats, communications, and plague: toward an ecological history. *Journal of Interdisciplinary History* 34:1 (2003), p. 1–25.

McDONALD, A. H. – Livius, Titus. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 2 (1971), p. 331-348.

McELROY, Kristina; BLAGBURN, Byron; BREITSCHWERDT, Edward; MEAD, Paul; McQUISTON, Jennifer - Flea-associated zoonotic diseases of cats in the USA: Bartonellosis, flea-borne rickettsioses, and plague. *Trends in parasitology* 26 (2010), p. 197-204. 10.1016/j.pt.2010.01.001.

MEIER, Mischa - The 'Justinianic Plague': An "Inconsequential Pandemic"? A Reply. *Medizinhistorisches Journal* 55:2 (April 2020), p. 172-199. DOI: 10.25162/mhj-2020-0006.

MEIRINHOS, José Francisco – Afonso Dinis de Lisboa: percurso de um filósofo, médico, teólogo, tradutor e eclesiástico do século XIV. *Península. Revista de Estudos Ibéricos* 4 (2007), p. 47-64.

---- Manuscritos e leituras de S. Bernardo em Portugal na Idade Média. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes, OSSWALD, Helena - *Cister: por entre história e imaginário: livro do IX Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2014, p. 97-129.

---- Martinho de Braga e a compreensão da natureza na alta Idade Média (séc. VI): símbolos da fé contra a idolatria dos rústicos. In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2006, vol. 2, p. 395-414.

MEISS, Millard – *Painting in Florence and Siena after the Black Death. The Arts, Religion, and Society in Mid-Fourteenth Century*. Princeton: Princeton University Press, 1978. ISBN 0-691-00312-2.

MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320 – c. 1415*. Braga: Edição do Autor, 2009. 2 volumes. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho.

MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo - Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho. In MELO, Arnaldo Sousa, RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.), *História da Construção. Os Materiais*. Braga: CITCEM, LAMOP, 2012, p. 127-166.

MENGEL, David C. - A Plague on Bohemia? Mapping the Black Death. *Past & Present* 211:1 (2011), p. 3–34. doi:10.1093/pastj/gtq069.

MICHAUD, Francine – Exploités ou profiteurs? Les apprentis marseillais avant la Peste Noire. *Médiévales* 15 (1996), p. 83-96.

---Travail et mouvements migratoires avant et après la peste noire à Marseille. *Provence Historique* 49 (1999), p. 367-383.

MIKHAIL, Alan - The nature of plague in late eighteenth-century Egypt. *Bulletin of the History of Medicine* 82:2 (2008), p. 249–275. doi:10.1353/bhm.0.0031.

MIRA, M. Ferreira de – *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1948.

MIRANDA, Flávio - Network Takers or Network Makers? The Portuguese Traders in the Medieval West. In CARACAUSI, Andrea, JEGGLE, Christof (eds.), *Commercial Networks and European Cities, 1400–1800*. London: Pickering & Chatto, 2014, p. 171-186.

MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; DUARTE, Luís Miguel – *História do Porto. 4. A cidade e o Mestre. Entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. Matosinhos: QuidNovi, 2010. ISBN 978-989-554-630-5.

MIRANDA, Sílvia - *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344 (2ª parte)*. Lisboa: [s.n.], 2013. Relatório de estágio de mestrado em Crítica Textual apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MITCHELL, Piers D. – Human parasites in medieval Europe: lifestyle, sanitation and medical treatment. *Advances in Parasitology* 90 (2015), p. 389-420. DOI: 10.1016/bs.apar.2015.05.001.

--- Retrospective diagnosis and the use of historical texts for investigating disease in the past. *International Journal of Paleopathology* 1 (2011), p. 81-88. 10.1016/j.ijpp.2011.04.002.

MOLL, Isabel ; VIVES PERE, Salas ; PUJADAS-MORA, Joana María - Vers une nouvelle modernité sanitaire : l'épidémie de peste de Majorque en 1820. *Annales de démographie historique* 134 (2017), p. 125-149. DOI : 10.3917/adh.134.0125.

MOLLARET, H. H. - Conservation expérimentale de la peste dans le sol, *Bulletin de la Société de Pathologie exotique* 56 (1963), p. 1168-1182.

MOLLAT, Michel - Notes sur la mortalité à Paris au temps de la Peste Noire d'après les comptes de l'œuvre de Saint-Germain-l'Auxerrois. *Le Moyen Age* 69 (1963), p. 505-527.

MONLOUBOU, Louis – Jérémie, Livre. In *Dictionnaire Encyclopedique de la Bible*. Dir. et coord. Joseph Longton et R.-Ferdinand Poswick. Turnhout: Brepols, 1987, p. 654-656.

MONTERO CARTELLE, Enrique - Lengua médica y léxico sexual: La constitución de la lengua técnica. In *Speculum medicinae: estudios de medicina latina antigua y medieval*. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018, ISBN 978-84-8448-986-3, p. 61-80.

---- Del vulgarismo al tecnicismo: características de la lengua técnica latina. In *Speculum medicinae: estudios de medicina latina antigua y medieval*. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018, p. 81-108.

MOORHEAD, John - Boethius' life and the world of late antique philosophy. In MARENBON, John, *The Cambridge Companion to Boethius*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 13-33.

MONTEANO, Peio J. - La Peste Negra en Navarra: la catástrofe demográfica de 1347-1349. *Príncipe de Viana* 62:222 (2001), p. 87-120.

MORDECHAI, Lee; EISENBERG, Merle; NEWFIELD, Timothy P.; IZDEBSKI, Adam; KAY, Janet E.; POINAR, Hendrik - The Justinianic Plague: An inconsequential pandemic? *PNAS USA* 116:51 (2019 Dec 17), p. 25546-25554. doi: 10.1073/pnas.1903797116.

MORDECHAI, Lee, EISENBERG, Merle – Rejecting Catastrophe: The Case of the Justinianic Plague. *Past & Present* 244:1 (August 2019), p. 3–50, <https://doi.org/10.1093/pastj/gtz009>.

MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégia e Posteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013. ISBN 978-972-31-1481-2.

MOREIRA, Maria Eugénia; NETO, Carlos da Silva – Parte V: A Vegetação. In MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.); FERREIRA, António Brum - *Geografia de Portugal 1. O Ambiente Físico*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

MORELLI, Giovanna; SONG, Yajun; MAZZONI, Camila J.; EPPINGER, Mark; ROUMAGNAC, Philippe; WAGNER, David M.; FELDKAMP, Mirjam; KUSECEK, Barica; VOGLER, Amy J.; LI,

Yanjun; CUI, Yujun; THOMSON, Nicholas R.; JOMBART, Thibaut; LEBLOIS, Raphael; LICHTNER, Peter; RAHALISON, Lila; PETERSEN, Jeannine M.; BALLOUX, Francois; KEIM, Paul; WIRTH, Thierry; RAVEL, Jacques; YANG, Ruifu; CARNIEL, Elisabeth; ACHTMAN, Mark - *Yersinia pestis* genome sequencing identifies patterns of global phylogenetic diversity. *Nature Genetics* 42 (2010), p. 1140–1143. <https://doi.org/10.1038/ng.705>.

MORENO, Ana; PÉREZ, Ana; FRIGOLA, Jaime; NIETO-MORENO, Vanesa; RODRIGO-GÁMIZ, Marta; MARTRAT, Belén; GONZÁLEZ-SAMPÉRIZ, Penélope; MORELLÓN, Mario, MARTÍN-PUERTAS, Celia; CORELLA, Juan Pablo; BELMONTE, Ánchel; SANCHO, Carlos; CACHO, Isabel; HERRERA, Gemma; CANALS, Miquel; GRIMALT, Joan O.; JIMÉNEZ-ESPEJO, Francisco; MARTÍNEZ-RUIZ, Francisca; VEGAS-VILARRÚBIA, Teresa; VALERO-GARCÉS, Blas L. - The Medieval Climate Anomaly in the Iberian Peninsula reconstructed from marine and lake records. *Quaternary Science Reviews* 43 (2012), p. 16-32. <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2012.04.007>.

MORENO, Humberto Baquero – A Peste Negra e os legados à Igreja. *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, VI (1996), p. 133-143.

---- Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85. *Bracara Augusta*, XXXVII:83-84 (1983), p. 373-386;

---- Um testamento concebido durante a Peste Negra. *Bracara Augusta* XXXII:73-74 (85-86) (Jan.Dez. 1978), p. 125-141.

MORENS, David M.; FOLKERS, Gregory K.; FAUCI, Anthony S. - What is a pandemic? *Journal of Infectious Diseases* 200.7 (2009), p. 1018-1021.

MORNA, Teresa Freitas (coord.) – *Museu de S. Roque, Roteiro*. 3ª edição. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015.

MUDUR, Ganapati - India's Pneumonic Plague Outbreak Continues to Baffle. *BMJ: British Medical Journal*, 311:7007 (1995) p. 706.

MULLAN, John - Mortality, gender, and the plague of 1361-2 on the estate of the Bishop of Winchester. *Cardiff Historical Papers* (2007-8), p. 1-41.

MUMCUOGLU, K. Y.; ZIAS, J.; TARSHIS, M.; LAVI, M.; STIEBEL, G. D. - Body Louse Remains Found in Textiles Excavated at Masada, Israel. *Journal of Medical Entomology*, 40:04 (1 July 2003), p. 585–587. <https://doi.org/10.1603/0022-2585-40.4.585>.

MUNRO, John H. – Wage-stickiness, monetary changes, and real incomes in late-medieval England and the low countries 1300–1500: Did money matter? *Research in Economic History* 21 (2003), p. 185-297.

MYRDAL, Janken – The Black Death in the North: 1349-1350. In BISGAARD, Lars, SØNDERGAARD, Leif (eds.), *Living with the Black Death*. Odense: University Press of Southern Denmark, 2009, p. 63-84.

--- The Forgotten Plague: The Black Death in Sweden. In HÄMÄLÄINEN, Pekka (ed.), *When diseases make history: epidemics and great historical turning points*. Helsinki: Yliopistopaino, Helsinki University Press, 2006, p. 141-186.

NASCIMENTO, Aires Augusto – As Livrarias dos Príncipes de Avis. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* LXIX (1993), p. 265-287.

NASCIMENTO, Aires Augusto; MEIRINHOS, José Francisco (coords.) – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

NAUERT Jr., Charles G. – Caius Plinius Secundus. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 4 (1980), p. 297-422.

NAUTA, Lodi - The Consolation: the Latin commentary tradition, 800–1700. In MARENBON, John, *The Cambridge Companion to Boethius*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 255-278.

NEWFIELD, Timothy P. - A Cattle Panzootic in Early Fourteenth-Century Europe. *Agricultural History Review* LVII (2009), p. 155–190.

--- Domesticates, disease and climate in early post-classical Europe: The Cattle Plague of c. 940 and its environmental context. *Postclassical Archaeologies* 5 (2015), p. 95-126.

--- Early medieval epizootics and landscapes of disease: the origins and triggers of European livestock pestilences, 400-1000 CE. In KLEINGÄRTNER, Sunhild, NEWFIELD,

Timothy P., ROSSIGNOL, Sébastien, WEHNER, Donat, *Landscapes and societies in medieval Europe East of the Elbe: interactions between environmental settings and cultural transformations*. Toronto: PIMS, 2013, p. 73-113.

---- Epizootics and the Consumption of Diseased Meat in the Middle Ages. In AMMANNATI, Francesco, *Religion and religious institutions in the European economy 1000–1800*. Firenze: Firenze University Press, 2012, p. 619–639.

---- Malaria and malaria-like disease in the early Middle Ages. *Early Medieval Europe* 25:3 (2017), p. 251-300. <https://doi.org/10.1111/emed.12212>.

---- Mysterious and Mortiferous Clouds: The Climate Cooling and Disease Burden of Late Antiquity In IZDEBSKI, Adam, MULRYAN, Michael (eds.), *Environment and Society in the Long Late Antiquity*. Leiden: Brill, 2018, p. 89-115. doi:10.1163/22134522-12340068.

NICHOLS, Megin C.; ETTESTAD, Paul J.; VINHATTON, Elizabeth S.; MELMAN, Sandra D.; ONISCHUCK, Lisa; PIERCE, Erica A.; ARAGON, Adam S. - *Yersinia pestis* infection in dogs: 62 cases (2003–2011). *Journal of the American Veterinary Medical Association*, 244:10 (May 15, 2014), p. 1176-1180 (<https://doi.org/10.2460/javma.244.10.1176>).

NOGUEIRA, Bernardo Sá – *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal. Génese e Implantação (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2008. ISBN 978-972-27-1644-4.

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da - *A Casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV-XV)*. Lisboa : [s.n.], 2010. Tese de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

NUNES, Maria Margarida Ataíde – *A Morte em Lisboa na Idade Média – Contributo Arqueológico*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edição de Autor, 2010.

NUTTON, Vivian - Introduction. *Medical History*, 52:S27 [Pestilential complexities: understanding medieval plague.] (2008), p. 1-16. doi:10.1017/S0025727300072069.

NYBORG, Ebbe – The Black Death as Reflected in Scandinavian Art and Architecture. In BISGAARD, Lars, SØNDERGAARD, Leif (eds.), *Living with the Black Death*. Odense: University Press of Southern Denmark, 2009, p. 187-206.

OLSEN, B. Munk - *L'étude des auteurs classiques latins aux XIe et XIIIe siècles*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1982-1989. 3 vols.

OS, Henk van - The Black Death and Sieneese painting: a problem of interpretation. *Art History* 4 (1981), p. 237-249.

PACHECO, Maria Cândida – A Formação Intelectual do Santo. *Itinerarium* XXVII:110-111 (Maio-Dezembro de 1981), p. 165-183.

PAMUK, Şevket; SHATZMILLER, Maya - Plagues, wages and economic change in the Islamic Middle East, 700-1500. *Journal of Economic History* 74:1 (2014), p. 196-229. doi: 10.1017/S0022050714000072.

PAMUK, Şevket – The Black Death and the origins of the “Great Divergence” across Europe, 1300–1600. *European Review of Economic History*, 11:03 (2007), p. 289–317.

PARK, Yong Hwan Park; REMMERS, Elaine F.; LEE, Wonyong; OMBRELLO, Amanda K.; CHUNG, Lawton K; SHILEI, Zhao; STONE, Deborah L.; IVANOV, Maya I.; LOEVEN, Nicole A.; BARRON, Karyl S.; HOFFMANN, Patrycja; NEHREBECKY, Michele; AKKAYA-ULUM, Yeliz Z.; SAG, Erdal; BALCI-PEYNIRCI OGLU, Banu; AKSENTIJEVITCH, Ivona; GÜL, Ahmet; ROTIMI, Charles N.; CHEN, Hua Chen; BLISKA, James B.; OZEN, Seza; KASTNER, Daniel L.; SHRINER, Daniel; CHAE, Jae Jin - Ancient familial Mediterranean fever mutations in human pyrin and resistance to *Yersinia pestis*. *Nature immunology*, 21:8 (2020), p. 857–867. <https://doi.org/10.1038/s41590-020-0705-6>.

PARK, Sang Woo, DUSHOFF, Jonathan; EARN, David J. D.; POINAR, Hendrik; BOLKER, Benjamin M. - Human ectoparasite transmission of the plague during the Second Pandemic is only weakly supported by proposed mathematical models. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115:34 (Aug 2018), E7892-E7893. DOI: 10.1073/pnas.1809775115.

PASCHE, Véronique - Les épidémies de peste en Suisse Romande. Vers de nouveaux comportements? In BAGLIANI, Agostino Paravicini, SANTI, F. (eds), *The regulation of evil:*

social and cultural attitudes to epidemics in the late Middle Ages. Florence: 1998, SISMELE - Edizioni del Galluzzo, p. 125-136.

PAUPÉRIO, Joana; VALE-GONÇALVES, Hélia Marisa; CABRAL, João Alexandre; MIRA, António; BENCATEL, Joana - Roedores. In BENCATEL, Joana; SABINO-MARQUES, Helena; ÁLVARES, Francisco; MOURA, André E.; BARBOSA, A. Márcia (eds.), *Atlas de Mamíferos de Portugal*. 2ª edição. Évora: Universidade de Évora, 2019, p. 116-149.

PEDROSA, Marta - *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344 (1ª parte)*. Lisboa: [s.n.], 2013. 2 vols. Relatório de estágio de mestrado em Crítica Textual apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PEREIRA, Gonçalo - Crónicas do castelo de São Jorge. *National Geographic Portugal* 178 (janeiro de 2016), não paginado.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes - Memórias e espaços de uma devoção urbana: o culto a S. Sebastião em Alcácer do Sal (séculos XV-XVI). *Lusitania Sacra* 35 (Janeiro-Junho 2017), p. 207-240.

PEREIRA, Maria Teresa Ribeiro Matos Fernandes Rocha - *A população medieval de S. Miguel de Odrinhas (Sintra): caracterização biológica*. Évora: Edição de Autor, 2008. Tese de doutoramento em Biologia apresentada à Universidade de Évora.

PEREIRA, Pedro Abrunhosa – *O Vinho na Lusitânia*. Porto: CITCEM, Edições Afrontamento, 2017. ISBN 978-972-36-1581-4.

PEREIRA, Paulo – A arquitectura (1250-1450). In PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa, Volume I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 334-433.

PERES, Damião (dir.) – *História de Portugal. Volume 2: Primeira Época (1128-1411)*. Barcelos: Portucalense Editora, 1929.

PERRY, Robert D.; FETHERSON, Jacqueline D. - *Yersinia pestis* - etiologic agent of plague. *Clinical Microbiology Reviews* 10:1, (Jan 1997), p. 35-66. DOI: 10.1128/CMR.10.1.35.

PHARR, Clyde (ed.) - *The Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitutions*. Princeton: Princeton University Press, 1952.

PIARROUX, Renaud; ABEDI, Aaron Aruna; SHAKO, Jean-Christophe; KEBELA, Benoit; KARHEMERE, Stomy; DIATTA, Georges; DAVOUST, Bernard; RAOULT, Didier; DRANCOURT, Michel - Plague epidemics and lice, Democratic Republic of the Congo. *Emerging Infectious Diseases* 19:3 (2013), p. 505-506.

PIGEAUD, Jackie - De la difficulté de penser la maladie pestilentielle. Le legs antique. In *Épidémies, épizooties. Des représentations anciennes aux approches actuelles*. Dir. François Clément. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2017, p. 15-27.

PINHO, Sebastião Tavares de – O Infante D. Pedro e a “Escola” de Tradutores da Corte de Avis. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Vol. LXIX (1993), p. 129-153.

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor - D. Dinis. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. ISBN 972-42-3483-5.

---- *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, 1999. 3 volumes.

PONTES, David - *O cerco da peste no Porto: Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899*. Porto: [Edição do Autor], 2012. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

POOS, L. R. - Plague mortality and demographic depression in later medieval England. *Yale Journal of Biology & Medicine* 54:3 (1981), p. 227-234.

PORTELA DA SILVA, Ermelindo - *La región del obispado de Tuy en los siglos XII a XV. Una sociedad en la expansión y en la crisis. Compostellanum. Revista de la Archidiócesis de Santiago de Compostela* 20:1-4 (1975), p. 1-469 [versão publicada da tese de doutoramento do autor].

PRAT, Geneviève - Albi et la peste noire. *Annales du Midi* 64:17 (1952), p. 15-25.

RAMOS, Rui – *História de Portugal. Sexto Volume. A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. ISBN 972-33-1629-3.

RAO, Riccardo - I villaggi abbandonati nel Vercellese: due crisi a confronto (secoli XIV-XVII). *Popolazione e Storia* 10:1 (2009), p. 39-56.

RAOULT, Didier - A personal view of how paleomicrobiology aids our understanding of the role of lice in plague pandemics. *Microbiology Spectrum* 4.4 (2016). doi:10.1128/microbiolspec.PoH-0001-2014.

RAOULT, Didier; MOUFFOK, Nadjet; BITAM, Idir; PIARROUX, Renaud; DRANCOURT, Michel - Plague: history and contemporary analysis. *Journal of Infection* 66:1 (2013), p. 18-26. DOI: [10.1016/j.jinf.2012.09.010](https://doi.org/10.1016/j.jinf.2012.09.010).

RAOULT, Didier; DUTOUR, Olivier; HOUHAMDI, Linda; JANKAUSKAS, Rimantas; FOURNIER, Pierre-Edouard; ARDAGNA, Yann; DRANCOURT, Michel; SIGNOLI, Michel; LA, Vu Dang; MACIA, Yves; ABOUDHARAM, Gérard - Evidence for louse-transmitted diseases in soldiers of Napoleon's grand army in Vilnius. *Journal of Infectious Diseases*, 193 (2006) 112-120.

RASCOVAN, Nicolás; SJÖGREN, Karl-Göran; KRISTIANSEN, Kristian; NIELSEN, Rasmus; WILLERSLEY, Eske; DESNUES, Christelle; RAMUSSEN, Simon - Emergence and Spread of Basal Lineages of *Yersinia pestis* during the Neolithic Decline. *Cell* 176:1-2 (2019) p. 295-305.e10. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.11.005>.

RASMUSSEN, Simon; ALLENTOFT, Morten Erik; NIELSEN, Kasper; ORLANDO, Ludovic; SIKORA, Martin; SJÖGREN, Karl-Göran; PEDERSEN, Anders Gorm; SCHUBERT, Mikkel; VAN DAM, Alex; KAPEL, Christian Moliin Outzen; NIELSEN, Henrik Bjørn; BRUNAK, Søren; AVETISYAN, Pavel; EPIMAKHOV, Andrey; KHALYAPIN, Mikhail Viktorovich; GNUNI, Artak; KRIISKA, Aivar; LASAK, Irena; METSPALU, Mait; MOISEYEV, Vyacheslav; GROMOV, Andrei; POKUTTA, Dalia; SAAG, Lehti; VARUL, Liivi; YEPISKOPOSYAN, Levon; SICHERITZ-PONTÉN, Thomas; FOLEY, Robert A.; LAHR, Marta Mirazón Lahr; NIELSEN, Rasmus; KRISTIANSEN, Kristian; WILLERSLEY, Eske - Early divergent strains of *Yersinia pestis* in Eurasia 5,000 years ago. *Cell*. 163:3 (2015 Oct 22), p. 571-582. doi: 10.1016/j.cell.2015.10.009.

RATOVONJATO, J.; RAJERISON, M.; RAHELINIRINA, S.; BOYER, S. - *Yersinia pestis* in *Pulex irritans* Fleas during Plague Outbreak, Madagascar. *Emerging Infectious Disease*, 20:8 (2014), p. 1414-1415. doi:10.3201/eid1509.090442.

RATSITORAHINA, M.; CHANTEAU, S.; RAHALISON, L.; RATSIFASOAMANANA, L.; BOISIER, P. - Epidemiological and diagnostic aspects of the outbreak of pneumonic plague in Madagascar. *The Lancet*, 355:9198 (2002), p. 111–113. doi:10.1016/S0140-6736(99)05163-6.

RAU, Virgínia – *Sesmarias Medievais Portuguesas*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1982 [1ª edição: 1946].

---- Un document portugais sur la peste noire de 1348. *Annales du Midi : revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*, 78 :77-78 (1966), p. 331-334.

RAWCLIFFE, Carole - *Leprosy in Medieval England*. Rochester: Boydell and Brewer Ltd, 2006. ISBN 978-1843834540.

---- The concept of health in medieval society. In CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 317-334.

RECUERO-LISTA, Alejandra - *El reinado de Alfonso XI de Castilla (1312-1350)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2016. Tesis de doctorado en Historia.

REES, William - The Black Death in England and Wales as exhibited in manorial documents. *Proceedings of the Royal Society of Medicine* 16 (1923), p. 24-45.

---- The Black Death in Wales. *Transactions of the Royal Historical Society* 4:3 (1920), p. 115-135. doi:10.2307/3678308.

REIJNIERS, Jonas; BEGON, Mike; AGEYEV, Vladimir S.; LEIRS, Herwig - Plague epizootic cycles in Central Asia. *Biology Letters* 10:6 (2014), 20140302. doi:10.1098/rsbl.2014.0302.

REINHARDT, Klaus; SANTIAGO-OTERO, Horacio - *Biblioteca bíblica ibérica medieval*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1986. ISBN 84-00-06311-9.

RELVADO, Cláudia - *Crescer num Tomar medieval. Estudo paleobiológico de uma amostra osteológica de indivíduos não adultos, da necrópole medieval/moderna de*

Santa Maria do Olival, Tomar. Coimbra: [s.n.], 2015. Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologia Humana.

REMA, Henrique Pinto – O Vocabulário do *Opus Evangeliorum* de St. António de Lisboa. *Itinerarium* XXVII:110-111 (Maio-Dezembro de 1981), p. 184-197.

RENARDY, Christine - Un témoin de la Grande Peste: Maitre Simon de Couvin, chanoine de Saint-Jean l'Évangéliste à Liège. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire* 52 (1974), p. 273-292.

RENOUARD, Yves - Conséquences et intérêt démographique de la Peste Noire de 1348. *Population* 3:3 (1948), p. 459-66.

REYERSON, Kathryn L. – Changes in testamentary practice at Montpellier on the eve of the Black Death. *Church History* 47:3 (1978), p. 253-269.

REYN, C. Fordham von; BARNES, Allan M.; WEBER, Neil S.; HODGIN, U. G. – Bubonic Plague from exposure to a rabbit: a documented case, and a review of rabbit-associated plague cases in the United States. *American Journal of Epidemiology* 104:1 (July 1976), p. 81–87. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.aje.a112276>.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal. II. O Ritmo Climático e a Paisagem*. Comentários e atualizações de Suzanne Daveau. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1988.

RIES, Julien – Ézéchiél, Livre. In *Dictionnaire Encyclopedique de la Bible*. Dir. et coord. Joseph Longton et R.-Ferdinand Poswick. Turnhout: Brepols, 1987, p. 464-468.

ROCA CABAU, Guillem - Medidas municipais contra la peste en la Lleida del siglo XIV e inicios del XV. *Dynamis: Acta Hispanica ed Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam* 38:1 (2018), p. 15-39.

ROCHA, Ana Rita Saraiva da - *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Ana Cristina da Piedade - *A maqbara de Shantarîn: enfermidade e saúde numa amostra esquelética de adultos*. Coimbra: [s.n.], 2013. Dissertação de Mestrado

em Evolução e Biologia Humanas, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. – Un destin interrompu : Aliénor de Portugal, brève reine d'Aragón. *Etudes Roussillonnaises. Revue d'Histoire et d'archéologie Méditerranéennes* XXV (2013), p. 89-96.

--- *Torres Vedras. A Vila e o Termo nos Finais das Idade Média*. Lisboa: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. ISBN 972-31-0658-2.

RODRIGUES, Ana Maria S. A.; RIBEIRO, João Carlos Taveira; COSTA, Maria Antonieta Moreira da; MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro - *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Centro de Estudos de História Religiosa, 2005.

RODRIGUES, Samuel – “Direito Canónico”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direção de Carlos Moreira Azevedo, vol. II (C-I). Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 74-79.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, CEPESE, 2008. ISBN: 978-972-36-1005-5.

ROE, Helen M. - Cadaver Effigial Monuments in Ireland. *The Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland* 99:1 (1969), p. 1-19.

ROOSEN, Joris; CURTIS, Daniel R. - Dangers of noncritical use of historical plague data. *Emerging Infectious Diseases* 24:1 (2018), p. 103-110. DOI: <https://doi.org/10.3201/eid2401.170477>.

ROOSEN, Joris; CURTIS, Daniel R. - The ‘light touch’ of the Black Death in the Southern Netherlands: an urban trick?. *Economic History Review* 72:1 (2019), p. 32–56. <https://doi.org/10.1111/ehr.12667>.

ROQUE, Mário da Costa - *As pestes medievais europeias e o "regimento Proueytoso contra ha Pestenença"*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

RUBINI, Mauro; GUALDI-RUSSO, Emanuela; MANZON, Vanessa S.; RINALDO, Natascia; BIANUCCI, Raffaella - Mortality risk factors show similar trends in modern and historic populations exposed to plague. *The Journal of Infection in Developing Countries* 10:5 (2016), p. 488-493. doi: 10.3855/jidc.7974.

RUBIO, Agustin - *Peste negra, crisis y comportamientos sociales en la Espana del siglo XIV: La ciudad de Valencia (1348-1401)*. Granada: Universidad de Granada, 1979. ISBN 978-8433801463.

RUIZ DE LOIZAGA, Saturnino - La peste negra en la Península Ibérica: alusiones, evocaciones, recurrencias (siglo XV) según documentación del Archivo Vaticano. *Scriptorium Victoriense* 57 (2010), p. 403-423.

---- *La peste en los reinos peninsulares. Según documentación del Archivo Vaticano (1348-1460)*. Bilbao: Museo Vasco de Historia de la Medicina y de la Ciencia, 2009. ISBN: 978-84-935565-5-6.

RUIZ-MOIRET, Diane - Tite-Live et les maladies pestilentiellles. *Eruditio Antiqua* 11 (2019), p. 5-25.

RÚÍZ VENTURA, Jordi; SUBIRÁ DE CALDÀCANO, M. Eulàlia - Reconstrucció antropològica del pogrom de 1348 a Tàrrega. *Urtx* 23 (2009), p. 126-137.

RUNFOLA, Janine K.; HOUSE, Jennifer; MILLER, Lisa; COLTRON, Leah; HITE, Donna; HAWLEY, Alex; MEAD, Paul; SCHRIEFER, Martin; PETERSEN, Jeannine; CASACELI, Colleen; ERLANDSON, Kristine M.; FOSTER, Clayton; PABILONIA, Kristy L.; MASON, Gary; DOUGLAS JR John M. - Outbreak of Human Pneumonic Plague with Dog-to-Human and Possible Human-to-Human Transmission — Colorado, June–July 2014. *MMWR. Morbidity and Mortality Weekly Report*, 64:16 (May 1, 2015), p. 429–434.

RUSSELL, Josiah C. – Effects of pestilence and plague, 1315-1385. *Comparative Studies in Society & History* 8:4 (1966), p. 464-473.

---- That Earlier Plague. *Demography* 5:1 (1968), p. 174-84.

SAAVEDRA, Mónica – *A Malária em Portugal: Histórias e Memórias*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014. ISBN 978-972-671-334-0.

SALKELD, Daniel J.; SALATHÉ, Marcel; STAPP, Paul; JONES, James Holland - Plague outbreaks in prairie dog populations explained by percolation thresholds of alternate host abundance. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 107:32 (2010), p. 14247–14250. doi:10.1073/pnas.1002826107/-/DCSupplemental.

SALLARES, Robert - Role of environmental changes in the spread of malaria in Europe during the Holocene. *Quaternary International* 150:1 (junho 2006), p. 21-27. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2006.01.005>.

SALLARES, Robert; BOUWMAN, Abigail; ANDERUNG, Cecilia - The Spread of Malaria to Southern Europe in Antiquity: New Approaches to Old Problems. *Medical History* 48:3 (2004 Jul 1), p. 311–328. doi: 10.1017/s0025727300007651.

SANCHÉZ-JIMÉNEZ, Antonio - *La literatura de la corte de Alfonso VIII de Castilla*. Proyecto presentado para la obtención del grado de doctor en el Departamento de Lengua Española, Universidad de Salamanca. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2011.

SÁNCHEZ SANCHÉZ, Xosé Manoel - *La iglesia de Santiago y el pontificado en la Edad Media (1140-1417)*. *Colección de documentación pontificia medieval de la catedral de Santiago*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2006. Tesis doctoral presentada a Universidade de Santiago de Compostela.

SANTOS, Ana Luísa - *A skeletal picture of tuberculosis: macroscopic, radiological, biomolecular, and historical evidence from the Coimbra Identified Skeletal Collection*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia, especialidade em Antropologia Biológica, Universidade de Coimbra. Coimbra: Edição de Autor, 2000.

SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula - *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Porto: [Edição do Autor], 2010. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva - *O domínio da Santa Maria do Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001. ISBN 972-27-1103-2.

SARRIS, Peter - The Justinianic plague: origins and effects. *Continuity and Change*, 17:2 (2002), p. 169–182. DOI: 10.1017/S0268416002004137.

---- Bubonic plague in Byzantium: the evidence of non-literary sources. in LITTLE, Lester K. (ed.), *Plague and the end of Antiquity: the pandemic of 541-750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 119-32.

SCHMID, Boris V.; BÜNTGEN, Ulf; EASTERDAY, W. Ryan; GINZLER, Christian; WALLØE, Lars; BRAMANTI, Barbara; STENSETH, Niels Chr. - Climate-driven introduction of the Black Death and successive plague reintroductions into Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 112:10 (2015), p. 3020–3025. <http://doi.org/10.1073/pnas.1412887112>.

SCHMILOGLU, Uli - Preliminary remarks on the role of disease in the history of the Golden Horde. *Central Asian Survey*, 12:4 (1993), p. 447-57.

---- The rise of the Ottoman empire: The Black Death in medieval Anatolia and its impact on Turkish civilization. In YAVARI, Neguin, POTTER, Lawrence G., OPPENHEIM, Jean-Marc Ran (eds.), *Views From the Edge*. New York: Columbia University Press, 2004, p. 255–279.

---- The impact of the Black Death on the Golden Horde: politics, economy, society, civilization', *Golden Horde Review* 5:2 (2017), p. 325-343.

SCHUPBACH, William - A Venetian 'plague miracle' in 1464 and 1576. *Medical History* 20:3 (1976), p. 312-316.

SEABRA, Ricardo – *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionado no Porto medieval (1242-1383)*. Porto: [Edição de Autor], 2012. Dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SEIFERT, Lisa; HARBECK, Michaela; THOMAS, Astrid; HOKE, Nadja; ZÖLLER, Lothar; WIECHMANN; Ingrid; GRUPE, Gisela; SCHOLZ, Holger C.; RIEHM, Julia M. - Strategy for Sensitive and Specific Detection of *Yersinia pestis* in Skeletons of the Black Death Pandemic. *PLoS ONE*, 8:9 (2013), e75742. doi:10.1371/journal.pone.0075742.s003.

SEIFERT, Lisa; WIECHMANN, Ingrid; HARBECK, Michaela; THOMAS, Astrid; GRUPE, Gisela; PROJAHN, Michaela; SCHOLZ, Holger C.; RIEHM, Julia M. - Genotyping *Yersinia pestis* in Historical Plague: Evidence for Long-Term Persistence of *Y. pestis* in Europe from the 14th to the 17th Century. *PLoS ONE* 11:1 (2016), e0145194. doi: 10.1371/journal.pone.0145194

SELASSIE, Yohannes Gebre - Plague as a Possible Factor for the Decline and Collapse of the Aksumite Empire: a New Interpretation. *ITYOPIS – Northeast African Journal of Social Sciences and Humanities* 1 (2011), p. 36-61.

SEQUEIRA, Joana Isabel - *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 2014. ISBN 978-989-746-057-9.

SERRA, Joaquim Bastos - *Governar a cidade e servir o rei: A oligarquia concelhia em Évora em tempos medievais (1367-1433)*. Évora: Publicações do Cidehus, 2018. Disponible sur Internet: <<http://books.openedition.org/cidehus/3288>>. ISBN: 9791036512339. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.3288>.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Les Portugais à l'Université de Montpellier (XII^e—XVII^e siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

SERRÃO, Vítor – A Pintura da Segunda Metade do Século XV. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, BARROCA, Mário Jorge, *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 276-288.

SHIRK, Melanie V. - The Black Death in Aragon, 1348-1351. *Journal of Medieval History* 7:4 (1981), p. 357-367.

SHREWSBURY, J. F. D. – “The Plague of the Philistines”, in *The Plague of the Philistines and other medical-historical essays*. London: Victor-Gollancz Ltd, 1964, p. 13-39.

---- “The Saints and Epidemic Disease”, in *The Plague of the Philistines and other medical-historical essays*. London: Victor-Gollancz Ltd, 1964, p. 123-143.

SILVA, André Filipe Oliveira da – A Peste Negra no Portugal de trezentos: Impacto e Consequências - Um Projeto de Doutoramento. In SILVA, André Filipe Oliveira da, TEIXEIRA, José Carlos, RENZI, Francesco, FERREIRA, João Martins, FERREIRA, Leandro,

LEITE, Mariana (coords.), *Incipit 7. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto*, 2018. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2019, p. 58-68.

---- *Físicos e Cirurgiões Medievais Portugueses. Contextos Socioculturais, Práticas e Transmissão de Conhecimentos (1192-1340)*. Porto: CITCEM, 2016. ISBN 978-989-8351-64-7.

SILVA, Maria João Oliveira e - *A escrita na catedral: a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: CEHR - Centro de Estudos de História Religiosa, 2013. ISBN 978-972-8361-54-9.

SLACK, Paul - *Plague: A Very Short Introduction*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2012. ISBN 978-0-19-958954-8.

SLAVIN, Philip - The Great Bovine Pestilence and its economic and environmental consequences in England and Wales, 1318–50. *The Economic History Review* 64:4 (2012), p. 1339-1266. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0289.2011.00625.x>

SLOANE, Barney – *The Black Death in London*. Stroud: The History Press, 2011. ISBN 978 0 7524 2829 1.

SMOLLER, Laura A. - Of earthquakes, hail, frogs and geography. Plague and the investigation of the Apocalypse in the later Middle Ages. In BYNUM, Caroline Walker, FREEDMAN, Paul (eds), *Last things: death and the Apocalypse in the Middle Ages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000, p. 156-87.

SNOWDEN, Frank M. Emerging and reemerging diseases: a historical perspective. *Immunological Reviews* 225 (2008), p. 9–26. doi:10.1111/j.1600- 065X.2008.00677.x.

SOARES, Luís Ribeiro – *A Linhagem Cultural de S. Martinho de Dume e outros estudos dumienses*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997. ISBN 972-27-0873-2.

SOBrequÉS CALLICO, Jaime – La Peste Negra en la Península Ibérica. *Anuario de Estudios Medievales* 7 (1970-71), p. 67-101.

SOŁTYSIĄK, Arkadiusz - The plague pandemic and Slavic expansion in the 6th- 8th centuries. *Archaeologia Polona*, 44 (2008), p. 339–364.

SOMFAI, Anna - The Eleventh-Century Shift in the Reception of Plato's 'Timaeus' and Calcidius's 'Commentary'. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 65 (2002), p. 1–21. doi:10.2307/4135103.

SOUSA, Armindo – 1325-1480, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal. Segundo Volume - A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 253-458.

---- Tempos Medievais. In RAMOS, Luís Oliveira (dir.), *História do Porto*. 3ª edição. Porto: Porto Editora, 2000, p. 118-253.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – I Parte - Idade Média (Séculos XI-XV). In RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, p. 17-196.

---- *D. Afonso IV*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2005. ISBN 972-42-3515-7.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.); PINA, Isabel Castro; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. ISBN 972-24-1433-X.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – A família – estruturas de parentesco e casamento. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, p. 126-143.

SOUSA, Silvana Raquel Vieira de - *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*. Porto: Edição de Autor, 2017. Projeto de Estágio realizado na Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SPYROU, Maria A.; TUKHBATOVA, Rezeda I.; WANG, Chuan-Chao; ANDRADES VALTUEÑA, Aida; LANKAPALLI, Aditya K.; KONDRASHIN, Vitaly V.; TSYBIN, Victor A.; KHOKHLOV, Aleksandr; KÜHNERT, Denise; HERBIG, Alexander; BOS, Kirsten I.; KRAUSE, Johannes - Analysis of 3800-year-old Yersinia pestis genomes suggests Bronze Age origin for bubonic plague. *Nature Communications* 9 (2018), article number 2234.

SPYROU, Maria A.; TUKHBATOVA, Rezeda I.; FELDMAN, Michal; DRATH, Joanna; KACKI, Sacha; BELTRÁN DE HEREDIA, Julia; ARNOLD, Susanne; SITDIKOV, Airat G.; CASTEX, Dominique; WAHL, Joachim; GAZIMZYANOV, Ilgizar R.; NURGALIEV, Danis K.; HERBIG, Alexander; BOS, Kirsten I.; KRAUSE, Johannes - Historical Y. Pestis genomes reveal the European Black Death as the source of ancient and modern plague pandemics. *Cell Host Microbe* 19 (2016), p. 874-881. DOI:<https://doi.org/10.1016/j.chom.2016.05.012>.

SQUATRITI, Paolo - The Floods of 589 and Climate Change at the Beginning of the Middle Ages: An Italian Microhistory. *Speculum* 85:4 (2010), p. 799–826.

STATHAKOPOULOS, Dionysios Ch. - *Famine and pestilence in the Late Roman and Early Byzantine Empire: A systematic survey of subsistence crises and epidemics*. New York: Routledge, 2016. ISBN 13: 978-0-7546-3021-0.

---- Invisible Protagonists: the Justinianic Plague from a zoocentric point of view. In ANAGNOSTAKIS, I., KOLLIAS, T. e PAPADPULOU, E. (ed.), *Animals and Environment in Byzantium (7th-12th c.)*. Athens: National Hellenic Research Foundation. Institute for Byzantine Research, 2011, p. 87-95.

---- La peste de Justinien (541-750) : questions médicales et réponses sociales. In HÉRICHER, A-M. Flambard & MAREC, Y. (eds), *Médecine et société de l'Antiquité à nos jours*. Harve : Presses universitaires de Rouen et du Havre, 2005, p. 31-48.

STEARNS, Justin K. – *Infectious ideas. Contagion in premodern Islamic and Christian thought in the Western Mediterranean*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011. ISBN 978-0-8018-9873-0.

---- New directions in the study of religious responses to the Black Death. *History Compass* 7 (2009), p. 1-13.

STEEL, David - Plague writing: from Boccaccio to Camus. *Journal of European Studies* 11 (1981), p. 88-110.

STENSETH, Nils Chr.; SAMIA, Noelle I.; VILJUGREIN, Hildegunn; KAUSRUD, Kyrre Linné; BEGON, Mike; DAVIS, Stephen; LEIRS, Herwig; DUBYANSKIY; ESPER, Jan; AGEYEV, Vladimir S.; KLASSOVSKIY, Nikolay L.; POLE, Sergey B.; CHAN, Kung-Sik - Plague dynamics are driven by climate variation. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the*

United States of America 103:35 (2006), p. 13110–13115.
doi:10.1073/pnas.0602447103.

STEPHEN, Ell - Immunity as a factor in the epidemiology of medieval plague. *Reviews of Infectious Disease* 6:6 (1984), p. 866-879.

STONE, Anne C.; WILBUR, Alicia K.; BUIKSTRA, Jane E.; ROBERTS, Charlotte A. - Tuberculosis and leprosy in perspective. *American Journal of Physical Anthropology* 140 (2009), p. 66-94. doi:[10.1002/ajpa.21185](https://doi.org/10.1002/ajpa.21185).

STOTHERS, Richard B. - Volcanic dry fogs, climate cooling, and plague pandemics in Europe and the Middle East. *Climatic Change* 42 (1999), p. 713–723.

STREETER, Richard; DUGMORE, Andrew J.; VÉSTEINSSON, Orri - Plague and landscape resilience in premodern Iceland. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 109:10 (2012), p. 3664–3669. doi:10.1073/pnas.1113937109.

SUNTSOV, Victor Vasilyevich - Origin of the Plague Microbe *Yersinia pestis*: Structure of the Process of Speciation. *Biology Bulletin* 39:1 (2012), p. 1–9. DOI: 10.1134/S1062359012010104.

TANGHERLINI, Timothy R. - Ships, Fogs, and Traveling Pairs: Plague Legend Migration in Scandinavia. *Journal of American Folklore* 101:400 (1988), p. 176–206.
doi:10.2307/540108.

TARRANT, L. J. – Juvenal. In REYNOLDS L. D. (ed.) - *Texts and Transmissions: A survey of the Latin classics*, Oxford 1983, p. 200-203.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – A política municipal de saúde pública: séculos XIV-XV. *Revista de História Económica e Social* 19 (1987), p. 17-32.

---- Conflitos sociais em Portugal no fim do século XIV. In *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV. Jornadas de História Medieval. Actas*. Lisboa: História e Crítica, 1985, p. 311-319.

---- *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Segunda edição. Lisboa: Guimarães Editores, 2000 (edição original de 1970).

---- *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982.

---- *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

---- Para o estudo da numária de D. Fernando. *Estudos Medievais* 2 (1982), p. 3-32.

The Advisory Committee Appointed by the Secretary of State for India, the Royal Society, and the Lister Institute - Reports on Plague Investigations in India. *The Journal of Hygiene* 7:6 (1907), p. 693-985.

THOMAS, Rex E.; KARSTENS, Robert H.; SCHWAN, Tom G. - Experimental Infection of *Ornithodoros* spp. Ticks (Acari: Argasidae) with *Yersinia pestis*. *Journal of Medical Entomology* 27:4 (1 July 1990), p. 720-723. <https://doi.org/10.1093/jmedent/27.4.720>.

THORNDIKE, Lynn. "A Pest Tractate before the Black Death." *Sudhoffs Archiv Für Geschichte Der Medizin* 23:4 (1930), p. 346-56.

THOMPSON, A. Hamilton - The pestilences of the fourteenth century in the diocese of York. *Archaeological Journal* 71:1 (1914), p. 97-154.

THRUPP, Sylvia L. - The problem of replacement rates in late-medieval English population. *Economic History Review* 18:1 (1965), p. 101-119. doi:10.2307/2591876.

THUN, Terje - Norwegian conifer chronologies constructed to date historical timber., *Dendrochronologia* 23:2 (December 2005), p. 63-74. DOI: 10.1016/j.dendro.2005.08.002.

TITOW, Jan - Lost rents, vacant holdings and the contraction of peasant cultivation after the Black Death. *Agricultural History Review* 42:2 (1994), p. 97-114.

TOGNOTTI, Eugenia - Lessons from the history of quarantine, from plague to influenza. *Emerging Infectious Diseases* 19:2 (2003), p. 254-259. DOI: [10.3201/eid1902.120312](https://doi.org/10.3201/eid1902.120312).

TOMÁS FACI, Guillermo - Las estrategias señoriales en el mercado del cerealel conde de Ribagorza ante la carestía gascona de 1347. In LALIENA CORBERA, Carlos, LAFUENTE GÓMEZ, Mario (coord.), *Una economía integrada. Comercio, instituciones y mercados*

en Aragón, 1300-1500. Zaragoza: Grupo de Investigación Consolidado CEMA, 2012, p. 251-261.

TOUBERT, Pierre - 'La peste noire dans les Abruzzes (1348-1350). *Le Moyen Age* (2014), p. 11-26.

TRAN, Thi-Nguyen-Ny; SIGNOLI, Michel; FOZZATI, Luigi; ABOUDHARAM, Gérard; RAOULT, Didier; DRANCOURT, Michel - High throughput, multiplexed pathogen detection authenticates plague waves in medieval Venice, Italy. *PLoS ONE*, 6:3 (2011), e16735. doi:10.1371/journal.pone.0016735.

TRENCHS ODENA, José - El monasterio de Ripoll y la peste negra de 1348. *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins*, 21 (1972), p. 103-116.

TREVISANATO, Siro Igino - The biblical plague of the Philistines now has a name, tularemia. *Medical Hypotheses*, 69:5 (2007), p. 1144-1146. DOI: 10.1016/j.mehy.2007.02.036.

TRINDADE, Luísa – Casas da Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e Poder na Cidade Tardo-Medieval Portuguesa. In RIBEIRO, Maria do Carmo, MELO, Arnaldo Sousa (coord.), *Evolução da Paisagem Urbana*. Braga: CITCEM, 2012, p. 209-227.

TRINDADE, Maria José Lagos – A Vida Pastoril e o Pastoreio em Portugal nos séculos XII-XVI. In TRINDADE, Maria José Lagos, *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Conselho Diretivo da Faculdade de Letras de Lisboa; Cooperativa Editora – História Crítica, 1981, p. 3-95.

TSIAMIS, Costas; POULAKOU-REBELAKOU, Effie; ANDROUTSOS, George - The Role of the Egyptian Sea and Land Routes in the Justinian Plague: the Case of Pelusium. In MICHAELIDES, Demetrios, *Medicine and Healing in the Ancient Mediterranean World*. Oxford: Oxbow Books, 2014, p. 334-337.

TSIAMIS, Costas; POULAKOU-REBELAKOU, Effie.; PETRIDOU, E. - The Red Sea and the port of Clysma. A possible gate of Justinian's plague. *Gesnerus*, 66:2 (2009), p. 209–217.

TUNHAS, António Jorge da Costa – A peste negra: notas para uma interpretação psico-social. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 1965. Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

ULERY Jr., Robert W. – Cornelius Tacitus. *Catalogus Translationum et Commentariorum* 6 (1986), p. 87-174.

UBIETO ARTETA, Antonio - Cronología del desarrollo de la Peste Negra en la Península Ibérica. In *Estudios sobre el Reino de Valencia. Vol. 5*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto "Jerónimo Zurita", 1975, p. 47-66.

UTTERBACK, K.T. - The date of composition of bishops' registers from the plague years in the diocese of Barcelona. *Journal of Ecclesiastical History* 39:3 (1988), p. 412-32.

VACA LORENZO, Angel - La Peste Negra en Castilla. Aportación al estudio de algunas de sus consecuencias económicas y sociales. *Studia Historica. Historia Medieval* 2 (1984), p. 89-107.

---- La Peste Negra en Castilla. Nuevos testimonios. *Studia Historica, Historia Medieval* 8 (1990), p. 159-71.

VARLIK, Nükhet - New Science and Old Sources: Why the Ottoman Experience of Plague Matters, *The Medieval Globe* 1 (2014), p. 1193-1227.

VARLIK, Nükhet - *Plague and Empire in the Early Modern Mediterranean World: The Ottoman Experience, 1347–1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. ISBN 978-1108412773.

VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome; ARAÚJO, António de Sousa - *Bulário bracarense: sumários de diplomas pontifícios dos séculos XI-XIX*. Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, António de Sousa Araújo. Braga: Arquivo Distrital, Universidade do Minho, 1986.

VAUCHEZ, André – *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental. Séc. VIII-XIII*. Tradução de Teresa Antunes Cardoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. ISBN 972-33-1133-X.

VERLINDEN, Charles - La grande peste de 1348 en Espagne: contribution à l'étude de ses conséquences économiques et sociales. *Revue Belge de Philologie et Histoire* 17 (1938), p. 103-146.

VIANA, Mário – O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média. In SOLÓRZANO, Jesus, BOCHACA, M.; ANDRADE, Amélia Aguiar (eds.), *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012, p. 313-344.

---- Um testemunho de direito consuetudinário (1281), *Arquipélago* 6 (2002), p. 408-413.

VILA I BOVER, Miquel – La Pesta Negra del segle XIV a Vic. *Gimbernat* XX (1993), p. 165-172.

Villages désertés et histoire économique. Paris: S. E. V. P. E. N., 1965.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense. In JORGE, Ana Maria (coord.), *História Religiosa de Portugal. Volume I. Formação e limites da cristandade*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 206-212.

---- *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999. ISBN 972-33-1490-8.

---- “Cónegos Regrantes de Santo Antão”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I (A-C). Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 434-435.

---- *D. Afonso II. Um rei sem tempo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

---- Réseau paroissial et droit de patronage dans le diocèse d'Évora (XIII^e-XIV^e siècles). In BOURIN, Monique, BOISSELLIER, Stéphane (dir.), *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e- XIV^e siècle)*. *Mélanges en l'honneur de Robert Durand*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2002, p. 125-140.

VILLALBA, Joaquín de - *Epidemiología española, o historia cronológica de las pestes, contagios y epizootias que han acaecido en España*. Tomo I. Madrid: Imprenta de Don Mateo Repullés, 1802.

VILLARÓ, Albert - La pesta negra, el 1348, a la Seu d'Urgell. *Urgellia* 8 (1986-7), p. 271-302.

---- Novedades sobre la pesta negra a la Seu (1348). Disposicions pietoses l'any de la pesta. *Urgellia* 9 (1988-1989), p. 343-364.

VINDEL PÉREZ, Ingrid – *Crónica de 1344. Edición crítica y estudio*. Barcelona: [s.n.], 2015. Tesis doctoral presentada a Universitat Autònoma de Barcelona.

VIÑUALES FERREIRO, Gonzalo - El pogrom de 1391 en la diócesis de Toledo. ¿Legitimidad, identidad y violencia en la Castilla de la Baja Edad Media? In MARTÍNEZ PEÑAS, Leandro, FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuela (coords.), *De las Navas de Tolosa a la Constitución de Cádiz: el Ejército y la guerra en la construcción del Estado*. Madrid: Asociación Veritas para el Estudio de la Historia, el Derecho y de las Instituciones, 2012, p. 93-108.

VIRGILI I COLET, Antoni -El papel de la Peste Negra de 1348 sobre la demografía de Tarragona: problèmes de mètode i intent de construcció. In *Ier Col-Loqui d'Història del Camp de Tarragona Conca de Barberà i Priorat*. Tarragona: 1979, p. 25-39.

VIVAS, Diogo; LEITÃO, André Oliveira - Nomear e ser nomeado na Idade Média. Estudo de antroponímia alentejana medieval (Homenagem a Iria Gonçalves). In SILVA, I., MADEIRA, J., FERREIRA, S. (ed.), *Actas do 2.º Encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, 2010, p. 97-110.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão: obra indispensavel para entender sem erro os documentos mais raros, e preciosos, que entre nós se conservão*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Typographia Regia Silviana, 1798. Tomo II.

VOGLER, Amy J.; CHAN, Fabien; NOTTINGHAM, Roxanne; ANDERSEN, Genevieve; DREES, Kevin; BECKSTROM.STERNBERG, Stephen M.; WAGNER, David M., CHANTEAU, Suzanne,

KEIM, Paul - A Decade of Plague in Mahajanga, Madagascar: Insights into the Global Maritime Spread of Pandemic Plague. *mBio*, 4:1 (2012), e00623–12–e00623–12. doi:10.1128/mBio.00623-12.

WAGNER, David M.; KLUNK, Jennifer; HARBECK, Michaela; DEVAULT, Alison; WAGLECHNER, Nicholas; SAHL, Jason W.; ENK, Jacob; BIRDSELL, Dawn N.; KUCH, Melanie; LUMIBAO, Candice; POINAR, Debi; PEARSON, Talima; FOURMENT, Mathieu; GOLDING, Brian; RIEHM, Julia M.; EARN, David J. D.; DEWITTE, Sharon; ROUILLARD, Jean-Marie; GRUPE, Gisela; WIECHMANN, Ingrid; BLISKA, James B.; KEIM, Paul S.; SCHOLZ, Holger C.; HOLMES, Edward C.; POINAR, Hendrik - *Yersinia pestis* and the Plague of Justinian 541–543 AD: a genomic analysis. *The Lancet Infectious Diseases*, 14:4 (2014) p. 319-326. [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(13\)70323-2](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(13)70323-2).

WANG, Hu; CUI, Yujun; WANG, Zuyun; WANG, Xiaoyi; GUO, Zhaobiao; YAN, Yanfeng; LI, Chao; CUI, Baizhong; XIAO, Xiao; YANG, Yonghai; QI, Zhizhen; WANG, Guojun; WEI, Baiqing; YU, Shouhong; HE, Duolong; CHEN, Hongjian; CHEN, Gang; SONG, Yajun; YANG, Ruifu - A Dog-Associated Primary Pneumonic Plague in Qinghai Province, China, *Clinical Infectious Diseases*, 52:2 (15 January 2011), p. 185–190, <https://doi.org/10.1093/cid/ciq107>.

WATTEAUX, Magali - La colonisation agraire médiévale en Alentejo (Portugal). *Études rurales* 188 (2011) 2011. DOI: 10.4000/etudesrurales.9481.

WELFORD, Mark R.; BOSSAK, Brian H. - Validation of inverse seasonal peak mortality in medieval plagues, including the Black Death, in comparison to modern *Yersinia pestis*-variant diseases. *PLoS ONE* 4:12 (2009), e8401. doi:10.1371/journal.pone.0008401.

WETHERBEE, Winthrop - The *Consolation* and medieval literature. In MARENBON, John, *The Cambridge Companion to Boethius*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 279-302.

WIECHMANN, Ingrid; GRUPE, Gisela - Detection of *Yersinia pestis* DNA in two early medieval skeletal finds from Aschheim (Upper Bavaria, 6th century A.D.). *American Journal of Physical Anthropology* 126:1 (2004), p. 48–55. doi:10.1002/ajpa.10276.

WIECHMANN, Ingrid; HARBECK, Michaela; GRUPE, Gisela - *Yersinia pestis* DNA Sequences in Late Medieval Skeletal Finds, Bavaria. *Emerging Infectious Diseases*, 16:11 (2010), p. 1806–1807. DOI: 10.3201/eid1611.100598.

WILDER, Aryn P.; EISEN, Rebecca J.; BEARDEN, Scott W.; MONTENIERI, John A.; GAGE, Kenneth L.; ANTOLIN, Michael F - *Oropsylla hirsuta* (Siphonaptera: Ceratophyllidae) Can Support Plague Epizootics in Black-Tailed Prairie Dogs (*Cynomys ludovicianus*) by Early-Phase Transmission of *Yersinia pestis*. *Vector Borne and Zoonotic Diseases* 8:3 (2008), p. 359–367. doi:10.1089/vbz.2007.0181

WILLIAMS, A. D. C.; HALL, I. M.; RUBIN, G. J.; AMLÔT, R.; LEACH, S. - An individual-based simulation of pneumonic plague transmission following an outbreak and the significance of intervention compliance. *Epidemics*, 3:2 (2011), p. 95–102. doi:10.1016/j.epidem.2011.03.001

WONG, David; WILD, Margaret A.; WALBURGER, Matthew A.; HIGGINS, Charles L.; CALLAHAN, Michael; CZARNECKI, Lawrence A.; LAWACZECK, Elisabeth W.; LEVY, Craig E.; PATTERSON, J. Gage; SUNENSHINE, Rebecca; ADEM, Patricia; PADDOCK, Christopher D.; ZAKI, Sherif R.; PETERSEN, Jeannine M.; SCHRIEFER, Martin E.; EISEN, Rebecca J.; GAGE, Kenneth L.; GRIFFITH, Kevin S.; WEBER, Ingrid B.; SPRAKER, Terry R.; MEAD, Paul S. - Primary Pneumonic Plague Contracted from a Mountain Lion Carcass. *Clinical Infectious Diseases*, 49:3 (1 August 2009), p. e33–e38. <https://doi.org/10.1086/600818>.

WOOD, James W.; FARRELL, Rebecca J.; DeWITTE-AVIÑA, Sharon N. - The temporal dynamics of the fourteenth-century Black Death: new evidence from English ecclesiastical records. *Human Biology* 75:4 (2003), p. 427-448.

WOODS, David – Adomnán, plague and the Easter controversy. *Anglo-Saxon England* 40 (2012), p. 1–13. doi:10.1017/S0263675111000032.

---- Jews, Rats, and the Battle of Yarmuk. In LEWIN, Ariel S.; PELLEGRINI, Pietrina (eds.), *The Late Roman Army in the Near East from Diocletian to the Arab Conquest*. Oxford: British Archaeological Reports, 2007, p. 367-376.

World Health Organisation - *Leprosy*. Revised September 2019. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/leprosy>. Consultado em 20 de abril de 2020.

World Health Organisation - *Malaria*. Revised March 2019. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/malaria>. Consultado em 19 de setembro de 2019.

World Health Organisation - *Plague*. Revised October 2017. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/plague>. Consultado em 2 de janeiro de 2020.

World Health Organisation - *Tuberculosis*. Revised September 2018. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tuberculosis>. Consultado em 19 de setembro de 2019.

WRAY, Shona Kelly - Boccaccio and the doctors: medicine and compassion in the face of the plague. *Journal of Medieval History* 30:3 (2004), p. 301-322.

---- *Communities and Crisis: Bologna During the Black Death*. Leiden; Boston: Brill, 2009. ISBN 978 90 04 17634 8.

---- Tracking Families and Flight in Bologna during the Black Death. *Medieval Prosopography* 25 (2004), p. 145-160.

XU, Lei; LIUC, Qiyong; STIGED, Leif Chr.; ARID, Tamara Ben; FANGE, Xiye; CHANF, Kung-Sik; WANGE, Shuchun; STENSETH, Nils Chr.; ZHANG, Zhibin - Nonlinear effect of climate on plague during the third pandemic in China. *Proceedings of the National Academy of Sciences USA* 108:25 (2011), p. 10214-19. <https://doi.org/10.1073/pnas.1019486108>.

XU, Lei; STIGE, Leif Chr.; KAUSRUD, Kyrre Linné; BEN ARI, Tamara; WANG, Shuchun; FANG, Xiye; SCHMID, Boris V.; LIU, Qiyong; STENSETH, Nils Chr.; ZHANG, Zhibin - Wet climate and transportation routes accelerate spread of human plague. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 281:1780 (2014), 20133159. doi: 10.1098/rspb.2013.3159.

YELOFF, Dan; VAN GEEL, Bas - Abandonment of farmland and vegetation succession following the Eurasian plague pandemic of ad 1347–52. *Journal of Biogeography*, 34 (2007), p. 575–582. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2699.2006.01674.x>.

YU, Hwa-Lung; CHRISTAKOS, George - Spatiotemporal modelling and mapping of the bubonic plague epidemic in India. *International Journal of Health Geographics*, 5:12 (2006). doi:10.1186/1476-072X-5-12.

YUE, Ricci P.H.; LEE, Harry F. - Climate change and plague history in Europe. *Science China Earth Sciences* 61:2 (2018), p. 163-77. DOI: 10.1007/s11430-017-9127-x.

YUE, Ricci P. H.; LEE, Harry F. - Pre-industrial plague transmission is mediated by the synergistic effect of temperature and aridity index. *BMC Infectious Diseases* 18 (2018), 18:134. <https://doi.org/10.1186/s12879-018-3045-5>.

YUE, Ricci P.H.; LEE, Harry F.; WU, Connor Y. H. - Navigable rivers facilitated the spread and recurrence of plague in pre-industrial Europe. *Science Reports* 6 (2016), 34867. DOI: 10.1038/srep34867.

YUE, Ricci P.H.; LEE, Harry F.; WU, Connor Y. H. - Trade routes and plague transmission in pre-industrial Europe. *Science Reports* 7 (2017), 12973. DOI:10.1038/s41598-017-13481-2.

ZHAO, Dawei; LI, Lixiang; PENG, Haipeng; LUO, Qun; YANG, Yixian - Multiple routes transmitted epidemics on multiplex networks. *Physics Letters A* 378:10 (2014), p. 770-776. <https://doi.org/10.1016/j.physleta.2014.01.014>.

ZHOU, Dongsheng; TONG, Zongzhong; SONG, Yajun; HAN, Yanping; PEI, Decui; PANG, Xin; ZHAI, Junhui; LI Min; CUI Baizhong; QI, Zhizhen; JIN, Lixia; DAI, Ruixia; DU, Zongmin; WANG, Jin; GUO Zhaobiao; WANG, Jian; HUANG, Paitang; YANG, Ruifu - Genetics of metabolic variations between *Yersinia pestis* biovars and the proposal of a new biovar, microtus. *Journal of Bacteriology* 186:15 (2004 Aug), p. 5147-5152. doi: 10.1128/JB.186.15.5147-5152.2004.

ZHOU, Zhemin; ALIKHAN, Nabil-Fareed; MOHAMED, Khaled; FAN, Yulei; AGAMA STUDY GROUP; ACHTMAN, Mark - The EnteroBase user's guide, with case studies on *Salmonella*

transmissions, *Yersinia pestis* phylogeny, and *Escherichia* core genomic diversity. *Genome Research* 30:1 (2020 Jan), p. 138–152. DOI: [10.1101/gr.251678.119](https://doi.org/10.1101/gr.251678.119).

ZIEGLER, Philip - *The Black Death*. London: Penguin Books, 1982.